CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Blackburn, Robin
B564c A construção do escravismo no Novo Mundo, 1492-1800 / Robin Blackburn; tradução de Maria Beatriz de Medina. – Rio de Janeiro: Record, 2003.

Tradução de: The making of New World Slavery
ISBN 85-01-05218-3

1. Escravidão – América – História. I. Título.

CDD – 306.362097
02-2168 CDU – 316.343.26(7/8)

Título original em inglês:
THE MAKING OF NEW WORLD SLAVERY

Publicado originalmente pela Verso em 1997
Copyright © 1997 by Robin Blackburn

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, armazenamento ou transmissão de partes deste livro através de quaisquer meios, sem prévia autorização por escrito.
Proibida a venda desta edição em Portugal e resto da Europa.

Direitos exclusivos de publicação em língua portuguesa para o Brasil adquiridos pela
DISTRIBUIDORA RECORD DE SERVIÇOS DE IMPRENSA S.A.
Rua Argentina 171 – Rio de Janeiro, RJ – 20921-380 – Tel.: 2585-2000
que se reserva a propriedade literária desta tradução

Impresso no Brasil

ISBN 85-01-05218-3

PEDIDOS PELO REEMBOLSO POSTAL
Caixa Postal 23.052
Rio de Janeiro, RJ – 20922-970

Para Barbara Webber

Sumário

Agradecimentos 11
Introdução: Escravidão e modernidade 13

Escravidão civil e estado colonial 18
Identidade em transição e escravidão racial 26
Do barroco ao crioulo 34

Primeira Parte A SELEÇÃO DA ESCRAVIDÃO NO NOVO MUNDO

I. Os antecedentes no Velho Mundo da escravidão do Novo Mundo 47

Roma e a adoção da escravidão pelos cristãos 50
O ressurgimento cristão e o desafio do Islã 59
A expansão feudal e as ideologias da perseguição 62
A escravidão nos reinos cristãos ibéricos 67
A escravidão e os eslavos 73
O desaparecimento da servidão e o surgimento do capitalismo agrário 75
A Bíblia, a escravidão e as nações do homem 85
O Mediterrâneo, o Atlântico e o cativeiro negro 99
Os africanos e o comércio islâmico de escravos 102
Conclusão 106

II. A primeira fase: Portugal e África 123

A exploração da costa africana 127
O início do tráfico de escravos 130
As ilhas atlânticas 138
Escravos africanos na Península Ibérica 143
Portugal imperial, África e civilização atlântica 145

III. A escravidão e a América espanhola 161

Malogro no Caribe 172
Prata e receita pública: exploração sem escravização 180
Escravidão num império barroco 183
Projetos e discussões 187

IV. A ascensão do açúcar brasileiro 201

La France Antarctique 204
O desenvolvimento da economia açucareira 206
O comércio transatlântico de escravos e a África 215
Discussões sobre a escravidão 219
A escravidão e a luta iminente pelas Américas 224

V. A guerra holandesa pelo Brasil e pela África 229

A Companhia das Índias Ocidentais 233
Os holandeses no Brasil e na África 236
O contra-ataque luso-brasileiro 244
Fontes da fraqueza holandesa 247
O novo papel dos holandeses 259

VI. A formação da escravidão colonial inglesa 265

As primeiras colônias 271
Barbados e a ascensão do açúcar 279
O papel dos capitães e dos novos mercadores 282
Tabaco e açúcar 284
A mão-de-obra das *plantations*, a escravidão e o medo das mulheres diferentes 286
Guerra Civil: império e servidão 295
A Restauração e a codificação da escravidão colonial 303
A rebelião de Bacon e a escravidão na Virgínia 309
A nova escravidão e as *plantations* do Caribe 313
A Revolução Gloriosa e as colônias 315

VII. A construção do sistema colonial francês 337

Uma experiência de mercantilismo 341
O testemunho de Du Tertre 348
O *Code Noir* 351
As ambições reais e o espírito de autonomia colonial 353
Cálculo dinástico, espetáculo barroco e desenvolvimento colonial 361

VIII. A escravidão racial e o crescimento da *plantation* 373

Donos de *plantations*, mercadores, capitães 379
Mão-de-obra na *plantation*: dos contratos de servidão à escravidão 382
O fornecimento de escravos e a mudança para a escravidão 394
A nova *plantation* 401
O regime das *plantations* e a questão da segurança 416
Alternativas à escravidão? 423

Segunda Parte ESCRAVIDÃO E ACUMULAÇÃO

IX. A escravidão colonial e a explosão econômica do século XVIII 451

A Europa e o Atlântico 458
O comércio de escravos no século XVIII 464
O padrão de comércio e transporte marítimo 478

X. As ilhas do açúcar 487

Economia e demografia no Caribe britânico 490
As Índias Ocidentais francesas 521
Padrões anglo-franceses de comércio colonial 537
O brilho da sociedade crioula francesa 543

XI. Escravidão no continente 555

A América do Norte e a reprodução da escravidão 558
A escravidão na Era do Ouro no Brasil 586
A escravidão na América espanhola 599
Os pequenos produtores e a lógica do comércio das *plantations* 606

XII. A escravidão no Novo Mundo, a acumulação primitiva e a industrialização britânica 619

Os mercados na África e no Novo Mundo 630
Lucro e investimento 640
Setores de investimento e novos instrumentos financeiros 661
Matérias-primas 671
Os produtos das *plantations* e o novo mundo de consumo 677
Guerra, colônias e industrialização 681
As guerras anglo-francesas de 1793-1815: um teste 688

Epílogo 707

Índice 723

LISTA DE MAPAS

O Atlântico no início do período colonial 14
Richard Ligon, Mapa de Barbados, 1657 266
Mapa do Caribe, *c.* 1770 452
Mapa das Américas, *c.* 1770 556

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a Perry Anderson pelos valiosos comentários feitos sobre um rascunho deste livro; num estágio inicial, Mike Davis também ofereceu conselhos úteis, encorajando-me a separar este estudo de seu companheiro, *A queda do escravismo colonial, 1776-1848*.

O Capítulo I baseia-se num trabalho apresentado numa conferência em Williamsburg, organizada pela publicação *William and Mary Quarterly*, em abril de 1996, e sou grato a todos os participantes daquele evento, em particular a Michael McGiffert, por seus comentários; Emory Evans, Benjamin Braude e William Evans dividiram generosamente comigo os conhecimentos adquiridos em sua pesquisa sobre tópicos tratados neste capítulo. (Os trabalhos apresentados nessa conferência foram revistos e publicados num número especial da *William and Mary Quarterly*, em janeiro de 1997.) Gostaria também de agradecer a Michael Bush por seus comentários sobre o Capítulo I. James Sweet e Ivan Nunes gentilmente leram os Capítulos II, III, IV, V, X e XI, oferecendo-me conselhos úteis e salvando-me de vários erros. Seymour Drescher concordou em ler os Capítulos V, X e XII. Sou grato a Joyce Chaplin por ter lido e comentado os Capítulos VI, VIII e XI. David Geggus fez observações sobre um rascunho do Capítulo X e deu-me boas informações sobre a história colonial da França. David Eltis, Richard Saville e R. C. Nash fizeram comentários muito úteis sobre rascunhos do Capítulo XII e Sebastian Budgen ajudou-me comentando a Introdução e o Epílogo. Guillermo Bustos, Madalena Santos, Guillermo Sosa, Marcus Rediker, Renato Mazollini, Peter Hulme, Gareth Stedman Jones e Miri Rubin indicaram-me onde encontrar a literatura de pesquisa. É claro que nenhum dos citados é responsável por erros ou problemas que tenham restado, e sua generosidade é ainda mais evidente pelo fato de vários deles terem chegado a conclusões diferentes das que exponho aqui.

Sou grato ao Woodrow Wilson Center for Scholars, de Washington, D. C., pela bolsa em 1993-94 que me possibilitou escrever a Primeira Parte. Da mesma forma, gostaria de agradecer a Heraclio Bonilla, que me convidou a dar um curso na FLACSO (Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales), em Quito, Equador, no primeiro trimestre de 1995, permitindo-me reesboçar a Segunda Parte.

Gostaria de agradecer a Robert Conrad pela permissão para citar suas traduções de vários documentos relativos à escravidão brasileira, publicadas em *Children of God's Fire* (*Filhos do Fogo de Deus*), e à também Cambridge University Press e ao autor pela permissão para citar vários trechos de *Natural Rights Theories: Their Origins and Development* (*Teorias de direitos naturais: suas origens e seu desenvolvimento*), de Richard Tuck.

Gostaria de fazer um agradecimento especial aos meus colegas da New Left Review e da Verso por seu apoio e paciência, e sou grato a Gillian Beaumont, Jane Hindle, Benedikt Hüttel e Sophie Arditti por seu trabalho na preparação do manuscrito para publicação. Ian Weber e Helen Simpson leram as provas e sugeriram várias melhorias. Muitos dos enfoques adotados no livro resultaram de conversas com Tariq Ali. Finalmente, devo agradecer a Margrit Fauland Blackburn; seu estímulo e seu ceticismo foram igualmente necessários e produtivos.

RB, agosto de 1996

Introdução
Escravidão e modernidade

...[a] plantação é um pequeno mundo próprio, com sua própria língua, suas próprias regras, regulamentos e costumes. Os problemas surgidos aqui não são resolvidos pelo poder civil do estado.

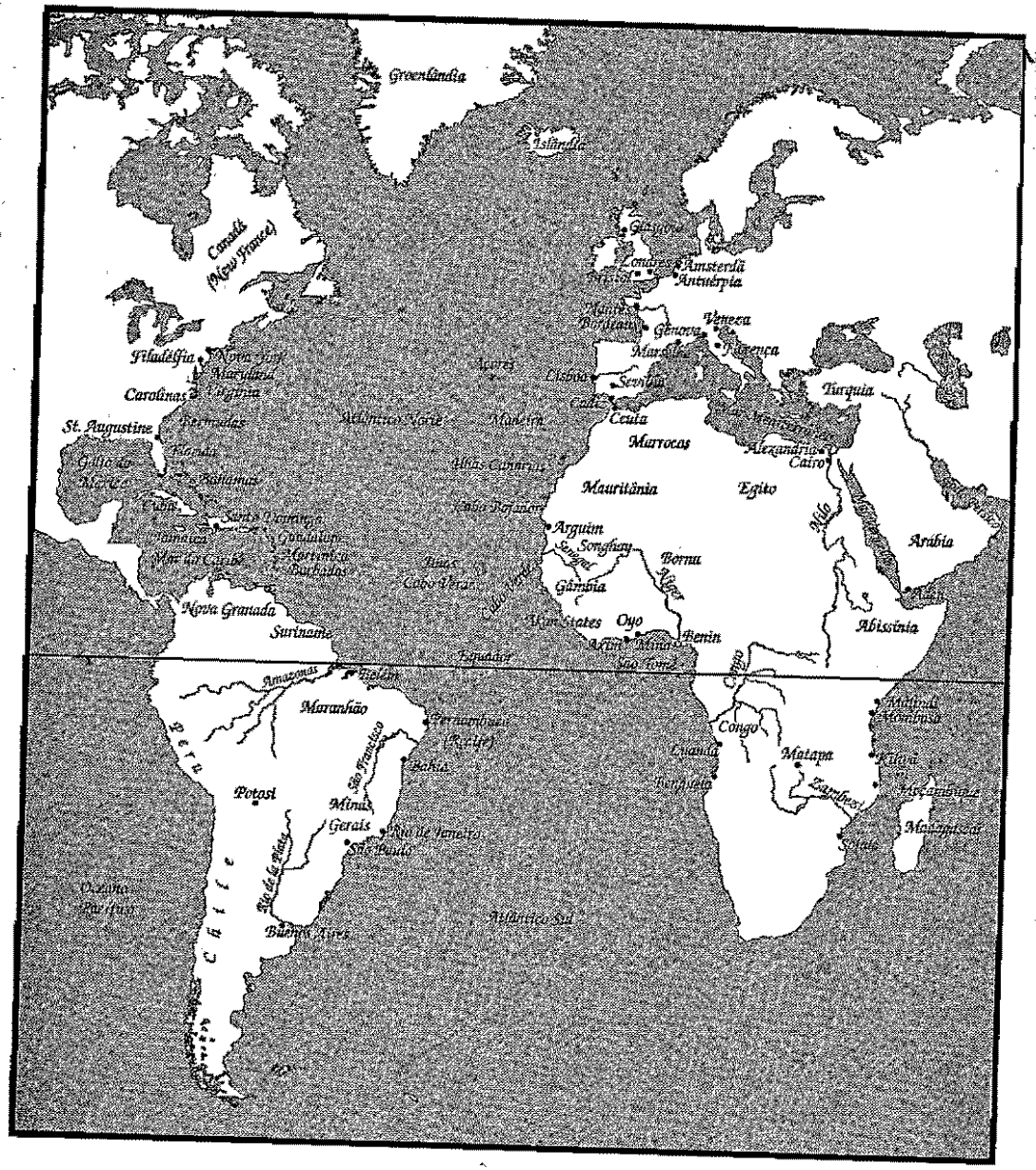
Frederick Douglass

A mente ocidental do século XX congela-se diante do horror de homens vendendo e comprando seus semelhantes como escravos e espanta-se ainda mais com a ironia de homens negros servindo de agentes para a escravização de outros negros pelos brancos. Embora chocante, este comércio humano era na verdade a representação mais completa do que o modernismo e a expansão capitalista ocidental significaram para os povos tradicionais. No Novo Mundo, as pessoas tornaram-se objetos de comércio, seu talento, seu trabalho e sua produção foram jogados no mercado, onde sua maior esperança era conseguir um preço decente. A injustiça racial passou despercebida pelos mercadores africanos, que consideravam estar vendendo gente diferente de si mesmos. As distinções tribais eram mais reais para eles do que a raça, conceito que ainda iria ser aprimorado pelos racionalistas ocidentais dos séculos XIX e XX.

Nathan Huggins, *Black Odissey* (*Odisséia negra*) (1977)

A *contrafação* é o esquema dominante do período "clássico", da Renascença à revolução industrial (...) O caminho fica aberto a combinações nunca vistas, a todos os jogos, a todas as contrafações — a verve prometéica da burguesia, que mergulhou na *imitação da natureza* antes de lançar-se à produção (...) Há uma correlação íntima entre a obediência mental dos jesuítas ("perinde ac cadaver") e a ambição demiúrgica de exorcizar a substância natural de uma coisa para substituí-la por outra sintética. Assim como um homem que submete sua vontade a uma organização, as coisas assumem a funcionalidade ideal do cadáver. Toda tecnologia, toda tecnocracia estão ali incipientes (...) Aquele molho arquitetural de estuque e barroco é um grande aparato da mesma espécie. Tudo o que falamos acima precede a racionalidade produtiva do capital, mas tudo já testemunha — não na produção, mas na contrafação — o mesmo projeto de controle e hegemonia universal.

Jean Baudrillard, *Simulações* (1983)



Este livro apresenta um relato da constituição dos sistemas europeus de escravidão colonial nas Américas, e procura esclarecer seu papel no advento da modernidade. Estes sistemas escravistas eram de caráter radicalmente novo se comparados com formas anteriores de escravidão, embora fossem compostos de ingredientes de aparência tradicional. Tornaram-se intensamente comerciais, transformando o comércio atlântico na mola propulsora das trocas globais do século XVI ao XIX, embora, dentro da *plantation**, o dinheiro desempenhasse um papel aparentemente modesto, até mesmo desprezível. O tabaco, o algodão e o açúcar produzidos pelos escravos facilitaram o nascimento de um mundo novo e crescente de consumo — a antítese das rações e da automanutenção dos escravos. Os empreendimentos alicerçados na mão-de-obra e na produção dos escravos incorporaram, como tentarei demonstrar, formas aparentemente avançadas de organização técnica e econômica.

A aquisição de cerca de doze milhões de cativos na costa da África entre 1500 e 1870 contribuiu para possibilitar a construção de um dos maiores sistemas de escravidão da história humana. O próprio comércio atlântico de escravos tornou-se notável por seus métodos empresariais e por sua dimensão e capacidade de destruição. Mais de um milhão e meio de cativos morreram durante a "passagem média" entre a África e o Novo Mundo; um número ignorado, embora grande, morreu antes de embarcar; e uma vez no Novo Mundo, entre um décimo e um quinto dos escravos morria antes que se passasse um ano. Os que sobreviviam encontravam suas vidas drasticamente organizadas de forma a extrair deles o máximo de trabalho possível. Os escravos atendiam a sua necessidade de subsistência em um ou dois dias de trabalho por semana, trabalhando o restante do tempo para seus senhores — uma taxa de exploração ou de apropriação de excedentes com poucos paralelos mesmo entre outros sistemas escravocratas. Na maior parte da América, o excesso de trabalho, a desnutrição e a doença cobraram seu triste preço, e a mão-de-obra escrava teve de ser recomposta com novas compras de escravos. Durante o século XVIII, os escravos da América do Norte britânica, de forma pouco comum em populações escravizadas, registraram uma taxa de crescimento natural positivo, por razões que serão explicadas no Capítulo XI. O total da população escrava nas Américas chegou a cerca de 330.000 indivíduos em 1700, a quase três milhões em 1800 e finalmente atingiu o nível de mais de seis milhões na década de 1850, provavelmente ultrapassando o número de escravos da Itália romana, que foram os mais numerosos no primeiro século a.C.

*O termo *plantation* será mantido no original quando aplicado a esta forma específica de organizar a produção agrícola para fins comerciais, seguindo a tradição já estabelecida no meio acadêmico. (*N. do T.*)

Os escravos africanos começaram a ser trazidos para as Américas numa época em que a população indígena era submetida a uma terrível catástrofe. Milhares de africanos ajudaram a reforçar o aparato colonial e desempenharam tanto serviços braçais quanto de supervisão. Depois que o sistema de *plantation* começou a desenvolver-se, a escravidão no Novo Mundo baseou-se principalmente nos de origem africana, com os índios sendo desalojados e marginalizados, e os africanos concentrando-se nas funções mais árduas. A escravidão no Velho Mundo foi muito mais diversificada, tanto no padrão do emprego quanto em sua composição étnica, com mestres escravos gregos, administradores escravos egípcios, criados escravos ingleses, trabalhadores escravos alemães e muitos mais (embora muito poucos africanos negros). E embora o *status* de escravo fosse transmitido por herança no Velho Mundo e em outras sociedades escravocratas, havia duas restrições a esta forma de reprodução da mão-de-obra escrava. Em primeiro lugar, os escravos tinham poucos filhos; em segundo, nos locais onde eles tinham filhos costumava ocorrer uma melhora gradual da condição de seus descendentes: as gerações posteriores adquiriam alguns direitos, ou mesmo beneficiavam-se da alforria. A alforria acontecia nas colônias do Novo Mundo, embora fosse menos comum nos lugares onde foi maior o desenvolvimento da *plantation*. Em relação à grande maioria, a escravidão no Novo Mundo foi uma maldição da qual até os netos dos netos dos cativos africanos originais achavam extremamente difícil escapar. Foi um tipo de escravidão muito forte, sem precedentes.

Mas a escravidão na América não apresentou só muitas características inéditas. Seu desenvolvimento foi associado a vários dos processos que têm sido usados para definir modernidade: o crescimento da racionalidade instrumental, a formação do sentimento nacional e do estado-nação, as percepções da identidade baseadas na raça, a disseminação das relações de mercado e do trabalho assalariado, o desenvolvimento das burocracias administrativas e do sistema moderno de impostos, a crescente sofisticação do comércio e das comunicações, o nascimento das sociedades de consumidores, a publicação de jornais e o início da publicidade impressa, a "ação à distância" e a sensibilidade individualista. O mundo atlântico desta época foi submetido a um desenvolvimento rápido e desigual, embora conjunto. Pessoas separadas por um oceano eram levadas a uma relação vital entre si. A demanda de açúcar em Londres ou em Amsterdã estimulou o surgimento das *plantations* do Caribe, que por sua vez eram abastecidas com provisões da América do Norte e escravos da África. A dinâmica da economia do Atlântico era mantida por novas redes de confiança social, e fez nascer novas identidades sociais. Exigiu planejamento empresarial e métodos de

compensação de riscos; associou-se a tradições claramente modernas de autoconsciência reflexiva.

A investigação dos muitos aspectos em que a escravidão na América mostrou-se compatível com elementos de modernidade vai ajudar a dissipar a tendência da ciência social clássica — de Adam Smith a Ludwig von Mises, de Auguste Comte a Max Weber — de identificar escravidão com tradicionalismo, patrimonialismo e atraso. Weber levantou questões interessantes, mas deu-lhes respostas erradas: não percebeu que a população escrava da América do Norte passou a auto-reproduzir-se naturalmente, e ao mesmo tempo acreditava que as colônias escravistas deram contribuição desprezível ao avanço econômico europeu (esses erros são examinados nos Capítulos XI e XII).[1] Os sistemas escravistas coloniais foram intimamente associados à época mercantilista, e isso ajudou a alimentar a opinião de que eram, de forma inerente, rígidos e dependentes do apoio do estado. Claro que a escravidão é, de fato, uma instituição humana muito antiga, mas tem sido também muito flexível e tem ajudado bastante a mobilidade social e o ajustamento ou transição. Portanto, não é incoerente o papel que desempenhou na transição para a modernidade.

Anthony Giddens escreveu que a modernidade tem por característica efetuar uma "desinserção" dos indivíduos e instituições que os afasta de seus contextos tradicionais. Ele vê o dinheiro, assim como o poder ou a ideologia, como alavanca poderosa desta desinserção. Paul Gilroy advertiu que algumas das estruturas e mentalidades mais significativas da modernidade já estavam evidentes na escravidão do Novo Mundo.[2] O comércio atlântico de escravos efetuou um demorado processo de "desinserção", mergulhando o escravo africano num sistema novo e inesperado de relações sociais. A escravidão já existia na África antes do comércio atlântico, e por muito tempo continuou a ter ali um significado muito diferente do que prevalecia nas Américas. Na África, os escravos quase sempre eram soldados, por exemplo, ou concubinas respeitadas. Mas o "novo" escravo poderia ser vendido, circunstância que permitiu uma transformação da escravidão, tanto nas Américas como, mais tarde, também em muitas partes da África, quando o comércio transatlântico aumentou de volume. Assim, tanto a instituição quanto o indivíduo foram "desinseridos" ao serem introduzidos num novo conjunto de relações sociais. O próprio comércio de escravos empregava uma bateria de dispositivos econômicos, que iam de sofisticados sistemas de crédito e seguro a complexas formas de escambo. O escravo do Novo Mundo viu-se preso em sistemas de identificação e vigilância sociais que o marcaram como negro, e que regulamentaram cada ação sua. A identidade tribal do escravo foi varrida e as novas ligações com "camaradas que viajaram no mesmo navio",

parceiros e parentes eram vulneráveis, já que o escravo podia ser vendido a qualquer momento.

Embora os escravos fossem subordinados a uma nova função rígida, o vórtice da economia atlântica disseminou padrões novos e fragmentadores de riqueza e poder. O controle das mercadorias produzidas pelos escravos conferia grande poder econômico — um poder distribuído entre estados, mercadores, banqueiros e proprietários de escravos, e por eles disputado. Os escravos eram forçados a trabalhar longas horas num ritmo intenso; a apropriação dos frutos de seu trabalho exigiu a construção de um dispositivo complexo de fornecimento, supervisão, transporte, processamento e distribuição, com muitas destas funções empregando trabalho livre. Houve amplo espaço aqui para conflitos entre diferentes possíveis apropriadores, e entre exploradores e explorados.

Escravidão civil e estado colonial

O elo entre modernidade e escravidão fornece uma boa razão para darmos atenção ao lado obscuro do progresso. Os poderes sociais modernos, como já temos muitos motivos para saber, podem levar a fins altamente destrutivos e desumanos. Devido à história do século XX, pode parecer que esta lição não precise mais ser explicada. Depois do massacre da Primeira Guerra Mundial, do triste registro da repressão colonial, dos horrores do stalinismo e dos projetos genocidas do nazismo, só devem existir alguns poucos que ainda acreditam que a História é uma simples marcha para a frente. No entanto, sob vários pontos de vista, a história da escravidão nas Américas merece nossa atenção. Ainda temos de descartar todas as ideologias e instituições produzidas na era da escravidão racial. Então, mais uma vez, a história da escravidão no Novo Mundo, como tentarei demonstrar, revela que a sociedade civil, no sentido moderno do termo, pode ela mesma, de forma poderosa — ou, como se diz, "espontânea" —, contribuir para padrões altamente destrutivos de conduta humana. Escritores de tendências bastante variadas identificaram os desastres da modernidade com as desordens do estado. Fenômenos como a violência totalitária e a guerra colonial podem ser atribuídos à alienação do estado em relação à sociedade civil, a uma coujunção fatal de racionalidade burocrática e fantasias de poder total. Isso foi discutido de formas diferentes pelo sociólogo Zigmunt Bauman e pelo então marxista-sartriano Ronald Aronson, em análises do nazismo e do stalinismo (Bauman) ou do nazismo, do stalinismo e do imperialismo (Aronson), vistos como formas de poder puro do estado. Pode-se até demonstrar que as mais violentas formas modernas resultaram tanto, se não mais, da negligência do estado quanto da ação das forças do mercado.[3]

A tradição dos estudos sobre a escravidão nas Américas, de Adam Smith a Eric Williams, que a associa às políticas de "mercantilismo colonial", pode também incentivar a opinião de que ela foi essencialmente um produto do voluntarismo do estado. Essas políticas mercantilistas deveram muito aos princípios comerciais dos estados absolutistas e à resposta mimética de seus rivais comerciais. Assim, seria possível concluir que os sistemas escravistas das Américas mostram, em forma primitiva, os perigos da alienação do estado em relação à sociedade civil. Mas o volume impressionante de conhecimento sobre a escravidão americana acumulado no último meio século mostra que esta seria uma conclusão bastante enganosa. A mensagem desta história, eu afirmaria, é que a dinâmica espontânea da sociedade civil também é impregnada de desastre e violência injustificada.

Durante um bom tempo, a conjunção de escravidão, colonialismo e poder marítimo permitiu aos estados europeus mais desenvolvidos dirigir o mercado mundial em seu próprio proveito. O chamado "milagre europeu"[4] dependia, na verdade, não só do controle das trocas intercontinentais como dos lucros da escravidão. Estes lucros também ajudaram a criar algumas condições para o monopólio industrial global. Os imensos ganhos obtidos baseavam-se nas oportunidades criadas pela transferência de trabalhadores forçados para partes do globo sob controle europeu, e situadas em condição favorável para fornecer produtos exóticos aos mercados europeus. Mas os monopólios decretados pelos capitais europeus teriam eficácia limitada se não contassem com o apoio de um exército de mercadores e fazendeiros independentes que demonstravam qualidades empreendedoras.

No relato a seguir, será demonstrado que em seus primórdios, os estados modernos tiveram uma parcela de responsabilidade pela crueldade do tráfico atlântico de escravos e pelo posterior funcionamento impiedoso e desumano dos sistemas de escravidão. Os monarcas portugueses promoveram e licenciaram o comércio de escravos na África desde meados do século XV. As autoridades espanholas regulamentaram formalmente o tráfico de escravos por meio dos *asientos* entre os séculos XVI e XVIII. Os holandeses, ingleses e franceses estabeleceram o comércio de escravos patrocinado pelo estado, com fortes e feitorias na África durante o século XVII. Depois que os cativos chegavam às Américas, suas condições de vida eram — supostamente — regulamentadas pela legislação pública. De forma muito mais eficaz, os governos procuraram regulamentar e obter lucros com o comércio da produção dos escravos.

Mas este patrocínio estatal da escravidão ligava-se intimamente à dinâmica da sociedade civil — e com o florescimento da escravidão, o papel do estado ficou mais

restrito. Isso não se baseou na abstração ou alienação do estado colonial em relação às forças dominantes da sociedade colonial. Muito pelo contrário. As autoridades públicas respondiam, de maneiras que examinarei, às exigências insistentes e específicas de atores sociais poderosos. No Capítulo II, a regulamentação real do comércio português de especiarias com o Oriente é comparada com as *plantations* e o comércio autônomo de escravos, ainda incipientes no Atlântico. Um estudo recente afirma que a primeira colônia açucareira atlântica deslanchou no fim do século XV por causa da iniciativa comercial e colonial: "As *plantations* da Ilha da Madeira (...) desenvolveram-se independentemente da autoridade nacional portuguesa."[5] Se nos voltarmos para a América espanhola, a entrada de alguns milhares de escravos africanos a cada ano a partir de meados do século XVI foi uma resposta à avidez dos fazendeiros, manufatureiros e concessionários de minas das colônias para empregá-los — processo examinado no Capítulo III. Quanto ao uso de escravos africanos, além de outras formas de trabalho não controladas pelo estado colonial na América espanhola do século XVI, Steve Stern escreve:

> Estas relações emergiram na "sociedade civil" como expressões de ligações e coerções "privadas" relativamente livres do patrocínio direto da estrutura política formal do estado. (...) A escravidão, o poder pessoal e o trabalho contratado (...) ligavam diretamente o explorador e o explorado. O estado colonial, em várias épocas e em graus diferentes, sancionou, encorajou e até mesmo pretendeu regulamentar legalmente essas relações. Mas o início, a dinâmica interna e o significado socioeconômico destas relações refletiam mais a iniciativa privada ou extra-oficial do que as proclamações do estado.[6]

Na América espanhola, o estado colonial teria um papel amplo e controlador, mas, como veremos no Capítulo III, isto iria restringir bastante o desenvolvimento da escravidão nas *plantations*. As coisas foram bem diferentes no Brasil português, mas aqui, como tento explicar no Capítulo IV, o estado era menos atuante na ordenação da sociedade colonial, especialmente no que diz respeito à escravidão. Como escreve Stuart Schwartz, "quanto ao tema da escravidão, o estado e seus representantes são notavelmente ausentes".[7]

O próprio processo de colonização era, em maior ou menor extensão, patrocinado pelo estado, assim como algumas variedades secundárias de escravização. O estado castelhano conseguiu um mandato do papa para legitimar sua conquista do Novo Mundo. O papado patrocinou o Tratado de Tordesilhas (1494), que dividiu o mundo além-Europa em esferas separadas de colonização castelhana (espanhola) e portuguesa. O Tratado ratificou o monopólio português do comércio de escravos

africanos e endossou a exigência espanhola da maior parte das recém-"descobertas" Índias (só o nordeste do Brasil ficaria dentro da esfera portuguesa). Embora o papado permitisse aos portugueses vender escravos africanos aos reinos cristãos da Espanha, não admitia sua venda aos muçulmanos, já que a escravização deveria levar à conversão. A doutrina espanhola de conquista afirmava que os povos nativos que resistissem ao papel divino de Castela seriam condenados à escravidão. No entanto, o objetivo da escravatura promovida pelos colonizadores espanhóis iria tornar-se tema de famosa controvérsia; como veremos, o monarca e seus representantes desconfiavam da cobiça e da ganância de seus próprios colonos. Por fim (como é explicado no Capítulo III), o monarca espanhol proibiu a escravização dos habitantes nativos (embora tenha deixado algumas frestas, já que índios rebeldes continuavam sujeitos à servidão). O estado imperial também emitiu licenças permitindo a introdução e a venda de africanos cativos. Se os sistemas de *plantations* escravistas do Novo Mundo tivessem sido montados com base no modelo espanhol, como alguns erradamente supuseram, seria necessário admitir um grau muito maior de patrocínio estatal do que de fato existiu. Na verdade, as *plantations* escravistas da América espanhola deram apenas uma contribuição modesta ao comércio atlântico nos séculos XVI e XVII. É verdade que as *plantations* brasileiras tornaram-se grandes produtoras nas últimas décadas do século XVI, e que a Coroa portuguesa estava nessa época unida à Espanha. Mas (como se explica no Capítulo IV) o crescimento brasileiro era mais tolerado do que promovido por Madri, e, de qualquer forma, logo foi interrompido pela invasão holandesa que a ligação com a Espanha ajudou a provocar — circunstâncias descritas e analisadas no Capítulo V.

Pode-se afirmar que a verdadeira arrancada da economia de *plantation* ocorreu no século XVII. As ambições da França, da Holanda e da Inglaterra no Novo Mundo desafiaram os monopólios ibéricos e as leis papais em que eles se baseavam, e nisso freqüentemente tiveram papel importante capitães de navios e colonos protestantes. Nem a França nem a Inglaterra podiam aceitar a demarcação papal feita no Tratado de Tordesilhas. Com o Tratado de Cateau-Cambrésis de 1559, a França, a Espanha e a Inglaterra fizeram a paz na Europa mas deixaram em aberto as condições exatas dos territórios "além da linha" — ou seja, além do primeiro meridiano que passa pelos Açores ou ao sul do Trópico de Câncer.[8] Enquanto a Espanha continuava a reclamar seus direitos, corsários franceses e ingleses, muitos deles protestantes, desafiavam seu monopólio comercial. Nessa época, um enxame de aventureiros e futuros colonos franceses exigia sua parte no comércio ou no território do Novo Mundo. Os ingleses vieram logo a seguir. Nas décadas de 1580 e 1590, os "ladrões do mar" belgas e holandeses uniram-se a eles sem nem mesmo respeitar a linha. Até o Trata-

do de Ryswick de 1697, o território "além da linha" — as Américas e a maior parte da costa africana — continuaria a ser excluído dos termos dos tratados de paz europeus. A incapacidade dos estados europeus de chegar a algum acordo em relação a estas áreas cruciais significava que elas continuavam a ser um campo de batalha, uma espécie de "oeste selvagem" no qual os comerciantes e colonos encontravam uma nova ordem, podendo ser forçados a submeter-se a este ou aquele xerife colonial. Sem a tenacidade e os recursos destes empreendedores coloniais, pouco ou nada seria realizado.

A teoria imperial que portugueses, espanhóis, franceses, holandeses e ingleses passaram a defender apelava para direitos concedidos por Deus, mas com interessantes variações de ênfase. Os portugueses destacavam seus direitos de "descobridores", não tanto da terra como das rotas marítimas entre a Europa e a costa recém-descoberta; exigia-se dos capitães portugueses que registrassem os detalhes de navegação de suas descobertas e que marcassem os lugares com cruzes de pedra. O monarca espanhol alegava dominar as Américas pelo direito divino da conquista, contanto que a cerimônia da "Exigência" de submissão pacífica tivesse sido realizada. Dizia-se que os governantes astecas e incas, não conseguindo reagir e obstruindo a movimentação livre dos espanhóis, haviam sido vencidos numa "guerra justa". Os franceses acreditavam que a "Exigência" e a conquista espanholas ridicularizavam o comportamento cristão e violavam as leis naturais e divinas dos povos indígenas. Os franceses, portanto, apareceram no Novo Mundo como amigos e aliados dos nativos, e alegavam só estabelecer colônias com seu consentimento espontâneo. Os holandeses reafirmavam seus direitos não apenas de navegadores, mas principalmente de comerciantes; diferentemente das potências ibéricas, acreditavam que havia um direito divino e natural de todos de navegar pelo alto-mar em busca de comércio e da vida melhor que o comércio trazia consigo. Finalmente, os ingleses enfatizavam o fato de que seus colonos, como lavradores ou fazendeiros, faziam melhor uso da terra do que os caçadores e catadores nativos ou seus rivais coloniais, e assim gozavam da sanção divina.

Este breve resumo destaca apenas a característica mais marcante de cada ideologia imperial; na prática, os vários poderes procuravam imitar os sucessos uns dos outros e aprender com seus erros.[9] Mas o sucesso na competição dependia, naturalmente, dos recursos e das instituições de que cada um podia dispor. Enquanto o ponto de vista espanhol, por um lado, dependia em alto grau da iniciativa e do controle do estado, a fórmula inglesa, no outro extremo, dependia de forma decisiva da iniciativa e da competência dos próprios colonos, embora nos termos de algum regulamento ou estatuto real. Nos vários capítulos da Primeira Parte será mostrado

que os escravos africanos poderiam ser introduzidos para dar mais ímpeto a cada um desses projetos coloniais, embora fosse mais compensador o uso de escravos na agricultura de *plantation*.

O funcionamento dos sistemas de escravidão era terrivelmente destrutivo e opressor, mas veio a exibir a rotina comum de uma empresa. Os comerciantes de escravos e suas equipes, e os donos de escravos e seus capatazes, trabalhavam com a expectativa de receber um salário ou de conseguir lucros. Mostraram-se capazes de uma ferocidade sádica, e procuraram esmagar a resistência dos escravos com demonstrações exemplares de crueldade. Mas a pesquisa nos registros cheios de detalhes deixados por fazendeiros e mercadores revela a convergência das taxas médias de lucro e métodos padronizados de procedimento. A pressão da competição comercial ajudou a difundir novas técnicas e a disciplinar o fazendeiro rebelde ou preguiçoso. Embora a maioria dos empregados livres concordasse implicitamente com a degradação do povo negro, eles não precisavam ser motivados pela hostilidade racial. Não foram raros os episódios de violência gratuita por causa da vulnerabilidade dos escravos, mas os sistemas escravistas bem-sucedidos combinaram de forma sistemática coerção com produção e manutenção da ordem. Os manuais de administração de *plantations* costumavam enfatizar que as punições deviam ser aplicadas de forma metódica e previsível. A superpopulação nos navios negreiros que cruzavam o Atlântico e as provisões insuficientes de alimento e água para os cativos causaram taxas de mortalidade muito mais altas do que entre os migrantes livres. Mas esses métodos eram mais lucrativos, porque um grande número de escravos podia ser transportado em cada viagem. O funcionamento comum dos sistemas escravistas apresentava um pouco da impessoalidade e da lógica funcional da organização empresarial moderna. Mesmo assim, as próprias fazendas escravistas baseavam-se na relação pessoal característica entre superintendente, feitor e trabalhadores escravos.

O caráter totalmente comercial da maior parte da escravatura no Novo Mundo torna-a diferente de práticas escravistas mais antigas. No ápice da escravidão no Velho Mundo — mais ou menos de 200 a.C. a 200 d.C. — os exércitos romanos capturaram um número muito grande de escravos, depois distribuídos ou vendidos de formas que refletiam a política do estado ou de um general em particular, e não segundo o jogo das forças econômicas. Pode-se dizer que muitos escravos romanos foram vendidos por terem sido capturados, enquanto muitos escravos africanos que alimentaram o tráfico atlântico foram capturados para serem vendidos. Da mesma maneira, os estados do Império Romano costumavam vender menos sua produção e contar menos com compras externas do que as *plantations* da América. Em conseqüência, os méto-

dos contábeis e os instrumentos financeiros eram menos elaborados. Os escravos de Roma tinham também muito mais oportunidade de exercer alguma função não-braçal. A escravidão romana voltava-se principalmente para as necessidades do estado imperial, ponto a que retornaremos no próximo capítulo; no Novo Mundo, os estados coloniais buscavam nutrir-se de uma "escravidão civil" ligada às redes comerciais espalhadas pelo Atlântico e além dele — e às vezes esta escravidão civil emancipava-se da tutela da metrópole. Apesar disso, a escravidão da Roma Antiga aproximou-se da experiência do Novo Mundo por lhe ter fornecido, mais que qualquer outro sistema escravista não-europeu, importantes fórmulas e justificativas legais.[10]

O fato de que a verdadeira dinâmica do comércio atlântico de escravos não era estatista nem mercantilista seria demonstrado durante os séculos XVII e XVIII, quando os instrumentos de regulação mercantilista foram desmantelados ou suprimidos. O volume do tráfico atlântico aumentou imensamente quando apareceram novos empreendedores e as companhias oficiais de comércio de escravos foram marginalizadas. John Thornton escreve sobre o início do período: "Embora os estados do Atlântico tentassem com persistência dirigir e controlar o comércio, seu objetivo era, na verdade, melhorar sua receita através da distorção marginal do mercado."[11] A opinião de Thornton pretende ser aplicada tanto aos estados europeus quanto aos africanos, que, apesar da diferença de condições, acabaram mostrando a mesma incapacidade para dominar de forma monopolística o comércio de escravos. Foi a iniciativa privada dos mercadores e grandes fazendeiros que levou ao emprego de escravos em escala cada vez maior nas *plantations* das ilhas atlânticas, do Brasil e do Caribe. A fórmula da escravidão das *plantations* americanas atingiu sua expressão mais forte nas ilhas orientais do Caribe em meados do século XVII, numa época em que nenhuma delas era efetivamente regulamentada pela metrópole, como veremos nos Capítulos VI e VII. Nessa época, o talento mercantil dos holandeses, o domínio da técnica açucareira dos portugueses e brasileiros e o vigor empresarial dos fazendeiros e colonos ingleses e franceses criaram e multiplicaram grandes *plantations*, baseadas no trabalho de escravos africanos e que utilizavam os últimos avanços do comércio e da manufatura. Karl Polanyi atribuiu a "explosão do comércio de escravos" a este "importante acontecimento, tão específico quanto a invenção da máquina a vapor por James Watt cerca de 130 anos depois".[12]

Pesquisas recentes mostram que até as grandes companhias de comércio de escravos, como a Royal African Company inglesa, descobriram que tinham de respeitar os princípios do mercado, e aprenderam a reconhecer as necessidades e os desejos específicos de centenas de fornecedores na costa africana e milhares de compradores nas colônias americanas. Depois de examinar detalhes de cerca de oitenta mil transações registradas nos arquivos da African Company, David Galenson conclui:

> Este estudo encontrou fortes indícios de comportamento diligente e sistemático voltado para a maximização do lucro de comerciantes ingleses de escravos e produtores ingleses de açúcar nas Índias Ocidentais no final do século XVII e início do XVIII. Estes comerciantes e produtores eram tolhidos por graves desvantagens, mas os indícios mostram que reagiu a elas de forma enérgica e inteligente. A prova de reações racionais aos estímulos do mercado vem tanto de indicadores quantitativos de receitas agregadas ao comércio de escravos quanto de indicadores qualitativos que permitem uma rara visão da operação interna de uma grande companhia em atividade no fim do século XVII. Disso tudo surge o quadro de uma série de mercados econômicos competitivos intimamente ligados, na África e na América, nos quais grande número de comerciantes e produtores agrícolas respondiam de forma rápida e perspicaz aos incentivos econômicos.[13]

O comércio dos bens produzidos nas *plantations* era mais afeito à regulamentação, já que a rota entre colônia e metrópole era mais fácil de ser vigiada. Havia, provavelmente, mais contrabando entre colônias de países diferentes do que entre diferentes mercados metropolitanos, já que a maioria dos estados europeus dispunha de um aparato para controlar o segundo tipo. No entanto, o comércio de tabaco, açúcar, rum, algodão e outros produtos das *plantations* tinha um ímpeto espontâneo capaz de surpreender as autoridades. O hábito de fumar espalhou-se sem nenhum apoio oficial, a despeito, inclusive, de repetidas tentativas de eliminá-lo.

Depois que passaram a existir florescentes colônias escravistas, os estados coloniais rivais certamente viram as vantagens de controlá-las. E já que outros estados coloniais representavam uma ameaça constante, dispuseram-se a oferecer proteção militar. O estado colonial podia também oferecer aos proprietários proteção contra seus próprios escravos. Mas desde muito cedo, os proprietários americanos de escravos queriam controlar os seus próprios meios de defesa, na forma de milícias e patrulhas. As guarnições da metrópole ficavam às vezes muito distantes e quase sempre eram insuficientes; seu papel era tanto controlar os exageros dos colonos quanto protegê-los. A necessidade dos grandes fazendeiros de recrutar o apoio de gente livre sem escravos iria moldar a estrutura racial, como veremos adiante.

O caráter racial da escravidão no Novo Mundo foi inventado por comerciantes e colonos europeus com pouca interferência de funcionários do estado. As primeiras autoridades espanholas e portuguesas justificaram a escravidão como um meio de converter os africanos. Os comerciantes e colonos europeus do início da era moderna tinham poucos escrúpulos quanto a escravizar os pagãos, fossem índios ou africanos ou — caso o conseguissem — asiáticos, embora raramente mostrassem alguma disposição de convertê-los. Mesmo assim, alguns escravos se converteram, pondo

em questão conceitos oficiais e populares. Nas colônias inglesas, as assembléias locais tiveram de criar legislação específica estipulando que a conversão não conferia liberdade ao escravo. Havia uma sanção religiosa para a escravidão. Como veremos no Capítulo I, os europeus do início da era moderna acharam na Bíblia sanções para a escravização de estrangeiros, e alguns acreditavam que os africanos, como "filhos de Cam", haviam sido condenados a este destino, mesmo que se tornassem cristãos. Nos capítulos seguintes, há exemplos do uso deste mito para justificar um sistema de escravização que passou a focalizar cada vez mais apenas os de origem africana. Esta doutrina representou uma das expressões da crescente consciência racial cristã, européia ou "branca", que tanto protegia os europeus dos rigores da total escravidão quanto apontava os africanos ou negros como vítimas adequadas. A necessidade dessa ideologia tornou-se aguda em conseqüência da revolução das *plantations*, já que ali havia muitas funções exaustivas e desagradáveis a desempenhar.

Identidade em transição e escravidão racial

Na prática, os escravos eram considerados membros de uma espécie inferior, e tratados como bestas de carga a serem guiadas e inventariadas como gado. E como todas as ideologias racistas, esta estava permeada de má-fé. Os escravos eram úteis aos fazendeiros exatamente por serem homens e mulheres capazes de compreender e executar ordens complexas e de usar intrincadas técnicas cooperativas. A característica mais perturbadora dos escravos, no ponto de vista do dono, não era a diferença cultural, mas a semelhança básica entre ele e sua propriedade. Os africanos podiam procriar com europeus, e ocupavam o mesmo nicho ecológico. Como Benjamin Franklin viria a observar, os escravos, ao contrário das ovelhas, podiam rebelar-se. Todas as grandes religiões do mundo registraram o fato antropológico da humanidade comum a todos. E embora pudessem aspirar à irmandade dos homens e ao respeito entre as nações, sua atitude para com os infiéis freqüentemente revelava a percepção do maior inimigo da humanidade. Como Jean-Paul Sartre destacou:

> Nada, nem mesmo feras selvagens ou micróbios, pode ser mais aterrorizante para o homem do que uma espécie que é inteligente, carnívora e cruel, que pode compreender e sobrepujar a inteligência humana e cujo objetivo é exatamente a destruição do homem. Esta, entretanto, é a nossa própria espécie, como é percebida por cada um de seus membros num contexto de escassez.[14]

O fazendeiro americano que tratava seus escravos como seres subumanos revelava tipicamente o medo e o excesso de agressão nascidos da crença de que eles poderiam tomar-lhe a plantação e as mulheres se tivessem a menor oportunidade real de fazê-lo. A opinião de Sartre está ligada à tese de Foucault de que o racismo é uma expressão de guerra social permanente. Em suas conferências de 1976 no Collège de France, Foucault, na verdade, identificou a origem da consciência de raça nos séculos XVI e XVII com o antagonismo popular ao elemento aristocrático no estado pré-moderno, que também se baseava em conceitos raciais (saxões contra aristocratas normandos na Inglaterra, francos contra aristocratas godos na França, e assim por diante). No entanto, nesta concepção, os sentimentos racistas que poderiam desafiar a aristocracia poderiam também ser dirigidos contra estrangeiros.[15]

A migração oceânica, voluntária ou forçada, ao colocar em contato íntimo grupos humanos anteriormente distantes, criou a necessidade de se elaborar novos sistemas de atribuição de identidade. No mundo das trocas e confrontações atlânticas, a qualidade dada e estabelecida de toda a identidade social tradicional foi ameaçada pelo fluxo e pela mistura. Jack Forbes demonstrou que mesmo palavras com sentido aparentemente definido como "negro" eram muito variáveis no século XVI, referindo-se com freqüência aos que mais tarde foram chamados de "índios", ou a várias misturas étnicas.[16] O mundo aberto pelas "Descobertas", como observou Vitorino Magalhães Godinho, mergulhou os europeus numa sensação vertiginosa de novidade para onde quer que olhassem, com novas plantas, novas frutas, novos animais, novos costumes, novos povos e um novo céu à noite.[17] Na América do Norte, na década de 1530, o futuro conquistador Nuñez Cabeza de Vaca, juntamente com seu escravo africano Estevanico e dois companheiros, foi capturado por povos indígenas depois do fracasso de uma expedição da qual Cabeza de Vaca era tesoureiro. Seu relato fascinante do que lhes aconteceu depois — da insistência dos índios em que eles possuíam o poder de curar, de suas viagens em meio a uma série de povos indígenas, e da desilusão de seu retorno ao mundo de rapina e brutalidade dos caçadores cristãos de escravos — divulgou para um público mais amplo as estranhas inversões morais que podiam ocorrer dentro e fora dos limites do império.[18] A *Peregrinação* do navegador português do fim do século XVI Fernão Mendes Pinto apresentou outras histórias espantosas e perturbadoras deste tipo.

Michael Pietz dá um exemplo de identidades em transição numa anedota relativa a um tempo e em lugar onde elas estavam, talvez, em seu ponto mais fluido. É contada por um português, e descreve um encontro com o escravo de um amigo no rio Gâmbia, em 1624:

> Encontrei um jovem preto mandinga, de nome Gaspar Vaz. O preto era um bom alfaiate e fazedor de botões. Assim que soube que eu estava no porto, veio ver-me e saudou-me com grande entusiasmo. Abraçou-me, dizendo que não podia acreditar que era eu quem ele via, e que Deus me levara ali para que ele pudesse ajudar-me de alguma maneira. Por isso eu lhe agradeci, dizendo que também estava muito feliz de vê-lo, para que pudesse dar-lhe notícias de seu senhor e sua senhora e seus conhecidos, mas que estava triste por vê-lo vestido com uma bata mandinga, com amuletos de seus fetiches (deuses) em volta do pescoço [*com nominas dos seus feitiços ão pescoço*], ao que ele respondeu: "Senhor, uso esta roupa porque sou sobrinho de Sandeguil, senhor desta cidade, a quem os tangomãos chamam de Duque, porque ele é a pessoa que comanda depois do rei. Com a morte de Sandeguil, meu tio, herdarei todos os seus bens, e por esta razão visto-me com as roupas que vossa honra vê, mas não creio na Lei de Maomé, na verdade eu a detesto. Creio na Lei de Cristo Jesus, e para que vossa honra possa saber que o que digo é verdade" — ele tirou a bata, sob a qual usava um gibão e uma camisa à nossa moda, e do pescoço ele puxou um rosário de Nossa Senhora — "todo dia recomendo-me a Deus e à Virgem Nossa Senhora com este rosário. E se eu não morrer, mas vier a herdar a propriedade de meu tio, farei com que alguns escravos sejam enviados a Santiago, e quando encontrar um navio que me leve irei viver naquela ilha e morrer entre cristãos." Não foi de pouca serventia encontrá-lo no Gâmbia, porque ele me foi útil em tudo, e o que comprei foi ao preço corrente entre as pessoas do local, muito diferente do preço que cobram dos tangomãos. E ele serviu-me de intérprete e tradutor.[19]

Embora este fosse evidentemente um acaso feliz, as identidades ambivalentes que ele revelou não eram as exigidas por fazendeiros proprietários de escravos que precisavam de trabalhadores fixos num lugar e num só papel. A cor da pele passou a servir como uma marca excelente e facilmente identificável que cada um carregava no rosto e nos membros, impedindo qualquer esperança de impostura ou dissimulação. Quando necessário, alguns sistemas de classificação racial podiam dar importância a tonalidades ou fenótipos diferentes; em outros casos, a pele poderia ser "clareada" por meio do pagamento de gratificações às autoridades. Mas a linha básica deste sistema de classificação era simplesmente a pigmentação. A escravidão do Novo Mundo associava-se de forma particular à pigmentação mais escura, ou pele "negra". Nem todo negro era escravo, mas a maioria dos negros era, e, deste ponto de vista, todos os negros poderiam ser tratados como escravos, a menos que pudessem provar que eram livres — e mesmo assim, ainda seriam mais maltratados do que os colonos brancos. Nas colônias das potências católicas e latinas, a hierarquia racial era um pouco mais complexa e barroca, como descreveremos adiante. Mas a cor da

pele continuou a ser uma marca social fundamental, extremamente relacionada à escravização.

Assim, na teoria racial que veio a ser associada de forma peculiar à escravidão nas *plantations*, as características fisiológicas isoladas de cor da pele e fenótipo passaram a ser vistas como critérios decisivos de raça, termo que até então tinha um sentido mais amplo de família ou parentesco, natureza ou cultura. A simplificação em marcha suportou o teste da prática. Representava um documento de identidade numa época em que muitos eram analfabetos. Também correspondia a uma lógica fetichista que o ensaio de Pietz tenta esclarecer. Os comerciantes e viajantes europeus acreditavam que os africanos eram vítimas de um estranho erro de classificação e de uma incapacidade de perceber conceitos gerais; em vez disso, eles tinham seus "fetiches", ou sortimentos de estranhos objetos imbuídos de poderes sobrenaturais. A palavra fetiche não se originou de nenhuma língua africana, simplesmente derivou-se do português *feitiço* — que vem do verbo fazer, mas neste sentido geralmente referente à bruxaria.

Assim como a cor da pele e o fenótipo ajudaram a determinar a raça, o sistema complexo de comércio e escambo ajudou a produzir um conjunto de equivalentes, que podiam ser reduzidos a ouro ou prata, ou conchas ou moeda, ou — como freqüentemente ocorreria no século XVIII — por barras de ferro marcadas, usadas como *numéraire*. Essas moedas eram em geral avaliadas em termos do que cada coisa, especialmente escravos, podia valer. Mas os próprios escravos eram cada vez mais adquiridos como meio de produção de outras mercadorias. De início, os portugueses interessaram-se principalmente por pó de ouro, especiarias e pequenas remessas de açúcar; os espanhóis eram obcecados por especiarias, e apenas pequenas quantidades de tinturas, açúcar e chocolate. Os mercadores e fazendeiros holandeses, franceses e ingleses acabaram assumindo a liderança com quantidades maiores de açúcar, rum, melado, tabaco, anil, algodão e café. E numa nova dança atlântica — na verdade global — de mercadorias, as manufaturas européias e orientais moveram-se na direção contrária: para as colônias e a costa africana.

Os processos de trocas elaborados e competitivos, que fizeram com que esses diferentes bens chegassem ao mercado, ajudaram a ocultar as condições de sua produção e a minimizar o senso de responsabilidade social ou moral de todos os envolvidos. Desta forma, o fazendeiro ou mercador podia dizer a si mesmo: se eu me recusar a comprar um escravo, outra pessoa vai comprá-lo. Esta lógica da atomização e da serialização, na qual cada um se sente obrigado a imitar o outro em si mesmo, foi também teorizada por Sartre.[20] Devido às múltiplas incertezas e à freqüente indefinição da nova sociedade de mercado e dos novos encontros nos quais se baseava, não sur-

preende que tenha criado novas ansiedades e percepções truncadas. Assim, os europeus do início da era moderna, ao encontrar nativos americanos ou africanos, acreditaram que eles viviam fora da cultura e da moralidade, num estado "selvagem" e "natural". Isto gerou fantasias e medos fóbicos, assim como desejos e projeções utópicos.[21] As ideologias da escravização encontraram formas de mobilizar os primeiros — embora, como será dito abaixo, não ficasse claro se era prudente ou lucrativo adquirir e confiar em selvagens incontroláveis, canibais depravados, demônios assassinos ou coisa semelhante. Na verdade, a identidade do escravo tinha de ser domesticada, normalizada ou naturalizada. Sua redução à condição de gado era elemento decisivo deste processo.

Já se acreditou que as relações sociais na troca econômica não supervisionada teriam promovido uma igualdade tosca entre comprador e vendedor. Na verdade este seria o caso tanto na costa africana quanto nas Américas, embora deste âmbito estivessem excluídos, de forma intencional, os próprios cativos que seriam negociados. Num importante ensaio sobre a origem do abolicionismo dos séculos XVIII e XIX, Thomas Haskell afirmou que o novo mundo do comércio a longa distância promoveu um sentimento de interconexão humana e de eficácia da ação à distância que minou espontaneamente a legitimidade da escravidão. Por outro lado, Ellen Meiksins Wood argumenta que a igualdade formal provocada pelo surgimento das relações capitalistas no período inicial da era moderna deveria ter causado a conseqüência oposta, fortalecendo novas doutrinas de raça, etnia e gênero para explicar e justificar a desigualdade e a exclusão existentes. Embora a escravidão no Velho Mundo não tenha negado a humanidade básica do escravo, as sociedades capitalistas emergentes da Europa do século XVII só podiam reconhecer a humanidade daqueles que tivessem algo a vender — do mercador ou monarca africanos, mas não do cativo africano.[22]

Thomas Holt afirmou que a escravidão americana teve suas raízes numa nova configuração do cotidiano, de tal forma que a decisão de um consumidor ao comprar meio quilo de açúcar nos conduz às relações sociais globais que tornaram isto possível:

> Uma mulher que compra meio quilo de açúcar (...) tem um aspecto duplo: seu gesto é simples, mas ao mesmo tempo nele se inserem relações sociais complexas. Sua ação não só expressa como possibilita uma estrutura global de política imperialista e relações de trabalho que racializam o consumo, além da produção.[23]

Faz parte do objetivo deste livro investigar como se estabeleceram essas estruturas e situar o papel do cotidiano em sua elaboração e reprodução. Num certo nível, o

consumidor tinha realmente de desempenhar um papel crítico. A Europa do início da era moderna testemunhou o surgimento de uma demanda de luxos populares, alimentada pelo número maior de pessoas que agora recebiam aluguéis, salários e honorários. Os que tinham dinheiro — incluindo os novos pobres, além dos novos ou velhos ricos — podiam recorrer ao mercado para adicionar açúcar ou tempero à sua vida. Carole Shammas observa:

> A troca feita por tantas pessoas [para os alimentos estrangeiros] reorganizou completamente o comércio e promoveu a colonização e a escravidão. (...) Desde Keynes costuma-se perguntar sobre o impacto do estado na demanda de consumo. Mas nos séculos XVII e XVIII, a ordem causal era inversa: o efeito da demanda de consumo sobre o estado.[24]

Mas os consumidores de Shammas não são todos soberanos, já que ela também identifica novas populações proletarizadas isoladas das fontes tradicionais de alimento — a vaca da família ou a horta doméstica — que encontram nas novas bebidas e confeitos açucarados consolo e calorias muito necessárias. A dinâmica da sociedade civil foi, na verdade, atingida tanto pela hierarquia de classe quanto pela racial. Também está claro que os novos produtos exóticos poderiam ser produzidos de várias maneiras. Por mais de meio século o tabaco foi cultivado principalmente por fazendeiros livres e servos europeus sob contrato. A maioria dos produtos típicos das grandes *plantations* escravistas — algodão, anil, café e até mesmo o açúcar — poderia ser cultivada e inclusive processada por trabalhadores livres ou servos contratados. Foram principalmente os mercadores e fazendeiros que decidiram como atender à demanda da produção das plantações, e isso num contexto que ajudaram a criar. No Capítulo VIII eu pergunto se poderiam ter feito outra escolha. Em geral, os pequenos produtores independentes, as comunidades nativas e os migrantes livres ou sob contrato de servidão não tinham influência no governo nem o tipo de ajuda ou proteção que poderia ter-lhes dado respaldo contra a elite de mercadores e grandes fazendeiros.

Uma forma de assegurar a inclusão social e de determinar a identidade na Europa do início da era moderna era a lealdade à Nação. Mas este sentimento patriótico não explica inteiramente por que alguns poderiam ser escravizados e outros não. Os comerciantes e os colonos do Novo Mundo abriram seu caminho para novos sistemas de classificação racial, inventando não apenas um, mas vários racismos, como veremos, aprimorando sucessivamente a identidade da comunidade colonial e escravocrata como "cristã", "européia" e "branca". Embora as identidades nacionais viessem a mobilizar um povo europeu contra o outro, não serviam para justificar a escravização

de súditos de outro monarca ou de cidadãos de outro estado; e em condições normais, a mesma consideração estendia-se aos súditos de um monarca muçulmano. Mas os novos racismos forneceram princípios críticos de subordinação doméstica na sociedade civil das colônias. Os cativos africanos não eram considerados membros de um estado, e sim comprados como gado; então passavam a fazer parte do equipamento doméstico da casa escravocrata. Quando um escravo era comprado, adquiria a nacionalidade de seu novo dono, tornando-se, no jargão popular, um "negro inglês" ou um "negro francês". No início da era moderna, muitos eram submetidos a vários graus de exclusão política e social, e apenas uma minoria de homens adultos, junto com algumas viúvas, podia exercer os direitos de chefe de uma casa. A condição do escravo era, assim, o caso limitado de um tipo de exclusão ao qual se sujeitavam as mulheres, os menores de idade e os que tinham pouca ou nenhuma propriedade. E o sentimento racial que a animava pode ser relacionado, como sugere Benedict Anderson num caso semelhante, mais à classe do que à nacionalidade.[25]

A conjunção de modernidade e escravidão é estranha e desafiadora, já que o elemento mais atraente da modernidade sempre foi a promessa de maior liberdade pessoal e auto-realização. As comunas do final da Idade Média geraram uma aspiração à cidadania que logo se manifestou nessa noção de liberdade civil; afirmou-se com freqüência que o "ar livre" da municipalidade dissolvia os elos da servidão. A Reforma protestante produziu uma versão religiosa desta premissa com sua noção do papel da consciência individual. O surgimento de "nações" distintas, primeiro entre estudantes e mercadores e depois em camadas mais amplas da população, deu origem à idéia de que o povo percebia sua liberdade na criação de uma comunidade nacional. O sentimento nacional, prometendo uma suposta liberdade, ou até mesmo participação na soberania, para todos os membros da nação, iria tornar-se parte da estrutura da modernidade que emergiu nos séculos XVI e XVII. Mas a propriedade e o patriarcado modificaram esta premissa e, na verdade, dela excluíram completamente os escravos. Os negros livres inclinavam-se a exigir direitos civis, mas, quando o fizeram, tiveram de enfrentar os colonos brancos; o estado colonial considerou apropriado ou conveniente conferir algumas vezes um ou outro direito aos negros livres para estimular sua lealdade. Mas, na verdade, o escravo estava fora do alcance do estado colonial.

No novo espaço secular aberto pela modernidade, a escravidão recebeu um relevo dramático e negativo. Durante algum tempo, no século XVII, esta palavra tornou-se uma das mais usadas no vocabulário da agitação política e social. Portanto, é ainda mais intrigante que a escravidão tenha sido tão desenvolvida no Novo Mundo exatamente pelos povos do noroeste da Europa que mais a rejeitavam em casa.

Eles viam na escravidão uma noção de domínio intenso e completo que era a antítese da cidadania e do respeito próprio. É claro que a noção de trabalhador assalariado estava ainda num estágio primitivo de seu desenvolvimento, com muitos aspirantes à posição de pequeno produtor ou artesão independente. O trabalhador em condições de receber salários regulares para cobrir seus custos de subsistência, e assim ser capaz de viver sem meios independentes de existência ou sem outras exigências a atender representava um resultado particular de um desenvolvimento social longo e contestado. No século XVI, o servo contratado podia possuir alguma terra ou ferramentas de trabalho; por outro lado, devia servir por vários anos de cada vez. O senhor geralmente tinha o direito de aplicar castigo físico; por outro lado, o trabalhador poderia apelar para vários direitos consuetudinários num enfrentamento com o empregador. A noção popular da condição de escravo era a de alguém que tinha perdido todos os direitos consuetudinários e meios independentes de existência, e assim estava subordinado à dominação crua, perpétua e completa do senhor. No decorrer deste livro, será mostrado que este era realmente o estatuto formal da escravatura nas Américas, mas que havia outras tendências opostas ou diferentes, muitas delas difíceis de identificar com a ajuda dos conceitos jurídicos formais da escravidão européia. Os cativos africanos trouxeram consigo habilidades e esperanças que os ajudaram a sobreviver, a adaptar-se e, finalmente, a desafiar ou minar a noção européia moderna de escravização. A inovação da escravidão colonial foi iniciada pelos mercadores e donos de *plantations* europeus, depois ratificada por juristas ou estadistas; afinal, ela criou novas identidades e novas solidariedades que diferentes juristas e líderes políticos acharam vantajoso reconhecer.

As relações sociais da escravidão colonial adotaram um antigo conjunto de fórmulas legais, usaram técnicas contemporâneas de violência, desenvolveram em grande escala a manufatura e o transporte marítimo e anteciparam modos modernos de coordenação e consumo. A escravidão no Novo Mundo foi, acima de tudo, uma mistura do antigo e do moderno, do comércio europeu e da agropecuária africana, de plantas americanas e orientais e de processos e elementos do patrimonialismo tradicional com a contabilidade e a propriedade individual modernas. As principais culturas — milho e mandioca, além de tabaco, açúcar, café, anil etc. — eram desconhecidas na Europa e os meios de produzi-las, processá-las e consumi-las teve de ser aprendido com outros. Esses empréstimos envolveram necessariamente inovações e adaptações, à medida que as novas práticas e instituições sociais, assim como as novas culturas e técnicas de cultivo, eram organizadas em novos conjuntos. Os testes da guerra e da sobrevivência no mercado provocaram uma "seleção natural" das instituições e práticas sociais — seleção esta que, por um período considerável,

favoreceu as grandes *plantations* escravistas.[26] A instituição da escravidão colonial conferiu um ímpeto forte, embora instável, a todo o complexo — por algum tempo.

A coordenação intrincada e severa do trabalho exigida pela produção das novas culturas de *plantation* — como a arte de ferver o açúcar, com seus sete diferentes tachos de cobre — tinha em si a complexidade e a arte barrocas. A versatilidade e o luxo dos confeitos à base de açúcar branco tornaram-se fundamentais para a exibição aristocrática; e quando a produção em grande escala fez cair o preço, o consumo de açúcar espalhou-se por camadas mais amplas da população ao mesmo tempo em que continuava a fornecer a cobertura dos bolos cerimoniais em ocasiões importantes. Rituais refinados, como tomar café, chá ou "chocolate barroco" (uma infusão de especiarias) adoçados com açúcar, também se disseminaram para baixo na escala social.

No entanto, como os novos produtos exóticos estavam associados ao advento de novos prazeres populares, houve também um movimento na direção oposta. As drogas e estimulantes que floresceram não eram necessariamente os mesmos aceitos pelas autoridades — que em geral desaprovaram o tabaco, até perceberem suas possibilidades lucrativas. O hábito de fumar, mascar ou cheirar tabaco foi levado para a Europa por marinheiros e aventureiros. Foi o primeiro luxo exótico a tornar-se artigo de consumo de massa. Ao mesmo tempo, o princípio do prazer era aparentemente disciplinado pela necessidade de autocontrole. O tabaco, como o chá ou o café, era um estimulante que não confundia nem amortecia os sentidos. No Capítulo VI será sugerido que esses estimulantes acabaram sendo escolhidos porque eram compatíveis com a consciência alerta e sob controle, e por moderarem o apetite.[27] As grandes plantações também produziam algodão e corantes, que logo influenciaram o vestuário da classe média e mesmo das classes populares — especialmente na Holanda e na Inglaterra, pioneiros deste novo mundo burguês de consumo. Embora a nova sociedade civil costumasse imitar a Corte, sua dinâmica disseminou o consumo da produção das *plantations* por todos os recantos da nova economia mercantil. O crescimento do capitalismo na Europa absorveu assim uma torrente de mercadorias exóticas, que ajudaram a adoçar a pílula muitas vezes amarga da dependência de salários.

Do barroco ao crioulo

O termo que evoca o caráter e as aspirações do início do colonialismo europeu é "barroco". Esta palavra, que originalmente designava uma pérola de formato irregular e depois foi aplicada às demonstrações tortuosas e elaboradas da lógica escolástica, passou a referir-se às características contraditórias, bizarras e exóticas da cultura pós-renascentista. A palavra acabou sendo adotada para evocar os princípios de poder e harmonia que poderiam reconciliar estes elementos discordantes. O barroco surge numa Europa que enfrenta o poderio otomano e que descobre a cultura material da Ásia, da África e da América. É patrocinado de início pelos jesuítas, pela Contra-Reforma e pelos monarcas católicos e suas cortes, numa tentativa de enfrentar o desafio dos puritanos, e posteriormente alguns monarcas protestantes também adotaram aspectos do barroco. Xavier Rubert de Ventos, ao escrever sobre as conseqüências da colonização das Américas, observa:

> Em geral, o barroco — especialmente na Espanha — parece ser uma tentativa de reter os ideais clássicos num mundo em que tudo parece sobrepujá-los: um portentoso esforço para conter elementos que transbordam qualquer perímetro figurativo. Contra todas as dificuldades, os artistas barrocos tentam apresentar a tradução tangível de um mundo dilacerado pelo Cristianismo, engrandecido pela Igreja e desmembrado pelo Estado, desqualificado pela economia monetária e deslocado do centro pelas descobertas cosmológicas e geográficas.[28]

De forma semelhante, Carl Friedrich liga o barroco ao mundo da escravidão colonial:

> Quando se olha para este período de expansão colonial, não é difícil perceber que a divulgação do Evangelho, o fascínio do ouro e da prata, algumas considerações estratégicas, a necessidade de escoar o excesso de população, a busca de matérias-primas e de mercados, o esforço para aumentar a receita do governo e o treinamento naval, tudo isso, além da psicologia da aventura e da fuga, teve seu papel, de fato e na propaganda. O desejo de poder, motivo básico da era barroca, existia em todos esses fatores. Porém, não apenas o desejo *de*, mas talvez até mais o prazer *no*, o fantástico sentimento *de* poder, agiram de forma maravilhosa neste campo. Ao se confrontar o comerciante de escravos e o puritano, o especulador adepto do "fique-rico-já" e o quaker* místico e pacifista que cruzaram os sete mares e expandiram a Europa até darem a volta ao mundo, pode-se perceber uma vez mais as polaridades básicas do barroco. A busca tanto de poder interno quanto de poder externo impulsionou a expansão colonial da Europa (...)[29]

*Membro da Sociedade dos Amigos, seita cristã fundada por George Fox em 1650. O termo, de origem pejorativa, referia-se ao "shaking and quaking" ("sacode e treme") dos participantes das antigas reuniões dos Amigos. (*N. do T.*)

A expansão do conceito de barroco para abranger também os puritanos e quakers dá uma latitude indevida ao termo, já que — como argumentou José Maravall — o barroco representou na verdade uma modernidade alternativa àquela associada à ética puritana, e exultava em formas de ostentação renegadas pelos puritanos.

Como o barroco teve uma ligação especial com a Contra-Reforma, cresceu mais nos países católicos do que nos protestantes, e em toda parte era associado às demonstrações régias e aristocráticas, focalizando uma harmonia utópica, uma cornucópia de abundância e uma vitrine de elegância. É na pintura barroca que encontramos com freqüência a figura do pajem negro, olhando com gratidão para seu senhor ou senhora, ou voltando os olhos placidamente para o espectador. O barroco favoreceu uma visão controlada e santificada da sociedade civil. Enquanto o *Code Noir* de Luís XIV procurava dar apoio a algum tipo de justiça no mundo da escravidão, o padre Antônio Vieira, jesuíta português e por algum tempo capelão real, publicou uma obra-prima da prosa barroca denunciando os cruéis proprietários de escravos e exaltando suas vítimas. Fundamentalmente, a corte barroca desejava domesticar o voluntarioso proprietário de escravos, em vez de garantir-lhe todo o poder que desejava. Ao mesmo tempo em que o barroco, como espetáculo, mantinha ligações com o mundo da escravidão colonial, ele também exibia boa iniciativa empresarial pública como face positiva do mercantilismo, o que contrastava com a iniciativa privada que impulsionava a escravidão do Novo Mundo. Vieira foi também o arquiteto da Companhia do Brasil, uma entidade estatutária que ajudou a manter a colônia portuguesa.

Os fazendeiros do Caribe inglês e da América do Norte, onde a escravidão mostrou-se mais dinâmica, estavam mergulhados num mundo de trabalho cotidiano e faziam menos concessões a seus subordinados do que os reis de Espanha e Portugal. Mas consideravam-se soberanos de todos os que deles dependiam, e às vezes patrocinavam as diversões de seu povo. As casas-grandes dos proprietários de *plantations* recebiam adornos africanos, e ao mesmo tempo imitavam as mansões palladianas* da aristocracia inglesa e francesa, esta última influenciada por Versalhes. Como o cultivo das *plantations* destruía as florestas, os fazendeiros tinham pouca dificuldade de encontrar locais de onde se descortinasse a paisagem. Não construíram fortalezas ou castelos, e sim palcos para a vida elegante. A religião e a cultura das colônias escravistas protestantes e anglo-saxônias resistiam à mistura cultural — embora, como discutiremos no Capítulo XI, esta não estivesse de forma alguma ausente, mesmo na Virgínia norte-americana. Embora os donos de *plantations* fornecessem os ingredientes necessários ao novo estilo de vida burguês, eles mesmos cultivavam a dignidade dos *gentlemen*. Não eram poucos os fazendeiros coloniais cultos, conhecedores profundos dos costumes e artefatos dos índios, cujas pesquisas podem ser consideradas projetos de domínio cultural ou, sob um ponto de vista mais simpático, como tentativas de transcender os modelos europeus e descobrir uma identidade americana.

*No estilo do arquiteto Andrea Palladio (1508-80), que reformou várias casas senhoriais inglesas durante o século XVI, numa revivescência das formas clássicas romanas. (*N. do T.*)

Tzvetan Todorov afirmou que os conquistadores espanhóis combinavam a capacidade de penetrar no mundo das sociedades pré-colombianas, usando de forma hábil e impiedosa suas próprias falhas internas, com uma avidez por ouro e uma arrogância cultural que reprimiu a humanidade básica dos conquistados.[30] De modo típico, os colonizadores europeus descreviam-se como engajados numa missão civilizatória, para salvar os "bons" nativos dos "maus" nativos que os roubavam. Nesta separação do "Outro", o mau nativo era intrinsecamente nocivo, dado ao canibalismo (palavra derivada do nome de uma tribo do Caribe) e a outras práticas inomináveis; o "bom" nativo, por outro lado, ainda precisava da tutela e da proteção do Conquistador. O processo subseqüente de construção dos sistemas coloniais conservou muitas das características identificadas por Todorov, mas envolveu uma proliferação — uma proliferação barroca — de identidades moldadas num contraponto polifônico.

O escravo africano era diferente do índio conquistado, e em ambas as categorias havia muitas distinções. Os espanhóis permitiam — e até mesmo estimulavam — que índios e africanos de *naciones* diferentes exibissem roupas distintas, às vezes uma adaptação das roupas camponesas espanholas com elaboração folclórica de inspiração indígena ou africana, em dias de festa real. No sistema de *plantation*, os proprietários gostavam de diferenciar os vários povos africanos, aos quais eram atribuídos talentos e temperamentos verdadeiros ou imaginários. Assim, os fazendeiros ingleses preferiam os "coromantins" — nome que davam aos povos Akan da África Ocidental — por causa de sua iniciativa, resistência e bravura, mas também temiam sua propensão à revolta. Pelo menos vinte povos africanos diferentes eram reconhecidos pelos fazendeiros franceses de São Domingos, e havia diferenças significativas no tipo de trabalho destinado a cada um.[31] Essas "nações" africanas eram concebidas grosseiramente, com base no modelo das nações européias, sem registrar o complexo de relações de parentesco, acabando, na verdade, por reduzir à simplicidade uma identidade complexa. As populações mestiças ou mulatas eram detalhadamente classificadas: o fazendeiro-filósofo francês Moreau de St-Méry elaborou uma tabela de termos que distinguia 128 categorias diferentes de sangue mestiço. As autoridades portuguesas organizaram as seguintes classes diferentes de pessoas livres de cor nas

Minas Gerais do século XVIII: pardos e bastardos forros; pretos e pardos forros; pretos e mestiços forros; índios e bastardos. A escravidão colonial, portanto, era acompanhada, de maneira típica, por uma hierarquia complexa de Outros, e a posição para com o Outro escravizado era mais de instrumentalização do que de simples supressão ou exclusão, destinos estes reservados para o incorrigível "nativo mau".

A categoria do barroco ilumina o caráter de transição da escravidão colonial, permitindo que esta seja vista como uma forma antiga e tradicional de dominação transformada e atualizada. Ajudou a impulsionar o movimento em direção ao progresso, enquanto os que forneciam a energia do motor eram confinados em um espaço mais estreito do que nunca. As grandes *plantations* escravistas eram imensamente produtivas, mas alguns métodos de plantio eram desnecessariamente trabalhosos. Para o fazendeiro permanecer no poder e se apropriar de um excedente prodigioso, tudo tinha de ser adaptado ao conjunto dos escravos ou a um processo de trabalho que pudesse ser facilmente vigiado. Por outro lado, os fazendeiros confiavam no talento e na habilidade dos escravos para construir abrigos usando os materiais locais e para sobreviver à base da fauna e flora nativas.

O barroco procurou dar atenção ao impacto de outras culturas na Europa, característica especialmente importante nas Américas. O barroco colonial adquiriu em geral um caráter sincrético e popular quando comparado ao barroco de Versalhes ou de uma procissão real pelo Tâmisa, embora a exibição pública de poder fosse comum a ambos.[32] Nos Andes, no México e no Brasil, temas indígenas ou africanos foram incorporados a objetos de devoção religiosa; o ouro e a prata foram largamente usados, reafirmando a primazia do valor simbólico sobre o valor de troca. O barroco chegou a prometer um mundo estetizado e transfigurado além daquele de uma opressiva realidade mundana.

Os elementos do barroco que provocaram restrições na dinâmica comercial da escravidão da *plantation* foram aos poucos apagados pela pressão incansável da competição militar e econômica entre sistemas escravistas rivais. Os sistemas escravistas do fim do século XVIII e os do século XIX tornaram-se afinados com um ritmo mais industrial, perdendo em primeiro lugar suas características barrocas e depois as características coloniais. Mas esses processos também trouxeram à luz o trabalho informal de síntese cultural e produtiva que enfatizava a produtividade dos sistemas escravistas. A versão colonial do barroco antecipou elementos do crioulo. As misturas crioulas provocadas pelo desenvolvimento das *plantations* tornaram-se cada vez mais sólidas e coerentes, afastando-se das formas e dos modelos europeus. Os armazéns da costa da África, os pontos de abastecimento nas ilhas do Atlântico, os portos, plantações, mercados e terras incultas americanos eram espaços novos, e neles

nasceram novas línguas, novas músicas, novas religiões e novas leis. Neles surgiu a cultura crioula, surgiram misturas de elementos europeus, africanos e ameríndios. Enquanto o barroco colonial articulou e qualificou a escravidão "de cima", o crioulo às vezes o fez "de baixo". O termo crioulo foi usado para denominar aquele nascido na América, fosse branco, negro ou mestiço, embora a ênfase tenha mudado de acordo com o local e o período. A palavra em si tinha assim significado parecido com o "*American*" usado nas colônias inglesas da América do Norte. Entretanto, ela se originou do espanhol *criada*, querendo dizer que o *criollo* tinha sido também amamentado na América, provavelmente por uma criada índia ou africana. Parece apropriado que as novas formas de vida nascidas nas colônias sejam com freqüência chamadas de crioulas, com a percepção mais ou menos consciente de que representavam uma síntese ou mistura nova, resultante das lutas internas e mútuas entre os vários componentes da população colonial. Num limite estreito, a crioulização poderia qualificar a escravidão. Mas sem alguma emancipação mais ou menos revolucionária, o impulso crioulo ficava enclausurado.

A servidão dos escravos, aprisionados num pedaço minúsculo de chão e obrigados a dedicar quase todo o seu tempo a proporcionar confortos e luxos a uma variada população metropolitana, era o complemento transatlântico do desenvolvimento econômico europeu. Os africanos cativos e seus descendentes pagaram com seu sangue, seu suor e seu encarceramento a expansão fenomenal das possibilidades humanas no mundo atlântico. Foi assim que aconteceu. Mas era este o preço inevitável e "necessário" do avanço econômico? Se foi um preço necessário, então poderia mesmo parecer, a esta distância no tempo, um preço que valeu a pena pagar.

O problema deste ponto de vista é que o custo humano da escravidão continua a ser cobrado pela herança venenosa que deixou. A escravidão da época colonial estava associada a uma nova espécie de racialização, a um modo de produção predatório e destrutivo e a um modo de consumo desatento e irresponsável. Acredito que devemos examinar todos os elos causais da corrente da escravidão americana. Sua complexidade e seus contrastes poderiam ter gerado vários resultados. Em cada momento da construção dos sistemas escravistas houve formas de resistência, questionamentos e objeções, até mesmo propostas para outra organização das coisas. Como esses sistemas de escravidão tinham de garantir a reprodução de alguns recursos humanos, além de consumi-los de forma devastadora, novos sujeitos sociais foram produzidos na zona atlântica, com suas próprias propostas e formas de vida. Novas fontes de produtividade estavam sendo abertas, novas necessidades atendidas e novas motivações descobertas. Não teria sido possível combinar tudo isso de forma a evitar a coerção sistemática, onerosa e destrutiva da escravidão americana e do tráfico atlân-

tico de escravos? A história reconstruída a seguir vai tentar, a seu tempo, identificar os sinais e possibilidades de que outros caminhos de desenvolvimento talvez pudessem ter sido escolhidos. Mesmo que algumas dessas pistas possam ser detectadas, o que nos ficou foi o que aconteceu. Mas lança-se alguma luz sobre a dupla modernidade-escravidão pelo reconhecimento da possibilidade de ter havido um caminho para a modernidade que evitasse a tragédia da escravização e de sua herança moderna.

Ao perseguir esta idéia, examinarei criticamente a obra daqueles economistas clássicos e marxistas que sempre enfatizaram as limitações inerentes ao trabalho escravo e os projetos do "capital mercantil". Em resumo, o capital mercantil, com sua confiança no trabalho forçado, era conservador e rígido, e as *plantations* escravistas que patrocinou aumentaram a produção principalmente pela multiplicação das unidades de produção, e não pelo aumento da produtividade do trabalho. Em *Karl Marx's Theory of History* (*A Teoria da História de Karl Marx*), G. A. Cohen chamou a atenção para o fato de que o trabalho escravo não poderia ser compatível, a longo prazo, com as melhorias cumulativas das forças de produção.[33] Marx reconheceu plenamente que a escravidão das *plantations* do Novo Mundo desempenhou um papel decisivo na exploração dos monopólios naturais, impondo uma nova escala de cooperação e promovendo um processo extenso de "acumulação primitiva". Mas ele nada viu de "prematuro" na derrota do sul confederado nos Estados Unidos numa época em que seus fazendeiros ainda produziam o algodão necessário para a indústria capitalista. A obra de importantes historiadores da escravidão, como Eugene Genovese, Elizabeth Fox Genovese, Jacob Gorender e Manuel Moreno Fraginals, influenciada pela economia política clássica e pelo marxismo, procurou examinar os avanços espetaculares das *plantations* do ponto de vista da *longue durée* da época moderna vista como um todo. Desta perspectiva, os empecilhos e custos dos sistemas escravistas aparecem com mais clareza do que na Nova História Econômica.[34] No Capítulo VIII e na Segunda Parte mostrarei que é possível conciliar a crítica clássica das *plantations* escravistas com o reconhecimento de sua modernidade. Enquanto busco delinear novos padrões e perspectivas, espero deixar claro que a obra de síntese aqui tentada deve-se inteiramente à multidão de estudiosos, e a um número menor de testemunhas, nos quais se baseia.

Este livro está dividido em duas partes. Na Primeira Parte, enfrento o paradoxo de que a escravidão se tornara marginal ou inexistente na Europa Ocidental na época das Grandes Descobertas. Então descrevo, país por país, o surgimento das formas de colonização e escravização no curso das quais desenvolveu-se um novo comércio de escravos vindos da África, foram estabelecidas as instituições e ideologias de uma

nova escravidão racial, foram testadas formas de organização comercial e a própria *plantation* escravista foi aperfeiçoada como empresa produtiva. O período de 1492 a 1713 pode ser visto como época de uma luta impiedosa pela sobrevivência entre os estados do início da era moderna, que testaram sua capacidade de canalizar novas fontes de poder econômico e militar. A liderança precária da Grã-Bretanha no desenvolvimento colonial em 1713 foi o resultado de seus desafios à Espanha e à Holanda, de sua aliança com Portugal e de uma guerra árdua e interminável com a França.

Em 1713, a escravidão já se estabelecera com base racial nas grandes plantações do Brasil, do Caribe e da América do Norte. Os estadistas que sempre se preocuparam com o ouro e a prata aos poucos perceberam que o comércio de produtos das *plantations* podia ser muito mais valioso. A Segunda Parte do livro explora o crescimento prodigioso dos vários sistemas escravistas, dentro do contexto da explosão comercial do século XVIII e do surgimento da Revolução Industrial. Então, de país em país e de colônia em colônia, examina como um sistema tão destrutivo deu contribuição tão vital ao sucesso industrial e militar, e acumulou muitos dos antagonismos sociais e políticos que mergulhariam as Américas e a Europa numa era de revolução.

Notas

1. Adam Smith, *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, Oxford 1976, p. 96; Max Weber, *General Economic History*, Londres 1927, pp. 300-01. Ver também pp. 80-84, 298-9.
2. Anthony Giddens, *The Consequences of Modernity*, Stanford, CA, 1990, pp. 21-9, 55-78; Anthony Giddens, *Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age*, Stanford, CA 1991, pp. 14-15; Paul Gilroy, *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*, Londres 1993, especialmente pp. 41-71.
3. Zygmunt Bauman, *Modernity and the Holocaust*, Londres e Ithaca, NY 1989, p. xiii; Ronald Aronson, *The Dialectics of Disaster*, Londres 1983; Jean Drèze e Amartya Sen, *Hunger and Public Action*, Oxford 1989. Ver também Gilroy, *The Black Atlantic*, pp. 187-224 (especialmente pp. 213-14).
4. E. L. Jones, *The European Miracle: Environments, Economics and Geo-Politics in the History of Europe and Asia*, 2ª edição, Cambridge 1987, pp. 75-85.
5. Sidney Greenfield, "Plantations, Sugar Cane and Slavery", em Michael Craton, ed., *Historical Reflections/Réflexions Historiques*, vol. 6, nº 1, verão de 1979, pp. 85-120 (p. 86).
6. Steve Stern, *Peru's Indian Peoples and the Challenge of Spanish Conquest*, Madison, WI 1982, p. 141.

7. Stuart Schwartz, *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society: Bahia 1550-1835*, Cambridge 1985, p. 261.
8. Arthur P. Newton, *The European Nations in the West Indies, 1493-1688*, Londres 1933, p. 122.
9. Meu relato aqui baseia-se principalmente em Patricia Seed, *Ceremonies of Possession in Europe's Conquest of the New World, 1492-1640*, Cambridge 1995, embora eu tenha alterado a seqüência da autora e omitido por necessidade todos os fascinantes detalhes. Para uma discussão ainda mais útil e relevante, ver Anthony Pagden, *Lords of All the World: Ideologies of Empire in Spain, Britain and France, c1500-c1800*, New Haven, CT 1996, especialmente pp. 63-102. Em capítulos subseqüentes espero completar e justificar a interpretação apresentada.
10. Esta questão é explorada no Capítulo I; ver também Robin Blackburn, "The Elementary Structures of Slavery", em Michael Bush, ed., *Slavery and Serfdom in Comparative Perspective*, Londres 1996.
11. John Thornton, *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1400-1680*, Cambridge 1992, p. 71.
12. Karl Polanyi, *Dahomey and the Slave Trade*, Seattle, WA e Londres 1964, p. 17.
13. David Galenson, *Traders, Planters, and Slaves: Market Behaviour in Early English America*, Cambridge 1986, p. 143. Este estudo baseia-se nos registros de venda de mais de 74.000 escravos nas Índias Ocidentais entre 1673 e 1725.
14. Jean-Paul Sartre, *Critique of Dialectical Reason*, vol. 1, Londres 1976, p. 132.
15. Michel Foucault, *Genealogía del Poder, Genealogía del Racismo*, Madri 1992. Ann Stoler critica Foucault por não dar suficiente atenção ao estado colonial como fonte de racismo; pode-se acrescentar que o proprietário de escravos, mesmo antes do estado colonial, já exercia a maior parte de seus poderes reguladores. Ver Ann Laura Stoler, *Race and the Education of Desire: Foucault's History of Sexuality and the Colonial Order of Things*, Durham, NC e Londres 1995, pp. 55-94.
16. Jack Forbes, *Africans and Native Americans: The Language of Race and the Evolution of Red-Black Peoples*, Urbana e Chicago 1993.
17. Vitorino Magalhães Godinho, *Mito e Mercadoria: Utopia e Prática de Navigar, séculos XIII-XVIII*, Lisboa 1990, pp. 57-152.
18. Eis aqui a descrição de Cabeza de Vaca de um incidente logo após seu primeiro contato com seus conterrâneos:

> Eles [os índios que os acompanhavam] nada queriam fazer antes de nos entregar nas mãos de outros índios, como era seu costume. (...) Nossos patrícios fiearam enciumados e fizeram seu intérprete dizer aos índios que éramos deles, e que há muito tempo estávamos perdidos; que eles eram os senhores da terra e que deviam ser obedecidos e servidos, enquanto nós éramos pessoas de baixa condição e pouca força. Os índios não deram importância ao que lhes foi dito; e conversando entre si disseram que os cristãos mentiam; que viéramos do nascente, enquanto eles vinham do poente; que curávamos os doentes, e eles matavam os sãos; que viéramos nus e descalços, enquanto eles tinham chegado vestidos, montados em cavalos e trazendo lanças; que nada cobiçávamos, enquanto os outros tinham como único objetivo roubar todos os que encontravam, não deixando nada para ninguém.

Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, *Relation of Nuñez Cabeza de Vaca*, Ann Arbor, MI 1966, pp. 186-7. Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, *Naufragios y Comentarios*, ed. R. Ferrando, Madri 1985, pp. 131-2. A primeira edição desta obra foi publicada em 1542.

19. Citado por William Pietz, "The Problem of the Fetish, II", *Res*, nº 13, 1987.
20. Sartre, *Critique of Dialectical Reason*, pp. 65-7, 256-69.
21. Muitos exemplos dos primeiros podem ser encontrados em Winthrop Jordan, *White Over Black: American Attitudes toward the Negro, 1550-1812*, Chapel Hill, NC 1968. Entre os precursores da idealização do "selvagem nobre" estão Las Casas e Jean de Léry; ver também Anthony Pagden, *Europeans Encounters with the New World*, New Haven, CT 1993, pp. 42-7, 121-6 e Sergio Buarque de Holanda, *Visão do paraíso*, quinta edição, São Paulo 1996.
22. Thomas Haskell, "Capitalism and the Origins of the Humanitarian Sensibility", Parte I, *American Historical Review*, vol. 90, nº 2, abril de 1985, e Parte II, *American Historical Review*, vol. 90, nº 3, junho de 1985; Ellen Meiksins Wood, "Capitalism and Human Emancipation", *New Left Review*, nº 167, janeiro-fevereiro de 1988, pp. 1-21 (p. 7).
23. Thomas Holt, "Marking: Race, Race-Making, and the Writing of History", *American Historical Review*, fevereiro de 1995, pp. 1-20 (p. 10). Aqui Holt usa o enfoque de Henri Lefebvre, *Critique of Everyday Life*, Londres 1994.
24. Carole Shammas, *The Pre-industrial Consumer in England and America*, Oxford 1990, pp. 297-8.
25. Ver Benedict Anderson, *Imagined Communities*, Londres 1991, pp. 149-52.
26. Ver W. G. Runciman, "The 'Triumph' of Capitalism as a Topic in the Theory of Social Selection", *New Left Review*, nº 210, março-abril de 1995, pp. 33-47, e, do mesmo autor, *A Treatise on Social Theory*, vol. II, *Substantive Social Theory*, Cambridge 1989. O uso característico que este autor faz da noção darwiniana de "seleção histórica" é que ela se aplica melhor a práticas sociais particulares do que às formações sociais como um todo; para um exemplo interessante desta última posição, ver Christopher Bertram, "International Competition in Historical Materialism", *New Left Review*, nº 183, setembro-outubro de 1990, pp. 116-28. Embora o foco de Runeiman nas práticas particulares reforce o poder explanatório dessa abordagem, sua teoria é menos apropriada a questões de direcionalidade do desenvolvimento social; ver o ensaio sobre Runciman em Perry Anderson, *Zones of Engagement*, Londres 1992.
27. Há estudos valiosos sobre a nova cultura de consumo em Sidney Mintz, *Sweetness and Power: The Place of Sugar in Modern History*, Londres 1986; Jordan Goodman, *Tobacco*

in History: The Culture of Dependence, Londres 1993; e Wolfgang Schivelbusch, *Tastes of Paradise: A Social History of Spices, Stimulants and Intoxicants*, Nova York 1992.

28. Xavier Rubert de Ventos, *The Hispanic Labyrinth: Tradition and Modernity in the Colonisation of the Americas* (*O labirinto espanhol: tradição e modernidade na colonização das Américas*), New Brunswick 1991, pág. 116. Para uma importante interpretação espanhola, que sem dúvida influenciou a formulação acima, ver José Antonio Maravall, *La Cultura del Barroco*, quarta edição, Barcelona 1986.
29. Carl Friedrich, *The Age of the Baroque, 1610-1660*, Nova York 1952.
30. Tzvetan Todorov, *The Spanish Conquest of the New World: The Problem of the Other*, Nova York 1988.
31. David Geggus, "Sugar and Coffee Cultivation in Saint Domingue and the Shaping of the Slave Labor Force", em Ira Berlin e Philip Morgan, eds., *Cultivation and Culture: Labor and the Shaping of Slave Life in the Americas*, Charlottesville, VA e Londres 1993, pp. 73-100.
32. Posição defendida por Bolívar Echeverría em Horst Kurnitsky e Bolívar Echeverría, *Conversaciones sobre el Barroco*, Cidade do México 1993, p. 15. Ver também Carlos E. Fernández de Córdoba, "El método de la pasión: Max Weber y la racionalidad religiosa", *Nariz del Diablo*, nº 21, n.d., FLACSO, Quito, Equador.
33. G. A. Cohen, *Karl Marx's Theory of History: A Defence*, Oxford 1978.
34. Ver Eugene Genovese, *The Political Economy of Slavery*, Nova York 1968; Eugene Genovese e Elizabeth Fox Genovese, *The Fruits of Merchant Capital: Slavery and Bourgeois Property in the Rise and Expansion of Capitalism*, Oxford 1983; Jacob Gorender, *O escravismo colonial*, São Paulo 1982; Manuel Moreno Fraginals, *El Ingenio*, 3 vols., Havana 1977.

Primeira Parte

A SELEÇÃO DA ESCRAVIDÃO NO NOVO MUNDO

— I —

Os antecedentes no Velho Mundo da escravidão do Novo Mundo

Si fault de faim périr les innocents
Dont les grands loups font chacun jour ventrée,
Qui amassent à milliers et à cens
Les faux trésors, c'est le grain, c'est le blée,
Le sang, les os qui on la terre arré
Des pauvres gens, dont leur esperit crie
Vengeance à Dieu, vé à la seignorie.

(Se devem de fome perecer os inocentes / E com eles todo dia encher a pança os grandes lobos / Que amontoam aos milhares e às centenas / Os falsos tesouros; é o grão, é a farinha, / O sangue, os ossos dos que araram a terra / dos pobres, cujo espírito clama / por vingança a Deus, desgraça aos senhores.)

Anônimo, França, século XV

Consulta a Grande Crônica Pantagruélica para o Conhecimento da Genealogia e da Antigüidade para saber de onde Gargântua chegou a nós. (...) Que seja da vontade de Deus que todos tenham um certo Conhecimento de sua genealogia, desde a Arca de Noé até os dias de hoje.

Rabelais, *Gargantua*, Livro I, Capítulo I

Perto do fim do quinto Ano, Grandgousier, voltando da conquista dos Canários, fez uma visita a seu filho Gargântua.

Rabelais, *Gargantua*, Livro I, Capítulo XIII

Gargântua não era apenas grande; ele estava em toda parte. Seu apetite insaciável ameaçava devastar os recursos do reino. (...) Quando Gargântua ia para a guerra, era invencível; seus numerosos inimigos eram mortos de várias maneiras, e mal conseguiam causar baixas no exército do gigante. Embora Gargântua só tenha iniciado a carreira militar depois que a educação transformou-o de matuto ignorante em homem culto e controlado, devemos considerar os dois lados de seu caráter como aspectos simultâneos da mesma personalidade, porque ele demonstra excesso tanto no massacre quanto na comilança.

Julian Stallabrass, *Gargantua*

São muitas as características da Europa medieval que parecem antecipar a escravidão colonial do Novo Mundo; merecem ser registradas, mas é preciso cuidado para não sermos levados pelo já bem desenvolvido mito das origens a desdenhar a originalidade dessa escravidão.[1]

As potências que colonizaram com êxito as Américas tinham suas raízes em reinos medievais, e todas demonstraram tendência à intolerância e à perseguição étnico-religiosas, à expansão territorial, ao estabelecimento de colônias, à dominação arrogante dos povos conquistados e à justificação teológica da escravidão, da exclusão racial e da sordidez empresarial. Em termos mais gerais, os europeus do final da Idade Média tendiam a estigmatizar o infiel e o pagão, e alimentavam noções fantasiosas de povos "selvagens" ou "monstruosos". As técnicas árabes de produção de açúcar foram adotadas no Oriente Médio, na Sicília e na Andaluzia, e trabalhadores servis cultivavam e processavam a cana-de-açúcar. Em boa parte da Europa latina existiam a teoria e a prática da própria escravidão, que descendia do Império Romano. A Cristandade latina era uma força vigorosamente expansionista, que dobrou sua área territorial entre os séculos X e XIV. Robert Bartlett termina um alentado relato desta expansão observando que "os hábitos mentais e as instituições do racismo e do colonialismo europeus brotaram do mundo medieval; os conquistadores do México já sabiam do problema dos mudéjares; os fazendeiros da Virgínia já tinham sido fazendeiros na Irlanda".[2] Na mesma linha, Charles Verlinden chamou de "laboratórios das grandes plantações escravistas do Novo Mundo" as propriedades açucareiras do Oriente Médio do fim da Idade Média e do início da era moderna, e afirmou, numa fórmula citada por David Brion Davis, que "a economia escravista do período moderno é pura e simplesmente a continuação da que existia nas colônias medievais".[3]

Mas estas observações não identificam o que havia de novo e original na escravidão do Novo Mundo. Assim, os ingleses tomaram as terras irlandesas para suas plantações extensivas e sujeitaram os nativos a muitas imposições cruéis; mas não quiseram, ou não puderam, escravizar os irlandeses. Da mesma forma, os mudéjares e mouros da Espanha foram por algum tempo escravizados, mas seu destino final foi a assimilação ou a expulsão. E quanto às propriedades açucareiras do Oriente Médio, elas representam um impulso bem diferente da expansão feudal ou da conquista cultural. Foram criadas com ajuda dos mercadores de Veneza e Gênova para atender à avidez de açúcar dos europeus, mas sua escala de operação era limitada pela relativa inconsistência da demanda européia no fim da Idade Média e pela posição precária, do ponto de vista militar, dos postos cristãos avançados no Levante. A produção açucareira de Chipre ou Cândia (Creta) ou da Sicília seria ultrapassada

pela das ilhas atlânticas no século XVI, e depois inteiramente eclipsada pela produção das propriedades brasileiras e caribenhas no século XVII.[4] Os escravos levantinos pertenciam a várias etnias, e, como veremos, são também bastante tênues os indícios do uso de escravos de campo nas propriedades do Oriente Médio. Só no século XVII a *plantation*, como unidade integrada, foi aperfeiçoada; o próprio surgimento deste novo tipo de empreendimento modificou a escravidão. Cada fase de seu desenvolvimento foi patrocinada por novas forças comerciais — primeiro os italianos, depois os holandeses, e afinal os ingleses — já que estes povos dispunham dos recursos necessários para montar as *plantations* e para assegurar o acesso a mercados mais amplos. Embora a república holandesa tenha sido malsucedida como potência colonial no Novo Mundo, teve papel importante ao estimular um comércio dinâmico de escravos e de seus produtos pelo Atlântico. E a formação política e social holandesa ainda estabeleceu um novo padrão de tolerância e pluralismo em sua organização doméstica, rejeitando grande parte da herança medieval que se acredita ter pavimentado o caminho para a escravidão colonial. De fato, as províncias holandesas proibiram a entrada de escravos na metrópole, e os grandes pintores holandeses retrataram os africanos como indivíduos, não como estereótipos.

O surgimento da Cristandade medieval coincidiu com o declínio secular da escravidão na maior parte do continente. Na época em que as plantações escravistas se estabeleceram no Novo Mundo, a escravidão já estava extinta na Inglaterra, na Holanda e na França, as potências mais ligadas a esse estabelecimento. A escravidão diminuiu na Europa no fim da Idade Média, apesar dos elementos do expansionismo medieval que acabaram contribuindo para a prática posterior da escravidão colonial, como sustentam corretamente os autores que citei. A escravidão no Novo Mundo não se baseou num protótipo do Velho Mundo. Suas correlações foram tecidas com vários materiais — identidades étnicas, codificações legais, recursos técnicos, impulsos econômicos e daí por diante — e de tudo isso junto surgiu uma coisa nova.

Roma e a adoção da escravidão pelos cristãos

Embora os indícios da existência de escravidão no fim da Idade Média sejam escassos e controversos, não se pode dizer o mesmo da Antigüidade, que deixou atrás de si — como disse certa vez Frederick Engels — um "ferrão venenoso", encapsulado no que disseram a filosofia grega, a lei romana e a doutrina cristã sobre a legitimidade da escravização. Na Roma Antiga a escravidão concentrava-se no seu núcleo, na Itália e na Sicília. Embora os escravos certamente desempenhassem muitos papéis,

maioria deles trabalhava nos campos, organizados em turmas e abrigados em acampamentos. Os próprios escravos eram capturados em muitas regiões limítrofes do império, e compreendiam uma variedade de etnias. Sua condição era a de cabeças de gado que podiam ser usadas segundo a vontade de seu dono, que, em teoria, tinha poder de vida e morte sobre eles. A escravidão romana foi alimentada e mantida pelas conquistas militares da República e do Império, fonte de grandes apresamentos de escravos. A impressionante rede de estradas ampliou os mercados disponíveis para os proprietários de escravos e permitia a chegada de ajuda militar em caso de dificuldade. A disciplina especial das legiões e a combinação de capacidade militar e econômica forneceram os elementos para um modelo de propriedade escravista.

Um dos princípios da lei romana afirmava que todos os seres humanos eram livres segundo a lei da natureza, mas o exercício irrestrito desta liberdade seria destrutivo; a condição do escravo, como o conceito de propriedade, pertencia à *jus gentium*, ou lei das nações, base de toda a vida civilizada. Proteger a propriedade privada, na qual se incluía a escravidão, e fornecer os princípios que pudessem arbitrar pretensões rivais eram tarefas primordiais do legislador. O imperador Justiniano promulgou um dos últimos códigos legais romanos, que vigoraria por bastante tempo. Em resumo, o código proclamava: "Os escravos estão sob o poder de seu senhor; pois descobrimos que em todas as nações os proprietários de escravos têm direito de vida ou morte sobre eles, e tudo o que o escravo tiver pertence a seu senhor."[5] Se era verdade — ou quase verdade — que "todas as nações" tinham uma concepção de escravidão, o que caracterizava a lei romana era, de um lado, a minúcia com que definia os escravos como propriedade privada e, de outro, sua falta formal de interesse na origem étnica ou racial do escravo. O escravo romano tornava-se parte do equipamento doméstico de seu proprietário; embora os escravos pudessem ser vistos como gregos, sírios, bretões ou germanos, as instituições da escravidão e da alforria provocaram tal mistura de nações que depois de uma ou duas gerações, ou até antes, a população resultante era formada de escravos romanos e homens ou mulheres livres romanos. A combinação de escravidão com governo imperial forjou o característico cosmopolitismo romano.[6]

A lei e o pensamento da Grécia foram inspirados pela sensação da existência de um abismo entre os gregos e os bárbaros; o meteco, ou estrangeiro residente, precisava que um cidadão fosse responsável por ele, pagava impostos especiais e jamais poderia tornar-se cidadão (como podiam os *peregrini* em Roma). Aristóteles desenvolveu a doutrina da "escravidão natural", que englobava tanto características étnicas quanto de classe. O "escravo natural", segundo Aristóteles, era um bárbaro cuja inclinação era obedecer e que se distinguia pelos músculos e não pelo cérebro; os

"escravos naturais" precisavam da orientação dos dotados de independência de caráter, inteligência e civilização. Havia algo flexível — para não dizer circular — nesta "teoria", já que se admitia que alguns cativos podiam demonstrar nobreza e inteligência a ponto de provar que não eram escravos naturais; mas neste caso sua coragem e seu caráter lhes possibilitariam suportar sua condição. Como as mulheres e os animais domésticos, os escravos pertenciam à casa de seu dono, e eram uma espécie de propriedade. Referindo-se aos animais e aos escravos, Aristóteles observa:

> Se a natureza nada faz sem ter um fim em vista, nada faz sem objetivo, deve ser porque a natureza tudo fez para o bem do homem. Isto significa que está de acordo com a natureza que até a arte da guerra, já que a caça faz parte dela, deveria em certo sentido ser um meio de aquisição de propriedade: e que deve ser usada tanto contra os animais selvagens quanto contra aqueles homens que são por natureza destinados a serem governados, mas que se recusam; porque este tipo de guerra é justo.[7]

A doutrina do "escravo natural" de Aristóteles seria por muito tempo um ponto de referência das discussões cultas, mas Geoffrey de Ste Croix afirma que muitos escritores romanos tardios preferiam a visão estóica de que a escravização nascia do Destino, e que não poderia ferir a pessoa de caráter nobre — ponto de vista mais fácil de conciliar com o cosmopolitismo romano.[8]

A Igreja cristã primitiva aceitava a escravidão e, ao substituir as disposições da natureza ou o Destino pela Providência Divina, viu vantagens espirituais na condição de escravo, já que o verdadeiro cristão era um escravo de Cristo, visto como realização da liberdade cristã. Em Coríntios I 7:21, São Paulo não só exorta os crentes a aceitarem a escravidão, se esta for a sua situação, como escreve: "E ainda que te possas tornar livre, escolhe antes servir."[9] Já em Santo Agostinho, a doutrina do "pecado original" significava que todos mereciam ser escravos. O escravo era afortunado porque sua condição de pecador, compartilhada por toda a humanidade, estava recebendo punição terrena; pelo menos o escravo de um senhor temporal se livrava de parte do fardo de estar escravizado a seus próprios desejos indignos. Gervase Corcoran explica a opinião de Santo Agostinho da seguinte forma:

> Todos os que são escravos são escravos justamente. Disto não se pode concluir que todo senhor é um senhor injustamente, porque ele também é um pecador. Segundo Santo Agostinho, ser um senhor também é condenação, porque o senhor está mais exposto à *libido dominandi*, e quanto mais agir como senhor (isto é, dispuser de seus inferiores para seu próprio uso), mais será escravo.[10]

As comunidades cristãs primitivas compunham-se em sua maioria de homens e mulheres libertos. Eles não viam mancha ou degradação inerente a suas origens ou à condição de escravo.

O Império Cristão adotou e manteve a doutrina legal romana de que o escravo era inteiramente de propriedade de seu senhor neste mundo — mesmo se, na vida futura, ele ou ela provasse ser igual ou superior a seu dono. A opinião dominante na Igreja veio a ser que o Império e sua organização secular tinham um caráter providencial, já que facilitavam a disseminação do Evangelho da salvação. Era perfeitamente lícito que um senhor cristão possuísse escravos cristãos, e a própria Igreja tornou-se grande proprietária de escravos. O período de perseguição não levou os cristãos a condenar a escravidão, e o advento de imperadores cristãos confirmou a posição cristã básica de exaltar as virtudes da obediência tanto para o cidadão quanto para o escravo. Os crentes eram descritos como "escravos de Cristo". Embora fosse recomendado aos senhores que não abusassem de seus escravos, os próprios escravos eram aconselhados a ver seu destino infeliz neste mundo como uma vantagem espiritual na preparação para o outro mundo.[11]

No final do Império e na Idade das Trevas, a quantidade e a condição dos escravos refletiram a eficácia decrescente das estruturas imperiais e a penetração da nova aristocracia guerreira. O declínio do vigor do Império a partir do século III estava associado a uma mudança gradual do sistema escravista. As autoridades imperiais cooptaram exércitos germânicos semi-romanizados para defender a ordem social das ameaças internas — como as rebeliões dos escravos *bacaudae** dos séculos III e IV — e dos ataques de forças "bárbaras" fora de seu controle. Os reforços militares germânicos ajudaram a manter a sujeição dos escravos e a prolongar a vida do Império, mas ao custo do aumento do poder dos chefes militares e da fragmentação. A desorganização do comércio no final do mundo romano restringiu o espaço para grandes propriedades comercializadas. O próprio estado romano perdeu aos poucos a capacidade de comprar trigo e víveres dessas propriedades, enquanto os governantes de cada província tiveram de tornar-se mais auto-suficientes. A partir do final do império romano, os senhores começaram a achar mais vantajoso cultivar suas terras não com turmas de escravos abrigados em acampamentos, mas com *colonus*, ou "escravos residentes", que recebiam o direito de usar um pedaço de terra e pagavam tributo em espécie ou em trabalho. Com os contínuos e indesejados ataques bárbaros, este modelo descentralizado de governo era também mais seguro.[12]

**Bacaudae*: Nome celta de origem obscura aplicado aos camponeses rebeldes do norte da Espanha e da Gália nos séculos III, IV e V. Depois do ano 400, a deflagração maciça de revoltas na Armórica (noroeste da Gália) contribuiu para a queda do poder romano nas províncias do norte. (*N. do T.*)

Na fase inicial do desenvolvimento da servidão e da ordem feudal, a escravidão sobreviveu como categoria e forma jurídica, mas seu conteúdo foi aos poucos redefinido. Na lei romana de Justiniano, o conjunto de poderes atribuídos ao senhor podia ser reduzido, permitindo que os escravos exercessem algum negócio ou fossem contratados por outra pessoa ou trabalhassem a terra por conta própria, contanto que os lucros pertencessem ao senhor. A capacidade do senhor de controlar completamente o "escravo residente" não podia ser sustentada apenas pelas leis. Com o declínio do poder efetivo do centro imperial na maior parte da Europa Ocidental e Central, a força dos servos podia ser aumentada pela superposição de jurisdições ou pela força emergente da comunidade de uma aldeia. As populações residentes de servos foram aos poucos tornando-se mais homogêneas do que uma população de escravos formada por prisioneiros capturados. Mas a pressão moderadora vinda de baixo não foi reforçada pela Igreja, que buscava a simpatia da aristocracia guerreira bárbara, por perceber que esta conversão era decisiva para sua sobrevivência. Quando os bárbaros da Alemanha ou dos Bálcãs se converteram ao cristianismo, não viram razão para renunciar à prática lucrativa da caça de escravos, que lhes fornecia os recursos necessários para comprar dos mercadores equipamento e artigos de luxo.[13]

Os bispos da Igreja, protegidos em suas cidades romanas, acreditavam que os chefes bárbaros, e não o povo ignorante do campo, deviam ser o alvo da conversão. Ajustando-se pragmaticamente ao poderio militar bárbaro, podiam freqüentemente ser indulgentes com a pilhagem e o orgulho étnico dos bárbaros. Neste contexto, o trabalho religioso de São Patrício na Irlanda e sua famosa carta a Coroticus e seus seguidores foram bastante fora do comum. São Patrício atacou os soldados do chefe britânico ou escocês Coroticus, chamando-os de "lobos de rapina" [*lupi rapaces*], que arrastavam o povo de Deus, inclusive monges e freiras, e vendiam-no como escravo a povos como os "pictos apóstatas". É claro que Coroticus ou, pelo menos, seus seguidores consideravam-se cristãos, ou faria pouco sentido condená-los à excomunhão. A veemente denúncia de São Patrício dirigia-se também aos cristãos que não se incomodavam com a escravidão de outros fiéis:

> Faço este sincero apelo a todos vós, homens de piedade e coração humilde, não é certo pedir favores a tal gente, nem tomar alimentos ou bebidas com eles, nem se devia aceitar suas esmolas até que ajustem as contas com Deus fazendo penitência e derramando lágrimas, e libertando os servos de Deus e as criadas batizadas de Cristo.[14]

São Patrício também frisa que na Gália os francos, mais respeitosos, dispunham-se a aceitar resgate pelos cativos cristãos, em vez de vendê-los como escravos.

Entre os séculos VI e VIII, e mesmo mais tarde, a escravidão total, inclusive a escravização de cristãos por cristãos, continuou a existir, e chegou a ser considerada um instrumento para a educação espiritual da massa camponesa. Mas a acomodação da Igreja à aristocracia guerreira bárbara foi desafiada pelo advento dos conquistadores muçulmanos no século VIII e nos seguintes. A lenta consolidação de uma ordem feudal nas áreas centrais da Cristandade levou a uma mudança na prática e na teoria da escravização.[15]

Os visigodos são um bom exemplo de aristocracia guerreira bárbara que combinava uma certa piedade cristã com a caça predatória de escravos ou, depois que se tornaram sedentários, com a escravidão opressiva. Na Espanha, os visigodos tentaram manter as fazendas operadas por escravos, e por algum tempo tiveram sucesso. Santo Isidoro de Sevilha era defensor feroz da subordinação dos escravos, vendo-a como parte necessária da ordem mundana, uma punição onipresente do pecado. Também acreditava que o pecado original pervertera raças inteiras de homens: "Assim como em raças isoladas há certos membros que são monstros, na humanidade como um todo há certas raças que são monstruosas, como os gigantes, os cinocéfalos, os ciclopes e outros."[16] Para Isidoro, os monstros não eram "antinaturais", como para alguns escritores clássicos, e sim reveladores da vontade divina em sua própria estranheza; assim, um defeito físico podia muito bem ser sinal de defeito moral. Pierre Bonnassie resume a posição de Santo Isidoro dizendo que ela englobava "a origem divina da escravidão, a perversidade genética dos escravos e a necessidade de servidão como meio para a redenção da humanidade pela penitência — e todas estas idéias passaram a pertencer ao senso comum".[17] Isidoro prescrevia disciplina rígida e punições para escravos recalcitrantes, mas sua própria insistência neste ponto mostra que os escravizados contestavam o papel a eles atribuído. No entanto, seria pouco sábio para grupos relativamente pequenos de invasores tentar escravizar uma grande população já instalada, com alguma tradição de organização autônoma e comunal e com controle sobre os meios de produção. A história altamente seletiva do reino visigodo escrita por Santo Isidoro omite qualquer menção às revoltas dos *bacaudae*.[18] Posteriormente, o rápido avanço muçulmano na Península Ibérica em 711 foi facilitado pelas tensões de uma ordem social opressora, em que as classes servis já tinham uma história de resistência. O avanço de Tariq, o comandante liberto das forças árabes, transformou-se "numa procissão triunfal sem precedentes".[19]

A escravidão foi perdendo aos poucos a importância nos reinos cristãos que se opuseram aos muçulmanos no norte da Espanha até que, no século XI, praticamente desapareceu. A luta contra o Islã estimulou o aparecimento de uma nova doutrina, em parte porque não havia perspectiva de converter os novos invasores

e em parte porque o *élan* do inimigo muçulmano devia-se, até certo ponto, à proibição de se escravizar os irmãos de crença. Mas o surgimento de uma nova doutrina sobre o alcance apropriado da escravidão, depois atribuída a Carlos Magno, só seria consolidado de forma muito lenta e irregular, e foi apenas um dos elementos que levaram ao declínio da escravidão. A pressão conjuntural da confrontação com o Islã, a ser examinada abaixo, ajudou a gerar uma nova visão da escravidão por causa das possibilidades estruturais da ordem feudal em surgimento. A importância reduzida da completa escravidão ficou evidente na Cristandade quando os senhores estabeleceram seu domínio sobre comunidades de servos residentes — a escravidão passou então a ser uma instituição de importância localizada ou temporária em zonas de fronteira e em enclaves. Os escravos poderiam ser usados às vezes para fortalecer o poderio de um senhor, mas esses escravos ou seus descendentes acabavam, com o tempo, tornando-se servos também. A fórmula social da Cristandade latina começou com a reprodução da servidão, e não da escravidão total; os aldeões deviam a seu senhor tributos em trabalho, gêneros ou moeda, e eram proibidos de viajar sem sua permissão. Esses servos não podiam ser vendidos separadamente da terra. Trabalhavam em suas lavouras à sua maneira, e podiam recorrer à comunidade da aldeia em busca de alguma proteção contra o senhor.

No entanto, no sistema feudal de relações sociais persistiram bolsões de escravidão, por um conjunto de razões particulares. A maior estabilidade e a estrutura de poder mais coerente dos senhores feudais estimularam a capacidade das formações sociais de transformar cativos em escravos e de assim mantê-los, pelo menos por algum tempo. A manutenção de alguns escravos podia alimentar a autonomia e a riqueza do poder feudal descentralizado. Nas cidades, os mercadores ricos preferiam criados escravos, já que estes não estavam submetidos a senhores nem a guildas. No campo, os senhores feudais podiam conservar alguns escravos como trabalhadores permanentes nas *demesnes*, ou terras reservadas para seu uso pessoal. A posse desses escravos disponíveis para o trabalho durante o ano todo pode ter aumentado a capacidade do senhor de se impor diante do campesinato mais numeroso, onde isso ainda fosse necessário, mas este não era um sistema ou "modo de produção" escravista. A principal fonte de excedente agrícola do senhor feudal vinha das colheitas dos servos ou do arrendamento da terra. Embora a posse de escravos para trabalhar nas terras próprias ainda fosse comum na França carolíngia, na Inglaterra saxônica e normanda primitiva e na Itália do início da Idade Média, a escravidão desapareceu por toda parte, e mesmo muitos daqueles ainda chamados de *servi* gozavam de direitos de posse e usufruto.[20]

Na época do Domesday Book* (1086), os escravos ainda correspondiam a cerca de um décimo da população da Inglaterra, com o número chegando a um quinto no oeste do país. Daí para a frente, os indícios da existência de escravos verdadeiros na Inglaterra diminuem rapidamente. O próprio Guilherme, o Conquistador, declarou: "Proibimos que qualquer pessoa venda homens para fora do país."[21] Do ponto de vista do novo monarca, o comércio de exportação de escravos ingleses poderia enriquecer os mercadores de Bristol ou Dublin, mas só poderia empobrecer seu reino. O sistema feudal normando também causou a redução do número de escravos ingleses. Os que eram usados como servos ou trabalhadores especializados nas terras próprias não se reproduziam por gerações sob as mesmas condições completamente servis. Na Inglaterra do século XI, o agricultor escravo foi substituído, ou transformado, no *bovarius* dos pequenos lotes de terra.[22] Quando os senhores se ausentavam de suas propriedades, como era comum acontecer na época das Cruzadas, provavelmente foi sensato reduzirem o tamanho de suas terras próprias e transformarem em servos os escravos que possuíam, concedendo uma condição melhor a seus filhos.

Embora a escravidão residual pudesse dar ao senhor alguma superioridade sobre os camponeses, outros meios mais eficazes reforçaram a ordem feudal desenvolvida na Idade Média. No interior da Europa Ocidental, a estabilização do poderio dos senhores feudais baseou-se em avanços da técnica militar e agrícola, numa época em que as amplas estruturas imperiais não mais funcionavam. Os senhores passaram a controlar não apenas formas superiores de violência, escoradas na construção de castelos, mas também cavalos, arados, moinhos e rotas comerciais. O guerreiro montado, aliado à introdução em larga escala do arado pesado e do moinho de água ou de vento, permitiu a exploração mais eficiente dos produtores diretos. Os senhores em seus castelos podiam oferecer proteção aos aldeões — contra outros senhores ou contra invasores. As guerras feudais tinham como objetivo principal a aquisição de terra, e não de cativos, embora, é claro, todo esforço fosse feito para prender os trabalhadores à terra. O castelo e o moinho "comunal" davam sustentáculo ao poderio do senhor feudal, permitindo-lhe controlar um estágio crucial do processo de produção e exigir para si um excedente considerável. Enquanto o latifundiário escravocrata tinha de assegurar a vigilância cuidadosa dos produtores, este não era mais o caso do senhor feudal, cujos prepostos tinham a tarefa mais limitada de garantir que o grão dos camponeses fosse levado para o moinho do senhor. Esta foi

*Domesday Book: registro de todas as propriedades e riquezas da Inglaterra feito por ordem de Guilherme, o Conquistador, em 1085. Bastante minucioso e detalhado, o volume que contém o resumo deste que pode ser chamado de o primeiro censo inglês (embora visasse mais ao registro das propriedades do que das pessoas) é considerado um tesouro histórico. (*N. do T.*)

uma das razões pelas quais a escravidão no campo foi reduzida e chegou a desaparecer com a consolidação da servidão. Também explica por que o definhamento da escravidão agrícola coincidiu com a perda dos direitos de alguns aldeões livres.[23]

O eclipse da escravidão no sudoeste europeu é explicado por Pierre Bonnassie como resultado da crescente solidariedade entre a população rural, num contexto de relações de produção técnicas e econômicas que incorporavam os moinhos e os arados puxados por cavalos, em que "todos os fatores tendentes ao desaparecimento [da escravidão] operavam simultaneamente". Ele escreve:

> A aceitação da crença cristã, por muito tempo formal e hesitante, passou a ser geral no meio da população rural; isto trouxe a semente dos primeiros "movimentos religiosos populares" e promoveu, acima de tudo, a unificação espiritual de classe camponesa em todos os seus elementos constitutivos. O progresso técnico que aliviou o trabalho humano tornou-se mais largamente difundido. A expansão da economia agrária, cada vez mais visível, precisou de uma mobilidade ainda maior por parte dos trabalhadores rurais, o que exigiu sua emancipação. As estruturas estatais se desfizeram com o início de novas invasões, e com elas todo o aparato repressivo que delas dependia. Desenvolveu-se por toda parte o que Giovanni Tabacco chamou, na Itália, de "movimentos espontâneos de libertação".[24]

Bonnassie atribui aos pequenos produtores rurais muitos dos avanços técnicos propulsores da nova mistura social e a ela incorporados, mas isso não impediu que os senhores "comunais", reivindicando uma jurisdição territorial, enriquecessem com isso. O cristianismo não desafiava diretamente a escravização, e ainda era aceitável manter como escravos irmãos de fé, mas à medida que toda a população rural incorporou-se à Igreja, pôde-se criar o meio ideal para o desenvolvimento da solidariedade entre os livres e os escravos. Tanto os livres como os servos tinham motivos para detestar o poder dos senhores feudais e para desejar limitá-lo, dificultando a escravidão. Se houve algum momento de verdadeira "libertação" do campesinato, deve ter sido muito breve, porque logo os camponeses passaram a trabalhar num novo regime de poder e de propriedade. Os arranjos sociais feudais não precisavam da escravidão total para obter tributos ou rendas dos produtores diretos, já que os senhores controlavam os instrumentos mais eficazes de produção e violência.

Assim, o moinho de vento ou de água elevava potencialmente a produtividade; se fosse controlado pelo senhor, aumentava seu poder sobre os camponeses. É claro que, de posse de tal alavanca, os senhores podiam exigir as entregas de grãos a seu moinho, mesmo que o custo do transporte reduzisse a zero para os camponeses a vantagem produtiva dos moinhos, como Pierre Dockès sugere que acontecia com

freqüência.[25] A disseminação dos moinhos e do arado puxado a cavalo foi irregular, e não elevou a produtividade da mesma forma em toda parte. Mas onde ocorreu, os avanços técnicos permitiram que a resistência das comunidades camponesas tivesse um efeito gradual. Conforme a dominação direta dos senhores feudais era reduzida pela resistência camponesa, os senhores descobriram que podiam conviver com os elementos de maior liberdade exigidos pelos camponeses, como a posse comunal ou privada da terra em troca de trabalho — e até mesmo deles beneficiar-se. A substituição dos arrendamentos a dinheiro pelo pagamento em trabalho ou em gêneros teve o mesmo efeito.

Na maior parte da Europa Ocidental, os aldeões aos poucos estabeleceram seus direitos frente aos senhores. Na Inglaterra ainda havia muitos camponeses ou servos não-livres no século XIII. Mas embora estivessem formalmente sujeitos à vontade do senhor, sua condição também era regulamentada por "*the custom of the manor*" ("o costume do feudo"). Eram, na prática, proprietários de bens; podiam comprar e vender terras e deixar testamentos. Podiam dever aos senhores até metade da produção de sua principal lavoura arável, mas se fossem levadas em conta outras fontes de produção não aráveis, o senhor não recebia mais do que um quarto do valor da produção bruta desses servos.[26] O agricultor escravo da Sicília romana, ou mais tarde no Novo Mundo, ficava com uma parte muito menor da produção e era obrigado a trabalhar pela coerção física direta.

O ressurgimento cristão e o desafio do Islã

Sugeri que a mudança gradual da atitude a respeito da escravidão na Europa Ocidental foi, assim como a própria noção de Cristandade, profundamente marcada pela confrontação com o Islã. Só depois do avanço muçulmano no coração da Europa, a doutrina cristã começou a modificar cuidadosamente sua aceitação da escravização dos crentes. Charles Verlinden escreve:

> Do Velho Testamento veio a idéia de que, se o senhor e o escravo fossem da mesma raça e religião, a escravidão deveria ser evitada, mas foram necessários séculos para que este conceito penetrasse no Ocidente. Só na era carolíngia ele surgiu na concepção de que, na sociedade cristã, nenhum fiel deveria ser rebaixado à escravidão.[27]

A nova doutrina só se efetivou aos poucos, num processo de seleção competitiva de práticas sociais. Sua disseminação refletiu tanto as pressões sociais do tipo acima descrito dentro da Cristandade como a necessidade de a Cristandade do Ocidente

transformar-se para enfrentar a ameaça muçulmana. O Islã, desde seu início, foi uma fé que proibiu formalmente seus seguidores de escravizar outros fiéis — na verdade, a lei islâmica foi mais longe e proibiu a escravização de cristãos e judeus, contanto que eles vivessem em paz sob o domínio islâmico e pagassem impostos especiais.

Bernard Lewis explica:

> O Corão, como o Antigo e o Novo Testamentos, admite a existência da escravidão. Regula a prática da instituição e, assim, aceita-a implicitamente. (...) Mas a legislação corânica, confirmada e elaborada posteriormente segundo a Lei Sagrada, trouxe à antiga escravidão duas grandes mudanças que tiveram efeitos a longo prazo. Uma foi a presunção de liberdade; a outra, a proibição da escravização de pessoas livres exceto sob circunstâncias estritamente definidas.[28]

A Lei Sagrada afirmava que só os infiéis poderiam ser submetidos à escravidão. Esta doutrina poderia ajudar a criar um sentimento mais intenso de comunidade religiosa e a atrair pessoas vulneráveis à escravização. E para os infiéis escravizados, a instituição pretendia servir como "meio de converter quem estava de fora em membro da comunidade".[29] Os escravos infiéis convertidos não poderiam, naturalmente, esperar a alforria, mas com o tempo, provavelmente, a situação de alguns deles, em geral dos que tinham postos de responsabilidade, melhorou, enquanto a dos que exerciam funções braçais continuou inferior e degradada, mas não completamente desprovida de direitos. As pessoas livres que se convertiam ganhavam uma imunidade importante. Carlos Magno, cujo avô expulsara um exército muçulmano em Poitiers e que tentou, sem sucesso, ampliar a cabeça-de-ponte cristã na Espanha, estava bem a par da ameaça militar representada pela religião guerreira. Mas o desafio do Islã era também ideológico, além de militar; dizia respeito a práticas e crenças básicas do cristianismo, disputando sua posição de religião monoteísta que cumpria as profecias do Velho Testamento e que criava uma verdadeira comunidade de fiéis. A própria noção de Cristandade nasceu deste embate, e foi por ele marcada de várias maneiras.[30]

A possibilidade de os cristãos submeterem-se entre si à escravidão, ou mesmo de vender escravos cristãos aos compradores muçulmanos, tornou-se tema de amarga controvérsia. Nos séculos VIII, IX e X, a Europa Ocidental tinha pouco a oferecer aos comerciantes estrangeiros, exceto escravos, mas suas classes privilegiadas desejavam os bens luxuosos e exóticos que podiam ser comprados no Oriente. Negociantes muçulmanos ou judeus estabelecidos em Marselha ou Garde Freinet ofereciam bom preço por escravos. Celtas ou anglo-saxões jovens e saudáveis, capturados por vikings ou comprados por mercadores frísios, eram enviados a Paris ou a Verdun; também chegavam a Verdun eslavos aprisionados no oriente para serem enviados à Espanha ou ao norte da África. Havia uma boa demanda muçulmana por escravos castrados, mas tanto os compradores islamitas quanto os comerciantes judeus de escravos tinham escrúpulos religiosos na hora de realizar a castração — e em Verdun os cristãos, que não tinham tais escrúpulos, dedicavam-se à emasculação dos desprezíveis pagãos (se é que eles eram isso). Veneza, Lombardia e até a própria Roma também forneciam escravos aos mercados do Oriente.

Os Concílios da Igreja de 743 em Estinnes e de 845 em Meaux denunciaram a venda de escravos cristãos aos pagãos, e este último exigiu que só fossem vendidos a cristãos. Carlos Magno insistiu que era uma blasfêmia vender cristãos aos muçulmanos ou aos hereges. Em 776, o papa Adriano I foi obrigado a escrever a Carlos Magno negando que tivesse permitido a venda de escravos cristãos à "inominável raça dos sarracenos" ou aos "inomináveis gregos". Sua defesa é reveladora: "Fizemos tudo o que pudemos, e invocamos Deus como testemunha de que lutamos com vigor para evitar este escândalo (...) mas, como dissemos, muitas famílias foram vendidas pelos lombardos numa época em que a fome os obrigou a isso."[31] Embora o tráfico de escravos cristãos tenha se tornado fonte de controvérsia no período carolíngio, não foi completamente extinto porque o próprio Império desfez-se em meio a conflitos e tumultos. Paradoxalmente, a falta de um poder central forte desencorajou a escravidão rural e eliminou a regulamentação do mercado de escravos. Isso também permitiu novas incursões sarracenas no sul da França e da Itália, acompanhadas de tentativas deliberadas de incitar os escravos a se rebelar contra seus senhores. Refletindo sobre as conquistas sarracenas apoiadas por escravos emancipados, Jean Bodin, filósofo político do século XVI, observou: "Aos poucos, isto forçou os cristãos a abrandar a servidão e a libertar escravos, exigindo apenas algumas corvéias (...)."[32]

A vulnerabilidade e a fragmentação da Cristandade refletiram-se no comércio de escravos que prosperava com ela. No início do período medieval, os vikings comandavam um extenso comércio de escravos que ia dos rios russos ao Mar Negro, ao Adriático e ao Oriente Médio, ou através do Báltico e do Mar do Norte chegava à Inglaterra, à Irlanda, à Islândia e ao Atlântico. Os vikings praticaram a caça e o comércio de escravos em regiões distantes, do século VIII ao XI. Embora fossem inicialmente pagãos, costumavam encontrar compradores cristãos para seus escravos, fosse qual fosse a religião destes últimos. O domínio que os vikings tinham do transporte marítimo e fluvial de longa distância foi um ingrediente vital de sua capacidade de "produzir" e vender escravos. Estabeleceram colônias longínquas, sustentadas pela força de trabalho cativa, no norte do Atlântico, e estabeleceram na Rússia

o estado de Varângia, que lhes permitiu fornecer a Bizâncio escravos capturados no leste e no norte da Europa. Os longos barcos vikings, cujo desenho estreito lhes permitia navegar tanto em rios como em oceanos, adaptava-se ao comércio de pequenas quantidades de escravos caros; não poderiam levar mais do que vinte ou trinta cativos de cada vez. Na própria Escandinávia, o trabalho escravo existia ao lado de um campesinato livre organizado em clãs, com um desenvolvimento tênue da propriedade privada. Segundo um relato, a fazenda típica da época teria três escravos, doze vacas e dois cavalos. A presença de 10 ou 18 escravos numa única fazenda devia ser o limite máximo, e provavelmente era pouco comum. O número absoluto de escravos absorvidos pelas colônias vikings na Islândia e em outros locais era bastante modesto; no século X havia provavelmente na Islândia cerca de dois ou três mil escravos, que representavam um terço ou a metade da população.

Os escravos eram estigmatizados por estereótipos humilhantes; os cativos ingleses e irlandeses mais morenos eram considerados indignos de confiança e preguiçosos, e recebiam nomes como "Tumor", "Grosseiro", "Tosco", "Barulhento" e "Tagarela". A escala da escravidão nessas sociedades escandinavas foi reduzida, em primeiro lugar, por derrotas militares que cortaram o suprimento de novos escravos, e depois pelo surgimento de mais hierarquia e diferenciação nas fileiras da população livre, à medida que os descendentes dos escravos, se é que existiam, eram absorvidos pela comunidade mais ampla como trabalhadores ou agregados cativos. O desaparecimento da escravidão foi acompanhado pela redução da independência das aldeias de camponeses livres e pelo surgimento de uma nobreza local, com propriedades de terra mais extensas. Esses acontecimentos coincidiram com o término de um lento processo de conversão ao cristianismo. Entretanto, nas terras pantanosas da Rússia e da Europa Oriental, a escravidão continuou a ser importante.[33]

O fortalecimento da ordem feudal na Cristandade latina e os novos choques com o Islã na Espanha e no Oriente Médio favoreceram o ressurgimento da proibição carolíngia a todo tráfico de escravos cristãos, o estabelecimento de ordens religiosas dedicadas à redenção dos cristãos mantidos em cativeiro pelos muçulmanos e a elaboração de novas formas de colonização. O fortalecimento dos privilégios associados à condição de fiel estava ligado à intensificação da estigmatização dos que não eram.

A expansão feudal e as ideologias da perseguição

Robert Bartlett descreve a fórmula expansionista do feudalismo europeu do século X ao XIII pela existência tanto de uma aristocracia fortalecida, que dominava uma

tecnologia militar aperfeiçoada, quanto de comunidades de camponeses livres, aos quais se oferecia a terra para ser cultivada em troca de pagamento em forma de aluguel ou serviços. As áreas recém-conquistadas eram garantidas pela instalação de colônias de camponeses livres, junto com a assimilação cultural forçada da população nativa. Os colonos costumavam ser atraídos com o oferecimento de alguns anos de isenção de impostos, ou do pagamento de aluguéis em vez do pagamento em corvéias. A fórmula feudal de consolidação e expansão também adotou, de forma decisiva, a construção de igrejas, mosteiros, cidades muradas e universidades. Todas estas instituições foram necessárias para a reprodução das relações sociais feudais em novas localidades. As dimensões culturais da conquista foram tão importantes quanto os cavaleiros montados, os lanceiros ou arqueiros. Ajudaram a manter a identidade do conquistador e a impor uma identidade forçada aos conquistados. Como escreve Bartlett: "Conquista, colonização, cristianização: as técnicas de fixação numa nova terra, a capacidade de manter a identidade cultural através de formas legais e atitudes incentivadas, as instituições e perspectivas necessárias para enfrentar o estranho e o repugnante, para reprimi-lo e com ele conviver, a lei e a religião" eram todas indispensáveis naquela fórmula de expansão, possibilitando às novas comunidades tornarem-se "réplicas autônomas e não dependentes".[34]

A imposição da liturgia e das leis latinas regulou e definiu a ordem social. A *gens latina* e os que pertenciam à *ecclesia* tinham acesso a direitos que não eram concedidos a pagãos como os lituanos, ou a "povos selvagens" ou "eslavos primitivos". Qualquer povo que deixasse de se submeter à agricultura sedentária e às normas culturais e religiosas da Cristandade latina era relegado a uma condição totalmente subordinada, no limiar da escravidão. A ênfase dada à mobilização e à solidariedade religiosa pela Cristandade latina neste período de ressurgimento e expansão foi acompanhada da ênfase nos princípios da exclusão e da correção.

A Europa cristã dos séculos XI e XII testemunhou, como afirma Robert Moore, um policiamento muito mais atento e vigilante dos que não compartilhavam do regime religioso, étnico, corporal e sexual dominante. Judeus, homossexuais ("sodomitas"), leprosos, maniqueus e outros hereges eram condenados como portadores de perigosa doença contagiosa que exigia punição e perseguição esterilizadoras para que não contaminassem a ordem social. Assim, a pele embranquecida e a deformidade do leproso eram vistas como sinais externos de pecado mortal. Os grupos estigmatizados eram considerados um desafio às bases e pretensões espirituais da nova ordem; atrás deles estava o espectro das pessoas sem senhor, como pregadores itinerantes, mascates, mendigos ou leprosos, e as mulheres sem homem que por elas respondesse. Assim, os seguidores de Robert de Arbissel foram descritos com hor-

ror como "homens de todas as condições, mulheres servis [*pauperes*] e nobres, viúvas e virgens, velhas e jovens, prostitutas e as que desprezavam os homens (...) não desdenhando nem os pobres nem os fracos, incestuosos ou depravados, leprosos ou indefesos".[35] A perseguição a todo tipo de desvio aperfeiçoou o desejo de subordinação ideológica total que, na verdade, teve implicações terríveis para os que cruzaram o caminho da expansão européia. Tudo isto ajudou a forjar a identidade da Europa. As campanhas contra todo tipo de desvio foram orquestradas em termos continentais pelas decisões do Terceiro e do Quarto Concílios de Latrão, em 1179 e 1215. Mas, embora o dispositivo de perseguição tenha sido criado para excluir e suprimir, buscava também recuperar e incluir, se possível. Robert de Arbissel acabou sendo beatificado, muito depois que a ameaça ideológica que representara já tinha passado.

Após os concílios de Latrão, passou a ser mais comum que a condição formal dos judeus fosse definida como de escravidão. Considerava-se que os judeus eram propriedade do rei — conceito muito vantajoso para o monarca, já que lhe permitia sujeitar a comunidade judaica a impostos reais arbitrários. Os judeus eram considerados coletivamente responsáveis pela morte de Cristo. Embora tenha havido tentativas de converter os judeus, acreditava-se que a presença da comunidade judaica representava um símbolo vivo das Escrituras e alguns achavam que só no Dia do Juízo os judeus se converteriam *en masse*. Os judeus eram formalmente proibidos de possuir escravos cristãos, embora houvesse situações em que esta regra podia ser burlada. A condição de propriedade do monarca permitia aos judeus estarem na Cristandade medieval, mas não fazer parte dela. Possibilitava também aos monarcas taxar os judeus à vontade, e tornava interessante protegê-los. Costumava-se exigir dos judeus que usassem nas roupas marcas especiais e que vivessem em áreas demarcadas. Embora só alguns poucos judeus fossem agiotas, as decisões dos Concílios que reforçaram a proibição cristã da usura, ofereceu-lhes mais espaço para que exercessem esta atividade.

Santo Tomás de Aquino não aprovava os maus-tratos aos judeus, mas escreveu, numa carta à duquesa de Brabante em 1270, que "a culpa dos judeus fez com que fossem condenados à escravidão perpétua".[36] Os governantes deveriam proteger seus judeus, mas estes últimos deviam tudo a seu soberano. Assim, embora a escravidão estivesse desaparecendo na maior parte da Europa, a noção da escravização sobreviveu como parte do imaginário social. Robert Grosseteste, o influente bispo de Lincoln no século XIII, que seria considerado por Wyclif e teólogos protestantes posteriores como defensor das virtudes especiais da Igreja inglesa, exigia uma radicalização da noção de escravidão dos judeus, com o objetivo de negar-lhes também todo o

lucro da usura — mesmo que o Estado tivesse de sofrer por isso. Southern resume uma carta escrita por Grosseteste à condessa de Winchester em 1231 na seguinte passagem:

> Deus condenou os judeus a serem andarilhos e escravos de todas as nações, e este estado de coisas durará até o fim da História, quando virá sua redenção. Enquanto isso, os governantes do mundo têm a missão de mantê-los cativos — não de matá-los, mas deixando que vivam do suor de seu rosto. São como os descendentes de Caim, amaldiçoados por Deus, entregues à escravidão. (...) Os governantes que recebem algum benefício da usura dos judeus bebem o sangue das vítimas que deviam proteger.

Southern acrescenta: "Neste resumo, mais aliviei do que exagerei a virulência das palavras de Grosseteste."[37] A opinião mais extremada de Grosseteste refletia um impulso marcante na direção da pureza doutrinal, e originava-se da hostilidade popular aos agiotas. A contínua taxação real dos judeus fez subir as taxas de juros cobradas pelos agiotas e penhoristas judeus, e estimulou o desejo dos devedores de livrar-se deles. O conselho oferecido por Grosseteste provocou a expulsão dos judeus de várias cidades. Em 1290, a Inglaterra tornou-se o primeiro reino europeu a expulsar os judeus; nessa época, o excesso de impostos havia reduzido a tal ponto os recursos financeiros da comunidade judaica na Inglaterra que o Tesouro real não recebia dela mais nenhuma soma significativa.[38]

O impulso persecutório foi estimulado tanto pela expansão feudal quanto por tensões internas, já que a expansão trouxe novos problemas para a manutenção da identidade. Os conquistadores anglo-normandos e ingleses da Irlanda alegaram que os irlandeses eram um tipo de povo selvagem por serem pastores, por suas práticas familiares características e por suas supostas irregularidades ou desleixos religiosos. Gerald de Barri, historiador do século XII, observa:

> Os irlandeses são um povo rude, que subsiste apenas da produção de seu gado — um povo que ainda não se afastou dos hábitos primitivos da vida pastoril. No curso normal das coisas, o progresso ocorre da floresta para o campo, do campo para a cidade e para a condição social de cidadão; mas esta nação, ao desprezar o trabalho agrícola, e pouco aspirando à riqueza das cidades, além de ser excessivamente avessa às instituições civis, leva a mesma vida que seus ancestrais tiveram nos bosques e pastos abertos, não desejando abandonar os velhos hábitos nem aprender nada de novo.[39]

É claro que os "novos" hábitos aqui mencionados eram a base essencial da construção da ordem feudal. Em 1155, Henrique II da Inglaterra persuadiu o papa Adriano IV a emitir a Bula Laudabiliter, encorajando-o a ir para a Irlanda "ampliar as fronteiras da Igreja, revelar a verdade da fé cristã aos povos incultos e selvagens e arrancar do solo do Senhor os vícios que nele cresceram".[40]

Nas fases iniciais de conquista e colonização feudais era comum um "dualismo judicial" rigoroso, em que os colonos e os que aceitassem a assimilação eram julgados por cortes diferentes, segundo as diferentes leis que se aplicassem à população recém-conquistada. Na Irlanda, isso ficou conhecido como "*exception of Irishry*" ("exceção dos irlandeses"), e significava que a pena pela morte de um irlandês seria diferente e mais leve do que a pena pela morte de um inglês — e num destes casos a pena, uma multa de 70 *shillings*, foi paga ao senhor da vítima. O irlandês podia ser descrito como "não tendo sangue livre", embora sua condição fosse a de um servo degradado, e não a de um verdadeiro escravo. Esses procedimentos eram defendidos pelos colonizadores e assimilados como direitos e privilégios, e, caso aplicados de forma abrangente, serviam de incentivo à assimilação. Mas a prática do dualismo legal podia também ser temporariamente relaxada como outra forma de assegurar a integração social e política de uma população ainda heterogênea. Houve conjunturas em que práticas muito discriminatórias pareceram inconvenientes para o poder real que buscava consolidar ou ampliar sua autoridade. Alguns dos colonizadores ou conquistadores também poderiam tentar chegar a um acordo com os conquistados. Na Irlanda, alguns dos próprios senhores anglo-normandos adaptaram-se aos costumes irlandeses e tornaram-se alvo de intervenções posteriores dos monarcas ingleses. Às vezes, o próprio dualismo judicial representou uma concessão às populações conquistadas que, em certos casos, podiam ser julgadas segundo suas próprias leis e costumes.

Com o tempo, a consolidação e a extensão da ordem social exigiu um tratamento mais homogêneo dos súditos. Na Espanha, as Leis de Santa Maria de Cortes, em 1182, afirmavam que "nobres, cavaleiros e judeus e muçulmanos que vierem a residir aqui estarão sujeitos às mesmas multas e ao mesmo regime judicial dos outros habitantes". A municipalidade de Daroca, em Aragão, também prometia que "cristãos, judeus e muçulmanos devem ter uma só lei quanto a agressões e acusações".[41] Estas concessões foram feitas para consolidar um novo poder, e podiam ser anuladas assim que o poder estivesse assegurado. De qualquer forma, era comum exigir-se da população não-cristã o pagamento de um imposto especial — em trabalho para os muçulmanos, em dinheiro para os judeus.

Depois dos massacres de judeus em Castela e Aragão em 1381, houve grande pressão para que os judeus se convertessem ao cristianismo. Na Espanha, nos séculos XV e

XVI, houve uma onda crescente de homogeneização intolerante que atingiu não só os judeus e muçulmanos mas também aqueles que haviam se convertido ao cristianismo ou que eram descendentes de convertidos. Os que professavam abertamente a religião judaica acabaram sendo expulsos em 1492. Os *conversos* de etnia judaica tornaram-se alvo de perseguição no século XV, geralmente sob a acusação espúria de continuarem a praticar clandestinamente sua antiga religião. O êxito dos *conversos* na obtenção de nomeações reais e profissionais despertou a inveja e a hostilidade dos cristãos antigos. Em Toledo, o conselho da cidade promulgou leis em 1449 estipulando que a *limpieza de sangre* era um pré-requisito para os ocupantes de cargos públicos. A categoria "sangue impuro" tinha sem dúvida um conteúdo principalmente racial e nacional, embora bastardos de ascendência cristã espanhola também fossem impedidos de ocupar esses cargos. A pressão para estabelecer a *limpieza de sangre* veio principalmente de espanhóis plebeus, que a usaram contra o que viam como uma aliança entre os aristocratas e os *conversos*.

A partir de 1480, o problema dos *conversos* passou a ser de responsabilidade do Santo Ofício da Inquisição. De uma população de cerca de 100.000 *conversos*, cerca de 2.000 foram entregues ao braço secular para serem queimados na fogueira; outros foram presos e multados; e um grande número deles foi exilado; mas a perseguição dos descendentes restantes dos *conversos* diminuiu depois da década de 1520. A Inquisição ainda vetava candidatos a promoções, mas não organizou mais autos-de-fé regulares.

A estigmatização racial e religiosa dos cristãos-novos trouxe resultados terríveis, mas não a escravização. Seu objetivo era excluí-los das funções mais vantajosas; no que dizia respeito às autoridades, permitia cobranças fiscais especiais. Embora alguns poucos pudessem terminar como trabalhadores forçados (ou, excepcionalmente, como escravos), seria improvável sujeitar a maioria dos cristãos-novos, muitos deles de alta posição [*hidalgos*], ao trabalho braçal. Os judeus e cristãos-novos acabaram sendo expulsos, mortos ou absorvidos sem deixar traço. O princípio da *limpieza de sangre* como condição para obter postos reais, clericais ou profissionais foi usado também posteriormente para excluir os mouros e os de ascendência índia ou africana. Embora a autoridade real procurasse apenas explorar a inveja racial, foi pressionada ao máximo pelo inseguro clero espanhol, ávido por cargos no governo e inspirado por um integralismo religioso etnicamente deformado.[42]

A escravidão nos reinos cristãos ibéricos

Espanha e Portugal, as duas potências responsáveis pelas primeiras descobertas, conquistas e colônias européias nas Américas, eram, naturalmente, herdeiras de reinos

cristãos que foram grandes expoentes da ampliação territorial da Cristandade ocidental. A escravização, embora com importância variável, continuou a fazer parte do repertório institucional das potências ibéricas. A prática da escravidão romana, bizantina e visigoda influenciou os preceitos legais da Península cristã, da mesma forma que os séculos de confrontação direta com o Islã. Depois daquele momento no século XI em que, segundo Bonnassie, a escravidão foi extinta no norte da Espanha, ela reapareceu nos interstícios dos reinos cristãos quando realizaram a Reconquista e participaram do revivido comércio com o Levante nos séculos XIV e XV. Quando a população livre mobilizou-se para a conquista e a colonização, encontrou inspiração nos ensinamentos de Santo Isidoro de Sevilha,[43] mas agora considerava-se natural a não escravização de irmãos de fé cristã. Na própria Reconquista a escravidão teve seu papel, como instrumento ocasional do poder cristão e como meio de aculturação forçada. É claro que os reinos cristãos espanhóis dos séculos XIII e XIV não pensavam apenas na Reconquista. Tinham brigas entre si, realizavam trocas pacíficas com os muçulmanos e participavam do crescimento do comércio mediterrâneo. Estas últimas atividades foram tão responsáveis pela presença de alguns escravos na Espanha cristã quanto a cruzada contra o Islã, já que o número de escravos permanentes comprados de mercadores levantinos pode ter sido tão grande quanto o obtido nas razias de caça a escravos realizadas em áreas muçulmanas. Os que eram capturados numa razia costumavam ser oferecidos de volta à família ou comunidade a que pertenciam em troca do *rescate*, usualmente em dinheiro, atividade que parece ter sido quase sempre mais vantajosa do que a manutenção ou o comércio de escravos. Só os cativos que já eram escravos costumavam ser mantidos nesta condição. Os escravos não constituíam a população trabalhadora mais importante em nenhuma parte da Espanha. Eram usados em trabalhos domésticos ou artesanais, ou para tarefas especialmente desagradáveis ou difíceis.[44]

A justificativa religiosa para a manutenção de alguns escravos muçulmanos era que a escravidão estimularia a conversão, além de assegurar a subordinação apropriada do infiel. A proibição efetiva de um cristão escravizar outro cristão foi concebida para elevar o moral. O ideal "carolíngio" da comunidade cristã sofrera certos recuos, assim como o próprio império, e teve conseqüências apenas incompletas; a canonização de Carlos Magno no século XII marcou um renascimento. Há bulas papais que denunciam a falta de escrúpulo religioso no tráfico veneziano de escravos. Em 1206, Inocêncio III manifestou a preocupação com o fato de que os senhores da Espanha estavam ficando alarmados com a perspectiva de conversão de seus escravos: "Quando em sua igreja é celebrada uma cerimônia pública de batismo, e muitos sarracenos se reúnem buscando ansiosamente serem batizados, seus donos, sejam judeus ou mesmo cristãos, temendo perder seu lucro, tentam impedi-los."[45]

A nova doutrina, como já mencionamos, não pregava a libertação do escravo por ocasião da conversão, nem em qualquer outra data futura; no entanto, aumentava formalmente os direitos dos escravos. Na Península Ibérica, assim como em toda parte, houve uma evolução socioeconômica que, embora de forma irregular, reduziu a importância da escravidão e criou um contexto mais favorável para a adoção de algumas restrições à propriedade de escravos. Da mesma forma, o respeito por um monarca cristão poderia impedir a escravização de seus súditos. Mas é provável que esses fatores — que serão examinados com mais detalhes a seguir — foram ainda auxiliados pela confusa experiência da Cristandade latina de empreender a ofensiva contra o Islã. Esperava-se que as vicissitudes, tanto das Cruzadas quanto da Reconquista ibérica, trouxessem de volta aos cristãos latinos a necessidade de maior solidariedade religiosa. O reino cruzado de *Outre Mer* fracassou em parte por causa da crueldade dos cruzados com os cristãos locais. Os reinos cristãos da Espanha desenvolveram aos poucos uma nova ética sociorreligiosa, influenciada pela que era predominante entre seus vizinhos muçulmanos. Para um cristão, passou a ser menos comum manter como escravo, um companheiro de fé e a escravização de fiéis foi excluída.

O famoso código de Alfonso, o Sábio, no século XIII, as *Siete Partidas*, pode ser considerado um documento de transição para uma doutrina escravista mais suave do que a de Santo Isidoro. Embora as *Partidas* permitissem escravos cristãos, procuravam aliviar a dureza de sua condição e proteger sua capacidade de levar uma vida cristã. O código permitia que indivíduos, corporações municipais e entidades religiosas possuíssem escravos e sugeria vários caminhos para a alforria, contanto que os escravos prestassem um bom serviço e demonstrassem aceitação religiosa. Os que eram escravos de direito incluíam: (1) aqueles capturados na guerra e que eram inimigos da fé; (2) os filhos de mãe escrava; (3) os que se vendiam voluntariamente como escravos. Mais duas categorias foram adicionadas a esta lista básica: filhos de padres, que deviam tornar-se escravos da instituição religiosa à qual pertencia seu pai; e maus cristãos que vendiam material bélico aos mouros. Os senhores eram proibidos de tratar seus escravos com crueldade, de deixá-los passar fome ou de se envolver sexualmente com suas esposas ou filhas; um senhor que descumprisse estas regras seria levado à corte (por quem, não se diz), e, se fosse provado o crime, os escravos seriam vendidos a outro senhor. Caso se provasse que uma virgem fora estuprada pelo senhor ou alugada como prostituta, ela seria libertada pela corte.

Nenhum infiel poderia ter escravos cristãos, e todo senhor condenado pela desobediência a estas leis perderia seus escravos. Os escravos cristãos poderiam casar-

se entre eles, com a permissão de seu dono, que só tinha direito de impedir o casamento se pudesse provar que a cerimônia feria seus interesses. Os senhores poderiam permitir que seus escravos tivessem uma atividade comercial, guardando uma parte dos lucros para, se possível, comprar sua liberdade. Embora a falta de submissão religiosa ampliasse a vulnerabilidade à escravização, não se mencionava raça. Apesar das tentativas de refrear os senhores, ainda se afirmava abertamente nas *Partidas* que a escravidão era "a condição mais baixa e desgraçada em que se pode cair, porque o homem, que é a mais livre e nobre de todas as criaturas de Deus, fica assim em poder de outra pessoa, que pode fazer com ele o que desejar como com qualquer outra propriedade, seja viva ou inanimada". O dever de um escravo para com seu senhor tinha precedência sobre os deveres para com sua esposa. A capacidade do escravo de invocar a proteção das *Partidas* seria muito limitada numa propriedade rural, e um pouco maior nas cidades, se o escravo tivesse parentes ou protetores livres. As determinações das *Partidas* são claramente descritas como leis, mas muitas delas nada mais eram do que exortações — por exemplo, determina-se que os reis deveriam se preocupar com o bem-estar de seu povo, ser fiéis às esposas e abster-se rigorosamente da linguagem chula.[46]

As *Siete Partidas* foram o produto de uma sociedade na qual a escravidão era agora principalmente doméstica e de caráter temporário, e em que os escravos costumavam provir de algum grupo religioso externo. Mas mantiveram a legalidade da escravidão, concederam amplos poderes ao senhor e, sob certas condições, permitiram a manutenção de cristãos como escravos. Em áreas conquistadas dos muçulmanos, os que continuavam a oferecer resistência armada estavam na verdade sujeitos à escravidão. Os líderes seculares costumavam negociar termos de capitulação, de forma que a incorporação das *ta'ifas*, ou pequenos reinos muçulmanos, envolveu promessas de bom tratamento das massas de súditos mouros. Embora a maioria tenha se transformado numa casta inferior, ou partido para áreas muçulmanas, poucos ficaram muito tempo como escravos. Os agricultores muçulmanos costumavam ser *exaricos*, ou meeiros; às vezes deviam tributo a um senhor, com direitos sob contrato; posteriormente, foram feitas tentativas de convertê-los. A fórmula essencial da colonização feudal era combinar a repovoação das áreas conquistadas — ou seja, sua repovoação por cristãos livres aos quais se ofereciam terras em condições atraentes — com a assimilação forçada dos povos submetidos, que só poderiam manter algum acesso limitado à terra ou ao emprego por meio da conversão. A discriminação e a coerção cultural procuravam impedir que os imigrantes cristãos se tornassem nativos e acabassem promovendo a assimilação. Os ataques a áreas muçulmanas continuaram a render uma colheita de cativos, que eram submetidos a

trabalhos forçados enquanto esperavam o pagamento de um resgate ou a troca por prisioneiros cristãos. A redenção dos cativos era organizada por *alfaqueques*, que se especializavam neste trabalho. Nos casos em que um ataque para a captura de prisioneiros violasse uma trégua estabelecida entre as partes, as autoridades reais deveriam ordenar a libertação sem pagamento.[47]

O império comercial dos catalães e aragoneses nos séculos XIII e XIV colocou-os em contato com o comércio levantino de escravos e açúcar. Foram registrados 2.800 escravos no campo em Maiorca, em 1328, e, em 1400, a população escrava da Catalunha foi calculada em 4.375 pessoas. Os reinos cristãos exportaram alguns escravos para Granada e importaram em troca algodão, açúcar, anil e madeira. Em Granada, como era comum na Espanha muçulmana, encontravam-se escravos entre os administradores e soldados, assim como entre criados e artesãos. Os primeiros escravos africanos na Espanha foram vendidos provavelmente por mercadores do norte da África às *ta'ifas* muçulmanas. Durante a Reconquista, alguns foram capturados pelas forças cristãs. Um corpo de elite de 3.000 soldados escravos africanos opôs resistência feroz às forças comandadas pessoalmente pelo rei Ferdinando no Cerco de Málaga, em 1487; depois da rendição da cidade, cem deles foram enviados como presente ao papa. Outros africanos e defensores que sobreviveram foram distribuídos como escravos aos que haviam conduzido o cerco, ou vendidos para pagar as despesas. No entanto, as cidades e aldeias muçulmanas vizinhas juraram aliança como mudéjares, súditos muçulmanos dos monarcas católicos, na esperança de conservar suas propriedades e sua posição na sociedade. Na época, isto foi aceito. As Capitulações de Granada em 1492 estipularam que os escravos cativos em mãos mouras que conseguissem escapar para o território dominado pelos governantes cristãos seriam libertados — mas esta cláusula excluía explicitamente os nativos das Ilhas Canárias ou escravos negros das "ilhas" [atlânticas]. Depois de uma revolta ou rebelião, os acusados de envolvimento seriam mortos, ou poderiam ser escravizados, mas os muçulmanos restantes foram pressionados a partir ou a se converterem ao cristianismo. A meta dos monarcas católicos era dispersar os muçulmanos, e não conservá-los como massa escrava ou hostil.[48]

Da década de 1440 em diante, as viagens portuguesas ao longo da costa da África motivaram a chegada de uma leva contínua de cativos africanos, vendidos como escravos na Península. Por volta de 1500, um décimo da população de Lisboa e de Sevilha era de escravos africanos. Seus donos possuíam um, dois ou três deles, geralmente trabalhando como servos, artesãos ou criados. Ocupavam os papéis sociais que, por algum tempo, haviam sido preenchidos em outras partes da Europa pelos antigos escravos brancos. Assim, no século XVI, a população escrava de Castela

aumentou com a compra de cativos africanos e berberes aos portugueses; assim como aqueles que eram comprados ou capturados no norte da África, também tornaram-se servos urbanos. Um estudo dos inventários de escravos de Málaga na década de 1570 revela uma ampla gama étnico-religiosa, incluindo "berberisco negro cristiano", "berberisco moro", "negro de la nación de moros", "berberisco mulatta", "negro de nación portuguesa", "cristiana de casta de moros", "negro de guinea", "negro de la India de Portugal". De um total de 493 escravos, 185 foram descritos como Moros e 78 como Cristãos; um foi descrito como judeu e outro como turco. No entanto, um "negro de nação portuguesa" podia significar um negro de propriedade de um português, ou que falasse português, ou que tivesse nascido em Portugal.[49]

Na Espanha do século XVI havia ainda uma grande população de *moriscos* cristãos, a maioria deles camponeses em Valença e Granada e sujeitos a feroz exploração, apesar de sua suposta conversão. Os cristãos-novos mouros revoltaram-se em várias ocasiões e acabaram sendo expulsos em 1608-12. Este episódio final da eliminação da diferença religiosa e racial confirmou a identidade nacional espanhola e foi acompanhado por um novo espírito de igualitarismo cívico, com a suavização das cruéis distinções sociais que caracterizaram o feudalismo na Península Ibérica. A escravidão foi uma instituição que permitiu a inclusão subordinada ou correcional, e não a exclusão ou supressão total que acabou sendo o destino de judeus e mouros. Os mouros que haviam sido escravizados de modo geral não foram expulsos, já que eram considerados parte da casa de seu senhor. A expulsão dos *moriscos* foi realizada numa época em que as autoridades reais desejavam compensar a humilhação de concordar com uma trégua com os rebeldes holandeses. Os próprios mouros expulsos não foram bem-vindos no norte da África, e muitos deles foram mortos ali.[50]

A expulsão dos *moriscos*, depois da dos *conversos* e dos judeus, pôs em evidência de forma espantosa e terrível as concepções étnico-culturais que parecem ter-se combinado à fé religiosa da época. Os processos contra os *conversos* e *moriscos* foram acompanhados de tentativas repetidas e obsessivas por parte das autoridades religiosas e seculares de provar que os acusados eram culpados de heresia e fraude. Não se tem dúvida, é claro, que conversões forçadas ou sob pressão fossem quase sempre falsas. Por outro lado, antes da década de 1480, parece que muitos *conversos*, ou seus filhos, praticavam com fé genuína a religião cristã; era este o caso de pelo menos alguns *moriscos*, ou de seus filhos, nas primeiras décadas do século XVI. Mas assim que se delineou o curso da perseguição e da expulsão, o objetivo das autoridades não foi fazer surgir ou estimular sinais de conversão, e sim agarrar-se a qualquer indício, real ou suposto, de heresia ou apostasia. Se um *converso* ou *morisco* recusa-

va-se a comer carne de porco, isto era visto como prova *prima facie* de que não eram verdadeiros cristãos. A dificuldade de falar o castelhano era considerada sinal de desvio religioso ou traição. Se uma mulher *conversa* ou *morisca* usava roupas coloridas, isso também seria suspeito. Reuniões familiares que coincidissem com festas judaicas ou muçulmanas, ou mesmo abluções regulares, eram também vistas com muita desconfiança. Para satisfazer seus críticos religiosos ou seculares, exigia-se dos *conversos* e *moriscos* que adotassem na verdade a cultura, além da religião, dos espanhóis cristãos — e às vezes nem isso era suficiente.[51]

A expulsão dos mouros parece exemplificar o tipo de exclusão racial que produziu a escravidão nas Américas. Mas neste caso, por que os mouros não foram escravizados e mandados para o Novo Mundo? Na época da expulsão, os americanos espanhóis compravam dezenas de milhares de africanos cativos. Uma das razões pelas quais os mouros não foram vendidos nas Américas é porque representavam uma ameaça à segurança; a própria expulsão foi em parte motivada pelo argumento de que a "nação moura de Valença" conspirara com os inimigos do rei, e que provavelmente ajudaria os invasores muçulmanos ou protestantes. Os mouros haviam sido há um bom tempo excluídos do Novo Mundo, com o argumento de que poderiam ajudar os inimigos da Coroa. Isto, no entanto, não era uma consideração decisiva, já que os escravos africanos não apenas se rebelaram com freqüência, como haviam colaborado com piratas ingleses no Istmo do Panamá. Talvez a possibilidade de escravizar os mouros e vendê-los, se necessário a compradores muçulmanos, fosse também inaceitável para as autoridades reais espanholas, já que seria desonroso. Os muçulmanos só comprariam os mouros se ficassem completamente convencidos de que eles eram infiéis; em geral, os muçulmanos viam os mouros como renegados, mas as autoridades espanholas seriam as últimas a admitir isso. Os espanhóis não se envolveram diretamente na escravização dos africanos, como teriam de fazer caso resolvessem escravizar os mouros. Em vez disso, eles compravam escravos dos comerciantes portugueses, que por sua vez os compravam de comerciantes ou chefes de tribos na costa da África. Esses procedimentos comerciais tinham um efeito de distanciamento — que se refletia, como veremos a seguir, no discurso teológico dominante.

A escravidão e os eslavos

A palavra inglesa "*slave*" ("escravo") refere-se, nas línguas européias ocidentais, aos eslavos, vistos como hereges ou pagãos congênitos. Do século X ao XVI, as terras

eslavas representaram para os comerciantes vikings e italianos sua principal fonte de escravos. O Adriático oriental e o Mar Negro eram os principais fornecedores. O Adriático oriental acabou se tornando a maior "costa de escravos" da Europa. Evans explicou este fato em termos de uma "escravidão de crise", aquele "meio brutal pelo qual uma região, dilacerada pela violência e reduzida à miséria, transforma a população excedente em recurso econômico".[52] Os povos em luta do Cáucaso ou da Bósnia, onde os católicos latinos enfrentavam os hereges bogomil ou os que seguiam a liturgia grega, garantiam um fornecimento contínuo de cativos supostamente heréticos. Certa ocasião, uma moça húngara conseguiu abrir um processo contra sua escravização numa corte italiana alegando que era cristã latina; a corte determinou que ela não era escrava, mas que devia a seu comprador o preço que ele pagara para "resgatá-la" de seus captores, e que devia servi-lo até que a dívida fosse paga.[53] Esta fórmula conveniente, que se aplicava principalmente aos cristãos latinos que não tinham um protetor, foi algumas vezes usada também para "redimir" muitos dos cativos dos mouros da Península e reduzi-los a uma nova servidão.

A expansão e a prosperidade da Europa medieval ajudou a gerar alguma escravidão marginal no mundo mediterrâneo, em contraste com o noroeste. Os escravos continuavam não sendo a principal força de trabalho em parte alguma, e vinham sobretudo da Europa Oriental e do Oriente Médio. O crescimento do comércio e das cidades medievais estimulou o comércio de escravos para uso como criados domésticos: Veneza e Ragusa eram entrepostos de criados escravos comprados por mercadores ricos e proprietários de terras do norte da Itália. Os artesãos urbanos às vezes compravam um ajudante escravo, embora isso fosse proibido em muitas municipalidades. O comércio de escravos das regiões do Cáucaso e do Mar Negro foi muito reduzido com a ascensão do poder otomano; os otomanos tinham sua própria necessidade de escravos dessas regiões para usá-los como recrutas nos corpos de janízaros. Mas ainda havia algum fornecimento de escravos das "costas escravistas" européias no Adriático. Os piratas mediterrâneos também vendiam escravos de várias origens. Às vezes encontrava-se na Itália ou em alguma colônia italiana um escravo "turco", mas em geral os turcos capturados eram devolvidos em troca de resgate. A religião desses cativos podia não ser respeitada, mas seu soberano ou sua riqueza mereciam respeito.[54]

Se a escravidão havia quase desaparecido do norte e do oeste da Europa, o mesmo não se podia dizer da Moscóvia, onde os escravos constituíam cerca de um décimo da população no final da Idade Média e no início da era moderna. Na Rússia, os escravos não eram muito utilizados para o trabalho agrícola em larga escala, mas

empregados principalmente como servos domésticos, trabalhadores braçais ou mesmo, em alguns casos, como administradores, tesoureiros ou almoxarifes. Alguns soldados eram tecnicamente escravos.[55] As condições precárias existentes nas estepes podiam tornar atraente a condição de escravo, com os próprios indivíduos se vendendo ou sendo vendidos como escravos pelos pais.

A característica mais notável da escravidão russa é que tanto os donos como os escravos pertenciam à mesma etnia — embora aparentemente fosse fraco o senso de uma etnia comum, já que os aristocratas cultivavam o mito de que eram na verdade italianos, franceses ou alemães. A fraca identidade étnica combinava-se com uma forte identidade religiosa, de tal maneira que os indivíduos intitulavam-se *pravoslavnie*, ou ortodoxos, em vez de russos — descrição esta que, de qualquer forma, seria inexata para muitos.[56] A igreja ortodoxa apoiava a escravidão, possuía escravos e subscreveu o código escravista de Justiniano. Seu cristianismo era verdadeiramente ortodoxo, no sentido de que permaneceu, de certo modo, mais fiel às práticas que prevaleceram no império cristão.

O desaparecimento da servidão e o surgimento do capitalismo agrário

Os últimos vestígios de escravidão na Inglaterra não sobreviveram ao impacto da Peste Negra, da Revolta Camponesa e das Guerras das Rosas. Estes acontecimentos também formaram o cenário para o enfraquecimento de todas as outras formas de servidão, aliados ao fortalecimento do papel do mercado e das exigências efetivas do estado.

Robert Brenner mostrou que o grande despovoamento causado pelo início da Peste Negra teve resultados bem diferentes no oriente e no ocidente da Europa, dependendo do resultado da resistência e das revoltas camponesas nas duas regiões.[57] A leste do Elba, a resistência camponesa foi totalmente esmagada, e impôs-se a chamada "segunda servidão". Em muitas partes da Europa a oeste do Elba, os senhores de terra, enfrentando a mesma falta de mão-de-obra que os do leste, tentaram impor uma volta a formas mais duras de servidão, mas fracassaram. Embora as revoltas camponesas tenham sido dominadas, elas devem ser consideradas apenas como a expressão mais visível e dramática das aspirações camponesas, que também encontraram válvulas de escape em inúmeros testes de força locais e na capacidade variável dos servos de fugir ao controle de seu senhor.

A extensão e as formas do êxito dos camponeses ao tentar deter a ofensiva dos senhores foram diferentes na França e na Inglaterra. Na França, os camponeses não

só conquistaram a liberdade como um número expressivo deles conseguiu o controle da terra. Criou-se um campesinato independente e dono da terra, permitindo o surgimento de alguns ricos *laboreurs* e uma massa de pequenos proprietários, lado a lado com a aristocracia senhorial; a figura de Gargântua sugere as fantasias e frustrações liberadas por esta semilibertação. Na Inglaterra, as coisas foram bem diferentes. Os camponeses conseguiram assegurar sua liberdade, mas os senhores mantiveram o controle da maior parte da terra. Os senhores de servos tornaram-se senhores de terras, empregando meeiros para trabalhar em suas propriedades com a ajuda de trabalho livre assalariado. Esta nova fórmula social fez surgir um mercado não só de bens de consumo, como de meios de produção. A competição entre produtores diferentes os estimulou a procurar melhores métodos de cultivo, que economizassem trabalho, que era agora um custo identificável, ou que aumentassem a produção. O resultado foi o surgimento de um capitalismo agrário precoce que, nos séculos XV e XVI, elevou a renda da terra e ampliou o mercado interno. Havia resíduos cada vez menos importantes de servidão, que nunca foi suprimida como fórmula legal.

Examinando este enfraquecimento da servidão e da escravidão, Thomas Smith, político da era Tudor, escreveu em 1565:

> Nem de um tipo nem do outro temos qualquer quantidade destes na Inglaterra. E dos primeiros, nunca conheci nenhum no reino em minha vida; dos segundos há tão poucos que quase não vale a pena mencionar. Mas nossa lei os reconhece, de ambos os tipos. (...) Penso que, na França e na Inglaterra, a mudança da religião para um tipo mais humano e igualitário (...) fez com que esta antiga espécie de servidão e escravidão fosse levada a esta moderação (...) e pouco a pouco se extinguisse, encontrando meios mais corteses e suaves e mais equilibrados de fazer aquilo que nos tempos do gentio (paganismo) [isto é, na Antigüidade pagã] era feito pela servidão ou pelo cativeiro.[58]

Assim, o desaparecimento da escravidão, causado por preceitos religiosos mais moderados, fora acompanhado, na opinião de Smith, por um arranjo social melhor e mais eficaz para induzir os trabalhadores a trabalhar — este último, possivelmente, referia-se ao regime de *enclosure*, ou fechamento dos campos, quase sempre longe de ser "cortês e suave", mas que conduziu a um novo regime de propriedade privada da terra e, assim, às condições em que os trabalhadores livres sem terra foram obrigados a vender sua força de trabalho para alimentar a si e às suas famílias.

Na Irlanda não ocorreu este arranjo social, que se mostrou muito difícil de ser adotado. Os futuros senhores de terra ingleses demonstraram grande violência e

ferocidade em suas tentativas de despojar os irlandeses. A terra pertencia às tribos gaélicas que, sob o comando de seus chefes, fossem irlandeses ou ingleses antigos, agarravam-se tenazmente às terras e a seu modo de vida. O próprio Smith seria o arquiteto de um plano de colonização do Ulster que pretendia submeter os irlandeses à servidão, negando-lhes terras e direitos, o melhor a ser feito para "reformar uma nação tão bárbara".[59] O projeto de Smith de colonizar os Ards em 1572 terminou, como a maioria das tentativas da era Tudor de desenraizar ou escravizar os irlandeses, num fiasco sangrento, e o líder da expedição, Thomas, filho bastardo de Smith, foi morto por seus próprios seguidores frustrados.

Como ex-conselheiro do Protector Somerset, Smith estava em excelente posição para determinar o significado de "escravidão" na Inglaterra dos Tudor. Durante seu breve período no poder, Somerset procurou enfrentar o problema da pobreza, do desemprego e da mendicância, na que foi talvez a primeira tentativa de lidar com questões sociais agravadas pelo surgimento do capitalismo. As medidas de Somerset foram algumas vezes aplaudidas, já que pareciam reconhecer que a caridade privada não era suficiente e que o próprio estado tinha responsabilidades para com os pobres. No entanto, como parte deste novo conceito de legislação social, Somerset também introduziu a pena de "escravidão" em seu *Vagrancy Act* (Ato da Mendicância) de 1547. Os mendigos que rejeitassem ofertas de emprego lucrativo seriam condenados a alguns anos de "escravidão", durante os quais seriam forçados a trabalhar, privados da liberdade de movimentos e obrigados a usar roupas que os identificassem. Foi impossível implementar esta medida, que encontrou oposição não só daqueles a quem se dirigia, mas também de trabalhadores que não queriam ser substituídos por condenados e de magistrados que consideraram a lei uma provocação. Houve pouca disposição de aceitar os possíveis trabalhadores escravos. Depois de dois anos o Ato foi abandonado.[60]

É bem possível que o Ato da Mendicância tenha sido inspirado, em parte, na *Utopia* de Thomas Morus (1516), na qual os escravos eram usados para várias tarefas desagradáveis e moralmente duvidosas, como a matança de animais. Morus refere-se em seu prefácio à situação deplorável da Inglaterra e à necessidade de combater a pobreza, a ociosidade e o descontentamento. É como se o próprio crescimento da liberdade individual estimulasse nas autoridades o pensamento de uma disciplina corretiva. O suposto informante de Morus observa:

> Aliás, os escravos a que me referi ocasionalmente não são, como podeis imaginar, prisioneiros de guerra não-combatentes, escravos de nascimento ou comprados em mercados estrangeiros de escravos. São condenados utopianos ou, com mais fre-

qüência, criminosos condenados de outros países, adquiridos em grande número, às vezes por baixo preço, mas geralmente de graça. Os dois tipos de escravos são mantidos no trabalho em grupos acorrentados, embora os utopianos sejam tratados de forma pior do que os estrangeiros. A idéia é que é muito mais deplorável quando uma pessoa que teve a vantagem de uma educação de primeira classe, educação esta totalmente virtuosa, ainda insiste em tornar-se um criminoso — e assim sua punição deve ser a mais severa. Outro tipo de escravo é o operário estrangeiro que, em vez de viver na miséria em sua pátria, apresenta-se como escravo voluntário em Utopia. Estas pessoas são tratadas com respeito, e com quase tanta benevolência quanto os cidadãos utopianos, a não ser pelo fato de que têm de trabalhar mais, já que a isso estão acostumados.[61]

Os crimes punidos com a escravidão incluíam o adultério, o fracasso no trabalho ou viagens não autorizadas. Na discussão preliminar das sociedades não-utopianas, também se prescreve um tipo de escravidão para o crime de roubo; esses escravos deveriam usar roupas sempre da mesma cor e estar disponíveis para serem utilizados pelas autoridades públicas. A severidade da servidão recomendada em *Utopia* era abrandada tanto pelo fato de que era mais suave do que a pena de morte da legislação da era Tudor quanto por não ser necessariamente permanente — o bom comportamento podia levar à emancipação:

A pena normal para qualquer crime mais grave é a escravidão. Dizem que é tão desagradável para o criminoso quanto a pena capital, e mais útil à sociedade. (...) Mas as perspectivas dos que aceitam a situação não são destituídas de esperança. Se depois de domados por anos de dificuldades mostrarem sinais de que estão realmente arrependidos, não apenas por si mesmos, mas pelo que fizeram, sua sentença é reduzida ou completamente cancelada, às vezes pela vontade do prefeito e às vezes por plebiscito geral.[62]

O conceito utilitário de servidão de Morus é complementado pela justificativa apresentada para a expansão colonial dos utopianos:

Se a ilha ficar superpovoada, eles convocam um certo número de pessoas de cada cidade para partir e fundar uma colônia no ponto mais próximo do continente onde haja uma grande área não cultivada por seus habitantes. Essas colônias são governadas pelos utopianos, mas os nativos podem participar, se assim o desejarem. Quando isto acontece, nativos e colonos logo se juntam para formar uma única comunidade com uma forma de vida comum, com vantagens para ambas as partes — já que, sob a administração utopiana, a terra que era considerada incapaz de produzir para

um grupo de pessoas produz o suficiente para o dobro. Se os nativos não quiserem fazer o que lhes mandam, são expulsos da área demarcada para anexação. Se tentarem resistir, os utopianos declaram guerra — pois consideram a guerra perfeitamente justificável quando um país nega a outro o direito natural de conseguir alimento de qualquer solo não usado pelos próprios donos, e que é por estes mantido como propriedade sem valor.[63]

A suposta justificativa da colonização inglesa das Américas era assim claramente antecipada, dando precedência aos que plantam ou trabalham o solo. Não há dúvida de que a "utopia" de Morus refletisse afirmações já feitas por ocasião da tentativa de colonização da Irlanda durante a era Tudor, que desejva substituir o pastoreio pelo cultivo permanente. No que diz respeito às Américas, as idéias de Morus e argumentos semelhantes iriam configurar e justificar o projeto de colonização.[64] A primeira tradução inglesa de seu texto em latim surgiu em 1551 e teve muitas edições. Morus desafia algumas características das relações sociais da era Tudor enquanto reforça outras, apresentando uma abordagem experimental dos arranjos sociais em que a servidão ou o colonialismo seriam perfeitamente justificáveis se promovessem o uso mais intenso dos recursos naturais e humanos.

Talvez consciente dos imensos problemas que o poder inglês enfrentava ali, Morus não imaginou sua Utopia na Irlanda, mas precisamente "em lugar nenhum", num Novo Mundo recém-descoberto. A tentativa da nobreza Tudor de criar *plantations* na Irlanda não atingiu os resultados culturais e econômicos esperados. A cultura gaélica, o desvio religioso irlandês, o sistema legal Brehon, a forma de vida tribal e a aristocracia irlandesa ou de antiga ascendência inglesa combateram por muito tempo na retaguarda. Nobres ingleses aventureiros exerceram uma repressão impiedosa sobre os irlandeses recalcitrantes, mas não conseguiram tornar suas *plantations* lucrativas ou produtivas de forma permanente. Por causa destes fracassos, a Coroa inglesa, por algum tempo, fez um acordo com os aristocratas irlandeses católicos e líderes de clãs que ainda possuíam a maior parte da terra. A única área de *plantations* mais ou menos bem-sucedida na Irlanda — o Ulster — era sustentada pelos escoceses, e mesmo lá os meeiros católicos irlandeses tinham melhor renda que os recém-chegados.

Homens como Thomas Smith alimentaram esperanças de que a Inglaterra pudesse repetir na Irlanda as façanhas dos conquistadores espanhóis, mas os resultados foram muito diferentes. Não houve conquista rápida, não havia ouro nem prata e a resistência armada dos irlandeses, unidos em torno da idéia de um rei católico da Irlanda, continuou acesa até 1690-91. Muitos dos nobres ingleses caçadores de fortunas que tentaram subjugar a Irlanda embarcaram mais tarde em expedições pira-

tas ao Caribe e às terras continentais espanholas na América. Mas não exportaram para o Novo Mundo um modelo bem-sucedido de *plantation* colonial — em parte porque este modelo não existia, e em parte porque faltava aos piratas a vontade e o impulso econômico de estabelecer colônias produtivas.

A experiência inglesa na Irlanda certamente influenciou os que viriam a ser bem-sucedidos na colonização das Américas e que criariam as *plantations* escravistas, tanto pelo exemplo negativo quanto pelo positivo. O estado inglês firmou-se no Novo Mundo em termos protestantes e nacionais, como fez na Irlanda, e seus colonos também recorreram ao terror e ao extermínio; no Novo Mundo, tiveram sucesso na expulsão dos nativos, e depois introduziram cativos de outro continente. Em ambos os casos, a raça e a religião foram usadas como princípios de exclusão, mas em estruturas de opressão bem diferentes. O regime colonial inglês que acabou por se estabelecer na Irlanda foi possibilitado pelas vitórias de 1649-53 e 1690-91, e nessa época Barbados e a Virgínia já floresciam. O domínio inglês iria incorporar o princípio da exclusão religiosa e política (a "ascendência protestante") e da expropriação econômica, e a massa de irlandeses continuaria ou passaria a ser composta de trabalhadores ou camponeses sem propriedade. Nas *plantations* das colônias, deu-se cada vez mais ênfase à raça e à escravidão, um tipo de submissão mais íntima, física e absoluta, como veremos. (Por algum tempo, prisioneiros irlandeses foram deportados para as *plantations*, mas a experiência não vingou por causa dos riscos envolvidos, em circunstâncias que serão explicadas no Capítulo VI.) As características que levaram à exclusão e à exploração dos irlandeses foram sua religião e sua identidade nacional — qualidades que aceitavam para si mesmos, e que estavam incorporadas em instituições coletivas profundamente enraizadas, principalmente a Igreja. Os africanos cativos eram considerados negros e escravos — identidades que eles quase nunca aceitavam e que, para começar, ofereciam poucos recursos coletivos. Mesmo assim, apesar de diferentes nestes e em outros aspectos, a ascendência protestante e a escravidão negra seriam ambas atreladas a um processo de acumulação capitalista. Embora as *plantations* escravistas jamais tivessem surgido se não fossem lucrativas, o regime inglês na Irlanda foi-se adaptando gradualmente até também tornar-se vantajoso.[65]

Tanto Thomas Morus quanto o Protector Somerset viam a escravidão mais como um mecanismo de punição administrado pelo estado do que um recurso exigido pelos súditos, e nisto sua concepção contrastaria com a escravidão das *plantations* que iria surgir nas ilhas atlânticas e no Novo Mundo. O enfraquecimento da escravidão na Europa Ocidental refletiu a evolução política e socioeconômica. As cidades medievais há muito tempo estavam acostumadas a se gabar de que servos ou escravos não podiam respirar seu "ar livre"; bastava viver por um ano e um dia numa cidade como Toulouse depois de 1226 para receber a liberdade. Hilton escreve:

> Quando a Comuna de Bolonha emancipou os servos de seu *contado* em 1256, o livro chamado Paradisus, no qual se registravam os nomes dos senhores e servos, tinha um preâmbulo dizendo que a servidão devia-se ao pecado original, que a liberdade era a condição natural do homem, e que Bolonha era o lar da liberdade.[66]

As cidades-estado e os reinos nascentes descobriram que essas declarações atraíam o apoio das pessoas comuns — que, mesmo que elas próprias fossem livres, preferiam viver em comunidade com outras pessoas livres, e não com senhores e servos. Os próprios soberanos podiam achar irritante o poder absoluto sobre a propriedade exigido pelo senhor de escravos; havia a suspeita de que o magnata dono de escravos seria um mau súdito.

O século XVI testemunhou a consolidação de um processo de formação do estado na Inglaterra, na Espanha, na França e nos Países Baixos que apelava para conceitos de nacionalidade e liberdade dos súditos. Freqüentemente os monarcas competiam com as municipalidades e os parlamentos para se apresentarem como defensores dos verdadeiros direitos dos súditos. Os Valois e os Bourbon na França, os Tudor ingleses, os Habsburgo na Espanha e a Casa de Orange nos Países Baixos procuraram, de várias formas, associar-se aos valores nacionais e declarar-se defensores da verdadeira liberdade. Juntamente com o desaparecimento da servidão e num contexto de acentuada rivalidade internacional, os apelos ao sentimento nacional harmonizavam-se naturalmente com a celebração de um conceito de liberdade civil que, embora ainda distante do conceito do liberalismo moderno, sustentava que o solo da nação não devia ser manchado pela escravidão. O novo tipo de estado, fosse absolutista ou burguês, considerava injuriosos a seu próprio poder os protestos escravocratas na Europa.

Jean Bodin, defensor da soberania absoluta, atacou a propriedade de escravos em *Les Six Livres de la République*, na década de 1570. A decisão de uma corte inglesa, em 1567, de impedir a entrada de um escravo russo, a declaração do Parlamento de Guyènne em 1571 de que a França, "mãe da liberdade", não poderia tolerar a escravidão, e a decisão de Middelburg de libertar um carregamento de africanos em 1597 refletiram versões desta nova doutrina do "ar livre".[67] Havia sinais de um reflexo popular antiescravocrata; Bodin, cujas conclusões tanto divergiam das de outros homens cultos, reconhecia: "Os advogados, que medem a lei não pelos dis-

cursos e decretos dos filósofos, mas pelo bom senso e pela capacidade do povo, consideram que a servidão é totalmente contrária à natureza."[68] Bodin também expressou algum "bom senso" sobre as áreas "livres de escravos" da Europa ocidental, dizendo que assim deveriam permanecer:

> (...) vendo que isso é provado pelo exemplo de tantos e tantos anos, de tantos inconvenientes das rebeliões, das guerras servis, das conspirações, reviravoltas e mudanças provocadas na comunidade pelos escravos; de tantos assassinatos, crueldades e vilanias detestáveis cometidas contra as pessoas dos escravos por seus donos e senhores; quem pode ter dúvidas de afirmar que é a coisa mais perniciosa e perigosa de introduzir numa comunidade; ou, depois de tê-la eliminado, recebê-la de volta?[69]

O antiescravismo popular não envolvia necessariamente a rejeição do conceito étnico de xenofobia, já que tais sentimentos não recomendam por si sós a introdução de estrangeiros escravos. Mas os cidadãos ou súditos independentes, assim como os monarcas, viam com desconfiança e má-vontade o proprietário de escravos. Até na Espanha, onde a escravidão doméstica continuou legal, a introdução de novos escravos africanos praticamente cessou no início do século XVII, desestimulada tanto pelos regulamentos reais quanto pelos preços mais atraentes oferecidos nas Américas. É claro que até na Inglaterra, na França e nos Países Baixos a ilegalidade da condição de escravo era um caso a se examinar, sem amparo explícito na legislação geral; e não tinha efeito fora da metrópole, onde pessoas destas nacionalidades logo se empenhavam em participar do tráfico atlântico de escravos. No entanto, é significativo que, além de alguns criados espalhados na Espanha e em Portugal, restassem muito poucos escravos verdadeiros na Europa Ocidental no final do século XVI.

Mas no reino da filosofia, a Renascença pouco fez para enfraquecer as idéias que sustentavam a legitimidade da escravidão no sentido universal, não-etnocêntrico. A redescoberta dos pensadores clássicos não diminuiu a crença na legalidade da escravidão. Na verdade, ao difundir uma maior consciência das conquistas culturais da Antigüidade e ao contribuir para a idéia de que a Cristandade era sua legítima herdeira, a Renascença provocou um sentimento de superioridade cultural compartilhada que se encaixou na doutrina aristotélica de que os bárbaros eram escravos naturais. Havia também a crença de que qualquer sistema de ordem e subordinação tinha valor próprio, mesmo que fosse pagão, desde que desse mais base para o estabelecimento da mensagem cristã. Da mesma forma, a ausência de elementos que lembrassem a civilização cristã significava que seria adequado que uma potência cristã os introduzisse, se possível. Quanto à escravidão, havia aqui uma encruzi-

lhada: se a ordem não-cristã fosse considerada de alguma forma comparável à Antigüidade clássica, como alguns afirmavam ser o caso das civilizações asteca e inca, então seria legítimo adotar as formas de servidão que ela mesma produzira; por outro lado, os povos considerados totalmente privados de instituições civilizadas podiam ser legitimamente colonizados, e se resistissem poderiam ser punidos com a escravização.[70]

Quando os castelhanos e portugueses tentaram conquistar e colonizar as Ilhas Canárias no século XV, alegaram que queriam promover o cristianismo, e buscaram a bênção papal para o empreendimento. O rei Duarte de Portugal observou, em 1436, que os habitantes precisavam de governo: "Os homens quase selvagens que habitam as florestas não estão unidos por uma religião comum, não têm limites estabelecidos por lei, são privados de relações sociais e vivem no campo como animais."[71] O papado admitiu que a expansão colonial era justificada como missão civilizadora e cristianizadora, mas acreditava que a caça aos escravos dos colonizadores ibéricos rivais poderia prejudicar o trabalho de conversão. Os castelhanos obtiveram a primazia e em 1579 Portugal e Castela concordaram que as ilhas deveriam pertencer a esta última como parte de um acordo mais geral. Agora era a vez de as autoridades reais castelhanas abrandarem a ferocidade de seus colonos. Estes alegavam que a conversão dos nativos era uma fraude, e que só a tutela rigorosa da escravidão poderia fazer os colonizados verem claramente o valor da vida estabelecida, do trabalho duro, do casamento cristão, da fidelidade e da renúncia às superstições. Houve uma série de revoltas dos nativos, dominadas com muito derramamento de sangue e com o envio dos rebeldes como escravos para a Península Ibérica.

No entanto, o ciclo da colonização acabou se completando. As Canárias foram dizimadas tanto pelas novas doenças como pela caça aos escravos, pela repressão e pelo excesso de trabalho. Mas os que colaboraram com o projeto colonial acabaram sendo absorvidos, e as mulheres foram tomadas como esposas pelos castelhanos.[72] É provável que as exortações da Igreja tenham ajudado a proteger alguns convertidos da ganância dos colonos; se o papado pôde de alguma forma arbitrar o processo colonial, foi por causa da rivalidade entre as duas potências ibéricas. Depois que suas respectivas esferas de colonização foram demarcadas pelo Tratado de Tordesilhas em 1494, que entregou as Canárias mais uma vez a Castela, esta arbitragem ficou muito reduzida. No início do século XVI, o restante dos povos nativos representava cerca de um quarto da população; a escravização dos nativos das ilhas foi substituída, por algum tempo, pela introdução de africanos.

Se os nativos das Canárias foram de início condenados por "viverem como animais", sem lei nem relações sociais adequadas, os escravos africanos levados para

trabalhar nas propriedades açucareiras tiveram sua escravização justificada pelas razões opostas. Foram encontrados em sociedades organizadas em estados, com suas próprias leis e com atividade comercial. O cativo comprado na costa africana era, segundo os argumentos de alguns, um escravo legítimo porque a isso fora convertido pelo comércio costeiro de escravos ou pelo complexo de caça a escravos.

A circulação contínua de idéias que apoiavam a escravidão combinaria a noção de que características particulares — consideradas defeitos de origem ou falhas de civilização — justificavam a escravização com o conceito de que a própria escravidão desenvolvida era sinal de civilização. Richard Tuck chamou a atenção para o paradoxo de que a teoria dos direitos naturais, que surgiu no fim do período medieval e exerceu ampla influência até o fim do século XVII, reconhecia a validade da escravidão. Tomás de Aquino deu algum impulso à teoria dos direitos quando divulgou sua crítica à prática da pobreza apostólica da ordem franciscana. Ele salientou que "as possessões e a escravidão não eram produto da natureza, mas criados pela razão humana para o proveito da vida humana".[73] A alegação franciscana de que não mantinha propriedade era considerada contrária a seu acesso ao consumo pessoal. Naturalmente, o filósofo medieval mais cético quanto à validade da escravidão era Duns Scotus, um franciscano.[74] Jean Gerson, chanceler da Universidade de Paris, desenvolveu a crítica de Aquino numa direção que levou à aceitação da idéia de que uma pessoa seria capaz de negociar sua liberdade natural e que, em certas circunstâncias, assim deveria agir. Esta visão gersoniana foi aperfeiçoada e radicalizada no século XVI, com resultados que tiveram influência direta no tráfico atlântico de escravos. Como observa Tuck:

> Para um gersoniano, a liberdade era uma propriedade e podia, portanto, ser negociada, da mesma forma e nos mesmos termos de qualquer outra propriedade. (...) Mais uma vez (e este é um tema, talvez até *o* tema recorrente na história das teorias dos direitos) uma teoria dos direitos permitiu práticas que uma teoria antisubjetivista proibira. Esta dificuldade teórica foi importante dado o caráter obscuro dos acontecimentos que, em seus próprios países, levaram os africanos a serem escravizados. Os brancos geralmente já os encontravam vendidos como escravos na costa, e apenas partiram do princípio de que ali era permitida uma ampla variedade de tipos de escravidão, para que eles pudessem comerciar a si mesmos de consciência limpa.[75]

As justificativas da escravidão a que Tuck se refere tinham uma lógica política geral de reconhecimento dos processos judiciais e comerciais africanos; não se baseavam na estigmatização de etnias particulares ou grupos de descendência. Na opinião de

Tuck, a influência da teoria gersoniana dos direitos está nitidamente presente nos textos de Luis de Molina, Hugo Grotius, John Selden e Thomas Hobbes, e explica por que todos eles "endossaram abertamente instituições como a escravidão".[76]

A Bíblia, a escravidão e as nações do homem

A Reforma não apoiou menos a validade da escravidão do que a teologia renascentista ou católica. Tanto Lutero quanto Calvino enfatizaram a necessidade de respeitar a subordinação secular e a propriedade privada. Lutero chegou a instar os escravos cristãos em mãos turcas a não tentar fugir de seus senhores.[77] No entanto, os protestantes do século XVII demonstrariam algumas vezes certo desconforto com as implicações da escravidão. Enquanto os católicos preferiam assegurar-se de que os cativos oferecidos para venda eram realmente escravos, os protestantes tinham mais problemas com a relação entre o escravo e a comunidade de crentes. Na época do Sínodo de Dordt em 1618, a última reunião unitária das Igrejas Reformadas, discutiu-se se os escravos nascidos em propriedades reformadas deveriam ser batizados e se o batismo deveria libertá-los — com a dificuldade de que, caso o batismo libertasse o escravo, isto seria um motivo para que os proprietários de escravos não o permitissem. O Sínodo não assumiu posição formal sobre este problema, preferindo deixar que fosse decidido pelas igrejas individualmente. Embora houvesse discordância sobre as conseqüências do batismo, todos os que registraram uma opinião acharam melhor deixar para o dono da casa a decisão de batizar: "O batismo, imperativo público da Igreja católica, tornou-se uma escolha *doméstica* para o cristão reformado."[78] O protestantismo, associado ao surgimento de uma sociedade civil mais independente, não conseguiu produzir uma crítica do tráfico atlântico de escravos ou da escravidão colonial, apesar de ainda não haver nessas atividades participação expressiva de protestantes.

O fato de que os pagãos poderiam se beneficiar caso se tornassem escravos de cristãos era um argumento atraente tanto para os católicos quanto para os protestantes. Alguns dos aventureiros e colonos europeus dos séculos XVI e XVII não eram homens especialmente tementes a Deus. Mas ainda assim os corsários e colonos, quer católicos quer protestantes, consideravam-se portadores de uma nova ordem civilizada e representantes da verdadeira religião. Apesar da rivalidade religiosa, o cristianismo ainda assegurava o que Michel Certeau chamou de "estrutura totalizante de referência" para os primeiros europeus modernos.[79] Mesmo os que não tinham pretensões piedosas descreviam a si mesmos como cristãos e aos não-europeus como

pagãos. Tanto o protestantismo quanto o catolicismo da Contra-Reforma deram nova ênfase à consciência individual, a ser estimulada pela leitura regular da Bíblia para os protestantes, pela confissão para os católicos, e pela oração para ambos. Estas técnicas espirituais ajudaram a reforçar uma identidade que, de qualquer forma, eles levavam consigo, fosse qual fosse seu objetivo mundano ou profano. O encontro com tipos e condições diferentes de homens em climas estrangeiros lembrava-lhes uma identidade cristã que era implicitamente baseada em modelos europeus. Assim, aqueles oriundos da Espanha, de Portugal e da França pensavam que suas línguas, por causa da ligação com o latim, eram inerentemente cristãs, enquanto outros idiomas não-bíblicos eram corrompidos e distorcidos. Os protestantes alemães, holandeses e ingleses acreditavam que seus próprios vernáculos eram capazes de exprimir a mensagem do Evangelho, mas não se dispunham a ampliar este reconhecimento a outras línguas, consideradas balbucios ou grunhidos, ou, pelo menos, incapazes de exprimir a verdade espiritual. Qualquer característica que parecesse não-cristã neste sentido em especial deixava um povo mais vulnerável à colonização ou mesmo à escravização, a menos que, como os turcos e chineses, tivessem meios de inspirar respeito. Embora se dissesse com freqüência que os pagãos se beneficiariam da submissão, isto não significava que a coação fosse sempre vista como rota única ou mais desejável para a conversão; muitos protestantes argumentavam que o batismo deveria ser voluntário e consciente. Se a aquisição de escravos pagãos era justificada em termos religiosos, isto obrigava o proprietário a oferecer ao escravo a instrução religiosa. Como os protestantes tendiam a assegurar uma condição igualitária dos crentes dentro da igreja, o escravo convertido ou, mais ainda, o escravo nascido numa casa cristã, costumava ser considerado como candidato à alforria. E como os proprietários de escravos dificilmente viam com bons olhos essas conclusões, sentiram-se motivados a encontrar outras justificativas.

Tanto os católicos quanto os protestantes encontrariam na Bíblia e nas tradições da interpretação bíblica idéias que justificavam a escravização, idéias que podiam tranqüilizar o proprietário ou comerciante de escravos caso ele fosse piedoso — e, talvez, mesmo que não fosse. A Bíblia também podia ser lida como fonte de uma genealogia dos povos que formavam toda a humanidade e, como afirmavam alguns autores, de pistas sobre os povos que estavam destinados à escravidão.

O Gênese afirma dramaticamente que toda a humanidade descende de Adão e Eva. Mas as conseqüências universalistas desta crença foram solapadas quando os povos não-europeus foram acusados de terem rejeitado os princípios de seus ancestrais. O Gênese contém uma história expressiva em que Noé, o "bom homem" primordial, condena um de seus netos à escravidão. Junto com outras passagens, dá a

impressão de que o Gênese não sanciona a escravidão apenas no sentido abstrato, como fez São Paulo na primeira carta aos Coríntios, mas sim a escravização de grupos de descendência específica.

O Capítulo 9 do Gênese contém uma lista dos descendentes imediatos dos três filhos de Noé — Sem, Jafé e Cam — e conclui: "São estas as famílias dos filhos de Noé, segundo as suas gerações e em suas nações: e segundo elas foram as nações divididas na terra depois do dilúvio" (Gênese, 10:32)*. Este trecho vem logo depois do incidente que levou Noé a amaldiçoar um dos filhos de Cam com a servidão perpétua:

> E os filhos de Noé que saíram da arca eram: Sem, Cam e Jafé: e Cam é o pai de Canaã. Estes são os três filhos de Noé: e a partir deles toda a terra foi povoada. E Noé começou a lavrar a terra, e plantou uma vinha. E bebeu o vinho, e ficou embriagado; e despiu-se em sua tenda. E Cam, o pai de Canaã, viu a nudez do pai, e sem demora contou a seus irmãos. Então, Sem e Jafé pegaram uma capa, e a colocaram sobre os ombros, e andaram de costas, e cobriram a nudez de seu pai; e seus rostos ficaram voltados para trás, e não viram a nudez do pai. E Noé despertou de sua embriaguez, e soube o que lhe tinha feito o seu filho mais novo. E disse: Maldito seja Canaã; e um servo dos servos ele será para seus irmãos. E disse: Bendito seja o Senhor Deus de Sem; e Canaã será seu servo. Que Deus aumente as posses de Jafé e que Ele resida nas tendas de Sem; e Canaã será o seu servo. (Gênese, 9:18,27)[89]

Cam ofendera a masculinidade do pai; segundo a lógica patriarcal, Cam é punido por meio da degradação servil de seu filho. A tradução inglesa da Bíblia do rei Jaime descreve o destino de Canaã como o de "servo dos servos", embora fosse mais exato escrever "escravo", como fizeram outras traduções. Talvez o recurso ao eufemismo tenha sido estimulado pelo mal-estar ligado à propriedade de escravos numa sociedade que não conhecia mais a escravidão; no entanto, o sentido original estava lá para aqueles que quisessem insistir nele. Muitos cristãos do início da era moderna pensavam que esta passagem justificava a escravidão, e até mesmo embasava uma mácula de inferioridade hereditária. Esta mensagem foi reforçada pelo Levítico, no qual é dito que o povo de Israel deveria praticar dois tipos de escravidão de acordo com a origem do escravo, reservando a mais severa aos que não fossem filhos de Israel:

*Este trecho bíblico e os seguintes foram traduzidos do original inglês, que transcreve a Bíblia do rei Jaime. Não seguem necessariamente a tradução oficial desta Bíblia para o português. (*N. da T.*)

> Eu sou o Senhor vosso Deus, que vos trouxe da terra do Egito, para vos dar a terra de Canaã, e para ser o vosso Deus. (...) Todos os vossos servos, e vossas servas, que possuirdes, devem vir dos povos pagãos que vos rodeiam; deles podereis comprar servos e servas. Além disso, dentre os filhos dos estrangeiros que residem em meio a vós, dentre eles podeis comprar, e dentre as suas famílias que vivem convosco, que constituíram em vossa terra: e serão vossa propriedade. E podeis deixá-los em herança aos vossos filhos, a fim de que os possuam depois de vós; serão vossos servos para sempre; mas sobre vossos irmãos, os filhos de Israel, não deveis dominar uns aos outros com rigor. (Levítico 25:38,44-6)[81]

Não é rara no Velho Testamento a prescrição de regimes diferentes de servidão para conterrâneos e estrangeiros. Como observa Moses Finley, na Antigüidade e na maioria das sociedades, a escravidão foi um destino reservado a estrangeiros vulneráveis.[82] Mas a maioria dos sistemas escravistas teve dificuldade de perpetuar a escravidão através de gerações sucessivas; normalmente os filhos ou netos dos escravos, caso existissem, começavam a adquirir as características dos nacionais e conseguiram melhorar substancialmente sua condição. A conjunção da maldição de Noé com as prescrições do Levítico poderiam ajudar a transformar a escravidão numa condição hereditária; os estrangeiros citados eram normalmente "canaanitas", os antigos habitantes de Israel. O próprio Gênese identifica a descendência de Canaã com os habitantes de Sodoma e Gomorra, cujos pecados, fossem quais fossem, também os condenaram à escravidão. O relato bíblico da conquista da terra de Canaã, contado no livro de Josué e no Capítulo 20 do Deuteronômio, deixa claro que os habitantes originais só mereciam o extermínio, a dominação ou a expulsão.

As genealogias bíblicas indicam que os filhos de Cam povoaram a área que conhecemos como norte da África e Crescente Fértil, particularmente o Egito, a Líbia, a terra de Kuch — nome dado à Etiópia pelos escritores bíblicos — e partes da Arábia e da Palestina. Kuch significa "preto" em hebraico; Cam se aproxima da palavra que significa "quente". Muitos dos canaanitas posteriormente expulsos de Israel instalaram-se em Cartago, no norte da África.[83] Mas será que todos os filhos de Cam compartilhavam da maldição de Canaã? Isto não está explicado na Bíblia, embora a referência apenas a Canaã seja com certeza um caso de metonímia — o filho de Cam representa todos os canaanitas, se não todos os filhos de Cam. Os descendentes de Cam incluem muitos dos que oprimiram ou tolheram os filhos de Israel — não apenas os egípcios e canaanitas, mas também os governantes do Egito e da Babilônia. Parece que todos os negros descendem de Cam — embora alguns deles sejam figuras positivas, como veremos abaixo. Como muitas histórias do gênero, há aí embutida certa flexibilidade, permitindo uma interpretação mais ampla ou mais restrita, conforme a conveniência. O crime original de Cam e sua punição ecoam mais tarde em forma de profecia em Isaías 20:4-5, em relação aos egípcios e etíopes, que, segundo o texto, viriam a ser aprisionados pelos assírios, e os "etíopes" seriam arrastados para o cativeiro "jovens e velhos, nus e descalços, até mesmo com as nádegas descobertas, para a vergonha do Egito".[84]

Embora o relato bíblico da maldição de Noé justifique claramente algum tipo de escravização étnica, os possíveis elos com a cor ou a "África" ficaram por ser desenvolvidos. Quando os europeus dos séculos XVI ou XVII fizeram uma ou outra destas afirmações, pensaram estar explicando o significado da Sagrada Escritura, ajudados por novas traduções, por histórias do Talmud ou por supostas crenças dos mercadores islâmicos que lhes ofereciam escravos africanos. Fragmentos encontrados no Talmud ou emprestados dos muçulmanos ajudaram a enfeitar a história bíblica. Especulações rabínicas iniciadas no século VI d.C. procuraram explicar por que alguns dos descendentes de Cam adquiriram uma pele negra, sugerindo outra "maldição" anterior, mas sem ligá-la explicitamente à escravidão. Assim, no Talmud babilônico, em Sanhedrin 108B, há uma história sobre como Cam foi "atingido na pele" porque, como o corvo e o cão, copulara na Arca, violando assim a determinação de abstinência feita por Noé; esta história poderia ligar Cam e sua descendência à cor da pele, mas podem ser feitas outras interpretações e a história não menciona a escravização. O Talmud de Jerusalém contém considerações sobre o fato de que Cam, quando saiu da Arca, estava "da cor do carvão", e o Gênese Rabbah diz que a semente de Cam ficou escura.[85] O Talmud e a Mishnah contêm um grande número de ilustrações, charadas, anedotas e argumentos, geralmente apresentados em forma de discussões. Embora a pureza ritual seja uma preocupação sempre presente, e a existência de escravos, inclusive "escravos canaanitas", seja em princípio aceita, não se dá importância a isso nos poucos e raros parágrafos referentes a maldições proferidas contra Cam. De qualquer forma, a presença de anedotas ligando a África aos filhos de Cam só reforça as insinuações já presentes no próprio Gênese.

No início da era cristã, a população judia de Israel mantinha escravos que, na época, só seriam "canaanitas" num sentido amplo e metafórico.[86] A exata característica étnica dos escravos dos judeus desta época não é clara. Os judeus de Israel, ou da Mesopotâmia, poderiam ter comprado escravos africanos de mercadores árabes ou berberes, mas não há prova direta disto. Parece que a extensão permissível da escravidão foi discutida no meio judaico no início da era cristã ou porque os judeus estavam escravizando outros judeus ou porque os conceitos romanos de escravidão arranhavam sua sensibilidade ética; a seita dos essenos, segundo o filósofo alexandrino Philo Judeus, denunciava todo tipo de escravidão como ímpio e contrário à igual-

dade natural. As especulações descritas no Talmud poderiam assim ter sido despertadas por controvérsias sobre a escravidão e o significado de "escravo canaanita" na época. Bernard Lewis afasta a possibilidade da origem judaica do elo entre negritude e alguma maldição lançada sobre Cam ou Canaã, e sugere, em vez disso, que Santo Efraim de Nísibe, cristão sírio do século IV, tenha sido o primeiro a propô-lo, embora avise que a única versão remanescente do texto de Santo Efraim não é contemporânea à vida do santo e que pode ter sido retocada.[87] De qualquer forma, em alguma época entre os séculos IV e XI, a noção de que a maldição de Noé foi aplicada a toda a descendência de Cam e de que o povo negro descendia de Cam seria relatada ou adotada por vários escritores e professores judeus, cristãos e muçulmanos, muitos deles habitantes de partes do norte da África ou do Oriente Médio, onde havia escravos africanos.

Entre os primeiros padres cristãos, Origen adotou e divulgou uma versão da maldição de Cam, embora ele a suavizasse de certa forma, comparando a virtude de muitos negros com o interior negro (pecador) de tantos brancos.[88] Santo Agostinho declarou: "O estado de escravidão é corretamente visto como um castigo do pecador, e assim a palavra escravo não aparece nas Escrituras até que o justo Noé marque com ela o pecado de seu filho."[89] Santo Agostinho via os donatistas, membros de uma seita religiosa fundada no século IV por Donato, bispo de Cartago, com sua mensagem social subversiva, como os hereges mais perigosos enfrentados pela Igreja; muitos dos agitadores donatistas mais ativos, os "circuncélios", eram numídios ou mauritanos, e, assim, "filhos de Cam", embora não tivessem a pele negra. Santo Agostinho achava importante o fato de que o nome de Cam, o "irmão cruel", significava que ele era o ancestral dos que ferviam com o espírito da impaciência, a "tribo de hereges".[90] No entanto, Santo Agostinho, como mencionado acima, não escolheu os filhos de Cam como únicos merecedores da escravização; em sua opinião, todos os homens eram miseráveis pecadores e mereciam ser escravos. Os cristãos do final do Império Romano e do início da Idade das Trevas continuaram a ter principalmente escravos brancos, mas alguns alimentavam a noção, desconhecida nos tempos pagãos, de que havia uma afinidade entre pele negra e escravidão.[91] O Corão não repete a história da maldição do filho de Cam, e na época de Maomé a fé servia para apagar todas as distinções de raça. No entanto, mais tarde alguns comentadores muçulmanos adotaram o mito da maldição, citando e fazendo acréscimos às fontes judaicas e cristãs.[92] A versão que se tornou corrente no mundo muçulmano, embora às vezes contestada, daria mais ênfase ao elo entre Cam, a pele negra e a escravidão servil do que a dos escritores cristãos medievais. Sem dúvida, isso se devia ao fato de que existia um número expressivo de escravos negros no norte da África e no

Oriente Médio, enquanto havia poucos deles, ou mesmo nenhum, na Europa medieval (voltaremos a isso mais adiante).

Os cristãos medievais procuravam aliados contra o Islã e não justificativas para a escravização dos negros. Há imagens bíblicas de negros africanos que os associam a papéis respeitados e nada servis. Vivendo à sombra do Egito, os escritores ou redatores bíblicos às vezes viam com bons olhos os africanos negros do sul, e isto teve alguma influência na tradição cristã. A Bíblia descreve a esposa de Moisés, Ziporá, como cuxita, ou africana negra; quando Miriam, irmã de Moisés, opôs-se à união, Javé puniu-a: "Miriam encontrou-se coberta de uma lepra branca como a neve" (Números 12:10). A Rainha de Sabá, governante de um reino aliado de Israel, era tida como negra e bela. A crença cristã de que um dos três Reis Magos que homenagearam o menino Jesus era um africano negro era um símbolo de universalismo.

A teologia ligou com freqüência a cor negra ao pecado, mas isso não impediu a valorização ocasional de africanos negros. No século XIV, centros religiosos do Sacro Império Romano, como Magdenburg, estimulavam o estudo dos textos sagrados da Igreja da Etiópia e apoiavam as pretensões de soberania do imperador sobre o Oriente Médio e outras regiões. Durante a época do imperador Frederico II acreditou-se que São Maurício, soldado tebano de estoicismo e fidelidade lendárias, fora um africano negro; o culto de São Maurício negro foi patrocinado pelos Hohenzollern em Brandenburg, e teve apoio em todo o Império.[93] Os cristãos medievais fizeram avaliações positivas dos africanos, considerando que eles podiam ser aliados estratégicos contra o Islã, quer já fossem cristãos ou apenas candidatos à conversão. Esta noção também teve papel importante na política de Portugal e do papado nos séculos XV e XVI, como veremos no próximo capítulo.

Entretanto, os cristãos latinos ainda equiparavam com freqüência a cor negra ao Diabo, ao pecado e à licenciosidade sexual, e aceitavam a noção de que o calor dos trópicos degradava os habitantes. O Diabo era sempre visto como inspirador de costumes pagãos, já que estes haviam sido adotados em lugar do puro código de Noé; os que caíam sob a influência do Diabo também costumavam ser representados em cores escuras. Importantes mapas-múndi medievais designavam as partes conhecidas da África como terra dos descendentes de Cam; Santo Isidoro de Sevilha desenhou um mapa com esta designação. O mapa utilizava o chamado formato T-O, envolvido por um perímetro circular de mares, com Jerusalém no centro e a letra T formada pelo Mediterrâneo estilizado como haste, cruzado pelos rios Nilo e Don. As características geográficas, que afinal eram apenas aproximadamente conhecidas, eram subordinadas a um mapeamento moral da humanidade.[94]

Isidoro e muitos escritores do final da Idade Média tendiam a inspirar-se nas autoridades clássicas, como Plínio, e em sua própria imaginação especulativa para definir as características dos povos do mundo. O próprio Isidoro, acompanhando Políbio, historiador da Antigüidade, atribuía ao clima, e não ao pecado, as diferenças na cor da pele; mas ele também acreditava que os climas muito quentes enfraqueciam a fibra moral, e alimentava a opinião de que a Etiópia era habitada por raças pervertidas. O mapa-múndi de Ebbsdorf, de 1240, e o de Hereford, de 1290, descrevem as raças monstruosas como habitantes do sul quente, embora algumas delas fossem encontradas no frio nordeste — onde, no mapa de Ebbsdorf, foram colocadas as raças imundas de Gog e Magog, descendentes de Jafé.[95] Sustentava-se também que o calor excessivo das regiões do Sahel e do Subsaara tinha um efeito deletério sobre todos os organismos. Embora houvesse concordância sobre a existência de muitas feras estranhas na zona equinocial, havia desentendimentos quanto ao efeito sobre os seres humanos. Vincent de Beauvais estava convencido de que o calor provocava envelhecimento precoce, e outros alegavam que os etíopes (cujo nome vem do termo grego que designa "pele queimada") eram feios e preguiçosos. No entanto, Alberto Magno afirmava que o calor estimulava as faculdades mentais; isto explicava por que os africanos eram filosóficos e criativos. Em sua *Opus Majus*, Roger Bacon absteve-se de fazer especulações antropológicas insensatas sobre a zona "tórrida". Seguindo os passos de seu mentor, Robert Grosseteste, acreditava ser provável a existência de uma zona temperada no equador, já que haveria menos horas de luz do sol, mas também descrevia os etíopes como filhos de Cam.[96]

Quanto à história da maldição de Noé, na Europa medieval ela costumava ser invocada para justificar a servidão e para dar sanção religiosa às crenças aristocráticas sobre o direito de governar dos normandos ou dos godos — que, conseqüentemente, atribuíram-se de genealogias, geralmente através de Tróia, que vinham de Jafé ou Sem.[97] As genealogias bíblicas, tão complexas quanto vagas, podiam ser adaptadas com este objetivo. Assim, Rigby ressalta: "A situação social dos trabalhadores foi denunciada pelo *Cursor Mundi* do início do século XIV como sendo a de descendentes de Cam."[98] Friedman e Davis também citam tentativas semelhantes, feitas neste período, de justificar a servidão com referências à maldição de Noé: um bestiário de Cambridge do século XIII e o *Mirror of Justices* (*Espelho das Justiças*) de Andrew Horn.[99] Mas no Sacro Império Romano, a ligação com Cam podia ter um significado bem diferente. Nas genealogias bíblicas, Cam era o ancestral de grandes governantes, levando um genealogista de Nuremberg, no final do século XV, a afirmar que ninguém menos que o imperador Maximiliano descendia de Cam; no entanto, as próprias animosidades étnico-sociais vigorosas de Maximiliano são

sugeridas numa referência que fez a rebeldes suíços numa proclamação pública que descrevia os povos helvéticos, heróis de algumas das primeiras vitórias populares na Europa, como "um povo de camponeses mal-educados, maus e rudes, nos quais não se encontrará virtude alguma, nenhum sangue nobre e nenhuma moderação, apenas ódio e deslealdade em relação à nação germânica".[100] Algumas das características grosseiras ou ameaçadoras atribuídas aos povos monstruosos — como a feiúra e o hábito de brandir varas e porretes[101] — eram também reminiscentes de descrições de sarracenos, demônios e camponeses rebeldes (*peasant*, camponês em inglês, tem a mesma raiz latina da palavra "pagão"). Os que trabalhavam ao ar livre eram vistos como rudes, ameaçadores e de compleição escura e marcada pela exposição ao tempo. A própria sugestão de ameaça justificava a idéia de repressão. No início da Europa moderna, o espancamento e o pelourinho, a fogueira e o desmembramento foram punições impostas a muitos milhares de bruxas e hereges, amotinados e camponeses rebeldes. Os que viviam da caridade pública eram obrigados a usar insígnias, e os criminosos e todos os que não se enquadravam nas normas podiam ser marcados a ferro. Os servos eram chamados por diminutivos ou apelidos, como animais domésticos.

Os estereótipos posteriores do escravo negro iriam reciclar os preconceitos sociais e de gênero da Europa do início da era moderna, retratando-o como perigoso caso não estivesse sob controle, como vagabundo incorrigível, infantil, irracional e dado a ressentimentos, como fonte de perigo sexual e daí por diante. E o argumento podia ser revertido. Na peça de Elizabeth Cary, *The Tragedy of Mariam* (*A Tragédia de Mariam*, 1613), um personagem masculino explica a uma mulher: "A maldição servil de Cam caiu sobre todo o seu sexo / Porque no Paraíso vós pecastes",[102] embora o autor talvez esperasse que o espectador rejeitasse o sentimento. As *plantations* escravistas e a estigmatização racial iriam formar uma versão bastante particular das formas de poder e disciplina que ganhavam força em toda a Europa do início da era moderna.

O escravo era alguém que pertencia inteiramente à casa do senhor, como a *feme couverte*, mas, assim como a mulher desprotegida ou de maus costumes, o escravo era fonte de ansiedade sexual. William McKee Evans afirma que o mito da maldição de Noé era especialmente conveniente para os membros "legítimos" da família do dono de escravos — tais como esposa e filhos com medo de que as mulheres escravas engravidadas pelo senhor gerassem favoritos e sucessores rivais.[103] Deste ponto de vista, a noção de que o escravo vinha de alguma linhagem congenitamente degradada desencorajaria o dono de escravos e seria uma garantia, caso a lascívia ainda assim triunfasse. Do mesmo modo que os discursos raciais posteriores, a lenda

da maldição de Noé, construída ou reconstruída no início do período moderno, ficaria repleta de sinais de seus vínculos com a ansiedade sexual e com noções de pureza e perigo. Como vimos, uma das versões afirmava que Cam havia desrespeitado a ordem do pai para que não houvesse conúbio sexual na Arca, calculando que um filho extra lhe permitiria exigir mais terra.[104]

Em meados do século XV, os portugueses começaram a comprar escravos na costa da África para vender na Península ou nas ilhas atlânticas. Nessa época, já havia provavelmente alguns escravos africanos em Castela e Aragão, comprados de muçulmanos. Depois da chegada de dezenas de milhares de africanos escravizados nos anos 1450-1500, os cristãos europeus começaram a estabelecer uma ligação mais forte entre a escravidão e os negros africanos, principalmente porque o número de escravos brancos diminuía. Começou a ocorrer a alguns deles que a prática nova e talvez perturbadora de comerciar ou possuir escravos africanos poderia ser explicada através do Gênese, possivelmente com o reforço de fragmentos de suposta exegese bíblica oriunda de fontes judaicas ou muçulmanas. No entanto, nem o papado nem a Coroa portuguesa adotaram a teoria da maldição de Noé, já que procuravam ganhar a amizade dos reinos africanos com o objetivo de incentivar o comércio e fazer conversões. Como será descrito no próximo capítulo, os portugueses tiveram contatos com o império etíope e empreenderam uma campanha conjunta contra os otomanos na década de 1530. Paradoxalmente, o papel pioneiro dos portugueses no tráfico de escravos, que exigia boas relações com as casas reais africanas, fez com que minimizassem os temas raciais. Ainda em 1607-8, a *Mesa da Consciencia e Ordens* portuguesa, órgão encarregado da estratégia colonial e dos assuntos da corte, recomendou que o filho cristão do monarca do reino africano de Warri recebesse o título de "cristão antigo de sangue nobre" e que lhe fosse permitido desposar uma portuguesa nobre da Casa de Bragança.[105]

Os que desafiaram o monopólio dos portugueses na África no início do século XVII adotaram uma abordagem bastante diferente; as relações com os governantes africanos seriam comerciais e de curto prazo. A história da maldição de Noé tinha a vantagem de oferecer uma explicação para o tráfico de escravos e a escravidão, que causavam mal-estar em alguns. Poderia servir de ponto de encontro do preconceito com a cultura respeitável. Muitos dos que lideraram o movimento colonizador haviam adquirido um aprendizado bíblico superficial como parte de sua educação em Oxford, Cambridge, Paris ou Leiden.

No entanto, David Brion Davis argumenta que a maldição de Noé ainda não significava muita coisa: "Estou convencido de que o 'mito de Cam' teve um papel pequeno na justificativa da escravidão negra até o fim do século XVIII e início do

XIX. (...) Antes disso, para judeus, cristãos e muçulmanos bastava que os negros fossem gentios, pagãos ou infiéis, e a maldição de Noé serviu como um *obiter dictum* ocasional, embora poderoso."[106] A evidente flexibilidade com que a chamada maldição foi interpretada deveria certamente inspirar cautela e é absurdo supor que comerciantes ou fazendeiros adquiriram escravos por acreditarem que a Sagrada Escritura os obrigava a isso. No entanto, a lenda da maldição teve seu papel, especialmente no mundo protestante e anglófono, ao justificar a escravidão em culturas que haviam se tornado alérgicas a ela e ao legitimar as práticas racistas num meio formalmente adepto da descendência comum da humanidade desde Adão e Eva. Além disso, a maldição foi mais importante no período entre 1550 e 1750 do que na época posterior. Se focalizarmos o período de formação, o "*obiter dictum* poderoso" deu um reforço vital ao argumento do paganismo. A maldição de Noé era mais específica do que uma teoria de justificação que se limitasse a uma característica tão pouco permanente e não-hereditária como o paganismo; o novo tipo de sistema escravista que viria a se desenvolver no fim do século XVII geraria uma demanda voraz de mão-de-obra e iria mostrar-se inimiga das concepções tradicionais que permitiam vários caminhos para a libertação de escravos.[107]

Para os que acreditavam na verdade literal da Bíblia — como quase todo mundo na Europa dos séculos XVI e XVII — a história de Noé apresentava uma versão da escravidão e da genealogia que tinha de ser pelo menos levada a sério. Mesmo homens tão racionais como Hugo Grotius e Isaac Newton acreditavam que toda a humanidade descendia de Noé e de seus filhos, apesar da dificuldade de incluir os povos do Novo Mundo nesta fórmula. Em 1646, Sir Thomas Browne descreveu como um "erro comum" a noção de que a pele negra era devida à maldição de Cam: "Há outra opinião em relação à compleição dos negros que não só é adotada por escritores mais vulgares como pelo talentoso viajante Mr. Sandys (...) e estes atribuiriam a cor dos negros a um efeito da maldição de Noé sobre Cam, ratificada por Deus."[108] George Sandys, funcionário da Companhia da Virgínia, escreveu um relato da viagem, a pedido de Samuel Purchas, no qual observou que os africanos vendidos como escravos pelos mercadores do Cairo eram "descendentes de Chus, filho do amaldiçoado Cham; como o são todos os da mesma compleição".[109] (O Chus aqui citado é o Kuch da Bíblia, assim como Cham é uma variante de Cam.) A compilação de Purchas inspirou a importante coleção *Principall Navigations* (*Grandes Navegações*), editada por Richard Hakluyt, contendo *A True discourse of the late voyage of discoverie* (*Narração verdadeira da última viagem de descoberta*, 1578), de George Best, no qual o autor discorda da teoria climática da cor da pele e sugere que a causa mais provável da pele negra seja uma "infecção natural" que passa de pai para filho;

a causa original desta "infecção natural" é, escreve ele, "a maldição de Cam".[110] Mesmo os autores que usavam uma linguagem menos carregada do que Best ainda acreditavam que os ancestrais dos povos recém-encontrados deveriam ter renunciado a Deus, e sua condição de pagãos representaria o abandono do conhecimento que Noé tinha do verdadeiro Deus. Samuel Purchas concluiu: "Assim, pela maldição de Noé e pelas nações que dele descenderam pode parecer que Cham foi o primeiro Autor, depois do Dilúvio, da falta de religião." Entretanto, embora mencione numa nota de pé de página que alguns acreditam que a pele negra seja sinal da maldição, ele dá mais ênfase a uma opinião que divergia da crua supremacia branca, ou seja, que o "Grande Pastor" "teve prazer nesta variedade para diversificar sua obra, todos servindo a uma única natureza humana".[111]

Na verdade, foram feitas referências a uma ou outra versão da maldição por muitos dos que escreveram sobre o tráfico de escravos na costa da África — a mais antiga é uma referência confusa feita por Gomes Eannes de Zurara, cronista real português do século XV. No fim do século XVI e começo do XVII, as referências começam a se multiplicar, especialmente entre escritores ingleses. Aparecem em versões diferentes das obras editadas por Hakluyt e Purchas, e no relatório de Richard Jobson para a Companhia da Guiné em 1620. Há uma referência à maldição de Cam (mas não à pele negra) como justificativa da escravidão na importante obra de Sir Edward Coke, *Institutes of the Laws of England* (*Instituições das leis da Inglaterra*, 1628). John Selden indica claramente a África como morada de "Cam e sua posteridade", na obra *The Right and Dominion of the Sea* (*Direito e domínio do mar*), de 1662, enquanto um professor de Leiden, Georgius Hornius, afirmava que os negros africanos eram camitas em sua *Arca Noae* (1666).[112] Alguns escritores espanhóis e ingleses, como Buenaventura de Salinas e William Strachey em *The Historie of Travel into Virginia Britannia* (*História da viagem à Virgínia britânica*, 1612), defendiam que a maldição podia ser aplicada com propriedade aos nativos da América, mas esta demonstração da elasticidade do mito não garantia proteção aos africanos e contestava a aceitação de uma noção proto-racial de que os povos do mundo pertenciam a grupos de descendência distintos e de raiz bíblica. As obras do general judeu e historiador do século I Flavius Josephus foram usadas por alguns para enfeitar o relato bíblico do que sucedeu aos filhos de Noé.[113]

Na verdade, não havia outra doutrina da escravização tão clara no isolamento dos africanos; como foi observado acima, a própria Bíblia, embora não mencione cor, deixa claro que os descendentes de Cam povoaram as terras que os europeus conheciam como África. É provável que a noção de que tudo o que dizia respeito à escravidão relacionava-se à maldição de Noé tenha sido difundida de forma mais

ampla do que nunca nos séculos XVI e XVII devido à maior disponibilidade de Bíblias. A idéia de que a maldição estava ligada à cor escura da pele foi estimulada ou confirmada pelo relacionamento com o Islã. À medida que os contatos com a África estendiam-se para o sul, a população ficava mais negra, mas para os europeus do norte, até mesmo os habitantes do norte da África já eram bastante escuros. Várias das referências que citei são as mais convincentes como indicação da mentalidade culta e da popular precisamente por serem observações um tanto casuais, feitas por quem tinha pouco interesse no assunto; assim, Sandys não estava especialmente preocupado em justificar as ações dos mercadores de escravos do Cairo, mas achava que podia explicá-las. A crença na maldição seria sustentada até por clérigos que denunciaram o tratamento desumano dos escravos africanos, como o espanhol Alonso de Sandoval, que cuidava dos desembarques de escravos em Cartagena, e o português Antônio Vieira, que pregava contra os maus-tratos infligidos a escravos no Brasil. Sem endossá-la, o clérigo inglês Morgan Godwyn, autor de *Negro's and Indians Advocate* (*Defensor de negros e índios*, 1680), levava muito a sério a lenda da maldição. Um documento de 1703 da Igreja Holandesa na África do Sul referia-se positivamente ao batismo de um dos membros da infeliz descendência africana de Cam. As referências aos "filhos de Cam" serviram às vezes para reconhecer a humanidade dos africanos, para afirmar a necessidade de uma escravização mais humana e para negar a noção ultra-racista de que os escravos negros eram apenas gado — noção que ganharia terreno, como veremos, nas colônias de *plantation*.[114]

Richard Jobson, que desdenhava o comércio de escravos, parece, no entanto, ter sido influenciado pela lenda da maldição de Noé. Na década de 1620, ele foi enviado pela Companhia da Guiné a uma parte da África Ocidental onde o Islã tinha presença importante para examinar as possibilidades comerciais. Ele escreve sobre os africanos ocidentais: "essas pessoas vieram da raça de Canaã, o filho de Cam, que descobriu os segredos de seu pai Noé". Isso não fez com que Jobson apoiasse o comércio de escravos. Ele escreve que, quando um chefe local lhe ofereceu escravos à venda, "eu respondi, Somos um povo que não lida com tais mercadorias, nem compramos ou vendemos uns aos outros, ou nada que tenha nossa própria forma". Mas ele considera o que vê como semelhança entre os irlandeses e os fulanos*, já que "sua maneira de viver tem grande semelhança quando seguem seu gado, e que não têm amor a um local, para mover totalmente cidades inteiras". Depois disso, não surpreende quando aprendemos: "entre eles existe uma profecia de que deve-

*Povo de pastores africanos que viviam em comunidades disseminadas entre o Saara e a área de florestas que se estendia do Senegal e do leste da Mauritânia aos Camarões e ao Chade. (*N. do T.*)

rão ser dominados e permanecer como súditos de um povo branco; e pelo que sabemos, este tempo determinado por Deus está chegando, e que deve ser de Seu Todo-Poderoso gosto fazer de nossa nação seu instrumento".[115] Embora fossem variáveis as conclusões extraídas da lenda da maldição, nenhuma delas favorecia os de ascendência africana e a maioria defendia a legitimidade da opressão étnica.

A lenda de Noé era apenas uma das correntes na forma como a Cristandade latina via a escravidão, e, se não fossem as "descobertas" européias do século XV e a posterior rivalidade colonial, permaneceria pouco importante. Ela nunca teve o papel principal na explicação ou justificativa da escravização. Os europeus também costumavam acreditar que a escravidão seria o melhor destino para os pagãos, os canibais, os descendentes de Caim (às vezes negligentemente fundidos com os filhos de Cam ou Cham), os punidos com a escravidão por algum crime grave pelas leis de seus próprios soberanos, e as várias categorias mencionadas nas *Siete Partidas*. Ao serem encontrados, os africanos eram freqüentemente condenados por vários motivos, mas a doutrina reconstituída de Noé visava diretamente aos africanos negros, distinguindo-os de outros pagãos e canibais cuja escravização revelou-se menos satisfatória, e permitindo que seus descendentes fossem mantidos como escravos mesmo que nascessem cristãos. Os que empregavam escravos como criados ou artesãos não queriam vê-los como canibais e selvagens, e o mito de Noé não exigia isto deles. O elo entre escravidão e cor da pele também provou ser muito funcional, marcando a população escrava e seu relacionamento com a população livre. Este elo já estava disponível — na verdade, latente — na época do surgimento das *plantations*. Embora, como veremos, as primeiras tivessem mão-de-obra mista, com brancos, livres ou não, e nativos não-africanos, a grande demanda dos produtos das *plantations* provocou uma escassez de mão-de-obra que os comerciantes e proprietários acharam mais conveniente e lucrativo resolver com a compra de escravos africanos. Neste contexto, a lenda da maldição de Noé acalmaria de forma muito útil os escrúpulos daqueles cristãos que achassem a situação incômoda ou desagradável.

Embora as justificativas ideológicas sejam quase sempre muito flexíveis, algumas se adaptam melhor do que outras a seu objetivo. Independentemente dos detalhes, as idéias bíblicas que explicam a escravidão ajudaram a manter viva a noção de que ela é um tipo de "significante flutuante". Há outros aspectos da Bíblia que poderiam se prestar a interpretações favoráveis, como a noção da descendência comum da humanidade, ou o arco-íris como sinal do pacto de Javé com a humanidade e as outras criaturas; ou a idéia do Jubileu a ser celebrado por ocasião do cancelamento das formas mais suaves de servidão. Mesmo a história da maldição poderia ter sido recuperada caso se insistisse em que só a descendência em linha materna contaria,

ou que os grupos de diferentes descendências teriam se misturado completamente em algum ponto. O papel sagrado dos etíopes, indiscutivelmente negros — aos quais se atribuía o uso de um dos idiomas do Paraíso, em vez de uma das línguas corruptas comuns — poderia ter sido desenvolvido. Se alguma poderosa injunção universal *contra* qualquer tipo de comércio ou propriedade de escravos tivesse sido adotada pelos cristãos da Europa nos séculos XVI e XVII, talvez tivessem sido encontrados outros métodos para recrutar mão-de-obra para as *plantations*. Pelo menos haveria alguma resistência ao desenvolvimento da escravidão racial.[116] Na própria Europa ocidental, os poderosos geralmente sentiam-se obrigados a respeitar as limitadas aspirações contra a escravidão da doutrina do "ar livre" do início da era moderna; nas colônias, eles ficavam muito menos reprimidos, em parte porque as idéias religiosas dominantes aceitavam a escravidão racial e a prática de manter os africanos como escravos mesmo quando eram cristãos de nascença.

O Mediterrâneo, o Atlântico e o cativeiro negro

Não é verdade que o açúcar só pode ser plantado e produzido por escravos. Parece agora que a indústria açucareira mediterrânea do século XIV e XV não utilizou muitos escravos. O tipo de escravidão encontrada no Mediterrâneo oriental do século XII ao XV foi principalmente artesanal e doméstico. Alguns escravos especialistas podem ter sido usados no desenvolvimento das culturas açucareiras no Levante no início das Cruzadas, mas grande parte da "cana de mel" deve ter sido plantada por servos. Os cruzados e os mercadores que os acompanhavam aprenderam os novos métodos árabes — originalmente indianos — de extrair açúcar da cana por meio de um moinho simples e pela fervura do caldo de cana. A prosperidade da Europa feudal estimulava a demanda deste artigo de luxo tão apreciado. O reino cruzado de *Outre Mer* ajudou a introduzir o açúcar na Europa nos séculos XII e XIII. Os cruzados estavam sempre em busca de fontes de riqueza, tanto para manter sua missão quanto para enriquecimento próprio. Não hesitariam em comprar ou usar escravos em suas propriedades. No entanto, teriam considerado mais vantajoso usar o trabalho dos servos conquistados, pelo menos no caso do cultivo da cana-de-açúcar. A organização de turmas de escravos muçulmanos seria, de qualquer modo, uma tarefa perigosa.[117]

Com o patrocínio de Veneza e Gênova, o cultivo da cana foi estimulado em Creta (Cândia), em Chipre e na Sicília, quando os cruzados foram expulsos da Síria e da Jordânia. O controle do fornecimento de açúcar tornou-se fator decisivo na rivali-

dade entre mercadores italianos; os que possuíam terras açucareiras, como os Cornaro de Veneza e Chipre, tinham grande poder.[118] O processamento da cana exigia mão-de-obra muito especializada e trabalho intenso e contínuo. Os camponeses levantinos poderiam cultivar a cana-de-açúcar mas podem ter resistido, ou não se adaptado, ao trabalho no processamento do açúcar. Os proprietários dos engenhos de açúcar precisavam de um núcleo de trabalhadores treinados nos segredos do processamento e capazes de suportar longas horas de trabalho. Os camponeses em busca de trabalho poderiam realizar algumas tarefas, mas não formar o núcleo especializado nem constituir o punhado de trabalhadores que teriam de manter o engenho funcionando na longa estação de colheita. Existem fragmentos de provas que indicam que foram usados escravos com esse objetivo, inclusive cativos sírios ou "sarracenos" que podiam às vezes ser comprados dos piratas levantinos. Mas o açúcar alcançava um preço muito alto, e um documento que se refere aos que trabalhavam na propriedade de Episcopi em Chipre fala de pagamento de salários aos trabalhadores. De qualquer forma, a extração de açúcar da cana era muito especializada, como já observamos acima; os artesãos envolvidos nessa atividade, fossem livres ou servos, seriam equiparados a ourives ou tecelões de tecidos finos. A divisão mais provável do trabalho deve ter sido um núcleo de especialistas assalariados, mais alguns trabalhadores braçais ou escravos, com o cultivo e o transporte da cana-de-açúcar sendo realizados pelos servos camponeses.

O estudo feito por William Phillips da escravidão do fim da Idade Média e do início da era moderna conclui que a força de trabalho da indústria açucareira mediterrânea, fosse cristã ou muçulmana, incluía muito poucos escravos: "Embora aqui e ali possam ter sido usados alguns escravos, eles não eram comuns. A identificação íntima entre cana-de-açúcar e trabalho escravo veio depois. (...)"[119] Esta conclusão é reproduzida por Marie Louise von Wartburg, depois de cuidadosa pesquisa arqueológica e documental. Ela só encontra uma referência inequívoca ao uso de um escravo, um muçulmano citado como fabricante de açúcar em 1426. Ela conclui:

> Não há dúvida de que, em certos casos, foram usados escravos em Chipre para produzir açúcar. As fontes são, no entanto, muito esparsas para sustentar a hipótese de que os escravos formavam o grosso da mão-de-obra. Em vez disso, a estrutura social de Chipre na Idade Média sugere a utilização do grande número de servos (paroikoi) presentes na ilha.[120]

No entanto, há outras razões para endossar, pelo menos em parte, a afirmação de que estas propriedades açucareiras do Levante seriam laboratórios para o desenvolvimento da *plantation*. Em geral elas eram criadas por iniciativa de mercadores,

banqueiros e proprietários de navios que exibiam um novo tipo de iniciativa empresarial e adotavam métodos avançados de contabilidade. A manutenção de duplo registro contábil, as parcerias comerciais e a criação de seguros ajudaram a promover este feito precoce do capitalismo mercantil.[121] Mas as condições precárias existentes no Oriente Médio significavam que estes empreendedores estavam intimamente ligados à ordem política e militar. Ao controlar seus próprios meios de coerção, também foram capazes de exercer controles monopolísticos. O transporte do açúcar de Chipre teve de ser confiado a um sistema de frotas firmemente organizado.[122] O espaço disponível para o florescimento da livre iniciativa seria ainda mais limitado do que aquele concedido mais tarde nos impérios coloniais portugueses, espanhóis e franceses. Os níveis de produção relativamente modestos não refletiam apenas a pequena demanda, mas também o instinto monopolista de que a pequena quantidade significava preço alto e lucro maior. Isso começou a mudar nas últimas décadas do século XV e no início do século XVI com a ampliação do cultivo da cana para as ilhas atlânticas — expansão incentivada pelos mercadores italianos e flamengos, como veremos no Capítulo II. Os escravos africanos vieram a representar cerca de metade da mão-de-obra das ilhas, mas muitos foram levados como servos e criados para Portugal e Espanha, onde eram comprados por nobres, pelo clero e por alguns artesãos.

A imensa maioria dos africanos na Península Ibérica no século XVI era de escravos, embora alguns fossem criados de confiança e responsáveis. Havia alguns homens ou crianças livres de ascendência africana parcial. Só ocasionalmente nobres africanos seriam levados a Lisboa como parte dos projetos diplomáticos, comerciais e religiosos do monarca. A súbita prosperidade de Portugal logo após as Grandes Descobertas permitiu ao país impor a moda às cortes renascentistas, onde a presença de alguns agregados africanos era considerada elegante. O talento musical dos africanos era particularmente apreciado. Assim, um pequeno grupo de africanos foi acrescentado à corte do rei Jaime IV da Escócia, inclusive um percussionista ("taubonar") e um coreógrafo que criou uma dança para doze bailarinos. Em 1507, num espetáculo da corte, o rei assumiu o papel de um cavaleiro negro que defendia a causa de uma dama negra, representada por uma africana. Estes africanos recebiam vários pagamentos, e pelo menos um deles, uma "moça moura" (*more las*), foi batizada. É bem possível que não fossem escravos. Henrique VII da Inglaterra também tinha um músico negro em sua corte.[123] No norte da Europa, a ligação entre africanos e escravidão era até essa época um tanto abstrata, mas os europeus brancos consideravam-se o modelo e supunham que os desvios, especialmente em algo tão óbvio quanto a cor da pele, deviam ser sinais de algum defeito ou do desgosto de Deus. Além disso, sabia-se que no Mediterrâneo e no norte da África os negros eram qua-

se sempre escravos. No período elizabetano e no início da era Stuart, a chegada de açúcar das ilhas e de ouro e especiarias da África começava a criar sua própria corrente de associações. Estimulava-se o gosto pelo exótico. As referências a negros ou africanos na Inglaterra elizabetana combinam repugnância, ambivalência e curiosidade. Não haveria tragédia no *Otelo* de Shakespeare se não houvesse nobreza no Mouro, mas esta própria construção era retratada como o reverso de um estereótipo herdado. À medida que morria a época barroca, as representações de escravos ou criados africanos passaram a adornar cada vez mais objetos preciosos, e pajens negros serviam de enfeite nos retratos de damas ou senhores aristocráticos: o negro tornara-se um objeto de valor, um adorno e um bichinho de estimação exótico.[124] Nesses retratos, tudo está sob controle, especialmente os pequenos pajens negros, enquanto as maneiras esplendorosas e dominantes dos militares e mercadores são enfatizadas pelos tons escuros. Assim, a negritude é sujeita à inversão dialética. É não só a cor do pecado, mas do poder, da seriedade e da sobriedade; a própria melancolia — o mais escuro dos quatro humores na teoria de Galeno — era agora reavaliada por Burton e outros. Mas embora algumas destas reavaliações fossem positivas, elas substituíram gradualmente a noção de uma aliança adequada entre iguais contra o Islã, que havia alimentado a busca do João Preste*.

Os africanos e o comércio islâmico de escravos

Antes de 1440, a Cristandade não tinha acesso direto ao comércio de escravos africanos. No entanto, durante alguns séculos o Islã comprou escravos da África negra, e esses escravos eram comuns nas províncias do Império Otomano e nos reinos do norte da África. Embora o próprio Profeta tivesse importantes ajudantes negros e afirmasse que sua mensagem deveria ser recebida por homens de todas as condições, permitia-se aos muçulmanos possuir, comprar e vender escravos — com a importante condição, como vimos, de que fossem infiéis, ou que o tivessem sido no momento da escravização. No século X já se desenvolvera uma associação entre pele negra e escravidão servil no mundo árabe e muçulmano: a palavra *'abd*, ou preto, virou sinônimo de escravo. Já no século VII, os africanos eram vistos como escravos cobiçados na Arábia e em suas possessões; um tratado de capitulação assinado pelo

*Personagem lendário surgido no século XII: um padre-rei cristão, cujo reino ficava em algum lugar do Oriente, e que teria oferecido suas riquezas e tropas incontáveis para a luta contra os muçulmanos. No decorrer dos séculos, as lendas situaram seu reino na Índia, na Pérsia, na China, na Mongólia e até mesmo na África (a Abissínia chegou a ser conhecida em Portugal, no século XVI, como "Terra do Preste"). (*N. do T.*)

reino cristão dos núbios no ano 31 (652 d.C. no calendário cristão) estipulava que este último deveria fornecer anualmente trezentos escravos ao califado. Embora fosse sujeito à reinterpretação, este *baqt* foi obedecido por cerca de seis séculos.[125] Também se adquiriam escravos na África Oriental nos séculos VIII e IX para trabalhar nas salinas e na produção de açúcar, algodão e anil no Baixo Iraque. No entanto, este sistema escravista precoce foi abalado pelas grandes revoltas dos zanj, liderados por Mohammed Ali em 255-69 (869-83 d.C.).[126] Esta longa revolta ajudou a precipitar a crise do califado de Abbasid, e desencorajou tentativas posteriores de voltar à escravidão em larga escala. Popovic escreve que daí em diante "o sistema normal e preferido de mão-de-obra na produção islâmica de açúcar foi o trabalho compulsório de camponeses nativos — um tipo de corvéia".[127]

Mais tarde os escravos africanos continuaram a ser selecionados, em escala prudentemente menor, para uso no norte da África e na Síria. No século VIII, os comerciantes berberes Ibadi do norte da África também garantiram fontes transaarianas de fornecimento de escravos negros. Calcula-se que dos séculos X ao XV uma média anual de cerca de cinco mil escravos foram enviados do oeste da África através do Saara. Eles deviam tornar-se mineiros no ouro ou cobre do Sudão ocidental, carregadores ou trabalhadores açucareiros no Egito ou servos e criados domésticos em todo o mundo árabe. Às vezes, no Magreb, os escravos africanos tornavam-se soldados, enquanto no Oriente Médio isso era menos comum.[128] As sociedades islâmicas dispunham-se a escravizar qualquer um, de qualquer cor ou raça, contanto que de início fosse infiel. O uso extensivo da escravização para recrutar soldados não tinha contrapartida na Europa Ocidental — Espanha e França usavam escravos galés em suas forças navais, mas eles nunca chegavam a posições de comando. O código religioso e racial do Império Otomano, a maior estrutura islâmica da época, era bem mais tolerante e pluralista que o dos novos regimes absolutistas da Europa.

No entanto, o comércio de escravos africanos forneceu um elemento racial para a escravidão islâmica, e a maldição de Noé foi amplamente invocada para justificá-la. O avanço do islamismo pelo Sahel e pelas savanas africanas deu condições mais seguras para um fluxo contínuo de escravos negros. Alguns povos africanos podem ter adotado o islamismo em parte como forma de se proteger do tráfico de escravos, mas quase sempre sem sucesso. No século XIV, o rei de Bornu — hoje parte do norte da Nigéria — escreveu ao sultão do Egito queixando-se de que os invasores árabes tinham "devastado toda a nossa terra (...) tomam dentre nós como cativos pessoas livres, de nossa raça muçulmana (...) levaram nosso povo como mercadoria".[129]

Há pouca dúvida de que este era um padrão geral. Nas áreas atingidas, isso despertou a preocupação de alguns sacerdotes muçulmanos, notadamente Ahmed Baba, de Timbuctu (1556-1627), que escreveu um tratado legal, ou Mi'raj, dedicado a esta caça indiscriminada de escravos. A obra de Ahmed Baba citava antigos textos muçulmanos sobre a escravização criminosa de africanos, incluindo uma crítica da maldição de Noé feita por Ibn Khaldun. Em seus textos gerais, o grande historiador louvou a função redentora da escravidão islâmica e especulou sobre a razão pela qual os africanos negros eram indicados para aquela condição. Mas — talvez porque, como berbere, fosse também um "filho de Cam" — Khaldun rejeitava qualquer extensão da maldição de Noé:

> Porque não conheciam a natureza das criaturas, alguns dos genealogistas acreditaram que os sudaneses (ou seja, os filhos de Cam, filho de Noé) distinguiam-se pela cor negra devido a uma maldição contra Cam lançada por seu pai, e que o efeito da maldição aparecia tanto pela cor quanto pela escravidão imposta a seus descendentes. Agora, o pronunciamento de Nuh [Noé] está na Torá e nela não há menção à cor negra. Só menciona que seus filhos serão escravos dos filhos de seus irmãos e nada mais.[130]

O próprio Baba afirmava:

> A origem da escravidão é a descrença, e os kafirs negros são como os cristãos, só que são majus, pagãos. Os muçulmanos dentre eles, como os povos de Kano, Katsina, Bornu, Gobir e todos os de Songai, são muçulmanos, e não devem tornar-se posse. Mas alguns deles cometem transgressões sobre outros injustamente por meio da invasão, como fazem os árabes, os beduínos, que violam a lei com os muçulmanos livres e vendem-nos injustamente, e assim não é legal possuir nenhum deles. (...) Quando se souber de alguém que veio destes países, ele deve ser libertado diretamente, e ter sua liberdade reconhecida.[131]

Essas afirmações, que se assemelham estranhamente aos argumentos apresentados por alguns religiosos portugueses e espanhóis (ver os Capítulos II e III), tiveram pouco efeito sobre as atividades dos caçadores e comerciantes de escravos. Os mercadores portugueses da África Ocidental nos séculos XV e XVI começaram a seguir as rotas comerciais já estabelecidas nas embocaduras dos grandes rios. A escravidão já era provavelmente tão disseminada nesta época na África ocidental como fora na Inglaterra do Domesday Book ou na Moscóvia medieval e do início da era moderna. A metalurgia parece ter-se desenvolvido na África Ocidental entre o século III a.C. e o século III d.C. As formas mais intensivas de cultivo agrícola que este avanço possibilitou teriam aumentado o número de escravos potenciais com conhecimentos de agricultura; os comerciantes europeus sabiam muito bem que povos caçadores e coletores eram maus escravos de campo e, além disso, estavam muito mais dispostos a fugir e viver nas áreas selvagens.

A África Ocidental compartilhava com outras regiões onde era comum o comércio de escravos — o Cáucaso, os Bálcãs, a estepe russa dos tempos medievais e a Inglaterra pré-normanda — um grau relativamente alto de fragmentação política. As guerras internas geraram cativos e destruíram as formas de solidariedade regional que poderiam ter inibido a exportação de escravos. Os comerciantes europeus da costa africana costumavam tratar com respeito as autoridades com quem negociavam. Na verdade, era comum que cultivassem relações especiais com um ou outro governante dos estados da costa africana. Mas a maioria dos cativos que compravam era de ex-súditos de algum outro governante, geralmente desconhecido dos negociantes; de qualquer forma, estes últimos supunham que o antigo soberano dos cativos era incapaz — ou não tinha interesse — de estender a eles o tipo de proteção que, digamos, até um camponês anatólio poderia esperar dos otomanos.

John Thornton afirmou que os estados da costa africana do início da era moderna não estavam de forma alguma em desvantagem em seus negócios com comerciantes europeus.[132] Os fortes construídos pelos europeus apenas ofereciam proteção aos postos comerciais, com seus armazéns e roças próximas. Esses postos só se desenvolviam se mantivessem boas relações com os governantes locais. Por outro lado, os europeus desfrutavam do monopólio efetivo do transporte marítimo, e isto pode ter-lhes dado mais vantagens do que admite Thornton. A disposição dos comerciantes europeus de comprar grande número de cativos acabou estimulando a caça de escravos no interior e encorajou os chefes africanos a distorcer as sanções legais que levavam à escravização. Mas os comerciantes costumavam achar mais vantajoso deixar que seus fornecedores obtivessem escravos da forma que preferissem. A compra de escravos era, de qualquer maneira, mais fácil do que sua captura; essa prática oferecia poucos riscos e parecia a muitos europeus da era moderna ter sua própria justificativa comercial.

Thornton apresenta, como razão mais geral para a predominância da escravidão na África Ocidental, a opinião de que as relações sociais da região eram marcadas mais pelo objetivo de controlar a mão-de-obra do que a terra, como era típico na maior parte da Europa na época.[133] Os escravos na África Ocidental eram a principal forma de riqueza; como soldados potenciais, eram um fator de poder; e as escravas podiam ter filhos, além de arar o campo. A terra, por outro lado, era relativamente abundante, e podia ser trabalhada e controlada pelos que tivessem escravos suficientes

sob seu comando. O próprio Thornton enfatiza o potencial de diversidade entre as várias centenas de estados e reinos da África Central e Ocidental, e assim havia evidentemente muito espaço para variações do tema — e, sem dúvida, para extrapolações. Em várias épocas, algumas das quais serão analisadas em capítulos subseqüentes, determinados estados africanos retiraram-se do comércio de escravos, mas ao fazê-lo diminuíram sua capacidade de adquirir as barras de ferro, os cavalos, os cutelos, as armas de fogo e tudo o mais que os comerciantes de escravos ofereciam, enfraquecendo assim sua posição em conflitos com outros estados.

A capacidade dos comerciantes europeus de oferecer uma gama impressionante de mercadorias em troca dos escravos foi também um fator fundamental do crescimento deste comércio; refletia o preço dos escravos no Novo Mundo e a vantagem produtiva da mineração e da agricultura das Américas quando comparadas às da África Ocidental.[134] De qualquer forma, a escravidão tradicional da África era bem diferente da escravidão das *plantations* que seria estabelecida no Novo Mundo, embora mesmo esta viesse a ser transformada pela pressão do comércio atlântico de escravos, especialmente depois que começou a grande expansão das *plantations*. A diversidade da condição de escravo na África seria substituída no Novo Mundo por uma enorme concentração de escravos no trabalho do campo e na produção de produtos agrícolas comerciais. Embora os escravos na África costumassem ser de origem estrangeira, não estavam destinados a ser parte de uma hierarquia racial inflexível que fizesse com que eles e muitas gerações de seus descendentes permanecessem estrangeiros e escravos, como viria a acontecer no Novo Mundo.

Conclusão

Afirmei que a escravidão sofreu um declínio secular, embora não contínuo nem uniforme, na Europa Ocidental entre os séculos VIII e XV. Nem o auge do feudalismo nem o início do capitalismo agrário exigiram ou reproduziram a escravidão, embora ambos tenham se mostrado compatíveis com bolsões de propriedade escravista. O embate com o Islã acabou incentivando os cristãos a seguir a liderança muçulmana na proibição da escravização de irmãos de fé, embora a mantivessem para aqueles que eram, ou haviam sido, infiéis. A expansão da Cristandade latina foi acompanhada por perseguições que tentavam impor uma homogeneidade religiosa e étnico-cultural ainda maior. O declínio da servidão na Europa Ocidental pouco ou nada fez para enfraquecer a vitalidade das doutrinas que apoiavam a escravização. Os juristas em todo o continente repetiram o endosso à escravidão da *jus gentium*, ou lei das

nações romana. Nem a Renascença nem a Reforma atacaram a legitimidade da escravidão. No entanto, um crescente preconceito popular contra a escravidão, mesmo que fosse a escravidão de outros, estimulou os governantes a posarem de defensores da liberdade civil de seus súditos. Entretanto, pequenas limitações do alcance aceitável da escravidão foram acompanhadas por uma disposição contínua, e até mesmo crescente, de escravizar quem não pertencesse ao meio religioso ou racial.

A edição da Bíblia em vernáculo deu maior divulgação aos mitos da maldição ou maldições de Noé. O judaísmo, o cristianismo e o islamismo, cada um a seu modo, deram uma imensa contribuição ao avanço moral da humanidade, mas no início da era moderna estes sistemas religiosos toleravam a escravidão. Seu universalismo era obscurecido pelas noções etno-religiosas que vinculavam a descendência e o estado servil.

Todos estes acontecimentos assumiram um significado mais terrível com o crescimento do reinado cada vez mais independente do consumo comercial e com as respectivas noções de propriedade privada capitalista. A demanda de açúcar e especiarias refletia o crescente poder de compra daqueles que extraíam do campo bons rendimentos e de um meio urbano encabeçado por grandes manufatureiros e mercadores. Nos séculos XVI e XVII, a disseminação das relações sociais capitalistas nas cidades e nos campos do noroeste da Europa começou a criar elementos de demanda de massa. A revolução das *plantations* no século XVII, descrita nos próximos capítulos, estava intimamente ligada a este desenvolvimento. A noção de uma economia moral que rejeitava o tráfico de escravos seria sobrepujada pela onda crescente do comércio e da *raison d'état*. E a noção de propriedade privada ganharia ainda mais independência e um alcance cada vez mais amplo.

Notas

1. A crítica clássica do mito das origens, de forma bastante adequada, é de autoria de um estudioso que se dedicou à escravidão e à servidão medievais. Ver Marc Bloch, *The Historian's Craft*, Manchester 1992, pp. 24-9. Bloch indica que a noção de "origens" costuma confundir *primeira aparição* com *causas*, e que toda a problemática tinha uma aura religiosa. Em seguida, eu afirmo que o tipo de escravidão que veio a predominar no Novo Mundo não era ainda conhecido na Europa medieval nem nos primeiros tempos da era moderna, mas que, certamente, *algumas* de suas causas já existiam.
2. Robert Bartlett, *The Making of Europe: Conquest, Colonization and Cultural Change 950-1350*, Princeton, NJ 1993, p. 313.

3. Charles Verlinden, *The Beginnings of Modern Colonization*, Ithaca, NY 1970; Verlinden é citado por Davis da seguinte forma: "L'économie esclavagiste des économies modernes est purement et simplement la continuation de celle des colonies médiévales." David Brion Davis, *The Problem of Slavery in Western Culture*, Harmondsworth 1970, pp. 57-8, aparentemente transcrito de Verlinden, "Le Problème de la continuité en histoire coloniale: de la colonisation médiévale à la colonisation moderne", *Revista de Indias*, Madri 1951, XI, pp. 219-36. Ver também David Brion Davis, *Slavery and Human Progress*, Londres 1984, pp. 54-7. O fato de que as considerações de Verlinden tiveram muita influência deriva de ser ele autor de um estudo profundo da escravidão na Idade Média, *L'Esclavage dans l'Europe médiévale*, 2 vols., I, Bruges 1955, II, Ghent 1977. O material sobre Creta e Chipre encontrado no segundo volume, pp. 876-93 e 970-74, é mais cauteloso sobre o grau de utilização de escravos nestas ilhas.
4. Ver, por exemplo, Fernand Braudel, *Civilization and Capitalism*, vol. I, *The Structure of Everyday Life*, Londres 1985, pp. 224-7. Embora não tenha posição definida quanto à importância da escravidão nas propriedades mediterrâneas, Braudel também a liga de forma direta às *plantations* do Novo Mundo.
5. Citado em W. R. Brownlow, *Lectures on Slavery and Serfdom in Europe*, Nova York 1969 (originalmente Plymouth 1892), p. xxx. Ver também W. W. Buckland, *The Roman Law of Slavery: The Condition of the Slave from Augustus to Justinian*, Nova York 1969 (originalmente Cambridge 1908).
6. Constata-se que de fato foi assim na obra de um historiador pouco à vontade com a mistura racial, já que a vê como responsável pela introdução no Ocidente romano da influência corrupta e enfraquecedora dos povos e religiões orientais. R. H. Barrow, *Slavery and the Roman Empire*, Nova York 1996 (primeira edição 1928), pp. 208-29.
7. Aristóteles, *The Politics*, Harmondsworth 1981, p. 79; ver também pp. 65-79, 397. Para uma elucidação da noção aristotélica de "escravidão natural", ver Patricia Springborg, *Western Republicanism and the Oriental Prince*, Austin, TX 1992, pp. 23-40.
8. Geoffrey de Ste Croix, *The Class Struggle in the Ancient Greek World*, Londres 1981, pp. 418-25. É claro que o cosmopolitismo romano, como Ste Croix explica era perfeitamente compatível com espantosas diferenças de classe; só que estas não eram muito racializadas.
9. "Servus vocatus es, non sit tibi curae, sed potes liber fieri, magis utere", citado por Duns Scotus, "Peccatus Servitutis", em *Duns Scotus on the Will and Morality*, ed. e trad. de Allan B. Wolter, O.F.M., Washington, DC 1986, p. 527. Duns Scotus era cético quanto a justificativas para a escravidão, mas achou que este era um argumento decisivo.
10. Gervase Corcoran, *St Augustine on Slavery*, Roma 1985, p. 71.
11. Dmitri Kyrtatas, *The Social Structure of Early Christian Communities*, Londres, 1987, p. 29 e seg. Para a superposição de Império e Igreja, ver Michael Mann, *Sources of Social Power*, vol. 1, *A History of Power from the Beginning to AD 1760*, Cambridge 1986, pp. 301-40.

12. E. A. Thompson, *Romans and Barbarians: The Decline of the Western Empire*, Madison, WI 1982, pp. 17-38; Geoffrey de Ste Croix, *The Class Struggle in the Ancient Greek World*, pp. 497-503; Marc Bloch, *Slavery and Serfdom in the Middle Ages*, Berkeley, CA 1975, pp. 1-31.
13. E. A. Thompson, *The Visigoths in the Time of Ulfila*, Oxford 1966, pp. 40-43.
14. David N. Dumville *et al.*, *Saint Patrick AD 493-1993*, Woodbridge, VA 1994, pp. 119-20; ver também pp. 207-31 e E. A. Thompson, *Romans and Barbarians*, pp. 246-8.
15. William D. Phillips, *Slavery from Roman Times to the Early Transatlantic Trade*, Manchester 1985, pp. 43-65. Sobre a "síntese" feudal e suas variações, ver também Perry Anderson, *Passages from Antiquity to Feudalism*, Londres 1974, pp. 128-72.
16. John Block Friedman, *The Monstrous Races in Medieval Art and Thought*, Cambridge 1981, p. 116.
17. Pierre Bonnassie, *From Slavery to Feudalism in South-West Europe*, Cambridge 1991, pp. 26-7. Sobre a prática extensiva visigótica da escravidão, ver P. D. King, *Law and Society in the Visigothic Kingdom*, Cambridge 1972, pp. 159-81. E sobre a propensão dos visigodos à caça aos escravos em época mais antiga, ver E. A. Thompson, *The Visigoths in the Time of Ulfila*, pp. 40-43.
18. E. A. Thompson, *Romans and Barbarians*, pp. 217-21.
19. C. H. Becker, "The Expansion of the Saracens", em *The Cambridge Medieval History*, Cambridge 1913, pp. 329-90, 371-3.
20. Pierre Riché, *Daily Life in the World of Charlemagne*, Liverpool 1978, pp. 102-4; Sally P. J. Harvey, "The Extent and Profitability of Demesne Agriculture in England in the Later Eleventh Century", em T. H. Aston *et al.*, eds., *Social Relations and Ideas*, Cambridge 1983, pp. 45-72, especialmente pp. 60-61; Chris Wickham, "From the Ancient World to Feudalism", *Past and Present* 103 (1984), p. 32, nota 34.
21. Citado em W. R. Brownlow, *Lectures on Slavery and Serfdom in Europe*, p. 112.
22. Reginald Lennard, *Rural England, 1086-1135*, Oxford 1959, pp. 82, 91, 98, 241, 389; Rodney Hilton, *Bond Men Made Free*, Londres 1963, pp. 56-7, 86; Sally Harvey, "The Extent and Profitability of Demesne Agriculture", pp. 69-70.
23. Bonnassie, *From Slavery to Feudalism in South-West Europe*, pp. 104-31. Ver também T. Bisson, "The 'Feudal Revolution' ", *Past and Present* 142 (1994), pp. 6-42. Ver também Georges Duby, *The Early Growth of the European Economy*, Ithaca, NY 1974, pp. 172-5, 187-97; Anderson, *Passages from Antiquity to Feudalism*, pp. 182-5; Pierre Dockès, *Medieval Slavery and Liberation*, Londres 1982, pp. 183-97; e as contribuições de Chris Wickham e outros em Wendy Davies e Paul Fouracre, eds., *Property and Power in the Early Middle Ages*, Cambridge 1995, pp 221-6, 245-51, 260-71.
24. Bonnassie, *From Slavery to Feudalism in South-West Europe*, p. 55.
25. Dockès, *Medieval Slavery and Liberation*, pp. 182-3.

26. S. H. Rigby, *English Society in the Later Middle Ages: Class, Status and Gender*, Londres 1995, pp. 29-33. Ver também Rodney Hilton, *The Decline of Serfdom in Medieval England. Second Edition*, Londres 1983, pp. 9-19; e Werner Rösener, *Peasants in the Middle Ages*, Oxford 1985, pp. 224-53.
27. Charles Verlinden, "Slavery, Slave Trade", *Dictionary of the Middle Ages*, Nova York 1988, pp. 334-40.
28. Bernard Lewis, *Race and Slavery in the Middle East*, Oxford 1990, p. 5.
29. Shaun Marmon, "Slavery, Islamic World", *Dictionary of the Middle Ages*, pp. 330-33.
30. A descrição clássica deste caso utiliza principalmente argumentos econômicos; ver Henri Pirenne, *Mohammed and Charlemagne*, Londres 1939. Para reavaliações posteriores ver Alfred Havighurst, ed., *The Pirenne Thesis: Analysis, Criticism and Revision*, Londres 1976; e Richard Hodges e David Whitehouse, *Mohammed, Charlemagne and the Origins of Europe*, Londres 1983. Embora estas obras também sejam importantes, minha preocupação aqui é com o desafio ideológico do Islã. Ver Judith Herrin, *The Formation of Christendom*, Oxford 1987, pp. 6, 8-9.
31. Citado em Phillips, *Slavery from Roman Times to the Early Atlantic Trade*, pp. 62-3. Sobre o comércio de escravos do início da Idade Média, ver pp. 43-65 desta obra; e também Verlinden, *L'Esclavage dans L'Europe médiévale*, I, pp. 213, 706; e Cecil Roth e I. H. Levine, eds., *The World History of the Jewish People*, segunda série, *Medieval Period*, vol. 2, *The Dark Ages: Jews in Christian Europe 711-1096*, Rutgers, NJ 1966, pp. 29-32, 386.
32. Jean Bodin, *Les Six Livres de la République*, 4a. ed., Paris 1579, pp. 57-8, citado em Dockès, *Medieval Slavery and Liberation*, p. 237.
33. Peter Foote e David Wilson, *The Viking Achievement*, Londres 1970, pp. 65-78; Ruth Mazo Karras, *Slavery and Society in Medieval Scandinavia*, New Haven, CT 1988, pp. 122-66; Anderson, *Passages from Antiquity to Feudalism*, pp. 173-8.
34. Bartlett, *The Making of Europe*, pp. 309, 313.
35. Citado em R. I. Moore, *The Formation of a Persecuting Society: Power and Deviance in Western Europe, 950-1250*, Oxford 1987, p. 102.
36. Citado em R. W. Southern, *Robert Grosseteste: The Growth of the English Mind in Medieval Europe*, Londres 1986, pp. 248-9.
37. Ibid., pp. 246-7.
38. Rigby, *English Society in the Later Middle Ages*, pp. 284-302. A exclusão dos judeus da Inglaterra não foi suspensa até o surgimento da Commonwealth em meados do século XVII, e mesmo então por ordem executiva, e não pela legislação formal. Léon Poliakov, *The History of Anti-Semitism*, Londres 1966, pp. 203-9.
39. Citado em A. Simms, "Core and Periphery in Medieval Europe: The Irish Experience in a Wider Context", em W. J. Smyth e K. Whelan, eds., *Common Ground*, Cork 1988, p. 24. Ver também Gerald of Wales, *The History and Topography of Ireland*, Londres 1995, pp. 101-12.

40. Citado em Seymour Phillips, "The Outer World of the European Middle Ages", em Stuart Schwartz, ed. *Implicit Understandings: Observing, Reporting and Reflecting on the Encounters Between Europeans and Other Peoples in the Early Modern Era*, Cambridge 1994, pp. 23-63 (p. 51). Há algumas dúvidas sobre o texto do *Laudabiliter*, mas, mesmo se for uma falsificação da época, revela o pensamento do início do imperialismo inglês. Ver John Gillingham, "The Beginnings of English Imperialism", *Journal of Historical Sociology*, vol. 4, nº. 4, dezembro de 1992, pp. 379-91.
41. Citado em Bartlett, *The Making of Europe*, pp. 132, 206.
42. J. H. Elliott, *Imperial Spain: 1469-1716*, Harmondsworth 1970, pp. 106-10, 220-28, 305-8. Henry Kamen, "The Secret of the Inquisition", *New York Review of Books*, 1º de fevereiro de 1996. Quando os *conversos* em busca de postos oficiais tentavam provar uma ascendência honrada, naturalmente indicavam sua linhagem judaica e o papel especial do povo judeu. B. Netanyahu explica: "Foi só a insistência constante de seus inimigos quanto à sua perversão e inferioridade raciais que os forçaram [aos *conversos*] a apresentar a idéia oposta — ou seja, a de sua *excelência racial original*, com a qual defenderam não só sua própria honra como a de seus ancestrais. (...) Na verdade, entretanto, os *conversos* não estavam interessados na superioridade, mas na igualdade de oportunidades. Da mesma forma, também davam pouca importância à diferenciação racial entre as classes sociais. Acreditavam que as diferenças entre as classes sociais deviam basear-se nos talentos, méritos e conquistas individuais, e não em linhagens." B. Netanyahu, *The Origins of the Inquisition in Fifteenth Century Spain*, Londres 1996, pp. 979-80. Isto é um anacronismo. Para uma crítica deste estudo, ver David Abulafia, *London Review of Books*, 31 de outubro de 1996. Ver também Israel Shahak, *Jewish History, Jewish Religion: The Weight of Three Thousand Years*, Londres 1994, pp. 59-61; e Ivan Hannaford, *Race: The History of an Idea in the West*, Washington, DC 1996, pp. 100-124.
43. Bonnassie, *From Slavery to Feudalism in South-West Europe*, pp. 55, 74, 93,102.
44. Manuel González Jiménez, "Frontier and Settlement in the Kingdom of Castile (1082-1350)", em Robert Bartlett e Angus MacKay, eds., *Medieval Frontier Societies*, Oxford 1992, pp. 49-74.
45. Richard Fletcher, *Moorish Spain*, Londres 1992, p. 140.
46. Gregório López, ed., *Las Siete Partidas del Rey Don Alfonso el Sabio*, 4 vols., Paris 1850 (?), em especial a Partida Quarta, Titulo II, Ley 11; Titulo V, Ley 1; Titulo XXI sobre Escravidão e Titulo XXII sobre Liberdade. Os deveres do rei são estabelecidos na Segunda Partida.
47. José Enrique López de Coca Castañer, "Institutions on the Castilian-Granadan Frontier", em Bartlett e MacKay, *Medieval Frontier Societies*, pp. 126-51, em especial pp. 135-41, 147-8.
48. J. N. Hillgarth, *The Spanish Kingdoms, 1250-1516*, 2 vols., Oxford 1976 e 1978, I, pp. 86-9, 160, II, pp. 24-7, 83-7; Jacques Heers, *Esclavos y servientes en las sociedades*

mediterraneas durante la Edad Media, Valença 1989; L. P. Harvey, *Islamic Spain, 1250-1500*, Chicago e Londres 1990, pp. 294-301, 317-18.

49. Bernard Vincent, *Minorias y marginados en la España del Siglo XVI*, Granada 1987, pp. 239-60, em especial pp. 243-4.
50. Elliott, *Imperial Spain*, pp. 305-8.
51. Ver os documentos contidos em Rodrigo de Zayas, *Les Morisques et le racisme d'État*, Paris 1992.
52. Daniel Evans, "Slave Coast of Europe", *Slavery and Abolition*, vol. 6, nº. 1, maio de 1985, pp. 41-58 (p. 42).
53. Ibid. (p. 52).
54. *Shorter Oxford English Dictionary*, 3ª. edição, Oxford 1968, p. 1.912. John Julius Norwich, *A History of Venice*, Londres 1983, pp. 270-71; Francis Carter, *Dubrovnik (Ragusa), A Classic City State*, Londres 1972, pp. 239-42.
55. David Hellie, *Slavery in Russia, 1450-1720*, Chicago 1982.
56. Ibid., p. 392.
57. Robert Brenner, "Agrarian Class Structure and Economic Development", *Past and Present* 70, 1976. Ver também T. H. Aston e C. H. E. Philpin, *The Brenner Debate*, Cambridge 1985.
58. Sir Thomas Smith, *De Republica Anglorum*, ed. Mary Dewar, Cambridge 1982, pp. 135-6.
59. Angus Calder, *Revolutionary Empire: The Rise of the English-Speaking Empires from the Fifteenth Century to the 1780s*, Londres 1981, p. 61. Steven G. Ellis afirma que as tentativas dos Tudor de conquistar e colonizar a Irlanda foram prejudicadas pelo fracasso do estado na concentração de recursos e vontade necessários para tarefa tão árdua. Steven G. Ellis, *Tudor Ireland: Crown, Community and the Conflict of Cultures*, Londres 1985, pp. 314-20.
60. Ver C. S. L. Davies, "Slavery and Protector Somerset: The Vagrancy Act of 1547", *Economic History Review*, 2ª. série, vol. XIX, nº. 3, 1966, pp. 533-49. Ver também C. S. L. Davies, *Peace, Print and Protestantism, 1450-1558*, Londres 1977, pp. 261, 266-87, sobre o contexto.
61. Thomas Morus, *Utopia*, trad. Paul Turner, Londres 1961, pp. 101-2. Ver também pp. 51-3, 70, 81, 84, 95. Na tradução da obra de More feita no século XVI, a palavra *servitus* foi várias vezes traduzida como *bondman* (servo, homem preso ao trabalho sem pagamento de salários); no entanto, também está explicado que "todo serviço vil, toda escravidão e trabalho pesado, é feito por servos [*bondmen*]." *More's Utopia*, com introdução de John Warrington, Nova York 1970, p. 73.
62. Ibid., pp. 104-5.
63. Ibid., pp. 79-80. A discussão da página 93 deixa claro que os princípios utilitários, concepção popular de "prazer", reinam em Utopia.
64. Pagden, *Lords of All the World*, pp. 76-7.

65. Um relato impressionante das comparações envolvidas é encontrado em Theodore Allen, *The Invention of the White Race*, vol. I, *Racial Oppression and Social Control*, Londres 1994. Ver especialmente nas páginas 52-90 a construção da ascendência protestante na Irlanda.
66. Hilton, *The Decline of Serfdom in Medieval England*, p. 28.
67. Jean Bodin, *Les Six Livres de la République*, pp. 45-66. Davis lembra que Bodin estava em Toulouse quando o caso de 1571 inspirou a declaração do parlamento de Guyenne, e recorda que a edição latina dos *Six Livres* era mais incisivamente antiescravista do que a edição francesa. Davis, *The Problem of Slavery in Western Culture*, p. 130. A declaração de Guyenne é citada em Charles Verlinden, *L'Esclavage dans l'Europe médiévale*, I, p. 851; sobre a ação das autoridades de Middelburg, ver Seymour Drescher, *Capitalism and Anti-Slavery*, Londres 1987, pp. 14, 172.
68. Jean Bodin, *The Six Bookes of the Commonweale*, traduzidos para o inglês por Richard Knolles, Londres, 1606, p. 33. Sobre elogios à França como "monarquia livre" no início do século XVII, ver Blandine Barret-Kriegel, *L'Etat et les esclaves*, Paris 1979, pp. 51, 75-6.
69. Bodin, *The Six Bookes of the Commonweale*, p. 44.
70. A primeira linha de argumentação foi adotada por José de Acosta em sua *Historia natural y moral de las Indias* (1570), a segunda por Juan Ginés de Sepúlveda; ver D. A. Brading, *The First Americans: The Spanish Monarchy, Creole Patriots, and the Liberal State, 1492-1867*, Cambridge 1991, pp. 88, 184-5. A posição das autoridades espanholas é examinada adiante, no Capítulo III.
71. Citado em Peter Hulme, "Tales of Distinction: European Ethnography and the Caribbean", em Stuart B. Schwartz, ed., *Implicit Understandings*, p. 187.
72. Eduardo Aznar Vallejo, "The Conquests of the Canary Islands", em Schwartz, *Implicit Understandings*, pp. 134-56.
73. Aquino, *Summa Theologiae*, citada em Richard Tuck, *Natural Rights Theories: Their Origin and Development*, Cambridge 1979, p. 19.
74. Ver John Duns Scotus, "Peccatum Servituti", em *Duns Scotus on the Will and Morality*, seleção e trad., com introdução de Allan B. Wolter, Washington, DC 1986, pp. 522-33.
75. Tuck, *Natural Rights Theories*, p. 49.
76. Ibid., p. 3.
77. Davis, *The Problem of Slavery in Western Culture*, pp. 124, 128; Herbert Marcuse, "A Study on Authority", em *Studies in Critical Philosophy*, Londres, 1972, pp. 56-78.
78. Robert C. H. Shell, *Children of Bondage: A Social History of the Slave Society at the Cape of Good Hope, 1652-1838*, Hannover, NH 1994, p. 334. Shell cita os textos legais em latim da seguinte forma: "Escravos batizados deveriam ter os mesmos direitos de liberdade dos outros cristãos e nunca deveriam ser novamente submetidos aos governos pagãos (*potestati ethnicorum*) por seus senhores cristãos, seja pela venda, seja por

qualquer outra transferência de posse." *De Ethnicorum Pueris Baptizandis*, citado na p. 335. A determinação mais radical, feita pelo teólogo suíço Giovanni Deodatus, exigia que os escravos batizados fossem tratados como "servos contratados, claramente de acordo com os costumes de outros cristãos". Citado na p. 335.

79. Michel Certeau, *The Writing of History*, Nova York 1988, p. 227.
80. *The Holy Bible*, versão autorizada do rei Jaime, Cambridge University Press. Como observado na introdução, os ingleses citaram um versículo diferente — Gênese 1:28 — para apoiar suas pretensões coloniais, argumentando que já que podiam fazer melhor uso da terra do que outros, ela lhes pertenceria. Esta versão religiosa do argumento utilitário de Morus, já citado mais acima, teve ampla circulação em áreas anglófonas mas não em outras regiões, sem dúvida porque confiava numa interpretação muito especial do texto bíblico (cf. Seed, *Ceremonies of Possession*, pp. 34-5). Por outro lado, seria necessária uma exegese bem elaborada para argumentar contra o elo entre a maldição de Noé e a escravidão.
81. O uso das palavras "bondman" e "bondmaid" (respectivamente "servo" e "serva"), em vez de "slave" ("escravo"), para traduzir *avaday*, *eved* e *amay*, mais uma vez revela desconforto. Para uma interpretação desta passagem e paralelos entre os códigos legais de Sólon e Hamurábi, ver Bernard S. Jackson, "Biblical Laws of Slavery: A Comparative Approach", em Léonie Archer, ed., *Slavery and Other Forms of Unfree Labour*, Londres 1988, pp. 86-101.
82. M. I. Finley, "Slavery", em *International Encyclopedia of the Social Sciences*, vol. 14, Nova York 1968, pp. 307-13; G. Chirichigno, *Debt-Slavery in Israel*, Sheffield 1993, pp. 145-85.
83. Sobre o entrelaçamento das noções geográficas e patriarcais na chamada "Tábua das Nações" do Gênese, ver John Skinner, *A Critical and Exegetical Commentary on Genesis*, Londres 1910, pp. 181-223. Embora rejeite com firmeza a noção bíblica de que "as nações se formam através da expansão e divisão genealógica das famílias" (p. 194), Skinner também se recusa a incorporar conceitos étnicos antigos a idéias racistas modernas. Nisto ele difere bastante de outro famoso especialista bíblico, William Allbright, que exaltou a destruição e a expulsão dos canaanitas. Allbright, que escreveu na década de 1930, foi um exemplo da ambivalência da estigmatização racial que, à maneira orientalista, condena não o primitivo, mas sim o sofisticado e decadente:

> Foi bom para o futuro do monotcísmo que os israelitas da conquista fossem um povo selvagem, dotado de energia primitiva e de uma vontade implacável de existir, já que a conseqüente dizimação dos canaanitas, com sua adoração orgiástica da natureza, seu culto da fertilidade na forma de símbolos de serpente e nudez sensual e sua mitologia grosseira, abriu espaço para Israel, com sua simplicidade pastoril e pureza de vida, seu elevado monoteísmo e seu severo código de ética. De maneira não muito diferente, um milênio depois, os canaanitas africanos, como ainda se autodenominavam, ou cartagineses, como nós os chamamos, com a grosseira mitologia fenícia que conhecemos por intermédio de Ugarit e Philo Byblius, com sacrifícios humanos e o culto do sexo, foram esmagados pelos romanos infinitamente superiores. (...) (W. F. Allbright, *From the Stone Age to Christianity*, Nova York 1957, pp. 280-81)

Para uma crítica, ver Keith Whitelam, *The Invention of Ancient Israel*, Londres 1996, pp. 79-101. No entanto, é claro que seria anacrônico atribuir o absurdo preconceito de Allbright aos europeus do início da era moderna.

84. David Aaron, crítico das tentativas de dar significado decisivo às elaborações tardias, talmúdicas ou midráshicas, da maldição de Noé, que supostamente a ligavam à pele negra, escreve: "Há bastante manejo textual no próprio Gênese para tornar o Talmud irrelevante quanto à justificativa da servidão dos negros. Ou seja, os cristãos que alegam ser seu o Velho Testamento não precisam de parábolas midráshicas sobre os descendentes de Noé para encontrar uma justificativa teológica para a escravidão." David H. Aaron, "Early Rabbinic Exegesis on Noah's Son Ham and the So-Called Hamitic Myth". *Journal of the American Academy of Religion*, vol. LXIII, nº. 4, 1996, pp. 721-57 (p. 752). Estritamente falando, a primeira afirmativa diz muito e a segunda, muito pouco. O Gênese justificava um tipo de escravidão de base étnica ou familiar, e não a "escravidão negra" ou a escravidão "em geral". Mas Aaron está certo ao mencionar a herança comum do cristianismo e do judaísmo nesta área. Sobre a importância de Isaías 3-4, ver a página 742 deste artigo informativo. Sobre o uso da genealogia para sustentar a hierarquia social, ver o ensaio que dá título à obra de Edmund Leach, *Genesis as Myth and Other Essays*, Londres 1969, pp. 7-23 (p. 21).
85. "Nossos rabinos ensinam: três copularam na arca, e foram todos punidos: o cão, o corvo e Cam. O cão foi condenado a ser amarrado, o corvo expectora (a semente na boca da companheira) e Cam foi atingido na pele." *Sanhedrin 208B*, rabino Dr. I. Epstein, ed., *The Babylonian Talmud. Seder Nezikin*, vol. II, *Sanhedrin*, caps. VIII-XI, trad. de H. Freedman, Londres 1935, p. 745. Os outros exemplos são citados por Aaron, "Early Rabbinic Exegesis", p. 741. Os ingleses envolvidos na colonização usariam essas histórias para explicar por que os descendentes de Cam eram negros, como apontado por Winthrop Jordan num grande estudo das atitudes raciais inglesas dos séculos XVI e XVII, *White Over Black: American Attitudes Toward the Negro, 1550-1812*, Chapel Hill, NC 1968, pp. 18, 35-7, 41-3. Ver também William McKee Evans, "From the Land of Canaan to the Land of Guinea: The Strange Odyssey of the Sons of Ham", *American Historical Review*, vol. 85, nº.1, fevereiro de 1980, pp. 14-43, em especial as pp. 25-6, e Edith Sanders, "The Hamitic Hypothesis", *Journal of African History*, vol. X, nº. 4, 1969, pp. 521-32. Quanto à contribuição rabínica, Jordan e Sanders citam uma obra literária não muito adequada por ser uma compilação poética de várias fontes que recebeu um retoque editorial independente: Robert Graves e Raphael Patai, *Hebrew Myths*, Londres 1964, pp. 120-24. As narrativas

contidas nesta obra registram o desenvolvimento do mito da maldição de Noé com alguns erros ou imprecisões que foram criticados por Ephraim Isaac, Bernard Lewis, David Goldenberg e David Aaron. Isaac e Aaron apresentaram traduções de textos rabínicos que são mais precisas ou mais afinadas com leituras alternativas. Mesmo assim, estes autores não são convincentes quando tentam negar ou minimizar a contribuição judaica às doutrinas cristã e muçulmana de escravidão étnica. Não há dúvida de que o Gênese e o Levítico derivam de fontes judaicas e justificam a escravidão de um grupo de descendência. Chegam a dar alguns indícios que podiam ser usados para delinear noções posteriores de "África" e "negritude". Todos esses autores insistem corretamente em que não se deveria conferir a alguns comentários incidentais no Talmud e na Mishnah condições de obrigatoriedade nos textos do judaísmo; na verdade, a maioria dos judeus leigos sequer deve ter tomado conhecimento de sua existência. No entanto, os relatos fornecidos por esses autores, sejam quais forem suas intenções, confirmam na verdade que alguns comentários rabínicos trataram da maldição de Noé e do elo entre negritude e Cam, de forma tal que os escritores muçulmanos ou cristãos tiveram pouco trabalho. Infelizmente, estes últimos vasculharam os textos judaicos ignorando tudo, exceto os trechos que interessavam a seu objetivo; os muçulmanos e cristãos têm com certeza total responsabilidade por suas apropriações às vezes fantasiosas. Mas os registros demonstram que todas as três "religiões do Livro" admitiram noções favoráveis à escravização étnica — noções que acabaram sendo criticadas, é claro, por crentes e não-crentes mais iluminados. Ver Ephraim Isaac, "Genesis, Judaism, and the Sons of Ham", em J. R. Willis, ed., *Slaves and Slavery in Muslim Africa*, vol. 1, Londres 1985, pp. 75-91; Bernard Lewis, *Race and Slavery in the Middle East*, pp. 123-5, nota 9, e David H. Aaron, "Early Rabbinic Exegesis on Noah's Son Ham and the So-called 'Hamitic Myth'", *Journal of the American Academy of Religion*, vol. LXII, nº. 4, 1995, pp. 721-55; David M. Goldenberg, "The Curse of Ham: A Case of Rabbinic Racism?", a ser publicado em livro editado por Cornel West. Embora esses textos às vezes optem pela apologética, lidos em conjunto corrigem-se mutuamente, de certa forma no espírito dialético do próprio Talmud. Assim, a afirmação de Isaac de que o judaísmo da antigüidade alimentava respeito uniforme por todos os não-israelitas, incluindo canaanitas, sem "negação explícita ou implícita de sua dignidade humana e de sua igualdade aos israelitas como seres humanos" (p. 79) , seria "grosseiramente anacrônica" nos termos de Aaron (p. 748), já que este último reconhece que atitudes "etnocêntricas" e "xenófobas" são freqüentemente encontradas nesses textos judaicos. Da mesma forma, Aaron apresenta uma leitura da expressão "negro mas belo", contida no Cântico dos Cânticos (p. 745, nota 37) que diverge diretamente da alegação de Lewis de que isso deve ser lido como "negro e belo"; por outro lado, Goldenberg garante que "olhos vermelhos" era uma metáfora usada com referência aos negros, enquanto Aaron o contesta (p. 737). E daí por diante. Ver também o relato em Hannaford, *Race*, principalmente as páginas 90-95, 133-4.

86. Assim Martin Goodman demonstra que a Galiléia romana nos séculos II e III estava bem servida de rotas comerciais de longa distância, exportando azeite de oliva e praticando a escravidão em pequena escala, de forma que uma família "poderia ter entre um e quatro escravos para ajudar nos campos e servir na casa". Martin Goodman, *State and Society in Roman Galilee, A.D. 132-212*, Totowa, NJ 1983, pp. 37-8; e também pp. 17-24. No entanto, este estudo não faz menção específica a escravos negros. Escravos estrangeiros ainda eram chamados de escravos canaanitas; ver Paul V. McC. Flesher, *Oxen, Women, or Citizens? Slaves in the System of the Mishnah*, Atlanta, GA 1988, pp. 54-9.
87. Lewis, *Race and Slavery in the Middle East*, p. 5 sobre os essênios e p. 124 sobre Santo Efraim. Ver também David Brion Davis, *Slavery and Human Progress*, pp. 21-2, 42-3, 86-7 e 337. Aaron manifesta certo ceticismo quanto à prioridade de Santo Efraim e afirma que, de qualquer forma, os rabinos desenvolveram suas próprias conclusões. As interpretações talmúdicas tinham autoridade para muçulmanos e cristãos, mas o contrário não é verdadeiro.
88. Frank M. Snowden, *Before Color Prejudice: The Ancient View of Blacks*, Cambridge 1983, pp. 99-108.
89. Santo Agostinho, *De Civitate Dei*, liv. XIX, c. 15. Citado em "Letter of Pope Leo XIII", Brownlow, *Slavery and Serfdom in Europe*, pp. xxvii-xlviii (p. xxix). Ver Santo Agostinho, *The City of God*, Londres 1984, p. 874. Ver também livro XVI, pp. 648-53.
90. Santo Agostinho declarou em uma de suas epístolas: "Que senhor é este que não se vê forçado a viver com medo do próprio escravo, quando o escravo se coloca sob a proteção dos donatistas." Citado em Gervase Corcoran, O.S.A., *Saint Augustine on Slavery*, Roma 1985, p. 21.
91. Ver Jean Vercoutter *et al.*, *The Image of the Black in Western Art*, vol. 1, *From the Pharaohs to the Fall of the Roman Empire*, Cambridge 1976; e Jean Devisse, *The Image of the Black in Western Art*, vol. 2, *From the Early Christian Era to the "Age of Discovery"*, Parte 1, *From the Demonic Threat to the Incarnation of Sainthood*, Cambridge 1979, em especial as pp. 55-80 sobre o entendimento cristão da descendência de Noé. Todos estes livros têm ilustrações adequadas e esplêndidas.
92. Assim al-Tabari, cronista persa do século IX, cita textos muçulmanos que parecem reproduzir o Talmud babilônico; *The History of al-Tabari*, vol.. 1, *General Introduction and From the Creation to the Flood*, trad. e notas de Franz Rosenthal, Albany, NY 1989, pp. 365, 368. Vários exemplos da adoção da lenda da maldição pelos muçulmanos são citados em J. R. Willis, ed., *Slaves and Slavery in Muslim Africa*, vol. 1, Londres 1985, e no verbete da *The Encyclopedia of Islam*, ed. Bernard Lewis, V. L. Ménage *et al.*, Londres 1986, vol. 3, pp. 104-5.
93. Devisse, *The Image of the Black in Western Art*, II, Parte 1, *From the Demonic Threat to the Incarnation of Sainthood*, pp. 149-208.

94. Ver John B. Friedman, "Cultural Conflicts in Medieval World Maps", em Stuart Schwartz, ed., *Implicit Understandings*, pp. 64-96; John B. Friedman, *The Monstrous Races in Medieval Art and Thought*, pp. 100-03. Friedman reproduz um mapa do século X baseado em Isidoro com a denominação África-Cam claramente visível. Benjamin Braude mostrou a imprecisão da maior parte da etnocosmografia medieval, mas sua informação mais qualifica do que contradiz o texto de Friedman. Cf. Benjamin Braude, "The Sons of Noah and the Construction of Racial Identity in the Medieval and Early Modern Periods", *William and Mary Quarterly*, publicado em janeiro de 1997.
95. Friedman, *Monstrous Races*, pp. 45-6.
96. As opiniões de Vincent de Beauvais, Albert le Grand e Roger Bacon são discutidas e documentadas em François de Medeiros, *L'Occident et l'Afrique (XIIIe-XVe siècle)*, Paris 1985, pp. 122-56, 273-86.
97. Muitas destas alegações são citadas por Poliakov, *The Arian Myth*, Nova York 1996. Esta obra provavelmente influenciou a afirmação feita nas conferências de Foucault no Collège de France em 1976 de que a luta de classes do início da era moderna fora expressa com freqüência em termos raciais (ou seja, saxões ingleses libertando-se do "jugo normando" no século XVII). Michel Foucault, *Genealogía del Poder, Genealogía del Racismo*, Madri 1992.
98. Rigby, *English Society in the Later Middle Ages*, p. 312.
99. As opiniões defendidas por Andrew Horn em *The Mirror of Justices* são citadas em Davis, *The Problem of Slavery in Western Civilization*, p. 115, e a referência a um bestiário de Cambridge no século XIII da qual deriva um elemento da ordem social dos servos de Cam em Friedman, *Monstrous Races*, p. 236, nota 60.
100. Citado em H. A. L. Fisher, *A History of Europe*, Londres 1936, p. 342.
101. Friedman, *Monstrous Races*, pp. 34-5.
102. Citado em Kim Hall, *Things of Darkness: Economies of Race and Gender in Early Modern England*, Ithaca, NY e Londres 1995, p. 177. Sobre o tratamento geral dos pobres ou dos que se afastam da norma social, ver Robert Jutte, *Poverty and Deviance in Early Modern Europe*, Cambridge 1994, pp. 158-62. A "desordem das mulheres" no início do período moderno foi usada para exigir completa subordinação feminina dentro de casa e punição salutar para as que, como as bruxas, pusessem os pés fora dela. No período entre 1560 e 1760, cerca de 50.000 acusados de bruxaria, quatro quintos dos quais eram mulheres, foram queimados na Alemanha, alguns milhares foram queimados na França e nas Ilhas Britânicas — e 3.687 foram acusados na Espanha, mas neste caso o papel da Inquisição, na verdade, foi de moderar o desvario e muito poucos dos acusados acabaram indo parar na fogueira. Anne Llewellyn Barstow, *Witchcraze: A New History of the European Witch Hunts*, Londres 1995, pp. 21-2, 179-81. Ver também Susan Dwyer Amussen, *An Ordered Society: Gender and Class in Early Modern England*, Oxford 1995.

103. Evans, "From the Land of Canaan to the Land of Guinea", pp. 16-21. David Aaron também afirma que a lenda da maldição "deve ser em parte compreendida como estratégia contra a quebra da endogamia". "Early Rabbinic Exegesis", p. 741.
104. Esta história foi evocada por George Best, "A True discourse of the late voyage of discoverie", em Richard Hakluyt, ed., *The Principall Navigations, Voyages, Traffiques and Discoveries of the English Nation*, 2ª. ed., Londres 1598, vol. 1, pp. 47-96 (p. 52). A versão talmúdica é mais ou menos apresentada em Graves e Patai, *Hebrew Myths*, pp. 120-24, mas Isaac indica algumas incorreções da tradução. Uma versão diz que o próprio Cam foi fisicamente alterado por causa de sua ofensa ao pai:

> (Canaã foi amaldiçoado) mas quanto a Cam, por ter visto com seus olhos a nudez de seu pai, seus olhos tornaram-se vermelhos; e por ter falado com sua boca, seus lábios ficaram deformados, e por ter virado o rosto, o cabelo de sua cabeça e sua barba ficaram queimados, e por não ter coberto a nudez (de seu pai) ele ficou nu e seu prepúcio se esticou. (*Tanhuma*, *Noah* 13, citado por Isaac, "Genesis, Judaism and Noah's Curse, em Willis, *Slaves and Slavery in Muslim Africa*, p. 86)

Esta e outras especulações semelhantes foram utilizadas por comentaristas europeus do início da era moderna para explicar, ou arquitetar, a diferença racial. Isaac também cita uma passagem que descreve os filhos de Canaã e que evoca qualidades estereotipadas do escravo: "Canaã ordenou a seus filhos que fizessem cinco coisas: que amassem uns aos outros, que amassem o roubo, que amassem a fornicação, que odiassem seus senhores e não lhes dissessem a verdade." *Pesahim*, 113, citado em Isaac, "Genesis, Judaism and Noah's Curse", p. 85. Ver também Ronald Sanders, *Lost Tribes and Promised Lands: The Origins of American Racism*, Boston, MA 1978, pp. 62, 223-4.
105. John Thornton, Communication to the conference on "Costructing Race: Differentiating Peoples in the Early Modern World, 1400-1700", Institute of Early American History, Williamsburg, VA, abril de 1996.
106. Davis, *Slavery and Human Progress*, p. 337, nota 144.
107. Davis também acredita que judeus, cristãos e muçulmanos têm de lutar com a "extraordinária anomalia no Gênese 9:22-7: a maldição de Noé caiu não sobre o filho que o ofendeu, Cam, mas sobre um dos quatro filhos de Cam, Canaã." Ibid., p. 337, nota 144. Mas para muitos povos da era moderna ou pré-moderna, o indivíduo só existia dentro de seu grupo familiar e através de sua linhagem. Como em outras maldições bíblicas, Cam é punido em sua posteridade e Canaã pode ser visto como representante da noção de "filho de Cam", assim como Eva, com seus modos tentadores, simboliza o conjunto das mulheres, e deixa para elas as dores do parto e a servidão ao homem. Como indica seu nome, o Gênese ocupa-se de histórias que descrevem as origens das principais relações. Sobre um problema análogo, ver Avi Sagi, "The Punishment of

Amalek in Jewish Tradition", *Harvard Theological Review*, vol. 87, nº. 3, 1994, pp. 323-46.

108. *Pseudoxia Epidemica*, de Sir Thomas Browne (1646), ed. Robin Robbins, vol. 1, Oxford 1981, p. 159. As objeções de Browne são discutidas no Capítulo 6. Newton argumentou em seus textos teológicos e históricos que os descendentes egípcios de Cam haviam sido responsáveis pela corrupção da sabedoria de Noé. Ver John Gascoigne, "'The Wisdom of the Egyptians' and the Secularisation of History in the Age of Newton", em Stephen Gaukroger, ed., *The Uses of Antiquity*, Amsterdã 1991, pp. 171-212 (pp. 190-92).

109. George Sandys, *A Relation of a Journey Begun An: Dom: 1610*, 2ª. ed., Londres 1621, p. 136. Ver *Purchas His Pilgrimes, or Hakluytus Posthumous*, Londres, 1625-6, p. 913.

110. George Best, *A True Discourse*, em Hakluyt, *The Principall Navigations*, vol.1, p. 52.

111. Samuel Purchas, *Purchas his Pilgrimage or Relations of the World and the Religions observed in all ages*, 3ª. ed., vol. I, Londres 1617, pp. 51, 821, 822. A evocação feita por Purchas da unidade essencial da humanidade no Senhor reproduz uma crença clássica cristã. Mas quando ele escreve (p. 822) sobre a "variedade sendo engolfada numa unidade inefável", "sem qualquer distinção de Cor, Nação, Língua, Sexo, Condição", ele não pretende desafiar o significado mundano destas distinções, não mais do que o fez São Paulo. Cf. Ste Croix, *Class Struggle in the Ancient Greek World*, pp. 419-20.

112. Ver Gomes Eannes de Azurara, *The Chronicle of the Discovery and Conquest of Guinea*, Hakluyt Publications, 1ª. série, nº. 95, Londres 1895, pp. 54-5; Richard Jobson, *The Golden Trade or a Discovery of the River Gambia, and the Golden Trade of the Ethiopians*, Londres 1623, pp. 65-6; George Best, *A True Discourse*, em Hakluyt, *Principall Navigations*, VII, p. 236; Ronald Sanders, *Lost Tribes and Promised Lands: The Origins of American Racism*, pp. 62, 223-4; John Selden, *The Right and Dominion of the Sea*, Londres 1662, p. 21; Poliakov, *The Arian Myth*, pp. 142-3. Outros exemplos são encontrados em vários dos capítulos seguintes e em Alden T. Vaughan, *Roots of American Racism*, Nova York 1995. Ver também Hannaford, *Race*, pp. 89-91, 112, 137, 143, 170-71, sobre a influência generalizada do mito de Cam. A escravidão no Brasil é examinada por Ronaldo Vainfas, *Ideologia e escravidão*, Petrópolis 1986, pp. 95-7. Vainfas afirma que uma das fontes da lenda de Cam citada por escritores portugueses era uma obra do convertido Leo Africanus, publicada em 1550, *In Descriptiones Africa*.

113. David Brading, *The First Americans: The Spanish Monarchy, Creole Patriots, and the Liberal State, 1492-1867*, Cambridge 1991, pp. 278-9, 319; Giuliano Gliozzi, *Adamo e il Nuovo Mondo*, Florença 1977, pp. 444-513. Sobre Josephus ver Hannaford, *Race*, pp. 89-94, 180, 182; William Byrd, um dos principais colonos da Virgínia em seus primeiros anos de colônia escravista, costumava ler Josephus em hebraico diariamente — ver os registros de maio, junho e julho de 1709 em Louis B. Wright e Marion Tinling, eds., *The Secret Diary of William Byrd of Westover*, Richmond, VA 1941.

114. Alonso de Sandoval, *Un Tratado sobre esclavitud*, Madri 1977 (tradução de *De Instauranda Aethiopum Salute*, Madri 1647), pp. 74-5; *Obras completas do Padre Antônio Vieira, Sermões*, vol. XII, Porto 1909, pp. 301-34; Morgan Godwyn, *The Negro's and Indians Advocate*, Londres 1680, p. 19; C. Spoelstra, ed., *Bouwstoffen voor der Nederduitsch-Gereformeerde Kerken in Zuid-Afrika*, vol. 1, Amsterdã 1906, pp. 33-4.

115. Richard Jobson, *The Golden Trade*, Londres 1623, reeditado com uma nova introdução de Walter Rodney, Londres 1968, pp. 46, 65-6, 70, 93.

116. O abolicionismo cristão teria papel importante, juntamente com os movimentos democráticos radicais e a resistência dos escravos, na supressão da escravidão do Novo Mundo nos séculos XVIII e XIX; é claro que as próprias potências coloniais supostamente cristãs e abolicionistas praticaram a opressão racial e o trabalho forçado. No entanto, a legislação abolicionista desempenhou seu papel na organização das forças antiescravidão e no fim da escravização, como tento demonstrar em *A derrubada da escravidão colonial*. Nos capítulos subseqüentes serão examinados alguns dos primeiros críticos da escravidão do Novo Mundo, e no Capítulo VIII serão exploradas as conseqüências da primeira proibição do comércio de escravos.

117. Hugh Trevor Roper, *The Rise of Christian Europe*, Londres 1965, pp. 101-30.

118. Norwich, *A History of Venice*, pp. 236, 271, 364; Charles Verlinden, *The Beginnings of Modern Colonization*, Ithaca, NY 1970.

119. Phillips, *Slavery from Roman Times to the Early Transatlantic Trade*, p. 97.

120. Ver Marie Louise von Wartburg, "Production de sucre de canne à Chypre", em Michel Balard e Alain Ducellier, *Coloniser au Moyen Age*, Paris 1995, pp. 126-31. A descrição das fábricas de açúcar de Chipre feita por William Deerr em *A History of Sugar* (Londres 1949-50, 2 vols.) vol. 1, p. 84. cita um relatório que diz que "todas as pessoas são pagas a cada sábado" na fazenda Cornaro em Episcopia. Wartburg chega à sua conclusão apesar das afirmações de Verlinden, *L'Esclavage dans l'Europe médiévale*, pp. 76-80, 883-93, 970-74. No entanto, Verlinden também admite que os senhores de terra preferiam os servos aos escravos.

121. Um relato impressionante e recente demonstra a relativa modernidade dos empresários venezianos e genoveses. Ver Giovanni Arrighi, *The Long Twentieth Century*, Londres 1994. Sobre seu papel na indústria levantina de açúcar, ver Jean Meyer, *Histoire du Sucre*, Paris 1989, pp. 66-71.

122. Bernard Doumerc, "Les flottes d'état, moyen de domination coloniale pour le Venise (XVᵉ siècle)", em Balard e Ducellier, eds., *Coloniser au Moyen Age*, pp. 115-24.

123. Peter Fryer, *Staying Power: The History of Black People in Britain*, Londres 1984, pp. 2-4.

124. Kim Hall, *Things of Darkness*.

125. François Renault, *La Traité des Noirs ao Proche-Orient médiéval, VII-XIVᵉ siècles*, Paris 1989. Ver também Bernard Lewis, "The African Diaspora and the Civilization of Islam", em Martin L. Kilson e Robert I. Rotberg, eds., *The African Diaspora: Interpretative Essays*, Cambridge, MA 1976, pp. 37-56.

126. Ver *The Revolt of the Zanj*, vol. XXXVI de *The History of al-Tabari*, trad. e ed. por David Waines, Albany, NY 1992; e A. Popovic, *La Révolte des Esclaves en Iraq au III/IXe siècle*, Paris 1976.
127. Popovic, *La Révolte des Esclaves*, p. 195.
128. E. Savage, "Berbers and Blacks: Ibado Slave Traffic in Eighth Century North Africa", *The Journal of African History*, vol. 33, nº. 3, 1992, pp. 351-68.
129. Citado em Lewis, *Race and Slavery in the Middle East*, p. 53.
130. Citado em Willis, "Islamic Africa: Reflections on the Servile Estate", *Studia Islamica*, p. 196.
131. Bernard Barbour e Michelle Jacobs, "The Mi'raj: A Legal Treatise on Slavery by Ahmad Baba", in Willis, *Slaves and Slavery in Muslim Africa*, pp. 125-59 (pp. 130-31).
132. John Thornton, *Africa and Africans in the Making of the Modern World, 1400-1680*, Cambridge 1992, pp. xii-xxxvii, 43-71.
133. Ibid., pp. 72-97. Sobre as variedades de escravidão na África Ocidental, ver Claude Meillassoux, ed., *L'Esclavage en Afrique précoloniale*, Paris 1975.
134. Patrick Manning, *Slavery and African Life: Occidental, Oriental and African Slave Trades*, Cambridge 1990, pp. 27-37.

— II —

A primeira fase: Portugal e África

Vasco da Gama na Costa d'Angola

(...) Não menos foi a todos excessivo / Milagre, e cousa, certo, de alto espanto, / Ver as nuvens, do mar com largo cano, / Sorver as altas águas do Oceano.
Eu o vi certamente (e não presumo / Que a vista me enganava): levantar-se / No ar um vaporzinho e subtil fumo / E, do vento trazido, rodear-se; / De aqui levado um cano ao Pólo sumo / Se via, tão delgado, que enxergar-se / Dos olhos facilmente não podia; / Da matéria das nuvens parecia.
Ia-se pouco e pouco acrescentando / E mais que um largo mastro se engrossava; / Aqui se estreita, aqui se alarga, quando / Os golpes grandes de água em si chupava; / Estava-se co'as ondas ondeando; / Em cima dele u'a nuvem se espessava, / Fazendo-se maior, mais carregada, / Co' cargo grande da água em si tomada.
Qual roxa sanguessuga se veria / Nos beiços da alimária (que, imprudente, / Bebendo a recolheu na fonte fria) / Fartar co' sangue alheio a sede ardente; / Chupando, mais e mais se engrossa e cria, / Ali se enche e se alarga grandemente: / Tal a grande coluna, enchendo, aumenta / A si e a nuvem negra que sustenta.

(...) Eis, de meus companheiros rodeado, / Vejo um estranho vir, de pele preta, / Que tomaram per força, enquanto apanha / De mel os doces favos na montanha.
Torvado vem na vista, como aquele / Que não se vira nunca em tal extremo; / Nem ele entende a nós, nem nós a ele, / Selvagem mais que o bruto Polifemo. / Começo a mostrar da rica pele / De Colcos o gentil metal supremo, / A prata fina, a quente especiaria: / A nada disto o bruto se movia.
Mando mostrar-lhe peças mais somenos: / Contas de cristalino transparente, / Alguns soantes cascavéis pequenos, / Um barrete vermelho, cor contente; / Vi logo, por sinais e por acenos, / Que com isto se alegra grandemente.

Luís Vaz de Camões, *Os Lusíadas*, Canto V

Os portugueses iniciaram o comércio de escravos africanos pelo Atlântico em meados do século XV, e durante o século e meio seguinte praticamente o monopolizaram. Os príncipes portugueses obtiveram uma espécie de sanção papal para o comércio, e o monarca criou a *Casa dos Escravos* para taxá-lo e regulamentá-lo. Utilizaram os mais avançados conhecimentos astronômicos e matemáticos, ignorando a animosidade religiosa dos outros cristãos, para facilitar e multiplicar as viagens de descoberta. Estabeleceram colônias e importaram escravos num colar de ilhas atlânticas; com a ajuda de mercadores italianos e flamengos, transformaram estas ilhas em produtoras de açúcar, algodão e corantes, além de trigo e gado. Essas inovações institucionais teriam grande influência sobre a colonização européia do Novo Mundo. Elas foram a obra de um reino e um povo na fímbria da Cristandade, ligados a centros comerciais e possuidores de uma cultura cuja matriz latina incorporava componentes muçulmanos e judeus.

A Reconquista portuguesa aconteceu antes e mais depressa do que a da Espanha. Lisboa foi tomada em 1147, e a última fortaleza muçulmana caiu em 1249. O reino de Portugal teve sua origem num condado criado perto do Porto por cavaleiros da Burgúndia; a tomada de Lisboa foi conseguida com a ajuda de cruzados ingleses, e nos anos que se passaram até a tomada do Algarve, religiosos italianos e cavaleiros franceses tiveram grande influência. Mercadores de todas essas terras acompanharam os cruzados; para todos os envolvidos, Portugal parecia um projeto muito mais promissor do que os reinos cruzados do Levante, com os quais em tudo se parecia.

O novo reino de Portugal correspondia mais ou menos à velha província romana da Lusitânia, conquistada por Júlio César e depois colonizada por soldados romanos. Cinco séculos de domínio romano legaram ao país uma língua fortemente latinizada, com apenas alguns resquícios celtas. Durante cerca de quatro séculos de domínio muçulmano a língua permaneceu latina, mas foram adotadas palavras árabes, como termos técnicos ligados a agricultura, irrigação e navegação. O final do período romano e o subseqüente interlúdio visigodo cristianizou boa parte da população; alguns chefes cristãos permaneceram nas montanhas do norte depois da conquista muçulmana no século VIII. Os governantes muçulmanos toleraram uma minoria cristã expressiva nas cidades e uma comunidade judaica ainda menor. Quando os cavaleiros de Portugal empreenderam a Reconquista de Lisboa e do Algarve, sua empreitada foi abençoada como uma Cruzada e recebeu apoio decisivo das ordens religiosas militares e também de cruzados estrangeiros. O sul foi colonizado, e lentamente cristianizado, nos séculos XIII e XIV, com pequenos núcleos de judeus urbanos e muçulmanos rurais que resistiam à conversão. Depois de receber apoio de vários setores da Cristandade para realizar a Reconquista, os governantes portu-

gueses mantiveram vivos esses vínculos como garantia de independência *vis-à-vis* o formidável reino de Castela. De fato, houve épocas em que as relações com Granada eram melhores do que com a vizinha Castela. Mas quando Castela também avançou para o sul, Portugal compartilhou com ela um caráter que combinava a pilhagem dos cruzados com a expansão feudal, o zelo religioso com empréstimos pragmáticos da cultura material dos muçulmanos, e as línguas latinas com acréscimos árabes. A escravidão era uma instituição aceita, embora marginal; os agricultores muçulmanos eram geralmente submetidos à servidão, e não escravizados. No entanto, os muçulmanos que se recusassem a render-se poderiam ser escravizados. Às vezes, cavaleiros cristãos atacavam as áreas ainda controladas por muçulmanos e faziam reféns, na esperança de receber resgate por eles. Os muçulmanos capturados nesses ataques podiam ser temporariamente escravizados. Finalmente, os ricos e poderosos podiam comprar escravos domésticos — geralmente hereges do Mar Negro ou da Bósnia. Mas, embora houvesse escassez de mão-de-obra no sul, não se recorreu à escravidão em larga escala, e sim à tentativa de reproduzir a fórmula familiar da expansão feudal, com colonização por cristãos livres e assimilação forçada da população recém-conquistada.

Nos séculos XIII e XIV, nem Portugal nem Castela tinham uma classe mercantil própria ou uma marinha forte. Mercadores flamengos e italianos tinham grande interesse em ajudá-los a assimilar as terras novas e ricas que haviam conquistado e a vender o sal de Setúbal e a lã de Castela, duas mercadorias fundamentais no comércio da Idade Média e do início da era moderna. Os monarcas de Portugal e Castela estavam sempre sem dinheiro. Haviam concedido isenções de impostos e porções generosas de terras aos que fossem capazes de combater os muçulmanos. Ordens militares religiosas de monges cavaleiros — de Avis, Santiago e Cristo em Portugal, de Santiago, Calatrava e Alcántara na Espanha — tiveram papel destacado na Reconquista, e também puderam exigir isenções e terras. Assim, os frutos da Reconquista nos dois reinos foram colhidos pela aristocracia militar e pela Igreja, deixando uma porção comparativamente modesta para o domínio real. Estas circunstâncias ajudam a explicar a sede de dinheiro característica dos monarcas ibéricos e sua disposição de aceitar projetos lucrativos de exploração e colonização.

Em 1382-83, uma crise sucessória em Portugal provocou um confronto entre pretendentes castelhanos e portugueses, vencido pelos últimos, com apoio das Cortes de Coimbra e das guildas do Porto e de Lisboa. O novo rei, Dom João I, chefe da ordem militar de Avis, derrotou as forças castelhanas em 1395; sua dinastia posteriormente ajudou a promover uma mística nacional precoce baseada em conquistas militares e mercantis, empreendidas como uma Cruzada pela verdadeira fé.

Arqueiros ingleses tiveram papel importante na vitória sobre Castela; Dom João I casou-se com a neta de Eduardo III da Inglaterra e assinou uma "aliança perpétua" com os ingleses em 1396. Quando os ingleses voltaram-se para seus próprios conflitos, os governantes de Portugal buscaram ajuda na Itália e na França.[1] Quando os judeus foram expulsos de Aragão e de Castela, Portugal os aceitou e para lá eles levaram seu talento científico e comercial.

O objetivo da Reconquista cruzada incentivou projetos de invasão do norte da África, onde o poderio muçulmano era considerado vulnerável. Em 1415, a cidade de Ceuta, na costa norte-africana, foi tomada por uma expedição portuguesa, e transformou-se em base fortificada. Este acontecimento foi aclamado em toda a Europa cristã. Durante mais de um século depois disso, os portugueses tomaram, mantiveram e às vezes perderam uma linha de fortes e pequenos enclaves na costa norte da África, incluindo Argélia e Tânger. Nem todos os ataques portugueses foram bem-sucedidos, mas sempre se conseguia um butim além de cativos, estes últimos freqüentemente trocados por resgates. Portugal foi estimulado e apoiado de várias maneiras nesses ataques por Castela, Aragão, Gênova e Veneza, que desejavam desafiar o poderio muçulmano e restringir a ação dos corsários no norte da África. Os enclaves portugueses na costa africana também serviram de canais adequados para o comércio, circunstância de especial interesse para Gênova e Veneza.

Portugal não era suficientemente forte para conseguir uma penetração expressiva no norte da África, apesar da instabilidade dos governantes marínidas do Marrocos e das falhas de seu controle sobre o noroeste do continente. Enquanto Portugal tinha uma população de apenas um milhão de pessoas, o Marrocos tinha cerca de seis milhões de habitantes, que poderiam ser mobilizados num *jihad*, ou guerra santa, contra a invasão cristã, ou contra qualquer política muito benevolente com os cristãos adotada por governantes locais. O comércio de ouro pelo Saara era controlado pelo xarife de Marrocos ou seus vassalos no norte, e pelos impérios muçulmanos de Mali ou Songai no sul. Os portugueses descobriram que era difícil e caro defender seus postos avançados no norte da África. No entanto, eles traziam prestígio, mantinham viva a esperança de um possível avanço pelo continente africano e ofereciam algumas oportunidades de comércio e troca de informações comerciais.

A exploração da costa africana

A casa real portuguesa continuou desprovida de recursos financeiros, apesar da glória que conquistara no norte da África. Em Ceuta, os portugueses aprenderam deta-

lhes sobre as rotas do ouro no Saara, a riqueza de Timbuctu e o grande rio que corria por lá. Um dos filhos de Dom João, o Infante Dom Henrique, patrocinou uma série de expedições atlânticas para o sul e o oeste desde 1419 até sua morte, em 1460. O objetivo principal dessas expedições era contornar as forças muçulmanas e descobrir um acesso marítimo às rotas do ouro. Mas os ventos predominantes e as correntes marítimas da costa oeste africana eram um grande obstáculo — vários dos que navegaram ao longo da costa nunca voltaram. O infante Henrique, que recebeu a alcunha de "Henrique, o Navegador" de um historiador inglês do século XIX, pouco navegou pessoalmente, e fez apenas três visitas rápidas à costa da África durante sua longa vida. No entanto, as expedições patrocinadas por ele tiveram resultados impressionantes: a criação de postos e relações comerciais ao longo da costa africana e a colonização de uma série de ilhas atlânticas, algumas delas bem distantes do continente. Henrique conseguiu permanecer do lado vencedor numa série de conflitos familiares, e assim recebeu sempre o apoio do rei ou do regente. Seja como for, instalou-se em Sagres, no Algarve, e concedeu oportunidades a mercadores e capitães corsários do porto local de Lagos. O espírito que a princípio adotou foi recentemente descrito como "a ideologia dos cavaleiros do 'roubo honrado' e da superioridade da força armada sobre o espírito do enriquecimento pelo comércio pacífico".[2] No entanto, como príncipe real ele estava perfeitamente preparado para combinar os ataques à costa africana com o trabalho sistemático da colonização das ilhas.

O príncipe Henrique estimulou seus marinheiros a utilizar o pensamento matemático e cartográfico mais avançado da época. Abraham Crespes, filho de um cartógrafo judeu, encontrou asilo em Portugal quando foi expulso de Aragão. Astrônomos e matemáticos judeus da península estavam a par das descobertas dos cientistas árabes, e estenderam à navegação as aplicações da trigonometria. As autoridades reais portuguesas mantiveram em segredo este trabalho de pesquisa. Outros europeus podiam saber que os portugueses haviam descoberto alguma nova fonte de ouro e especiarias descendo a costa africana, mas sem as cartas e os instrumentos necessários não poderiam repetir suas viagens.[3] Embora a trigonometria e o astrolábio já tivessem sido usados pelos sábios muçulmanos para determinar a direção de Meca e os cálculos celestes fossem empregados pelos sábios judeus para confirmar a data do Pessach, os príncipes portugueses estimularam a aplicação destas técnicas à navegação celeste e à cartografia. A colonização de uma série de ilhas deu aos portugueses experiência e pontos de apoio para a exploração.

A Ilha da Madeira foi colonizada a partir de 1419, os Açores no período de 1427-50, as Ilhas do Cabo Verde em 1450-60. Essas ilhas eram antes desabitadas, ao contrário das mais próximas Ilhas Canárias. O custo de colonizar as novas ilhas desabitadas podia ser coberto pela introdução e criação de animais, selecionados, que se multiplicaram rapidamente em condições semi-selvagens, pela coleta de mel, pela derrubada de árvores para o aproveitamento da madeira — daí o nome de Ilha da Madeira — e pela pesca. Posteriormente as ilhas mostraram-se adequadas para a produção de trigo, azeite e vinho. As primeiras colheitas de trigo foram boas, mas os colonos estavam ansiosos para descobrir outras culturas lucrativas. Com sucesso maior ou menor, foram feitas, em todas as ilhas, tentativas de cultivar a cana-de-açúcar, e mercadores italianos e aragoneses forneceram incentivo e informações técnicas. Também se produziu urzela e outros corantes. Boa parte da produção podia ser negociada para sustentar um comércio crescente com a metrópole. À medida que aumentava o conhecimento do complexo sistema de ventos e correntes marítimas do Atlântico, as ilhas passaram também a servir de base para o comércio e para expedições mais ao sul da costa da África, para as quais serviam de isca o ouro e as especiarias.

Os portugueses e aragoneses começavam a usar um novo tipo de embarcação, a caravela de três mastros, que, com suas velas latinas, podia aproveitar melhor o vento do que qualquer outro navio europeu da época. A caravela representava uma fusão das tradições náuticas do Mediterrâneo, e suas influências árabes, com as do Atlântico e dos mares do Norte. Era uma embarcação "artesanal", menor e de construção mais barata do que os navios mercantes de Gênova e Veneza. A caravela possibilitou viagens seguras às ilhas atlânticas, a oeste e ao sul. Embora Henrique sem dúvida tenha patrocinado tentativas persistentes de contornar a costa africana, algumas viagens podem ter sido realizadas por comerciantes que agiam por conta própria. Por iniciativa de Henrique, foi criada uma escola de navegação em Lisboa. Enquanto mantinham o maior segredo possível, marinheiros e cientistas tentavam adaptar a navegação celeste aos céus do hemisfério sul e melhorar as leituras diurnas do astrolábio. Cada viagem de descobrimento era registrada em portulanos, ou rotas de navegação, acrescidos de fórmulas matemáticas relacionadas à latitude e às distâncias, permitindo assim que a viagem fosse reproduzida.[4]

Depois da morte de Henrique em 1460, as autoridades reais optaram por conceder licenças para expedições náuticas a armadores que receberiam direitos comerciais de explorar suas descobertas em troca do pagamento de uma taxa e dos custos da expedição. O resultado da expansão portuguesa seria dramático, mas em meados do século XV seu ritmo era gradual e experimental, avançando algumas centenas de léguas a cada década. Os governantes portugueses esperavam descobrir uma rota para o Oriente que contornasse o mundo muçulmano para encontrar aliados cris-

tãos e conquistar terras e glória; mas expedições que trouxessem lucro eram as melhores de todas, e as mais fáceis de repetir. Os primeiros relatos portugueses — como os de Zurara, comentados abaixo — desdenharam o fato de que o comércio com os muçulmanos revelara-se uma das atividades mais lucrativas. À medida que chegavam cada vez mais ao sul do Atlântico e da costa africana, os capitães portugueses descobriram que podiam trocar tecidos ou objetos de metal europeus ou norte-africanos por ouro, pimenta malagueta ou marfim. Também descobriram que os grandes "cavalos berberes" do norte da África eram muito valorizados, já que não se reproduziam naturalmente na região de savana da África Ocidental.

Quanto às autoridades reais, a principal preocupação era assegurar o suprimento de ouro em condições vantajosas. A moeda portuguesa havia sido repetidamente desvalorizada na primeira parte do século, refletindo a inadequação das fontes de renda da monarquia. Para começar, as viagens conseguiram pequena quantidade de pó de ouro, mas a preços que caíam à medida que os portugueses avançavam descendo a costa. O cabo Bojador foi dobrado em 1434, o Senegal foi alcançado em 1444, as Ilhas de Cabo Verde em 1461-62. Finalmente, a "Costa do Ouro" foi atingida em 1470-71. Nas décadas de 1480 e 1490 foi criada uma linha de fortalezas na Costa do Ouro, das quais as mais conhecidas eram El Mina e Axim. As remessas de ouro para Lisboa aumentaram bastante. Dom João II, que chegou ao trono em 1481, atento às mensagens de recebimento de ouro, patrocinou a exploração da costa da África ainda mais para o sul. Diogo Cão alcançou o Congo, e Bartolomeu Dias, o Cabo da Boa Esperança, tendo erigido cruzes de pedra nos pontos em que desembarcou para reivindicá-los para seu rei. Finalmente, em 1497-99, Vasco da Gama navegou para além do Cabo até a Índia com uma expedição impressionante de 2.500 homens, e os custos cobertos pelos lucros do comércio africano.

O início do tráfico de escravos

Em 1441, uma expedição portuguesa à costa ocidental africana capturou dois nobres; conseguiu-se algum ouro ao devolvê-los, na prática ibérica tradicional do resgate. Em 1444, um carregamento de 235 cativos, incluindo tanto brancos (berberes) quanto negros, foi apreendido em outro ataque português à costa africana e levado para Lagos, no Algarve, para ser dividido e aproveitado. Entretanto, os capitães portugueses logo descobriram que também era possível, com menos dificuldade e despesas, comprar escravos e vendê-los aos envolvidos na colonização das ilhas, ou a compradores portugueses ou espanhóis que desejassem adquirir um criado ou trabalhador africano.

A África Ocidental já era uma fonte tradicional de escravos para o comércio transaariano na época das primeiras expedições portuguesas. O tráfico das caravanas através do Saara havia se desenvolvido bastante a partir do século IX, com a exploração das minas de ouro do Sudão Ocidental e com a demanda crescente de produtos africanos no Mediterrâneo e no Oriente Médio; os escravos eram uma mercadoria duplamente vantajosa, já que andavam e podiam carregar outros bens. Os povos da África Ocidental já vinham praticando a agricultura sedentária e a metalurgia há cerca de um milênio; essas habilidades, naturalmente, tornavam-nos mais desejáveis como escravos. A expansão do islamismo em toda a região em torno do Saara ajudou a regularizar a rede comercial do deserto.

Por outro lado, a África Ocidental ainda sofria a fragmentação e as guerras endêmicas, condições que favoreciam a escravização e que foram exacerbadas pelo surgimento do império islâmico no período medieval. Os exércitos de Mali, Grande Fulo, Kokoli, Mane e Songai travaram guerras e realizaram expedições que fizeram grande número de cativos. Os impérios da savana podiam ter um efeito devastador sobre as comunidades menores da zona de florestas, mas eram menos eficazes contra as tropas marroquinas. Os impérios saqueadores forneciam cativos e outros bens aos mercadores muçulmanos que organizavam o comércio de longa distância. Os estados menores da região costeira foram capazes de resistir à incorporação pelos impérios do interior, e gradualmente conseguiram meios de se fortalecer com a venda de ouro, pimenta, provisões e cativos.[5]

As primeiras feitorias portuguesas, como a que foi estabelecida pelo infante Dom Henrique em Arguim, na costa da Mauritânia, foram criadas para desviar ouro, especiarias e escravos do comércio saariano. As missões de Diogo Gomes em 1446-62 resultaram em acordos comerciais com os governantes da costa africana que englobavam tanto o ouro quanto os escravos. Os portugueses ofereciam presentes ou tributos regulares aos governantes em troca do direito de comerciar. Os mercadores, por sua vez, pagavam ao infante Dom Henrique — ou, depois de 1460, ao monarca português — uma taxa pela licença de comerciar naquelas costas, ou se arriscavam a ser presos caso não o fizessem. Apesar dos ocasionais intrusos castelhanos ou italianos, esses acordos ajudaram a estabelecer a hegemonia portuguesa na costa. Os postos comerciais portugueses tinham instalações para armazenar provisões e mercadorias, e podiam garantir alguma proteção.[6]

Ao longo da costa mauritana, em frente à base insular de Arguim, os portugueses achavam mais fácil adquirir escravos do que ouro, embora isto costumasse significar negócios com mercadores muçulmanos. Era possível comprar escravos em condições vantajosas em troca de tecidos flamengos ou ingleses, cobre, utensílios de bronze, contas de vidro italianas, sal e cavalos.

Os portugueses fizeram menos segredo de seu comércio de escravos do que da procura de ouro, já que davam àquela um verniz religioso. O fato de levarem cativos africanos ou berberes para as ilhas atlânticas ou para a Península Ibérica podia ser considerado inteiramente de acordo com o objetivo de conquistar almas para Cristo. Nas décadas de 1440 e 1450, o infante Dom Henrique procurou obter a aprovação papal para a colonização da Ilha da Madeira e dos Açores e para as atividades comerciais realizadas na costa africana. Como estas ilhas, ao contrário das Canárias, eram desabitadas e não havia pretendentes rivais, e como os pedidos haviam sido feitos por um nobre cruzado português, a aprovação foi concedida numa série de bulas papais emitidas entre 1442 e 1456, das quais as mais abrangentes foram *Romanus Pontifex* e *Inter Cetera*. As bulas conferiram a Henrique a tarefa de disseminar a fé por meio da colonização das ilhas e da criação de postos comerciais e missionários na costa africana. O infante foi nomeado comandante da Ordem de Cristo, entidade que receberia privilégios institucionais; com a morte de Henrique, este título seria assumido pelos reis de Portugal. O infante podia exigir o monopólio do comércio africano e oferecer incentivos espirituais e materiais aos envolvidos nessa missão. A partir de 1442, as expedições de Henrique passaram a ser consideradas cruzadas, o que incluía o ataque a infiéis e a obtenção de cativos. A bula *Romanus Pontifex* (1455) declarava que os cativos poderiam ser comprados, contanto que fossem feitos esforços para conquistá-los para Cristo; podiam até ser comprados dos muçulmanos, já que os lucros contribuiriam para as atividades dos cruzados e porque os pagãos poderiam ser salvos dos infiéis e apresentados à mensagem do Evangelho. No entanto, os comerciantes portugueses não deveriam oferecer armas de fogo ou material bélico em troca dos cativos, já que isso aumentaria o poderio muçulmano ou pagão. Aqueles cuja compra estava autorizada eram descritos como "nigri" e habitantes da Guiné.[7]

Essas bulas papais influenciaram, sem dúvida alguma, os relatos oficiais portugueses sobre o que vinha sendo feito na costa africana. Entre 1453-54, quando o comércio de escravos florescia mas ainda não fora endossado pela *Romanus Pontifex*, o cronista real Zurara compilou a história dos acontecimentos de 1444 enfatizando a justificativa religiosa genérica para a compra de cativos pagãos ou muçulmanos, ao mesmo tempo em que insinuava restrições à caça aos escravos.

A captura:

> E porem se fizeram logo prestes aqueles dois capitães, e levaram cinco bateis, com XXX homens em eles, scilicet, seis homens em cada batel.
>
> E partiram, da ilha donde estavam, acerca do sol posto. E remando aquela noite toda, chegaram sobre o quarto de alva acerca da ilha que buscavam. E tanto que a foram conhecendo, pelos sinaes que os Mouros disseram, foram-se ao longo da terra tanto, até que chegaram em amanhecendo a uma povoação de Mouros que estava junto com a ribeira, onde eram juntas todalas almas que haviam na ilha; a qual vista por eles, sobrstiveram assim algum tanto por haverem conselho, que era o que deviam fazer. (...)
>
> E em acabando estas razões, olharam para a povoação e viram que os Mouros, com suas mulheres e filhos, saíam já quando podiam de seus alojamentos, porque houveram vista dos contrarios. E eles chamando: "Santiago! Sam Jorge! Portugal!" deram sobre eles, matando e prendendo quanto podiam.
>
> Ali poderieis ver madres desamparar filhos, e maridos mulheres, trabalhando cada um de fugir quanto mais podia. E uns se afogavam sob as aguas, outros escondiam os filhos debaixo dos limos, por cuidarem de escapar, onde os depois achavam.
>
> E emfim, nosso senhor Deus, que a todo bem dá remuneração, quis que, pelo trabalho que tinham tomado por seu serviço, aquele dia cobrassem vitoria de seus inimigos, e galardão e paga de seus trabalhos e despesas.*

Relato ao príncipe:

> Chegaram as caravelas a Lagos (...). E no outro dia Lançarote, como homem que do feito tinha principal cargo, disse do Infante:
>
> — "Senhor! Bem sabe a vossa mercê como haveis de haver o quinto destes Mouros e de tudo que ganhamos em aquela terra onde por serviço de Deus e vosso nos mandastes. E agora estes Mouros, pelo grande tempo que andamos no mar, assim pelo nojo que deveis considerar que terão em seus corações, vendo-se fora da terra de sua natureza e postos em cativeiro sem havendo algum conhecimento de qual será seu fim; d'aí a usança que não hão de andar em navios; por tudo isto veem assaz mal corregidos e doentes; pelo qual me parece que será bem que de manhã os mandeis tirar das caravelas, e levar áquele campo que está alem da porta da vila, e farão deles cinco partes, segundo o costume, e seja vossa mercê chegardes aí e escolher uma das partes, qual mais vos prouver."
>
> O Infante disse que lhe prazia (...); pero primeiramente que se em aquilo outra cousa fizesse, levaram em oferta o melhor daqueles Mouros à igreja daquele lugar, e outro pequeno, que depois foi frade de S. Francisco, enviaram a S. Vicente do Cabo, onde sempre viveu como católico Cristão.**

*Gomes Eanes da Zurara, *Crónica da Guiné*, Livraria Civilização, Porto 1937, 2 vols., vol. 1, cap. XIX, pp. 123 e 125. (*N. do T.*)

**Zurara, *op. cit.*, vol. 1, cap. XXIV, pp. 147-49. (*N. do T.*)

A divisão do butim:

> No outro dia (...) aqueles cativos (...), postos juntamente naquele campo, eram uma maravilhosa cousa de ver, que entre eles havia alguns de razoada brancura, fremosos e apostos; outros menos brancos, que queriam semelhar pardos; outros tão negros como tiopios [etíopes], tão desafeiçoados assim nas caras como nos corpos, que quasi parecia, aos homens que os esguardavam, que viam as imagens do hemisferio mais baixo.
>
> Mas qual seria o coração, por duro que ser pudesse, que não fosse pungido de piedoso sentimento, vendo assim aquela companha? Que uns tinham as caras baixas e os rostros lavados com lagrimas, olhando uns contra os outros; outros estavam gemendo mui dolorosamente, esguardando a altura dos ceus, firmando os olhos em eles, bradando altamente, como se pedissem acorro ao Padre da natureza: outros feriam seu rostro com suas palmas, lançando-se tendidos no meio do chão; outros faziam suas lamentações em maneira de canto, segundo o costume de sua terra, nas quaes, posto que as palavras da linguagem aos nossos não podesse ser entendida, bem correspondia ao grau de sua tristeza.
>
> Mas para seu dó ser mais acrescentado, sobrevieram aqueles que tinham cargo da partilha e começaram de os apartarem uns dos outros, afim de poerem seus quinhões em igualeza; onde convinha de necessidade de se apartarem os filhos dos padres, e as mulheres dos maridos e os uns irmãos dos outros. A amigos nem a parentes não se guardava nenhuma lei, somente cada um caía onde a sorte levava!
>
> Ó poderosa fortuna, que andas e desandas com tuas rodas, compassando as cousas do mundo como te praz! E sequer põe ante os olhos daquesta gente miseraval algum conhecimento das cousas postumeiras, por que possam receber alguma consolação em meio de sua grande tristeza! E vos outros, que vos trabalhaes desta partilha, esguardae com piedade sobre tanta miseria, e vede como se apertam uns com os outros, que a penas os podeis desligar!
>
> (...) E assim trabalhosamente os acabaram de partir, porque alem do trabalho que tinham com os cativos, o campo era todo cheio de gente, assim do lugar como das aldeias e comarcas de arredor, os quais leixavam em aquele dia folgar suas mãos, em que estava a fôrça de seu ganho, somente para ver aquela novidade.
>
> E com estas cousas que viam, uns chorando, outros departindo, faziam tamanho alvoroço, que poinham em turvação os governantes daquela partilha.
>
> O Infante era ali em cima de um poderoso cavalo, acompanhado de suas gentes, repartindo suas mercês, como homem que de sua parte queria fazer pequeno tesouro, que de XLVI almas que aconteceram no seu quinto, mui breve fez delas sua partilha, que toda a sua principal riqueza estava em sua vontade, considerando com grande prazer na salvacão daquelas almas, que antes eram perdidas. E certamente seu pensamento não era vão, que, como já dissemos, tanto que estes haviam conhecimento da linguagem, com pequeno movimento se tornavam Cristãos; e eu que esta história ajuntei em este volume, vi na vila de Lagos moços e moças, filhos e netos daquestes, nados em esta terra, tão bons e tão verdadeiros Cristãos como se descenderam do começo da lei de Cristo, por geração, daqueles que primeiro foram bautisados.[8]*

Em alguns pontos a vivacidade desses relatos nega as vantagens marciais e religiosas apresentadas pelo cronista. Ao contrário do retrato dos negros nas pinturas italianas e alemãs da época, ele insiste aqui que eram essencialmente feios — como destaca ao citar os negros pela primeira vez, dizendo que este era um sinal da maldição de Noé.[9] Mas o relato da escravização continua a incomodar, e pode-se chegar à conclusão de que o objetivo de conquistar almas para Cristo poderia ser alcançado mais facilmente pela compra de quem já fosse cativo e estivesse em mãos de infiéis ou pagãos. Mas, ao mesmo tempo, o episódio descrito por Zurara protege o príncipe de qualquer acusação de interesse mercenário. Lançarote, um empreendedor colonial impiedoso, aparece na forma nobre de um capitão cruzado. A figura da roda do destino admite a volubilidade de todos os assuntos humanos. Zurara também conclama a uma reflexão maior sobre a escravização, argumentando que ela beneficia tanto o corpo quanto a alma, já que muitos africanos viviam "como feras", não só privados da luz da verdadeira fé como também "sem saber o que é o pão, ou o vinho, ou roupas ou moradias decentes; e o que é pior, na ignorância de quem são, sem conhecimento sobre o que é certo, e vivendo em indolência animalesca".[10] Assim, os cativos africanos, através da escravização, poderiam conhecer uma vida útil. Portugal e a Europa cristã precisariam de tempo e esforço para construir para si mesmos uma justificativa para o tráfico atlântico de escravos, mas Zurara já estava abrindo o caminho, e em termos que seriam coerentes com as bulas papais. A descrição do cronista da reação da gente comum — alguns choraram e outros, talvez, protestaram contra a divisão dos cativos — mistura-se com um final abrupto e piedoso para marcar o fato de que os portugueses ainda não estavam completamente habituados com seu novo papel de traficantes de escravos.

Um dos ramos mais importantes do início do comércio português de escravos pouco se prestava a justificativas religiosas, já que envolvia a venda de escravos de volta para comerciantes ou príncipes africanos. Este comércio ajudou a intensificar os recebimentos de ouro pela feitoria de El Mina. Os bens valorizados na parte superior da costa precisavam ser suplementados, caso a maioria deles se destinasse a ser trocada por ouro na costa da Mina. Os comerciantes descobriram que, para conseguir

*Zurara, *op. cit.*, vol. 1, cap. XXV, pp. 152-55. (*N. do T.*)

condições vantajosas na compra de ouro em Mina, precisavam ser capazes de oferecer também escravos. Na verdade, não havia minas em El Mina, que era apenas um entreposto para o ouro extraído na região florestal de Akan, ao norte. Se encontrassem escravos em El Mina, os comerciantes africanos poderiam utilizá-los para carregar outras mercadorias para o interior, onde o ouro era tirado das minas; ali, então, alguns desses escravos seriam provavelmente usados na mineração. O resultado foram recebimentos de ouro cada vez maiores em El Mina.

Na realidade, os portugueses descobriram sozinhos que os escravos eram um recurso flexível, que assumia algumas das funções do dinheiro e possibilitar a manutenção de áreas adequadas de território. O trabalho escravo foi utilizado para fortificar Arguim em 1455 e El Mina em 1480-82, e para manter o fluxo de provisões para os navios em visita. Os escravos necessários para o comércio em El Mina podiam ser adquiridos na costa do Benim, que os portugueses alcançaram na década de 1470. As ilhas de São Tomé e Fernando Pó foram colonizadas pelos portugueses nas décadas de 1470 e 1480, para uso como base comercial e escravista; o trabalho dos próprios escravos era usado para construir fortificações, armazéns e igrejas. Os portugueses podiam controlar o tráfico costeiro de escravos por causa da eficiência de suas caravelas, e porque o transporte marítimo era muito mais fácil e seguro do que o transporte terrestre. Embora os veleiros, com seus canhões e tombadilhos elevados, tivessem normalmente condições de se defender de canoas africanas, sua dependência do vento poderia deixá-los em perigo. Os portugueses mandaram galeotas para a Costa do Ouro, tripuladas por escravos e aliados locais, para permitir-lhes flexibilidade de defesa. Estas galeotas foram especialmente úteis para lidar com intrusos franceses ou ingleses.

Os monarcas portugueses ocultaram o mais que puderam seu comércio de ouro para evitar intromissões, mas descobriram que isso ficava cada vez mais difícil depois que passaram a receber carregamentos grandes e regulares. O aumento da receita do ouro em Lisboa refletia o sucesso de um complexo comercial que lucrava com os negócios entre as ilhas e a costa, além do ganho na troca de mercadorias portuguesas e européias por metal precioso. O tráfico crescente de escravos não só contribuiu para esses lucros como também ajudou a atender à demanda de mão-de-obra dos colonos das ilhas.

Com o crescimento do comércio, o monarca elevou o custo das licenças comerciais e criou impostos especiais. Em 1469, Fernão Gomes assumira o comércio de toda a Guiné ao sul de Serra Leoa pela modesta soma de 200.000 réis por ano — não mais que 1.000 ducados — com a promessa de explorar a costa até o sul. Em 1472, ele já desenvolvera o comércio na Costa do Ouro e criara o primeiro posto

comercial em El Mina. Em 1490, Bartolomeo Marchionni pagou 1.100.000 réis — ou cerca de 5.000 ducados — só pelo comércio na região de Rios dos Escravos. O posto de El Mina enviou cerca de 58.000 ducados por ano para Lisboa durante esses anos. Na década de 1480, foi instalada em Lisboa a Casa dos Escravos, sob autoridade real, para organizar o tráfico de escravos para as ilhas e a Península, e para cobrar duas taxas que chegavam a 30% do valor dos escravos. Os mercadores adquiriam um contrato de compra e venda em determinada costa ou ilha por determinado período; o número de escravos era registrado em termos de peças, e cada "peça" equivalia a um homem escravo adulto, com idade entre 15 e 30 anos e gozando de boa saúde; crianças ou outros escravos seriam avaliados em frações de peças, e os impostos cobrados proporcionalmente. Nas ilhas, mulheres escravas costumavam valer menos que homens.

A Casa da Mina, em Lisboa, regulamentada pelo rei e com escritórios no palácio, supervisionava o comércio na Mina, recebendo o quinto real em todas as transações em ouro. Por volta de 1500, uma caravela partia a cada mês de El Mina com um carregamento em ouro de mais de 10.000 ducados. O cruzado ou ducado português, antes atacado pela desvalorização, era agora aceito em toda a Europa. Como vimos, o ouro enviado para a Casa da Mina, ou contrabandeado para Portugal pelos marinheiros, nem sempre era adquirido em troca de mercadorias portuguesas, mas com os lucros dos comerciantes portugueses na costa africana, com patrocínio oficial ou não. Assim que os mercadores portugueses conseguiam uma licença, dedicavam-se a atividades comerciais bastante diversificadas. Empregavam pilotos e intérpretes locais e deixavam na região seus agentes, que freqüentemente casavam-se com filhas de famílias de comerciantes africanos. As remessas de ouro de El Mina e Arguim também refletiam o lucro dessas atividades.

Os contratos de comércio de escravos com a África Ocidental, excluindo El Mina e Arguim, renderam 4,2 contos de réis, ou mais de 10.000 ducados, nos anos de 1511 e 1513. A renda total do rei, obtida com os concessionários do comércio de escravos e da venda dos "escravos do rei" entre 1511 e 1513 é avaliada por Saunders em 7 contos de réis por ano, ou cerca de 18.000 ducados, um acréscimo muito útil aos grandes lucros do comércio na Mina. O comércio de especiarias do Oceano Índico rendeu na época 400.000 ducados — entretanto, as grandes despesas do comércio indiano reduziram o lucro líquido a 35.000-40.000 ducados em 1506; naquele ano, o tráfico da Mina rendeu 120.000 ducados, ou 48 contos de réis, sem descontar as despesas, que foram de cerca de 30.000 ducados, de forma que o lucro líquido de 80.000 ducados foi, na verdade, o dobro do lucro do fabuloso comércio com o Oriente.[11]

A Casa dos Escravos organizou o comércio constante de escravos com a Península, tanto para a Espanha quanto para Portugal, já que nos dois países havia uma demanda de cativos africanos. Os cativos eram levados para Lisboa, onde eram leiloados publicamente. Acreditava-se que os escravos africanos eram mais confiáveis que os escravos mouros, e mais abertos à conversão ao cristianismo. Eram, portanto, adquiridos como criados e como trabalhadores braçais. Já havia alguns milhares de escravos africanos em Sevilha na década de 1470; seu controle e bem-estar foram confiados a um funcionário municipal, o *Juez de los esclavos*, em 1475. Houve repetidas queixas sobre o comportamento turbulento dos africanos, inclusive nas ocasiões festivas em que bebiam, jogavam ou dançavam. Mas no contexto da hostilidade e do medo que os espanhóis nutriam pelos muçulmanos e mouros, os africanos eram vistos como ajuda providencial. Embora muitos deles fossem levados para a Península, seu número não chegou a ser suficientemente grande para transformá-los em ameaça. Não faziam objeção ao cristianismo e alguns até formaram pequenas irmandades religiosas. E sem esperança de fuga, poderiam ser forçados a trabalhar duramente. O cultivo da cana-de-açúcar disseminou-se em Valença, em condições mais seguras do que no Mediterrâneo oriental. O rápido crescimento da importância de Valença como produtora de açúcar não é bem documentado, mas as técnicas de fabricação foram provavelmente trazidas da Sicília, e é possível que alguns dos 2.500 escravos africanos que passaram pelo porto de Valença entre os anos 1482 e 1516 tenham sido comprados para o trabalho estafante nos engenhos de açúcar — embora outros tenham sido adquiridos como criados domésticos.[12] Nesta época, entretanto, a liderança na produção de açúcar e o conseqüente tráfico de escravos estavam sendo assumidos pelas ilhas atlânticas.

As ilhas atlânticas

O infante Dom Henrique patrocinou a produção de açúcar na Ilha da Madeira, cuja colonização lhe fora confiada pela Ordem de Cristo, da qual era o superior. Desejoso de encontrar uma forma de financiar suas expedições e posteriores atos de conquista, ele viu na indústria do açúcar a chave para a colonização lucrativa. Mudas de cana e equipamento para a fabricação foram trazidos da Sicília em 1446, e contratados mestres em Valença. A fabricação de açúcar era um processo complexo e caro, e o crescimento da capacidade produtiva era lento. Como monopolista dedicado, Henrique pode ter desejado comerciar uma produção pequena e de preço alto, usando seus contatos com mercadores italianos. Como "donatário", Henrique concedeu grandes extensões de terra a alguns "capitães", que eram encarregados de atrair colonos; isso era feito com o oferecimento vantajoso de terras aos que quisessem realizar a tarefa árdua de preparar o campo para o cultivo. Os colonos portugueses (*moradores*), embora dispostos a cultivar alimentos e cana-de-açúcar, não desejavam dedicar-se ao trabalho cansativo de cuidar dos tachos e moinhos, a não ser em algum posto de supervisão muito bem pago. Em 1456, consta que havia apenas 800 pessoas na Madeira, das quais 150 eram moradores ou donos de terra. A Ordem de Cristo instalou um engenho de açúcar e produziu 6.000 arrobas no mesmo ano, equivalentes a cerca de 80 toneladas, ou um décimo da produção de açúcar de Chipre. Era um começo modesto, mas financeiramente mais vantajoso do que construir outro forte na costa do Marrocos. Africanos escravizados colaboraram com a mão-de-obra da ilha, juntamente com especialistas portugueses e valencianos. A bula *Romanus Pontifex* destacou-se pelo elogio ao sucesso do príncipe Henrique no trabalho de colonização da ilha.[13]

Depois da morte de Henrique em 1460, a produção de açúcar desenvolveu-se rapidamente na Madeira e nas outras ilhas, auxiliada pelo crescente comércio de escravos e pelo abrandamento dos privilégios do príncipe. A ajuda comercial de mercadores genoveses e flamengos, ansiosos para furar o virtual monopólio veneziano da produção levantina de açúcar, teve um papel fundamental neste desenvolvimento. A limpeza da terra, a irrigação e a plantação da cana eram tarefas trabalhosas. Montar um engenho de açúcar e dotá-lo de escravos e mestres assalariados era caro. Havia tantos mercadores estrangeiros quanto mercadores portugueses de escravos entre os proprietários de engenhos. Em 1480, o comércio de açúcar da Ilha da Madeira atraiu 20 navios grandes e 40 menores para as ilhas. A produção subiu para 80.000 arrobas, ou mais de 1.000 toneladas, em 1494; quatro anos depois, um decreto tentou limitar a produção em 120.000 arrobas, talvez com o objetivo de manter os preços, mas foi desrespeitado pelos produtores. A ilha já ultrapassara Chipre como fornecedora de açúcar e comerciava diretamente com o norte da Europa e o Mediterrâneo. Por volta de 1500, havia 2.000 escravos na Ilha da Madeira, a maioria envolvida na fabricação de açúcar (embora também houvesse alguns criados domésticos), numa população total de 15.000 a 18.000 pessoas, incluindo grande número de estrangeiros.[14]

O processo inicial de colonização utilizara concessões de terra a ordens religiosas e donatários feudais, mas não havia campesinato nativo para ser dividido. A expansão da produção de açúcar foi patrocinada pelo capital mercantil e utilizava mão-de-obra mista — trabalhadores portugueses ou estrangeiros assalariados e escravos africanos ou das Canárias —, sendo que pequenos proprietários de

terra, os *moradores*, forneciam uma parte da cana aos engenhos. Por volta de 1500-1510, a Ilha da Madeira tinha 211 produtores, mas quatro quintos da colheita de 120.000-220.000 arrobas eram provenientes de 84 produtores de médio porte, que colhiam entre 251 e 2.000 arrobas cada, e cuja grande maioria possuía seu próprio engenho. Cerca de 130 produtores menores tinham de negociar o processamento de sua cana com os proprietários de engenhos. Dois terços das fazendas de açúcar pertenciam a estrangeiros, principalmente genoveses e florentinos, ou a cristãos-novos. Depois de 1521, a produção da Ilha da Madeira caiu abaixo de 100.000 arrobas e nunca recuperou o antigo nível. Sem dúvida, ela foi afetada pela competição de São Tomé e das Ilhas Canárias. A proximidade entre a Ilha da Madeira e a Península era uma grande vantagem, que facilitava tanto a chegada dos colonos como a remessa da produção, mas a cana não se desenvolvia bem nas encostas mais altas desta ilha vulcânica.[15]

As Ilhas Canárias foram disputadas por conquistadores rivais — franceses da Normandia, aragoneses, castelhanos e portugueses — desde meados do século XIV. Os habitantes nativos defenderam com êxito várias das ilhas principais até a segunda metade do século XV. Sempre que possível, os portugueses se envolveram no pequeno comércio e na colonização das Canárias, mas não realizaram um plano global de conquista. Depois da guerra entre os reis de Portugal e Castela em 1476-79, o tratado de paz entregou a esta última as Ilhas Canárias. Isso marcou o início de uma lenta conquista e da "pacificação" castelhana do arquipélago, à qual nos referimos no Capítulo I. Doña Beatriz de Bobadilla, senhora da ilha de Gomera, afirmou que os gomeranos precisavam ser escravizados porque recusavam o batismo, tinham nomes não-cristãos, não usavam roupas e praticavam a poligamia.

Os responsáveis pela colonização das Canárias recebiam *encomiendas* da Coroa castelhana — e estas garantiram a posse de extensões de terra pelos principais colonizadores. O trabalho dos povos das Canárias foi dividido entre as propriedades por meio da instituição paralela do *repartimiento*. As doenças, a escravização, o excesso de trabalho e a assimilação forçada reduziram drasticamente a população nativa. A Coroa interveio em 1485, tentando proteger os canarinos de abusos e decretando a emancipação dos que haviam sido levados como escravos para Castela. Mas era difícil controlar os colonos, especialmente porque os povos canarinos continuavam a resistir teimosamente, embora condenados pelo poder de Castela e por sua própria divisão interna. O número de canarinos nativos caiu de mais de 10.000 pessoas em meados do século XV para pouco mais de 1.000 em 1500, mas nesta época os proprietários de fazendas nas Ilhas Canárias também estavam produzindo açúcar, e tinham recursos para atrair colonizadores livres e para comprar alguns escravos dos comerciantes portugueses.[16]

No início do século XVI havia uns trinta *ingenios* de açúcar nas Canárias, e a produção subiu para cerca de 70.000 arrobas. Como na Madeira, o patrocínio comercial ajudou o crescimento. Os Welser, da família de banqueiros alemães, chegaram a possuir quatro propriedades açucareiras nas Canárias. Um mercador de Tenerife registrou em 1508 ter adiantado 4,5 milhões de maravedis (cerca de 12.000 ducados) para que os proprietários de terra construíssem engenhos de açúcar. O proprietário de um engenho contratava mestres açucareiros pagando altos salários e quase sempre comprava cana de outros plantadores. Às vezes, compravam-se escravos para o trabalho especializado e ininterrupto na fervura e no moinho do *ingenio*. Um grande engenho das Canárias usava 23 escravos, dos quais 20 eram africanos. Os pequenos produtores de cana, que possuíam poucos ou nenhum escravo, evidentemente não aprovavam as condições oferecidas pelos proprietários de engenhos, e forçaram o governo a construir um engenho comunitário próprio em Tenerife; embora este projeto tenha fracassado, ele serve para mostrar como era o ambiente comercial e competitivo associado ao cultivo e ao processamento da cana-de-açúcar.

No total, cerca de mil escravos africanos trabalhavam nessa época nas Ilhas Canárias, mas a mão-de-obra era bastante heterogênea e incluía trabalhadores livres, trabalhadores forçados nativos, os de miscigenação espanhola e nativa (às vezes chamados *mamelucos*), imigrantes da Península e escravos berberes e africanos negros. Durante algum tempo, até mesmo escravos índios da América foram levados para trabalhar nas Canárias. Muitos dos produtores menores eram portugueses. Ao comparar o sistema das Canárias com as *plantations* escravistas posteriores das Américas, Fernández-Armesto escreve: "O sistema canarino evoca muito mais os métodos do Velho Mundo, e a divisão da produção em partes iguais entre proprietários e trabalhadores é mais próxima do sistema *a mezzadria* que se desenvolveu no fim da Idade Média no norte da Itália e que em alguns lugares ainda é praticado até hoje."[17]

Os Açores tinham clima temperado demais para o cultivo da cana-de-açúcar, e ali nunca se produziu mais de 20.000 arrobas por ano, mas foram usados escravos na produção de algodão e de urzela, um corante roxo. A localização mais ocidental dos Açores transformou o arquipélago em escala especialmente útil na viagem de volta a Lisboa e em ponto de apoio para a pesca no norte do Atlântico; essas funções deram emprego a alguns escravos e libertos. As Ilhas de Cabo Verde, localizadas nos trópicos, perto da costa africana, também eram usadas como escala, e desenvolve-

ram alguma agricultura escravista. Secas demais para o bom cultivo da cana, podiam, mesmo assim, produzir alimentos e algodão; em meados do século XVI, este último era transformado em tecido, e a maior parte era trocada por escravos na costa.[18]

As ilhas de São Tomé e Príncipe, mais ao sul, junto ao equador na costa da Guiné, iriam transformar-se em grandes fornecedores de açúcar no século XVI, com suas plantações prontamente supridas de escravos vindos do continente. Havia sessenta engenhos de açúcar em São Tomé em 1522, e dizia-se que os grandes proprietários possuíam até 300 escravos cada, utilizados provavelmente no cultivo e no processamento. Em 1552, a produção já aumentara para 150.000 arrobas, ou 2.150 toneladas, e já ultrapassara em muito a da Ilha da Madeira.[19] Embora os escravos fossem parte da mão-de-obra nas outras ilhas açucareiras, com certeza não eram o único elemento, e talvez nem o principal, de sua formação. Aqui, finalmente, encontramos *plantations* escravistas que são realmente precursoras do modelo que mais tarde se desenvolveu no Caribe. No entanto, a composição da elite proprietária de escravos era muito diferente. Cerca de 2.000 filhos de cristãos-novos judeus foram deportados para colonizar a ilha na década de 1490. Estes colonizadores involuntários mais tarde misturaram-se pelo casamento com famílias de comerciantes portugueses, tangomãos e com mulheres aristocratas do reino do Congo.[20]

A classe de proprietários afro-judeus e luso-católicos de São Tomé não pôde sustentar por muito tempo sua posição de liderança na produção de açúcar. O solo vulcânico bem irrigado de São Tomé era adequado ao cultivo da cana e os escravos podiam ser comprados a preço baixo, mas outras circunstâncias inibiriam a indústria açucareira. Os navios levavam de três a seis meses para fazer a viagem de volta à Península. O papel da ilha como escala no comércio atlântico de escravos criou uma demanda de provisões que competia com a cultura da cana. Outro fator inibidor era a presença de um grande número de escravos "brutos" em trânsito; sua disposição para a revolta e a fuga era prejudicial. A combinação desses fatores fez com que o papel de São Tomé como produtor de açúcar fosse eclipsado pelo crescimento das plantações brasileiras — mas o cultivo e o processamento da cana no Brasil começaram de forma lenta e hesitante na década de 1540 e, por causa dos problemas próprios de organização e mão-de-obra, permaneceram em escala modesta até decolar após 1570 (como é analisado no Capítulo IV).[21]

O estilo comercial dos monarcas portugueses ainda refletia a mentalidade típica do comércio feudal com sua preferência por quantidades menores, preços altos e um mercado visível e passível de ser taxado. O tráfico de especiarias asiáticas combinava com esta visão. A Coroa portuguesa organizou agentes especiais, feitores, postos comerciais fortificados e seu sistema de monopólio para reforçar o comércio

de especiarias até que, nas últimas décadas do século XVI, intrusos holandeses e ingleses quebraram esse monopólio. Na Ásia, como na África, a atividade comercial local independente — cabotagem — constituiu uma base ampla que ajudou a financiar o comércio intercontinental mais restrito. Mas o lucro decisivo era amealhado com o envio para a Europa de um punhado de galeões carregados de especiarias — geralmente não mais de dois ou três por ano. O comércio atlântico de açúcar era mais volumoso, e de certa forma mais difícil de supervisionar. Os oficiais reais podiam, naturalmente, monitorar os caros equipamentos dos engenhos de açúcar e o número de escravos empregados. Mas o comércio de açúcar, escravos e outros bens secundários envolvia um número relativamente grande de agentes e empreendimentos comerciais semi-autônomos; ele se desenvolveu em tal escala e com tal ímpeto que forçou os limites do comércio feudal. Os mercadores do norte tinham permissão de visitar a Ilha da Madeira ou as Ilhas Canárias para comprar vinho, e estavam ansiosos para comprar açúcar. E enquanto era necessário ouro ou prata para comprar especiarias asiáticas, os empresários das ilhas precisavam comprar tecidos, ferramentas e provisões da Europa, e assim o comércio com eles tinha uma dinâmica recíproca. Não há dúvida de que este foi o início do complexo escravista atlântico.

Escravos africanos na Península Ibérica

O total da população escrava das ilhas açucareiras do Atlântico deve ter girado em torno de 10.000 pessoas durante a maior parte do século XVI. Philip Curtin calculou que o tráfico de escravos da costa africana para a Europa e as ilhas atlânticas chegou a 175.000 indivíduos durante o século e meio compreendido entre 1450 e 1600. Deste total, pensa ele, cerca de 50.000 foram para a Península e outras partes da Europa, o que parece pouco à luz do crescimento da população escrava apenas em Portugal. José Ramos Tinhorão calcula que entre 136.000 e 151.000 escravos foram levados para Portugal e suas ilhas no período mais curto de 1441 a 1505.[22] Em 1550 havia 9.500 escravos africanos em Lisboa, que representavam quase 10% da população total e — segundo a conta cautelosa e conservadora de Saunders — 32.370 escravos e 2.580 libertos em todo o país. Estes escravos africanos concentravam-se em Lisboa, Évora e Algarve, onde uma ampla gama de entidades e indivíduos, como hospitais e órgãos do governo, nobres, padres, criados de nobres, advogados, sapateiros, ourives, lavradores (fazendeiros ricos), criadores de ovelhas, chaveiros, barbeiros e vários outros profissionais e comerciantes empregavam um, dois ou três escravos africanos — inclusive as prostitutas, que eram proibidas de

contratar criados livres. As escravas eram quase tão numerosas quanto os escravos, padrão bem diferente da norma das ilhas.

Portugal vinha prosperando com o comércio e, além disso, mantinha uma economia de tipo mediterrâneo, produzindo vinho, azeite, algum trigo, algumas frutas e legumes e certos produtos especiais, como cortiça. Saunders sugere que uma economia deste tipo, com exceção daquelas enriquecidas pelo comércio e pelo governo, só poderia absorver um número limitado de escravos, chegando no máximo a 10% da força de trabalho. O preço dos escravos subiu constantemente no século XVI — da média de 12,5 cruzados em 1500 para 20 em 1520, 37,5 em 1540 e mais de 100 em 1552, caindo depois para a faixa entre 37,5 e 75 cruzados nas décadas seguintes. Esta elevação refletiu tanto as condições econômicas gerais quanto a demanda das Américas. Embora alguns escravos possam ter trabalhado arduamente em Portugal como ajudantes de artesãos, não havia praticamente uso de escravos em larga escala. Antes de 1530, os escravos destinados às Américas deviam ser antes levados a Lisboa ou Sevilha, mas a partir daquele ano o rei de Portugal permitiu o comércio direto de escravos com as colônias americanas.[23]

Registros contábeis de Sevilha, Granada e Córdoba dos anos de 1500 a 1515 mencionam 623 escravos pertencentes a 443 proprietários. Dezenove nobres possuíam um total de 71 escravos; 45 mercadores, um total de 66 escravos; e 178 artesãos, um total de 149 escravos, e mais alguns pertenciam a vários profissionais e instituições.[24] Em 1565 havia 14.500 escravos africanos no bispado de Sevilha, onde representavam 3,5% da população; na cidade de Sevilha, onde a proporção de escravos africanos subia para 7%, eles trabalhavam como criados dos ricos, ajudantes de artesãos ou no duro ambiente das fábricas de sabão. Enquanto a maioria dos criados domésticos era de mulheres, os trabalhadores braçais ou artesãos eram principalmente homens. Em geral não se permitia aos escravos ter parceiros ou filhos; quanto aos poucos que o fizeram, seus descendentes eram provavelmente considerados criados ou dependentes. A quantidade de escravos africanos caiu rapidamente no último quartel do século XVI. A demanda de escravos na América elevara os preços na costa africana. Em 1570, um escravo africano podia ser comprado por cerca de 22 ducados na África e vendido por 64 ducados na Espanha; em 1595, o custo de um escravo na África subira para 60 ducados, e o preço de venda na Espanha era de apenas 80 ducados — e o mesmo escravo poderia ser vendido no Novo Mundo por 150 ducados.[25]

Em 1556, o diretor-geral das minas de Castela pediu permissão para adquirir cem escravos africanos para uso nas minas de prata de Guadalcanal. Argumentava que, com a taxa anual de mortalidade de 5-6%, esses escravos custariam 17.676 maravedis, contra os 19.264 maravedis de um trabalhador livre; estes últimos, geralmente operários alemães bem pagos, haviam respondido com uma greve à tentativa de baixar seus salários. Os africanos tinham de trabalhar longas horas em condições atrozes; para que isso fosse possível, os que trabalhavam mais duramente recebiam uma ração diária de mais de duas libras (um quilo e meio) de pão, uma libra (meio quilo) de carne e um litro de vinho, mais legumes e outros itens. Num contrato de 1560, 88 africanos e 12 africanas, com idade entre 18 e 30 anos, foram comprados por 72 ducados cada; outras compras de escravos elevaram o total a 125. Quatro anos depois, apenas 73 escravos ainda estavam vivos, apesar de mais dois terem sido comprados. O número de escravos caiu para 26 — 21 homens e cinco mulheres — em 1570, e para apenas cinco quando as minas foram fechadas em 1576: a produção americana de prata havia tornado antieconômica a exploração das minas espanholas. Cinco crianças nascidas das escravas foram vendidas. O uso de escravos saíra mais caro do que o planejado, mas neste ramo especial de atividade econômica o investimento foi compensador; além disso, na mineração havia tarefas tão desagradáveis e arriscadas que nenhum trabalhador livre as aceitaria, fosse qual fosse o pagamento.[26]

As ilhas atlânticas absorveram uma média de pouco menos de 1.000 escravos por ano, na opinião de Curtin. São Tomé teria sido a maior compradora, e permaneceria como sociedade escravista. Como poucas mulheres escravas haviam sido compradas, e por causa do trabalho pesado nos engenhos, a população escrava das ilhas atlânticas não se reproduziu. As propriedades de São Tomé, quer produzissem açúcar ou alimentos, poderiam ser reequipadas com novas compras, ou utilizar os escravos que esperavam embarque para as Américas.[27] Mas nas outras ilhas atlânticas mais ao norte, a escravidão foi reduzida no final do século XVI, ou antes.

Portugal imperial, África e civilização atlântica

Os monarcas de Portugal descobriram o potencial do colonialismo comercial muito antes de poderem fazer valer seus direitos sobre o Brasil. Já no início do século XVI, a renda real oriunda do comércio ultramarino (ouro, escravos e especiarias africanas, especiarias asiáticas trazidas pela rota do Cabo da Boa Esperança e açúcar, corantes e algodão das ilhas atlânticas) representava nada menos que dois terços da renda total da Coroa. Em 1515, quando o comércio de especiarias asiáticas apenas começava, a renda da Coroa proveniente dessas fontes representava 68% do total.[28] Cerca de um terço de todas as viagens da segunda metade do século XV e do início do

XVI foi diretamente patrocinado por um membro da família real, Dom Manuel I (1495-1521). Dom Manuel manteve os postos comerciais no norte da África mas deu prioridade à organização do novo comércio das ilhas e da África subsaariana e ao estabelecimento de comércio direto com o Oriente.

O monarca poderia usar o lucro comercial para transformar os membros da nobreza militar e das ordens militares em funcionários e pensionistas reais. Mas, em princípio, os nobres mantiveram seus privilégios fiscais e o monopólio das posições de comando. Assim, o capitão de um galeão português teria de ser um fidalgo, tivesse ou não habilidade como marinheiro; na verdade, todos os assuntos ligados à navegação eram tratados por pilotos plebeus. Da mesma forma, os que recebiam terras para colonizar tinham de ser fidalgos, embora pudessem subcontratar plebeus. Mercadores flamengos, italianos e alemães fizeram algum investimento na tentativa de desenvolver as ilhas e o comércio de longa distância, mas não se recusaram a deixar para o rei de Portugal e seus nobres aventureiros a maior parte do risco. Quando foram construídos os engenhos de açúcar, alguns proprietários receberam privilégios especiais, graças ao relacionamento com algum donatário ou alguma ordem religiosa. Esta era ainda uma forma regulamentada de comércio feudal, mas as autoridades reais, seus súditos e os parceiros estrangeiros descobriram que tinha um caráter geralmente expansionista por causa do florescente mercado europeu ao qual atendiam.

O papel de Portugal no comércio atlântico e asiático ajudou a ampliar sua comunidade mercantil, mas esta comunidade manteve uma composição decididamente cosmopolita. O país era pequeno demais para oferecer um grande mercado. Mercadores italianos e flamengos forneciam o capital inicial e em troca podiam negociar a carga. Em 1492, a comunidade comercial portuguesa foi reforçada e ampliada quando o rei concordou em receber muitos dos judeus que haviam sido expulsos de Castela. Só os que aceitassem a conversão ao cristianismo poderiam ficar, mas — pelo menos quanto aos ricos e bem relacionados — esta exigência foi atenuada pelo entendimento de que a sinceridade das conversões não deveria ser investigada. Os chamados cristãos-novos portugueses foram uma força vital num império marítimo à beira de extraordinária expansão, e trabalharam como sábios em Portugal ou como feitores e comerciantes independentes na Ásia, na África e nas colônias açucareiras. Na década de 1480, o astrônomo judeu Abraão Zacuto redigiu o *Regimento do Astrolábio*, que permitiu o cálculo da latitude em qualquer lugar do globo. A erudição dos judeus continuou a fornecer conhecimentos ao mundo da navegação e a rede comercial judaica prosseguiu financiando expedições, mesmo com os judeus sujeitos a perseguições intermitentes. Em Bruges ou Antuérpia, a maioria dos membros da

"nação portuguesa" — como era conhecido o contingente comercial português — era de cristãos-novos.

Os monarcas de Portugal não viam com bons olhos o desenvolvimento de uma comunidade mercantil portuguesa forte e, conseqüentemente, consciente de seus direitos. Uma entidade assim poderia ameaçar suas práticas comerciais monopolistas e desafiar a passagem para o absolutismo real, característico principalmente dos reinados de João II e Manuel I. Estes monarcas achavam mais conveniente que a riqueza mercantil portuguesa estivesse em mãos da vulnerável comunidade dos cristãos-novos, cuja condição especial nunca foi esquecida e que necessitava da proteção real. Embora o sucesso comercial judeu nascesse do domínio técnico superior e da ampla rede de relações de confiança, atraía a inveja e o ressentimento de alguns portugueses. Os reis de Portugal aplacaram este sentimento com restrições que, reproduzindo as categorias da Inquisição espanhola, reservavam os cargos oficiais àqueles que pudessem comprovar a "pureza do sangue". Os principais beneficiados pelo emprego em cargos potencialmente lucrativos nas colônias eram fidalgos, em geral membros da numerosa pequena nobreza. Mas a noção viciada de "pureza de sangue" oferecia algumas perspectivas potenciais a qualquer cristão português que pudesse provar que não tinha ancestrais judeus ou mouros.[29]

Na década de 1530, o eminente historiador e conselheiro real João de Barros escreveu que o comércio africano era a fonte de renda mais confiável da Coroa:

> Não conheço neste reino nenhum jugo da terra, estipêndio, tributo, imposto, peita ou qualquer outra taxa real que seja mais certa na renda de cada ano que a receita do comércio da Guiné. É, além disso, uma propriedade tão pacífica, tranqüila e obediente, que sem que os nossos tenham de estar junto ao estopim da bombarda com a tocha acesa numa das mãos e a lança na outra — nos traz ouro, marfim, cera, couros, açúcar, pimenta, e produziria outras rendas se tentássemos explorá-la melhor.[30]*

Barros deixa de mencionar o tráfico de escravos, que pode lhe ter causado algum mal-estar, mas, fora isto, ele acertou ao destacar a variedade do comércio da Guiné — categoria que incluía receitas oriundas das ilhas de São Tomé, Príncipe e Cabo Verde. Na verdade, o comércio de ouro sofreria um declínio a partir desta época, e o domínio português sobre as colônias seria desafiado cada vez mais. Mas o comér-

*Traduzido do inglês, conforme citação no original. (*N.do T.*)

cio de açúcar e de escravos compensaria a queda do ouro e daria a Portugal muitas razões para defender-se de intrusos.

Na segunda metade do século XVI, o comércio com a África e as ilhas passou a crescer ainda mais na balança portuguesa por causa de problemas na Ásia e do sucesso otomano como participante e intermediário nos negócios entre Oriente e Ocidente. Nessa época, o comércio português de ouro africano sofreu com o ressurgimento do tráfico transaariano, com a produção do Novo Mundo e com a intromissão de estrangeiros. Por volta de 1560, o comércio da Mina rendia anualmente 14,1-18,7 contos de réis, ou cerca de 40.000 ducados; enquanto isso, o comércio de escravos e de mercadorias da África Ocidental chegava ao valor de 34,7 contos de réis, ou quase 90.000 ducados. A flutuação deste comércio refletia o sucesso do cultivo da cana-de-açúcar, o comércio contínuo de pimenta e, de forma mais significativa, os crescentes negócios com as Américas.[31]

A escravidão e o comércio de escravos acabaram por ser cruciais para a colonização do mundo atlântico como um todo. Além do tráfico direto de escravos africanos, houve sua contribuição decisiva para o comércio de ouro, a manutenção das feitorias costeiras e o sucesso da fabricação de açúcar. Então, a partir de 1520, Portugal passou a fornecer um número crescente de escravos para a América espanhola, que eram levados inicialmente para Sevilha. O fato de que grande quantidade de escravos era levada para Lisboa para ser exposta e vendida sugere uma abordagem sem pudores. No entanto, Dom Manuel e seus sucessores tentaram se defender de acusações de negligência religiosa na condução do tráfico. Em 1513, o rei conseguiu permissão do papa para que capitães de navios destinados a Lisboa ministrassem o batismo a cativos mortalmente doentes, e para construir um chafariz em Lisboa exclusivamente para o batismo de escravos. Entre 1514 e 1521, as chamadas *Ordenações Manuelinas* regulamentaram inteiramente a vida dos escravos e a condução do tráfico. Assim, um édito real de 1519 exigiu o batismo de escravos nas ilhas e feitorias costeiras. Foram baixadas normas para a acomodação e alimentação dos escravos a bordo dos navios (embora não houvesse sanção eficaz para assegurar que fossem cumpridas). Havia também regulamentos para o batismo de escravos antes de serem embarcados, apesar de a garantia de instrução religiosa ser considerada um problema. Embora o bem-estar espiritual e material dos cativos fosse ostensivamente objeto da preocupação do rei, seu controle também o era: o decreto estipulava que os escravos que chegassem a São Tomé deveriam ser marcados com uma cruz (mais tarde trocada por um G, ou *marca da Guiné*), e que se pagasse uma taxa relativa a cada um deles. As leis manuelinas constituiriam um código dos escravos, que sistematizou a legislação anterior e conciliou-a com os deveres religiosos e militares de Portugal e seus objetivos diplomáticos.[32]

A legislação manuelina sobre os escravos fazia parte da tentativa de assumir uma postura coerente frente ao papel português na África e no Atlântico. As embaixadas portuguesas junto aos governantes africanos eram instruídas a insinuar a possibilidade de convertê-los ao cristianismo. Se esses governantes, como acontecia às vezes, expressassem o interesse em adquirir armas de fogo, era-lhes explicado que essa mercadoria só poderia ser vendida a aliados firmemente cristãos. O governante do Congo aceitou ser batizado em 1491 como João I, mas inclinava-se a reservar os poderosos mistérios do cristianismo para seu uso exclusivo; seu filho Afonso I (1506-43) acabou sendo convencido a declarar o cristianismo a religião oficial de seu reino. Jovens príncipes congoleses eram enviados para serem educados em Portugal, e um deles foi sagrado bispo em 1518, quando o papa abriu mão graciosamente de suas restrições quanto à sagração de um jovem de vinte e quatro anos. O elo religioso fortaleceu as ligações militares e comerciais; uma carta de Afonso I a Dom Manuel em 5 de outubro de 1514 falava da ajuda militar recebida, dos escravos vendidos aos portugueses e de outras possibilidades comerciais.

Em 1514, o governante do Benim mandou um enviado ao rei português pedindo uma missão cristã e o envio de armas de fogo, e queixando-se do comércio de escravos pelos portugueses em Príncipe e São Tomé. Ele morreu antes da conclusão das negociações. Depois disso, o governante do pequeno reino vizinho de Warri aceitou a conversão e ofereceu facilidades aos comerciantes portugueses de escravos, mas a obstinação dos benins continuaria sendo um problema. As autoridades e o clero portugueses despenderam muita energia para acompanhar as conversões, tentando assegurar-se de que eram genuínas e permanentes. Isso, por sua vez, pressionou Portugal a melhorar a justificativa teológica dessas atividades.[33]

Em 1513, Dom Manuel recebeu uma missão da imperatriz da Etiópia prometendo "montanhas de provisões e tantos homens quanto as areias do mar" para a luta contra os infiéis. O monarca português respondeu com simpatia. Seguiram-se negociações lentas e difíceis, incluindo uma tentativa frustrada de arranjar uma aliança dinástica. Afinal, na década de 1540, o imperador etíope Geladewos pediu mais uma vez a ajuda portuguesa para repelir a ocupação, apoiada pelos otomanos, de boa parte de suas terras; uma expedição portuguesa de 400 mosqueteiros comandados por Cristóvão da Gama, filho de Vasco, ajudou o governante cristão a enfrentar os invasores. Depois de uma derrota inicial, na qual Cristóvão foi morto, as forças cristãs, habilmente comandadas por Geladewos, saíram vitoriosas na batalha de Woina-Dega, em 1543. O avanço otomano foi bloqueado e retomada a posição cristã no Crescen-

te. Até o início do século XVII, quando os jesuítas conseguiram uma conversão breve e desastrosa ao catolicismo de um membro tardio da dinastia salomônica, os portugueses continuaram a investir suas esperanças em algum tipo de aliança com o império etíope, mas os problemas de comunicação eram consideráveis.[34]

O único êxito verdadeiro de Portugal no colonialismo religioso foi o reino do Congo, e ali se desenvolveriam graves tensões, nascidas das pressões do tráfico de escravos e da recusa portuguesa em permitir a seus acólitos congoleses mais do que uma estreita faixa de autonomia. Os governantes do Congo queixaram-se repetidas vezes do que viam como atividades prejudiciais dos mercadores portugueses, que transgrediam o monopólio real e não respeitavam a concepção congolesa sobre o alcance legítimo do comércio de escravos. Afonso escreveu a Dom João III em 1526 queixando-se de que os comerciantes portugueses que enxameavam em seu reino eram ladrões e homens sem consciência: "Eles trazem a ruína ao país. Todos os dias há pessoas raptadas e escravizadas, até mesmo nobres, até mesmo membros da família real."[35]

As autoridades portuguesas desaprovavam os comerciantes independentes que fugiam à sua própria exação fiscal, muitos dos quais operavam em Luanda, ao sul do Congo, mas, no final, tanto o monarca de Portugal quanto o do Congo acharam mais conveniente tolerar os mercadores, embora indisciplinados ou mal-afamados. Os portugueses consideravam os *pombeiros* essenciais para o fornecimento de escravos a São Tomé ou ao tráfico atlântico, e Afonso descobriu que os mercadores independentes reduziam um pouco sua esmagadora dependência das autoridades portuguesas em suas relações com o mundo exterior. Assim, o rei congolês tentou comprar um navio, mas era constantemente desencorajado com uma desculpa ou outra para a impossibilidade ou inconveniência de tal aquisição. Da mesma forma, Afonso e seus sucessores queriam o poder de indicar seus próprios bispos e de ter relações diretas com a Santa Sé, mas as autoridades portuguesas os frustravam ou impediam. Evidentemente, a conversão de africanos só era bem-vinda se fosse subserviente ao poder e aos interesses temporais portugueses. Na década de 1560, o reino do Congo foi invadido pelos jagas, uma formação militar predatória cuja cultura guerreira, como sugere David Birmingham, pode ter sido formada pelo comércio de escravos. Os portugueses montaram uma bem-sucedida expedição para restaurar o reino, tornando-o por algum tempo mais dependente de Portugal, de seus comerciantes e seus padres.[36]

Da piedade patriótica dos *Lusíadas* de Camões à saga pitoresca da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, fica claro que nessa época os portugueses sentiram que o destino

de seu país e sua missão de propagar a fé tornavam aceitáveis muitas atividades sangrentas ou sórdidas. Embora ambos os autores, apesar de suas muitas diferenças, ficassem impressionados com a nobreza do reino celestial da China, era justificável, num mundo ameaçado pela intriga muçulmana, que Portugal recorresse ao que, em outro contexto, seria considerado apenas pirataria. E em Mendes Pinto há a defesa implícita de que a vida era uma loteria na qual o capitão deveria estar preparado para tornar-se escravo, assim como o escravo poderia esperar tornar-se capitão. Apesar de suas impressionantes qualidades literárias, nem a filosofia aventureira de Mendes Pinto nem a celebração sublime de Camões da coragem e virtude lusitanas tratam diretamente da realidade mundana do comércio de escravos. Perto de Angola, os heróis de Camões testemunham o espetáculo espantoso de uma gigantesca tromba d'água sorvendo o oceano, mas em São Tomé simplesmente notam com satisfação o nome meritório que a ilha recebeu; durante um breve desembarque na costa africana, a única pessoa seqüestrada é um membro da tripulação portuguesa, levado por uma multidão de africanos.

A peregrinação trata da escravização e seus abusos, mas através do mecanismo da inversão. O próprio Mendes Pinto é escravizado duas vezes nos primeiros capítulos. Na primeira ocasião, corsários franceses atacam seu navio e se propõem a vendê-lo aos mouros no norte da África; desistem de fazê-lo ao capturarem um navio de São Tomé, carregado de açúcar e escravos africanos, que consideram ser mais lucrativo vender na França. Na segunda ocasião, o autor é capturado por muçulmanos e leiloado num mercado público de escravos em Mocha, para ser vendido mais tarde aos portugueses em Ormuz por um mercador judeu. Uma compilação popular de relatos de desastres marítimos, muitos deles na costa africana e envolvendo viagens de volta a um posto comercial português — a *História trágico-marítima* (1535) — mostra que a noção de Mendes Pinto da escravização como apenas outra volta da roda da fortuna não era um conceito individual. No precoce drama nacional português, fragmentos de diálogo aludem ao crime da estigmatização racial, mas a maior parte dos trechos simplesmente repete estereótipos paternalistas sobre os negros.

Mesmo assim, no século XVI surgiu em Portugal uma denúncia mordaz do comércio de escravos em *A arte da guerra do mar* (1555), de Fernão Oliveira. O autor condenou seus patrícios por serem "os inventores de um comércio cruel", que envolvia "comprar e vender homens livres e pacíficos, como se compram e vendem animais", sujeitando os cativos a todo tipo de indignidade. Ele insistia: "E nesta conexão não há desculpa em dizer que eles vendem uns aos outros, porque quem compra o que é posto à venda erradamente é também culpado, e porque as leis desta

terra e de outras o condenam. Se não houvesse compradores, não haveria vendedores mal-intencionados." Embora a preocupação principal do tratado de Oliveira fosse instruir os portugueses sobre melhores métodos de guerra naval, ele considerou necessário prefaciá-lo com uma denúncia não só do tráfico de escravos como também de qualquer agressão injustificada aos "mouros, judeus ou gentios que desejam ficar em paz conosco. (...) Tomar terras para impedir seu cultivo, capturar seu povo (...) é manifesta tirania".[37]

Talvez não surpreenda que o homem responsável por esta condenação logo se envolvesse em problemas com a Inquisição. Ainda mais intrigante é a publicação do livro. Na época, Oliveira era o diretor recém-nomeado da Imprensa da Universidade de Coimbra. Mistura curiosa de estudioso e aventureiro, já tivera problemas com a Inquisição por fazer observações críticas à Igreja e favoráveis aos monarcas protestantes ingleses.[38] Seu conhecimento dos métodos navais ingleses, franceses e argelinos parece tê-lo recomendado a patronos portugueses, que acharam perturbadoras suas opiniões não-convencionais. *A arte da guerra do mar*, primeira obra publicada sobre o assunto, defendia a profissionalização completa dos navios de guerra portugueses, atacando o diletantismo aristocrata e insistindo nos talentos e na dedicação exclusiva exigida do capitão naval. Nesta obra e num tratado posterior sobre construção naval, Oliveira defendia que o treinamento, o moral e a iniciativa da tripulação eram também considerações vitais, e classificava as galés francesas, tripuladas por escravos, de monstruosas e ineficazes.

Na época em que Oliveira escreveu, como já observamos, os navios da esquadra real portuguesa eram comandados por membros da nobreza, e as questões navais eram passadas a um marinheiro profissional subordinado.[39] Na década de 1550, houve boas razões para reexaminar os princípios que orientavam as comunicações marítimas vitais de Portugal, por causa das pesadas perdas no mar. Nos anos de 1541 a 1549, os portugueses perderam uma média anual de 18 navios para os corsários franceses, número que subiu para 28 navios por ano em 1550 e 1551. Durante um período em que a renda marítima da Coroa chegou a cerca de 500.000 cruzados anuais, as perdas no mar atingiram 213.000 cruzados, causadas pela pirataria, por naufrágios e por combates navais regulares. Parece que Oliveira conseguiu atrair atenção, apesar de suas opiniões pouco convencionais, porque tinha o conhecimento e a experiência necessários para enfrentar a situação. Seus livros serviram para instruir os portugueses sobre as técnicas navais de seus inimigos mais perigosos — ingleses, franceses e argelinos.[40] Os argumentos de Oliveira contra o comércio de escravos foram adotados por um padre espanhol, Martin de Ledesma, em seu *Secundae quartae* (1560), também publicado pela Universidade de Coimbra.[41] As obras desses dois homens alimentaram a tradição minoritária dominicana — e mais tarde jesuíta — de questionar o tráfico de escravos, como mostrarão os capítulos seguintes.

Na era dos descobrimentos Portugal circunavegou o globo e levou os continentes a se comunicarem regularmente pela primeira vez. O comércio africano e insular era apenas pequena parte disso, mas, involuntariamente, começou a criar elementos de uma nova cultura que ultrapassou o projeto colonial. Há referências crescentes à *fala de Guiné*, que, de início, parece ser apenas um dialeto português. Esta é a língua de muitos marinheiros portugueses, inclusive africanos libertos, dos descendentes dos *lançados* portugueses na costa africana, de muitos habitantes das ilhas e da população negra da metrópole. Já há indícios no século XVI de línguas crioulas nas ilhas, representando a fusão de elementos do português, do bini e do congolês, com outras contribuições léxicas do banto. Neste novo mundo cultural, um cristianismo difuso mistura-se a crenças africanas, e novas danças são citadas — a *mangana*, o *guinéo*, o *ye ye*, o *zarambeque* e outras. Um conhecido comerciante de escravos era famoso por seu desempenho na mangana, uma dança lenta e triste. A legislação municipal portuguesa começou a regulamentar ou sancionar as *festas de negros*, vendo nelas possibilidade de desordens. Trabalhadores e escravos foram proibidos de jogar bola durante a jornada de trabalho — os escravos arriscavam-se a ser chicoteados, e os brancos a pagar uma multa dupla caso fossem encontrados jogando bola com os negros. Como se poderia esperar, há canções e músicas negras ou afro-lusitanas, e a absorção de palavras africanas pelo português.[42]

Na arquitetura e nas artes plásticas, o período manuelino foi notável pela clareza e força, com nova abertura para os motivos asiáticos ou africanos e a representação da flora e da fauna exóticas (abacaxis, elefantes etc.), com uma profusão de dourados — sendo a discrepância decorativa resultante chamada de pré-barroco manuelino. O mosteiro dos Jerônimos em Lisboa, do início do século XVI, é um monumento sublime e extraordinário deste estilo.[43]

O reino, a dinastia e o projeto imperial português mergulharam numa crise em 1578, quando o jovem rei Dom Sebastião, ainda sem filhos, levou seus exércitos a uma derrota espantosa no norte da África, em Alcácer-Quibir, que resultou na morte ou na captura de boa parte da nobreza militar. A coroa foi para o idoso e também sem filhos cardeal Henrique, e somas imensas tiveram de ser levantadas para resgatar os infelizes cruzados das mãos dos muçulmanos. A Casa de Avis portuguesa e os Habsburgo espanhóis há muito praticavam um tipo palaciano de roleta-russa

matrimonial, casando-se entre si na esperança de que seus descendentes herdassem o reino uns dos outros. Quando chegou a notícia da morte de Sebastião, os Habsburgo pareceram ter vencido. Com a morte do cardeal em 1580, o principal pretendente ao trono era Felipe II de Espanha, neto de Dom Manuel, que representava uma grande ameaça à existência independente de Portugal.

Houve mobilizações em Portugal e em suas possessões contra a coroação de Felipe e a favor de Dom Antônio do Crato. Dom Antônio era filho reconhecido do príncipe Luís de Beja, irmão de Dom João III, e Violante Gomes, uma cristã-nova, embora sua união nunca tenha sido celebrada publicamente. Dom Antônio era cavaleiro da Ordem de Malta e lutara na batalha de Alcácer-Quibir; depois de fugir de seus captores voltara a Lisboa, e foi aclamado pelo povo em outubro de 1578. Sua candidatura atendia a muitos interesses urbanos, mercantis e coloniais, mas seus seguidores não conseguiram impedir que as forças de Felipe invadissem a capital portuguesa, embora Antônio só tenha deixado Portugal oito meses depois da entrada do exército espanhol comandado pelo Duque de Alba.

Tanto em Portugal quanto nas ilhas, observou-se a participação de negros na resistência à sucessão do rei espanhol, e alguns deles eram escravos aos quais foi oferecida a liberdade; alguns relatos afirmam que Fernão Oliveira aliou-se a Dom Antônio. O apoio a Dom Antônio era grande nas ilhas atlânticas, e forças leais a ele resistiram nos Açores até julho de 1583. No entanto, embora Dom Antônio também recebesse ajuda inglesa e francesa, não conseguiu evitar que Felipe consolidasse seu domínio sobre o reino. As forças que governavam de Portugal, inclusive as ordens religiosas e militares com seus investimentos nas ilhas, obtiveram garantias das Cortes de Tomar, em 1581, de que seus interesses e instituições seriam protegidos por Felipe. Com este aval, foram organizadas expedições armadas para assegurar a lealdade dos Açores, de São Tomé, de Príncipe e de El Mina, onde persistia o apoio a Dom Antônio.[44]

As tropas do duque de Alba e a frota espanhola eram argumentos convincentes a favor da sucessão espanhola — não só por causa de sua força superior, mas porque a classe dominante de Portugal sofria de uma singular crise de confiança. Este golpe atingiu Portugal numa época em que o país lutava para manter sua hegemonia no Oriente e enfrentava um problema de invasão no Atlântico. O rei da Espanha, com suas armadas, sua prata e seu zelo contra-reformista parecia um protetor providencial para alas conservadoras da classe dominante portuguesa. Muitos integrantes do complexo comercial colonial do Atlântico tinham relações cordiais com os holandeses e ingleses; os cristãos-novos, que eram muitos, podem ter visto a sucessão espanhola como uma ameaça. Mas as autoridades reais espanholas logo ajudaram a

cimentar a lealdade de vários comerciantes portugueses na África aumentando bastante o tráfico de escravos.

Do ponto de vista da história da escravidão no Novo Mundo, os portugueses desenvolveram uma fonte de fornecimento de escravos sem similar no próprio Novo Mundo. Os cativos africanos estavam geralmente acostumados à disciplina do trabalho da terra, e alguns tinham conhecimentos úteis de mineração de aluvião. Eram resistentes a várias doenças tropicais. Originários de vários povos diferentes e sem laços comuns, tendiam a adotar pelo menos alguma coisa da língua e da cultura de seus proprietários. A cor diferente, comum a todos, tornava fácil distingui-los dos americanos nativos e dos colonos. Ao contrário dos servos de outras partes da Europa, achava-se que sua introdução representaria um risco político ou religioso apenas moderado. E enquanto a ética da escravização de índios logo foi questionada, a responsabilidade pela escravização dos africanos poderia ser empurrada de volta pela cadeia de compras até tornar-se invisível. Por estas e outras razões, como veremos no próximo capítulo, havia grande demanda de escravos africanos na América espanhola.

Notas

1. A. H. Oliveira Marques, *History of Portugal*, 2 vols., vol. 1, Nova York 1972; Flausino Torres, *Portugal, uma perspectiva da sua História*, Porto 1974, pp. 87-94; Raymundo Faoro, *Os donos do poder*, São Paulo 1975, pp. 33-72.
2. Ver o verbete Escravatura em *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, ed. Luís de Albuquerque, vol. 1, Lisboa 1994, pp. 367-84 (p. 377); e o verbete Henrique, pp. 485-90.
3. Seed, *Ceremonies of Possession in Europe's Conquest of the New World*, pp. 118-20.
4. De Oliveira Marques, *History of Portugal*, vol. II, Nova York 1976, pp. 133-64; Vitorino Magalhães Godinho, *L'Economie de l'empire portugais au XVe et XVIe siècles*, Paris 1969, pp. 40-41; Jacques Heers, *Société et économie à Gênes (XIVe-XVe siècle)*, Londres 1979, artigos III, IV, X; Pierre Chaunu, *L'Expansion européenne du XIIIe au XVe siècle*, Paris 1969, pp. 120-66; Seed, *Ceremonies of Possession*, pp. 107-15.
5. Claude Meillassoux, "The Role of Slavery in the Economic and Social History of Sahelo-Sudanic Africa", em J. E. Inikori, ed., *Forced Migration: The Impact of the Export Slave Trade on African Societies*, Londres 1982, pp. 74-99, em especial pp. 76-80. As dimensões do tráfico transaariano de escravos são pesquisadas em Ralph A. Austen, "The Trans-Sahara Slave Trade: A Tentative Census", em Henry A. Gemery e Jan S. Ho-

gendorn, eds., *The Uncommon Market: Essays in the Economic History of the Atlantic Slave Trade*, Nova York 1979, pp. 23-76, em especial pp. 65-6. Sobre o Islã e a escravidão negra, ver Bernard Lewis, "The African Diaspora and the Civilization of Islam", em Martin L. Kitson e Robert I. Rotberg, eds., *The African Diaspora: Interpretative Essays*, Cambridge, MA 1976, pp. 37-56.

6. Pierre Vilar, *A History of Gold and Money*, Londres 1976, pp. 46-61; Bailey W. Diffie e George D. Winius, *Foundations of the Portuguese Empire, 1415-1580*, Minneapolis, MN 1977, pp. 76-88; John Thornton, *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1400-1680*, Cambridge 1992, pp. 43-72.
7. Levy Maria Jordão, ed., *Bullarium Patronatus Portugalliae Regum*, vol. 1, Lisboa 1868, pp. 31-4; James Muldon, ed., *The Expansion of Empire: The First Phase*, Filadélfia, PA 1977, p. 54; François de Medeiros, *L'Occident et l'Afrique (XIIIe-XVe siècle)*, Paris 1985, pp. 265-6; C. R. Boxer, *The Portuguese Seaborne Empire*, Londres 1969, pp. 20-24; José Ramos Tinhorão, *Os negros em Portugal: uma presença silenciosa*, Lisboa 1988, pp. 56-7.
8. Utilizei a tradução inglesa moderna em Robert Edgar Conrad, ed., *Children of God's Fire: A Documentary History of Black Slavery in Brazil*, Princeton, NJ 1983, pp. 6, 9-10. Ver também Gomes Eannes de Zurara, *Crónica dos Feitos da Guiné*, Lisboa 1949, cap. xxv; e Gomes Eannes de Zurara, *The Chronicle of the Discovery and Conquest of Guinea*, 2 vols., Londres 1886-87, vol. 1, pp. 63-83. O contexto é examinado por A. C. de C. M. Saunders, *A Social History of Black Slaves and Freedmen in Portugal, 1441-1555*, Cambridge 1982, pp. 5, 35; e o comentário de Saunders na p. 189; ver também o verbete Zurara em Albuquerque, *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, pp. 1096-7.
9. Gomes Eannes de Zurara, *Crónica de Guiné*, ed. José de Bragança, Lisboa 1973, p. 73; Zurara, *Chronicle of the Discovery and Conquest of Guineau*, pp. 54-5. Diz-se que a maldição caiu sobre Cã, sugerindo uma confusão entre Caim e Cham ou Ham*.
10. Zurara, *Crónica de Guiné*, p. 126.
11. Saunders, *A Social History of Black Slaves and Freedmen in Portugal*, p. 32. John Vogt afirma que a Mina produzia lucro líquido, mesmo depois de descontadas as despesas anuais de mais de 30.000 cruzados por ano no período 1480-1540, John Vogt, *Portuguese Rule on the Gold Coast, 1469-1682*, Athens, GA 1979, pp. 90-92, 218-19.
12. W. D. Phillips, *Slavery from Roman Times*, pp. 160-64; Jean Meyer, *Histoire du Sucre*, Paris 1989, p. 71.
13. C. R. Boxer, *The Portuguese Seaborne Empire*, pp. 20-22; François de Medeiros, *L'Occident et l'Afrique (XIIIe-XVe siècle)*, Paris 1985, pp. 257-64.

*Em inglês, o nome de Cam, filho de Noé, é Ham, com "h" aspirado, semelhante à pronúncia do nome em hebraico. A tradição portuguesa batizou-o Cam, ou Cã, que pode parecer, a um estrangeiro, semelhante a Caim (*N. do T.*)

14. Diffie e Winius, *Foundations of the Portuguese Empire*, pp. 306-7; Noel Deerr, *A History of Sugar*, 2 vols., Londres 1949-50, I, pp. 100-01. (O resultado apresentado por Diffie e Winius para a década de 1450 parece mais solidamente embasado do que o de Deerr.)
15. Verbete Açúcar, *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, pp. 15-19.
16. Anthony M. Stevens-Arroyo, "The Inter-Atlantic Paradigm: The Failure of Spanish Medieval Colonization of the Canary and Caribbean Islands", *Comparative Studies in Society and History*, vol. 35, nº. 3, julho de 1993, pp. 515-43; Eduardo Aznar Vallejo, "The Conquests of the Canary Islands", em Stuart B. Schwartz, *Implicit Understandings: Observing, Reporting and Reflecting on the Encounters Between Europeans and Other Peoples in the Early Modern Era*, Cambridge 1994, pp. 134-56.
17. Felipe Fernández-Armesto, *The Canary Islands after the Conquest*, Oxford 1982, pp. 76-92 (p. 85). William Phillips, "The Old World Background of Slavery", em Barbara L. Solow, ed., *Slavery and the Rise of the Atlantic System*, Cambridge 1991, pp. 43-61 (pp. 51-6).
18. Sidney M. Greenfield, "Plantations, Sugar Cane and Slavery", em Michael Craton, ed., *Roots and Branches: Current Directions in Slave Studies*, vol./tomo 6, nº. 1, verão de 1979, de *Historical Reflections/Réflexions Historiques*, pp. 85-120 (p. 113).
19. Fréderic Mauro, *Le Portugal et l'Atlantique au XVIIe siècle, 1570-1670*, Paris 1960, pp. 186-91; *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, p. 18.
20. Stuart Schwartz, *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society: Bahia, 1550-1835*, Cambridge 1985, apresenta uma boa discussão da indústria de açúcar de São Tomé nas pp. 13-14, 506-7; Joseph Miller, "A Marginal Institution on the Margins of the Atlantic System", em Solow, ed., *Slavery and the Rise of the Atlantic System*, pp. 120-50 (p. 125); Greenfield, "Plantations, Sugar Cane and Slavery", *Historical Reflections/Réflexions Historiques*, pp. 115-16.
21. Schwartz, *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society*, pp. 14-15, 507.
22. Philip D. Curtin, *The Atlantic Slave Trade: A Census*, Madison, WI 1969; Tinhorão, *Os negros em Portugal*, p. 80.
23. Saunders, *Black Slaves and Freedmen in Portugal*, pp. 27, 59-88.
24. José Luis Cortes López, *La Esclavitud Negra en la española peninsular del Siglo XVI*, Salamanca 1989, pp. 35-6.
25. Ibid., p. 178.
26. Allesandro Stella, "L'esclavage en Andalousie", *Annales*, vol. 47, nº. 1, jan-fev de 1992, pp. 36-63. Sobre a escravidão na Espanha do século XVI, ver Antonio Domínguez Ortiz, *The Golden Age of Spain: 1516-1659*, Londres 1971, pp. 161-5.
27. Curtin, *The Atlantic Slave Trade*, pp. 17-20, sobre o início do comércio de escravos. (Os números citados podem estar no limite superior, já que Curtin não deu um desconto suficiente às estimativas de Deerr.) Sobre a população de Lisboa, ver Mauro, *Le Portugal et l'Atlantique*, p. 147; mas note-se o alerta dado por Oliveira Marques sobre a tendência a exagerar o tamanho da população escrava em Portugal e em Lisboa —

sendo esta última, em sua opinião, de cerca de 5.000 pessoas em meados do século XVI (*History of Portugal*, pp. 167, 294-5).

28. Vitorino Magalhães Godinho, "Finanças públicas e estrutura do estado", *Ensaios*, II, *Sobre História de Portugal*, Lisboa 1968, pp. 25-64; para um relato da formação social portuguesa desta época, ver também Vitorino Magalhães Godinho, *A estrutura na antiga sociedade portuguesa*, Lisboa 1971, pp. 68-94.
29. Boxer, *The Portuguese Seaborne Empire*, pp. 266-7.
30. João de Barros, *Décadas de Ásia*, vol. 1, Lisboa 1777, p. 264. Citado em Vogt, *Portuguese Rule on the Gold Coast*, p. 93.
31. Saunders, *Black Slaves and Freedmen in Portugal*, p. 33.
32. Ibid., pp. 13-14, 40-42, 114.
33. A correspondência dos reis de Portugal com governantes africanos e com o papa é reproduzida em António Brásio, ed., *Monumenta Missionaria Africana: Africa Occidental (1471-1531)*, Lisboa 1952, pp. 291-358. Ver também J. D. Fage, "Upper and Lower Guinea", em Roland Oliver, ed., *The Cambridge History of Africa*, vol. 3, Cambridge 1977, pp. 463-518, em especial pp. 516-18; John K. Thornton, *The Kingdom of the Kongo: Civil War and Transition 1641-1718*, Madison, WI 1983, pp. xiv-xv, 133.
34. Taddesse Tamrat, "Ethiopia, the Red Sea and the Horn", em Oliver, ed., *The Cambridge History of Africa*, 3, pp. 98-182, em especial pp. 181-2; M. Abir, *Ethiopia and the Red Sea: The Rise and Decline of the Solomonic Dynasty and Muslim-European Rivalry in the Region*, Londres 1980, pp. 98-100. Embora a ajuda portuguesa aos etíopes fosse estimulada por sentimentos de solidariedade religiosa, o fator decisivo pode muito bem ter sido a luta de Portugal para controlar o Mar Vermelho, que vinha bloqueando na defesa do seu monopólio do comércio de especiarias com o Oriente.
35. Brásio, *Monumenta Missionaria Africana*, pp. 468-51, 470. Depois de várias outras cartas como esta, João acabou respondendo três anos depois, mas de forma mais positiva do que aconteceu mais tarde (pp. 521-39); ver também David Birmingham, *Trade and Conflict in Angola*, Londres 1966.
36. David Birmingham, "Central Africa from Cameroun to the Zambezi", em Oliver, *The Cambridge History of Africa*, 3, pp. 519-66, em especial pp. 550-53.
37. Padre Fernão Oliveira, *A arte da guerra do mar*, Lisboa 1983, reimpressão ampliada de uma edição de 1937 que compreende também o fac-símile do original de 1555, publicado em Coimbra. As passagens sobre o tráfico de escravos estão nas páginas 23-5 da transcrição moderna.
38. Oliveira, nascido em 1507, entrou para o mosteiro dominicano de Évora, onde foi educado pelo estudioso humanista e compilador literário André de Resende, e foi aceito como membro da Ordem. Na década de 1530, ele foi tutor dos filhos de João de Barros, outro extraordinário estudioso humanista, conselheiro dos reis de Portugal e filósofo do Império. Em 1536, Oliveira publicou a primeira gramática da língua portuguesa. Na década de 1540, ele renunciou às ordens sacras e navegou como piloto de um almirante francês, e neste posto foi capturado pelos ingleses. Seu talento chamou a atenção de Henrique VIII e do Protector Somerset; este último enviou-o como emissário a Dom João III de Portugal. Ver o verbete Oliveira no *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, pp. 815-6; e o preâmbulo editorial em Padre Fernão Oliveira, *A arte da guerra do mar*.

39. Vicente de Moura C. Almeida, *Lições de História Marítima Geral*, Lisboa 1973 p. 39.
40. Sobre as perdas portuguesas, ver Vitorino Magalhães Godinho, "As incidências da pirataria no sistema português do século XVI", em *Mito e mercadoria*, em especial pp. 463 e 475.
41. Doctoris Fratris Martini Ledesmii, *Secundae quartae*, Coimbra 1560, pp. 225, 472 (Biblioteca Nacional, Madri).
42. Tinhorão, *Os negros em Portugal*, pp. 169-358.
43. Torres, *Portugal: uma perspectiva da sua história*, pp. 176-80; Saunders, *Black Slaves and Freedmen in Portugal*, pp. 105-7; William Washabaugh e Sidney M. Greenfield, "The Portuguese Expansion and the Development of the Atlantic Creole Languages", *Luso-Brazilian Review*, vol. 18, nº. 2, inverno de 1981, pp. 225-38.
44. Verbete Antônio, D., Prior do Crato, em *Dicionário de História de Portugal*, supervisionado por Joel Serrão, Lisboa, 1971, pp. 157-9; Vogt, *Portuguese Rule on the Gold Coast*, pp. 127-49; Walter Rodney, "Africa in Europe and the Americas", em Richard Gray, ed., *The Cambridge History of Africa*, 4, Cambridge 1975, pp. 578-611 (p. 583); Mary Elizabeth Brooks, *A King for Portugal: The Madrigal Conspiracy, 1594-95*, Madison, WI 1964, pp. 24-33.

— III —

A escravidão e a América espanhola

Ver en un día (...)
sombre y luz como planeta
pena y dicha como imperio
gente y brutas como selva
paz y quietud como mar
triunfo y ruina como guerra
vida y muerte como dueño
de sentidas potencias

Calderón

Com que direito e com que justiça mantendes esses pobres índios em tal cruel e horrível servidão? Com que autoridade travastes guerras tão detestáveis contra essas pessoas que viviam pacífica e docilmente em sua própria terra? Não são eles homens? Não têm eles almas racionais? Não sois obrigados a amá-los como a vós mesmos?

Frei Antonio de Montesinos, Santo Domingo, 1511

Portugal devia seu império no século XVI à navegação oceânica e à artilharia naval. No Novo Mundo, foi a capacidade da Espanha de conquistar os impérios indígenas que lhe permitiu desempenhar o papel principal. Em relação à Ásia continental, o equilíbrio militar de poder foi capaz de impedir a conquista européia, a não ser em escala muito modesta. O mesmo ocorreu no caso da África Ocidental, onde as feitorias portuguesas dependiam de acordos com os governantes locais. Mas no Novo Mundo a Espanha conquistou, governou e defendeu áreas imensas de território, enquanto Portugal dominava estreitas faixas de terra ao longo de uma extensa costa. A Espanha conseguiu uma extensão de terra muito maior nas Américas, grande parte dela densamente povoada, enquanto as iniciativas comerciais e marítimas eram mais importantes para Portugal. É verdade que a *Carrera de las Indias* e o galeão espanhol Manila eram instrumentos de comércio, mas estavam sujeitos e subordinados a considerações de estratégia imperial; as atividades comerciais de Portugal exigiam uma rede de ilhas fortificadas e enclaves costeiros, mas muitos destes não eram verdadeiras colônias. O Brasil seria diferente, mas até 1549 foi colonizado e administrado como uma série de enclaves costeiros semelhantes a ilhas, com população de alguns milhares de pessoas e com péssima comunicação entre si (mais sobre isso no Capítulo IV).

Pierre Vilar chamou o imperialismo espanhol no Novo Mundo de "estágio mais elevado do feudalismo", enquanto para Patricia Seed o ritual do "Requerimento", que invocava a história bíblica para justificar a conquista e convidava os povos nativos a se submeterem, era um eco da prática muçulmana do *jihad*.[1] Os monarcas espanhóis desejavam transformar os povos conquistados em súditos e deles exigir tributos. Fossem quais fossem as idéias originais de Colombo e seus patrocinadores, o objetivo não era o comércio, mas minas e terras, juntamente com a mão-de-obra que as tornaria lucrativas. Este *modus operandi* era diferente do adotado pelos portugueses na Ásia, que com certeza impuseram negócios à força, mas que em geral achavam o comércio mais vantajoso do que a conquista. Havia um comércio caribenho de objetos de ouro, cacau, roupas de penas, obsidiana e outros bens, mas os espanhóis não tentaram desenvolvê-lo. Em vez disso, capturaram índios para o trabalho forçado e planejaram ataques ao continente. Às vezes estes ataques visavam apenas à caça de mais trabalhadores cativos. Em outras ocasiões, como em muitas excursões sangrentas pela Flórida e Tierra Firme, os espanhóis procuraram, sem sucesso, camponeses para dominar. As expedições formais de conquista deveriam incluir, segundo as normas do Requerimento, um apelo aos índios para que se submetessem pacificamente, e neste caso só pagariam tributos; se não concordassem, enfrentariam a escravização. As autoridades reais logo descobriram que os tributos, onde

quer que pudessem ser cobrados de populações estabelecidas, eram mais fáceis de fiscalizar do que os lucros da escravatura, que tendiam a se concentrar nas mãos de colonos individuais.

Cortés e Pizarro conseguiram derrotar, abater e dominar os impérios dos mexica e dos incas. Suas expedições cobrariam um preço alto, mas foram bem-sucedidas na conquista simultânea de gente e de terra. As conquistas lançaram um pequeno número de soldados montados e com armaduras, com espadas de aço e armas de fogo, contra guerreiros armados com machados de pedra, escudos de madeira e armaduras de tecido. Cavalos e mastins contribuíram para piorar a situação dos defensores, enquanto um grande número de ajudantes nativos foi mobilizado pelos invasores. Os impérios mexica e inca incluíam grande quantidade de povos subjugados que se uniram aos estrangeiros. Pouco mais de 2.000 espanhóis foram responsáveis pelas conquistas; seus *caudillos* demonstraram grande coragem, talento e crueldade, jogando com as tensões internas da estrutura asteca ou inca. Depois disso, a administração real enfrentou o desafio de consolidar as vitórias, desenvolvendo uma burocracia real descomunal para impor o sistema de tributação e recuperar o controle sobre conquistadores insubordinados. A descoberta de vastos depósitos de metal precioso forneceu o motivo e os recursos para montar uma administração central eficiente.

Desde o início, os monarcas católicos mostraram-se ciumentos de sua nova e providencial aquisição; o cardeal Ximénez Cisneros, antes e durante sua breve regência, assegurou-se de que a Igreja seria uma fonte de poder real — não apenas como cão de guarda da ortodoxia, mas também como fornecedora de ilustres servidores da Coroa, leigos ou religiosos. Os elementos do sistema imperial foram elaborados por Carlos V, agora Carlos I da Espanha (1516-56), e aperfeiçoados por seu filho Felipe II (1556-98) e seu gosto pela burocracia. Adiantamentos vultosos feitos pelos banqueiros Fugger e Welser ajudaram Carlos de Ghent a garantir sua eleição como Sacro Imperador Romano e a tornar válida sua pretensão ao trono de Castela e das Índias; os Welser, em troca, obtiveram concessão para explorar as pérolas e o sal de Tierra Firme (Venezuela), enquanto as duas casas bancárias alemãs faziam grandes adiantamentos em troca da prata americana. Em 1520-21, o poder real enfrentou e esmagou a revolta dos *comuneros* e das *germanías*, que deram expressão às forças urbanas, burguesas e populares que se sentiam ameaçadas ou abandonadas pela nova organização imperial. Os grandes nobres e mercadores que controlavam o comércio de lã, assim como os que procuravam se beneficiar das Índias, vieram em socorro do poder real; até mesmo do rei de Portugal veio um oportuno subsídio.

Depois de voltar firmemente ao controle, Carlos e seus ministros implantaram um poderio real que respeitava os privilégios particulares de aristocratas e *hidalgos*, de mercadores e corporações históricas, mas que reservavam para si os níveis centrais do poder e a missão de impor um objetivo geral à monarquia e ao império. A construção de uma monarquia de tipo novo e mais universalista foi associada por um curto período (mais ou menos de 1523 a 1533) ao estímulo que a Coroa dava à filosofia humanista de Erasmo, antes da adesão por atacado à Contra-Reforma militante. A opção de Carlos de tornar-se um verdadeiro rei espanhol deve ter sido estimulada pela notícia da expansão de seus domínios nas Índias. Seu casamento com uma princesa portuguesa em 1526 foi o reconhecimento da necessidade de levar em conta os novos mundos. Ele procurou utilizar os recursos e o prestígio das Índias espanholas para promover objetivos cristãos e dos Habsburgo no Velho Mundo; em 1540, ele levou Hernán Cortés, o conquistador do México, para a expedição que tomaria a Argélia. Fosse qual fosse a sorte futura da monarquia, as Américas cresciam cada vez mais como prova principal do poder espanhol.[2]

Os postos mais elevados e importantes no serviço da Coroa, como os vice-reis e governadores de províncias, passaram a ser reservados a membros da nobreza, normalmente membros mais novos das principais famílias ou portadores de títulos de segunda linha. Alguns dos primeiros vice-reis importantes — Mendoza, na Nova Espanha (México), e Toledo, no Peru — permaneceram mais de uma década em seus postos, mas depois tornaram-se mais comuns períodos menores. Quando concluíam o mandato, havia uma investigação obrigatória de seu desempenho, geralmente realizada com grande cuidado. Abaixo dos vice-reis havia vários funcionários também subordinados à Coroa, inclusive o *corregidor* assalariado, geralmente um advogado, que tinha poderes e responsabilidades próprias e importantes. A administração fiscal, ou *hacienda*, e a Justiça, dispensada por meio das *audiencias* (Cortes Supremas), tinham aparatos semelhantes. Cada uma dessas instâncias empregava *escribanos* para anotar todas as decisões e registros de arquivo. No fim do século XVI foi publicada uma coleção de leis reais contendo 3.500 decretos. Embora a burocracia da *monarquía española* tenha sido restringida na Europa por interesses e isenções tradicionais, no Novo Mundo foi capaz de se impor com sucesso aos colonizadores e colonizados. Todas as trocas comerciais entre o Velho Mundo e o Novo passavam pela Casa de Contratación, criada em 1503 em Sevilha, capital histórica que reunia os recursos e a localização necessários para o desempenho da tarefa. A receita obtida com este comércio e com a venda de concessões e cargos relacionados às Índias fortaleceu o crédito do monarca e permitiu que manipulasse as Cortes e outras instituições.

A partir de 1519, o Conselho das Índias passou a se reunir semanalmente, às vezes com a presença do rei, para examinar a massa de petições e memorandos apre-

sentados à autoridade real. A grande maioria dos 249 membros do Conselho nomeados entre 1519 e 1700 eram *letrados* formados em universidades, e pouquíssimos deles chegaram a visitar as Américas; a maioria dos presidentes do Conselho era de membros da nobreza. O rei podia usar a Igreja, as ordens religiosas e o Santo Ofício para verificar o poder dos nobres e colonos, ou para acompanhar o desempenho dos funcionários. A Inquisição espanhola queimou na fogueira duas ou três mil pessoas como hereges entre 1481 e 1530; a grande maioria era de cristãos-novos que supostamente praticavam o judaísmo, mas havia também acusados de adulterar a verdadeira religião com blasfêmias, feitiçaria ou islamismo, ou de praticar sodomia ou bigamia. Entre 1560 e 1700, 50.000 casos foram investigados, numa ampla gama de supostos crimes religiosos, resultando em quinhentos condenados à fogueira, inclusive alguns simpatizantes do protestantismo, e muitos a outros castigos, como a perda de propriedade. A Inquisição também emitiu certificados de *pureza de sangre* — isto é, provas de ascendência cristã e castelhana, livre de manchas de sangue mouro ou judeu. O *patronato real* dava ao monarca o direito de apresentar candidatos a todos os cargos religiosos, de autorizar a ida de religiosos para as Américas e, a partir de 1568, de reexaminar toda a correspondência entre o Vaticano e as Índias.

As ordens religiosas receberam consideráveis responsabilidades pela conquista espiritual dos índios, pela vigilância dos colonos e pelo treinamento de funcionários leigos ou religiosos em seminários, colégios e universidades. Foi confiado a uma nova ordem militante, a Companhia de Jesus, ou jesuítas, fundada por um espanhol, o controle de comunidades indígenas numa série de áreas estratégicas. Enquanto os brancos nascidos na América conquistaram alguma representação, foram recrutados pouquíssimos religiosos índios ou mestiços, apesar da escassez de padres que pudessem falar as línguas indígenas. Em 1630, a América espanhola tinha 10 Cortes Supremas (*audiencias*), várias centenas de municipalidades, 5 arquidioceses, 29 dioceses, 10 universidades, 334 mosteiros, 74 conventos, 94 hospitais e 23 colégios. A ordem feudal espanhola havia se reproduzido sem um ingrediente crucial: o campesinato hispânico. Em vez disso, enfrentou uma população subjugada de maioria índia, com apenas uma camada intermediária e relativamente pequena de *castas*.[3]

A escravidão africana e o comércio atlântico de escravos acabaram dando contribuição expressiva para a fórmula imperial espanhola. A introdução de escravos africanos no Novo Mundo tinha dois aspectos positivos, do ponto de vista das autoridades metropolitanas. Em primeiro lugar, a venda de licenças para a entrada de africanos gerava dinheiro para o tesouro real — sempre uma preocupação importante. Em segundo lugar, ajudava o poder colonizador a fornecer mão-de-obra aos

centros urbanos e aos novos empreendimentos numa época em que a população nativa já tinha sido dizimada.

A conquista provocou um declínio catastrófico das populações indígenas do continente. A população das Américas era de talvez 50 milhões de habitantes em 1500, e há estimativas ainda mais altas, mas em 1600 era de menos de 8 milhões de pessoas. No Caribe, a população das ilhas maiores resistiu à escravização, sofreu com várias doenças e com o excesso de trabalho e foi destruída ou levada a buscar refúgio fora do alcance dos conquistadores. A população das Pequenas Antilhas, principalmente os povos conhecidos como *caribes*, resistiram com firmeza suficiente para dissuadir os espanhóis de colonizá-los. A população do México e da América Central caiu de 8-15 milhões em 1520 ao ponto mais baixo de 1,5 milhão em meados do século seguinte. Nos Andes, outra área de cultivo intensivo e alta densidade populacional, a população caiu de 9 milhões ou mais na década de 1540 para menos de um milhão no século seguinte. A causa imediata dessas terríveis perdas — uma das piores conhecidas da História — foram as novas pragas trazidas pelo conquistador. Em poucas décadas, os micróbios que haviam sido incubados durante milênios na densa população da Europa, da Ásia e da África foram lançados sobre os povos isolados da América; varíola, rubéola e outros males tiveram impacto devastador sobre organismos sem defesa contra eles. A mortandade causada pelas novas doenças pode ter sido bastante agravada pela destruição das comunidades indígenas, pela desorganização dos padrões agrícolas tradicionais e pela utilização de mão-de-obra indígena no trabalho mortífero nas minas de ouro, mercúrio e prata e nas *plantations* de açúcar e cacau. O vigor administrativo dos conquistadores contribuiu para o desastre, já que eles procuravam concentrar a população ameríndia em aldeias que pudessem controlar; deste modo, ajudaram a ampliar a exposição às doenças.[4]

Durante as primeiras três ou quatro décadas da Conquista, os índios foram divididos por *encomiendas* ou *repartimientos*, e postos a trabalhar no cultivo de alimentos para os conquistadores e na lavagem de ouro nos rios e córregos. É provável que este último trabalho tenha sido especialmente destrutivo por exigir prolongada imersão na água, aumentando a vulnerabilidade a várias doenças, e por não apresentar ciclo de colheita, com seus períodos de trabalho menos intenso. Os povos que habitavam as Antilhas na época do Descobrimento eram caçadores e colhedores, não acostumados aos rigores do cultivo sistemático, e agora submetidos ao garimpo ou às exigências sabidamente implacáveis dos engenhos de açúcar. As primeiras expedições enviadas ao continente americano pelos colonizadores das Antilhas tinham como

principal objetivo a caça aos escravos; no período de 1515 a 1542, cerca de 200.000 índios foram capturados apenas na Nicarágua, e levados como escravos para as Antilhas.[5] Mas a taxa de mortalidade era tão alta que em Santo Domingo e Cuba faltava mão-de-obra para manter a agricultura e para dar continuidade a programas de obras públicas. A ferocidade impiedosa dos colonizadores era ainda mais acentuada pela resistência dos povos indígenas. No final da década de 1530, o controle das ilhas maiores de Santo Domingo e Cuba pelos colonizadores foi ameaçado por grandes bandos de rebeldes, alguns dos quais haviam sido levados para lá como escravos.

No próprio continente, os índios que resistissem ao domínio espanhol podiam ser submetidos à escravidão absoluta. As comunidades indígenas que se submeteram foram obrigadas a fornecer alimentos ou mão-de-obra para as estradas ou minas. Apesar da propagação das doenças, este último método de recrutamento de mão-de-obra mostrou-se mais confiável e permitiu aos conquistadores dividir a tarefa de cobrança e vigilância com líderes vindos de comunidades indígenas. Os povos das Américas haviam desenvolvido culturas excepcionalmente produtivas — milho, mandioca, batata — que, se cultivadas de forma intensiva, geravam um excedente agrícola considerável. Os mexicas e seus antecessores haviam intensificado o cultivo através de um impressionante sistema de irrigação; haviam também estabelecido sua hegemonia sobre vários povos subjugados na Meso-América. O Império Inca reuniu um mosaico de povos num sistema altamente organizado e produtivo. O regime social formado na América Central espanhola e nos Andes fundiu os métodos pré-colombiano e espanhol de dominação e exploração. Muitos membros da classe dominante mexica converteram-se espontaneamente ao cristianismo e ofereceram seus serviços aos conquistadores.[6] Nos Andes, muitos dos *karaka* (nobres) locais dos povos não-incas dispuseram-se a trabalhar com os *encomenderos*, e os mais astutos dentre estes aumentaram seu interesse na parceria garantindo-lhes também uma *encomienda*. Depois da crise e da resistência provocadas pela rapacidade e pela inabilidade da primeira tentativa de colonização, a administração de Francisco Toledo como vice-rei do Peru (1569-81) reorganizou um sistema tributário comunal baseado num censo detalhado e no apelo ao passado inca. O programa maciço de repovoamento ordenado por ele teve um impacto devastador sobre a população indígena, mas forneceu a quantidade de mão-de-obra necessária nas minas e os tributos em bens necessários para manter a estrutura imperial.[7]

Alguns representantes da Coroa e da Igreja ficaram alarmados com a dizimação dos povos indígenas e com a ganância de muitos conquistadores. O frei dominicano

Bartolomé de Las Casas, ele próprio um colonizador e *encomendero*, lutou contra os maus-tratos infligidos aos índios e conseguiu fazer com que seus apelos chegassem à corte. As autoridades reais assustaram-se com a perspectiva de que a cobiça e a crueldade dos colonizadores estimulasse ainda mais resistência e revolta. As "Novas Leis" de 1542 e posteriores aboliram a escravidão indígena e o sistema de *encomiendas*, que subordinava os índios a seus senhores espanhóis. (É significativo o fato de que as três ordens mendicantes aliaram-se na defesa da *encomienda* num esforço para conseguir as boas graças dos colonizadores espanhóis.)

A Coroa promulgou as "Novas Leis" para restringir as pretensões dos novos senhores das Américas e para proteger seu patrimônio da fonte mais óbvia de devastação. O fim da *encomienda* desagradou à maioria dos colonizadores do continente, mas as determinações que suprimiram a escravidão eram mais aceitáveis, já que as expedições de caça a escravos vindas do Caribe haviam exaurido a fonte de mão-de-obra. Depois que o principal centro de gravidade da América espanhola deslocou-se das ilhas, o recurso à escravidão foi condenado ao declínio. Mesmo reduzida, a população indígena do continente ainda superava o número de conquistadores na proporção de 100 para 1, e para os escravos indígenas a fuga era ainda mais fácil do que para os de Hispaniola ou Cuba. Apesar da preocupação oficial, a escravização dos índios não cessou por completo, principalmente na periferia da região sob controle espanhol. Os índios que se revoltassem, ou que disso fossem acusados, permaneciam sob risco de escravização — mas para manter a condição de escravos eles tinham de ser levados para longe de seu lugar de origem, como os índios *pueblos* que foram levados para o istmo do Panamá. No entanto, em 1550 não havia mais escravos entre os povos nahua do México; mas havia *tlacotli*, ou escravos negros, de propriedade de espanhóis com dinheiro suficiente.[8]

Os escravos africanos passaram a ser um recurso estratégico no processo de colonização por serem vistos ao mesmo tempo como mais confiáveis, resistentes e flexíveis do que a população nativa e capazes de serem levados para pontos fracos do sistema imperial. No entanto, a permissão para a sua entrada foi dada com cautela, e mesmo assim em pequeno número, já que havia sempre o risco de que exacerbassem a situação instável e delicada das primeiras décadas. Até o ano de 1550 só estava registrada a importação de cerca de 15.000 escravos africanos pela América espanhola. Alguns africanos acompanharam as expedições iniciais de conquista, na comitiva dos principais conquistadores. Os primeiros escravos africanos levados para o Novo Mundo vinham quase sempre das Ilhas Canárias, ou da própria Península Ibérica; por isso, sabiam falar espanhol e já haviam adaptado suas habilidades à sociedade

colonial. Em 1510 foi permitida a exportação de 250 escravos de Lisboa, e em 1518 foi preparado o primeiro *asiento* para o comércio de escravos. Estes eram admitidos por meio de uma licença, pela qual pagava-se uma taxa; além disso, judeus, mouros, estrangeiros e hereges — na verdade, todos os que não eram súditos de Castela e não tinham sangue puro — estavam formalmente excluídos das Índias. É bem possível que houvesse contrabando de escravos, já que os comerciantes portugueses vendiam-nos a preço mais baixo que os *asientistas* oficiais. O *asiento* já foi descrito como instrumento do planejamento imperial de mão-de-obra, mas esta idéia é enganosa, já que a demanda de escravos vinha principalmente de colonizadores individuais para atender a suas necessidades particulares. Escravos africanos eram usados como criados, pedreiros, carpinteiros, coureiros, lavadeiras e cozinheiras, além do seu emprego nas *plantations* e *obrajes*, ou oficinas têxteis, nas quais predominava a mão-de-obra indígena. Com certeza havia funcionários reais entre os que compravam escravos africanos, mas, quando o faziam, era para usá-los em suas próprias casas. Alguns escravos africanos foram comprados como *esclavos del rey* para trabalharem em fortificações e outras obras, mas, por serem caros, essas compras costumavam ser muito menos importantes do que as feitas por indivíduos isolados.

Bartolomé de Las Casas, o dominicano que lutou contra os maus-tratos impostos aos índios, achou aceitável a escravização de africanos em seu período inicial, e propôs num texto de 1516 que os colonos tivessem permissão de utilizar africanos em vez de índios. Las Casas reagiu ao impacto completamente destrutivo da exploração, pelos colonos espanhóis, daqueles que lhes haviam sido confiados, e retratou de maneira impressionante a ganância, a rapacidade sexual e a arrogância do *encomendero*. A grande quantidade dos que eram submetidos à *encomienda*, e até mesmo os índios escravos trazidos do continente, tinham pouco valor comercial; suas vidas consumiam-se num ano ou dois de trabalho forçado, e eram impedidos de cuidar de suas famílias. Havia uma pequena população de filhos de espanhóis com mulheres índias, mas eles foram excluídos do sistema de *encomienda*.

Las Casas escreveu que ele "começou a considerar" pela primeira vez como era pouco cristão o tratamento dispensado aos indígenas quando ouviu um sermão em 1511 sobre um texto do Eclesiástico, capítulo 34, versículos 21 e 22: "O pão dos necessitados é a sua vida. Aquele que o rouba é um homem manchado de sangue. Aquele que tira o meio de vida de seu vizinho assassina-o, e o que rouba de um trabalhador a sua paga derrama sangue."* Nas condições do início da conquista

*Este texto corresponde aos versículos 26 e 27 da tradução autorizada da Bíblia católica para o português: "Quem tira a um homem o pão do seu trabalho, é como aquele que mata o seu próximo. Aquele que derrama sangue, e o que defrauda o salário do operário, são irmãos." (*N. do T.*)

espanhola, a imagem bíblica permite uma aplicação bastante literal. Os colonos estavam destruindo os índios com a brutalidade e o excesso de trabalho. À medida que mais e mais deles eram trazidos do continente apenas como força de trabalho, e a resistência das tribos remanescentes era cruelmente esmagada, os próprios colonos tornavam-se agentes de destruição, sem os quais as febres, as doenças e a melancolia não teriam conseguido dizimar os índios de forma tão assustadora. Em 1516, a situação dos africanos parecia diferente a Las Casas. Eles sobreviviam às condições de vida nas ilhas tão bem ou melhor que os espanhóis. Eram tratados como criados, mas estimados porque sabiam como cuidar de si mesmos e, por extensão, como cuidar de seus donos. Muito distantes de sua terra natal, eram vistos pelos colonos como mais dignos de confiança do que os índios, considerados desleais e traiçoeiros; alguns deles conquistaram a alforria e mesmo algum modesto cargo oficial. Mas na década de 1520, quando grupos de africanos foram submetidos ao duro trabalho na bateia de ouro ou nos engenhos de açúcar, houve relatos de que eles também foram levados à revolta ou à fuga.[9]

Las Casas reveria suas opiniões sobre a aceitação da escravidão africana quando grande número desses escravos ficou disponível e eles foram submetidos aos trabalhos mais pesados. Essa mudança de opinião representou em parte um aprofundamento de sua hostilidade em relação aos colonizadores, mas também estava de acordo com a noção encontrada no Eclesiástico de que não se deve tirar de um homem todo o benefício de seu próprio trabalho. A inspiração "humanista" de seu ponto de vista baseava-se no conceito de que "todas as nações da Terra são formadas por homens", o que envolvia não só a "faculdade da razão" como também a capacidade e a necessidade de viver "pelo suor de seu rosto" e o direito de receber pelo menos uma parte do fruto de seu trabalho, como acontecia com o camponês ou o artesão. Como a necessidade de exploração era bastante evidente pela demanda de mão-de-obra ameríndia e africana, esta ênfase foi um reforço importante para o argumento racional. No fim da vida, Las Casas escreveu que se arrependia amargamente de ter recomendado a importação de mais escravos africanos, e não tinha certeza se Deus o perdoaria por isso. Embora os apelos do dominicano em prol dos índios combinassem com as preocupações reais, sua retratação no caso dos africanos não teve impacto sobre a política imperial.[10]

A taxa de importação de africanos aumentou com o decorrer do século, porque não havia escravos índios disponíveis nos principais centros e também porque os colonos espanhóis tinham dinheiro para comprá-los. Como as autoridades foram lentas em sua reação, corsários e intrusos ingleses e franceses passaram a contrabandear escravos em meados do século. Ainda assim, o principal interesse dos corsários era

atacar os navios que transportavam ouro e prata. O reflexo defensivo que provocaram resultou contrário aos interesses de uma economia de exportação de base ampla e do tráfico de escravos mais intenso que poderia estar ligado a ela.

Apesar da redução assustadora do tamanho das populações indígenas, é importante registrar que elas ainda representavam uma ameaça potencial aos conquistadores. Além disso, durante um período considerável, suas instituições preservaram a vitalidade. Os espanhóis tinham grande necessidade de intermediários e subordinados. Os africanos costumavam ajustar-se admiravelmente a este papel: sua facilidade para idiomas e a falta da rigidez castelhana iriam torná-los particularmente eficientes.

Malogro no Caribe

O destino da escravidão no Novo Mundo dependeria do destino da agricultura de *plantation*, mas na América espanhola o desenvolvimento das *plantations* tropeçou depois de um começo modesto. Desde os primeiros dias de Colombo em Hispaniola os colonizadores tentaram desenvolver a agricultura extensiva comercial, usando no início principalmente escravos índios e depois trocando-os pelos africanos, alguns já com experiência na fabricação de açúcar. O próprio descobridor e outros membros de sua família montaram *plantations* açucareiras. Não havia nada de desabonador neste tipo de empreendimento. Colombo devia estar informado dos precedentes ilustres e lucrativos da família Canaro na Venezuela, da qual era membro a rainha de Chipre, e do infante Dom Henrique na Ilha da Madeira. Cortés seguiria o seu exemplo no México, criando *plantations* açucareiras em Morelos e perto de Veracruz. Em meados do século havia várias *plantations de* açúcar na América espanhola, algumas delas cultivadas por mais de cem escravos, mas ainda assim pouco açúcar era remetido para a Europa. Os *ingenios* de Hispaniola desenvolveram capacidade produtiva semelhante à das Ilhas Canárias, mas seu progresso inicial foi retardado pelas revoltas indígenas, pelo custo da compra de escravos e pelo perigo de ataques corsários. Enquanto gozaram de isenções especiais e de influência política, é provável que as famílias dos vice-reis tenham considerado um bom negócio o investimento em *plantations*, mas o custo da compra dos escravos e do equipamento necessários para montar uma *plantation* capaz de fabricar açúcar de boa qualidade era imenso.

O núcleo da mão-de-obra do *ingenio* acabou sendo formado por dezenas de escravos africanos. Os primeiros *ingenios* consumiram a vida dos índios, que foram depois afastados deste trabalho; mesmo nos lugares onde continuaram como mão-

de-obra auxiliar no cultivo da cana, foi necessário adquirir um caro contingente de escravos africanos para a fabricação do açúcar. Oviedo, escrevendo em Santo Domingo em 1546, calculou o custo da instalação de uma propriedade açucareira entre 10.000 e 15.000 ducados, e estimou que uma das maiores propriedades da colônia valia 50.000 ducados. Nos primeiros anos do reinado de Carlos V, a renda anual do marquês de Mondejar, um nobre da Espanha, era de 15.000 ducados, enquanto a renda do duque de Medina-Sidonia, um dos dois ou três magnatas mais ricos, era de 55.000 ducados.[11] Esse capital poderia ser conseguido se um cálculo razoável dos riscos, custos e receitas garantisse resultados satisfatórios. As autoridades, conscientes das dificuldades de administrar uma propriedade açucareira, criaram o *privilegio del ingenio*, que impedia que os bens de um *ingenio*, inclusive seus escravos, fossem confiscados para pagamento de dívidas. Antes da expansão do negócio da prata na década de 1570, o estímulo oficial à indústria do açúcar incluiu empréstimos especiais e isenções de impostos, mas essas medidas tiveram poucos resultados duradouros. Depois que se tornou clara a dimensão da produção de prata, a suposta urgência do desenvolvimento das *plantations* no Caribe diminuiu. No seu auge, em 1558, as ilhas espanholas enviaram 60.000 arrobas de açúcar para Sevilha, mas nas últimas décadas do século XVI a exportação de açúcar caribenho para a Europa era insignificante.[12]

As propriedades açucareiras do Caribe enfrentavam dois grandes problemas: defender a terra e vender o açúcar. Os corsários franceses e ingleses interessavam-se principalmente por ouro e prata, mas estavam prontos a pilhar os *ingenios* ou qualquer navio que transportasse açúcar. As fazendas de açúcar instaladas no Peru e no México ficavam no interior e sua defesa era muito mais fácil. Atendiam principalmente ao mercado americano, e sua sorte variava de acordo com a das novas formações sociais da colônia. Na verdade, o fato de que o México e o Peru puderam sustentar uma indústria açucareira, ainda que modesta, é um tributo à sua riqueza. Os engenhos instaladas em Morelos, com capacidade de produção anual de 250 toneladas de açúcar, ficavam longe do mar, mas perto da Cidade do México. Esta orientação voltada para o mercado colonial inerentemente limitado foi estimulada pelo trabalho da Casa de Contratación na metrópole e pela cara e desajeitada *carrera de las Indias*, ou sistema de frotas. As frotas espanholas, com suas viagens regulares mas pouco freqüentes e preços altos, eram adequadas para o transporte de metal precioso, não para o comércio de produtos agrícolas. Uma das vantagens potenciais do Caribe como local de produção de açúcar, quando comparado às Canárias ou à Ilha da Madeira, era que o período de colheita durava cerca de seis meses; mas o sistema

de frotas anuais não permitia aos produtores explorar esta vantagem. A preocupação oficial de incentivar a indústria açucareira não se estendeu à disposição de modificar a *flota* ou de interferir no monopólio de Sevilha.[13] O espaço na frota que voltava à Espanha geralmente tinha de ser racionado. No século XVII, uma indústria de açúcar modesta desenvolveu-se sob a proteção das impressionantes fortificações de Havana; os funcionários locais foram "acusados de permitir" o despacho para Sevilha de 13.500 arrobas anuais entre 1635 e 1640. Um estudo de vinte *ingenios* em meados do século mostra que tinham contingentes pequenos de escravos: seis deles tinham menos de 9 escravos, dez tinham entre 10 e 19, dois entre 20 e 29 e dois entre 30 e 39 escravos.[14]

A prata do Peru tinha de ser levada pelo istmo do Panamá, despachada de lá com uma escolta armada para Havana, onde encontraria a frota da prata de Veracruz na costa mexicana, e então partiria para a Espanha. Em meados do século, um enxame de corsários franceses e ingleses vivia à espreita para atacar a frota e saquear as desprotegidas colônias espanholas no Caribe. Depois de perder a população indígena e os modestos depósitos de ouro, Santo Domingo e Cuba foram abandonadas pela massa dos colonos espanhóis, que partiram para o continente em busca de fortuna. Longe da linha direta da rota da prata, e às vezes até bem perto dela, os colonos espanhóis não tinham meios de defesa. Em 1560 dizia-se que Santo Domingo, capital de Hispaniola, era a única cidade do Caribe espanhol cuja milícia contava com mais de 200 homens e rapazes. Alguns dos habitantes que restaram dedicaram-se ao contrabando ou às permutas com os corsários, mas os produtos envolvidos eram couro, provisões e tabaco; as propriedades açucareiras eram vulneráveis e visíveis demais para se sustentarem apenas com o contrabando. Por toda parte havia índios revoltados e escravos fugidos, africanos ou indígenas, e eles também comerciavam com os corsários.[15]

De início, os *cimarrones* do Caribe eram escravos indígenas rebelados, mas o termo logo estendeu-se aos africanos que haviam escapado do poder espanhol, estivessem ou não ligados aos índios rebeldes. A Espanha controlava as áreas centrais dos antigos impérios mexica e inca, os distritos de mineração e uma série de regiões costeiras e portos estratégicos. Mas havia áreas extensas fora de seu controle. Muitas das nações indígenas das Américas do Sul e do Norte haviam destruído e expulsado tropas invasoras. Por exemplo, a resistência dos araucanos impediu que os espanhóis controlassem o sul do Chile. Fora das áreas conquistadas pela Espanha, a proliferação de rebanhos de gado e de cavalos forneceram aos povos indígenas novos recursos que eles logo aprenderam a utilizar e mobilizar contra o invasor. Nas áreas que conseguiram expulsar os espanhóis, os negros fugitivos não costumavam

ser bem recebidos. Mas em várias partes da grande área caribenha e costeira foi possível às vezes negociar um *modus vivendi* entre as comunidades indígenas pressionadas e grupos de africanos fugitivos. Estes últimos eram encontrados com mais freqüência perto das regiões onde os escravos haviam sido forçados ao trabalho mais duro, como nas ilhas do Caribe, onde os escravos trabalhavam na indústria do açúcar ou em projetos de construção, ou perto do Istmo do Panamá, onde eram usados como carregadores no transporte entre as duas costas. No interior do continente, nas bacias de sal e em Tierra Firme, ou no domínio espanhol na América do Sul, havia também grupos de *cimarrones*. Em alguns casos, dizia-se que os escravos fugidos eram muçulmanos; certamente cativos muçulmanos teriam mais uma razão para escapar das garras dos espanhóis. Em outros casos, africanos fugidos ou naufragados iriam se aliar a algum povo indígena, gratos pela ajuda africana contra os espanhóis e outros inimigos, como aconteceu em Esmeraldas, na costa sul-americana do Pacífico, e em parte das Pequenas Antilhas. Os conflitos que irromperam na *república de españoles*, ou entre os conquistadores e a Coroa, também criaram oportunidade para a revolta de escravos que trabalhavam nas minas, fazendas e oficinas de Nova Granada e Nova Espanha.[16]

Os franceses e ingleses, invejosos da riqueza mineral da Espanha, tentaram incessantemente interceptá-la. Os piratas e corsários mais destemidos chegaram aos poucos a fazer contato com várias comunidades grandes de *cimarrones* na vizinhança do Panamá, num relacionamento cimentado pelo comércio de armas e ferramentas em troca de víveres, peles e, talvez, fumo. Na década de 1560, corsários franceses, geralmente huguenotes contratados pelo almirante Coligny, atacaram as cidades espanholas do istmo juntamente com os *cimarrones*. A expedição de Francis Drake ao Istmo do Panamá em 1572-3 ia mal até que o capitão e ex-traficante de escravos fez uma aliança com uma força de trinta negros que conheciam o país, tinham boas informações sobre a movimentação dos espanhóis e estavam ligados a uma comunidade mista de *cimarrones* e índios com cerca de três mil homens. Sua ajuda foi decisiva numa emboscada que capturou uma tropa de mulas carregadas de prata e ouro, destinada a Nombre de Dios. Mais tarde, no mesmo ano, unidos desta vez ao corsário huguenote Le Testu, Drake e os *cimarrones* atacaram de novo, capturando a maior parte do metal precioso levado por outra tropa de mulas. As autoridades espanholas no Panamá relataram: "Esta aliança entre ingleses e negros é muito prejudicial a este reino, já que, por serem tão acostumados à região e tão eficientes na emboscada, os negros lhes mostrarão meios e métodos para realizarem qualquer plano perverso que queiram pôr em prática."[17]

Agindo com base na correta suposição de que Drake esperava conquistar aliados locais para outras investidas contra a riqueza espanhola, e de que seu exemplo poderia inspirar outros saqueadores, as autoridades da região desfecharam ataques selvagens às povoações de *cimarrones* ao seu alcance e prenderam alguns marinheiros ingleses que nelas haviam permanecido. Depois de campanhas arrastadas e pouco decisivas, os comandantes espanhóis acabaram propondo um tratado de paz aos *cimarrones*, pelo qual eles teriam direito a um *pueblo* autogovernado no rio Chepo, com a condição de romperem relações com os ingleses e concordarem em devolver os escravos fugidos que haviam procurado refúgio entre eles. Essas condições foram aceitas e, pelo menos quanto à primeira, respeitadas. Quando Drake voltou ao istmo em 1596, os *cimarrones* recusaram-se a colaborar.[18] Sem dúvida, esta reação satisfatória encorajou as autoridades a continuar autorizando a importação de africanos em grande escala.

Entre 1550 e 1595, apenas 36.300 escravos africanos foram importados pela América espanhola, segundo registros oficiais. Mas dado o tamanho da população africana escrava no México e em outras partes da América espanhola, é certo que o contrabando aumentou este total em uma quantidade indeterminada, mas possivelmente bem grande. Hawkins teve pouca dificuldade para vender centenas de cativos africanos em cada uma de suas três viagens ao Caribe; sabe-se também que havia muito contrabando nas costas de Tierra Firme e México, com o envolvimento de mercadores portugueses e espanhóis, além de franceses e ingleses. No entanto, a importação realmente maciça de escravos só começou a ocorrer no período de 1595-1640, durante o qual nada menos que 268.600 escravos entraram na América espanhola, segundo os registros oficiais. Este fluxo em grande escala reflete a demanda colonial de escravos africanos e a disposição cada vez maior da Coroa espanhola de incentivá-la. As autoridades espanholas continuaram a regulamentar as importações por meio de *asientos*. Neste caso, o *asiento* consistia numa licença para vender um determinado número de escravos, e era vendido a um mercador estrangeiro, geralmente português.[19] A mesma palavra era usada para denominar a grande maioria dos contratos e empréstimos negociados para cobrir despesas reais. A permissão de comerciar com escravos era assim vista como uma receita tangível, comparável ao direito de receber a cobrança de uma taxa ou do quinto real.

As autoridades peninsulares estavam ansiosas para elevar ao máximo o fluxo de ouro e prata pelo Atlântico — e, segundo acreditavam, ao licenciarem um tráfico maior de escravos poderiam consegui-lo, de forma a fortalecer seu poder no Novo Mundo. Nesta época, a América espanhola reduzira a compra de produtos alimentícios e manufaturados espanhóis por causa do crescimento da produção local — ou

por causa da preferência por artigos de luxo produzidos em outros países. Os escravos comprados de Portugal criavam receita direta para a Coroa, e enriqueciam um reino agora também governado pelo monarca espanhol. Alguns africanos foram trazidos diretamente para construir fortificações e reforçar as comunicações imperiais em áreas despovoadas. Esses escravos, que haviam sobrevivido à marcha até a costa africana e à travessia do oceano, já tinham imunidade às doenças mais perigosas. Os escravos africanos e seus descendentes vieram a compor um terço ou mais da população das terras baixas costeiras colonizadas da região do Caribe. Eram usados como mão-de-obra urbana ou no trabalho nas *plantations*; os que conquistavam a liberdade podiam alistar-se na milícia local. O número absoluto de escravos no Caribe era consideravelmente menor do que o absorvido pelos grandes vice-reinados do continente, mas tinha importância estratégica.

Pode-se ter uma idéia da contribuição geral da escravidão africana para a colonização do império espanhol no Novo Mundo com a comparação entre importação de escravos e imigração espanhola. No primeiro período, o número de espanhóis que chegavam ao Novo Mundo excedia o de escravos importados; enquanto este último chegou a, no máximo, 60.000 escravos até 1595, a imigração de espanhóis foi cerca de duas vezes maior. Mas a partir de 1595 há registros oficiais de cerca de 4.000 escravos africanos enviados ao Novo Mundo a cada ano, comparados à imigração anual de cerca de 3.000 espanhóis, alguns dos quais voltariam depois para a Europa. Até a década de 1640, a importação de escravos africanos excedeu a imigração líquida de europeus na América espanhola por uma margem considerável. Até 1596, o Novo Mundo era mantido como reserva de Castela; outras nacionalidades, incluindo outros súditos da Coroa espanhola, estavam formalmente excluídos da colonização. Mesmo depois dessa data, nenhum espanhol viajou legalmente para o Novo Mundo sem uma licença assinada pelo próprio monarca; as licenças reais abrangiam mais de uma pessoa, mas, com exceção de soldados e clérigos, incluíam em média três pessoas por licença. O futuro emigrante precisava fazer uma petição ao *corrigidor* ou *alcalde* de sua região natal para conseguir a prova de sua pureza de sangue, apresentar seis testemunhas confirmadas por três tabeliães e apresentar a licença real ou um certificado garantindo que fora aprovado e que só esperava a assinatura do rei. Os que desejassem correr o risco podiam, a um preço considerável, adquirir documentos falsos. Devido a tais precauções, ao custo da viagem e à falta de ganhos durante a travessia, é espantoso que mais de 3.000 pessoas por ano deixassem a Península Ibérica; este número só pode ser explicado pela excitação e pelos recursos associados à prata e ao ouro, e pela capacidade dos que já estavam no Novo Mundo de ajudar os parentes.[20] A própria Espanha sofreu uma

perda grande de população no final do século XVI, com pragas particularmente violentas na década de 1590, e assim havia menos pressão para emigrar.[21]

Os escravos africanos não tinham envolvimento anterior com as rivalidades dinásticas, religiosas ou nacionais da Europa; se fossem manejados de forma adequada, poderiam reforçar em vez de minar o poder de Madri. A própria Coroa introduziu escravos nas Américas para uso nas obras públicas. Escravos construíram fortificações impressionantes em todo o Caribe espanhol. Trabalharam em arsenais, fábricas de sabão, minas de cobre, serrarias, estaleiros e na produção de alimentos. Apesar da perda de poder no Velho Mundo e dos golpes sérios que sofreu no Novo Mundo, a Espanha foi bem-sucedida na defesa das rotas marítimas e dos portos caribenhos. No século XVI usavam-se galeras contra os corsários, com alguma eficácia. No início do século XVII, a *Armada de Barlovento*, cujos navios de guerra haviam sido construídos na região com madeiras de lei, patrulhou continuamente o Caribe e passou a ser temida pelos contrabandistas e corsários. A construção naval cubana chegou a rivalizar com a do norte da Espanha. Em 1610, os escravos constituíam quase metade da população cubana de 20.000 pessoas e supriam parte da mão-de-obra especializada necessária para os arsenais e estaleiros reais.[22]

Os comerciantes portugueses sempre foram essenciais no cumprimento dos *asientos*, mesmo quando estes foram concedidos aos banqueiros alemães Welser ou a genoveses. Depois da união dos reinos em 1580, grandes contratos foram vendidos diretamente aos portugueses, para lucro considerável da Coroa. Ficava cada vez mais difícil encontrar formas de recolher a maior parte possível dos metais preciosos extraídos nas Américas. Os colonos agora produziam seu próprio vinho, azeite, objetos de couro e produtos têxteis, o que reduziu as exportações espanholas. Mas um produto transatlântico — escravos africanos — continuava a ter demanda crescente, à medida que os espanhóis sofriam uma redução ainda maior da força de trabalho. Em 1561, quando começou a primeira fase do período da prata, o valor dos africanos vendidos à América espanhola foi equivalente a 22,5 por cento de toda a produção peruana de metal precioso. Em 1595, um mercador português assinou um contrato para pagar 900.000 ducados ao tesouro espanhol em troca de um *asiento* que lhe desse o direito de importar 38.250 escravos num período de nove anos; nessa época, a receita real decorrente da prata americana correspondia a dois milhões de ducados por ano.[23] O próprio *asientista* vendeu cotas em sua licença para comerciantes particulares de escravos e para investidores. Os termos do *asiento* reproduziam as determinações das licenças originais do comércio português de escravos; dava-se permissão por um determinado período para o oferecimento à venda de tantas *piezas de Indias*, cada *pieza* sendo equivalente a um escravo macho e as crianças e mulheres correspondendo a frações de *pieza*. Embora os escravos fossem mais numerosos que as escravas numa proporção de três para uma, os comerciantes costumavam ultrapassar o número estipulado em sua licença invocando os cálculos em *piezas*.

As Antilhas e o México ficaram com a maior parte dos escravos importados pela Casa de Contratación até 1589. Um levantamento das importações de escravos por porto de entrada nos anos de 1595-1640 (ver Tabela III.1) mostra um novo padrão.

Tabela III.1 Importação de escravos na América espanhola, 1595-1640

Porto de entrada	Escravos importados
Cartagena	135.000
Veracruz	70.000
Outros portos do Caribe	19.644
Buenos Aires	44.000
Total	268.644

Fonte: Enriqueta Vila Vilar, *Hispanoamérica y el comercio de esclavos*, Sevilha 1977, p. 226.

Os escravos vendidos às ilhas eram agora poucos, se comparados ao número dos que iam para o México (Veracruz) e Cartagena, porto que fornecia escravos ao Peru, à Venezuela e à Colômbia. Não há dúvida de que a principal razão para a importância do México e do Peru como destinos para escravos africanos reside simplesmente no fato de que eram estes os centros da riqueza e da administração na América espanhola. Os escravos ajudaram a sustentar as capitais dos vice-reinados em Lima e na Cidade do México numa época em que a população indígena sofria seu mais acentuado declínio. Os africanos eram utilizados como criados, supervisores, trabalhadores especializados, jardineiros e trabalhadores braçais, sendo quase sempre preferidos aos índios. O espanhol do Novo Mundo considerava a posse de escravos africanos como indicador de posição social. Eles também trabalhavam como artesãos e como operários em projetos de construção. As oficinas têxteis (*obrajes*) utilizavam escravos, às vezes na supervisão do trabalho dos índios, que eram tecelões e alfaiates hábeis. Outra vantagem dos trabalhadores escravos, na cidade ou no campo, era que podiam ser submetidos ao trabalho contínuo, enquanto os trabalhadores indígenas dos *repartimientos* tinham de voltar para suas comunidades depois de certo tempo.

Em 1636, os habitantes de Lima eram 27.394, dos quais 14.481 eram negros ou mulatos — ou seja, escravos africanos ou seus descendentes. Em 1650, a população negra total de Lima chegava a 20.000 pessoas, das quais cerca de dez por cen-

to eram livres. Outras cidades e portos da América do Sul, como Cartagena, Arica e Quito, tinham grande proporção de escravos em sua população. Consta que em 1570 a população da Cidade do México compunha-se de 8.000 espanhóis, 8.000 escravos negros e 1.000 mulatos, proporção semelhante à de cidades menores como Veracruz, Guadalajara, Merida e Puebla. Os índios evitavam as cidades por razões culturais ou epidemiológicas deixando nelas os escravos negros como principal contingente de mão-de-obra.[24]

Prata e receita pública: exploração sem escravização

Embora a maioria dos escravos africanos se encontrasse nas cidades e ao longo das linhas de comunicação, eles também estavam presentes em algumas zonas de mineração. Um censo dos trabalhadores de várias minas mexicanas importantes feito em 1570 registra a presença de 3.690 escravos, 1.850 espanhóis e 4.450 índios; em 1597, a mão-de-obra numa lista semelhante das minas mexicanas incluía 296 proprietários espanhóis, 1.022 escravos, 4.610 índios livres, 1.619 índios no sistema de *repartimiento* e um pedido de mais 2.544 trabalhadores índios.[25] Na região andina, o sistema de *mita* (trabalho tributário ou forçado, versão modificada do sistema tributário inca) fornecia a mão-de-obra básica para as minas, embora sua quantidade quase nunca fosse suficiente.

Os *mitayos* recebiam dos titulares das concessões das minas uma paga diária em prata que dependia das metas de produção; o acesso a esta fonte barata de mão-de-obra fazia parte do valor da concessão. A maior parcela dos ganhos em prata dos *mitayos* devia ser entregue aos funcionários reais como parte do tributo devido por suas comunidades. As várias comunidades indígenas eram obrigadas a enviar trabalhadores para jornadas de quatro meses nas minas para cobrir sua cota; esses trabalhadores chegavam com alguma comida para sua estada, mas para cobrir o custo de subsistência tinham de estender o período de trabalho nas minas, trabalhando alternadamente uma semana para cobrir a *mita* e duas semanas como *mingados*, recebendo uma paga um pouco melhor. Os *mitayos* eram responsáveis pela tarefa dura mas não especializada de cavar o minério nos poços e galerias a centenas ou milhares de metros no interior das montanhas. O trabalho mais técnico de moagem, tratamento e fundição do minério era realizado por trabalhadores livres. Desde os primeiros dias, os espanhóis contaram com os *yanaconas*, servos do sistema indígena que freqüentemente se aliavam aos conquistadores, para integrar a mão-de-obra especializada nas minas. Um levantamento de 1603 da mão-de-obra em Potosí registrou 4.780 *mitayos*, 11.020 *mingas* e 43.200 trabalhadores livres; mas, enquanto todos os *mitayos* e *mingas* estavam envolvidos diretamente na economia mineira, este era o caso de apenas 2.000 trabalhadores livres.[26]

As autoridades espanholas cobravam dos proprietários das minas o quinto real, depois reduzido para décimo, além de recolherem tributos da *mita*. O sistema tributário também gerava um fluxo de víveres e roupas, produtos que, por sua vez, podiam ser vendidos para a população das zonas de mineração. O mineiro livre do México ou dos Andes recebia um salário em prata que poderia parecer impressionante na Europa, mas os mineiros e suas famílias pagavam caro pela comida, pelas roupas, pelas ferramentas de trabalho e pela moradia; todo dinheiro excedente era gasto com coca ou chocolate. A economia política das regiões de mineração era tal que os índios que cavavam, fundiam e refinavam a prata acabavam sem ela, enquanto os espanhóis, que não executavam nenhuma tarefa produtiva, ficavam com todo o metal precioso. Nessa época, os *arbitristas* espanhóis começaram a queixar-se de que eles eram os índios da Europa, querendo dizer que ficavam com o duro trabalho da colonização enquanto outros, que forneciam à Espanha alimentos e produtos manufaturados, recolhiam todo o lucro.

Deve-se perguntar: por que os escravos africanos não foram mais usados nas minas de prata? Quando se compara o salário de um *mitayo* ou *mingado* com o preço de um escravo, pode parecer que havia razões econômicas para usar estes últimos. Um *mitayo* recebia 3 reales e meio por dia, o *mingado*, 4 reales. Assim, em um ano o *mingado* custava/recebia 1.224 reales, ou 154 pesos. O salário dos trabalhadores livres especializados era bem mais alto, embora parte de sua paga fosse o minério que guardavam para si. Antes de 1570, o preço de um escravo de primeira linha na América espanhola ficava na faixa de 150-300 pesos, e subiu para 300-500 pesos no meio século subseqüente.[27] Em Potosí, os escravos nunca foram parte significativa da mão-de-obra, e no México, onde chegaram a constituir um quinto dos mineiros, seu número reduziu-se depois de 1570.

Já se disse que os africanos não se adaptaram ao clima dos Andes. Mas além do custo da compra de um escravo, que poderia ser recuperado em alguns anos, havia os altos custos de subsistência, que consumiriam a maior parte da produção diária do escravo. A cidade mineira, com população estimada de 160.000 habitantes no início do século XVII, ficava no árido altiplano, e a maior parte dos alimentos tinha de ser trazida de muito longe; o frio era intenso e, assim, roupas pesadas eram indispensáveis. O senhor que mantivesse seu escravo trabalhando na mina teria de alimentá-lo e vesti-lo pagando os preços altos vigentes nas regiões mineiras, e não poderia

esperar que o escravo produzisse sua própria alimentação em hortas, como acontecia em outras regiões. Os poucos escravos levados para Potosí eram criados ou artesãos. Os motivos econômicos que impediram os proprietários de mandar seus escravos para as minas de prata também explicam por que este trabalho, embora pago, era impopular também entre os índios. O estado colonial lucrava com o alto custo de vida do altiplano, vendendo roupas e alimentos aos *mitayos* e trabalhadores livres — sendo que estes mesmos alimentos e roupas haviam sido extorquidos das comunidades indígenas sob a forma de tributos.

No entanto, a intervenção do estado, embora importante, não resolvia completamente o problema do ponto de vista dos que possuíam concessões de minas, já que os forçava a atender à demanda de mão-de-obra. Embora os lucros tenham sido muito altos nos anos dos primeiros veios, os concessionários viram-se mais tarde espremidos entre os impostos e os salários. No início do século XVII, vários deles passaram a usar africanos, em parte como supervisores para forçar os *mitayos* a trabalhar mais intensamente, e em parte como alavanca para ajudar a reduzir o salário dos trabalhadores livres. Isso parece ter acontecido mais em Huancavelica e Castrovirreyna do que em Potosí, talvez porque o custo de vida não fosse tão alto nas duas primeiras localidades. No entanto, os escravos africanos não se tornaram a mão-de-obra principal em parte alguma nos Andes. Os empresários espanhóis encontraram outra forma de baixar o custo da mão-de-obra livre, oferecendo o usufruto da terra aos trabalhadores. O número crescente de *foresteros* — índios que desertaram de suas comunidades opressivamente tributadas — elevaram a pressão competitiva nas fileiras dos trabalhadores livres, levando alguns a aceitar terras em troca de trabalho. Desta forma, os empresários coloniais conseguiram obter vantagens com a pressão exploradora do estado colonial por meio de suas taxas e impostos.[28]

Embora menos famosas que as minas de prata, as *obrajes* coloniais espanholas foram também um grande feito econômico, fornecendo a maior parte do vestuário usado no altiplano. Um estudo realizado sobre Quito, centro de produção das *obrajes*, revela uma indústria que empregava 10.000 operários índios com uma produção têxtil avaliada em um milhão de pesos anuais. No final do século XVI e início do XVII, a mão-de-obra indígena era fornecida de forma comunal pelo sistema de *mita*, mas, com o desenvolvimento da indústria, surgiu o trabalho dos chamados *voluntarios*, presos a um sistema de servidão por dívida e que só recebiam salários em bens. Os *encomenderos* de Quito tinham direito ao trabalho comunal ou a um equivalente em dinheiro, e a existência de dívidas em trabalho comunal ajudava a manter baixos os salários dos outros trabalhadores. Tyrer escreve: "Os salários reduzidos dos trabalhadores das *obrajes* e o pagamento em bens restringiram o desenvolvimento da economia monetária em Quito e eliminaram completamente a possibilidade de expansão do mercado doméstico que costuma estar associado à manufatura."[29]

Um dos encargos que as comunidades indígenas eram obrigadas a pagar, e que as forçava a encontrar operários para as *obrajes*, era o salário dos funcionários espanhóis que organizavam o alistamento de mão-de-obra. Cita-se um observador da época que teria dito que, para a comunidade, "pagar os capatazes e recrutadores que trazem os índios, arrancando-os de seus lares e encarcerando-os violentamente, é como pagar para ser surrado, como fazem na Turquia".[30] Esta observação testemunha a exploração impiedosa incorporada às *obrajes* e a tentativa espanhola de fabricar uma economia moral esfarrapada para ocultá-la. Entre os funcionários cujos salários deviam ser cobertos estavam o *recogedor*, responsável pela entrega dos *mitayos*; o *alguaciles*, escrivão ou meirinho; o *protector de los naturales* e o padre. Os próprios caciques podiam receber uma parte modesta dos lucros do *encomendero*. Devido ao tributo em trabalho, disponível nas aldeias indígenas, raramente se empregaram escravos africanos em Quito.

Escravidão num império barroco

Houve uma região onde os escravos africanos foram a principal força de trabalho utilizada na extração de metais preciosos: no garimpo de ouro de aluvião nos rios e riachos de Nova Granada (oeste da Colômbia). Por volta de 1590, cerca de mil escravos eram comprados por ano pelos donos das jazidas, provavelmente porque não havia tributos indígenas nem trabalhadores assalariados disponíveis na região e porque os escravos podiam cultivar sua própria comida. Os escravos eram organizados em *cuadrillas*, ou turmas de trabalho, sob a direção de um *capitan*. Tinham permissão de trabalhar um dia por semana para si mesmos; também recebiam pedaços de terra, *piezas de roza*, onde podiam cultivar alimentos. Na época da colheita, metade da *cuadrilla* era destacada para trabalhar nas roças. Era mais importante possuir trabalhadores do que minas, e o *señor de cuadrilla* recebia extensões de terra e trechos de rio para serem explorados que correspondiam à força de trabalho de que dispunha. A população escrava da região não cresceu tão depressa como seria de se esperar — em parte por causa da alta taxa de mortalidade e do desequilíbrio de sexos e também, embora em menor escala, porque alguns escravos conseguiram comprar a própria liberdade. Não se esperava de escravos adultos mais do que sete ou oito anos neste trabalho; se ao final daquele tempo alguns tivessem economizado o bastante para comprar a sua liberdade, o proprietário lucrava em dobro. O uso de trabalho escra-

vo nas minas de aluvião era também incentivado pelo fato de que o ouro, produzido em quantidade menor que a prata, manteve seu valor.[31]

As autoridades espanholas preferiam incitar cada casta constituinte da sociedade — colonos, negros e índios — a manter distância das outras. Havia leis banindo os africanos dos distritos indígenas. Ainda assim, a escassez de mulheres espanholas e africanas levou a uniões sexuais e até mesmo a casamentos que ignoravam a barreira de castas. Os filhos de mães índias e pais africanos eram, naturalmente, livres. Era mais fácil para uma escrava ser alforriada do que para um escravo; algumas delas casaram-se com colonos espanhóis, embora houvesse regulamentos que tentavam proibir as negras de se vestirem como espanholas. Os regulamentos estabelecidos pelas autoridades espanholas eram quase sempre ignorados. De início os escravos gozaram de alguns dos direitos das *Siete Partidas*, como o de poder apelar para serem vendidos a outro senhor por causa de tratamento injusto ou severo demais. Na prática, o escravo precisava da mediação de alguma pessoa ou organização poderosa para ter a esperança de invocar esses direitos. A Inquisição só citava ocasionalmente os maus-tratos infligidos a escravos nas acusações feitas a suspeitos de heresia. Em outros casos, a estrutura barroca da administração espanhola, com órgãos isolados e estimulados a se inspecionarem e vigiarem mutuamente, dava oportunidade a alguns escravos urbanos de registrar queixas. Assim, as *audiencias* podiam às vezes indicar inspetores para fiscalizar as condições de trabalho nas oficinas têxteis do México ou nas minas do Peru. Num estudo das audições do Santo Ofício no México sobre maus-tratos de escravos, só três casos entre 1570 e 1650 resultaram em alguma penalidade imposta aos senhores; dois deles diziam respeito ao mesmo senhor. Até a mais extrema crueldade resultava apenas em multa e na recomendação de que o escravo fosse vendido a outro senhor. Dois casos relativos a morte de escravos não tinham nenhuma sanção registrada. Talvez os senhores urbanos tenham sido um pouco menos propensos a maltratar seus escravos, por saberem que havia uma remota possibilidade de problemas no caso de serem acusados por um vizinho ou visitante; e não havia nenhuma acusação contra proprietários rurais de escravos.[32]

Em algumas regiões da América espanhola começou-se a usar escravos no cultivo de produtos tropicais, mas pouco desta produção chegou à Europa. Em Tierra Firme, na região de Caracas, escravos foram utilizados no cultivo de cacau. Os proprietários só precisavam possuir um punhado de escravos, aos quais ofereciam o usufruto de um pedaço de terra e, em troca, eles cuidavam dos pés de cacau. Durante os intervalos entre as colheitas só era necessário regar os pés e manter o terreno livre de

ervas daninhas; um destacamento de escravos podia ser enviado para plantar mais pés de cacau. De início, o mercado para o cacau localizava-se, mais uma vez, principalmente na própria América, com consumidores índios e *criollos*. No México, os grãos de cacau eram usados como dinheiro, e cinqüenta grãos correspondiam a um real. O gosto pelo chocolate espalhou-se gradualmente do Novo Mundo para o Velho. Pequenas e caras quantidades foram despachadas pela *Carrera*, e também vendeu-se algum cacau aos corsários. No entanto, o gosto pelo chocolate adoçado e aromatizado só se desenvolveu na corte de Madri na segunda metade do século XVI, onde tornou-se uma bebida permitida durante períodos de jejum e símbolo de elegância aristocrática. Da Espanha este hábito propagou-se para outras cortes barrocas, especialmente a corte francesa depois da chegada de Ana d'Áustria, em 1615, mantendo o caráter aristocrático e clerical ainda por algum tempo.[33] Nas décadas de 1580 e 1590, os holandeses foram excluídos da produção de sal de Setúbal, e tentaram compensar esta perda procurando os grandes depósitos de sal ao longo da costa venezuelana; eles suplementaram a exploração deste recurso com o contrabando de couro, fumo e cacau.

Os colonos espanhóis na América Central também acharam lucrativo empregar uma parcela dos escravos para catar e processar o anil ou o campeche. Estes produtos eram típicos da zona tropical de baixa altitude, à qual achava-se que os africanos estavam aclimatados. A extração dos corantes exigia trabalho duro e sem descanso, e podia ser facilmente vigiada, características que tornaram ainda mais adequada a mão-de-obra escrava; em Amsterdã, este trabalho era reservado a prisioneiros.[34] Em algumas áreas do Caribe espanhol podem ter sido usados escravos no cultivo do tabaco, embora, de início, esta cultura fosse realizada por índios ou colonos livres. Os colonos do Caribe espanhol tinham poucos escrúpulos quanto ao contrabando, e dispunham-se a vender fumo, couro e peles aos holandeses e ingleses. Mas a longa batalha entre as autoridades espanholas e os corsários criou um ambiente inseguro que não favorecia a escravidão em larga escala das *plantations*. As *plantations* de açúcar, com seu equipamento caro e visível, eram particularmente vulneráveis aos ataques, e a maioria delas se abrigou perto das fortalezas espanholas. A gravidade das incursões de corsários e contrabandistas forçou a administração espanhola a evacuar a população do norte de Hispaniola em 1603, demolindo todos os prédios em sua partida; os assentamentos espanhóis nessa região foram oficialmente considerados abrigos de corsários e contrabandistas.

Um dos principais produtos contrabandeados nessa época era o fumo, grande parte dele cultivado na própria Hispaniola. As autoridades espanholas desaprovavam essa cultura — em parte porque a prata e o ouro eram os únicos produtos con-

siderados merecedores do investimento imperial, mas também porque o uso do fumo estava associado à desprezada cultura dos índios e negros. Oviedo escreveu em sua *Historia General de las Indias* (1535): "Os índios desta ilha, além de seus outros vícios, possuem um dos piores: o de inalar fumaça, que chamam de tabaco, com o objetivo de perder os sentidos." Oviedo observa que o uso do tabaco era considerado sagrado, e que os escravos negros haviam adotado o hábito de fumá-lo. Embora o uso do tabaco passasse dos índios e escravos para os marinheiros ingleses, holandeses e franceses, e deles para os portos europeus, ele continuou por quase um século a ser citado com desaprovação pelas autoridades coloniais e pela opinião culta. Carlo Ginzburg escreve:

> (...) aos olhos dos observadores europeus, o fumo, como instrumento de prazer particular e ritual público, parecia um vinho que havia perdido seu lado positivo: um tipo de bebida sagrada usada pelos nativos em cerimônias consideradas idólatras. Daí a distância entre a reação indiferente ao ópio, ao *bangue* e à coca — substâncias intoxicantes que os observadores europeus associaram (corretamente ou não) a uma forma de consumo puramente privado — e a hostilidade explícita ao fumo.[35]

Quando o rei inglês Jaime I escreveu seu "Contra-ataque ao tabaco" (1604), ele estendeu-se na ênfase à sua origem vil:

> bons conterrâneos, deixem-nos (eu vos imploro) examinar que honra ou política pode nos levar a imitar as maneiras bárbaras e animalescas dos índios selvagens, sem deus e ignóbeis, especialmente num costume tão vil e malcheiroso. (...) Por que não os imitamos andando nus com eles? (...) Ele [fumo] não foi trazido para cá por algum rei ou grande conquistador, nem por algum físico ou médico instruído.

Ele via o desejo de seus súditos pelo fumo como "a afetação tola de qualquer novidade", e lamentava que aceitar o cachimbo oferecido por alguém se tornara "indicador de boa camaradagem". Alegava que, mesmo entre os índios, o uso do fumo era considerado destruidor dos bons hábitos, e que não se ofereceria "preço nenhum pelo escravo à venda que seja grande usuário de tabaco".[36]

Até meados do século XVII, cerca de um terço de um milhão de escravos africanos foram levados para a América espanhola. Sem eles, as autoridades e os colonos espanhóis teriam sido obrigados a preencher seu lugar oferecendo condições diferentes e melhores a imigrantes livres ou aos índios, ou até mesmo aos dois. Mas Madri

não poderia reduzir seu controle sobre a imigração sem sacrificar o princípio da *monarquía española*, e os colonos estavam determinados a manter sob subordinação a massa de índios. Assim, a disponibilidade de escravos africanos foi providencial, ao oferecer aos donos do poder a esperança de que sua posição não seria ameaçada e ao sustentar e alimentar literalmente os principais centros de população espanhola. O sistema imperial dominante e o arranjo de castas a ele subordinado puderam consolidar-se, mas ao custo de incentivar a inércia e o parasitismo. A "crise do império" espanhola foi assim resolvida de forma conservadora.

O uso variado de escravos em muitas funções não criou uma população escrava nem uma economia escrava auto-sustentáveis. Os proprietários de escravos achavam interessante permitir que seus escravos comprassem a alforria depois de longos anos de serviço, ou deixar que comprassem a liberdade dos filhos. Em conseqüência, havia uma crescente população livre de ascendência africana, ou parcialmente africana. A maioria dos escravos urbanos e os escravos rurais mais afortunados podiam exercer seu direito de casar. No México, a união entre homens africanos e mulheres índias era vista como vantajosa para ambos e, ao lado da alta mortalidade dos escravos, ajuda a explicar por que os 35.000 escravos africanos que estariam na Nova Espanha em 1646 reduziram-se a poucos milhares no final do século XVII.[37] Em Cuba sobraram poucos índios, mas os escravos de Havana começaram a casar-se numa taxa equivalente à da população branca. Alguns mulatos livres desposaram escravas, mas os escravos só se casavam com escravas. Os africanos preferiam desposar quem viesse da mesma nação africana, e os escravos nascidos na América também preferiam quem estivesse na mesma condição. Com o casamento, o escravo urbano conquistava um pequeno aumento de seus direitos. Quando negros ou mulatos livres casavam-se com escravas, eles freqüentemente tentavam comprar a liberdade do cônjuge, quase sempre pagando preço alto por ela.[38]

Projetos e discussões

O fato de a Espanha patrocinar o tráfico de escravos africanos obrigou alguns dos guardiães morais do Império, membros de ordens religiosas, a fazer um exame de consciência. A disposição de clérigos espanhóis importantes e influentes de levantar questões fundamentais sobre a moralidade do novo Império foi uma característica notável do imperialismo espanhol. Quando Frei Antonio de Montesinos perguntou, em 1511: "Não são eles [os índios] homens?", estava formulando uma pergunta que também podia ser aplicada aos negros. Las Ca-

sas, como vimos, chegou a desafiar o direito dos colonizadores de escravizar africanos e ameríndios. Os frades que apelaram ao poder real contra os excessos dos colonizadores podem ser considerados defensores mais ou menos sofisticados do imperialismo espanhol ou cristão. A faculdade da razão percebida nos índios devia ser exercida, e naturalmente "provada", pela conversão ao cristianismo. Os índios que aceitassem o batismo mas continuassem com as práticas "idólatras" deixariam de ser considerados protegidos pela faculdade da razão que haviam traído. Quando a Coroa, pressionada pelos religiosos, acabou com a escravização dos índios, fê-lo a justificativa de que esses índios eram seus "vassalos", embora a maioria deles não admitisse esta condição.

Já que esses apelos davam relevo ao papel dos próprios clérigos ou das ordens às quais pertenciam, podem ser considerados como feitos em causa própria.[39] Porém, os críticos mais radicais da Igreja levantaram dúvidas sobre o direito da Espanha a conquistar o Novo Mundo. Numa época em que o continente ainda não fora conquistado, Las Casas propôs que a Espanha se limitasse a instalar fortalezas comerciais na costa e se contentasse com o comércio pacífico e as tentativas de proselitismo. Os excessos contínuos dos conquistadores persuadiram o próprio imperador Carlos a propor que a validade da Conquista e os direitos dos povos indígenas fossem objeto de um "grande debate" entre os partidários das escolas conflitantes de pensamento, realizado em Valladolid no ano de 1550. Posteriormente, o racismo extremado e a apologética imperialista de Sepúlveda não receberam permissão para serem publicados, enquanto as opiniões de Las Casas foram divulgadas em vários livros vigorosos e detalhados.[40]

É claro que o verdadeiro curso da política e da prática imperiais, interpretado e modificado por colonos e funcionários da Coroa, não seguia a filosofia de Las Casas. Estava mais próximo das doutrinas de José de Acosta, jesuíta que concordava com a humanidade básica dos índios, mas insistia que eles deviam ser submetidos a rigorosa tutela espanhola por um período longo e indefinido até que provassem ser capazes de receber totalmente a fé cristã. A proibição da escravização formal da massa indígena foi defendida com a justificativa de que, na verdade, eles eram vassalos legítimos da Coroa espanhola. Podiam apelar — e apelaram — às cortes de Justiça espanholas para reivindicar seus direitos contra colonos arrogantes. A campanha de Las Casas frustrou-se, mas despertou elementos de uma nova "opinião pública". Entre os próprios índios havia uma propensão constante à revolta e disposição renovada de exigir seus direitos por meios legais ou ilegais, cuja expressão mais notável foi a descrição copiosamente ilustrada compilada por Huaman Poma de Ayala; embora esta obra nunca tenha atingido o fim pretendido, serviu de testemunha da consciência indo-americana e denunciou a opressão espanhola.[41]

A suposta justificativa do domínio espanhol ofereceu muitas oportunidades para salvar almas e disseminar a fé cristã. Nos primeiros tempos, no México, houve índios, principalmente da aristocracia mexica, recrutados para o clero, e foram feitos muitos esforços para o aprendizado da língua e dos costumes indígenas. Mas em 1555, o Primeiro Conselho Provincial da Igreja Mexicana proibiu a ordenação de índios ou de *castas*, ou seja, daqueles de descendência mestiça. Os bispos mexicanos adotavam aqui um princípio semelhante ao da Igreja espanhola, que estipulava que quem fosse de *linaje maculado* não poderia tornar-se padre. Esta opção foi mais tarde apresentada num decreto de 1585 que primeiro excluiu do clero aqueles cujos pais ou avós tivessem sido condenados pela Inquisição e depois especificou que a mesma exclusão estendia-se aos que tivessem sangue mestiço, fosse de índios ou mouros, ou "mulatos de primeiro grau". Explicava-se que a posse de sangue manchado ou mestiço não era em si mesma um "pecado pessoal", mas que os promovidos às ordens religiosas não deveriam ser "submetidos ao desprezo nem tornar seu ministério passível de censura". As autoridades do Vaticano tendiam a criticar a obra do *patronato*, e de qualquer forma o decreto mexicano ia contra um breve papal. O papa desejara padres índios por causa da escassez de religiosos espanhóis que conhecessem os idiomas indígenas. A versão do decreto depois aceito por Roma condicionava educadamente a exclusão de *castas* e mulatos dizendo que eles não deveriam ser admitidos no clero "sem muito cuidado". Parece que as autoridades espanholas ficaram satisfeitas com este acordo. Associada a essas mudanças estava o costume de usar apenas o espanhol para os rituais e o catecismo da Igreja, já que era uma "língua cristã", embora extra-oficialmente alguns membros leigos do clero e algumas ordens religiosas continuassem a usar línguas indígenas sempre que possível.[42] Apesar disso, a Igreja criou algumas raízes populares e os templos do barroco colonial, com suas Virgens locais diferentes e suas copiosas decorações em ouro e prata, testemunharam as qualidades sincréticas da ordem social.

Um memorial apresentado ao Conselho Real pelo *Oidor* de Quito, Francisco de Auncibay, em 1592, revela uma visão interessante da atitude de pelo menos um funcionário espanhol em relação à escravidão africana numa época em que a escravização total dos índios fora oficialmente rejeitada. Auncibay apelou à Coroa para que facilitasse a compra de 1.000 escravos para as minas de Zuruma, onde havia necessidade premente de mão-de-obra. Os escravos deveriam ser instalados em aldeias especiais,

sob o comando dos proprietários das minas, que também se submeteriam a um código especial. Ele garantia que comunidades-modelo poderiam ser construídas, reproduzindo algumas das idéias da *Utopia* de Thomas More. A compra de africanos era aceitável, já que:

> Os negros não são prejudicados porque é de muita ajuda para esses desgraçados salvá-los do fogo e da tirania e do barbarismo e da brutalidade da Guiné, onde, sem lei nem Deus, vivem como bestas selvagens. Trazidos a uma terra mais saudável, ficarão muito contentes, ainda mais se forem sustentados e viverem em boa ordem e religião, por meio das quais obterão muitas vantagens temporais e, o que mais valorizo, vantagens espirituais.

Auncibay continua: "mesmo que a palavra servo ou escravo ofenda meus ouvidos, esta relação amadureceu com o benefício das leis das Partidas e a eqüidade da justiça castelhana (...)". Ele ressaltou que os escravos libertos nas Américas às vezes viam-se reduzidos à miséria e à pobreza por causa do custo de vida. A escravidão também permitiria que os africanos se beneficiassem do cuidado e da tutela paternais. Entretanto, ele insistia que deveriam viver em suas próprias casas e ser incentivados a formar famílias: "pois entre eles devem ser escolhidos o prefeito, os feitores e os regedores; tudo isso vai aperfeiçoar e corrigir os vícios típicos do estado servil". A retórica paternalista é de certa forma desmentida pelas regras propostas, que os impediriam de aprender a ler, de usar armas ou de cavalgar. Se parassem de trabalhar ou tentassem fugir, haveria um sistema de punições que ia das surras ao corte de orelhas ou à forca para recalcitrantes. Devia-se permitir que os escravos comprassem a própria liberdade, mas os novos *libertos* ainda estariam obrigados a trabalhar como mineiros para pagar os impostos com seu salário. As próprias aldeias dos escravos deviam ser isoladas umas das outras, e a conduta dos proprietários das minas seria cuidadosamente regulamentada. O esquema de Auncibay exigia um pesado investimento inicial, embora ele prometesse grande lucro para a Coroa. O sistema foi posto de lado por causa de outros assuntos mais prementes, mas mostra que o funcionalismo espanhol era capaz de abordar os problemas das empresas escravistas de grande porte com sua própria mistura peculiar de utopia, praticidade e preocupação com a receita.[43]

Na América espanhola, como vimos, a escravidão africana permaneceu limitada em extensão e variada em suas condições. Mas a escala e o caráter do comércio que a alimentava provocaram reflexões agudas e dolorosas num punhado de escritores. Em 1569, Tomás de Mercado publicou *Suma de tratos y contratos*, um tratado sobre

à filosofia moral do comércio cujo penúltimo capítulo continha um ataque incisivo ao tráfico de escravos. Mercado, frei dominicano, escreveu o livro em Sevilha, mas viveu durante muitos anos no México. Seu trabalho procurava examinar a obra admirável e perturbadora das economias atlântica e européia e explicar por que o ouro ou a prata, usados para medir o valor, adquiriam maior respeito (ou seja, poder de compra) ao viajarem dos lugares de onde eram extraídos até os grandes centros comerciais da Europa. Ele chama a atenção para o efeito prejudicial sobre a manufatura espanhola de uma inflação que a torna muito cara se comparada aos produtos estrangeiros, e eleva o custo de vida. Mercado tenta aperfeiçoar a noção do "preço justo" para levar em conta a nova complexidade dos instrumentos comerciais e financeiros. Os valores, baseados na lei natural, refletem o esforço humano ("o suor do rosto do trabalhador"), a fertilidade diferente de terras diferentes e o gosto do consumidor. Mas as interpretações propostas pelos mercadores ao fazerem seus preços devem ser revistas. É responsabilidade do poder público garantir que os cálculos do mercador em seu próprio interesse não prejudiquem o bem-estar humano ou as exigências legítimas dos consumidores. O capítulo sobre o tráfico de escravos serve para ressaltar a mensagem de Mercado. Ele avisa que este comércio envolve tanta crueldade que quem compra um escravo comete pecado mortal. Afirma que os comerciantes de escravos são notoriamente inescrupulosos e desprezam as instruções do rei português, enquanto a prática de batizar os escravos no embarque aspergindo-lhes água não passava de uma fraude. Mercado não atacou a noção de escravidão em si e estava pronto a afirmar que podia existir uma escravidão justa, mas sua preocupação era argumentar que o tráfico atlântico de escravos e a compra de africanos nas Américas não pertenciam a essa categoria.[44] Outro escritor espanhol que trabalhou no México, Bartolomé de Albornoz, defendeu princípios ainda mais contundentes em *Arte de los contratos*, publicado em Valença em 1573, insistindo que os comerciantes e proprietários de escravos violavam o direito natural dos africanos à liberdade e atacava os membros do clero que toleravam isso.[45] Estas duas obras apelavam para uma "economia moral" tomista, que consideravam violada pelo comércio irrestrito e ganancioso.

O crescimento rápido do tráfico de escravos para a América espanhola nos últimos anos do século XVI e nas primeiras décadas do XVII inspirou um tipo diferente de crítica. As autoridades religiosas espanholas não estavam convencidas de que os procedimentos dos *asientistas* portugueses estivessem totalmente de acordo com seus deveres religiosos. A negligência dos traficantes de escravos ou as cerimônias superficiais dos padres portugueses, que aspergiam água benta em carregamentos inteiros de cativos que nada entendiam, causavam desconforto. Alonso de Sandoval,

um jesuíta que trabalhava no porto de Cartagena, decidiu dedicar-se à salvação espiritual dos cativos africanos que ali desembarcavam todos os anos em grande quantidade. Subia a bordo dos navios negreiros recém-chegados e visitava os depósitos onde ficavam os escravos para se recuperarem dos rigores da viagem. Sua primeira preocupação era ministrar os sacramentos aos que corriam risco de vida. Ele descia até os porões fétidos e nauseabundos onde ficavam os escravos e tentava reanimar os que estavam à morte dando-lhes água com mel para beber. Os últimos sacramentos eram ministrados aos moribundos. Sandoval e uma equipe de ajudantes, que chegou a ter dezoito membros, também visitavam no depósito os escravos recém-desembarcados e atendiam a suas necessidades físicas imediatas, com o objetivo de prepará-los para o catecismo e o batismo. Com este objetivo, a equipe incluía vários intérpretes africanos, alguns capazes de falar onze línguas. Sandoval desenvolveu a idéia de que seria capaz de salvar mais desses africanos se conhecesse melhor seus costumes e medos. Leu o mais que pôde do que fora escrito sobre os "etíopes" e escreveu a correligionários na África pedindo-lhes esclarecimentos para os enigmas que não conseguia decifrar. O ministério de Sandoval atraiu críticas dos prelados locais, que alegavam que os jesuítas estavam abusando de sua autoridade e caíam no erro presunçoso de rebatizar os que já haviam recebido o sacramento. Sandoval declarou que estava pronto para levar consigo até os depósitos de escravos um representante da diocese quando desejassem — convite que foi recusado.

Sandoval começou seu ministério em 1605 e o manteve, com algumas breves interrupções, até sua morte, em 1652, causada por uma doença que pode ter sido contraída nos navios negreiros. Em 1627, publicou em Sevilha uma obra sobre como converter africanos, depois ampliada num longo tratado intitulado *De instauranda Aethiopum salute* (1647), na qual examinava a variedade de povos africanos, questionava as práticas dos traficantes de escravos e condenava o tratamento imposto aos cativos africanos. Esta obra não se distingue pela perspicácia da argumentação, mas apresenta um relato impressionante das terríveis condições dos navios negreiros e do destino desumano que aguardava a maioria dos africanos nas Américas — trabalho incessante, punições cruéis, rações insuficientes e ausência de instrução religiosa.

Sandoval cita, sem criticar, a teoria de que os negros, como descendentes de Cam e Canaã, são herdeiros da maldição de Noé. Também especula sobre os monstros existentes na África, aparentemente como prova dos demônios em atividade por lá. Mas também insiste que o Senhor Deus não dividiu a humanidade em senhores e escravos, e que deu a cada ser humano uma alma imortal. Ele também despreza a noção de que as despesas e as dificuldades enfrentadas pelos traficantes de escravos

davam-lhe direitos sobre o escravo. Percebe-se que Sandoval teria gostado de chegar a uma opinião mais rigorosa. Mas não consegue encontrar uma autoridade que justifique uma conclusão mais clara, e pode também ter-se preocupado em garantir a oportunidade de publicar o livro; o fato de os portugueses terem se revoltado contra a Espanha em 1640 pode ter facilitado a publicação da versão mais longa. No fim das contas, a principal preocupação de Sandoval é com o bem-estar espiritual dos escravos, mais do que com seu bem-estar temporal.

O livro termina com uma longa insistência no fato de que as muitas misérias dos africanos fazem deles os melhores objetos para o ministério e que os jesuítas, com sua responsabilidade especial pela propagação da fé, deviam estar na linha de frente deste trabalho. Assim como os mercadores tinham agora quantidades sem precedentes de moedas de prata e ouro, a Companhia de Jesus poderia salvar um número de almas também sem precedentes. Com Santo Inácio como seu Sol, a Companhia lançara seus raios até reinos distantes e obscuros — são mencionados China, Japão, Etiópia e Monomatapa. Embora Sandoval tenha conseguido publicar sua obra, não progrediu na ordem e perdeu seu cargo de reitor do Colégio em Cartagena, num caso que pode ter sido um incidente isolado (seu assistente catalão, Pedro Claver, foi canonizado em 1888, ano da abolição no Brasil, por seu trabalho nesse ministério).[46] Ao avaliar as restrições impostas a Sandoval e as limitações de sua obra, deve-se observar que os jesuítas possuíam uma série de *plantations* escravistas.[47]

A disposição de Mercado e Albornoz de atacar o tráfico de escravos, ou a de Sandoval e Claver de ajudar os escravos recém-chegados, têm algo de admirável, mesmo que nunca tenham atacado a raiz da escravidão. Mas suas obras foram realizadas na obscuridade, e só receberam atenção dos círculos limitados capazes de obter cópias de livros publicados em pequenas edições e, no caso de Sandoval, em latim — o livro de Albornoz, além disso, foi rapidamente colocado no Index. Por outro lado, a crítica de Las Casas à destruição causada pela escravização dos índios chegou ao próprio monarca, e ajudou a inspirar as "Novas Leis", que pelo menos buscavam suprimir a escravidão total. O texto de Las Casas teve imenso impacto, e foi traduzido para várias línguas européias — como holandês, alemão, inglês e francês — e tornou-se, depois da Bíblia, um *best-seller*.

Embora o tratamento dispensado aos índios pelos espanhóis tenha merecido uma fama terrível, a prática da escravidão africana foi considerada, por comparação, sem problemas.[48] Na verdade, junto com o exemplo português ela serviria de modelo para outros colonos e potências coloniais — assim como o termo "negro" foi adotado em inglês, com forte sugestão de escravatura. Os que colonizaram a Ilha da Pro-

vidência, a Jamaica, a Virgínia e a Carolina do Sul conheciam bem a experiência espanhola da escravidão negra, ainda que sua própria adaptação fosse transformar o significado de ser escravo e negro — em ambos os casos, como veremos nos capítulos VI e VII, estreitando e atenuando as características barrocas das noções espanholas de raça e escravidão. Os ataques de Mercado e Albornoz ao tráfico atlântico de escravos não foram traduzidos para outros idiomas europeus. Foram publicados numa época em que os detalhes do comércio de escravos na costa africana não eram de responsabilidade direta do monarca espanhol; como veremos no próximo capítulo, depois da união das coroas ibéricas surgiu uma nova doutrina dominante da escravização para justificar o comércio africano.

Notas

1. Pierre Vilar, "The Times of Don Quixote", *New Left Review*, 68, 1971, pp. 59-71; Seed, *Ceremonies of Possession*, pp. 69-99.
2. John Lynch, *Spain 1516-1598: From Nation State to World Empire*, Oxford 1991, pp. 49-83. Como explica Lynch, a receita americana, embora de importância crescente, representou em média um quinto da receita espanhola até 1560 (p. 79). Entretanto, incentivou o crédito e podia ser mobilizada com rapidez numa emergência.
3. Lynch, *Spain*, pp. 32-3; J. H. Parry, *The Spanish Seaborne Empire*, Londres 1971, em especial as pp. 192-211; J. H. Elliott, "Spain and America in the Sixteenth and Seventeenth Century"; e Joseph Leslie Barnadas, "The Catholic Church in Colonial Spanish America", em Bethell, ed., *The Cambridge History of Latin America*, Cambridge 1984, vol. 1, pp. 287-341, 511-40.
4. Dou apenas a ordem de magnitude mais geral para o período pré-conquista, que tem maior probabilidade de subestimar do que de superestimar a devastação das populações indígenas. Como obra de consulta, ver Leslie Bethell, "A Note on the Native American Population on the Eve of the European Invasion", em Bethell, ed., *Cambridge History of Latin America*, vol. 1, pp. 145-6; a bibliografia do vol. 2 da *Cambridge History* cita obras recentes sobre o impacto demográfico da conquista. Para uma explicação da catástrofe, ver William H. McNeill, *Plagues and Peoples*, Harmondsworth 1976, pp. 185-200, 304-8; e a discussão de Eric Wolf a respeito da "grande morte" em *Europe and the People without History*, Berkeley e Los Angeles 1982, pp. 133-5. Para um questionamento das estimativas mais elevadas da população de Hispaniola, ver David Henige, "On the Contact Population of Hispaniola", *Hispanic American Historical Review*, vol. 58, nº. 2, 1978, pp. 217-37. Para uma crítica das estimativas mais elevadas da população mexicana pré-colombiana e da importância de uma pandemia precoce de varíola em sua redução por volta do primeiro ano, ver Francis Brooks, "Revising the Conquest of Mexico: Smallpox, Sources and Populations", *The Journal of Interdisciplinary History*, vol. XXIV, nº. 1, verão de 1993.
5. Murdo MacLeod, *Spanish Central America: A Socio-economic History, 1520-1720*, Berkeley, CA 1973, p. 52.
6. Enrique Semo, *Historia del capitalismo en México: Los Orígenes 1521-1763*, Cidade do México 1973, pp. 60-92, 188-229; Silvio Zavala, *La colonización española en América*, Cidade do México 1972; C. S. Assadourian, "Dominio Colonial y Señores Etnicos", *Revista Latinoamericana de Historia Económica y Social*, nº. 1 (Lima 1983), pp. 7-20.
7. D. A. Brading, *The First Americans: The Spanish Monarchy, Creole Patriots, and the Liberal State 1492-1867*, Cambridge 1991, pp. 128-46; Steve J. Stern, *Peru's Indian Peoples and the Challenge of Indian Conquest: Huamanga to 1640*, Madison, WI 1982, pp. 40-44, 76-113.
8. James Lockhart, *The Nahua After the Conquest*, Stanford CA, 1992, pp. 111, 508-9.
9. Hugo Tolentino, *Origines du Préjugé Racial aux Amériques*, Paris 1984, pp. 88, 106-11, 125-7.
10. Juan Friede e Benjamin Keen, eds., *Bartolomé de las Casas in History*, De Kalb 1970, pp. 291, 415-18, 584-5. Ver também Brading, *The First Americans*, pp. 60-61; Anthony Pagden, *European Encounters with the New World*, New Haven, CT 1993, pp. 70-81; Gustavo Gutiérrez, "Quien es el Indio? La perspectiva teológica de Bartolomé de las Casas", em José O. Beozzo *et al.*, *La Iglesia y los Indios*, Quito 1990 (2ª. ed.), pp. 123-40 (p. 136).
11. Levi Marrero, *Cuba: Economía y Sociedad*, vol. 2, Madri 1973, p. 313.
12. Eufemio Lorenzo Sanz, *Comercio de España con América Latina en la época de Felipe II*, vol. I, Valladolid 1979, pp. 614-17.
13. Ward J. Barrett e Stuart B. Schwartz, "Comparación entre dos economías azucareras coloniales: Morelos, México y Bahia, Brasil", em Enrique Florescano, ed., *Haciendas, latifundios y plantaciones en América Latina*, Cidade do México 1975, pp. 532-72.
14. Alejandro de la Fuente Garcia, "Los ingenios de azúcar en La Habana del Siglo XVII (1640-1700): Estructura y mano de obra", *Revista de Historia Económica*, vol. IX, nº. 1, inverno de 1991, pp. 35-67 (pp. 37, 46).
15. Paul E. Hoffman, *The Spanish Crown and the Defence of the Caribbean, 1535-1585*, Baton Rouge, LA 1980, p. 41.
16. Fernando Ortiz, *Los esclavos negros*, Havana 1916, pp. 425-9; David Davidson, "Negro Slave Control and Slave Resistance in Colonial Mexico", *Hispanic American Historical Review*, vol. 46, nº. 3, 1966, pp. 235-53.
17. Citado em Kenneth Andrews, *Trade, Plunder and Settlement: Maritime Enterprise and The Genesis of the British Empire*, Cambridge 1984, p. 132.
18. Ibid., p. 134. Andrews enfatiza que, quando estava no Pacífico em 1578, Drake evitou qualquer conflito com os araucano, que haviam capturado dois de seus homens, porque, como explicou, ele "preferiria ter sido um protetor para defendê-los (os índios)

do que, de alguma forma, instrumento de algum mal que lhes pudesse ter sido feito" (citado na p. 154).

19. Sobre a organização do comércio, ver Rolando Mellafe, *Negro Slavery in Latin America*, Berkeley, CA 1975, pp. 38-50; para números, ver Philip Curtin, *The Atlantic Slave Trade*, p. 25, e Enriqueta Vila Vilar, *Hispanoamérica y el comercio de esclavos*, Sevilha 1977, p. 226.
20. Anke Pieter Jacobs, "Legal and Illegal Emigration from Seville 1550-1650", em Ida Altman e James Horn, eds., *"To Make America": European Immigration in the Early Modern Period*, Berkeley, CA 1991, pp. 59-85, em especial 61-4.
21. Sobre a emigração espanhola, ver Parry, *The Spanish Seaborne Empire*, p. 235; e Elliott, *Imperial Spain*, Harmondsworth 1970, p. 292; sobre a importação de escravos ver Marrero, *Cuba: Economía y Sociedad*, vol. 2, p. 356. Segundo a estimativa de Vila Vilar citada na nota 19 acima, a importação anual de escravos no período 1595-1640 foi de pouco menos de 6.000; embora não seja possível fazer uma estimativa exata da imigração espanhola, as dificuldades, o custo e a pouca freqüência do tráfego marítimo entre a Espanha e o Novo Mundo acabaram por impedir um movimento comparável ao dos africanos durante a primeira metade do século XVII. A imigração espanhola pode ter sido de menos de 3.000 pessoas por ano, mas ainda assim a população americana de ascendência espanhola ou parcialmente espanhola cresceu rapidamente, favorecida por sua posição social dominante num continente fértil.
22. Marrero, *Cuba: Economía y Sociedad*, vol. 2, pp. 35-41; vol. 4, pp. 73-104; Parry, *The Spanish Seaborne Empire*, pp. 117-37.
23. Mellafe, *Negro Slavery in Latin America*, pp. 44-5, 74; Elliott, *Imperial Spain*, p. 286.
24. Frederick P. Bowser, "The Free Person of Color in Mexico City and Lima", em Stanley L. Engerman e Eugene D. Genovese, eds., *Race and Slavery in the Western Hemisphere: Quantitative Studies*, Princeton, NJ 1975, p. 331-68; Frederick P. Bowser, *The African Slave in Colonial Peru, 1524-1650*, Stanford, CA 1974, Apêndice 1; Colin A. Palmer, *Slaves of the White God: Blacks in Mexico, 1570-1650*, Cambridge, MA 1976, p. 46.
25. Palmer, *Slaves of the White God*, p. 76.
26. Carlos Sempat Assadourian, "La produción de la mercancía dinero", em Enrique Florescano, ed., *Ensayos sobre el Desarollo Económico de México y América Latina (1500-1975)*, Cidade do México 1979, pp. 223-92 (p. 256). O trecho seguinte, sobre a economia política da mineração colonial, baseia-se em Assadourian; ver também D. A. Brading e Harry Cross, "Colonial Silver Mining: Mexico and Peru", *Hispanic American Historical Review*, vol. 52, nº. 4, 1972, pp. 545-79. Estes autores observam que a *mita* peruana conseguiu um contingente de cerca de 13.500 trabalhadores por volta de 1574, com base no fornecimento, pelas comunidades indígenas da região que ia de Cuzco a Potosí, de um sétimo de sua mão-de-obra adulta para o trabalho nas minas. Mesmo com a população muito reduzida, este imposto era suportável e, na verdade, durou até o fim do século XVIII. A mão-de-obra total nas minas mexicanas, onde o trabalho livre passou a vigorar, era apenas um pouco maior, de 15.000 trabalhadores.

27. Palmer, *Slaves of the White God*, p. 34; o preço dos escravos no Peru era um pouco mais alto; ver Bowser, *The African Slave in Colonial Peru*, pp. 324-5. (Uma característica curiosa da série de preços de Bowser é que os preços de escravos africanos eram mais altos do que os de escravos nascidos na América; será porque estes últimos eram mais difíceis de controlar, e mais determinados a buscar a liberdade?)
28. Stern, *Peru's Indian Peoples and the Challenge of the Spanish Conquest*, pp. 138-57, 244. Stern escreve:

> Relacionamentos alternativos estabelecidos na "sociedade civil", que conseguiam evitar a dependência do patrimônio de mão-de-obra do estado, representavam as forças dinâmicas e crescentes do futuro. (...) Assim, mesmo a escravidão de africanos, relativamente cara numa economia de montanha onde o lucro dependia de grande disponibilidade de mão-de-obra barata, passou a ser uma força econômica importante no período seiscentista. (...) No século XVII, a mão-de-obra escrava se espalhou pelas vinhas, pelas *haciendas* de açúcar e as fazendas das zonas prósperas. (p. 142)

No México, os escravos africanos também podiam ser usados para melhorar a posição de barganha do *hacendado* frente aos trabalhadores livres e ao trabalho comunal indígena, já que representavam um núcleo de mão-de-obra estável nos ranchos e grandes propriedades. Mas o fracasso da população escrava em sua própria reprodução fez dela um recurso caro a longo prazo. Ver Lolita Guitiérez Brockington, *The Leverage of Labor: Managing the Cortés Haciendas in Tlhuautepec, 1588-1688*, Durham, NC 1989, pp. 138-41, 143-58.

29. Robson Brines Tyrer, *The Demographic and Economic History of the Audiencia of Quito*, tese de PhD, Universidade da Califórnia em Berkeley, 1976, p. 106.
30. Ignacio de Aybar, citado em Tyrer, *The Demographic and Economic History*, p. 125.
31. Robert West, *Colonial Placer Mining in Columbia*, Baton Rouge, LA 1952, pp. 83-90.
32. Palmer, *Slaves of the White God*, pp. 94-118.
33. Robert Ferry, "Encomienda, African Slavery, and Agriculture in Seventeenth Century Caracas", *Hispanic American Historical Review*, vol. 64, nº. 4, 1981, pp. 609-35; Murdo J. MacLeod, *Spanish Central America, 1520-1720*, Berkeley, CA 1973; Murdo J. MacLeod, "Spain and America: the Atlantic Trade 1492-1720", in Bethell, ed., *Cambridge History of Latin America*, vol. 1, pp. 341-88. Sobre o uso do cacau como moeda, ver James Lockhart, *The Nahuas After the Conquest*, Stanford, CA 1992, pp. 177-8, 228-9.
34. Marrero, *Cuba: Economía y Sociedad*, vol. 3, pp. 3-5.
35. Carlo Ginzburg, "The European (Re)discovery of the Shamans", *London Review of Books*, 28 de janeiro de 1993, pp. 9-11 (p. 10). Ginzburg cita o relato de um viajante veneziano de 1565, segundo o qual o fumo era "muito apreciado pelos escravos que os espanhóis haviam trazido da Etiópia" (p. 9).

36. Jaime I, "A Counter-blaste to Tobacco", em *The Workes of the Most High and Mighty Prince, James by the Grace of God, King of Great Britain etc.*, Londres 1616, pp. 214-22 (214, 215, 220, 222).
37. Gonzalo Aguirre Beltrán, *La Población negra de México*, Cidade do México 1972, p. 234.
38. Alejandro de la Fuente, "A alforria de escravos em Havana, 1601-1610: primeiras conclusões", *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol. 20, nº. 1, janeiro-abril de 1990, pp. 139-59.
39. Sobre o argumento de que a filantropia clerical era amplamente viciada por seu caráter etnocêntrico e voltado para o interesse próprio, ver Patricia Seed, "'Are These Not Also Men?': The Indians' Humanity and Capacity for Spanish Civilisation", *Journal of Latin American Civilisation*, vol. 25, parte 3, outubro de 1993, pp. 629-52.
40. Gines de Sepúlveda afirmou:

> com direito perfeito, os espanhóis (*españoles*) exercem seu domínio sobre aqueles bárbaros do Novo Mundo e das ilhas adjacentes, que em prudência, engenhosidade e todos os sentimentos e virtudes humanos são tão inferiores aos espanhóis como as crianças aos adultos, as mulheres aos homens, os cruéis e desumanos aos mais refinados, os destemperados sem esperanças aos que são controlados e moderados, e finalmente, devo dizer, os macacos aos homens.

(Gines de Sepúlveda, *Democrates Segundo o las justas causas de la guerra contra los Indios* [1545], Madri 1986, p. 33.)

41. Gustavo Gutiérrez, "Quien es el Indio? La perspectiva teologica de Bartolomé de las Casas", em Juan Bottaso, ed., *La Iglesia y los Indios*, Quito 1990, pp. 123-41.
42 Strafford Poole, "Church Law on the Ordination of Indians and *Castas* in New Spain", *Hispanic American Historical Review*, vol. 61, nº. 4, 1981, pp. 637-50.
43. Padre Jorge Villalba, "Una república de trabajadores negros en las minas de Zaruma en el Siglo XVI", em padre Rafael Savoia, ed., *El Negro en la Historia*, Quito 1990, pp. 121-5. Ver também *Anuario Columbiano de Historia Social y de la Cultura*, nº. 1, 1963, pp. 197 e seg.
44. Tomás de Mercado, *Suma de tratos y contratos*, vol. 1, ed. e introd. Nicolas Sanchez-Albornoz e transcrito por Graciela Sanchez-Albornoz, Madri 1977, pp. 229-39. Sobre a determinação do valor, ver p. 61; sobre o cálculo passível de falhas do mercador, ver pp. 92 e 101; e sobre o papel necessário do público, p. 96. Mas observe-se que, embora o bem comum seja o maior valor, o lucro do mercador, contanto que não seja exorbitante, é justificável, já que o estimula a atender às necessidades públicas (p. 107)
45. Davis, *The Problem of Slavery in Western Culture*, pp. 212-13.
46. Alonso de Sandoval, *Un Tratado sobre Esclavitud*, introd., transcrição e trad. Enriquetta Vila Vilar, Madri 1987. Sandoval foi removido de seu cargo de Reitor depois de três incidentes: o primeiro, uma acusação de que não colaborava com a Inquisição; o segundo, de que permitira a alunos que se vestissem de mulher numa representação; o terceiro, de que permitira que um membro de sua equipe fizesse uma visita comercial às ilhas de Cabo Verde com o objetivo de levantar fundos para o Colégio. O catalão Pedro Claver era um candidato mais adequado à canonização. Devotara-se a tornar-se um "escravo dos escravos", e recebeu o crédito do feito extraordinário de ter salvado 300.000 almas. Ver William Bangert, *A History of the Society of Jesus*, Saint Louis, MO 1972, p. 256.

47. Nicholas Cushner, *Lords of the Land: Sugar, Wine and the Jesuit Estates of Coastal Peru, 1600-1767*, Albany 1980. Quando as ordens religiosas administravam propriedades escravistas, tendiam a ser apenas um pouco mais atentas às necessidades espirituais e temporais dos escravos do que os outros *hacendados*. Mas esta é uma conclusão muito relativa. Os administradores jesuítas eram geralmente recrutados entre os militares, ou já tinham gerido propriedades pertencentes a um leigo. Os escravos deviam receber no máximo 25 chicotadas por uma falta menor e 50 por tentativa de fuga; no entanto, os próprios jesuítas não deviam assistir às sessões de punição. As propriedades não eram excepcionalmente lucrativas, mas o patrimônio jesuíta cresceu de forma impressionante por causa de doações e legados. Embora as propriedades pertencentes a ordens religiosas fossem com certeza um exemplo de organização das *plantations*, não lideraram a descoberta de novos métodos. Neste terreno, a experiência do Novo Mundo não corrobora a curiosa tese de Randall Collins sobre como os mosteiros e as ordens religiosas foram pioneiros da moderna racionalidade econômica (ver Randall Collins, *Weberian Sociological Theory*, Cambridge 1986, pp. 49-54). E estas ordens estavam ausentes tanto do campo inglês quanto das colônias inglesas, que, como observamos no Capítulo I e como veremos no Capítulo VI, tiveram papel inovador.
48. Vale assinalar que a cor diferente da pele dos negros africanos, ao deixá-los mais visíveis, tornava-os mais fáceis de controlar. Nas primeiras décadas, permitiu-se aos colonos que trouxessem "escravos brancos" (isto é, *berberiscos* e *moriscos*), contanto que tivessem nascido em lar cristão, mas descobriu-se que, nas condições do Novo Mundo, eles logo se libertavam de sua servidão; embora o casamento de escravas brancas com colonos tivesse a aprovação oficial, temia-se que os escravos brancos fossem criar problemas, e acabariam sendo banidos (Levi Marrero, *Cuba: Economía y Sociedad*, vol. 1, Rio Piedras, Puerto Rico 1972, p. 213). Algumas das dificuldades para estabilizar a condição do escravo branco são mencionadas nas memórias de Miles Philips, marinheiro inglês que se tornou cativo, juntamente com vários de seus colegas, na década de 1560. Depois de submetido ao cativeiro e de renegar sua heresia "luterana", ele é condenado a trabalhos forçados; após muitos sofrimentos e aventuras, acaba conseguindo embarcar numa frota de volta à Europa, fingindo ser espanhol, e finalmente chega à terra natal e escreve sua história. A possibilidade de Philips passar por colono tem papel vital em sua fuga e isto não poderia ter sido feito por um africano negro. Esta história foi publicada na coleção de Richard Hakluyt e pode ser lida de forma mais conveniente na seleção moderna editada por J. Beeching: Richard Hakluyt, *Voyages and Discoveries*, Londres 1985, pp. 132-45.

— IV —

A ascensão do açúcar brasileiro

Sua melodia era tal que — embora eles não saibam o que é música — aqueles que não os ouviram não acreditariam que pudessem conseguir tamanha harmonia. No início do sabá das bruxas, quando eu estava na casa das mulheres, fiquei um tanto amedrontado; agora recebi em recompensa tal alegria, ouvindo as harmonias marcadas de tamanha multidão, e especialmente na cadência e no refrão da canção, em que, em cada verso, todos eles faziam suas vozes flutuar, dizendo Heu, heuaure, heura, heuaure, heura, heura, ouech — fiquei ali de pé, arrebatado de prazer.

Jean de Léry, *História de uma Viagem à Terra do Brasil*

O império ultramarino espanhol era mantido pelo monarca, seus funcionários, almirantes, soldados e clérigos. No centro estava a capital artificial, Madri, cidade pequena perto do imponente — até mesmo ameaçador — edifício do Escorial, palácio com uma bela vista, mas com aspecto de quartel-general. Apesar da prata americana, os impostos pagos por Castela constituíam a maior parte da receita real. Já o absolutismo português dependia essencialmente dos empreendimentos comerciais e coloniais para financiar-se e para garantir a lealdade das classes privilegiadas e abastadas. Enquanto o imperialismo espanhol intervinha na produção, o colonialismo português organizou os lucros do monopólio na esfera da circulação. Em seu centro estava o grande porto de Lisboa, e o andar térreo do Palácio Real era um escritório comercial e contábil. Nas colônias não havia burocracia ramificada, e sim mercadores, feitores, fazendeiros e camponeses ligados à metrópole pelo crédito, pela saudade e pelo talento náutico. A anexação de Portugal pela Coroa espanhola foi selada por promessas feitas às Cortes de Tomar em 1581 de que a estrutura do governo nas possessões portuguesas seria respeitada. De qualquer forma, Madri estava preocupada com os conflitos europeus na década de 1580, e disposta a ser tolerante com as colônias portuguesas e seu comércio enquanto lhe trouxessem alguma receita.

Por longo tempo o Brasil fora pouco mais que uma parada intermediária e atrasada dentro do Império português, embora isso fosse mudar nas décadas de 1570 e 1580 com a possível ajuda da falta de atenção da metrópole. Não haviam sido descobertos grandes depósitos de metal precioso; o pau-brasil, do qual se extraía corante vermelho, deu nome à colônia e foi seu produto principal durante quase meio século. A colonização portuguesa limitava-se a alguns enclaves costeiros. A população brasileira de talvez três milhões de índios espalhava-se num território imenso, circunstância que, de início, protegeu-a dos ataques mais violentos de doenças desconhecidas. Alguns índios foram persuadidos ou forçados a ajudar na derrubada de árvores e no transporte da madeira, mas o contato não era grande. Até a década de 1540, os madeireiros podiam em geral trocar tecido, instrumentos de metal e contas pelas valiosas madeiras nobres. Mas com o aumento da demanda de mão-de-obra indígena, os índios puderam negociar melhores condições e adquirir os bens que desejavam com menos trabalho; as comunidades indígenas não tinham uma demanda ilimitada de manufaturados europeus e alguns dos bens que desejavam adquirir, como cutelos e armas de fogo, os portugueses relutavam em fornecer. Ainda assim, os aldeamentos portugueses dependiam quase sempre dos índios para se abastecerem de alimentos. Nestas circunstâncias, a escravização dos índios passou a ser um recurso mais comum. A criação de algumas *plantations* de açúcar na década de 1540 agra-

vou a escassez de mão-de-obra.[1] Em 1546, Duarte Coelho, donatário de Pernambuco, explicou o problema numa carta ao rei:

> Para conseguir vosso pau-brasil [os mercadores] importunam tanto os índios (...) que minha terra está toda em desordem. Pois não basta, Senhor, dar-lhes ferramentas como era de costume. Para fazer os índios trazerem o pau-brasil agora é necessário dar-lhes contas da Bahia e gorros de penas e roupas coloridas que um homem não conseguiria comprar para uso próprio e, o que é pior, espadas e arcabuzes. (...) Pois quando os índios tinham necessidade e queriam ferramentas costumavam vir e, em troca do que lhes dávamos, faziam o carregamento e todo o trabalho pesado, e costumavam vir e vender-nos comida, de que muito precisamos. Mas agora que têm muitas ferramentas, estão a tornar-se menos úteis do que de costume, e a ficar mais inquietos e orgulhosos, e rebelam-se.[2]

A colônia fora dividida em doze "capitanias" na época da sua fundação, mas o desenvolvimento de *plantations* só ocorreu em algumas delas, com Pernambuco um pouco à frente. Apenas dois donatários chegaram a visitar o Brasil. No entanto, alguns dos colonos portugueses, ajudados por uma remessa de camponeses do norte de Portugal, foram persistentes, e por algum tempo o sistema de escambo possibilitou que as povoações se mantivessem e enviassem vários carregamentos de madeira por ano para Portugal. A costa brasileira era extensa e alguns dos melhores portos não haviam sido ocupados, o que permitiu aos franceses também extraírem madeira e competirem pela mão-de-obra indígena. A Bahia foi transformada em centro administrativo em 1549, quando a capitania entrou em colapso. As ordens religiosas foram incentivadas a ajudar a colonização por meio de generosas concessões de terra. Quando Portugal encontrou competição cada vez mais feroz na Ásia e na África, as autoridades de Lisboa passaram a dar mais atenção ao Brasil. Mas em meados do século a região do Rio de Janeiro ainda não tinha sido colonizada.

La France Antarctique

Desde a década de 1530, os navios franceses vindos de Rouen e de outros portos chegavam regularmente para adquirir pau-brasil dos índios, e na década de 1550 houve a tentativa do aventureiro bretão Nicolas Durand, cavaleiro de Villegaignon, de fundar a colônia da *France Antarctique* na baía do Rio de Janeiro. Esta iniciativa foi apoiada tanto pelo almirante Coligny, ministro francês, quanto por Calvino, amigo e ex-colega de estudos do líder da expedição. Num desfile em homenagem a Henrique

II e Catarina de Médici em Rouen, em 1550, foram importados índios tupinambás para montar uma complexa representação de episódios de sua vida cotidiana num cenário de "floresta" montado para o espetáculo; enquanto alguns se ocupavam em suas cabanas ou simulavam uma batalha, outros demonstravam por gestos seu desejo de carregar pau-brasil até a costa.[3] Os franceses viam-se como salvadores dos índios. No entanto, Villegaignon e seus seguidores logo descobriram as dificuldades decorrentes do trabalho de colonização, inclusive a relutância dos índios em desempenhar o papel que lhes haviam dado no desfile do colonialismo francês. Villegaignon chegou ao Brasil em 1555, mas pouco depois escreveu a Calvino explicando os problemas que encontrara:

> Este país era só vastidão e abandono. Não havia casas nem tetos telhados e nenhuma colheita ou cereal. Pelo contrário, havia povos selvagens e ferozes, alheios a toda cortesia ou humanidade, totalmente diferentes de nós em seus métodos e educação. Eles não tinham religião nem qualquer conhecimento de honra ou virtude (...) o povo do lugar vive de um dia para o outro, sem se preocupar em cultivar a terra. Portanto, não encontramos depósitos de alimentos reunidos num só lugar, mas tivemos de ir cada vez mais longe para procurá-los e reuni-los.[4]

Os ameríndios foram usados como escravos pelos colonizadores, mas treiná-los para o trabalho era muito difícil; com a abundância de caça natural, não viam razão para acumular reservas de alimentos. Os nativos, segundo afirmavam os franceses, eram preguiçosos e incompetentes; cansavam-se com facilidade e fugiam se não fossem vigiados constantemente. Villegaignon também se preocupou com a recusa das mulheres indígenas de cobrir o corpo, e com a disposição de seus próprios colonos de ter com elas relações sexuais. As tentativas de impor restrições provocaram uma rebelião que foi dominada com a ajuda de alguns seguidores escoceses. Ele pediu à França que enviasse mais colonos, e a Calvino que mandasse alguns sacerdotes. Trezentos novos colonos chegaram em 1557, liderados pelo Sieur Bois-le-Comte, sobrinho de Villegaignon, e dois sacerdotes foram enviados por Calvino. No entanto, violentas disputas religiosas dilaceravam a pequena colônia. Os sacerdotes calvinistas exigiram que a celebração da Eucaristia fosse modificada ou abandonada, já que parecia autorizar o canibalismo do qual acusavam os nativos. Villegaignon, no fundo um tradicionalista e disciplinador, ficou escandalizado com esses argumentos e ordenou que fossem expulsos da povoação. Depois procurou o auxílio do ultracatólico duque de Guise e logo partiu para a França, deixando a colônia, vulnerável e dividida, sob o comando de seu sobrinho.[5]

As autoridades portuguesas alarmaram-se bastante com a criação da *France Antarctique*. Além do valor intrínseco do Brasil, ele ficava apenas um pouco fora da rota para as Índias, já que era melhor alcançar o Cabo da Boa Esperança pelo sudoeste do Atlântico. Foi nomeado um novo governador com experiência militar: Mem de Sá. Ele montou uma expedição contra os franceses, tomou sua base fortificada depois de uma batalha difícil e mais tarde fundou a cidade do Rio de Janeiro.

Como foram expulsos pelos portugueses, não foi alterada a noção alimentada pelos franceses de que gozavam de uma relação especial com os índios. Os relatos de Léry e Thevet, especialmente os deste último, alimentaram a opinião de que, apesar de sua selvageria e canibalismo, os índios do Brasil eram dotados de uma virtude natural. Esta mistura fica evidente na descrição de uma cerimônia tupinambá feita por Léry na epígrafe deste capítulo.[6] Léry ficou fascinado pelo que pensou ser um eco bíblico, uma referência feita em uma de suas canções às águas que cobriam o mundo, embora os tupinambás acreditassem que haviam sobrevivido ao dilúvio subindo nas árvores mais altas.[7]

O desenvolvimento da economia açucareira

O período de governo de Mem de Sá (1557-72) marcou o início da economia de *plantation* na colônia. O próprio governador montou dois engenhos de açúcar com mão-de-obra mista de escravos africanos e índios. A fundação do Rio de Janeiro cobriu uma lacuna perigosa. Os engenhos de açúcar se multiplicavam na Bahia, e vários se estabeleceram no Rio. Na década de 1570, proprietários de engenhos de açúcar em São Tomé transferiram suas operações para o Brasil, atraídos pela segurança, pelo solo fértil e pela facilidade de comunicação. Mem de Sá tinha participação nos lucros do açúcar e confiou importantes postos de comando a parentes jovens e vigorosos. Mas não procurou aumentar nem controlar o comércio de açúcar, nem sujeitá-lo a taxações pesadas. Como Francisco de Toledo no Peru, estabilizou o controle da metrópole e presidiu uma explosão econômica. Enquanto o regime de Toledo baseou-se no controle centralizado e aumentou enormemente o fluxo de metais preciosos para Madri, o governo de Mem de Sá permitiu que o comércio de açúcar e de escravos se desenvolvesse ao entregar seu comando aos empreendedores. Os jesuítas, como inimigos firmes de qualquer invasor protestante, receberam concessões generosas e instalaram colégios ou escolas em cada uma das principais povoações; também criaram fazendas e engenhos nas terras que receberam, para ajudar a manter sua missão religiosa e educacional.[8]

O desenvolvimento da produção de açúcar exigira a criação de um regime de tributos na forma de mão-de-obra servil. Os que haviam recebido concessões de terra (sesmarias) dos donatários de cada capitania adquiriam, teoricamente, o direito de exigir dos habitantes indígenas a prestação de serviços, mas isto foi difícil ou impossível de impor, devido à tendência migratória dos índios, principalmente quando confrontados com um sesmeiro ganancioso. Guerras intermitentes com as tribos indígenas, ou simples expedições de caça, resultaram num fluxo de índios escravizados que, a custo de muita brutalidade, podiam ser obrigados a executar algum trabalho.

Em 1570, as autoridades reais, agindo em nome do jovem rei Sebastião I, decretaram que os nativos só poderiam ser escravizados se estivessem em revolta declarada, ou se praticassem o canibalismo. Foram postos sob a proteção dos jesuítas, que tentaram fixar o maior número possível deles em povoações ou aldeias especiais onde poderiam aprender um ofício, mas eram obrigados a abandonar a poligamia, o casamento entre primos e o canibalismo, recebiam instrução religiosa na *língua geral* baseada no tupi e viviam em filas de cabanas, em vez das longas ocas dispostas num desenho circular. Tanto os sacerdotes quanto os índios pareciam apreciar o canto coral, a música sacra e a participação em festas religiosas. Sob os olhos vigilantes dos jesuítas, as aldeias gozavam de certa independência e forneciam *forros* (homens livres) para trabalhar em troca de salário nas propriedades vizinhas. Depois de algumas tentativas frustradas, os jesuítas desistiram de treinar padres nativos e adquiriram a noção de que os índios não eram dotados para o ministério e assim, de certa forma, de que não eram totalmente racionais. De sua parte, muitos índios evitavam a vida vigiada das aldeias e alguns preferiam até viver nas propriedades dos colonos. Os que recusavam essas proteções estavam expostos à caça contínua de escravos. Os colonos só podiam ser convencidos a participar das expedições contra tribos indígenas ameaçadoras se lhes fosse dada a possibilidade de aprisionar escravos. As tribos indígenas mais amigáveis sofreram vários ataques, e muitas foram escravizadas com um ou outro pretexto. Os primeiros engenhos de açúcar da colônia foram operados por índios escravizados ou semilivres, juntamente com imigrantes de Portugal e das ilhas atlânticas e alguns escravos africanos.[9]

Em 1570 havia apenas uns dois ou três mil escravos africanos nas povoações portuguesas, comparados ao número dez ou quinze vezes maior de escravos indígenas. No entanto, estes últimos, a menos que fossem especialmente talentosos ou gozassem de confiança especial, tinham pouco valor. Índios "brutos" eram vendidos por um escudo cada, em comparação com o preço de 13 a 40 escudos de um escravo africano; índios treinados para o trabalho nas plantações de cana ou nos

engenhos eram vendidos por cerca de metade do preço dos africanos treinados.[10] Em muitas propriedades quase não se fazia distinção entre índios livres (forros) e escravos, embora decretos reais estipulassem que os primeiros deveriam receber salários. Enquanto os forros só recebiam pagamento em gêneros alimentícios, os escravizados às vezes fugiam. Pragas violentas nas décadas de 1560 e 1570 atingiram os índios das aldeias, incentivando os futuros proprietários de engenhos a buscar outra fonte de mão-de-obra. Desde o início os engenhos recebiam imigrantes assalariados e especialistas em açúcar de Portugal e das ilhas atlânticas, alguns deles mamelucos, nome que indicava etnia mista. Cada vez mais compravam-se também escravos africanos. No entanto, embora a mão-de-obra indígena estivesse agora perdendo importância nos engenhos, este processo foi gradual. No interior, grupos errantes de bandeirantes, ou seja, exploradores, comerciantes e predadores independentes, em parte formados por índios assimilados e mestiços, continuavam a atacar as tribos indígenas que viviam além da faixa costeira e fora do alcance das missões jesuítas.

Os próprios jesuítas declararam em 1600 que a mão-de-obra composta de 50.000 índios forros das aldeias estava disponível para contratação. Estes trabalhadores seriam empregados na agricultura em geral e no serviço doméstico. Os senhores de engenho queriam uma mão-de-obra permanente, labutando numa colheita de nove meses de duração e disponíveis para tarefas de preparação e construção no restante do tempo. Também queriam ter certeza de que aqueles que aprendessem as habilidades necessárias — o núcleo de doze ou quinze fabricantes de açúcar — não os abandonariam; deste ponto de vista, a compra de escravos africanos tinha muitas vantagens sobre o uso de imigrantes portugueses ou índios forros. Em 1571, o Engenho Sergipe, fundado por Mem de Sá, tinha 21 trabalhadores indígenas nas tarefas especializadas da fabricação de açúcar; em 1591 já não havia nenhum trabalhador indígena nessas funções, e sim 30 africanos, dos quais treze ocupados nas tarefas básicas da fabricação de açúcar — incluindo o mestre de açúcar, dois purgadores e três tacheiros (que cuidavam dos tachos, na tarefa delicada de ferver o açúcar até que atingisse a consistência correta).[11] Os próprios jesuítas, que demarcaram o limite da ilegalidade da escravização dos índios, compraram escravos africanos para seus engenhos. Nisto eles refletiram fielmente o ponto de vista oficial de que a escravização de índios não era correta, mas que a compra de escravos africanos era permitida.

O açúcar trouxe prosperidade ao Brasil nas últimas décadas do século, e por mais de cem anos os africanos foram trazidos para a colônia para trabalhar nas propriedades açucareiras. O número de escravos africanos no Brasil cresceu de 3.000 em 1570 para 9.000-10.000 em 1590 e para 12.000-15.000 em 1600; a população

"branca" era calculada em 29.400 pessoas em 1585, concentrada principalmente em Pernambuco e na Bahia.[12] A maioria dos africanos trabalhava nos engenhos; cada um deles precisava de vários tipos de trabalhadores, em número que variava de 80 a 120. Em 1600, os africanos provavelmente ainda eram em menor número no setor açucareiro do que os trabalhadores indígenas em geral, escravos ou livres; sua quantidade devia ser semelhante à de portugueses ou ilhéus livres, que geralmente exerciam profissões artesanais. Mas a proporção de africanos não parava de crescer. Em todo o período de 1600 a 1650, pelo menos 200.000 africanos foram levados para o Brasil.[13]

A compra de escravos nessa quantidade representou um investimento impressionante — na verdade, espantoso — e suscita a questão sobre o motivo. Por que os escravos africanos foram importados em tamanha quantidade, e como foi possível para os senhores e lavradores de cana pagar por eles? Evidentemente, a demanda de mão-de-obra era voraz, e o sistema anterior de recrutamento misto de mão-de-obra já se mostrara inadequado. Sob influência espanhola, as autoridades reais e os jesuítas continuavam a desestimular a escravização dos índios; embora escravos índios recém-capturados ainda pudessem ser comprados, faltava aos cativos, ilegais ou semilegais, a técnica e a resistência física necessárias nos engenhos. Os de ascendência indígena ou parcialmente indígena que haviam aprendido pelo menos algumas das técnicas agrícolas necessárias não eram interessados nem adequados. A remuneração nominal oferecida aos índios forros era insuficiente para garantir sua lealdade ou para incentivar o aumento de seu número. Schwartz sugere que o próprio fracasso da tentativa de extinguir o comércio ilegal de escravos indígenas solapou o estímulo oficial para que os forros recebessem salários "semelhantes aos de homens livres e fossem tratados como tal".[14]

O entusiasmo dos lavradores e dos senhores de engenho pelos índios, escravos ou forros, também diminuiu quando as populações indígenas mostraram-se suscetíveis ao culto da *santidade*, no qual símbolos cristãos foram atrelados a crenças tupinambás na vinda de um paraíso terrestre no qual, dizia-se, as enxadas trabalhariam sozinhas a terra, e as flechas encontrariam o alvo enquanto os homens descansariam. Este culto, que se aglutinou em volta de vários "bispos" e "papas", surgiu nas últimas décadas do século XVI. Seus devotos, em geral ex-escravos, criaram suas próprias aldeias, organizando celebrações com fumo, álcool, dança e música, vistas com medo e escândalo pelos colonos. Em 1610, o governador, que defendia a reescravização dos índios, avisou que havia vinte mil deles em aldeias da *santidade* e que começavam a atrair negros fujões. Alegava-se que os que estavam ligados à *santidade* envolviam-se em ataques aos engenhos, nos quais roubavam propriedades e

quebravam máquinas. Os representantes da Coroa temiam que a *santidade* e os escravos rebeldes pudessem tornar-se aliados de alguma potência atacante, como acontecera no Istmo do Panamá. Em 1613, a Coroa declarou que agiria contra índios e africanos que "vivem em idolatria chamando suas povoações de *santidade*, freqüentemente delas partindo para roubar e matar nas aldeias e engenhos".[15] Encurralados entre as operações militares do governador e as atividades independentes dos bandeirantes, estas povoações tiveram existência instável e precária. Embora os africanos não fossem imunes ao movimento da *santidade*, ele baseava-se essencialmente na população indígena e mestiça. Os africanos recém-chegados eram mandados diretamente para os engenhos, onde eram submetidos a um regime de trabalho exaustivo; a minoria que se ocupava de tarefas artesanais tinha pequenos privilégios, enquanto a maioria recebia permissão para cultivar alimentos para si numa pequena roça. Estes incentivos significavam mais para o cativo africano do que para a população indígena.

Até 1580, as propriedades açucareiras de mão-de-obra mista, composta principalmente de índios, eram produtivas e rentáveis o bastante para estimular o investimento na indústria. De fato, a colônia tinha excelentes vantagens naturais para a produção de açúcar, enquanto a metrópole dispunha de todas as ligações comerciais necessárias. Alguns escravos podem ter sido trazidos da África ou das ilhas atlânticas para o Brasil num sistema de crédito, ou como investimento feito por um traficante de escravos. A complementaridade das várias possessões portuguesas no Atlântico primeiro atrasou e depois financiou o avanço brasileiro. Os mercadores flamengos e italianos há muito já haviam se estabelecido nas ilhas atlânticas e só aos poucos descobriram as vantagens do Brasil, quando a queda da produção e os problemas sociais reduziram a colheita de açúcar primeiro na Ilha da Madeira e nas Canárias e depois em São Tomé. O solo e o clima do nordeste brasileiro mostraram-se mais adequados para a cana-de-açúcar, com uma disponibilidade muito maior de terra do que nas ilhas atlânticas e com um período mais longo de colheita. A cana-de-açúcar é uma colheita que exaure a terra e exige fertilização constante do solo; a cana pode ser cortada durante vários anos, mas as colheitas diminuem, como parece ter acontecido nas relativamente pequenas ilhas do Atlântico. A costa do Brasil também era beneficiada por muitos rios e riachos capazes de fornecer água aos engenhos. Embora fosse possível moer a cana em moinhos movidos por bois ou mesmo por escravos, como o *trapiche* usado no Caribe espanhol, a escala de produção podia ser aumentada com o uso da força hidráulica. Um grande engenho real movido a água poderia produzir oitenta ou até cem toneladas de açúcar por ano. Alguns engenhos de Morelos podiam chegar a este nível de produção, mas só com uso extensivo de força motriz animal; centenas de bois, com os pastos e a supervisão extra que exigiam.

O sucesso da indústria açucareira no Brasil não derivou apenas da escala da produção. Na verdade, a indústria brasileira sobrepujou todos os concorrentes porque sua organização específica e o desenvolvimento técnico dos engenhos permitiram investimentos numa escala média. Os senhores de engenho foram capazes de reduzir o custo de montagem de um novo empreendimento contratando a compra da matéria-prima de lavradores de cana independentes. Enquanto o engenho empregava cerca de uma dúzia de portugueses assalariados e muitos escravos africanos, os lavradores de cana utilizavam mão-de-obra mista de escravos africanos e índios e forneciam a maior parte da cana necessária para o engenho. O lavrador recebia cerca de metade do açúcar feito com sua cana se fosse o dono da terra, e entre um terço e um quarto se a terra pertencesse ao senhor de engenho. Desde os primeiros dias do desenvolvimento açucareiro no Brasil, os que construíam um novo engenho ficavam isentos do dízimo por um período de dez anos, e podiam comprar até 120 escravos pagando taxas reduzidas. As ordens religiosas e os cavaleiros da Ordem de Cristo gozavam de mais isenções ainda.[16]

As vantagens especiais do Brasil sobre o Caribe nessa época incluíam o acesso mais fácil aos mercados e às fontes de mão-de-obra escrava. O tempo de viagem entre o nordeste do Brasil e Lisboa era menor que entre qualquer outra colônia européia no Novo Mundo e suas metrópoles: cerca de 45 ou 55 dias até Lisboa, contra os 70 de Havana a Cádiz e mais de 120 de Veracruz à Espanha.[17] O tempo de viagem da Europa ou da África até o nordeste brasileiro era também menor do que até o Caribe ocidental. Como o comércio de escravos estava em mãos de portugueses, havia também menos intermediários e menos impostos a pagar. O preço dos escravos no Brasil era sempre mais baixo do que na América espanhola: no período de 1574-1613, representava metade ou dois terços do preço no Caribe.[18]

Os produtores brasileiros de açúcar só deveriam negociar com mercadores portugueses. Nessa época, Lisboa tinha uma comunidade mercantil florescente e cosmopolita, que incluía italianos naturalizados e os chamados "cristãos-novos" — judeus convertidos, alguns dos quais refugiados da Espanha e vários com experiência ou contatos nos Países Baixos. Antes de 1591, mercadores estrangeiros, desde que se declarassem católicos, podiam possuir naus mercantes portuguesas e nelas embarcar, contanto que o capitão e a tripulação fossem portugueses. O comércio de açúcar desenvolvido com as ilhas atlânticas, depois da queda da produção, deslocou-se cada vez mais para o Brasil. O mercador flamengo Erasmus Schest possuía um engenho em São Vicente, dirigido por seu agente Jan van Hielst, cuja receita permitiu-lhe comprar o Ducado de Ursel em Brabante.[19]

Nas Cortes de Tomar, Felipe II prometera respeitar o poder e os privilégios da *Mesa da Conciência e Ordens*, entidade dedicada aos negócios legais e religiosos e à administração da receita das ordens militares tanto na metrópole quanto nas colônias. A tentativa espanhola de criar um Conselho da Índia para as colônias portuguesas foi abandonada depois da oposição da *Mesa da Conciência*. Os assuntos coloniais portugueses permaneceram sob a responsabilidade imediata do órgão supremo do reino, o Desembargo do Paço, que se reunia em Lisboa. Havia tensões com a Junta de Fazenda de Portugal, que funcionava na Espanha, mas antes da década de 1620 essas tensões não prejudicaram os interesses coloniais brasileiros.[20]

Portugal buscava há muito tempo um comércio mais intenso com os Países Baixos e a Inglaterra. A revolta holandesa e os conflitos anglo-espanhóis só criaram dificuldades intermitentes. O principal perigo para os navios portugueses estava em águas européias, principalmente nos anos entre a derrota da Armada (1588) e a reconstrução da frota espanhola na década de 1590. Em 1589, uma grande expedição anglo-holandesa partiu para estabelecer uma cabeça-de-ponte em Portugal ou em alguma das ilhas atlânticas, com o objetivo de colocar Dom Antônio do Crato no trono português e desmembrar o império ibérico. No entanto, a rainha Elizabeth I teve de contar bastante com mercadores armados, que deixaram de lado o objetivo estratégico e se dedicaram a saquear o comércio colonial. Um contemporâneo explicou o fiasco das tentativas de tomar territórios com a justificativa de que "este exército era formado por mercadores; enquanto em assuntos deste tipo os príncipes só deveriam empregar a si mesmos".[21] Nos três anos entre 1589 e 1591, corsários ingleses atacaram sessenta e nove navios envolvidos no comércio com o Brasil, levando uma quantidade de açúcar avaliada em £100.000. Um decreto de 1591, que afirmava ser "contra toda a razão e o bom senso" permitir que mercadores estrangeiros prejudicassem "o comércio do reino", tentou impedir que mercadores estrangeiros visitassem as colônias portuguesas.[22] Em 1592 foi estabelecido um sistema de comboios entre o Brasil e Lisboa, pago com uma taxa de 3% sobre o açúcar transportado. A frota brasileira adaptou seu cronograma à colheita da cana e à produção do açúcar, e em sua forma inicial os preços não eram muito altos. A segurança da frota brasileira foi ampliada com o grande esforço espanhol para proteger as rotas marítimas transatlânticas. Depois que o açúcar chegava a Lisboa poderia ser levado para Gênova, Antuérpia, Amsterdã ou para os portos hanseáticos por mercadores estrangeiros que trabalhavam com licença de Portugal. Não era raro que o comércio se mantivesse independentemente da guerra.[23]

A costa brasileira era menos atraente para piratas e corsários do que o Caribe ou as escalas atlânticas no caminho da Península. Os que navegavam até o Atlântico

Sul costumavam achar o contrabando mais lucrativo que o saque, para o bem dos colonos. De meados da década de 1590 em diante, as naus holandesas tornaram-se visitantes habituais do sul do Atlântico e da costa da América do Sul. Eram atraídas pelas salinas das ilhas de Cabo Verde e de Tierra Firme, além do comércio clandestino, e evitavam as bem escoltadas frotas espanholas e portuguesas. Dizia-se em 1598 que havia oitenta naus holandesas na região sul do Atlântico.[24] Em 1599, piratas holandeses tomaram São Tomé, mas o Brasil permaneceu incólume. As condições relativamente razoáveis oferecidas aos brasileiros pelo sistema de comboios portugueses para o transporte do açúcar pode ter refletido uma tentativa de evitar o contrabando. Além disso, entre os proprietários de engenhos havia funcionários da Coroa, membros das ordens militares e mercadores importantes capazes de exercer influência favorável ao comércio brasileiro em Lisboa. Para Portugal, este agora merecia a mesma primazia garantida na América espanhola ao transporte de metais preciosos.

A Tabela IV.1 indica o avanço qualitativo representado pelo crescimento das *plantations* açucareiras no Brasil.

Tabela IV.1 Produção atlântica de açúcar no século XVI (em arrobas)

	Ilha da Madeira	São Tomé	Brasil
1507	70.000		
1570	200.000		
1580	40.000	20.000	180.000
1585	23.000		
1600		40.000	
1614			700.000

Fonte: Frédéric Mauro, *Le XVIe Siècle européen: aspects économiques*, Paris 1966, p. 151 para todos os números, exceto para o Brasil em 1610, que foi tirado de Schwartz, "Plantations and Peripheries", em Bethell, ed., *Colonial Brazil*, p. 76.

No início do século, as Ilhas Canárias produziam cerca de 70.000 arrobas por ano e Chipre cerca de 30.000; os estados do norte da África enviavam ocasionalmente quantidades semelhantes para a Europa. A produção conjunta da América espanhola oscilou na faixa de produção citada para a Ilha da Madeira, com boa parte sendo consumida em vez de exportada. Na segunda metade do século XVII, o maior carregamento anual de açúcar da América espanhola para Sevilha foi de 60.000 arrobas em 1568, como observado no Capítulo III. Quando o Brasil atingiu a produção de 700.000 arrobas, ou 10.000 toneladas, por volta do fim do século, penetrou numa nova ordem de magnitude. Chegou a cerca de um milhão de arrobas em

1620, já que a indústria açucareira brasileira beneficiou-se da trégua entre Espanha e Holanda (1609-21) e foi impulsionada pela utilização de um moinho mais barato e eficaz para a moagem da cana.[25]

Durante a trégua de doze anos, o transporte marítimo pelo Atlântico ficou mais seguro e, portanto, mais barato. O sistema de comboio pôde ser relaxado, e navios de portos portugueses menores como Viana, Lagos, Faro e Porto puderam participar do comércio de açúcar, monopolizado por Lisboa durante a guerra. Em pouco tempo, Recife passou a carregar por ano 130 navios, a Bahia cerca de 75 e o Rio de Janeiro, 30.[26] Os mercadores portugueses ainda detinham os direitos exclusivos de comerciar com o Brasil, mas faziam acordos com parceiros ingleses ou holandeses que fornecessem o capital inicial ou equipassem os navios. As autoridades de Madri podem ter tido conhecimento disso, mas estavam dispostas a ser tolerantes porque precisavam da trégua com os holandeses e porque o rei espanhol dependia da prosperidade luso-brasileira.

O típico engenho de açúcar do século XVI usava roletes horizontais para esmagar os pedaços de cana, com uma prensa extra necessária para extrair o resto do caldo, que era então fervido numa série de tachos de cobre, escumado, purgado e esfriado em moldes de argila que purificavam ainda mais o açúcar. O tipo de equipamento introduzido no Brasil por volta de 1608-12, o engenho de três paus, empregava três roletes verticais e colineares, entre os quais a cana passava duas vezes, ajudando a transmitir o movimento da máquina. A nova disposição simplificou a tração do moinho, dispensou o uso da prensa extra e permitiu a moagem de pedaços maiores de cana. O método de processamento do caldo de cana não foi alterado, mas, com o aumento da produção, o novo equipamento permitiu o acesso do produtor médio à fabricação lucrativa de açúcar. Dizia-se que um padre espanhol do Peru trouxe o novo método de moagem para o Brasil; parece que um aparelho semelhante era usado para moer minério, e que era uma invenção indígena.[27] Entre 1583 e 1612, o número de engenhos de açúcar cresceu de 115 para 192; em 1629, havia cerca de 350 engenhos, capazes de produzir de 15.000 a 22.000 toneladas por ano. Os novos senhores de engenho eram de origem mais humilde do que os do século XVI; a produção de açúcar não era mais reserva especial de vice-reis, aristocratas, príncipes mercadores e poderosas ordens religiosas, embora essas últimas tivessem alguns privilégios fiscais.[28]

Como Portugal perdera muito terreno no comércio asiático de especiarias, o Brasil e seu açúcar, juntamente com a venda de escravos africanos, dominaram o comércio colonial. Em 1620, a produção brasileira de açúcar chegou a 13.400 toneladas, que valiam £484.000 em Amsterdã; Deerr cita um documento holandês que afirmava

que os lucros poderiam dobrar se a Holanda se apoderasse do Brasil. No mesmo ano, as importações totais da Inglaterra eram de £1.578.000, das quais o açúcar representava £83.000.[29] Pagavam-se impostos sobre o açúcar brasileiro tanto no porto de despacho quanto em seu destino português; neste último caso, uma taxa de 20 por cento *ad valorem* além do imposto de venda normal. Com o tempo, a incidência dessas taxas cresceu, conforme os funcionários da Coroa exploravam o potencial da posição comercial brasileira. O comércio de açúcar do Brasil em 1627, avaliado em 3.500.000 cruzados, pode ter gerado mais de um milhão de cruzados para o Tesouro português, representando 40% da receita total do estado.[30] O aparato burocrático necessário para coletar estes impostos em alguns portos era muito menos elaborado do que o da administração imperial espanhola no Novo Mundo, com milhares de *corrigidores* e outros funcionários assalariados lotados em centenas de municipalidades. A administração colonial mais econômica de Portugal permitiu que o Tesouro metropolitano recolhesse uma parcela proporcionalmente mais alta dos lucros do império do que Madri; nessa época, os carregamentos de açúcar haviam atingido o mesmo valor que a prata da América espanhola em meados do século XVI.

O crescimento da indústria açucareira exigiu mais colonos e mais escravos. Portugal, com uma população de um décimo da espanhola, enviou um fluxo maior de emigrantes para suas colônias: de 3.000 a 4.000 por ano.[31] Os engenhos maiores empregavam de dez a vinte feitores, contadores e artesãos assalariados. Os imigrantes também encontravam emprego nas casas comerciais ou nas grandes fazendas de criação de gado, produzindo couros e carne-seca para as *plantations* e os navios. Não havia falta de terras que pudessem ser compradas para produzir alimentos ou fumo.

O comércio transatlântico de escravos e a África

Em 1630 havia entre 50.000 e 60.000 escravos negros no Brasil. Em alguns anos, 7.500 *peças de Índias*, talvez 10.000 africanos, foram enviados ao Brasil, sendo que 2.000 morreram no mar. Como os comerciantes portugueses forneciam um número sem precedentes de escravos à América espanhola, além da portuguesa, levavam por ano da África de 10.000 a 15.000 escravos.[32] Grandes fornecedores compravam o direito de exportar e importar escravos africanos, e depois vendiam cotas dessas licenças aos verdadeiros traficantes. O tráfico envolvia um número bastante grande de mercadores independentes em viagens triangulares da Europa ou das ilhas atlânticas à costa africana levando mercadorias, depois ao Brasil levando escravos, e de volta com produtos brasileiros. Na costa africana, a aguardente e o fumo brasileiros co-

meçaram a complementar as mercadorias originalmente compradas na Europa ou no Oriente.

O crescimento do comércio transatlântico de escravos transformou a natureza da presença portuguesa na África. Até meados do século XVI, ela não fora além da manutenção de bases comerciais nas ilhas e algumas feitorias costeiras, instaladas com permissão do monarca ou chefe africano local. A região florestal costeira da África Ocidental representava um ambiente perigoso e insalubre para os europeus e para os africanos do interior. Não havia uma estrutura política ampla, como nos impérios pré-colombianos das Américas, e sim uma porção de pequenos reinos e tribos. A savana representava um problema diferente para futuros colonizadores e conquistadores. Os estados maiores haviam atingido um nível formidável de organização militar, incluindo o uso de armas de fogo, e não havia possibilidade de serem derrotados por pequenas expedições européias. O monarca de Bornu dispunha de um corpo de mosqueteiros treinados por instrutores turcos. O final do século XVI testemunhou uma tentativa obstinada do sultão do Marrocos de recuperar o controle do comércio africano — que culminou, em 1590, com a tomada de Timbuctu por uma expedição de 5.000 homens, a maioria deles mosqueteiros e muitos montados, que atravessaram o deserto com a ajuda de 10.000 camelos carregando suprimentos. Mesmo esta formidável força de "fez vermelho" só derrotou o exército de Songai com a ajuda de uma facção renegada. A montagem de uma expedição deste tipo na África Ocidental estava além das possibilidades de Portugal, e foi considerada supérflua pela possibilidade de comércio sem conquista.

Os comerciantes de escravos visitavam pequenos postos comerciais nas embocaduras dos rios Gâmbia, Senegal e Níger, com seus muitos canais, e negociavam através das redes comerciais estabelecidas, que incluíam os *lançados* afro-portugueses. O crescimento do tráfico de escravos garantiu recursos aos estados capazes de fornecer cativos aos mercadores. Entre estes estavam Mali, Alada, Denkira, que controlavam o interior de El Mina, e o reino ioruba de Oio. Mas outros estados afastaram-se do tráfico, como Benin, no rio Níger, cujo rei ordenou, no início do século XVI, que nenhum escravo macho poderia ser vendido, e depois proibiu completamente o comércio. Confrontados com este obstáculo, os portugueses incentivaram uma autoridade divisionista mais complacente no rio Forcadas. Segundo Ryder: "o jovem estado parece ter gozado de independência suficiente para seguir uma política diferente da de Benin. Estimulou o comércio português, não fez restrição ao fornecimento de escravos e aceitou missionários cristãos."[33] Embora com esses expedientes os comerciantes portugueses pudessem conseguir alguma vantagem, isso não os tornava árbitros da costa — Benin continuava a ser um estado maior

e mais estável do que a nova entidade patrocinada pelos portugueses. Ryder observa: "a 'abertura e fechamento do mercado' seria durante séculos um mecanismo muito utilizado pelo Benin para regular o comércio com os europeus, e suspeita-se que já era praticado no comércio local muito antes que eles aparecessem."[34]

A partir de meados do século XVI, navios ingleses e holandeses começaram a visitar a costa da Guiné em busca de ouro, e podiam oferecer uma variedade atraente de mercadorias — inclusive armas brancas e de fogo. Às vezes compravam carregamentos de escravos, embora ainda não tivessem estabelecido o tráfico regular. Espremidos pelo Marrocos na terra e pelos holandeses e ingleses no mar, os portugueses foram postos na defensiva na Costa do Ouro. Suas feitorias despachavam quantidades cada vez menores de ouro para Lisboa.[35] Os portugueses ainda podiam fornecer algumas das mercadorias importantes para a aquisição de escravos; tecidos orientais e especiarias eram agora tão procuradas quanto os metais e os manufaturados europeus. No entanto, no início do século XVII, o domínio português sobre o comércio de escravos africanos devia-se tanto a suas ligações com os mercados da América quanto a sua posição agora ameaçada na África Ocidental.

No sudoeste da África e na África Central havia uma possibilidade um pouco maior de penetração territorial direta de Portugal. Os reinos africanos dessas regiões costumavam formar confederações em escala bastante ampla, com estruturas militares e comerciais mais fracas do que as encontradas na região de savanas da África Ocidental. Os portugueses haviam feito tratados vantajosos com os governantes do Congo, os Ngola de M'bundu e outros monarcas, engajando-os na caça aos escravos. Mas esses arranjos provocaram tensões internas e conflitos nas fronteiras. A intervenção portuguesa em favor do rei Álvaro I havia restabelecido o reino do Congo. Embora o próprio Congo tenha voltado a funcionar como mercado de escravos, alguns comerciantes independentes preferiam atuar em Luanda, onde estavam menos sujeitos à vigilância e à cobrança de impostos. Em 1571, a Coroa portuguesa decidiu criar uma colônia formal no interior de Luanda, entre os Kimbundu, no território de Ndongo. Foi nomeado um administrador, recrutaram-se alguns colonos camponeses e os jesuítas foram encarregados de instalar uma missão. As pretensões portuguesas foram minadas pela contínua resistência africana e pelo fracasso das colônias agrícolas que os colonos camponeses tentaram estabelecer. Ainda assim, criou-se um pequeno estado dedicado principalmente ao comércio de escravos no oeste do território dos Kimbundu, que patrocinava seu próprio sistema de caça a escravos e enviava tropas bem para o interior. Em 1591, a carta colonial de Ndongo foi revogada e estabeleceu-se o início da colônia portuguesa de Angola, com Luanda como centro administrativo.

As povoações portuguesas eram defendidas não só por algumas centenas de soldados vindos da metrópole e pela milícia colonial, mas também pela *guerra preta*, ou exército negro recrutado na região. Mesmo estes auxiliares africanos eram geralmente comprados ou capturados; o futuro poder colonial adotava assim o "exército de escravos" utilizado por tantos governantes africanos. Os cativos eram adquiridos de duas formas. Tratados feitos com reis ou pequenos chefes africanos (*sobas*) obrigavam-nos a entregar um número determinado de cativos em troca de algumas mercadorias e da manutenção de boas relações. Ou então permitia-se que expedições independentes de caça a escravos, patrocinadas por mercadores portugueses, vasculhassem o interior. Essas expedições eram realizadas por bandos organizados por particulares, formados por soldados locais liderados por *tangomãos*, portugueses que falavam idiomas africanos e que cultivavam contatos na região, e *pombeiros*, mestiços de sangue português e africano.

O *asiento* espanhol fornecia grandes recursos para equipar estas tropas, e as autoridades de Madri facilitaram a conquista de território. Mas a mistura de africanos e europeus, de patrocínio estatal com iniciativa privada, continuava a ser característica de Portugal. O número de escravos exportados de Luanda e Benguela ultrapassava o daqueles comprados dos comerciantes da África Ocidental, e chegou a quase 10.000 por ano na década de 1590. A caça a escravos e o comércio nesta escala começou a despovoar o interior mais próximo, e mais gente tentou mudar-se para ficar fora de alcance. As povoações portuguesas em torno de Benguela e Luanda eram agora colônias e não mais simples postos comerciais. No entanto, isso não significou que o estado pudesse impor o monopólio, já que a rede de caça e comércio estava em mãos de particulares e estendia-se muito além da fronteira do enclave colonial. Nas áreas vizinhas desenvolveu-se algum cultivo para fornecer provisões aos *tumbeiros*, nome sinistro dado às caravelas dos traficantes de escravos.[36] Ao norte, Angola era protegida pelo reino cristão do Congo, que ocupava um território do mesmo tamanho de Portugal. Na costa oriental africana, fortes portugueses em Kilwa, Moçambique e Quelimane tinham seu papel no comércio oceânico com as Índias e podiam trocar tecido por ouro em Matapa — mas nesta época não forneciam escravos às Américas.

No início do século XVII, os portugueses ainda mantinham o monopólio virtual do fornecimento de escravos ao Novo Mundo; sua habilidade para penetrar nos sistemas comerciais e políticos da África e montar sua própria rede de caça e comércio de escravos fez com que conseguissem levar de 10.000 a 20.000 escravos por ano pelo Atlântico. O comércio de escravos tinha um valor bruto anual de vários milhões de cruzados, além do significado estratégico óbvio para

as potências ibéricas unidas. O tráfico para a América espanhola, embora menor do que o dirigido às ilhas ou ao Brasil, era muito mais lucrativo; os que detinham o *asiento* entravam num mercado dominado pelos vendedores, onde a demanda reprimida de escravos era financiada por metais preciosos subavaliados. Já o Brasil era um mercado que pendia para o lado dos compradores no que dizia respeito aos escravos, e com freqüência era preciso conceder crédito aos senhores de engenho e lavradores de cana, que podiam comprar de vários fornecedores e até mesmo optar pelo trabalho indígena, mais barato; é provável que alguns dos novos engenhos tenham sido criados por traficantes de escravos como negócio paralelo.

De início, a união das coroas espanhola e portuguesa em 1580-81 fez pouca diferença na administração do Império português. Como ficara acertado, esta era confiada a funcionários portugueses, e a *Mesa da Conciência*, com sede em Lisboa, continuava a desempenhar papel importante. Mas depois da década de 1590, há indícios de que Madri dava passos decisivos para estimular o crescimento das possessões da Coroa portuguesa. O desenvolvimento comercial do Brasil durante o período de 1580-1620 dificilmente teria acontecido se não recebesse aprovação do rei espanhol e seus conselheiros. Parece que em algum ponto as autoridades espanholas perceberam que haveria mais receita vinda do Brasil se a colônia fosse incentivada a tornar-se o principal fornecedor de açúcar da Europa. Da mesma forma, há sinais na África de uma política mais positiva de colonização, procurando negar a abertura a invasores holandeses ou ingleses. A forma mais evidente de fazê-lo era através da ampliação da faixa de povoações fortificadas e, onde isso fosse impossível, da conclusão de tratados com reis africanos. Houve tentativas caras e desajeitadas de fortalecer El Mina contra invasões holandesas; mas, embora o forte tenha sido defendido com sucesso, o comércio de ouro continuou a minguar. Os novos *asientos* concedidos a Portugal a partir da década de 1590 estimularam muito o tráfico de escravos e incentivaram as redes de comércio de escravos na África Ocidental e Central.

Discussões sobre a escravidão

Um memorando preparado por volta de 1610 para o rei Felipe, encontrado nos arquivos do Rio de Janeiro, testemunha os contínuos problemas com a justificativa da onda crescente do tráfico de escravos:

> Os teólogos modernos, ao publicar seus livros, costumam descrever, e condenar como injustos, os atos de escravização que ocorrem nas províncias deste Império Real, empregando com esse propósito os mesmos princípios pelos quais os antigos teólogos, doutores da lei canônica e juristas julgaram legítimos e justos os atos de escravização. Segundo esses princípios, só os infiéis capturados em guerras justas, ou que por crimes graves tenham sido condenados por seus governantes, podem ser mantidos como escravos legítimos, ou caso vendam a si mesmos, ou sejam vendidos por seus próprios pais por terem verdadeira necessidade. E porque, com o uso destes quatro princípios, grandes injustiças são cometidas na compra e venda de escravos em nosso império, como veremos adiante, também é certo que a maioria dos escravos deste Império assim se tornaram com outros pretextos, dos quais alguns são reconhecidamente injustos, e outros, provavelmente, podem assim também ser considerados. Pois em toda a costa da Guiné e em Cabo Verde aquelas pessoas chamadas tangomãos e outros que lidam com esta mercadoria, homens de princípios morais frouxos, sem outra preocupação que não sejam os seus próprios interesses, costumam realizar expedições de caça subindo os rios e no interior distante, longe das áreas freqüentadas pelos portugueses, pelos funcionários de Sua Majestade e pelos padres daquelas regiões. (...) Nem mesmo os mercadores negam que conseguem seus escravos da forma descrita, mas defendem-se dizendo que os transportam para que se tornem cristãos, e para que possam vestir roupas e ter mais para comer, e deixam de reconhecer que nada disso é suficiente para justificar tanto roubo e tirania. (...)

O redator com certeza leu Mercado, citando alguns dos mesmos exemplos de abuso. Ele continua explicando que "os maus-tratos e a escravização são escandalosos para todos, especialmente para aqueles mesmos pagãos, porque abandonam nossa religião, ao verem que aqueles que deveriam convertê-los são as mesmas pessoas que os escravizam, como acontece todos os dias". Ele também afirma que as práticas portuguesas de caçar e comerciar escravos solapou a possibilidade de converter ao cristianismo o governante do Japão. E conclui em tom quase utópico:

> E quanto à justificativa da escravização por meio da condenação pelo crime cometido, as leis da China não condenam gente à escravidão por nenhum crime (...) eles não têm o costume de homens que vendem a si mesmos, nem parece que pais vendam seus filhos durante períodos de grande fome, como acontece às vezes no Camboja, já que a fome generalizada não ocorre na China, sendo que as leis chinesas não permitem isso e todos lá recebem o que precisam para manter-se, sem trabalhar. Portanto, às vezes, o povo daquela nação espanta-se com a forma como os portugueses fazem deles escravos contra a lei de sua terra, sem serem seus senhores legítimos. Ao que, com razoável espanto e desânimo, Vossa Majestade e vossos ministros têm a obrigação de dar uma resposta decisiva.[37]*

Este memorando tinha uma conclusão tão vigorosa quanto os textos de Mercado ou Albornoz — mas permaneceu como comunicação particular ao rei, que agora dependia como nunca da receita gerada pelo tráfico de escravos. Numa concessão irremediável, o redator admitiu tolamente que havia procedimentos válidos para a escravização.

Os primeiros anos de união entre as Coroas espanhola e portuguesa assistiram a uma ratificação ideológica oficial do complexo escravista atlântico por ocasião da publicação de uma nova obra do teólogo jesuíta Luís de Molina, já famoso por conciliar a doutrina do livre-arbítrio com a salvação pela graça divina, através do argumento de que Deus possuía conhecimento prévio das ações livres dos seres humanos nas circunstâncias dadas. Em *De Justicia et Iure* (1592), Molina elaborou a teoria dos direitos criada por Gerson (à qual se faz referência no Capítulo I). Richard Tuck resume o argumento central da obra:

> Molina insistia que todos os direitos deviam ser ativos e que os direitos aparentemente passivos são na verdade direitos de fazer coisas. Mas, naturalmente, o direito de mendigar não é a mesma coisa que o direito de receber esmolas: a teoria dos direitos intensamente ativos de Molina mostrou-se, sem surpresa, menos interessada no bem-estar humano do que na liberdade humana. Este era também um traço de suas observações sobre a escravidão: "O homem é senhor não só de seus bens externos, mas também de sua própria honra e reputação; é também senhor de sua própria liberdade, e no contexto da lei natural pode aliená-la e escravizar a si mesmo. [A lei romana impunha condições para a servidão voluntária, mas elas só se aplicavam a Roma.] Segue-se (...) que se um homem não sujeito àquela lei vende-se incondicionalmente nalgum lugar onde as leis relevantes o permitem, então esta venda é válida." Segundo Molina, os "Etíopes", ou seja, os negros, estavam nessa posição: não havia razão para supor que não eram escravos voluntários, e podem ter-se escravizado por qualquer tipo de pagamento, desde suas próprias vidas até uma fieira de contas. O livro de Molina (...) era uma alternativa coerente e abrangente para tudo o que Vitória e seus seguidores vinham dizendo, e dava pouca ou nenhuma atenção às delicadezas do humanismo. Por vir de um país com profundo envolvimento no tráfico de escravos e em rivalidade colonial

*Este texto é traduzido do inglês, não se tratando de reprodução fiel do original apresentado ao rei Felipe. Ver a fonte na nota do autor. (*N. do T.*)

> com outras potências, esta ressurreição da teoria gersoniana dos direitos parece-se bastante com a tentativa de produzir uma ideologia do capitalismo mercantilista. Mas o vínculo inegável com as idéias sobre o livre-arbítrio sugere também um alcance ideológico muito maior: era uma teoria do homem como ser livre e independente, que toma suas próprias decisões e a elas se atém, em assuntos relativos tanto a seu bem-estar espiritual quanto material.[38]

Embora o pensamento de Molina reconhecesse o livre-arbítrio do indivíduo, seus ensinamentos sobre a escravidão e o comércio de escravos mostram que ele não era individualista. Assim, ele reconhecia e deplorava o fato de que a crueldade e a violência costumavam acompanhar o tráfico de escravos, assim como a guerra e outros eventos. Mas, como ressalta Davis: "Molina acreditava que numa guerra justa até os membros inocentes da população inimiga podiam ser escravizados de maneira legítima, como forma de punir toda a população. Seus filhos também poderiam ser escravizados como forma de punir os pais (...)".[39] A noção de que — já que devemos a vida a nossos pais e nossas faculdades à sociedade que nos alimentou — nosso destino está assim em suas mãos tinha ampla ressonância.

Em contraste com a relativa obscuridade da publicação das obras em que o comércio de escravos era criticado, as teorias de Molina foram debatidas numa assembléia especial, descrita por Tuck como um tipo de "Sínodo de Dort católico", e conquistou popularidade "principalmente na Holanda espanhola".[40] Enquanto a doutrina psicológica do molinismo permaneceu em circulação até o século XX, seus ensinamentos sobre a escravidão e o tráfico de escravos tiveram impacto considerável na opinião culta de sua época, principalmente para Francisco Suárez, Hugo Grotius e Thomas Hobbes.

Em *De Legibus ac Deo Legislatore* (publicado em Coimbra em 1614), Suárez aperfeiçoou a obra de Molina, conciliando-a com a ortodoxia tomista ao mostrar que, embora a "lei natural" permitisse a escravização, a "lei humana" podia exigi-la de maneira positiva:

> É evidente que a divisão da propriedade não se opõe à lei natural, no sentido de que esta última não proíbe de forma absoluta e sem limite aquela divisão. O mesmo vale em relação à escravidão e outros assuntos semelhantes (...) pois a própria razão pela qual o homem é o *dominus* de sua própria liberdade lhe torna possível vendê-la ou aliená-la.[41]

Mais uma vez, como em Molina, o que é verdadeiro para o indivíduo também o é para um povo inteiro, já que os povos, por intermédio de seus governantes, eram

agentes no mundo e fonte das faculdades individuais. De forma desconcertante, embora significativa, Suárez usa o mesmo ponto de vista para justificar tanto o trabalho assalariado quanto a monarquia absoluta.[42]

Vale a pena mencionar outra doutrina molinista, já que, embora Molina pudesse não estar preparado para prosseguir nesta linha de pensamento, ela condiz com as atitudes práticas do novo tipo de proprietário de escravos encontrado no Brasil, com uma mentalidade muito familiar aos jesuítas brasileiros. O senhor de engenho que possuísse uns cem escravos tendia a considerá-los animais domésticos, passíveis de serem incluídos em balanços e de receberem nomes como cavalos, bois e gado em geral. A doutrina bíblica enunciada no Gênese, de que os animais existiam simplesmente para o bem-estar da humanidade, ou as fórmulas da Lei Romana que definiam o escravo como um tipo de propriedade viva e de ferramenta falante, comparada com a propriedade inerte e os animais irracionais, formaram o cenário cultural para esta forma de pensar. De qualquer maneira, Molina desviou-se de sua linha para excluir os animais do exercício dos direitos dos seres racionais:

> Devemos excluir da área do direito aquelas faculdades (*facultates*) cuja violação, por qualquer razão, não possa causar mal a seus possuidores. Deste tipo são as faculdades de todos os seres privados de razão e de livre-arbítrio por sua própria natureza, como as faculdades dos animais de pastar e usar suas patas, ou das pedras de cair para baixo etc. Tudo o que não seja dotado de livre-arbítrio é incapaz de ofensa, e, assim, o que for contra suas faculdades por qualquer razão não é para eles um crime, nem suas faculdades podem ser vistas como direitos.[43]

Os jesuítas do Brasil sofreram com freqüência hostilidades dos fazendeiros ao insistirem que os índios e africanos mereciam a salvação, e pode-se supor que Molina os tenha apoiado e considerado blasfema qualquer equiparação entre homens e animais. No entanto, os jesuítas eram também conhecidos pela visão paternalista que tinham da capacidade limitada dessas mesmas pessoas, que, mesmo quando livres, não eram consideradas capazes do exercício das responsabilidades religiosas. E se eram seres de razão limitada, então — segundo o argumento de Molina — a restrição à sua liberdade não seria crime. Naturalmente, usou-se raciocínio semelhante para justificar os direitos reduzidos das mulheres.

A escravidão e a luta iminente pelas Américas

Apesar do crescimento do Brasil, o fornecimento de escravos à América espanhola sob o sistema de *asientos* era, para os traficantes de escravos, seu principal mercado. Os detalhes das operações de um dos maiores *asientistas*, o financista e empreiteiro Henrique Gomes da Costa, entre dezembro de 1624 e agosto de 1626, dão uma idéia de seu significado. Depois de negociar *asientos* e contratos para fornecer 7.454 *peças* ao Brasil, transportadas em 34 navios, ele recebeu 539.000 cruzados; mas para organizar o fornecimento de 9.070 *peças* à América espanhola em 30 navios ele recebeu 1.235.000 cruzados.[44] Parte dessas imensas somas foi destinada a revigorar a rede portuguesa de comércio de escravos na África; elas também mostram que *asientistas* portugueses, alguns deles cristãos-novos, desempenhavam papel importante nas finanças espanholas. Assim, os traficantes que praticavam a difícil negociata de comprar e transportar os escravos operavam na sombra do capital financeiro e mercantil. O preço dos escravos subiu no Brasil, assim como na América espanhola. Direta ou indiretamente, os traficantes e fazendeiros também dependiam dos mercadores do norte da Europa, que os ligavam aos mercados mais importantes e lhes forneciam mercadorias e equipamento.

Até certo ponto, a dependência era mútua: se o traficante ou fazendeiro luso-brasileiro precisava de ajuda holandesa ou inglesa para vender açúcar ou adquirir manufaturas têxteis, também era verdade que os mercadores do norte da Europa precisavam de acesso ao fornecimento de produtos tropicais, e viam com bons olhos novos mercados para suas mercadorias. Até por volta de 1620, os holandeses, ingleses e franceses haviam fracassado na tentativa de estabelecer colônias americanas viáveis e feito apenas pequenas incursões no tráfico de escravos; a maior parte dos escravos contrabandeados para a América espanhola foram levados por traficantes portugueses que ultrapassavam as cotas de seu *asiento*, e não por contrabandistas independentes. O comércio de escravos podia ser realizado de modo mais eficiente por mercadores que dispunham da facilidade dos postos comerciais africanos e das bases nas ilhas. O acesso direto aos bens do Oriente, muito valorizados na África, também auxiliava o traficante de escravos. Depois que holandeses e ingleses quebraram o monopólio português no comércio com o Oriente, os traficantes atlânticos de escravos e açúcar passaram a ser, obviamente, seus alvos seguintes.

Era de se esperar que a economia capitalista emergente do norte da Europa, com sua dinâmica mais ou menos autônoma, se interessasse, mais cedo ou mais tarde, em conseguir o controle da mineração, da agricultura e da economia escravista das

colônias do Atlântico Sul e do Novo Mundo. A relação entre o "núcleo" capitalista emergente do norte da Europa, com incidência crescente de trabalho pago ou assalariado, e a "periferia" no Novo Mundo, baseada fundamentalmente em sistemas de trabalho forçado, não era simétrica. A maior demanda européia de prata, especiarias e açúcar sustentava o complexo colonial; sem esta demanda, os impérios coloniais não poderiam ter existido na forma que assumiram. Mas, por outro lado, o núcleo emergente do norte com certeza teria sobrevivido, talvez com adaptações expressivas, caso fosse privado da prata e do açúcar do Novo Mundo. No núcleo protocapitalista havia potencialmente um componente auto-sustentado no crescimento econômico porque este envolvia ganhos autônomos de produtividade e porque a lei de Say tinha uma aplicação maior — ou seja, a produção, através do desembolso de salários e da necessidade de reinvestimento, criaria sua própria demanda. Em comparação, os mercados da Península Ibérica e das colônias americanas isolavam-se cada vez mais uns dos outros e eram esmagados por regulamentos burocráticos. O volume de transações nos mercados locais do México e do Peru era, de fato, considerável, mas pouco retorno voltou na forma de demanda de produtos espanhóis.

Dito isto, as novas forças burguesas no norte da Europa não estavam, no entanto, em condições de apenas aguardar a concretização das tendências econômicas de longo prazo na esperança de que as fontes coloniais de suprimento e de mercados caíssem em suas mãos. Parte do vigor da demanda no norte da Europa era estimulada pelas especiarias e drogas exóticas. A prata e o ouro eram necessários para ajudar a financiar o comércio com o Oriente, já que havia pouca demanda oriental de produtos europeus. O controle espanhol da prata e o controle português do açúcar e dos escravos refletiam uma formidável mobilização colonial. Os holandeses e ingleses enfrentavam a tarefa política e militar de rechaçar o aparato parasitário e obstrutivo da monarquia ibérica e de seus aliados locais antes de poderem conseguir um acesso apropriado ao comércio atlântico, e talvez então desenvolvê-lo além das pequenas tentativas encontradas no Brasil e em alguns outros enclaves minúsculos. A iminente consolidação da Revolta Holandesa, reconhecida afinal pela Espanha em 1609, permitiu que a acumulação capitalista encontrasse e seguisse sua própria lógica sem pagar um tributo pesadíssimo para sustentar um enxame obstrutivo de burocratas do rei e dignitários da Coroa. Assim que a burguesia holandesa pôde ter seu próprio estado, naturalmente desejou utilizá-lo para ampliar os circuitos do comércio e da acumulação. A derrota da Armada e a vitória temporária da Revolta Holandesa significaram para os Habsburgo um grande golpe na luta pelo controle do Atlântico. Mas Espanha e Portugal ainda possuíam recursos formidáveis, e seu

monarca tinha a intenção de conservar a costa africana, as Américas e o oceano que as separava, juntamente com suas ilhas, como seu patrimônio especial.

Mais por acaso do que de propósito, a monarquia espanhola permitira o desenvolvimento de uma economia escravista de *plantations* no Brasil. A transição decisiva ocorrera entre 1575 e 1590, quando a metrópole tinha preocupações mais prementes do que a superintendência minuciosa do Brasil. Com o florescimento da colônia brasileira, foram respeitadas as concessões feitas nas Cortes de Tomar. O fato crucial registrado no Brasil foi o uso de escravos africanos como tropa de choque da produção, e não apenas como um auxílio ou apoio, como acontecia na América espanhola. Com certeza havia no Brasil muitos escravos exercendo funções domésticas ou artesanais, mas os escravos africanos também formaram o núcleo da mão-de-obra dos engenhos de açúcar. É verdade que ainda havia escravos indígenas além dos africanos, mas em 1630, ou até mais cedo, os africanos sozinhos representavam cerca de metade da população dentro da jurisdição colonial — enquanto a população de escravos africanos da América espanhola não representava mais de 2 por cento do total. Os engenhos de açúcar haviam atingido uma nova escala de produção, e o açúcar que fabricavam despertara a ganância que antes se concentrava na prata e no ouro.

Notas

1. Alexander Marchant, *From Barter to Slavery: The Economic Relations of Portuguese and Indians in the Settlement of Brazil, 1500-1580*, Baltimore, MD 1942, em especial pp. 69-71.
2. John Hemming, *Red Gold: The Conquest of the Brazilian Indians*, Cambridge, MA 1978, p. 37.
3. Marchant, *From Barter to Slavery*, p. 42.
4. Carta de Villegagnon a Calvino, 31 de março de 1557, em Jean de Léry, *Voyage au Brésil de Jean de Léry, 1556-1558*, Paris 1927, p. 28; Hemming, *Red Gold*, pp. 120-21; H. B. Johnson, "The Portuguese Settlement of Brazil, 1500-80", em Leslie Bethell, ed., *The Cambridge History of Latin America*, Cambridge 1984, vol. 1, pp. 249-86.
5. Frank Lestringant, *Le Huguenot et le sauvage*, Paris 1990, em especial pp. 32-6, 277-8. Este livro explora a importância dos relatos conflitantes sobre La France Antarctique feitos pelo protestante Jean de Léry e pelo católico André Thevet, ambos textos clássicos da antropologia colonial. Os protestantes que deixaram a ilha, mais austeros, fizeram menos exigências aos índios por causa de sua disposição de trabalhar a terra. Estavam também menos preocupados com a conversão dos índios, provavelmente por considerar que, afinal de contas, os índios não estavam entre os Eleitos. O relato inicial de Jean de Léry fornece um quadro vivo dos tupis, sem tentar compará-los aos costumes e preconceitos europeus. Depois de sua experiência com as guerras religiosas da França, ele passou a recordar seus tempos entre os tupis com crescente saudade; seu trabalho ajudou a inspirar a estima pelo "nobre selvagem".

6. Jean de Léry, *History of a Voyage to the Land of Brazil*, Berkeley, CA 1992, pp. 143-4.
7. Ibid., p. 144.
8. Johnson, "The Portuguese Settlement of Brazil, 1500-1580", pp. 249-86; James Lockhart e Stuart Schwartz, *Early Latin America: A History of Colonial Spanish America and Brazil*, Cambridge 1983, pp. 192-3, 196.
9. Hemming, *Red Gold*, p. 97-118; Lockhart e Schwartz, *Early Latin America*, pp. 196-7; Schwartz, *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society*, pp. 40-41.
10. Hemming, *Red Gold*, p. 149; Barrett e Schwartz, "Dos Economías Azucareras", em Florescano, ed., *Haciendas, Latifundios y Plantaciones*, p. 544.
11. Schwartz, Sugar Plantations, p. 67.
12. H. B. Johnson, "Portuguese Settlement" e Stuart Schwartz, "Plantations and Peripheries", em Leslie Bethell, ed., Colonial Brazil, Cambridge 1987, pp. 31, 72.
13. Mauricio Goulart, *Escravidão Africana no Brasil*, São Paulo 1949, pp. 106-113.
14. Schwartz, Sugar Plantations, p. 43.
15. Citado em ibid., p. 49 (ver nas pp. 47-50 um relato do movimento).
16. Stuart B. Schwartz, "Free Labor in a Slave Economy: The *Lavradores de cana* of Colonial Bahia", em Dauril Alden, ed., *The Colonial Roots of Modern Brazil*, Berkeley, CA 1973, pp. 147-97. Ver também Schwartz, *Sugar Plantations*, sobre a transição para a mão-de-obra africana (pp. 65-72); embora a discussão se estenda por um período mais longo do que o tratado acima; ver também, sobre lavradores de cana, pp. 295 e seg., e sobre trabalhadores assalariados, pp. 313 e seg.
17. Pierre Chaunu, *L'Amérique et les Amériques*, p. 89; Pierre Chaunu, *Seville et l'Atlantique (1504-1650)*, Paris 1957, vol. VII, pp. 30-31.
18. Séries de preços para, respectivamente, Cuba e Brasil são dadas em Levi Marrero, Cuba: *Economía y Sociedad*, vol. 2, pp. 357, 360-61; e Katia M. de Queirós Mattoso, *Être Esclave au Brésil, XVIe-XIXe siècle*, Paris 1979, pp. 100-101.
19. José Jobson de Andrade Arruda, "Colonies as Mercantile Investments", em James Tracy, ed., *The Political Economy of the Merchant Empires*, Cambridge 1991, pp. 360-420 (p. 362).
20. Mauro, *Le Portugal et L'Atlantique*, pp. 433-5.
21. Adam's Chronicle of Bristol, citado em K. R. Andrews, *Trade, Plunder and Settlement: Maritime Enterprise and the Genesis of the British Empire, 1480-1630*, Cambridge 1984, p. 238.
22. Luiz Felipe de Alencastro, "The Apprenticeship of Colonization", em Barbara Solow, ed., *Slavery and the Rise of the Atlantic System*, Cambridge 1991, pp. 151-77 (p. 160).

23. Mauro, *Le Portugal et l'Atlantique*, p. 447.
24. Cornelius Goslinga, *The Dutch in the Caribbean, 1580-1680*, Assen (Holanda) e Gainesville (FL) 1971, p. 52.
25. Stuart B. Schwartz, em Bethell, *Colonial Brazil*, pp. 75-6.
26. James Lang, *Portuguese Brazil: The King's Plantation*, Nova York 1979, p. 81; Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, vol. 2, p. 472.
27. Antônio Barros de Castro, "Brasil, 1610: mudanças técnicas e conflitos sociais", *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 10, nº. 3, 1980, pp. 679-712.
28. Evaldo Cabral de Mello, *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*, Rio de Janeiro 1975, p. 58.
29. Noel Deerr, *A History of Sugar, I*, pp. 104-5; Ralph Davis, *English Overseas Trade*, 1500-1700, Londres 1973, pp. 55-6.
30. Lang, *Portuguese Brazil*, p. 86.
31. Magalhães Godinho, *A estrutura na antiga sociedade portuguesa*, p. 43.
32. Lang, *Portuguese Brazil*, pp. 87-9.
33. A. F. C. Ryder, *Benin and the Europeans, 1485-1897*, Nova York 1969, p. 75.
34. Ibid., p. 45.
35. Vogt, *Portuguese Rule on the Gold Coast*, pp. 127-43. Nas primeiras décadas do século XVI, cerca de doze caravelas por ano viajavam entre El Mina e Lisboa; nas últimas décadas, o número caiu para uma ou duas.
36. David Birmingham, "Central Africa from Cameroun to Zambezi", em Roland Olivier, ed., *The Cambridge History of Africa*, Cambridge 1977, vol. 3, pp. 519-66, em especial 542-57; David Birmingham, *Trade and Conflict in Angola*, Oxford 1966; Joseph Miller, "The Slave Trade in Congo and Angola", em Martin Kilson e Robert Rothberg, eds., *The African Diaspora*, Cambridge, MA 1976, pp. 75-113. Thornton enfatiza a considerável autonomia dos comerciantes, apesar das tentativas oficiais de controlar sua atividade para benefício fiscal da Coroa: *Africa and Africans in the Making of Atlantic World*, pp. 62-3.
37. "Proposta a Sua Majestade sobre a escravaria das terras da Conquista de Portugal", em Conrad, *Children of God's Fire*, pp. 11-12, 14-15.
38. Tuck, *Natural Rights Theories*, pp. 53-4.
39. Davis, *The Problem of Slavery in Western Culture*, p. 127, nota 37. Davis cita o seguinte como apoio a esta interpretação: Johan Kleinappi, *Der Staat bei Ludwig Molina*, Innsbruck 1935, pp. 145-6.
40. Tuck, *Natural Rights Theories*, p. 54.
41. Francisco Suárez, *De Legibus ac Deo Legislatore*, publicado em latim e inglês, 2 vols., Oxford 1944, trad. inglesa, vol. 2, pp. 278-9.
42. Tuck, *Natural Rights Theories*, pp. 53-7; W. A. Dunning, *A History of Political Theories From Luther to Montesquieu*, Nova York 1928, p. 18.
43. Citado de *De Justicia et Iure* em Tuck, *Natural Rights Theories*, p. 53.
44. Mauro, *Le Portugal et L'Atlantique*, p. 175.

— V —

A guerra holandesa pelo Brasil e pela África

O fogo de Deus neste estado vos imprimiu a marca de captivos: e posto que esta seja de oppressão, também como fogo vos allumiou juntamente. (...) Umas Religiões são de descalços, outras de calçados, a vossa é de descalços e despidos. (...) As vossas abstinencias mais merecem o nome de fome, que do jejum, e as vossas vigilias não são de uma hora á meia noite, mas de toda a noite sem meio. (...) Em fim, toda a Religião tem fim e vocação, e graça particular. A graça da vossa são açoites e castigos. (...) A vocação é a imitação da paciencia de Christo (...): e o fim é a herança eterna por prêmio (...). Oh que mudança de fortuna será então a vossa, e que pasmo e confusão para os que hoje teem tão pouca humanidade.

Padre Antônio Vieira, *Sermão aos escravos**

*Sermão vigésimo quinto, em *Sermões do Padre Antônio Vieira*, Porto 1908, 15 volumes, vol.12 (de onde também foram extraídas as outras citações do Padre Vieira que não apresentam ressalvas.) (*N. do T.*)

Werner Sombart citou a formação e as atividades da holandesa Companhia das Índias Ocidentais (CIOc) como prova do surgimento de um novo tipo de burguesia agressiva e saqueadora.[1] Embora a Companhia tenha sido fiel a esta descrição em seus primeiros anos, mais tarde acabou por desapontar investidores e patriotas. A CIOc, fundada em 1621, seguia parcialmente o modelo de sua precursora mais famosa e bem-sucedida, a Companhia das Índias Orientais (CIOr); nascida em 1602, a CIOr tomou de Portugal boa parte do comércio de especiarias e conquistou algumas de suas ilhas fortificadas. Na verdade, ela aplicou métodos empresariais à tarefa de conquistar e ampliar o comércio oriental de especiarias. Ao contrário dos comerciantes do Oriente, os bem armados navios holandeses costumavam se recusar a pagar impostos ou tributos aos governantes locais; quando necessário, destruíam fornecedores dos concorrentes e criavam fornecedores próprios. Seus navios também empregaram, quando necessário, os piratas que pilhavam o comércio do Oceano Índico e dos mares da China. Por outro lado, a CIOr holandesa não permitia que os gastos militares excedessem o lucro do comércio, como ocorria com os portugueses na Ásia no final do século XVI.

Fredrick Lane analisou este padrão singular das companhias comerciais holandesas em termos de uma internalização, e a partir daí uma racionalização, dos custos de proteção aos quais estava sujeito o comércio no início da era moderna. Niels Steensgaard resume este ponto de vista:

> [assim como] o império comercial do rei português, as companhias [holandesas] eram empresas integradas e não-especializadas, mas com uma diferença notável. Eram administradas como um negócio, não como um império. Ao produzir sua própria proteção, as companhias não só expropriaram o tributo mas também tornaram-se capazes de determinar por si mesmas a qualidade e o custo da proteção. Isto significa que os custos de proteção foram trazidos para o âmbito do cálculo racional, em vez de ficarem na região imprevisível dos "atos de Deus ou dos inimigos do rei".[2]

Esta noção ajuda a explicar o sucesso da CIOr, mas não enfrenta os problemas inevitáveis da soberania num sistema multiestatal sob contestação. Embora a racionalização dos custos não tenha limites para uma companhia comercial, que pode simplesmente sair do negócio, um estado pode suportar perdas na defesa da soberania. Em relação à construção e à defesa das colônias, a abordagem portuguesa iria revelar vantagens na região atlântica que não eram tão evidentes no Oriente. Os holandeses enfatizavam os direitos dos comerciantes e as virtudes da soberania limitada, enquanto os portugueses subordinavam o comércio a um projeto mais am-

plo que, com a vantagem da anterioridade, poderia conquistar a aliança de um séquito colonial maravilhosamente diversificado. Foram estes os temas a que o jurista holandês Hugo Grotius se dedicou entre a publicação de *Mare Liberum* (1609), no qual atacava com veemência os monopólios coloniais do *Mare Clausum* ibérico, defendendo o direito de todas as outras nações ao livre comércio em alto-mar, e a de *De Iure Bellis ac Pacis* (1625), no qual, como veremos, descobriu razões pelas quais a defesa da própria sociedade civil exigia o apoio às pretensões de soberania e escravidão.

O primeiro projeto para a criação de uma Companhia das Índias Ocidentais fora abortado em 1607-08 por causa da trégua com a Espanha, e não pôde ser ressuscitado até o fim da trégua. Os recursos e o compromisso necessários para montar essa empresa só foram reunidos em 1619-21, depois da derrubada do cauteloso oligarca Oldenbarnevelt, em 1618, e da chegada ao poder de uma facção protestante militante e antiespanhola que se opôs à renovação da trégua. A nova facção governante promoveu o príncipe Maurits ao posto de *stadtholder** como preparativo para o reinício das hostilidades. O objetivo do novo governo era nada menos que um ataque global ao sistema comercial e colonial do rei de Espanha e Portugal. A lógica política deste projeto era que chegara o tempo de ir além da defensiva União das Províncias, que se libertara do governo espanhol, e forjar um estado central suficientemente forte para tomar o império global dos Habsburgo — tanto no Novo Mundo quanto na Ásia. Mas as Províncias estavam imbuídas de um feroz espírito de independência; cada uma controlava ciosamente suas próprias finanças e seu próprio exército. Além disso, a construção de um poder central parecia implicar a aceitação de uma monarquia propriamente dita num país onde muitos cidadãos sentiam-se mais confortáveis com uma forma de governo republicana ou com uma monarquia muito limitada.

A revolução política de 1618-19 fora apoiada pelos protestantes que emigraram para as províncias independentes do sul dos Países Baixos, ainda sob jugo espanhol. Mas o protestantismo militante não era uma força majoritária, por causa da divisão entre calvinistas rígidos e arminianos**, mais tolerantes, e porque muitos membros dos círculos dominantes defendiam a doutrina erastiana de que o governo deveria controlar os assuntos eclesiásticos, e não os sacerdotes controlarem o governo. Oldenbarnevelt fora derrubado porque não conseguira conter o avanço ameaçador das forças espanholas — principalmente na tomada de Wesel em 1614 — e por causa

*Principal magistrado da antiga República das Províncias Unidas dos Países Baixos (*N. do T.*).

**Seguidores de Jacobus Arminius, que ensinava que Cristo morrera por todos os homens, e não só pelos eleitos. (*N. do T.*)

das prolongadas disputas diplomáticas, religiosas e comerciais com a Inglaterra. Se não era possível confiar na Inglaterra de Jaime I para resistir à Espanha, como era claramente o caso em 1618-19, então era urgente que as Províncias Unidas fortalecessem sua própria capacidade de derrotar o poderio da Espanha antes que a trégua de onze anos expirasse em 1609.[3]

A Companhia das Índias Ocidentais

Quando os Estados Gerais, ou parlamento holandês, foram convencidos a aceitar a criação da CIOc, isto foi uma decisão negociada que criou uma entidade híbrida. A CIOc deveria ser ao mesmo tempo instrumento de política estatal e organização comercial. Esta fórmula, que funcionara no Oriente, enfrentou um teste mais difícil no Atlântico, onde a competição colonial e militar se revelaria mais dura, e os objetivos da política holandesa menos consensuais. Os privilégios e oportunidades comerciais conferidos à CIOc tinham certamente bom potencial, e seus recursos iniciais eram imensos, mas nem estes nem aqueles constituíam a garantia de apoio a longo prazo que a formação de uma frota atlântica holandesa e um organismo colonial poderiam representar.

Os próprios defensores da CIOc ressaltaram o crescente comércio atlântico de açúcar e fumo e a necessidade de assegurar o fornecimento estável dos novos produtos. Os mercadores holandeses conheciam bem o valor do comércio de açúcar, já que Amsterdã era agora o principal entreposto europeu; o número de refinarias de açúcar na cidade crescera de três em 1598 para 29 em 1622. E comerciantes holandeses independentes já traziam fumo, corantes, ouro e marfim das Américas e da África, atrapalhados apenas pela vulnerabilidade de seus postos comerciais e das rotas marítimas atlânticas. Os promotores da Companhia das Índias Ocidentais acreditavam que poderiam realizar no Atlântico a mesma revolução provocada pela CIOr no comércio oriental. A CIOc recebeu o monopólio de todo o comércio atlântico holandês e a missão de saquear os espanhóis e substituir os portugueses no Novo Mundo. A América espanhola deveria ser saqueada já que, de imediato, era forte demais para poder ser simplesmente invadida. Depois de provocar suficiente prejuízo e de estabelecer uma nova relação de forças, esperava-se que a Espanha se dispusesse a negociar, cedendo território e admitindo os holandeses no comércio com a América espanhola. O Brasil e a África portuguesa deveriam ser tomados desde o início, como fora feito com as possessões e o comércio português no Oriente. Não só tinham grande importância comercial como foram considerados mais expostos à força marítima holandesa.

A fundação da CIOc foi acompanhada, como vimos, de justificativas patrióticas e religiosas. Fosse qual fosse sua carreira posterior, a CIOc foi concebida como instrumento de direito, além de fonte de ganhos. Seus diretores solicitaram a opinião clerical a respeito da conveniência do envolvimento da nova companhia com o tráfico de escravos; quando foram informados de que não seria adequado, deram sua palavra de que a Companhia se absteria do tráfico. Embora tenha existido alguma atividade independente de tráfico holandês de escravos na África ocidental, ela não recebeu nenhuma sanção pública. Em 1596, um comerciante holandês levou 130 africanos para Middelburg; depois de várias objeções, a cidade decretou que os escravos não deveriam ser negociados ali, e que os que estivessem no navio deveriam ser libertados.[4] Middelburg tornou-se membro fundador da CIOc. Usselinx, homem que lutara pela fundação de uma Companhia Americana holandesa, sempre partiu do princípio de que a colonização deveria basear-se na livre emigração. A experiência da Companhia das Índias Orientais precipitou a controvérsia no Sínodo de Dort a respeito do batismo de filhos de escravos, como mencionado no Capítulo I. A pintura holandesa, o testemunho mais luminoso que temos da mentalidade da Idade de Ouro, forneceu vários bons retratos de africanos. Um dos mais notáveis viria a ser o retrato de Moisés e Ziporá, de Jacob Jordaens, em que Ziporá é nitidamente representada como uma negra africana — o que é ainda mais espantoso quando se leva em conta que os holandeses viam-se como povo herdeiro das tradições e das características do Antigo Israel. A arte holandesa também retratou o mal-estar gerado pelo espetáculo do consumo irrestrito — embora aqui o foco da preocupação estivesse nos efeitos desmoralizantes do excesso de consumo, e não nos custos humanos da produção. Em geral, levando-se ou não em conta o elemento de hipocrisia puritana, o clima moral da União das Províncias continha alguns impulsos hostis à escravidão racial, ou, pelo menos, favoráveis à sua regulamentação.[5] No entanto, o caráter do comércio da *plantation* era positivo e patriótico. Embora a intemperança e o luxo fossem alvo de desprezo, os produtos da *plantation* traziam outras associações; era fácil incorporá-los à rotina doméstica e ao estilo de vida sóbrio e dedicado ao trabalho.[6] Embora alguns tenham representado os africanos com sutileza e humanidade, Daniel Mytens e outros retratistas usavam meninos escravos africanos como mascotes do séquito de personagens ricos ou da realeza, simbolizando ao mesmo tempo riqueza e fidelidade. Da mesma forma, artistas religiosos podiam representar a relação entre pecado e pele negra de maneira literal e perturbadora.[7] Em outro desdobramento ameaçador que abria caminho para a justificativa teológica da escravização, prelados da Universidade de Leiden endossaram a noção de que era possível associar corretamente áreas geográficas aos filhos de Noé.[8]

A Companhia das Índias Orientais, que foi, de várias formas, o modelo da CIOc, adaptava-se à escravidão e ao comércio de escravos no Oriente. Em 1622, ela criou um código elaborado, que refletia o ponto de vista mais conservador adotado em Dort, para regulamentar a escravidão e o tráfico de escravos em seus postos comerciais e colônias no Oriente: proprietários cristãos ficavam proibidos de vender seus escravos "fora da Cristandade", mas tinham permissão para comprá-los de infiéis. Exigia-se dos senhores que tratassem seus escravos com benevolência, que se abstivessem rigorosamente de ter com eles relações sexuais e que os apresentassem à congregação protestante portuguesa local (já que era mais provável que os escravos falassem português, mas também porque este fosse um grupo um tanto isolado e pertencer a ele desse pouco destaque ao escravo). A colônia holandesa no Cabo da Boa Esperança adotou medidas contemporizadoras semelhantes ao permitir a escravidão, mas cercando-a de regras a que os proprietários de escravos deviam obedecer.[9] No entanto, em seus primeiros anos, a CIOc escolheu um caminho diferente da CIOr, e ficou contra a escravidão e o comércio de escravos.[10]

O Heeren XIX, como eram conhecidos os diretores da CIOc, incluía sábios e mercadores — um deles era Joannes de Laet, que publicou um panfleto erudito argumentando, de forma contrária a Grotius, que os indígenas das Américas não eram descendentes das tribos perdidas de Israel, ou, como outros alegavam, de Cam, mas de povos da Ásia que haviam cruzado o gelo do Alasca (conclusão a que chegara o jesuíta José de Acosta em 1570).[11] Os textos de Las Casas e as litografias vívidas de Theodore de Bry inspiraram um sentimento de ultraje diante dos sofrimentos dos ameríndios nas mãos dos espanhóis. Muitos concordaram que seria tarefa da CIOc fazer o possível para melhorar as condições dos nativos americanos. O caráter iluminista da CIOc também se revelava no fato de que membros da comunidade judaica ibérica, fugidos da Inquisição, incluíam-se abertamente entre seus acionistas.[12]

Em 1623-24, a CIOr enviou uma expedição de onze navios e 1.650 homens para os oceanos Índico e Pacífico, enquanto a CIOc enviou uma esquadra de reconhecimento ao Caribe e uma força maior, com vinte e três navios, para tomar a Bahia, onde ficava a capital do Brasil. As forças portuguesas e a milícia brasileira resistiram duramente, mas não puderam impedir que a cidade fosse tomada, juntamente com 70.000 arrobas de açúcar que esperavam pelo embarque. Quando a notícia da captura chegou à Península, uma grande expedição foi imediatamente enviada para libertar a Bahia, a chamada "expedição dos vassalos". Era comandada por um almirante espanhol, mas de composição predominantemente portuguesa. Com nada menos de 52 navios e 12.000 homens, ela retomou a Bahia depois de uma ocupação holandesa de menos de um ano. A velocidade e a força da reação portuguesa testemu-

nham o reconhecimento da importância do Brasil, que era compartilhado por soldados, comerciantes, oficiais e todo o amplo estrato social cujos interesses estavam ligados ao império.[13]

O grande golpe seguinte da CIOc foi a captura da frota de prata espanhola na costa de Cuba em 1628 por uma esquadra holandesa de 30 navios; esta seria a única ocasião em que a *flota* perdia para uma ação inimiga. Na verdade, este foi um divisor de águas para o poder espanhol tanto no Velho Mundo quanto no Novo. Na Europa, os banqueiros genoveses, que vinham concedendo crédito à monarquia espanhola, decidiram que já tinham cedido demais; as autoridades reais de Madri lançaram-se numa busca desesperada de novas fontes de receita, o que levaria os catalães e portugueses a se revoltarem. No Novo Mundo, a Espanha, compreensivelmente, estava agora na defensiva, concentrando todos os seus recursos para escoltar frotas de transporte de prata de lucratividade decrescente.

A CIOc conseguira uma vitória famosa, mas também complicou sua própria posição. Com o poder espanhol enfraquecido no Atlântico, parte de sua *raison d'être* deixou de existir — pelo menos aos olhos daqueles excluídos de seus privilégios. A criação da CIOc sofrera oposição de alguns comerciantes independentes do Atlântico, dos quais agora se esperava que respeitassem seus privilégios de monopólio. A falta de entusiasmo pela CIOc reduziu o montante de dinheiro que conseguia recolher dos acionistas e aumentou sua dependência de subsídios oficiais. Hugo Grotius defendera a necessidade de um *mare liberum*, ou mar aberto ao livre comércio; ele estava no exílio quando a CIOc foi incluída numa legislação que desejava fazer seu próprio *mare clausum*. No entanto, muitas vezes a CIOc viu-se obrigada a negociar com os comerciantes independentes. Desde o início, estes últimos receberam permissão para participar do comércio de sal na África do Sul. Mais tarde, houve comerciantes independentes holandeses por trás do surgimento de interesse comercial pela África e pela América na Suécia, em Courland e em Brandenburg; navegando com estas bandeiras de fachada, intrometeram-se onde fosse possível nos negócios da CIOc.[14]

Os holandeses no Brasil e na África

A prata espanhola permitiu que a CIOc ressuscitasse seu plano de se apoderar do Brasil, demonstrando assim por que seus privilégios e poderes especiais se justificavam. A empresa organizou uma expedição para novo ataque ao Brasil em 1629-30, com 67 navios e 7.000 homens. Conseguiu tomar as cidades-gêmeas de Recife e

Olinda, respectivamente o maior porto e a sede da capitania mais importante na produção de açúcar, Pernambuco. As forças locais retiraram-se para o interior, lideradas tenazmente por Matias Albuquerque, descendente e herdeiro do fundador da capitania. Mas a reação das autoridades da Península foi ao mesmo tempo lenta e inadequada. As autoridades de Madri queriam evitar a acusação de terem negligenciado a defesa do Brasil, mas precisavam desesperadamente de dinheiro e enfrentavam ameaças em várias frentes. Com muita dificuldade e atraso, uma força naval de maioria espanhola, levando tropas regulares comandadas por um general italiano, foi enviada ao Brasil, mas fracassou na tentativa de expulsar os holandeses, que haviam recebido reforços consideráveis. Embora as tropas da CIOc pudessem lidar com a ameaça de navios de guerra e tropas espanholas, só conseguiram pacificar o interior de Pernambuco em 1636, quando forçaram Albuquerque e seus seguidores a retirarem-se para o sul. O custo de cobrir as baixas da guarnição holandesa era alto, e a quantidade de açúcar enviada à Europa desapontadora: menos de 25.000 arrobas por ano em 1629-32 e 60.000-80.000 em 1634-37. A produção de açúcar foi reduzida por causa das hostilidades contínuas, pela destruição de engenhos, pela escassez de mão-de-obra e pelos privilégios monopolísticos da CIOc.[15]

A CIOc manteve um comércio ativo com a África no período de 1623-36, segundo um relatório elaborado por de Laet, e adquiria ouro, marfim e outros produtos em troca de tecidos holandeses e outros manufaturados europeus. O ouro representava 75 por cento do valor dos carregamentos enviados à Holanda; o marfim, 7,5 por cento; as peles, 7,3 por cento; e a pimenta malagueta, 2,6 por cento. As mercadorias enviadas para a África tinham um valor total de 6,6 milhões de florins, enquanto os carregamentos que voltavam valiam 15,5 milhões. O volume deste comércio não era superior ao que havia anteriormente com os mercadores holandeses independentes, mas a taxa de lucro de 115 por cento era, provavelmente, mais alta — a formidável combinação e concentração de recursos navais e comerciais da CIOc pode explicar isso.[16]

Embora estes resultados fossem razoáveis, eram bem inferiores aos conseguidos nos mesmos anos pelos comerciantes portugueses na África, que forneciam escravos ao Brasil e à América espanhola. Ernst van den Boogaart menciona que 40.000 escravos foram vendidos ao Brasil e 45.000 à América espanhola no período de 1623 a 1632. Ele calcula que os brasileiros pagaram cinco milhões de pesos — 12,5 milhões de florins — enquanto os compradores de escravos da América espanhola pagaram cerca de oito milhões de pesos, ou 20 milhões de florins. Para realizar essas vendas, os traficantes de escravos, quase todos portugueses, compraram mais de 100.000 escravos na África, pagos com mercadorias avaliadas em três milhões de

florins. Embora estas estimativas sejam feitas em termos gerais e não levem em conta o custo de adquirir participação num *asiento* ou os custos especiais ligados ao transporte dos escravos, indicam uma lucratividade comercial muito mais alta do que a conseguida pelo comércio holandês com a África no mesmo período — 983 por cento em vez de 135 por cento.[17] Os holandeses, cuja inteligência comercial costumava ser excelente, deviam ter consciência desta diferença.

Com vimos, a CIOc pretendia ser tanto um braço da política estatal quanto uma corporação comercial. Recebia subsídio dos Estados Gerais, além do monopólio do comércio atlântico, inclusive com a África Ocidental. No entanto, seus acionistas, tanto indivíduos quanto empresas, e o quadro de diretores nomeados, o Heeren XIX, esperavam retorno positivo de seu investimento. Apesar dos subsídios e privilégios, não o tiveram até meados da década de 1630. Era muito caro equipar as frotas e instalar fortes na África. A CIOc acumulou um déficit de 15 milhões de florins em 1636. (Dois florins equivaliam a um cruzado.) Os mercadores de Middelburg haviam investido na Companhia na esperança de participar do lucrativo comércio atlântico, mas descobriram que o monopólio da CIOc era prejudicial ao tipo de comércio independente que florescia na Europa e no interior da Ásia. A retirada da Companhia do tráfico de escravos fora gradual e pragmaticamente corroída. De início, a CIOc teve de lidar com o problema de 2.336 escravos encontrados a bordo de naus espanholas ou portuguesas capturadas nos anos 1623-37, e que foram vendidos — nas Américas, não na Europa — para elevar o valor do butim. Depois que a companhia passou a controlar parte do Brasil, precisava dar passos mais objetivos para adquirir escravos. Um manual, publicado por Godfridus Cornelisz Udemans em 1638 para ser um guia moral de comerciantes e funcionários holandeses, punha em dúvida a versão que vinculava a maldição de Noé a todos os filhos de Cam, mas considerava aceitável a escravidão caso conduzisse à iluminação espiritual.[18]

Hugo Grotius já chegara por outro caminho a uma conclusão favorável à escravidão em seu *De Iure Belli et Pacis* (1625). Forçado, talvez, pela turbulência que o levou ao exílio, reconheceu a necessidade de soberanos e chefes de família disporem de poderes absolutos que lhes possibilitassem manter a paz. Como parte desta sua nova compreensão ele insistia que a liberdade era o direito alienável que as pessoas tinham sobre si mesmas. Assim, ele declara: "É legal para qualquer homem entregar-se como Escravo a quem desejar; como aparece nas Leis Hebraicas e Romanas"; e observa: "Os civis chamam de *Faculdade* aquele Direito que um Homem tem sobre *si mesmo*; mas devemos daqui para frente chamá-lo de *Direito próprio, estritamente falando*. Sob o qual estão, 1. Um poder sobre nós mesmos, que é chamado de *Liberdade*; ou sobre outros, tal como um *Pai sobre seus filhos*, ou um *Senhor sobre seu escravo*."[19] Há sutilezas aqui que não podem ser expressas numa citação curta, e existem passagens da obra de Grotius que mais tarde levaram outros a conclusões diferentes. Mas como ressalta Richard Tuck: "É significativo que a primeira grande expressão pública de uma forte teoria dos direitos a ser lida na Europa protestante contivesse ao mesmo tempo uma defesa da escravidão e do absolutismo e uma defesa da resistência e da propriedade comum *in extremis*."[20] Uma nova edição de *De Iure Belli et Pacis*, de Grotius, foi publicada em 1631, quando a CIOc se ajustava à necessidade de envolver-se no tráfico de escravos caso desejasse retomar a iniciativa.

Numa tentativa de recuperar o destino da CIOc, o Heeren XIX nomeou governador do Brasil, com poderes plenipotenciários, o príncipe Johann Maurits van Nassau (Maurício de Nassau), sobrinho do antigo *stadtholder* e jovem de brilhante reputação. O príncipe chegou com reforços em 1637 e logo consolidou e ampliou o território dominado pela Companhia no Norte e no Nordeste do Brasil, até alcançar sete das doze capitanias. A Companhia foi persuadida a relaxar o monopólio da exportação de açúcar e de outros produtos tropicais. Mais de cinqüenta por cento dos engenhos de Pernambuco haviam sido abandonados e destruídos quando seus antigos donos fugiram para as capitanias do Sul com o máximo de escravos e equipamento possível. O príncipe Maurício confiscou e pôs à venda as propriedades abandonadas; era possível obter créditos para reequipá-las com comerciantes particulares ou, em alguns casos, com a Companhia. A quantidade de açúcar exportado, embora modesta, aumentou: a Companhia comerciou 60.000 arrobas em 1638 e 130.840 em 1639, enquanto nestes mesmos anos comerciantes particulares negociaram 136.052 e 142.250 arrobas respectivamente.[21]

Este pareceu ser um início promissor, que o príncipe Maurício levou a cabo com estilo digno de um vice-rei. Estava cercado de arquitetos, naturalistas, médicos e pintores; ordenou a construção de palácios, fortes, sistemas de drenagem, escolas e orfanatos; rebatizou a capital de Mauritstad; convocou uma assembléia de moradores locais que estivessem dispostos a cooperar; encarregou uma milícia de civis de cuidar da manutenção da lei e da ordem. Formado pela famosa *schola militaris* dirigida por seu tio, o príncipe Maurício implantou o método e a disciplina da "revolução militar" do início do século XVII, exemplo que teria conseqüências especiais numa sociedade de *plantations*. Preocupava-se com os direitos e as propriedades dos fazendeiros. Os brasileiros de origem portuguesa que voltassem poderiam exigir a devolução de suas terras. Ofereceu aos católicos a liberdade de culto e apoiou a igualdade civil de judeus e índios. Agentes especiais receberam a incumbência de cuidar do bem-estar das nações e aldeias indígenas; alguns destes agentes, traindo a

confiança neles depositada, foram coniventes com formas ilegais de trabalho forçado. As diferentes nações indígenas foram convidadas a enviar delegados a uma Assembléia que se reuniu em abril de 1645 na aldeia de Tapisserica, em Goiana. Foi aprovada uma resolução que dizia: "Antes de tudo, exibimos a Provisão que nos foi enviada pela Assembléia dos XIX (...) referente à liberdade a nós concedida, como a todos os outros habitantes do Brasil. Item I: Vossas Excelências devem condescender em pôr em prática esta lei. A liberdade deve ser imediatamente concedida a qualquer um de nossa raça que ainda seja mantido como escravo."[22] O príncipe Maurício continuou a exercer sua influência a favor dos índios, mas todo o êxito que teve minou suas tentativas de atrair os moradores portugueses.

A mão-de-obra era um gargalo crítico, ainda mais porque a escravização de índios foi banida de forma mais eficaz do que no passado. Como observa de maneira sucinta um relatório ao Heeren XIX em 1638: "Não é possível fazer nada no Brasil sem escravos."[23] Em junho de 1637, foi enviada do Recife uma expedição para tomar El Mina, agora a feitoria de escravos portuguesa mais importante na costa ocidental da África. Depois de um cerco de cinco dias, El Mina foi dominada, e começaram as negociações para adquirir escravos para o Brasil holandês. A falta de mão-de-obra no Brasil holandês foi aliviada, mas as importações registradas de escravos por Recife ainda eram de menos de 2.000 por ano no final da década de 1630, ou menos da metade do que antes da ocupação holandesa. A CIOc ainda exercia o monopólio do tráfico de escravos, e só lentamente adquiriu a técnica e as conexões necessárias. No entanto, o poder naval holandês permitiu que a CIOc conseguisse expulsar os portugueses de seus principais postos fortificados na costa africana, e chegasse a tomar Luanda e Benguela em 1641.

Os reis do Congo há muito tempo achavam frustrantes suas relações com Portugal, já que esta nação tentava monopolizar as relações do reino com o mundo exterior, fossem comerciais, políticas ou religiosas. Houve também conflitos armados entre o Congo e Luanda (Angola portuguesa) em 1621-24, que envolveram perda de território para esta última. Os reis do Congo viram com cordialidade a chegada dos holandeses, que forneciam mercadorias em condições mais vantajosas e ofereciam a possibilidade de escapar da tutela portuguesa. Na verdade, a tomada de Luanda pelos holandeses em 1641 ajudou o rei congolês, Garcia II, a negociar com o Vaticano o envio de uma missão de capuchinhos, que aos poucos substituíram os jesuítas ligados aos portugueses como principal colônia religiosa do reino, e a garantir a reorganização da Igreja congolesa, afastando-a do controle do rei português. No entanto, do ponto de vista do monarca congolês havia uma desvantagem na posição fortalecida

dos holandeses, já que ela também fortalecia a autonomia da província separatista de Nsoyo, cujos condes haviam tolerado o contrabando dos holandeses. Com Luanda em suas mãos e boas relações com o vizinho reino africano, os holandeses logo puderam aumentar o número de escravos enviados à Nova Holanda. Em 1642, o número de africanos vendidos em Recife subiu a mais de 2.000 por ano pela primeira vez, chegando ao pico de 5.565 em 1644.[24]

A CIOc instigou o príncipe Maurício a conquistar a Bahia. O *stadtholder* do Brasil repeliu com êxito um ataque espanhol ao Recife em 1640, mas não foi enérgico nas hostilidades contra as capitanias ao sul. Pelo menos uma parte do açúcar exportado do Brasil holandês pode ter sido contrabandeado do sul. Talvez ele também soubesse que a tensão entre Portugal e Espanha estava atingindo seu ponto mais alto. No fim da década de 1630, já era visível a discórdia cada vez maior entre o rei da Espanha e seus súditos portugueses. Madri havia feito tentativas custosas, embora frustradas, de reconquistar Pernambuco; a expedição de meados da década de 1630 custara mais de três milhões de cruzados.[25] Assim, Madri sentiu-se inteiramente justificada ao impor a Portugal impostos de guerra extraordinários, como o *real d'água*. Durante toda a década de 1630, o comércio entre Portugal e Brasil foi extremamente perigoso, com dezenas de caravelas perdidas para os holandeses a cada ano.

A união das duas coroas nunca fora popular em Portugal, e ficou ainda menos ao ser associada à perda de metade do Brasil, de El Mina e de Luanda, ao fracasso militar e à multiplicação dos impostos. Problemas econômicos provocaram o levante popular em 1637, mas a nobreza negou-se a apoiá-lo. Depois que a agitação do povo foi sufocada, as classes dominantes sentiram-se mais preparadas para exprimir sua própria insatisfação. A união das coroas expusera o império português a ataques prejudiciais; antes de 1580, Portugal conseguira permanecer fora dos conflitos europeus, exceto por choques ocasionais com seu vizinho ibérico. Com o ataque holandês e a crescente fraqueza da Espanha, a volta à posição tradicional tornou-se atraente. A comunidade mercantil portuguesa tinha poucas razões para comemorar a ligação com a Espanha, em vista da redução da perspectiva de novos *asientos*. Em 1640 Madri convidou a nobreza militar portuguesa a ajudar na repressão à revolta na Catalunha. Em vez disso, os nobres portugueses aproveitaram a oportunidade para rejeitar o domínio dos Habsburgo espanhóis e proclamar o duque de Bragança rei João IV de Portugal.

Como Madri recusou-se a aceitar a independência portuguesa, o novo regime de Lisboa achou prudente oferecer uma trégua aos holandeses. Durante o início da

década de 1640, o Brasil vislumbrou pela primeira vez a prosperidade. Em 1641, a Companhia exportou 94.000 arrobas de açúcar, enquanto comerciantes particulares despachavam 353.000 arrobas, um total conjunto que finalmente se aproximava da produção de antes da guerra. Mas o príncipe Maurício discordava cada vez mais da política predatória e intolerante que o Heeren XIX e alguns holandeses no Brasil queriam lhe impor.

Os governantes da república holandesa viam pouca necessidade de ter muita consideração pelos interesses e pela sensibilidade dos portugueses. A população dos dois estados podia ser semelhante, mas os recursos econômicos e o desenvolvimento dos holandeses eram muito maiores. A União das Províncias possuía uma frota de dois ou três mil navios oceânicos bem armados e podiam contar com um contingente de 80.000 marinheiros. Os portugueses tinham trezentas ou quatrocentas caravelas e cerca de doze galeões, a maioria deles na armada real; havia apenas cerca de 4.000 a 6.000 marinheiros portugueses experientes.[26] No Ceilão, na África e mesmo no Brasil os holandeses foram de início bem recebidos pelos que eram explorados pelos portugueses. O Heeren XIX não via necessidade de conciliação com os portugueses; na verdade, em 1640-41 enviaram mensagens a seus representantes nos dois lados do Atlântico mandando tomar o máximo possível de território português antes que a trégua tivesse início. O príncipe Maurício prontamente apoiou a expedição para tomar Luanda e Benguela, já que os engenhos ainda precisavam de escravos. Mas este soldado estava muito mais comprometido com a obra de construção pacífica e conciliação na Holanda brasileira do que os comerciantes e sacerdotes holandeses.

A tolerância religiosa nunca fora incentivada pelos pregadores calvinistas, quer na Holanda, quer no Brasil; ficou ainda mais difícil quando a Igreja católica da colônia fez algumas conversões entre os holandeses, enquanto os calvinistas nada conseguiram com os portugueses. Alguns índios aceitaram o protestantismo, mas imediatamente demonstraram uma independência que provocou a hostilidade dos pregadores. O *stadtholder* cultivava boas relações com as tribos indígenas, mas também tinha consciência de que a prosperidade da colônia dependia da colaboração permanente dos moradores, fazendeiros e mercadores portugueses restantes que não puderam abandonar suas terras ou não estavam tão ligados à ordem colonial de castas derrubada pelos holandeses. A população do Brasil holandês era de mais de 100.000-120.000 pessoas nesta época, mas tinha menos de 10.000 holandeses, incluindo os soldados da guarnição. A imigração holandesa não se distinguia pela quantidade nem pela qualidade, como o príncipe Maurício nunca deixou de se queixar. A maior fonte de imigrantes era o exército de ocupação, que não era formado só de holandeses e cujos

membros não tinham os recursos necessários para assumir a liderança econômica da colônia. A grande maioria dos proprietários de engenhos e dos lavradores continuava a ser de "portugueses" ou brasileiros católicos. Havia ainda propriedades abandonadas disponíveis no início da década de 1640, mas os holandeses ricos obviamente não se sentiam atraídos pelas dificuldades da colonização tropical. O príncipe explicou pacientemente o problema ao Heeren XIX: "Deixai-me explicar outra vez. Colonos pobres não são adequados para uma colônia como o Brasil. (...) Cuidai de colonizar o Brasil com homens que disponham de recursos — homens que possam comprar negros para criar plantações de cana-de-açúcar. Para o capitalista, todas as portas se abrirão."[27]

Havia agentes comerciais holandeses e "cristãos-novos" judeus na comunidade mercantil, mas eles viviam em conflito com os fazendeiros e lavradores que não podiam pagar as dívidas que contraíam para recuperar suas propriedades. O príncipe Maurício sabia que o endividamento dos fazendeiros, causado, em grande parte, pela escassez e pelo alto preço dos escravos, era um problema delicado e explosivo; à custa de muita impopularidade com os mercadores, ele evitou que cobrassem judicialmente as dívidas dos fazendeiros, que chegavam a dois milhões de florins (um milhão de cruzados) em 1644.[28] Foi fácil para os holandeses da pequena colônia-dentro-da-colônia desenvolver e demonstrar desprezo pela maioria que falava português. O príncipe Maurício, ao contrário, dava muita atenção aos líderes da comunidade portuguesa, como o fazendeiro João Fernandes Vieira, um arrivista que diziam ser filho ilegítimo de um fidalgo da ilha da Madeira e uma mulata.[29]

Depois de choques com o Heeren XIX e com os holandeses no Brasil, o príncipe Maurício pediu para deixar o cargo. Partiu em maio de 1644 e foi substituído por um comitê mais atencioso com os senhores holandeses da Companhia. Os recursos da CIOc estavam se exaurindo com o esforço para romper o controle espanhol do Caribe. O príncipe pedira reforços com insistência, mas estes nunca vinham em quantidade suficiente. Na opinião de muitos membros do círculo do governo holandês, a revolta portuguesa contra a monarquia espanhola e um conflito prolongado entre Lisboa e Madri significavam que a "Nova Holanda" não era mais uma frente da luta principal contra a Espanha.[30]

Com a partida do príncipe Maurício, a posição holandesa deteriorou-se rapidamente. Em junho de 1645, os moradores de Pernambuco se revoltaram contra a política cada vez mais intolerante e ambiciosa da Companhia. Foram liderados por Fernandes Vieira, que formou um terço que chegou a contar com 1.800 homens. O proprietário de uma grande fazenda no Brasil colonial tinha seus próprios jagunços ou agregados armados, além dos lavradores que dele dependiam. As tentativas ho-

landesas de proibir a renegociação dos empréstimos e de impedir as cerimônias católicas públicas provocaram a hostilidade dos moradores locais. A revolta adquiriu um caráter especificamente brasileiro, mas sem dúvida foi também reforçada pela exortação mais forte à lealdade portuguesa que podia ser feita pela monarquia restaurada em Lisboa. As autoridades portuguesas não apoiaram publicamente a revolta, mas depois de alguma hesitação deram apoio clandestino aos rebeldes, com a concessão de patentes aos líderes e o envio de 150 soldados experientes.

O contra-ataque luso-brasileiro

Desde o início, a rebelião foi reforçada pela adesão de comandantes índios e negros que nunca haviam aceitado os holandeses. Os portugueses já estavam no Brasil há mais de um século, e a formação social colonial incorporara vários milhares de índios e negros livres, na maioria católicos, os primeiros organizados sob o comando dos seus próprios chefes e os últimos com suas próprias irmandades. Em 1646, o capitão negro Henrique Dias liderou uma coluna de 330 negros, enquanto o índio Felipe Camarão comandava 460 combatentes indígenas; juntos, eles representavam quase um quarto das forças portuguesas da época, e mostraram-se militarmente muito eficientes.[31] As autoridades portuguesas tinham consciência do valor do apoio dos índios e negros, e fizeram algumas concessões ideológicas para incentivá-lo. O padre jesuíta Antônio Vieira, já famoso em Portugal e no Brasil pela oratória brilhante de seus sermões, castigou com vigor os colonos portugueses por tratarem índios e negros de forma cruel.

A participação de índios e negros na luta de "libertação" foi mais tarde alvo de muita celebração mítica por parte de ideólogos coloniais e imperiais; houve um Regimento Henrique Dias nas forças armadas brasileiras por mais de duzentos anos. Mas tanto portugueses quanto holandeses tiveram grande cuidado de não atacar a instituição da escravidão. A alforria foi oferecida a alguns escravos caso se tornassem soldados, mas a grande massa continuou no trabalho duro. Com o desdobramento da revolta, alguns escravos tiveram oportunidade de fugir; os escravos que se libertaram deste modo formaram quilombos no interior, como a famosa república negra de Palmares. Mas estas fissuras no sistema escravista não estavam incluídas nos planos das partes em conflito.

Os rebeldes repeliram as tropas holandesas enviadas contra eles e desorganizaram bastante a economia açucareira. Em 1646, a Companhia só exportou 55.800 arrobas de açúcar, enquanto os comerciantes privados tiveram desempenho ainda

pior, com carregamentos de menos de 20.000 arrobas, representando uma produção total de menos de um quarto do que se conseguia no início da década. Como a CIOc usava o lucro da venda do açúcar para financiar suas operações, este foi um golpe duro. Os oligarcas da Regência em Amsterdã tinham muitas ações da CIOc e exerceram influência decisiva no parlamento. Seus principais interesses eram o Báltico, o Mediterrâneo e o Extremo Oriente. O comércio europeu da Holanda era pelo menos dez vezes maior que seu comércio transatlântico, mesmo nas melhores épocas, enquanto o comércio com o Extremo Oriente oferecia a oportunidade de lucros excepcionais; em comparação, o comércio com o Brasil era pequeno e, no que tangia à CIOc, muito pouco lucrativo. Quando a trégua terminou, a CIOc pôde sobreviver principalmente por meio do saque de caravelas portuguesas e da venda de escravos no Caribe. A Companhia ainda recebeu alguma ajuda, já que reduzira as tentativas portuguesas de retomar suas feitorias na Ásia e oferecia algum mercado para os comerciantes da Zelândia, que tinham pouca participação na CIOr. Em 1647, os Estados Gerais enviaram uma grande frota para o Atlântico Sul, com planos de invadir a Bahia e assim atacar a rebelião pela retaguarda. Mas o envio de suprimentos e reforços à colônia holandesa continuou irregular e insuficiente.

A ocupação holandesa em Pernambuco estimulou mais do que impediu o desenvolvimento das capitanias do sul. Fazendeiros emigrados e seus escravos ajudaram a incentivar a indústria do açúcar na Bahia e no Rio de Janeiro, que conseguiu superar a produção holandesa de Pernambuco até nos melhores anos. O açúcar produzido era enviado a Lisboa, de onde seria vendido a mercadores ingleses ou holandeses. O crescimento do Sul compensou parcialmente as autoridades portuguesas pela perda do Norte; a reação imediata à revolta de 1645 fora bastante cautelosa. Mas a perda de Angola (Luanda e Benguela) havia sido especialmente problemática, já que ameaçava o fornecimento de escravos no qual se baseava a prosperidade do Brasil português. A quebra da trégua depois de 1645 deixou os navios portugueses sujeitos à pilhagem; 111 deles foram capturados em 1647.[32]

Afinal, chegaram notícias de que uma grande frota holandesa comandada por Witte de With invadira a ilha de Hisparica e preparava-se para um ataque à Bahia. Estava claro que seria impossível uma conciliação com os holandeses. O rei português tomou a medida excepcional de enviar toda a armada real para defender a Bahia; a bordo estavam 462 nobres voluntários, 2.350 soldados e 1.000 marinheiros.[33] Os holandeses não atacaram a Bahia e evacuaram Hisparica antes da chegada da armada, mas os portugueses não quiseram atacar a frota mais forte da Holanda. Em Portugal, outra esquadra menor foi reunida e enviada ao Rio sob o comando de Salvador

de Sá, neto de Mem de Sá e talvez o homem mais rico do Brasil — possuía 700 escravos. No Rio, Salvador de Sá aumentou sua esquadra à custa do Brasil e partiu para Angola. Com 15 navios e 1.400 homens, mais da metade deles brasileiros, conseguiu recuperar Luanda, Benguela e São Tomé. Nesta façanha ele foi ajudado pelo fato de que os bolsões de portugueses e sua *guerra preta* haviam se mantido no interior de Angola, em Massange e em alguns outros pontos — sobrevivendo, em certos casos, da captura de escravos para os holandeses. Na África, como em Pernambuco, a síntese colonial portuguesa, implantada depois de muitas décadas, não era fácil de extirpar.[34]

A vitória notável das forças luso-brasileiras em Angola só foi conseguida porque a expedição conseguiu escapar da frota holandesa, que mantinha a superioridade no mar. Na verdade, o comércio de açúcar do Brasil português fora interrompido em 1648, quando o inimigo capturou 132 caravelas. O açúcar tomado destas caravelas logo superou o produzido no Brasil holandês. As forças terrestres luso-brasileiras infligiram derrotas aos holandeses em 1648 e 1649, confinando-os num minúsculo enclave em torno de Recife que tinha de ser abastecido por mar, de forma muito cara, e que exportou menos de 16.000 arrobas de açúcar em 1650.[35] Na região sul do Atlântico, o poderio marítimo holandês e o poderio terrestre português haviam se equilibrado.

Em 1649, as autoridades portuguesas, seguindo um plano elaborado pelo padre Vieira, fundaram uma nova companhia que deveria organizar um sistema de comboios e receber o monopólio das importações brasileiras e o direito de cobrar uma taxa sobre a exportação de açúcar e de outros produtos coloniais. O padre Vieira, apesar de sua tendência a ralhar com os fazendeiros, conhecia bem os problemas do Brasil e recebia relatórios de seus colegas lá estabelecidos. A Companhia do Brasil por ele projetada levantou capital prometendo aos cristãos-novos imunidade contra o confisco de seus bens pela Inquisição. Vieira foi mandado para Amsterdã por Dom João IV para entabular negociações com o governo holandês, e usou esta oportunidade para chegar a um acordo com membros da comunidade judaica. A marinha mercante portuguesa, já muito prejudicada, foi recuperada com a contratação de navios ingleses ou com a concessão de licenças para que participassem do comércio com o Brasil. Já em 1648-49, vinte navios ingleses ajudaram os portugueses no sul do Atlântico — cobrando seu preço por isso. Em 1650, a primeira frota da nova companhia, com 18 navios de guerra e 48 mercadores, chegou à Bahia para juntar suas forças à armada real e escoltar a produção de açúcar até a Península. Mobilizou-se um capital de 1.300.000 cruzados para tornar isso possível. Depois da irrupção da

primeira Guerra Anglo-Holandesa em 1652-54, a armada da Companhia do Brasil bloqueou Recife e forçou a capitulação holandesa em 1654. No entanto, a hostilidade entre holandeses e portugueses reacendeu-se em outras partes do mundo e só se conseguiu um tratado que desse fim ao sonho holandês de um império no Sul do Atlântico em 1662, mais uma vez com a ajuda, em interesse próprio, da Inglaterra.[36]

Fontes da fraqueza holandesa

A derrota da CIOc em Angola e no Brasil provocou grande descontentamento nas Províncias Unidas; tanto de With quanto os diretores da Companhia ficaram presos por algum tempo em decorrência de seus fracassos. Num período de mais de três décadas haviam sido consumidos recursos imensos nesta aventura no sul do Atlântico; no final, nada havia para mostrar além de uns dois fortes africanos e um punhado de bases minúsculas no Caribe, como a colônia de Curaçao, criada pelo famigerado Peter Stuyvesant para contrabandear fumo e vender escravos. Embora o comércio americano fosse secundário quando comparado ao do Báltico ou do Mediterrâneo, não deixava de ter importância para os outros negócios dos holandeses; eles precisavam dos corantes americanos para a fabricação de tecidos e do açúcar americano tanto para uso doméstico quanto como forma adicional de penetrar nos mercados europeus, onde continuava a ser muito valorizado. Havia pouca dúvida de que o comércio dos produtos das *plantations* tinha enorme potencial — potencial que fora parcialmente sufocado pelo conflito destruidor no Brasil, mas que era bem evidente na inflação dos preços do açúcar em Amsterdã, que subiram um terço entre 1644 e 1646. O fracasso no envio de forças decisivas à CIOc entre 1645 e 1654 refletiu em parte o fato de que os comerciantes holandeses independentes tinham deixado de contar com o Brasil holandês como fonte de açúcar, fumo ou corantes. Continuou a existir um comércio intermitente com Lisboa, onde os produtos brasileiros podiam ocasionalmente ser adquiridos a preços mais baixos. Na verdade, a própria exuberância comercial holandesa conspirava às vezes contra os interesses da CIOc, já que os comerciantes holandeses continuaram a vender aos portugueses suprimentos navais e a comprar produtos de postos de contrabando de colonos ingleses e franceses que estavam se estabelecendo nas Pequenas Antilhas.

A tentativa holandesa de colonização no sul do Atlântico não teve o empenho, o acompanhamento e a segura direção estratégica necessários. A superioridade holandesa nunca se impôs sobre o Brasil português com tenacidade e objetividade. A

própria CIOc, embora fosse um ramo da política estatal, também devia apresentar lucro a longo prazo; quando não o conseguiu, os oligarcas da Regência simplesmente reduziram seus prejuízos. A revolta da Holanda, primeira revolução burguesa bem-sucedida, não forjou um novo aparato político centralizado. Com tantas cabeças quanto uma hidra, ela nasceu da resistência civil à desorganização e à exploração fiscal dos Habsburgo; alimentou-se da habilidade dos corsários holandeses e da ambição dinástica da Casa de Orange. Esta aliança foi boa para a libertação e a defesa das Províncias Unidas e para ataques aos monopólios comerciais imperiais da Península Ibérica, mas não para o estabelecimento de novas colônias. Em conjunturas cruciais do duelo com os portugueses, a CIOc e os Estados Gerais ficaram paralisados pelo poder de veto exercido de forma eficaz por uma ou outra das facções mercantis, principalmente pelos interesses comerciais de Amsterdã no Báltico. Em 1648, a Companhia das Índias Orientais, consciente de sua posição mais forte, recusou-se a unir forças com a CIOc na busca da salvação comum. Em 1650, a perspectiva da CIOc de receber apoio constante e obrigatório diminuiu outra vez quando o *stadtholder* morreu sem deixar herdeiro adulto; os Estados Gerais proclamaram uma forma mais pura de República na qual o poder executivo ficou ainda mais enfraquecido.

O fracasso holandês na América refletiu em parte seus sucessos na Europa. Depois de conseguir ficar independente da Espanha, a população da Holanda sentiu-se muito à vontade numa metrópole próspera e tolerante, bem demais para querer emigrar em número suficiente para fundar novas colônias sólidas. As mulheres holandesas não se sentiam atraídas pela perspectiva de começar uma vida nova no ambiente estranho de uma colônia escravista tropical. Faltava aos holandeses a capacidade de adaptação que permitiu aos portugueses encontrar e manter um ponto de apoio nas regiões menos agradáveis ou hospitaleiras. Durante algum tempo os holandeses gozaram das boas graças do governante de Kandy, no Ceilão, do rei do Congo e da rainha de M'bundu ao sul da África Central, e de algumas tribos indígenas no Brasil, mas tiveram menos sucesso do que os portugueses na disseminação da sua língua e da sua religião e na criação de um suporte duradouro para a presença colonial. Os colonos holandeses esperavam voltar para a Europa, enquanto os de Portugal dispunham-se a fazer vida nova no ultramar.[37]

Os holandeses também não conseguiram enviar colonos suficientes para que a colônia da Nova Holanda na América do Norte fosse um sucesso estável. A agricultura holandesa, baseada no aproveitamento de grandes extensões de terra, compartilhava com a Inglaterra características de um capitalismo agrário precoce, mas não criou o mesmo ímpeto de emigração que sustentaria as colônias inglesas na América

do Norte e no Caribe. As províncias holandesas atendiam melhor aos pobres do que a Inglaterra, e não havia nada semelhante às expulsões envolvidas no processo inglês de fechamento dos campos. No entanto, a Holanda testemunhou um processo de emigração e colonização no século XVII; o prestígio da agricultura holandesa era tão grande que foram oferecidas muitas vantagens a colonos holandeses em vários principados alemães, na Escandinávia e até mesmo na Inglaterra. Nesses casos os colonos holandeses não esperavam encontrar as dificuldades das colônias distantes e seus nativos hostis do outro lado do oceano. A emigração holandesa espalhou-se ao longo das rotas de sua rede comercial na Europa, assim como a da Inglaterra estaria intimamente ligada ao comércio atlântico. Em meados do século, a CIOc só enviava dois navios por ano para Nova Amsterdã, onde havia comércio de peles mas não de produtos agrícolas; os habitantes dessa colônia na América do Norte também acharam desagradáveis o monopólio e os regulamentos da Companhia.[38]

Depois da Restauração em 1640, o estado português pôde novamente ser dirigido com vigor e determinação. O Brasil, é claro, tinha mais importância para Portugal do que qualquer outra colônia — e também mais valor do que o Brasil holandês poderia ter para sua metrópole muito mais rica. Tanto na metrópole quanto nas colônias havia forças espontâneas poderosas lutando pela restauração colonial. Os brasileiros de Pernambuco viram-se levados à bancarrota e tratados com desprezo; os das capitanias do sul viram sua futura existência ameaçada quando Angola caiu e foi quebrado o vínculo marítimo com Portugal. Os fazendeiros brasileiros esperavam, sem dúvida, sair do conflito com ainda mais poderes e privilégios. Na metrópole, o projeto colonial unificou quase todas as camadas da sociedade: os funcionários reais e a nobreza militar, os mercadores importantes de Lisboa e potenciais emigrantes do norte do país, membros das ordens religiosas e marinheiros comuns. As estruturas da monarquia portuguesa, apesar de sua predisposição às práticas restritivas e desajeitadas do comércio feudal, estavam firmemente voltadas para a defesa do império. Boxer comenta: "O rei Dom João IV não teve que se preocupar com a obtenção do apoio do Algarve e do Alentejo antes de executar as decisões tomadas por seu Conselho de Estado. Compare-se esta forma unificada de governo à situação caótica das chamadas Províncias Unidas."[39]

Mas, embora Portugal tenha recuperado a Angola e o Brasil, o resultado foi, em outros aspectos, menos positivo do que parece. A força comercial subjacente dos holandeses derivava de uma troca complexa de produtos agrícolas e manufaturados. A própria metrópole dispunha de uma agricultura capitalista incipiente, de indústrias de processamento de alimentos, de manufaturas têxteis e de grandes es-

taleiros navais e fundições. Os minúsculos postos comerciais mantidos pelos holandeses nas Américas e na África continuaram por muito tempo a atuar como ímãs para o comércio de escravos e de produtos agrícolas por causa de sua capacidade de manter um vigoroso comércio marítimo bilateral. As autoridades espanholas concederam grandes *asientos* à CIOc para o fornecimento de escravos em vez de Portugal nas décadas de 1670 e 1680. Esta Companhia, que fracassara em seu grande objetivo de conquistar o Brasil ou destruir o império espanhol nas Américas, encontrou mais tarde seu principal negócio no comércio de escravos que de início repudiara.

Portugal, por outro lado, tinha um mercado interno muito modesto e pouca capacidade de manufatura ou de construção de navios. A derrota imposta à CIOc na década de 1650 foi conseguida por intermédio do dispendioso apoio inglês. Daí em diante, mercadores ingleses privilegiados instalaram-se no núcleo da empresa colonial portuguesa. A Companhia do Brasil foi, em seus próprios termos, um sucesso, ao fornecer um mercado seguro e regular para os proprietários brasileiros de *plantations*. Em 1656, 107 navios transportaram cerca de 2.000.000 de arrobas de açúcar para Lisboa, mas este nível de exportação só raramente chegou a ser superado. A Companhia, seu sistema de comboios e a aliança com a Inglaterra impuseram uma camisa-de-força ao futuro desenvolvimento da economia de *plantation*. A própria CIOc demonstrara que o grande monopólio comercial não era adequado para explorar as possibilidades de expansão do comércio das *plantations*. A Companhia do Brasil acabou sendo um exemplo do mesmo ponto. Embora outros produtores tenham participado do mercado, mostrando que este era passível de expansão qualitativa, a exportação de açúcar brasileiro, confinado a uma fórmula comercial rígida e cara, estagnou.

Mas, devido aos recursos de Portugal, a utilização do monopólio de uma companhia e do sistema de comboio permitiu que a metrópole recebesse o que considerava seu direito. Quando Carlos II da Inglaterra negociou a mão de Catarina de Bragança em 1662, pediu a seu embaixador em Lisboa que descobrisse "se seria prático para os ingleses assumir todo o comércio de açúcar, adquirindo toda a mercadoria a um preço, e nos comprometendo a enviar nossa frota ao Brasil, e daí a comboiar para Portugal a quantidade do açúcar que deve a cada ano ser destinada àquele consumo, e podendo então transportar o restante para onde acharmos melhor".[40] Esta proposta de acabar com a Companhia do Brasil sugere que ela era considerada um obstáculo ao comércio britânico. O êxito luso-brasileiro na expulsão dos holandeses da América do Sul ajudou momentaneamente a preservar o controle ibérico original do acesso europeu à produção do Novo Mundo. Seguiu-se

um programa mercantilista colonial que procurou desenvolver novas indústrias no Brasil e promover expedições para a descoberta de metais preciosos.

Depois da retomada de Angola e São Tomé, os portugueses tiveram alguma dificuldade para restaurar o nível anterior da exportação de escravos. Os holandeses continuavam agindo ao longo da costa, e ainda podiam oferecer preços altamente competitivos. Os governadores de Luanda patrocinaram uma série de guerras locais com o objetivo de assumir o controle do mercado e das rotas comerciais ligadas à fronteira escravista do interior. Em 1665, decidiram se aproveitar da revolta civil no Congo e fazer um ataque punitivo contra o antigo reino dependente. Na batalha de Mbwila, o novo monarca do Congo, Antônio I, levou seu excelente destacamento de 380 mosqueteiros, apoiados por dezenas de milhares de soldados camponeses, num ataque impetuoso às forças portuguesas, com 450 mosqueteiros flanqueados por dois canhões e a formidável *guerra preta*. O ataque fracassou. Antônio foi morto, assim como 98 nobres de títulos elevados e 400 fidalgos menores.

Este seria um golpe ainda pior para o reino do que Alcácer-Quibir fora para Portugal em 1578. A aristocracia escravocrata da capital, São Salvador, não pôde mais se impor às aldeias ou às regiões circunvizinhas, e o reino foi dilacerado pela guerra civil. A coroa congolesa acabou sendo tomada por uma facção aristocrática apoiada pelos holandeses e liderada pelos condes de Nsoyo. As autoridades portuguesas acabaram encontrando um candidato que podiam apoiar, e em 1670 enviaram mais uma vez seus mosqueteiros e sua *guerra preta* para o Congo. Depois de um sucesso inicial, as forças portuguesas caíram numa emboscada em 18 de outubro, na qual as tropas de Nsoyo, abastecidas pelos holandeses, as destruíram e capturaram sua artilharia e os mosqueteiros — segundo a lenda, os comerciantes de Nsoyo ofereceram os prisioneiros portugueses como escravos para os holandeses, que não quiseram comprá-los. A entidade conhecida como reino do Congo continuaria sendo alvo de guerras civis aristocráticas na região por várias décadas. Graças a um movimento religioso popular afro-cristão e militante, liderado por uma profetisa, Beatriz, que afirmava que Jesus tinha nascido no Congo, o país acabou recuperando algo de sua antiga formação, mas este era um movimento componês e não uma disputa de aristocratas. A capital congolesa nunca mais voltou a ser um centro administrativo eficaz, com possibilidade de ajudar os portugueses ou os holandeses, ou de oferecer-lhes as condições comerciais estáveis necessárias ao tráfico de escravos.[41]

Não se conhece o número exato de escravos no Brasil na segunda metade do século XVII, mas com a restauração do tráfico vindo de Angola e da Guiné depois de 1650

deve ter chegado à faixa de 60.000-100.000. Num sentido óbvio, o crescimento do açúcar brasileiro fora o arauto do futuro da escravidão no Novo Mundo. Os escravos tinham papel decisivo no processamento da colheita, e foi por esta época que o padre Vieira reconheceu a interdependência do Império português numa famosa fórmula: "Sem negros não há Pernambuco, e sem Angola não há negros". No entanto, o senhor de engenho brasileiro também empregava trabalhadores livres em tarefas de produção e supervisão: carpinteiros, barqueiros ou mesmo trabalhadores comuns. Nas contas dos engenhos de açúcar, o gasto com salários de trabalhadores livres, que chegava a um quinto ou um quarto do total das despesas, era maior do que o custo de aquisição de novos escravos.[42] O senhor e o lavrador de cana às vezes também contratavam índios, ou escravos de outros donos, para o cultivo e a colheita.

Assim, a indústria açucareira do Brasil baseava-se em mão-de-obra mista e, até então, o cultivo e o processamento não estavam completamente integrados. Devido a isto, é difícil ver como mais de 50.000 escravos seriam empregados no setor açucareiro; mesmo com baixo nível de produtividade, um escravo produziria um terço de tonelada de açúcar por ano, e a produção brasileira raramente chegou muito acima de 20.000 toneladas anuais. À luz destes cálculos aproximados, um quarto ou mais dos escravos brasileiros devem ter sido usados fora do setor açucareiro. Havia um padrão de uso de escravos no Brasil, assim como na América espanhola, que diferia da escravidão pura de *plantation*. Este padrão de emprego de escravos fora da agricultura de exportação pode ter tido alguma semelhança com um precedente que influenciou a cultura ibérica: o padrão da escravidão no Velho Mundo. Nas cidades, os escravos prestavam uma infinidade de serviços, entregando a seus senhores uma parte de seus ganhos. Os colonos fundaram aldeias e cidades, mas descobriram que os índios se recusavam a viver ou trabalhar nelas; em seu lugar, escravos africanos e seus descendentes trabalhavam como carpinteiros, sapateiros, fabricantes de velas, padeiros, lavadeiras e horticultores. Como o preço dos escravos era relativamente baixo no Brasil português, podiam ser comprados por donos de terra fora do setor exportador para trabalhar na criação de gado ou mesmo no cultivo de subsistência. A importação de alimentos da Europa era cara e incerta; a maior parte das necessidades da colônia era atendida pela produção local.

Escravos urbanos e artesãos no Brasil tinham com freqüência alguma esperança de liberdade para si ou para seus filhos. Como conseqüência da guerra com a Holanda, alguns libertos puderam não só servir na milícia mas também ter esperança de conseguir um emprego público; Henrique Dias tornou-se cavaleiro de uma ordem militar. Tanto os negros livres quanto alguns escravos urbanos puderam ingressar em irmandades religiosas que lhes ofereciam algum grau de segurança e proteção. Os senhores de engenho e os lavradores de cana ainda contratavam jovens imigrantes portugueses para trabalhar em suas propriedades. Muitos ainda aceitavam agregados de origem mestiça e mantinham vários tipos de servos indígenas. Os funcionários que administravam a colônia ainda eram fidalgos, enquanto a maioria dos senhores de engenho não tinha direito à fidalguia. O Brasil era, sem dúvida, uma sociedade escravista, mas de origem barroca e baseada num padrão complexo de relações sociais e étnicas.

A luta contra os holandeses no Brasil e os espanhóis na Península Ibérica pôs à prova a ordem social tanto na metrópole quanto na colônia. Embora tenha mobilizado grande apoio mercantil e colonial, a monarquia portuguesa não era diretamente responsável por estes grupos. As Cortes, que se reuniram três vezes entre 1640 e 1656, deram uma representação generosa a uma aristocracia conservadora dona de terras; os mercadores e colonos portugueses tinham de contentar-se com a influência sobre os conselheiros do rei. Na verdade, a expulsão dos holandeses do Brasil em 1654 aconteceu bem a tempo, já que logo depois os portugueses entraram num período bastante problemático. Quando Dom João IV morreu, em 1656, o poder real passou a ser exercido por sua viúva espanhola, como regente do filho mais velho, Afonso, louco ou retardado. Uma nova tentativa espanhola de invadir Portugal foi rechaçada com ajuda francesa em 1662-65. A luta entre facções pró-franceses e pró-ingleses na corte portuguesa começou por favorecer os primeiros, mas acabou resolvendo-se a favor dos segundos em 1667, quando o irmão mais novo de Afonso IV, o príncipe Pedro, assumiu o poder como Regente, declarando o rei incapaz de governar. Pedro era a favor dos ingleses e, com sua ajuda, negociou a aceitação pelos espanhóis, em 1668, da independência portuguesa. Pedro governou como regente até 1683 e como rei até 1706. A ligação com os ingleses abriu mercado para os vinhos portugueses e proporcionou um fator de segurança a seu sistema de frotas. Em troca, a comunidade comercial inglesa em Portugal, conhecida como a Feitoria (*Factory*), recebeu privilégios comerciais e a permissão para ter sua própria Igreja protestante.[43]

A ordem colonial portuguesa continuou menos centralizada do que o sistema imperial espanhol do qual escapara, e tomou mais medidas para incorporar os interesses coloniais. Os fazendeiros brasileiros haviam desempenhado um papel importante na devolução de Pernambuco à pátria-mãe e puderam exigir uma consideração especial. A Companhia do Brasil era um fardo e permitia à metrópole cobrar impostos da colônia, mas seu sistema de frotas também oferecia proteção naval em mares perigosos. Nos anos de 1662-64 a Companhia ficou subordinada à autoridade de

uma Junta do Comércio, depois de acusações de que o número prometido de galeões não fora respeitado. Como a frota tinha épocas marcadas para partir, os organizadores da Companhia temiam que a "ganância dos agricultores" elevasse os preços a níveis exagerados por meio do ocultamento da colheita até o último momento: "Mesmo que preços fixos sejam geralmente prejudiciais ao comércio, que aumenta com a liberdade, o preço fixo é o único remédio para o Brasil."[44] Finalmente foi criado um sistema no qual produtores e comerciantes negociavam um preço anual. Apesar de os preços mundiais imporem limites à negociação, tanto produtores quanto comerciantes sabiam o que faziam; na opinião de Schwartz, "provavelmente, ambos os lados ganharam alguma coisa com o sistema, embora num ano em particular um lado ou outro tenha se sentido em desvantagem".[45]

O padre Vieira, cuja sorte pessoal foi muito afetada por este torvelinho, representou uma expressão notável das tendências contraditórias que agiam sobre o novo mundo da escravidão atlântica. Num sermão de 1642 para o recém-empossado rei da dinastia de Bragança, na capela real, Vieira desenvolveu a noção de que Dom João IV era a reencarnação de Dom Sebastião, o rei perdido nas areias da África. Ao desenvolver esta idéia, Vieira procurava identificar o monarca com a noção popular da volta de um rei-redentor que daria início a uma "época de ouro". O pregador, como vimos, usara sua influência junto ao rei para garantir a suspensão de certas restrições impostas aos cristãos-novos — em troca da qual eles investiram na nova Companhia do Brasil. Durante sua visita a Amsterdã em 1647-48, ele participou de discussões com rabinos judeus e teve a oportunidade de estudar os ensinamentos protestantes holandeses e ingleses. A *História do futuro,* de Vieira, afirmava que o sucesso de Portugal na conversão de pagãos e judeus provava que o país estava destinado a ser a monarquia universal prometida.

Depois da morte de seu patrono real, o próprio Vieira se tornaria alvo da Inquisição. Ao voltar do Brasil em 1661, foi submetido a uma demorada investigação e acabou sendo condenado pela Inquisição ao silêncio eterno e à reclusão. As acusações da Inquisição contra ele diziam que era fascinado por todo tipo de heterodoxia e que sua decisão de usar trajes laicos em Amsterdã simbolizava uma traição ainda mais profunda. A profecia do pregador jesuíta da iminência de um Quinto Império do Mundo sob comando lusitano foi alvo especial do ataque da Inquisição. Vieira gostava de invocar o Velho Testamento e o Apocalipse para celebrar o especial destino global português, na espera do dia em que o rei português "subjugaria todas as regiões da terra sob um só império, de forma que todas possam (...) ser colocadas gloriosamente aos pés do sucessor de São Pedro".[46] Enquanto a facção pró-franceses

esteve em alta, Vieira nada pôde fazer além de suportar com coragem a investigação. Com o advento da regência de Dom Pedro em 1667 ele conseguiu ter sua sentença trocada por um período de exílio em Roma.

Vieira teve permissão para sair de Roma em 1675 com um perdão papal, mas nunca mais exerceu a mesma influência sobre o rei. Em 1681 retornou ao Brasil, onde morreu em 1697. No Brasil ele voltou a vergastar as más ações dos grandes fazendeiros e traficantes de escravos. Em 1653, quando tinha grande influência na Corte, renunciara aos confortos de Lisboa em troca de uma missão para investigar maus-tratos a índios nas então remotas províncias amazônicas do Pará e do Maranhão. Ficou abatido com a forma cínica como eram organizadas as expedições de caça a escravos, supostamente para salvar os escravos, com o nome de *resgate*. Nessa região do Brasil, os moradores portugueses preferiam a mão-de-obra escrava indígena à africana, já que era muito mais barata e os índios dominavam a técnica de coletar borracha, resinas e frutas na floresta tropical, sendo esta sua principal atividade. A pedido de Vieira, uma nova lei de 1655 tornou ilegal a escravização dos índios e confiou aos jesuítas um programa pelo qual os povos nativos seriam protegidos em distritos missionários. No entanto, os moradores portugueses continuaram a atacar as comunidades indígenas indefesas, cuja "descida" para as missões as deixara expostas às doenças. Embora a tentativa de Vieira de proteger os índios tivesse conseqüências desastrosas para muitos deles, provocou a hostilidade dos que viam como ameaça a presença do jesuíta. Em 1661 eles mobilizaram grupos de seguidores para prender Vieira e outros padres jesuítas, que foram então embarcados à força num navio para Portugal. Vieira chegou à Península e teve de enfrentar as acusações da Inquisição.[47]

Embora sua principal campanha tenha sido em favor dos índios, Vieira também abordou a questão da crueldade com os escravos africanos. Numa de suas viagens transatlânticas ele visitara as ilhas de Cabo Verde e ficara impressionado com os clérigos africanos que encontrara: "Há aqui padres e cônegos negros como azeviche, mas tão bem-educados, tão altivos, tão cultos, tão bons músicos, tão discretos e tão talentosos que podem bem ser invejados por aqueles das nossas próprias catedrais em casa."*[48] No Brasil ele proferiu sermões para congregações mistas de senhores e escravos, uma das quais vale citar como amostra de seu estilo de raciocínio pouco comum. Ele evoca o espetáculo dos escravos chegados da África:

*Estas palavras foram traduzidas do inglês novamente para o português; não reproduzem com exatidão o texto de Vieira. (*N. do T.*)

> Já se depois de chegados olharmos para estes miseráveis, e para os que se chamam seus senhores [vemos (...)] a felicidade e a miseria no mesmo theatro. Os senhores poucos, e os escravos muitos; os senhores rompendo galas, os escravos despidos e nus; os senhores banqueteando, os escravos perecendo à fome; os senhores nadando em ouro e prata, os escravos carregados de ferros; os senhores tratando-os como brutos, os escravos adorando-os e temendo-os como Deuses; os senhores em pé apontando para o açoite, como estatuas de soberba e da tyrannia, os escravos prostrados com as mãos atadas atrás (...). Oh Deus! Quantas graças devemos á fé, que nos destes, porque ella só nos captiva o entendimento, para que á vista destas desegualdades, reconheçamos comtudo vossa justiça e providencia. Estes homens não são filhos do mesmo Adão e da mesma Eva? Estas almas não foram resgatadas com o sangue do mesmo Christo? Estes corpos não nascem e morrem, como os nossos? Não respiram com o mesmo ar? Não os cobre o mesmo céu? Não os aquenta o mesmo sol?

Tendo exposto o problema, ele recorreu à doutrina cristã ortodoxa para resolvê-lo. Mas até chegar a esta solução, ele consegue censurar várias vezes os senhores por diversas ofensas:

> É possível, que por accrescentar mais uma braça de terra ao canavial, e meia tarefa mais ao engenho em cada semana, haveis de vender a vossa alma ao diabo? Mas a vossa, já que o é, vendei-lh'a, ou revendei-lh'a embora. Porém as dos vossos escravos, porque lh'as haveis de vender tambem, antepondo a sua salvação aos idolos de oiro (...)?

Voltando-se para os escravos, e aludindo provavelmente à luxúria carnal, ele diz:

> Se o senhor mandasse ao escravo, ou quizesse da escrava, coisa que offenda gravemente a alma, e a conciencia; assim como elle não o póde querer, nem mandar, assim o escravo é obrigado a não obedecer. Dizei constantemente, que não haveis de offender a Deus; e se por isso vos ameaçarem e castigarem, soffrei animosa e christãmente.

Recordando os tormentos dos filhos de Israel, ele enfatiza que foram várias vezes escravizados, e que em cada ocasião conseguiram libertar-se, já que bastam homens para libertar homens da escravidão do corpo (em oposição à escravidão da alma ao Diabo, que só pode ser repelida por meio da graça divina). Este sermão foi proferido para membros da irmandade Nossa Senhora do Rosário, organização de ajuda mútua para escravos e pessoas de cor que às vezes ajudava escravos a comprarem

sua alforria, usando uma mistura de ganhos de escravos e economias de parentes. Finalmente, forçando até o limite um conceito tradicional, Vieira ofereceu aos escravos a mensagem de redenção citada na epígrafe deste capítulo.

Vieira desejava mitigar a escravidão, já que suas crueldades poderiam levar o desastre novamente a Portugal:

> Olhae para os dois pólos do Brazil, o do Norte, e o do Sul, e vêde se houve jamais Babylonia, nem Egypto no mundo, em que tantos milhares de captiveiros se fizessem, captivando-se os que fez livres a natureza sem mais direito que a violencia, nem mais causas que a cubiça, e vendendo-se por escravos. (...) E porque os nossos captiveiros começaram onde começa a Africa, alli permittiu Deus a perda d'El rei D. Sebastião, a que se seguiu o captiveiro de sessenta annos no mesmo reino. Bem sei que alguns destes captiveiros são justos, os quaes só permittem as leis, e que taes se suppõem os que no Brazil se compram e vendem (...); mas que theologia há, ou póde haver que justifique a deshumanidade e sevícia dos exhorbitantes castigos com que os mesmos escravos são maltratados? Maltratados disse, mas é muito curta esta palavra para a significação do que encerra ou descobre. Tyrannizados devera dizer, ou martyrizados; porque ferem os miseraveis, pingados, lacrados, retalhados, salmourados, e os outros excessos maiores que callo, mais merecem nome de martyrios que de castigos.[49]

A noção de que os escravos eram martirizados levou Vieira à conclusão exaltada mas infeliz de que eles haviam sido marcados com um destino especial pelo Todo-Poderoso. A referência à "marca" deixada pelo "fogo de Deus" (ver epígrafe) representa, sem dúvida, a maldição de Noé, e a iluminação é a fé cristã e sua própria transformação futura. Embora esta passagem seja redigida com o brio e a compaixão característicos de Vieira, não passa de uma reafirmação elaborada da posição tradicional da Igreja quanto à escravidão. Vieira consola os cativos africanos com a idéia do paraíso celeste. No entanto, ele não elimina a possibilidade de que possam conseguir algum alívio neste mundo, afirmando que isto dependerá de uma mudança terrena, inclusive a recuperação ou a ruína de seus senhores. Estas palavras, mesmo vindas de um dos pregadores mais estimados do Império, não devem ter tido, sozinhas, nenhum impacto sobre os fazendeiros ou funcionários da Coroa. Mas é notável que um membro leigo da Irmandade do Rosário tenha começado na década de 1670 a pedir com insistência ao Santo Ofício do Vaticano uma legislação contra o tráfico atlântico de escravos e a manutenção de africanos em servidão perpétua nas Américas. Vieira pode ter dado alguma ajuda a estas petições (a cujo destino voltaremos no Capítulo VIII).

Os termos das reflexões de Vieira sobre a escravidão antecipam de forma espantosa os temas que muito mais tarde seriam abordados por críticos protestantes — por exemplo, por John Wesley em *Thoughts on Slavery* (1774). De forma um tanto discreta, o líder *quaker* George Fox insurgiu-se contra a crueldade dos senhores de escravos mais ou menos na mesma época que Vieira. É intrigante que nenhuma voz holandesa importante tenha se levantado contra a escravidão e o tráfico de escravos durante, digamos, as décadas de 1640 e 1650. Se os holandeses tivessem proclamado a liberdade dos escravos no Brasil, poderiam tomar a ofensiva contra as capitanias do sul, como o Heeren tantas vezes exigira. Seu comércio com a África, sem relação com escravos, não era nada desprezível — e o fato de ser menos lucrativo do que o tráfico de escravos posterior tinha, como já vimos, um caráter duplo. O preço do açúcar era alto, e poderiam ser oferecidos bons salários a ex-escravos e imigrantes europeus; a Nova Holanda poderia também fornecer fumo cultivado por servos contratados, aos quais se oferecia a liberdade depois de três anos de trabalho — como acontecia na maior parte da América naquele tempo. Seu próprio fracasso no Brasil refletiu a falta de um número suficiente de colonos sinceramente dedicados à escravidão da *plantation*. Mas, naturalmente, nada disso aconteceu. Como salientou Seymour Drescher, a Holanda do século XVII, depois de breves insinuações de sentimento antiescravista no início do século, abandonou a defesa da causa,[50] mesmo que essa defesa pudesse ter mudado suas oportunidades de sucesso nas Américas.

O considerável lucro financeiro que a CIOc amealhou no tráfico de escravos forneceu com certeza um bom obstáculo ao abandono de velhos conceitos, mas a CIOc nem sempre pôde seguir seu próprio caminho. A república holandesa desenvolveu na época alguns elementos de cultura humanitária, mas não a ponto de atingir a escravidão. O caráter descentralizado da política holandesa e a condição de companhia comercial da CIOc tendiam a afastá-la do âmbito da preocupação política comum; além disso, durante esses anos, a política holandesa estava subordinada a uma oligarquia inerentemente conservadora e comercial, avessa a medidas ou filosofias radicais. Quando Spinoza publicou seu *Tractatus Theologico-Politicus* em 1670, ele o fez anonimamente e em latim.

A crise de 1672, precipitada pela invasão francesa, provocou a derrubada dos republicanos conservadores. Um dos árbitros do destino do país na época foi ninguém menos que o veterano Maurício de Nassau. A queda de de Witt não resultou no tipo de interlúdio democrático radical que daria oportunidade de atacar o comércio de escravos, e sim na restauração da Casa de Orange.[51] No entanto, antes do fim do século alguns colonos holandeses na América, gente suficientemente inquieta para ter abandonado a terra natal, prepararam uma condenação eloqüente e ampla da escravidão — os *quakers* de Germantown em 1688, muitos dos quais eram na verdade holandeses. Esta famosa declaração tem a honra de ser a primeira denúncia absolutamente irrestrita da escravidão a ser registrada. Embora impressionante, era a voz de uma minúscula minoria.

O novo papel dos holandeses

O talento e o sucesso dos holandeses no comércio do hemisfério norte e no de especiarias na Ásia estimularam a ilusão de que os comerciantes holandeses tiveram a mesma importância nas Américas. Na verdade, a decisão de invadir Pernambuco, já então a área de maior produção de açúcar, significou que todo o esforço holandês atrapalhou o desenvolvimento das *plantations* do Novo Mundo. Embora Bahia e Rio tenham desenvolvido indústrias açucareiras maiores, a produção total do Brasil ficaria limitada ao nível já alcançado na década de 1620, ou cairia abaixo dele. A demanda reprimida na Europa fez o preço subir na década de 1640. Também involuntariamente, os holandeses interromperam o crescimento do tráfico atlântico de escravos. Durante toda a existência do Brasil holandês, a CIOc enviou para lá menos de 26.000 escravos. Depois da revolta em Pernambuco, a CIOc forneceu escravos ao Caribe e à América espanhola. Na verdade, alguns líderes holandeses pareciam acreditar que a conquista do *asiento* era uma compensação satisfatória pela perda do Brasil. Era um comércio lucrativo, mas o número de escravos transportados ficou provavelmente abaixo do que chegara na época do *asiento* português. No Suriname, os fazendeiros holandeses cultivaram pequena quantidade de açúcar, mas desanimaram sob a tutela dos funcionários da Companhia. Depois de outros reveses, a CIOc foi fechada em 1673; seu lugar foi ocupado por uma nova empresa holandesa de comércio de escravos, a Companhia Middelburg, que, como sua antecessora, obteve o *asiento* para abastecer a América espanhola.

Calcula-se que no período de 1680-90, comerciantes europeus de todas as nações — sendo que os mais envolvidos, em ordem de importância, foram os holandeses, portugueses, ingleses e franceses — negociaram mercadorias no valor de 10,5 milhões de guilders, ou 919.000 libras esterlinas, para comprar escravos na costa africana, que foram depois vendidos por 41 milhões de guilders, ou 3,6 milhões de libras. O aumento de preço aqui foi de 290 por cento — inferior à margem de quase dez vezes o preço original calculada para os traficantes portugueses da década de 1620,

porém maior do que a margem de 135 por cento conseguida pela CIOc em seu comércio de marfim e ouro africanos na mesma época. A competição entre uma multidão de negociantes de várias nações elevou o preço dos escravos na costa africana e o reduziu no Caribe. Mas como os holandeses tinham mais vantagem no acesso às manufaturas européias e às mercadorias orientais procuradas na costa da África, sua margem de lucro continuou boa.

Os holandeses permaneceram no comércio de ouro, marfim e outros produtos africanos durante a década de 1680, mas este tráfico ainda não era tão lucrativo quanto o de escravos. Van den Boogaart estima que os vários comerciantes europeus negociaram bens avaliados em 9,4 milhões de guilders, ou £825.000, na compra de produtos africanos que foram vendidos na Europa por 19,7 milhões de guilders, ou £1,7 milhão.[52] Os holandeses foram responsáveis por pouco mais da metade do tráfico de escravos e de mercadorias africanas. Além disso, seus navios negreiros quase sempre conseguiam pegar uma carga de açúcar nas Índias Ocidentais. Assim, os holandeses perderam uma colônia potencialmente rica, e seu comércio atlântico era apenas um pouco maior do que fora na década de 1620 — mas é provável que fosse duas vezes mais lucrativo.

Segundo os termos do Tratado de Breda em 1667, a Holanda perdeu Nova Amsterdã, agora rebatizada de Nova York, mas ganhou o controle formal do Suriname, colônia na costa nordeste da América do Sul que fora povoada por fazendeiros ingleses e cristãos-novos de origem portuguesa, originários do Brasil holandês. Juntamente com Curaçao, Santo Eustáquio e mais algumas ilhotas, o Suriname ajudou a fornecer à Holanda alguns produtos agrícolas tropicais. Embora a escala de produção continuasse modesta, ali surgiu uma sociedade escravista multicultural característica, na qual os motivos do racismo branco, em termos comparativos, ficaram amortecidos. Os brancos holandeses, ingleses e judeus, em número relativamente pequeno, preferiram conceder pelo menos alguns direitos civis às pessoas livres de cor como garantia contra ataques de povos indígenas e escravos revoltados. Mesmo nesta pequena colônia, os holandeses nunca atingiram a densidade demográfica necessária para criar uma hegemonia na ordem social. Embora o tratamento material dos escravos africanos pareça ter sido tão violento quanto no resto das Américas, desenvolveu-se ali uma cultura afro-crioula que incorporava duas línguas, que persistiram até o século XX: o suriname, agora idioma nacional e baseado no neger-engels, dialeto crioulo anglo-africano do século XVII, e o saramacano, dialeto luso-africano desenvolvido entre os escravos dos cristãos-novos portugueses e os *maroons**.

*Os *maroons* eram os escravos fugidos que formavam comunidades revoltosas no interior do país, nas Guianas nos séculos XVII e XVIII. (*N. do T.*)

A história oral dos "negros do mato" de Abaisa recorda uma fuga em massa de escravos de uma plantação em 1693, da seguinte forma:

> Na escravidão, havia muito pouco para comer. Era no lugar chamado Plantação Providência. Eles te chicoteavam até tua bunda queimar. Então te davam um pouco de arroz numa cabaça. (Foi isto que ouvimos.) E os deuses disseram a eles [aos africanos] que este não era modo de vida para seres humanos. Eles iam ajudá-los. Que cada um vá para onde quiser. E aí eles fugiram.[53]

A atividade dos *maroons*, às vezes aliados aos povos indígenas, ajuda a explicar por que o Suriname nunca pertenceu à grande liga dos produtores de açúcar. Em 1700 havia uma população de 8.000 escravos na colônia, mas o crescimento atrasou-se em relação aos produtores ingleses e franceses, patrocinados pelos próprios holandeses.

Do ponto de vista do desenvolvimento da América colonial, o apoio holandês às *plantations* inglesas e francesas foi mais importante do que seus próprios esforços coloniais nas Américas. Os monopólios comerciais e coloniais ibéricos foram quebrados, e criaram-se condições para que outras nações européias participassem do tráfico de escravos e do comércio de produtos das *plantations*. O fracasso no Brasil fez com que os mercadores holandeses procurassem outros fornecedores; bem antes da derrocada final, os mercadores holandeses independentes incentivaram pequenos grupos de colonos ingleses e franceses a criar suas *plantations* num canto escondido do Caribe.

Notas

1. Werner Sombart, *The Quintessence of Capitalism*, Nova York 1967, p. 75.
2. Niels Steensgaard, "Violence and the Rise of Capitalism: Fredrick Lane's Theory of Protection and Tribute", *Review*, vol. 2, nº. 5, pp. 257-73, 159-60. Ver também Fredrick Lane, *Profits from Power. Readings in Protection, Rent and Violence-Controlling Enterprises*, Albany, NY 1979. À luz da história contada neste capítulo, é importante que tenha sido um teórico brasileiro quem indicou as falhas teóricas deste ponto de vista — ver Roberto Mangabeira Unger, *Plasticity into Power*, Cambridge 1987, pp. 139-47.
3. Jonathan Israel, *The Dutch Republic: Its Rise, Greatness and Fall*, Oxford 1995, pp. 276-306, 402-5, 472-4; V. G. Kiernan, *State and Society in Europe, 1550-1650*, Oxford 1980, pp. 75-8; Friedrich, *The Age of the Baroque*, pp. 144-50.

4. Dresche, *Capitalism and Antislavery*, pp. 15, 173.
5. Alison Blakely, *Blacks in the Dutch World: The Evolution of Racial Imagery in a Modern Society*, Bloomington, IN 1993. Sobre o desagrado com o consumismo crescente, ver Simon Schama, *The Embarrassment of Riches*, Londres 1988.
6. Schivelbusch, *Tastes of Paradise*, pp. 96-110.
7. Há exemplos bem ilustrados destas várias opiniões em Blakely, *Blacks in the Dutch World*.
8. M. Chrétien, "Les Deux Visages de Cham", em Pierre Giral e Emile Temime, eds., *L'idée de Race dans la pensée politique française contemporaine*, Paris 1977, pp. 171-99 (174-5).
9. J. Fox, "'For Good and Sufficient Reasons': An Examination of Early Dutch East India Company Ordinances on Slaves and Slavery", em Anthony Reid, ed., *Slavery, Bondage and Dependency in East Asia*, Nova York 1983, pp. 246-62.
10. W. S. Unger afirma que foi mais a falta de mercado do que o escrúpulo religioso que afastou a CIOc do comércio de escravos na época de sua fundação. Ver W. S. Unger, "Essay on the History of the Dutch Slave Trade", em A. P. Meilink-Roelofsz, ed., *Dutch Authors on West Indian History*, Haia 1982, pp. 46-98 (p. 50).
11. Sobre o debate entre De Laet e Grotius, ver Lee Eldridge Huddleston, *Origins of the American Indians: European Concepts, 1492-1729*, Austin, TX e Londres 1967, pp. 118-27.
12. Johannes Menne Postma, *The Dutch in the Atlantic Slave Trade, 1600-1815*, Cambridge 1990, pp. 10-11, 18-22.
13. Pieter Geyl, *The Netherlands in the Seventeenth Century*, Londres 1961, vol. I, pp. 189-208; Geoffrey Parker, *Spain and the Netherlands, 1559-1659*, Londres 1979, pp. 55-6; C. R. Boxer, *The Dutch in Brazil: 1624-54*, Londres 1957, p. 25; Herman Watjen, *O domínio colonial* holandês *no Brasil*, São Paulo 1938, pp. 85-94.
14. P. C. Emmer, "The Dutch and the Making of the Second Atlantic System", em Barbara Solow, ed., *Slavery and the Rise of the Atlantic System*, Cambridge 1991, pp. 75-96 (p. 83).
15. Watjen, *O domínio colonial holandês no Brasil*, pp. 95, 494-509.
16. Ernst van den Boogaart, "The Trade between Western Africa and the Atlantic World 1600-90: Estimates of Trends in Composition and Value", *Journal of African History*, 33, 1993, pp. 369-85 (pp. 374-5).
17. Ibid., pp. 376-7.
18. Blakely, *Blacks in the Dutch World*, p. 208.
19. Hugo Grotius, *The Rights of War and Peace*, Londres 1737, pp. 3-4, 64, citado em Tuck, *Natural Rights Theories*, pp. 74, 78. Sobre Grotius e a escravidão, ver também Davis, *The Problem of Slavery in Western Culture*, pp. 133-5.
20. Tuck, *Natural Rights Theories*, p. 80.
21. Frédéric Mauro, *Le Brésil du XVe à la fin du XVIIIe siècle*, Paris 1977, pp. 105-6; Watjen, *O domínio colonial holandês no Brasil*, pp. 494-509. Ver também E. van den Boogaart, ed., *Johann Maurits van Nassau-Siegen, 1604-1679: A Humanist Prince in Europe and Brazil*, Haia 1979.

22. Hemming, *Red Gold*, p. 294.
23. Postma, *The Dutch in the Atlantic Slave Trade*, p. 17.
24. John K. Thornton, *The Kingdom of the Kongo: Civil War and Transition, 1641-1718*, Madison, WI 1983, pp. 70-72; Watjen, *O domínio colonial holandês no Brasil*, p. 487.
25. Watjen, *O domínio colonial holandês no Brasil*, p. 487.
26. Boxer, *The Dutch in Brazil*, pp. 204-7.
27. Wätjen, *O domínio colonial holandês no Brasil*, pp. 381-2.
28. Mauro, *Le Brésil*, p. 110.
29. C. R. Boxer, *Portuguese Seaborne Empire*, p. 113.
30. Jonathan Israel, *Dutch Primacy in World Trade, 1585-1740*, Oxford 1989, pp. 162-70.
31. Cabral de Mello, *Olinda Restaurada: Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654*, Rio de Janeiro 1975, pp. 172-3.
32. Ibid., p. 84.
33. C. R. Boxer, *Salvador de Sá and the Struggle for Brazil and Angola, 1602-1685*, Londres 1952, pp. 246-9.
34. Ibid., pp. 226-8, 242, 269-70.
35. Watjen, *O domínio colonial holandês no Brasil*, pp. 494-509.
36. George Winius, "Two Lusitanian Variations on a Dutch Theme: Portuguese Companies in Times of Crisis, 1628-1662", em L. Blusse e F. Gastra, eds., *Companies and Trade*, Leiden 1981, pp.119-34.
37. Charles Wilson, *The Dutch Republic and the Civilisation of the Seventeenth Century*, Londres 1968, pp. 218-23.
38. Gerald F. De Jong, *The Dutch in America, 1609-1974*, Boston, MA 1975, pp. 14-27.
39. Boxer, *The Dutch in Brazil*, p. 257. Posição endossada por Postma, *The Dutch in the Atlantic Slave Trade*, pp. 18-22.
40. Citado em Carl Hanson, "The European 'Renovation' and the Luso-Atlantic Economy, 1560-1715", *The Review*, vol. VI, nº. 4, primavera de 1983, pp. 475-532 (p. 500).
41. Thornton, *Kingdom of the Kongo*, pp. 75-7, 79-80, 106-13.
42. Schwartz, *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society*, p. 222.
43. Carl Hanson, *Economy and Society in Baroque Portugal*, Londres 1981.
44. Citado em Schwartz, *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society*, p. 198.
45. Ibid.
46. Citado em Boxer, *The Portuguese Seaborne Empire*, p. 372. No entanto, numa obra posterior Vieira negou muitas das acusações contra ele, e garantiu que o advento de um quinto império — os quatro primeiros tendo sido, respectivamente, assírio, persa, macedônio e romano — para consumar o reino de Cristo na Terra fora previsto por muitos profetas da Igreja. Ver Padre Antônio Vieira, *Defesa Perante o Tribunal do Santo Ofício*, 2 vols., Bahia 1957, vol. I, pp. 221 e seg. e Antônio Vieira, *História do Futuro*,

editado por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa 1992. Este texto, escrito entre 1649 e 1664, foi publicado pela primeira vez em 1718.

47. John Hemming, "Indianas and the Frontier", em Bethell, ed., *Colonial Brazil*, Cambridge 1987, pp. 145-89 (pp. 176-8).
48. Citado em Boxer, *The Portuguese Seaborne Empire*, p. 259.
49. Antônio Vieira, *Obras Completas de Padre Antônio Vieira, Sermões*, 15 vols., Porto 1907-09, XII, pp. 301-34. Tradução para o inglês em Conrad, *Children of God's Fire*, pp. 163-74. Ver também Ronaldo Vainfas, *Ideologia e escravidão*, pp. 95-7, 101, 125-9.
50. Seymour Drescher, "The Long Goodbye", em Gert Oostindie, ed., *Fifty Years Later*, Londres 1996.
51. Israel, *The Dutch Republic*, pp. 799-809.
52. Ernst van den Boogaart, "West African Trade, 1600-1690", *Journal of African History*, vol. 22, nº. 3, 1992, pp. 378-9 Boogaart desenvolve os valores do tráfico de escravos citados em David Eltis, "Trade between West Africa and the Atlantic World before 1870", *Research in Economic History*, vol. XII, 1989, pp. 197-239.
53. Richard Price, *First Time: The Historical Vision of an Afroamerican People*, Baltimore, MD 1983, pp. 51-2, 70-72; Richard Price, *Guiana Maroons*, Baltimore, MD 1976, pp. 23-4; Natalie Zemon Davis, *Women on the Margins: Three Seventeenth Century Lives*, Cambridge, MA 1995, pp. 174-5.

— VI —

A formação da escravidão colonial inglesa

Crescei e multiplicai-vos, enchei e dominai a terra. Dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todos os animais que se movem na face da terra.

Gênese I:28

Nas tardes de domingo, eles fazem sua música, que é de tambores de vários tamanhos; no menor toca o melhor dos músicos; e os outros fazem como um coro: o tambor, todos sabem, tem apenas uma nota; e assim a variedade de canções tem pouco a ver com esta música; e ainda assim eles variam de modo tão estranho o seu ritmo, que ela é um prazer para os ouvidos mais curiosos; e foi para mim um dos sons mais curiosos que já ouvi feitos de uma só nota.

Encontrei este negro (...) que tomava conta do bosque, sentado no chão, e diante dele um pedaço grande de madeira, sobre o qual ele havia cruzado seis varetas e tendo um serrote e uma machadinha a seu lado, cortava as varetas, aos pouquinhos, até que elas ficassem afinadas em notas, ele as cantava também; pois quanto mais curtas ficavam, mais agudas as notas que ele testava batendo na ponta das varetas. (...) Quando o encontrei assim, tomei a vareta de sua mão e testei o som, descobrindo que as seis varetas tinham seis notas distintas, uma mais aguda que a outra, o que me deixou maravilhado. (...)

Apesar de haver uma marca imposta a essas pessoas, que dificilmente será apagada, como se fosse de suas crueldades quando estavam em vantagem, e de sua covardia e falsidade; mas nenhuma regra é geral, e sim tem suas exceções; pois creio, e tenho fortes motivos para ser desta opinião, que há pessoas tão honestas, fiéis e justas entre eles como entre as gentes da *Europa*, ou de qualquer parte do mundo.

Richard Ligon, *A True and Exact History of Barbados* (1657)

— IV —

A ascensão do açúcar brasileiro

Sua melodia era tal que — embora eles não saibam o que é música — aqueles que não os ouviram não acreditariam que pudessem conseguir tamanha harmonia. No início do sabá das bruxas, quando eu estava na casa das mulheres, fiquei um tanto amedrontado; agora recebi em recompensa tal alegria, ouvindo as harmonias marcadas de tamanha multidão, e especialmente na cadência e no refrão da canção, em que, em cada verso, todos eles faziam suas vozes flutuar, dizendo Heu, heuaure, heura, heuaure, heura, heura, ouech — fiquei ali de pé, arrebatado de prazer.

Jean de Léry, *História de uma Viagem à Terra do Brasil*

O império ultramarino espanhol era mantido pelo monarca, seus funcionários, almirantes, soldados e clérigos. No centro estava a capital artificial, Madri, cidade pequena perto do imponente — até mesmo ameaçador — edifício do Escorial, palácio com uma bela vista, mas com aspecto de quartel-general. Apesar da prata americana, os impostos pagos por Castela constituíam a maior parte da receita real. Já o absolutismo português dependia essencialmente dos empreendimentos comerciais e coloniais para financiar-se e para garantir a lealdade das classes privilegiadas e abastadas. Enquanto o imperialismo espanhol intervinha na produção, o colonialismo português organizou os lucros do monopólio na esfera da circulação. Em seu centro estava o grande porto de Lisboa, e o andar térreo do Palácio Real era um escritório comercial e contábil. Nas colônias não havia burocracia ramificada, e sim mercadores, feitores, fazendeiros e camponeses ligados à metrópole pelo crédito, pela saudade e pelo talento náutico. A anexação de Portugal pela Coroa espanhola foi selada por promessas feitas às Cortes de Tomar em 1581 de que a estrutura do governo nas possessões portuguesas seria respeitada. De qualquer forma, Madri estava preocupada com os conflitos europeus na década de 1580, e disposta a ser tolerante com as colônias portuguesas e seu comércio enquanto lhe trouxessem alguma receita.

Por longo tempo o Brasil fora pouco mais que uma parada intermediária e atrasada dentro do Império português, embora isso fosse mudar nas décadas de 1570 e 1580 com a possível ajuda da falta de atenção da metrópole. Não haviam sido descobertos grandes depósitos de metal precioso; o pau-brasil, do qual se extraía corante vermelho, deu nome à colônia e foi seu produto principal durante quase meio século. A colonização portuguesa limitava-se a alguns enclaves costeiros. A população brasileira de talvez três milhões de índios espalhava-se num território imenso, circunstância que, de início, protegeu-a dos ataques mais violentos de doenças desconhecidas. Alguns índios foram persuadidos ou forçados a ajudar na derrubada de árvores e no transporte da madeira, mas o contato não era grande. Até a década de 1540, os madeireiros podiam em geral trocar tecido, instrumentos de metal e contas pelas valiosas madeiras nobres. Mas com o aumento da demanda de mão-de-obra indígena, os índios puderam negociar melhores condições e adquirir os bens que desejavam com menos trabalho; as comunidades indígenas não tinham uma demanda ilimitada de manufaturados europeus e alguns dos bens que desejavam adquirir, como cutelos e armas de fogo, os portugueses relutavam em fornecer. Ainda assim, os aldeamentos portugueses dependiam quase sempre dos índios para se abastecerem de alimentos. Nestas circunstâncias, a escravização dos índios passou a ser um recurso mais comum. A criação de algumas *plantations* de açúcar na década de 1540 agra-

vou a escassez de mão-de-obra.[1] Em 1546, Duarte Coelho, donatário de Pernambuco, explicou o problema numa carta ao rei:

> Para conseguir vosso pau-brasil [os mercadores] importunam tanto os índios (...) que minha terra está toda em desordem. Pois não basta, Senhor, dar-lhes ferramentas como era de costume. Para fazer os índios trazerem o pau-brasil agora é necessário dar-lhes contas da Bahia e gorros de penas e roupas coloridas que um homem não conseguiria comprar para uso próprio e, o que é pior, espadas e arcabuzes. (...) Pois quando os índios tinham necessidade e queriam ferramentas costumavam vir e, em troca do que lhes dávamos, faziam o carregamento e todo o trabalho pesado, e costumavam vir e vender-nos comida, de que muito precisamos. Mas agora que têm muitas ferramentas, estão a tornar-se menos úteis do que de costume, e a ficar mais inquietos e orgulhosos, e rebelam-se.[2]

A colônia fora dividida em doze "capitanias" na época da sua fundação, mas o desenvolvimento de *plantations* só ocorreu em algumas delas, com Pernambuco um pouco à frente. Apenas dois donatários chegaram a visitar o Brasil. No entanto, alguns dos colonos portugueses, ajudados por uma remessa de camponeses do norte de Portugal, foram persistentes, e por algum tempo o sistema de escambo possibilitou que as povoações se mantivessem e enviassem vários carregamentos de madeira por ano para Portugal. A costa brasileira era extensa e alguns dos melhores portos não haviam sido ocupados, o que permitiu aos franceses também extraírem madeira e competirem pela mão-de-obra indígena. A Bahia foi transformada em centro administrativo em 1549, quando a capitania entrou em colapso. As ordens religiosas foram incentivadas a ajudar a colonização por meio de generosas concessões de terra. Quando Portugal encontrou competição cada vez mais feroz na Ásia e na África, as autoridades de Lisboa passaram a dar mais atenção ao Brasil. Mas em meados do século a região do Rio de Janeiro ainda não tinha sido colonizada.

La France Antarctique

Desde a década de 1530, os navios franceses vindos de Rouen e de outros portos chegavam regularmente para adquirir pau-brasil dos índios, e na década de 1550 houve a tentativa do aventureiro bretão Nicolas Durand, cavaleiro de Villegaignon, de fundar a colônia da *France Antarctique* na baía do Rio de Janeiro. Esta iniciativa foi apoiada tanto pelo almirante Coligny, ministro francês, quanto por Calvino, amigo e ex-colega de estudos do líder da expedição. Num desfile em homenagem a Henrique

II e Catarina de Médici em Rouen, em 1550, foram importados índios tupinambás para montar uma complexa representação de episódios de sua vida cotidiana num cenário de "floresta" montado para o espetáculo; enquanto alguns se ocupavam em suas cabanas ou simulavam uma batalha, outros demonstravam por gestos seu desejo de carregar pau-brasil até a costa.[3] Os franceses viam-se como salvadores dos índios. No entanto, Villegaignon e seus seguidores logo descobriram as dificuldades decorrentes do trabalho de colonização, inclusive a relutância dos índios em desempenhar o papel que lhes haviam dado no desfile do colonialismo francês. Villegaignon chegou ao Brasil em 1555, mas pouco depois escreveu a Calvino explicando os problemas que encontrara:

> Este país era só vastidão e abandono. Não havia casas nem tetos telhados e nenhuma colheita ou cereal. Pelo contrário, havia povos selvagens e ferozes, alheios a toda cortesia ou humanidade, totalmente diferentes de nós em seus métodos e educação. Eles não tinham religião nem qualquer conhecimento de honra ou virtude (...) o povo do lugar vive de um dia para o outro, sem se preocupar em cultivar a terra. Portanto, não encontramos depósitos de alimentos reunidos num só lugar, mas tivemos de ir cada vez mais longe para procurá-los e reuni-los.[4]

Os ameríndios foram usados como escravos pelos colonizadores, mas treiná-los para o trabalho era muito difícil; com a abundância de caça natural, não viam razão para acumular reservas de alimentos. Os nativos, segundo afirmavam os franceses, eram preguiçosos e incompetentes; cansavam-se com facilidade e fugiam se não fossem vigiados constantemente. Villegaignon também se preocupou com a recusa das mulheres indígenas de cobrir o corpo, e com a disposição de seus próprios colonos de ter com elas relações sexuais. As tentativas de impor restrições provocaram uma rebelião que foi dominada com a ajuda de alguns seguidores escoceses. Ele pediu à França que enviasse mais colonos, e a Calvino que mandasse alguns sacerdotes. Trezentos novos colonos chegaram em 1557, liderados pelo Sieur Bois-le-Comte, sobrinho de Villegaignon, e dois sacerdotes foram enviados por Calvino. No entanto, violentas disputas religiosas dilaceravam a pequena colônia. Os sacerdotes calvinistas exigiram que a celebração da Eucaristia fosse modificada ou abandonada, já que parecia autorizar o canibalismo do qual acusavam os nativos. Villegaignon, no fundo um tradicionalista e disciplinador, ficou escandalizado com esses argumentos e ordenou que fossem expulsos da povoação. Depois procurou o auxílio do ultracatólico duque de Guise e logo partiu para a França, deixando a colônia, vulnerável e dividida, sob o comando de seu sobrinho.[5]

As autoridades portuguesas alarmaram-se bastante com a criação da *France Antarctique*. Além do valor intrínseco do Brasil, ele ficava apenas um pouco fora da rota para as Índias, já que era melhor alcançar o Cabo da Boa Esperança pelo sudoeste do Atlântico. Foi nomeado um novo governador com experiência militar: Mem de Sá. Ele montou uma expedição contra os franceses, tomou sua base fortificada depois de uma batalha difícil e mais tarde fundou a cidade do Rio de Janeiro.

Como foram expulsos pelos portugueses, não foi alterada a noção alimentada pelos franceses de que gozavam de uma relação especial com os índios. Os relatos de Léry e Thevet, especialmente os deste último, alimentaram a opinião de que, apesar de sua selvageria e canibalismo, os índios do Brasil eram dotados de uma virtude natural. Esta mistura fica evidente na descrição de uma cerimônia tupinambá feita por Léry na epígrafe deste capítulo.[6] Léry ficou fascinado pelo que pensou ser um eco bíblico, uma referência feita em uma de suas canções às águas que cobriam o mundo, embora os tupinambás acreditassem que haviam sobrevivido ao dilúvio subindo nas árvores mais altas.[7]

O desenvolvimento da economia açucareira

O período de governo de Mem de Sá (1557-72) marcou o início da economia de *plantation* na colônia. O próprio governador montou dois engenhos de açúcar com mão-de-obra mista de escravos africanos e índios. A fundação do Rio de Janeiro cobriu uma lacuna perigosa. Os engenhos de açúcar se multiplicavam na Bahia, e vários se estabeleceram no Rio. Na década de 1570, proprietários de engenhos de açúcar em São Tomé transferiram suas operações para o Brasil, atraídos pela segurança, pelo solo fértil e pela facilidade de comunicação. Mem de Sá tinha participação nos lucros do açúcar e confiou importantes postos de comando a parentes jovens e vigorosos. Mas não procurou aumentar nem controlar o comércio de açúcar, nem sujeitá-lo a taxações pesadas. Como Francisco de Toledo no Peru, estabilizou o controle da metrópole e presidiu uma explosão econômica. Enquanto o regime de Toledo baseou-se no controle centralizado e aumentou enormemente o fluxo de metais preciosos para Madri, o governo de Mem de Sá permitiu que o comércio de açúcar e de escravos se desenvolvesse ao entregar seu comando aos empreendedores. Os jesuítas, como inimigos firmes de qualquer invasor protestante, receberam concessões generosas e instalaram colégios ou escolas em cada uma das principais povoações; também criaram fazendas e engenhos nas terras que receberam, para ajudar a manter sua missão religiosa e educacional.[8]

O desenvolvimento da produção de açúcar exigira a criação de um regime de tributos na forma de mão-de-obra servil. Os que haviam recebido concessões de terra (sesmarias) dos donatários de cada capitania adquiriam, teoricamente, o direito de exigir dos habitantes indígenas a prestação de serviços, mas isto foi difícil ou impossível de impor, devido à tendência migratória dos índios, principalmente quando confrontados com um sesmeiro ganancioso. Guerras intermitentes com as tribos indígenas, ou simples expedições de caça, resultaram num fluxo de índios escravizados que, a custo de muita brutalidade, podiam ser obrigados a executar algum trabalho.

Em 1570, as autoridades reais, agindo em nome do jovem rei Sebastião I, decretaram que os nativos só poderiam ser escravizados se estivessem em revolta declarada, ou se praticassem o canibalismo. Foram postos sob a proteção dos jesuítas, que tentaram fixar o maior número possível deles em povoações ou aldeias especiais onde poderiam aprender um ofício, mas eram obrigados a abandonar a poligamia, o casamento entre primos e o canibalismo, recebiam instrução religiosa na *língua geral* baseada no tupi e viviam em filas de cabanas, em vez das longas ocas dispostas num desenho circular. Tanto os sacerdotes quanto os índios pareciam apreciar o canto coral, a música sacra e a participação em festas religiosas. Sob os olhos vigilantes dos jesuítas, as aldeias gozavam de certa independência e forneciam *forros* (homens livres) para trabalhar em troca de salário nas propriedades vizinhas. Depois de algumas tentativas frustradas, os jesuítas desistiram de treinar padres nativos e adquiriram a noção de que os índios não eram dotados para o ministério e assim, de certa forma, de que não eram totalmente racionais. De sua parte, muitos índios evitavam a vida vigiada das aldeias e alguns preferiam até viver nas propriedades dos colonos. Os que recusavam essas proteções estavam expostos à caça contínua de escravos. Os colonos só podiam ser convencidos a participar das expedições contra tribos indígenas ameaçadoras se lhes fosse dada a possibilidade de aprisionar escravos. As tribos indígenas mais amigáveis sofreram vários ataques, e muitas foram escravizadas com um ou outro pretexto. Os primeiros engenhos de açúcar da colônia foram operados por índios escravizados ou semilivres, juntamente com imigrantes de Portugal e das ilhas atlânticas e alguns escravos africanos.[9]

Em 1570 havia apenas uns dois ou três mil escravos africanos nas povoações portuguesas, comparados ao número dez ou quinze vezes maior de escravos indígenas. No entanto, estes últimos, a menos que fossem especialmente talentosos ou gozassem de confiança especial, tinham pouco valor. Índios "brutos" eram vendidos por um escudo cada, em comparação com o preço de 13 a 40 escudos de um escravo africano; índios treinados para o trabalho nas plantações de cana ou nos

engenhos eram vendidos por cerca de metade do preço dos africanos treinados.[10] Em muitas propriedades quase não se fazia distinção entre índios livres (forros) e escravos, embora decretos reais estipulassem que os primeiros deveriam receber salários. Enquanto os forros só recebiam pagamento em gêneros alimentícios, os escravizados às vezes fugiam. Pragas violentas nas décadas de 1560 e 1570 atingiram os índios das aldeias, incentivando os futuros proprietários de engenhos a buscar outra fonte de mão-de-obra. Desde o início os engenhos recebiam imigrantes assalariados e especialistas em açúcar de Portugal e das ilhas atlânticas, alguns deles mamelucos, nome que indicava etnia mista. Cada vez mais compravam-se também escravos africanos. No entanto, embora a mão-de-obra indígena estivesse agora perdendo importância nos engenhos, este processo foi gradual. No interior, grupos errantes de bandeirantes, ou seja, exploradores, comerciantes e predadores independentes, em parte formados por índios assimilados e mestiços, continuavam a atacar as tribos indígenas que viviam além da faixa costeira e fora do alcance das missões jesuítas.

Os próprios jesuítas declararam em 1600 que a mão-de-obra composta de 50.000 índios forros das aldeias estava disponível para contratação. Estes trabalhadores seriam empregados na agricultura em geral e no serviço doméstico. Os senhores de engenho queriam uma mão-de-obra permanente, labutando numa colheita de nove meses de duração e disponíveis para tarefas de preparação e construção no restante do tempo. Também queriam ter certeza de que aqueles que aprendessem as habilidades necessárias — o núcleo de doze ou quinze fabricantes de açúcar — não os abandonariam; deste ponto de vista, a compra de escravos africanos tinha muitas vantagens sobre o uso de imigrantes portugueses ou índios forros. Em 1571, o Engenho Sergipe, fundado por Mem de Sá, tinha 21 trabalhadores indígenas nas tarefas especializadas da fabricação de açúcar; em 1591 já não havia nenhum trabalhador indígena nessas funções, e sim 30 africanos, dos quais treze ocupados nas tarefas básicas da fabricação de açúcar — incluindo o mestre de açúcar, dois purgadores e três tacheiros (que cuidavam dos tachos, na tarefa delicada de ferver o açúcar até que atingisse a consistência correta).[11] Os próprios jesuítas, que demarcaram o limite da ilegalidade da escravização dos índios, compraram escravos africanos para seus engenhos. Nisto eles refletiram fielmente o ponto de vista oficial de que a escravização de índios não era correta, mas que a compra de escravos africanos era permitida.

O açúcar trouxe prosperidade ao Brasil nas últimas décadas do século, e por mais de cem anos os africanos foram trazidos para a colônia para trabalhar nas propriedades açucareiras. O número de escravos africanos no Brasil cresceu de 3.000 em 1570 para 9.000-10.000 em 1590 e para 12.000-15.000 em 1600; a população

"branca" era calculada em 29.400 pessoas em 1585, concentrada principalmente em Pernambuco e na Bahia.[12] A maioria dos africanos trabalhava nos engenhos; cada um deles precisava de vários tipos de trabalhadores, em número que variava de 80 a 120. Em 1600, os africanos provavelmente ainda eram em menor número no setor açucareiro do que os trabalhadores indígenas em geral, escravos ou livres; sua quantidade devia ser semelhante à de portugueses ou ilhéus livres, que geralmente exerciam profissões artesanais. Mas a proporção de africanos não parava de crescer. Em todo o período de 1600 a 1650, pelo menos 200.000 africanos foram levados para o Brasil.[13]

A compra de escravos nessa quantidade representou um investimento impressionante — na verdade, espantoso — e suscita a questão sobre o motivo. Por que os escravos africanos foram importados em tamanha quantidade, e como foi possível para os senhores e lavradores de cana pagar por eles? Evidentemente, a demanda de mão-de-obra era voraz, e o sistema anterior de recrutamento misto de mão-de-obra já se mostrara inadequado. Sob influência espanhola, as autoridades reais e os jesuítas continuavam a desestimular a escravização dos índios; embora escravos índios recém-capturados ainda pudessem ser comprados, faltava aos cativos, ilegais ou semilegais, a técnica e a resistência física necessárias nos engenhos. Os de ascendência indígena ou parcialmente indígena que haviam aprendido pelo menos algumas das técnicas agrícolas necessárias não eram interessados nem adequados. A remuneração nominal oferecida aos índios forros era insuficiente para garantir sua lealdade ou para incentivar o aumento de seu número. Schwartz sugere que o próprio fracasso da tentativa de extinguir o comércio ilegal de escravos indígenas solapou o estímulo oficial para que os forros recebessem salários "semelhantes aos de homens livres e fossem tratados como tal".[14]

O entusiasmo dos lavradores e dos senhores de engenho pelos índios, escravos ou forros, também diminuiu quando as populações indígenas mostraram-se suscetíveis ao culto da *santidade*, no qual símbolos cristãos foram atrelados a crenças tupinambás na vinda de um paraíso terrestre no qual, dizia-se, as enxadas trabalhariam sozinhas a terra, e as flechas encontrariam o alvo enquanto os homens descansariam. Este culto, que se aglutinou em volta de vários "bispos" e "papas", surgiu nas últimas décadas do século XVI. Seus devotos, em geral ex-escravos, criaram suas próprias aldeias, organizando celebrações com fumo, álcool, dança e música, vistas com medo e escândalo pelos colonos. Em 1610, o governador, que defendia a reescravização dos índios, avisou que havia vinte mil deles em aldeias da *santidade* e que começavam a atrair negros fujões. Alegava-se que os que estavam ligados à *santidade* envolviam-se em ataques aos engenhos, nos quais roubavam propriedades e

quebravam máquinas. Os representantes da Coroa temiam que a *santidade* e os escravos rebeldes pudessem tornar-se aliados de alguma potência atacante, como acontecera no Istmo do Panamá. Em 1613, a Coroa declarou que agiria contra índios e africanos que "vivem em idolatria chamando suas povoações de *santidade*, freqüentemente delas partindo para roubar e matar nas aldeias e engenhos".[15] Encurralados entre as operações militares do governador e as atividades independentes dos bandeirantes, estas povoações tiveram existência instável e precária. Embora os africanos não fossem imunes ao movimento da *santidade*, ele baseava-se essencialmente na população indígena e mestiça. Os africanos recém-chegados eram mandados diretamente para os engenhos, onde eram submetidos a um regime de trabalho exaustivo; a minoria que se ocupava de tarefas artesanais tinha pequenos privilégios, enquanto a maioria recebia permissão para cultivar alimentos para si numa pequena roça. Estes incentivos significavam mais para o cativo africano do que para a população indígena.

Até 1580, as propriedades açucareiras de mão-de-obra mista, composta principalmente de índios, eram produtivas e rentáveis o bastante para estimular o investimento na indústria. De fato, a colônia tinha excelentes vantagens naturais para a produção de açúcar, enquanto a metrópole dispunha de todas as ligações comerciais necessárias. Alguns escravos podem ter sido trazidos da África ou das ilhas atlânticas para o Brasil num sistema de crédito, ou como investimento feito por um traficante de escravos. A complementaridade das várias possessões portuguesas no Atlântico primeiro atrasou e depois financiou o avanço brasileiro. Os mercadores flamengos e italianos há muito já haviam se estabelecido nas ilhas atlânticas e só aos poucos descobriram as vantagens do Brasil, quando a queda da produção e os problemas sociais reduziram a colheita de açúcar primeiro na Ilha da Madeira e nas Canárias e depois em São Tomé. O solo e o clima do nordeste brasileiro mostraram-se mais adequados para a cana-de-açúcar, com uma disponibilidade muito maior de terra do que nas ilhas atlânticas e com um período mais longo de colheita. A cana-de-açúcar é uma colheita que exaure a terra e exige fertilização constante do solo; a cana pode ser cortada durante vários anos, mas as colheitas diminuem, como parece ter acontecido nas relativamente pequenas ilhas do Atlântico. A costa do Brasil também era beneficiada por muitos rios e riachos capazes de fornecer água aos engenhos. Embora fosse possível moer a cana em moinhos movidos por bois ou mesmo por escravos, como o *trapiche* usado no Caribe espanhol, a escala de produção podia ser aumentada com o uso da força hidráulica. Um grande engenho real movido a água poderia produzir oitenta ou até cem toneladas de açúcar por ano. Alguns engenhos de Morelos podiam chegar a este nível de produção, mas só com uso extensivo de força motriz animal; centenas de bois, com os pastos e a supervisão extra que exigiam.

O sucesso da indústria açucareira no Brasil não derivou apenas da escala da produção. Na verdade, a indústria brasileira sobrepujou todos os concorrentes porque sua organização específica e o desenvolvimento técnico dos engenhos permitiram investimentos numa escala média. Os senhores de engenho foram capazes de reduzir o custo de montagem de um novo empreendimento contratando a compra da matéria-prima de lavradores de cana independentes. Enquanto o engenho empregava cerca de uma dúzia de portugueses assalariados e muitos escravos africanos, os lavradores de cana utilizavam mão-de-obra mista de escravos africanos e índios e forneciam a maior parte da cana necessária para o engenho. O lavrador recebia cerca de metade do açúcar feito com sua cana se fosse o dono da terra, e entre um terço e um quarto se a terra pertencesse ao senhor de engenho. Desde os primeiros dias do desenvolvimento açucareiro no Brasil, os que construíam um novo engenho ficavam isentos do dízimo por um período de dez anos, e podiam comprar até 120 escravos pagando taxas reduzidas. As ordens religiosas e os cavaleiros da Ordem de Cristo gozavam de mais isenções ainda.[16]

As vantagens especiais do Brasil sobre o Caribe nessa época incluíam o acesso mais fácil aos mercados e às fontes de mão-de-obra escrava. O tempo de viagem entre o nordeste do Brasil e Lisboa era menor que entre qualquer outra colônia européia no Novo Mundo e suas metrópoles: cerca de 45 ou 55 dias até Lisboa, contra os 70 de Havana a Cádiz e mais de 120 de Veracruz à Espanha.[17] O tempo de viagem da Europa ou da África até o nordeste brasileiro era também menor do que até o Caribe ocidental. Como o comércio de escravos estava em mãos de portugueses, havia também menos intermediários e menos impostos a pagar. O preço dos escravos no Brasil era sempre mais baixo do que na América espanhola: no período de 1574-1613, representava metade ou dois terços do preço no Caribe.[18]

Os produtores brasileiros de açúcar só deveriam negociar com mercadores portugueses. Nessa época, Lisboa tinha uma comunidade mercantil florescente e cosmopolita, que incluía italianos naturalizados e os chamados "cristãos-novos" — judeus convertidos, alguns dos quais refugiados da Espanha e vários com experiência ou contatos nos Países Baixos. Antes de 1591, mercadores estrangeiros, desde que se declarassem católicos, podiam possuir naus mercantes portuguesas e nelas embarcar, contanto que o capitão e a tripulação fossem portugueses. O comércio de açúcar desenvolvido com as ilhas atlânticas, depois da queda da produção, deslocou-se cada vez mais para o Brasil. O mercador flamengo Erasmus Schest possuía um engenho em São Vicente, dirigido por seu agente Jan van Hielst, cuja receita permitiu-lhe comprar o Ducado de Ursel em Brabante.[19]

Nas Cortes de Tomar, Felipe II prometera respeitar o poder e os privilégios da *Mesa da Conciência e Ordens*, entidade dedicada aos negócios legais e religiosos e à administração da receita das ordens militares tanto na metrópole quanto nas colônias. A tentativa espanhola de criar um Conselho da Índia para as colônias portuguesas foi abandonada depois da oposição da *Mesa da Conciência*. Os assuntos coloniais portugueses permaneceram sob a responsabilidade imediata do órgão supremo do reino, o Desembargo do Paço, que se reunia em Lisboa. Havia tensões com a Junta de Fazenda de Portugal, que funcionava na Espanha, mas antes da década de 1620 essas tensões não prejudicaram os interesses coloniais brasileiros.[20]

Portugal buscava há muito tempo um comércio mais intenso com os Países Baixos e a Inglaterra. A revolta holandesa e os conflitos anglo-espanhóis só criaram dificuldades intermitentes. O principal perigo para os navios portugueses estava em águas européias, principalmente nos anos entre a derrota da Armada (1588) e a reconstrução da frota espanhola na década de 1590. Em 1589, uma grande expedição anglo-holandesa partiu para estabelecer uma cabeça-de-ponte em Portugal ou em alguma das ilhas atlânticas, com o objetivo de colocar Dom Antônio do Crato no trono português e desmembrar o império ibérico. No entanto, a rainha Elizabeth I teve de contar bastante com mercadores armados, que deixaram de lado o objetivo estratégico e se dedicaram a saquear o comércio colonial. Um contemporâneo explicou o fiasco das tentativas de tomar territórios com a justificativa de que "este exército era formado por mercadores; enquanto em assuntos deste tipo os príncipes só deveriam empregar a si mesmos".[21] Nos três anos entre 1589 e 1591, corsários ingleses atacaram sessenta e nove navios envolvidos no comércio com o Brasil, levando uma quantidade de açúcar avaliada em £100.000. Um decreto de 1591, que afirmava ser "contra toda a razão e o bom senso" permitir que mercadores estrangeiros prejudicassem "o comércio do reino", tentou impedir que mercadores estrangeiros visitassem as colônias portuguesas.[22] Em 1592 foi estabelecido um sistema de comboios entre o Brasil e Lisboa, pago com uma taxa de 3% sobre o açúcar transportado. A frota brasileira adaptou seu cronograma à colheita da cana e à produção do açúcar, e em sua forma inicial os preços não eram muito altos. A segurança da frota brasileira foi ampliada com o grande esforço espanhol para proteger as rotas marítimas transatlânticas. Depois que o açúcar chegava a Lisboa poderia ser levado para Gênova, Antuérpia, Amsterdã ou para os portos hanseáticos por mercadores estrangeiros que trabalhavam com licença de Portugal. Não era raro que o comércio se mantivesse independentemente da guerra.[23]

A costa brasileira era menos atraente para piratas e corsários do que o Caribe ou as escalas atlânticas no caminho da Península. Os que navegavam até o Atlântico

Sul costumavam achar o contrabando mais lucrativo que o saque, para o bem dos colonos. De meados da década de 1590 em diante, as naus holandesas tornaram-se visitantes habituais do sul do Atlântico e da costa da América do Sul. Eram atraídas pelas salinas das ilhas de Cabo Verde e de Tierra Firme, além do comércio clandestino, e evitavam as bem escoltadas frotas espanholas e portuguesas. Dizia-se em 1598 que havia oitenta naus holandesas na região sul do Atlântico.[24] Em 1599, piratas holandeses tomaram São Tomé, mas o Brasil permaneceu incólume. As condições relativamente razoáveis oferecidas aos brasileiros pelo sistema de comboios portugueses para o transporte do açúcar pode ter refletido uma tentativa de evitar o contrabando. Além disso, entre os proprietários de engenhos havia funcionários da Coroa, membros das ordens militares e mercadores importantes capazes de exercer influência favorável ao comércio brasileiro em Lisboa. Para Portugal, este agora merecia a mesma primazia garantida na América espanhola ao transporte de metais preciosos.

A Tabela IV.1 indica o avanço qualitativo representado pelo crescimento das *plantations* açucareiras no Brasil.

Tabela IV.1 Produção atlântica de açúcar no século XVI (em arrobas)

	Ilha da Madeira	São Tomé	Brasil
1507	70.000		
1570	200.000		
1580	40.000	20.000	180.000
1585	23.000		
1600		40.000	
1614			700.000

Fonte: Frédéric Mauro, *Le XVIe Siècle européen: aspects économiques*, Paris 1966, p. 151 para todos os números, exceto para o Brasil em 1610, que foi tirado de Schwartz, "Plantations and Peripheries", em Bethell, ed., *Colonial Brazil*, p. 76.

No início do século, as Ilhas Canárias produziam cerca de 70.000 arrobas por ano e Chipre cerca de 30.000; os estados do norte da África enviavam ocasionalmente quantidades semelhantes para a Europa. A produção conjunta da América espanhola oscilou na faixa de produção citada para a Ilha da Madeira, com boa parte sendo consumida em vez de exportada. Na segunda metade do século XVII, o maior carregamento anual de açúcar da América espanhola para Sevilha foi de 60.000 arrobas em 1568, como observado no Capítulo III. Quando o Brasil atingiu a produção de 700.000 arrobas, ou 10.000 toneladas, por volta do fim do século, penetrou numa nova ordem de magnitude. Chegou a cerca de um milhão de arrobas em

1620, já que a indústria açucareira brasileira beneficiou-se da trégua entre Espanha e Holanda (1609-21) e foi impulsionada pela utilização de um moinho mais barato e eficaz para a moagem da cana.[25]

Durante a trégua de doze anos, o transporte marítimo pelo Atlântico ficou mais seguro e, portanto, mais barato. O sistema de comboio pôde ser relaxado, e navios de portos portugueses menores como Viana, Lagos, Faro e Porto puderam participar do comércio de açúcar, monopolizado por Lisboa durante a guerra. Em pouco tempo, Recife passou a carregar por ano 130 navios, a Bahia cerca de 75 e o Rio de Janeiro, 30.[26] Os mercadores portugueses ainda detinham os direitos exclusivos de comerciar com o Brasil, mas faziam acordos com parceiros ingleses ou holandeses que fornecessem o capital inicial ou equipassem os navios. As autoridades de Madri podem ter tido conhecimento disso, mas estavam dispostas a ser tolerantes porque precisavam da trégua com os holandeses e porque o rei espanhol dependia da prosperidade luso-brasileira.

O típico engenho de açúcar do século XVI usava roletes horizontais para esmagar os pedaços de cana, com uma prensa extra necessária para extrair o resto do caldo, que era então fervido numa série de tachos de cobre, escumado, purgado e esfriado em moldes de argila que purificavam ainda mais o açúcar. O tipo de equipamento introduzido no Brasil por volta de 1608-12, o engenho de três paus, empregava três roletes verticais e colineares, entre os quais a cana passava duas vezes, ajudando a transmitir o movimento da máquina. A nova disposição simplificou a tração do moinho, dispensou o uso da prensa extra e permitiu a moagem de pedaços maiores de cana. O método de processamento do caldo de cana não foi alterado, mas, com o aumento da produção, o novo equipamento permitiu o acesso do produtor médio à fabricação lucrativa de açúcar. Dizia-se que um padre espanhol do Peru trouxe o novo método de moagem para o Brasil; parece que um aparelho semelhante era usado para moer minério, e que era uma invenção indígena.[27] Entre 1583 e 1612, o número de engenhos de açúcar cresceu de 115 para 192; em 1629, havia cerca de 350 engenhos, capazes de produzir de 15.000 a 22.000 toneladas por ano. Os novos senhores de engenho eram de origem mais humilde do que os do século XVI; a produção de açúcar não era mais reserva especial de vice-reis, aristocratas, príncipes mercadores e poderosas ordens religiosas, embora essas últimas tivessem alguns privilégios fiscais.[28]

Como Portugal perdera muito terreno no comércio asiático de especiarias, o Brasil e seu açúcar, juntamente com a venda de escravos africanos, dominaram o comércio colonial. Em 1620, a produção brasileira de açúcar chegou a 13.400 toneladas, que valiam £484.000 em Amsterdã; Deerr cita um documento holandês que afirmava

que os lucros poderiam dobrar se a Holanda se apoderasse do Brasil. No mesmo ano, as importações totais da Inglaterra eram de £1.578.000, das quais o açúcar representava £83.000.[29] Pagavam-se impostos sobre o açúcar brasileiro tanto no porto de despacho quanto em seu destino português; neste último caso, uma taxa de 20 por cento *ad valorem* além do imposto de venda normal. Com o tempo, a incidência dessas taxas cresceu, conforme os funcionários da Coroa exploravam o potencial da posição comercial brasileira. O comércio de açúcar do Brasil em 1627, avaliado em 3.500.000 cruzados, pode ter gerado mais de um milhão de cruzados para o Tesouro português, representando 40% da receita total do estado.[30] O aparato burocrático necessário para coletar estes impostos em alguns portos era muito menos elaborado do que o da administração imperial espanhola no Novo Mundo, com milhares de *corrigidores* e outros funcionários assalariados lotados em centenas de municipalidades. A administração colonial mais econômica de Portugal permitiu que o Tesouro metropolitano recolhesse uma parcela proporcionalmente mais alta dos lucros do império do que Madri; nessa época, os carregamentos de açúcar haviam atingido o mesmo valor que a prata da América espanhola em meados do século XVI.

O crescimento da indústria açucareira exigiu mais colonos e mais escravos. Portugal, com uma população de um décimo da espanhola, enviou um fluxo maior de emigrantes para suas colônias: de 3.000 a 4.000 por ano.[31] Os engenhos maiores empregavam de dez a vinte feitores, contadores e artesãos assalariados. Os imigrantes também encontravam emprego nas casas comerciais ou nas grandes fazendas de criação de gado, produzindo couros e carne-seca para as *plantations* e os navios. Não havia falta de terras que pudessem ser compradas para produzir alimentos ou fumo.

O comércio transatlântico de escravos e a África

Em 1630 havia entre 50.000 e 60.000 escravos negros no Brasil. Em alguns anos, 7.500 *peças de Índias*, talvez 10.000 africanos, foram enviados ao Brasil, sendo que 2.000 morreram no mar. Como os comerciantes portugueses forneciam um número sem precedentes de escravos à América espanhola, além da portuguesa, levavam por ano da África de 10.000 a 15.000 escravos.[32] Grandes fornecedores compravam o direito de exportar e importar escravos africanos, e depois vendiam cotas dessas licenças aos verdadeiros traficantes. O tráfico envolvia um número bastante grande de mercadores independentes em viagens triangulares da Europa ou das ilhas atlânticas à costa africana levando mercadorias, depois ao Brasil levando escravos, e de volta com produtos brasileiros. Na costa africana, a aguardente e o fumo brasileiros co-

meçaram a complementar as mercadorias originalmente compradas na Europa ou no Oriente.

O crescimento do comércio transatlântico de escravos transformou a natureza da presença portuguesa na África. Até meados do século XVI, ela não fora além da manutenção de bases comerciais nas ilhas e algumas feitorias costeiras, instaladas com permissão do monarca ou chefe africano local. A região florestal costeira da África Ocidental representava um ambiente perigoso e insalubre para os europeus e para os africanos do interior. Não havia uma estrutura política ampla, como nos impérios pré-colombianos das Américas, e sim uma porção de pequenos reinos e tribos. A savana representava um problema diferente para futuros colonizadores e conquistadores. Os estados maiores haviam atingido um nível formidável de organização militar, incluindo o uso de armas de fogo, e não havia possibilidade de serem derrotados por pequenas expedições européias. O monarca de Bornu dispunha de um corpo de mosqueteiros treinados por instrutores turcos. O final do século XVI testemunhou uma tentativa obstinada do sultão do Marrocos de recuperar o controle do comércio africano — que culminou, em 1590, com a tomada de Timbuctu por uma expedição de 5.000 homens, a maioria deles mosqueteiros e muitos montados, que atravessaram o deserto com a ajuda de 10.000 camelos carregando suprimentos. Mesmo esta formidável força de "fez vermelho" só derrotou o exército de Songai com a ajuda de uma facção renegada. A montagem de uma expedição deste tipo na África Ocidental estava além das possibilidades de Portugal, e foi considerada supérflua pela possibilidade de comércio sem conquista.

Os comerciantes de escravos visitavam pequenos postos comerciais nas embocaduras dos rios Gâmbia, Senegal e Níger, com seus muitos canais, e negociavam através das redes comerciais estabelecidas, que incluíam os *lançados* afro-portugueses. O crescimento do tráfico de escravos garantiu recursos aos estados capazes de fornecer cativos aos mercadores. Entre estes estavam Mali, Alada, Denkira, que controlavam o interior de El Mina, e o reino ioruba de Oio. Mas outros estados afastaram-se do tráfico, como Benin, no rio Níger, cujo rei ordenou, no início do século XVI, que nenhum escravo macho poderia ser vendido, e depois proibiu completamente o comércio. Confrontados com este obstáculo, os portugueses incentivaram uma autoridade divisionista mais complacente no rio Forcadas. Segundo Ryder: "o jovem estado parece ter gozado de independência suficiente para seguir uma política diferente da de Benin. Estimulou o comércio português, não fez restrição ao fornecimento de escravos e aceitou missionários cristãos."[33] Embora com esses expedientes os comerciantes portugueses pudessem conseguir alguma vantagem, isso não os tornava árbitros da costa — Benin continuava a ser um estado maior

e mais estável do que a nova entidade patrocinada pelos portugueses. Ryder observa: "a 'abertura e fechamento do mercado' seria durante séculos um mecanismo muito utilizado pelo Benin para regular o comércio com os europeus, e suspeita-se que já era praticado no comércio local muito antes que eles aparecessem."[34]

A partir de meados do século XVI, navios ingleses e holandeses começaram a visitar a costa da Guiné em busca de ouro, e podiam oferecer uma variedade atraente de mercadorias — inclusive armas brancas e de fogo. Às vezes compravam carregamentos de escravos, embora ainda não tivessem estabelecido o tráfico regular. Espremidos pelo Marrocos na terra e pelos holandeses e ingleses no mar, os portugueses foram postos na defensiva na Costa do Ouro. Suas feitorias despachavam quantidades cada vez menores de ouro para Lisboa.[35] Os portugueses ainda podiam fornecer algumas das mercadorias importantes para a aquisição de escravos; tecidos orientais e especiarias eram agora tão procuradas quanto os metais e os manufaturados europeus. No entanto, no início do século XVII, o domínio português sobre o comércio de escravos africanos devia-se tanto a suas ligações com os mercados da América quanto a sua posição agora ameaçada na África Ocidental.

No sudoeste da África e na África Central havia uma possibilidade um pouco maior de penetração territorial direta de Portugal. Os reinos africanos dessas regiões costumavam formar confederações em escala bastante ampla, com estruturas militares e comerciais mais fracas do que as encontradas na região de savanas da África Ocidental. Os portugueses haviam feito tratados vantajosos com os governantes do Congo, os Ngola de M'bundu e outros monarcas, engajando-os na caça aos escravos. Mas esses arranjos provocaram tensões internas e conflitos nas fronteiras. A intervenção portuguesa em favor do rei Álvaro I havia restabelecido o reino do Congo. Embora o próprio Congo tenha voltado a funcionar como mercado de escravos, alguns comerciantes independentes preferiam atuar em Luanda, onde estavam menos sujeitos à vigilância e à cobrança de impostos. Em 1571, a Coroa portuguesa decidiu criar uma colônia formal no interior de Luanda, entre os Kimbundu, no território de Ndongo. Foi nomeado um administrador, recrutaram-se alguns colonos camponeses e os jesuítas foram encarregados de instalar uma missão. As pretensões portuguesas foram minadas pela contínua resistência africana e pelo fracasso das colônias agrícolas que os colonos camponeses tentaram estabelecer. Ainda assim, criou-se um pequeno estado dedicado principalmente ao comércio de escravos no oeste do território dos Kimbundu, que patrocinava seu próprio sistema de caça a escravos e enviava tropas bem para o interior. Em 1591, a carta colonial de Ndongo foi revogada e estabeleceu-se o início da colônia portuguesa de Angola, com Luanda como centro administrativo.

As povoações portuguesas eram defendidas não só por algumas centenas de soldados vindos da metrópole e pela milícia colonial, mas também pela *guerra preta*, ou exército negro recrutado na região. Mesmo estes auxiliares africanos eram geralmente comprados ou capturados; o futuro poder colonial adotava assim o "exército de escravos" utilizado por tantos governantes africanos. Os cativos eram adquiridos de duas formas. Tratados feitos com reis ou pequenos chefes africanos (*sobas*) obrigavam-nos a entregar um número determinado de cativos em troca de algumas mercadorias e da manutenção de boas relações. Ou então permitia-se que expedições independentes de caça a escravos, patrocinadas por mercadores portugueses, vasculhassem o interior. Essas expedições eram realizadas por bandos organizados por particulares, formados por soldados locais liderados por *tangomãos*, portugueses que falavam idiomas africanos e que cultivavam contatos na região, e *pombeiros*, mestiços de sangue português e africano.

O *asiento* espanhol fornecia grandes recursos para equipar estas tropas, e as autoridades de Madri facilitaram a conquista de território. Mas a mistura de africanos e europeus, de patrocínio estatal com iniciativa privada, continuava a ser característica de Portugal. O número de escravos exportados de Luanda e Benguela ultrapassava o daqueles comprados dos comerciantes da África Ocidental, e chegou a quase 10.000 por ano na década de 1590. A caça a escravos e o comércio nesta escala começou a despovoar o interior mais próximo, e mais gente tentou mudar-se para ficar fora de alcance. As povoações portuguesas em torno de Benguela e Luanda eram agora colônias e não mais simples postos comerciais. No entanto, isso não significou que o estado pudesse impor o monopólio, já que a rede de caça e comércio estava em mãos de particulares e estendia-se muito além da fronteira do enclave colonial. Nas áreas vizinhas desenvolveu-se algum cultivo para fornecer provisões aos *tumbeiros*, nome sinistro dado às caravelas dos traficantes de escravos.[36] Ao norte, Angola era protegida pelo reino cristão do Congo, que ocupava um território do mesmo tamanho de Portugal. Na costa oriental africana, fortes portugueses em Kilwa, Moçambique e Quelimane tinham seu papel no comércio oceânico com as Índias e podiam trocar tecido por ouro em Matapa — mas nesta época não forneciam escravos às Américas.

No início do século XVII, os portugueses ainda mantinham o monopólio virtual do fornecimento de escravos ao Novo Mundo; sua habilidade para penetrar nos sistemas comerciais e políticos da África e montar sua própria rede de caça e comércio de escravos fez com que conseguissem levar de 10.000 a 20.000 escravos por ano pelo Atlântico. O comércio de escravos tinha um valor bruto anual de vários milhões de cruzados, além do significado estratégico óbvio para

as potências ibéricas unidas. O tráfico para a América espanhola, embora menor do que o dirigido às ilhas ou ao Brasil, era muito mais lucrativo; os que detinham o *asiento* entravam num mercado dominado pelos vendedores, onde a demanda reprimida de escravos era financiada por metais preciosos subavaliados. Já o Brasil era um mercado que pendia para o lado dos compradores no que dizia respeito aos escravos, e com freqüência era preciso conceder crédito aos senhores de engenho e lavradores de cana, que podiam comprar de vários fornecedores e até mesmo optar pelo trabalho indígena, mais barato; é provável que alguns dos novos engenhos tenham sido criados por traficantes de escravos como negócio paralelo.

De início, a união das coroas espanhola e portuguesa em 1580-81 fez pouca diferença na administração do Império português. Como ficara acertado, esta era confiada a funcionários portugueses, e a *Mesa da Conciência*, com sede em Lisboa, continuava a desempenhar papel importante. Mas depois da década de 1590, há indícios de que Madri dava passos decisivos para estimular o crescimento das possessões da Coroa portuguesa. O desenvolvimento comercial do Brasil durante o período de 1580-1620 dificilmente teria acontecido se não recebesse aprovação do rei espanhol e seus conselheiros. Parece que em algum ponto as autoridades espanholas perceberam que haveria mais receita vinda do Brasil se a colônia fosse incentivada a tornar-se o principal fornecedor de açúcar da Europa. Da mesma forma, há sinais na África de uma política mais positiva de colonização, procurando negar a abertura a invasores holandeses ou ingleses. A forma mais evidente de fazê-lo era através da ampliação da faixa de povoações fortificadas e, onde isso fosse impossível, da conclusão de tratados com reis africanos. Houve tentativas caras e desajeitadas de fortalecer El Mina contra invasões holandesas; mas, embora o forte tenha sido defendido com sucesso, o comércio de ouro continuou a minguar. Os novos *asientos* concedidos a Portugal a partir da década de 1590 estimularam muito o tráfico de escravos e incentivaram as redes de comércio de escravos na África Ocidental e Central.

Discussões sobre a escravidão

Um memorando preparado por volta de 1610 para o rei Felipe, encontrado nos arquivos do Rio de Janeiro, testemunha os contínuos problemas com a justificativa da onda crescente do tráfico de escravos:

> Os teólogos modernos, ao publicar seus livros, costumam descrever, e condenar como injustos, os atos de escravização que ocorrem nas províncias deste Império Real, empregando com esse propósito os mesmos princípios pelos quais os antigos teólogos, doutores da lei canônica e juristas julgaram legítimos e justos os atos de escravização. Segundo esses princípios, só os infiéis capturados em guerras justas, ou que por crimes graves tenham sido condenados por seus governantes, podem ser mantidos como escravos legítimos, ou caso vendam a si mesmos, ou sejam vendidos por seus próprios pais por terem verdadeira necessidade. E porque, com o uso destes quatro princípios, grandes injustiças são cometidas na compra e venda de escravos em nosso império, como veremos adiante, também é certo que a maioria dos escravos deste Império assim se tornaram com outros pretextos, dos quais alguns são reconhecidamente injustos, e outros, provavelmente, podem assim também ser considerados. Pois em toda a costa da Guiné e em Cabo Verde aquelas pessoas chamadas tangomãos e outros que lidam com esta mercadoria, homens de princípios morais frouxos, sem outra preocupação que não sejam os seus próprios interesses, costumam realizar expedições de caça subindo os rios e no interior distante, longe das áreas freqüentadas pelos portugueses, pelos funcionários de Sua Majestade e pelos padres daquelas regiões. (...) Nem mesmo os mercadores negam que conseguem seus escravos da forma descrita, mas defendem-se dizendo que os transportam para que se tornem cristãos, e para que possam vestir roupas e ter mais para comer, e deixam de reconhecer que nada disso é suficiente para justificar tanto roubo e tirania. (...)

O redator com certeza leu Mercado, citando alguns dos mesmos exemplos de abuso. Ele continua explicando que "os maus-tratos e a escravização são escandalosos para todos, especialmente para aqueles mesmos pagãos, porque abandonam nossa religião, ao verem que aqueles que deveriam convertê-los são as mesmas pessoas que os escravizam, como acontece todos os dias". Ele também afirma que as práticas portuguesas de caçar e comerciar escravos solapou a possibilidade de converter ao cristianismo o governante do Japão. E conclui em tom quase utópico:

> E quanto à justificativa da escravização por meio da condenação pelo crime cometido, as leis da China não condenam gente à escravidão por nenhum crime (...) eles não têm o costume de homens que vendem a si mesmos, nem parece que pais vendam seus filhos durante períodos de grande fome, como acontece às vezes no Camboja, já que a fome generalizada não ocorre na China, sendo que as leis chinesas não permitem isso e todos lá recebem o que precisam para manter-se, sem trabalhar. Portanto, às vezes, o povo daquela nação espanta-se com a forma como os portugueses fazem deles escravos contra a lei de sua terra, sem serem seus senhores legítimos. Ao que, com razoável espanto e desânimo, Vossa Majestade e vossos ministros têm a obrigação de dar uma resposta decisiva.[37]*

Este memorando tinha uma conclusão tão vigorosa quanto os textos de Mercado ou Albornoz — mas permaneceu como comunicação particular ao rei, que agora dependia como nunca da receita gerada pelo tráfico de escravos. Numa concessão irremediável, o redator admitiu tolamente que havia procedimentos válidos para a escravização.

Os primeiros anos de união entre as Coroas espanhola e portuguesa assistiram a uma ratificação ideológica oficial do complexo escravista atlântico por ocasião da publicação de uma nova obra do teólogo jesuíta Luís de Molina, já famoso por conciliar a doutrina do livre-arbítrio com a salvação pela graça divina, através do argumento de que Deus possuía conhecimento prévio das ações livres dos seres humanos nas circunstâncias dadas. Em *De Justicia et Iure* (1592), Molina elaborou a teoria dos direitos criada por Gerson (à qual se faz referência no Capítulo I). Richard Tuck resume o argumento central da obra:

> Molina insistia que todos os direitos deviam ser ativos e que os direitos aparentemente passivos são na verdade direitos de fazer coisas. Mas, naturalmente, o direito de mendigar não é a mesma coisa que o direito de receber esmolas: a teoria dos direitos intensamente ativos de Molina mostrou-se, sem surpresa, menos interessada no bem-estar humano do que na liberdade humana. Este era também um traço de suas observações sobre a escravidão: "O homem é senhor não só de seus bens externos, mas também de sua própria honra e reputação; é também senhor de sua própria liberdade, e no contexto da lei natural pode aliená-la e escravizar a si mesmo. [A lei romana impunha condições para a servidão voluntária, mas elas só se aplicavam a Roma.] Segue-se (...) que se um homem não sujeito àquela lei vende-se incondicionalmente nalgum lugar onde as leis relevantes o permitem, então esta venda é válida." Segundo Molina, os "Etíopes", ou seja, os negros, estavam nessa posição: não havia razão para supor que não eram escravos voluntários, e podem ter-se escravizado por qualquer tipo de pagamento, desde suas próprias vidas até uma fieira de contas. O livro de Molina (...) era uma alternativa coerente e abrangente para tudo o que Vitória e seus seguidores vinham dizendo, e dava pouca ou nenhuma atenção às delicadezas do humanismo. Por vir de um país com profundo envolvimento no tráfico de escravos e em rivalidade colonial

*Este texto é traduzido do inglês, não se tratando de reprodução fiel do original apresentado ao rei Felipe. Ver a fonte na nota do autor. (*N. do T.*)

> com outras potências, esta ressurreição da teoria gersoniana dos direitos parece-se bastante com a tentativa de produzir uma ideologia do capitalismo mercantilista. Mas o vínculo inegável com as idéias sobre o livre-arbítrio sugere também um alcance ideológico muito maior: era uma teoria do homem como ser livre e independente, que toma suas próprias decisões e a elas se atém, em assuntos relativos tanto a seu bem-estar espiritual quanto material.[38]

Embora o pensamento de Molina reconhecesse o livre-arbítrio do indivíduo, seus ensinamentos sobre a escravidão e o comércio de escravos mostram que ele não era individualista. Assim, ele reconhecia e deplorava o fato de que a crueldade e a violência costumavam acompanhar o tráfico de escravos, assim como a guerra e outros eventos. Mas, como ressalta Davis: "Molina acreditava que numa guerra justa até os membros inocentes da população inimiga podiam ser escravizados de maneira legítima, como forma de punir toda a população. Seus filhos também poderiam ser escravizados como forma de punir os pais (...)".[39] A noção de que — já que devemos a vida a nossos pais e nossas faculdades à sociedade que nos alimentou — nosso destino está assim em suas mãos tinha ampla ressonância.

Em contraste com a relativa obscuridade da publicação das obras em que o comércio de escravos era criticado, as teorias de Molina foram debatidas numa assembléia especial, descrita por Tuck como um tipo de "Sínodo de Dort católico", e conquistou popularidade "principalmente na Holanda espanhola".[40] Enquanto a doutrina psicológica do molinismo permaneceu em circulação até o século XX, seus ensinamentos sobre a escravidão e o tráfico de escravos tiveram impacto considerável na opinião culta de sua época, principalmente para Francisco Suárez, Hugo Grotius e Thomas Hobbes.

Em *De Legibus ac Deo Legislatore* (publicado em Coimbra em 1614), Suárez aperfeiçoou a obra de Molina, conciliando-a com a ortodoxia tomista ao mostrar que, embora a "lei natural" permitisse a escravização, a "lei humana" podia exigi-la de maneira positiva:

> É evidente que a divisão da propriedade não se opõe à lei natural, no sentido de que esta última não proíbe de forma absoluta e sem limite aquela divisão. O mesmo vale em relação à escravidão e outros assuntos semelhantes (...) pois a própria razão pela qual o homem é o *dominus* de sua própria liberdade lhe torna possível vendê-la ou aliená-la.[41]

Mais uma vez, como em Molina, o que é verdadeiro para o indivíduo também o é para um povo inteiro, já que os povos, por intermédio de seus governantes, eram

agentes no mundo e fonte das faculdades individuais. De forma desconcertante, embora significativa, Suárez usa o mesmo ponto de vista para justificar tanto o trabalho assalariado quanto a monarquia absoluta.[42]

Vale a pena mencionar outra doutrina molinista, já que, embora Molina pudesse não estar preparado para prosseguir nesta linha de pensamento, ela condiz com as atitudes práticas do novo tipo de proprietário de escravos encontrado no Brasil, com uma mentalidade muito familiar aos jesuítas brasileiros. O senhor de engenho que possuísse uns cem escravos tendia a considerá-los animais domésticos, passíveis de serem incluídos em balanços e de receberem nomes como cavalos, bois e gado em geral. A doutrina bíblica enunciada no Gênese, de que os animais existiam simplesmente para o bem-estar da humanidade, ou as fórmulas da Lei Romana que definiam o escravo como um tipo de propriedade viva e de ferramenta falante, comparada com a propriedade inerte e os animais irracionais, formaram o cenário cultural para esta forma de pensar. De qualquer maneira, Molina desviou-se de sua linha para excluir os animais do exercício dos direitos dos seres racionais:

> Devemos excluir da área do direito aquelas faculdades (*facultates*) cuja violação, por qualquer razão, não possa causar mal a seus possuidores. Deste tipo são as faculdades de todos os seres privados de razão e de livre-arbítrio por sua própria natureza, como as faculdades dos animais de pastar e usar suas patas, ou das pedras de cair para baixo etc. Tudo o que não seja dotado de livre-arbítrio é incapaz de ofensa, e, assim, o que for contra suas faculdades por qualquer razão não é para eles um crime, nem suas faculdades podem ser vistas como direitos.[43]

Os jesuítas do Brasil sofreram com freqüência hostilidades dos fazendeiros ao insistirem que os índios e africanos mereciam a salvação, e pode-se supor que Molina os tenha apoiado e considerado blasfema qualquer equiparação entre homens e animais. No entanto, os jesuítas eram também conhecidos pela visão paternalista que tinham da capacidade limitada dessas mesmas pessoas, que, mesmo quando livres, não eram consideradas capazes do exercício das responsabilidades religiosas. E se eram seres de razão limitada, então — segundo o argumento de Molina — a restrição à sua liberdade não seria crime. Naturalmente, usou-se raciocínio semelhante para justificar os direitos reduzidos das mulheres.

A escravidão e a luta iminente pelas Américas

Apesar do crescimento do Brasil, o fornecimento de escravos à América espanhola sob o sistema de *asientos* era, para os traficantes de escravos, seu principal mercado. Os detalhes das operações de um dos maiores *asientistas*, o financista e empreiteiro Henrique Gomes da Costa, entre dezembro de 1624 e agosto de 1626, dão uma idéia de seu significado. Depois de negociar *asientos* e contratos para fornecer 7.454 *peças* ao Brasil, transportadas em 34 navios, ele recebeu 539.000 cruzados; mas para organizar o fornecimento de 9.070 *peças* à América espanhola em 30 navios ele recebeu 1.235.000 cruzados.[44] Parte dessas imensas somas foi destinada a revigorar a rede portuguesa de comércio de escravos na África; elas também mostram que *asientistas* portugueses, alguns deles cristãos-novos, desempenhavam papel importante nas finanças espanholas. Assim, os traficantes que praticavam a difícil negociata de comprar e transportar os escravos operavam na sombra do capital financeiro e mercantil. O preço dos escravos subiu no Brasil, assim como na América espanhola. Direta ou indiretamente, os traficantes e fazendeiros também dependiam dos mercadores do norte da Europa, que os ligavam aos mercados mais importantes e lhes forneciam mercadorias e equipamento.

Até certo ponto, a dependência era mútua: se o traficante ou fazendeiro luso-brasileiro precisava de ajuda holandesa ou inglesa para vender açúcar ou adquirir manufaturas têxteis, também era verdade que os mercadores do norte da Europa precisavam de acesso ao fornecimento de produtos tropicais, e viam com bons olhos novos mercados para suas mercadorias. Até por volta de 1620, os holandeses, ingleses e franceses haviam fracassado na tentativa de estabelecer colônias americanas viáveis e feito apenas pequenas incursões no tráfico de escravos; a maior parte dos escravos contrabandeados para a América espanhola foram levados por traficantes portugueses que ultrapassavam as cotas de seu *asiento*, e não por contrabandistas independentes. O comércio de escravos podia ser realizado de modo mais eficiente por mercadores que dispunham da facilidade dos postos comerciais africanos e das bases nas ilhas. O acesso direto aos bens do Oriente, muito valorizados na África, também auxiliava o traficante de escravos. Depois que holandeses e ingleses quebraram o monopólio português no comércio com o Oriente, os traficantes atlânticos de escravos e açúcar passaram a ser, obviamente, seus alvos seguintes.

Era de se esperar que a economia capitalista emergente do norte da Europa, com sua dinâmica mais ou menos autônoma, se interessasse, mais cedo ou mais tarde, em conseguir o controle da mineração, da agricultura e da economia escravista das

colônias do Atlântico Sul e do Novo Mundo. A relação entre o "núcleo" capitalista emergente do norte da Europa, com incidência crescente de trabalho pago ou assalariado, e a "periferia" no Novo Mundo, baseada fundamentalmente em sistemas de trabalho forçado, não era simétrica. A maior demanda européia de prata, especiarias e açúcar sustentava o complexo colonial; sem esta demanda, os impérios coloniais não poderiam ter existido na forma que assumiram. Mas, por outro lado, o núcleo emergente do norte com certeza teria sobrevivido, talvez com adaptações expressivas, caso fosse privado da prata e do açúcar do Novo Mundo. No núcleo protocapitalista havia potencialmente um componente auto-sustentado no crescimento econômico porque este envolvia ganhos autônomos de produtividade e porque a lei de Say tinha uma aplicação maior — ou seja, a produção, através do desembolso de salários e da necessidade de reinvestimento, criaria sua própria demanda. Em comparação, os mercados da Península Ibérica e das colônias americanas isolavam-se cada vez mais uns dos outros e eram esmagados por regulamentos burocráticos. O volume de transações nos mercados locais do México e do Peru era, de fato, considerável, mas pouco retorno voltou na forma de demanda de produtos espanhóis.

Dito isto, as novas forças burguesas no norte da Europa não estavam, no entanto, em condições de apenas aguardar a concretização das tendências econômicas de longo prazo na esperança de que as fontes coloniais de suprimento e de mercados caíssem em suas mãos. Parte do vigor da demanda no norte da Europa era estimulada pelas especiarias e drogas exóticas. A prata e o ouro eram necessários para ajudar a financiar o comércio com o Oriente, já que havia pouca demanda oriental de produtos europeus. O controle espanhol da prata e o controle português do açúcar e dos escravos refletiam uma formidável mobilização colonial. Os holandeses e ingleses enfrentavam a tarefa política e militar de rechaçar o aparato parasitário e obstrutivo da monarquia ibérica e de seus aliados locais antes de poderem conseguir um acesso apropriado ao comércio atlântico, e talvez então desenvolvê-lo além das pequenas tentativas encontradas no Brasil e em alguns outros enclaves minúsculos. A iminente consolidação da Revolta Holandesa, reconhecida afinal pela Espanha em 1609, permitiu que a acumulação capitalista encontrasse e seguisse sua própria lógica sem pagar um tributo pesadíssimo para sustentar um enxame obstrutivo de burocratas do rei e dignitários da Coroa. Assim que a burguesia holandesa pôde ter seu próprio estado, naturalmente desejou utilizá-lo para ampliar os circuitos do comércio e da acumulação. A derrota da Armada e a vitória temporária da Revolta Holandesa significaram para os Habsburgo um grande golpe na luta pelo controle do Atlântico. Mas Espanha e Portugal ainda possuíam recursos formidáveis, e seu

monarca tinha a intenção de conservar a costa africana, as Américas e o oceano que as separava, juntamente com suas ilhas, como seu patrimônio especial.

Mais por acaso do que de propósito, a monarquia espanhola permitira o desenvolvimento de uma economia escravista de *plantations* no Brasil. A transição decisiva ocorrera entre 1575 e 1590, quando a metrópole tinha preocupações mais prementes do que a superintendência minuciosa do Brasil. Com o florescimento da colônia brasileira, foram respeitadas as concessões feitas nas Cortes de Tomar. O fato crucial registrado no Brasil foi o uso de escravos africanos como tropa de choque da produção, e não apenas como um auxílio ou apoio, como acontecia na América espanhola. Com certeza havia no Brasil muitos escravos exercendo funções domésticas ou artesanais, mas os escravos africanos também formaram o núcleo da mão-de-obra dos engenhos de açúcar. É verdade que ainda havia escravos indígenas além dos africanos, mas em 1630, ou até mais cedo, os africanos sozinhos representavam cerca de metade da população dentro da jurisdição colonial — enquanto a população de escravos africanos da América espanhola não representava mais de 2 por cento do total. Os engenhos de açúcar haviam atingido uma nova escala de produção, e o açúcar que fabricavam despertara a ganância que antes se concentrava na prata e no ouro.

Notas

1. Alexander Marchant, *From Barter to Slavery: The Economic Relations of Portuguese and Indians in the Settlement of Brazil, 1500-1580*, Baltimore, MD 1942, em especial pp. 69-71.
2. John Hemming, *Red Gold: The Conquest of the Brazilian Indians*, Cambridge, MA 1978, p. 37.
3. Marchant, *From Barter to Slavery*, p. 42.
4. Carta de Villegagnon a Calvino, 31 de março de 1557, em Jean de Léry, *Voyage au Brésil de Jean de Léry, 1556-1558*, Paris 1927, p. 28; Hemming, *Red Gold*, pp. 120-21; H. B. Johnson, "The Portuguese Settlement of Brazil, 1500-80", em Leslie Bethell, ed., *The Cambridge History of Latin America*, Cambridge 1984, vol. 1, pp. 249-86.
5. Frank Lestringant, *Le Huguenot et le sauvage*, Paris 1990, em especial pp. 32-6, 277-8. Este livro explora a importância dos relatos conflitantes sobre La France Antarctique feitos pelo protestante Jean de Léry e pelo católico André Thevet, ambos textos clássicos da antropologia colonial. Os protestantes que deixaram a ilha, mais austeros, fizeram menos exigências aos índios por causa de sua disposição de trabalhar a terra. Estavam também menos preocupados com a conversão dos índios, provavelmente por considerar que, afinal de contas, os índios não estavam entre os Eleitos. O relato inicial de Jean de Léry fornece um quadro vivo dos tupis, sem tentar compará-los aos costumes e preconceitos europeus. Depois de sua experiência com as guerras religiosas da França, ele passou a recordar seus tempos entre os tupis com crescente saudade; seu trabalho ajudou a inspirar a estima pelo "nobre selvagem".

6. Jean de Léry, *History of a Voyage to the Land of Brazil*, Berkeley, CA 1992, pp. 143-4.
7. Ibid., p. 144.
8. Johnson, "The Portuguese Settlement of Brazil, 1500-1580", pp. 249-86; James Lockhart e Stuart Schwartz, *Early Latin America: A History of Colonial Spanish America and Brazil*, Cambridge 1983, pp. 192-3, 196.
9. Hemming, *Red Gold*, p. 97-118; Lockhart e Schwartz, *Early Latin America*, pp. 196-7; Schwartz, *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society*, pp. 40-41.
10. Hemming, *Red Gold*, p. 149; Barrett e Schwartz, "Dos Economías Azucareras", em Florescano, ed., *Haciendas, Latifundios y Plantaciones*, p. 544.
11. Schwartz, Sugar Plantations, p. 67.
12. H. B. Johnson, "Portuguese Settlement" e Stuart Schwartz, "Plantations and Peripheries", em Leslie Bethell, ed., Colonial Brazil, Cambridge 1987, pp. 31, 72.
13. Mauricio Goulart, *Escravidão Africana no Brasil*, São Paulo 1949, pp. 106-113.
14. Schwartz, Sugar Plantations, p. 43.
15. Citado em ibid., p. 49 (ver nas pp. 47-50 um relato do movimento).
16. Stuart B. Schwartz, "Free Labor in a Slave Economy: The *Lavradores de cana* of Colonial Bahia", em Dauril Alden, ed., *The Colonial Roots of Modern Brazil*, Berkeley, CA 1973, pp. 147-97. Ver também Schwartz, *Sugar Plantations*, sobre a transição para a mão-de-obra africana (pp. 65-72); embora a discussão se estenda por um período mais longo do que o tratado acima; ver também, sobre lavradores de cana, pp. 295 e seg., e sobre trabalhadores assalariados, pp. 313 e seg.
17. Pierre Chaunu, *L'Amérique et les Amériques*, p. 89; Pierre Chaunu, *Seville et l'Atlantique (1504-1650)*, Paris 1957, vol. VII, pp. 30-31.
18. Séries de preços para, respectivamente, Cuba e Brasil são dadas em Levi Marrero, Cuba: *Economía y Sociedad*, vol. 2, pp. 357, 360-61; e Katia M. de Queirós Mattoso, *Être Esclave au Brésil, XVIe-XIXe siècle*, Paris 1979, pp. 100-101.
19. José Jobson de Andrade Arruda, "Colonies as Mercantile Investments", em James Tracy, ed., *The Political Economy of the Merchant Empires*, Cambridge 1991, pp. 360-420 (p. 362).
20. Mauro, *Le Portugal et L'Atlantique*, pp. 433-5.
21. Adam's Chronicle of Bristol, citado em K. R. Andrews, *Trade, Plunder and Settlement: Maritime Enterprise and the Genesis of the British Empire, 1480-1630*, Cambridge 1984, p. 238.
22. Luiz Felipe de Alencastro, "The Apprenticeship of Colonization", em Barbara Solow, ed., *Slavery and the Rise of the Atlantic System*, Cambridge 1991, pp. 151-77 (p. 160).

23. Mauro, *Le Portugal et l'Atlantique*, p. 447.
24. Cornelius Goslinga, *The Dutch in the Caribbean, 1580-1680*, Assen (Holanda) e Gainesville (FL) 1971, p. 52.
25. Stuart B. Schwartz, em Bethell, *Colonial Brazil*, pp. 75-6.
26. James Lang, *Portuguese Brazil: The King's Plantation*, Nova York 1979, p. 81; Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, vol. 2, p. 472.
27. Antônio Barros de Castro, "Brasil, 1610: mudanças técnicas e conflitos sociais", *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 10, nº. 3, 1980, pp. 679-712.
28. Evaldo Cabral de Mello, *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*, Rio de Janeiro 1975, p. 58.
29. Noel Deerr, *A History of Sugar, I*, pp. 104-5; Ralph Davis, *English Overseas Trade*, 1500-1700, Londres 1973, pp. 55-6.
30. Lang, *Portuguese Brazil*, p. 86.
31. Magalhães Godinho, *A estrutura na antiga sociedade portuguesa*, p. 43.
32. Lang, *Portuguese Brazil*, pp. 87-9.
33. A. F. C. Ryder, *Benin and the Europeans, 1485-1897*, Nova York 1969, p. 75.
34. Ibid., p. 45.
35. Vogt, *Portuguese Rule on the Gold Coast*, pp. 127-43. Nas primeiras décadas do século XVI, cerca de doze caravelas por ano viajavam entre El Mina e Lisboa; nas últimas décadas, o número caiu para uma ou duas.
36. David Birmingham, "Central Africa from Cameroun to Zambezi", em Roland Olivier, ed., *The Cambridge History of Africa*, Cambridge 1977, vol. 3, pp. 519-66, em especial 542-57; David Birmingham, *Trade and Conflict in Angola*, Oxford 1966; Joseph Miller, "The Slave Trade in Congo and Angola", em Martin Kilson e Robert Rothberg, eds., *The African Diaspora*, Cambridge, MA 1976, pp. 75-113. Thornton enfatiza a considerável autonomia dos comerciantes, apesar das tentativas oficiais de controlar sua atividade para benefício fiscal da Coroa: *Africa and Africans in the Making of Atlantic World*, pp. 62-3.
37. "Proposta a Sua Majestade sobre a escravaria das terras da Conquista de Portugal", em Conrad, *Children of God's Fire*, pp. 11-12, 14-15.
38. Tuck, *Natural Rights Theories*, pp. 53-4.
39. Davis, *The Problem of Slavery in Western Culture*, p. 127, nota 37. Davis cita o seguinte como apoio a esta interpretação: Johan Kleinappi, *Der Staat bei Ludwig Molina*, Innsbruck 1935, pp. 145-6.
40. Tuck, *Natural Rights Theories*, p. 54.
41. Francisco Suárez, *De Legibus ac Deo Legislatore*, publicado em latim e inglês, 2 vols., Oxford 1944, trad. inglesa, vol. 2, pp. 278-9.
42. Tuck, *Natural Rights Theories*, pp. 53-7; W. A. Dunning, *A History of Political Theories From Luther to Montesquieu*, Nova York 1928, p. 18.
43. Citado de *De Justicia et Iure* em Tuck, *Natural Rights Theories*, p. 53.
44. Mauro, *Le Portugal et L'Atlantique*, p. 175.

— V —

A guerra holandesa pelo Brasil e pela África

O fogo de Deus neste estado vos imprimiu a marca de captivos: e posto que esta seja de oppressão, também como fogo vos allumiou juntamente. (...) Umas Religiões são de descalços, outras de calçados, a vossa é de descalços e despidos. (...) As vossas abstinencias mais merecem o nome de fome, que do jejum, e as vossas vigilias não são de uma hora á meia noite, mas de toda a noite sem meio. (...) Em fim, toda a Religião tem fim e vocação, e graça particular. A graça da vossa são açoites e castigos. (...) A vocação é a imitação da paciencia de Christo (...): e o fim é a herança eterna por prêmio (...). Oh que mudança de fortuna será então a vossa, e que pasmo e confusão para os que hoje teem tão pouca humanidade.

Padre Antônio Vieira, *Sermão aos escravos**

*Sermão vigésimo quinto, em *Sermões do Padre Antônio Vieira*, Porto 1908, 15 volumes, vol.12 (de onde também foram extraídas as outras citações do Padre Vieira que não apresentam ressalvas.) (*N. do T.*)

Werner Sombart citou a formação e as atividades da holandesa Companhia das Índias Ocidentais (CIOc) como prova do surgimento de um novo tipo de burguesia agressiva e saqueadora.[1] Embora a Companhia tenha sido fiel a esta descrição em seus primeiros anos, mais tarde acabou por desapontar investidores e patriotas. A CIOc, fundada em 1621, seguia parcialmente o modelo de sua precursora mais famosa e bem-sucedida, a Companhia das Índias Orientais (CIOr); nascida em 1602, a CIOr tomou de Portugal boa parte do comércio de especiarias e conquistou algumas de suas ilhas fortificadas. Na verdade, ela aplicou métodos empresariais à tarefa de conquistar e ampliar o comércio oriental de especiarias. Ao contrário dos comerciantes do Oriente, os bem armados navios holandeses costumavam se recusar a pagar impostos ou tributos aos governantes locais; quando necessário, destruíam fornecedores dos concorrentes e criavam fornecedores próprios. Seus navios também empregaram, quando necessário, os piratas que pilhavam o comércio do Oceano Índico e dos mares da China. Por outro lado, a CIOr holandesa não permitia que os gastos militares excedessem o lucro do comércio, como ocorria com os portugueses na Ásia no final do século XVI.

Fredrick Lane analisou este padrão singular das companhias comerciais holandesas em termos de uma internalização, e a partir daí uma racionalização, dos custos de proteção aos quais estava sujeito o comércio no início da era moderna. Niels Steensgaard resume este ponto de vista:

> [assim como] o império comercial do rei português, as companhias [holandesas] eram empresas integradas e não-especializadas, mas com uma diferença notável. Eram administradas como um negócio, não como um império. Ao produzir sua própria proteção, as companhias não só expropriaram o tributo mas também tornaram-se capazes de determinar por si mesmas a qualidade e o custo da proteção. Isto significa que os custos de proteção foram trazidos para o âmbito do cálculo racional, em vez de ficarem na região imprevisível dos "atos de Deus ou dos inimigos do rei".[2]

Esta noção ajuda a explicar o sucesso da CIOr, mas não enfrenta os problemas inevitáveis da soberania num sistema multiestatal sob contestação. Embora a racionalização dos custos não tenha limites para uma companhia comercial, que pode simplesmente sair do negócio, um estado pode suportar perdas na defesa da soberania. Em relação à construção e à defesa das colônias, a abordagem portuguesa iria revelar vantagens na região atlântica que não eram tão evidentes no Oriente. Os holandeses enfatizavam os direitos dos comerciantes e as virtudes da soberania limitada, enquanto os portugueses subordinavam o comércio a um projeto mais am-

plo que, com a vantagem da anterioridade, poderia conquistar a aliança de um séquito colonial maravilhosamente diversificado. Foram estes os temas a que o jurista holandês Hugo Grotius se dedicou entre a publicação de *Mare Liberum* (1609), no qual atacava com veemência os monopólios coloniais do *Mare Clausum* ibérico, defendendo o direito de todas as outras nações ao livre comércio em alto-mar, e a de *De Iure Bellis ac Pacis* (1625), no qual, como veremos, descobriu razões pelas quais a defesa da própria sociedade civil exigia o apoio às pretensões de soberania e escravidão.

O primeiro projeto para a criação de uma Companhia das Índias Ocidentais fora abortado em 1607-08 por causa da trégua com a Espanha, e não pôde ser ressuscitado até o fim da trégua. Os recursos e o compromisso necessários para montar essa empresa só foram reunidos em 1619-21, depois da derrubada do cauteloso oligarca Oldenbarnevelt, em 1618, e da chegada ao poder de uma facção protestante militante e antiespanhola que se opôs à renovação da trégua. A nova facção governante promoveu o príncipe Maurits ao posto de *stadtholder** como preparativo para o reinício das hostilidades. O objetivo do novo governo era nada menos que um ataque global ao sistema comercial e colonial do rei de Espanha e Portugal. A lógica política deste projeto era que chegara o tempo de ir além da defensiva União das Províncias, que se libertara do governo espanhol, e forjar um estado central suficientemente forte para tomar o império global dos Habsburgo — tanto no Novo Mundo quanto na Ásia. Mas as Províncias estavam imbuídas de um feroz espírito de independência; cada uma controlava ciosamente suas próprias finanças e seu próprio exército. Além disso, a construção de um poder central parecia implicar a aceitação de uma monarquia propriamente dita num país onde muitos cidadãos sentiam-se mais confortáveis com uma forma de governo republicana ou com uma monarquia muito limitada.

A revolução política de 1618-19 fora apoiada pelos protestantes que emigraram para as províncias independentes do sul dos Países Baixos, ainda sob jugo espanhol. Mas o protestantismo militante não era uma força majoritária, por causa da divisão entre calvinistas rígidos e arminianos**, mais tolerantes, e porque muitos membros dos círculos dominantes defendiam a doutrina erastiana de que o governo deveria controlar os assuntos eclesiásticos, e não os sacerdotes controlarem o governo. Oldenbarnevelt fora derrubado porque não conseguira conter o avanço ameaçador das forças espanholas — principalmente na tomada de Wesel em 1614 — e por causa

*Principal magistrado da antiga República das Províncias Unidas dos Países Baixos (*N. do T.*).

**Seguidores de Jacobus Arminius, que ensinava que Cristo morrera por todos os homens, e não só pelos eleitos. (*N. do T.*)

das prolongadas disputas diplomáticas, religiosas e comerciais com a Inglaterra. Se não era possível confiar na Inglaterra de Jaime I para resistir à Espanha, como era claramente o caso em 1618-19, então era urgente que as Províncias Unidas fortalecessem sua própria capacidade de derrotar o poderio da Espanha antes que a trégua de onze anos expirasse em 1609.[3]

A Companhia das Índias Ocidentais

Quando os Estados Gerais, ou parlamento holandês, foram convencidos a aceitar a criação da CIOc, isto foi uma decisão negociada que criou uma entidade híbrida. A CIOc deveria ser ao mesmo tempo instrumento de política estatal e organização comercial. Esta fórmula, que funcionara no Oriente, enfrentou um teste mais difícil no Atlântico, onde a competição colonial e militar se revelaria mais dura, e os objetivos da política holandesa menos consensuais. Os privilégios e oportunidades comerciais conferidos à CIOc tinham certamente bom potencial, e seus recursos iniciais eram imensos, mas nem estes nem aqueles constituíam a garantia de apoio a longo prazo que a formação de uma frota atlântica holandesa e um organismo colonial poderiam representar.

Os próprios defensores da CIOc ressaltaram o crescente comércio atlântico de açúcar e fumo e a necessidade de assegurar o fornecimento estável dos novos produtos. Os mercadores holandeses conheciam bem o valor do comércio de açúcar, já que Amsterdã era agora o principal entreposto europeu; o número de refinarias de açúcar na cidade crescera de três em 1598 para 29 em 1622. E comerciantes holandeses independentes já traziam fumo, corantes, ouro e marfim das Américas e da África, atrapalhados apenas pela vulnerabilidade de seus postos comerciais e das rotas marítimas atlânticas. Os promotores da Companhia das Índias Ocidentais acreditavam que poderiam realizar no Atlântico a mesma revolução provocada pela CIOr no comércio oriental. A CIOc recebeu o monopólio de todo o comércio atlântico holandês e a missão de saquear os espanhóis e substituir os portugueses no Novo Mundo. A América espanhola deveria ser saqueada já que, de imediato, era forte demais para poder ser simplesmente invadida. Depois de provocar suficiente prejuízo e de estabelecer uma nova relação de forças, esperava-se que a Espanha se dispusesse a negociar, cedendo território e admitindo os holandeses no comércio com a América espanhola. O Brasil e a África portuguesa deveriam ser tomados desde o início, como fora feito com as possessões e o comércio português no Oriente. Não só tinham grande importância comercial como foram considerados mais expostos à força marítima holandesa.

A fundação da CIOc foi acompanhada, como vimos, de justificativas patrióticas e religiosas. Fosse qual fosse sua carreira posterior, a CIOc foi concebida como instrumento de direito, além de fonte de ganhos. Seus diretores solicitaram a opinião clerical a respeito da conveniência do envolvimento da nova companhia com o tráfico de escravos; quando foram informados de que não seria adequado, deram sua palavra de que a Companhia se absteria do tráfico. Embora tenha existido alguma atividade independente de tráfico holandês de escravos na África ocidental, ela não recebeu nenhuma sanção pública. Em 1596, um comerciante holandês levou 130 africanos para Middelburg; depois de várias objeções, a cidade decretou que os escravos não deveriam ser negociados ali, e que os que estivessem no navio deveriam ser libertados.[4] Middelburg tornou-se membro fundador da CIOc. Usselinx, homem que lutara pela fundação de uma Companhia Americana holandesa, sempre partiu do princípio de que a colonização deveria basear-se na livre emigração. A experiência da Companhia das Índias Orientais precipitou a controvérsia no Sínodo de Dort a respeito do batismo de filhos de escravos, como mencionado no Capítulo I. A pintura holandesa, o testemunho mais luminoso que temos da mentalidade da Idade de Ouro, forneceu vários bons retratos de africanos. Um dos mais notáveis viria a ser o retrato de Moisés e Ziporá, de Jacob Jordaens, em que Ziporá é nitidamente representada como uma negra africana — o que é ainda mais espantoso quando se leva em conta que os holandeses viam-se como povo herdeiro das tradições e das características do Antigo Israel. A arte holandesa também retratou o mal-estar gerado pelo espetáculo do consumo irrestrito — embora aqui o foco da preocupação estivesse nos efeitos desmoralizantes do excesso de consumo, e não nos custos humanos da produção. Em geral, levando-se ou não em conta o elemento de hipocrisia puritana, o clima moral da União das Províncias continha alguns impulsos hostis à escravidão racial, ou, pelo menos, favoráveis à sua regulamentação.[5] No entanto, o caráter do comércio da *plantation* era positivo e patriótico. Embora a intemperança e o luxo fossem alvo de desprezo, os produtos da *plantation* traziam outras associações; era fácil incorporá-los à rotina doméstica e ao estilo de vida sóbrio e dedicado ao trabalho.[6] Embora alguns tenham representado os africanos com sutileza e humanidade, Daniel Mytens e outros retratistas usavam meninos escravos africanos como mascotes do séquito de personagens ricos ou da realeza, simbolizando ao mesmo tempo riqueza e fidelidade. Da mesma forma, artistas religiosos podiam representar a relação entre pecado e pele negra de maneira literal e perturbadora.[7] Em outro desdobramento ameaçador que abria caminho para a justificativa teológica da escravização, prelados da Universidade de Leiden endossaram a noção de que era possível associar corretamente áreas geográficas aos filhos de Noé.[8]

A Companhia das Índias Orientais, que foi, de várias formas, o modelo da CIOc, adaptava-se à escravidão e ao comércio de escravos no Oriente. Em 1622, ela criou um código elaborado, que refletia o ponto de vista mais conservador adotado em Dort, para regulamentar a escravidão e o tráfico de escravos em seus postos comerciais e colônias no Oriente: proprietários cristãos ficavam proibidos de vender seus escravos "fora da Cristandade", mas tinham permissão para comprá-los de infiéis. Exigia-se dos senhores que tratassem seus escravos com benevolência, que se abstivessem rigorosamente de ter com eles relações sexuais e que os apresentassem à congregação protestante portuguesa local (já que era mais provável que os escravos falassem português, mas também porque este fosse um grupo um tanto isolado e pertencer a ele desse pouco destaque ao escravo). A colônia holandesa no Cabo da Boa Esperança adotou medidas contemporizadoras semelhantes ao permitir a escravidão, mas cercando-a de regras a que os proprietários de escravos deviam obedecer.[9] No entanto, em seus primeiros anos, a CIOc escolheu um caminho diferente da CIOr, e ficou contra a escravidão e o comércio de escravos.[10]

O Heeren XIX, como eram conhecidos os diretores da CIOc, incluía sábios e mercadores — um deles era Joannes de Laet, que publicou um panfleto erudito argumentando, de forma contrária a Grotius, que os indígenas das Américas não eram descendentes das tribos perdidas de Israel, ou, como outros alegavam, de Cam, mas de povos da Ásia que haviam cruzado o gelo do Alasca (conclusão a que chegara o jesuíta José de Acosta em 1570).[11] Os textos de Las Casas e as litografias vívidas de Theodore de Bry inspiraram um sentimento de ultraje diante dos sofrimentos dos ameríndios nas mãos dos espanhóis. Muitos concordaram que seria tarefa da CIOc fazer o possível para melhorar as condições dos nativos americanos. O caráter iluminista da CIOc também se revelava no fato de que membros da comunidade judaica ibérica, fugidos da Inquisição, incluíam-se abertamente entre seus acionistas.[12]

Em 1623-24, a CIOr enviou uma expedição de onze navios e 1.650 homens para os oceanos Índico e Pacífico, enquanto a CIOc enviou uma esquadra de reconhecimento ao Caribe e uma força maior, com vinte e três navios, para tomar a Bahia, onde ficava a capital do Brasil. As forças portuguesas e a milícia brasileira resistiram duramente, mas não puderam impedir que a cidade fosse tomada, juntamente com 70.000 arrobas de açúcar que esperavam pelo embarque. Quando a notícia da captura chegou à Península, uma grande expedição foi imediatamente enviada para libertar a Bahia, a chamada "expedição dos vassalos". Era comandada por um almirante espanhol, mas de composição predominantemente portuguesa. Com nada menos de 52 navios e 12.000 homens, ela retomou a Bahia depois de uma ocupação holandesa de menos de um ano. A velocidade e a força da reação portuguesa testemu-

nham o reconhecimento da importância do Brasil, que era compartilhado por soldados, comerciantes, oficiais e todo o amplo estrato social cujos interesses estavam ligados ao império.[13]

O grande golpe seguinte da CIOc foi a captura da frota de prata espanhola na costa de Cuba em 1628 por uma esquadra holandesa de 30 navios; esta seria a única ocasião em que a *flota* perdia para uma ação inimiga. Na verdade, este foi um divisor de águas para o poder espanhol tanto no Velho Mundo quanto no Novo. Na Europa, os banqueiros genoveses, que vinham concedendo crédito à monarquia espanhola, decidiram que já tinham cedido demais; as autoridades reais de Madri lançaram-se numa busca desesperada de novas fontes de receita, o que levaria os catalães e portugueses a se revoltarem. No Novo Mundo, a Espanha, compreensivelmente, estava agora na defensiva, concentrando todos os seus recursos para escoltar frotas de transporte de prata de lucratividade decrescente.

A CIOc conseguira uma vitória famosa, mas também complicou sua própria posição. Com o poder espanhol enfraquecido no Atlântico, parte de sua *raison d'être* deixou de existir — pelo menos aos olhos daqueles excluídos de seus privilégios. A criação da CIOc sofrera oposição de alguns comerciantes independentes do Atlântico, dos quais agora se esperava que respeitassem seus privilégios de monopólio. A falta de entusiasmo pela CIOc reduziu o montante de dinheiro que conseguia recolher dos acionistas e aumentou sua dependência de subsídios oficiais. Hugo Grotius defendera a necessidade de um *mare liberum*, ou mar aberto ao livre comércio; ele estava no exílio quando a CIOc foi incluída numa legislação que desejava fazer seu próprio *mare clausum*. No entanto, muitas vezes a CIOc viu-se obrigada a negociar com os comerciantes independentes. Desde o início, estes últimos receberam permissão para participar do comércio de sal na África do Sul. Mais tarde, houve comerciantes independentes holandeses por trás do surgimento de interesse comercial pela África e pela América na Suécia, em Courland e em Brandenburg; navegando com estas bandeiras de fachada, intrometeram-se onde fosse possível nos negócios da CIOc.[14]

Os holandeses no Brasil e na África

A prata espanhola permitiu que a CIOc ressuscitasse seu plano de se apoderar do Brasil, demonstrando assim por que seus privilégios e poderes especiais se justificavam. A empresa organizou uma expedição para novo ataque ao Brasil em 1629-30, com 67 navios e 7.000 homens. Conseguiu tomar as cidades-gêmeas de Recife e

Olinda, respectivamente o maior porto e a sede da capitania mais importante na produção de açúcar, Pernambuco. As forças locais retiraram-se para o interior, lideradas tenazmente por Matias Albuquerque, descendente e herdeiro do fundador da capitania. Mas a reação das autoridades da Península foi ao mesmo tempo lenta e inadequada. As autoridades de Madri queriam evitar a acusação de terem negligenciado a defesa do Brasil, mas precisavam desesperadamente de dinheiro e enfrentavam ameaças em várias frentes. Com muita dificuldade e atraso, uma força naval de maioria espanhola, levando tropas regulares comandadas por um general italiano, foi enviada ao Brasil, mas fracassou na tentativa de expulsar os holandeses, que haviam recebido reforços consideráveis. Embora as tropas da CIOc pudessem lidar com a ameaça de navios de guerra e tropas espanholas, só conseguiram pacificar o interior de Pernambuco em 1636, quando forçaram Albuquerque e seus seguidores a retirarem-se para o sul. O custo de cobrir as baixas da guarnição holandesa era alto, e a quantidade de açúcar enviada à Europa desapontadora: menos de 25.000 arrobas por ano em 1629-32 e 60.000-80.000 em 1634-37. A produção de açúcar foi reduzida por causa das hostilidades contínuas, pela destruição de engenhos, pela escassez de mão-de-obra e pelos privilégios monopolísticos da CIOc.[15]

A CIOc manteve um comércio ativo com a África no período de 1623-36, segundo um relatório elaborado por de Laet, e adquiria ouro, marfim e outros produtos em troca de tecidos holandeses e outros manufaturados europeus. O ouro representava 75 por cento do valor dos carregamentos enviados à Holanda; o marfim, 7,5 por cento; as peles, 7,3 por cento; e a pimenta malagueta, 2,6 por cento. As mercadorias enviadas para a África tinham um valor total de 6,6 milhões de florins, enquanto os carregamentos que voltavam valiam 15,5 milhões. O volume deste comércio não era superior ao que havia anteriormente com os mercadores holandeses independentes, mas a taxa de lucro de 115 por cento era, provavelmente, mais alta — a formidável combinação e concentração de recursos navais e comerciais da CIOc pode explicar isso.[16]

Embora estes resultados fossem razoáveis, eram bem inferiores aos conseguidos nos mesmos anos pelos comerciantes portugueses na África, que forneciam escravos ao Brasil e à América espanhola. Ernst van den Boogaart menciona que 40.000 escravos foram vendidos ao Brasil e 45.000 à América espanhola no período de 1623 a 1632. Ele calcula que os brasileiros pagaram cinco milhões de pesos — 12,5 milhões de florins — enquanto os compradores de escravos da América espanhola pagaram cerca de oito milhões de pesos, ou 20 milhões de florins. Para realizar essas vendas, os traficantes de escravos, quase todos portugueses, compraram mais de 100.000 escravos na África, pagos com mercadorias avaliadas em três milhões de

florins. Embora estas estimativas sejam feitas em termos gerais e não levem em conta o custo de adquirir participação num *asiento* ou os custos especiais ligados ao transporte dos escravos, indicam uma lucratividade comercial muito mais alta do que a conseguida pelo comércio holandês com a África no mesmo período — 983 por cento em vez de 135 por cento.[17] Os holandeses, cuja inteligência comercial costumava ser excelente, deviam ter consciência desta diferença.

Com vimos, a CIOc pretendia ser tanto um braço da política estatal quanto uma corporação comercial. Recebia subsídio dos Estados Gerais, além do monopólio do comércio atlântico, inclusive com a África Ocidental. No entanto, seus acionistas, tanto indivíduos quanto empresas, e o quadro de diretores nomeados, o Heeren XIX, esperavam retorno positivo de seu investimento. Apesar dos subsídios e privilégios, não o tiveram até meados da década de 1630. Era muito caro equipar as frotas e instalar fortes na África. A CIOc acumulou um déficit de 15 milhões de florins em 1636. (Dois florins equivaliam a um cruzado.) Os mercadores de Middelburg haviam investido na Companhia na esperança de participar do lucrativo comércio atlântico, mas descobriram que o monopólio da CIOc era prejudicial ao tipo de comércio independente que florescia na Europa e no interior da Ásia. A retirada da Companhia do tráfico de escravos fora gradual e pragmaticamente corroída. De início, a CIOc teve de lidar com o problema de 2.336 escravos encontrados a bordo de naus espanholas ou portuguesas capturadas nos anos 1623-37, e que foram vendidos — nas Américas, não na Europa — para elevar o valor do butim. Depois que a companhia passou a controlar parte do Brasil, precisava dar passos mais objetivos para adquirir escravos. Um manual, publicado por Godfridus Cornelisz Udemans em 1638 para ser um guia moral de comerciantes e funcionários holandeses, punha em dúvida a versão que vinculava a maldição de Noé a todos os filhos de Cam, mas considerava aceitável a escravidão caso conduzisse à iluminação espiritual.[18]

Hugo Grotius já chegara por outro caminho a uma conclusão favorável à escravidão em seu *De Iure Belli et Pacis* (1625). Forçado, talvez, pela turbulência que o levou ao exílio, reconheceu a necessidade de soberanos e chefes de família disporem de poderes absolutos que lhes possibilitassem manter a paz. Como parte desta sua nova compreensão ele insistia que a liberdade era o direito alienável que as pessoas tinham sobre si mesmas. Assim, ele declara: "É legal para qualquer homem entregar-se como Escravo a quem desejar; como aparece nas Leis Hebraicas e Romanas"; e observa: "Os civis chamam de *Faculdade* aquele Direito que um Homem tem sobre *si mesmo*; mas devemos daqui para frente chamá-lo de *Direito próprio, estritamente falando*. Sob o qual estão, 1. Um poder sobre nós mesmos, que é chamado de *Liberdade*; ou sobre outros, tal como um *Pai sobre seus filhos*, ou um *Senhor sobre seu escravo*."[19] Há sutilezas aqui que não podem ser expressas numa citação curta, e existem passagens da obra de Grotius que mais tarde levaram outros a conclusões diferentes. Mas como ressalta Richard Tuck: "É significativo que a primeira grande expressão pública de uma forte teoria dos direitos a ser lida na Europa protestante contivesse ao mesmo tempo uma defesa da escravidão e do absolutismo e uma defesa da resistência e da propriedade comum *in extremis*."[20] Uma nova edição de *De Iure Belli et Pacis*, de Grotius, foi publicada em 1631, quando a CIOc se ajustava à necessidade de envolver-se no tráfico de escravos caso desejasse retomar a iniciativa.

Numa tentativa de recuperar o destino da CIOc, o Heeren XIX nomeou governador do Brasil, com poderes plenipotenciários, o príncipe Johann Maurits van Nassau (Maurício de Nassau), sobrinho do antigo *stadtholder* e jovem de brilhante reputação. O príncipe chegou com reforços em 1637 e logo consolidou e ampliou o território dominado pela Companhia no Norte e no Nordeste do Brasil, até alcançar sete das doze capitanias. A Companhia foi persuadida a relaxar o monopólio da exportação de açúcar e de outros produtos tropicais. Mais de cinqüenta por cento dos engenhos de Pernambuco haviam sido abandonados e destruídos quando seus antigos donos fugiram para as capitanias do Sul com o máximo de escravos e equipamento possível. O príncipe Maurício confiscou e pôs à venda as propriedades abandonadas; era possível obter créditos para reequipá-las com comerciantes particulares ou, em alguns casos, com a Companhia. A quantidade de açúcar exportado, embora modesta, aumentou: a Companhia comerciou 60.000 arrobas em 1638 e 130.840 em 1639, enquanto nestes mesmos anos comerciantes particulares negociaram 136.052 e 142.250 arrobas respectivamente.[21]

Este pareceu ser um início promissor, que o príncipe Maurício levou a cabo com estilo digno de um vice-rei. Estava cercado de arquitetos, naturalistas, médicos e pintores; ordenou a construção de palácios, fortes, sistemas de drenagem, escolas e orfanatos; rebatizou a capital de Mauritstad; convocou uma assembléia de moradores locais que estivessem dispostos a cooperar; encarregou uma milícia de civis de cuidar da manutenção da lei e da ordem. Formado pela famosa *schola militaris* dirigida por seu tio, o príncipe Maurício implantou o método e a disciplina da "revolução militar" do início do século XVII, exemplo que teria conseqüências especiais numa sociedade de *plantations*. Preocupava-se com os direitos e as propriedades dos fazendeiros. Os brasileiros de origem portuguesa que voltassem poderiam exigir a devolução de suas terras. Ofereceu aos católicos a liberdade de culto e apoiou a igualdade civil de judeus e índios. Agentes especiais receberam a incumbência de cuidar do bem-estar das nações e aldeias indígenas; alguns destes agentes, traindo a

confiança neles depositada, foram coniventes com formas ilegais de trabalho forçado. As diferentes nações indígenas foram convidadas a enviar delegados a uma Assembléia que se reuniu em abril de 1645 na aldeia de Tapisserica, em Goiana. Foi aprovada uma resolução que dizia: "Antes de tudo, exibimos a Provisão que nos foi enviada pela Assembléia dos XIX (...) referente à liberdade a nós concedida, como a todos os outros habitantes do Brasil. Item I: Vossas Excelências devem condescender em pôr em prática esta lei. A liberdade deve ser imediatamente concedida a qualquer um de nossa raça que ainda seja mantido como escravo."[22] O príncipe Maurício continuou a exercer sua influência a favor dos índios, mas todo o êxito que teve minou suas tentativas de atrair os moradores portugueses.

A mão-de-obra era um gargalo crítico, ainda mais porque a escravização de índios foi banida de forma mais eficaz do que no passado. Como observa de maneira sucinta um relatório ao Heeren XIX em 1638: "Não é possível fazer nada no Brasil sem escravos."[23] Em junho de 1637, foi enviada do Recife uma expedição para tomar El Mina, agora a feitoria de escravos portuguesa mais importante na costa ocidental da África. Depois de um cerco de cinco dias, El Mina foi dominada, e começaram as negociações para adquirir escravos para o Brasil holandês. A falta de mão-de-obra no Brasil holandês foi aliviada, mas as importações registradas de escravos por Recife ainda eram de menos de 2.000 por ano no final da década de 1630, ou menos da metade do que antes da ocupação holandesa. A CIOc ainda exercia o monopólio do tráfico de escravos, e só lentamente adquiriu a técnica e as conexões necessárias. No entanto, o poder naval holandês permitiu que a CIOc conseguisse expulsar os portugueses de seus principais postos fortificados na costa africana, e chegasse a tomar Luanda e Benguela em 1641.

Os reis do Congo há muito tempo achavam frustrantes suas relações com Portugal, já que esta nação tentava monopolizar as relações do reino com o mundo exterior, fossem comerciais, políticas ou religiosas. Houve também conflitos armados entre o Congo e Luanda (Angola portuguesa) em 1621-24, que envolveram perda de território para esta última. Os reis do Congo viram com cordialidade a chegada dos holandeses, que forneciam mercadorias em condições mais vantajosas e ofereciam a possibilidade de escapar da tutela portuguesa. Na verdade, a tomada de Luanda pelos holandeses em 1641 ajudou o rei congolês, Garcia II, a negociar com o Vaticano o envio de uma missão de capuchinhos, que aos poucos substituíram os jesuítas ligados aos portugueses como principal colônia religiosa do reino, e a garantir a reorganização da Igreja congolesa, afastando-a do controle do rei português. No entanto, do ponto de vista do monarca congolês havia uma desvantagem na posição fortalecida

dos holandeses, já que ela também fortalecia a autonomia da província separatista de Nsoyo, cujos condes haviam tolerado o contrabando dos holandeses. Com Luanda em suas mãos e boas relações com o vizinho reino africano, os holandeses logo puderam aumentar o número de escravos enviados à Nova Holanda. Em 1642, o número de africanos vendidos em Recife subiu a mais de 2.000 por ano pela primeira vez, chegando ao pico de 5.565 em 1644.[24]

A CIOc instigou o príncipe Maurício a conquistar a Bahia. O *stadtholder* do Brasil repeliu com êxito um ataque espanhol ao Recife em 1640, mas não foi enérgico nas hostilidades contra as capitanias ao sul. Pelo menos uma parte do açúcar exportado do Brasil holandês pode ter sido contrabandeado do sul. Talvez ele também soubesse que a tensão entre Portugal e Espanha estava atingindo seu ponto mais alto. No fim da década de 1630, já era visível a discórdia cada vez maior entre o rei da Espanha e seus súditos portugueses. Madri havia feito tentativas custosas, embora frustradas, de reconquistar Pernambuco; a expedição de meados da década de 1630 custara mais de três milhões de cruzados.[25] Assim, Madri sentiu-se inteiramente justificada ao impor a Portugal impostos de guerra extraordinários, como o *real d'água*. Durante toda a década de 1630, o comércio entre Portugal e Brasil foi extremamente perigoso, com dezenas de caravelas perdidas para os holandeses a cada ano.

A união das duas coroas nunca fora popular em Portugal, e ficou ainda menos ao ser associada à perda de metade do Brasil, de El Mina e de Luanda, ao fracasso militar e à multiplicação dos impostos. Problemas econômicos provocaram o levante popular em 1637, mas a nobreza negou-se a apoiá-lo. Depois que a agitação do povo foi sufocada, as classes dominantes sentiram-se mais preparadas para exprimir sua própria insatisfação. A união das coroas expusera o império português a ataques prejudiciais; antes de 1580, Portugal conseguira permanecer fora dos conflitos europeus, exceto por choques ocasionais com seu vizinho ibérico. Com o ataque holandês e a crescente fraqueza da Espanha, a volta à posição tradicional tornou-se atraente. A comunidade mercantil portuguesa tinha poucas razões para comemorar a ligação com a Espanha, em vista da redução da perspectiva de novos *asientos*. Em 1640 Madri convidou a nobreza militar portuguesa a ajudar na repressão à revolta na Catalunha. Em vez disso, os nobres portugueses aproveitaram a oportunidade para rejeitar o domínio dos Habsburgo espanhóis e proclamar o duque de Bragança rei João IV de Portugal.

Como Madri recusou-se a aceitar a independência portuguesa, o novo regime de Lisboa achou prudente oferecer uma trégua aos holandeses. Durante o início da

década de 1640, o Brasil vislumbrou pela primeira vez a prosperidade. Em 1641, a Companhia exportou 94.000 arrobas de açúcar, enquanto comerciantes particulares despachavam 353.000 arrobas, um total conjunto que finalmente se aproximava da produção de antes da guerra. Mas o príncipe Maurício discordava cada vez mais da política predatória e intolerante que o Heeren XIX e alguns holandeses no Brasil queriam lhe impor.

Os governantes da república holandesa viam pouca necessidade de ter muita consideração pelos interesses e pela sensibilidade dos portugueses. A população dos dois estados podia ser semelhante, mas os recursos econômicos e o desenvolvimento dos holandeses eram muito maiores. A União das Províncias possuía uma frota de dois ou três mil navios oceânicos bem armados e podiam contar com um contingente de 80.000 marinheiros. Os portugueses tinham trezentas ou quatrocentas caravelas e cerca de doze galeões, a maioria deles na armada real; havia apenas cerca de 4.000 a 6.000 marinheiros portugueses experientes.[26] No Ceilão, na África e mesmo no Brasil os holandeses foram de início bem recebidos pelos que eram explorados pelos portugueses. O Heeren XIX não via necessidade de conciliação com os portugueses; na verdade, em 1640-41 enviaram mensagens a seus representantes nos dois lados do Atlântico mandando tomar o máximo possível de território português antes que a trégua tivesse início. O príncipe Maurício prontamente apoiou a expedição para tomar Luanda e Benguela, já que os engenhos ainda precisavam de escravos. Mas este soldado estava muito mais comprometido com a obra de construção pacífica e conciliação na Holanda brasileira do que os comerciantes e sacerdotes holandeses.

A tolerância religiosa nunca fora incentivada pelos pregadores calvinistas, quer na Holanda, quer no Brasil; ficou ainda mais difícil quando a Igreja católica da colônia fez algumas conversões entre os holandeses, enquanto os calvinistas nada conseguiram com os portugueses. Alguns índios aceitaram o protestantismo, mas imediatamente demonstraram uma independência que provocou a hostilidade dos pregadores. O *stadtholder* cultivava boas relações com as tribos indígenas, mas também tinha consciência de que a prosperidade da colônia dependia da colaboração permanente dos moradores, fazendeiros e mercadores portugueses restantes que não puderam abandonar suas terras ou não estavam tão ligados à ordem colonial de castas derrubada pelos holandeses. A população do Brasil holandês era de mais de 100.000-120.000 pessoas nesta época, mas tinha menos de 10.000 holandeses, incluindo os soldados da guarnição. A imigração holandesa não se distinguia pela quantidade nem pela qualidade, como o príncipe Maurício nunca deixou de se queixar. A maior fonte de imigrantes era o exército de ocupação, que não era formado só de holandeses e cujos

membros não tinham os recursos necessários para assumir a liderança econômica da colônia. A grande maioria dos proprietários de engenhos e dos lavradores continuava a ser de "portugueses" ou brasileiros católicos. Havia ainda propriedades abandonadas disponíveis no início da década de 1640, mas os holandeses ricos obviamente não se sentiam atraídos pelas dificuldades da colonização tropical. O príncipe explicou pacientemente o problema ao Heeren XIX: "Deixai-me explicar outra vez. Colonos pobres não são adequados para uma colônia como o Brasil. (...) Cuidai de colonizar o Brasil com homens que disponham de recursos — homens que possam comprar negros para criar plantações de cana-de-açúcar. Para o capitalista, todas as portas se abrirão."[27]

Havia agentes comerciais holandeses e "cristãos-novos" judeus na comunidade mercantil, mas eles viviam em conflito com os fazendeiros e lavradores que não podiam pagar as dívidas que contraíam para recuperar suas propriedades. O príncipe Maurício sabia que o endividamento dos fazendeiros, causado, em grande parte, pela escassez e pelo alto preço dos escravos, era um problema delicado e explosivo; à custa de muita impopularidade com os mercadores, ele evitou que cobrassem judicialmente as dívidas dos fazendeiros, que chegavam a dois milhões de florins (um milhão de cruzados) em 1644.[28] Foi fácil para os holandeses da pequena colônia-dentro-da-colônia desenvolver e demonstrar desprezo pela maioria que falava português. O príncipe Maurício, ao contrário, dava muita atenção aos líderes da comunidade portuguesa, como o fazendeiro João Fernandes Vieira, um arrivista que diziam ser filho ilegítimo de um fidalgo da ilha da Madeira e uma mulata.[29]

Depois de choques com o Heeren XIX e com os holandeses no Brasil, o príncipe Maurício pediu para deixar o cargo. Partiu em maio de 1644 e foi substituído por um comitê mais atencioso com os senhores holandeses da Companhia. Os recursos da CIOc estavam se exaurindo com o esforço para romper o controle espanhol do Caribe. O príncipe pedira reforços com insistência, mas estes nunca vinham em quantidade suficiente. Na opinião de muitos membros do círculo do governo holandês, a revolta portuguesa contra a monarquia espanhola e um conflito prolongado entre Lisboa e Madri significavam que a "Nova Holanda" não era mais uma frente da luta principal contra a Espanha.[30]

Com a partida do príncipe Maurício, a posição holandesa deteriorou-se rapidamente. Em junho de 1645, os moradores de Pernambuco se revoltaram contra a política cada vez mais intolerante e ambiciosa da Companhia. Foram liderados por Fernandes Vieira, que formou um terço que chegou a contar com 1.800 homens. O proprietário de uma grande fazenda no Brasil colonial tinha seus próprios jagunços ou agregados armados, além dos lavradores que dele dependiam. As tentativas ho-

landesas de proibir a renegociação dos empréstimos e de impedir as cerimônias católicas públicas provocaram a hostilidade dos moradores locais. A revolta adquiriu um caráter especificamente brasileiro, mas sem dúvida foi também reforçada pela exortação mais forte à lealdade portuguesa que podia ser feita pela monarquia restaurada em Lisboa. As autoridades portuguesas não apoiaram publicamente a revolta, mas depois de alguma hesitação deram apoio clandestino aos rebeldes, com a concessão de patentes aos líderes e o envio de 150 soldados experientes.

O contra-ataque luso-brasileiro

Desde o início, a rebelião foi reforçada pela adesão de comandantes índios e negros que nunca haviam aceitado os holandeses. Os portugueses já estavam no Brasil há mais de um século, e a formação social colonial incorporara vários milhares de índios e negros livres, na maioria católicos, os primeiros organizados sob o comando dos seus próprios chefes e os últimos com suas próprias irmandades. Em 1646, o capitão negro Henrique Dias liderou uma coluna de 330 negros, enquanto o índio Felipe Camarão comandava 460 combatentes indígenas; juntos, eles representavam quase um quarto das forças portuguesas da época, e mostraram-se militarmente muito eficientes.[31] As autoridades portuguesas tinham consciência do valor do apoio dos índios e negros, e fizeram algumas concessões ideológicas para incentivá-lo. O padre jesuíta Antônio Vieira, já famoso em Portugal e no Brasil pela oratória brilhante de seus sermões, castigou com vigor os colonos portugueses por tratarem índios e negros de forma cruel.

A participação de índios e negros na luta de "libertação" foi mais tarde alvo de muita celebração mítica por parte de ideólogos coloniais e imperiais; houve um Regimento Henrique Dias nas forças armadas brasileiras por mais de duzentos anos. Mas tanto portugueses quanto holandeses tiveram grande cuidado de não atacar a instituição da escravidão. A alforria foi oferecida a alguns escravos caso se tornassem soldados, mas a grande massa continuou no trabalho duro. Com o desdobramento da revolta, alguns escravos tiveram oportunidade de fugir; os escravos que se libertaram deste modo formaram quilombos no interior, como a famosa república negra de Palmares. Mas estas fissuras no sistema escravista não estavam incluídas nos planos das partes em conflito.

Os rebeldes repeliram as tropas holandesas enviadas contra eles e desorganizaram bastante a economia açucareira. Em 1646, a Companhia só exportou 55.800 arrobas de açúcar, enquanto os comerciantes privados tiveram desempenho ainda

pior, com carregamentos de menos de 20.000 arrobas, representando uma produção total de menos de um quarto do que se conseguia no início da década. Como a CIOc usava o lucro da venda do açúcar para financiar suas operações, este foi um golpe duro. Os oligarcas da Regência em Amsterdã tinham muitas ações da CIOc e exerceram influência decisiva no parlamento. Seus principais interesses eram o Báltico, o Mediterrâneo e o Extremo Oriente. O comércio europeu da Holanda era pelo menos dez vezes maior que seu comércio transatlântico, mesmo nas melhores épocas, enquanto o comércio com o Extremo Oriente oferecia a oportunidade de lucros excepcionais; em comparação, o comércio com o Brasil era pequeno e, no que tangia à CIOc, muito pouco lucrativo. Quando a trégua terminou, a CIOc pôde sobreviver principalmente por meio do saque de caravelas portuguesas e da venda de escravos no Caribe. A Companhia ainda recebeu alguma ajuda, já que reduzira as tentativas portuguesas de retomar suas feitorias na Ásia e oferecia algum mercado para os comerciantes da Zelândia, que tinham pouca participação na CIOr. Em 1647, os Estados Gerais enviaram uma grande frota para o Atlântico Sul, com planos de invadir a Bahia e assim atacar a rebelião pela retaguarda. Mas o envio de suprimentos e reforços à colônia holandesa continuou irregular e insuficiente.

A ocupação holandesa em Pernambuco estimulou mais do que impediu o desenvolvimento das capitanias do sul. Fazendeiros emigrados e seus escravos ajudaram a incentivar a indústria do açúcar na Bahia e no Rio de Janeiro, que conseguiu superar a produção holandesa de Pernambuco até nos melhores anos. O açúcar produzido era enviado a Lisboa, de onde seria vendido a mercadores ingleses ou holandeses. O crescimento do Sul compensou parcialmente as autoridades portuguesas pela perda do Norte; a reação imediata à revolta de 1645 fora bastante cautelosa. Mas a perda de Angola (Luanda e Benguela) havia sido especialmente problemática, já que ameaçava o fornecimento de escravos no qual se baseava a prosperidade do Brasil português. A quebra da trégua depois de 1645 deixou os navios portugueses sujeitos à pilhagem; 111 deles foram capturados em 1647.[32]

Afinal, chegaram notícias de que uma grande frota holandesa comandada por Witte de With invadira a ilha de Hisparica e preparava-se para um ataque à Bahia. Estava claro que seria impossível uma conciliação com os holandeses. O rei português tomou a medida excepcional de enviar toda a armada real para defender a Bahia; a bordo estavam 462 nobres voluntários, 2.350 soldados e 1.000 marinheiros.[33] Os holandeses não atacaram a Bahia e evacuaram Hisparica antes da chegada da armada, mas os portugueses não quiseram atacar a frota mais forte da Holanda. Em Portugal, outra esquadra menor foi reunida e enviada ao Rio sob o comando de Salvador

de Sá, neto de Mem de Sá e talvez o homem mais rico do Brasil — possuía 700 escravos. No Rio, Salvador de Sá aumentou sua esquadra à custa do Brasil e partiu para Angola. Com 15 navios e 1.400 homens, mais da metade deles brasileiros, conseguiu recuperar Luanda, Benguela e São Tomé. Nesta façanha ele foi ajudado pelo fato de que os bolsões de portugueses e sua *guerra preta* haviam se mantido no interior de Angola, em Massange e em alguns outros pontos — sobrevivendo, em certos casos, da captura de escravos para os holandeses. Na África, como em Pernambuco, a síntese colonial portuguesa, implantada depois de muitas décadas, não era fácil de extirpar.[34]

A vitória notável das forças luso-brasileiras em Angola só foi conseguida porque a expedição conseguiu escapar da frota holandesa, que mantinha a superioridade no mar. Na verdade, o comércio de açúcar do Brasil português fora interrompido em 1648, quando o inimigo capturou 132 caravelas. O açúcar tomado destas caravelas logo superou o produzido no Brasil holandês. As forças terrestres luso-brasileiras infligiram derrotas aos holandeses em 1648 e 1649, confinando-os num minúsculo enclave em torno de Recife que tinha de ser abastecido por mar, de forma muito cara, e que exportou menos de 16.000 arrobas de açúcar em 1650.[35] Na região sul do Atlântico, o poderio marítimo holandês e o poderio terrestre português haviam se equilibrado.

Em 1649, as autoridades portuguesas, seguindo um plano elaborado pelo padre Vieira, fundaram uma nova companhia que deveria organizar um sistema de comboios e receber o monopólio das importações brasileiras e o direito de cobrar uma taxa sobre a exportação de açúcar e de outros produtos coloniais. O padre Vieira, apesar de sua tendência a ralhar com os fazendeiros, conhecia bem os problemas do Brasil e recebia relatórios de seus colegas lá estabelecidos. A Companhia do Brasil por ele projetada levantou capital prometendo aos cristãos-novos imunidade contra o confisco de seus bens pela Inquisição. Vieira foi mandado para Amsterdã por Dom João IV para entabular negociações com o governo holandês, e usou esta oportunidade para chegar a um acordo com membros da comunidade judaica. A marinha mercante portuguesa, já muito prejudicada, foi recuperada com a contratação de navios ingleses ou com a concessão de licenças para que participassem do comércio com o Brasil. Já em 1648-49, vinte navios ingleses ajudaram os portugueses no sul do Atlântico — cobrando seu preço por isso. Em 1650, a primeira frota da nova companhia, com 18 navios de guerra e 48 mercadores, chegou à Bahia para juntar suas forças à armada real e escoltar a produção de açúcar até a Península. Mobilizou-se um capital de 1.300.000 cruzados para tornar isso possível. Depois da irrupção da

primeira Guerra Anglo-Holandesa em 1652-54, a armada da Companhia do Brasil bloqueou Recife e forçou a capitulação holandesa em 1654. No entanto, a hostilidade entre holandeses e portugueses reacendeu-se em outras partes do mundo e só se conseguiu um tratado que desse fim ao sonho holandês de um império no Sul do Atlântico em 1662, mais uma vez com a ajuda, em interesse próprio, da Inglaterra.[36]

Fontes da fraqueza holandesa

A derrota da CIOc em Angola e no Brasil provocou grande descontentamento nas Províncias Unidas; tanto de With quanto os diretores da Companhia ficaram presos por algum tempo em decorrência de seus fracassos. Num período de mais de três décadas haviam sido consumidos recursos imensos nesta aventura no sul do Atlântico; no final, nada havia para mostrar além de uns dois fortes africanos e um punhado de bases minúsculas no Caribe, como a colônia de Curaçao, criada pelo famigerado Peter Stuyvesant para contrabandear fumo e vender escravos. Embora o comércio americano fosse secundário quando comparado ao do Báltico ou do Mediterrâneo, não deixava de ter importância para os outros negócios dos holandeses; eles precisavam dos corantes americanos para a fabricação de tecidos e do açúcar americano tanto para uso doméstico quanto como forma adicional de penetrar nos mercados europeus, onde continuava a ser muito valorizado. Havia pouca dúvida de que o comércio dos produtos das *plantations* tinha enorme potencial — potencial que fora parcialmente sufocado pelo conflito destruidor no Brasil, mas que era bem evidente na inflação dos preços do açúcar em Amsterdã, que subiram um terço entre 1644 e 1646. O fracasso no envio de forças decisivas à CIOc entre 1645 e 1654 refletiu em parte o fato de que os comerciantes holandeses independentes tinham deixado de contar com o Brasil holandês como fonte de açúcar, fumo ou corantes. Continuou a existir um comércio intermitente com Lisboa, onde os produtos brasileiros podiam ocasionalmente ser adquiridos a preços mais baixos. Na verdade, a própria exuberância comercial holandesa conspirava às vezes contra os interesses da CIOc, já que os comerciantes holandeses continuaram a vender aos portugueses suprimentos navais e a comprar produtos de postos de contrabando de colonos ingleses e franceses que estavam se estabelecendo nas Pequenas Antilhas.

A tentativa holandesa de colonização no sul do Atlântico não teve o empenho, o acompanhamento e a segura direção estratégica necessários. A superioridade holandesa nunca se impôs sobre o Brasil português com tenacidade e objetividade. A

própria CIOc, embora fosse um ramo da política estatal, também devia apresentar lucro a longo prazo; quando não o conseguiu, os oligarcas da Regência simplesmente reduziram seus prejuízos. A revolta da Holanda, primeira revolução burguesa bem-sucedida, não forjou um novo aparato político centralizado. Com tantas cabeças quanto uma hidra, ela nasceu da resistência civil à desorganização e à exploração fiscal dos Habsburgo; alimentou-se da habilidade dos corsários holandeses e da ambição dinástica da Casa de Orange. Esta aliança foi boa para a libertação e a defesa das Províncias Unidas e para ataques aos monopólios comerciais imperiais da Península Ibérica, mas não para o estabelecimento de novas colônias. Em conjunturas cruciais do duelo com os portugueses, a CIOc e os Estados Gerais ficaram paralisados pelo poder de veto exercido de forma eficaz por uma ou outra das facções mercantis, principalmente pelos interesses comerciais de Amsterdã no Báltico. Em 1648, a Companhia das Índias Orientais, consciente de sua posição mais forte, recusou-se a unir forças com a CIOc na busca da salvação comum. Em 1650, a perspectiva da CIOc de receber apoio constante e obrigatório diminuiu outra vez quando o *stadtholder* morreu sem deixar herdeiro adulto; os Estados Gerais proclamaram uma forma mais pura de República na qual o poder executivo ficou ainda mais enfraquecido.

O fracasso holandês na América refletiu em parte seus sucessos na Europa. Depois de conseguir ficar independente da Espanha, a população da Holanda sentiu-se muito à vontade numa metrópole próspera e tolerante, bem demais para querer emigrar em número suficiente para fundar novas colônias sólidas. As mulheres holandesas não se sentiam atraídas pela perspectiva de começar uma vida nova no ambiente estranho de uma colônia escravista tropical. Faltava aos holandeses a capacidade de adaptação que permitiu aos portugueses encontrar e manter um ponto de apoio nas regiões menos agradáveis ou hospitaleiras. Durante algum tempo os holandeses gozaram das boas graças do governante de Kandy, no Ceilão, do rei do Congo e da rainha de M'bundu ao sul da África Central, e de algumas tribos indígenas no Brasil, mas tiveram menos sucesso do que os portugueses na disseminação da sua língua e da sua religião e na criação de um suporte duradouro para a presença colonial. Os colonos holandeses esperavam voltar para a Europa, enquanto os de Portugal dispunham-se a fazer vida nova no ultramar.[37]

Os holandeses também não conseguiram enviar colonos suficientes para que a colônia da Nova Holanda na América do Norte fosse um sucesso estável. A agricultura holandesa, baseada no aproveitamento de grandes extensões de terra, compartilhava com a Inglaterra características de um capitalismo agrário precoce, mas não criou o mesmo ímpeto de emigração que sustentaria as colônias inglesas na América

do Norte e no Caribe. As províncias holandesas atendiam melhor aos pobres do que a Inglaterra, e não havia nada semelhante às expulsões envolvidas no processo inglês de fechamento dos campos. No entanto, a Holanda testemunhou um processo de emigração e colonização no século XVII; o prestígio da agricultura holandesa era tão grande que foram oferecidas muitas vantagens a colonos holandeses em vários principados alemães, na Escandinávia e até mesmo na Inglaterra. Nesses casos os colonos holandeses não esperavam encontrar as dificuldades das colônias distantes e seus nativos hostis do outro lado do oceano. A emigração holandesa espalhou-se ao longo das rotas de sua rede comercial na Europa, assim como a da Inglaterra estaria intimamente ligada ao comércio atlântico. Em meados do século, a CIOc só enviava dois navios por ano para Nova Amsterdã, onde havia comércio de peles mas não de produtos agrícolas; os habitantes dessa colônia na América do Norte também acharam desagradáveis o monopólio e os regulamentos da Companhia.[38]

Depois da Restauração em 1640, o estado português pôde novamente ser dirigido com vigor e determinação. O Brasil, é claro, tinha mais importância para Portugal do que qualquer outra colônia — e também mais valor do que o Brasil holandês poderia ter para sua metrópole muito mais rica. Tanto na metrópole quanto nas colônias havia forças espontâneas poderosas lutando pela restauração colonial. Os brasileiros de Pernambuco viram-se levados à bancarrota e tratados com desprezo; os das capitanias do sul viram sua futura existência ameaçada quando Angola caiu e foi quebrado o vínculo marítimo com Portugal. Os fazendeiros brasileiros esperavam, sem dúvida, sair do conflito com ainda mais poderes e privilégios. Na metrópole, o projeto colonial unificou quase todas as camadas da sociedade: os funcionários reais e a nobreza militar, os mercadores importantes de Lisboa e potenciais emigrantes do norte do país, membros das ordens religiosas e marinheiros comuns. As estruturas da monarquia portuguesa, apesar de sua predisposição às práticas restritivas e desajeitadas do comércio feudal, estavam firmemente voltadas para a defesa do império. Boxer comenta: "O rei Dom João IV não teve que se preocupar com a obtenção do apoio do Algarve e do Alentejo antes de executar as decisões tomadas por seu Conselho de Estado. Compare-se esta forma unificada de governo à situação caótica das chamadas Províncias Unidas."[39]

Mas, embora Portugal tenha recuperado a Angola e o Brasil, o resultado foi, em outros aspectos, menos positivo do que parece. A força comercial subjacente dos holandeses derivava de uma troca complexa de produtos agrícolas e manufaturados. A própria metrópole dispunha de uma agricultura capitalista incipiente, de indústrias de processamento de alimentos, de manufaturas têxteis e de grandes es-

taleiros navais e fundições. Os minúsculos postos comerciais mantidos pelos holandeses nas Américas e na África continuaram por muito tempo a atuar como ímãs para o comércio de escravos e de produtos agrícolas por causa de sua capacidade de manter um vigoroso comércio marítimo bilateral. As autoridades espanholas concederam grandes *asientos* à CIOc para o fornecimento de escravos em vez de Portugal nas décadas de 1670 e 1680. Esta Companhia, que fracassara em seu grande objetivo de conquistar o Brasil ou destruir o império espanhol nas Américas, encontrou mais tarde seu principal negócio no comércio de escravos que de início repudiara.

Portugal, por outro lado, tinha um mercado interno muito modesto e pouca capacidade de manufatura ou de construção de navios. A derrota imposta à CIOc na década de 1650 foi conseguida por intermédio do dispendioso apoio inglês. Daí em diante, mercadores ingleses privilegiados instalaram-se no núcleo da empresa colonial portuguesa. A Companhia do Brasil foi, em seus próprios termos, um sucesso, ao fornecer um mercado seguro e regular para os proprietários brasileiros de *plantations*. Em 1656, 107 navios transportaram cerca de 2.000.000 de arrobas de açúcar para Lisboa, mas este nível de exportação só raramente chegou a ser superado. A Companhia, seu sistema de comboios e a aliança com a Inglaterra impuseram uma camisa-de-força ao futuro desenvolvimento da economia de *plantation*. A própria CIOc demonstrara que o grande monopólio comercial não era adequado para explorar as possibilidades de expansão do comércio das *plantations*. A Companhia do Brasil acabou sendo um exemplo do mesmo ponto. Embora outros produtores tenham participado do mercado, mostrando que este era passível de expansão qualitativa, a exportação de açúcar brasileiro, confinado a uma fórmula comercial rígida e cara, estagnou.

Mas, devido aos recursos de Portugal, a utilização do monopólio de uma companhia e do sistema de comboio permitiu que a metrópole recebesse o que considerava seu direito. Quando Carlos II da Inglaterra negociou a mão de Catarina de Bragança em 1662, pediu a seu embaixador em Lisboa que descobrisse "se seria prático para os ingleses assumir todo o comércio de açúcar, adquirindo toda a mercadoria a um preço, e nos comprometendo a enviar nossa frota ao Brasil, e daí a comboiar para Portugal a quantidade do açúcar que deve a cada ano ser destinada àquele consumo, e podendo então transportar o restante para onde acharmos melhor".[40] Esta proposta de acabar com a Companhia do Brasil sugere que ela era considerada um obstáculo ao comércio britânico. O êxito luso-brasileiro na expulsão dos holandeses da América do Sul ajudou momentaneamente a preservar o controle ibérico original do acesso europeu à produção do Novo Mundo. Seguiu-se

um programa mercantilista colonial que procurou desenvolver novas indústrias no Brasil e promover expedições para a descoberta de metais preciosos.

Depois da retomada de Angola e São Tomé, os portugueses tiveram alguma dificuldade para restaurar o nível anterior da exportação de escravos. Os holandeses continuavam agindo ao longo da costa, e ainda podiam oferecer preços altamente competitivos. Os governadores de Luanda patrocinaram uma série de guerras locais com o objetivo de assumir o controle do mercado e das rotas comerciais ligadas à fronteira escravista do interior. Em 1665, decidiram se aproveitar da revolta civil no Congo e fazer um ataque punitivo contra o antigo reino dependente. Na batalha de Mbwila, o novo monarca do Congo, Antônio I, levou seu excelente destacamento de 380 mosqueteiros, apoiados por dezenas de milhares de soldados camponeses, num ataque impetuoso às forças portuguesas, com 450 mosqueteiros flanqueados por dois canhões e a formidável *guerra preta*. O ataque fracassou. Antônio foi morto, assim como 98 nobres de títulos elevados e 400 fidalgos menores.

Este seria um golpe ainda pior para o reino do que Alcácer-Quibir fora para Portugal em 1578. A aristocracia escravocrata da capital, São Salvador, não pôde mais se impor às aldeias ou às regiões circunvizinhas, e o reino foi dilacerado pela guerra civil. A coroa congolesa acabou sendo tomada por uma facção aristocrática apoiada pelos holandeses e liderada pelos condes de Nsoyo. As autoridades portuguesas acabaram encontrando um candidato que podiam apoiar, e em 1670 enviaram mais uma vez seus mosqueteiros e sua *guerra preta* para o Congo. Depois de um sucesso inicial, as forças portuguesas caíram numa emboscada em 18 de outubro, na qual as tropas de Nsoyo, abastecidas pelos holandeses, as destruíram e capturaram sua artilharia e os mosqueteiros — segundo a lenda, os comerciantes de Nsoyo ofereceram os prisioneiros portugueses como escravos para os holandeses, que não quiseram comprá-los. A entidade conhecida como reino do Congo continuaria sendo alvo de guerras civis aristocráticas na região por várias décadas. Graças a um movimento religioso popular afro-cristão e militante, liderado por uma profetisa, Beatriz, que afirmava que Jesus tinha nascido no Congo, o país acabou recuperando algo de sua antiga formação, mas este era um movimento componês e não uma disputa de aristocratas. A capital congolesa nunca mais voltou a ser um centro administrativo eficaz, com possibilidade de ajudar os portugueses ou os holandeses, ou de oferecer-lhes as condições comerciais estáveis necessárias ao tráfico de escravos.[41]

Não se conhece o número exato de escravos no Brasil na segunda metade do século XVII, mas com a restauração do tráfico vindo de Angola e da Guiné depois de 1650

deve ter chegado à faixa de 60.000-100.000. Num sentido óbvio, o crescimento do açúcar brasileiro fora o arauto do futuro da escravidão no Novo Mundo. Os escravos tinham papel decisivo no processamento da colheita, e foi por esta época que o padre Vieira reconheceu a interdependência do Império português numa famosa fórmula: "Sem negros não há Pernambuco, e sem Angola não há negros". No entanto, o senhor de engenho brasileiro também empregava trabalhadores livres em tarefas de produção e supervisão: carpinteiros, barqueiros ou mesmo trabalhadores comuns. Nas contas dos engenhos de açúcar, o gasto com salários de trabalhadores livres, que chegava a um quinto ou um quarto do total das despesas, era maior do que o custo de aquisição de novos escravos.[42] O senhor e o lavrador de cana às vezes também contratavam índios, ou escravos de outros donos, para o cultivo e a colheita.

Assim, a indústria açucareira do Brasil baseava-se em mão-de-obra mista e, até então, o cultivo e o processamento não estavam completamente integrados. Devido a isto, é difícil ver como mais de 50.000 escravos seriam empregados no setor açucareiro; mesmo com baixo nível de produtividade, um escravo produziria um terço de tonelada de açúcar por ano, e a produção brasileira raramente chegou muito acima de 20.000 toneladas anuais. À luz destes cálculos aproximados, um quarto ou mais dos escravos brasileiros devem ter sido usados fora do setor açucareiro. Havia um padrão de uso de escravos no Brasil, assim como na América espanhola, que diferia da escravidão pura de *plantation*. Este padrão de emprego de escravos fora da agricultura de exportação pode ter tido alguma semelhança com um precedente que influenciou a cultura ibérica: o padrão da escravidão no Velho Mundo. Nas cidades, os escravos prestavam uma infinidade de serviços, entregando a seus senhores uma parte de seus ganhos. Os colonos fundaram aldeias e cidades, mas descobriram que os índios se recusavam a viver ou trabalhar nelas; em seu lugar, escravos africanos e seus descendentes trabalhavam como carpinteiros, sapateiros, fabricantes de velas, padeiros, lavadeiras e horticultores. Como o preço dos escravos era relativamente baixo no Brasil português, podiam ser comprados por donos de terra fora do setor exportador para trabalhar na criação de gado ou mesmo no cultivo de subsistência. A importação de alimentos da Europa era cara e incerta; a maior parte das necessidades da colônia era atendida pela produção local.

Escravos urbanos e artesãos no Brasil tinham com freqüência alguma esperança de liberdade para si ou para seus filhos. Como conseqüência da guerra com a Holanda, alguns libertos puderam não só servir na milícia mas também ter esperança de conseguir um emprego público; Henrique Dias tornou-se cavaleiro de uma ordem militar. Tanto os negros livres quanto alguns escravos urbanos puderam ingressar em irmandades religiosas que lhes ofereciam algum grau de segurança e proteção. Os senhores de engenho e os lavradores de cana ainda contratavam jovens imigrantes portugueses para trabalhar em suas propriedades. Muitos ainda aceitavam agregados de origem mestiça e mantinham vários tipos de servos indígenas. Os funcionários que administravam a colônia ainda eram fidalgos, enquanto a maioria dos senhores de engenho não tinha direito à fidalguia. O Brasil era, sem dúvida, uma sociedade escravista, mas de origem barroca e baseada num padrão complexo de relações sociais e étnicas.

A luta contra os holandeses no Brasil e os espanhóis na Península Ibérica pôs à prova a ordem social tanto na metrópole quanto na colônia. Embora tenha mobilizado grande apoio mercantil e colonial, a monarquia portuguesa não era diretamente responsável por estes grupos. As Cortes, que se reuniram três vezes entre 1640 e 1656, deram uma representação generosa a uma aristocracia conservadora dona de terras; os mercadores e colonos portugueses tinham de contentar-se com a influência sobre os conselheiros do rei. Na verdade, a expulsão dos holandeses do Brasil em 1654 aconteceu bem a tempo, já que logo depois os portugueses entraram num período bastante problemático. Quando Dom João IV morreu, em 1656, o poder real passou a ser exercido por sua viúva espanhola, como regente do filho mais velho, Afonso, louco ou retardado. Uma nova tentativa espanhola de invadir Portugal foi rechaçada com ajuda francesa em 1662-65. A luta entre facções pró-franceses e pró-ingleses na corte portuguesa começou por favorecer os primeiros, mas acabou resolvendo-se a favor dos segundos em 1667, quando o irmão mais novo de Afonso IV, o príncipe Pedro, assumiu o poder como Regente, declarando o rei incapaz de governar. Pedro era a favor dos ingleses e, com sua ajuda, negociou a aceitação pelos espanhóis, em 1668, da independência portuguesa. Pedro governou como regente até 1683 e como rei até 1706. A ligação com os ingleses abriu mercado para os vinhos portugueses e proporcionou um fator de segurança a seu sistema de frotas. Em troca, a comunidade comercial inglesa em Portugal, conhecida como a Feitoria (*Factory*), recebeu privilégios comerciais e a permissão para ter sua própria Igreja protestante.[43]

A ordem colonial portuguesa continuou menos centralizada do que o sistema imperial espanhol do qual escapara, e tomou mais medidas para incorporar os interesses coloniais. Os fazendeiros brasileiros haviam desempenhado um papel importante na devolução de Pernambuco à pátria-mãe e puderam exigir uma consideração especial. A Companhia do Brasil era um fardo e permitia à metrópole cobrar impostos da colônia, mas seu sistema de frotas também oferecia proteção naval em mares perigosos. Nos anos de 1662-64 a Companhia ficou subordinada à autoridade de

uma Junta do Comércio, depois de acusações de que o número prometido de galeões não fora respeitado. Como a frota tinha épocas marcadas para partir, os organizadores da Companhia temiam que a "ganância dos agricultores" elevasse os preços a níveis exagerados por meio do ocultamento da colheita até o último momento: "Mesmo que preços fixos sejam geralmente prejudiciais ao comércio, que aumenta com a liberdade, o preço fixo é o único remédio para o Brasil."[44] Finalmente foi criado um sistema no qual produtores e comerciantes negociavam um preço anual. Apesar de os preços mundiais imporem limites à negociação, tanto produtores quanto comerciantes sabiam o que faziam; na opinião de Schwartz, "provavelmente, ambos os lados ganharam alguma coisa com o sistema, embora num ano em particular um lado ou outro tenha se sentido em desvantagem".[45]

O padre Vieira, cuja sorte pessoal foi muito afetada por este torvelinho, representou uma expressão notável das tendências contraditórias que agiam sobre o novo mundo da escravidão atlântica. Num sermão de 1642 para o recém-empossado rei da dinastia de Bragança, na capela real, Vieira desenvolveu a noção de que Dom João IV era a reencarnação de Dom Sebastião, o rei perdido nas areias da África. Ao desenvolver esta idéia, Vieira procurava identificar o monarca com a noção popular da volta de um rei-redentor que daria início a uma "época de ouro". O pregador, como vimos, usara sua influência junto ao rei para garantir a suspensão de certas restrições impostas aos cristãos-novos — em troca da qual eles investiram na nova Companhia do Brasil. Durante sua visita a Amsterdã em 1647-48, ele participou de discussões com rabinos judeus e teve a oportunidade de estudar os ensinamentos protestantes holandeses e ingleses. A *História do futuro,* de Vieira, afirmava que o sucesso de Portugal na conversão de pagãos e judeus provava que o país estava destinado a ser a monarquia universal prometida.

Depois da morte de seu patrono real, o próprio Vieira se tornaria alvo da Inquisição. Ao voltar do Brasil em 1661, foi submetido a uma demorada investigação e acabou sendo condenado pela Inquisição ao silêncio eterno e à reclusão. As acusações da Inquisição contra ele diziam que era fascinado por todo tipo de heterodoxia e que sua decisão de usar trajes laicos em Amsterdã simbolizava uma traição ainda mais profunda. A profecia do pregador jesuíta da iminência de um Quinto Império do Mundo sob comando lusitano foi alvo especial do ataque da Inquisição. Vieira gostava de invocar o Velho Testamento e o Apocalipse para celebrar o especial destino global português, na espera do dia em que o rei português "subjugaria todas as regiões da terra sob um só império, de forma que todas possam (...) ser colocadas gloriosamente aos pés do sucessor de São Pedro".[46] Enquanto a facção pró-franceses

esteve em alta, Vieira nada pôde fazer além de suportar com coragem a investigação. Com o advento da regência de Dom Pedro em 1667 ele conseguiu ter sua sentença trocada por um período de exílio em Roma.

Vieira teve permissão para sair de Roma em 1675 com um perdão papal, mas nunca mais exerceu a mesma influência sobre o rei. Em 1681 retornou ao Brasil, onde morreu em 1697. No Brasil ele voltou a vergastar as más ações dos grandes fazendeiros e traficantes de escravos. Em 1653, quando tinha grande influência na Corte, renunciara aos confortos de Lisboa em troca de uma missão para investigar maus-tratos a índios nas então remotas províncias amazônicas do Pará e do Maranhão. Ficou abatido com a forma cínica como eram organizadas as expedições de caça a escravos, supostamente para salvar os escravos, com o nome de *resgate*. Nessa região do Brasil, os moradores portugueses preferiam a mão-de-obra escrava indígena à africana, já que era muito mais barata e os índios dominavam a técnica de coletar borracha, resinas e frutas na floresta tropical, sendo esta sua principal atividade. A pedido de Vieira, uma nova lei de 1655 tornou ilegal a escravização dos índios e confiou aos jesuítas um programa pelo qual os povos nativos seriam protegidos em distritos missionários. No entanto, os moradores portugueses continuaram a atacar as comunidades indígenas indefesas, cuja "descida" para as missões as deixara expostas às doenças. Embora a tentativa de Vieira de proteger os índios tivesse conseqüências desastrosas para muitos deles, provocou a hostilidade dos que viam como ameaça a presença do jesuíta. Em 1661 eles mobilizaram grupos de seguidores para prender Vieira e outros padres jesuítas, que foram então embarcados à força num navio para Portugal. Vieira chegou à Península e teve de enfrentar as acusações da Inquisição.[47]

Embora sua principal campanha tenha sido em favor dos índios, Vieira também abordou a questão da crueldade com os escravos africanos. Numa de suas viagens transatlânticas ele visitara as ilhas de Cabo Verde e ficara impressionado com os clérigos africanos que encontrara: "Há aqui padres e cônegos negros como azeviche, mas tão bem-educados, tão altivos, tão cultos, tão bons músicos, tão discretos e tão talentosos que podem bem ser invejados por aqueles das nossas próprias catedrais em casa."*[48] No Brasil ele proferiu sermões para congregações mistas de senhores e escravos, uma das quais vale citar como amostra de seu estilo de raciocínio pouco comum. Ele evoca o espetáculo dos escravos chegados da África:

*Estas palavras foram traduzidas do inglês novamente para o português; não reproduzem com exatidão o texto de Vieira. (*N. do T.*)

> Já se depois de chegados olharmos para estes miseráveis, e para os que se chamam seus senhores [vemos (...)] a felicidade e a miseria no mesmo theatro. Os senhores poucos, e os escravos muitos; os senhores rompendo galas, os escravos despidos e nus; os senhores banqueteando, os escravos perecendo à fome; os senhores nadando em ouro e prata, os escravos carregados de ferros; os senhores tratando-os como brutos, os escravos adorando-os e temendo-os como Deuses; os senhores em pé apontando para o açoite, como estatuas de soberba e da tyrannia, os escravos prostrados com as mãos atadas atrás (...). Oh Deus! Quantas graças devemos á fé, que nos destes, porque ella só nos captiva o entendimento, para que á vista destas desegualdades, reconheçamos comtudo vossa justiça e providencia. Estes homens não são filhos do mesmo Adão e da mesma Eva? Estas almas não foram resgatadas com o sangue do mesmo Christo? Estes corpos não nascem e morrem, como os nossos? Não respiram com o mesmo ar? Não os cobre o mesmo céu? Não os aquenta o mesmo sol?

Tendo exposto o problema, ele recorreu à doutrina cristã ortodoxa para resolvê-lo. Mas até chegar a esta solução, ele consegue censurar várias vezes os senhores por diversas ofensas:

> É possível, que por accrescentar mais uma braça de terra ao canavial, e meia tarefa mais ao engenho em cada semana, haveis de vender a vossa alma ao diabo? Mas a vossa, já que o é, vendei-lh'a, ou revendei-lh'a embora. Porém as dos vossos escravos, porque lh'as haveis de vender tambem, antepondo a sua salvação aos idolos de oiro (...)?

Voltando-se para os escravos, e aludindo provavelmente à luxúria carnal, ele diz:

> Se o senhor mandasse ao escravo, ou quizesse da escrava, coisa que offenda gravemente a alma, e a conciencia; assim como elle não o póde querer, nem mandar, assim o escravo é obrigado a não obedecer. Dizei constantemente, que não haveis de offender a Deus; e se por isso vos ameaçarem e castigarem, soffrei animosa e christãmente.

Recordando os tormentos dos filhos de Israel, ele enfatiza que foram várias vezes escravizados, e que em cada ocasião conseguiram libertar-se, já que bastam homens para libertar homens da escravidão do corpo (em oposição à escravidão da alma ao Diabo, que só pode ser repelida por meio da graça divina). Este sermão foi proferido para membros da irmandade Nossa Senhora do Rosário, organização de ajuda mútua para escravos e pessoas de cor que às vezes ajudava escravos a comprarem

sua alforria, usando uma mistura de ganhos de escravos e economias de parentes. Finalmente, forçando até o limite um conceito tradicional, Vieira ofereceu aos escravos a mensagem de redenção citada na epígrafe deste capítulo.

Vieira desejava mitigar a escravidão, já que suas crueldades poderiam levar o desastre novamente a Portugal:

> Olhae para os dois pólos do Brazil, o do Norte, e o do Sul, e vêde se houve jamais Babylonia, nem Egypto no mundo, em que tantos milhares de captiveiros se fizessem, captivando-se os que fez livres a natureza sem mais direito que a violencia, nem mais causas que a cubiça, e vendendo-se por escravos. (...) E porque os nossos captiveiros começaram onde começa a Africa, alli permittiu Deus a perda d'El rei D. Sebastião, a que se seguiu o captiveiro de sessenta annos no mesmo reino. Bem sei que alguns destes captiveiros são justos, os quaes só permittem as leis, e que taes se suppõem os que no Brazil se compram e vendem (...); mas que theologia há, ou póde haver que justifique a deshumanidade e sevícia dos exhorbitantes castigos com que os mesmos escravos são maltratados? Maltratados disse, mas é muito curta esta palavra para a significação do que encerra ou descobre. Tyrannizados devera dizer, ou martyrizados; porque ferem os miseraveis, pingados, lacrados, retalhados, salmourados, e os outros excessos maiores que callo, mais merecem nome de martyrios que de castigos.[49]

A noção de que os escravos eram martirizados levou Vieira à conclusão exaltada mas infeliz de que eles haviam sido marcados com um destino especial pelo Todo-Poderoso. A referência à "marca" deixada pelo "fogo de Deus" (ver epígrafe) representa, sem dúvida, a maldição de Noé, e a iluminação é a fé cristã e sua própria transformação futura. Embora esta passagem seja redigida com o brio e a compaixão característicos de Vieira, não passa de uma reafirmação elaborada da posição tradicional da Igreja quanto à escravidão. Vieira consola os cativos africanos com a idéia do paraíso celeste. No entanto, ele não elimina a possibilidade de que possam conseguir algum alívio neste mundo, afirmando que isto dependerá de uma mudança terrena, inclusive a recuperação ou a ruína de seus senhores. Estas palavras, mesmo vindas de um dos pregadores mais estimados do Império, não devem ter tido, sozinhas, nenhum impacto sobre os fazendeiros ou funcionários da Coroa. Mas é notável que um membro leigo da Irmandade do Rosário tenha começado na década de 1670 a pedir com insistência ao Santo Ofício do Vaticano uma legislação contra o tráfico atlântico de escravos e a manutenção de africanos em servidão perpétua nas Américas. Vieira pode ter dado alguma ajuda a estas petições (a cujo destino voltaremos no Capítulo VIII).

Os termos das reflexões de Vieira sobre a escravidão antecipam de forma espantosa os temas que muito mais tarde seriam abordados por críticos protestantes — por exemplo, por John Wesley em *Thoughts on Slavery* (1774). De forma um tanto discreta, o líder *quaker* George Fox insurgiu-se contra a crueldade dos senhores de escravos mais ou menos na mesma época que Vieira. É intrigante que nenhuma voz holandesa importante tenha se levantado contra a escravidão e o tráfico de escravos durante, digamos, as décadas de 1640 e 1650. Se os holandeses tivessem proclamado a liberdade dos escravos no Brasil, poderiam tomar a ofensiva contra as capitanias do sul, como o Heeren tantas vezes exigira. Seu comércio com a África, sem relação com escravos, não era nada desprezível — e o fato de ser menos lucrativo do que o tráfico de escravos posterior tinha, como já vimos, um caráter duplo. O preço do açúcar era alto, e poderiam ser oferecidos bons salários a ex-escravos e imigrantes europeus; a Nova Holanda poderia também fornecer fumo cultivado por servos contratados, aos quais se oferecia a liberdade depois de três anos de trabalho — como acontecia na maior parte da América naquele tempo. Seu próprio fracasso no Brasil refletiu a falta de um número suficiente de colonos sinceramente dedicados à escravidão da *plantation*. Mas, naturalmente, nada disso aconteceu. Como salientou Seymour Drescher, a Holanda do século XVII, depois de breves insinuações de sentimento antiescravista no início do século, abandonou a defesa da causa,[50] mesmo que essa defesa pudesse ter mudado suas oportunidades de sucesso nas Américas.

O considerável lucro financeiro que a CIOc amealhou no tráfico de escravos forneceu com certeza um bom obstáculo ao abandono de velhos conceitos, mas a CIOc nem sempre pôde seguir seu próprio caminho. A república holandesa desenvolveu na época alguns elementos de cultura humanitária, mas não a ponto de atingir a escravidão. O caráter descentralizado da política holandesa e a condição de companhia comercial da CIOc tendiam a afastá-la do âmbito da preocupação política comum; além disso, durante esses anos, a política holandesa estava subordinada a uma oligarquia inerentemente conservadora e comercial, avessa a medidas ou filosofias radicais. Quando Spinoza publicou seu *Tractatus Theologico-Politicus* em 1670, ele o fez anonimamente e em latim.

A crise de 1672, precipitada pela invasão francesa, provocou a derrubada dos republicanos conservadores. Um dos árbitros do destino do país na época foi ninguém menos que o veterano Maurício de Nassau. A queda de de Witt não resultou no tipo de interlúdio democrático radical que daria oportunidade de atacar o comércio de escravos, e sim na restauração da Casa de Orange.[51] No entanto, antes do fim do século alguns colonos holandeses na América, gente suficientemente inquieta para ter abandonado a terra natal, prepararam uma condenação eloqüente e ampla da escravidão — os *quakers* de Germantown em 1688, muitos dos quais eram na verdade holandeses. Esta famosa declaração tem a honra de ser a primeira denúncia absolutamente irrestrita da escravidão a ser registrada. Embora impressionante, era a voz de uma minúscula minoria.

O novo papel dos holandeses

O talento e o sucesso dos holandeses no comércio do hemisfério norte e no de especiarias na Ásia estimularam a ilusão de que os comerciantes holandeses tiveram a mesma importância nas Américas. Na verdade, a decisão de invadir Pernambuco, já então a área de maior produção de açúcar, significou que todo o esforço holandês atrapalhou o desenvolvimento das *plantations* do Novo Mundo. Embora Bahia e Rio tenham desenvolvido indústrias açucareiras maiores, a produção total do Brasil ficaria limitada ao nível já alcançado na década de 1620, ou cairia abaixo dele. A demanda reprimida na Europa fez o preço subir na década de 1640. Também involuntariamente, os holandeses interromperam o crescimento do tráfico atlântico de escravos. Durante toda a existência do Brasil holandês, a CIOc enviou para lá menos de 26.000 escravos. Depois da revolta em Pernambuco, a CIOc forneceu escravos ao Caribe e à América espanhola. Na verdade, alguns líderes holandeses pareciam acreditar que a conquista do *asiento* era uma compensação satisfatória pela perda do Brasil. Era um comércio lucrativo, mas o número de escravos transportados ficou provavelmente abaixo do que chegara na época do *asiento* português. No Suriname, os fazendeiros holandeses cultivaram pequena quantidade de açúcar, mas desanimaram sob a tutela dos funcionários da Companhia. Depois de outros reveses, a CIOc foi fechada em 1673; seu lugar foi ocupado por uma nova empresa holandesa de comércio de escravos, a Companhia Middelburg, que, como sua antecessora, obteve o *asiento* para abastecer a América espanhola.

Calcula-se que no período de 1680-90, comerciantes europeus de todas as nações — sendo que os mais envolvidos, em ordem de importância, foram os holandeses, portugueses, ingleses e franceses — negociaram mercadorias no valor de 10,5 milhões de guilders, ou 919.000 libras esterlinas, para comprar escravos na costa africana, que foram depois vendidos por 41 milhões de guilders, ou 3,6 milhões de libras. O aumento de preço aqui foi de 290 por cento — inferior à margem de quase dez vezes o preço original calculada para os traficantes portugueses da década de 1620,

porém maior do que a margem de 135 por cento conseguida pela CIOc em seu comércio de marfim e ouro africanos na mesma época. A competição entre uma multidão de negociantes de várias nações elevou o preço dos escravos na costa africana e o reduziu no Caribe. Mas como os holandeses tinham mais vantagem no acesso às manufaturas européias e às mercadorias orientais procuradas na costa da África, sua margem de lucro continuou boa.

Os holandeses permaneceram no comércio de ouro, marfim e outros produtos africanos durante a década de 1680, mas este tráfico ainda não era tão lucrativo quanto o de escravos. Van den Boogaart estima que os vários comerciantes europeus negociaram bens avaliados em 9,4 milhões de guilders, ou £825.000, na compra de produtos africanos que foram vendidos na Europa por 19,7 milhões de guilders, ou £1,7 milhão.[52] Os holandeses foram responsáveis por pouco mais da metade do tráfico de escravos e de mercadorias africanas. Além disso, seus navios negreiros quase sempre conseguiam pegar uma carga de açúcar nas Índias Ocidentais. Assim, os holandeses perderam uma colônia potencialmente rica, e seu comércio atlântico era apenas um pouco maior do que fora na década de 1620 — mas é provável que fosse duas vezes mais lucrativo.

Segundo os termos do Tratado de Breda em 1667, a Holanda perdeu Nova Amsterdã, agora rebatizada de Nova York, mas ganhou o controle formal do Suriname, colônia na costa nordeste da América do Sul que fora povoada por fazendeiros ingleses e cristãos-novos de origem portuguesa, originários do Brasil holandês. Juntamente com Curaçao, Santo Eustáquio e mais algumas ilhotas, o Suriname ajudou a fornecer à Holanda alguns produtos agrícolas tropicais. Embora a escala de produção continuasse modesta, ali surgiu uma sociedade escravista multicultural característica, na qual os motivos do racismo branco, em termos comparativos, ficaram amortecidos. Os brancos holandeses, ingleses e judeus, em número relativamente pequeno, preferiram conceder pelo menos alguns direitos civis às pessoas livres de cor como garantia contra ataques de povos indígenas e escravos revoltados. Mesmo nesta pequena colônia, os holandeses nunca atingiram a densidade demográfica necessária para criar uma hegemonia na ordem social. Embora o tratamento material dos escravos africanos pareça ter sido tão violento quanto no resto das Américas, desenvolveu-se ali uma cultura afro-crioula que incorporava duas línguas, que persistiram até o século XX: o suriname, agora idioma nacional e baseado no neger-engels, dialeto crioulo anglo-africano do século XVII, e o saramacano, dialeto luso-africano desenvolvido entre os escravos dos cristãos-novos portugueses e os *maroons**.

*Os *maroons* eram os escravos fugidos que formavam comunidades revoltosas no interior do país, nas Guianas nos séculos XVII e XVIII. (*N. do T.*)

A história oral dos "negros do mato" de Abaisa recorda uma fuga em massa de escravos de uma plantação em 1693, da seguinte forma:

> Na escravidão, havia muito pouco para comer. Era no lugar chamado Plantação Providência. Eles te chicoteavam até tua bunda queimar. Então te davam um pouco de arroz numa cabaça. (Foi isto que ouvimos.) E os deuses disseram a eles [aos africanos] que este não era modo de vida para seres humanos. Eles iam ajudá-los. Que cada um vá para onde quiser. E aí eles fugiram.[53]

A atividade dos *maroons*, às vezes aliados aos povos indígenas, ajuda a explicar por que o Suriname nunca pertenceu à grande liga dos produtores de açúcar. Em 1700 havia uma população de 8.000 escravos na colônia, mas o crescimento atrasou-se em relação aos produtores ingleses e franceses, patrocinados pelos próprios holandeses.

Do ponto de vista do desenvolvimento da América colonial, o apoio holandês às *plantations* inglesas e francesas foi mais importante do que seus próprios esforços coloniais nas Américas. Os monopólios comerciais e coloniais ibéricos foram quebrados, e criaram-se condições para que outras nações européias participassem do tráfico de escravos e do comércio de produtos das *plantations*. O fracasso no Brasil fez com que os mercadores holandeses procurassem outros fornecedores; bem antes da derrocada final, os mercadores holandeses independentes incentivaram pequenos grupos de colonos ingleses e franceses a criar suas *plantations* num canto escondido do Caribe.

Notas

1. Werner Sombart, *The Quintessence of Capitalism*, Nova York 1967, p. 75.
2. Niels Steensgaard, "Violence and the Rise of Capitalism: Fredrick Lane's Theory of Protection and Tribute", *Review*, vol. 2, nº. 5, pp. 257-73, 159-60. Ver também Fredrick Lane, *Profits from Power. Readings in Protection, Rent and Violence-Controlling Enterprises*, Albany, NY 1979. À luz da história contada neste capítulo, é importante que tenha sido um teórico brasileiro quem indicou as falhas teóricas deste ponto de vista — ver Roberto Mangabeira Unger, *Plasticity into Power*, Cambridge 1987, pp. 139-47.
3. Jonathan Israel, *The Dutch Republic: Its Rise, Greatness and Fall*, Oxford 1995, pp. 276-306, 402-5, 472-4; V. G. Kiernan, *State and Society in Europe, 1550-1650*, Oxford 1980, pp. 75-8; Friedrich, *The Age of the Baroque*, pp. 144-50.

4. Dresche, *Capitalism and Antislavery*, pp. 15, 173.
5. Alison Blakely, *Blacks in the Dutch World: The Evolution of Racial Imagery in a Modern Society*, Bloomington, IN 1993. Sobre o desagrado com o consumismo crescente, ver Simon Schama, *The Embarrassment of Riches*, Londres 1988.
6. Schivelbusch, *Tastes of Paradise*, pp. 96-110.
7. Há exemplos bem ilustrados destas várias opiniões em Blakely, *Blacks in the Dutch World*.
8. M. Chrétien, "Les Deux Visages de Cham", em Pierre Giral e Emile Temime, eds., *L'idée de Race dans la pensée politique française contemporaine*, Paris 1977, pp. 171-99 (174-5).
9. J. Fox, "'For Good and Sufficient Reasons': An Examination of Early Dutch East India Company Ordinances on Slaves and Slavery", em Anthony Reid, ed., *Slavery, Bondage and Dependency in East Asia*, Nova York 1983, pp. 246-62.
10. W. S. Unger afirma que foi mais a falta de mercado do que o escrúpulo religioso que afastou a CIOc do comércio de escravos na época de sua fundação. Ver W. S. Unger, "Essay on the History of the Dutch Slave Trade", em A. P. Meilink-Roelofsz, ed., *Dutch Authors on West Indian History*, Haia 1982, pp. 46-98 (p. 50).
11. Sobre o debate entre De Laet e Grotius, ver Lee Eldridge Huddleston, *Origins of the American Indians: European Concepts, 1492-1729*, Austin, TX e Londres 1967, pp. 118-27.
12. Johannes Menne Postma, *The Dutch in the Atlantic Slave Trade, 1600-1815*, Cambridge 1990, pp. 10-11, 18-22.
13. Pieter Geyl, *The Netherlands in the Seventeenth Century*, Londres 1961, vol. I, pp. 189-208; Geoffrey Parker, *Spain and the Netherlands, 1559-1659*, Londres 1979, pp. 55-6; C. R. Boxer, *The Dutch in Brazil: 1624-54*, Londres 1957, p. 25; Herman Watjen, *O domínio colonial* holandês *no Brasil*, São Paulo 1938, pp. 85-94.
14. P. C. Emmer, "The Dutch and the Making of the Second Atlantic System", em Barbara Solow, ed., *Slavery and the Rise of the Atlantic System*, Cambridge 1991, pp. 75-96 (p. 83).
15. Watjen, *O domínio colonial holandês no Brasil*, pp. 95, 494-509.
16. Ernst van den Boogaart, "The Trade between Western Africa and the Atlantic World 1600-90: Estimates of Trends in Composition and Value", *Journal of African History*, 33, 1993, pp. 369-85 (pp. 374-5).
17. Ibid., pp. 376-7.
18. Blakely, *Blacks in the Dutch World*, p. 208.
19. Hugo Grotius, *The Rights of War and Peace*, Londres 1737, pp. 3-4, 64, citado em Tuck, *Natural Rights Theories*, pp. 74, 78. Sobre Grotius e a escravidão, ver também Davis, *The Problem of Slavery in Western Culture*, pp. 133-5.
20. Tuck, *Natural Rights Theories*, p. 80.
21. Frédéric Mauro, *Le Brésil du XVe à la fin du XVIIIe siècle*, Paris 1977, pp. 105-6; Watjen, *O domínio colonial holandês no Brasil*, pp. 494-509. Ver também E. van den Boogaart, ed., *Johann Maurits van Nassau-Siegen, 1604-1679: A Humanist Prince in Europe and Brazil*, Haia 1979.

22. Hemming, *Red Gold*, p. 294.
23. Postma, *The Dutch in the Atlantic Slave Trade*, p. 17.
24. John K. Thornton, *The Kingdom of the Kongo: Civil War and Transition, 1641-1718*, Madison, WI 1983, pp. 70-72; Watjen, *O domínio colonial holandês no Brasil*, p. 487.
25. Watjen, *O domínio colonial holandês no Brasil*, p. 487.
26. Boxer, *The Dutch in Brazil*, pp. 204-7.
27. Wätjen, *O domínio colonial holandês no Brasil*, pp. 381-2.
28. Mauro, *Le Brésil*, p. 110.
29. C. R. Boxer, *Portuguese Seaborne Empire*, p. 113.
30. Jonathan Israel, *Dutch Primacy in World Trade, 1585-1740*, Oxford 1989, pp. 162-70.
31. Cabral de Mello, *Olinda Restaurada: Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654*, Rio de Janeiro 1975, pp. 172-3.
32. Ibid., p. 84.
33. C. R. Boxer, *Salvador de Sá and the Struggle for Brazil and Angola, 1602-1685*, Londres 1952, pp. 246-9.
34. Ibid., pp. 226-8, 242, 269-70.
35. Watjen, *O domínio colonial holandês no Brasil*, pp. 494-509.
36. George Winius, "Two Lusitanian Variations on a Dutch Theme: Portuguese Companies in Times of Crisis, 1628-1662", em L. Blusse e F. Gastra, eds., *Companies and Trade*, Leiden 1981, pp.119-34.
37. Charles Wilson, *The Dutch Republic and the Civilisation of the Seventeenth Century*, Londres 1968, pp. 218-23.
38. Gerald F. De Jong, *The Dutch in America, 1609-1974*, Boston, MA 1975, pp. 14-27.
39. Boxer, *The Dutch in Brazil*, p. 257. Posição endossada por Postma, *The Dutch in the Atlantic Slave Trade*, pp. 18-22.
40. Citado em Carl Hanson, "The European 'Renovation' and the Luso-Atlantic Economy, 1560-1715", *The Review*, vol. VI, nº. 4, primavera de 1983, pp. 475-532 (p. 500).
41. Thornton, *Kingdom of the Kongo*, pp. 75-7, 79-80, 106-13.
42. Schwartz, *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society*, p. 222.
43. Carl Hanson, *Economy and Society in Baroque Portugal*, Londres 1981.
44. Citado em Schwartz, *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society*, p. 198.
45. Ibid.
46. Citado em Boxer, *The Portuguese Seaborne Empire*, p. 372. No entanto, numa obra posterior Vieira negou muitas das acusações contra ele, e garantiu que o advento de um quinto império — os quatro primeiros tendo sido, respectivamente, assírio, persa, macedônio e romano — para consumar o reino de Cristo na Terra fora previsto por muitos profetas da Igreja. Ver Padre Antônio Vieira, *Defesa Perante o Tribunal do Santo Ofício*, 2 vols., Bahia 1957, vol. I, pp. 221 e seg. e Antônio Vieira, *História do Futuro*,

editado por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa 1992. Este texto, escrito entre 1649 e 1664, foi publicado pela primeira vez em 1718.

47. John Hemming, "Indianas and the Frontier", em Bethell, ed., *Colonial Brazil*, Cambridge 1987, pp. 145-89 (pp. 176-8).
48. Citado em Boxer, *The Portuguese Seaborne Empire*, p. 259.
49. Antônio Vieira, *Obras Completas de Padre Antônio Vieira, Sermões*, 15 vols., Porto 1907-09, XII, pp. 301-34. Tradução para o inglês em Conrad, *Children of God's Fire*, pp. 163-74. Ver também Ronaldo Vainfas, *Ideologia e escravidão*, pp. 95-7, 101, 125-9.
50. Seymour Drescher, "The Long Goodbye", em Gert Oostindie, ed., *Fifty Years Later*, Londres 1996.
51. Israel, *The Dutch Republic*, pp. 799-809.
52. Ernst van den Boogaart, "West African Trade, 1600-1690", *Journal of African History*, vol. 22, nº. 3, 1992, pp. 378-9 Boogaart desenvolve os valores do tráfico de escravos citados em David Eltis, "Trade between West Africa and the Atlantic World before 1870", *Research in Economic History*, vol. XII, 1989, pp. 197-239.
53. Richard Price, *First Time: The Historical Vision of an Afroamerican People*, Baltimore, MD 1983, pp. 51-2, 70-72; Richard Price, *Guiana Maroons*, Baltimore, MD 1976, pp. 23-4; Natalie Zemon Davis, *Women on the Margins: Three Seventeenth Century Lives*, Cambridge, MA 1995, pp. 174-5.

— VI —

A formação da escravidão colonial inglesa

Crescei e multiplicai-vos, enchei e dominai a terra. Dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todos os animais que se movem na face da terra.

Gênese I:28

Nas tardes de domingo, eles fazem sua música, que é de tambores de vários tamanhos; no menor toca o melhor dos músicos; e os outros fazem como um coro: o tambor, todos sabem, tem apenas uma nota; e assim a variedade de canções tem pouco a ver com esta música; e ainda assim eles variam de modo tão estranho o seu ritmo, que ela é um prazer para os ouvidos mais curiosos; e foi para mim um dos sons mais curiosos que já ouvi feitos de uma só nota.

Encontrei este negro (...) que tomava conta do bosque, sentado no chão, e diante dele um pedaço grande de madeira, sobre o qual ele havia cruzado seis varetas e tendo um serrote e uma machadinha a seu lado, cortava as varetas, aos pouquinhos, até que elas ficassem afinadas em notas, ele as cantava também; pois quanto mais curtas ficavam, mais agudas as notas que ele testava batendo na ponta das varetas. (...) Quando o encontrei assim, tomei a vareta de sua mão e testei o som, descobrindo que as seis varetas tinham seis notas distintas, uma mais aguda que a outra, o que me deixou maravilhado. (...)

Apesar de haver uma marca imposta a essas pessoas, que dificilmente será apagada, como se fosse de suas crueldades quando estavam em vantagem, e de sua covardia e falsidade; mas nenhuma regra é geral, e sim tem suas exceções; pois creio, e tenho fortes motivos para ser desta opinião, que há pessoas tão honestas, fiéis e justas entre eles como entre as gentes da *Europa*, ou de qualquer parte do mundo.

Richard Ligon, *A True and Exact History of Barbados* (1657)

editado por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa 1992. Este texto, escrito entre 1649 e 1664, foi publicado pela primeira vez em 1718.

47. John Hemming, "Indianas and the Frontier", em Bethell, ed., *Colonial Brazil*, Cambridge 1987, pp. 145-89 (pp. 176-8).
48. Citado em Boxer, *The Portuguese Seaborne Empire*, p. 259.
49. Antônio Vieira, *Obras Completas de Padre Antônio Vieira, Sermões*, 15 vols., Porto 1907-09, XII, pp. 301-34. Tradução para o inglês em Conrad, *Children of God's Fire*, pp. 163-74. Ver também Ronaldo Vainfas, *Ideologia e escravidão*, pp. 95-7, 101, 125-9.
50. Seymour Drescher, "The Long Goodbye", em Gert Oostindie, ed., *Fifty Years Later*, Londres 1996.
51. Israel, *The Dutch Republic*, pp. 799-809.
52. Ernst van den Boogaart, "West African Trade, 1600-1690", *Journal of African History*, vol. 22, nº. 3, 1992, pp. 378-9 Boogaart desenvolve os valores do tráfico de escravos citados em David Eltis, "Trade between West Africa and the Atlantic World before 1870", *Research in Economic History*, vol. XII, 1989, pp. 197-239.
53. Richard Price, *First Time: The Historical Vision of an Afroamerican People*, Baltimore, MD 1983, pp. 51-2, 70-72; Richard Price, *Guiana Maroons*, Baltimore, MD 1976, pp. 23-4; Natalie Zemon Davis, *Women on the Margins: Three Seventeenth Century Lives*, Cambridge, MA 1995, pp. 174-5.

— VI —

A formação da escravidão colonial inglesa

Crescei e multiplicai-vos, enchei e dominai a terra. Dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todos os animais que se movem na face da terra.

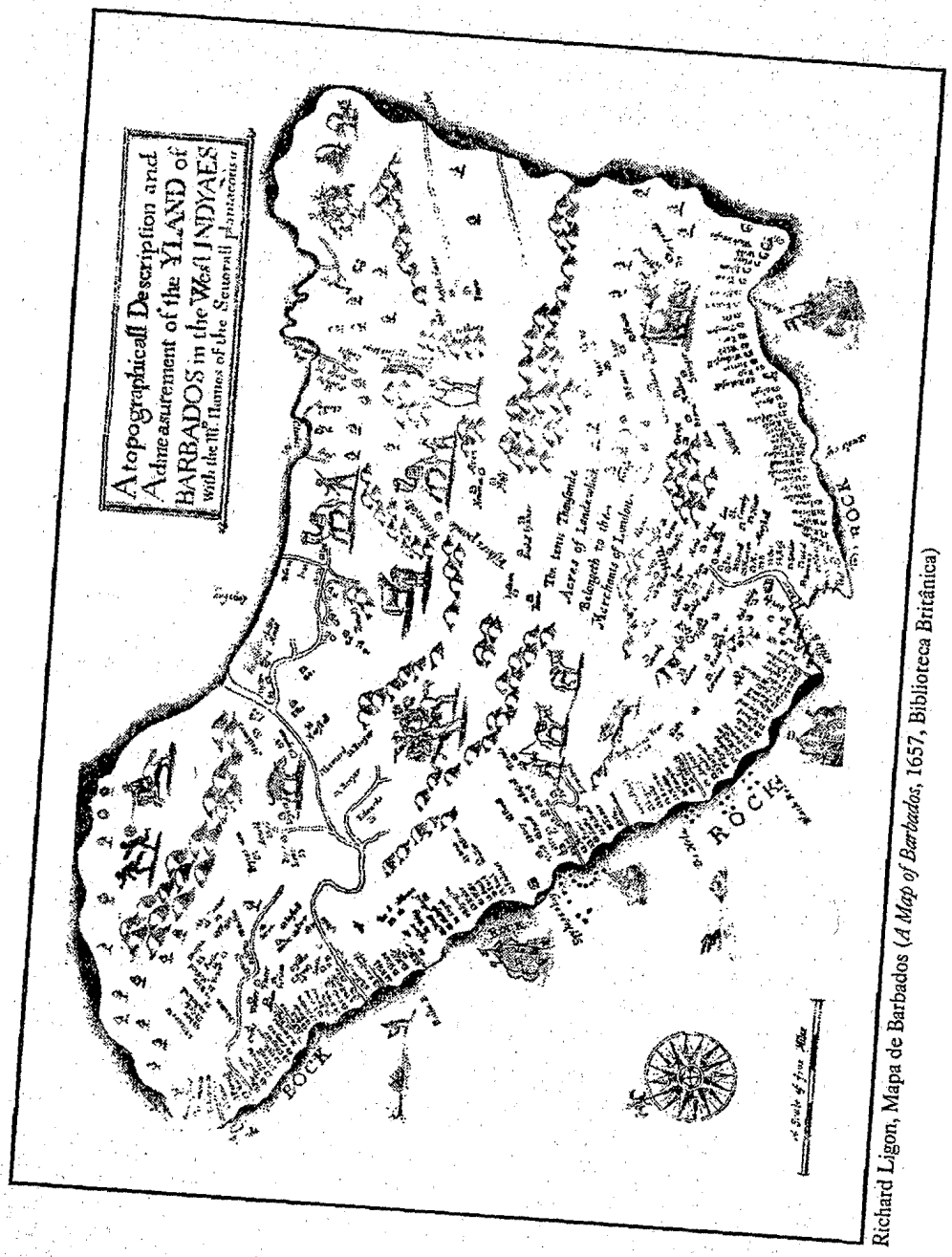
Gênese I:28

Nas tardes de domingo, eles fazem sua música, que é de tambores de vários tamanhos; no menor toca o melhor dos músicos; e os outros fazem como um coro: o tambor, todos sabem, tem apenas uma nota; e assim a variedade de canções tem pouco a ver com esta música; e ainda assim eles variam de modo tão estranho o seu ritmo, que ela é um prazer para os ouvidos mais curiosos; e foi para mim um dos sons mais curiosos que já ouvi feitos de uma só nota.

Encontrei este negro (...) que tomava conta do bosque, sentado no chão, e diante dele um pedaço grande de madeira, sobre o qual ele havia cruzado seis varetas e tendo um serrote e uma machadinha a seu lado, cortava as varetas, aos pouquinhos, até que elas ficassem afinadas em notas, ele as cantava também; pois quanto mais curtas ficavam, mais agudas as notas que ele testava batendo na ponta das varetas. (...) Quando o encontrei assim, tomei a vareta de sua mão e testei o som, descobrindo que as seis varetas tinham seis notas distintas, uma mais aguda que a outra, o que me deixou maravilhado. (...)

Apesar de haver uma marca imposta a essas pessoas, que dificilmente será apagada, como se fosse de suas crueldades quando estavam em vantagem, e de sua covardia e falsidade; mas nenhuma regra é geral, e sim tem suas exceções; pois creio, e tenho fortes motivos para ser desta opinião, que há pessoas tão honestas, fiéis e justas entre eles como entre as gentes da *Europa*, ou de qualquer parte do mundo.

Richard Ligon, *A True and Exact History of Barbados* (1657)



Richard Ligon, Mapa de Barbados (*A Map of Barbados*, 1657, Biblioteca Britânica)

Em 1594, num espetáculo apresentado ao rei Jaime VI da Escócia, posteriormente Jaime I da Inglaterra, um "negro-mouro", "mui ricamente trajado", fingia puxar um carro no qual havia uma mesa coberta com uma cornucópia de doces, confeitos e frutas da terra, cercada pelas deusas da Fecundidade, da Abundância e similares. O africano que puxava o carro, ajudado por um "comboio oculto", estava no lugar de um leão que fora considerado perigoso demais para o papel. Este quadro, apresentado com variações em eventos como as festas do Lord Mayor de Londres no século seguinte, ilustra perfeitamente a idéia da dinastia Stuart de que os negros eram um tipo de fera esplêndida mas selvagem, que poderia ser dominada para extrair as riquezas da terra tropical.[1] Mas, assim como os futuros súditos ingleses de Jaime iriam desafiar a proibição do fumo, a dinâmica do comércio das *plantations* iria frustrar as esperanças reais de que esta atividade impulsionaria o poder da Corte.

O sucesso inglês na criação de colônias de *plantation* nas Américas no século XVII dependeu de forma decisiva do fato de que a própria Inglaterra estava se transformando no maior mercado europeu de fumo, açúcar, algodão, corantes e especiarias; os mercadores que puderam adquirir estes produtos em suas próprias *plantations* foram capazes de sobrepujar os fornecedores estrangeiros, atender à crescente demanda doméstica e até mesmo desafiar o comércio atacadista holandês. Por sua vez, o florescente mercado inglês refletia a disseminação das relações sociais capitalistas, com um número cada vez maior de trabalhadores vendendo o seu trabalho em troca de algum tipo de pagamento. A transformação capitalista da agricultura ajudou de outra forma decisiva a colonização ao estimular e permitir o êxodo do campo, fornecendo pelo menos alguns emigrantes com as características necessárias para o empreendimento colonial. As *plantations* inglesas nas Américas precisavam tanto de colonos quanto de capitalistas.

Embora os escravos africanos ainda fossem se tornar a mão-de-obra predominante das *plantations*, houve um período variável de vinte a oitenta anos no qual servos ingleses povoaram as colônias de *plantation* e constituíram a principal força de trabalho. Os corsários predatórios e glamourosos do século XVI, que atacavam navios espanhóis e portugueses, fizeram fortuna às vezes, mas não conseguiram fundar colônias permanentes. Hawkins, Drake, Gilbert e Raleigh experimentaram o tráfico de escravos e a colonização, mas pertencem à pré-história do colonialismo inglês. Embora os corsários praticassem o contrabando, sua ganância de ouro e preferência pelo butim eram inimigas do comércio regular. A colonização era uma tarefa árdua, que exigia apoio profundo dos mercadores e a habilidade de atrair o tipo certo de emigrante. Os problemas que envolveram Villegaignon no Brasil, princi-

palmente aqueles gerados pela impossibilidade de fazer os ameríndios se comportarem como camponeses conquistados, também atormentaram as tentativas inglesas, como a de estabelecer uma colônia inglesa em Roanoke.

Apesar de repetidos fracassos, o impulso aventureiro colonial continuou forte no meio da aristocracia dos caçadores ingleses de fortunas. O aumento do preço dos arrendamentos e o subemprego dos membros mais jovens das classes proprietárias de terras fizeram com que alguns deles tivessem recursos materiais para suportar os pesados gastos iniciais de um navio oceânico e um estoque de filhos e primos mais jovens para comandar. Se houvesse perspectivas de comércio, seria possível convencer mercadores a colaborar com o financiamento da colonização. Mas os projetos de colonização bem-sucedidos iriam exigir algo mais: o apoio de milhares — até mesmo dezenas e centenas de milhares — de colonos preparados para trabalhar: agricultores, artesãos e trabalhadores braçais, capazes de encontrar um patrocinador que pagasse parte dos custos de instalação no Novo Mundo. As colônias que fracassaram tinham uma proporção alta demais de aventureiros nobres, caçadores insaciáveis de fortunas ou gente sem o talento ou a dedicação necessários.

Os corsários abriram caminho para as futuras colônias ao criar o mito heróico da colonização, ao mapear os pontos fortes e fracos do poder espanhol e ao identificar as mercadorias que poderiam ser adquiridas e produzidas nas Américas. Na Inglaterra, principalmente no West Country, a pirataria atingiu seu ápice no final do século XVI e início do XVII. Além das duas grandes frotas de Drake, 183 outros navios ingleses, navegando em 74 missões isoladas, foram despachados para as águas do Caribe entre 1585 e 1603. A quantidade de peles, anil, pérolas, fumo, açúcar, sal e outras mercadorias que trouxeram de volta foi adquirida como contrabando ou *rescate* e como butim. A chegada da paz entre Inglaterra e Espanha em 1604 significou o fim do patrocínio oficial aos piratas, mas havia um interesse vivo e permanente em abrir o Novo Mundo ao comércio e à colonização ingleses.

Em 1604, e outra vez em 1614, nada menos que um terço dos membros da Câmara dos Comuns estava envolvido em projetos coloniais de um ou outro tipo, embora neste campo arriscado a maioria tenha optado por um investimento prudentemente modesto. Os grandes custos iniciais costumavam ser divididos entre vários participantes e acionistas. Os nobres aventureiros e seus patrocinadores comerciais ainda esperavam encontrar minas de ouro, mas dedicavam-se ao contrabando, e até mesmo ao cultivo, para conseguir algum retorno imediato. Primeiro tentaram adquirir mercadorias, e até mesmo meios de subsistência, comerciando com os nativos americanos ou com os colonos espanhóis. Os jovens aventureiros, livres e orgulhosos, não costumavam ter resistência e disciplina, e esperavam que as tarefas rotineiras

fossem executadas por serviçais. Embora saqueassem sem misericórdia o Império espanhol, sentiam-se próximos dos *hidalgos* espanhóis e de seus equivalentes portugueses. Com eles aprenderam a aceitar a escravidão africana como coisa natural. John Hawkins fez os contatos necessários e aprendeu as técnicas do comércio de escravos nas ilhas Canárias e nos Açores, e muitos piratas menores não só comerciaram com os colonos espanhóis e portugueses como aprenderam com eles os costumes desconhecidos do Novo Mundo, como fumar tabaco, tomar chocolate, dormir em rede, comer churrasco — e ter escravos. Eles transmitiriam alguns destes hábitos aos seus conterrâneos.[2]

Os textos e compilações de Richard Hakluyt e Samuel Purchas descreveram os sucessos e fracassos da exploração e colonização européias. Em 1617, a terceira edição revista da obra de Purchas ofereceu um retrato de todo o globo, que dava ênfase especial ao potencial das Américas e encontrava encorajamento na recuperação da Virgínia depois das muitas dificuldades iniciais. Na introdução do primeiro volume, o autor observa a existência de grande comércio de escravos em Angola e menciona sua ligação com as florescentes *plantations* açucareiras no Brasil; no entanto, ele também observa o problema da revolta dos escravos e de uma "seita mestiça" que nascia nesta última colônia. Purchas insiste que o fracasso da colonização inglesa deveu-se a erros evitáveis, como indolência e brigas, desconhecimento da região e negligência quanto às épocas certas de plantar e pescar: "O milho gerou incrível recompensa" na Virgínia, observa ele, e o fumo "é famoso como mercadoria vendável".[3] Embora os compêndios de Purchas contivessem algumas recomendações e avisos úteis, ainda deixavam muito para ser aprendido por tentativa e erro, ou diretamente com os holandeses. Assim como as várias estruturas sociais européias tomaram emprestados elementos umas das outras, o elemento de cálculo consciente era quase sempre sobrepujado pela experiência prática. Como muitos futuros visionários coloniais, Purchas via o futuro das *plantations* em termos de um desenvolvimento multiforme de fazendas, pomares e vinhas, minas e fábricas, e não com a atenção do mercador concentrada em poucos produtos mais rentáveis.

A pesca em Newfoundland e o negócio de peles atraíram o comércio inglês e francês, e o início da colonização, para uma região ao norte, muito distante das principais preocupações da monarquia espanhola. Emigrantes puritanos e huguenotes, geralmente viajando em grupos de famílias, foram atraídos pela perspectiva de fugir à perseguição religiosa e construir uma comunidade de devotos. Mas a pesca, o comércio de peles e a colonização religiosa, sozinhos, possibilitariam apenas, nos climas mais nórdicos, colônias pequenas. Uma contribuição decisiva para o aumento do volume total de emigração foi o crescimento das *plantations* da Virgínia e do

Caribe. De início, o termo "*plantation*" referia-se a qualquer projeto de povoamento, mas foi nestas últimas colônias que a palavra começou aos poucos a adquirir seu sentido moderno, e a manter o movimento comercial e a demanda de mão-de-obra imigrante. Depois que os navios passaram a viajar regularmente entre a colônia e a metrópole, a organização de um fluxo constante de migração ficou mais barata e fácil.

A Irlanda era o destino final para os pretendentes a emigrantes da Inglaterra — muito mais perto, mas, como depois descobriram, alvo de dura competição. Para os monarcas ingleses, a conquista da Irlanda era uma prioridade estratégica, apesar das dificuldades citadas no Capítulo I. O êxito protestante na Inglaterra e na Escócia e seu fracasso na Irlanda tornaram ainda mais importante esmagar e colonizar os irlandeses — e ainda mais difícil. O esforço caro e prolongado do controle militar acabou tendo sucesso pelas mãos do general Mountjoy, quando Elizabeth I já estava em seu leito de morte. Alguns chefes gaélicos preferiram fazer a paz com os ingleses, e receberam a confirmação da posse das terras que antes eram tribais, mas outros foram para o exílio. Boa parte de Ulster e Munster foi considerada terra devoluta e aberta à colonização. Ao fazer a paz com a Espanha, Jaime I privou os irlandeses de um aliado valioso. Em 1609 foram enviados colonos ingleses e escoceses para a "Plantação do Ulster" para cultivar a terra irlandesa, expulsando os nativos ou reduzindo-os à condição de servos e trabalhadores braçais. Cerca de mil "traidores" irlandeses foram embarcados para a Suécia para servir como soldados do rei daquele país.

Em 1602-22, 12.000 colonos fundaram uma colônia protestante em Munster, mas as plantações inglesas na Irlanda não prosperaram. Os ingleses podiam derrotar os irlandeses na batalha, mas não fixá-los e explorá-los como camponeses. Os colonos foram desencorajados pela hostilidade dos nativos e pela desolação do lugar; muitos voltaram para a Inglaterra. Um terço do Munster voltou a pertencer aos nativos, e alguns ingleses, em conseqüência de casamentos, tornaram-se católicos. Os imigrantes escoceses mostraram-se mais tenazes e dedicados ao trabalho do que os ingleses, e conseguiram fazer valer sua pretensão sobre parte das planejadas *plantations* do Ulster.

A City de Londres apoiou as *plantations* do Ulster, mas descobriu que era muito difícil obter lucro com elas. A terra arrendada a meeiros irlandeses católicos costumava gerar uma taxa melhor de retorno, minando assim o esforço colonizador. Em outras partes da Irlanda, as noções inglesas sobre propriedade e cultivo da terra chocavam-se com os costumes irlandeses. Mesmo quando a terra frutificava sob o arado, seus principais produtos competiam com a agricultura inglesa. A política inglesa continuou a manter a Irlanda sob controle militar e a desbastar a base do poder católico, já que a Irlanda era vista como um flanco vital sempre aberto a novos ataques da Espanha. De seu lado, os irlandeses nativos frustravam continuamente seus pretensos conquistadores com a má-vontade em cooperar ou com insurreição ou revolta declarada. Para muitos pretendentes a emigrantes ingleses, Bermudas, Barbados ou Virgínia passaram a ser destinos mais atraentes.[4] As duas ilhas eram desabitadas quando os ingleses chegaram, enquanto os índios de Chesapeake tornaram-se objeto de um romance colonial clássico, festejados quando se mostravam amigáveis e receptivos, e destruídos sem misericórdia quando resistiam.

Como o poder do estado estava concentrado na Irlanda, os projetos de colonização das Américas tiveram de abrir seu próprio caminho. Uma nova tentativa de colonizar a Virgínia foi patrocinada pela Companhia da Virgínia em 1608-09; a fértil ilha das Bermudas foi povoada como subproduto deste empreendimento. Depois de alguns anos, primeiro os colonos das Bermudas e depois os da Virgínia descobriram que podiam cultivar o tabaco tão desejado pelos consumidores ingleses. A colônia se consolidou em torno de Jamestown. O rei indígena Powhatan ajudou a fornecer alimentos em momentos críticos. Antes de sua morte em 1618, parecia haver espaço bastante tanto para os algonquins quanto para os colonos, embora estes últimos estivessem começando a se expandir. Por algum tempo Jamestown pode mesmo ter sido vantajosa para os algonquins como posto comercial; mas só tarde demais eles descobriram que a colônia consolidada ia começar a invadir suas terras. A Companhia alegava que estava dando melhor uso à terra do que os nativos; quando estes atacaram a colônia sob o comando do sucessor de Powhatan, a Companhia declarou-se em "guerra perpétua" contra eles, fórmula depois endossada por Sir Edward Coke. As tropas da Companhia partiram para a ofensiva contra todos os povos ligados à Federação antes liderada por Powhatan, queimando aldeias, destruindo colheitas e limpando a região de Chesapeake de seus habitantes nativos.[5]

As primeiras colônias

Na década de 1620 também surgiram os primeiros povoados coloniais bem-sucedidos de ingleses e franceses na extremidade oriental do Caribe. Nessas colônias, a chave para a sobrevivência também foi a descoberta de que era possível cultivar tabaco. Os mercadores ingleses, franceses e holandeses haviam conseguido criar e alimentar o gosto por este produto por meio do contrabando e de algum cultivo direto

na costa da Venezuela e da Guiana. As inseguras colônias daquela costa haviam aprendido a técnica relativamente simples do plantio do tabaco e ajudaram a transmiti-la para o Caribe oriental e para a Virgínia. A *Armada de Barlovento* espanhola iria tornar o contrabando cada vez mais perigoso, embora só tenha chegado ao máximo de sua potência em 1630. Nesse meio tempo, as autoridades espanholas em terra combateram todas as tentativas de povoação da costa caribenha, e tentaram suprimir ou limitar o cultivo do tabaco nas áreas que controlavam. No norte de Santo Domingo (Hispaniola), chegaram a destruir suas próprias colônias para impedir o contrabando do fumo e do couro produzidos no local. Desta forma, estimularam indiretamente seus rivais coloniais a dedicarem-se eles mesmos ao cultivo, embora não em regiões próximas da rota das frotas que voltavam com prata. Pequenas povoações estrangeiras em Chesapeake ou no Caribe oriental não pareciam representar uma ameaça imediata, e qualquer tentativa de suprimi-las exigiria demais dos recursos espanhóis.

O comércio de fumo ainda era modesto se comparado ao da prata americana ou das especiarias do Oriente, mas era substancial o bastante para atrair pequenos mercadores independentes e capitães de navios que preferissem o comércio lucrativo à fama de saqueador. Em 1610, as importações inglesas de fumo corresponderam a £60.000, mais de um quarto de milhão de pesos ou cruzados, e a demanda crescia rapidamente.[6] Os holandeses e franceses também importavam fumo, mas o mercado inglês logo tornou-se provavelmente o maior. O fumo era vendido por varejistas pequenos e médios, inclusive por muitas mulheres, além das tabernas e estalagens. Calcula-se que até 1613 gastava-se £200.000 por ano com fumo. Como observa Carl Bridenbaugh: "todas as tentativas de licenciar ou regulamentar os vendedores de tabaco fracassaram".[7] O rei reduziu sua oposição ao fumo, e mais tarde protegeria o tabaco da Virgínia para aumentar a receita pública.

Havia também uma gama de outros produtos que as novas colônias podiam cultivar, como algodão, anil e gengibre. O anil e os outros novos corantes estavam revolucionando o comércio de produtos têxteis, contribuindo para os estilos e cores atraentes das New Draperies*. Em 1614-17, o monarca inglês foi convencido pelos mercadores de Londres a proibir a exportação de tecido cru para a Holanda; o fracasso do "projeto de Alderman Cockayne"** enfatizou a importância estratégica

*Nome dado aos novos tecidos estampados em cores mais vivas que se tornaram moda no início do século XVII. (*N. do T.*)

**O "projeto" foi uma tentativa de várias empresas, lideradas por Alderman Cockayne, de passar a exportar tecidos estampados e tratados em vez de tecidos crus e sem acabamento. O projeto foi um fracasso e deflagrou uma das crises comerciais mais graves da Inglaterra. (*N. do T.*)

do controle do fornecimento de corantes.[8] Os mercadores ingleses com interesses no Brasil ajudaram o início da colonização do Caribe oriental. Embora a Holanda tenha optado, através da criação da CIOc, pela invasão do Brasil, pequenos mercadores, inclusive holandeses independentes, dispuseram-se a apoiar as tentativas de colonizar e cultivar outras áreas periféricas do Império espanhol.

As tentativas inglesas de colonização costumavam receber pouco incentivo do rei e nenhum apoio financeiro. Na verdade, só havia garantias reais para os projetos que prometessem gerar receita e evitar grandes problemas diplomáticos. Jaime I e Carlos I seguiram a rainha Elizabeth ao aceitar que o rei da Espanha só podia ter pretensões sobre o território americano realmente povoado por seus súditos e administrado por seus funcionários; outros monarcas europeus — especialmente os governantes da França, da Suécia, da Dinamarca e da Curlândia, que esperavam instalar colônias — concordaram. Naturalmente, os protestantes contestavam o direito do papa de conceder a América à Espanha e a Portugal. A opinião pública britânica animou-se com a retórica nacionalista, antiespanhola e anticatólica dos propagandistas coloniais, mesmo em tempos de boas relações entre os espanhóis e a corte inglesa.

Nem Jaime I nem Carlos I comprometeram recursos com a colonização, mas caso seus súditos formassem colônias produtivas longe das áreas sob controle espanhol, eles com certeza pretendiam lucrar com isso. Os empreendedores coloniais procuraram membros influentes da corte tentando obter concessões reais. Mas a Coroa inglesa pouco fez para proteger até mesmo as colônias oficialmente autorizadas, que foram deixadas à sua própria sorte. A sobrevivência das povoações inglesas deveu muito à tremenda ofensiva holandesa no Caribe e no Atlântico nas décadas de 1620 e 1630. Os espanhóis foram obrigados a empenhar todos os seus esforços para defender as principais artérias do império. Enquanto os outros se envolviam em ferozes hostilidades, os ingleses colonizavam. O não-envolvimento da Inglaterra na Guerra dos Trinta Anos (1618-48) significou que seus mercadores estavam em boa posição para ampliar sua rede comercial; nessa época, a marinha mercante inglesa superou as 150.000 toneladas, três vezes mais que na década de 1570, elevando o volume de recursos que poderia ser conseguido com o esforço de colonização.[9]

Em termos de tempo de viagem, as ilhas do Caribe oriental ficavam mais perto da Europa do que Havana ou Veracruz. Sabendo que levariam um mês ou mais para voltar, as esquadras espanholas baseadas naqueles portos relutavam em navegar para o Caribe oriental. O potencial de Barbados, no extremo sudeste do Caribe, foi percebido em 1625 pelo capitão de um navio inglês que voltava do Brasil. Este

capitão convenceu William e Peter Courteen, mercadores anglo-holandeses poderosos e com bons contatos em Londres e Middelburg, a apoiar a formação de uma companhia para organizar a povoação da ilha. Nesta época Barbados era desabitada, depois que seus habitantes originais foram escravizados ou expulsos pelos espanhóis no século anterior. Na mesma época, a Ilha de São Cristóvão, ou Saint Kitts, uma das ilhas Leeward que fora algumas vezes usada como base de piratas, foi povoada por colonos ingleses sob o comando do capitão Thomas Warner, que uniu forças com os colonos franceses, comandados por Sieur d'Esnabuc, para tomar a ilha dos nativos caribenhos.

A população inicial destas colônias era pequena, e no começo era impossível tentar fazer algo tão complicado como o cultivo e a fabricação de açúcar. Limpar a terra para plantar já era em si uma tarefa pesada. No entanto, os mercadores estavam dispostos a patrocinar o trabalho de colonização como forma de garantir o fornecimento de fumo. Alguns dos primeiros colonos eram sobreviventes das primeiras povoações na costa sul-americana, e alguns índios arauaque da mesma região foram convencidos a ajudá-los a aprender a arte do cultivo tropical. O tabaco crescia com bastante facilidade e não exigia investimento pesado em equipamento; para produzir folhas de boa qualidade em grande escala era necessário habilidade e um processamento complexo, mas isto podia ser desenvolvido com a prática. Pequenos mercadores de Middelburg, Flushing, Dieppe, Rochelle, Bristol e Londres adiantaram créditos aos colonos em troca de participação na colheita.

Thomas Warner, em Saint Kitts, conseguiu o patrocínio de uma associação comercial liderada por Ralph Merrifield, de Londres. Em 1626, Maurice Thomson, capitão mercante que se estabelecera no comércio da Virgínia, trouxe o primeiro carregamento de escravos para Saint Kitts; no entanto, isso aconteceu mais de uma década antes que a agricultura escravista realmente se fixasse no Caribe oriental, e neste ínterim foram cultivados tabaco, algodão e outros produtos com a ajuda de servos trazidos da Europa. O fumo alcançava preço alto e havia terra disponível para os que desejassem limpá-la e cultivá-la. Mercadores interessados no comércio das *plantations* tentaram conseguir o patrocínio de membros da corte que pudessem obter licença real para a colonização. Nobres puritanos, principalmente os condes de Pembroke e Warwick, e favoritos do rei como o conde de Carlisle, dedicaram-se a esse negócio e criaram um pequeno fundo de cobertura oficial para o esforço de colonização.

A Companhia da Ilha da Providência, primeira colônia inglesa com predominância de trabalho escravo nas *plantations*, teve vida curta porque ficava perto demais do poder espanhol. Estabelecera-se em Santa Caterina e em outras ilhas próximas à costa da América Central, na extremidade mais exposta do Caribe, em 1630, depois da derrota dos espanhóis na Batalha de Matanzas (Cuba) para Piet Heyn e a CIOc. Os acionistas desta companhia — que incluíam o conde de Warwick e John Pym — foram descritos como "rol nominal da oposição parlamentar".[10] Atraiu mais a nobreza puritana do que grupos familiares. A Companhia da Ilha da Providência enviou servos contratados que deveriam produzir pequenas quantidades de tabaco, anil e açúcar. Mas nem todos os colonos gostavam de depender da Companhia para conseguir mão-de-obra. Corsários que haviam capturado escravos ofereciam-nos a baixo preço, e vários colonos aproveitaram a oportunidade.

Um dos colonos puritanos, Samuel Rishworth, fez objeções ao cativeiro forçado de africanos. Explicou também seu ponto de vista aos próprios africanos, incentivando-os a fugir, o que alguns deles fizeram. Pouco depois disso — e talvez como conseqüência — o governador excluiu Rishworth do conselho da colônia, embora ele fosse depois reeleito para o cargo. A Companhia declarou que a escravidão era legal para pessoas que fossem "estranhas à Cristandade", mas instou os colonos a abster-se de futuras compras, já que o crescimento do número de escravos representaria uma ameaça à segurança e privaria colonos livres de empregos rentáveis. Apesar deste conselho e da deflagração de uma rebelião de escravos em 1º de maio de 1638, os fazendeiros da Ilha da Providência continuaram a comprar africanos.[11] Depois de mais de uma década de pirataria, contrabando e cultivo, esta colônia foi destruída por um ataque espanhol em 1641 e os sobreviventes fugiram para as Bahamas, para o Caribe Oriental e para a América do Norte. Eles batizaram uma das Bahamas de Eleuthera, palavra grega que significa Liberdade, mas apesar deste eco bíblico ou clássico, ajudaram a difundir e regularizar o hábito da posse de escravos, embora em escala ainda modesta.

O fato de o rei não ter dado prioridade à defesa da Ilha da Providência foi uma das acusações feitas a ele por seus opositores. Em 1640, Pym exigiu uma política mais agressiva:

> As diferenças e os descontentamentos entre Sua Majestade e o povo da terra, ao que parece, afastaram seus pensamentos e opiniões das grandes oportunidades que poderia ter (...) de atingir maior grau de poder e grandeza do que todos os seus ancestrais; pois não se desconhece quão fracas, perturbadas e descontentes são as colônias espanholas nas Índias Ocidentais. Há agora naquelas regiões, na Nova Inglaterra, na Virgínia e nas ilhas do Caribe, e nas Bermudas, pelo menos sessenta mil pessoas capazes desta nação, muitas delas bem armadas, e seus corpos acostumados àquele clima, que, com custo muito pequeno, podem ser fixadas em alguma parte proveitosa daquelas terras agradáveis, ricas e frutíferas, e tornar Sua Majestade senhor de todo aquele Tesouro, que não só fomenta a guerra, mas que é o grande suporte do papado em todas as partes da Cristandade.[12]

Pym exagerou um pouco o número de colonos ingleses e deixou de observar que a maior parte deles ia para regiões do Novo Mundo onde seria menos provável ter que combater os espanhóis. Era a situação relativamente remota das colônias mencionadas que as tornava recomendáveis para fazendeiros e emigrantes comuns.

A mais bem-sucedida das novas colônias fumageiras foi a Virgínia, fora da zona de efetiva colonização e de controle espanhol, acima dos 30° de latitude. A lucratividade da Virgínia ajudou diretamente o desenvolvimento do Caribe inglês, já que este foi patrocinado por mercadores e capitães que haviam prosperado no comércio com a América do Norte. Por acaso, a Companhia da Virgínia encontrou a fórmula da colonização bem-sucedida nos anos de 1618-24, depois que acabou a esperança de descobrir ouro e que ficou claro que os nativos poderiam vender alimentos mas não fornecer mão-de-obra. Nos anos posteriores a 1618, a Companhia descobriu que colonos que recebessem dois ou três acres de terra poderiam cultivar milho suficiente para alimentar-se; os que desejassem mais que a mera subsistência teriam de plantar tabaco se comprassem mais terra, ou trabalhar para outra pessoa no caso contrário. Aos poucos a Companhia abrandou as duras obrigações e o controle estrito que impusera aos colonos nos primeiros anos.

Sir Edwyn Sandys, um dos dirigentes da Companhia da Virgínia, promoveu a política de arrendar terras a preços baixos a colonos com recursos para limpá-las e cultivá-las. A terra era oferecida "por cabeça" a quem trouxesse novos habitantes para a colônia. Os que pagassem a própria passagem poderiam exigir uma "cabeça" para si e para qualquer criado cuja passagem também pagassem. Como em obediência à máxima bíblica de que "ao que tem, tudo lhe será dado", o sistema "por cabeça" permitiu que um fazendeiro com capital e dotado da persistência necessária acumulasse terra e mão-de-obra. Isso estimulou um tráfico de mão dupla, no qual a jovem colônia trocava fumo por provisões, implementos agrícolas, materiais de construção — e trabalhadores contratados, que se obrigavam a trabalhar por três, cinco ou sete anos para quem precisasse dos seus serviços; no final deste período, eles estariam livres e geralmente receberiam uma recompensa — seus "direitos de liberdade". Se trabalhassem um pouco mais, poderiam comprar terra. Quando a nova colônia de Maryland se estabeleceu, foram oferecidos 50 acres, roupas, ferramentas e uma arma de fogo aos trabalhadores no final de seus contratos. Do lado inglês, os donos de navios e mercadores menores organizaram o comércio, entrando em acordo com os mais bem-sucedidos colonos e proprietários de *plantations* das colônias.

Os mercadores estabelecidos, ligados às grandes corporações comerciais, desprezaram o negócio, abrindo espaço para uma nova linhagem de comerciantes, muitos deles capitães de navios com conhecimentos dos dois lados do Atlântico. Estes homens precisavam de parceiros tanto na colônia quanto na metrópole. Seus patrocinadores ingleses eram lojistas e donos de armazéns que estavam a par da ávida demanda de fumo e outros produtos exóticos. Nas colônias, precisavam encontrar produtores confiáveis, capazes de persistir em condições novas e cheias de desafios. O sistema de servidão sob contrato transformou as perspectivas da Virgínia, porque mercadores e produtores tinham boas razões para procurar aprendizes com o talento, a dedicação e a sobriedade necessários no ambiente rude e hostil de uma nova colônia. Na década de 1620, a Virgínia deixou de ser uma base para nobres em busca de fortuna e um lugar para enterrar os destituídos ou criminosos. Em 1624, brigas entre os patrocinadores da Companhia resultaram na suspensão de sua licença e na conseqüente reversão da colônia à condição de simples possessão da Coroa, sob a autoridade do Privy Council*. No entanto, nem o rei nem o Conselho deram muita atenção à colônia além da nomeação de um governador, que foi, por sua vez, encarregado de nomear seu próprio grupo de conselheiros dentre os principais colonos. Os que tinham títulos de terra e haviam sobrevivido aos choques com os índios e ao ataque das doenças puderam exercer considerável poder local pelo acesso a cargos paroquiais e militares. Melhoraram as perspectivas dos imigrantes, livres ou contratados, já que a colônia podia andar sozinha e não estava mais sujeita às regras draconianas da Companhia. O rei contentou-se em explorar as possibilidades de gerar receita com o fumo depois que este produto chegasse à Inglaterra.

Entre 1607 e 1624, cerca de 6.000 pessoas emigraram para a Virgínia; como muitos morreram ou voltaram, um censo realizado em 1625 só mostrou 1.200 pessoas morando na colônia. Com o fim do controle da Companhia, o sistema "por cabeça" permaneceu; este sistema promoveu a imigração de centenas, e às vezes de milhares de trabalhadores contratados por ano.[13] Apesar do aumento do cultivo do tabaco na Virgínia, ainda havia espaço para novos produtores caribenhos na década de 1630; o preço do fumo caíra do nível absurdo dos primeiros dias, mas continuava muito lucrativo, tanto para donos de *plantations* como para comerciantes.

John Rolfe relatou que, em agosto de 1619, um "homem de guerra holandês (...) nos vendeu vinte negros".[14] Na década seguinte, os registros que chegaram até nós mostram uma população negra na colônia de vinte e três pessoas num ano e vinte e cinco no seguinte, a maioria relacionada como criados, mas sem nome, ou apenas com o primeiro nome, e geralmente sem data de chegada — detalhe importante no caso dos servos contratados por um período de meses ou anos. Alguns des-

*O Privy Council é o grupo de conselheiros selecionados pelo primeiro-ministro britânico para auxiliar o soberano em assuntos de estado. (*N. do T.*)

ses "negros" eram ou tornaram-se livres, e pelo menos um deles chegou a possuir também servos negros. Mas aqueles africanos chegaram à colônia não porque houvesse tráfico regular de escravos, ou prática estabelecida de escravidão, mas porque havia idas e vindas contínuas entre diferentes portos coloniais e a metrópole, nas quais alguns criados ou escravos negros estavam envolvidos. Por várias décadas o fornecimento de trabalhadores ingleses sob contrato foi adequado para as necessidades dos fazendeiros, mas estes conheciam a alternativa dos escravos.

A Inglaterra era excepcional na mobilidade de sua população e na disposição para emigrar. Algo entre 170.000 e 225.000 emigrantes deixaram as Ilhas Britânicas e foram para a América no período entre 1610 e 1660: de 110.000 a 135.000 foram para o Caribe, 50.000 para a Virgínia e de 20.000 a 25.000 para a Nova Inglaterra; 70.000 ingleses e escoceses trocaram a ilha britânica pela Irlanda durante o mesmo período, mas, como era fácil, muitos voltaram.[15] Nos anos anteriores à deflagração da Guerra Civil, a taxa de emigração anual ficou entre 5.000 e 8.500 pessoas, mais que o dobro do número de emigrantes da Península Ibérica na época. O fato de que algumas centenas de navios envolvidos no comércio com as colônias cruzavam o Atlântico todo ano estimulou o fluxo de emigrantes ao reduzir o custo do transporte; este fator também ajuda a explicar a taxa de emigração comparativamente alta dos portugueses e a taxa baixa dos espanhóis. A emigração colonial francesa ainda era mínima, como veremos no próximo capítulo.[16]

Será que os ingleses emigraram porque havia um excesso de rapazes, juntamente com algumas moças, tão pobres e desesperados que se dispunham a enfrentar os grandes riscos envolvidos? Ou será que a Inglaterra pôde enviar tanta gente por ser uma sociedade economicamente vigorosa, com recursos para desenvolver *plantations* do outro lado do oceano? Os dois tipos de explicação não são mutuamente excludentes; foi sua conjunção que ajudou a estimular a emigração. Na França e na Espanha do século XVII havia pobreza generalizada mas não os recursos comerciais nem o mercado interno capazes de sustentar o desenvolvimento de *plantations* na escala inglesa. O desenvolvimento da agricultura nitidamente capitalista da Inglaterra foi acompanhado do crescimento da produtividade, pelo fechamento dos campos e por um forte mercado interno. Junto com o crescimento populacional dos anos 1550-1650 e com uma estrutura familiar que incentivava os filhos jovens a partir, o vigor econômico criou uma demanda de produtos agrícolas que, por sua vez, criou a demanda de mão-de-obra para as *plantations*.[17] Assim, o fator "atração" deve receber tanto peso quanto o fator "expulsão", especialmente porque os sobreviventes do difícil período inicial realmente acabaram conseguindo uma vida nova e melhor.[18]

Barbados e a ascensão do açúcar

O fumo de Barbados era de baixa qualidade; os fumantes da ilha preferiam a folha importada da Virgínia. De qualquer forma, a ilha era pequena demais para a agricultura extensiva praticada na Virgínia. Produzia-se um pouco de algodão, anil e gengibre, mas só com a introdução do açúcar no final da década de 1630 ou início da de 1640 é que se encontrou uma cultura realmente rentável. Por algum tempo Barbados e as ilhas Leeward atraíram muitos colonos, por razões que não estão completamente esclarecidas. As guerras indígenas da Virgínia, os governadores autocráticos e as epidemias podem ter tornado o Caribe mais atraente. Em primeiro lugar, os novos ocupantes podiam achar terras nas ilhas com bastante facilidade. Além disso, o Caribe ainda exercia atração sobre caçadores de fortunas. Foi muito útil a chegada de alguns escravos e de equipamento para a fabricação de açúcar nas ilhas Leeward, trazidos pelos que fugiram da Ilha da Providência.

Apesar do tamanho minúsculo — apenas 144 milhas quadradas, ou 375 quilômetros quadrados — Barbados teve papel excepcional ao demonstrar a lucratividade das *plantations* açucareiras. O solo era fértil e bem irrigado, o clima relativamente saudável, com boa brisa do mar. Acima de tudo, a ilha estava situada a uma distância segura da linha principal de ilhas caribenhas e tinha boas defesas naturais. Barbados sofreu um pouco por ter sua posse disputada por proprietários rivais: de um lado o conde de Pembroke, apoiado por Sir William Courteen; do outro, o conde de Carlisle, apoiado pelo mercador inglês Marmaduke Roydon. O conde de Carlisle anunciou suas pretensões depois que Courteen já havia gasto 10.000 libras para desenvolver a colônia. Uma briga por causa do testamento de Carlisle criou ainda mais dúvidas sobre a situação da ilha em 1635; o capitão Henry Hawley, nomeado governador por Carlisle, convocou em 1639 uma assembléia de donos de terras para consolidar sua posição, dando à colônia uma característica de governo próprio.

Em 1638, a população de Barbados era de cerca de 6.000 pessoas, das quais 2.000 eram trabalhadores sob contrato e apenas 200 eram escravos africanos.[19] Enquanto os trabalhadores contratados por quatro ou cinco anos podiam ser comprados por 12 libras cada, um escravo custava 25 libras. Os conhecimentos sobre o cultivo e o processamento da cana-de-açúcar foram trazidos de Pernambuco para Barbados por comerciantes holandeses; em primeiro lugar, pelos descontentes com os privilégios da CIOc, e depois pelos que fugiam da colônia holandesa cada vez mais sitiada. Barbados revelou-se um porto seguro para um curioso sortimento de refugiados, como judeus sefarditas, colonos holandeses e seus colaboradores de Pernambuco, membros de seitas puritanas inglesas e depois ingleses partidários do rei deposto.

Eles levaram consigo recursos, contatos e conhecimentos valiosos, e os de Pernambuco, talvez alguns escravos dos engenhos também.

Por causa da permanente falta de mão-de-obra no Brasil holandês, e como os índios eram ali mais protegidos contra a escravização do que nas capitanias portuguesas, seus fazendeiros haviam desenvolvido sistemas metódicos de trabalho sob vigilância mais estrita; essas técnicas iriam ser imitadas e aperfeiçoadas em Barbados. Entre 1646 e 1648, a própria CIOc vendeu escravos em condições vantajosas para fazendeiros de Barbados, já que não podiam usá-los no Brasil. Até meados da década de 1650, um grande número de servos brancos contratados trabalhou nos campos de cana lado a lado com escravos africanos; só em meados da década de 1660 é que os brancos passaram a realizar apenas tarefas especializadas ou de supervisão, e os negros foram organizados em turmas. Uma epidemia de febre amarela surgida em 1647 e em alguns anos posteriores vitimou um número desproporcional de trabalhadores brancos; as conspirações e a rebelião de servos contratados em 1649 e 1657 também deixaram os grandes proprietários de terras cada vez mais tensos, fazendo com que evitassem reunir grande número de trabalhadores servis descontentes, especialmente os de origem irlandesa ou condenados a longas penas.[20]

O custo da instalação de uma *plantation* de açúcar era tão alto que os participantes precisavam de grandes recursos desde o início; os mercadores e produtores de fumo destacaram-se entre os que tinham acesso à terra, ao financiamento e à influência necessários. Em Barbados, os donos de engenhos de açúcar acharam possível e aconselhável cultivar a cana de que precisavam em suas próprias terras, em vez de comprá-la de pequenos produtores. Os pequenos produtores não se dedicaram à cultura da cana porque esta era um cultivo novo e desconhecido e só podia ser colhida no mínimo dezoito meses depois de plantada. O dono de engenho que cultivasse sua própria cana também estava garantido, sabendo que não poderia ser pressionado por plantadores de cana que jogassem um engenho contra o outro — perigo óbvio numa ilha pequena.

Assim, a construção das *plantations* envolveu um processo de concentração da administração e da posse da terra. Os fazendeiros tinham dinheiro para comprar as numerosas pequenas propriedades ou pequenos arrendamentos que datavam dos primeiros dias da colonização; mas o pequeno proprietário ou rendeiro, satisfeito com sua condição e com a renda de um cultivo secundário, talvez não quisesse vender. Os fazendeiros maiores assumiam cargos nos conselhos paroquiais e usavam esta posição para impor taxas e tributos sobre a terra. Os pequenos proprietários foram estimulados a vender tanto pelo custo de manter a terra quanto pelos preços cada vez maiores oferecidos. Entre 1648 e 1656, um estatuto local permitiu aos membros do conselho da Igreja confiscar e vender a terra de qualquer pequeno proprietário que deixasse de pagar as taxas paroquiais.[21]

Mercadores que adiantavam crédito a pequenos e grandes proprietários também estavam em condições de acumular terras. De uma forma ou de outra, muitas *plantations* açucareiras foram criadas e mantidas com mão-de-obra mista de servos contratados e escravos. A emigração da Grã-Bretanha diminuiu na década de 1640, em parte por causa da guerra civil e em parte porque navios holandeses estavam fazendo grande parte do comércio da ilha. Os preços do açúcar estavam altos e o comércio açucareiro era suficientemente rentável para cobrir a despesa da importação de africanos. O conde de Warwick foi um dos fundadores da Companhia da Guiné, que já em 1618 tinha entre seus objetivos o comércio de escravos. Mas a Companhia da Guiné não prosperou, deixando o campo aberto a invasores e aos comerciantes holandeses. Em 1631, Carlos I concedeu uma licença de comércio com a África Ocidental a Sir Nicholas Crispe, mercador da corte. Esta nova Companhia da Guiné teve mais sucesso, concentrando-se, na década de 1630, no comércio de ouro e outros produtos africanos. A partir da década de 1640, o tráfico de escravos entre a África Ocidental e as ilhas inglesas, foi organizado por mercadores não licenciados, como Maurice Thomson e William Pennoyer — este último acabou chegando a um acordo com a Companhia da Guiné.[22] Alguns fazendeiros de Barbados, como James Drax, patrocinaram diretamente expedições negreiras à costa africana. Comerciantes holandeses ou ingleses podiam vender os cativos africanos na ilha e voltar com um carregamento de açúcar.

Em 1653 havia muito mais escravos do que servos contratados: 20.000 contra 8.000; o resto da população da ilha era formado por 5.000 proprietários ingleses e 5.000 homens livres (ex-servos, dos quais 2.000 ingleses, 2.000 escoceses e 1.000 irlandeses). Nada menos que 7.787 toneladas de açúcar — mais de um milhão de arrobas — foram despachadas para a Inglaterra em 1655, e valiam pelo menos 380.000 libras, já que os preços estavam altos; mais açúcar deve ter sido enviado para outros lugares. Em 1657, Richard Ligon publicou um relato sobre Barbados; embora baseado numa visita feita na década anterior, oferece um retrato vívido e bem informado da economia açucareira e da sociedade escravista em ascensão na ilha. O livro incluía descrições detalhadas de como cultivar e processar a cana-de-açúcar, completadas com desenhos do "*ingenio*" ou engenho de açúcar e um mapa com a localização das principais *plantations*. Ligon lamenta os maus-tratos infligidos aos servos brancos e observa que os escravos africanos, apesar de seu número cada vez maior, continuam temendo os ingleses, já que não têm armas, especialmente armas de fogo, e "são capturados em várias partes da África, (...) falam línguas diferentes, e assim um não

pode entender o outro". Ligon descobriu que os africanos possuíam qualidades positivas, como pode ser visto na epígrafe deste capítulo, mas as mais louváveis eram sua capacidade de trabalhar muito e sua lealdade — ele cita o caso de um certo "Sambo", que não só denunciou uma conspiração de escravos como abriu mão, em nome do conjunto dos escravos, do feriado oferecido como recompensa, dizendo que eles só tinham cumprido seu dever. No entanto, o autor percebe a relutância dos fazendeiros em permitir o batismo de seus escravos, por temerem que isso fosse provocar a emancipação. A obra de Ligon enfatiza o imenso potencial econômico de Barbados e iria incentivar futuros investidores. As exportações da ilha começaram a competir com as do Brasil na década de 1650. A Guerra Civil inglesa provocou algumas rixas partidárias no Caribe mas não impediu o avanço das *plantations*.[23]

O papel dos capitães e dos novos mercadores

Segundo uma fórmula clássica, os mercadores dedicam-se a comprar barato e vender caro; portanto, o capital mercantil não deveria se preocupar em organizar diretamente a produção. Os projetos de colonização do Caribe e da América do Norte no século XVII não seguiram esta noção do papel do comerciante. Como vimos, esses projetos refletiram um entrelaçamento da iniciativa mercantil com a capacidade empreendedora dos capitães navais e da fome de terras de uma camada de nobres e camponeses ricos e pobres; sem o patrocínio mercantil, os projetos destes últimos teriam pouca oportunidade de sucesso. A partir de 1620 aproximadamente a recessão afetou muitos setores da economia européia, mas não o comércio das *plantations*. Um aumento a longo prazo da produtividade da agricultura inglesa ajudou a manter e ampliar a demanda da Inglaterra por importações de fumo, açúcar, anil e algodão.

Talvez estimulado por estas circunstâncias, surgiu no norte da Europa um novo tipo de mercador para sustentar as novas empresas produtivas das Américas. Esses homens comportavam-se de forma muito diferente dos "verdadeiros mercadores" ou "apenas mercadores" das guildas e corporações comerciais estabelecidas, que viam pouca vantagem em investir nas *plantations* quando poderiam aplicar seus recursos na exploração de seus privilégios comerciais, e que estavam formalmente impedidos de envolver-se no comércio varejista.[24] O investimento nas *plantations* era mais atraente para os que lucravam diretamente com o novo comércio: lojistas, donos de armazéns e quitandas, donos ou capitães de navios, fornecedores de velas, sabão e suprimentos etc. Cada uma dessas categorias contava com milhares de membros; os que participavam do comércio americano serviam muitas vezes de agentes ou "comissários" de navios para outros, e assim muitos investiam numa mesma viagem ou empreendimento e os riscos podiam ser divididos. O comandante do navio costumava ter sua parte no empreendimento e podia ser parente do patrocinador. Ao investir nas colônias agrícolas, os mercadores podiam garantir o fornecimento de produtos cuja demanda crescia: fumo, açúcar, cacau, algodão, gengibre, corantes. Outra característica do comércio com as colônias era que os fazendeiros precisavam de todo tipo de equipamento: implementos agrícolas, utensílios domésticos, roupas, produtos alimentícios e, não menos importante, mão-de-obra. A parceria entre fazendeiro e comerciante ficou conhecida como *matelotage*.[25] O investimento dos mercadores quase sempre era um adiantamento dessas mercadorias necessárias como crédito em troca de uma parte da colheita. Era a extensão de uma prática mercantil que, em escala mais limitada, já existia nos ramos protocapitalistas da agricultura européia, em que o fazendeiro precisava comprar implementos produtivos para fazer o cultivo.

Muitos dos novos mercadores eram — ou haviam sido — comandantes de navios, e assim tinham experiência própria dos problemas gerenciais e administrativos do empreendimento. Outros ex-comandantes tornaram-se donos de *plantations*, enquanto os grandes proprietários julgavam conveniente nomear um capitão para administrar suas colônias. O próprio navio já era um investimento e um empreendimento produtivo; sua operação exigia talento de coordenação habilidosa e mão-de-obra disciplinada e metódica. O comandante ideal devia ter integridade, talento administrativo, sensibilidade comercial e bons conhecimentos de navegação. No complexo comércio africano, às vezes eram usados superintendentes para supervisionar ou verificar todas as atividades comerciais — mas isto significava um salário extra e não era comum no comércio americano. Neste, os mercadores precisavam de comandantes que fossem competentes financeiramente e confiáveis, além de serem bons marinheiros. Ao procurar um parceiro para administrar uma propriedade açucareira ou uma das grandes *plantations* de tabaco, o capitão-mercador procuraria qualidades semelhantes. O mercador dependia mais da honestidade de seus agentes do que de suas habilidades técnicas; estas últimas poderiam ser supridas pelo imediato ou pelo contramestre num navio, ou por um feitor ou mestre de açúcar numa *plantation*. Os mercadores costumavam contar com um sobrinho ou primo, ou alguém a quem estivessem ligados por laços religiosos, ao patrocinar uma viagem ou montar uma *plantation*.

Os mercadores e armadores do comércio colonial buscavam negócios bilaterais ou multilaterais, já que assim eram reduzidos os custos unitários do frete e aumentavam as oportunidades de lucro. Com o crescimento do comércio marítimo em grande escala, o controle dos custos navais tornou-se fator crucial. Nas duas primeiras dé-

cadas do comércio de fumo da Virgínia, o aproveitamento dos navios foi bastante aperfeiçoado, pela garantia de um bom carregamento de provisões e trabalhadores na viagem de ida e a melhoria do enfardamento e da embalagem do fumo na viagem de volta à Inglaterra.

Os comerciantes holandeses independentes, cuja origem é o comércio do Báltico e do Mediterrâneo, financiaram os primeiros assentamentos coloniais, fossem holandeses, ingleses ou franceses; ofereciam manufaturados holandeses e provisões, algumas vezes também escravos africanos, em troca de fumo, algodão, anil, açúcar ou cacau. Os mercadores de Londres, Bristol ou Dieppe também desejavam garantir o fornecimento desses produtos. Nos primeiros anos da colonização, eles conseguiram atrair servos contratados de forma mais econômica do que seria possível para os holandeses. Na Inglaterra — e em menor escala na França — os comerciantes descobriram que podiam atrair mais desses emigrantes do que na Holanda. Fosse qual fosse o fornecimento de trabalhadores europeus, eles nunca seriam suficientes. O açúcar sempre atingiria bom preço, e o fumo continuava compensador para o produtor eficiente. Os novos mercadores estavam bebendo diretamente do grande mercado interno inglês — e com ou sem a ajuda holandesa, acabariam encontrando formas de atingir também os mercados da Europa continental.

Tabaco e açúcar

O consumo de tabaco e açúcar estava se tornando mais disseminado que o dos luxos tradicionais. Isto demonstra em parte as qualidades produtivas das *plantations*, que tornaram seu produto mais barato e não mais caro com o crescimento da demanda. Mas também revela as transformações internas de algumas sociedades européias — em primeiro lugar, a Inglaterra e a Holanda — que colocavam o dinheiro nas mãos de novos tipos de consumidor. A maior produtividade agrícola e o melhor sistema de transportes haviam elevado o padrão de vida de parcelas substanciais da população. Com a Inglaterra e a Holanda abrindo caminho, o uso do fumo tornou-se um luxo popular em toda a Europa ocidental durante o século XVII; seu preço acabou caindo tanto que pôde ser adquirido até por trabalhadores assalariados urbanos ou rurais. Outros produtos das *plantations* e seus derivados nunca ficaram tão baratos, e seu consumo permaneceu por algum tempo restrito à nova classe média. Na década de 1620, o preço do fumo caiu de dois ou três *shillings* por libra de peso (ou seja, 24 a 35 *pence* por libra) para 3 a 5 *pence* por libra. Com algumas altas e quedas, o preço se estabilizou no patamar mais baixo desta última faixa. A este preço, o estranho costume de fumar cachimbo espalhou-se com rapidez em muitas partes da Europa, com a Inglaterra e a Holanda apresentando a taxa mais alta de consumo *per capita*. Em meados do século ou pouco depois, talvez cerca de um quarto da população inglesa fumasse um cachimbo cheio por dia. Tanto na Inglaterra quanto na Holanda, o consumo anual chegou a mais de uma libra por pessoa, e excedeu as duas libras por pessoa no fim do século.[26]

Apesar dos esforços contínuos dos sábios de gabar as virtudes medicinais do tabaco, seu triunfo foi o de um prazer popular. A disseminação do hábito pode ser creditada em grande parte aos marinheiros e habitantes das cidades portuárias, que acabaram adotando o fumo em lugar de outras drogas que poderiam ter preferido, como a coca ou a marijuana. Um relato de 1570 sobre o comportamento dos marinheiros, citado por Jordan Goodman, dá uma idéia dos motivos desta escolha popular:

> Pois podem-se ver muitos marinheiros, todos eles retornados de lá [das Américas] portando pequenos tubos (...) [que] eles acendem com fogo, e, abrindo bem suas bocas e aspirando, chupam toda a fumaça que conseguem (...) desta forma, dizem eles, sua fome e sede são aplacadas, sua força é restaurada e seu espírito renovado; asseveram que o cérebro é tomado por uma inebriante alegria.[27]

Sem dúvida, tanto a marijuana quanto a coca foram bastante experimentadas por marinheiros e outros, mas seu consumo não se espalhou nem se firmou de forma tão ampla. O fumo não estimula o apetite, como faz a marijuana; para marinheiros e outros trabalhadores, esta era uma grande vantagem. Ao mesmo tempo, o fumo estimula o espírito e o cérebro sem causar desorientação ou confusão — estas últimas condições poderiam expor suas vítimas a perigos no mundo atlântico da época, e eram incompatíveis com muitas tarefas profissionais. Assim, o tabaco era um prazer mais compatível com as condições e exigências da vida cotidiana do que seus possíveis rivais.

O açúcar continuou sendo o mais valioso de todos os produtos das *plantations*. Começou a ser usado de formas muito variadas, como adoçante e conservante, na fabricação de geléias, licores, pudins e confeitos, na cervejaria e na fabricação de pães. Alimentos açucarados, depois de provados, facilmente se tornam um vício. A produção de açúcar do Novo Mundo em 1600 foi de cerca de 10.000 toneladas; em 1660, ficou por volta de 30.000. O preço do açúcar caiu à metade entre a década de 1620 e a de 1670: de cerca de £56 a tonelada para cerca de £28, com o crescimento da produção. O açúcar foi desde cedo um luxo urbano, consumido por quase todo

mundo nas grandes cidades da Europa, principalmente nas que lideravam o comércio, as finanças, a administração e a manufatura; com a queda dos preços, as cidades menores e os habitantes do campo também puderam permitir-se o prazer do doce.[28]

A mão-de-obra das *plantations*, a escravidão e o medo das mulheres diferentes

Uma demanda tão voraz pelos produtos das *plantations* deu aos novos mercadores e fazendeiros uma generosa oportunidade, desde que conseguissem mão-de-obra suficiente. Isso criou uma pressão para arrancar o máximo possível dos servos contratados e também para explorar o uso de escravos indígenas ou africanos. Em Barbados, desde o início, o trabalho servil, como explicou Henry Winthrop numa carta a Emanuel Downing em 1628, foi usado junto com o de escravos negros. Mas no ano seguinte ele escreveu a respeito de "50 escravos índios e pretos", já que os araraques da Guiana, que haviam acompanhado voluntariamente os colonizadores ingleses, foram, desgraçadamente, escravizados pelas pessoas que eles ajudaram. Em 1636, o governador Hawley anunciou que todos os servos índios e africanos levados para a ilha, juntamente com seus filhos, seriam tratados como simples escravos, a menos que tivessem um contrato de prestação de serviços que afirmasse o contrário.[29]

A improvisação legal de Hawley mostrou a facilidade com que a tradição inglesa da jurisprudência e a prática de delegação do governo colonial puderam adaptar-se a um novo regime de trabalho. O simples reconhecimento dos escravos e de seus filhos como propriedades deixaram várias questões para serem decididas — já que, diferentemente de outras propriedades, eles também podiam executar ou recusar ordens, ter relações sexuais e filhos com pessoas livres e daí por diante — mas estas questões adicionais podiam ser tratadas de forma empírica. A lei relativa à propriedade de gado e outros animais domésticos oferecia alguns princípios e precedentes. Confiava-se na prática para definir "os costumes da terra", eles próprios imbuídos de preconceitos sociais, e só mais tarde aprovava-se um código legal. Devido à origem dos escravos, o exemplo português e holandês pode ter influenciado na aceitação da escravidão, mas a existência da escravidão ibérica era muito mais conhecida do que os detalhes de suas leis relativas aos escravos. Em 1643, mercadores holandeses chegaram a Barbados com uma carga de cinqüenta prisioneiros portugueses oriundos da guerra no Brasil, e os puseram à venda. Phillip Bell, governador na época, sentiu-se embaraçado e proibiu a venda.[30]

Se os legisladores coloniais procurassem juristas ingleses em busca de orientação sobre trabalho forçado, encontrariam relatos de vassalagem — embora, como vimos no Capítulo I, esta condição servil tenha desaparecido cerca de duzentos anos antes. Ao consultar o abrangente *Institutes of the Laws of England*, de Sir Edward Coke, publicado em 1628 e várias vezes reeditado, encontrariam uma defesa da legitimidade da propriedade privada de pessoas que é um eco direto da *jus gentium*, ou lei romana das nações: "pois foi ordenado pela Constituição das Nações (...) que aquele que foi capturado em Batalha deveria permanecer ligado para sempre a quem o aprisionou, e este poderia fazer com ele tudo o que lhe ocorresse, conforme seu Desejo e sua Vontade, como com seu Animal ou qualquer outro tipo de Gado, para dar ou vender ou matar." Coke explicava que posteriormente os reis atribuíram a si mesmos o direito de matar, por causa da crueldade de alguns nobres, mas que, fora isso, o cativo estava inteiramente sujeito ao seu senhor. Ele também observa: "É certo que o Cativeiro, ou Servidão, foi aplicado de início pela desonra dos pais; pois Cam, o Pai de Canaã (...) ao ver a Nudez de seu Pai Noé, e expondo-a ao ridículo junto a seus Irmãos, foi portanto punido em seu Filho Canaã com o Cativeiro."[31] A posição de Coke estava de acordo com a de religiosos como R. Wilkinson, que acrescentou que "a semente maldita de Cam (...) teve, como marca do pecado de seu pai, a cor do inferno lançada sobre seus rostos."[32] Além disso, o comércio de escravos da África e o costume ibérico da escravidão estavam registrados na compilação dos relatos de viagens de Richard Hakluyt, que, juntamente com *Purchas His Pilgrimes*, de Samuel Purchas, muito contribuiu para divulgar e moldar projetos de colonização. As atividades negreiras de John Hawkins eram narradas como alguma coisa entre descoberta heróica e aventura picaresca, com seus companheiros menos afortunados sendo escravizados por espanhóis. A percepção da diferença racial pelos ingleses era mais aguda que a dos espanhóis e portugueses, principalmente em relação a pessoas de cor. Os ibéricos estavam mais familiarizados com os africanos, e eram mais atentos às diferentes nuances e condições dos descendentes, inteira ou parcialmente, de africanos; a tradição das *Siete Partidas* permitira o surgimento de um grupo relativamente grande de mulatos e alguns negros livres. Nos primeiros anos da escravidão nas *plantations* do Caribe inglês, houve também uma concentração muito grande de negros em trabalhos braçais, e muito poucos eram admitidos nas funções de responsabilidade ou autonomia que às vezes eram atribuídas a escravos na América espanhola. Nas colônias caribenhas havia muito trabalho desagradável a ser feito e até os brancos de coração mais sensível aceitariam com gratidão um sistema escravista que lhes permitisse livrar-se aos poucos das tarefas indesejadas. Esta variante mais cruel de escravidão racial já estava firmemente estabelecida na década de 1660, e

exerceu influência direta sobre as colônias inglesas da América do Norte em que havia um número expressivo de escravos. O senso inglês de propriedade privada, aguçado pelo surgimento das relações capitalistas de mercado, pôs a ênfase no escravo como gado e ocultou quase por completo a noção de que o escravo era um ser humano.

Os puritanos, que tiveram papel tão grande na colonização inglesa, tendiam a procurar sua deixa na Bíblia, que com certeza aprovava a servidão, como já vimos. A convicção de que viver pelo suor do rosto faz parte do destino das criaturas humanas poderia desestimular a escravização do próximo para viver no luxo e na ociosidade — mas o fazendeiro trabalhador e aplicado seria um instrumento dos propósitos divinos. O orgulho e a auto-estima protestantes também foram muito importantes na construção da sociedade colonial inglesa, e poderiam facilmente estimular o exclusivismo étnico-religioso. Assim, o reverendo William Symonds, um dos religiosos mais ligados à povoação da Virgínia, avisou:

> Além dos argumentos usados por Deus para convencer Abraão a deixar seu país, a ida para uma plantação cristã pode render muitas lições abençoadas. Deus fará dela uma grande Nação. E então a posteridade de Abraão deverá manter-se por si mesma. Não devem casar-se com pagãos, que não sejam circuncidados. E isso é tão claro, que daí nasceu a lei do casamento dentro do mesmo grupo. Os que descumprem esta regra podem destruir todas as conquistas desta viagem, mas se mantiverem o temor a Deus, poderão se transformar numa nação terrível para todos os inimigos de Cristo e louvada por toda esta parte do mundo. (...)[33]

Os colonos ingleses desconfiavam da conversão dos índios e acreditavam que as mães índias jamais criariam seus filhos de forma verdadeiramente cristã. De fato, depois do entusiasmo inicial só foram feitas tentativas rotineiras para converter os nativos americanos, não porque suas crenças fossem respeitadas, mas porque eles e seu modo de vida passaram a ser considerados irremediavelmente pagãos. John Rolfe teve de lutar para vencer os preceitos contra o casamento com mulheres diferentes, que considerava inspirados na Bíblia, antes de casar-se com Pocahontas. Alguns escritores ingleses argumentaram que muitos dos problemas do esforço de colonização da Irlanda nasceram da aceitação de esposas, ou mesmo babás, nativas. Assim, Edmund Spenser alertou: "a criança que suga o leite da ama deve, necessariamente, aprender com ela suas primeiras palavras, as quais, sendo as primeiras com que sua língua se acostuma, tornam-se daí por diante as que lhe são mais agradáveis. (...) Pois, além disso, as crianças pequenas são como macacos, que tentam imitar o que vêem ser feito à sua frente, especialmente por suas amas, a quem tanto amam. Assim, elas trazem para dentro de si ao mamar até mesmo a natureza e a personalidade de suas amas, pois a mente segue em muito a temperatura do corpo (...) e assim, sendo a fala irlandesa, o coração terá de ser irlandês."[34]

Os ingleses chegaram a se considerar protetores dos povos indígenas contra a ganância espanhola. As primeiras colônias na América do Norte conseguiram manter uma coexistência incômoda mas bastante pacífica com os índios, principalmente porque as povoações eram pequenas e inseguras o bastante para sentirem necessidade da ajuda e da boa vontade dos índios. Mas, ao se expandirem, houve cada vez mais tensões e choques, à medida que as comunidades indígenas resistiam à perda da terra em que caçavam e dos rios onde pescavam. A arrogância condescendente de muitos colonos transformava-se em ferocidade ofendida se os índios se punham contra eles. Tanto na Virgínia como em Massachusetts, isto criou oportunidades para que submetessem os índios à escravidão, o que, no entanto, pouco contribuiu para a mão-de-obra local. Assim, depois do massacre dos pequots em Massachusetts, dezessete sobreviventes deste povo indígena foram enviados para fora da colônia em 1638 e vendidos como escravos na Ilha da Providência — o capitão que comandou a viagem voltou, segundo o importante colono de Massachusetts John Winthrop, com "algodão, tabaco, negros etc." Embora não se saiba o que foi feito destes negros, sua condição na Nova Inglaterra deve ter sido mais ou menos a de servos, embora sob um contrato longo ou indefinido.[35]

Numa carta a John Winthrop alguns anos depois, Emanuel Downing, agora dirigente da Massachusetts Company, arriscou a seguinte reflexão:

> Se no caso de uma Guerra Justa [com os narragansetts] o Senhor os entregar em nossas mãos, poderemos ter facilmente homens, mulheres e crianças suficientes para trocá-los por mouros, que serão pilhagem mais lucrativa para nós do que podemos conceber, pois não vejo como poderemos trabalhar sem conseguir um estoque suficiente de escravos para fazer todo o trabalho, pois os filhos de nossos filhos dificilmente verão este grande continente cheio de gente, e nossos servos ainda desejam a liberdade para plantar para si mesmos, e só ficarão por salários muito altos. E suponho que sabes muito bem que é mais barato manter 20 mouros do que um servo inglês. Esses navios que trarão mouros podem voltar para casa carregados de sal, o que deve representar a maior parte da carga, se não toda ela. (...)[36]

Embora esta proposta em particular fosse impraticável, parte do raciocínio por trás dela ajuda a lançar luz sobre o pensamento dos investidores ingleses. Tanto Downing como Winthrop tinham ligações no Caribe e buscavam um papel no desenvolvi-

mento geral da América inglesa. Não vendo perspectiva de encontrar servos ou trabalhadores assalariados em quantidade suficiente para as *plantations*, muitos proprietários da América inglesa tinham o mesmo desejo de Downing de encontrar trabalhadores não-livres.

A maioria dos colonos de Massachusetts sentia-se pouco à vontade com a perspectiva de importar escravos. Em 1641, a seguinte resolução desastrada foi aprovada pela Corte da colônia:

> Nunca deverá existir escravidão, vassalagem ou cativeiro entre nós, a menos que sejam Cativos legais de Guerras Justas, (e aqueles estrangeiros) que por vontade própria vendam a si mesmos ou nos sejam vendidos, e deverão ter as liberdades e os costumes cristãos que a Lei de Deus estabeleceu em Israel em relação àquilo que essas pessoas moralmente necessitam; contanto que isto não exima ninguém da servidão, que deverá ser quanto a isto julgado pela Autoridade.[37]

Embora esta resolução permitisse a entrada de escravos, parece prometer-lhes "liberdades e costumes cristãos". Alguns anos depois, a mesma Corte teve de deliberar a respeito do caso de um carregamento de africanos levados para a colônia e que alegaram ter sido capturados com violência — um intérprete africano que fora vítima do mesmo destino defendeu a sua causa. O resultado foi a seguinte declaração:

> A Corte Geral, considerando-se obrigada na primeira oportunidade de testemunhar contra a crueldade e o pecado gritante do roubo de homens, como também a prescrever a reparação tão oportuna do que se passou, e tal lei para o futuro possa impedir todos os pertencentes a nós de agir de forma tão vil e muito odiosa (...) ordena que o intérprete negro, com outros ilegalmente aprisionados seja, na primeira oportunidade (à custa da terra, por enquanto) enviado à sua terra natal de Ginny [Guiné].[38]

Em Massachusetts nunca se importou um número grande de escravos, e os poucos que ali chegaram vinham de outras colônias inglesas onde sua condição de escravos já havia sido legitimada. Com o tempo, os mercadores da colônia passariam a ter papel importante no fornecimento de provisões e escravos para as colônias de *plantation*. As noções raciais dos ingleses e a disposição dos colonos mais poderosos de comprar escravos eram geralmente as mesmas nas várias colônias. Mas em Massachusetts, e na Nova Inglaterra como um todo, não havia grande produção agrícola. Sem a demanda dos fazendeiros por mão-de-obra escrava e o domínio dos conselhos pelos donos de *plantations*, o ponto de vista antiescravista era às vezes aceito. As resoluções citadas acima refletem estas diferentes circunstâncias. O antiescravismo popular era alimentado — se é que podemos nos basear nessas resoluções — mais pelo medo da lógica da escravização do que pelo simples sentimento racial, embora este não estivesse ausente. Vale lembrar que os escravos representavam pelo menos um décimo da população da vizinha colônia holandesa de Nova Holanda, que também não tinha um produto agrícola importante. Mas a Nova Holanda era administrada de forma autocrática por Peter Stuyvesant e outros ricos traficantes de escravos; o tipo de dissidente religioso que faria restrições à escravidão fora excluído — primeiro, de qualquer lugar no governo, e depois, da própria colônia.[39] Em 1652, os colonos de Rhode Island, cujos navios tinham muitos contatos com o Caribe, decidiram que "humanidade negra ou branca" não devia ser mantida por mais de dez anos em servidão, ou acima da idade de vinte e quatro anos, caso tivessem sido comprados com menos de catorze. A explicação mais provável para esta resolução é que a maioria dos colonos não desejava ver os homens mais poderosos trazendo grande número de escravos, com os quais poderiam dominar seus vizinhos.[40]

Na Virgínia, a cultura do tabaco criou uma demanda intensa de mão-de-obra, e os líderes da colônia eram muito menos sensíveis à massa de colonos do que os de Massachusetts. Os primeiros cativos africanos provavelmente foram tratados como servos involuntários, como os condenados, já que não tinham um contrato. Mas em alguns casos a bondade ou a morte de um proprietário podem ter criado a oportunidade de negociar a liberdade. "Antônio, o Negro", vendido como escravo em 1621, sobreviveu para tornar-se, em 1650, Anthony Johnson, homem livre, casado com uma africana e proprietário de cabeças de gado e de 250 acres de terra. Alguns escravos africanos conseguiram acumular os recursos necessários para comprar sua liberdade, cultivando um pedaço de terra aos domingos ou guardando prêmios ou recompensas recebidas de seus donos. Francis Payne acumulou 1.650 libras de fumo, que usou para comprar sua liberdade. Durante algum tempo, afro-americanos livres puderam entrar com processos na Justiça e portar armas na milícia local. Em 1656, uma mulher negra casou-se com um colono branco.[41] A chegada de grande número de servos contratados significava que muito poucos escravos foram comprados na Virgínia até depois de 1661. Pretendentes a importadores podem ter sido detidos por dúvidas sobre a condição dos escravos africanos, que eram às vezes considerados merecedores da liberdade depois de um intervalo de tempo razoável e no caso de se tornarem cristãos.

O destino do servo na Virgínia era mais brando do que em Barbados, e havia melhores oportunidades no fim do período de servidão. Em todas as colônias do Caribe os fazendeiros tinham muito poder e estavam sujeitos apenas à opinião de

seus pares. Na Virgínia, o surgimento de uma população livre de ex-servos ajudou a criar certas restrições: no fim de seus contratos, os servos das Índias Ocidentais costumavam partir para as colônias do continente porque era mais fácil encontrar boas oportunidades por lá. O crescimento do açúcar no Caribe também exigiu, ou permitiu, um regime de trabalho mais árduo do que o necessário para o cultivo do tabaco. Mas, em princípio, todos os servos trabalhavam do nascer ao pôr-do-sol e eram submetidos a punições cruéis se desobedecessem aos seus senhores ou tentassem fugir. Surras, ampliação do tempo de serviço, mutilações e marcas com ferro em brasa eram distribuídas como castigo entre os servos recalcitrantes.

Segundo uma lei de 1642 na Virgínia, os servos que fugissem deveriam trabalhar o dobro do tempo — se repetissem o crime, deveriam ser marcados com um R na bochecha. Na teoria, poderiam apelar aos magistrados contra excessos de violência ou violações de seu contrato, mas os próprios magistrados eram também proprietários. Fazendeiros particularmente violentos poderiam ser repreendidos pelos vizinhos, mas a condição do servo continuava muito vulnerável.[42] Outro fator restritivo era que relatos de maus-tratos a servos iriam desestimular a assinatura de novos contratos de servidão. Os plantadores de Barbados criaram em 1652 uma Lei do Senhor e do Servo, que supostamente oferecia algumas garantias a ambas as partes, mas admitia-se que os fazendeiros podiam ser muito opressores e negligentes. Servos ingleses encontraram várias doenças novas e graves no Caribe, como a febre amarela. Os fazendeiros não costumavam mostrar-se dispostos a cuidar de servos doentes, e a legislação de Barbados admitia que houve casos de "morte intencional" de servos adoentados "em toda parte da colônia".[43]

A chegada de muitos escravos africanos não amenizou, de início, o destino dos servos de Barbados e da Virgínia. Assim, em 1657, foi criada em Barbados uma lei que impedia os servos de saírem da *plantation*, a menos que levassem um bilhete de permissão de seu proprietário. A roupa dos servos era caracteristicamente escassa e sem cor, para facilitar sua identificação. Mas o sistema mostrou que era falho quando foram descobertos bilhetes falsificados. A tentativa de controlar o movimento dos servos foi considerada necessária em parte por causa das atividades sediciosas dos servos irlandeses — a maioria deles havia sido enviada à colônia como prisioneiros condenados a trabalhos forçados por dez anos, e não sob o sistema de servidão voluntária. Em 1657, o governador alertou que "vários pertencentes à nação irlandesa, homens livres e mulheres" estavam lutando para semear a revolta entre os servos irlandeses e, assim, era necessária uma vigilância severa. Em 1657, o capitão Edward Thomson, comandante da milícia e um dos vários irmãos de Maurice Thomson, relatou que seus homens haviam encontrado "diversos negros rebeldes e fugidos escondidos na mata e em outros lugares secretos". Os escravos também tinham de levar passes. Como observou Hilary Beckles, os métodos de controle da mão-de-obra criados para os servos foram logo aplicados aos escravos africanos.[44]

Durante a maior parte do século XVII, um servo sob contrato podia ser comprado mais ou menos pela metade do preço de um escravo africano. Havia razões culturais e econômicas para considerar satisfatória a mão-de-obra dos servos, contanto que houvesse quantidade suficiente de servos disponíveis. O pequeno agricultor, ao fazer a primeira compra de um servo ou escravo, tomava a decisão de dividir sua vida com esta pessoa; o sentimento racial, ou um senso de exclusividade étnico-religiosa, poderia levar à decisão de escolher o mais familiar, principalmente se houvesse uma boa razão econômica para fazê-lo. Sabia-se que o servo contratado voluntário ficava preso ao trabalho por apenas três, cinco ou sete anos. Ainda assim, isso poderia ser compensador, já que: 1. as taxas de mortalidade de recém-chegados, fossem servos ou escravos, eram tão altas que, de qualquer modo, o fazendeiro só poderia contar com poucos anos de serviço — e investir em quatro servos em vez de em dois escravos pulverizava o risco; 2. os fazendeiros conheciam a língua e os hábitos dos servos brancos, e poderiam fazê-los trabalhar mais do que no Velho Mundo; arrancar trabalho de escravos africanos "estrangeiros", cujas habilidades eram desconhecidas, era um desafio maior; 3. os servos eram não apenas mais baratos que os escravos, mas era mais fácil comprá-los a crédito, já que as dificuldades, o custo e o risco diretos de trazê-los eram bem pequenos para o comerciante que os comprava — os escravos africanos tinham de ser adquiridos em troca de um gasto em mercadorias numa viagem triangular muito mais longa e arriscada.

É claro que o peso dessas considerações mudou quando as *plantations* cresceram, os servos ficaram mais escassos e difíceis de controlar e os mercadores do norte da Europa passaram a aderir ao comércio africano. Os plantadores do Caribe inglês começaram a recrutar mão-de-obra predominantemente de escravos africanos já nas décadas de 1640 e 1650 — uma mudança que só ocorreu de forma ampla na Virgínia ou em Maryland no fim do século. A explosão açucareira do Caribe inglês na década de 1640 e nos anos posteriores criou uma demanda tão grande de mão-de-obra que o fornecimento de servos não era suficiente. Os que montavam uma propriedade de açucareira tinham abundantes recursos financeiros, e aprenderam com os mercadores e produtores holandeses e cristãos-novos as vantagens da mão-de-obra africana.

Os proprietários de *plantations* de açúcar em Barbados adquiriram escravos africanos apenas para ampliar sua mão-de-obra e aumentar a produção. Ao contrário do fazendeiro da Virgínia, não iam morar na mesma cabana com os que trabalhavam

em seus campos. Num período bastante curto, permitiram que os escravos africanos, embora caros, constituíssem grande parte de sua mão-de-obra. Os escravos africanos talvez tivessem uma expectativa de vida ligeiramente superior à dos servos ingleses, por serem menos vulneráveis a algumas das doenças comuns no Caribe. O custo de manutenção dos africanos era geralmente mais baixo — por causa das roupas mais baratas e porque já estavam acostumados com o auto-sustento. Os escravos africanos conheciam melhor a agricultura tropical e, sem perspectivas de liberdade, tinham mais motivo para se conformarem com sua condição. Com o tempo, os produtores de açúcar também passaram a valorizar o fato de que a habilidade de seus escravos nas tarefas complexas deles exigidas acumulava-se para benefício de seus donos, em vez de perder-se em poucos anos. Mas o fato de os produtores caribenhos descobrirem estas e outras vantagens da compra de escravos não significou que tenham deixado de pedir carregamentos de servos ingleses. A pressão para encontrar mão-de-obra extra, inglesa ou africana, era constante, porque a expectativa de aumentar a produção parecia não ter limites.

Os produtores de Barbados compraram em meados do século africanos e ingleses para trabalhar no campo. Empregados assalariados ajudavam a administrar a *plantation*, mas às vezes um servo inglês sob contrato era promovido a esses cargos, e ocasionalmente era possível encontrar africanos no trabalho especializado da fabricação de açúcar. Quanto aos servos, os administradores das *plantations* preferiam os escoceses e ingleses aos irlandeses, por serem mais fáceis de controlar, mas, se fosse necessário, admitiriam até servos "papistas". Assim como os escravos, os servos eram um tipo de propriedade e seu valor era expresso em quantidades de fumo ou açúcar, de acordo com o tempo restante de sua servidão. Podiam ser penhorados ou hipotecados como as terras, e eram inventariados como gado. Uma propriedade vendida pelo capitão Hawley ao capitão Skeetle em 1640 descrevia da seguinte forma os "bens móveis e imóveis" com sua avaliação em termos de algodão: "40 porcas (12.000 lb. de algodão), 160 leitões (5.150 lb. de algodão), 2 porcos (3.000 lb. de algodão), 1 cavalo (700 lb. de algodão), 6 burros (3.600 lb. de algodão) e 28 servos (26 machos, 2 fêmeas) (7.350 lb. de algodão)".[45] Ao serem embarcados, os servos eram cotados como "fretes", com os menores de idade sendo "meios-fretes".

Os homens correspondiam a quase três-quartos dos servos sob contrato enviados para as colônias inglesas no século XVII. Os que embarcavam e compravam servas preocupavam-se principalmente em não adquirir uma serva grávida. Mulheres e meninas eram às vezes sujeitas a exames médicos invasivos antes do embarque; se achassem que estavam grávidas, não seriam compradas. O dono da *plantation* não queria ver a mão-de-obra que comprara afastada do trabalho pela gravidez, pelo parto, pela amamentação e pelo cuidado dos bebês. As servas que engravidavam na colônia e os homens envolvidos — livres ou não — estavam sujeitos a sanções com o objetivo de compensar o prejuízo do fazendeiro e de servir de exemplos para outros. As servas não podiam casar-se, a menos que obtivessem permissão de seu senhor. No entanto, havia considerável escassez de mulheres, e assim as servas, especialmente no continente, conseguiam muitas vezes encontrar um marido que lhes comprasse a liberdade. O proprietário de uma *plantation* da Virgínia escreveu em 1649 sobre as servas:

> se vierem de família honesta e tiverem boa reputação, podem procurar e escolher maridos entre a melhor espécie de gente. Já recebi muitas, mas nunca pude manter nenhuma por muitos Meses em minha Plantação, exceto uma pobre e tola Moça, cujo comportamento leviano compensava a falta de beleza, e mesmo assim um jovem Rapaz honesto desejou tê-la, e sendo ainda muito jovem e não tendo força suficiente para pagar-me o preço que cobrei pela roupa e pelo transporte, contentou-se em servir-me por um ano em troca da esposa.[46]

Mulheres e meninas constituíam quase um terço dos escravos africanos levados para as colônias inglesas no século XVII. É provável que os plantadores preferissem menos escravas, já que a maioria deles via pouca vantagem numa escrava grávida, assim como na serva grávida. As escravas costumavam ter preço mais baixo que os escravos. Embora os filhos das escravas, se sobrevivessem, fossem aumentar o valor do conjunto de escravos, este era um investimento arriscado e de longo prazo. A maioria dos donos ingleses de *plantations* no século XVII tentava recuperar seu investimento em cinco anos ou menos, devido às incertezas da época. As escravas eram obrigadas a trabalhar no campo, embora isso fosse menos comum para as servas, geralmente ocupadas com tarefas na sede da *plantation* ou perto dela.

Guerra Civil: império e servidão

O crescimento das *plantations* açucareiras em Barbados continuou apesar da deflagração da Guerra Civil na Inglaterra. Na verdade, a distração da metrópole acabou permitindo na prática o livre comércio em suas colônias caribenhas. Pretendentes rivais ao título de propriedade das ilhas apelaram ao rei e ao Parlamento, mas só conseguiram minar as pretensões uns dos outros. Em 1643, a Assembléia de Barbados

declarou que dali em diante não pagariam arrendamento a nenhum proprietário; durante uma década, os donos de *plantations* gozaram de autonomia tácita. Seus representantes tentaram manter-se neutros entre o Parlamento e o rei, insistindo apenas que sua riqueza crescente os tornava merecedores de consideração e representação especiais, talvez segundo o modelo de uma grande municipalidade. Havia três fontes principais de preocupação para os donos de *plantations*: 1. por causa da confusão a respeito da propriedade da colônia, os títulos da terra não eram confirmados; 2. o governo e os mercadores ingleses podiam tentar restringir o comércio com os holandeses; 3. os donos de *plantations*, em desvantagem numérica diante de uma população recém-importada de servos contratados e escravos, sentiam necessidade de um regime colonial que lhes garantisse autoridade e segurança. As várias facções davam pesos diversos a estes problemas, ou optavam por soluções diferentes. A maioria dos produtores parece ter preferido um ou outro dos pretendentes à propriedade das ilhas, contanto que o escolhido, fosse ele quem fosse, estivesse pronto a garantir os títulos de terra e a defender os interesses da colônia frente ao governo. Por outro lado, alguns produtores, inclusive os mais ligados aos mercadores ingleses, estavam prontos a aceitar o governo direto de Londres, no interesse de maior estabilidade e segurança, mesmo que à custa de restrições comerciais.

Os alinhamentos políticos em Barbados durante o período da Guerra Civil e da Restauração inglesas relacionam-se de forma curiosa com a política da metrópole. Assim, Barbados tinha um grupo influente de donos de *plantations* ligados aos "novos mercadores" da City e a destacados representantes da causa parlamentar. Maurice Thomson, que teve papel importante na elaboração da política colonial e comercial da Commonwealth como membro do Commons Committee on Trade and Plantations (Comitê dos Comuns para o Comércio e as Plantações), tinha vários clientes em Barbados.[47] Outros muito ligados à causa parlamentar e conselheiros íntimos de seus líderes eram James Drax, provavelmente o primeiro dono de *plantation* a produzir açúcar; Stephen e Thomas Noel, irmãos do influente "novo mercador" Martin Noel; Thomas Kendall, merceeiro londrino que também possuía uma *plantation* em Barbados; e John Bayes, dono de *plantation* e sócio de Bradshaw, presidente do Conselho de Estado. Mais ambivalentes em suas simpatias, mas igualmente influentes, eram James Modyford, que lutou pelo rei mas depois emigrou para Barbados onde, como primo do general Monck, teve papel fundamental tanto na Commonwealth quanto na Restauração; William e Thomas Povey, mercadores e funcionários públicos; e Anthony Ashley Cooper, futuro conde de Shaftesbury, dono ausente de *plantation* em Barbados com vivo interesse em projetos coloniais. Finalmente, é preciso mencionar Lord Francis Willoughby, duas vezes governador da ilha, que lutou contra o rei mas posteriormente tornou-se exemplo da causa da Coroa no Caribe.

Os "novos mercadores" tinham operado principalmente no comércio de fumo e açúcar, mas isto não significava que os donos de *plantations* em Barbados estivessem satisfeitos com a crescente influência destes homens na metrópole. Muitos novos mercadores de Londres e Bristol esperavam com ansiedade que as colônias inglesas fossem impedidas de negociar com seus principais rivais, os holandeses; eles poderiam insinuar que, para o governo, seria mais fácil taxar o comércio americano se houvesse um monopólio colonial. O Ato de Embargo de 1650 e o Ato de Navegação de 1651 inspiraram-se neste ponto de vista. Parece que foi esta ação que criou um sistema colonial inglês, no qual os colonos eram forçados a remeter sua produção para a Inglaterra em navios ingleses, o que levou os donos de *plantations* de Barbados, ou uma parte deles, a um monarquismo tardio em 1650. Em maio de 1650, a Assembléia Geral reconheceu Lord Francis Willoughby, representante do conde de Carlisle, como governador, e expulsou os produtores mais abertamente identificados com a causa parlamentar. Willoughby havia rompido com o Parlamento e se aliara à causa monarquista mais ou menos na época da execução do rei, em 1649. A facção dominante dos donos de *plantations* estava pronta a aceitar um representante do proprietário, contanto que este lhes garantisse as terras, a segurança e a independência administrativa. Embora os boatos sobre a proximidade dos piratas do príncipe Rupert tenham dado coragem aos monarquistas de Barbados, as declarações da assembléia de produtores deixaram aberta a possibilidade de negociação com o governo de Londres. Esta entidade supostamente "monarquista" exigiu representação na metrópole, declarando: "Devemos nos submeter ao governo e à autoridade de um Parlamento no qual não temos representantes nem pessoas escolhidas por nós?"[48]

Willoughby percebeu que só teria o reconhecimento dos donos de *plantations* caso se transformasse no representante de suas exigências, demonstrando vontade de negociar e garantir a boa ordem. Nas condições incertas criadas pela vitória da Commonwealth, muitos produtores de Barbados temiam que seus servos contratados tentassem escapar da servidão. Nos primeiros dias da colônia, os principais donos de *plantations* tinham prendido e executado um governador que tentara mobilizar servos descontentes contra eles. Em 1649, dezoito servos foram considerados culpados de conspirar contra seus senhores, e executados; em maio do ano seguinte, 122 não-conformistas e outros considerados como ameaça à paz foram deportados. Os produtores pró-Parlamento, que também foram expulsos, eram homens ricos

cujas propriedades eram cultivadas mais por escravos do que por servos, o que deve tê-los deixado menos temerosos de uma rebelião servil.

Willoughby e o Conselho de Barbados podem ter alimentado esperanças de fazer um acordo com o governo de Londres; indicariam como seu agente lá o irmão de um regicida. Também podem ter esperado que a riqueza e a vulnerabilidade das *plantations* deixassem Londres cautelosa. O Conselho de Estado anunciou o embargo imediato de Barbados, e despachou para lá uma grande expedição naval em 1652. O comandante da expedição tinha ordens de cercar a ilha e enviar à terra grupos de ataque, mas devia estar pronto para conceder uma rendição negociada assim que Willoughby renunciasse. A milícia de Barbados, na qual vários colonos haviam relutado em servir, foi derrotada no único combate importante. Afinal Modyford, emigrado realista e parente de Monck, organizou uma missão de paz que entregou Barbados às forças da Commonwealth em janeiro de 1652.

Durante a Commonwealth, os interesses do comércio colonial foram defendidos de forma mais vigorosa do que nunca. O Ato de Navegação exigia que tudo o que a colônia importasse da Inglaterra ou exportasse para lá fosse transportado em navios ingleses. No entanto, permitia ainda, em princípio, o comércio direto entre as colônias e a Europa, embora este último tenha sido interrompido pela guerra com a Holanda em 1652-54. A política militar e colonial da Commonwealth foi muito influenciada pelo que veio a chamar-se "complexo de intromissão colonial", envolvendo homens como Maurice Thomson e outros membros do Comitê dos Comuns para o Comércio e as Plantações. Uma nova e poderosa marinha foi organizada para defender os interesses comerciais ingleses. Aconselhado, entre outros, por Thomas Modyford, Cromwell declarou guerra à Espanha e adotou o "Plano Ocidental" de conquistar mais território no Novo Mundo. Uma grande expedição foi enviada ao Caribe e capturou a ilha quase desabitada da Jamaica em 1655. A guerra com a Espanha abriu novas oportunidades para a pirataria.

A nova marinha recorreu aos capitães da marinha mercante, principalmente aos que se dedicavam ao comércio com as Américas, para substituir muitos comandantes navais que eram partidários do rei. Foi oferecido a marinheiros experientes um salário de 24 *shillings* (1,2 libra) por mês. Isso era menos do que os piratas ofereciam, mas equivalente ao salário básico em terra — os marinheiros tinham poucas despesas a bordo e a possibilidade de ganhar sua parte nos saques. Os riscos da vida no mar ainda tornavam difícil o recrutamento, e assim recorreu-se ao engajamento forçado, ou seja, ao alistamento involuntário de marinheiros por bandos errantes de recrutadores. A paga de marinheiros forçados era um pouco menor do que a dos marinheiros experientes, e as condições de serviço, menos favoráveis. Em 1654, um grupo de marinheiros na frota do Canal da Mancha apresentou uma petição reivindicando melhores condições de vida dos homens do mar, e afirmando que o engajamento forçado era um tipo de "escravidão e servidão", "incoerente com os princípios da liberdade". Os funcionários do governo debateram o tema e decidiram apoiar a petição por 21 votos a 4, com o aval do vice-almirante John Lawson, ligado ao *leveller** John Wildman. Estes acontecimentos ameaçaram atrasar a expedição às Índias Ocidentais, mas a distribuição de prêmios aos marinheiros, promessas de estudar suas exigências e a mobilização patriótica — com a guerra se aproximando — criaram condições para a partida da frota.[49]

Embora a Commonwealth tenha reafirmado o controle da metrópole sobre o comércio colonial e apoiado os projetos dos "novos mercadores", não quis se envolver no papel da escravidão africana na nova ordem de coisas. Embora alguns líderes puritanos tenham investido proveitosamente em *plantations* escravistas e no tráfico de escravos, outros tinham dúvidas quanto à justificativa da escravização permanente. Se o Parlamento dos Santos fora persuadido a aceitar a escravidão, deveria tê-la sobrecarregado de condições desagradáveis para o dono dos escravos. Na atmosfera acentuadamente política da época, a condição mais execrada era a do escravo, e ser um senhor de escravos não era muito melhor.[50] Até — ou talvez principalmente — os líderes da Commonwealth, eles próprios envolvidos com a economia escravista, evitavam alardear o fato e legislar a favor da escravidão.

O eminente erudito Sir Thomas Browne, em seu importante livro *Vulgar Errors* (1646), publicou uma crítica da noção de que os negros tinham pele escura por causa da maldição de Noé e que por isso foram condenados à escravidão. O capítulo de Browne sobre este tópico demonstra competente conhecimento bíblico, que mais provavelmente impressionaria do que ofenderia radicais religiosos. Ele conclui: "embora os homens afirmem que esta cor [isto é, a pele escura] seja uma maldição, não posso perceber a propriedade do nome, já que a eles não parece que seja assim, nem seja razoável para nós". Ele também considera que a beleza humana pode ser encontrada tanto nos negros quanto nos brancos e, quanto ao preconceito contra judeus, apresenta o alerta geral de que é "um ponto perigoso impor propriedade constante sobre qualquer Nação".[51] No entanto, a depreciação contínua dos africanos era evidente no mote do grande desfile do Lord Mayor de 1657, em que dois mouros cavalgavam um leopardo enquanto o seguinte verso era can-

Leveller ou nivelador: membro de um grupo radical organizado durante a Guerra Civil inglesa para defender a igualdade política e a tolerância religiosa. (*N. do T.*)

tado: "The ill-complexion'd African into your Breast/Poures forth his Specie Treasure Chest".*[52]

Os líderes parlamentares agiram com cautela em relação ao envio de servos irlandeses para as colônias agrícolas. Depois da derrota das forças monarquistas da Irlanda, milhares de prisioneiros irlandeses foram mandados para a América. A perspectiva de receber mais condenados irlandeses alarmou a Virgínia "até que se garanta que eles não serão levados para onde possam representar perigo".[53] As autoridades da Commonwealth, que haviam planejado uma expropriação devastadora dos senhores de terras católicos, pensaram que seu projeto exigia a deportação do grande volume de prisioneiros para eliminar o perigo da futura resistência. Mas em vez de enviar todos, ou pelo menos a maioria, dos cativos irlandeses para as *plantations* nas colônias, o governo britânico conseguiu que cerca de trinta e cinco mil irlandeses fossem vendidos como soldados, por intermédio de agentes, para a Espanha e para outros exércitos europeus. Esta transação extraordinária pode ter correspondido à noção puritana de que os católicos da Irlanda eram na verdade agentes do rei espanhol, mas, devido à probabilidade de guerra com a Espanha, este foi um procedimento muito estranho. O Comitê do Conselho de Estado adotou um comportamento mais prudente em relação ao recrutamento de mão-de-obra para as colônias, dando prioridade aos jovens. Pediu a Henry Cromwell, comandante em Dublin, que fossem arranjados mil "raparigas jovens" e mil "rapazes" para embarque. Henry Cromwell escreveu: "Quanto às mulheres jovens, embora tenhamos de usar a força para levá-las, mesmo sendo para seu próprio bem, e capaz de trazer grande vantagem pública, não há a menor dúvida de que tereis essa quantidade delas para agirdes como achardes melhor a este respeito." Sobre os rapazes, ele observou adiante: "quem sabe, mas pode ser um meio de torná-los ingleses, ou seja, bastante cristãos".[54]

Depois de sufocada uma revolta em Salisbury em 1655, cerca de setenta monarquistas ingleses foram também deportados para as *plantations*, onde foram vendidos como servos aos fazendeiros. Este procedimento foi depois condenado no Parlamento, quando algumas das vítimas conseguiram enviar de volta um panfleto atacando a "escravidão" a que estavam submetidos. Vários deles foram vendidos a Martin Noel, e trabalhavam doze horas por dia em seu engenho de açúcar. Um debate parlamentar de 1659 reproduziu os clamores de republicanos e monarquistas para dar fim a um escárnio tão vergonhoso da liberdade inglesa. Um membro republicano do Parlamento alertou que em breve os Roundheads** também poderiam ser

*"Os africanos de mau aspecto em vosso seio/Despejam o cofre do tesouro de especiarias." (*N. do T.*)
**Cabeças redondas: os puritanos que apoiaram o Parlamento durante a Guerra Civil inglesa eram chamados assim pelos cavaleiros partidários do rei Carlos I, numa alusão ao fato de usarem o cabelo curto. (*N. do T.*)

vítimas desses procedimentos autoritários: "Nossos ancestrais nos fizeram homens livres. Se tivermos de impor a nossos filhos a escravidão, seremos os mais desprezíveis de todos os homens."[55]

As restrições comerciais impostas às colônias provocaram o apoio ao rei por parte de muitos donos de *plantations* da Virgínia, em defesa do livre comércio, exatamente como acontecera em Barbados. Enquanto Maurice Thomson e seus seguidores tentavam reforçar o monopólio da Inglaterra sobre o comércio colonial, o governador William Berkeley informou à Assembléia da Virgínia:

> Podemos apenas temer os londrinos, que ficarão satisfeitos de nos deixar na mesma pobreza em que os holandeses nos encontraram e da qual nos aliviaram; tirarão a liberdade de nossas consciências e línguas, e nosso direito de dar e vender nossos bens a quem quisermos. Mas, senhores, pela graça de Deus não abandonaremos de maneira tão submissa nosso rei, e todas as bênçãos de que gozamos sob seu governo.[56]

Instado por Thomson, William Claiborne e outros líderes dos "novos mercadores", o Parlamento inglês enviou uma expedição para forçar a Virgínia a obedecer a suas leis. Os fazendeiros da Virgínia prudentemente desistiram, e Berkeley renunciou ao cargo de governador. O reforço dado pela Commonwealth ao poder naval inglês — contra os holandeses assim como contra seus próprios colonos — deixou claro que a resistência seria inútil. Mas os fazendeiros da Virgínia também sabiam que a Inglaterra lhes fornecia mercado e servos. Além disso, num conflito armado com o Parlamento, eles não poderiam contar com a lealdade da massa de servos e homens livres pobres. Ainda assim, muitos virginianos importantes, como Berkeley, viram naturalmente com bons olhos a Restauração e alimentaram esperanças de que daria oportunidade ao afrouxamento do controle sobre o comércio. Berkeley foi novamente nomeado governador, e publicou um folheto em 1662 no qual atacava o regime mercantil da Commonwealth: "só podemos ficar indignados com o fato de que quarenta mil pessoas sejam empobrecidas para enriquecer pouco mais de quarenta mercadores".[57] No entanto, o regime da Restauração não tolerou nenhum abrandamento do sistema colonial, já que este era agora um dos sustentáculos cruciais do comércio nacional.

Em 1660, Londres estava a ponto de ultrapassar Amsterdã como principal entreposto da Europa no comércio de produtos das *plantations*, e um volume expressivo também passava por Bristol e outros portos secundários. Em 1621, o porto de Londres registrou a importação de açúcar da Europa no valor de £83.000, e de fumo no valor de £49.000; no mesmo ano, não se importou nenhum açúcar e ape-

nas £14.000 de fumo diretamente da América. Em 1660, Londres não registrava mais nenhuma importação de fumo ou açúcar da Europa; a importação de açúcar das colônias foi avaliada em £256.000 e a de fumo em £69.000. O conjunto de importações feitas por Londres da produção colonial americana totalizou £334.000, de uma importação total de £830.000. O crescimento da reexportação de mercadorias coloniais era ainda mais espantoso. Em 1640, a reexportação correspondia a £100.000 de um comércio exportador que totalizava cerca de £3 milhões; em 1660, as reexportações representaram £900.000 do total de £4,1 milhões.[58]

Antes da Restauração havia importantes especulações filosóficas e legais a favor do projeto colonial. A obra *Mare Clausum*, de John Selden (1653), foi publicada em 1662 como *The Right and Dominion of the Sea* (*O direito e o domínio do mar*), e justificava as colônias e o comércio inglês, revendo a lei natural desde Noé. O filósofo realista Jeremy Taylor, menos discreto, publicou *Ductor Dubitandium* (1660), no qual desvinculava de forma corajosa a lei natural de qualquer embasamento obrigatório em eventos do Antigo Testamento. Ele sustentava:

> O direito da natureza é uma liberdade perfeita e universal de fazer tudo o que possa me proteger ou me agradar. Pois os apetites que são fundamentais, originais e naturais levam-nos à sua satisfação, e seriam um tormento contínuo e vão caso não existissem para seu alívio o contentamento e o aperfeiçoamento. Seja o que for que desejemos naturalmente, naturalmente temos permissão de fazê-lo. (...) Portanto, para salvar minha própria vida posso matar outra pessoa, ou vinte, ou cem, ou tirar de suas mãos para satisfazer-me, se estiver ao meu alcance e em meu poder; e isso para *comer*, *beber* e ter *prazeres*.

Embora fosse antipuritano, Taylor não recomendava a libertinagem. Ele apenas insistia que, "naquelas coisas que o cristianismo não permitiu, somos deixados com nossa liberdade natural, ou *Jus permissivum*, uma permissão, exceto nos casos em que nos restringimos por *contrato* ou *devoção*".[59] Quanto à escravidão, ela não era proibida nem pelo cristianismo nem por um contrato. Taylor não a defende especificamente, mas a linha filosófica seguida por ele e por John Vaughan, futuro presidente (Chief Justice) da Court of Common Pleas, não oferecia base alguma para que se criticasse o proprietário ou o mercador de escravos, apenas uma base para o reconhecimento do direito natural da Inglaterra a seus novos prazeres. Como seu amigo Thomas Hobbes, esses homens achavam que o estado da natureza demonstrava a necessidade da soberania real, mas a opinião que tinham desta era menos sinistra; assim, o poder real irrestrito não precisava manter a sociedade civil inteiramente sob seu domínio.[60]

A Restauração e a codificação da escravidão colonial

A Restauração confirmou e acentuou a política colonial e comercial da Commonwealth, e ao mesmo tempo descartou quaisquer reservas que ainda restassem a respeito da escravidão ou do comércio de escravos. Tanto as instituições da metrópole quanto as da colônia mudaram sob a Restauração para instituir formas legais de escravidão, enquanto o monarca e o Parlamento promoviam o tráfico de escravos.

Durante os últimos meses da Commonwealth, Modyford fora nomeado governador de Barbados. Ele rapidamente aceitou a Restauração e recebeu anistia de seu monarca; isso não surpreende, já que seu parente Monck era o principal instrumento da Restauração. Modyford foi substituído por Willoughby no governo de Barbados, mas logo foi nomeado governador da Jamaica, que foi declarada colônia da Coroa. Nos últimos anos da Commonwealth, a Jamaica tornara-se uma base importante dos corsários, cuja pilhagem foi avaliada em £300.000 em 1659; em pouco tempo Modyford chegou a um entendimento com esses homens. Só dois membros do Comitê dos Comuns para o Comércio e as Plantações eram ex-defensores do rei. Um novo Ato de Navegação restringiu ainda mais a lei anterior, desta vez concedendo o monopólio dos principais ramos do comércio colonial a mercadores e navios ingleses — embora os mercadores das próprias colônias naturalmente fossem considerados ingleses. Uma meia dúzia de fazendeiros de Barbados foram sagrados cavaleiros pelo rei. Em troca da confirmação da posse das terras dos fazendeiros, e em vez de pagar arrendamento a um proprietário, exigiu-se que Barbados pagasse ao monarca direitos de 4,5 por cento sobre a exportação da colônia, parte dos quais serviriam para cobrir os custos de defesa e administração da ilha. A administração colonial no Caribe tornou-se mais eficiente e vigorosa do que fora no tempo da Commonwealth, com os governadores e alguns outros funcionários passando a ser nomeados por Londres. No entanto, os colonos ainda podiam eleger assembléias, que detinham algum poder sobre as finanças locais. As guerras com a França, a Espanha e a Holanda expuseram as colônias do Caribe a um risco especial.

As leis da Restauração relativas às realidades mundanas do trabalho forçado nas colônias incluíam o claro reconhecimento da legitimidade da escravidão de africanos. Em 1661, a Assembléia da Virgínia ampliou o reconhecimento estatutário da escravidão, tanto de africanos quanto de índios, e no ano seguinte determinou que todos os filhos de mãe escrava também seriam escravos. O Ato do Senhor e do Servo de Barbados, de 1661, pretendia assegurar a devida subordinação dos servos contratados ingleses e, para estimular este tipo de contrato, distinguir a servidão da escravidão completa. No mesmo ano, a Assembléia de Barbados também emitiu um

"Ato para melhor ordenamento e governo dos negros". Enquanto o preâmbulo do Ato do Senhor e do Servo queixava-se de que "o desregramento, a obstinação e a rebeldia dos servos" exigiam que se adotasse uma "conduta rigorosa e permanente" frente à sua "ousada extravagância", o preâmbulo do Ato "governo dos negros" descrevia estes últimos como "pagãos" e "brutos", "um tipo de gente perigosa" que tinha de ser controlada e vigiada o tempo todo. Em 1667, o Parlamento inglês aprovou pela primeira vez um "Ato para Controlar os Negros nas Plantações", declarando que tinham de ser controlados com "severidade rigorosa". No mesmo ano, as Cortes inglesas descobriram que, "sendo os negros infiéis, e súditos de um Príncipe Infiel, e sendo habitualmente comprados e vendidos na América como Mercadorias, pelos costumes dos Mercadores", poderia haver "uma propriedade neles" suficiente para permitir ações indenizatórias.[61]

Na legislação colonial dessa época não se costumava descrever os servos como brancos, e sim como cristãos, para distingui-los dos índios e dos africanos, que eram às vezes reunidos na categoria "todos os servos que não são cristãos", embora isto não fosse exato, já que alguns africanos haviam sido batizados, na África ou na América, e se considerassem cristãos. Em 1667, em continuação às leis de 1661-2, a Assembléia da Virgínia determinou que "a administração do batismo não altera a condição da pessoa quanto à sua servidão ou liberdade".[62] A Assembléia também estava interessada em impedir que os servos se unissem aos escravos nas fugas:

> no caso de qualquer servo inglês fugir em companhia de negros que sejam incapazes de dar uma compensação por meio de aumento de tempo [ou seja, escravos obrigados a servir pela vida toda]: (...) O inglês que assim fugir em companhia deles deverá, quando o tempo de serviço ao seu senhor expirar, servir o senhor dos ditos negros por sua ausência, pelo tempo que eles deveriam tê-lo feito segundo este Ato, caso não fossem escravos, cada cristão participante servindo em proporção.[63]

Se o escravo fujão morresse, os servos cúmplices teriam de trabalhar para seu dono durante quatro anos, ou pagar-lhe 4.500 libras de fumo. Em 1667, a Assembléia da Virgínia também decretou que os senhores que matassem seus escravos ao puni-los não seriam considerados culpados de assassínio:

> Que seja considerado lei por esta grande assembléia, se qualquer escravo resistir ao seu senhor (ou a outros que por seu senhor o castiguem) e pela extensão do castigo possa vir a morrer, que sua morte não seja considerada crime grave (...) já que não se pode presumir que a maldade premeditada (que só por si já torna o assassínio um crime grave) levaria qualquer homem a destruir sua propriedade.[64]

A aprovação de novas leis na Virgínia e em Maryland deu mais segurança aos donos de escravos destas regiões e estimulou o aumento da importação de escravos; estas leis foram precedidas de processos legais — como, na Virgínia, o de Elizabeth Key, filha de escrava, que abriu um processo e conseguiu sua liberdade em 1656 alegando que fora batizada — que colocaram em dúvida alguns aspectos da escravidão. Assim, em 1664, o diário da Câmara Alta de Maryland observou:

> É desejo da Câmara Baixa que seja do gosto da Câmara Alta aprovar um Ato obrigando os negros a servirem por toda a vida, por acharem muito necessário para impedir o prejuízo que os Senhores de tais Escravos podem sofrer por tais Escravos alegarem ser Batizados E assim solicita a lei da Inglaterra.[65]

Depois da Restauração, os homens mais importantes da Virgínia e de Maryland manifestaram várias vezes seu apoio a um sistema escravista racial.

Se a política da Commonwealth teve a forma de um complexo "colonial-invasivo", a da Restauração refletiu a dinâmica inquieta e contraditória de um complexo "colonial-corsário". Defensores do rei, como o príncipe Rupert, o duque de York e Francis Willoughby, tinham antecedentes na pirataria e grande interesse no comércio africano e colonial. O principal corsário da Jamaica, Henry Morgan, tinha um tio no séquito real e outro no do general Monck na época da Restauração. Durante as guerras das décadas de 1660 e 1670, ele liderou uma força de saqueadores de cerca de 15 navios e 1.500 homens, numa campanha sem paralelo de pilhagem e violência em todo o Caribe; só o saque do Panamá rendeu cinco milhões de pesos. Como o comportamento predatório de Morgan tinha a proteção de uma *letter of marque**, o governador da Jamaica (Modyford) e o Lord High Admiral (o duque de York) receberam sua parte, assim como o próprio Carlos II. Modyford argumentou, que nas condições do Caribe, o ataque era a melhor forma de defesa, e que os corsários representavam uma forma autofinanciada de defender as colônias ainda muito vulneráveis. O próprio Lord Francis Willoughby morreu quando defendia as ilhas Windward de uma grande esquadra holandesa; foi sucedido no governo por seu irmão William. As duas principais ilhas inglesas, Barbados e Jamaica, saíram quase ilesas das guerras. Barbados até se desenvolveu, por causa de sua posição geográfica excepcionalmente favorável, com duzentas ou trezentas naus visitando a ilha a cada ano e com

*Licença fornecida por um Estado a um cidadão para capturar e confiscar navios mercantes de outra nação. (*N. do T.*)

a produção de açúcar chegando a 15.000 toneladas num ano bom — quase tanto quanto era produzido no Brasil inteiro.[66]

As colônias inglesas menores nas ilhas Leeward (São Cristóvão, Nevis, Antigua) e Windward (Santa Lucia, São Vicente) sofreram ataques e invasões dos franceses e holandeses que impediram o desenvolvimento das grandes plantações. A postura estimulada pelos corsários na Jamaica competia com a agricultura e o comércio estabelecidos. Enquanto os corsários atacavam o Caribe, o interior da própria Jamaica ainda não estava inteiramente pacificado: a invasão inglesa e a posterior resistência guerrilheira da Espanha representaram oportunidades de fuga para os escravos mantidos em comunidades isoladas no interior. No entanto, parte dos lucros da pirataria chegou às *plantations*, e tanto Morgan quanto Modyford construíram grandes fazendas. Modyford trouxe 1.500 colonos de Barbados e entregou terras aos que possuíssem escravos ou servos. O número de escravos na Jamaica cresceu de apenas 500 em 1661 para quase 10.000 em 1673; na década de 1670, novos escravos foram levados para lá, numa média de quase 1.500 por ano. Em 1683, o desenvolvimento da Jamaica ainda era inferior ao de Barbados, apesar da área muito maior. Nesse ano a Inglaterra importou mais de 18.000 toneladas de açúcar das Índias Ocidentais: cerca de 10.000 toneladas de Barbados, 5.000 da Jamaica e 3.300 das ilhas Leeward.[67]

O inventário das propriedades de 198 grandes proprietários e fazendeiros jamaicanos, que morreram entre 1674 e 1701, sugere o padrão na fase inicial do desenvolvimento das *plantations* (Tabela VI.1):

Tabela VI.1 As propriedades de 198 donos/fazendeiros jamaicanos, 1674-1701

	Valor médio em libras esterlinas	Escravos	Servos
54 produtores de açúcar	1.954	63	3
8 rancheiros	656	16	1
7 produtores de algodão	356	12	0,5
20 produtores de anil	310	13	0,5
109 não identificados	306	8	0,6
Média	375	12	0

Fonte: Dunn, *Sugar and Slaves*, pág. 171.

Pelos padrões de Barbados estas propriedades ainda eram de tamanho modesto, mas revelam que a mão-de-obra das *plantations* era agora quase toda composta de escravos — e os inventários individuais deixam bem claro que estes escravos eram principalmente cativos africanos. Só sete das propriedades valiam mais de £3.000. Duas das maiores *plantations* pertenciam a Sir Henry Morgan, o chefe dos corsários, que possuía um total de 122 escravos; em Barbados, esta seria a mão-de-obra de uma *plantation* pequena ou média. Os 19% mais pobres dentre os fazendeiros deixaram propriedades avaliadas em menos de £100. O valor das propriedades estava muito ligado ao tipo de cultivo. Por sua natureza, esses inventários não registram o número de empregados livres e assalariados das *plantations*, embora outras fontes sugiram que seu número caiu à medida que os escravos eram gradualmente treinados para ocupar o seu lugar, acabando por deixar apenas supervisores, contadores e talvez um ou outro artesão especializado.[68]

Em Barbados, 61% de todos os escravos trabalhavam, em 1679, em *plantations* de 100 acres ou mais, numa média de 104 escravos e dois servos por *plantation*; havia supervisores e contadores ingleses, mas os brancos estavam na proporção de um para cada 13 negros. Cerca de metade das propriedades dos donos de *plantations* havia sido estabelecida por membros de sua família na época do fumo. As maiores propriedades de Barbados tinham cerca de 600 acres e 300 escravos; em outras ilhas menos povoadas eram comuns *plantations* com mais de 200 escravos. Um terço dos escravos de Barbados viviam em *plantations* menores, de 10 a 100 acres de terra, com média de 14 escravos em cada uma. Por causa da colonização anterior e do clima e localização comparativamente mais favoráveis, Barbados sempre teve uma grande população de colonos brancos, cerca de um quinto ou mais do total.[69]

O rei recém-restaurado, juntamente com outros membros de sua família, interessou-se pelo fornecimento de escravos às *plantations*. Por um lado, este comércio prometia dar ao monarca e à família real uma fonte muito necessária de renda independente; por outro, achava-se que o comércio africano proporcionaria o canal ideal para a aplicação do talento de corsários reais ou aristocráticos. A demanda colonial de escravos era grande. Nas décadas de 1660 e 1670 os servos contratados, quando tinham escolha, preferiam a Virgínia ao Caribe, porque tinham se espalhado as notícias sobre as dificuldades da vida nas grandes fazendas de açúcar e sobre o controle rigoroso que os donos das maiores *plantations* exerciam nessas colônias. Depois do escândalo parlamentar dos prisioneiros monarquistas em 1659, e dada a falta de entusiasmo dos produtores por traidores ingleses e rebeldes irlandeses, a servidão involuntária não poderia mais resolver o problema da escassez de mão-de-obra das *plantations*. Em 1663, o monopólio do fornecimento de escravos africanos às colônias inglesas foi concedido à recém-formada Companhia de Aventureiros Reais na África, cujos membros e acionistas incluíam o rei, o duque de York e o príncipe Rupert,

com apoio dos interesses mercantis de Londres e Bristol. A Companhia cunhou uma nova moeda de ouro — o guinéu — para comemorar suas atividades.

A idéia de que o comércio de escravos era uma atividade digna de Aventureiros Reais deve ter ajudado a eliminar quaisquer dúvidas restantes a respeito da legitimidade da Companhia. No entanto, sua organização comercial era péssima, e no início sua ação parecia uma "caça ao tesouro". Os obstáculos e as tentações da guerra com franceses, holandeses e espanhóis afastaram a Companhia do comércio de escravos em grande escala, e atraíram alguns de seus navios de volta à pirataria. Surgiram traficantes independentes, que forneciam às colônias inglesas carregamentos clandestinos de escravos. Em 1670-72 houve tentativas de reduzir as atividades dos corsários e dar condições mais adequadas para o desenvolvimento colonial. A morte do duque de Albemarle (Monck), a demissão de Modyford do cargo de governador da Jamaica e o cancelamento das *letters of marque* de Morgan indicaram a influência de uma nova facção. Na década de 1660, o Comitê dos Comuns para o Comércio e as Plantações fora para o governo uma entidade mais de nome do que de fato. Com a ascensão do conde de Shaftesbury, que era há muito tempo membro desse Comitê, as reivindicações para o desenvolvimento das *plantations* ganharam apoio mais firme.[70]

Em 1672, o comércio inglês de escravos foi confiado a um novo monopólio, a Real Companhia Africana. Os acionistas desta Companhia ainda incluíam o duque de York, o príncipe Rupert e outros membros da família real. Mas como aliado deles estava o próprio Shaftesbury; Sir Peter Colleton, dono de *plantation* em Barbados; Thomas Povey, mercador colonial; Sir George Carteret, lorde proprietário da nova colônia da Carolina; e John Locke, protegido de Shaftesbury que foi por algum tempo secretário do Comitê para as Plantações. Figuras importantes da City, como Sir John Banks e Sir Josiah Child, também deram contribuições para a Real Companhia Africana, que começou com um capital de £111.100. A companhia deveria criar dezessete fortes ou feitorias na costa da África, guarnecidos por duzentos ou trezentos servos. Ela enviou cerca de 500 navios para a África no período de 1672-1713, e exportou mercadorias avaliadas em £1,5 milhão. Durante este período, foi responsável pela compra de 125.000 escravos na costa da África, perdendo um quinto deles na "Middle Passage" (a travessia) e vendendo os restantes, cerca de 100.000, aos donos de *plantations* nas Índias Ocidentais inglesas.

A companhia foi pioneira num comércio caro e instável numa época em que o abastecimento de escravos era ameaçado por guerras contínuas e pela capacidade reduzida de outros fornecedores (a CIOc foi à bancarrota em 1673). A empresa pagava dividendos e mantinha o valor de suas ações, e vários dos investidores iniciais tiveram bom lucro com ela — o duque de York (Jaime II) conseguiu um retorno anual de 12 por cento, se calcularmos a valorização do capital, na época em que vendeu suas ações, em 1689. No entanto, as despesas da Companhia eram grandes e não havia superávit comercial. A empresa permitiu que os donos de *plantations* acumulassem dívidas que chegavam a £170.000 em 1690.

Sem o apoio da Companhia, as colônias inglesas provavelmente teriam um desempenho muito mais fraco e instável nas décadas de 1670 e 1680. Ainda assim a Companhia foi alvo de má-vontade generalizada por parte de donos de *plantations* e mercadores independentes, que atacavam seu "monopólio imundo". Depois de 1675, Shaftesbury e os fundadores da Carolina se retiraram da Companhia; dali em diante ela passou a ser dirigida pelas autoridades da corporação em Londres, aliadas a alguns donos de *plantations* e governadores por elas favorecidos nas Índias Ocidentais; as colônias inglesas na América do Norte receberam muito poucos escravos diretamente da África antes de 1698. Barbados recebeu mais escravos do que todas as outras colônias, e as ilhas Leeward, muito poucos. Até os donos de *plantations* de Barbados se queixavam de que a Companhia os discriminava; alguns deles — Henry Drax, Christopher Codrington, John Hallet — financiaram suas próprias viagens para comprar escravos, violando o monopólio. Os preços cobrados pela Companhia não eram altos, mas muitos de seus agentes locais vendiam apenas para si mesmos ou para amigos. Embora a própria Companhia perdesse dinheiro, seus funcionários costumavam ganhar fortunas. Depois de 1689, o monopólio da Companhia desintegrou-se, e traficantes independentes mostraram que podiam transportar pelo Atlântico duas ou três vezes mais escravos por ano do que a Companhia. Não foi a primeira nem a última vez que o comércio atlântico da época mostrou seu caráter duplo: como negócio potencialmente rico e lucrativo, podia tornar-se campo fértil para favorecimentos; mas, ao mesmo tempo, seu ímpeto expansionista inerente acabaria por romper alianças comerciais e arranjos convenientes.[71]

A rebelião de Bacon e a escravidão na Virgínia

O crescimento da América do Norte inglesa fora pouco prejudicado pela Guerra Civil e foi ainda menos restringido pela guerra e pela falta de mão-de-obra que se seguiram e que causaram dificuldades às colônias do Caribe. De fato, a guerra com os holandeses levou à tomada de Nova Amsterdã e sua transformação em Nova York em 1664. Com o fim da Guerra Civil, o aumento constante dos "direitos de cabeça" registra a corrente cada vez maior de servos contratados que che-

gavam à Virgínia; cerca de 45.000 entre 1650 e 1674, e um total de pelo menos 75.680 entre 1640 e 1699. Maryland recebeu 31.100 servos contratados no mesmo período. A Virgínia produzira cerca de 250 toneladas de tabaco em 1627, que chegaram a 7.500 toneladas em 1669, fazendo com que a colônia passasse a ser, de longe, o maior fornecedor atlântico. Mas com este nível de produção havia uma pressão constante para baixar o preço do fumo. Os pequenos e médios proprietários ainda mantinham o controle da maior parte da terra, ao contrário do padrão de Barbados. O dono de uma *plantation* de médio porte usava de três a doze servos, e muito poucos tinham vinte ou trinta. Mas apesar do fluxo contínuo de servos contratados, os homens mais importantes da colônia possuíam alguns escravos, africanos e índios, e enfrentavam o problema de garantir a ordem e a hierarquia adequada entre eles. Por volta de 1670, calculava-se que havia 2.000 escravos africanos na Virgínia. Um índice da riqueza da colônia foi a estimativa da Alfândega inglesa de recolher £100.000 por ano com impostos sobre o fumo, que pagava taxas *ad valorem* mais altas do que o açúcar.

Em 1676 houve uma grande revolta na Virgínia, a "Rebelião de Bacon", contra o experiente governador Sir William Berkeley, acusado de favorecer mercadores e donos de *plantations* e de não defender os produtores mais pobres do interior, que estavam, segundo as queixas, expostos aos ataques dos índios e sujeitos a pesadas taxas e restrições. Embora a revolta tenha começado entre donos de *plantations*, logo detonou antagonismos sociais explosivos na massa de gente livre e trabalhadores oprimidos. A revolta começou quando um grupo de proprietários e homens livres exigiu que um jovem membro do Conselho do governador, Nathaniel Bacon, os comandasse numa expedição contra a nação indígena Susquehanna, que supostamente invadira a colônia. O governador privilegiou o acordo amigável com os índios, e temia, com boas razões, que os colonos do interior, transformados em voluntários, matassem indiscriminadamente.

A deflagração do conflito com nações indígenas situadas mais ao norte, conhecido como Guerra do Rei Felipe, aumentou a cautela de Berkeley. Mas o fato de o governador deter o lucrativo monopólio do comércio de peles com índios amigos atraiu a suspeita dos colonos. E além da questão indígena havia, como o próprio governador sabia muito bem, um emaranhado de problemas esperando para destruir a boa ordem da colônia. O preço do fumo caíra e ameaçava arruinar muitos pequenos produtores; o mau tempo agravava a situação. Os acordos com os índios não prejudicavam os donos das grandes *plantations* da costa, mas tornavam mais difícil a aquisição de terras por novos colonos. Como o governador escreveu a Londres, ele estava preocupado também com o clima entre os servos e os escravos: "Considerai-nos como um povo pressionado às nossas costas pelos índios, em nossos intestinos por nossos servos (...) e invadidos de fora pelos holandeses." Em outra aguçada reflexão ele observa: "Temos às nossas costas tantos servos (além dos negros) como há homens livres para defender a costa e nossas fronteiras [contra] índios." Ele temia que não só os escravos e os servos, mas também muitos pobres livres se unissem ao invasor holandês, caso este atendesse às suas "esperanças de melhorar sua condição com a divisão do saque da terra". E lamentava-se abertamente: "Como é miserável o homem que Governa um Povo do qual pelo menos Seis partes em cada Sete são de Pobres Endividados Descontentes e Armados e tomar-lhes as Armas agora que os Índios estão em nossa garganta iria causar um Motim Universal."[72]

A previsão do governador foi confirmada, e em pouco tempo ele teve de enfrentar realmente um "Motim Universal". Bacon ouviu com simpatia os que desejavam combater os índios, e instou o governador a nomeá-lo comandante de uma expedição. Argumentou que a insatisfação popular com os novos impostos e a alegada negligência na defesa poderia ser aliviada com essa medida. Mas Berkeley, desconfiado do "Bando Desordeiro" que a exigia, recusou o pedido de Bacon e, quando mesmo assim ele montou uma expedição, acusou Bacon e todos os seus seguidores de rebeldes. Em junho de 1676, uma House of Burgesses* recém-eleita permitiu o voto de todos os homens livres, instituiu a eleição para o preenchimento de vários cargos oficiais e eliminou a isenção de impostos de todos os funcionários públicos. Também decretou que fosse formada uma milícia de 1.000 homens, e ofereceu a possibilidade de saquear e escravizar os índios considerados rebeldes. Sob a pressão de homens armados, Berkeley foi obrigado a ceder o comando a Bacon, mas voltou atrás assim que deixou de estar cercado por uma força armada hostil.

Bacon, apelidado de "General pela vontade do povo", elevou o nível da revolta contra o governador. Embora tenha conseguido o apoio de alguns homens que se consideravam "sóbrios e discretos", a lógica do conflito com o governador levou-o a alistar alguns pobres livres em sua força armada e a oferecer liberdade aos servos e escravos pertencentes aos que apoiavam o governador, caso se alistassem em suas fileiras. Bacon tomou e saqueou Jamestown, obrigando o governador a buscar refúgio na costa oriental. Durante cerca de três meses Bacon controlou a maior parte da colônia. As autoridades temiam que ele e seus seguidores planejassem pedir ajuda aos holandeses; foi considerado sinal de traição o fato de a es-

*Casa dos burgueses, ou habitantes do burgo; nome tradicional da câmara baixa legislativa na Virgínia e em Maryland. (*N. do T.*)

posa de um dos principais rebeldes ter dito que o poder da Inglaterra era uma coisa inútil. Mas antes que as forças inglesas pudessem chegar, ou que Bacon revelasse sua estratégia mais ampla, a rebelião entrou em crise quando seu líder teve disenteria e morreu. Com a ajuda enérgica dos capitães e tripulações de navios ingleses fundeados na costa, a ordem foi restaurada. Ofereceu-se o perdão à maioria dos rebeldes para persuadi-los a largar as armas. No entanto, mais de cem deles, muitos dos quais escravos ou servos, refugiaram-se em West Point e recusaram a rendição esperando melhores termos, inclusive garantias de sua própria liberdade. Um capitão leal e enérgico ofereceu-se para negociar com os rebeldes mas, assim que estavam ao alcance de suas armas, só lhes deu a opção de se renderem. Uma expedição inglesa com 1.100 homens a bordo de onze navios chegou tarde demais para participar das hostilidades, mas tinha instruções de recolocar Berkeley no cargo de governador.[73]

Os oito meses de "Motim Universal" expuseram de forma espetacular o descontentamento dos servos e pobres livres. Mostraram como podia ser frágil uma colônia de *plantation* se seus líderes brigassem entre si e envolvessem os servos e escravos em suas disputas. As autoridades coloniais insistiram em fazer concessões aos homens livres mais pobres, substituindo os odiados impostos por cabeça por taxas sobre o comércio. A House of Burgesses tentou reforçar a barreira racial entre servos ingleses e escravos africanos. Em 1680, determinou um castigo de trinta chicotadas nas costas nuas "se qualquer negro ou outro escravo ousar levantar a mão contra qualquer cristão".[74] Nas últimas décadas do século, cerca de 4.000 escravos africanos foram comprados por proprietários da Virgínia, vindos principalmente das Índias Ocidentais. Os escravos eram mais importantes na Carolina, colônia fundada em parte por produtores de Barbados que se mudaram com seus escravos nas décadas de 1670 e 1680 em busca de mais terras; o anil e o arroz acabaram se tornando as culturas principais desta colônia, depois de um início modesto. Esses produtores, naturalmente, levaram consigo não só escravos como também os costumes e a ideologia do sistema, agora já bastante consolidado, de escravidão racial do Caribe inglês. As Constituições Fundamentais de 1669 das Carolinas do Norte e do Sul afirmavam: "Todo homem livre da Carolina terá poder e autoridade absoluta sobre os escravos negros de qualquer opinião ou religião."[75] No total, cerca de 20.000 escravos foram introduzidos nas colônias norte-americanas durante o século XVII, a grande maioria nas últimas duas décadas.[76]

A nova escravidão e as *plantations* do Caribe

O estatuto da escravidão nas colônias continentais da Inglaterra era influenciado, inevitavelmente, pela característica de suas colônias no Caribe. Nestas, o crescimento das *plantations* de açúcar e da população escrava provocara a degradação e a racialização da escravidão de forma mais pronunciada do que até então fora visto no Novo Mundo. Grande quantidade de colonos da América do Norte, inclusive vários donos de *plantations*, haviam passado pelas Índias Ocidentais, e outros mantinham com elas um comércio recíproco, vendendo provisões e comprando produtos das *plantations*. Uma das testemunhas da degradação da escravidão inglesa nas colônias de *plantation* em geral e nas Índias Ocidentais em particular foi o pastor anglicano Morgan Godwyn, em seu livro *Negro's and Indians Advocate* (*Advogado dos negros e dos índios*), de 1680, e em outros textos, nos quais relata a experiência adquirida quando serviu na Virgínia e em Barbados nas décadas de 1660 e 1670.

Godwyn condena a crueldade e a negligência física e espiritual dos proprietários, comparando sua ganância insensata com a atitude, que considera mais responsável, dos puritanos da Nova Inglaterra ou mesmo dos abomináveis católicos da América espanhola. Sua principal queixa é de que os proprietários vêem seus escravos africanos como bestas de carga e se opõem ativamente à sua evangelização, temendo que isto possa limitar ou enfraquecer sua subordinação; o fracasso da conversão dos índios ao cristianismo também é um erro, mas no caso dos africanos eles estão sob o controle dos donos de *plantations*. Godwyn fornece detalhes do tratamento cruel dispensado aos africanos. Ele observa que os escravos costumam passar fome, tendo muito pouco tempo para cultivar seu alimento; este problema também é compartilhado "de maneira proporcional" pelos servos brancos ingleses. As escravas não têm tempo de cuidar direito de seus filhos, e assim a maioria deles morre. Africanos recalcitrantes são punidos não apenas com chicotadas e pelourinho, mas com a amputação de orelhas e com a "emasculação". Escravas nuas são chicoteadas em público. Ele escreve sobre essas punições: "sua prática é tão notória, e não há ninguém suficientemente cego para evitar ter conhecimento delas; não, até mesmo estes sabem muito bem".[77]

Na opinião de Godwyn, a "principal Divindade dos Plantadores, o Lucro", os deixa cegos para a condição humana dos africanos e os leva à noção blasfema de que os africanos são "brutos" ou uma espécie de seres subumanos "pré-adâmicos":

a mim me parece, pela consideração da forma e da figura dos corpos de nossos negros, suas Pernas e Membros; sua Voz e Expressão facial, em tudo de acordo com a de outros Homens; junto com sua *Risibilidade* e *Discurso* (Faculdades particulares do Homem) deveriam ser suficientes para Convencer. Como poderiam ser eles capazes de *Comerciar*, e de outras atividades não menos humanas; como também de *Ler e Escrever*; ou mostrar tanto Discernimento na administração dos negócios, eminente em vários deles; mas naquilo que [sabemos] que muitos do nosso próprio povo são deficientes, não são eles verdadeiramente homens?[78]

Godwyn cita a Sagrada Escritura dizendo que "Deus fez (de um sangue) todas as Nações dos Homens" (Atos 17-26), e insiste que os negros da Guiné não são "necessariamente descendentes de Canaã" e "da maldição sobre eles lançada"; mesmo que sejam, esta não seria uma boa razão para negar-lhes o batismo.[79] Godwyn não desafia a escravidão, e argumenta que se os escravos fossem apresentados ao cristianismo, isto promoveria sua "integridade e longevidade" e os deixaria menos inclinados à rebelião.[80] No século XVI e no início do XVII é possível encontrar autores ingleses que consideravam que os africanos negros não eram humanos e sim parentes de macacos, mas o retrato apresentado por Godwyn vai muito mais longe — ele sente, evidentemente, que esta opinião tornou-se o consenso de toda uma comunidade, a dos ingleses nas colônias de *plantation*.

Em 1688, Godwyn pôde pregar um sermão na Abadia de Westminster que resumia sua defesa da necessidade de evangelizar os negros, mas depois da Revolução ele desapareceu da vista do público. Mais ou menos na mesma época, Aphra Behn publicou *Orinooko*, no qual descrevia a resistência nobre de um príncipe africano escravizado no Suriname e o fracasso de seus companheiros na rebelião que ele iniciou. Esta obra levanta questões sobre a escravidão sem, contudo, atacar a existência da instituição em si, especialmente se houvesse o cuidado de só se escravizar plebeus.[81]

Na verdade, o Caribe britânico era campo de uma nova e prodigiosa realidade, um sistema de *plantation* num novo nível de organização e comercialização intensivas. A integração das *plantations* do Caribe permitiu — e, caso o plantador quisesse manter-se à altura da competição, exigiu — o trabalho de escravos em turmas, um ciclo incessante de plantio, eliminação de ervas daninhas e colheita, e de trabalho noturno no engenho, chegando com freqüência a uma jornada de trabalho de dezoito horas por dia. Havia agora de cinqüenta a trezentos escravos vivendo e trabalhando em cada propriedade. A força do vento, da água e dos animais mantinha os engenhos funcionando vinte e quatro horas por dia num período de colheita de seis ou sete meses de duração. A mortalidade era alta entre os escravos, a taxa de natalidade era baixa entre as mulheres e, assim, havia a necessidade de carregamentos cada vez maiores de novos escravos da África. Em comparação com o método brasileiro, as novas *plantations* exigiam um regime de trabalho mais intenso e sujeito a vigilância mais rigorosa. Nas ilhas menores do Caribe, a terra era pouca e a flora e a fauna naturais foram logo destruídas. Várias espécies de pássaros foram extintas quando a cobertura florestal desapareceu e os ratos se multiplicaram. Os donos de *plantations* precisavam de novas fontes de combustível, e ficou ainda mais difícil para os escravos se alimentarem. A agricultura exaustiva reduziu a produtividade da cana.

Os proprietários contornaram estes problemas com a adoção de novos métodos, que em sua quase totalidade aumentaram a necessidade de mão-de-obra. A cana-de-açúcar passou a ser plantada em buracos profundos e separados, e não mais em valões largos. Foram criados campos de esterco para adubar o solo. As folhas e os galhos altos da cana passaram a ser usados para alimentar o gado, e o bagaço da cana, depois de seco, era utilizado como combustível. Novos roletes de metal foram instalados nos moinhos, e o conjunto de sete tachos de cobre usados para ferver o açúcar passou a ser aquecido por um único duto, num sistema conhecido como "trem da Jamaica", embora provavelmente tenha surgido em Barbados.[82] Todos esses processos exigiam mão-de-obra especializada, mas a pressão para conseguir a maior colheita possível, a fim de justificar os investimentos e atender às exigências dos credores, era incessante e disseminada. A *plantation* era um ambiente fechado no qual a vida dos trabalhadores cativos podia ser forçada até o limite para aumentar ao máximo a produção. Embora a importância do método tenha sido absorvida dos holandeses, a experiência da Inglaterra na organização da marinha deve ter inspirado mais lições de disciplina, sincronia e coordenação. A *plantation* e o navio de linha eram comandados por homens de tipo semelhante, e em ambos a obediência era conseguida com a ajuda de rações de rum e flagelação pública. Os muitos problemas e complicações das novas *plantations* e as diferenças entre elas e outras instituições coercivas da época serão examinados nos Capítulos VIII e seguintes. Aqui é necessário apenas registrar que a *plantation* escravista foi finalizada e "aperfeiçoada" no Caribe britânico nas últimas décadas do século XVII.

A Revolução Gloriosa e as colônias

Nos últimos anos da dinastia Stuart, o interesse excessivo do governo pelas colônias na verdade atrapalhou o desenvolvimento das *plantations*. Durante os últimos anos

do reinado de Carlos II e o breve governo (1685-88) de seu irmão Jaime II, ex-duque de York, os donos de *plantations* coloniais e os mercadores independentes foram submetidos a formas cada vez mais opressivas de administração e taxação. Os direitos das assembléias coloniais foram reduzidos, e ampliados os dos governadores indicados pelo rei. Uma conseqüência duradoura de tudo isso foi a maior uniformização da autoridade metropolitana em todas as colônias do Novo Mundo, mas a curto prazo esta política beneficiou alguns indivíduos em detrimento tanto dos pequenos proprietários quanto da maioria dos donos de *plantations*. A partir de 1676, a regulamentação comercial das colônias foi confiada aos Lordes do Comércio. Os impostos sobre o fumo e o açúcar foram aumentados. Antes de sua morte em 1682, Shaftesbury, que fora um monopolista fiel ao rei, organizou a oposição à reincidência dos abusos dos Stuart na religião, no uso das prerrogativas reais e na política comercial. Os seus whigs — a primeira oposição parlamentar de tipo moderno — contaram com o apoio dos magnatas da terra, dos mercadores independentes e do protestantismo ultrajado. A reafirmação do poder real no Caribe levou muitos donos de *plantations* de volta para a Inglaterra, onde aderiram à oposição. Quando Jaime II elevou o imposto do açúcar em 1686, completou o afastamento do *lobby* das Índias Ocidentais.

A "Revolução Gloriosa", que afastou Jaime II em 1688-89 e colocou Guilherme III e Mary no trono inglês, consolidou a orientação comercial do estado inglês. A fundação do Banco da Inglaterra em 1694 e de outras instituições que compunham o núcleo da City de Londres refletiu e facilitou uma "revolução comercial" intimamente ligada ao comércio colonial e ao desenvolvimento da *plantation*; as operações do banco baseavam-se na afluência de ouro brasileiro. Em 1696, a administração das colônias e o comércio com elas foram colocados sob a tutela de um novo departamento, o Board of Trade and Plantations (Câmara de Comércio e *Plantations*). As assembléias coloniais exigiram ser consideradas como parlamentos locais, com o controle da receita e da legislação local, mas permaneceram ainda sujeitas à presença metropolitana da Coroa no Parlamento. Em 1699 foi fundada a Society for Propagating Christian Knowledge (Sociedade para a Propagação do Conhecimento Cristão), com o objetivo de promover nas colônias a adaptação à Igreja Anglicana. Dois hábeis conselheiros do rei, membros do Privy Council, Sir George Downing (filho de Emanuel) e Sir William Blathwayt, criaram um corpo de administradores profissionais para supervisionar a implantação dos Atos de Navegação e os instrumentos fiscais a eles associados na Inglaterra e nas colônias. O Tesouro, o Board of Trade e os Comissários de Customs and Excise (Alfândega e Impostos) supervi-

sionavam com severidade o funcionamento financeiro e comercial do sistema colonial. O Almirantado, com uma força naval que absorvia um quarto da receita pública, foi várias vezes pioneiro na adoção de métodos mais eficazes de administração. Nesta área, as vitórias de 1688-89 racionalizaram os elementos da estrutura do estado e do sistema colonial, cuja origem era a Commonwealth, e que haviam sido muito modificados em conseqüência da tentativa dos Stuart de impor a autoridade real. Por outro lado, os corsários foram controlados muito mais de perto e a pirataria foi eliminada.[83]

Entre 1693 e 1713, a receita do estado proveniente das taxas da alfândega e do comércio triplicou, refletindo o florescimento do comércio atlântico e colonial, o desenvolvimento do mercado interno, a conquista de objetivos comerciais por meio da guerra e a consolidação de uma administração mais eficiente. O próprio estado mereceu crédito nisso, porque tinha um firme compromisso com a riqueza e o comércio independentes dentro de uma estrutura imperial. As guerras travadas no período de 1690-1713 ofereceram tanto ocasião quanto justificativa para a expansão naval e a construção de uma estrutura fiscal eficiente. Ainda assim, o número de funcionários das grandes repartições públicas não era elevado, e a maioria se concentrava na própria metrópole. A receita não vinha diretamente das colônias, e sim das importações e reexportações coloniais; esta estrutura, tão diferente da espanhola, foi possibilitada pelo tamanho maior do mercado interno. Em 1716, o Board of Trade tinha 65 funcionários e o escritório do secretário de Estado, 29; no mesmo ano, os empregados dos escritórios fiscais, em sua maioria de Customs and Excise, chegavam a 5.947.[84]

A Revolução Gloriosa marcou o início de uma nova era tanto para a colônia como para a metrópole. A notícia da queda de Jaime II chegou primeiro a Barbados, por causa da maior facilidade de comunicação com Londres, e causou satisfação considerável. Pelo menos no que dizia respeito às Índias Ocidentais, o *lobby* em Londres dos donos de *plantations*, e não a rebelião colonial, desempenhou o papel principal em 1688-89 na promoção das mudanças desejadas. Em Barbados, os escravos excediam em número os colonos livres numa proporção superior a dois para um. A influência das Índias Ocidentais em Londres, que refletia a grande riqueza dos donos de *plantations* locais, tornou supérfluas as demonstrações físicas e assegurou a redução dos impostos sobre o açúcar.

O padrão na América do Norte foi diferente do caribenho. Nova Inglaterra, Nova York e Maryland tiveram suas próprias Revoluções Gloriosas, nas quais funcionários odiados foram expulsos antes de receberem a notificação oficial de sua demissão.[85] A transição na Virgínia foi menos turbulenta porque os líderes, donos de

plantations ou funcionários, não queriam uma repetição dos acontecimentos de 1676. Os destacamentos ativos da milícia reorganizada estavam sob seu firme controle. Mas a hegemonia dos principais mercadores, funcionários e donos de *plantations* não excluía um certo populismo.[86] Os numerosos pequenos fazendeiros da Virgínia puderam opinar na decisão sobre qual dos grandes deveria governar a colônia, e ao mesmo tempo até os mais pobres brancos livres e servos foram incentivados a se sentirem superiores aos negros. Todos os brancos da Virgínia podiam considerar-se "ingleses nascidos livres", mesmo que tivessem cumprido um contrato de servidão. Em muitas áreas, eles gozavam de uma "liberdade de classe" — acesso a pastagens e direitos de caça — que daria inveja a um camponês na Inglaterra. A plantocracia da Virgínia não desfrutava do poder local sem impedimentos nem da posição de seus correspondentes no Caribe. A chegada de mais escravos nas décadas posteriores, que os transformou na principal mão-de-obra da produção de fumo, nunca atingiu o ponto de exigir a expropriação dos fazendeiros que não possuíam escravos; em vez disso, permaneceu num nível em que reduziu os antagonismos sociais dentro da comunidade branca da colônia, ao afastar dela o eixo da exploração. Na verdade, os ingleses das colônias norte-americanas começaram a gozar de liberdades e direitos mais amplos exatamente quando um número maior de escravos foi levado para seus portos.

A Revolução Gloriosa foi deflagrada em nome das liberdades inglesas, embora nas colônias ela tenha confirmado a escravidão racial declarada. A obra de John Locke combatia as tensões resultantes. Em seu *Two Treatises of Government* (*Dois tratados de governo*), ele faz a famosa declaração: "A escravidão é uma condição humana tão vil e miserável, e tão diretamente oposta ao Temperamento generoso e à Coragem de nossa Nação, que mal se concebe que um *inglês*, ainda mais um *gentleman*, a defenda."[87] Locke queria dizer que os ingleses, e principalmente os *gentlemen* ingleses, deveriam rejeitar totalmente a noção de que eram escravos do poder real, mesmo em sentido metafórico, mas havia circunstâncias em que poderiam ser forçados a manter escravos. Todo ser humano tinha a capacidade inata de desenvolver sua razão e sua capacidade de trabalho ao ponto de qualificar-se para desfrutar a liberdade natural, mas os povos primitivos precisavam de tutela antes de transformar em realidade este seu potencial. Ele escreveu, a respeito do homem primitivo, que "soltá-lo numa Liberdade irrestrita, antes que tenha a Razão para guiá-lo, é não permitir-lhe o privilégio de sua natureza, de ser livre".[88] Para Locke, o trabalho era a grande virtude, e o homem racional tinha o direito de fazer de todas as criaturas vivas instrumentos de sua satisfação. Quando o Board of Trade and Plantations preocupou-

se com a multidão de pedintes saudáveis e "vagabundos ociosos" na Inglaterra, Locke desenvolveu um plano detalhado para colocá-los em casas de correção e submetê-los a três anos de trabalhos forçados; o plano dizia, sobre mendigos, "que quem falsificar um passe deverá perder as orelhas por falsificação na primeira vez em que for culpado disso; e da segunda vez, deverá ser transportado para as *plantations*, como no caso de felonia".

Na opinião de Locke, "o alívio verdadeiro e adequado para o pobre (...) consiste em encontrar-lhes trabalho, e cuidar para que não vivam como parasitas do trabalho dos outros".[89] Segundo ele, a nova escravidão do Caribe inglês era um fenômeno que devia ser compreendido não só em termos do individualismo possessivo mas em relação às pessoas obrigadas a serem úteis à Inglaterra, talvez para seu próprio benefício posterior. A famosa definição de propriedade de Locke poderia facilmente ser estendida às *plantations* e seus produtos: "Assim, a Grama que meu Cavalo pastou, o torrão que meu servo cortou; e o Minério que cavei em qualquer lugar sobre o qual eu tenha direitos em comum com outros, passam a ser minha *Propriedade*."[90] A vocação do dono de uma *plantation* colonial deu consistência ao direito inglês de possuir o que Locke descreveu como "a terra vazia da América", já que ele a tornara útil por meio do cultivo.[91]

Para Locke, a defesa resumida da escravidão era que ela representava "o estado de guerra contínua entre um legítimo Conquistador e um Cativo".[92] Na verdade, esta fórmula, que Locke não tentou aperfeiçoar, captava parte da experiência percebida pelos legisladores coloniais, que acreditavam que os africanos seriam perigosos para outros e para si mesmos se não fossem submetidos ao regime escravista.

Nos anos de 1696-1700 Locke foi membro do recém-criado Board of Trade and Plantations, órgão responsável, entre outras coisas, pela revisão da legislação da Virgínia e das outras colônias. A noção de Locke da escravidão como estado de guerra seria confirmada pela preocupação das colônias com a resistência dos escravos. A nomeação de Locke não fora formal; ele compareceu a 372 reuniões durante sua permanência de quatro anos e meio no órgão.[93] O Board tinha apenas sete membros. Em meio à montanha de documentos enviados ao Board deve ter havido informações relativas ao código de escravos de 1688 de Barbados, um relatório sobre a conspiração de escravos naquela ilha em 1692 e sobre os 92 escravos executados juntamente com quatro líderes depois que a conspiração foi descoberta. Locke também deve ter visto o texto do "Ato para a Eliminação de Escravos Fugidos". Este Ato afirmava que, como "muitas vezes negros, mulatos e outros escravos ausentam-se ilegalmente do serviço de seus senhores ou senhoras, e se escondem e ocultam em locais obscuros para matar porcos e estimular outros delitos contra os habitantes deste domínio",

era legítimo para estes "matar e destruir tais negros, mulatos e outros escravos". O mesmo Ato, cuja redação supõe que todos os "negros" e "mulatos" são escravos, toma providências para garantir que nenhuma pessoa livre de cor faça parte da população da colônia:

> para a prevenção desta mistura abominável e geração espúria que daqui para a frente pode crescer neste domínio, seja com negros, mulatos e índios casando-se com inglesas, ou outras mulheres brancas, ou por se associarem ilegalmente, que seja decretado (...) que para o futuro, caso um inglês ou outro homem ou mulher branca, sendo livre, se casar com negro, mulato ou índio, homem ou mulher, cativo ou livre, deverá, num prazo de três meses depois do referido casamento, ser banido e retirado deste domínio para sempre.

Todo branco responsável pelo nascimento de um bastardo mulato seria multado em 15 libras, das quais um terço iria para a paróquia, um terço para o governo central e um terço para o informante; se o branco não pudesse pagar no prazo de um mês, seria vendido como servo por um período de cinco anos. O Ato também observava que "grande inconveniente pode ocorrer neste país por causa da libertação dos negros e mulatos, seja por distraírem os escravos negros do serviço de seu senhor, seja por receberem bens roubados, ou ao envelhecerem e se tornarem uma carga para o país." Para impedir isso, o Ato estipulava uma taxa ou multa de alforria suficiente para transportar o escravo liberto para fora da colônia.[94] O Board of Trade não fez objeções. Como membro do Board, Locke envolveu-se nas intrigas de James Blair, bispo do Comissariado de Londres na Virgínia, ligado por casamento aos líderes da sociedade virginiana. O apoio de Locke parece ter ajudado a campanha bem-sucedida de Blair para expulsar o governador, atacando-o por causa de seu jeito arbitrário de ignorar as petições e os direitos da Assembléia da Virgínia. Locke parece ter acreditado sinceramente que o melhor governo da Virgínia seria aquele mais dedicado aos interesses dos proprietários.[95]

Locke considerava a defesa da propriedade colonial contra a usurpação arbitrária uma causa tão importante quanto a afirmação da liberdade metropolitana. A câmara à qual pertencia também recomendou medidas para acabar com a pirataria e o comércio ilegal e para eliminar ou absorver as concessões coloniais, às quais levantou objeções. Embora Locke deplorasse a atividade dos piratas, desconfiava de propostas vindas de alguns de seus colegas, especialmente Blathwayt, já que envolviam grande ampliação do poder do estado metropolitano. Assim, a pirataria foi eliminada tanto pela substituição dos júris coloniais por Tribunais do Vice-Almirantado nomeados por Londres quanto pela exigência de que o acusado fosse julgado em Londres. Com alguma relutância, Locke acabou aceitando a necessidade desses expedientes judiciais, que se mostraram eficazes na extinção dos piratas e forneceram recursos para a regulamentação do comércio. A proposta de retomar as concessões dos proprietários das colônias só foi efetivada depois que Locke saiu do Board, em 1701. Talvez não surpreenda que a lembrança de Locke tenha sido venerada por gerações posteriores de colonos norte-americanos defensores da independência.[96]

Embora o Board of Trade tivesse o direito de fazer as objeções que desejasse, as leis escravistas e racistas agora aprovadas nas colônias americanas da Inglaterra foram consideradas assuntos que deviam ser tratados pelos próprios colonos. Mas a legislação das assembléias coloniais e o funcionamento dos tribunais locais constituíam inovações substanciais que, em princípio, também tinham valor nos tribunais da metrópole. Assim, a lei da escravidão exigiu que a herança da condição de escravo seguisse a condição da mãe, e não a do pai, que geralmente prevalecia na lei inglesa. Da mesma forma, o negro na América do Norte era considerado em geral escravo, e não livre, como era o caso dos europeus. A proibição do casamento interracial na Virgínia repetiu-se nas leis de Maryland, Carolina do Norte, Carolina do Sul e, de forma talvez menos previsível, em Massachusetts.[97] Embora houvesse menos escravos em Nova York e em Rhode Island, a instituição da escravidão também era legal ali, e a condição das pessoas livres de cor tornou-se cada vez mais precária.

Ira Berlin chamou a atenção para uma camada de "crioulos atlânticos", encontrados dos dois lados do oceano e em todo o Caribe no século XVII: mercadores, marinheiros e intérpretes africanos e mulatos, e nas Américas pessoas livres de cor que haviam conseguido estabelecer-se com algum tipo de comércio ou adquirir um pedaço de terra.[98] Na Virgínia, como em Nova York, as pessoas livres de cor vinham aumentando em número e em importância social até a década de 1670. Mas o crescimento do sistema escravista condenou estas pequenas comunidades a uma existência cada vez mais limitada e difícil. As pessoas livres de cor desejavam, naturalmente, participar dos mercados locais, mas à medida que a população escrava cresceu, também aumentaram as tentativas de suprimir o pequeno comércio feito pelos escravos.

Os governos de Londres constituídos depois de 1689 reafirmaram gradualmente os direitos da metrópole, e o Parlamento preocupou-se em estabelecer sua preeminência dentro do Império. Mas num aspecto importante as novas autoridades britânicas preferiam submeter-se aos representantes dos donos de *plantations*: na suspensão dos privilégios monopolísticos da Real Companhia Africana, entidade contaminada por sua ligação com os Stuart. As autoridades metropolitanas queriam facilitar o

fornecimento de escravos às colônias, tanto para aumentar a riqueza das *plantations* como para estimular a lealdade dos colonos. Os donos de *plantations* haviam demonstrado tendências independentes em 1688-89, e parecia aconselhável atrair seu apoio para a nova ordem. Nos meses imediatamente seguintes à queda de Jaime II, o comércio africano foi aberto a comerciantes independentes.

A própria companhia só sobreviveu à crise de 1688-89 porque manteve importantes instalações na costa africana e ainda representava interesses influentes associados à City de Londres. Os mantenedores da Companhia tentaram usar seu papel de guardiões dos fortes ingleses nas costas africanas para recuperar sua posição. Em vez disso, em 1699 o Parlamento determinou que os comerciantes independentes deveriam pagar um imposto de 10 por cento sobre suas exportações da Grã-Bretanha, e um valor variável por escravo comprado, como contribuição para a manutenção dos fortes da Companhia. Depois houve uma luta, com investidores e fornecedores da Companhia de um lado e uma aliança crescente de manufatureiros, mercadores e donos de *plantations* independentes do outro. A controvérsia gerou uma batalha acirrada de panfletos, jornais e petições parlamentares — mais de cem petições contra a política da Companhia foram apresentadas ao Parlamento, contra menos de vinte a seu favor. A maioria dos manufatureiros e donos de *plantations* achavam que conseguiriam melhores condições com os comerciantes independentes do que com um monopólio oficial. Até 1712, os vários comerciantes ainda foram obrigados a pagar uma comissão para a manutenção dos fortes da Companhia.

No fim, venceu a facção mercantil mais expansiva, com seu apelo por um comércio mais livre no sistema colonial. A Companhia foi compensada pela perda do privilégio com um contrato com a recém-formada Companhia dos Mares do Sul, para fornecer-lhe os escravos necessários para cumprir o *asiento*. Os termos do *asiento* foram redigidos de forma a maximizar a oportunidade de usá-lo como cobertura para o contrabando com as colônias espanholas; nisto o *asiento* assemelhava-se ao Tratado de Methuen com Portugal, cujas determinações foram utilizadas para favorecer o comércio semiclandestino com o Brasil e para garantir que a maior parte do ouro brasileiro acabasse a bordo do paquete Lisboa-Londres. Em termos mais gerais, esta disputa ajudou a criar um padrão pelo qual grupos comerciais e coloniais trabalhavam abertamente para influenciar o Parlamento, conseguir comentários favoráveis da imprensa e estimular a opinião pública.[99]

A realidade das estatísticas comerciais demonstrou a eficácia do novo sistema colonial. O desempenho das colônias de *plantation* refletiu tanto o novo padrão de demanda de produtos coloniais quanto o desenvolvimento do comércio de entrepostos. As importações de açúcar e fumo americanos foram avaliadas em £687.000 anuais no porto de Londres nos anos de 1699-1701, chegando a 15 por cento do total importado pela capital.[100] A reexportação destes produtos gerou uma soma equivalente e colocou os mercadores ingleses entre os principais fornecedores europeus de produtos das *plantations* na época. Se houvesse informações disponíveis sobre Bristol e outros portos secundários, o valor total das importações e reexportações pela Inglaterra de produtos coloniais poderia crescer mais um quinto ou um quarto.

Barbados ainda era a mais rica das colônias de *plantation*. Embora tivesse pouco mais da metade da população total da Virgínia em 1699-1701, suas exportações eram quase 50 por cento maiores. Em 1665-66, as exportações da ilha totalizaram £259.600, caindo para £163.000 nos anos conturbados de 1688 e 1690-91, mas subiram para £423.500 em 1699-1701, das quais £289.900 eram de açúcar mascavo, £86.100 de rum e £36.600 de melado.[101]

O comércio com as colônias quebrou o padrão anterior, no qual a Inglaterra só tinha uma manufatura de exportação: tecidos de lã. As colônias importavam pregos, panelas, fivelas, ferramentas e utensílios de todo tipo, além de vários produtos têxteis. Os Atos de Navegação não só canalizaram os produtos das *plantations* para a metrópole mas garantiram a transformação das colônias em grandes consumidoras de mercadorias inglesas. Eles possibilitaram um padrão de comércio multilateral entre a Inglaterra, a África, a zona de *plantation* e as colônias americanas mais ao norte. A Nova Inglaterra e a Pensilvânia tinham poucos produtos para exportar para a Inglaterra; isso poderia fazer delas um mercado pobre para o exportador inglês. Mas o sistema colonial permitiu-lhes conseguir um excedente com a venda de provisões para as *plantations* e a construção de navios para o comércio atlântico; com este excedente puderam comprar, e compraram, produtos manufaturados ingleses. Em 1701, as mercadorias embarcadas pelos exportadores ingleses para as colônias americanas e a África corresponderam a £542.000, o que representava cerca de um oitavo do total de exportações domésticas. A relação especial com Portugal, consolidada em 1703 com o Tratado de Methuen, também proporcionou um importante mercado comprador para os manufatureiros e exportadores britânicos: o valor das exportações para Portugal e Brasil logo chegou a cerca de £600.000 por ano, ou pouco mais de um oitavo do total, enquanto o açúcar e o ouro brasileiros davam grande contribuição para o poder de compra português. Assim, o comércio atlântico relacionado

à escravidão respondia por pelo menos um quinto das exportações inglesas, uma proporção que iria aumentar.[102]

O Ato de Povoação da Commonwealth para a Irlanda iniciou uma nova fase do domínio inglês naquela região, que foi plenamente ratificada pela Restauração. A ascendência protestante fora questionada no reinado do católico Jaime II, mas as dúvidas foram afastadas pela vitória de Guilherme III na Batalha do Boyne (1690). Quando os últimos soldados irlandeses de Jaime renderam-se no ano seguinte, foi acertado que os que desejassem poderiam partir para servir no Exército francês. Os proprietários de terra protestantes da Inglaterra passaram a controlar mais de nove décimos da terra irlandesa, e tinham o poder de impor taxas de arrendamento onerosas aos fazendeiros irlandeses católicos, que foram obrigados a entregar dois terços de sua produção líquida como forma de aluguel. A demanda de provisões por parte das colônias de *plantation* representou um mercado providencial para a produção irlandesa, que de outra forma apenas faria baixarem os preços dos agricultores ingleses. E, ao venderem seus víveres para as *plantations*, os produtores irlandeses aumentaram a capacidade da Irlanda de importar da Inglaterra. O linho irlandês também podia ser exportado para as colônias, mas as exportações de lã foram proibidas, já que competiam com o principal comércio da Inglaterra. No entanto, as colônias não podiam enviar seus produtos diretamente para a Irlanda, e os católicos foram excluídos da condução do comércio ultramarino irlandês, assim como de várias outras atividades lucrativas. John Cary, importante mercador de Bristol, explicou o que considerava a lógica do comércio colonial:

> Considero a Inglaterra e todas as suas plantações como um grande Organismo, e com os muitos membros ou comarcas a ela pertencentes, portanto, quando consumimos sua produção, fazemo-lo como se usássemos os Frutos de nossa própria Terra, e, portanto, o que vendemos a nossos Vizinhos em troca de Metais preciosos, ou de mercadorias que possam ser usadas como paga, traz um segundo Lucro para a Nação. (...) Este foi o primeiro objetivo de cultivar Plantações no ultramar, que o Povo da Inglaterra possa melhor manter um Comércio e um Negócio entre si, do qual o principal Lucro vai assim retornar ao centro.[103]

Em 1696, quando Gregory King calculou que as exportações correspondiam a um terço dos produtos manufaturados ingleses a cada ano ele exagerou, mas o destino do comércio atlântico e colonial era, na verdade, de grande interesse para parte das classes comerciais e industriais. A exportação de lã continuou a ser um dos principais ramos do comércio, o trigo e a farinha tornaram-se outro, e as colônias eram consumidoras de ambos. Assim, uma parcela expressiva de proprietários e arrendatários ingleses teve seu papel na promoção do comércio externo. A classe dominante inglesa da época estava cercada por intensas batalhas partidárias, com tories e whigs brigando a respeito da forma exata da organização pós-Revolução. Mas assim como nenhum dos dois grupos questionou seriamente a sucessão protestante, também ninguém pôs em dúvida a importância dos objetivos comerciais. Por razões políticas e "antidinásticas", a Inglaterra ficou contra a França dos Bourbon e a Espanha, e aliou-se às Províncias Unidas e a Portugal. Os interesses comerciais da Inglaterra exigiam que seus aliados pagassem um preço tão alto quanto seus inimigos pelas guerras do rei Guilherme e da rainha Ana. Embora as alianças fossem complexas, a ligação com os holandeses e o Tratado de Methuen com Portugal, promovidos pelos whigs, protegeram o comércio mais tradicional, enquanto a estratégia tory da "água azul" — levar a guerra ao Mediterrâneo e ao Atlântico —, embora arriscada, acabou favorecendo os interesses coloniais e comerciais mais recentes. Na negociação do Tratado de Utrecht de 1713, os tories conseguiram o *asiento* para fornecer escravos para a América espanhola passasse para a Inglaterra.[104]

A explosão do comércio colonial fora possibilitada por um crescimento anterior das importações de escravos pelas ilhas inglesas: chegaram a um total aproximado de 263.000 indivíduos entre 1640 e 1700, dos quais cerca de metade foi para Barbados. Pouco mais de 20.000 escravos haviam sido importados no período de 1640 a 1650, e pouco menos de 70.000 entre 1650 e 1676. No último quarto de século, 173.800 escravos foram levados para as colônias inglesas, dos quais 64.700 foram para Barbados, 77.100 para a Jamaica e 32.000 para as ilhas Leeward. Por volta de 1700, a população total de escravos nas ilhas inglesas chegava a 100.000, com 40.000 em Barbados e outros 40.000 na Jamaica, e 20.000 nas ilhas Leeward. A população branca de Barbados caíra para 15.000 pessoas na época, mas ainda era tão grande quanto a da Jamaica e a das ilhas Leeward somadas, que tinham cerca de 7.000 colonos brancos cada uma. Em 1650, as colônias da América do Norte tinham uma população de 53.000 brancos e 2.000 negros; em 1700, a população branca era de 265.000 pessoas e a negra, quase toda de escravos, chegava a 31.000. A população negra das Índias Ocidentais inglesas cresceu de 42 por cento do total em 1660 para 81 por cento em 1700; na Virgínia e em Maryland, a proporção de negros subiu de 2% da população em 1660 para 13,1% em 1700.[105]

O estabelecimento das colônias no Caribe, onde mais de quatro-quintos da população era escrava, foi um fenômeno notável; na América do Norte, a proporção da população escrava subiu mais tarde para um terço ou mais nas *plantations* do sul,

mas nunca atingiu o nível do Caribe. As colônias inglesas de *plantation* registraram uma concentração maior de escravos e uma proporção de escravos de pele escura como jamais fora visto em colônias européias. As próprias *plantations* eram agora unidades integradas, que combinavam o cultivo e o processamento, operadas por uma mão-de-obra servil quase totalmente composta de cativos africanos e seus descendentes. Embora poucas propriedades deste tipo pudessem ser encontradas no Caribe espanhol ou no Brasil durante o século XVI, a *plantation* escravista de estilo inglês, que começou a surgir em Barbados e Saint Kitts na década de 1650, logo espalhou-se daquelas ilhas para a Jamaica, a Carolina do Sul e para partes da Virgínia e de Maryland. Ao contrário das *plantations* brasileiras, não podia apelar para a mão-de-obra das aldeias indígenas, e começava a empregar ainda menos trabalhadores livres; em compensação, incorporava um modelo de mobilização mais intensa de mão-de-obra. Finalmente, a monarquia e o Parlamento britânicos haviam conferido respeitabilidade e legitimidade à instituição da escravidão colonial, ao sancionarem o comércio de escravos e fornecerem aos proprietários coloniais a proteção legal e um código escravista.

Assim, o desenvolvimento colonial inglês aplacou a sede do consumidor burguês e pequeno-burguês. Cinqüenta mil africanos labutavam sob o sol causticante do Caribe para produzir vinte mil toneladas de açúcar por ano para a mesa dos ingleses. Mais de cem embarcações, que exigiram para sua construção a derrubada de 2.500 árvores, e cada uma delas capaz de lançar de seus canhões meia tonelada de metal quente a um quarto de milha de distância com intervalo de poucos minutos, patrulhavam os mares para garantir a segurança dos mercadores ingleses. O grande mercado interno para todo tipo de produto das *plantations* fortaleceu os mercadores e ajudou-os a ditar a política do estado. A marinha inglesa derrotou os holandeses, os franceses e os espanhóis em três guerras com cada, um deles, conquistando um espaço valioso para seu novo sistema colonial sem levar nenhum golpe mais forte. Havia, é claro, outras coisas em jogo, mas o apetite civilizado do consumidor sobressaía entre elas.

Em *The Rape of the Lock**, Alexander Pope demonstrou como a sala de visitas exigia agora recursos globais para satisfazer seus desejos e vontades. Observou que o café era a bebida por excelência dos que se preocupavam com cálculos, e o chocolate, a da sociedade bem-educada; em ambos os casos, adicionava-se açúcar.

*Publicado como *A violação da madeixa* em Alexander Pope, *Poemas*, tradução de Paulo Vizioli, Ed. Nova Alexandria, 1994. (*N. do T.*)

O hábito de fumar tabaco, usar açúcar e beber café, chá e chocolate adoçados disseminou-se, descendo a escala social com o progresso da urbanização, o crescimento das classes profissionais e religiosas e com o aumento da importância da mão-de-obra assalariada tanto nas cidades como no campo. Servir chá ou café com açúcar tornou-se um ritual doméstico social e respeitável. Os novos luxos, cada vez mais populares, serviram de isca no anzol da maior dependência de estipêndios, emolumentos, juros e salários. O consumo *per capita* de açúcar na Inglaterra cresceu de 2 libras na década de 1660 para 4 libras na década de 1690, e atingiu 8 libras no período entre 1710 e 1719. Carole Shammas ressalta que a importação contínua de cerca de 4 libras de açúcar *per capita* eram suficientes para abastecer quase 900.000 pessoas, ou um quarto da população adulta, cerca de meia libra de açúcar por semana, o bastante para adoçar regularmente seus alimentos e bebidas.[106]

Os freqüentadores de cafés foram responsáveis pela manutenção dos primeiros jornais, em parte financiados por anunciantes, e pelo crescimento da política oposicionista no reinado dos últimos Stuart. Os financistas eram fregueses dos cafés, e os radicais políticos também. Durante a Crise da Exclusão em 1679-81, vários cafés de Bristol foram fechados. Um historiador da cultura popular de Bristol observa: "As notícias nos cafés não eram absorvidas em particular, e sim discutidas em público, e, na verdade, o estilo críptico e freqüentemente alusivo das reportagens exigia este tipo de interpretação pública."[107] Mas depois da Revolução Gloriosa, uma parte desta cultura oposicionista passou a ser o poder estabelecido. A importância dos produtos exóticos na nova ordem das coisas é bem simbolizada pelo fato de que as instituições recém-estabelecidas da City londrina — o Banco da Inglaterra, a Bolsa de Valores, a Lloyd's Underwriters, os vários bancos mercantis — foram fundadas nas discussões dos cafés. O café era a bebida por excelência da racionalidade burguesa.[108] O único ponto negativo que podia ser percebido no novo padrão de consumo, comércio imperial e finanças da metrópole era um certo retardamento no ritmo do avanço agrícola, como se os empreendimentos marítimos e coloniais estivessem extraindo recursos do desenvolvimento doméstico. Antes de analisar a contribuição colonial para a acumulação em geral e a acumulação britânica em particular, é necessário examinar a competição francesa — Capítulo VII — e os princípios gerais dos novos sistemas de *plantation* — Capítulo VIII.

Notas

1. Peter Fryer, *Staying Power,* pp. 4, 26-7; Kim Hall, *Things of Darkness,* pp. 23-4.
2. Theodore K. Rabb, *Enterprise and Empire, Merchant and Gentry Investment in the Expansion of England, 1575-1630,* Cambridge, MA 1967, pp. 68-9, 93-5, 121, 127-8; Andrews, *Trade, Plunder and Settlement,* pp. 280-303. Sobre os fatores demográficos que estimularam a incursão da aristocracia pela pirataria, ver Ralph Davis, *The Rise of the Atlantic Economies,* Londres 1973, p.140.
3. Samuel Purchas, *Purchas His Pilgrimage,* 3ª. ed., vol. 1, Londres 1617; sobre Angola e Brasil, pp. 869-76 e 1040-43; sobre a Virgínia, pp. 940-47.
4. R. F. Foster, *Modern Ireland 1600-1972,* Londres 1988, pp. 13, 70, 130.
5. Angus Calder, *Revolutionary Empire: The Rise of the English-Speaking Empire from the Fifteenth Century to the 1780s,* Londres 1981, p. 153; Anthony Pagden, *Lords of All the World,* p. 96. Pouco depois disso, Thomas Hobbes passou a ser um dos diretores da Companhia da Virgínia, e posteriormente compareceu a trinta e sete reuniões do conselho da empresa, inclusive a algumas relativas à sua filial das Ilhas Somers. Sua noção de "guerra de todos contra todos" e sua suposta sanção ao governo absoluto podem ter refletido tanto seus conhecimentos sobre a situação da Virgínia quanto sobre os conflitos da Guerra Civil inglesa que são normalmente mencionados neste contexto. O Leviatã das Escrituras era, naturalmente, um monstro do mar. Sobre Hobbes e a Companhia da Virgínia, ver Quentin Skinner, *Reason and Rhetoric in the Philosophy of Hobbes,* Cambridge 1996, pp. 222-4.
6. Andrews, *Trade, Plunder and Settlement*, p. 295.
7. Carl Bridenbaugh, *Vexed and Troubled Englishmen, 1590-1642,* Nova York 1968, p.197.
8. Jonathan Israel, *Dutch Primacy in World Trade*, p. 410.
9. D. C. Coleman, *The Economy of England, 1450-1750,* Oxford 1977, pp. 67-8.
10. Christopher Hill, *The Century of Revolution 1603-1714*, p. 41.
11. Karen O. Kupperman, *Providence Island 1630-1641: The Other Puritan Colony*, Cambridge 1993, pp. 166-80.
12. Robert Brenner, *Merchants and Revolution: Commercial Change, Political Conflict, and London's Overseas Traders, 1550-1653,* Princeton, NJ 1993, pp. 30-39.
13. Wesley Frank Craven, *White, Red and Black: The Seventeenth Century Virginian,* Charlottesville, VA 1971, p. 3. Abbot Emerson Smith, *Colonists in Bondage: White Servitude and Convict Labor in America, 1607-1776,* Chapel Hill, NC 1947, pp. 307-37. Em anos posteriores, alguns servos contratados puderam exigir terra para si depois de cumprirem o contrato.
14. Citado em "Blacks in Virginia: Evidence from the First Decade", em Alden T. Vaughan, *Roots of American Racism: Essays on the Colonial Experience,* Oxford 1995, pp. 128-35.
15. Estimativas tiradas de Jack Greene, *Pursuits of Happiness: The Social Development of Early Modern British Colonies and the Formation of American Culture*, Chapel Hill, NC 1988, pp. 7-8.
16. Richard Dunn, *Sugar and Slaves: The Rise of the Planter Class in the English West Indies: 1624-1713,* Londres 1975, pp. 3-45, 65; Henri Blet, *Histoire de la colonisation française,* I, Paris 1947, pp. 107-10; Ralph Davis, *The Rise of the Atlantic Economies,* Londres 1973, pp. 125-42.
17. Allan Kulikoff, *The Agrarian Origins of American Capitalism,* Charlottesville, VA 1992, pp. 183 -208.
18. Esta é uma das principais conclusões de Jack Greene em *The Intellectual Construction of America: Exceptionalism and Identity from 1492-1800,* Chapel Hill, NC 1993.
19. Gary A. Puckrein, *Little England: Plantation Society and Anglo-Barbadian Politics, 1627-1700*, Nova York 1984, p. 31.
20. Beckles, *White Servitude and Black Slavery in Barbados 1627-1615,* Knoxville, TN 1989, pp. 103,119, 121, 124.
21. Puckrein, *Little England*, p. 62.
22. Brenner, *Merchants and Revolution,* pp. 163-4, 174.
23. Richard Ligon, *A True and Exact History of Barbados,* Londres 1657, pp. 46, 86-98; Dunn, *Sugar and Slaves,* pp. 87, 203. Para um levantamento informativo do início do crescimento da produção de açúcar em Barbados e em outras ilhas do Caribe, ver Robert Carlyle Batie, "Why Sugar? Economic Cycles and the Changing of Staples on the English and French Antilles. 1624-54", *Journal of Caribbean History,* nº. 8, 1976, pp. 1-41.
24. A natureza e o significado dos novos mercadores são explicados de forma brilhante por Robert Brenner, *Merchants and Revolution,* pp. 92-197; e David Harris Sachs, *The Widening Gate: Bristol and the Atlantic Economy, 1450-1700,* Berkeley, CA e Londres 1991, pp. 331-62.
25. Richard Pares, "Merchants and Planters", *Economic History Review,* supl. nº. 4, Cambridge 1960, pp. 4-6; Robert Brenner, "The Social Basis of English Commercial Expansion", *Journal of Economic History,* vol. 32, 1972, pp. 361-84; Ralph Davis, *The Rise of the English Shipping Industry in the Seventeenth and Eighteenth Centuries,* Newton Abbot 1962, pp. 159-74, 267-97.
26. Jordan Goodman, *Tobacco in History,* pp. 60-61; Shammas, *The Preindustrial Consumer in England and America*, p. 79.
27. Mathias de l'Obel citado por Jordan Goodman, *Tobacco in History*, p. 47. Sobre a disseminação do fumo, ver Shammas, *The Preindustrial Consumer,* pp. 78-81.
28. Deerr, *A History of Sugar,* II, p. 528. Ver também Fernand Braudel, *Capitalism and Material Life,* Londres 1976, pp. 178-81; Sidney Mintz, *Sweetness and Power: The Place of Sugar in Modern History,* Londres 1985; Shammas, *The Preindustrial Consumer,* pp. 81-3.
29. Hilary Beckles, *A History of Barbados*, Cambridge 1990, p. 18; Beckles, *White Servitude and Black Slavery in Barbados*, p. 31.

30. Winthrop Jordan, *White Over Black: American Attitudes Toward the Negro, 1550-1812*, Chapel Hill, NC 1968, p. 65.
31. Sir Edward Coke, *The First Part of the Institutes of the Law of England*, quarta edição, Londres 1739, Livro II, Cap. XI, p. 116. A invocação que Coke faz do *jus gentium* ilustra o argumento de Perry Anderson sobre a importância da Lei Romana para o surgimento dos primórdios do capitalismo moderno. Ver Anderson, *Lineages*, p. 422.
32. R. Wilkinson, *Lot's Wife: A Sermon Preached in Paul's Cross*, Londres 1607, citado em Vaugham, *Roots of American Racism*, pp. 6, 255.
33. Ronald Sanders, *Lost Tribes and Promised Lands: The Origins of American Racism*, Boston, MA 1978, p.287.
34. Ver também Jack Greene, *The Intellectual Construction of America*, Chapel Hill, NC 1993, p. 61, e Sanders, *Lost Tribes and Promised Lands*.
35. Citado em Sanders, *Lost Tribes and Promised Lands*, p. 332.
36. Elizabeth Donnan, *Documents Illustrative of the History of the Slave Trade*, Washington, DC 1932, p. 8.
37. Ibid., p. 4.
38. Ibid., p. 8.
39. Gerald F. De Jong, *The Dutch in America*, Boston, MA 1975, pp. 14-25.
40. Sanders, *Lost Tribes and Promised Lands*, p. 358.
41. Ver T. H. Breen e Stephen Innes, *'Myne Owne Ground': Race and Freedom on Virginia's Eastern Shore, 1640-1676*, Nova York 1980.
42. James Perry, *The Formation of a Society on Virginia's Eastern Shore, 1615-1655*, Chapel Hill, NC 1990, pp. 106-8.
43. Beckles, *White Servitude and Black Slavery in Barbados*, p. 85; ver também pp. 79-114.
44. Ibid., p. 103; Beckles, *A History of Barbados*, p. 37.
45. Beckles, *White Servitude and Black Slavery in Barbados*, p. 75.
46. David Galenson, *White Servitude in Colonial America: An Economic Analysis*, Cambridge 1981, p. 25.
47. Robert Brenner, *Merchants and Revolution*, pp. 316-92, 494-557.
48. Puckrein, *Little England*, p. 118. Meu relato dos acontecimentos em Barbados segue em boa parte esta obra, mas ver também Vincent Harlow, *A History of Barbados*, Oxford 1926, especialmente pp. 10-20, 65; e Frederick Spurdle, *Early West Indian Government*, Palmerston North (NZ) s/d., pp. 12-20.
49. Bernard Capp, *Cromwell's Navy: The Fleet and the English Revolution, 1648-1660*, Oxford 1989, pp. 136, 262-73.
50. Ver, por exemplo, a invocação repetida da escravidão como antítese da aspiração dos ingleses, em Hill, *The Century of Revolution*, pp. 105, 106, 108; ver também Christopher Hill, *Liberty Against the Law*, Londres 1996.
51. Sir Thomas Browne, *Pseudoxia Epidemica, Enquiries into Common or Vulgar Errors* (Londres 1646), Volume 1, capítulo XI, Robin Robbins, ed., Oxford 1981, pp. 518-23. Ver também Joan Bennet, *Sir Thomas Browne*, Cambridge 1962, pp. 182-4. Kim Hall chama corretamente a atenção para a observação de Browne de que os europeus do sul, embora morenos, "não merecem nome tão baixo como pardos", e os habitantes da "zona tórrida" "não descem tão baixo a ponto de serem pretos". No entanto, Hall talvez não faça suficiente distinção entre George Best, com sua noção fóbica da "infecção" da cor preta e da maldição de Noé, e Browne, que, embora considerasse a pele branca como norma, questiona a relação entre pecado hereditário e cor da pele. Ver Hall, *Things of Darkness*, pp. 11-12.
52. Fryer, *Staying Power*, p. 27.
53. *Calendar of State Papers, Colonial Series, 1574-1660* (Londres 1860), pp. 324, 343, citado em Peter Wilson Coldham, *Emigrants in Chains, 1609-1776*, Baltimore, MD 1992, p. 48.
54. Brownlow, *Lectures on Slavery and Serfdom*, pp. 23, 40. Sem dúvida, se fosse possível transformar jovens irlandeses em "ingleses", eles se tornariam arrendatários ou leais auxiliares da expansão imperial. Cada vez mais africanos eram adquiridos para o trabalho braçal no Caribe; embora pudessem ser descritos como "negros ingleses", isso não significava que eles ou seus descendentes pudessem algum dia tornar-se "ingleses". No entanto, no limite, quando a política comercial exigiu, foi oferecido algum reconhecimento a um grupo de negros e mulatos espanhóis que combateram a invasão inglesa nos distritos distantes e montanhosos da Jamaica. Uma proclamação do governador em 1663 dizia: "Que Juan Luyola e o restante dos negros de sua aldeia, em troca de sua submissão e seus serviços aos ingleses, recebam concessões de terra e gozem de todos os privilégios dos ingleses, mas terão de criar seus filhos na língua inglesa. (...) Que Luyola seja coronel do regimento negro da milícia, e que ele e outros sejam nomeados magistrados dentre os negros para decidir sobre todos os casos, exceto os de vida e morte." Citado em Michael Craton, *Testing the Chains: Resistance to Slavery in the British West Indies*, Londres 1982, p. 71. Os ingleses estavam aqui imitando diretamente a tática espanhola numa situação em que havia grande vantagem na transformação de inimigos perigosos em aliados valiosos. Embora tenha havido acordos intermitentes entre as autoridades coloniais e um ou outro grupo de *maroons*, só em 1739 conseguiu-se um tratado duradouro.
55. Godfrey Davies, *The Restoration of Charles II, 1658-1660*, Londres 1955, pp. 66-7; Hilary Beckles, *White Servitude and Black Slavery in Barbados*, pp. 52-4.
56. Citado em Brenner, *Merchants and Revolution*, p. 593.
57. Stephen Saunders Webb, *1676: The End of American Independence*, Nova York 1984, p. 104.
58. Introdução do editor em Walter Minchinton, ed., *The Growth of English Overseas Trade in the Seventeenth and Eighteenth Centuries*, p. 10; Ralph Davis, *English Overseas*

Trade, 1500-1700, Londres 1973, pp. 55-6. Ver também J. E. Farnell, "The Navigation Act of 1651, the First Dutch War and the London Merchant Community", *Economic History Review*, 2ª. série, XIV, 1964, pp. 439-54.

59. Jeremy Taylor, *Ductor Dubitandium*, Londres 1676, pp. 167-8, 184, citado em Tuck, *Natural Rights Theories*, pp. 111-12.
60. As idéias de Hobbes asseveravam o direito do proprietário de escravos com a justificativa de que o escravo aceitava implicitamente o cativeiro ao não cometer suicídio. Mas o *Leviathan* também menciona a necessidade de um exame questionador da Bíblia. Na verdade, esta obra era tão controvertida que até as conclusões favoráveis à escravidão não ofereceram à escravidão colonial o tipo de legitimidade prática de que precisava. Neste ponto, as obras de Selden, Taylor e Vaughan foram muito mais importantes.
61. A legislação acima, que marca o divisor de águas da década de 1660, é detalhada e discutida em John Hope Franklin, *From Slavery to Freedom: A History of American Negroes*, Nova York 1950, pp. 65, 71; Edmund S. Morgan, *American Slavery, American Freedom*, Nova York 1975, pp. 300-01, 312, 333; Helen Catterall, *Judicial Cases Concerning American Slavery and the Negro*, Washington, DC 1926, pp. 6, 9; Beckles, *A History of Barbados*, p. 33; Dunn, *Sugar and Slaves*, p. 246.
62. Helen Catterall, *Judicial Cases Concerning American Slavery and the Negro*, p. 57.
63. Ibid., p. 61.
64. Morgan, *American Slavery, American Freedom*, p. 312.
65. Esta observação é citada por David Galenson num ensaio que apresenta ainda mais razões para acreditar que as novas leis que confirmaram a propriedade de escravos ajudaram a abrir o caminho para a expansão da escravatura nessas colônias; ver David Galenson, "Economic Aspects of the Growth of Slavery in the Seventeenth Century Chesapeake", em Solow, *Slavery and the Rise of the Atlantic System*, pp. 265-93 (p. 274).
66. Dunn, *Sugar and Slaves*, pp. 87, 202.
67. Ibid., pp. 155, 203, 312.
68. Ibid., pp. 170-71; a tendência de treinar escravos para substituir trabalhadores livres e servos contratados é discutida em David Galenson, *White Servitude in Colonial America*, Cambridge 1981, pp. 134-41.
69. Puckrein, *Little England*, p. 155. Dunn, que escreveu na mesma época, fala da "riqueza consolidada" dos 175 proprietários mais ricos; os sete coronéis da milícia saíram deste grupo. Dunn, *Sugar and Slaves*, p. 170. Enquanto Dunn destaca os indícios de mortalidade mais alta entre os colonos brancos, Puckrein ressalta que, em termos relativos, Barbados era provavelmente mais salubre por causa da ausência de pântanos e lagos onde pudessem se estabelecer os vetores de doenças (pp. 181-94).
70. K. G. Davies, *The Royal African Company*, Nova York 1970, pp. 41-4, 63-5.
71. Ibid., pp. 62, 74, 319, 345-6. Galenson afirma que, ao contrário do que acreditava Adam Smith, a Companhia nunca teve um monopólio impermeável e que, apesar de alguns negócios privilegiados, seu desempenho geral tinha semelhança impressionante com o moderno mundo dos negócios. Galenson, *Traders, Planters and Slaves*.
72. Citado em Webb, *1676: The End of American Independence*, pp. 5, 16.
73. Morgan, *American Slavery, American Freedom*, pp. 260-70.
74. Ibid., p. 331. Ver também T. H. Breen, "A Changing Labor Force and Race Relations in Virginia, 1660-1710", *Journal of Social History*, vol. 7, 1973, pp. 3-25
75. Citado em Donald Wright, *African Americans in the Colonial Era: From African Origins through the American Revolution*, Arlington Heights, IL 1990, p. 63
76. James Lang, *Conquest and Commerce: Spain and England in the Americas*, Nova York 1975, pp. 105-27; Craven, *White, Red and Black*, p. 83; Paul E. Lovejoy, "The Volume of the Atlantic Slave Trade: A Synthesis", *Journal of African History*, nº. 23, 1982, pp. 473-501 (p. 478).
77. Morgan Godwyn, *The Negro's and Indians Advocate*, Londres 1680, pp. 39-40, 41, 82-4. Para um ensaio informativo sobre Godwyn, ver Vaughan, *Roots of American Racism*, pp. 55-81.
78. Godwyn, *Negro's and Indians Advocate*, p. 13. Richard Baxter ressaltou pontos semelhantes em *A Christian Dictionary* (1673) e Thomas Tryon em seu *Advice to a Planter*. Mas a natureza isolada dessas defesas é demonstrada por Lester B. Scherer, *Slavery and the Churches in Early America, 1619-1819*, Grand Rapids, MI 1975, p. 59.
79. Godwyn, *Negro's and Indians Advocate*, p. 19.
80. Ibid., p. 147.
81. Para uma discussão esclarecedora da obra de Behn, ver Moira Ferguson, *Subject to Others: British Women Writers and Colonial Slavery*, Nova York 1992.
82. Essas mudanças são analisadas por David Watts, *The West Indies: Patterns of Development, Culture and Environmental Change since 1492*, Cambridge 1987, pp. 212-32, 319-447.
83. Ian K. Steele, *Politics of Colonial Policy: The Board of Trade in Administration, 1696-1720*, Oxford 1968, pp. 42-68.
84. John Brewer, *The Sinews of Power: War, Money and the English State, 1688-1783*, Cambridge, MA 1988, pp. 21-4, 66; Brenner, *Merchants and Revolution*, pp. 713-16; Dunn, *Sugar and Slaves*, pp. 102-3; Lang, *Conquest and Commerce*, pp. 159-71.
85. David Lovejoy, *The Glorious Revolution in America*, Nova York 1972, pp. 225 e seg. Ver também Ian Steele, *The English Atlantic, 1675-1740*, Oxford 1976, pp. 94-110.
86. Morgan, *American Slavery, American Freedom*, pp. 338-62.
87. John Locke, *Two Treatises of Government: A Critical Edition*, editado por Peter Laslett, Cambridge 1960, p. 159.
88. Ibid., p. 55.
89. "Draft of a Representation Containing a Scheme of Methods for the Employment of the Poor. Proposed by Mr. Locke, the 26th October 1697", em John Locke, *Political Writings*, David Wooton, ed., Londres 1993, pp. 446-61 (pp. 449, 452). A sugestão do editor de que o esboço representa uma opinião coletiva e não individual é desmentida

pelo fato de ter sido rejeitado pela comissão. Ver também Paul Rahe, *Republics Ancient and Modern: Classical Republicanism and the American Revolution*, Chapel Hill, NC 1992, pp. 518, 1028-9 nota.

90. Locke, "Second Treatise", seção 28, em *Political Writings*. Tem sido discutido até que ponto as fórmulas de Locke correspondem às categorias de uma economia capitalista: C. B. MacPherson vê o "individualismo possessivo" como basicamente capitalista, James Tully aponta elementos não-capitalistas na teoria de Locke e Neal Wood insiste que Locke foi um defensor da fase inicial e agrária do desenvolvimento capitalista (Neal Wood, *John Locke and Agrarian Capitalism*, Berkeley e Los Angeles 1984, pp. 74, 86-90). A conclusão de Wood tem aspectos que a recomendam, mas o aparente endosso de Locke ao desenvolvimento das *plantations* escravistas parece demonstrar a presença do que é, estritamente falando, um traço não-capitalista em seu pensamento.
91. Pagden, *Lords of All the World*, p. 77.
92. Locke, "The Second Treatise on Government", *Political Writings*, p. 273. Na década de 1670, Locke esboçara "The Fundamental Constitutions of Carolina" (*Political Writings*, pp. 210-32), em que afirma: "Todo homem livre da Carolina terá poder e autoridade absolutos sobre seus escravos negros, qualquer que seja sua opinião ou religião" (p.230).
93. I. K. Steele, *Politics of Colonial Policy: The Board of Trade in Colonial Administration, 1696-1720*, Oxford 1968, pp. 173-4.
94. William Hening, ed., *Statutes at Large*, Nova York 1823, vol. III, pp. 86-7.
95. Parke Rouse, Jr., *James Blair of Virginia*, Chapel Hill, NC 1971, pp. 114-16. Blair era um indivíduo dissimulado e sem escrúpulos que derrubou nada menos que três governadores. Ele deu a Locke a impressão de que, juntamente com seus amigos, ajudava projetos louváveis, como a fundação do Colégio de William e Mary e a concessão de um estipêndio independente para os sacerdotes. É possível que ele tenha mencionado a Locke uma determinação para a "educação cristã de índios, negros e mulatos", que seria adicionada ao esboço da proposta de reforma do clero da Virgínia, a ser posta em prática assim que Andros estivesse fora do caminho. Se este foi ou não o caso, a determinação de instrução religiosa logo desapareceu sem deixar traço (p.147).
96. Steele, *Politics of Colonial Policy*, pp. 42-83; Jerome Huyler, *Locke in America*, Lawrence, KA 1995.
97. William W. Wiecek, "The Statutory Law of Slavery and Race in the Thirteen Mainland Colonies of British America", em P. C. Hoffer, ed., *Africans Become Afro-Americans*, Nova York 1988, pp. 262-84.
98. Ira Berlin, "From Creole to African: Atlantic Creoles and the Origins of African-American Society in Mainland North America", *William and Mary Quarterly*, vol. LIII, nº. 2, abril de 1996, pp. 251-88.
99. Davies, *The Royal Africa Company*, pp. 129-52; Alison Gilbert Olson, *Making the Empire Work: London and American Interest Groups, 1690-1790*, Cambridge, MA 1992.
100. J. H. Plumb, *The Growth of Political Stability in England, 1625-1725*, Londres 1969, pp. 24-6, 118-19, 129.
101. David Eltis, "The Total Product of Barbados, 1674-1701", *Journal of Economic History*, vol. 55, nº. 2, junho de 1995, pp. 321-38.
102. Davis, *English Overseas Trade*, p. 56; H. E. S. Fisher, *The Portugal Trade*, Londres 1971, p. 126.
103. John Cary, citado em David H. Sachs, *The Widening Gate: Bristol and the Atlantic Community*, Berkeley, CA 1991, p. 340.
104. J. R. Jones, *Britain and the World, 1649-1815*, Londres 1980, pp. 149-79.
105. Dunn, *Sugar and Slaves*, p. 312; John J. McCusker e Russell R. Menard, *The Economy of British America, 1607-1789*, Chapel Hill, NC 1985, pp. 54, 222.
106. Shammas, *The Preindustrial Consumer*, pp. 81-2.
107. Jonathan Barry, "Popular Culture in Seventeenth Century Bristol", em Barry Reay, ed., *Popular Culture in Seventeenth Century England*, Londres 1985, pp. 59-90 (p. 69).
108. Schivelbusch, *Tastes of Paradise*, pp. 15-79.

— VII —

A construção do sistema colonial francês

Foi Thomas Le Gendre (1638-1706) quem cunhou a expressão *laissez-faire* em seu sentido político e econômico. Le Gendre possuía vastos interesses na África e no Novo Mundo.

Murray Rothbard, *Economic Thought before Adam Smith*

A sociedade do espetáculo atingiu seu apogeu na época de Luís XIV.

Régis Debray, *Remarks on Guy Debord*

O desenvolvimento das Antilhas controladas pelos franceses arrastou-se muito atrás das ilhas inglesas durante a maior parte do século XVII. Os ingredientes do crescimento espontâneo da agricultura de *plantation* eram consideravelmente mais fracos na França do que na Inglaterra, embora fortes o suficiente para sustentar o início da colonização nas Antilhas. A demanda de produtos das *plantations* cresceu com mais lentidão e, apesar da extensão da metrópole, houve apenas um fluxo comparativamente modesto de emigrantes franceses. A agricultura francesa era menos vigorosa, menos comercial e menos capitalista que a da Inglaterra, sem equivalentes para o fechamento das terras comuns, a venda de propriedades da Igreja ou os projetos de irrigação extensiva que ajudaram a transformar o campo inglês nos séculos XVI e XVII. A posse de terra pelos camponeses era mais comum e as expectativas associadas a amplos laços familiares inibiam a mobilidade geográfica.[1]

A longo prazo, o esforço francês de colonização iria depender mais do estado e menos dos impulsos espontâneos da sociedade civil do que na Inglaterra. Mas durante a primeira metade do século XVII, as autoridades reais francesas estavam ocupadas com suas tentativas de fortalecer o poder do monarca frente a huguenotes e nobres insubmissos. Este projeto absolutista prejudicou a colonização francesa do Novo Mundo, que, até a década de 1660, fora deixada em grande parte nas mãos de aventureiros e missionários, que recebiam um certo estímulo oficial mas muito pouco apoio material.

A perseguição aos huguenotes acabou com muitos portos atlânticos importantes e tentou negar às colônias francesas uma fonte promissora de imigrantes. Alguns huguenotes recorreram aos holandeses ou ingleses; em 1628, ano do cerco de La Rochelle, um pirata huguenote francês, pago por ingleses, capturou a frota da recém-fundada Companhia da Nova França, que voltava carregada de peles. Outros huguenotes procuraram refúgio nas colônias holandesas. As brigas entre a Coroa e a nobreza também tiveram seu preço. Em 1632, o duque de Montmorency, que empreendera uma eficiente reorganização da marinha francesa, foi executado por conspiração. As autoridades tiveram depois de se ocupar com o desafio da Fronda e da Ormé, revolta popular de 1652 em Bordéus que irrompeu por sua causa. Estes conflitos alimentaram a desconfiança real quanto ao impulso espontâneo do desenvolvimento atlântico. Os reis católicos da França gostavam de lembrar o papel fundamental do reino francês nas Cruzadas; com os tropeços do poder espanhol, esperavam herdar seu papel e a responsabilidade global de principal potência católica. Richelieu e Mazarin estavam interessados em projetos coloniais, mas desejavam ter certeza de que eles permaneceriam sob controle real e se tornariam um canal para o proselitismo católico francês. Os jesuítas receberam grande responsabilidade na colonização francesa

da América do Norte; com a ajuda francesa, foram criadas também missões capuchinhas na África e uma missão dominicana no Caribe. A importância dos missionários refletia os elevados objetivos do projeto colonial francês e a crença de que a França era a melhor amiga dos nativos. Num esforço para incentivar a colonização com famílias católicas, os missionários franceses enviaram de volta relatos exultantes, enfatizando a fertilidade e a beleza das ilhas, seus frutos deliciosos, belas palmeiras, boas praias e índios amigáveis. Publicadas em brochuras, estas cartas foram um dos primeiros exemplos da visão moderna do Caribe.

A defesa da estratégia colonial francesa foi feita pelo huguenote Antoine de Montchrétien em seu *Traité de l'Économie politique* (1615), obra que influenciou Richelieu. Montchrétien argumentava que um país do tamanho da França precisava de colônias, que viriam a fortalecer o seu poder como nação. Embora reproduzisse alguns dos temas favoritos da propaganda colonial inglesa, o texto de Montchrétien concebia algo mais próximo das fórmulas clássicas da colonização medieval, como fora praticada na periferia da Europa, e a noção de que a França devia se aproximar dos povos nativos: "Declaremos que os descendentes dos franceses que vivem nesses países, juntamente com aqueles selvagens que foram levados ao conhecimento da fé, sejam contados e considerados franceses nativos, sem necessidade de emitir nenhuma carta de naturalização."[2]

Na América do Norte, os franceses fizeram mais esforço que os ingleses para cultivar relações amigáveis com as nações indígenas. Como o comércio de peles era o principal recurso comercial de Quebec, e como a população francesa era escassa — chegava apenas a cerca de 2.000 *colons* em 1660 — a luta pela terra, que azedou as relações entre as colônias inglesas e as nações indígenas, não era tão intensa. Nestas circunstâncias, a política francesa, orientada por capuchinhos e jesuítas, foi de cultivar relações mais tolerantes com os americanos nativos. Nos primeiros dias, o casamento entre franceses e índias era estimulado pelo pagamento de um bônus. A escravização de índios foi proibida e foram feitos esforços para dar-lhes uma educação francesa e católica. Os franceses desenvolveram boas relações com um povo indígena que chamavam de Hurons, que se dedicavam à agricultura, e muitos deles converteram-se ao cristianismo. No entanto, a aliança com os hurons provocou relações hostis com seus inimigos, principalmente a federação iroquesa. Depois de um ataque iroquês em 1649, muitas aldeias hurons foram devastadas. Com dificuldade, pequenos grupos de colonos franceses e índios amigos foram obrigados a reconstruir uma rede comercial que chegava a regiões distantes no interior. Por causa de seus próprios problemas, a América do Norte francesa foi incapaz de ajudar nas tentativas de colonização no Caribe, além da contribuição modesta dos que estavam envolvidos com a pesca.

No Caribe era difícil encontrar recursos para sustentar o trabalho árduo de limpar uma ilha tropical e defender a colônia dos nativos caribenhos e dos espanhóis. A primeira patente real, que criou uma colônia na ilha de São Cristóvão, foi concedida a Sieur d'Esnambuc, pirata e nobre normando, que partiu com um grupo de colonos nos navios *La Catholique* e *La Cardinale* em 1626. D'Esnambuc foi um governador colonial tenaz, defendendo a colônia de São Cristóvão e depois supervisionando a colonização das ilhas vizinhas maiores de Martinica e Guadalupe; conseguiu-se um *modus vivendi* frágil com os caribenhos locais, embora muitos tenham fugido para outras ilhas. D'Esnambuc foi sucedido pelo sobrinho, Sieur Du Parquet, como proprietário e governador da Martinica (1637-59), e este último foi substituído pela viúva e por outros parentes (1659-64). Os D'Esnambuc e Du Parquet eram servos leais de seu rei, mas as colônias que comandaram só sobreviveram por meio de trocas e acordos com os holandeses e ingleses do Caribe. Para a defesa e a manutenção da ordem, contavam com uma milícia recrutada entre os colonos.

Em 1635, as autoridades reais autorizaram uma companhia de comércio com a Guiné, e em 1648 Luís XIII sancionou especificamente o comércio de escravos africanos, contanto que fossem tomadas providências para torná-los cristãos.[3] Mas a maioria dos escravos levados para as ilhas francesas foram vendidos por comerciantes holandeses. Os principais donos de *plantations* franceses ainda sentiam-se franceses e falavam francês, mas a sociedade que governavam tornava-se crioula. É interessante notar que os caribenhos, agora cada vez mais concentrados fora das ilhas maiores, deram uma contribuição expressiva e duradoura para aquela sociedade: uma nova língua crioula. Um padre francês que viveu doze anos em Dominique e Guadalupe escreveu sobre os caribenhos em 1647: "Eles têm um jargão ou língua específica que usam para tratar conosco, que é espanhol, francês e dialeto *caraïbe* ao mesmo tempo."[4]

Uma experiência de mercantilismo

O trabalho de colonização foi financiado em parte pela *marine de guerre* francesa e em parte por mercadores de Dieppe e Le Havre. Mas, embora a marinha continuasse a apoiar a manutenção de colônias francesas no Caribe, os mercadores franceses não conseguiram acompanhar o crescimento de suas *plantations*. Os colonos logo aprenderam que o cultivo do tabaco era a melhor forma de amortizar o custo da colonização, e que os mercadores holandeses lhes adiantariam os suprimentos necessários. O sucesso da Companhia de São Cristóvão levou à sua incorporação a

uma entidade maior, a Companhia das Ilhas da América, que iniciou o povoamento das ilhas vizinhas de Martinica e Guadalupe. A nova Companhia conseguiu fornecer 4.000 *engagés* (servos contratados) às ilhas recém-colonizadas como mão-de-obra básica. Seu patrocinador e presidente em Paris era François Fouquet, um *conseilleur du roy* ligado a Richelieu. O envio de uma esquadra francesa também demonstrou o interesse oficial no esforço de colonização. Mas em meados da década de 1640 havia de 5.000 a 7.000 colonos franceses no Caribe, cerca de metade deles *engagés*, e alguns escravos. Um total aproximado de 20.000 franceses partiu para o Caribe e a América do Norte até o ano de 1640, contra um número quatro ou cinco vezes maior de emigrantes ingleses no mesmo período.[5] Oficialmente, só bons católicos poderiam instalar-se nas colônias francesas; um grupo de huguenotes descoberto em São Cristóvão foi enviado para tomar e colonizar Tortuga, a fortaleza de piratas na costa norte de São Domingos.

Seguindo um padrão já familiar, a Companhia das Ilhas da América não prosperou, embora seus dirigentes tenham feito fortuna como proprietários de grandes *plantations* escravistas. Em 1648 a Companhia faliu, depois que sua autoridade foi desafiada pelos governadores. Num acordo montado por Nicolas Fouquet, filho de François e funcionário real de alto escalão, os governadores receberam permissão para comprar as várias ilhas e para se tornarem governadores-proprietários autônomos. As colônias francesas se desenvolveram na década de 1650, passando a cultivar açúcar em grande escala. Quando Recife caiu em 1654, muitos comerciantes e refugiados holandeses procuraram a ajuda dos donos de *plantations* franceses e não dos ingleses, porque as Províncias Unidas estavam em guerra com a Inglaterra. Em 1655 as ilhas francesas tinham cerca de 13.000 brancos e 10.000 escravos negros: Martinica e Guadalupe haviam ultrapassado São Cristóvão, com cerca de 5.000 colonos franceses cada uma. Em 1660, o comércio das ilhas francesas exigia mais de 100 navios por ano, dos quais apenas 4 provenientes de portos franceses.[6]

Colbert, o grande Ministro das Finanças, calcularia mais tarde, talvez exagerando um pouco, que a exportação de açúcar das Antilhas francesas na época totalizara 2 milhões de *livres*, ou cerca de 100.000 libras esterlinas, e a exportação de outros produtos agrícolas 1 milhão de *livres*, cerca de 50.000 libras esterlinas. Comandando esta explosão colonial estava a figura brilhante de Fouquet, *surintendant des finances* do reino, patrono dos governadores-proprietários e ele também proprietário de *plantations*. Depois de presenciar uma demonstração de opulência e esbanjamento no Castelo de Vaux, de Fouquet, Luís XIV queixou-se de que seu ministro vivia num esplendor maior que o seu próprio. O todo-poderoso *surintendant* foi demitido em 1661 e caiu em desgraça, o que levou a política colonial a uma nova fase, implementada

por Colbert. Fouquet foi acusado de enriquecimento ilícito — acusação um tanto injusta, já que toda a sua fortuna fora empenhada para conseguir empréstimos para o rei; com seu afastamento, o desenvolvimento colonial perdeu seu caráter quase autônomo e foi subordinado aos objetivos nacionais.[7]

Em 1664 Colbert criou a *Compagnie des Indes Occidentales*, Companhia das Índias Ocidentais, que recebeu o monopólio do comércio com as Antilhas francesas. Como a França vinha comprando açúcar dos holandeses a um custo anual de 1.885.000 *livres*, boa parte do qual fora produzido originalmente por colonos franceses, a criação deste monopólio não é difícil de explicar. A Companhia sofreu forte oposição dos colonos e donos de *plantations*. Mas o envio do conde de Tracy como governador-geral de toda a América francesa, apoiado por uma poderosa esquadra, impôs uma nova autoridade metropolitana. A perspectiva da guerra com a Inglaterra convenceu os proprietários insubmissos a aceitar a proteção que a Companhia podia oferecer; no entanto, uma revolta de donos de *plantations* da Martinica em 1666 provocou o abrandamento da proibição do comércio com mercadores franceses independentes. A Companhia das Índias Ocidentais só durou uma década, não obteve lucros comerciais e não conseguiu expandir a capacidade básica das *plantations*. Ainda assim foi muito bem-sucedida, já que durante sua breve existência o comércio das ilhas francesas foi inteiramente redirecionado; em 1674, 131 navios franceses viajaram para as Antilhas, contra os quatro de 1660. Este aumento do tráfego marítimo também ajudou a facilitar a emigração. Colbert trocou a Companhia pela autoridade direta do governo real. Dali em diante, o comércio colonial passou a ser regulamentado pelo princípio do *exclusif*. Só navios de portos franceses escolhidos poderiam comerciar com as colônias; os impostos seriam pagos nesses portos, a menos que a produção fosse reexportada, quando então haveria ressarcimento de parte do imposto.

Durante o período do governo dos proprietários, os donos de *plantations* montaram refinarias para produzir o mais fino açúcar branco. Colbert permitiu que as refinarias existentes continuassem funcionando, mas desestimulou a construção de novas impondo taxas altas sobre o açúcar branco. Sua política mercantilista incentivou o desenvolvimento comercial de portos como Bordéus, Nantes, La Rochelle e St. Malo. Numa área o monopólio ainda reinava, pelo menos formalmente: o fornecimento de escravos. A Companhia enviara *engagés* às ilhas, e comprou escravos de duas companhias criadas para o comércio africano, a do Senegal e a da Guiné. Estas companhias, detentoras de uma patente real e apoiadas pela marinha, continuaram a desfrutar do monopólio formal do fornecimento de escravos às colônias. Mas, devido à falta de trabalhadores, contrabandistas franceses ou estrangeiros não tinham difi-

culdade para vender carregamentos de escravos nas Antilhas francesas. O fechamento da Companhia das Índias Ocidentais teve um efeito benéfico sobre o desempenho das colônias. A produção de açúcar das ilhas francesas chegou a 5.800 toneladas em 1674; subiu para 8.700 toneladas em 1682, ou pouco menos da metade da produção das ilhas inglesas nessa mesma data. Em 1660 havia 2.642 escravos africanos na Martinica e 2.489 colonos franceses; em 1684 eram 10.656 escravos e 4.857 colonos; em Guadalupe, a população registrada em 1687 era de 4.601 escravos e 3.210 brancos.[8]

Embora todos os colonos franceses desaprovassem o controle de seu comércio, os de São Domingos eram os mais agressivos. Em quase todas as décadas a partir de 1670 houve nesta colônia alguma grande conspiração ou rebelião contra as autoridades metropolitanas. As regiões norte e oeste de São Domingos, o desolado *bando del norte*, foi tomada por colonos franceses de Tortuga sem o benefício de uma concessão colonial. Em 1664, a parte francesa de São Domingos foi incorporada à concessão da Companhia das Índias Ocidentais, e foi nomeado um governador para ela. Em 1670, os colonos pegaram em armas contra o governador e a Companhia, por causa de uma tentativa de impedir seu comércio com os holandeses. Esta revolta só foi dominada depois do envio de uma esquadra das Pequenas Antilhas. A Companhia das Índias Ocidentais teve um certo êxito na promoção do cultivo de tabaco em São Domingos — a colônia produziu 2,5 milhões de libras em 1674, e as outras ilhas francesas, meio milhão — mas daí para a frente a formação de um monopólio francês do fumo travou o desenvolvimento. Este monopólio, estabelecido com o objetivo de recolher impostos, foi criado inicialmente para favorecer Madame de Maintenon, que vendeu o contrato para uma sociedade.

No início, o monopólio era obrigado a comprar tabaco de plantadores franceses pelo preço que escolhesse, e poderia revendê-lo fora da França se com isso pudesse obter lucros maiores. Podia também comprar fumo estrangeiro, caso fosse conveniente. A produção de fumo na própria França foi proibida. No entanto, os produtores de São Domingos não ficaram satisfeitos com a política de compras do monopólio, que por sua vez se queixava da má qualidade do produto colonial francês. Os diretores do monopólio descobriram que a folha seca da Virgínia era preferida pelo consumidor francês e que ela podia ser comprada a baixo preço na Europa, diretamente da Inglaterra e depois da Escócia, ou utilizando intermediários holandeses. Até o início do século XVIII o monopólio ainda foi obrigado a comprar o tabaco do Caribe francês, mas os operadores do empreendimento conseguiram provar que isso não era bom para os negócios. Na década de 1690, o governo inglês conseguiu recolher cerca de 200.000 libras por ano de impostos sobre o

fumo, enquanto a receita líquida do monopólio francês do tabaco foi de apenas 800.000 *livres*, ou cerca de 50.000 libras.[9]

Esta notável violação dos princípios mercantilistas — ou melhor, destaque de um princípio mercantilista (receita) à custa de outro (produção nacional) — deixou muito irritados os donos de *plantations* franceses. Se houvesse apenas um sistema de tarifas em vez de uma organização monopolista compradora, os produtores coloniais franceses seriam capazes de encontrar mercado para sua produção — que vendia bem na Escandinávia. Embora houvesse problemas concretos de qualidade e embalagem, os franceses foram impedidos de manter o mesmo relacionamento livre com um grande número de comerciantes que ensinou aos produtores da Virgínia as práticas comerciais e produtivas mais vantajosas. Em relação à escolha do monopólio em lugar do estilo inglês de tarifação, Jacob Price observa: "É possível que a ausência de um sistema unificado de alfândega na França tenha impedido a coleta de impostos de magnitude semelhante sobre o fumo. A França, com o triplo de população, nunca obteve com os *traites* no século XVIII a receita que a Inglaterra extraía da alfândega."[10]

Com o declínio da produção de tabaco nas duas últimas décadas do século XVII, os proprietários com recursos suficientes passaram a cultivar algodão, anil ou — se eram ricos o bastante — açúcar. Em relação a estes últimos produtos, a estrutura comercial criada por Colbert ainda favorecia bastante as ilhas francesas, permitindo-lhes algo parecido com o livre comércio imperial. Em 1681, os donos de *plantations* possuíam mais de 2.000 escravos em São Domingos, e usavam-nos principalmente no processamento do anil. Os donos de *plantations* de Martinica e Guadalupe queixavam-se da dificuldade de comprar escravos. A Companhia do Senegal havia criado uma feitoria em 1671, mas desde o início suas operações nunca se compararam às da Royal African Company e dos contrabandistas ingleses. Colbert incentivara a viagem de oito navios para a África, com o objetivo de comprar escravos para as colônias em 1678-79, oferecendo-lhes reduções de tarifas e impostos, mas uma medida tão episódica de nada adiantou. Durante todo o período entre 1671 e 1693, o porto da Rochelle, principal entreposto francês do comércio de escravos na época, só enviou 43 navios à África, numa média de dois por ano, contra os 25 a 30 navios por ano enviados apenas pela Real Companhia Africana. Muitos dos escravos adquiridos por plantadores franceses — cujo total é estimado em 124.000 nos últimos 25 anos do século XVII — foram fornecidos provavelmente por comerciantes ingleses ou holandeses.[11]

As atividades comerciais escravistas dos franceses em Gorée e Saint Louis, no Baixo Senegal, foram ameaçadas por uma revolta religiosa nos reinos wolof vizi-

nhos de Kajoor e Bawol. Conflitos na linha sucessória materna levaram uma das facções a se aliar aos muçulmanos marabus, o que provocou um conflito generalizado em 1673-78. Louis Moreau de Chambonneau, diretor-geral da Companhia do Senegal, mostrou-se surpreso com o fato de um simples pregador ter liderado "um levante do povo e fazê-lo matar ou exilar seus reis sob o pretexto da religião". A revolta que Searing descreve como "o primeiro *jihad* reformista da África Ocidental" foi liderada por Nasir ad-Din. Segundo Chambonneau, ele e seus discípulos foram de aldeia em aldeia afirmando que os reis estavam violando a lei islâmica e saqueando o próprio povo. Em palavras que lembram um dos temas de Ahmed Baba de Timbuctu, citado no Capítulo I, os reformistas declararam, segundo o diretor: "Deus não permite que os reis pilhem, matem ou escravizem seu próprio povo; pelo contrário, os reis devem apoiar seu povo e protegê-lo dos inimigos, e os povos não são feitos para servir aos reis, e sim os reis para servir ao povo."[12] Os marabus criticavam a escravização dos wolofs, mas não protegeram os povos sereer das florestas do sul.

A confusão em Kajoor e Bawol acabou sendo superada pelo levante de Latsukaabe Faal, que uniu os reinos em 1695 e fundou uma dinastia que permaneceu no governo durante a maior parte do século seguinte. Latsukaabe encontrou aliados muçulmanos em Kajoor, onde o poder dos marabus foi oficialmente reconhecido, mas a chave de seu sucesso foi a formação de uma força de várias centenas de escravos reais disciplinados e armados com mosquetes; estas armas foram compradas com a venda de escravos, e à Companhia foi pedido — e talvez concedido — o necessário treinamento. No entanto, Latsukaabe não gostou da tentativa da companhia francesa de impedi-lo de comerciar com os ingleses. Em 1701 ele prendeu os franceses que estavam no interior e decretou o boicote do comércio com a Companhia. Depois de uma paralisação de oito meses, a Companhia concordou em oferecer melhores condições ao rei, e este aceitou comerciar apenas com os franceses. Nas décadas seguintes, a maioria dos escravos levados dessa parte da costa, num total entre 1.800 e 5.000 por ano, foi comprada por comerciantes franceses.[13]

Com a dissolução da Companhia das Índias Ocidentais, as ilhas francesas do Caribe passaram a ser administradas diretamente pela Coroa. O comércio colonial passou a ser regulamentado pelo *conseil du commerce*, enquanto as taxas coloniais eram recolhidas pelo *Domaine d'Occident* e confiadas a coletores independentes de impostos. Em cada ilha a administração real assumiu a forma de um governador, que representava o poder do soberano e comandava a milícia, e um intendente, responsável pelas finanças, pelas obras públicas e pela promoção do comércio. Estes funcionários eram freqüentemente instados a reforçar o *exclusif*, e a insistência do conselho

sugere que isto costumava ser deixado de lado. Os principais *habitants* eram representados por um *conseil souverain* nomeado pelo governador. Pluchon observa que as autoridades reais queriam evitar a recriação nas Antilhas da complexa sociedade de ordens ou postos encontrada na metrópole; deveria existir o poder real com seus representantes, e depois círculos de colonos leais. Embora a nobreza e a Igreja, principalmente esta última, tivessem seu lugar como representantes do poder real, não deveriam constituir instituições autônomas. Em 1663, o novo governador-geral decretou que nobres e *gentlemen* não estavam sujeitos ao pagamento de tributo sobre os escravos que possuíssem. Alguns privilégios deste tipo continuaram a atrapalhar a administração colonial, mas foram desestimulados e sua efetivação foi dificultada (por exemplo, eram exigidas provas complicadas, que não podiam ser conseguidas na colônia). A própria administração colonial ficou em mãos de funcionários de carreira, com menos nobres recebendo cargos de representantes do rei nas colônias. Colbert foi substituído no cargo de secretário das colônias por seu filho Seignelay (1683-90) e depois por Pontchartrain, cuja família viria a ocupar postos importantes relacionados às finanças e à administração das colônias até 1781.[14]

Nos primeiros anos das colônias francesas, como nas inglesas, houve relatos a respeito de brancos que trabalhavam no campo junto dos negros. Um observador anônimo — provavelmente o padre Pacifique de Provins — escreveu sobre os negros: "Eles são tratados honestamente, em nada diferindo dos servos franceses, exceto pelo fato de serem servidores e servos perpétuos." O jesuíta Pelleprat escreveu que os *engagés* eram tratados de modo "pior do que os escravos — têm de ser obrigados a trabalhar, por serem tão miseráveis e famintos — a golpes de vara".[15] Os africanos cuidavam melhor de si mesmos, construíam cabanas confortáveis e encontravam alimento. Os donos de *plantations* descobriram que os escravos podiam ser postos a trabalhar de forma mais intensa. Em 1667, contou-se que

> em muitas das propriedades em Martinica e Guadalupe eles ensinam aos negros como enrolar o fumo, embora o lucro esperado não seja tão alto, mas mesmo assim é um grande negócio porque os proprietários podem fazê-lo quando quiserem, coisa que não podem fazer com os trabalhadores franceses do fumo, que se entregam com freqüência a diversões ociosas e que podem ausentar-se quando a necessidade é mais premente.

O governador das Îles du Vent argumentou em 1681 que havia muitos escravos em funções especializadas e de responsabilidade — embora, sem dúvida, onde havia mais escravos coubesse a eles o trabalho mais pesado e desagradável.[16]

O testemunho de Du Tertre

Nos anos de 1667-71, o padre dominicano Du Tertre publicou um extenso relatório em três volumes sobre as colônias francesas com uma parte de cinqüenta páginas sobre as condições de vida dos escravos, que é a descrição mais viva e detalhada sobre uma colônia européia do século XVII. Tanto nestas páginas quanto em outros textos, Du Tertre combateu os maus-tratos impostos aos escravos, chamando atenção para os abusos que considerava piores, mas aparentemente sem questionar a própria escravidão ou suas presunções racistas. Ele insinua que as "leis da França", que os colonos tentavam obedecer, rejeitam a servidão mais que as leis de qualquer outro país, e assim, os escravos que chegassem à França receberiam imediatamente a liberdade. A condição do escravo nas colônias é retratada como algo entre a simples sujeição física de um cativo e o resultado de um tipo desigual e instável de negociação, na qual o senhor monopoliza a força e controla o acesso aos meios de sobrevivência, mas ainda assim encontra limites ao seu poder, já que precisa dos escravos para o trabalho. Os poucos escravos ameríndios restantes dispunham-se a pescar ou caçar para seus senhores, mas só se isso lhes fosse pedido com tato e consideração. Se fossem tratados aos gritos, eram tomados pela melancolia; as mulheres índias eram criadas diligentes, mas os índios detestavam trabalhar no campo, e desapareciam se isso lhes fosse ordenado. O caráter mais rigoroso dos africanos, segundo Du Tertre, era sua ruína. A "negritude de seus corpos" era um símbolo disso, permitindo aos europeus usar e abusar deles como quisessem:

> Quando são tratados com gentileza, quando são bem alimentados, consideram-se as pessoas mais felizes do mundo, e estão prontos para tudo. (...) No entanto é verdade que, falando em termos gerais, eles são orgulhosos, arrogantes e soberbos; e que têm opinião tão boa sobre si mesmos que se consideram melhores que os senhores a quem servem. É isso o que obriga as nações européias estabelecidas na América a tratá-los com severidade, e a não lhes perdoar os erros, como se deve fazer com gente que não se teme; porque se os escravos tiverem a menor suspeita de que alguém os teme ficarão mais insolentes e mais dispostos a conspirar para se livrarem do cativeiro.[17]

Na opinião de Du Tertre, os escravos costumavam sofrer muito porque recebiam muito pouca comida de seus senhores. Ele deplorava a prática "brasileira" de dar aos escravos um dia por semana para trabalhar em suas roças e deixar por conta deles a própria alimentação. A fome levava muitos escravos a roubar comida, e o roubo tornou-se uma praga na colônia; em alguns casos, levava-os a fugir para as

montanhas. Du Tertre aprovava que os escravos criassem galinhas, plantassem hortas e trocassem seus produtos, mas não como única fonte de alimentação. Em período de seca, a situação dos negros era particularmente penosa. O excesso de trabalho, principalmente, e as punições cruéis também atingiam escravos demais, na opinião de Du Tertre:

> Pode-se imaginar facilmente o rigor de seu trabalho pela paixão violenta que nossos colonos demonstram pela acumulação de riqueza — só vieram para as ilhas por esta razão e extraem de seus negros todo o serviço que podem. É por isso que eles trabalham não só da manhã à tarde como também durante boa parte da noite, principalmente quando é a estação do *petun* [tabaco].[18]

O calor, as surras aplicadas pelos capatazes e, sobretudo, sua falta de interesse ou de qualquer possível ganho com o trabalho tornavam tudo muito opressivo [*insuportável*] para os escravos. Du Tertre enumera as punições cruéis impostas aos escravos — inclusive a mutilação, a aplicação de limão ou sal nos ferimentos, o uso de instrumentos especiais de metal — e menciona que seu uso não seguia uma regra, obedecendo apenas à vontade arbitrária do senhor. O negro que levantasse a mão contra um francês era punido severamente. Negros que eram apanhados furtando durante o dia poderiam ser surrados por qualquer colono, e à noite poderiam até ser mortos:

> Conheço um habitante muito honesto da Martinica que lidava com o roubo da seguinte maneira. Vendo que depois de vários roubos em que perdoara o ladrão este continuava a abusar de sua boa vontade, ele o prendeu certo dia em seu chiqueiro e cortou-lhe as duas orelhas, sem nenhum tipo de julgamento, embrulhou-as na folha de uma árvore e ordenou que o ladrão as levasse de volta a seu senhor.[19]

Fujões contumazes eram geralmente presos a ferros que tinham de arrastar o tempo todo. Du Tertre conclui com um apelo aparentemente sincero mas inócuo aos colonos para que obedeçam à exigência de São Pedro de tratarem com caridade seus escravos, e que ordenem a seus supervisores que também o façam porque, mesmo que o destino tenha submetido os negros à servidão, eles continuavam sendo seus irmãos pela graça do batismo, que os tornou filhos de Deus.

No relato de Du Tertre, os escravos, apesar de seu sofrimento, conseguiram desenvolver uma forma própria de viver e exercer uma certa pressão sobre seus senhores. Apesar das poucas roupas que recebiam, faziam o possível para estar bem vestidos aos domingos e nos dias de festa. Demonstravam sentimentos familiares espontâneos e carinho pelos filhos. Preferiam casar-se com africanos da mesma na-

ção, e gostavam de visitar e receber seu próprio povo. Ao lhe ser perguntado por que usara todo o seu precioso estoque de comida ao receber hóspedes, um escravo respondeu que agira assim para provar a seu conterrâneo que estava vivendo bem. Quando escravos pertencentes a senhores diferentes queriam casar-se, às vezes negociava-se uma solução — embora outros senhores insistissem em impor seus próprios pretendentes, se isso lhes fosse mais conveniente.

Os negros adoravam dançar, cantar e tocar, o que não surpreende, e estas atividades pareciam renová-los, e não cansá-los. Enquanto trabalhavam no campo, entoavam canções que quase sempre incluíam comentários sarcásticos à fraqueza do senhor ou dos capatazes. Às vezes os negros penteavam o cabelo fazendo tranças complicadas até parecerem medusas com serpentes em vez de cabelos. Todos falavam o "baragouin", mistura de francês, inglês, espanhol e holandês. Os recém-chegados costumavam chocar-se com o volume de trabalho que deles se exigia, nunca tendo visto nada igual na vida. Mas outros disseram várias vezes a Du Tertre — ou pelo menos ele o afirma — que não queriam voltar para a África porque sua vida lá era miserável.

Du Tertre diz que as fugas eram de dois tipos: em primeiro lugar, de recém-chegados, que tentavam escapar do regime inflexível de trabalho na *plantation*; ou então escravos com mais tempo de permanência que fugiam do tratamento cruel ou da fome. Ele observa que os primeiros geralmente voltavam, por acharem difícil demais a vida nas montanhas. Mas os que levavam consigo ferramentas e alguma reserva de alimentos, recompondo esta reserva com o furto ou com trocas com os que ficavam, transformaram a *marronage* numa instituição permanente e eficaz. Na opinião de Du Tertre, o sucesso dos *maroons* na Martinica encorajava os escravos a tal extremo que "ninguém ousa dizer uma palavra contra um Negro ou dar-lhe o menor castigo"[20] — opinião que contradiz suas observações em outros trechos.

A reação de Du Tertre ao que descreve parece ser quase sempre contraditória. Ele pinta um retrato emocionante de mães negras com seus filhos, ou das crianças imitando as danças dos adultos. Ele rende tributo à inteligência da maioria dos negros, indicando as vantagens de ensinar-lhes um ofício, ou a ler e escrever. Ele aprecia o fato de os negros — ao contrário dos índios — ficarem sinceramente ligados à fé cristã. Diferentemente de muitos franceses, eles vão pronta e regularmente à missa — e quando faltam geralmente é por culpa de seus senhores, que insistem em mantê-los trabalhando. Ele explica que muito se pode aprender com os africanos e índios, que sabem utilizar muitas plantas desconhecidas dos europeus. Mas também deixa claro que, apesar de tudo isso, ele alimenta um senso profundo de diferença racial. Assim, ele repreende os brancos que se aproveitam das negras:

> Não se pode ter melhor prova do ditado que afirma que o amor é cego do que a paixão descontrolada de alguns de nossos franceses, que amam as negras apesar do pretume de seu rosto, o que as deixa horrendas, e do odor insuportável que exalam, o que deveria, na minha opinião, extinguir o fogo da luxúria criminosa.[21]

Ele prossegue explicando que os filhos dessas ligações são chamados de *mulâtres*, "sem dúvida numa alusão às mulas, já que a mula é produto de dois animais de espécies diferentes [*deux animaux de différente espèce*]." É como se o dominicano cultivasse o sentimento racial como auxílio à continência e à repressão sexual — mais adiante ele admite que algumas das *mulâtres* são "muito bem-feitas", e se casam com colonos franceses.[22]

O *Code Noir*

Luís XIV baixou um decreto em 1685 sobre o regime interno das colônias que dava atenção especial à regulamentação da escravidão. Baseava-se num esboço preparado por Colbert, que procurou ajuda colonial e que, com toda a probabilidade, leu Du Tertre (embora este não seja responsável pelo uso que outros deram às suas observações). O preâmbulo do decreto afirmava que iria provar que as colônias francesas, independentemente da sua distância, eram sempre objeto da preocupação real — "estando não só ao alcance de nosso poder real como também de nossa imediata atenção às suas necessidades".[23] A primeira cláusula do *Code* demonstra preocupação com a integridade religiosa das colônias. Ordena que os judeus — "inimigos declarados dos que se intitulam cristãos" — sejam expulsos. O segundo artigo determina que todos os escravos sejam batizados e instruídos na fé católica; a palavra "esclaves" é usada sem circunlóquios. Nenhuma religião que não seja o catolicismo poderia ser celebrada em público, e os casamentos contraídos em qualquer outro rito seriam nulos. Os escravos não deveriam trabalhar aos domingos, nem em qualquer dia santo observado pela Igreja. Só deveriam ser empregados feitores católicos.

Embora a preocupação religiosa esteja presente em todo o *Code*, ele também trata de vários assuntos seculares. Homens livres que tivessem filhos com escravas seriam obrigados a pagar uma compensação ao dono da mulher. Se o pai fosse o proprietário e ele fosse casado, tanto a escrava quanto o filho seriam confiscados; se ele fosse solteiro, não seria submetido a nenhuma punição caso houvesse a cerimônia adequada de casamento com a mãe de seu filho, e ela deveria ser libertada (artigo 9). Era necessário o consentimento do senhor para o casamento de um escravo.

Em nenhuma circunstância os escravos teriam permissão para vender cana-de-açúcar; só poderiam vender outros produtos se tivessem permissão por escrito de seus senhores. Deveriam ser nomeados funcionários para supervisionar o mercado de produtos dos escravos. Os escravos não deveriam usar armas, exceto para caçar — e só com a permissão de seus senhores. Os senhores não deveriam permitir reuniões de escravos de donos diferentes; escravos que se reunissem ilegalmente estavam sujeitos à flagelação ou, no caso de reincidência no crime, à morte. Cada escravo deveria receber três pães de mandioca por semana, cada pão pesando pelo menos duas libras e meia (aproximadamente 1,2 quilo), ou o equivalente em farinha de mandioca. Também deveriam receber duas libras (cerca de 900 gramas) de carne salgada ou três libras de peixe (1,4 quilo) por semana. Os escravos não poderiam desempenhar nenhuma função pública, e eram privados de capacidade civil autônoma. Os que fugissem por mais de um mês deveriam ter uma orelha cortada e receber a marca da flor-de-lis num dos ombros; os que fugissem mais de uma vez deveriam ser condenados à morte. Os que atacassem seu senhor e lhe tirassem sangue também seriam condenados à morte. Os escravos deveriam ser punidos severamente por roubo, e se a negligência do senhor o tornasse responsável, ele seria obrigado a restituir o valor roubado.

O penúltimo artigo (59) concedia aos homens e mulheres libertos os mesmos direitos e privilégios daqueles nascidos livres. No conjunto o *Code Noir*, como logo foi batizado, diferia em vários aspectos da legislação das colônias inglesas. Era mais sistemático e abrangente. Em princípio, oferecia alguma proteção aos escravos, embora quase sempre faltassem meios para sua defesa. Há em todo o código uma preocupação com a segurança, a subordinação e a conformidade religiosa. Numa aparente resposta à forma de vida já desenvolvida nas colônias francesas, leva-se em conta a participação dos escravos em alguns mercados locais. Também se aceita a existência de uma população de pessoas livres de cor, cujos direitos devem ficar sob a proteção real. Estas pessoas de cor, socialmente falando, não eram consideradas brancas nem negras; emendas ao *Code* feitas no século XVIII tentaram proibir o casamento entre brancos e *mulâtres*. De modo geral, a lei francesa era uma tentativa de regulamentar a escravidão, enquanto teólogos franceses, como o bispo Bossuet, defendiam abertamente a instituição:

> Condenar este estado (...) seria não só condenar a lei dos homens [ou seja, a *jus gentium* romana] na qual se admite a servidão, como aparece em todas as leis, mas também condenar o Espírito Santo que, falando por intermédio de São Paulo, ordenou que os escravos permanecessem em sua condição e que não exigissem de forma alguma que seus senhores os libertassem.[24]

Aqui Bossuet tenta marcar pontos contra os protestantes, e não justifica diretamente nenhum elemento racial na escravidão. Tanto Bossuet quanto o *Code Noir* aceitavam que a codificação legal da condição de escravo os colocasse, de certa forma, "fora" do alcance da lei, e sob o poder soberano de seus senhores. Mas, ao antecipar as formas principais de influência da escravidão sobre a sociedade mais ampla, o absolutismo francês esperava conter e direcionar essa instituição.

Nas primeiras décadas das colônias francesas de *plantation*, o número de escravos era muito maior que o de escravas, e a alta taxa de mortalidade significava que o número de escravos só podia ser mantido por meio de compras contínuas. Mas a estes fatos inquestionáveis devem ser adicionadas algumas condições importantes. Embora os homens adultos fossem pouco mais de 60 por cento dos escravos comprados pelos donos franceses de *plantations* no século XVII, a proporção de homens entre os imigrantes europeus era consideravalmente maior. Na Martinica, entre 1678 e 1709, havia cerca de 110 escravos para cada 100 escravas; entre os brancos, em 1671, havia 2.182 homens e 726 mulheres. E embora a população escrava como um todo tendesse a diminuir a cada ano, isso se devia mais à alta taxa de mortalidade do que à baixa taxa de natalidade — esta era, em média, de 30 nascimentos por 1.000 indivíduos por ano, pouco acima da taxa encontrada na França. Os escravos nascidos na América tinham uma expectativa de vida de 34 anos, contra a expectativa de 29 anos dos escravos em geral. A pretensa política oficial de incentivo aos casamentos entre escravos nas colônias francesas teve resultados limitados mas nada desprezíveis — um relatório jesuíta de 1681 sobre um distrito da Martinica mencionou 1.480 escravos em idade de casar-se, dos quais 720 já estavam casados, embora 200 em "maus relacionamentos" (como o concubinato).[25]

As ambições reais e o espírito de autonomia colonial

Ao estabelecer princípios comuns religiosos e legais, a monarquia francesa viu-se forçada a tratar as aspirações coloniais com respeito pouco comum. A burocracia rígida do império espanhol não se adequava ao tipo de colônia que a França estava desenvolvendo, nem a situação militar a recomendava. Embora o rei francês talvez preferisse tomar o México ou o Peru, o verdadeiro desafio que enfrentou foi o de desenvolver as colônias de *plantation*. Estas colônias tomaram medidas para representar e incorporar a opinião dos colonos. Os *habitants propriétaires*, ou proprietários residentes da ilha, eram representados por um *conseil souverain* ou, no caso de São Domingos, por dois desses órgãos. Os *conseils* tinham poderes limitados, e sua com-

posição dependia da nomeação pelo governador e pelo intendente, mas, mesmo assim, costumavam representar o ponto de vista dos maiores proprietários. A força econômica destes era tal que os funcionários do rei tinham de reconhecê-la para que sua administração fosse eficaz. Os *conseils* coloniais exigiam o direito de determinar o valor do *octroi*, ou taxa de exportação, e ele costumava ser respeitado. Os governadores indicavam os principais colonos — donos de *plantations* e mercadores locais — para os *conseils*, e, de modo geral, achavam conveniente trabalhar com eles e por intermédio deles.[26]

Colbert planejara e promovera, como instrumento necessário de seu sistema colonial, a construção de uma frota comercial de longa distância e de uma marinha poderosa. Estimulou os que tinham origem nobre a participar do fortalecimento da marinha mercante francesa ao garantir que isso não reduziria sua posição na nobreza, com seu prestígio social e seus privilégios fiscais. Quando Colbert foi indicado para supervisionar as colônias, a França só tinha umas duas dezenas de embarcações de alto-mar. Em 1683, a *marine de guerre* francesa contava com 117 navios de linha, trinta galeões e oitenta fragatas corsárias. Criou-se um registro de marinheiros franceses — a *inscription maritime* — que foi usado para formar a tripulação da *marine de guerre*; em 1683 ela contava com 1.200 oficiais navais e 53.000 marinheiros. A frota mercante francesa chegava a quase 150.000 toneladas, contra as cerca de 340.000 toneladas da frota mercante inglesa. Em 1690 a França conquistou uma vitória naval na Batalha de Béveziers, mas a partir de 1693, após uma derrota subseqüente, a estratégia naval francesa foi evitar confrontos diretos e concentrar-se em ataques de corsários. As colônias francesas no Caribe transformaram-se em bases para a impiedosa *guerre de course* que, para elas, representava um risco, mas com a possibilidade de bons saques das colônias de *plantation* inglesas, mais ricas e desenvolvidas. No período de 1689-97, o almirantado inglês calculou ter perdido um total de 4.000 navios em ataques de franceses, principalmente de corsários que agiam no Canal da Mancha, no Atlântico e no Caribe.[27]

Até 1713, São Domingos foi o ninho de enxames de piratas e bucaneiros pagos pelos franceses, conhecidos como *flibustiers*. A pirataria era considerada ocupação digna de um nobre; procuravam-se patrocinadores em Versalhes para expedições piratas, e entre os principais corsários do Caribe estavam de Grammont e o marquês de Maintenon. Vauban, o ministro da Guerra, acreditava que a pirataria, ou *guerre de course*, poderia arruinar as finanças navais e governamentais da Inglaterra; embora os ingleses tenham sofrido muito, os mais atingidos foram os holandeses. Os chefes piratas, que operavam com grande independência, ajudaram a estimular o espírito de autonomia colonial em São Domingos. Na década de 1690, o governador Du Casse, um capitão experiente cuja família huguenote se convertera ao catolicismo, reuniu os piratas numa força de combate formidável e um pouco mais disciplinada; depois do Tratado de Ryswick (1697), garantiu que receberiam butins generosos. Posteriormente, os *flibustiers* foram incentivados por Du Casse a investir seus lucros nas *plantations*. Como nos primeiros estágios da colonização francesa nas Pequenas Antilhas, havia muita terra disponível sob as condições do chamado *droit de l'hache* para quem estivesse disposto a limpá-la e cultivá-la. Os que tivessem dinheiro para comprar *engagés* ou escravos poderiam exigir mais terras.

Em 1698 tentou-se criar companhias com privilégios sobre o comércio colonial; esta iniciativa foi abandonada diante da resistência colonial. A perspectiva de se submeter a uma companhia licenciada pelo rei uniu a massa de colonos a todos os mercadores e donos de *plantations* que não eram acionistas do empreendimento. Essas companhias pagavam preços baixos pelos produtos coloniais e cobravam caro pelas mercadorias da metrópole. As autoridades reais tiveram de tratar os produtores de São Domingos com algum respeito — em parte porque precisavam mobilizá-los como corsários quando necessário, e em parte porque, a menos que fossem tratados com consideração, poderiam retirar da colônia recursos muito necessários. Em 1703 o rei emitiu uma Instrução Real garantindo aos colonos de São Domingos a liberdade contra uma tutela metropolitana desastrada: "esta colônia estabeleceu-se por si só; sofreu perdas durante a última guerra; e para não obstruir seu desenvolvimento, Sua Majestade deseja deixar seus residentes em total liberdade de Direitos".[28]

A data deste simpático decreto real ajuda a explicar a sua causa. Em 1703, Luís XIV fazia apostas bem mais altas que umas poucas colônias caribenhas, a maioria delas ainda mal desenvolvida. O grande objetivo da política real francesa era instalar um Bourbon no trono espanhol. O império espanhol nas Américas, apesar da crise grave e do declínio, ainda era um prêmio de imenso valor. Por volta de 1700, as trocas entre a Espanha e a América representavam cerca de um décimo de todo o comércio europeu. Se Paris valia uma Missa, então, no início da Guerra da Sucessão Espanhola, a boa vontade e a lealdade dos destemidos colonos e *flibustiers* de São Domingos mereciam uma bondosa Instrução Real. Du Casse foi nomeado almirante da frota e coberto de honrarias e pensões; coube a ele o comando da escolta francesa que agora acompanhava a frota espanhola de transporte de prata. O próprio desenvolvimento de São Domingos como colônia de *plantation* recebeu um impulso involuntário por conta do papel que lhe foi atribuído de base de apoio e suprimento das colônias da América espanhola e da marinha francesa em operação no Caribe.

O regime Bourbon espanhol conferiu o *asiento* à Companhia da Guiné francesa em 1702; segundo este acordo, 48.000 escravos deveriam ser vendidos na América

espanhola num período de dez a doze anos.[29] Milhares de africanos foram levados para Martinica e São Domingos a fim de serem embarcados para o continente e para trabalhar em fortificações e outras obras públicas. Entre os promotores da reorganização da Companhia da Guiné estava a imensamente rica família Crozat, de banqueiros e coletores de impostos. A companhia contratou muitos mercadores franceses para ajudá-la a cumprir seu promissor contrato. Quando a guerra terminou com a transferência do *asiento* para a Inglaterra, os proprietários franceses de *plantations* puderam comprar escravos a bom preço. Os ataques às ilhas inglesas eram outra fonte de escravos e de materiais para a construção de *plantations*; havia poucos tesouros nessas colônias, mas sempre era possível conseguir escravos, gado e equipamento. Em 1706, um ataque de D'Iberville às ilhas inimigas resultou na captura de 3.500 escravos. Num ataque anterior, Du Casse tomou 1.200 escravos da Jamaica.[30]

As *plantations* das Índias Ocidentais francesas foram assim consolidadas como um subproduto das caríssimas ambições dinásticas de *Le Roi Soleil*. Luís XIV encomendara uma impressionante marinha francesa, com mais de cem navios de linha, além de, nos últimos anos da guerra, integrar os corsários às forças navais regulares. Este grande esforço teve a conseqüência mais ou menos involuntária de garantir as ilhas francesas e o comércio atlântico francês. O domínio francês sobre São Domingos foi reconhecido formalmente pela Espanha no Tratado de Ryswick. A administração das colônias passou a ser responsabilidade direta do Ministério da Marinha em 1699; em 1710 foi criado nesse ministério um subdepartamento especial, o Escritório Colonial. O Ministério da Marinha e seu Escritório Colonial estavam entre os instrumentos mais eficientes da administração real na França. Os principais cargos do Escritório não eram nem vendidos nem doados a favoritos da Corte, e tornaram-se propriedade de burocratas relativamente escrupulosos e prudentes, chefiados por membros da família Pontchartrain. De início houve o risco de que o advento da administração real provocasse uma feroz exploração fiscal, já que, apesar dos rigores da guerra, as colônias escravistas pareciam estar entre as poucas possessões reais que floresciam.[31]

Em 1700 havia cerca de 30.000 escravos nas colônias francesas — 6.700 em Guadalupe, 14.200 na Martinica e 9.000 em São Domingos — contra os 100.000 escravos das colônias inglesas. Enquanto nas ilhas inglesas havia 30.000 brancos, nas ilhas francesas havia apenas 14.000. A produção francesa de açúcar era de cerca de 10.000 toneladas, contra as 25.000 toneladas exportadas pelas ilhas inglesas por volta de 1700. Em 1714-15, no entanto, e apesar da guerra nas Pequenas Antilhas, a população total de escravos das colônias francesas crescera para mais de 50.000,

com 26.900 na Martinica e 24.000 em São Domingos.[32] Os dados da Tabela VII.1 são os que Charles Frostin apresenta para o desenvolvimento de São Domingos naqueles anos de guerra.

Tabela VII.1 O crescimento das *plantations* em São Domingos: 1690-1713

	1690	1700	1713
Engenhos de açúcar	–	18	138
Fazendas de anil	–	–	1.182
Brancos	4.411*	4.074	5.709
Escravos	3.358	9.082	24.146
*1687			

Fonte: Charles Frostin, *Les révoltes blanches de Saint Domingue*, Paris 1975, pp. 138-9.

Calcula-se que cerca de 157.000 escravos foram importados pelas colônias francesas na América antes de 1700, fornecidos por holandeses e ingleses e também por mercadores franceses. As companhias francesas reorganizadas de comércio de escravos tinham cerca de 250 empregados na costa africana nos primeiros anos do século XVIII, e exportaram pelo menos 30.000 escravos entre 1703-10, e talvez 45.000 no período de 1711-20. Embora mais da metade dos escravos exportados na primeira década tenha ido para a América espanhola, a maioria dos escravos exportados na segunda década foi vendida nas colônias francesas.[33]

O ímpeto do avanço nascia da disposição de dar mais espaço para os mercadores franceses, disposição incentivada pelo perfeito entendimento de que valia a pena imitar o sucesso das *plantations* inglesas. Durante os anos de guerra, os funcionários coloniais franceses viram com bons olhos o comércio com as colônias estrangeiras, reconhecendo que, no final, a França tinha mais a ganhar com o contrabando do que a Espanha ou a Inglaterra. Estas atividades persistiram no período pós-guerra. Na década de 1720, a produção francesa de açúcar começou a competir com a das ilhas inglesas e, devido ao menor consumo da França, forneceu a base para um grande comércio de reexportação. O anil e outros produtos de *plantation* também subiam de valor e começou o cultivo de café. Os franceses e ingleses dominavam agora o comércio de produtos de *plantation*, com o Brasil rebaixado à segunda posição como fornecedor de açúcar e com quantidades modestas produzidas pelas pequenas colônias holandesas, especialmente o Suriname, e pela ainda menor ilha dinamarquesa de São Tomás. A compra de grande número de escravos resultou numa imensa maioria escrava nas ilhas francesas, como ocorrera nas inglesas.

A conclusão do Tratado de Utrecht em 1713 preparou o cenário para uma sucessão de conflitos entre as autoridades coloniais e os colonos das Antilhas, quando os primeiros tentaram lucrar com a prosperidade colonial por meio de novos impostos e da criação de novas companhias coloniais. A chegada da paz deixou as autoridades ansiosas para afirmar seu poder, reforçar o *exclusif* e, finalmente, aumentar a receita. Em 1715-16, foi decidida a criação de um imposto de *octroi* sobre a propriedade de escravos e a exigência de que mercadores ou donos de *plantations* que desejassem comerciar com colônias estrangeiras comprassem um *passeport* dos funcionários reais. Estas propostas provocaram uma onda de oposição entre os colonos. A primeira resistência surgiu em Guadalupe em junho de 1715; um grupo de quatrocentos ou quinhentos colonos armados redigiu um apelo para que as novas medidas fossem abandonadas, argumentando que o *octroi* estava além da capacidade de uma ilha devastada por cercos e por um furacão, e apresentou-o ao lugar-tenente do rei, Coullet. Este relatou a Paris que impedira a revolta concordando em apoiar as reivindicações; Malmaison, o experiente governador da ilha, desconfiou da ação do lugar-tenente, que considerava aliado dos rebeldes, mas aprovou o fato de o confronto ter sido evitado. Em negociações posteriores, o imposto sobre a propriedade de escravos foi substituído por um imposto sobre o comércio da ilha, um tributo menos visível mas que aliviou a situação dos donos de *plantations*, que poderiam liderar uma revolta.[34]

Na Martinica, os protestos não foram contidos com tanta facilidade. Foram liderados, de início, por Latouche de Longpré, colono com duzentos parentes e agregados. A massa de colonos brancos pobres e remediados foi informada de que as medidas propostas elevariam seu custo de vida. A milícia colonial da Martinica, comandada pelo coronel Jean Dubuc, juntou-se ao protesto, que logo ficou conhecido como o *Gaoulé*, termo crioulo para levante. As autoridades, de forma imprudente, capturaram um navio espanhol que Latouche fretara. Latouche e Dubuc então prenderam o governador e o intendente, acusando-os de autoritarismo e comportamento opressivo, e os deportaram no primeiro navio para a França. O *conseil* colonial chegou ao ponto de abrir a Martinica ao comércio com outras nações. Mas Dubuc não via com bons olhos as tentativas de secessão — alguns membros da milícia clamavam por "independência e república" — e entregou seu cargo ao vice-governador, depois de chegar a um acordo com ele. Cinco companhias da marinha foram enviadas para reforçar a autoridade real na ilha, mas todos os envolvidos foram anistiados, exceto quatro sobrinhos de Latouche, que tiveram que se exilar por algum tempo. Dubuc foi detido por pouco tempo, mas depois tornou-se o colono mais respeitado da ilha e fundador de uma importante dinastia colonial.[35]

O duque de Saint-Simon, ele próprio membro do Conselho da Regência, descreve estes acontecimentos em suas memórias de forma surpreendentemente complacente, saboreando a frustração do governador e do intendente e admirando a conduta decisiva e ostensivamente leal dos colonos. Segundo ele, a história toda resultou numa "boa lição" para os sucessores dos infelizes funcionários.[36] Naquela época, a Regência embarcava numa tentativa ambiciosa de lucrar muito mais com as colônias do que as mesquinhas extorsões das repartições coloniais — segundo o sistema de John Law de companhias coloniais, a primeira das quais foi licenciada em 1717. As novas *Compagnies des Indes* receberam amplos direitos sobre o comércio e as receitas das colônias na América, na África e no Oceano Índico. A nova colônia francesa da Louisiana era considerada uma futura Virgínia, suprindo todas as necessidades do monopólio do fumo. A venda de ações destas companhias serviria para amortizar o débito real e criar um novo papel-moeda. Previa-se uma taxa de juros atraente e ganhos estonteantes de capital. Fizeram-se planos apressados para desenvolver *plantations* na Louisiana e em outras colônias, incluindo o envio de navios para conseguir escravos na África, a contratação de especialistas alemães e decretos draconianos ordenando que todos os vagabundos capazes de trabalhar fossem presos e enviados para as colônias. Este esquema grandioso foi atingido por todo tipo de tragédia. As tentativas de embarcar criminosos acabaram em revolta, quando mais de 107 prisioneiros fugiram de Saint Martin des Champs em janeiro de 1720 e obrigaram o rei a suspender as ordens de deportação em maio do mesmo ano. As companhias de Law foram consumidas por uma febre especulativa e ele foi obrigado a fugir da ira dos investidores em dezembro de 1720. O dinheiro arrecadado pelas companhias foi consumido principalmente no pagamento de serviços e na *débâcle* financeira, e sobrou muito pouco para os planos de colonização. As companhias acabaram enviando uns sete mil homens e mulheres para a Louisiana, dos quais mil eram soldados e quase quatro mil *engagés* ou deportados. Dois mil morreram de doenças logo após a chegada, e a maioria dos sobreviventes não foi considerada útil pelos funcionários da Louisiana, que perguntaram: "O que se pode esperar de um monte de vagabundos e malfeitores num país onde é muito mais difícil reprimir a licenciosidade do que na Europa?"[37]

Foram feitas algumas tentativas de recriar uma *Compagnie des Indes* depois da fuga de Law e do colapso de seu sistema, mas tão mal concebidas quanto suas antecessoras. Era difícil atrair um número suficiente de colonos — em parte por causa da fama desagradável das colônias e em parte porque só havia mesmo poucos emigrantes franceses. Os colonos indignaram-se com os poderes concedidos à nova *Compagnie des Indes*, que incluíam a autoridade fiscal e o monopólio do for-

necimento de escravos. Quando dois diretores da nova companhia chegaram a São Domingos em 1722, foram presos por algum tempo pelo *conseil* em Léogane aos gritos de "Vive le Roi, sans la Compagnie". Nessa ocasião foi decidido que a manutenção da autoridade real exigia uma demonstração de força. Foi enviada uma esquadra para São Domingos. Depois da morte do Regente em 1723, prevaleceu um espírito mais conciliador. No ano seguinte, os poderes fiscais da companhia foram cancelados, mas seu direito de ser o único fornecedor de escravos da colônia foi mantido, pelo menos nominalmente. Medidas cuidadosamente elaboradas mas ineficazes tentaram estimular um novo fluxo de *engagés* para as ilhas francesas. De 1698 em diante, cada navio que partisse para as Antilhas deveria levar de três a seis *engagés*, dependendo de seu tamanho; esta lei foi reforçada em 1724, não pela primeira nem pela última vez, impondo multas aos navios que deixassem de levar sua cota. Parece que muito poucos franceses podiam agora ser persuadidos a se tornarem servos nas colônias de *plantation*. Alguns rapazes, com esperança de fazer a vida como *économes* (despenseiros) ou *gérants* (administradores), ainda emigravam voluntariamente para as ilhas francesas, mas o número total continuou modesto.[38]

O reinado de Luís XV assistiu a um abrandamento da política colonial francesa. Esquemas grandiosos para o desenvolvimento colonial foram desacreditados e o argumento a favor de um comércio mais livre ganhou terreno. Os burocratas reais perceberam que a arrecadação de receitas diretamente das colônias prometia muita briga e pouco ganho. A metrópole poderia lucrar mais com o desenvolvimento colonial por meio do controle do comércio de exportação, transformando assim Bordéus e Nice em grandes fornecedores de açúcar e café. Quando a metrópole não pudesse fornecer às colônias suprimentos adequados, as autoridades locais poderiam invocar "condições de emergência" que lhes permitiriam comprar de comerciantes estrangeiros; os funcionários públicos eram geralmente induzidos a fechar os olhos ao contrabando. Os colonos não poderiam repelir as esquadras enviadas pela metrópole e, afinal, dependiam delas para a defesa contra potências hostis. Mas os governadores e intendentes costumavam estabelecer um *modus vivendi* com os principais proprietários — e na verdade, apesar de um decreto que o proibia, muitos funcionários graduados tornaram-se também donos de *plantations*. Na Louisiana continuaram sendo feitas tentativas caras e infrutíferas para desenvolver o cultivo do tabaco. Alguns dos novos colonos descobriram que poderiam ganhar a vida produzindo provisões para serem vendidas em São Domingos, mas esta humilde atividade, embora lucrativa, não tinha atrativos para os dirigentes em Paris. Em 1730, a Companhia

da Louisiana devolveu suas concessões à Coroa, depois de fracassar na tentativa de produzir fumo a um custo razoável e com qualidade suficiente.

Nas ilhas impôs-se um novo modelo colonial. Em uma manobra de afastamento dos monopólios oficiais de comércio, foram criados incentivos voltados individualmente para mercadores e donos de *plantations*. Ofereceu-se aos traficantes de escravos de Nantes e Bordéus a isenção de impostos sobre produtos coloniais se conseguissem obter um certificado, o chamado *acquits de Guiné*, provando que tinham vendido escravos às ilhas francesas. De forma mais objetiva, os donos de *plantations* franceses também podiam comprar freqüentemente suprimentos mais baratos da América do Norte, às vezes em troca da venda de melado. Mas esta abertura foi acompanhada por um controle estrito do destino dos principais produtos de *plantation* vendidos aos mercadores da metrópole, em geral para serem processados e revendidos posteriormente em outras partes da Europa. Como seus colegas ingleses, os "novos mercadores" franceses procuravam a liberdade comercial dentro do monopólio nacional.

Cálculo dinástico, espetáculo barroco e desenvolvimento colonial

A política colonial jamais teve primazia na Corte francesa — vantagens dinásticas na Europa ocupavam o primeiro lugar, e até 1713 elas eram mesmo vistas como a chave para o Novo Mundo. As colônias foram conseguidas de forma quase acidental. Em 1672, Colbert argumentara que o avanço francês na guerra com a Holanda determinava a tomada das Províncias Unidas: "Se o rei sujeitar todas essas Províncias dos Países Baixos, seu comércio se transforma no comércio dos cidadãos de Sua Majestade, e nada poderia ser mais vantajoso."[39] Os franceses foram contidos pela resistência holandesa quando o príncipe Maurício aproveitou-se de suas fortificações. O rei francês talvez pudesse ter forçado sua vantagem, mas ele não parece ter considerado a hegemonia comercial um objetivo que valesse a pena. Em vez disso, ele buscou o objetivo dinástico e nacional de ampliar e reforçar as fronteiras da França, e chegou a um acordo com os Habsburgo sobre a sucessão espanhola.

Pierre Pluchon, que escreve com tristeza sobre o fracasso da França na conquista da liderança da colonização européia na América e em outras regiões, considera Luís XIV um homem incapaz de enxergar além das estreitas fronteiras da Europa. No acordo secreto com Leopoldo da Áustria na década de 1660, "o Ancien Régime dispunha-se a abrir mão de todo imperialismo colonial, toda estratégia global" em troca de vantagem dinástica no velho continente. Mais uma vez, na década de 1690,

Luís XIV dispôs-se a virar as costas ao horizonte americano: "Que falta de visão global da expansão foi demonstrada por este soberano tão freqüentemente acusado de inclinações imperialistas!".[40] Para Luís, as colônias da América eram simplesmente "troco miúdo" a ser negociado em troca do território que realmente importava — território na Europa. Pluchon exalta o sucesso de Colbert na construção da marinha francesa mas condena sua preferência por companhias coloniais e especuladores financeiros — e sua falta de simpatia por mercadores e donos de *plantations* que, na sua opinião, realmente construíram as colônias. O fato de que, afinal de contas, a França conseguiu algumas colônias produtivas e bem-sucedidas tem pouco a ver com a engenhosidade do mercantilismo e da estratégia imperiais, tem alguma coisa a ver com sorte e muito com a iniciativa de mercadores, colonos e corsários.

O monarca francês viu seus objetivos dinásticos barrados pela oposição de outras potências, e foi obrigado a adotar uma estratégia colonial e marítima que, em certos aspectos, era uma contrapartida, um reflexo da expansão inglesa. Da época de Colbert em diante, a administração colonial e naval francesa foi mais detalhada e deliberada do que a da Inglaterra. Embora as companhias coloniais e de tráfico de escravos de Colbert imitassem modelos holandeses e ingleses, seu sistema de recrutamento naval, a *inscription maritime*, era muito mais eficiente do que os engajamentos arbitrários em que se baseava o Almirantado inglês. Enquanto os Atos de Navegação ingleses permitiam algo próximo do livre comércio dentro das fronteiras do Império, o sistema colonial francês incluía isenções, privilégios e recompensas cuidadosamente planejados. Não havia equivalente inglês ao sistema de recompensas que, de uma forma ou de outra, abria-se aos comerciantes franceses de escravos com o objetivo expresso de ampliar a mão-de-obra colonial e equiparar-se ao desenvolvimento das *plantations* inglesas. Mas o elemento de *dirigisme* na política colonial francesa precisava ser continuamente revisto e moderado, como aconteceria no reinado de Luís XV, para que estimulasse o comércio dos entrepostos de produtos coloniais.[41]

No nível das forças sociais elementares, a colonização exigiu uma combinação de iniciativa empresarial "burguesa" e ocupação de terras aristocrática. O instinto territorial dos filhos mais novos dos nobres precisava ser sustentado por mercadores que pudessem fornecer mão-de-obra cativa e comerciar o produto das *plantations*. As tendências espontâneas de desenvolvimento comercial precisavam ancorar-se num povoamento colonial que pudesse sobreviver à guerra hobbesiana de todos contra todos que marcou o Caribe do século XVII. A tenacidade dos Willoughby e D'Esnambuc deu ao esforço de colonização o necessário elemento enrijecedor.

A base e a lógica sociais do estado francês e do inglês divergiram acentuadamente a partir de meados do século XVII, mas mesmo assim suas colônias tinham grande semelhança. Durante a revolução inglesa do século XVII, a classe de proprietários de terra e mercadores que se baseavam em novas relações de produção — arrendamentos agrários protocapitalistas, manufatura metropolitana e grandes *plantations* coloniais — quebrou o poder do monarca e forjou uma nova máquina estatal e um novo sistema colonial. Isso proporcionou um contexto vantajoso para a agricultura comercial, a exportação de manufaturados e o comércio de produtos das *plantations*. Mais da metade da receita do estado vinha, através da alfândega e dos impostos sobre o comércio, da esfera das trocas. O poder do monarca estava circunscrito de forma a limitar a capacidade do estado de se impor à sociedade civil, particularmente às colônias. Na França, o poder real derrotou seus antagonistas domésticos e construiu um modelo barroco do estado feudal tardio e absolutista. Mas as guerras de Luís XIV cobraram um alto preço e o sistema de Law destruiu a credibilidade do mercantilismo corporativo. A aristocracia hereditária, antiga ou recente, recuperou influência e poder. Os mercadores e donos de *plantations* coloniais lucraram com o retrocesso parcial de um Absolutismo modificado e da aparente sabedoria, diante da competição inglesa, de permitir um certo grau de autonomia aos interesses coloniais franceses. No *Esprit des Lois*, Montesquieu expressaria a opinião de que os colonos das *plantations* nunca seriam bons súditos, demonstrando uma falta de confiança nos proprietários coloniais bastante disseminada entre seus antigos colegas do Parlamento de Bordéus. A monarquia francesa continuaria a extrair sua principal receita das taxas e impostos diretos, mas o comércio atlântico e de portos intermediários representava um estímulo econômico geral. Com sua economia menos monetizada, o mercado interno francês de produtos de *plantation* era na verdade menor que o da Inglaterra, apesar de a população da França ser quatro vezes maior. Na própria França o comércio, a manufatura e as finanças ainda eram estruturados por meio de privilégios corporativos, licenças reais e particularidades municipais e regionais. Os produtores e mercadores coloniais franceses também gozavam de alguns privilégios, mas suas empresas ganhavam cada vez mais espaço para abrir caminho no ambiente competitivo do comércio das *plantations*. Nas colônias, os incômodos interesses tradicionais tinham menos peso. Como o desenvolvimento colonial ocorria do outro lado do Atlântico, podia florescer do seu próprio jeito sem perturbar diretamente a ordem social da metrópole.[42]

A Inglaterra e a França conquistaram posições de vanguarda no desenvolvimento colonial ao combinar comércio e poder público, corsários e colonos de forma complementar. Portanto, seria incorreto sugerir um contraste violento entre a coloniza-

ção "burguesa" da Inglaterra e a colonização "feudal" da França, já que as forças sociais envolvidas em ambas — mercadores e colonos — eram semelhantes. Em ambos os casos, o estado teve capacidade e disposição para proteger suas colônias e o comércio colonial, os colonos se dispuseram a deixar a terra natal e os mercadores tinham recursos suficientes para tirar vantagem das oportunidades apresentadas. Ambos os estados tinham os recursos, o acesso ao Atlântico e o potencial marítimo necessários para fazer valer suas pretensões coloniais. Embora o desenvolvimento colonial dependesse fundamentalmente da dedicação dos colonos como indivíduos e da vitalidade de uma "sociedade civil" nova e mais autônoma, eles também precisavam de certo grau de proteção e patrocínio do estado.

A consolidação de um império inglês nas Américas, como vimos, deveu-se tanto aos últimos Stuart quando aos puritanos e à Commonwealth, tanto ao duque de York quanto a Cromwell. Embora a iniciativa real tivesse seu papel no desenvolvimento colonial francês, os mercadores e colonos franceses reagiram com vigor a toda abertura que lhes era oferecida. Da mesma forma, as indústrias criadas para suprir o Exército, a Marinha ou a Corte adquiriram ímpeto próprio e conseguiram encontrar um papel lucrativo ligando-se ao desenvolvimento colonial. O comércio de vinho em Bordéus e outros portos deu aos mercadores franceses um pouco da experiência comercial e dos recursos necessários; os vinhos franceses e os produtos das *plantations* logo chegaram aos mesmos mercados do norte e do centro da Europa. A indústria e o comércio de tecidos franceses desenvolveram-se de forma vigorosa, estimulando a produção de algodão e corantes nas colônias.

O esplendor da Corte francesa ajudou a propagandear e promover os produtos de luxo franceses, estabelecendo um padrão para a aristocracia e a *haute burgeoisie* em todo o continente. Em Versalhes, Luís XIV construíra involuntariamente uma vitrine para os produtos exóticos das *plantations*: chocolate servido em bules de prata brilhante, rapé tirado de elegantes caixinhas, mesas de banquete cobertas de elaborados confeitos de açúcar. As *plantations* deram uma animação mercantil ao Ancien Régime que, de outra forma, sucumbiria à letargia. No campo da teoria econômica, Boisguilbert e Cantillon criaram a base do *laissez-faire*, doutrina que poderia explicar o vigor do comércio francês de entrepostos. Outro termo econômico fundamental — o do empreendedor ou empresário — foi também concebido na França nessa época. Os mercadores de Nantes e Bordéus competiam entre si, embora também fossem beneficiados com recompensas e privilégios.[43]

Nos primeiros tempos, os donos de *plantations* coloniais, franceses e ingleses, deram por conta própria, e graças à ajuda holandesa, a arrancada para a viabilidade econômica — mas, depois que esta foi estabelecida, as autoridades da metrópole

puderam manter um nível expressivo de controle. O contexto de rivalidade militar feroz entre as potências européias nos anos 1666-1714 ajudou a domesticar — mas não a extinguir — as inclinações dos colonos para a autonomia e a lembrar aos franceses que, afinal de contas, eles eram franceses, e aos ingleses, que eram ingleses. Tanto os colonos ingleses quanto os franceses sabiam que a ordem colonial, incluindo seu título de propriedade da terra e sua esperança de assegurar um regime de trabalho forçado, dependia, em última instância, de um poder que pudesse mobilizar navios de guerra. Por outro lado, as autoridades de Londres e Paris sabiam que tinham de conceder algum elemento de autogoverno e iniciativa locais se quisessem que as colônias prosperassem e colaborassem para sua própria defesa. Os colonos das ilhas inglesas que não eram ingleses nem protestantes, ou os das ilhas francesas que não eram católicos nem franceses tiveram vários problemas com o teste de identidade imposto pelas mobilizações militares e mercantilistas do período posterior a 1650. Ainda assim, no final os proprietários católicos ou "cristãos-novos" das colônias inglesas, ou os de origem holandesa ou supostamente "reconvertidos" da fé huguenote nas colônias francesas, raramente ou nunca se comportaram como traidores. Bastava o fato de possuir terras, de ser um autêntico *habitant*, para conferir identidade. Quando eram ricos, conversões formais e alianças matrimoniais aliviavam um pouco a situação, assim como o simples passar do tempo, de modo que, em meados do século XVIII, ou ainda mais cedo, as colônias eram bem mais tolerantes e pluralistas do que a metrópole.

Os problemas de identidade colonial foram mais intensos entre os forasteiros nacionais ou religiosos que não eram proprietários e sim servos ou *engagés*, ou condenados, ou homens e mulheres livres e pobres. Assim, os servos irlandeses contratados, ou servos condenados, das ilhas inglesas aliaram-se abertamente aos franceses em algumas ocasiões críticas. A tomada pelos franceses da parte inglesa de São Cristóvão em 1689 foi ajudada de forma decisiva pela adesão de cento e cinqüenta irlandeses, a maioria deles servos ou condenados, que se puseram sob o comando do conde de Blénac. Os franceses também sofreram com a deserção dos huguenotes, principalmente daqueles que eram ou haviam sido *engagés* e condenados e que fugiram para juntar-se aos corsários e piratas holandeses e ingleses. Um dos capitães piratas mais famosos foi o livre-pensador e ex-huguenote Misson que, segundo o capitão Johnson, criou a colônia de Libertália em Madagascar no início do século XVIII.[44]

Nesse contexto, os escravos africanos pareciam potencialmente mais merecedores de confiança do que as minorias religiosas ou nacionais perseguidas. Em Barbados, da década de 1690 em diante, alguns negros receberam armas em épocas de emergência militar, e não os servos irlandeses. Da mesma forma, a milícia de Guadalupe,

como as de outras ilhas francesas, incluía alguns negros, enquanto os huguenotes eram rigorosamente excluídos. Na verdade, as colônias de *plantation* francesas começaram a distanciar-se das inglesas; além da população branca livre, havia também uma numerosa população livre de cor. Segundo registros oficiais, ela representava apenas um décimo da população livre em 1700, mas esta proporção cresceria continuamente nas décadas seguintes. Muitas das pessoas livres de cor haviam nascido na América e todos os crioulos tinham maior capacidade de reproduzir-se nas colônias. Além disso, a alforria de escravos, embora sujeita a taxas, era um expediente legal e aceitável para as autoridades coloniais. Os homens livres de cor eram bons católicos e sentiam maior necessidade de demonstrar lealdade ao regime colonial do que muitos dos colonos brancos livres.[45]

As colônias de *plantation* evidenciavam um desejo ardente de autonomia, mas acabaram descobrindo que não podiam renegar a autoridade da metrópole, especialmente se lhes fossem feitas algumas concessões. O Caribe era uma região perigosa. Os colonos proprietários de escravos presidiam uma formação social frágil demais para dispensar o apoio e a proteção da metrópole. Os produtores de Barbados e Martinica haviam descoberto que podiam influenciar a metrópole, mas não desafiá-la abertamente. Assim, conseguiram derrotar os monopólios coloniais que poderiam retardar o desenvolvimento das *plantations*. Mas a médio e longo prazos, o comércio de escravos e o desenvolvimento das *plantations* corriam melhor quando impulsionados por grande quantidade de empreendedores concorrentes. O papel fundamental do governo era proporcionar um contexto favorável, financiando os custos de administração e de defesa com os impostos, e não restringir o espírito livre do comércio de escravos e de produtos das *plantations*.

Os corsários ajudaram na defesa e no desenvolvimento de algumas colônias, mas a longo prazo foram fonte de tanta destruição, discórdia e insegurança que atrapalharam o crescimento das *plantations*. Depois do Tratado de Ryswick a diplomacia européia não excluiu mais o Caribe, e outros territórios "além da linha", dos termos dos acordos internacionais. Com o aumento das esquadras no Caribe e com a submissão dos flibusteiros mais famosos ao comando regular, os tempos dos corsários ingleses e franceses chegavam ao fim. Morgan foi sagrado cavaleiro, Du Casse terminou seus dias em Versalhes, de Grammont e de Maintenon compraram *plantations* de cana-de-açúcar. Mas só alguns anos depois do Tratado de Utrecht o Caribe e o Atlântico ficaram livres dos corsários e piratas mais perigosos. Aqueles mares ainda não estavam inteiramente seguros, em parte por causa da sucessão de guerras anglo-francesas e anglo-espanholas e em parte porque os guarda-costas espanhóis do Caribe podiam prender mercadores mesmo em tempo de paz com acusações verdadeiras

ou forjadas de contrabando. Mas a partir de 1720 a violência privada generalizada e quase aleatória foi substituída pelas manobras mais organizadas e previsíveis das marinhas inglesa, francesa e espanhola.[46]

Na verdade, a guerra no Caribe parecia muitas vezes obedecer a uma etiqueta bem mais educada do que na Europa. Enquanto o comandante militar na Europa podia convidar o inimigo a atirar primeiro — "*Messieurs les Anglais, c'est à vous de tirer*" — o governador colonial do Caribe era freqüentemente pressionado a negociar com uma esquadra inimiga para salvar as *plantations* dos transtornos da guerra. Esquadras inglesas tomaram Saint-Louis, no sul de São Domingos, em 1748, Martinica em 1759 e Havana em 1762, enfrentando uma resistência pouco mais do que simbólica das forças terrestres. Os principais donos de *plantations* dispunham-se a colaborar com as autoridades de ocupação, enquanto os mercadores britânicos desenvolviam um ativo comércio. Parece que havia um consenso de que transformar colônias de *plantation* em campos de batalha não era do interesse de ninguém.

No início do século XVIII, os sistemas coloniais inglês e francês apoiavam-se numa divisão de trabalho cada vez maior, embora não absoluta, entre o estado e os agentes econômicos. Os proprietários de navios e *plantations* eram agora *essencialmente* agentes econômicos; assim, embora armados, sabiam que a força de que dispunham era inadequada e que poderiam precisar que o estado colonial os defendesse, de seus rivais ou de seus escravos. Se, ao contrário do senhor feudal, os mercadores e donos de *plantations* precisavam de um pouco de proteção, eles estavam em condições de pagar por ela com o extraordinário excedente gerado pelas *plantations* escravistas. A competição militar e econômica atuava de maneiras diferentes mas complementares. Uma disputa militar marginalizara os holandeses e colocara os franceses de posse de São Domingos. Por outro lado, a competitividade econômica dera vantagem às colônias de fumo e açúcar dos ingleses. A organização colonial francesa foi obrigada a abandonar o domínio das companhias em suas ilhas do Caribe e a permitir elementos de competição comercial, embora dentro de uma estrutura neomercantilista.

Notas

1. Bartolomé Bennassar, "L'Europe des Campagnes", em Pierre Léon, *Histoire économiqu et sociale du monde.* Tomo 1. *L'Ouverture du Monde, XIVe-XVIIe siècles,* Paris 1977, pp 449-92.

2. Citado em Robert e Marianne Cornevin, *La France et les Français Outre-mer*, Paris 1990, p. 79. Sobre a propaganda colonial, ver M. Devèze, *Antilles, Guyanes, la Mer des Caraïbes, de 1492 à 1798*, Paris 1977, pp. 138-9.
3. Henri Blet, *Histoire de la Colonisation Française*, Paris 1947, pp. 63-5; C. A. Banbuck, *Histoire de la Martinique*, Paris 1935, pp. 24-7, 319; P. Butel, "Les Temps de Fondations: les Antilles avant Colbert", em Pierre Pluchon, ed., *Histoire des Antilles et de la Guyane*, Paris 1982, pp. 53-78.
4. Raymond Breton, "Relation", em Peter Hulme e Neil L. Whitehead, eds., *Wild Majesty: Encounters with Caribs from Columbus to the Present Day*, Oxford 1992, pp. 108-16 (p.111). Este idioma de contato era diferente da própria língua — ou línguas — caribenha. (Breton, autor de um dicionário e de uma gramática, relatou que homens e mulheres tinham idiomas próprios e diferentes, p. 153). As línguas *kréyole* faladas até hoje em boa parte do Caribe receberiam forte influência africana, mas o patoá caribenho citado por Breton e outros parece ter sido o pré-kréyole sobre o qual os lingüistas especulam. Lambert-Félix Prudent, *Des Baragouins à la Langue Antillaise*, Paris 1980, pp. 23-5.
5. Henri Blet, *Histoire de la Colonisation Française*, I, pp. 107-10; Ralph Davis, *The Rise of the Atlantic Economies*, Londres 1973, pp. 123-42.
6. Gaston-Martin, *Histoire de l'Esclavage aux Colonies Françaises*, Paris 1948, pp. 130-31; Banbuck, *Histoire de la Martinique*, pp. 26, 35, 58-9.
7. Stewart L. Mims, *Colbert's West India Policy*, New Haven, CT 1912, pp. 14-53; D. H. Pennington, *Seventeenth Century Europe*, Londres 1970, p. 427.
8. Mims, *Colbert's West India Policy*, pp. 180, 280. Robert Stein, *The French Slave Trade in the Eighteenth Century*, Madison, WI 1979, p. 13; P. Butel, "Un Nouvel Age Colonial: Les Antilles sous Louis XIV" em Pluchon, *Histoire des Antilles*, pp. 79-108 (p. 92).
9. Jean Meyer, *Les Européens et les autres de Cortès a Washington*, Paris 1975, p. 197; Jacob Price, *France and the Chesapeake: A History of the Tobacco Monopoly, 1674-1791, and of its Relationship to the British and American Tobacco Trades*, Ann Arbor, MI 1973, pp. 53, 73-115.
10. Price, *France and the Chesapeake*, pp. 15-16.
11. K. G. Davies, *The North Atlantic World in the Seventeenth Century*, Londres 1974, pp. 119-21; Pierre de la Vassière, *Saint-Domingue, la Societé et la Vie Creole sous l'Ancien Régime*, Paris 1909, p. 164.
12. Citado em James Searing, *West African Slavery and Atlantic Commerce: The Senegal River Valley, 1700-1860*, Cambridge 1993, p. 25.
13. Ibid., pp. 18-26, 34.
14. Pierre Pluchon, "Les Blancs des Îles", em Direction des Archives de France, *Voyages aux Îles d'Amérique*, Paris 1992, pp. 189-97 (p. 189); Lucien Abénon, *La Guadeloupe de 1671 à 1759*, Paris 1989, pp. 43, 217.
15. Citado em Arlette Gautier, *Les Soeurs de la Solitude: la condition féminine dans l'esclavage aux Antilles du XVIIe au XIXe siècle*, Paris 1985, p. 191.

16. Ibid., p. 193.
17. R. P. J. B. Du Tertre, *Histoire générale des Antilles habitées par les français*, 3 vols., Martinique 1973 (Paris 1667-71), Volume II, pp. 453-501 (p. 465).
18. Ibid., p. 488.
19. Ibid., p. 494.
20. Ibid., p. 500.
21. Ibid., pp. 477-8.
22. Ibid., pp. 478-9.
23. Louis Sala-Molins, *Le Code Noir ou le calvaire de Canaan*, Paris 1987, p. 90. Esta obra contém o texto completo do *Code Noir*, além de comentários e notas.
24. *Avertissement aux Protestants*, citado em Sala-Molins, *Le Code Noir*, p. 65.
25. Gautier, *Les Soeurs de la Solitude*, pp. 72-3, 80; Myriam Cottias, "La Martinique: Babylone fertile ou terre stérile? Des discours sur la fécondité aux indicateurs démographiques et sociaux (XVIIe-XIXe siècle)", *Annales de Démographie Historique*, Paris 1992, pp. 199-215, 205, 207-8.
26. D. K. Fieldhouse, *The Colonial Empires: A Comparative Survey from the Eighteenth Century*, Londres 1965, pp. 34-41.
27. P. Butel, "Un Nouvel Age colonial"; Pluchon, *Histoire des Antilles*, p. 103; Cornevin, *La France et les Français Autre-mer*, p. 103.
28. Citado em Fieldhouse, *The Colonial Empires*, p. 41; Charles Frostin, *Histoire de l'autonomisme colon de la partie française de St. Domingue*, Paris 1972, pp. 77-115, 125-32. Sobre o contexto mais amplo, ver Nellis Crouse, *The French Struggle for the West Indies*, Londres 1966, pp. 178 e seg.; Geoffrey Symcox, ed., *War, Diplomacy and Imperialism, 1618-1763*, Nova York 1973, pp. 24-6, 239-42.
29. C. W. Cole, *French Mercantilism: 1683-1700*, Nova York 1943, pp. 255-60. As companhias francesas tinham uma feitoria de escravos em Ouidah em 1671, transformada em Forte Saint-Louis em 1703; Ouidah ficava estrategicamente localizada no Golfo de Benim, que respondia por quase metade das exportações de escravos africanos na época.
30. Davies, *The North Atlantic World in the Seventeenth Century*, pp. 121-2. Nos anos de guerra, o contrabando floresceu; ver Clarence J. Munford, *The Black Ordeal of Slavery and Slave Trading in the French West Indies*, Lewiston, NY 1991, vol. II, pp. 374-97.
31. Blet, *Histoire de la Colonisation Française*, I, pp. 107-17.
32. Sobre as populações de escravos, Leo Elizabeth, "The French Antilles", em D. W. Cohen e Jack P. Greene, eds., *Neither Slave nor Free*, Baltimore, MD 1973, pp. 148-51; sobre a produção de açúcar, Dunn, *Sugar and Slaves*, p. 205.
33. Davis, *The Rise of the Atlantic Economies*, p. 135; Curtin, *The Atlantic Slave Trade*, Tabela 63, pp. 170, 210-11; Lovejoy, "Volume of the Atlantic Slave Trade", pp. 482-6; Serge Daget, *La Traite des Noirs*, Paris 1990, pp. 102-3.
34. Abénon, *La Guadeloupe*, pp. 212-35.

35. Charles-André Julien, *Les Français en Amérique de 1713 à 1789*, Paris 1977, pp. 72-3; M. Devèze, *Antilles, Guyanes, la Mer des Caraïbes de 1492 à 1789*, Paris 1977, pp. 229-31.
36. Duc de Saint-Simon, *Historical Memoirs, 1715-1723*, editado e traduzido por Lucy Norton, 3 vols., vol. III, Nova York 1992, pp. 131-2.
37. Citado em Gwendolyn Midlo Hall, *Africans in Colonial Louisiana: The Development of Afro-Creole Culture in the Eighteenth Century*, Baton Rouge, LA e Londres 1992, p. 7; ver também Price, *France and the Chesapeake*, I, pp. 302-60.
38. Pluchon, *Histoire de la Colonisation Française*, pp. 129-34; Christian Hertz de Lemps, "Indentured Servants Bound for the French Antilles in the Seventeenth and Eighteenth Centuries" em Altman e Horn, eds., *'To Make America': European Emigration in the Early Modern Period*, pp. 172-203, principalmente pp. 183-90.
39. Citado em Pluchon, *Histoire de la Colonisation Française*, p. 90. Sobre diferentes abordagens da taxação, ver: Peter Mathias e Patrick O'Brien, "Taxation in Britain and France, 1715-1810", *Journal of European Economic History*, vol. 5, nº. 3, inverno de 1976, pp. 610-50, em especial p. 617. Sobre a orientação geral do estado inglês, ver Christopher Hill, *Reformation to Industrial Revolution*, Londres 1967, pp. 123-34, 144-51; e Calder, *Revolutionary Empire*, pp. 251-429; sobre a relação entre o absolutismo francês e o colonialismo, ver Anderson, *Lineages of the Absolutist State*, pp. 40-41, 103-4; Elizabeth Fox Genovese e Eugene Genovese, *The Fruits of Merchant Capital: Slavery and Bourgeois Property in the Rise and Expansion of Capitalism*, Oxford 1983, pp. 61-75.
40. Pluchon, *Histoire de la Colonisation Française*, pp. 89, 95.
41. Jean Meyer, "Des origines à 1763", em Jean Meyer *et al.*, *Histoire de la France Coloniale*, pp. 103-6; Symcox, *War, Diplomacy and Imperialism*, p. 24; Cole, *French Mercantilism*, p. 94.
42. Sobre o retrocesso do absolutismo francês depois de Luís XIV, ver Anderson, *Lineages of the Absolutist State*, pp. 106-12. Discuto a formação peculiar do regime de Hanover na Inglaterra, visto como um tipo de "monarquia ilegítima", em *The Overthrow of Colonial Slavery*, pp. 69-75; a posição de Montesquieu sobre as colônias é discutida nas pp. 36, 47-8, 154.
43. A precocidade do pensamento econômico francês é enfatizada por Murray Rothbard, *Economic Thought before Adam Smith*, vol. I, Cheltenham 1995, pp. 253-74. O fato de que a França de Luís XIV e Luís XV deve ter sido o berço da economia do *laissez-faire* comprova, assim, não só o obstáculo permanente ao absolutismo francês mas também o vigor comercial de seus principais portos, vigor que derivava em grande parte do comércio colonial e de reexportação. Os apelos coloniais pelo livre comércio são citados em Munford, *The Black Ordeal of Slavery and Slave Trading in the French West Indies*, II, pp. 418-30.
44. Capitão Charles Johnson, *A General History of the Robberies and Murders of the Most Notorious Pirates*, segunda edição, Londres 1726.

45. Jean Meyer, "Des origines à 1763", em Meyer *et al.*, *Histoire de la France Coloniale*, pp 11-197 (pp. 124-6, 165-8).
46. Foucault argumenta que a idéia da nobreza como uma "raça conquistadora", manifes- tada pelo conde de Boulainvilliers nos últimos anos do reinado de Luís XIV, incenti- vou a noção de uma "liberdade aristocrática" que se revelou não pelo respeito às liberdade alheias mas precisamente por passar por cima delas. Com certeza a élite dos donos d *plantations*, apesar da origem recente, associava-se avidamente a esta noção de liberda de aristocrática. Ver Michel Foucault, *"Il Faut Défendre la Société", Cours au Collège d France (1975-76)*, Paris 1997, pp. 139-40. O legislador inglês Edward Coke revelou noção de liberdade aristocrática apresentando-a como patrimônio nacional num exten so comentário sobre a Carta Magna. Assim, ingleses não poderiam ser exilados o expatriados sem a aprovação do Parlamento; ver Coke, *Institutes of the Lawes of Englan* II, Londres 1642, p. 47.

Segunda Parte

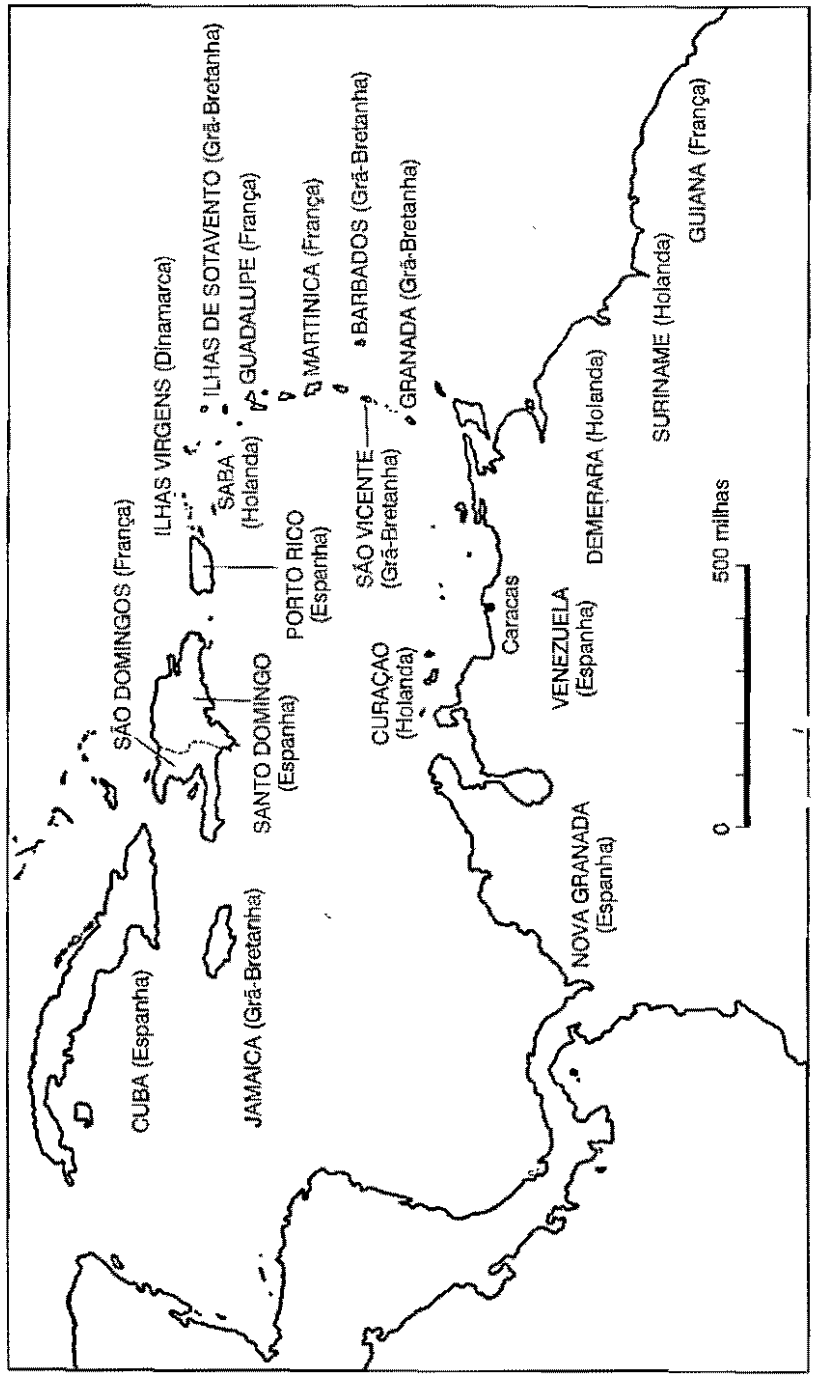
ESCRAVIDÃO E ACUMULAÇÃO

— IX —

A escravidão colonial e a explosão econômica do século XVIII

Quando me recuperei um pouco, encontrei algumas pessoas negras perto de mim, que acreditei serem alguns dos que me haviam trazido a bordo, e que tinham recebido sua paga; falavam comigo para alegrar-me, mas em vão (...) entre os pobres homens acorrentados, encontrei alguns de minha própria nação, que aliviaram um pouco meu espírito. Perguntei a eles: o que seria feito de nós? deram-me a entender que seríamos levados ao país desses homens brancos para trabalhar para eles. Fiquei então um pouco mais animado, e pensei, se não era pior do que trabalhar, minha situação não era tão desesperada; mas ainda temia ser condenado à morte, a gente branca, eu pensava, parecia ser, e agia de forma tão selvagem; pois nunca vira em povo algum tais demonstrações de crueldade brutal; e isso não só conosco, os negros, mas também com alguns dos próprios brancos. (...) Finalmente, quando o navio em que estávamos completou sua carga, aprontaram-se com muitos barulhos apavorantes, e fomos todos colocados sob o tombadilho, para que não pudéssemos ver como manobravam a embarcação.

The Interesting Narrative of the Life of Olaudah Equiano
(A interessante narrativa da vida de Olaudah Equiano)



Mapa do Caribe – *c.* 1770

No final do século XVII o Novo Mundo estava apenas no limiar da enorme explosão produtiva das *plantations* juntamente com o tráfico negreiro ligado a ela. O crescimento da *plantation* escravista no Caribe inglês e francês no período de 1650 a 1720, apesar do impacto negativo da guerra e da pirataria, foi importante por causa do resultado irregular ou hesitante da maioria dos outros ramos do comércio europeu no século posterior a 1620. Durante este período houve estagnação ou redução nos embarques transatlânticos de ouro e prata, no comércio de grãos do Báltico, no comércio de tecidos de lã no norte europeu e no comércio de vinho francês e de artigos de luxo do sul da Europa. O desenvolvimento do capitalismo mercantil, manufatureiro e agrícola da Holanda foi restringido por esta recessão secular.

Como E. J. Hobsbawm afirmou num ensaio clássico, "The Crisis of the Seventeenth Century" ("A crise do século XVII"), as várias e incertas correntes da economia e da política européias nesse período provocaram um impasse na fórmula anterior de expansão e comércio predominantemente feudais. No século XVI, o aumento extraordinário do comércio de grãos foi baseado numa intensificação da exploração feudal na Europa Central e Oriental; isso restringiu o poder de compra dos camponeses, diminuiu a riqueza e o número de integrantes da nobreza menor e enriqueceu apenas o número comparativamente pequeno de donos de terra exportadores. A importação de manufaturados pela Europa Oriental foi reduzida em proporção equivalente. A exibição das cortes renascentistas e barrocas incentivavam a produção e o artesanato de artigos de luxo, em vez de ampliar o mercado para as manufaturas e a introdução de métodos industriais. Como observa Hobsbawm: "o futuro industrial exigia não a disposição ilimitada de empregar grande quantidade de cozinheiros, estucadores e cabeleireiros, mas sim a demanda em massa."[1]

A expansão do comércio com o Oriente não poderia remediar esta deficiência da estrutura de demanda, já que o Oriente não tinha interesse em produtos europeus e trocava os seus por metais preciosos ou pelos serviços mercantis oferecidos pelos europeus no Oceano Índico. Com a queda da produção de prata americana depois da década de 1620, a Europa teve dificuldade para financiar o comércio com o Oriente; as colônias espanholas na América passaram a ter menos poder de compra e, com o desenvolvimento da manufatura local e da agricultura comercial, menos necessidade de importar da Europa. Dos vários estados europeus, a Inglaterra e as Províncias Unidas estavam em melhor posição para resistir ao clima recessivo por causa de um mercado interno em desenvolvimento, sustentado pelas trocas entre cidade e campo, agricultura e manufatura. Mas este florescimento doméstico não era impermeável ao mercado externo em estagnação, ou às caras guerras comerciais. Hobsbawn sugere que a demanda colonial e da *plantation* agiu como um

"sopro forçado" para avivar as chamas da acumulação metropolitana. O comércio para a África e as Américas, como foi observado acima, realmente exigiu quantidades crescentes de todo tipo de manufaturados. Os próprios fazendeiros compravam muito, e sua necessidade de suprimentos ajudou a aumentar a capacidade de outros mercados transatlânticos pagarem por suas importações.

Mas ainda podia-se afirmar — e o foi — que as *plantations* do Novo Mundo não eram, a longo prazo, mais coerentes com a acumulação capitalista do que com as propriedades feudais da Europa Oriental.[2] Embora estivessem envolvidas na produção agrícola para o mercado europeu, ambas baseavam-se em formas diretas e essencialmente pré-capitalistas de exploração e dominação; ambas envolviam a mobilização extra-econômica de mão-de-obra, com as conseqüentes limitações do tipo de demanda gerado. Os próprios fazendeiros e mercadores coloniais certamente consumiam artigos de luxo e davam emprego a um exército nada desprezível de cozinheiros, cabeleireiros e estucadores. Assim como o senhor feudal nutria-se da "economia natural" de subsistência do camponês, o proprietário de escravos nutria-se da produção de jovens adultos cativos na África e da reprodução diária do contingente de escravos graças, pelo menos em parte, às roças dos escravos.

Marx escreveu sobre a forma como a produção para o voraz mercado neocapitalista, neste contexto, "enxertou o horror civilizado do excesso de trabalho nos horrores bárbaros da servidão e da escravidão"*.[3] Mas esta observação não o levou a considerar as propriedades servis ou escravistas como capitalistas, já que ele considerava o trabalho assalariado, em sua contraposição ao capital, como essencial para o circuito da acumulação totalmente capitalista. O proletário, que precisava vender sua força de trabalho para sobreviver, criaria um mercado mais amplo e a base para a produção em massa. Além disso, vista do lado da produção, uma empresa que repousasse sobre alguns tipos de trabalho forçado e confiasse na "economia natural" para a renovação da força de trabalho teria apenas uma possibilidade limitada de elevar a produtividade da mão-de-obra. Enquanto o mercado não incorporasse o processo de reprodução, a empresa pré-capitalista não precisaria reagir às pressões do mercado com o aumento de sua eficiência. E quanto ao crescimento do excedente de produção, isto poderia ser feito diretamente pelo aumento da taxa de exploração.

*A frase em inglês citada pelo autor é: "grafted the civilised horrors of overwork onto the barbaric horrors of serfdom and slavery". Na tradução de Jacob Gorender de *O Capital*, vol. I, São Paulo 1983, o capítulo, diferentemente do que consta nas notas do autor, é o VIII, seção 2, "A avidez por mais-trabalho", p. 191, e a frase está assim redigida: "os horrores bárbaros da escravatura, da servidão etc. são coroados com o horror civilizado do sobretrabalho". (*N. do T.*)

No entanto, o fato indubitável de que nem as propriedades feudais da Europa Oriental nem as *plantations* escravistas das Américas podem ser consideradas empresas capitalistas não deveria nos levar, como levou alguns escritores, a vê-las como *igualmente distantes do modo capitalista*.[4] As propriedades feudais da Europa Oriental eram um produto da reação da nobreza proprietária dos séculos XIV e XV — às vezes chamada de "segunda servidão" da Europa. No primeiro caso, elas foram criadas não como reação aos ditames da produção agrícola, mas como resposta dos nobres ao impacto da crise demográfica na fronteira oriental. Sua orientação subseqüente para as exportações de cereais exigiu muito pouco investimento produtivo do Ocidente e não estimulou trocas recíprocas. As *plantations* escravistas da América, por sua vez, foram criadas diretamente com o propósito de fornecer mercadorias para o mercado europeu e não tinham outra *raison d'être*. Em seu funcionamento, como em sua criação, permaneceram intimamente ligadas às trocas com mercadores e fabricantes europeus. Mesmo no auge das exportações polonesas de grãos, elas responderam por apenas 10% a 15% da produção total, e os itens de luxo dominavam a importação.[5] No Novo Mundo, a maior parte da produção da *plantation* era exportada, e muitos insumos de produção eram importados de fabricantes europeus: equipamento, ferramentas, material de construção, roupas, alimentos; quanto aos escravos africanos, eles também eram cada vez mais comprados em troca de mercadorias manufaturadas. O comércio da Europa Ocidental com as *plantations* escravistas foi assim menos desequilibrado e mais favorável à expansão cumulativa e recíproca.

A produção das *plantations* escravistas poderia ser incrementada tanto pelo aumento do contingente de escravos quanto pela introdução de equipamento melhor. Em comparação, os senhores feudais da Europa Oriental enfrentavam uma limitação demográfica determinada pelo tamanho da população de servos e suas necessidades para a reprodução natural. O senhor feudal não podia elevar a taxa de extração de excedente acima de determinado ponto sem ameaçar o suprimento de alimentos necessários para a manutenção do número de servos. Além disso, se um número grande demais de seus aldeões fosse reduzido a uma condição extremamente miserável, ele poderia ficar mais vulnerável por ocasião de uma guerra ou revolta. O senhor feudal tinha responsabilidade e controle diretos sobre uma proporção menor do total da produção do que o proprietário da *plantation*, que só permitia a seus escravos a posse mínima de terra e os forçava a trabalhar em uma ou outra etapa da produção agrícola comercial durante quase todo o ano. O proprietário da *plantation* exigia e exercia um poder social mais concentrado e ilimitado. Juntamente com as condições materiais de produção que refinanciavam o trabalho contínuo, isso estava

destinado a produzir uma taxa mais alta de extração de excedentes do que seria possível numa propriedade feudal. Criava-se assim, com certeza, um problema de segurança nas *plantations*, mas os proprietários de escravos garantiam a segurança e a subordinação pela confiança no privilégio e no medo raciais que uniam as pessoas livres e que não possuíam escravos, e também por meio de uma mão-de-obra sem coesão coletiva predeterminada, pela hierarquia da *plantation* e pelo poder de fogo do estado colonial.

Como o comerciante de escravos e o mercador colonial desempenhavam papel vital na multiplicação da *plantation* escravista, estavam em condições de sugar uma porção dos superlucros que ela gerava. A iniciativa e o crédito mercantis podiam, devido ao comércio transatlântico de escravos, patrocinar diretamente a expansão da *plantation*, permitindo a seu proprietário ignorar qualquer restrição que a reprodução natural pudesse lhe impor. Assim, embora o proprietário da *plantation* estivesse menos "tolhido" pela economia natural do que o senhor feudal, era empurrado mais para baixo na escala da acumulação pelas demandas e exigências gananciosas de mercadores que também eram fornecedores e credores.

Tanto o senhor feudal quanto o proprietário de *plantation* na América tinham interesse em patrocinar em seus domínios a manufatura doméstica e o auto-sustento. Mas a completa auto-suficiência nunca seria um objetivo racional para um dono de *plantation*, como o era para o senhor feudal. Como as *plantations* eram construídas por meio de gastos em dinheiro, faria sentido para o seu proprietário pensar em expandir suas compras produtivas até o ponto em que elas deixassem de garantir qualquer produto excedente adicional. Não havia equivalente a esta forma de cálculo quase capitalista na propriedade da Europa Oriental, por mais complexa que fosse a administração de uma grande força de trabalho. Como as propriedades da Europa Oriental não compravam do Ocidente meios de produção, elas foram lentas na adoção dos progressos técnicos lá desenvolvidos (por exemplo, utensílios e ferramentas de metal). Além disso, a propriedade feudal não tinha de justificar o uso que fazia dos recursos na competição econômica com outras propriedades. Seu desempenho não poderia ser comparado com uma "taxa média de lucro", nem ele poderia ser "forçado a sair do negócio". O mercador não poderia tomar-lhe a propriedade endividada, nem indicar um novo senhor feudal para administrá-la.

A *plantation* americana podia recolher-se por algum tempo numa concha de "economia natural" se o mercado de seus produtos ficasse temporariamente desorganizado, mas isto não poderia ser feito indefinidamente sem desvalorizar e destruir a *plantation*. Os donos de *plantations* tentavam conseguir leis que protegessem sua propriedade do confisco por dívida, mas nunca poderiam manter os credores completamente encurralados se quisessem continuar no negócio. As penhoras, execuções e falências estavam presentes nas colônias de *plantation*, e ajudaram a reorganizar a produção. Os fazendeiros calculavam o lucro usando uma contabilidade simples que invariavelmente revelava que suas propriedades precisavam aumentar a produção comercial por meio da manutenção ou da elevação dos gastos em escravos, equipamento, fertilizantes, novas variedades agrícolas e ajuda técnica. Eles viam essas despesas como um peso excessivo sobre o lucro — mas caso se recusassem a fazê-las, o lucro cairia ainda mais. E tomadas como um todo, estas despesas estimularam a circulação do comércio atlântico. Paradoxalmente (como vimos no Capítulo VIII), a oferta de salários aos trabalhadores poderia ter proporcionado um estímulo ainda maior.

O fazendeiro escravocrata americano do século XVII ou posterior não era um capitalista — no sentido estrito do termo, a espécie estava apenas começando a existir — mas também não estava tão distante do capitalismo quanto o senhor feudal ou o proprietário de escravos da Antigüidade. Até pouco antes de 1600, a escravidão americana era um auxiliar relativamente modesto do comércio e do imperialismo feudais. Mas depois do surgimento da *plantation* escravista — primeiro no Brasil, por volta de 1580, depois, de modo mais duradouro, nas colônias britânicas e francesas a partir de 1650 — a escravidão americana tornou-se um resultado natural e um acessório da transição européia para o capitalismo. Esta transição não escolheu o caminho ótimo, como foi discutido no Capítulo VIII, mas pelo menos não afundou numa poça de escravidão e servidão. O oxigênio exigido pela fornalha européia da acumulação capitalista, caso não sucumbisse à auto-asfixia, foi fornecido pelo tráfico de escravos e pelo comércio ligado à *plantation*.

As *plantations* escravistas eram empresas dependentes e híbridas em termos socioeconômicos, não animadas por uma lógica capitalista pura, porém mais próximas dela do que seriam, ou foram, a escravidão e a servidão européias. A escravidão da *plantation* era uma extensão artificial do capital mercantil e manufatureiro na era da transição capitalista, que expandia seu alcance numa época em que as relações sociais puramente capitalistas ainda lutavam para existir. A importância do mercador na criação das *plantations* escravistas e na política de alguns dos estados metropolitanos contrastava violentamente com a relativa insignificância social e política dos mercadores na Roma Antiga. Na Antigüidade, o modo escravista de produção pode ser considerado predominante porque fornecia o excedente estratégico da classe dominante.[6] O caráter social dos estados europeus que colonizaram o Novo Mundo era determinado principalmente por formas sociais metropolitanas; a escravidão era importante nas colônias, mas não tinha importância alguma na metrópole. Ainda assim, paradoxal-

mente, haveria mais escravidão no Novo Mundo do que na Antigüidade, mesmo que esta fosse agora um modo de produção secundário. As *plantations* escravistas não só nadaram contra a corrente da crise do século XVII como também passaram a ser um pólo dinâmico da economia atlântica no período de 1700-1815. Os dois capítulos seguintes examinam as colônias escravistas no século XVIII e confirmam as afirmativas feitas acima sobre o caráter socioeconômico da *plantation*. No Capítulo XII, mostro que o comércio ligado à *plantation* deu uma contribuição fundamental à industrialização britânica ao ajudar a Grã-Bretanha a escapar do destino das Províncias Unidas, que depositaram confiança excessiva no comércio do Báltico e da Europa Oriental. Mas antes de detalhar o argumento esboçado acima, será útil delinear o contexto europeu e as dimensões do comércio atlântico de escravos, que forneceu aos proprietários de *plantations* a mão-de-obra necessária para a expansão de suas operações.

A Europa e o Atlântico

O século XVIII testemunhou o rápido crescimento do comércio atlântico relacionado aos escravos e do tamanho da população de escravos nas Américas. No século XVI, cerca de 370.000 pessoas haviam sido levadas da África pelo comércio atlântico de escravos; no século XVII, o número cresceu para 1.870.000; no século XVIII, os cativos levados da África pelo comércio atlântico não foram menos de 6.130.000. Nas Américas, a população escrava total de origem ou ascendência africana cresceu de cerca de 330.000 indivíduos em 1700 para mais de três milhões em 1800.[7] Na Carolina do Sul, nas regiões de fronteira da América espanhola e em grande parte do Brasil havia ainda alguns escravos indígenas no início do século, mas no final do mesmo século a mão-de-obra escrava era quase totalmente africana ou de ascendência africana em toda parte das Américas. Como já observamos, os povos nativos americanos que mais resistiram à colonização européia, e, assim, os mais expostos à escravização, eram também aqueles que os donos de *plantations* consideravam improdutivos e problemáticos. Os africanos, arrancados de suas sociedades de origem, desorientados pela travessia do Atlântico e quase sempre acostumados ao trabalho agrícola, forneceram aos proprietários coloniais a mão-de-obra cativa de que sentiam necessidade para explorar um continente fértil onde era difícil encontrar trabalhadores livres e disponíveis em qualquer quantidade.

A forma de organização da *plantation* elevou o volume da produção do escravo juntamente com o número de escravos, e, à medida que iam sendo explorados os ganhos de produtividade, às vezes um pouco mais depressa. As estratégias comerciais e navais

de estadistas como Walpole e Chatham, Choiseul e Pombal, concentravam-se no Novo Mundo tanto quanto no Velho. Os governantes britânicos queriam evitar a dominação da Europa continental por uma única potência, mas estavam prontos a assumir a hegemonia nas Américas. Por mais importante que a Europa fosse para a França, seus governantes nunca acharam que poderiam conceder à Grã-Bretanha liberdade no Novo Mundo. Fazê-lo seria renunciar não só a riquezas fabulosas mas também a promessas extraordinárias para o futuro e que diferenciavam a era moderna da era clássica. Luís XIV, Choiseul e Napoleão estavam prontos a fazer esforços consideráveis a fim de defender os interesses franceses nas Américas. Os franceses tentavam manter uma poderosa frota de oitenta ou cem navios de linha cujo principal objetivo era disputar o controle britânico do Atlântico e das regiões adjacentes. Os governantes franceses criaram cenários dinásticos e diplomáticos complexos para vencer a Espanha ou subjugar Portugal. Nas décadas de 1750, 1770 e 1800 foram enviadas pelo Atlântico caríssimas expedições militares. Mas todos os estadistas competentes sabiam que a força econômica das colônias e do comércio eram não só o prêmio do vencedor, mas também um fator vital de poder. O comércio colonial traduzia-se em vários tipos de receita para o estado, enquanto uma marinha mercante vigorosa juntava-se ao potencial naval.

Os estadistas mais astutos perceberam que o crescimento do comércio atlântico era em essência um fato econômico espontâneo, e os governos só precisava garantir segurança e, fora isso, praticar uma política de "negligência saudável" ou mercantilismo "mitigado". O colapso espetacular do "sistema de Law" e o esvaziamento da "Bolha dos Mares do Sul" de Londres abriram o caminho para que investidores individuais, e não companhias oficiais, assumissem a liderança do desenvolvimento colonial. Os governos europeus ainda tentaram direcionar o comércio de suas colônias, mas a lógica da luta levou-os a minar e destruir o sistema comercial de seus rivais. Esta competição dos estados europeus acabaria ajudando os proprietários de *plantations*, os pequenos fazendeiros e os mercadores da América a se livrar da tutela do Velho Mundo — como os habitantes da Virgínia fizeram em 1776, os donos de *plantations* francesas nas Antilhas em 1793, ou os grandes fazendeiros da Colômbia em 1812 e do Brasil em 1821. Mas a capacidade das novas elites americanas de exigir o autogoverno na política vinha da força independente de sua economia local. A importação de escravos africanos permitiu que algumas destas elites organizassem empresas estratégicas para explorar os recursos do Novo Mundo que tinham maior demanda no Velho Mundo.

Com certeza estas elites viam a escravidão como um atalho providencial, mas, como logo descobririam, a confiança na escravidão embutia riscos e custos próprios a longo prazo. As elites do Novo Mundo que confiaram demais nos privilégios ou na prote-

ção imperial — como os produtores de açúcar das Índias Ocidentais britânicas ou os proprietários de minas no México e no Peru — viram sua capacidade de ação independente bastante limitada. Com o desenrolar do século XVIII, donos de *plantations* nas Américas lutaram para aumentar sua autonomia e produtividade. Por baixo do fluxo e do refluxo do conflito político havia uma percepção aguda entre os detentores de riqueza, principalmente os que possuíam escravos, de que a existência de seus empreendimentos dependia de sua capacidade de aumentar a produção vendável e garantir a renovação e o abastecimento de suas forças produtivas — sobretudo mão-de-obra e solo — que exploravam de forma tão pródiga. No século XVIII, estes tipos de cálculo e mobilização racionais que haviam aparecido na *plantation* escravista (discutidos no Capítulo VIII) seriam consideravelmente aperfeiçoados e desenvolvidos.

No passado, tanto a economia política liberal quanto a marxista tendiam a considerar as economias escravistas do Novo Mundo não só como extraordinariamente desperdiçadoras como também economicamente irracionais; se eram lucrativas, isso devia-se simplesmente aos efeitos deformadores do mercantilismo colonial. A vinculação dos sistemas escravistas ao mundo obscuro do mercantilismo significava retirá-los do mundo do cálculo comercial racional. As *plantations* escravistas eram consideradas uma aberração, um remanescente atávico condenado a ser substituído pelo surgimento do capitalismo industrial, um beco sem saída que se afastava da estrada do crescimento econômico. Já foram mencionadas algumas razões para questionar este quadro. A pesquisa moderna sobre o funcionamento do tráfico de escravos e da *plantation* escravista do século XVIII confirma que há motivo para essas dúvidas. Ela revela que esses empreendimentos eram administrados segundo princípios comerciais muito avançados para a época. Realmente desperdiçavam de forma espantosa a vida humana, mas não desprezavam o cálculo comercial. Eram lucrativas, mas não em excesso, e os atos dos comerciantes e donos de *plantations* podem ser mais bem compreendidos como reflexo de cálculos econômicos cuidadosos e da racionalidade do mercado do que como prazer da dominação ou pura crueldade.

Na verdade, o negócio de comerciantes, capitães, feitores e donos de *plantations* era conduzido com tamanha rotina e regularidade que poderia parecer tedioso se não fosse o fato de as *plantations* escravistas serem também um pólo dinâmico da economia atlântica, pioneiras em métodos comerciais e produtivos e afinadas com as novas condições do mercado. O protecionismo colonial distorcia mais que revelava a lógica do comércio das *plantations*. O mercantilismo colonial, longe de ser praticamente sinônimo de escravidão nas *plantations*, passou a ser um obstáculo ao seu desenvolvimento. As políticas mercantilistas seriam adotadas com êxito algumas vezes no século XVIII, contanto que obedecessem a certas condições rigorosas. O poder naval, e todas as imensas

despesas que exigia, era certamente necessário para proteger o transporte e para derrubar obstáculos criados por rivais coloniais. Contratos estatais ou companhias coloniais podiam criar novos ramos de produção e protegê-los no início. Houve mesmo oportunidade para a instituição de tarifas protecionistas desde que fizessem parte de um sistema alfandegário geral que recompensasse a reciprocidade. A Marinha Real britânica patrocinou a produção de provisões navais na América do Norte, enquanto Espanha e Portugal (como veremos no Capítulo XI) usaram as companhias coloniais para criar novas indústrias exportadoras. Os governos de Londres ofereceram proteção tarifária ao açúcar das Índias Ocidentais britânicas; isso talvez fizesse sentido em termos imperiais, mas não impediu que as ilhas açucareiras francesas ultrapassassem as britânicas. O mercantilismo estrito costumava envolver proibições absolutas de comércio em vez de tarifas, e ao longo do tempo as duas seriam minadas pelo crescimento do comércio atlântico, e as companhias coloniais desapareceram.

O próprio fato de que o funcionamento dos sistemas escravistas pode ser abundantemente ilustrado com estatísticas já indica a racionalidade instrumental por eles incorporada. É verdade que o ímpeto progressivo da economia escravista desperdiçava excessivas vidas humanas e que na segunda metade do século questionou-se se ela era sustentável, dada a taxa negativa de crescimento da população escrava, o efeito exaustivo da agricultura de *plantation* e os conflitos violentos deflagrados pelo desenvolvimento colonial. Mas a atenção racional dada à capacidade reprodutiva das *plantations* escravistas e a tentativa de criar estratégias para aumentá-la eram outros sinais de sua modernidade. A empresa baseada em escravos tinha de manter um certo ímpeto progressista para reproduzir-se. Ela conseguia fugir com freqüência das conseqüências de sua própria capacidade de destruição, recompondo sua mão-de-obra à custa dos povos africanos e seus recursos agrários à custa dos americanos nativos espoliados. Os projetos dos traficantes e proprietários de escravos eram sujeitos a muitos riscos, que tentavam enfrentar fazendo vários tipos de seguros. Embora alguns orassem a seu Deus, tinham mais confiança em medidas e precauções práticas. Assim, os seguros feitos com o Lloyd's eram uma precaução que os traficantes franceses de escravos tomavam sempre que podiam, mesmo que seu país estivesse em guerra com a Inglaterra.

A expansão dos empreendimentos com mão-de-obra escrava nas Américas no século XVIII dependia do fornecimento constante de cativos da África, uma área mais ampla sob controle europeu, e de algumas trocas vantajosas com pequenos fazendeiros, criadores e pescadores americanos que não usavam escravos. Mas a expansão econômica no Atlântico deve ser vista como um fato baseado no avanço econômico contínuo das metrópoles européias, para o qual também contribuía. No fim do sé-

culo, as trocas dentro das Américas não eram insignificantes. Mas foi a demanda européia da sua produção que, em primeiro lugar, fez nascer as *plantations*, e durante o século XIX continuou a fornecer-lhes o ímpeto de expansão.

Os anos posteriores a 1720 assistiram à recuperação geral da Europa do declínio precedente. A população européia subiu de 100 ou 120 milhões de habitantes em 1700 para cerca de 180 ou 190 milhões em 1800. As guerras travadas entre 1713 e 1789 foram menos destruidoras do que as do século XVII. As décadas de meados do século XVIII testemunharam uma longa sucessão de boas colheitas. As taxas de mortalidade caíram no meio e no fim do século, provavelmente por causa da crescente imunidade às pragas piores. Em 1700, a população da França era de cerca de 20 milhões de habitantes, e chegou a cair abaixo disso nos desastrosos anos finais de Luís XIV; em 1800 a população atingira cerca de 27 milhões. A população da Inglaterra e do País de Gales subiu de 5,8 milhões de habitantes em 1700 para 9,1 milhões em 1800. A população da Espanha subiu de aproximadamente 7,5 milhões em 1700 para 11,5 milhões em 1800. Em Portugal, a população de 1,7 milhão de habitantes em 1700 chegou a 3,4 milhões por volta de 1800.[8] Embora estes números possam não ser mais que estimativas aproximadas, é muito mais difícil conseguir dados precisos para a produção geral; em muitas regiões da Europa, uma parte significativa da produção não era registrada, nem sequer comercializada. No entanto, restam poucas dúvidas de que houve um avanço econômico generalizado durante a maior parte do século XVIII. Um indicador é o crescimento do comércio internacional do qual todas as nações européias participaram, como mostra a Tabela IX.1:

Tabela IX.1 Comércio europeu 1720-1800

(Milhões de libras esterlinas)	1720	1750	1780	1800
Grã-Bretanha	13	21	23	67
França	7	13	22	31
Espanha	10	14	18	12
Portugal	2	3	4	4
Países Baixos	4	6	8	15
Alemanha	8	15	20	36
Rússia	8	14	17	30
Europa (incluindo outros países)	62	103	137	228

Fonte: Michael Mulhall, *Dictionary of Statistics*, p. 128.
Observar que "comércio" é a soma das importações e exportações, inclusive reexportações; estas últimas chegaram a representar metade do comércio de alguns estados importantes nesse século (como a França). Os números são dados em termos dos valores correntes da libra esterlina; entre 1713/16 e 1750 os preços caíram cerca de 10% na Grã-Bretanha, enquanto na segunda metade do século subiram cerca de um terço.

Em 1720, as trocas atlânticas da Grã-Bretanha já haviam empurrado o valor do comércio britânico para um nível acima de países maiores como a França ou a Espanha. Durante todo o período entre 1720 e 1800, o comércio da Grã-Bretanha cresceu com mais rapidez e quintuplicou, enquanto o de outros países ou regiões européias triplicou. Entre 1720 e 1750, a Grã-Bretanha conservou, mais ou menos, sua liderança inicial. No entanto, o comércio francês cresceu depois a uma taxa mais alta, e assim, nos anos 1720-80 ultrapassou o da Grã-Bretanha; o comércio desta foi, naturalmente, atingido pela Guerra de Independência Americana em 1780. A partir dos primeiros anos do século, afligidos pela guerra, a agricultura e a manufatura francesas progrediram com tanta rapidez, e talvez até mais em termos gerais, quanto as da Grã-Bretanha, que passava pela experiência do surgimento de uma revolução agrícola e industrial. A produção das *plantations* do Caribe francês ultrapassou, em meados do século, a das *plantations* das Índias Ocidentais britânicas, e manteve uma taxa mais rápida de crescimento até a deflagração da Revolução em 1789. Mas nas últimas duas décadas do século, os fabricantes britânicos de algodão dispararam na frente. O consumo de algodão na França cresceu de meio milhão de libras-peso (cerca de 225 toneladas) em 1700 para 11 milhões (5.000 toneladas) em 1780; o consumo britânico de algodão aumentou de 1,1 milhão de libras (500 toneladas) em 1700 para 7,4 milhões (3.400 toneladas) em 1780, e chegou a nada menos de 42,9 milhões (19.500 toneladas) em 1800.[9] E neste último ano o comércio colonial e atlântico da Grã-Bretanha cresceu mais do que nunca em suas trocas globais.

A natureza generalizada do avanço econômico europeu inseriu no contexto o crescimento das *plantations* e as minas de ouro operadas por escravos; estas, é claro, produziam diretamente para o mercado europeu. A expansão econômica da Europa no século XVIII traduziu-se num crescimento mais que proporcional da demanda de artigos de luxo, principalmente dos produtos das *plantations* do Novo Mundo. Os produtos das *plantations* estavam incluídos no comércio de todos os estados europeus. Os consumidores europeus preferiam o fumo americano e as tarifas sobre sua importação revelaram-se um instrumento fiscal adequado. A partir de 1720, as *plantations* do Novo Mundo começaram a fornecer café em quantidade cada vez maior. Pouco depois, as Américas também se tornariam a principal fonte de algodão para a Europa.

Em 1720, as colônias escravistas produziam cerca de 80.000 toneladas de açúcar por ano. O açúcar crescia no comércio de todos os estados. Seu consumo era maior e mais difundido na Grã-Bretanha, com sua crescente classe média e seu proletariado assalariado. O consumo anual de açúcar na Inglaterra cresceu de cerca de 6 libras-peso (2,7 kg) *per capita* em 1710 para 23,2 libras (10,5 kg) *per capita* na

década de 1770.[10] O preço do açúcar caiu cerca de um terço depois da Paz de Utrecht, ajudando a difundir seu uso de Londres para as províncias e da classe média para as camadas mais pobres. O crescimento contínuo posterior do consumo de açúcar refletiu a expansão do mercado interno da Inglaterra. O consumo francês de açúcar ficou entre 1,5 e 2 libras (0,7 e 0,9 kg) *per capita* ao ano no início do século e chegou a um máximo de 3 a 4 libras (1,4 a 1,8 kg) *per capita* na década de 1780. A França tinha uma população maior, mas mesmo em termos absolutos o mercado inglês do açúcar era mais vasto e aumentou ainda mais, crescendo de um total de pouco mais de 30 milhões de libras (13.600 toneladas) na década de 1710 para cerca de 175 milhões de libras (80.000 toneladas) no final do século, em comparação com o mercado francês, que cresceu de 25 milhões de libras (11.300 toneladas) na década de 1730 até um pico de 57 milhões (25.800 toneladas) na década de 1780.

O crescimento aproximado de dez vezes do comércio escravista americano teve como premissa uma circunstância geopolítica que deve ser mencionada resumidamente. Se havia uma demanda de produtos subtropicais na Europa, as Américas estavam em melhor condição de satisfazê-la. As tentativas de estabelecer *plantations* na costa africana, no Oceano Índico ou no Extremo Oriente encontraram uma série de problemas. Os que tentaram patrocinar *plantations* na costa africana ou perto dela, como fez a Real Companhia Africana, descobriram que o candidato a dono de *plantation* enfrentaria dificuldades e inconveniências demais, desde fugas e revoltas de escravos e pesadas baixas de pessoal europeu devido às doenças até viagens marítimas mais longas e vizinhos hostis.[11] Os holandeses produziram algum açúcar no Extremo Oriente, e criaram uma pequena colônia escravista no Cabo da Boa Esperança, mas não estavam em condições de competir com os produtores do Novo Mundo. O Caribe e suas adjacências tinham tudo o que era necessário para o desenvolvimento da *plantation*: territórios sem povos nativos, terra fértil, bons portos, ventos favoráveis, culturas de subsistência muito produtivas, condições climáticas adequadas e problemas de segurança controláveis — a única coisa que faltava era mão-de-obra.

O comércio de escravos no século XVIII

O comércio de escravos no século XVIII ficou entre os menos eficazmente regulamentados de todos os ramos de comércio colonial. Os donos de *plantations* geralmente estavam ansiosos para comprar escravos e os comerciantes para vendê-los, independentemente da nacionalidade do comprador ou do vendedor. Além disso, a

venda de um carregamento de escravos envolvia uma soma tão grande que poderia facilmente cobrir o custo de quaisquer propinas necessárias para subornar os funcionários locais. As próprias autoridades coloniais reconheciam que as compras de escravos permitiam a seus fazendeiros aumentar a produção, e assim ficavam menos preocupados em acabar com este tipo de contrabando. As três principais nações que comerciavam escravos no século XVIII eram Inglaterra, Portugal e França; a Tabela IX.2 mostra o número de escravos levados da África durante o século:

Tabela IX.2 Comércio atlântico de escravos, 1701-1800

Cargueiros	Total
Ingleses	2.532.300
Portugueses	1.796.300
Franceses	1.180.300
Holandeses	350.900
Norte-americanos	194.200
Dinamarqueses	73.900
Outros (suecos, brandenburgueses)	5.000
Total	6.132.900

Fonte: Paul E. Lovejoy, "The Volume of the Atlantic Slave Trade: A Synthesis", *Journal of African History*, 1982, p. 483.

Estas estimativas baseiam-se em dados de embarque de exportação; do total, cerca de 40% vinham da África Central Ocidental (Angola e Congo), outros 40% dos golfos de Benim e Biafra, uns 15% da Costa do Ouro, de Serra Leoa e da Senegâmbia, e o restante de locais de embarque desconhecidos, inclusive o sul da África Oriental e Madagascar. Cerca de 15% dos que embarcavam na costa africana não conseguiam sobreviver à travessia — assim, aproximadamente um milhão de africanos pereceram durante a travessia do Atlântico neste século. Embora os dados da imigração de pessoas livres na América sejam muito menos precisos, parece provável que os imigrantes africanos escravos no Novo Mundo fossem quatro ou cinco vezes mais numerosos do que os europeus durante o século XVIII.

No entanto, como veremos, as probabilidades de sobrevivência e reprodução dos escravos eram muito menores. As colônias britânicas da América do Norte cresceram rapidamente durante o século XVIII, mas isto teve mais relação com sua taxa elevada de reprodução natural do que com a chegada de 322.000 imigrantes da Grã-Bretanha e uns 100.000 da Alemanha e de regiões de língua alemã.[12] A descoberta de ouro no Brasil, aliada à falta de oportunidades na metrópole, ajudou a estimular

a emigração de portugueses, que foi calculada em cerca de 300.000 pessoas durante o século todo. Os emigrantes espanhóis podem ter sido quase 200.000, mas houve muito menos emigrantes franceses. As emigrações européias foram um tanto reduzidas pelos que voltavam — algo que era raríssimo entre os africanos.[13]

O maior comprador isolado de escravos era provavelmente o Brasil, responsável por 31% do total, seguido pelo Caribe inglês, que levava 23%, pelo Caribe francês, com 22%, a América espanhola, com pouco menos de 9,6%, o Caribe holandês, com 7,6%, a América do Norte britânica, que comprava apenas 6%, e o Caribe dinamarquês, 0,4%. As compras que as colônias faziam dos comerciantes do Atlântico apoiavam-se tanto no vigor do desenvolvimento das *plantations* quanto na capacidade de a população escrava se multiplicar sem essas compras. A América do Norte inglesa era o único território considerável onde o aumento natural da população escrava passou a sustentar um crescimento significativo das *plantations*. Entre 30.000 e 40.000 escravos chegavam por ano às Américas nas primeiras três décadas do século; de 1730 a 1780 chegaram por ano entre 60.000 e 70.000 escravos; nas últimas duas décadas do século, 80.000 ou mais escravos foram desembarcados a cada ano.[14]

Existem registros por idade e sexo de cerca de um décimo das 27.000 viagens negreiras feitas entre 1667 e 1867. As viagens negreiras do século XVIII — um total de quase 17.000 — transportaram uma quantidade um pouco maior de homens e bem maior crianças do que o comércio de escravos do século anterior. A proporção de homens subiu de 60,3% para 65%, enquanto a proporção de crianças cresceu de 12,2% para 22,7%. As crianças eram as que se pensava terem menos de quinze anos, com algumas de menos de 10 anos, e de ambos os sexos. David Eltis e Stanley Engerman conseguiram estabelecer uma relação positiva entre a proporção crescente de crianças e a queda do custo da passagem, devida principalmente à maior eficiência do transporte marítimo. O custo de transportar uma criança era habitualmente o mesmo de transportar um adulto, e chegava a quase metade do preço do escravo no início do século — assim, quando o custo do transporte diminuiu os comerciantes puderam oferecer crianças com um desconto maior. Eltis e Engerman enfatizam que os produtores de açúcar teriam vislumbrado algumas vantagens na compra de crianças, porque era mais fácil ensinar-lhes as técnicas complexas do cultivo da cana e do processamento do açúcar.[15] A *plantation* de açúcar dessa época se tornaria uma notável encarnação da importância do "capital humano", como veremos no Capítulo X.

Em graus diferentes, Inglaterra, Portugal e França possuíam as precondições para o sucesso no tráfico de escravos: rápido suprimento das mercadorias valorizadas na costa africana, acesso aos mercados nas Américas e uma vigorosa marinha

mercante. Os principais países transportadores possuíam suas próprias colônias, com a possibilidade de contrabando para os territórios vizinhos. A frota inglesa era a maior e protegida pelo mais notável poderio naval; no entanto, o próprio desenvolvimento colonial estimulou um crescimento impressionante das marinhas mercantes francesa e luso-brasileira. Os itens mais aceitos na costa africana eram produtos fabricados na Europa (barras de ferro, utensílios e ferramentas de metal, armas de fogo, tecido, papel etc.), tecidos e especiarias das Índias Orientais, produtos das *plantations* americanas (rum, fumo) e ouro, prata ou moeda equivalente (como conchas de cauri). Os navios negreiros precisavam de um "sortimento" bem calculado, em que cada uma das amplas categorias acima representavam entre um quinto e um terço do total.[16] As mercadorias das Índias Orientais eram no início indispensáveis, e todas as potências participantes do comércio negreiro tinham acesso direto a elas por intermédio de suas próprias Companhias das Índias Orientais. Os mercadores de escravos da costa africana faziam sempre questão dessas mercadorias, mas aos poucos os fabricantes europeus aprenderam a fazer tecidos que foram considerados substitutos aceitáveis. Os comerciantes portugueses compravam produtos manufaturados ingleses ou holandeses sem muita dificuldade, e criaram na costa africana uma demanda especializada de fumo brasileiro curado com melado. Os holandeses não tinham problemas para adquirir as mercadorias necessárias, mas foram atrapalhados por sua insistência na fórmula da companhia comercial.

O comércio negreiro pôde crescer porque era sustentado pelos recursos comerciais e manufatureiros mais dinâmicos que a Europa tinha a oferecer. Com exceção do enclave português em Angola, os europeus ainda dominavam uma parte muito pequena de território na África, mas o comércio atlântico deu um tremendo impulso às redes de escravização do interior. No fim do século, os ingleses exportavam sozinhos uma média de 300.000 armas por ano para a África Ocidental.[17] Este fluxo de armas de fogo, embora de baixíssima qualidade, ajudou a alimentar a fornalha das lutas intestinas. A conversão ao islamismo refletia algumas vezes a resistência de alguns povos africanos à escravização, mas as *jihads* muçulmanas também incharam a oferta nas feitorias negreiras da costa. Os principais estados e impérios africanos e o sofisticado complexo comercial que se estendia a partir da costa foram incentivados a fornecer quantidades cada vez maiores de cativos em troca de um sortimento estonteante de mercadorias.

Descrições européias persistentes, relativas ao comércio de escravos, retratavam mercadores e chefes africanos como desprovidos de conceitos racionais de valor econômico. Os africanos, que viviam num mundo de fetiches, não perceberiam o

verdadeiro valor das coisas materiais. Nem mesmo um observador astuto como Willem Bosman pôde resistir a fazer a comparação do comportamento calculista dos comerciantes ocidentais com o impulso e a superstição dos africanos com quem negociavam.[18] Os europeus não estavam desacostumados a calcular o valor de seres humanos em termos de dinheiro — quer como pretendentes num casamento, quer como servos — e tinham consciência de que eles mesmos eram tanto compradores como vendedores neste contexto. Mas sugeriram que os africanos estavam tão presos a noções fetichistas que se desfariam dos escravos em troca de quinquilharias. Na verdade, a noção de que o cativo africano podia ser comprado por um punhado de contas era fantasiosa, e a história econométrica moderna reconstruiu equivalências coerentes e sistemáticas de modo que é possível determinar preços de escravos em termos de moedas européias contemporâneas. Em partes da costa, os próprios escravos eram usados como um tipo de moeda; em Luanda, os mercadores portugueses adiantavam artigos importados aos comerciantes luso-africanos em troca de notas promissórias cujo valor era estipulado pelo número de escravos que deveriam ser entregues.

O custo de partida de um navio na rota africana — ou seja, o valor de suas mercadorias — era duas ou três vezes superior ao da maioria dos outros ramos do comércio europeu ou atlântico. A compra de 180 escravos na costa de Gâmbia em 1740-41, muito antes que o preço dos escravos atingisse o ponto máximo, exigia o seguinte sortimento de mercadorias: 1.179 moedas de prata pesando 17 kg, 430 barras de ferro pesando 4.730 kg, 92 cutelos, 430 pederneiras para armas de fogo, 1.162 kg de sal, 300 kg de tecido de linho, 130 kg de produtos têxteis de Manchester, 108 kg de tecidos indianos, 219 kg de tecido de lã, 47 resmas de papel, 164 armas de fogo, 71 pares de pistolas, 518 kg de pólvora, 16 kg de bolas de chumbo, 102 panelas de bronze pesando 457 kg, 301 kg de utensílios de estanho, 2 vergalhões de cobre e 119 galões de rum.[19] Neste caso, o sortimento também incluía contas e conchas, que serviam de moeda em algumas partes da costa; para ser exato, 15.195 contas de calcedônia vermelha, 60.000 pedras de cristal e 17 kg de conchas de cauri. A importância econômica ou militar desta única partida para um mercador ou monarca africano é bastante evidente. Além das mercadorias haveria presentes especiais para os monarcas e príncipes mercadores africanos e seus subordinados: armas de fogo, vinho e *brandy*, boas roupas e talvez um relógio ou lampião.

Havia uma tendência subjacente para a subida dos preços dos escravos na costa africana desde o fim do século XVII até o fim do século XVIII, que refletia a demanda crescente, as negociações mais difíceis e os custos cada vez mais altos da escravização e do transporte, em parte por causa da resistência à escravização. No período entre

1676 e 1679, um escravo podia ser comprado na costa africana em troca de mercadorias de valor pouco acima de £3; de 1698 a 1707 este valor subira para £8 a £12, e em 1763-88, para £12-£15.[20] Uma série alternativa citada por Gemery e Hogendorn dá o seguinte valor médio de mercadorias por escravo: 1701-10, £12,6; 1711-20, £16,8; 1721-30, £14,2; 1731-40, £20,2; 1741-50, £17,7; 1761-70, £20,0; 1771-76, £21,0; 1777-80, £11,4; 1781-90, £29,1; 1791-1800, £25,3.[21] Se excetuarmos os períodos em que o tráfico de escravos foi interrompido pela guerra — principalmente durante a Guerra de Independência americana, quando o maior país transportador de escravos foi ameaçado por uma coalizão de inimigos sem precedente — houve uma tendência de alta constante do preço dos escravos. Eles subiram de preço também no Novo Mundo: de £15-£17 em 1676-78 para £28-£35 em 1763-88; na última década do século, o preço médio de um escravo africano recém-desembarcado nas Índias Ocidentais chegou a £50. Este aumento refletiu a produtividade e a lucratividade das *plantations*, assim como a demanda européia de produtos exóticos. Na costa africana ocidental, os preços reais eram determinados em termos do *numéraire* local — barras de ferro, onças de ouro etc. — que ficava entre os valores conferidos por europeus e por africanos a cada mercadoria. No fim do século XVIII, pólvora e armas de fogo eram rentáveis para o comerciante europeu, utensílios de metal, não — mas não se podia oferecer um sortimento sem estes últimos, sob pena de não se conseguir fechar negócio.[22]

Outro indicador da demanda crescente de escravos africanos é o aumento do valor médio do investimento em uma embarcação negreira: para mercadores ingleses este valor dobrou de cerca de £4.000 na década de 1730 para cerca de £8.000 na década de 1780. O custo inicial para um navio de 200 toneladas que partisse de Nantes em meados do século foi considerado bastante caro a 120.000 *livres*, embora Pluchon suspeite que o empresário responsável pela viagem possa ter exagerado para reduzir o lucro final.[23] Além disso, o custo da viagem de um navio negreiro era aumentado pela necessidade de uma grande tripulação. Os navios da Middelburg Company tinham uma tripulação de cinqüenta ou sessenta marinheiros. O pagamento e a alimentação desse contingente durante um ano ou mais eram caros, mas o controle de trezentos ou quatrocentos cativos era complicado, ainda mais se alguma epidemia reduzisse o tamanho da tripulação, como facilmente podia acontecer.[24]

Na segunda metade do século XVIII, quando 80.000 ou mesmo 100.000 rapazes e moças eram levados a cada ano da costa africana, o comércio atlântico foi responsável por uma redução populacional que pode ter compensado o aumento natural da população na África Central e Ocidental. Certos povos e nações parecem ter sido inteiramente destruídos pelo tráfico, outros ficaram bastante enfraquecidos. Uma

grande quantidade de cativos morria antes mesmo de chegar ao navio do traficante; e, é claro, inúmeros outros morreram em guerras travadas principalmente para alimentar o tráfico negreiro. Durante o século XVIII, quando os comerciantes de escravos passaram a penetrar mais profundamente no continente, a marcha dos escravos para a costa ficou mais longa — e, por isto, mais letal para os cativos e mais cara para os comerciantes. Em termos estritamente econômicos ou demográficos, os responsáveis diretos pela captura e pela escravização recebiam meios de produção que poderiam substituir em parte a perda de recursos humanos produtivos e reprodutivos na África.

Patrick Manning calculou que, para entregar nove milhões de escravos na costa durante o período de 1700-1850, é provável que cerca de vinte e um milhões de pessoas tenham sido capturadas — e a diferença entre os dois números é explicada pela morte de cinco milhões um ano depois da captura e a sujeição à escravidão de mais sete milhões na África, para ajudar a sustentar a estrutura africana de captura e comércio. Manning também tentou fazer uma avaliação quantitativa cuidadosa da relação entre o comércio de escravos, por um lado, e a população das principais regiões exportadoras como um todo. Embora o tamanho da população africana só possa ser calculado por alto, a informação bem documentada das exportações de escravos é combinada com modelos demográficos de reprodução para permitir conclusões relativamente sólidas. Manning afirma que a população se reduziu em cada uma das principais zonas da África Central e Ocidental envolvidas no comércio atlântico de escravos no período de 1720-1850. E, como vimos, ele concorda com a tese de Paul Lovejoy de que o comércio aumentou muito o número de escravos nas regiões da África que o alimentavam. Como os escravos na África também tinham menos propensão a se reproduzir, isso teria deprimido o nível populacional.[25]

A ávida demanda dos comerciantes europeus por cativos humanos, ao canalizar recursos para os que estavam mais dispostos a satisfazê-la, promoveu uma involução virulenta e predatória de muitas formações políticas africanas. O simples fato de que nas sociedades africanas dava-se grande valor à posse de escravos, com poucas oportunidades para a propriedade privada de terra, sugere que havia um suprimento "natural" bastante limitado de escravos disponíveis para mercadores, e que só os preços mais altos e a intensificação dos conflitos puderam aumentar tanto o volume do comércio no século XVIII. Embora o peso na África das formações sociais predatórias tenha aumentado, o mesmo ocorreu com os obstáculos sociais e naturais a suas atividades.[26] O preço em alta dos escravos na costa africana refletia as dificuldades crescentes dos comerciantes e caçadores de escravos, além da força da demanda americana. O continente, apesar de vasto, não era um suprimento ilimitado de recursos humanos; cada escravo levado representava uma ou duas décadas de criação por sua sociedade de origem. O próprio preço em alta dos escravos acabou causando preocupações entre donos de *plantations* e funcionários coloniais, fazendo com que procurassem formas de reduzir a dependência do tráfico atlântico. Como veremos, muitos proprietários de escravos consideravam impossível abrir mão da importação de mão-de-obra — em vez disso, esperavam aumentar a produtividade de suas propriedades para que pudessem suportar a escalada dos preços.

A predominância inglesa no comércio de escravos do século XVIII baseava-se no poder naval, nos recursos financeiros e marítimos, no desenvolvimento colonial e na força da manufatura. O comércio era competitivo e os riscos eram consideráveis, e por isso o lucro médio não ficava muito distante dos outros ramos de comércio. Roger Anstey calculou um lucro anual médio de 9,5% para os comerciantes britânicos de escravos entre 1761 e 1807. A receita bruta das viagens que incluíram a venda de 1.428.701 escravos totalizou 60 milhões de libras esterlinas durante o mesmo período (cerca de 6 bilhões de libras esterlinas em valores de 1996). Havia muita variação na lucratividade de viagens individuais, mas boa parte do negócio era realizada por comerciantes que se dedicavam a ele por muito tempo. O significado da "taxa média" de Anstey é ampliado pelo fato de que cada viagem era financiada por uma multidão de investidores, que se interessavam por várias expedições negreiras. A taxa de retorno anual do comércio de escravos equivale à de outros investimentos da mesma época, como *consols**, que rendiam cerca de 3,5% ao ano nesse período, ou hipotecas de imóveis, que rendiam 4,5% ao ano; ou investimento em *plantations* nas Índias Ocidentais, que poderia render de 6% a 11% ao ano.

O comércio britânico de escravos era certamente mais lucrativo que o da Companhia de Middelburg holandesa, sucessora da CIOc, que só conseguiu um lucro médio anual de 2,58% no período de 1761 a 1800. A média holandesa representava uma ampla gama de resultados em que uma pequena maioria das viagens rendia entre 5% e 10% enquanto cerca de 40% tinham prejuízo. Em tempos de paz, o lucro total às vezes dependia de ganhos do comércio de outras mercadorias que não os escravos; os comerciantes holandeses achavam mais difícil encontrar uma carga de retorno no prazo conveniente, e com freqüência navegavam de volta para a Europa só com lastro. Aproximadamente três quartos dos escravos levados por comercian-

*Obrigações da dívida consolidada. O termo é uma redução de *Consolidated Fund*, fundo de investimento governamental criado na Inglaterra em 1757 a partir da consolidação de nove outros que pagavam juros diferentes (*N. do T.*).

tes ingleses iam para as *plantations* inglesas e o restante era vendido para colonos espanhóis ou franceses; de 1740 a 1760, o poder naval britânico permitiu que os comerciantes britânicos de escravos fornecessem cerca de metade dos escravos comprados pelos franceses donos de *plantations*.[27]

O estudo de David Hancock sobre um grupo de mercadores de Londres explica como eles adquiriram em 1749 a ilha Bance, antiga base da Real Companhia Africana com um forte construído vinte e quatro quilômetros acima da embocadura do rio Serra Leoa. Restauraram o forte, construíram residências para funcionários da feitoria local e alojamentos para os escravos; acabaram construindo o primeiro campo de golfe da África na década de 1770, tornando a ilha, pelo menos no que diz respeito a mercadores e capitães visitantes, o ponto mais agradável para o comércio de escravos na costa. Um visitante descreve os jogadores de golfe vestidos de branco, ajudados por carregadores africanos de tangas coloridas; o golfe era, ele disse, "exercício muito belo", depois do qual iriam recuperar-se com uma refeição composta de macaco, antílope ou porco-do-mato assado, acompanhado de vinho da Madeira.[28] Esses divertimentos não impediam que dessem atenção à compra e venda de escravos. A ilha Bance tornou-se o eixo de uma operação mais ampla de comércio de escravos que enviou 12.929 escravos da África Ocidental para as Américas entre 1748 e 1784. Hancock relata que o equilíbrio comercial global deste negócio era o seguinte: "a contribuição líquida da venda de escravos e outras mercadorias na África, nas Índias Ocidentais e na América do Norte totalizavam £61.133, despesas com instalações, £30.292, e lucro geral, £30.841 sobre um investimento fixo inicial de £4.000".[29] No entanto, a taxa anual de lucro das viagens de navios negreiros dos vinte e três mercadores associados de Hancock ficava numa média anual de retorno do capital de apenas 6%, consideravalmente mais baixa do que o lucro apurado no comércio com as *plantations* ou no investimento feito nelas, que no caso de um sócio chegava a 29% e 44% respectivamente.[30] No entanto, o lucro do comércio de escravos flutuava bastante, e sócios que conseguiram integrar setores diferentes de suas atividades — por exemplo, comprando escravos com suas próprias mercadorias ou fornecendo escravos para suas próprias *plantations* — poderiam compensar o retorno baixo de um setor com o retorno melhor de outro.

O tráfico francês de escravos pode ter sido um pouco menos lucrativo do que o inglês, mas era mais lucrativo que o holandês. Os *négriers* franceses não tinham recursos legais eficazes contra o fazendeiro endividado, já que a terra, as máquinas e os escravos deste estavam protegidos contra o confisco por dívidas pelo estatuto colonial. Os donos de *plantations* das colônias inglesas haviam aprovado estatutos semelhantes, mas sua legislação colonial foi superada pelo Ato de Crédito de 1732, que incluiu os escravos entre os bens que poderiam ser recuperados em caso de inadimplência; os mercadores coloniais ingleses e os donos de *plantations* tinham interesse em fortalecer a posição do credor, já que atuavam como banqueiros e mercadores para os fazendeiros menores. O investimento no comércio francês de escravos gerava um retorno de 7% a 10% por ano, um pouco menos do que o retorno amealhado pelos cobradores de impostos franceses independentes (os *tax-farmers*, em inglês, ou *fermiers*, em francês) mas ainda assim bastante satisfatório. Embora seja razoável comparar o lucro do comércio inglês de escravos com o rendimento de outros investimentos, o exercício é menos adequado no caso da França, onde as oportunidades de investimento eram limitadas por exclusões e privilégios especiais. Embora qualquer um pudesse comprar *consols*, o mesmo não se podia dizer da cobrança de impostos na França. Da mesma forma, o investimento em terras era mais direto na Inglaterra do que na França, onde seu valor poderia variar segundo a exata condição social do proprietário.[31]

A taxa de retorno relativamente alta do comércio de escravos compensava o risco de cada viagem. Para alguns, este retorno poderia ser aumentado se pudessem fazer um investimento "em gêneros" utilizando um excesso de estoque ou seus próprios produtos manufaturados no carregamento de partida. Os traficantes de escravos franceses eram incentivados por privilégios especiais. Primeiro, recebiam *acquits de Guiné* pelos escravos que vendiam a donos de *plantations* franceses, qualificando-se assim a uma redução do imposto sobre a produção colonial que levavam para a França — este esquema foi ajustado de várias maneiras no decorrer do século, mas normalmente era possível vender os *acquits*. Este incentivo ajuda a explicar o rápido crescimento do tráfico francês de escravos durante os períodos de paz, ou nos anos de 1778 a 1783, quando a Grã-Bretanha perdeu a supremacia naval. Um segundo privilégio de que gozavam os principais comerciantes de escravos franceses era a posse de um título de nobreza, que lhes garantia a isenção de vários impostos; esses títulos eram distribuídos entre os *négriers* como recompensa por seu papel fundamental na promoção do desenvolvimento colonial.[32]

O comércio luso-brasileiro de escravos pode ter sido o ramo mais lucrativo do tráfico negreiro do século XVIII. Os mercadores luso-brasileiros tinham habilidade para reunir sortimentos rentáveis de mercadorias e se beneficiavam da presença, há muito tempo estabelecida, de Portugal na África. Em Angola, o complexo comercial negreiro estava nas mãos de mercadores afro-portugueses que levavam mercadorias para as feiras de escravos do interior e traziam de volta caravanas de escravos. Joseph Miller mostrou que os circuitos do capital mercantil penetraram

profundamente no interior quando os comerciantes portugueses ou brasileiros estenderam o crédito a seus pares locais, que por sua vez estenderam o crédito aos chefes africanos na forma tangível de tecido e outras mercadorias.

Embora os caçadores predatórios de escravos agissem no interior, ali também funcionavam mecanismos estritamente comerciais. Os chefes africanos tinham de encontrar um suprimento de escravos ou deixariam de receber as mercadorias de que precisavam para atrair e satisfazer seus seguidores. A rivalidade entre diversos chefes africanos dava mais valor ao acesso a tecidos finos, objetos de metal, rum e outras mercadorias; ainda assim, o chefe que se aproveitasse desses suprimentos logo descobriria que só tributos humanos satisfariam seus credores. Os mercadores lisboetas que transportavam escravos de Angola para o Brasil não compravam diretamente os escravos, e sim cobravam dos comerciantes angolanos de escravos o custo do transporte e o preço das mercadorias que lhes haviam sido fornecidas a crédito. Desta forma eles minimizavam seu próprio risco e asseguravam o pagamento de seus serviços, em espécie ou em promissórias sacadas contra compradores brasileiros. Os comerciantes de escravos de Luanda estavam assim tão presos num círculo apertado de crédito quanto os chefes africanos — embora, naturalmente, os cativos fossem as verdadeiras vítimas do "caminho da morte". Miller também confirma a tendência de incluir no negócio um número crescente de crianças, principalmente meninos; os chefes africanos mantinham várias escravas adultas para serem dadas de presente a seguidores ou para fazer parte de seu séquito. E os comerciantes, por seu lado, descobriram que a compra de crianças escravas facilitava o carregamento apinhado de seus tumbeiros.[33]

A própria economia brasileira fornecia algumas mercadorias fundamentais (fumo doce, ouro e conchas de cauri), embora o mercador de escravos da Bahia ou de Recife também costumasse comprar lotes de tecido e utensílios de metal ingleses ou produtos têxteis das Índias Orientais. Uma grande vantagem do ramo luso-brasileiro do negócio era o tempo de navegação relativamente curto entre a África e o Brasil, quando comparado às viagens triangulares geralmente prolongadas dos comerciantes franceses e ingleses. Enquanto o investimento destes levava cerca de dois anos para se pagar, o dos primeiros levava apenas de seis meses a um ano; e como os transportadores não compravam diretamente os escravos, mas, em vez disso, ofereciam a crédito as mercadorias e o transporte para os fornecedores da costa africana, eles se protegiam de alguns dos riscos do negócio. Em outras partes da costa os comerciantes europeus estavam muito menos dispostos a conceder crédito aos comerciantes locais porque não tinham a quem recorrer em caso de inadimplência; como os portugueses controlavam uma extensa faixa da costa angolana, este era um risco mais aceitável para os mercadores de escravos luso-brasileiros.[34]

Os escravos eram levados pelo Atlântico em condições atrozes. Os registros detalhados deixados pelos comerciantes de escravos revelam que, dentro dos limites habituais, a lotação dos navios negreiros tinha pouco impacto sobre a taxa de mortalidade a bordo. É claro que se os comerciantes de escravos estivessem dispostos a conceder a cada escravo o mesmo espaço e a mesma quautidade de alimeuto oferecidos a europeus durante a mesma viagem transatlântica, a taxa de mortalidade de 9% a 18% poderia ter sido reduzida à metade; mas para isso seria necessário cortar pela metade o número de escravos desembarcados na América a cada viagem, transformando um lucro razoável num prejuízo significativo. No entanto, os comerciantes de escravos reduziram gradualmente a taxa de mortalidade ao descobrirem que uma dieta mais variada ajudava a manter vivos escravos valiosos. As principais causas de morte eram as doenças e a má nutrição, que não estavam ligadas necessariamente à variação do número de escravos por tonelagem. A duração da travessia explica algumas das variações da taxa de mortalidade, provavelmente porque as viagens mais longas exauriam o estoque de alimentos e davam mais tempo para a incubação de doenças. Há alguns indícios de que a mortalidade em carregamentos vindos de Angola era menor do que nos da África Ocidental, refletindo tanto um sistema melhor de provisão quanto o meio ambiente menos insalubre da colônia portuguesa.

A taxa de mortalidade girava em torno de 13% por viagem no comércio francês do século XVIII e 17% no comércio holandês. No fim do século, a taxa de mortalidade no comércio inglês de escravos caiu de 8,5%-9,6% em 1761-90 para 3%-5% na década posterior a 1794.[35] Este declínio, provavelmente, foi conseqüência dos importantes progressos da Marinha Britânica na prevenção de doenças comuns na vida a bordo. Entre a Guerra de Independência americana e as Guerras Napoleônicas, o período de tempo em que uma esquadra britânica poderia ser mantida continuamente em alto-mar aumentou de seis semanas para seis meses por causa de melhorias na dieta e na medicina náuticas. A queda violenta na mortalidade de escravos no tráfico negreiro inglês na década de 1790 pode certamente ser explicada por fatores semelhantes. Foi nessa década que o valor preventivo do suco concentrado de limão ou laranja foi amplamente reconhecido pela primeira vez, e se tornou item obrigatório na Marinha Britânica em 1795. Como escravos custam muito mais do que laranjas e limões, alguns mercadores adotaram esta prática.

No final do século XVIII era bastante comum que os comerciantes ingleses vacinassem os escravos contra varíola antes de embarcá-los. Embora os carregamentos

de escravos quase sempre tivessem um seguro — o que já é um sinal da relativa modernidade do tráfico de escravos — o comerciante ainda tinha muito a ganhar desembarcando o maior número possível de escravos; medidas como a vacinação poderiam também ser usadas para conseguir preços mais baixos. A Marinha e os comerciantes de escravos da França também demonstraram interesse em usar conhecimentos médicos adequados. O almirante Bougainville, grande descobridor francês dessa época, e o capitão Cook, seu colega inglês, tinham grande interesse em melhorar a dieta e a saúde dos marinheiros; suas inovações não foram ignoradas por traficantes de escravos ou donos de *plantations*. A mortalidade das tripulações européias dos navios negreiros parece ter sido maior que a dos escravos por causa do tempo mais longo que passavam nos navios; cerca de cem mil marinheiros morreram nos navios negreiros durante o século. Por outro lado, a mortalidade a bordo entre os escravos, mesmo quando reduzida, permaneceu mais alta do que entre migrantes europeus, cuja taxa de mortalidade caiu para 1%-3% ou menos.[36]

Os cativos africanos não tinham muita noção do que os esperava. Quando eram embarcados no navio negreiro, ou antes, já teriam percebido que estavam nas mãos de brancos, e não seriam mantidos como parte da mão-de-obra escrava da costa. Em algumas culturas africanas os brancos eram considerados espíritos dos mortos, que precisavam dos vivos para seus próprios fins obscuros e apavorantes.[37] Embora haja freqüentemente um traço fatalista no testemunho oral que nos restou, há outros indícios de resistência e tentativas de fuga desesperadas. Os registros da CIOc listam quinze grandes revoltas a bordo de seus navios entre 1751 e 1775, sendo que a maioria delas ocorreu quando o navio ainda estava perto da costa africana. Em 1770 os escravos, liderados por um certo Essjerrie Ettin, assumiram o controle do *Guinniese Vriendschap*, mas o navio holandês *Castor* conseguiu recapturá-lo. Em outra ocasião, quando um navio inteiro, o *Neptunius*, foi tomado, em 1795, um navio de guerra inglês esmagou o motim, embora tivesse de explodir o navio para isso.[38] O capitão William Snelgrave, traficante de escravos inglês, explicou que era sempre perigoso manter prisioneiros de guerra na costa ou em navios próximos da terra enquanto se esperava para completar um carregamento lucrativo. Ele descreve um motim que envolveu coromantins — "os negros mais audazes e sensatos da costa", que estavam "decididos a recuperar sua liberdade se possível" — que foi sufocado com uma demonstração de poder de fogo na qual ele mesmo derrubou um líder rebelde com um tiro de pistola. Na opinião de Snelgrave, "os motins são geralmente causados pelos maus costumes dos marinheiros".[39] A CIOc holandesa pedia aos capitães negreiros que protegessem as escravas:

> Também pedimos seriamente que não permitais que nenhum negro, escravo ou escrava, seja insultado ou maltratado por nenhum dos oficiais ou membros da tripulação. E caso isso acabe ocorrendo, deve ser anotado no livro de bordo, com uma declaração assinada e o transgressor punido pelo conselho do navio, de acordo com o delito, inclusive com o confisco do salário.[40]

Depois que o navio negreiro deixava a costa, o perigo de grandes motins diminuía, mas ainda havia motivo para conflitos por causa de maus-tratos, alimentos e períodos de exercício. O famoso gráfico abolicionista que mostrava a superlotação do navio negreiro representava o ideal do traficante de escravos; alimentar e exercitar os cativos poderia dar oportunidade para maior comunicação entre eles e para alguma confusões. Equiano observa que os cativos eram mantidos abaixo do tombadilho para impedir que vissem como era manobrado o navio. "Colegas de bordo" — ou seja, escravos transportados no mesmo navio — costumavam ser vendidos para a mesma propriedade ou para propriedades vizinhas, e freqüentemente mantinham contato entre si, formando uma espécie de família substituta.

A partir da década de 1770 houve uma série de movimentos de renovação muçulmana na África Ocidental que refletiram uma forma de resistência ao comércio atlântico. Começaram na área dos reinos wolof, instigados pela crise provocada pela seca e a fome, além da caça a escravos e das guerras. Este movimento conseguiu conquistar apoio de regiões produtoras de grãos e provisões para a costa e as ilhas atlânticas e para os navios negreiros. Assim, os povos de Fuuta Toboro puderam desenvolver um padrão mais estável de subsistência baseado mais no comércio de produtos do solo do que de escravos. A educação islâmica deu passos importantes nessas regiões. Quando se viu alvo de ataques dos soldados escravos, bêbados e brutais do rei de Fuuta Jallon, o povo se rebelou e conseguiu derrubá-lo em 1776. Na década de 1790, o reino de Kajoor foi varrido por rebelião semelhante, e arderia em conflitos durante mais vinte anos, mas o rei acabou conseguindo sufocar o levante. No entanto, como foi mencionado acima, a pressão favorável à reforma muçulmana protegeu determinados povos, mas não reduziu o fluxo global do tráfico negreiro.[41]

Gwendolyn Midlo Hall cita um mito folclórico da Louisiana sobre a criação que, segundo ela acredita, tem origem na Senegâmbia:

> O mito da criação manifesta uma reverência por todas as formas de vida. Deus ordenara que os animais não se destruíssem nem comessem uns aos outros, mas ingerissem apenas capim e frutas. "Isso era melhor, porque eram todos criaturas Suas e Lhe doía quando se matavam; e à medida que eles comessem o capim e as

frutas, Ele, Deus, se deleitaria fazendo tudo crescer de novo, para agradar-lhes." Mas os animais recusaram-se a obedecer. Os leões comeram as ovelhas, os cães comeram os coelhos, as serpentes comeram os passarinhos, os gatos comeram os ratos, as corujas comeram as galinhas. Para impedir que se destruíssem mutuamente e para punir sua crueldade, Deus enviou uma grande seca.[42]

Como observa Hall, a seca era uma característica marcante do Senegal e não da Louisiana; assim como os leões; no entanto, a história também pode reproduzir passagens do Gênese, com as quais os muçulmanos e cristãos poderiam estar familiarizados.[43] Seja qual for sua origem, esta lenda afro-americana reflete a memória de gente que passou pela provação da escravização e da travessia atlântica.

O padrão de comércio e transporte marítimo

O comércio gerado pelas *plantations* escravistas era cerca de dez vezes mais valioso do que o próprio comércio de escravos, e como, ao contrário do comércio com o Oriente, envolvia produtos bastante volumosos, exigiu muito do transporte marítimo. Por volta de 1800, quando a Grã-Bretanha era de longe a maior potência no comércio negreiro, apenas 4% a 5% de sua marinha mercante participava do tráfico de escravos. Mas, como demonstra a Tabela IX.3, o comércio colonial exigia um volume maciço e crescente de embarcações:

Tabela IX.3 Tonelagem do transporte marítimo no comércio ultramarino britânico (em mil toneladas)

	1663	1686	1771-72
Norte da Europa	16	28	78
Ilhas britânicas e região	39	41	92
Sul da Europa	30	39	27
América e Índias Ocidentais	36	70	153
Índias Orientais	8	12	29

Fonte: Ralph Davis, *The Rise of the English Shipping Industry*, Newton Abbot 1972, p. 17.

A construção naval era uma grande indústria nacional, e o comércio atlântico deu-lhe poderosa contribuição. À medida que os corsários e piratas foram sendo suprimidos, passou a ser possível construir os navios especificamente para a rota das Índias Ocidentais. As principais inovações ocorreram em embarcações

entre 150 e 450 toneladas; elas iam desde a substituição da cana pela roda do leme no início do século à proteção com chapas de cobre da parte externa do fundo do casco para reduzir a destruição causada pelo teredo nas últimas décadas. Antes de 1740, os mercadores da rota da Jamaica precisavam de uma tripulação de um marinheiro para cada 9 toneladas; os corsários espanhóis eram ainda um perigo nessa época. Antes da Guerra Americana, a proporção caiu para 14,5 toneladas por marinheiro.[44] Os franceses também empreenderam um programa amplo de construção naval, já que mais de 600 embarcações chegavam por ano em suas colônias na década de 1780. No entanto, a quantidade de tripulantes não caiu tanto nos navios franceses, porque uma lei exigia o embarque de aprendizes em cada nau.

A marinha mercante inglesa de alto-mar empregava cerca de 25.000 marinheiros em meados do século, e absorvia um número semelhante de trabalhadores nas docas e nos estaleiros. Nos portos americanos, indivíduos livres de cor também trabalhavam nas docas, e na segunda metade do século também havia muitos trabalhando como marinheiros. Devido ao valor dos carregamentos e à necessidade de levá-los à venda em épocas propícias, os estivadores constituíam uma mão-de-obra estratégica que dispunha de algum poder de barganha. Às vezes alguns escravos também trabalhavam nas docas, ou em navios como criados, marinheiros ou intérpretes. Mas as condições da vida a bordo e a atitude de seus colegas de trabalho minavam freqüentemente a situação do escravo a longo prazo. Proprietários de escravos descobriram que a melhor forma de motivar seus escravos para o emprego individual era oferecer-lhes a possibilidade de comprarem a si mesmos, usando suas economias ou qualquer dinheiro que pudessem tomar emprestado com este propósito. Na América do Norte, essas ofertas deram origem a "processos de liberdade", quando escravos, invocando o testemunho de colegas de trabalho, apelavam às cortes por sua liberdade. No Brasil, dizia-se que o escravo urbano já era semilivre; ali e na América espanhola o costume de oferecer aos escravos a oportunidade de comprar sua própria liberdade era ainda mais comum, com *cofradias* africanas, ou seja, irmandades cristãs, ajudando a criar pressão social para garantir o cumprimento dos acordos. Os portos e navios envolvidos com o comércio atlântico eram uma fronteira para os escravos e, dada a sua sede de liberdade, uma fronteira bastante porosa. Mas, embora esta fronteira permitisse a alguns escravos conquistar a liberdade, havia também o risco de que um marinheiro negro livre fosse tomado como escravo caso seu navio fosse capturado numa guerra próxima à zona escravista; e mesmo que fosse poupado desse desastre, pessoas livres de cor não gozavam de igualdade legal com os brancos, mesmo em colônias relativamente tolerantes como a Pensilvânia, enquanto

em todos os portos ingleses os próprios marinheiros brancos estavam sujeitos ao engajamento forçado pela Marinha Real.[45]

Em meados do século XVIII, metade de todo o comércio ultramarino britânico consistia de embarques de açúcar e fumo; açúcar e café representavam mais da metade de todo o comércio ultramarino francês. Estes mesmos produtos das *plantations* formavam grande parte do comércio de reexportação dentro da Europa. Na terceira e na quarta décadas do século, o açúcar francês substituiu em grande proporção o inglês nos principais mercados europeus. No entanto, o padrão geral das trocas britânicas na zona atlântica era mais diversificado, e os mecanismos comerciais envolvidos, incluindo a nova letra de câmbio, eram cada vez mais eficientes:

> foi o sistema do Atlântico Sul, que prenunciou, mais que qualquer outro, o caráter multilateral do comércio inglês, que levou o sistema de letras de câmbio ao ponto máximo de seu desenvolvimento. Em contraste com os problemas de pagamento relativos ao comércio com o Oriente, que por tanto tempo foi um comércio de metais preciosos, o tráfico de longa distância no Atlântico reuniu vários grupos de interesse diferentes num padrão de comércio que atingiu um equilíbrio global por meio de acordos indiretos entre suas partes integrantes. A crescente produção e comercialização em grande escala de matérias-primas em troca de produtos manufaturados produzidos em regime de considerável especialização, juntamente com a compra e a revenda de suprimentos de mão-de-obra escrava, não poderia ter ocorrido de forma fácil sem um sistema eficiente de pagamentos.[46]

Cada potência imperial tentava impedir que mercadores de outras nacionalidades mantivessem comércio direto com suas colônias. No entanto, as trocas atlânticas demonstraram um impulso definido para o comércio mais livre, já que o contrabando contornava as restrições protecionistas. As colônias holandesas, principalmente Santo Eustáquio e Curaçao, eram centros de um próspero comércio de contrabando do qual participavam mercadores de todas as nacionalidades. Os mercadores ingleses usaram o *asiento* para furar as barreiras comerciais espanholas, enquanto os franceses ganharam acesso ao comércio legal hispano-americano. As agressões navais e comerciais da Grã-Bretanha na Guerra dos Sete Anos (1756-63) fizeram com que a França e a Espanha criassem um sistema de "portos livres" nas Antilhas, que abriu ainda mais frestas no sistema de proteção colonial. No entanto, o contrabando só penetrava de forma generalizada onde havia algum grau de conivência oficial, ou onde grandes vantagens comparativas estavam sendo suprimidas.

As autoridades britânicas e francesas criaram dificuldades para si mesmas ao tentar reforçar suas próprias restrições enquanto rompiam as de outras potências. As autoridades coloniais francesas costumavam fechar os olhos para os navios norte-americanos ou ingleses que traziam provisões para suas ilhas e compravam produtos das *plantations* em desrespeito ao Ato do Melado inglês de 1733 e outras leis proibitivas semelhantes. Por outro lado, as autoridades francesas e inglesas poderiam, se desejassem, exercer um controle razoavelmente eficaz sobre suas próprias ilhas e sobre a entrada de portos metropolitanos. A vigilância da metrópole era facilitada por patrulhas navais, pelo tamanho reduzido de muitas colônias, pela visibilidade da operação de uma *plantation*, pelo tamanho relativo dos cargueiros e pelo número limitado de portos de entrada na Europa para navios oceânicos. O comércio atlântico do século XVIII estava assim muito distante do verdadeiro livre comércio, mas era esta a direção para a qual era empurrado. Mesmo nos lugares onde o contrabando florescia, este não era tão seguro a ponto de permitir o uso de métodos comerciais mais flexíveis e sofisticados que estavam sendo desenvolvidos no comércio colonial inglês.[47]

Em seu ápice, por volta de 1750, as exportações brasileiras de ouro foram calculadas em mais de 1 milhão de libras esterlinas por ano. Se somarmos a isto as outras importantes mercadorias produzidas por escravos — açúcar, café, fumo, arroz, algodão, anil, pimenta, carne-seca e outras — o valor total da produção escravista americana não pode ter sido muito inferior a 15 milhões de libras esterlinas por ano em meados do século. Em 1774, a exportação das colônias escravistas francesas foi avaliada em 5,5 milhões de libras na chegada à Europa, a das Índias Ocidentais britânicas, em 3,5 milhões de libras, a das colônias escravistas do sul da América do Norte, em 1,8 milhão de libras, a do Brasil, em cerca de 2,5 milhões de libras, a do Caribe holandês, em 1 milhão de libras e a dos produtos de escravos do Caribe espanhol, em 0,4 milhão de libras: um total geral de 14,7 milhões de libras.[48]

O crescente comércio atlântico de escravos do século XVIII e a demanda ávida de produtos das *plantations* estavam ligados à proliferação do cultivo em *plantations*. A proeza produtiva da *plantation* escravista era a força motriz por trás da explosão comercial. Do outro lado do arquipélago do Caribe havia um arquipélago ainda maior de *plantations* escravistas que se estendia de Maryland, no norte, a São Paulo, no sul. O Brasil importava mais escravos do que qualquer outra colônia isoladamente — na verdade, pouco mais que todas as colônias inglesas juntas. A América do Norte inglesa era de longe o maior fornecedor de fumo e era notável pela taxa positiva de crescimento da população escrava. Sob o domínio Bourbon, o império espanhol viveu uma recuperação e as colônias espanholas acabaram importando um pouco mais de

escravos do que a América do Norte inglesa. Mas até perto do fim do século, as ilhas das Índias Ocidentais inglesas e francesas continuaram a ditar o ritmo, produzindo os carregamentos mais valiosos do comércio atlântico, desenvolvendo as *plantations* mais comercializadas e, juntas, importando mais escravos do que qualquer outra região das Américas.

Notas

1. E. J. Hobsbawm, "The Crisis of the Seventeenth Century", em Trevor Aston, *Crisis in Europe: 1560-1660*, Londres 1965, p. 46. Este ensaio foi publicado pela primeira vez em *Past and Present*, 5 e 6 (1954).
2. Esta é a conseqüência do argumento apresentado em dois artigos influentes, Robert Brenner, "The Origins of Capitalist Development", *New Left Review*, 104, julho-agosto de 1977, pp. 72-3, 84-5; e Ernesto Laclau, "Capitalism and Feudalism in Latin America", *Politics and Ideology in Marxist Theory*, Londres 1978, pp. 30-32, 38-9.
3. Karl Marx, *Capital*, vol. 1, Londres 1976, capítulo 10, "The Voracious Appetite for Surplus Labour", pp. 344-5.
4. Por exemplo, os autores indicados na nota 2.
5. Witold Kula, *An Economic Theory of the Feudal System*, Londres 1976, pp. 89-91.
6. Geoffrey de Ste. Croix, *Class Struggles in the Ancient Greek World*, Londres 1982; Perry Anderson, *From Antiquity to Feudalism*, Londres 1974.
7. As estimativas da população escrava são minhas. As de 1700 baseiam-se em fontes citadas em capítulos anteriores com a seguinte composição: colônias britânicas, 110.000; colônias francesas, 30.000; América espanhola, 70.000; Brasil, 100.000; colônias holandesas e dinamarquesas, 20.000. A composição da população escrava em 1800 será dada mais adiante.
8. André Armengaud, "Population in Europe 1700-1914", em C. M. Cipolla, *The Fontana History of Europe*, vol. 3, *The Industrial Revolution*, pp. 22-76, especialmente pp. 27-9.
9. François Crouzet, "England and France in the Eighteenth Century", em R. M. Hartwell, ed., *The Causes of the Industrial Revolution in England*, Londres 1967; W. W. Rostow, *How it All Began*, Londres 1975, p. 168. Sobre a irregularidade do progresso econômico europeu neste período, ver Immanuel Wallerstein, *The Fontana Economic History of Europe*, vols. 4 e 5, Londres 1974 e 1976.
10. David Richardson, "The Slave Trade, Sugar and British Economic Growth 1748 to 1776", em Barbara L. Solow e Stanley L. Engerman, eds., *British Capitalism and Caribbean Slavery*, Cambridge 1987.
11. Este problema também incomodou os "novos mercadores" ingleses quando tentaram montar *plantations* na costa africana: Brenner, *Merchants and Revolution*, pp. 177-80.

12. Altman e Horn, "Introduction", "*To Make America*", p. 3.
13. Nicolás Sánchez-Albornóz, "Las Migraciones Anteriores al Siglo XIX", em Birgitta Leander, ed., *Europa, Asia y África en América Latina y el Caribe*, Cidade do México 1989, pp. 61-88 (pp. 82-3).
14. Paul Lovejoy, "The Volume of the Atlantic Slave Trade", *Journal of African History*, 23, 1982, pp. 473-501.
15. David Eltis e Stanley Engerman, "Fluctuations in Age and Sex Ratios in the Transatlantic Slave Trade", *Economic History Review*, XLVI, nº. 2, 1993, pp. 308-23 (pp. 310, 318). Estes autores também sugerem que as crianças talvez fossem menos suscetíveis do que os adultos a algumas doenças do Caribe.
16. David Richardson, "West African Consumption Patterns and their Influence on the Eighteenth Century English Slave Trade", em Gemery e Hogendorn, *The Uncommon Market*, pp. 303-30; Pierre Verger, *Flux et reflux de la traite des nègres entre le golfe de Bénin et Bahia*, Paris 1968, pp. 117, 306.
17. J. E. Inikori, "The Import of Firearms into West Africa, 1750 to 1807: A Quantitative Analysis", em Inikori, *Forced Migrations*, pp. 126-53 (pp. 134-5).
18. Willem Bosman, *A New and Accurate Description of the Coast of Guinea*, Londres 1725, traduzido do original holandês de 1703.
19. Philip Curtin, *Economic Change in Pre-colonial Africa: Senegambia in the Era of the Slave Trade*, Madison, WI 1974, p. 172.
20. Sheridan, *Sugar and Slavery*, p. 252.
21. Gemery e Hogendorn, *The Uncommon Market*.
22. Sobre o preço dos escravos nas Índias Ocidentais, Sheridan, *Sugar and Slavery*, p. 252; sobre mercadorias, Richardson, "West African Consumption Patterns", em Gemery e Hogendorn, *The Uncommon Market*, p. 309.
23. Pierre Pluchon, *La Route des Esclaves: Négriers et Bois d'Ébène au XVIIIe siècle*, Paris 1980, p. 286.
24. Postma, *The Dutch in the Atlantic Slave Trade*, p. 281.
25. Patrick Manning, *Slavery and African Life: Occidental, Oriental, and African Slave Trades*, Cambridge 1990, pp. 60-96. Ver também Paul E. Lovejoy, "The Impact of the Atlantic Slave Trade on Africa", *Journal of African History*, nº. 30, 1989, pp. 365-94, que chega a conclusões bem semelhantes.
26. Os dados citados são tirados de Gemery e Hogendorn, "The Economic Costs of West African Participation in the Atlantic Slave Trade", em Gemery e Hogendorn, *The Uncommon Market*, pp. 143-61; Martin Klein e Paul Lovejoy, "Slavery in West Africa", em Gemery e Hogendorn, *The Uncommon Market*, pp. 181-212; Charles Becker e Victor Martin, "Kayor and Baol: Senegalese Kingdoms and the Slave Trade in the Eighteenth Century", em Inikori, ed., *Forced Migrations*, pp. 100-25. Ver também Lovejoy, *Transformations in Slavery*.
27. Roger Anstey, *The Atlantic Slave Trade and British Abolition, 1761-1810*, Londres 1965,

pp. 47, 57; David Richardson, "Profitability in the Bristol-Liverpool Slave Trade, La Traite des Noirs par l'Atlantique", *Revue française d'histoire d'autre mer*, Paris 1975, pp. 301-8; Sheridan, *Sugar and Slavery*, pp. 381-2; J. M. Postma, *The Dutch in the Atlantic Slave Trade*, pp. 276 e seguintes.

28. David Hancock, *Citizens of the World: London Merchants and the Integration of the British Atlantic Community, 1735-1785*, Cambridge 1995, pp. 1-2.
29. Ibid., p. 423.
30. Ibid., pp. 415, 423-4.
31. Robert Stein, *The French Slave Trade in the Eighteenth Century: An Old Regime Business*, Madison, WI 1979, pp. 14, 26, 40; Jean Meyer, *L'Armement nantais dans la deuxième moitié du XVIIIe siècle*, Paris 1969, p. 244.
32. François Thesée, *Négociants bordelais et colons de Saint-Domingue*, Paris 1972, pp. 120, 145; Herbert Klein, *The Middle Passage: Comparative Studies in the Atlantic Slave Trade*, Princeton, NJ 1978, pp. 203-6.
33. Joseph Miller, *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade*, Madison, WI 1988, pp. 135-9, 159-65.
34. Klein, *The Middle Passage*, pp. 46-8; Miller, *Way of Death*.
35. Klein, *The Middle Passage*, pp. 64-5, 86-90, 229-41; Anstey, *The Atlantic Slave Trade*, p. 31.
36. J. H. Parry, *Trade and Dominion: European Expansion in the Eighteenth Century*, pp. 292-3; David Eltis, "Europeans and the Rise and Fall of African Slavery in the Americas".
37. Fritz Kramer, *The Red Fez*, Londres 1993, explora vários mitos africanos ligados ao comércio de escravos.
38. Postma, *The Dutch in the Atlantic Slave Trade*, p. 166.
39. Capitão William Snelgrave, *A New Account of Some Parts of Guinea and the Slave Trade*, Londres 1734, pp. 164-9, 172, 186-7. Ver também Winston McGowan, "African Resistance to the Atlantic Slave Trade in West Africa", *Slavery and Abolition*, vol. 11, nº. 1, 1990, pp. 5-29, e Searing, *West African Slavery and Atlantic Commerce*.
40. Postma, *The Dutch in the Atlantic Slave Trade*, p. 366.
41. Searing, *West African Slavery and Atlantic Commerce*, pp. 91-2, 155-62.
42. Hall, *Africans in Colonial Louisiana*, pp. 193-4.
43. Sobre o tema vegetariano no Gênese ver Alexander Cockburn, "Carnivores and Capitalists: A Short History of Meat", *New Left Review*, 215, janeiro-fevereiro de 1996.
44. Parry, *Trade and Dominion*, pp. 278-84.
45. O ambiente dos marinheiros britânicos é examinado de forma abrangente em Marcus Rediker, *Between the Devil and the Deep Blue Sea*, Cambridge 1987; e o dos estivadores londrinos é explicado por Peter Linebaugh em *The London Hanged*, Londres 1992. Sobre a Filadélfia, ver os capítulos de abertura de Gary Nash e Jean Soderland, *Freedom by Degrees: Emancipation and its Aftermath*, Nova York 1991.
46. B. L. Anderson, "The Lancashire Bill System and its Liverpool Practitioners", em W. A. Chaloner e B. M. Ratcliffe, eds., *Trade and Transport*, Manchester 1977, pp. 64-5.

47. Sobre os limites do contrabando, ver John J. McCusker, *The Rum Trade and the Balance of Payments*, Nova York 1991, pp. 301-10. No entanto, R. C. Nash encontra razões para supor que boa parte das importações escocesas de fumo não foi declarada durante algum tempo depois de 1707, "The English and Scottish Tobacco Trade in the Seventeenth and Eighteenth Centuries: Legal and Illegal Trade", *Economic History Review*, vol. 35, 1982, pp. 354-72 (p. 364).
48. Richard Sheridan, *The Growth of the Plantations to 1750*, Barbados 1970, pp. 29, 35, 41, 49; R. M. Robertson e G. M. Walton, *History of the American Economy*, 4ª. ed., Nova York 1979, pp. 128, 130; Roberto Simonsen, *História econômica do Brasil, 1500-1820*, vol. II, Rio de Janeiro 1937, tabela frente à página 222. A exportação de ouro brasileiro no período de 1730-60 foi, em média, de £750.000 por ano. As estimativas por alto dadas aqui indicam a dimensão dos ramos coloniais no comércio europeu, e não o dinheiro recebido pelos donos de *plantations*.

— X —

As ilhas do açúcar

Fiquei chocado com a primeira visão de carne humana exposta à venda. Mas com certeza Deus assim determinou a eles para nosso uso e benefício; caso contrário, sua Divina Vontade teria se manifestado por algum sinal ou marca especial.

John Pinney, fazendeiro e mercador, década de 1760

Foi na propriedade Gallifet, na paróquia de La Petite Anse, que ocorreu uma experiência aeronáutica, a segunda em São Domingos. Isso foi em 1784. (...) A altura do balão era de 30 pés, cerca de 10 metros; o diâmetro médio de dezoito, cerca de 6 metros; e sua circunferência, de 57, cerca de 18 metros. Subiu numa trajetória em espiral, dando às pessoas tempo para admirar os ornamentos com os quais o haviam decorado, inclusive as cotas de armas dos dois chefes da colônia. (...) A subida levou cinco minutos, a fase estacionária três. (...) Calcula-se que tenha subido 1.800 pés, cerca de 600 metros. Este fenômeno tão novo para o mundo americano reuniu uma enorme multidão. (...) Parecia que os espectadores negros ficariam chorando para sempre por causa do desejo insaciável do homem de submeter a natureza ao seu poder.

Moreau de St-Méry, *Description de Saint Domingue*

Em meados do século XVIII, o açúcar ultrapassou os cereais como a mercadoria isolada mais valiosa a entrar no comércio mundial. Por volta do meio do século a exportação americana anual total era de 7,5 milhões de libras em preços de atacado na Europa; se for acrescentado o comércio de subprodutos cada vez mais procurados — rum e melado — o total sobe para 9 milhões de libras, ou quase um quinto das importações européias.

As colônias do Caribe britânico e francês forneciam 70% de todo o açúcar que entrava no mercado Atlântico Norte em 1740, chegando a 80% em 1787; o Brasil continuava a ser um fornecedor importante, embora faltem números confiáveis e as estimativas citadas na Tabela X.1 possam superestimar o nível atingido pelas exportações. As Américas como um todo forneciam quase todo o volume das importações de açúcar da Europa, com pequenas quantidades que vinham de Java, Bourbon, ilhas Reunião e ilhas atlânticas. A Tabela X.1 demonstra o padrão geral de crescimento da exportação de açúcar no século XVIII:

Tabela X.1 Exportação de açúcar do Novo Mundo, 1700-1787

Em milhares de toneladas	1700	1720	1760	1787
Brasil	20	20	28	19
Ilhas britânicas	22	24	71	106
Ilhas francesas	10	24	81	125
Índias Ocidentais holandesas	5	6	9	10
Índias Ocidentais dinamarquesas	–	–	5	8
Cuba	–	–	6	18
Total	57	74	200	286

Fontes: Roberto Simonsen, *História econômica do Brasil*, vol. I, em frente à p. 170, para o Brasil nos anos 1700 e 1720; Deerr, *History of Sugar*, pp. 530-31, para o Brasil em 1760; para os outros números de 1700 e 1720, Davis, *Rise of the Atlantic Economies*, p. 257; para as ilhas francesas e britânicas em 1760 e 1787, Seymour Drescher, *Econocide*, pp. 48, 78; para os outros dados, Moreno Fraginals, *El Ingenio*, I, p. 41.

Como veremos, nas "ilhas açucareiras" maiores as *plantations* podiam empregar apenas metade, ou menos da metade, de todos os escravos, enquanto outros trabalhavam em culturas secundárias, ou na criação de animais e em hortas. O crescimento da população escrava no Caribe britânico e francês é mostrado na Tabela X.2 (ver página 490).

Embora as ilhas britânicas e francesas tivessem muito em comum como sociedades de *plantations* escravistas, seu padrão de desenvolvimento era naturalmente muito afetado pelos reveses militares e comerciais dos impérios dos quais faziam

parte. Serão analisadas separadamente para melhor destacar suas diferentes características.

Tabela X.2 População escrava das ilhas do Caribe

	Francesas	Britânicas
1680	11.000	64.000
1690	27.000	95.000
1710	60.000	130.000
1730	169.000	219.000
1750	265.000	295.000
1770	379.000	428.000
1790	675.000	480.000

Fontes: Mims, *Colbert's West India Policy*, pp. 336-7; Dunn, *Sugar and Slaves*, p. 312; Seymour Drescher, *Econocide*, p. 34; Gaston Martin, *Histoire de l'esclavage dans les colonies françaises*, pp. 24-6, 103, 124-5; Frostin, *Les Révoltes blanches à Saint Domingue*, pp. 28-9.

Economia e demografia no Caribe britânico

O desenvolvimento das colônias de *plantation* das Índias Ocidentais britânicas apresenta vários enigmas: 1. Por que a Jamaica levou tanto tempo para aproveitar seu potencial?; 2. Por que ilhas que receberam um fluxo de um milhão e meio de escravos durante o século XVIII têm uma população escrava total de menos de metade deste número no fim do século?; e 3. Com os custos elevados da substituição dos escravos, e com trabalhadores forçados e adoentados, como poderiam as *plantations* ser lucrativas? As respostas a estas perguntas vão exigir um aprofundamento das linhas de análise sugeridas no Capítulo VIII em relação à segurança, à produtividade e à lucratividade da *plantation*.

Os problemas do desenvolvimento da *plantation* surgiram de modo mais acentuado na Jamaica. No início do século XVIII já estava claro que esta ilha, com seu tamanho muito maior, poderia facilmente ultrapassar a produção das colônias mais antigas do Caribe oriental. Mas antes de 1740, o desenvolvimento da Jamaica foi retardado pela frágil segurança interna e externa. O sucesso de vários milhares de *maroons* no combate às muitas tentativas de acabar com eles estimulou revoltas e fugas de escravos. Mesmo quando aldeias *maroons*, como Nanny Town, eram tomadas, os *maroons* reagrupavam-se em outro lugar. Para alarme das autoridades e dos fazendeiros, muitas vezes os *maroons* combatiam com armas de fogo; estas eram provavelmente roubadas ou compradas no "mercado negro", embora também se

suspeitasse de agentes espanhóis. A ameaça dos *maroons* acabou sendo neutralizada quando as autoridades coloniais chegaram a um acordo com as principais forças revoltosas, lideradas pelo coronel Cudgoe e pelo capitão Accompong, em 1739, quando se aproximava a guerra com a Espanha; a liberdade dos *maroons* foi reconhecida, assim como seu domínio sobre 600 hectares de terra e o direito de participar do comércio local; em troca eles concordaram em devolver negros fugidos e defender a ilha contra invasões estrangeiras.[1]

O problema da segurança fora agravado pelo fato de que *guarda-costas* espanhóis baseados em Cuba costumavam atacar navios na rota da Jamaica; seus carregamentos seriam vendidos com base no argumento real ou inventado de que esses navios dedicavam-se ao contrabando. A partir de meados do século, a segurança externa também melhorou quando os *guarda-costas* se intimidaram com as constantes manobras navais britânicas no Caribe. A Jamaica nunca foi alvo de uma tentativa de invasão, mas a guerra de 1756-63 ativou vários alarmes. Em 1760, uma série de revoltas escravas frustradas, depois da "Rebelião de Tacky" e envolvendo principalmente coromantins (indivíduos da nação Akan, da Gana de hoje) foram ferozmente reprimidas com ajuda das tropas coloniais e de auxiliares *maroons*. Seguiu-se outro período atribulado em 1777-83, quando o corte dos suprimentos vindos da América do Norte provocou a fome entre os escravos e a comunicação com a Grã-Bretanha foi interrompida algumas vezes. Com todos estes problemas, o desenvolvimento da população e da economia da Jamaica foi um pouco mais lento do que poderia ter sido, mas assim mesmo impressiona:

Tabela X.3 Jamaica: Economia e População, 1673-1800

	1700	1734	1750	1774	1789	1800
Brancos (em milhares)	7	8	9	19	23	27
Negros livres	–	1	2	4	–	10
Escravos (em milhares)	40	80	122	190	256	337
Engenhos de açúcar	150	300	525	775	710	800
Produção de açúcar (em milhares de toneladas)	5	16	20	40	50	70
Exportações (em milhares de libras esterlinas)	325	625	1.025	2.400	–	3.854

Fontes: O valor das exportações no século XVIII foi tirado de Richard Sheridan, *Sugar and Slaves*, pp. 216-17; o valor das exportações de 1800 foi tirado de B. W. Higman, *Slave Population and Economy in Jamaica, 1807-1834*, Londres 1976, p. 213; os números da população negra livre são de David W. Cohen e Jack P. Greene, eds., *Neither Slave nor Free*, Baltimore, MD 1972, p. 336. Todos os outros dados são de Michael Craton, "Jamaican Slavery", em S. Engerman e E. Genovese, eds., *Race and Slavery in the Western Hemisphere*, p. 275, complementado por Michael Craton, *Searching for the Invisible Man: Slaves and Plantation Life in Jamaica*, Londres 1978, pp. 34-5, 37.

A Jamaica só se destacou entre as outras ilhas britânicas na década de 1750. A população escrava e a economia açucareira de Barbados estagnara. Havia pouca possibilidade de aumentar ainda mais a produção de açúcar, e a importação de escravos começou a diminuir. Os donos de *plantations* passaram então a aumentar o valor agregado de seus produtos por meio do branqueamento do mascavo, num processo que produzia açúcar branco e melado. O açúcar branco atingia preço mais alto e era menos volumoso no embarque. O melado poderia ser vendido nas colônias da América do Norte em troca de suprimentos para a *plantation*. Alguns escravos tiveram de ser treinados para o trabalho especializado do branqueamento, mas numa colônia antiga com mão-de-obra experiente isso não era problema. Conseqüentemente, os donos de *plantations* em Barbados passaram a ganhar mais com colheitas cujo volume cresceu pouco.[2]

Nas primeiras décadas do século XVIII, as colônias britânicas de desenvolvimento mais rápido foram as ilhas Leeward; diferentemente de Barbados, os donos de *plantations* ainda não tinham explorado toda a terra disponível. A população escrava conjunta das ilhas Leeward superou a de Barbados em 1730 e chegou a 73.000 pessoas em 1750. Os fazendeiros de Antigua tinham fama de permanecer em suas propriedades e de se interessar pelo aperfeiçoamento dos métodos de cultivo. Havia 10.000 brancos nas ilhas Leeward em 1750. Por muito tempo Barbados continuou a ter, proporcionalmente, a maior população branca, com 15.000 brancos, 2.000 negros livres e 64.000 escravos na década de 1780.[3] A Grã-Bretanha conquistou algumas outras ilhas nas Antilhas orientais no final da Guerra dos Sete Anos — as ilhas Ceded — mas seu desenvolvimento estava estagnado, em parte por causa das incertezas criadas pelos proprietários franceses e em parte por causa da extraordinária resistência dos caribenhos negros de São Vicente. Estes, descendentes dos caribenhos que se misturaram a escravos africanos fugidos ou sobreviventes de naufrágios, ocuparam algumas das melhores terras de São Vicente em 1764, quando os britânicos tomaram as ilhas. Especuladores vorazes tentaram expulsá-los, mas até 1773-74 não conseguiram garantir a grande operação militar necessária para atacá-los. Depois que muitos caribenhos negros se aliaram aos jacobinos na década de 1790, toda a comunidade se transferiu para o Caribe ocidental.[4]

A posse de terras e escravos na Jamaica de meados do século era ainda mais concentrada do que em outras colônias de *plantation*. Em 1754 havia 467 grandes proprietários que possuíam mais de 400 hectares de terra cada um, representando 77,8% da terra cultivável disponível.[5] Os comandantes da milícia e os líderes da assembléia colonial vinham todos das fileiras de grandes proprietários; assim, eles dominavam a vida social da colônia, apesar de uma elevada taxa de absenteísmo. A

Assembléia jamaicana exigia — geralmente com sucesso — o controle da receita local; o governador era quase sempre escolhido entre os grandes proprietários.

O dono de *plantation* que voltava à Grã-Bretanha deixava um advogado ou parente para cuidar da propriedade; costumava corresponder-se regularmente com este representante, e quase sempre supervisionava da Inglaterra as compras e vendas da *plantation*. A partir de 1740, a Assembléia da Jamaica criou um mecanismo para monitorar o desempenho das propriedades cujo responsável estava ausente. O representante ou advogado do proprietário ausente devia prestar informações detalhadas sobre a propriedade que administrava ao secretário do Departamento Contábil da Produção; todo ano teria de apresentar um inventário, um balanço e um demonstrativo do movimento financeiro. Em 1770, cerca de um terço das propriedades da Jamaica, responsáveis por 40% da produção de açúcar, era administrado por representantes ou advogados em nome dos proprietários ausentes. Um indício notável da eficácia deste sistema de procuração à distância é que o lucro médio das propriedades administradas por representantes era o mesmo daquelas em que o proprietário estava presente. No final do século, quando a colônia apresentava uma prosperidade extraordinária, só uma em cada dez casas-grandes era ocupada por seu proprietário.[6]

Abaixo dos 467 donos de grandes *plantations* da Jamaica em 1754 havia 303 proprietários com terras cujo tamanho variava entre 200 e 400 hectares, o bastante para uma fazenda de tamanho médio; 566 proprietários cuja terra tinha de 40 a 200 hectares, formando pequenas propriedades; e apenas 263 proprietários com menos de 40 hectares de terra; não estão incluídos nestes dados fazendeiros que arrendavam terra e forneciam para o mercado interno. Os ranchos de criação de gado ocupavam um nicho importante da economia interna da ilha; os escravos desses ranchos também eram alugados em turmas de trabalhadores quando era preciso limpar ou plantar novas terras. A maioria das grandes *plantations* dedicava-se principalmente ao açúcar, embora com freqüência se ligassem a fazendas-satélites de criação de gado e produção de víveres. Uma propriedade açucareira não poderia ter mais de 800 hectares de terra, porque neste caso a cana não seria levada ao engenho antes que seu conteúdo de sacarose caísse abaixo do nível da exploração lucrativa. Assim, as 214 propriedades de 1754 que ultrapassavam este limite provavelmente incluíam fazendas-satélites; outras estavam, com certeza, mantendo reservas de terra para uso futuro ou com fins especulativos. A triplicação da produção de açúcar na Jamaica na segunda metade do século XVIII foi conseguida com um aumento do número de propriedades açucareiras, de 535 em 1750 para 900 em 1790, juntamente com a duplicação ou triplicação do tamanho médio da propriedade. Na última década do

século, o investimento em elementos de uma "nova agropecuária", com mais animais de criação e mais esterco, resultou no aumento da produção por escravo.[7]

No final do século XVIII, a Jamaica só tinha alguns daqueles brancos pobres que podiam ser encontrados em grande quantidade nas ilhas menores. A população branca de quase 30.000 pessoas no final do século incluía 3.000 soldados e 1.000 donos de lojas, mercadores ou artesãos urbanos. Havia cerca de 4.000 donos de *plantations* e pequenos fazendeiros, muitos dos quais viviam de fornecer víveres para as propriedades maiores. A grande maioria dos brancos dependia diretamente do sistema de *plantation*, quer como profissionais liberais (médicos, advogados, contadores) ou feitores, artesãos e especialistas técnicos, ou como proprietários de ranchos de criação que abasteciam as grandes propriedades. Em geral os brancos gozavam de certa influência política, principalmente porque os donos de grandes *plantations* contavam com sua lealdade e competência. A maioria dos homens brancos adultos tinha direito a voto, mas nenhum deles podia ser eleito para cargos oficiais porque a exigência de renda era muito alta.

Na década de 1780, o número de brancos cresceu com a chegada de refugiados das colônias do norte; vários negros livres também vieram de lá. Os brancos tentaram isolar-se da competição com escravos e libertos exigindo leis que reservassem para eles os cargos importantes, e que alimentassem, de modo geral, privilégios de casta racial. Donos de *plantations* ou feitores que tinham filhos de escravas às vezes tentavam libertá-los e doar-lhes propriedades. Se um empregado branco mantivesse uma ligação duradoura com uma das escravas de seu patrão, como o feitor Thomas Thistlewood fez com Phibbah, isso aumentava o poder do patrão sobre eles. O proprietário de Phibbah pôde reter Thistlewood a seu serviço por mais tempo do que o feitor desejava, recusando-se a alugar-lhe a escrava; posteriormente, recusou-se a alforriá-la, e cobrou caro de Thistlewood pelo aluguel da mulher e pela alforria de seus filhos. O proprietário de Phibbah só permitiu sua libertação depois da morte de Thistlewood.[8]

Em 1762, depois de verificar que mulatos eram donos de quatro propriedades açucareiras, sete fazendas de gado, treze casas e outros bens, a Assembléia jamaicana aprovou uma lei limitando a 2.000 libras esterlinas o valor dos bens que podiam ser deixados como herança a uma pessoa livre de cor. Também houve tentativas para dificultar a alforria e para fazer cumprir mais rigidamente as leis de "deficiência", que estipulavam o número mínimo de empregados brancos presentes nas *plantations*.[9] Apesar da presença de uma guarnição da metrópole, a segurança da Jamaica, assim como de todas as outras colônias britânicas, também dependia da milícia local, que era simplesmente a população masculina branca armada, vários auxiliares negros,

como os *maroons* e o "Black Shot" ("Tiro Negro") e, por último, mas também importante, as reservas internas do próprio sistema de *plantations*.

Para sublinhar este último ponto, vale a pena examinar o relato em primeira mão da inquietação ligada à "Rebelião de Tacky", em 1760, no diário de Thomas Thistlewood, que então era feitor da *plantation* Egypt, a cinco ou seis quilômetros de Savannah la Mar, na paróquia Westmoreland, na Jamaica. Nessa época Thistlewood vivia com outro branco numa propriedade com um contingente de cem escravos. Quando o alarme foi dado, ele poderia, teoricamente, confiar no apoio da milícia — e, na verdade, esperava-se que ele mesmo se alistasse nela. No entanto, os brancos estavam longe de ser assíduos no cumprimento de seus deveres para com a milícia, e quando as propriedades sob sua responsabilidade ficavam em perigo, tinham boas razões para nelas permanecerem. Thistlewood era grato às patrulhas ocasionais das tropas coloniais, e registrou que nos primeiros embates "os negros do coronel Cudgoe comportaram-se com grande bravura".[10] Mas com o alastramento da revolta, ele ficou muito alarmado:

> Quando chegou a notícia do levante dos negros de Old Hope, percebeu-se uma estranha alteração nos nossos. Estão com certeza prontos para ousar, e estou bastante certo de que estavam a par da trama, pelo que John me contou na noite de domingo, de que eles haviam dito no campo no sábado, na casa da árvore de Pawpaw, que ele, quer dizer, ele mesmo, estaria morto num Egypt etc. etc., e levando em conta muitas outras circunstâncias, com Lewie na casa de Forest aquela noite, etc. Coffee e Job também muito ofensivos.*

Um branco fora morto na casa de Forest "aquela noite", e a frase "morto num Egypt" é, evidentemente, uma frase diretamente tirada do patoá, "*dead eenna Egypt*". Embora ele suspeitasse de alguns indivíduos conhecidos — com boas razões — a resposta de Thistlewood a outro levante relatado foi talvez surpreendente: "Armei imediatamente nossos negros e mantive estrita vigilância e atenção." Ele logo acrescenta: "nossos negros têm boa inteligência, sendo muito nobres e prontos a lutar, agora que estamos em perigo iminente". Os escravos temidos por Thistlewood e os que ele armou parecem ter sido categorias que se sobrepunham. Embora os negros armados por ele fossem a elite escrava e seus seguidores imediatos, e não conheci-

*No original: When the report was of the Old Hope Negroes being rose, perceived a strange alteration in ours. They are certainly very ready if they durst, and am pretty certain they were in the plot, by what John told me on Sunday evening, that they had said in the field on Saturday in the Pawpaw tree piece, that he, what signified him, he would dead in a Egypt &c.&c., and from many other circumstances, Lewie being over at Forest's that night, &c. Coffee and Job also very outrageous. (*N. do T.*)

dos criadores de problemas, o caso ficou grave numa situação como esta, em que a própria elite escrava desertava. A lealdade dos homens de Cudgoe pode ser apreciada, mas acreditava-se que eles inspirariam alguns rebeldes que pretendiam "matar todos os negros que puderem, e assim que chegar a temporada de seca, pôr fogo em todas as plantações que puderem, até obrigarem os brancos a libertá-los como os negros de Cudgoe".[11]

Dois dos escravos da propriedade de Thistlewood fugiram, supostamente para unir-se aos rebeldes, mas a elite escrava permaneceu leal e ajudou a proteger a *plantation*. Eles podem ter duvidado dos objetivos da rebelião e de sua possibilidade de sucesso. A revolta em Westmoreland foi liderada por Apongo, príncipe de um povo da Guiné subordinado ao rei do Daomé, e a insígnia da rebelião era uma espada de madeira enfeitada com penas de papagaio. Escravos nascidos na América e os que não eram da Guiné talvez não tenham sido atraídos por uma revolta cujo objetivo era às vezes descrito como o de construir um reino africano que tomaria e administraria as *plantations*. Muito mais tangível que essas especulações seria a proximidade entre Egypt e uma cidade, com patrulhas aparecendo com bastante freqüência, e o espetáculo de rebeldes capturados queimados em fogo lento — cerca de quatrocentos acabaram morrendo desta forma, ou sob algum outro tipo de violência exemplar. Finalmente, o próprio Thistlewood, embora tivesse péssimas qualidades — registra assiduamente açoitamentos impiedosos e incansável fornicação — e fosse dado a idéias fantasiosas — ficava desconfiado de jesuítas, brancos ou negros, acreditando que estavam por trás da revolta — não era covarde nem desprovido de compostura. Em tempos normais, acreditando que a força da sociedade colonial estava do seu lado, enfrentaria negros fugidos mesmo que estivessem armados com uma acha; sua "esposa" escrava, a doméstica Phibbah, disse-lhe mais tarde que seu apelido entre os escravos era "No Play With" ("Não-Brinque-Com-Ele"). Durante e depois desta crise, como escreve o editor de seu livro, ele ficou mais atento do que o normal à execução de suas tarefas:

> Ele mantinha os escravos de Egypt sempre ocupados; cuidava deles quando adoeciam; surrava-os quando achava que tinham errado; dava-lhes regularmente suas rações de alimentos e roupas e bebida, e às vezes rações extras por excesso de trabalho ou bom desempenho; concedia-lhes, mesmo no meio da revolta, seus passes de domingo para que pudessem ir de um lado para outro; mas os mantinha sob controle rigoroso: "Quarta-feira 24 de dezembro: o cabeça Johnnie tocou tambor na casa dos negros na noite passada. Açoitei-o por isso."[12]

O sistema produtivo da própria *plantation*, como veremos, incorporou punições e privilégios que constituíam uma trincheira de defesa contra a insurreição dos escravos. E seu valor e escala evidentes devem ter deixado claro que os brancos não abandonariam suas *plantations* sem apelar para todos os recursos a seu dispor.

Uma propriedade açucareira jamaicana de "tamanho médio" em 1774 tinha quase o dobro do tamanho da média das grandes propriedades de Barbados no século anterior. Uma dessas foi inventariada segundo a Tabela X.4:

Tabela X.4 Inventário de uma propriedade média da Jamaica, 1774

	Quantidade	Valor médio	Total
Total de acres	600	£10 0s	6.001
Acres de cana	266	£16 1s	4.273
Engenho de açúcar			3.962
Total de bens imóveis			9.963
Negros	200	£35 14s	7.140
Animais de criação	95	£15 9s	1.495
Utensílios			429
Total de bens móveis			9.064
Total geral			19.027

Fonte: Sheridan, *Sugar and Slaves*, p. 231

Entre as características próprias deste inventário teríamos: (a) a listagem de escravos juntamente com os animais de criação; (b) os escravos representando cerca de um terço do valor da propriedade; (c) o valor significativamente mais alto atribuído à terra plantada com cana, refletindo o investimento em trabalho escravo; (d) os utensílios e o engenho de açúcar, este último construído pelos escravos, com um valor entre um quinto e um terço do valor total. Os animais de criação, sob os cuidados, naturalmente, dos escravos, tinham papel importante na economia da *plantation*, fornecendo tração animal para o transporte da cana e para as moendas, esterco para os campos e carne fresca para os empregados brancos.

Este tipo de avaliação aproximava-se da alcançada por uma propriedade caso fosse vendida. Mas a maior parte do capital constituído pelas construções e pela terra arada representaria o valor agregado pelo trabalho escravo, com despesas apenas modestas em ferramentas e matérias-primas. Os registros contábeis jamaicanos do século XVIII, apesar de mais detalhados e abundantes do que os disponíveis sobre as *plantations* brasileiras do século XVII, apresentam a mesma falta (observada no

Capítulo VIII) de distinção entre capital e despesas correntes. Em ambos os casos, o trabalho escravo podia ser aplicado a itens de capital como prédios e preparação de novas terras sem despesa adicional visível. Por outro lado, a compra de escravos, embora fosse claramente um investimento, era considerada com freqüência um item urgente de despesa corrente necessária para a colheita.

A expansão geral da produção açucareira da Jamaica foi acompanhada por um aumento tanto na escala quanto na intensidade do trabalho na *plantation*. Entre 1741 e 1775, o tamanho médio das turmas de escravos nas propriedades inventariadas subiu de 99 para 204; assim, a maioria dos escravos estava em propriedades com mais de 204 deles.[13] As propriedades maiores tinham contingentes de mais de quinhentos escravos. Um advogado que administrasse cinco ou seis propriedades amealharia um salário principesco, entre £2.000 e £4.000 por ano. O salário dos outros empregados brancos variava entre £50 e £200 por ano, e assim, como foi observado no Capítulo VIII, os proprietários tinham um bom incentivo para estimular os escravos a desempenhar funções especializadas. Numa *plantation* com um contingente de 256 escravos havia uma elite escrava composta de quatro cabeças, que lideravam as turmas de escravos; seis carpinteiros; quatro tacheiros; três destiladores; dois pedreiros; dois construtores de carros-de-boi; um fervedor; um cordoeiro; três tropeiros; três carroceiros; e assim por diante.

Em Worthy Park, uma grande propriedade, havia 557 escravos em 1793 e apenas dez empregados brancos, que incluíam um feitor, um guarda-livros e seus três ajudantes, um mestre fervedor, um mestre destilador e um médico. Costumava-se exigir dos ajudantes de guarda-livros que supervisionassem o trabalho no campo além de fazer as anotações contábeis. Em Worthy Park havia uma elite de 21 escravos, muitos dos quais dirigiam uma equipe de artesãos e aprendizes; entre eles havia sete capatazes de escravos, duas governantas, um mestre tacheiro, um mestre oleiro, um mestre fervedor, um mestre pedreiro, um mestre serrador, um mestre carpinteiro, um mestre ferreiro, um mestre vaqueiro, um mestre tropeiro e dois mestres carroceiros. Escravos especializados — carpinteiros, pedreiros, fervedores etc. — formavam uma elite secundária de 95 trabalhadores.[14] Assim, trabalhadores especializados ou em função de chefia representavam um quinto do total de escravos e mais de um quarto da mão-de-obra ativa. O treinamento e a especialização adquiridos por estes escravos refletiam-se nos altos preços que atingiam no mercado — embora poucos deles fossem vendidos.

O procedimento para organizar o contingente de escravos, embora lembrasse o princípio da "turma de trabalho" observado no século XVII, tornou-se muito mais elaborado e intenso durante a expansão do século XVIII. Segundo o manual de

administração de *plantations* de Samuel Martin — publicado em 1754 e com muitas reedições — a *plantation* deveria ser "uma máquina bem construída, composta de várias engrenagens, girando em direções diferentes, e mesmo assim contribuindo para o grande objetivo proposto; mas se alguma parte girar depressa ou devagar demais em relação ao resto, vai-se perder o objetivo principal".[15]

A divisão dos escravos entre os campos de cana-de-açúcar, o engenho, a casa de fervura, a destilaria, as roças de víveres, os estábulos e daí por diante exigia bom discernimento e senso de oportunidade, principalmente durante o caos da época de colheita. Os 365 trabalhadores de campo de Worthy Park foram divididos em 1793 em cinco turmas, excluindo os que cuidavam do gado. Escravos entre dezesseis e quarenta anos formavam a "Grande Turma"; nessa época em Worthy Park 60% da Grande Turma eram de mulheres. Quando os homens escravos ascendiam ao nível de artesãos, as mulheres passavam a predominar no trabalho no campo. A Segunda Turma tinha 67 escravos com idade entre dezesseis e vinte e cinco anos, e a Terceira Turma, 68 escravos entre doze e quinze anos. Os escravos entre cinco e onze anos formavam a Turma das Ervas ou do Mato, enquanto um grupo restante de 13 escravos de várias idades pertencia à Turma dos Vagabundos, por serem fujões ou malfeitores recalcitrantes.[16]

Os feitores tinham de trabalhar junto com os capatazes de cada turma para garantir a coordenação perfeita e a manutenção da ordem; da mesma forma, os capatazes precisavam obter a obediência ou o respeito de sua turma. Os capatazes costumavam andar armados de chicote, mas este estava longe de ser seu único instrumento para exigir obediência. O feitor vigiava de perto os armazéns, para garantir que as rações de alimentos, roupas e rum fossem distribuídas entre os escravos segundo sua posição na hierarquia da *plantation*, sendo que um bônus arbitrário era freqüentemente encaminhado por intermédio da elite escrava ou dos "cabeças". Quando selecionava escravos para o cargo de capataz, o feitor não tinha liberdade total; embora com certeza preferisse um chefe rigoroso, seria contraproducente indicar um capataz que fosse odiado ou desprezado pelos outros escravos.[17]

Os registros da *plantation* jamaicana Mesopotamia fornece um quadro interessante da estratificação interna do contingente de escravos por sexo, origem, idade e tonalidade da pele. Esta estratificação determinava privilégios cruciais, que ajudavam a garantir a cooperação — para não dizer lealdade — da elite escrava, seus dependentes diretos (os membros da elite escrava costumavam ter uma ou mais esposas e vários filhos) e, por intermédio deles, da comunidade escrava. A *plantation* era organizada como uma hierarquia complexa na qual cada um conhecia o seu lugar. Do ponto de vista "externo", a *plantation* apresentava uma massa de escravos

negros e alguns administradores, técnicos e proprietários brancos. Do ponto de vista "interno", a diferença entre os tipos de escravos deve, muitas vezes, ter parecido mais significativa em termos imediatos. Assim, em Mesopotamia no período 1762-1831 havia 16 artesãos mulatos, outros 16 escravos domésticos mulatos, 18 mulatos "não-trabalhadores" (crianças, velhos) e apenas dois mulatos trabalhando no campo. Isto contrastava com 403 escravos africanos e 329 escravos negros crioulos, nascidos ali, dos quais, em cada categoria, 66% trabalhavam nas turmas de campo.[18] Era comum que cerca de um décimo das crianças nascidas em *plantations* jamaicanas fossem mulatas. Destes descendentes de "ingleses (ou escoceses ou irlandeses) nascidos livres" foi tirado o direito hereditário de seus pais mas, como recompensa, foi-lhes destinado um nicho privilegiado na hierarquia da *plantation*. Era também mais provável que acabassem conseguindo a alforria, embora isto exigisse tanto a disposição dos pais de pagar seu preço quanto a de seu dono de libertá-los.

Em muitas *plantations*, os africanos predominaram sobre os naturais do local nas turmas de campo, mas o proprietário de Mesopotamia comprou deliberadamente muitas mulheres crioulas na esperança de elevar a taxa de reprodução. Se observarmos as ocupações primárias dos escravos, notaremos que todos os artesãos eram homens, enquanto 61% dos escravos domésticos eram mulheres; dos capatazes, 71% eram homens, enquanto 29% eram mulheres. Nada menos que 55% das mãos empregadas no campo eram de mulheres. Os donos de *plantations* costumavam preferir os homens nas turmas de campo mas, como em Mesopotamia, acabavam tendo nelas grande proporção de mulheres. Isso devia-se, em parte, ao fato de que a mortalidade, principalmente no primeiro ano, era mais alta entre os homens, e em parte porque os homens eram promovidos do campo para ocupações artesanais, e as mulheres não.

A Tabela X.5 mostra a expectativa média de vida de várias categorias de escravos:

Tabela X.5 Expectativa de vida dos escravos de Mesopotamia

Homens		Mulheres	
Capatazes	58,2	Capatazes	59,3
Artesãos	48,6	Domésticas	59,0
Trabalhadores do campo	43,4	Trabalhadoras do campo	47,0
Todos os homens	45,3	Todas as mulheres	47,7

Fonte: Richard Dunn, " 'Dreadful Idlers' in the Cane Fields: The Slave Labor Pattern on a Jamaican Sugar Estate, 1762-1831", em Solow e Engerman, eds., *British Capitalism and Caribbean Slavery*.

Os capatazes eram em geral promovidos do cruel trabalho das turmas de campo depois de um período de serviço inferior à média, mas sem dúvida os pequenos privilégios a que tinham direito também contribuíam para sua maior longevidade. Como não havia mulheres artesãs, todas as escravas que não eram domésticas trabalhavam nos campos. Nem os escravos nem as escravas trabalhavam na turma de campo principal por muito mais de quinze anos; este período tinha um efeito tão negativo sobre sua saúde que eles precisavam ser transferidos para algum serviço mais leve. Mas as mulheres trabalhavam no campo por mais tempo, por serem transferidas para a segunda turma quando suas condições de saúde o exigiam. As únicas mulheres capatazes eram as responsáveis pela turma de crianças. A proporção maior de mulheres nas turmas de campo e o fato de que ficavam lá por mais tempo que os homens contribuíram para o problema da baixa fertilidade (que será analisado a seguir). O proprietário ausente de Mesopotamia exigiu que as escravas não fossem obrigadas a trabalhar demais para que a taxa de fertilidade subisse, mas, evidentemente, os feitores acreditavam que o trabalho feminino não poderia ser reduzido sem diminuir a produção. A manutenção do número exigido de membros da turma de trabalho principal era sempre difícil por causa da alta incidência de doenças: as 333 escravas de campo de Mesopotamia só eram qualificadas de "capazes" durante 54% do tempo, comparado com 57% do tempo para os 257 escravos das turmas de trabalho de campo. A proporção mais alta de escravas "adoentadas" ou "inválidas" parece refletir em parte o fato de que havia menos empregos considerados adequados para elas; é mais provável que os homens que ficassem doentes com freqüência recebessem algum trabalho especializado ou heterogêneo.

A predominância de homens na elite escrava e o monopólio masculino do trabalho artesanal refletiam os estereótipos sexuais tanto de europeus quanto de africanos. A divisão sexual do trabalho nas *plantations* também era útil para o regime de segurança e produção da *plantation*. Os capatazes tinham de se impor fisicamente. As africanas trabalhavam no campo, comerciavam e tinham filhos — mas, com raras exceções, não comandavam grupos de homens. Quanto ao trabalho artesanal, os homens tinham provavelmente uma pequena margem de vantagem física, por serem mais fortes e não engravidarem. Os escravos especializados incorporavam anos de treinamento e precisavam ser mantidos continuamente no trabalho e sempre disponíveis nas fases críticas do processo de produção. Sua expectativa média de vida bastante baixa demonstra que a fabricação do açúcar cobrava seu preço — exigia um esforço de tamanha intensidade e em tais condições que não deve ter sido melhor e talvez fosse mesmo pior do que o trabalho no campo no que tange a mulheres grávidas. Enquanto os escravos especializados alcançavam o preço médio de £125 cada,

o preço de capatazes era de £115, o de escravos de campo de primeira linha de £102, os de segunda linha de £58 e o de escravos domésticos, de £74. Escravas consideradas férteis alcançavam um preço ligeiramente mais alto por esta razão — contanto que também fossem capazes de trabalhar no campo. Mas a capacidade das escravas de terem filhos não era, por si só, muito cotada na escala de valores do administrador da *plantation*, por razões que examinaremos adiante.[19]

Embora as diferenças de expectativa de vida dos escravos revelassem um padrão de privilégios, eles morriam, em todo caso, em idade bastante avançada. A expectativa de vida na Europa era, geralmente, inferior a quarenta anos no século XVIII. É claro que os números citados acima sobre os escravos não refletem a mortalidade de bebês e crianças nem a ocorrida durante a travessia do Atlântico, mas ainda assim garantiam aos proprietários a perspectiva de 25 ou 35 anos de exploração da vida de seus escravos — fato que também ajuda a explicar o preço que alcançavam.

A estratificação não era, de modo algum, uma nova forma de controle da mão-de-obra. Uma das características mais "modernas" da *plantation* e do engenho era a variedade de dispositivos para regular e acompanhar o desempenho global. O toque de um sino ou o som de um berrante assinalava a transição de uma fase da jornada para outra. Na própria fábrica de açúcar haveria, com freqüência, como em Worthy Park, uma plataforma elevada da qual era possível ver todas as fases de trabalho. O proprietário de Worthy Park deixou instruções indicativas da integração entre a alocação da mão-de-obra e o controle financeiro desejado pelos donos de *plantations*, e que também explicam a presença de todos aqueles ajudantes de guarda-livros citados acima: "Há sempre cinco livros separados que devem ser mantidos em Worthy Park, que são: um grande Livro da Plantação, um Livro de Estoque, um Livro da Casa de Fervura, um Livro da Destilaria e um Livro do Trabalho Diário."[20] Estes livros davam ao proprietário ou a seu preposto um retrato exato do dia-a-dia da operação da propriedade; Henry Drax, mais de um século antes, contentara-se com um livro da plantação e com relatórios quinzenais sobre o desenvolvimento do trabalho.

Em princípio, o proprietário ou feitor era o chefe do processo de produção; neste aspecto a *plantation* escravista compartilhou, ou antecipou, uma nova característica da fábrica capitalista, se comparada à agricultura camponesa ou à manufatura artesanal. Poucas outras empresas produtivas da época se preocupariam com uma regulamentação financeira tão detalhada; o dono de uma grande propriedade, especialmente se tivesse várias delas ou caso ficasse ausente, tinha grande necessidade de controle financeiro. Perto do final do século XVIII, uma *plantation* açucareira podia valer

bem mais de £30.000, e algumas chegavam a valer £70.000. Comparemos estes valores com o de uma fábrica de algodão de Arkwright movida a água: entre £3.000 e £5.000; ou uma fábrica de algodão de vários andares, movida a vapor: entre £10.000 e £20.000.[21] Enquanto a propriedade açucareira dependia do trabalho forçado e coordenado de 200 ou mais trabalhadores, uma fazenda grande na Inglaterra empregava entre 15 e 21 trabalhadores em tempo integral e mais uns 30 ou 40 extras no auge das fases de plantio e colheita.[22]

A preocupação dos proprietários de *plantations* com a produtividade era ainda muito irregular e seletiva, lembrando-nos do caráter social híbrido da *plantation* escravista. Na fase de processamento, os proprietários dispunham-se a experimentar e adotar máquinas que aumentassem o rendimento da cana e a produtividade da mão-de-obra. Em 1754, uma nova disposição horizontal dos roletes do moinho que permitia um aumento de escala foi adotado por alguns proprietários nas ilhas Leeward, embora o sistema ainda levasse várias décadas para ser aperfeiçoado. Em 1768, um produtor da Jamaica patenteou a aplicação da máquina a vapor ao engenho de açúcar, mas o projeto fracassou.[23] O interior do engenho de açúcar do século XVIII continuou mais próximo da manufatura integrada em grande escala, com suas equipes de artesãos especializados, do que do processo completamente industrializado.

Duas circunstâncias inibiram o avanço industrial na fabricação de açúcar. Em primeiro lugar, o produtor estabelecido possuía equipes treinadas de trabalhadores sobre as quais exercia controle direto; portanto, não tinha necessidade urgente de mecanização; além disso, a mão-de-obra especializada do dono da *plantation* açucareira, diferentemente da do produtor de algodão, não podia se sindicalizar nem ameaçar fazer greve. Assim, o incentivo inicial do produtor de algodão para adotar a mecanização era mais forte que a do produtor de açúcar. O segundo motivo que incentivou o pioneirismo industrial dos produtores de algodão foi que não havia nenhum abismo social aberto entre eles e os trabalhadores especializados. Era muito mais provável que o pequeno produtor de algodão mantivesse relações com seus operários especializados do que o dono da *plantation*, seu representante ou feitor com os escravos especializados. As experiências mecânicas dos proprietários de *plantations* eram, em geral, amadoras, e suas inovações pouco práticas, mesmo quando inspiradas por uma intuição promissora.

Se os donos de *plantations* não eram muito bons para desenvolver inovações produtivas, dispunham-se a adotá-las prontamente se melhorassem a produção ou reduzissem os gargalos. Os manuais das *plantations* enfatizavam invariavelmente a importância de conservar a fertilidade do solo. Nas últimas décadas do século XVIII,

uma variedade nova de planta, a cana Bourbon, foi adotada pela maioria dos produtores caribenhos; o almirante Bougainville encontrara esta variedade de grande rendimento no Oriente, e os ingleses a tomaram dos produtores franceses de açúcar. Mas, embora uma nova variedade de cana fosse bem-vinda, os campos ainda eram preparados de forma exaustiva com a enxada; Edward Long afirmou que o arado aliviaria este trabalho, mas a maioria dos proprietários de *plantations* não via necessidade de economizar trabalho escravo fora do período de colheita.[24]

A *plantation* escravista tinha muitos níveis: métodos sofisticados de controle financeiro, técnicas elaboradas de manufatura, vigilância atenta do trabalho na colheita comercialmente rentável. Mas por baixo de tudo estava um processo de multiplicação diária que dependia imensamente da iniciativa dos escravos. Eles plantavam a maior parte de sua comida, faziam roupas com o tecido que recebiam, fabricavam utensílios domésticos e construíam seus próprios alojamentos, além das casas de pedra de seus senhores. Suas moradias costumavam assemelhar-se a uma aldeia africana, com uma disposição circular ou semicircular de cabanas de telhado de palha e chão de terra batida. Tinham pequenas hortas vizinhas e podiam criar galinhas e porcos. Também recebiam alguns lotes para plantar provisões, mas que costumavam ficar distantes, já que a cana tinha prioridade nas terras mais próximas do engenho; a distância a ser percorrida e a dificuldade de proteger a plantação de roubos ou danos podia reduzir bastante o valor desta concessão. Os escravos podiam cultivar sua comida fora do período da colheita principal, aos sábados: ou metade do dia a cada semana, ou um sábado inteiro a cada quinzena. Dependendo da localização dos lotes, também aproveitavam as noites e os domingos para cuidar de plantações de inhame, banana, mandioca e feijão.

Se tivesse sorte, um escravo receberia meio acre (2 mil m²) ou encontraria algum vale fértil numa montanha próxima, mas nos lugares onde a terra era escassa — por exemplo, em Barbados os escravos não recebiam terra alguma — o proprietário tinha a obrigação de fornecer mais comida. Os proprietários também reservavam lotes para o enterro de escravos; quando uma *plantation* envelhecia isto poderia virar uma fonte de tensões, com o crescimento do cemitério e o desejo dos feitores de ampliar ao máximo a terra disponível para cultivo. Os lotes para produção de alimentos e o cemitério eram vistos pelos escravos como terra sua; eram passados de geração a geração segundo regras estabelecidas pela própria comunidade. A maioria dos proprietários e feitores aceitava esta situação, reconhecendo que seria contraproducente não fazê-lo. A proporção crescente de dinheiro e comércio interno em mãos de escravos era outra evolução estimulada pelo sistema de lotes de produção de alimentos e que nem proprietários de *plantations* nem funcionários do governo puderam deter. Long calculou que um terço da moeda corrente da Jamaica estava em mãos de escravos na década de 1770.[25]

Como havia crianças nascendo e sendo criadas na *plantation*, ela passou a abranger uma esfera de reprodução parcialmente sob controle escravo, embora também semicoletivizada, com creches comunitárias, assistência médica etc. Era raro que escravos das *plantations* recebessem instrução formal, secular ou religiosa. Os escravos elaboraram uma cultura sincrética, fundindo vários temas africanos com elementos europeus e inovações americanas. O patoá falado pela maioria dos escravos da Jamaica e das ilhas britânicas mais antigas baseava-se num léxico inglês, incluindo palavras tiradas do espanhol, do português, do celta, do holandês e de várias línguas africanas. Embora muitos feitores e escravos pudessem comunicar-se perfeitamente num pidgin baseado no patoá, os escravos costumavam falar entre si de uma forma que a maioria dos brancos não conseguia entender. A prática religiosa escrava do *obeah* — em que se conjuravam espíritos e lançavam feitiços — era, não raro, adotada por brancos pobres. O cristianismo não teve grande penetração entre a população escrava até o final do século XVIII, com a chegada de missionários e "metodistas africanos" ou batistas da América do Norte. No entanto, a partir da década de 1760 um novo movimento religioso de base africana, o mialismo, surgiu na Jamaica e afirmava ser capaz de contrabalançar a feitiçaria tanto dos *obeah* quanto dos europeus. É possível que a eliminação das revoltas lideradas pelos akan tenha aberto caminho para uma maior sensibilidade pan-africana, preocupada em neutralizar a feitiçaria européia e preferindo — pelo menos na época — as danças noturnas à revolta declarada.[26]

A morte também proporcionava um ponto de aglomeração, permitindo à comunidade escrava nascente reafirmar vínculos novos e antigos. O funeral de escravos que se estabeleciam na comunidade caracterizava-se pela reunião de numerosos amigos e parentes, incluindo-se entre os primeiros os "colegas de bordo". Em Antigua, esses acontecimentos eram considerados ameaças à ordem social, e uma lei tentou proibir cerimônias que fossem "pomposas e caras": "Nenhum Escravo ou Escravos em nenhuma das Cidades será enterrado após o Pôr-do-sol (...) e apenas num Caixão simples de Tábuas comuns, sem qualquer Cobertura ou Ornamento, nem serão usadas Estolas ou Fitas em qualquer de seus Funerais."[27] Provavelmente, não foi coincidência o fato de que a colônia que aprovou esta lei fora profundamente abalada alguns anos antes, em 1736-37, pela descoberta de uma grande conspiração de escravos cujo objetivo era tomar a ilha. Esta conspiração fora preparada numa série de festas noturnas e desfiles públicos nos quais escravos importantes haviam adotado o estilo dos reis e generais akan, ou mesmo de proprietários e funcionários colo-

niais. No julgamento dos conspiradores, relatou-se que os escravos Court e Tomby (Thomas Boyd) haviam usado juramentos à beira do túmulo para ligar seus seguidores a eles. Além disso, eles também adicionavam ao rum terra de túmulos e outros "Ingredientes de Juramento" antes de fazer um brinde à queda dos brancos numa festa:

> Tomby então pegou uma garrafa e encheu um copo e Disse Senhores, vou fazer um brinde à Saúde, & à Danação daqueles que não se comprometerem nem derem sua Ajuda. (...) Disse ele Nós vamos Atacar a Cidade e Matar o Bacearraras e Todos devem juntar-se a Court e a mim para fazê-lo (...)"[28]

Os rebeldes planejavam derrubar o governador e os principais proprietários de *plantations* durante uma cerimônia a ser realizada em 11 de outubro de 1736 para comemorar a coroação de Jorge II. Para impressionar possíveis seguidores, executaram sua própria dança de guerra no dia 3 de outubro. O comportamento diferente dos escravos assustou as autoridades, e a trama foi descoberta quando a cerimônia do governador foi adiada. Isso espalhou o pânico entre os proprietários, e seguiram-se represálias cruéis contra todos os cúmplices reais ou imaginários; no fim de dezembro já haviam ocorrido execuções e quarenta e oito deportações. Usou-se a tortura para extrair informações incriminadoras; em maio de 1737, o total de vítimas de execuções chegara a oitenta e seis, das quais setenta e sete foram queimadas em público.[29]

Em seu relato do caso, o governador escreveu:

> Como desta horrenda conspiração ouviram falar todos aqueles que têm correspondência com Antigua, ela será sem dúvida criticada de várias maneiras; e como a escravidão é odiada pelos ingleses, alguns de nossos compatriotas podem fazê-lo desfavoravelmente a nós. Mas a escravidão é, entre nós, não um caso de escolha, mas de necessidade, e a menos que (como não se deve sequer imaginar) a nossa pátria-mãe abandone o negócio das colônias açucareiras, os ingleses devem continuar a ser senhores de seus escravos.

Ele tentou minimizar o uso da tortura para extrair informações: "fizemos três experiências infrutíferas e então desistimos de usá-la".[30] Os magistrados encarregados da investigação não tinham dúvida de que, na opinião dos líderes, "A Liberdade e a Posse das Propriedades de seus Senhores seriam a Recompensa de sua [dos escravos] perfídia e traição." Como boa parte dos instigadores eram escravos especializados, recomendou-se que, dali em diante, fosse proibido que escravos se tornassem destiladores ou comerciantes. Os magistrados também explicaram a situação legal do escravo, sem dúvida com o objetivo de desculpar a ferocidade com que uma conspiração fracassada fora esmagada:

> um escravo não é uma Pessoa reconhecida pela Lei da Inglaterra, e aos Olhos da Lei é a mesma Pessoa depois da condenação ou antes dela; Escravos são incapazes de dar Provas, exceto uns contra os outros, (o que é sempre feito sem Juramento), ou ao serem processados, por não possuírem sangue herdável, nem serem Senhores de qualquer Propriedade digna de consideração, e serem Posse e Propriedade de outros; assim, não podem perder Crédito, nem ter seu sangue manchado, nem ser multados em nenhuma Propriedade, nem desqualificados por nenhuma desonra.[31]

É claro, o escravo já era, legalmente, um prisioneiro e trabalhador forçado, e assim estas sanções não poderiam ser aplicadas a eles. No caso de os escravos gozarem de pequenos direitos ou privilégios, isso se devia ao fato de proprietários e feitores considerarem conveniente ou prudente que assim fosse. Apesar de serem avisados de que isto "corrompia" seus escravos, continuaram a fazê-lo apesar dos conselhos do governador Matthew e seus magistrados.

O pânico que se apoderou de Antigua revelou a prisão de medo onde estavam encerrados tanto os brancos quanto os negros. Qualquer autonomia pessoal permitida aos escravos ou por eles conquistada era limitada pelas exigências ferozes do trabalho na *plantation*, por regras detalhadas de conduta e pelo medo permanente de castigos selvagens no caso de qualquer infração real ou imaginária. Transgressores seriam chicoteados impiedosamente e privados de todos os pequenos privilégios ou rações extras. Os escravos não podiam pôr o pé fora da *plantation* sem permissão expressa; no entanto, alguns membros da elite escrava podiam conseguir regularmente passes que lhes permitissem ir às *plantations* vizinhas ou à cidade próxima, visitar parentes ou comprar e vender provisões. Na maioria das ilhas, as feiras de produtos dos escravos, geralmente realizadas nas manhãs de domingo, tornaram-se parte fundamental da economia local, e permitiam que os escravos ganhassem algum dinheiro, além de representar a principal fonte de produtos frescos para a maior parte da população livre. Nas feiras maiores havia uma profusão de legumes, verduras e frutas, além de peixes e aves. No entanto, os escravos eram terminantemente proibidos de cultivar ou vender cana-de-açúcar ou qualquer um dos outros produtos de exportação; isso desencorajava o roubo e garantia o controle da produção colonial pelos proprietários. Os escravos também recebiam às vezes pequenas somas por trabalhar em dias santos ou por executar missões especiais. Phibbah, "esposa" escrava de Thistlewood, pôde emprestar-lhe £66 quando ele começou sua própria criação

(quase £5.000 em valores de 1994).[32] Na Jamaica, a reduzida população livre de cor era quase sempre de pequenos comerciantes ou mascates; às vezes, recebiam permissão para visitar as *plantations* e negociar com os escravos.

A relativa "modernidade" comparativa da *plantation* foi comprada por alto preço por seu proprietário. O empreendimento sempre corria o risco de tornar-se hipercapitalizado quanto ao fluxo de vendas e lucros. Assim, uma propriedade açucareira em Antigua avaliada em £20.000 em meados do século tinha uma receita de £3.600 e despesas operacionais que atingiam o total bastante razoável de £1.272, incluindo £300 de provisões extras, £290 de outros artigos de manutenção, £320 de salários, £254 de taxas coloniais e paroquiais e £110 de impostos e pagamentos devidos à Coroa. Embora fosse grande o superávit da receita sobre as despesas, o proprietário da *plantation* tinha de descontar dele o alto valor de capital da *plantation* e os pesados custos de depreciação; o dono de terras ou de manufaturas da época na metrópole não teria de arcar com deduções tão grandes. O custo de manter o número de escravos, no caso citado, podia chegar a umas £400 por ano. Juntamente com impostos pagáveis na Inglaterra, as várias despesas dessa *plantation* acabavam gerando uma taxa de retorno sobre o capital de cerca de 8,5% ao ano.[33] Era difícil manter valor de uma *plantation* depois dos primeiros dez ou vinte anos, já que o rendimento da cana velha diminuía e o solo ficava exaurido.

Em seu desejo de evitar impostos, os donos de *plantations* das Índias Ocidentais tentaram enfatizar ao máximo as dificuldades que enfrentavam. Assim, Edward Long ressaltou os muitos riscos que ameaçavam os altos lucros de curto prazo. Calculou que uma grande *plantation* avaliada em £30.000 em 1770, com 300 escravos, podia render a seu proprietário 10% ao ano. E acrescenta:

> Embora seja um lucro alto, não será julgado exorbitante demais por aqueles que considerarem honestamente que o proprietário está sujeito a uma grande variedade de riscos e perdas acidentais por anos de seca, furacões, incêndios, mortandade de Negros e gado, aumento súbito de preço de artigos necessários que é obrigado a comprar todo ano ou a queda repentina no mercado do preço do açúcar e do rum; em todas essas perdas e vicissitudes, ele é seu único segurador.[34]

Não há dúvida de que o lucro dos proprietários de *plantations* caía abaixo de 10% em anos ruins; mas (como mostrarão as provas citadas abaixo) superavam este nível nos anos bons. O elemento de imprevisibilidade nas expectativas da *plantation* limitava a racionalidade econômica que poderiam conseguir. A reserva de depreciação poderia ser inadequada. Era difícil prever o preço dos escravos; sua elevação aumentava o valor

contábil da *plantation* mas também fazia crescer o custo de substituição. Os proprietários tinham pouca dificuldade para acompanhar sua receita, já que esta vinha principalmente da venda de açúcar, rum e melado, suplementada por vendas ocasionais de animais de criação ou do aluguel de escravos para trabalhar em produções secundárias ou obras públicas. Os gastos eram divididos entre "Despesas da Ilha", pagáveis localmente; a "Conta de Mercadorias", apresentada pelo mercador ou procurador metropolitano; e os custos de frete, já que muitos proprietários britânicos enviavam sua própria produção para venda na Inglaterra. Geralmente os produtores esperavam cobrir todas as "despesas da ilha" com a venda de rum e melado para mercadores da América do Norte; o frete e a "Conta" seriam pagos com o resultado da venda do produto principal na Inglaterra, ficando eles mesmos com um saldo considerável. Desta forma, a receita auferida pelo proprietário ausente nunca saía da metrópole, e costumava haver escassez de moeda nas colônias.

Os temas de Edward Littleton em *The Groans of the Plantations* (1689) seriam várias vezes repetidos: as queixas não eram dos escravos, mas dos proprietários que reclamavam da dificuldade de ter lucro. Mas a pesquisa moderna demonstrou que estas lamentações em causa própria eram enganosas. Trabalhando com registros contábeis das *plantations*, J. R. Ward calculou, na Tabela X.6, a seguinte série para o lucro nas Índias Ocidentais britânicas:

Tabela X.6 Lucros das *plantations* das Índias Ocidentais britânicas

		Lucro médio anual	Número de amostras
1689-97	Guerra	6,2	2
1698-1702	Paz	9,4	3
1703-13	Guerra	5,2	4
1714-38	Paz	11,9	4
1739-48	Guerra	14,9	2
1749-55	Paz	10,1	4
1756-62	Guerra	13,5	7
1763-75	Paz	9,3	9
1776-82	Guerra	3,4	11
1783-91	Paz	8,5	10
1792-98	Guerra	12,6	10

Fonte: J. R. Ward, "The Profitability of Sugar Planting in the British West Indies", *Economic History Review*, 1978, pp. 197-213 (pp. 204, 207).

As guerras elevavam o preço do açúcar mas também aumentavam o custo de alimentos, implementos, seguro e frete. Se a guerra ia bem para a Marinha inglesa,

então os ganhos dos proprietários ingleses ultrapassavam sua perda; o mercado britânico era, por si só, suficientemente grande e florescente para manter a demanda. A paz trazia mais competição, principalmente fora do mercado interno. A revolta das colônias do norte em 1776 e os reveses sofridos pela Marinha inglesa no período seguinte provocaram um encolhimento drástico do lucro das *plantations*, não registrada inteiramente nas médias da Tabela X.6, já que houve, com certeza, muitas bancarrotas naquela época. A cada ano, centenas de "ordens de execução" eram emitidas contra pessoas incapazes de pagar suas dívidas, que quase sempre chegavam a centenas de milhares de libras por ano.[35]

O alto custo de adquirir e manter um contingente de escravos fez com que o dono da *plantation* tivesse necessidade de acesso mais ou menos constante a capital de risco. Este era fornecido, a uma taxa de juros anuais de cerca de 18%, por grandes proprietários, procuradores ou comerciantes. Embora fosse de praxe fazer seguro da carga de um navio negreiro, o dono da *plantation* não tinha acesso a seguro para seus escravos; os que tivessem contingentes maiores e mais variados de escravos estavam em condição melhor para suportar desastres. As principais famílias das Índias Ocidentais britânicas — os Beckford, os Lascelle e os Pinney — acumulavam as funções de banqueiro e mercador com a propriedade de *plantations*, algumas adquiridas por meio da execução de dívidas. Uma das características mais notáveis do Caribe britânico do século XVIII, como observamos, foi o sucesso da prática do absenteísmo do proprietário. No século XVII, a ausência do proprietário era um convite ao desastre — fato que Dunn ilustra vivamente em *Sugar and Slaves*. Sem dúvida, alguns proprietários ausentes britânicos do final do século XVIII levavam uma vida fútil e dissipada, mas, provavelmente, não os mais bem-sucedidos. Os proprietários de terras nas Índias Ocidentais descobriram que residir no Reino Unido fazia sentido porque lhes dava acesso ao capital e a recursos comerciais a um custo mais baixo do que se estivessem no Caribe — e isto era especialmente relevante para donos de várias *plantations* e para os que tinham investimentos importantes na metrópole. Advogados regiamente pagos e o Accounts Produce Department (Departamento de Produção e Contabilidade) garantiam a administração bastante eficiente da propriedade. Mas, embora estes esquemas dessem ao proprietário um controle financeiro global, não eram calculados para garantir um avanço agroindustrial autosustentado, na falta de artesãos especializados livres e mais motivados.

O estudo de David Hancock de vinte e três sócios mercadores sediados em Londres dá uma boa idéia do papel estratégico que as *plantations* e o comércio colonial desempenhavam em suas atividades. Em 1750, eles possuíam, separadamente, 9.000 acres de terra em *plantations* nas colônias, subindo para 21.000 em 1763 e

chegando a 130.000 no final de 1775, com propriedades na Jamaica, nas ilhas Leeward, na Carolina do Sul, na Geórgia e na Flórida. As *plantations* açucareiras do Caribe eram suas propriedades mais lucrativas. Embora algumas dessas terras tenham sido adquiridas por herança ou em leilões, muitas vieram parar em suas mãos por meio da execução de dívidas. Seis deles tinham uma feitoria de escravos na ilha Bance, em Serra Leoa, e podiam suprir suas propriedades a partir desta fonte.

Um deles, Sir Alexander Grant, tinha sete *plantations* na Jamaica no período de 1766-71, que exportaram açúcar no valor de £152.828, sobre o qual, segundo cálculos de Hancock, ele obteve um lucro de £20.000, ou £3.450 por ano, representando um retorno sobre o capital gasto de nada menos que 29%. Mas os lucros mercantis de Grant no comércio das Índias Ocidentais, excluindo os escravos, foram ainda melhores: £6.118 por ano num período de doze anos, no qual foram realizadas trinta viagens, o que representa uma taxa de retorno de 44% do capital empregado. (Hancock demonstra que o lucro de £20.000 de Grant em 1766-71 corresponderia a £1.326.094, ou US$ 1.972.405 em valores de 1994, e que o lucro mercantil anual de £6.118 equivaleria a £467.314 ou US$ 695.074 em valores de 1994). Grant era um "aperfeiçoador" perspicaz: em 1767, enviou dois motores a vapor para as suas propriedades nas Índias Ocidentais, juntamente com uma série de outras idéias e mecanismos, bons e ruins. No entanto, a pouca atenção dada às condições locais, subordinados inadequados e falta de persistência fizeram com que ele perdesse muito dinheiro em experiências agrícolas na Flórida. Como a maioria de seus colegas, obteve no comércio negreiro um lucro mais modesto, de cerca de 6%, do que nas *plantations* nas Índias Ocidentais ou no comércio colonial.[36]

Os colegas de Hancock alcançaram considerável importância social, mas vinham de famílias protestantes modestas, com origem na Escócia, no interior da Inglaterra ou nas colônias. De modo geral não dispunham de ricas heranças e começaram como pequenos rendeiros, médicos em *plantations* (como Alexander Grant) ou empregados no comércio. Deviam seu sucesso posterior ao planejamento e à integração comercial cuidadosos, a compras vantajosas de proprietários em dificuldades e ao bom aproveitamento de ocasiões de sorte. Quando Sir Alexander Grant morreu, em 1772, seus bens foram avaliados em £95.000 — uma soma impressionante, mas ofuscada pelo espólio de £500.000 deixado por seu ex-sócio Richard Oswald na década seguinte.[37]

Se é representativo o estudo clássico de Richard Pare, intitulado *A West India Fortune*, este padrão repetiu-se na geração seguinte. John Pinney herdou uma propriedade açucareira em Nevis na década de 1760. Em 1783, depois de adquirir experiência e contatos nas Pequenas Antilhas, partiu para estabelecer-se como co-

merciante em Bristol. Embora ele próprio não desejasse ser dono de *plantations*, emprestou dinheiro a seus proprietários, além de comprar-lhes o açúcar e vender-lhes suprimentos. Em 1782 sua fortuna era avaliada em £70.000, das quais £60.000 correspondiam a suas terras nas Índias Ocidentais. Quando morreu, em 1818, o valor total de seus bens havia crescido para £340.000, com £146.000 em propriedades nas Índias Ocidentais e mais em hipotecas a receber. Mesmo levando em conta a inflação, ele mais que triplicou o valor de seus bens, e os juros e lucros auferidos em seus negócios nas Índias Ocidentais representaram a principal fonte de seu sucesso.[38]

As informações econômicas, demográficas e técnicas relativas ao desempenho das *plantations* das Índias Ocidentais britânicas são mais abundantes e detalhadas do que as disponíveis sobre as colônias escravistas de outras potências européias no século XVIII. Uma de suas características importantes pode ser considerada típica: a capacidade aparentemente ilimitada de expansão quantitativa. O melhor rendimento da cana devido ao aperfeiçoamento das variedades, às modificações introduzidas nos moinhos e ao tamanho geralmente alentado da *plantation* resultaram numa produção maior, mas a produção por escravo ou por acre permaneceu estável até 1800. Durante o século, os produtores obtiveram algo entre 7 e 11 quintais*, ou pouco menos de meia tonelada de açúcar por escravo, e cerca de uma tonelada por acre de terra plantada com cana.[39] As variações costumavam refletir a fertilidade do solo, a idade das touceiras de cana e as chuvas. À medida que a *plantation* crescia, a cana tinha de ser transportada através de distâncias cada vez maiores até o moinho, a um custo mais alto e com a perda de conteúdo de sacarose. No moinho, o processamento era mais eficiente, mas isso aumentou a área necessária de terra plantada com cana; assim, o aumento da produção por moinho costumava reduzir a produção por escravo e por acre. O contingente de escravos teria de trabalhar mais duramente para sustentar esta forma clássica de desenvolvimento extensivo, trazendo a cana de mais longe. Da mesma forma, o processo de fervura, que utilizava até sete tachos separados de cobre, era complicado. Não eram raros os acidentes quando escravos extremamente cansados alimentavam o moinho com cana ou despejavam o caldo de cana fervente dos tachos maiores nos menores até que o açúcar pudesse ser "separado" do melado. Os que alimentavam o moinho podiam perder um braço, ou sofrer algo pior, e o derramamento de melado fervente podia aleijar ou matar.

*Antiga medida norte-americana correspondente a 100 libras, ou 45,539kg. Diferente do quintal brasileiro, equivalente a quatro arrobas ou 58,758 kg. (*N. do T.*)

O custo das compras regulares de escravos apenas para manter a produção, sem considerar a expansão, nos leva ao problema que era, talvez, depois da segurança da *plantation*, o mais importante, e quase sempre o mais difícil de resolver entre todos os problemas que perturbavam os proprietários do Caribe. O crescimento da população escrava caribenha era lento e modesto se comparado às importações maciças e crescentes. O Caribe britânico importou cerca de 1,6 milhão de escravos entre 1700 e 1800, e ainda assim a população escrava era inferior a 600.000 indivíduos no final do século. Barbados, como colônia de *plantation* mais antiga, tinha uma população crescente de escravos "crioulos" nascidos na América, com maior imunidade às doenças locais e maior propensão a reproduzir-se; mesmo assim, em meados do século XVIII ainda eram necessárias imensas importações anuais simplesmente para repor a população escrava a cada ano. Assim, entre 1712 e 1734, 75.893 escravos foram levados para Barbados, mas a população escrava da ilha só cresceu de 41.970 para 46.373 indivíduos. Os registros de uma *plantation* de Barbados durante este período mostra apenas um escravo nascido para cada seis mortos. Doenças e acidentes eram responsáveis por uma taxa de mortalidade bastante elevada, mas o nível populacional poderia ter sido mantido se houvesse pelo menos uma taxa de natalidade razoável. Os homens eram mais numerosos que as mulheres, numa relação aproximada de 65 para 35 no comércio negreiro do Atlântico, mas o impacto deste desequilíbrio de sexos sobre a taxa de natalidade não era tão significativo quanto a baixa fertilidade das escravas, das quais praticamente nenhuma havia ultrapassado a idade fértil na época da compra. Na *plantation* citada havia apenas um nascimento por ano para cada grupo de cem escravos. Na Inglaterra, na mesma época, a taxa de natalidade era de 33 a 38 por mil. Taxas de natalidade de 10 a 15 por mil escravos eram bastante comuns na primeira geração da população escrava no Caribe, e só subiu muito lentamente dali em diante.[40]

A Jamaica repetiu o padrão característico: a chegada de quase meio milhão de escravos entre 1700 e 1774 só elevou a população escrava em pouco mais de 150.000 pessoas. Edward Long, proprietário de *plantation* na Jamaica, observou: "os negros se reproduzem melhor quando seu trabalho é menor, ou mais fácil".[41] As escravas que trabalhavam no serviço doméstico, em alguma tarefa especializada ou em ranchos de criação de gado tendiam a ter mais filhos; as que eram condenadas ao trabalho braçal nos campos e moinhos de cana tinham menos. Durante o século XVIII houve uma queda da taxa de "reprodução negativa" da população escrava da Jamaica, de -3,7% ao ano em 1700 para -3,4% ao ano em 1734, -2,5% em 1750 e -2,0% em 1774. Este aumento da taxa de reprodução, embora limitado, refletiria tanto a "crioulização" da população escrava como certa redução do tamanho das proprie-

dades açucareiras. Depois de montados os engenhos de açúcar, era melhor empregar mais escravos na criação de animais para fornecer alimentos às propriedades açucareiras: a pecuária na Jamaica cresceu de 10.000 cabeças em 1673 para 193.000 em 1774. Com mais terra disponível do que as ilhas menores, a Jamaica também tinha espaço para uma agricultura mais diversificada. Em 1768 havia ali 166.000 escravos, dos quais 99.000 trabalhavam em propriedades açucareiras, quase 6.000 em Kingston e 62.000 em fazendas dedicadas à criação e ao cultivo de alimentos e produtos secundários. Nas últimas décadas do século houve também certa expansão do cultivo de produtos secundários, especialmente café. Embora as condições das mães escravas fossem um pouco melhores fora do setor açucareiro, a grande dimensão desse setor e suas exigências especiais impunham limites à melhoria da taxa reprodutiva dos escravos.[42]

Nas propriedades açucareiras, homens e mulheres jovens da turma principal trabalhavam, em média, setenta ou oitenta horas por semana, continuando com freqüência a trabalhar à noite no moinho depois de um dia estafante no campo. Como vimos, as mulheres costumavam ficar mais tempo na turma principal, por terem muito menos oportunidade de promoção do que os homens. Mulheres grávidas trabalhavam no campo até pouco antes do parto e voltavam à turma depois de algumas semanas. Entre os vários fatores que contribuíram para reduzir a taxa de natalidade dos escravos do Caribe, foi importante a dificuldade da vida das mulheres, principalmente nas *plantations* açucareiras. Os escravos eram mantidos no trabalho com a ajuda de chicotes e punidos ferozmente por qualquer falta, pequena ou grande — escravas, mesmo grávidas, podiam receber cinqüenta chicotadas por crimes comuns, como faltar ao trabalho ou furtar comida. O trabalhador do campo tinha de curvar-se para cortar a cana; outros a carregavam e colocavam nas carroças. Era um trabalho pesado.[43]

Os donos das propriedades açucareiras provinham de uma camada da sociedade britânica que começava a cultivar o que era considerado uma sensibilidade mais refinada. Em meados da década de 1770, Janet Schaw, uma "Lady of Quality" ("Dama de Qualidade"), redigiu o relato de uma visita a Antigua e São Cristóvão, onde foi hóspede ou companheira de pessoas agradáveis, como Mr. Halliday, com suas cinco *plantations*, Lady Ogilvy, Mr. Martin, Lady Payne e outras figuras importantes da sociedade de proprietários. Janet Schaw confessa-se gratificada pela visão dos negros que assistiam a um culto na igreja e encantada com o espetáculo de uma multidão alegre vestida de morim branco "a caminho da cidade com suas Mercadorias". Ela explica que "nesta estação não se deveria

ouvir o estalo desumano do chicote". Algumas páginas adiante ela descreve os escravos a trabalhar:

> Os negros que estavam todos em grupo são separados de modo a ficarem equiparados em tamanho e força. Cada grupo de dez negros tem um capataz, que anda atrás deles segurando um chicote curto e um comprido. Pode-se adivinhar facilmente o uso dessas armas; uma circunstância das mais horrendas de todas. Estão nus, homens e mulheres, até as ancas, e nota-se com freqüência onde elas foram aplicadas. Mas, embora possa parecer pavoroso para um europeu, farei aos nativos a justiça de dizer que seriam tão contrários a isso quanto nós, caso pudesse ser evitado, o que já foi tentado muitas vezes sem resultado. Quando alguém passa a conhecer melhor os negros, o horror dessa prática se esvai. É o sofrimento da mente humana que constitui a maior desgraça do castigo, mas com eles isso é apenas corporal. Como nos animais, ela não inflige nenhuma dor à sua mente, cuja natureza parece apta a suportá-la, e cujos sofrimentos não são acompanhados de vergonha ou dor além do momento presente.

Como ninguém obriga a "Dama de Qualidade" a ser coerente, ela não tem de explicar por que sentiu prazer ao ver os negros no culto ou por que, já que não passam de animais, têm, mesmo assim, de ser chicoteados de uma forma que seria considerada excessiva para um cão ou um boi. Schaw não assistiu a um açoitamento, mas esteve presente numa venda de escravos, que lhe despertou a seguinte reflexão:

> Como estou no capítulo dos sentimentos dos negros, devo dizer que estive há alguns dias na cidade, quando uma quantidade deles, para ser posta à venda, chegou a bordo de um navio. Ficaram de pé para serem examinados com perfeita despreocupação. O marido seria separado da esposa, a criança da mãe; mas notava-se a mais absoluta indiferença em todos. Riam e saltavam, faziam caretas uns para os outros e não davam a mínima atenção ao seu destino. No entanto, isso não acontece sem exceções, e é necessário que um fazendeiro leve em conta o país de onde compra seus escravos; porque os que vêm de uma costa são apenas animais e só servem para o trabalho no campo, enquanto os de outra são maus negros para o campo, mas servos domésticos fiéis e habilidosos.[44]

Os proprietários e seus feitores devem ter percebido, até certo ponto, que um regime tão cruel prejudicava a capacidade das escravas de ter filhos e de cuidar deles de modo adequado até um ou dois anos de idade. O costume dos donos de *plantations* podia refletir um cálculo grosseiro e "impensado", como se segue. O custo anual de manter um escravo ficava em média entre £4 e £5, embora bebês e crianças fossem

muito mais baratos. Mesmo se o custo direto, para o proprietário, de criar uma criança escrava até os dez anos não fosse mais que, digamos, £10, ele também levaria em conta o custo da produção perdida pela mãe, supondo uma perda equivalente, talvez, à produção de uma estação, ou cerca de £5, mais uma contribuição para o custo da manutenção da mãe durante um ano (£4-£5), mais juros incidentes sobre todas essas quantias até que a criança começasse a dar uma contribuição líquida ao orçamento da *plantation*. Juntando tudo, a despesa por criança podia chegar facilmente a £40, incluindo juros acumulados, caso se levasse em conta o custo da mortalidade infantil. Durante a maior parte do século XVIII, o proprietário de *plantations* no Caribe, como foi dito antes, podia comprar escravos adultos jovens a um preço entre £15 e £40, sendo comum a faixa de £28-£35 no período de 1763 a 1788. A compra era, portanto, uma fonte mais barata de escravos do que a reprodução natural.[45]

No entanto, alguns proprietários não gostavam de depender tanto do tráfico negreiro. Os escravos nascidos na *plantation* estariam mais bem adaptados ao seu sistema e menos suscetíveis a doenças — ou à melancolia ou banzo que parecia matar bom número de escravos recém-chegados da África. Além disso, a ocorrência de guerras e a tendência de alta do preço dos escravos eram incentivos para que os proprietários estimulassem seus escravos a reproduzir-se. Alguns compraram mais escravas e tomaram providências para dar assistência às crianças, mas os melhoramentos eram lentos. É claro que a experiência da escravização e do cativeiro como um todo tinha um impacto prejudicial sobre o desejo ou a capacidade da mulher de ter filhos. As africanas eram menos férteis que as escravas crioulas; era muito raro que tivessem algum filho em seus primeiros cinco anos na América. Por outro lado, como as mulheres africanas sobreviviam em número um pouco maior que os homens, os proprietários acabavam tendo um contingente de mão-de-obra do qual metade ou pouco mais da metade era de mulheres.

As africanas haviam sofrido o choque da captura e da travessia. Elas eram rapidamente incorporadas ao trabalho incessante das turmas de escravos. Provavelmente ainda traziam consigo as noções africanas sobre o tipo de pessoa com quem deveriam se relacionar, assim como muitas traziam no rosto as marcas tribais. Algumas teriam deixado maridos na África, outras talvez tendessem a recusar qualquer parceiro que não fosse de sua nação. Em muitas culturas africanas, a escravidão não combinava com filhos, exceto no caso de casamento formal e concubinato. Uma proporção relativamente alta de mulheres africanas nunca teria filhos, enquanto outras acabavam tendo-os já perto dos trinta anos ou mesmo mais velhas, mas deixavam de ser férteis antes das mulheres nativas. Na média, os africanos costumavam ser dois centímetros mais baixos que os escravos nascidos

na América e, portanto, é possível que as africanas fossem às vezes menos fortes em termos fisiológicos — embora, é claro, outras tenham parido muitos filhos e vivido até os setenta ou oitenta anos.

A taxa elevada de mortalidade infantil e de abortos reduzia a taxa de natalidade registrada para todas as escravas; o problema era comum tanto em africanas quanto em escravas crioulas, e geralmente mais acentuado nas propriedades açucareiras. A mortalidade infantil registrada comprova uma grande quantidade de mortes em conseqüência de tétano ou mal-de-sete-dias, de beribéri infantil, de difteria e de deficiência de proteínas.[46] Os proprietários e feitores alegavam que a causa desses problemas era a disposição doentia ou "maldosa" das escravas. Barbara Bush está convencida de que a taxa reduzida de nascimentos de crianças vivas nas *plantations* do Caribe era conseqüência da habilidade das mulheres em regular sua própria fertilidade. Com certeza muitos observadores europeus contemporâneos acreditavam nisso. Bush acha que a taxa reduzida de crianças nascidas vivas poderia ser o resultado de "aborto, contracepção e infanticídio" deliberados.[47] Embora haja provas da prática da contracepção e do aborto, a alegação de feitores e proprietários de que suas escravas praticavam o infanticídio pode ter sido um recurso para desviar a atenção do tratamento que eles mesmos davam às mães escravas. Mas a condição do escravo era tal que, na opinião de Barbara Bush, o infanticídio pode muito bem ter sido praticado. Entre um quarto e metade dos recém-nascidos morriam antes de dez dias, muitas vezes de doenças identificáveis, como o tétano do recém-nascido. Até que os bebês ultrapassassem este primeiro período de vida, não eram considerados nascidos, nem pelos feitores nem, talvez, por suas mães — naqueles dias o recém-nascido era ainda um "fantasma" ou anjo, que por uma razão ou outra podia ser abandonado para morrer.

Os proprietários também alegavam que a "promiscuidade" entre os escravos era responsável pela baixa taxa de nascimentos. Barbara Bush prefere defender as escravas desta acusação, mas ela não leva na devida conta um possível significado da alegação dos proprietários. A estrutura de autoridade da *plantation* escravista do Caribe oferecia pouca proteção às mulheres cativas. O relato de Thomas Thistlewood deixa bem claro que as escravas da Jamaica, especialmente as mais jovens, eram vulneráveis à exploração sexual por brancos e, em menor grau, por negros em posição de autoridade. Ele registra o aviso que deu ao sobrinho para que não molestasse Little Mimber, esposa do "capataz Johnnie"; mas o sobrinho insistiu e afogou-se durante uma expedição pelo rio num "acidente" estranho. Sem prova tangível de crime, o *coroner* negou-se a abrir inquérito. Poucos dias depois, Thistlewood acrescenta: "ouvi um toque de concha no Rio, e depois à noite, 2 armas disparadas com

grande Alarido depois de cada uma, no rio defronte às casas de nossos Negros, de alegria porque meu parente está morto, imagino. Estranha impudência."[48]

Este foi um episódio excepcional em que um jovem branco aliciou a esposa de um membro da elite escrava, e sua morte pode até ter sido acidental, e mesmo assim comemorada pelos escravos. Thistlewood deixa claro que a maioria das escravas, principalmente as jovens, eram consideradas animais de caça, e descreve sua própria extensa depredação sexual. Muitas mulheres nas *plantations* eram desprovidas até daquele nível de proteção patriarcal contra a exploração sexual que seria implícito num sistema de parentesco. Estas condições não eram adequadas para incentivar a reprodução. As escravas teriam boas razões para desejar um parceiro reconhecido antes de ter filhos. Os filhos de escravas jovens eram em geral mulatos; bebês mulatos representavam cerca de um décimo das crianças nascidas vivas. Embora as escravas às vezes obtivessem vantagens ao ligar-se a feitores, guarda-livros e capatazes brancos, isto não era tão comum — havia uma alta rotatividade destes empregados, e assim a mãe escrava acabaria tornando-se responsável pelo fardo de manter a criança e, sem dúvida, adquiriria um certo estigma aos olhos dos outros escravos. Edward Trelawny, ex-governador da Jamaica, tinha seu próprio jeito ambíguo de reconhecer esta situação: "o que mais contribui para o fato de existirem tão poucos filhos entre os Negros Ingleses é o costume das Raparigas de provocar Abortos. Como se deitam com ambas as Cores, e não sabem de quem será a criança, para não ofender ninguém matam-na ao nascer."[49]

Mesmo que isto fosse relativamente raro, é provável que a vulnerabilidade das mulheres escravas tenha inibido até certo ponto — embora, é claro, não tenha impedido — a formação de famílias dentro da comunidade escrava. À medida que uma *plantation* escravista amadurecia, desenvolvia-se um padrão mais elaborado de ligações entre escravos. Num estudo de três *plantations* jamaicanas do início do século XIX, Barry Higman descobriu que "as mulheres mais férteis eram as que viviam com um parceiro e com os filhos".[50] Entretanto, ele também encontrou um bom número de mães escravas vivendo em suas próprias casas, mas sem parceiro; em alguns poucos casos ele conseguiu estabelecer a semelhança com uma relação polígina. Ao contrário do que se poderia esperar, encontravam-se com freqüência escravas africanas numa estrutura familiar "moderna", com uniões monogâmicas e famílias nucleares, embora alguns escravos crioulos praticassem a poliginia. Os escravos africanos eram imigrantes desenraizados de primeira geração que, por isso mesmo, não tinham laços familiares extensos ao chegarem; na segunda ou terceira geração, os escravos crioulos já haviam construído uma rede de parentesco mais complexa. Nas *plantations* escravistas, a poliginia costumava ser prerrogativa dos escravos da elite, muitos dos quais eram crioulos.

Higman também identificou outra característica associada à falta de vontade da mãe escrava de ter muitos filhos. As mulheres dispunham-se a ter mais filhos quando dependiam menos dos campos de provisões plantados pelos escravos. Em Barbados e em Vere, paróquia muito antiga da Jamaica, havia pouca terra disponível para estes lotes e os escravos recebiam dos donos boa parte de sua comida; também registravam uma taxa positiva de crescimento natural. As escravas domésticas, que dependiam menos dos distantes campos de produção de alimentos, também tendiam a ter mais filhos. Embora os escravos valorizassem seus lotes de terra e apreciassem o elemento de autonomia que eles representavam, o esforço de cultivá-los costumava agravar o problema do excesso de trabalho, principalmente quando ficavam localizados a muitos quilômetros da propriedade. Os senhores que haviam separado lotes para os escravos tendiam depois a acreditar que o problema da subsistência dos escravos já tinha sido em grande parte resolvido, ignorando as freqüentes quebras de safra em conseqüência de tufões, secas, invasão de gado e roubo. Além destes problemas mais comuns, as escravas teriam considerado desvantajoso ter mais do que dois ou três filhos já que a chegada de novas bocas não aumentaria a colheita dos lotes de provisões nem a mão-de-obra imediatamente disponível para cultivá-los, e uma mulher com seis filhos não recebia o dobro de terra de uma com três. Sidney Mintz descreveu os escravos do Caribe como "protocampesinato" em parte por causa de sua ligação com os pequenos lotes de terra a eles concedidos. O padrão reprodutivo de muitos escravos caribenhos — gravidez depois dos vinte anos, e não na adolescência, estratégias cuidadosas para escolha de parceiros e número limitado de filhos — é bastante coerente com essa descrição.[51]

No final do século XVIII, a escassez e o preço crescente dos escravos tiveram como conseqüência uma preocupação maior com práticas de "melhoramento" que pudessem elevar a taxa de natalidade dos escravos. Pequenos prêmios em dinheiro foram oferecidos às mulheres que tivessem filhos; as que tivessem mais de cinco filhos vivos podiam, em alguns casos, ser desligadas do trabalho nas turmas de campo principais. Os efeitos das políticas pró-natalidade foram quase sempre modestos — como eram, na verdade, as concessões feitas às mães escravas. No entanto, em Barbados, um grupo de proprietários importantes exigiu, em 1786, o oferecimento de melhores condições perinatais e o abrandamento das tarefas impostas a mulheres grávidas e trabalhadoras; mais tarde também sugeriram que se pagasse às mães e às parteiras pelos partos bem-sucedidos, e a concessão às mães de três ou mais filhos de um bônus de Natal todo ano. Este conjunto de medidas foi amplamente adotado, e na década de 1800 a população escrava de Barbados teve taxa positiva de crescimento natural. Como colônia muito antiga, Barbados tinha uma proporção bastante alta de escra-

vos crioulos, circunstância que favorecia taxas de reprodução mais altas. Mas a importância do açúcar em Barbados agia contra o crescimento natural positivo. Parece que as medidas de melhoramento destinadas a dar às escravas apoio e estímulo positivos, mesmo que a um certo preço, foram mais sistemáticas e conseqüentes do que nas outras ilhas açucareiras. E como os proprietários de *plantations* de Barbados forneciam grande parte da comida de seus escravos, a restrição "protocampesina" sugerida acima não seria tão forte.[52]

Parece que só era possível obter uma taxa positiva de crescimento natural da população escrava com um conjunto de circunstâncias e políticas favoráveis que, combinadas, pudessem triunfar sobre a tendência da escravidão de reduzi-la. No caso de Barbados, o conjunto favorável talvez tenha incluído mais uma circunstância. Já afirmamos que as condições degradantes às quais as mulheres estavam sujeitas em grandes propriedades açucareiras eram um fator que inibia a formação de famílias e, portanto, a reprodução. Os ataques abolicionistas à exploração sexual de mulheres escravas podem ter ajudado a reduzir sua incidência nas *plantations* de Barbados por causa da presença de um número muito maior de mulheres brancas, esposas dos proprietários e de seus empregados, do que se via em outras ilhas. As esposas residentes faziam viva objeção às relações mantidas por seus maridos com mulheres na *plantation*.[53] Em todo caso, Barbados, com sua população branca consideravelmente maior e mais equilibrada, reagiu de forma positiva à política de "melhoramento" e os escravos de Barbados conseguiram obter uma taxa estável de natalidade natural positiva nas primeiras décadas do século XIX.

O mesmo ocorreu nas Bahamas, onde a taxa de natalidade cresceu ainda mais que em Barbados. Entre os fatores que explicam o aumento vigoroso da população escrava das Bahamas estão a ausência de *plantations* açucareiras ou outras ocupações igualmente destrutivas, as medidas para incentivar o casamento e as famílias, e a circunstância de que as Bahamas haviam recebido um fluxo de proprietários legalistas com seus escravos vindos da América do Norte em meados da década de 1780. Como veremos a seguir, surgiram também taxas positivas de natalidade natural entre população escrava das colônias da América do Norte por uma série de razões semelhantes.[54]

No que diz respeito ao Caribe, a experiência de Barbados e das Bahamas foi fora do comum. Nas outras regiões, não se permitiu que os esforços habitualmente moderados dos proprietários para incentivar a reprodução dos escravos atrapalhassem a mobilização máxima da mão-de-obra para a colheita do açúcar. Proprietários e feitores podiam pensar alguns anos à frente, mas — como já foi mencionado no Capítulo VIII — não nos vinte anos necessários para que o "investimento" em crianças

escravas amadurecesse. No entanto, embora sua demanda de mão-de-obra escrava não diminuísse, tentaram reduzir a taxa de mortalidade, já que esta redução parecia prometer retorno imediato. Forneceram ao seu contingente um atendimento completo na área de saúde, contrataram médicos e construíram enfermarias ou hospitais em todas as *plantations*. No entanto, a taxa de mortalidade era mais alta exatamente naquelas propriedades, as grandes *plantations* açucareiras, onde era maior a probabilidade de haver um hospital e um médico em tempo integral. Embora não fosse completamente inútil, o conhecimento médico da época não podia compensar os graves efeitos do excesso de trabalho e da desnutrição que, com tanta freqüência, acompanhava a sobrecarga durante a colheita, já que havia menos tempo disponível para cultivar comida. A vacinação contra varíola, prática médica conhecida em partes da África e no Oriente Médio, foi bastante utilizada nas *plantations* jamaicanas do século XVIII, e mostrou-se muito eficaz. Mas a maioria dos médicos europeus não dispunha de conhecimentos nem de remédios apropriados para as condições do Caribe. Quanto aos hospitais de escravos, poucos eram bem administrados, e muitos eram usados também como prisão para escravos que cometessem alguma infração, e como local de confinamento para mães que haviam acabado de parir.

O nível geral de saúde nas *plantations* era baixo; muitos escravos deixavam de trabalhar em conseqüência de bouba, hérnias, elefantíase, úlceras, dores e vários outros males bastante desagradáveis. Sheridan cita uma descrição típica da condição dos escravos em 1789, na *plantation* Rose Hall, na Jamaica, onde, numa mão-de-obra potencial de 163 escravos, 57 eram considerados "capazes e saudáveis", 42 "saudáveis", 22 "saudáveis mas fracos ou muito fracos", 9 sofriam de "úlceras e dores", 8 "doentes", 8 "inválidos, velhos demais e fracos", 4 "inúteis ou quase inúteis", 4 "com bouba", 4 "cegos ou quase cegos", 2 "com hérnias" e daí por diante. Os hospitais tentavam remendar os doentes, mas também eram destinados a desencorajar os fingidos. Uma das características mais notáveis das *plantations* caribenhas é que sua mobilização regulada de uma mão-de-obra muito diversificada conseguia extrair o máximo dos trabalhadores disponíveis, homens ou mulheres, velhos ou jovens, doentes ou saudáveis. A "proporção de participação da mão-de-obra" que conseguiam poucas vezes deve ter sido igualada.[55]

As Índias Ocidentais francesas

Embora a pesquisa sobre o funcionamento interno das *plantations* francesas seja menos extensa, não há dúvida de que seu desempenho global no século XVIII foi

superior ao das *plantations* britânicas. Os períodos de crescimento mais rápido foram de 1713-40 e de 1765-90, já que os reveses navais franceses enfraqueceram sua posição nas décadas do período intermediário. Em todos os produtos de *plantations*, com exceção apenas do fumo, as ilhas francesas superaram o resultado das britânicas. Não só abasteceram a metrópole de todo o açúcar, café e anil de que precisava como ocuparam posição importante no mercado destes produtos na Europa continental. Enquanto os donos de *plantations* das Índias Ocidentais britânicas detinham um confortável monopólio num mercado interno protegido e em expansão, os franceses donos de *plantations* ficavam entregues à habilidade de intermediários dos mercadores de Bordéus. Quando as condições eram favoráveis, estes se mostravam capazes e dispostos a fazer grandes investimentos no comércio colonial, despachando todo tipo de provisões e de equipamentos para as ilhas e negociando seus produtos com considerável perspicácia, juntamente com os mercadores de Nantes, eles também levaram grande quantidade de cativos africanos para as colônias francesas. No entanto, os donos de *plantations* tinham certa razão para ficarem ressentidos com os mercadores das colônias. As regras do *exclusif* obrigavam os proprietários a negociar apenas com os mercadores dos portos metropolitanos, em condições menos favoráveis do que as que lhes ofereciam os holandeses ou os norte-americanos.

A estrutura social das ilhas francesas, com suas *plantations* escravistas, tinha grande semelhança familiar com a das ilhas britânicas. A sociedade colonial era dominada por *les grands blancs*, donos das grandes propriedades açucareiras, enquanto os escravos representavam quatro quintos ou mais da população. O absenteísmo era um pouco menor que o dos donos de *plantations* britânicos. Embora o açúcar fosse de longe o produto mais importante, o padrão do desenvolvimento das *plantations* foi, de certa forma, mais diversificado do que o das ilhas britânicas, como sugere a Tabela X.7:

Tabela X.7 Exportações das Índias Ocidentais, 1770

% do total	Ilhas britânicas	Ilhas francesas
Açúcar, rum, melado	81	49
Café	11	24
Anil	–	14
Algodão	3	8

Fonte: Davis, *The Rise of the Atlantic Economies*, p. 261.

O tratamento preferencial dado ao açúcar das colônias britânicas no crescente mercado interno fez dele o produto mais lucrativo para proprietários de *plantations* britânicas e estimulou a monocultura. Quando tinham recursos suficientes, os proprietários franceses de *plantations* costumavam destinar suas terras à cana-de-açúcar, mas os donos de propriedades menores cultivavam café, anil e algodão. Em 1770, as ilhas francesas produziam mais açúcar do que as britânicas, embora, por receberem preços mais baixos, a renda auferida com a venda do açúcar possa ter sido menor.

As Antilhas francesas foram beneficiadas pela geografia e, durante boa parte do século XVIII, também por alianças internacionais. A área total das colônias francesas era duas vezes maior que a das ilhas britânicas. Os *guarda-costas* espanhóis não incomodavam os navios coloniais franceses, como faziam com os da Grã-Bretanha; isso era conseqüência das relações amigáveis entre os dois reinos Bourbon e o fato inegável de que era muito mais provável que os navios britânicos estivessem envolvidos no contrabando para as colônias espanholas. Em meados da década de 1740 e início da de 1760, a comunicação entre a França e suas possessões no Caribe era difícil ou impossível; mas na maior parte do período de 1713-90 o transporte marítimo colonial francês teve pouco a temer. A França mantinha em suas ilhas um contingente militar maior do que a Grã-Bretanha nas suas. Embora as fugas de escravos e a *petit marronage* fossem sempre um problema, até mesmo em São Domingos, não houve nada parecido com a escala das revoltas ou da atividade dos *maroon* que impediu o desenvolvimento da Jamaica.

Na primeira metade do século, Martinica e Guadalupe mantiveram posição de destaque no desenvolvimento colonial francês. A Martinica distinguia-se por sua própria indústria de refino, que lhe permitia produzir o mais fino açúcar branco. Em 1755, a Martinica fornecia 91,7% do açúcar branco que chegava a Bordéus, deixando para São Domingos o fornecimento de 98% do açúcar bruto ou mascavo; o açúcar de Guadalupe era geralmente processado na Martinica.[56] Este procedimento foi uma conquista da defesa tenaz de seus privilégios de refino feita pelos colonos da Martinica. Depois da introdução do café na década de 1720, a Martinica também tornou-se o principal fornecedor caribenho deste valioso produto. Em 1740 a Martinica enviou para a Europa 6,5 milhões de libras-peso, e começou a tirar do mercado do norte da Europa e da Europa ocidental o produto árabe e marroquino. Em 1743, 97,3% do café das Índias Ocidentais que chegou a Bordéus era procedente da Martinica, principal centro comercial das Antilhas francesas e base de operações de muitos *commissaires* ou mercadores de Bordéus e Nantes. Embora os produtores britânicos costumassem embarcar seu próprio açúcar para vender na

metrópole, esta prática era pouco comum entre os franceses, que vendiam diretamente aos *commissaires* nas ilhas.[57]

O grau de desenvolvimento em São Domingos era, naturalmente, muito maior do que nas ilhas mais a leste. São Domingos tinha a costa muito recortada, o que facilitava o carregamento dos navios. Tinha quatro planícies extensas e férteis: em torno de Le Cap, no norte, Antibonita e Cul-de-Sac a oeste, e Plain des Cayes no sul. Atrás destas regiões planas havia colinas cobertas de florestas, de onde fluía uma grande quantidade de rios e riachos que cruzavam as planícies em direção ao mar. Madeira e água eram suprimentos vitais para os engenhos de açúcar. O número de engenhos em São Domingos aumentou de 138 em 1713 para 339 em 1730, e chegou a 793 em 1790; em 1787, a produção de açúcar de São Domingos atingiu 87.000 toneladas, comparadas com a produção de cerca de 49.000 toneladas na Jamaica no mesmo ano. Depois da Guerra dos Sete Anos, os colonos de São Domingos receberam permissão para refinar seu próprio açúcar; em 1775, 260 das 459 *sucreries* tinham equipamento de refino, e em 1790 o número chegou a 431 dos 793 engenhos de açúcar.[58]

O processo de refino permitiu que os proprietários franceses produzissem mais rum e melado sem sacrificar a produção de açúcar. Como o açúcar refinado era cerca de um terço menos volumoso que o mascavo bruto, havia uma economia substancial no custo do frete. A disponibilidade de mais rum e melado tornou possível um comércio em mão dupla com as colônias britânicas da América do Norte, e mais tarde com os Estados Unidos; em troca desses produtos, os proprietários de São Domingos podiam comprar da América do Norte provisões e suprimentos a bom preço. Os proprietários de *plantations* britânicas se irritaram ao ver as ilhas francesas atraírem a clientela norte-americana e baixarem o preço dos subprodutos do açúcar. Eles próprios eram proibidos de produzir açúcar refinado pela legislação protecionista que favorecia as refinarias da metrópole. Mas os proprietários das Índias Ocidentais fizeram valer sua influência em Londres para patrocinar leis, desafiadoras e muito desrespeitadas, que proibissem o comércio norte-americano de melado de São Domingos e Martinica.

As propriedades açucareiras e as refinarias francesas eram bastante produtivas e organizadas quando comparadas com outras empresas da época, como observa Robert Stein: "Poucas instalações industriais eram tão controladas quanto a *plantation* e a grande refinaria, onde, em uma única propriedade, ou sob o mesmo teto, várias centenas de trabalhadores podiam ser comandados por um único contramestre ou administrador". Embora fosse desgastante para os proprietários de *plantations* embarcar sua produção para os portos franceses, eles se beneficiavam tanto do comércio subsidiado de escravos quanto dos excelentes contatos comerciais dos mercadores franceses. No entanto, Stein argumenta que as características avançadas de produção e comercialização do açúcar francês ainda eram dominadas por um sistema de propriedade que as contradizia. A dependência que os proprietários de *plantation* tinham dos mercadores e a vulnerabilidade de ambos às leis de herança francesas, que exigiam a divisão da propriedade em partes iguais entre os herdeiros, obrigavam os magnatas franceses do açúcar a formular estratégias cuidadosas de casamento e sociedade comercial para garantir o futuro das empresas que haviam construído: "Apesar da (...) modernidade significativa, o negócio do açúcar ainda estava firmemente enraizado no *Ancien Régime*."[59]

As propriedades dedicadas a produtos secundários cresceram tão depressa quanto as *plantations* açucareiras. Assim, o número de propriedades produtoras de anil em São Domingos passou de 1.182 em 1713 para 2.744 em 1730, e chegou a 3.445 em 1739. A indústria têxtil metropolitana oferecia um mercado de bom tamanho para o algodão e o anil. Durante o século XVIII, as exportações francesas de algodão cresceram tanto ou mais rapidamente que as da Grã-Bretanha. Além disso, na década de 1780 o algodão de São Domingos era comprado em grande quantidade tanto por fabricantes ingleses quanto por franceses. Embora se plantasse algum algodão nas Índias Ocidentais britânicas, os fabricantes da Grã-Bretanha, antes de 1776, compravam anil das colônias da América do Norte.[60]

Por volta de meados do século, São Domingos começou a produzir cada vez mais café. Por oferecer o grão de São Domingos a preços 5 a 10 por cento mais baixos que os da Martinica, a posição desta foi reduzida como fornecedora de café. Em 1767, São Domingos exportou pouco mais de 12 milhões de libras-peso, chegando ao total impressionante de 72 milhões em 1788-89. As propriedades cafeeiras eram, em geral, menores que as *plantations* açucareiras. Uma *caféière* cujos registros foram estudados por Debien tinha um contingente de 60 a 114 escravos, com uma produção de cerca de 1.000 a 1.500 libras por ano para cada um dos *nègres de jardin*. Os pés de café tinham de ser limpos e tratados cuidadosamente; os grãos, depois de colhidos, tinham de ser descascados e depois secados. Os escravos eram divididos em turmas de trabalho, ou *ateliers*, como na *plantation* açucareira.[61]

Embora o regime de *plantation* francês fosse parecido com o das ilhas britânicas, seu desempenho global, como vimos, era superior. As *sucreries* provavelmente conseguiam colheitas maiores, e com certeza produziam açúcar em maior quantidade e de melhor qualidade que os engenhos britânicos. É, sem dúvida, significati-

vo que os proprietários franceses de *plantations* tenham sido responsáveis pela utilização de novas variedades de cana. A integração da moagem e do refino estimulou o interesse na química do açúcar e abriu caminho para aperfeiçoamentos posteriores em sua fabricação. Os dados citados acima sobre o número de engenhos e o crescimento da produção de açúcar em São Domingos, comparados com os fornecidos anteriormente para a Jamaica, sugerem que a produção média das propriedades na colônia francesa era bem maior. A produção média por engenho em São Domingos parece ter atingido o auge na década de 1760, quando a média anual foi de 124 toneladas; em 1787-89 ela caiu para 104 toneladas por engenho, já que mais *sucreries* foram construídas para aproveitar a explosão do consumo de açúcar na França na década de 1780. A produção por engenho na Jamaica mal chegava a 70 toneladas por ano em 1789; com a virtual eliminação de São Domingos na década seguinte, a produção da Jamaica subiu de 50.000 para 70.000 toneladas, e a produção por engenho chegou a 94 toneladas por ano. Mas o produto da Jamaica ainda era o mascavo não refinado, com menos subprodutos, como o melado, do que o que São Domingos costumava produzir. As *sucreries* de São Domingos não parecem ter tido contingentes maiores de escravos do que os da Jamaica; Geggus cita uma amostra de 100 delas, entre 1745 e 1792, com um contingente médio de 177 escravos, enquanto as *plantations* açucareiras da Jamaica já apresentavam contingentes médios de 200 escravos em meados do século.[62]

Os proprietários franceses tiraram vantagem da relativa abundância de água e terra em suas ilhas para elaborar um sistema agrícola mais intensivo e abrangente do que o utilizado nas ilhas britânicas. Embora São Domingos tivesse muitos rios e riachos, a chuva só era certa no norte da costa e nos distritos montanhosos. Sistemas de irrigação permitiram aos proprietários garantir uma colheita maior e mais previsível e usar engenhos movidos a água. Estes sistemas dispunham do patrocínio oficial e eram auxiliados pelos conhecimentos dos engenheiros militares, vários dos quais passaram a possuir ou administrar *plantations*. Durante as décadas de 1740 e 1750, estes sistemas resultaram na irrigação de 100.000 acres de terra em São Domingos.[63]

O inventário das propriedades de São Domingos revela que o valor da terra destinada à cana com suas melhorias podia ser tão alto quanto o do engenho de açúcar e o dos escravos juntos, embora, é claro, aquelas mesmas melhorias fossem produto do trabalho escravo. Assim, em 1784 *La Sucrerie Cottineau* foi avaliada em £45.167, das quais £19.983 representavam o valor de 453 acres de terra plantada com cana, contra o valor de 173 escravos, registrado como £8.423, e o valor dos prédios do engenho, de £9.593. A terra plantada com cana representava 44% do valor total desta propriedade, contra os 22% do inventário da propriedade jamaicana citada antes. Já

que a mão-de-obra escrava não era totalmente utilizada no cultivo fora do período de colheita, os projetos de construção e irrigação permitiram que o dono da *plantation* usasse de modo mais intensivo o potencial total de trabalho do contingente de escravos. Depois que uma *sucrerie* bem irrigada e com bom uso da força da água fosse construída, seria altamente produtiva e lucrativa. J.-B. Say calculou que uma *plantation* açucareira de São Domingos pagava seu preço de compra em seis anos, enquanto uma propriedade na França talvez não pagasse um vigésimo ou até um trigésimo de seu valor por ano, embora esses cálculos não levem em conta a taxa de depreciação muito mais alta de uma *plantation* escravista, onde a mão-de-obra era desbaratada a cada ano.

No início e em meados da década de 1780, a produção francesa de açúcar em São Domingos era considerada por proprietários jamaicanos bem mais lucrativa que seus próprios empreendimentos: afirmavam que uma faixa de lucro anual entre 8 e 12% era, em sua opinião, o padrão da colônia francesa, comparada com os 4% da Jamaica. (Os números de J. R. Ward para o lucro da *plantation* jamaicana são próximos dos citados nesta estimativa: apenas 3% ao ano nos difíceis anos de guerra entre 1776 e 1782, subindo para 6,4% em 1783-91; ver p. 420 acima.) Quase sempre os proprietários franceses de *plantation* faziam grandes empréstimos, ou assinavam acordos de *affirmage*, para comprar escravos e material de construção, e neste caso os lucros eram sugados pelas taxas de juros. Nas décadas de 1740 e 1750, o superior da Ordem dos Jesuítas na Martinica administrou um banco que oferecia crédito barato aos grandes fazendeiros, mas esta rara experiência morreu em 1757.[64]

O estudo de Jacques de Cauna da *Sucrerie Fleuriau* afirma que ela era muito lucrativa, mas os resultados podem subestimar alguns custos. O proprietário teve "despesas de plantação" de cerca de 60.000 *livres* em 1787 e custos de transporte de 3.500 *livres*, contra uma renda de 144.000 *livres*. Os itens responsáveis pelas maiores despesas costumavam ser a compra de escravos (20 a 35 por cento) e o tributo sobre irrigação e outras taxas (15 a 30 por cento). Se o desempenho da *Sucrerie Fleuriau* na década de 1780 for comparada com o de Worthy Park, então parece que a primeira conseguiu uma produção por escravo ligeiramente maior (1 tonelada contra 0,9 tonelada) e uma produção por acre muito maior (1,5 tonelada contra 1 tonelada). Em 1777, a *Sucrerie Fleuriau* foi avaliada em 700.000 *livres*; calculou-se que o *produit net* da propriedade gerou uma taxa de retorno de 18% ao ano na década de 1780. David Geggus analisou a contabilidade da *plantation* açucareira de *Saint Michel* em Quartier-Marin, que parece contar uma história diferente, já que sua taxa anual de retorno na década de 1780 era de apenas 4,9% que, destaca ele, era bem mais baixa que a taxa de retorno de 8 a 10% encontrada em outros estudos de proprieda-

des açucareiras da Plain du Nord durante este período. No entanto, boa parte da receita da *Saint Michel* durante esta época foi usada para construir uma *plantation*-satélite com um contingente de 131 escravos; durante todo o período entre 1765 e 1790, a *Saint Michel* rendeu uma média de 100.000 *livres* a cada ano a seus proprietários. Em meados da década de 1780, com um contingente médio de 246 escravos, esta *plantation* apurou por escravo 463 *livres*, ou pouco mais de £18, contra a receita líquida por escravo entre £12 e £25 em Worthy Park no fim da década de 1780. Estes cálculos incluem todos os escravos, entre eles crianças, velhos e doentes; o lucro por escravo de campo era aproximadamente duas vezes maior tanto em São Domingos quanto na Jamaica, enquanto o valor bruto da produção por escravo de campo chegava a 2.490 *livres* ou £98 na *Saint Michel* e £100 por escravo de campo em Worthy Park no fim da década de 1780. O proprietário ausente pagava ao *procureur* ou advogado que supervisava a propriedade 10% de sua receita, com um salário fixo, e geralmente muito mais baixo, para o feitor. A lucratividade ou o resultado de todas as *plantations* dependia de forma decisiva dos custos de sua aquisição; e, a cada ano, das flutuações causadas por perdas no mar, secas, epidemias e coisas semelhantes. Geggus ressalta que os que vendiam à vista suas *plantations* freqüentemente recebiam apenas metade de seu valor nominal, enquanto os que concediam crédito ao comprador podem ter tido dificuldades para conseguir a quitação.[65]

Às vésperas da Revolução, dizia-se que os proprietários de *plantations* no Caribe francês deviam 99 milhões de *livres*, ou cerca de 4 milhões de libras esterlinas, aos mercadores de Bordéus e Nantes.[66] As despesas de operação de uma propriedade de primeira linha eram tão altas que até pessoas suficientemente ricas ou importantes para comprá-la à vista recorriam ao crédito para financiar a primeira colheita. As leis de herança agravaram este problema ao sobrecarregar o filho que assumia a propriedade com obrigações para com os outros herdeiros. Ansiosos para garantir direitos sobre a colheita de açúcar, mercadores ofereciam crédito para a compra de suprimentos ou de escravos adicionais. O barão Wimpffen observou em julho de 1790:

> O apetite cresce com a comida, diz o velho ditado (...) e assim a maioria dos proprietários, em vez de usar a receita de suas primeiras colheitas para pagar dívidas prejudiciais, usam-na para comprar mais negros, ou seja, para contrair novas dívidas, sem calcular antecipadamente se o lucro previsto com o aumento de produção vai compensá-los da diferença considerável entre o que tomam emprestado e o que terão de pagar.

Pluchon comenta: "O proprietário caía, desde o primeiro dia, numa armadilha em que se endividava para aumentar sua renda com o objetivo de acabar com seus débitos mais depressa e ter lucro líquido."[67] Embora as dívidas coloniais fossem realmente grandes, o mesmo pode-se dizer do valor das propriedades coloniais. Os mercadores costumavam ampliar o crédito dos proprietários, já que esta era uma forma de manter seu cliente em condições vantajosas. A propriedade de uma *plantation* garantia certa proteção legal, mas se o mercador descobrisse que o proprietário já devia uma soma próxima ao valor da propriedade, podia executar a dívida. Em outras palavras, proprietários muito endividados vendiam as terras ao mercador, transformando em dinheiro o que restava de seus bens antes que tudo desaparecesse. Assim, a firma Romberg, Bapst et Cie., de Bordéus, possuía 16 *sucreries*, 31 *indigoteries* e 16 *caféières* no final do *Ancien Régime*. De fato, nesta época uma grande proporção das propriedades maiores estava em mãos de famílias de mercadores — Gradis, Journu, Chaurand, Bouteiller, Lantimo, Begouen, Feger e outras — ou de famílias de altos funcionários.[68]

O endividamento também era um problema para os proprietários de *plantations* das Índias Ocidentais britânicas. Furacões, revoltas de escravos e epidemias podiam arruinar um proprietário, enquanto a guerra podia depreciar até a propriedade mais afortunada e bem administrada. Famílias de comerciantes como os Beckford e Lascelle, ou "sócios" mercantis como Sir Alexander Grant, vieram a possuir séries de *plantations*. Os problemas dos proprietários jamaicanos nas décadas de 1770 e 1780 resultaram na ocorrência crescente de bancarrotas — fato que muito ajudou a convencer Lowell Ragatz e Eric Williams de que o início do declínio das Índias Ocidentais podia remontar a esses anos.[69] Mas a própria ocorrência de bancarrotas era prova de que o mecanismo de mercado transferia os recursos das *plantations* das mãos daqueles que não se mostraram capazes de administrá-las com êxito para mãos novas e possivelmente mais competentes ou afortunadas. As propriedades açucareiras das ilhas britânicas e francesas eram, de qualquer forma, empreendimentos muito grandes. Embora o problema possa ser visto, por um lado, como causado pelo alto valor do contingente de escravos, por outro originava-se do fato de que empreendimentos tão amplos exigiam um padrão "acionário" de propriedade, para que os riscos fossem divididos entre vários proprietários, como ocorria com a maioria das viagens de navios negreiros.

No entanto, interessava aos mercadores deixar os proprietários das *plantations* na linha de frente para suportar o impacto inicial do risco. Se ficassem arruinados, os mercadores tomavam a dianteira, dividindo às vezes a posse de uma determinada

propriedade com outros mercadores ou com o proprietário original, na base de um *contrat de liaison*. Embora houvesse anos ruins tanto na Jamaica quanto em São Domingos, o lucro médio era positivo. O esplendor de Bordéus no século XVIII dificilmente sugere uma classe de mercadores sistematicamente enganada por proprietários de *plantations* irresponsáveis. O destino dos proprietários e mercadores coloniais franceses seria decidido pelo curso da Revolução, e não pelo fechamento das contas (e mesmo muitos dos que foram expropriados acabaram recebendo alguma compensação em troca do reconhecimento pela França da República do Haiti). Da mesma forma, como mostraram J. R. Ward e Seymour Drescher, os proprietários de *plantations* das Índias Ocidentais britânicas gozaram de grande prosperidade por quase trinta anos depois de 1790 — auxiliados neste caso pelo afastamento de seus rivais franceses mais produtivos.[70]

A relativa inferioridade produtiva das *plantations* das ilhas britânicas deve ser atribuída tanto aos recursos naturais quanto às instituições sociais que os administravam. Em geral, as ilhas britânicas não dispunham dos recursos hídricos para alimentar sistemas de irrigação como os da Martinica e São Domingos; mas os proprietários britânicos que compraram terras em Essequibo foram obrigados a desenvolver sistemas de irrigação e descobriram que eles impulsionavam a produtividade e o lucro. As autoridades coloniais e marítimas francesas estavam, em geral, mais dispostas a gastar dinheiro na construção de estradas, instalações portuárias e canais do que as das ilhas britânicas; as assembléias destas ilhas, dominadas pelos proprietários de *plantations*, costumavam ter uma visão estreita e seus participantes se recusavam a pagar impostos para melhoramentos que só ajudariam os novos proprietários. Nas ilhas francesas, cada propriedade devia oferecer trabalho de *corvée* correspondente ao tamanho de seu contingente de escravos; os donos que não quisessem abrir mão do serviço de alguns escravos alugavam substitutos. O ministro da Marinha da França financiou várias expedições científicas com o objetivo de descobrir novas ou melhores variedades de plantas; também patrocinou jardins botânicos e tentativas de aperfeiçoar as técnicas hidráulicas e de processamento.[71]

A geografia e a política fizeram com que os proprietários franceses de *plantations* contassem com um abastecimento mais adequado de alimentos do que os proprietários das ilhas britânicas. Richard N. Bean calculou que as ilhas britânicas costumavam contar com importações de ultramar para fornecer 500 calorias por dia por habitante — ou seja, cerca de um quarto da necessidade de consumo de alimentos. No período de 1777 a 1783 houve muitas interrupções deste comércio importador das ilhas britânicas e, como resultado, milhares de escravos morreram. Os franceses, na falta de colônias continentais extensas e sempre conscientes da vulnerabilidade das ligações marítimas, nunca dependeram tanto da importação de alimentos quanto os britânicos. São Domingos, por outro lado, podia comprar alimentos de forma segura e em grande escala da metade espanhola da ilha, Santo Domingo, com suas amplas fazendas e *estancias*.

As ilhas francesas eram maiores e tinham topografia mais variada do que as britânicas. A colônia francesa de São Domingos tinha 10.714 milhas quadradas (27.750km²) contra as 4.411 milhas quadradas (11.425km²) da Jamaica; Martinica (425 milhas quadradas, ou 1.100km²) e Guadalupe (583 milhas quadradas ou 1.510km²) eram bem maiores do que Barbados (166 milhas quadradas ou 430km²) ou Antigua (108 milhas quadradas ou 280km²). A variedade maior de terreno nas ilhas francesas significava que havia terra inadequada para a cana que poderia ser destinada à produção de alimentos. Isto, é claro, era uma bênção parcial para os escravos, que, como em muitas partes da Jamaica, recebiam a tarefa árdua e incerta de alimentarem a si mesmos. Nas ilhas francesas menores, os proprietários assumiam maior responsabilidade. Em 1736 havia 4.800 pés de banana e 34.000 roças de mandioca na Martinica. Os proprietários ou os *gérants* franceses dispunham-se, mais que seus colegas britânicos, a organizar o trabalho escravo nos próprios campos de produção de alimentos: *commandeurs* (capatazes) distribuíam os escravos no cultivo de milho e feijão. Embora os proprietários franceses pudessem adquirir provisões da América do Norte, não contavam com isso e viam vantagem em reduzir as compras. Gabriel Debien afirma que esta ênfase no auto-abastecimento exigia uma coordenação mais rigorosa da mão-de-obra escrava, com a integração da colheita principal e do plantio de subsistência, e conclui que ela era "produto do caráter cada vez mais industrial do cultivo de cana em grande escala". No entanto, o relato de Debien deixa claro que, apesar da ênfase maior no plantio de alimentos, as características fundamentais do processo de trabalho eram comuns às *plantations* francesas e britânicas: trabalho forçado em turmas, supervisão constante, uso de enxada e não de arado, mecanização irregular, manufatura coordenada e trabalho noturno nas *sucreries*.[72]

Pierre Pluchon observa:

> A economia de *plantation* levou para São Domingos, e de forma mais modesta para as Îles du Vent, a revolução capitalista agrária que a Inglaterra empreendera no século XVII e que a França mal começara. A propriedade crioula foi construída por meio da acumulação de capital, pelo ajuntamento de terras; adotou a divisão de trabalho e o maquinismo inicial ilustrado pelo engenho de açúcar movido a energia animal ou hidráulica. Formava uma estrutura agroindustrial ao gerar um produto como açúcar ou anil. No caso das *caféteries* e das *cottoneries*, havia uma mecanização embrionária. A agricultura de São Domingos, antes da metrópole, excluiu o reflexo autárquico. (...)[73]

Embora as características mencionadas por Pluchon não configurem, na verdade, uma empresa de tipo totalmente capitalista, ele está correto ao afirmar sua relativa modernidade.

Desde um período bem anterior, as colônias francesas tinham uma população ligeiramente maior de pessoas livres de cor do que as ilhas britânicas, e foi em parte graças à sua contribuição econômica que a agricultura de *plantation* francesa avançou numa frente tão ampla. Assim, muitas das propriedades cafeeiras de São Domingos pertenciam a pessoas livres de cor; elas também possuíam pequenas propriedades ou fazendas que cultivavam outros produtos secundários, e forneciam muitos serviços urbanos. O nível comparativamente baixo de emigração francesa para o Novo Mundo em relação ao da Grã-Bretanha ajuda a explicar o surgimento original de uma casta reconhecida de negros e mulatos livres. No fim do século XVII e no início do XVIII tanto os donos de *plantation* quanto as autoridades coloniais estimularam a promoção social de algumas pessoas de cor. Os impostos sobre a alforria dificultavam essa promoção, mas ainda assim as pessoas livres de cor tinham vários direitos civis, inclusive direitos de propriedade. Como havia relativa escassez de colonos brancos, o reconhecimento de uma casta livre de cor dava segurança social ao regime colonial escravocrata. Os proprietários franceses tinham mais boa vontade do que os britânicos para recompensar os longos anos de serviço da elite escrava com a garantia de liberdade. Como havia mais deles morando no Caribe, podem ter gerado mais filhos naturais com escravas, e tendiam a alforriar mãe e filho, deixando-lhes alguma propriedade. Pais de filhos ilegítimos de mães escravas sujeitavam-se a pagar uma multa à Igreja, mas parece que isso pouco adiantou para desencorajá-los. Nas colônias britânicas havia a mesma quantidade de crianças mulatas filhas de colonos brancos, mas estes eram, com mais freqüência, servos ou empregados, e não proprietários.

No fim do século, a população negra livre das colônias francesas representava quase 5% do total, contra os cerca de 2,5% das ilhas britânicas em meados do século. Em 1775 havia 6.897 pessoas livres de cor em São Domingos contra 3.700 na Jamaica, que representavam, respectivamente, 2,4% e 1,7% da população total. A visibilidade social dos negros livres nas colônias francesas devia-se tanto ao relativo sucesso econômico quanto ao seu número absoluto. Muitos mantinham pequenos negócios ou possuíam terras — em geral uma casa e uma horta, ou uma pequena fazenda com poucos escravos. Nas *plantations* de café pertencentes a negros no sul e no oeste de São Domingos trabalhavam, em cada uma, de 10-15 escravos a mais de cem. Além disso, diferentemente dos *petits blancs* ou imigrantes franceses, a população negra livre estava enraizada nas Antilhas e tinha pouca ou nenhuma perspectiva de viver na França; em 1776-77, decretos da metrópole tentaram excluir de lá negros e mulatos, escravizados ou não. A migração francesa para as Antilhas aumentou um pouco depois da Paz de Paris, em 1763, quando a perda do Canadá francês coincidiu com a expansão em São Domingos, Martinica e Guadalupe. Em 1789 as colônias das Índias Ocidentais francesas tinham uma população branca total de 54.000 pessoas, muitas delas *petits blancs*, contra os 36.000 negros livres e pelo menos 675.000 escravos.

Em meados do século XVIII, as autoridades coloniais francesas viam na população negra livre um valioso recurso militar; uma tropa de negros poderia, segundo eles, reforçar a defesa colonial e fornecer um contrapeso à milícia colonial branca, não muito digna de confiança. Embora houvesse guarnições de tropas metropolitanas estacionadas nas Antilhas — com um contingente de pelo menos 3.000 soldados — sua manutenção era cara e, por causa da corrupção e da incidência de doenças, nem sempre estavam prontas para agir. Os colonos nunca foram fáceis de manejar e ficaram ainda menos maleáveis quando sua riqueza aumentou. Assim, os colonos brancos de Guadalupe colaboraram cordialmente com os britânicos quando a ilha foi ocupada em 1759-62; as tendências "autonomistas" dos *colons* franceses eram conhecidas e muito estimuladas pelo ressentimento contra o *exclusif*. Em 1769, o governador de São Domingos provocou protestos enérgicos dos colonos brancos ao tentar reorganizar a milícia. Embora o protesto inicial fosse contra a imposição de taxas e de obrigações para com a milícia, a oposição cresceu quando o governador anunciou a formação de uma milícia negra; depois de duros conflitos, esta milícia foi incluída nas tropas enviadas para lutar com a força expedicionária na América do Norte. O sucesso dos negros livres em atividades econômicas despertou o antagonismo dos *petits blancs*. As autoridades coloniais acabaram apaziguando os *colons* brancos ao baixar uma série de decretos discriminatórios que impediam pessoas de cor de assumir cargos públicos, estipulavam um número mínimo de brancos a serem empregados nas grandes propriedades e desestimulavam casamentos entre brancos e negros. Como foi observado na Introdução, Moreau de St-Méry, autoridade colonial "esclarecida" de São Domingos, dedicou muitas páginas de seu clássico estudo da colônia à divisão das pessoas de cor em nada menos de 110 categorias diferentes, segundo seu grau de ascendência branca; a última dessas categorias de "sangue misto" tinha apenas uma parte de sangue negro para 127 partes de sangue branco.[74]

Embora os negros livres tenham conquistado posições importantes na vida econômica da colônia como pequenos proprietários e artesãos urbanos, os *petit blancs* eram a coluna vertebral do regime dentro das grandes *plantations*, onde trabalha-

vam como guarda-livros, engenheiros e feitores. Foi necessário fazer concessões aos *petit blancs* já que, como explica Charles Frostin no caso de São Domingos:

> Para manter o controle do aparato socioeconômico, a oligarquia branca tinha necessidade premente dos *petits blancs* como agentes de transmissão, execução e, acima de tudo, de vigilância. A colônia era organizada como um "batalhão disciplinar", que não pode funcionar sem a lealdade vigilante de seus oficiais não-comissionados: se estes fraquejassem, a tropa logo se amotinaria.[75]

As condições de vida da multidão de escravos das colônias francesas não eram melhores que a dos escravos das ilhas britânicas. É certo que o padrão de mortalidade alta e fertilidade baixa era muito semelhante. Entre 1680 e 1776 cerca de 800.000 escravos foram levados para São Domingos e mesmo assim a população escrava era de apenas 290.000 indivíduos nesse último ano. É verdade que, em 1790, a população escrava das ilhas francesas excedia um pouco a das ilhas britânicas, apesar da importação de escravos ligeiramente inferior; mas essa discrepância pode ser explicada pelo fato de que a importação francesa de escravos foi muito grande e concentrada nas décadas de 1770 e 1780. Debien sugere que taxas de mortalidade de 5% a 6% eram muito comuns para o contingente de escravos.[76] Havia sempre o perigo de que *gérants* desesperados para terminar a colheita fizessem seus escravos trabalhar excessivamente a ponto de negligenciar em suas hortas e campos de cultivo de alimentos. Na maioria das *plantations* açucareiras, francesas ou inglesas, os escravos tinham permissão para beber tanto caldo de cana quanto desejassem durante os cinco ou seis meses da colheita, mas sua dieta era, de modo geral, deficiente, e eles acabavam sendo vítimas de doenças provocadas por essas deficiências.[77] O roubo de comida — inclusive da cana que crescia nos campos — era um crime comum cometido por escravos. Os que abandonavam a *plantation* por um período curto — costume conhecido como *petit marronage* — podiam estar punindo seus donos por não alimentá-los adequadamente. Revoltas de escravos em grande escala foram menos comuns em São Domingos do que na Jamaica; por outro lado, as fugas de escravos eram bastante numerosas e provavelmente era mais fácil para eles misturar-se com a população negra livre — na qual se incluíam os chamados *libres de savanne*, que não haviam recebido carta de alforria geralmente porque as formalidades eram caras. No entanto, os fujões corriam o risco de encontrar a *marechaussée*, uma força policial rural bem organizada que usava cães farejadores. A eficácia da *marechaussée*, que incluía veteranos da milícia negra, ajuda a explicar por que a atividade dos *maroons* era em pequena escala. O envenenamento e os incêndios, armas dos fracos, eram as formas de resistência dos escravos mais temidas pelos proprietários franceses.[78]

Na década de 1780, os escravos africanos correspondiam a cerca de dois terços da população escrava, representando uma ampla faixa de nações africanas. Os africanos de língua banto, conhecidos como congos, chegavam a 40,8% dos escravos africanos nas propriedades açucareiras e a nada menos que 63,9% dos escravos africanos das propriedades cafeeiras. Esta categoria incluía povos como os maiombes, os mussondis, os solongos e os maiaques, mas assim mesmo representava uma concentração considerável de africanos de um único grupo cultural. Os produtores de açúcar preferiam comprar os escravos mais altos da Senegâmbia e do Golfo de Benim. Os escravos que vinham de determinados povos africanos tendiam a adquirir boa reputação num ou noutro tipo de trabalho especializado: os do Senegal, como escravos domésticos ou criadores; os bambara, como artesãos; os congos, como domésticos, artesãos e pescadores; os hausas, como fervedores de açúcar. Como nas ilhas britânicas, os escravos crioulos ocupavam boa parte das posições de elite. Numa amostra de 34 propriedades açucareiras, David Geggus descobriu que 87% dos capatazes eram crioulos, assim como 90% dos mestres carreiros, 100% dos cocheiros, 100% dos escravos domésticos e 88% dos construtores de carros e rodas; por outro lado, os africanos eram maioria entre os fervedores de açúcar, pescadores e ajudantes de carreiro, e 34% de todos os artesãos. Como nas ilhas britânicas, as escravas africanas eram menos férteis que as crioulas, e as escravas eram mais férteis nas propriedades cafeeiras do que nas açucareiras. Geggus comenta:

> Em grau notável, as escravas de propriedades cafeeiras davam à luz com muito menos idade do que na planície. (...) Em outras palavras, o efeito negativo do cultivo do açúcar sobre a fertilidade não era uniforme, afetando as mulheres jovens, principalmente as jovens africanas, com particular severidade.[79]

Em São Domingos, como na Jamaica, uma proporção grande das crianças nascidas de escravas jovens nas propriedades açucareiras era de mulatos nascidos de mães crioulas; enquanto os pais eram brancos, as mães seriam escravas domésticas, e não trabalhadoras do campo.

Os mercados de São Domingos eram tão vigorosos quanto os da Jamaica, e constituíam pontos de encontro vitais para uma camada da população escrava. Muitos proprietários nada faziam, ou faziam muito pouco, para converter seus escravos ao cristianismo, e as taxas cobradas por padres deixavam facilmente seus serviços fora do alcance da maioria dos escravos. No entanto, pelo menos para a elite escrava, os batismos, casamentos e funerais podiam ser ocasiões importantes. As cerimônias e práticas do vodu que surgiram entre os escravos de São Domingos combinavam elementos cristãos e africanos numa nova síntese. Alguns dos muitos escravos de

origem congolesa já haviam tido contato na África com versões do cristianismo. Michel-Rolph Trouillot argumenta que a alta concentração de escravos do Congo nas propriedades cafeeiras de São Domingos, aliada ao relativo isolamento destas propriedades nas regiões montanhosas, favoreceram a sobrevivência de temas culturais africanos. No entanto, ele também ressalta que essas propriedades eram menores e favoreciam uma negociação e uma interação cultural mais intensas — processos que, presumivelmente, incluíam grande número dos proprietários residentes, quase sempre mulatos.[80]

A taxa de natalidade entre escravos franceses era, provavelmente, um pouco mais baixa que a de escravos britânicos, num reflexo da proporção maior de africanos, embora nos faltem informações que possam ser comparadas com exatidão. Myriam Cottias reconstituiu a taxa de natalidade dos escravos, dos negros livres e da população branca da antiga colônia da Martinica, utilizando como base a proporção de crianças em cada grupo. Ela chega à curiosa conclusão de que havia uma convergência da taxa de natalidade das três populações, com os negros livres e brancos caindo para o nível já baixo dos escravos por volta de 1800. Embora certamente houvesse razões fortes e específicas para a reduzida taxa de natalidade, parece que a atmosfera e as condições da sociedade escravista caribenha não eram propícias a uma taxa alta de natalidade em qualquer grupo social. O método de Cottias, de derivar a taxa de natalidade das crianças sobreviventes, não pode, por sua natureza, gerar informações relativas à mortalidade infantil, embora outros indícios sugiram que era alta.[81] As escravas tinham, provavelmente, os mesmos motivos para restringir o número de seus filhos que as escravas das ilhas britânicas. As *plantations* dos jesuítas na Martinica tinham fama de conseguir uma taxa positiva de crescimento natural de seu contingente de escravos — algo que, como vimos, escapou à English Society for the Promotion of Christian Knowledge (Sociedade Inglesa para a Promoção do Conhecimento Cristão) — e obtiveram o seguinte elogio de um governador livre-pensador:

> Observei que em propriedades pertencentes a casas religiosas (é a única coisa boa que pode ser dita a respeito delas) (...) eles alimentam bem os escravos, cuidam das mães e de seus bebês e que a população é tão grande que eles raramente compram negros novos (...)[82]

A configuração geral das colônias escravistas francesas e a extensão de sua fronteira comercial em relação aos britânicos vai emergir mais claramente na comparação dos padrões de comércio atlântico franceses e britânicos. Paradoxalmente, embora as colônias francesas de *plantation* fossem mais produtivas e competitivas do que as da

Grã-Bretanha, a orientação destas para o comércio atlântico era mais benéfico para o crescimento econômico da metrópole. Boa parte da explicação deste paradoxo está na contribuição especial da América do Norte, que será analisada depois da apresentação do quadro mais amplo.

Padrões anglo-franceses de comércio colonial

Para abordar as razões do desempenho geralmente superior das *plantations* francesas, deve-se ter em mente o contexto macroeconômico pertinente. Os sistemas mercantilistas coloniais eram suficientemente rigorosos para fazer supor que as *plantations* francesas e britânicas pertenciam a sistemas econômicos diferentes, se por isto entendermos zonas econômicas definidas não só pela troca de mercadorias, mas realmente integradas pelas decisões de investimento e pelo movimento do capital. Para conseguir financiamento, as *plantations* britânicas tinham de competir com os investimentos em agricultura, manufatura, comércio e títulos públicos britânicos. Os dados citados anteriormente sobre a lucratividade das *plantations* britânicas sugerem a apropriação e a geração de lucro, pelo menos enquanto a "taxa de retorno" estivesse livre de novos investimentos na *plantation*. Naturalmente, houve fases na expansão das *plantations* das colônias britânicas em que os lucros eram plantados novamente nelas, mas a proteção tarifária do mercado britânico dava aos donos de *plantations* britânicas lucros altíssimos que eles não viam razão para reinvestir em suas propriedades. Temendo o impacto do aumento da produção britânica sobre os preços em Londres, os proprietários britânicos de *plantations* ficaram bastante satisfeitos ao verem Guadalupe ser devolvida aos franceses pelo Tratado de Paris. No Capítulo XII abordaremos a extensão do desinvestimento líquido nas colônias britânicas de *plantation* durante grande parte do século XVIII.

Várias peculiaridades das colônias britânicas de *plantation*, como o sistema de agenciamento e a conversão de proprietários bem-sucedidos em mercadores e banqueiros, seriam certamente favorecidas pelo fluxo de capital das colônias para a metrópole. Outro sinal da decisão dos proprietários e mercadores coloniais britânicos de não reinvestirem seus ganhos seria o fracasso da tentativa de aumentar o número de escravos tão rapidamente quanto os proprietários franceses: enquanto a população do Caribe francês cresceu 78% entre 1770 e 1790, a do Caribe britânico cresceu apenas 14%. O funcionamento do sistema de prêmios pouco fez para reduzir o preço dos escravos nas colônias francesas; no entanto, os proprietários franceses compraram muitos milhares de escravos das ilhas britânicas na década de 1780.

A construção das colônias francesas envolveu um padrão comercial diferente, no qual os mercadores patrocinavam diretamente o desenvolvimento das *plantations*. Os chamados acordos de *liens d'habitation* e de *affirmage* fizeram com que o capital mercantil fosse empregado na construção ou na ampliação das propriedades. Em alguns casos, este investimento era involuntário, já que representava dívidas dos donos das *plantations* que, segundo a legislação em vigor, não poderiam ser pagas por meio da venda forçada das terras. Mas o próprio fato de que os mercadores franceses se dispunham a conceder grandes empréstimos aos donos de *plantations* é testemunha de sua crença na prosperidade colonial. Embora o retorno das *plantations* fosse provavelmente equivalente ao de outros investimentos possíveis na metrópole — como foi sugerido acima na análise do tráfico negreiro francês — a ligação entre mercador e dono de *plantation* também deu origem a lucros comerciais no processo de compra e venda.

O comércio colonial francês no século XVIII foi um sucesso espetacular. A alta proporção de produtos coloniais franceses no comércio europeu fica evidente na Tabela X.8:

Tabela X.8 Reexportação colonial francesa

% reexportada	Cacau	Café	Algodão	Anil	Açúcar	Total
1775-77	48	85	–	53	75	77,3
1785-89	64	89	32	60	70	72,8

Fonte: Jean Tarrade, *Le Commerce colonial de la France à la fin de l'Ancien Régime*, Paris 1972, 2 vols., II, p. 753.

O principal destino imediato da reexportação francesa eram as cidades hanseáticas (34,4%), a Holanda (19,4%) e a Áustria (16,1%). A importância da produção das *plantations* francesas no mercado europeu refletia não só a produtividade das colônias francesas como também o tamanho relativamente reduzido do mercado interno francês. Assim a França, com duas ou três vezes a população da Grã-Bretanha, consumia apenas metade do açúcar. Isso também indicava o sucesso dos mercadores franceses no domínio do mercado europeu de todo tipo de produtos de luxo.

Em 1716, o comércio exportador francês foi avaliado em 50 milhões de *livres*, e o importador em aproximadamente o mesmo valor; nesse ano, a importação das Antilhas foi avaliada em apenas 4,5 milhões de *livres* e a exportação para as Antilhas, em meros 2,1 milhões. Em meados do século, as colônias americanas abasteciam a França com importações avaliadas em 65,2 milhões de *livres* por ano, e a reexportação de produtos coloniais correspondia à metade de todo o comércio exportador francês. Nos anos entre 1784 e 1790, a importação média anual francesa de mercadorias das colônias foi avaliada em 203,3 milhões de *livres* (8,3 milhões de libras esterlinas), das quais mercadorias avaliadas em cerca de 148 milhões de *livres* (£6 milhões) foram reexportadas, representando pouco mais da metade de todas as exportações francesas.[83] Deve-se ter em mente que estes números se baseiam em avaliações oficiais e referem-se a produtos coloniais que, em alguns casos, eram processados na metrópole. No entanto, o quadro que apresentam da contribuição colonial para o crescimento do comércio francês no século XVIII deve estar quase exato, e não inclui o elemento colonial na exportação de produtos têxteis. O crescimento do comércio e das reexportações coloniais criou fortunas fulgurantes nos portos atlânticos, e permitiu sozinho que a França equilibrasse suas trocas internacionais. Sessenta e quatro mercadores dos entrepostos de escravos de Nantes receberam títulos de nobreza; trinta e sete mercadores de Bordéus receberam honraria semelhante.

O preço do açúcar na França era elevado por uma série de taxas e impostos que o inflavam em 50%. Junto com o custo do transporte, isto significava que o preço do açúcar em Paris era o dobro do de Bordéus. Os mercadores que dominavam o comércio de açúcar tinham seu principal mercado na capital, e em muitas partes da França o aumento de preço era ainda maior. Os preços mais altos e o peso maior da agricultura de subsistência faziam com que o mercado de açúcar na França fosse menor que o da Inglaterra, mas o mercado de exportação compensava esta diferença. Auxiliados por deduções de tarifas e redes comerciais já existentes de conhaque, vinho e tecidos de alta qualidade, os mercadores franceses exportavam açúcar para toda a Europa.[84]

As colônias francesas eram um mercado protegido, além de uma fonte de abastecimento. Os *colons* franceses se irritaram com as restrições do *exclusif*, em parte porque ele os obrigava a comprar as caras provisões e manufaturados franceses. Em meados do século, o barril de farinha de trigo norte-americano custava 45 *livres*, e o francês era vendido por 70 *livres*. Na década de 1760, as cláusulas do chamado *exclusif mitigé* de Choiseul permitiu que as colônias francesas comprassem alguns suprimentos na América do Norte, embora tivessem de pagar impostos, enquanto ainda reservava o mercado colonial para manufaturados produzidos na metrópole. Embora os donos de *plantations* ficassem razoavelmente satisfeitos de comprar artigos de luxo franceses para seu consumo pessoal, não gostavam de pagar preços altos a comerciantes franceses por alimentos ou ferramentas e equipamentos; ficaram conhecidos por sua preferência pelo contrabando com comerciantes ingleses, holandeses ou norte-americanos.

O famoso economista fisiocrata Mercier de la Rivière, intendente da Martinica na década de 1760, redigiu memorandos convincentes sobre as vantagens de a própria França permitir a suas colônias nas Índias Ocidentais maior liberdade de comércio. Seu raciocínio teve algum impacto sobre o pensamento oficial, na forma do *exclusif mitigé* de Choiseul, embora seus argumentos propiciassem uma abordagem mais abrangente.[85] Mercier de la Rivière também fez propostas para reformar a lei da herança e da taxação colonial, e para ambas propôs princípios novos e importantes. Ele insistiu que não se devia permitir que a herança das propriedades açucareiras provocasse a divisão do empreendimento. Em vez disso, propôs que o filho mais velho (ou filha, caso não houvesse filhos homens) herdasse o engenho de açúcar e os escravos que trabalhavam principalmente no processamento, e que a terra e os escravos restantes fossem divididos igualmente entre os outros herdeiros. Estes poderiam, se quisessem, vender sua parte para o mais velho, depois de avaliação independente, ou cultivá-la por sua própria conta. Esta proposta parece reproduzir a estrutura tradicional das propriedades açucareiras brasileiras. Na verdade, ela também preparou o caminho para o modelo de um engenho de açúcar central cercado por canaviais-satélites, que surgiria nos textos de Condorcet, embora neste caso a idéia fosse transcender a necessidade de mão-de-obra escrava, algo sequer imaginado pelo intendente da Martinica.

As reformas propostas por Mercier para a taxação colonial tinham mais relação com o polêmico tema da taxação na metrópole, já que ele defendia a cobrança de impostos das pessoas e das empresas com base em sua capacidade de pagar. Ele argumentava que um sistema fiscal prudente deveria cobrar impostos apenas sobre o *produit net* de uma propriedade, não sobre sua receita bruta, para que pudesse ser levado em conta o fato de que os proprietários de *plantations* tinham de arcar com despesas elevadas. Ele apresentou cálculos que demonstravam que propriedades de tipos diferentes tinham de fazer reservas diferentes para a compra de insumos e provisões necessários para o processo de produção, e que as grandes propriedades açucareiras podiam suportar um nível mais elevado de taxação do que as pequenas. Ele também insistiu que a taxa cobrada sobre o produto líquido deveria levar em conta o grau de investimento necessário para comprar os escravos e o equipamento indispensáveis para manter o empreendimento funcionando. Assim, ele calculou que em propriedades com mais de quarenta e cinco escravos, o produto líquido de cada *nègre* era de pelo menos 250 a 260 *livres* (pouco mais de £10). O proprietário precisaria gastar o equivalente a 100 *livres* por escravo para compensar a mortalidade. Mercier afirmava que a taxação não deveria ultrapassar um sétimo do produto líquido — um patamar que, segundo acreditava, se aproximava dos impostos cobrados nas ilhas inglesas. E acrescentou: "Deve-se observar que um fazendeiro rico está em melhor condição para pagar 2.000 *livres* sobre uma receita líquida de 14.000 *livres* do que outro proprietário de pagar 200 *livres* sobre uma receita de 1.400 *livres*."[86]

Na verdade, Mercier estava delineando a base para um sistema de tributação pelo valor agregado; ele insistia que o produto líquido deveria ser acompanhado por meio do sistema de trocas para que o fornecedor das *plantations* também pagasse impostos sobre o superávit da receita em relação aos custos. O elemento "progressivo" que ele também defendia deveria proteger as propriedades e empresas menores do perigo de serem expulsas do negócio. Esta proposta talvez se desviasse um pouco dos princípios puros do *laissez-faire*. Pode ter sido sugerida pela percepção de que a ordem social de uma colônia escravista precisava do apoio de uma camada de pequenos proprietários. A circunstância de que a riqueza colonial era mais nova e comercializada com mais dificuldade significava que as propostas do intendente não eram revolucionárias; a defesa, na própria França, de uma taxa uniforme de valor agregado — ou, pior ainda, de um esquema progressivo — teria sido um ataque aos privilégios e isenções sobre os quais se baseava o regime absolutista. Por outro lado, as propostas podem ter oferecido ao Tesouro real um meio de enfrentar os crescentes problemas financeiros. As propostas de Mercier, que circularam entre funcionários influentes e colegas economistas, podem ser vistas quase como uma bomba-relógio, já que, se todos os outros expedientes falhassem, seria tentador aplicar seus princípios na metrópole.

Apesar do impressionante desempenho das colônias francesas em meados do século, ainda assim a Grã-Bretanha obteve mais vantagens das trocas atlânticas às vésperas da Revolução Americana. Uma temporada de serviço nas Antilhas ou a posse de uma *plantation* por um membro caçula salvou a fortuna de vários integrantes da *noblesse d'épée*, enquanto o lucro do comércio colonial inchou as fileiras da *noblesse de la robe*. Mas a prosperidade das colônias e dos enclaves exportadores teve impacto mais limitado sobre a economia da metrópole do que no caso da Grã-Bretanha, porque não faziam parte de um sistema de trocas bem integrado e sem arestas. O comércio colonial e atlântico da Grã-Bretanha e as regiões manufatureiras que o serviam cresceram juntos e teriam impacto mais amplo. Isto não fica imediatamente visível se o comércio com as colônias caribenhas não for inserido numa perspectiva mais ampla e se o foco estiver principalmente na importação.

A parcela das colônias das Índias Ocidentais na importação total da Grã-Bretanha subiu de forma constante dos 17,9% no período de 1713 a 1717 para 27,6% entre 1798 e 1802, mas nunca chegou perto do nível da contribuição colonial para o total

das importações da França: 46% em 1789. As colônias das Índias Ocidentais britânicas eram mercados úteis, respondendo por 5% do total de exportações em 1713-17, 7,1% em 1753-57 e 14,3% em 1798-1802.[87] Mas estes números só abrangem trocas diretas, e não revelam em que medida o sistema colonial britânico tinha um caráter integrado e multilateral. Assim, a demanda de escravos dos donos de *plantations* incentivou a exportação de manufaturados britânicos para a África, enquanto a aquisição por eles de provisões na América do Norte elevou o poder de compra dos fazendeiros da Nova Inglaterra e do Atlântico central. Da mesma forma, os gastos das Índias Ocidentais com alimentos irlandeses, vinhos da Ilha da Madeira ou peixe seco da Terra Nova permitiram que esses diversos fornecedores comprassem mercadorias britânicas.

As Índias Ocidentais britânicas tinham um superávit nominal em suas trocas com a metrópole mas um déficit no comércio com as colônias do Norte. O ganho das colônias do Norte no comércio com as Índias Ocidentais, por sua vez, permitiu-lhes financiar o déficit nas trocas com a Grã-Bretanha. A Tabela X.9 apresenta o padrão do comércio das Índias Ocidentais britânicas com a América do Norte:

Tabela X.9 Comércio das Índias Ocidentais britânicas com a América do Norte

Média anual em milhares de libras esterlinas	Exportação de produtos agrícolas	Importação de produtos agrícolas
1699-1701	100,0	110,0
1726-30	139,5	190,0
1748-50	241,5	313,5
1773-74	420,0	725,0

Fonte: Sheridan, *Sugar and Slaves*, p. 315.

Os donos de *plantations* das Índias Ocidentais, fossem franceses ou ingleses, descobriram que as provisões e suprimentos que podiam comprar da América do Norte eram excelente negócio, permitindo que economizassem no custo da manutenção dos escravos e adquirissem itens essenciais, como tonéis e barris de madeira necessários para embalar sua produção. Os mercadores norte-americanos também deram uma contribuição considerável para o andamento do comércio, nas Américas ou entre a América e a Europa e a África.

Naturalmente, o crescimento exuberante da economia norte-americana, à qual se vinculavam essas contribuições, iria incentivar um importante desafio colonial aos governantes britânicos, numa ameaça à agradável simetria do sistema colonial. A América do Norte inglesa desenvolveu no século XVIII um setor escravista cada vez mais versátil, como veremos no Capítulo XI. E na América do Norte, como em todo o hemisfério, a rivalidade anglo-francesa seria demonstrada numa variedade de formas militares, diplomáticas e comerciais. O prêmio desta grande corrida era o domínio das trocas pelo Atlântico e do comércio das *plantations*. A experiência das Antilhas francesas durante e após a Guerra de Independência americana pareceu oferecer aos estrategistas franceses a oportunidade não só de empurrar as ilhas francesas mais para a frente das inglesas, como também de criar uma zona de comércio controlada pela França que pudesse derrotar o que restara do Império Britânico. Em 1778 foi assinado um tratado entre a França e a Confederação rebelde que abrandava as restrições ainda existentes para o comércio entre as colônias francesas e os norte-americanos.

O brilho da sociedade crioula francesa

Juntamente com o envio de um exército francês, parte dele originário de São Domingos e ali baseado, a nova aliança entre a França e a Confederação armou o cenário para uma explosão do comércio entre a América do Norte e o Caribe francês. Com o fim da guerra, e mesmo ainda durante seu desenrolar, os donos de *plantations* franceses conseguiram livre acesso aos suprimentos baratos de produtos vitais para as *plantations*, como tonéis e aduelas de madeira, farinha de trigo e peixe seco, arroz e carne-seca. Podiam também pagar estes suprimentos com a venda de melado, subproduto da fabricação de açúcar. A conseqüente explosão na produção das *plantations* francesas, alimentada pela compra de escravos em grande escala, também fortaleceu o comércio colonial francês.

O progresso das *plantations* e do comércio de escravos resultou em exportações da França para a Guiné avaliadas em 17,5 milhões de *livres* por ano e exportações para as Antilhas no valor de 70,3 milhões de *livres* por ano entre 1784 e 1790. Em 1789, 19% do total de exportações da França foram para as colônias; juntamente com o comércio com a África, a parcela do comércio francês ligada às *plantations* era de quase um quarto do total. Graças, em parte, a restrições comerciais protecionistas, grande parte das exportações francesas para as colônias era de tecidos (37,6% em 1788) ou de outros produtos manufaturados (23,6% em 1788). Ainda assim, os donos de *plantations* francesas e os mercadores instalados nas Antilhas prefeririam ver o comércio totalmente livre, mas o abrandamento do sistema colonial francês em conseqüência do *exclusif mitigé* e a guerra americana deixaram-nos aparentemente

em boa posição. Por outro lado, a guerra americana e a vitória norte-americana aumentaram as despesas dos donos de *plantations* britânicas, roubaram-lhes um mercado importante e infligiram sofrimentos e baixas à população escrava, porque os proprietários e feitores reduziram suas rações.

Em 1784 ocorreu em São Domingos a primeira subida de um balão nas Américas, acontecimento este realizado com o estilo e o entusiasmo científico que se podia esperar nessa era do Iluminismo. No Caribe francês da década de 1780, a então chamada sociedade *creole* estava em pleno florescimento. Apesar da complicada distinção que era possível fazer entre *grands blancs*, *petits blancs*, os muitos tipos de *mulâtres* e *mulâtresses* e a grande massa de *noirs*, a sociedade colonial parece ter adquirido dinamismo e caráter próprios e característicos. Visitantes da França ficavam imediatamente impressionados com as maneiras sociáveis e a crueldade indiferente desta sociedade escravista. Ficavam espantados com as roupas informais e soltas usadas por homens e mulheres livres que, juntamente com as bebidas refrescantes, pareciam tão adequadas ao clima. O barão Wimpffen confessou ter ficado impressionado e perturbado pelo langor e pela sensualidade das *mulâtresses*. Os filhos e filhas dos *grands blancs* costumavam simpatizar com as idéias mais avançadas. Vários dos grandes proprietários seguiram o conselho do Abbé Raynal, e permitiam que seus escravos organizassem suas próprias diversões e festividades fora da época da colheita, com freqüentes temas africanos.

A relativa escassez de brancos, mesmo em comparação com as ilhas britânicas, a imensa massa de africanos e negros e a numerosa elite de mulatos donos de escravos davam à sociedade crioula do Caribe francês um caráter marcadamente afro-americano. O termo "creole" deriva do português *crioulo*, escravo nascido na América, ou do espanhol *criollo*, que, pelo menos no século XVIII, costumava referir-se a um americano de ascendência principalmente européia — como foi observado na Introdução, o *criollo* havia sido amamentado por uma *criada*, ou babá, índia ou africana. Mesmo quando usado para designar aristocráticas mulheres brancas, o termo *creole* embutia a sugestão de um temperamento alimentado pela miscigenação tropical. O tom da cultura da ilha francesa era dado, de fato, pela mistura de diferentes povos africanos com *gens de couleur* e o número relativamente pequeno de *blancs* nativos. Como na maioria das ilhas britânicas, as feiras dos escravos forneciam a maior parte da alimentação, e a cozinha *creole* já exibia um repertório original.

A linguagem do dia-a-dia dos residentes nativos, livres ou escravos, era a versão local do patoá que hoje em dia é chamado de kréyole. A língua kréyole nasceu do jargão observado por Du Tertre e outros padres franceses do século XVII — com

acréscimos, sem dúvida, dos dialetos da costa africana. Embora o francês fornecesse boa parte do vocabulário, também continha termos caribenhos, portugueses, holandeses, wolof e congoleses, alinhavados por uma estrutura gramatical original, com acentuadas características africanas. Embora até a época revolucionária não fosse escrito, o kréyole já era então uma língua completamente desenvolvida. Em sua monumental descrição de São Domingos, publicada logo depois do levante revolucionário, Moreau de St-Méry chama a atenção tanto para o vodu quanto para o kréyole. O vodu ou vodum era bastante disseminado e, como foi observado anteriormente, às vezes patrocinado pelos proprietários mais esclarecidos. A grande rebelião de escravos de agosto de 1791 parece ter sido planejada numa cerimônia vodu. Canções populares, como os merengues, também floresciam no final do período colonial; os hinos patrióticos dos jacobinos ganhariam versões kréyoles com arranjo musical característico.[88] Na década de 1780, oito cidades em São Domingos tinham seu próprio teatro, e no maior deles, em Le Cap, cabiam 1.500 espectadores — brancos, mulatos e negros livres eram acomodados separadamente. A companhia teatral de Le Cap — *Comédie du Cap* — tinha doze homens e oito mulheres. Port au Prince tinha sua própria orquestra de onze músicos. "As Bodas de Fígaro" estreou em São Domingos, em 1784, poucas semanas depois da primeira apresentação em Paris. Havia três *cabinets littéraires*, ou clubes de leitura, em Cap François, e dez editoras em toda a colônia. No entanto, o jornal semanal *Affiches Américaines* era uma publicação solene dedicada a boletins oficiais, informações comerciais e anúncios pedindo notícias de escravos fugidos. Havia cerca de vinte lojas maçônicas. O *Cercle des Philadelphes* reunia os que se dedicavam a aperfeiçoamentos científicos, e incluía entre os objetivos propostos melhorar o destino dos escravos "sem ferir os interesses dos colonos".[89] Em 1784, uma máquina a vapor no estilo de Watt, construída pelos irmãos Perrier, foi instalada na *plantation* Bertrand.

O sucesso da estrutura colonial francesa — tanto as fortunas que criou quanto seu papel como base avançada de apoio da expedição francesa à América do Norte — estimulou imensamente a confiança e as expectativas de proprietários e mercadores, fazendo com que representantes das ilhas, de Bordéus e de Nantes tivessem participação notável no drama de 1789. Este turbilhão revolucionário, por sua vez, daria espaço primeiro aos *petits blancs*, depois aos *mulâtres* e, finalmente, aos *noirs*. Esta conseqüência notável extraiu seu ímpeto da dinâmica extraordinária da sociedade crioula mais brilhante das Américas.

Notas

1. Michael Craton, *Testing the Chains: Resistance to Slavery in the British West Indies*, Ithaca, NY e Londres 1982, pp. 81-98.
2. John J. McCusker e Russell R. Menard, *The Economy of British America*, 1607-1789, Chapel Hill, NC 1985, pp. 164-5.
3. Cohen e Greene, eds., *Neither Slave nor Free*, pp. 194, 218-19.
4. J. Paul Thomas, "The Caribs of St Vincent", *Journal of Caribbean History*, vol. 18, nº. 2, 1984, pp. 60-73.
5. Sheridan, *Sugar and Slavery*, p. 219.
6. J. R. Ward, "The Profitability of Sugar Planting in the British West Indies, 1650-1834", *Economic History Review*, 2ª. série, XXXI, nº. 2, maio de 1978, p. 208; Sheridan, *Sugar and Slavery*, pp. 385-7.
7. Craton, "Jamaican Slavery", em Engerman e Genovese, eds., *Race and Slavery in the Western Hemisphere*, pp. 276-80; Sheridan, *Sugar and Slavery*, p. 231; J. R. Ward, *British West Indian Slavery*, 1750-1834, Oxford 1988, pp. 80-91.
8. Douglas Hall, *In Miserable Slavery: Thomas Thistlewood in Jamaica, 1750-86*, Londres 1989, pp. 60-61, 66-7, 148, 215.
9. Bryan Edwards, *The History, Civil and Commercial, of the West Indies*, Londres 1793, vol. 11, IV, pp. 7-8; sobre a estrutura social jamaicana, ver Edward Braithwaite, *The Development of Creole Society in Jamaica, 1770-1820*, Oxford 1971, pp. 135-6. Sobre a discriminação legal contra pessoas livres de cor, ver Elsa Goveia, *The West Indian Slave Laws of the Eighteenth Century*, Barbados 1970.
10. Hall, *In Miserable Slavery: Thomas Thistlewood*, p. 101.
11. Ibid., p. 110.
12. Ibid., p. 111.
13. Sheridan, *Sugar and Slavery*, p. 251.
14. Craton, "Jamaican Slavery", em Engerman e Genovese, eds., *Race and Slavery in the Western Hemisphere*, pp. 276-80.
15. Samuel Martin, *An Essay upon Plantership*, Londres 1773, pp. 57-8.
16. Craton, *Searching for the Invisible Man*, pp. 176-7.
17. Richard Dunn, " 'Dreadful Idlers' in the Cane Fields: The Slave Labor Pattern on a Jamaican Sugar Estate, 1762-1831", em Barbara Solow e Stanley Engerman, eds., *Capitalism and Slavery*, Cambridge 1987, pp. 163-90. Em Worthy Park, os mulatos também tinham acesso privilegiado a empregos domésticos e como artesãos.
18. Um indicador da pressão exercida pelos escravos do campo na escolha do capataz é que os africanos, embora sem acesso a outros postos privilegiados, eram indicados como capatazes de escravos, como fica claro pelos dados de Worthy Park. A autoridade às vezes precária do feitor, sua necessidade de selecionar "negros de confiança" e de negociar com escravos especialmente insubmissos são sugeridas por J. R. Ward em "A Planter and His Slaves in Eighteenth-century Jamaica", em T. C. Smout, ed., *The Search for Wealth and Stability*, Londres 1979, pp. 1-20.

19. Dunn, " 'Dreadful Idlers' in the Cane Fields".
20. Michael Craton e James Walvin, *A Jamaican Plantation: The History of Worthy Park, 1670-1970*, Londres 1970, p. vii.
21. O contingente comum numa *plantation* escravista, na faixa de 200 a 400, era, no entanto, bastante semelhante ao número de mãos necessárias numa antiga fábrica: Maxine Berg, *The Age of Manufactures, 1700-1820*, Londres 1985, pp. 230-31. E para mais dados sobre valores das fábricas de algodão, ver François Crouzet, "Introduction to Crouzet", ed., *Capital Formation in the Industrial Revolution*, Londres 1972, p. 37.
22. Esta mão-de-obra era recomendada por Arthur Young para uma fazenda de 500 acres. C. P. Timmer, "The Turnip, the New Husbandry, and the English Agricultural Revolution", *Quarterly Journal of Economics*, vol. 83, 1969, pp. 375-95, p. 394.
23. Deerr, *A History of Sugar*, II, pp. 460-71, 534-95; Sheridan, *Sugar and Slavery*, pp 377-81.
24. Edward Long, *History of Jamaica*, vol. 1, Londres 1774, pp. 448-52. A enxada era, provavelmente, mais adequada que o arado para o trabalho coordenado em turmas, que assim não exploraria completamente as vantagens da mobilização dos escravos. Quando Long observou que "um modo de administração é aplicado indiscriminadamente demais a todos os tipos de solo" (p. 448), ele se referia ao fato de que havia setores da produção agrícola para os quais o cultivo com enxada por turmas de escravos era inadequado.
25. Sidney Mintz e Douglas Hall, "The Origins of the Jamaican Internal Marketing System", em Beckles e Shepherd, *Caribbean Slave Society and Economy*, Londres 1992, pp. 319-34; Woodville K. Marshall, "Provision Ground and Plantation Labor in Four Windward Islands", em Ira Berlin e Philip D. Morgan, *Cultivation and Culture: Labour and the Shaping of Slave Life in the Americas*, Charlottesville, VA 1993, pp. 203-22.
26. As primeiras referências ao mialismo são de Thistlewood, numa anotação de 1769 (ver Hall, *In Miserable Slavery: Thomas Thistlewood*, p. 217) e Edward Long, *The History of Jamaica*, 3 vols., Londres 1770, vol. 2, pp. 416-17. Embora Long afirme que o Mial estava aberto a todos, a anotação de Thistlewood sugere um elemento de clandestinidade: "Lucy de Egypt contou a Phibbah em particular que a dança do Mial aconteceera duas vezes na casa de Coobah de Phibbah, na Propriedade Paradise, como também Dago de Egypt, e Job, que eram homens do Mial, compareceram a estas danças." Thistlewood tendia a usar palavras como "esquisito" e "estranho" para as "Diversões dos Negros", sugerindo uma certa sensação de inquietude. Ele estava aqui descobrindo que a filha de sua mulher patrocinava o Mial e que sujeitos suspeitos, como Job, compareciam. Para uma interpretação do significado do mialismo, ver Monica Shuler, *Africa and the Caribbean: The Legacies of a Link*, Baltimore, MD 1979, pp. 65-78.

27. David Barry Gaspar, *Bondmen and Rebels: A Study of Master-Slave Relations in Antigua*, Baltimore, MD 1985, pp. 144-5.
28. Ibid., pp. 243-4.
29. Michael Craton, *Testing the Chains*, pp. 121-4.
30. Depoimento do governador Matthew num inquérito sobre a conspiração dos negros, Antigua, 30 de dezembro de 1736, Calendar of State Papers, série colonial, América e Índias Ocidentais, vol. 43, Londres 1737.
31. *A Genuine Narrative of the Intended Conspiracy of the Negroes of Antigua, Extracted from an Authentic Copy of a Report, made to the Chief Governor of the Carabee Islands, by the Commissioners, or Judges appointed to try the Conspirators*, Dublin 1737, p. 19.
32. Hall, *In Miserable Slavery: Thomas Thistlewood*, p. 125.
33. Sheridan, *Sugar and Slavery*, p. 269. Ao calcular a taxa de lucro, os proprietários de *plantations* costumavam deduzir da receita líquida "juros" na forma de 6% do valor de capital da *plantation*. Este costume também seria encontrado entre os primeiros donos de fábricas. Esta parece ter sido uma forma grosseira e rápida de medir o retorno do capital comparado a uma "taxa de juros" supostamente natural; no entanto, tinha a função de antecipar a depreciação e de compensar a taxa lenta de circulação do capital numa economia pré-industrial.
34. Edward Long, *History of Jamaica*, Londres 1774, 1, pp. 462-3.
35. Drescher, *Econocide*, p. 42. Ward calcula o capital de uma *plantation* a partir do valor de inventário de escravos, equipamentos e terras. J. R. Ward, "The Profitability of Sugar Planting in the British West Indies", em Beckles e Shepherd, *Caribbean Slave Society and Economy*, pp. 84-5.
36. David Hancock, *Citizens of the World: London Merchants and the Integration of the British Atlantic Community, 1735-1785*, Cambridge 1995, pp. 143-71, 409-11.
37. Hancock, *Citizens of the World*, pp. 40-84, 383-98. Segundo as conversões já citadas, estas fortunas seriam de aproximadamente £6,5 milhões (Grant) e £33 milhões (Oswald), em valores de 1994; no entanto, esta avaliação, baseada num índice geral de inflação de preços, não registra totalmente o tamanho dessas fortunas em relação à escala de riqueza do século XVIII nem o valor que alcançariam hoje as terras que pertenciam a Grant ou Oswald.
38. Richard Pares, *A West India Fortune*, Londres 1950, pp. 163, 320-21, 332.
39. J. R. Ward, *British West Indian Slavery, 1750-1834: The Process of Amelioration*, Oxford 1988, p. 91.
40. Bennett, *Bondsmen and Bishops: Slavery and Apprenticeship on the Codrington Plantations of Barbados, 1710-1838*, Berkeley, CA 1958, pp. 14, 44-53, 61-2; Michael Craton, *Sinews of Empire: A Short History of British Slavery*, Londres 1973, pp. 197-8.
41. Edward Long, *A History of Jamaica*, vol. II, Londres 1774, pp. 432-3.
42. Sobre as taxas de reprodução, ver Craton, "Jamaican Slavery", em Engerman e Genovese, eds., *Race and Slavery in the Western Hemisphere*, pp. 251, 275. Sobre a distribuição da mão-de-obra escrava, ver Sheridan, *Sugar and Slavery*, p. 231.

43. As conseqüências negativas do excesso de trabalho e das punições cruéis sobre a criação dos filhos são enfatizadas por Richard Dunn, "Sugar Production and Slave Women", em Berlin e Morgan, eds., *Cultivation and Culture*, pp. 49-72.
44. Janet Schaw, *Journal of a Lady of Quality; Being the Narrative of a Journey from Scotland, to the West Indies, North Carolina and Portugal in the Years 1774 to 1776*, org. por E. W. e C. M. Andrews, New Haven, CT 1923, p. 128. Este relato pode ser comparado com Equiano, *The Interesting Narrative and Other Writings*, p. 110.
45. Sobre o preço dos escravos, Sheridan, *Sugar and Slavery*, pp. 247, 252; para uma tentativa de calcular o custo de manter e criar escravos na Jamaica, ver R. W. Fogel and S. L. Engerman, *Time on the Cross*, Nova York 1974, vol. II, pp. 120-22. No entanto, Fogel e Engerman dão ênfase aqui ao custo de manutenção da criança e não, como fiz anteriormente, ao custo de permitir que mães e futuras mães tivessem em potencial um regime de trabalho mais leve.
46. Kenneth Kiple, *The Caribbean Slave: A Biological History*, Cambridge 1984, pp. 120-34.
47. Barbara Bush, *Slave Women in Caribbean Society, 1650-1838*, Londres 1990, p. 137. A discussão de Bush da "maternidade escrava" é completa, ver pp. 120-50. A possibilidade do infanticídio como reação à miséria e ao abuso é esclarecida por Nancy Scheper-Hughes, *Death Without Weeping*, Berkeley, CA 1992, embora esta obra se baseie no Brasil do século XX.
48. Hall, ed., *In Miserable Slavery: Thomas Thistlewood*, p. 133. O estudo de Barbara Bush se baseia numa pesquisa ampla e profunda, mas foi concluído antes da publicação destes trechos do diário de Thistlewood. Algumas das generalizações de Bush são discutíveis à luz do diário, como, por exemplo, "o número de escravas envolvidas em relações sexuais com brancos era provavelmente limitado a uma pequena percentagem da população total de escravas". (*Slave Women in Caribbean Society*, p. 117.) Durante mais de trinta anos como feitor e pequeno proprietário na Jamaica, ele conta que teve relações sexuais com vinte ou trinta escravas por ano, num ritmo quase diário; em seu relato, outros brancos também se envolvem com grande número de escravas. A própria Barbara Bush cita a proibição impressionante, caso praticada, feita por "Monk" Lewis, proprietário excepcionalmente escrupuloso: "qualquer pessoa branca contra quem se prove ter tido ligação imprópria com mulher que se saiba publicamente estar vivendo como esposa de um de meus negros deverá ser demitida imediatamente". Mathew Gregory Lewis, *Journal of a Residence Among the Negroes of the West Indies*, Londres 1845, p. 122.
49. Edward Trelawny, *An Essay Concerning Slavery*, Londres 1746, pp. 35-6. Citado em Richard S. Sheridan, *Doctors and Slaves: A Medical and Demographic History of Slavery in the British West Indies, 1680-1834*, Cambridge 1985, p. 224. Ver também Richard S. Dunn, "Sugar Production and Slave Women in Jamaica", em Berlin e Morgan, eds., *Cultivation and Culture*, pp. 49-72, principalmente as pp. 70-71; e Ward, *British West Indian Slavery*, pp. 171-2.

50. Barry Higman, "Household Structure and Fertility on Jamaican Slave Plantations: A Nineteenth Century Example", em Beckles e Shepherd, *Caribbean Slave Society and Economy*, pp. 250-72 (p. 270). (Este estudo foi originalmente publicado em *Population Studies*, novembro de 1973.) O terrível registro das *plantations* açucareiras em relação às taxas de natalidade e mortalidade está documentado no estudo subseqüente de Higman, *Slave Population and Economy in Jamaica, 1807-1834*, Cambridge 1976.
51. Barry Higman, "The Slave Populations of the British Caribbean", em Beckles e Shepherd, *Caribbean Slave Society and Economy*, pp. 221-7 (p. 223). Sidney Mintz, *Caribbean Transformations*, Chicago 1974, pp. 151-2.
52. Hilary Beckles, *Natural Rebels: A Social History of Enslaved Black Women in Barbados*, Londres 1969, pp. 97-113.
53. Como fica claro nos comentários da Sra. A. C. (Emma) Carmichael, *Domestic Manners: and the Social Condition of the White, Coloured and Negro Populations of the West Indies*, 2 vols., Londres 1833. Beckles refere-se à prostituição generalizada de escravas em Bridgetown, capital de Barbados. Isso não seria tão prejudicial para a perspectiva de reprodução geral dos escravos quanto a exploração sexual do número muito maior de escravas encontradas nas *plantations*. Mas Beckles com certeza está enganada se queria sugerir que as próprias escravas prostitutas tiveram muitos filhos. (Beckles, *Natural Rebels*, pp. 141-51).
54. A experiência das Bahamas é discutida por Michael Craton, "Changing Patterns of Slave Families in the British West Indies", em Beckles e Shepherd, *Caribbean Slave Society and Economy*, pp. 228-49.
55. Michael Craton, *Searching for the Invisible Man: Slaves and Plantation Life in Jamaica*, Cambridge, MA 1978, pp. 94-9, 112-13. Sobre o sistema médico desenvolvido pelos proprietários de *plantations* e suas limitações, ver Richard Sheridan, *Doctors and Slaves*, especialmente as pp. 42-71, 192 (situação dos escravos de Rose Hill), 268-320.
56. Paul Butel, *Les Négociants bordelais, l'Europe et les Îles au XVIIIe siècle*, Paris 1974, pp. 15-35.
57. Ibid., pp. 212-51.
58. Frostin, *Les Révoltes blanches à Saint Domingue*, pp. 144-5; Butel, *Les Négociants bordelais*, pp. 26, 28.
59. Stein, *The French Sugar Business*, p. 170.
60. Frostin, *Les Révoltes blanches à Saint Domingue*, pp. 114-15; Moreau de St-Méry, *Description ... de la partie française de l'Isle Saint Domingue*, Paris 1958 (1ª ed. Filadélfia 1797), vol. 1, p. 111.
61. Sobre dados comerciais a respeito do café, ver Butel, *Les Négociants bordelais*, pp. 26, 31; sobre as *caféières*, ver Gabriel Debien, *Études antillaises: XVIIIe siècle*, Paris 1956, pp. 1-137, e Gabriel Debien, *Les Esclaves aux Antilles françaises: XVII-XVIIIe siècles*, Guadalupe 1974, pp. 140-46.

62. David Geggus, "Sugar and Coffee Cultivation in Saint Domingue", em Berlin e Morgan, *Cultivation and Culture*, pp. 73-98 (p. 74).
63. Watts, *The West Indies*, pp. 299, 444-6.
64. Para um estudo comparativo mais informativo, que destaca a importância da irrigação para a produtividade das *plantations* francesas, ver Richard Sheridan, *The Development of the Plantations to 1750*, Barbados 1970, pp. 48-55. Sobre a Sucrerie Cottineau, ver Gabriel Debien, *Plantations et esclaves à Saint Domingue*, Dacar 1962, p. 18. Sobre os lucros das *plantations* francesas e britânicas, calculados por proprietários britânicos numa petição ao Parlamento, ver Seymour Drescher, *Econocide*, Pittsburg 1977, p. 51.
65. Jacques de Cauna, "Les Comptes de la Sucrerie Fleuriau" em Paul Butel, ed., *Commerce et plantation dans la Caraïbe: XVIIIe et XIXe siècles*, Actes du Colloque de Bordeaux, 15-16 de março de 1991, Bordéus 1992, pp. 143-67; Jacques de Cauna, *Au Temps des Îles à Sucre; histoire d'une plantation de Saint-Domingue au XVIIIe siècle*, Paris 1987, p. 196; Robert Forster, "Two Eighteenth Century Plantations", em Patricia Galloway, ed., *Proceedings of the Seventeenth Meeting of the French Colonial History Society*, Chicago, maio de 1991, Lanham, MD 1993, pp. 71-8. Sobre Saint Michel no Quartier Marin, ver David Geggus, "Une famille de la Rochelle et ses plantations de Saint-Domingue", *Proceedings of the Twenty-Second French Colonial History Society*, a ser publicado. Sobre Worthy Park, ver Craton, *Searching for the Invisible Man*, pp. 138-40.
66. Pierre Pluchon, *La Route des esclaves: négriers et bois d'ébène au XVIIIe siècle*, Paris 1980, p. 292.
67. Alexandre-Stanislas de Wimpffen, *Haïti au XVIIIe siècle*, editado por P. Pluchon, Paris 1993, p. 246.
68. Wimpffen, *Haiti au XVIIIe siècle*, p. 104 nota k, p. 245 nota c.
69. Lowell Ragatz, *The Fall of the Planter Class in the British West Indies, 1763-1833*, Nova York 1928, e Eric Williams, *Capitalism and Slavery*.
70. Seymour Drescher, Econocide; Ward, "The Profitability of Sugar Planting in the British West Indies", *Economic History Review*, 1978.
71. James McClellan, *Colonialism and Science: Saint Domingue under the Old Regime*, Baltimore, MD 1992, pp. 71-4, 147-62.
72. Sobre dados da Martinica, ver Sheridan, *The Development of the Plantations to 1750*, p. 36. Sobre a organização do cultivo de alimentos, ver Debien, *Les Esclaves aux Antilles françaises*, pp. 182-3. Debien discute outros aspectos do trabalho dos escravos nas pp. 119-63 e os limites da mecanização nas pp. 163-9. Ver também Gaston Martin, *Histoire de l'esclavage dans les colonies françaises*, pp. 122-8.
73. Pierre Pluchon, "Introduction", Wimpffen, *Haïti au XVIIIe siècle*, p. 44.
74. Moreau de St-Méry, *Description ... de ... Saint Domingue*, I, pp. 83-111. A difícil situação das pessoas livres de cor é analisada em Elizabeth, "The French Antilles", e Gwendolyn Midlo Hall, "Saint Domingue", em Cohen e Greene, eds., *Neither Free nor Slave*, pp. 137-71, 172-92. Conseguir provas documentais da condição de liberdade não era fácil

nem barato, como esses autores deixam claro. É possível que os dados oficiais sobre o tamanho da população livre de cor estivessem subestimados por causa disso (estes dados são citados nas pp. 146-51).

75. Frostin, *Histoire de l'autonomisme colon de la partie française de St Domingue*, II, p. 703.
76. Gaston Martin, *Histoire de l'esclavage*, p. 139; Debien, *Les Esclaves aux Antilles françaises*, p. 345. Debien compara esta taxa de mortalidade de 5 a 6% com a taxa máxima de natalidade dos escravos de 3% ao ano.
77. Frantz Tardo-Dino, *Le Collier de servitude: la condition sanitaire des esclaves aux Antilles françaises du XVIIe au XIXe siècles*, Paris 1985, pp. 129-42. Ver também Sheridan, *Doctors and Slaves*, pp. 185-219, e Kenneth F. Kiple e Virginia H. Kiple, "Deficiency Diseases in the Caribbean", *Journal of Interdisciplinary History*, vol. II, nº 2, 1980, pp. 197-215.
78. David Geggus afirma que a atividade *maroon* era em escala relativamente pequena em São Domingos na segunda metade do século; ver Geggus, "Slave Resistance Studies and the Saint Domingue Revolt", Florida International University, inverno de 1983, p. 7. Em 1784 foi assinado um acordo com os *maroons* de Maniel, um dos poucos grupos grandes e estáveis. Criou-se uma lenda em torno de Macandal, escravo que perdeu um braço num engenho de açúcar e a quem se atribuiu uma trama de envenenamento em larga escala em 1757. O grande incêndio de Port au Prince em 1787 foi atribuído a incendiários escravos. Ver Moreau de St-Méry, *Description*, I, pp. 247-56.
79. Geggus, "Sugar and Coffee Cultivation in Saint Domingue", em Berlin e Morgan, *Cultivation and Culture*, pp. 92-3.
80. Sobre o vodu, ver Alfred Métraux, *Voodoo in Haiti*, Londres 1959, pp. 25-40. Leslie G. Desmangles, *The Faces of the Gods: Vodou and Roman Catholicism in Haiti*, Chapel Hill, NC 1992, pp. 15, 25-8. Sobre as fazendas de café, ver Michel-Rolph Trouillot, "Coffee Planters and Coffee Slaves in the Antilles", em Berlin e Morgan, *Cultivation and Culture*, pp. 124-37, principalmente as pp. 133-4.
81. Myriam Cottias, "La Martinique: Babylone fertile ou terre stérile?", *Annales de démographie historique*, Paris 1992, pp. 199-215.
82. O Marquês Fénelon, citado em Frantz Tardo-Dino, *Le Collier de servitude*, p. 168.
83. Dados sobre o comércio francês do século XVIII extraídos de Comte Chaptal, *De l'Industrie française*, Paris 1819, pp. 79, 134-5; e Jean Tarrade, *Le Commerce colonial de la France à la fin de l'ancien régime*, Paris 1972, 2 vols., vol. 2, p. 123. Sobre as relações entre mercadores e donos de *plantations*, ver Butel, *Les Négociants bordelais*, pp. 239-45; Pierre Léon, *Marchands et spéculateurs dauphinois dans le monde antillais du XVIIIe siècle: les Dollé et les Raby*, Paris 1963, pp. 50-89, 122-6, 171-4. No entanto, as limitações institucionais e geográficas ao impulso que o comércio colonial imprimiu à economia francesa são destacadas por Pierre Boulle em "Slave Trade, Commercial Organisation and Industrial Growth in 18th Century Nantes", *Revue française d'histoire d'autre mer*, 1972.

84. Robert L. Stein, *The French Sugar Business in the Eighteenth Century*, Baton Rouge, LA 1988, pp. 160-63.
85. Mercier de la Rivière, *Mémoires et textes inédits sur le gouvernement économique des Antilles, avec un commentaire et des notes de L. Ph. May*, Paris 1978.
86. Ibid., p. 208.
87. Existem dados disponíveis sobre o comércio exterior da Grã-Bretanha no século XVIII em B. R. Mitchell e P. Deane, *Abstract of British Historical Statistics*, Cambridge 1962, pp. 309-11; ver também P. Deane e D. Cole, *British Economic Growth*, Londres 1967, p. 89. Algumas referências a estes números serão consideradas posteriormente, mas não afetam a comparação ampla feita aqui.
88. Pluchon, "Des Colonies en lutte avec leur métropole", em Pluchon, ed., *Histoire des Antilles*, pp. 225 e seguintes; Lambert-Félix Prudent, *Des Baragouins à la langue antillaise*, Paris 1980, especialmente as pp. 19-34; Moreau de St-Méry, *Description*. Ver também Hall, Africans in Colonial Louisiana, especialmente as pp. 156-200.
89. McClellan, *Colonialism and Science*, p. 292.

— XI —

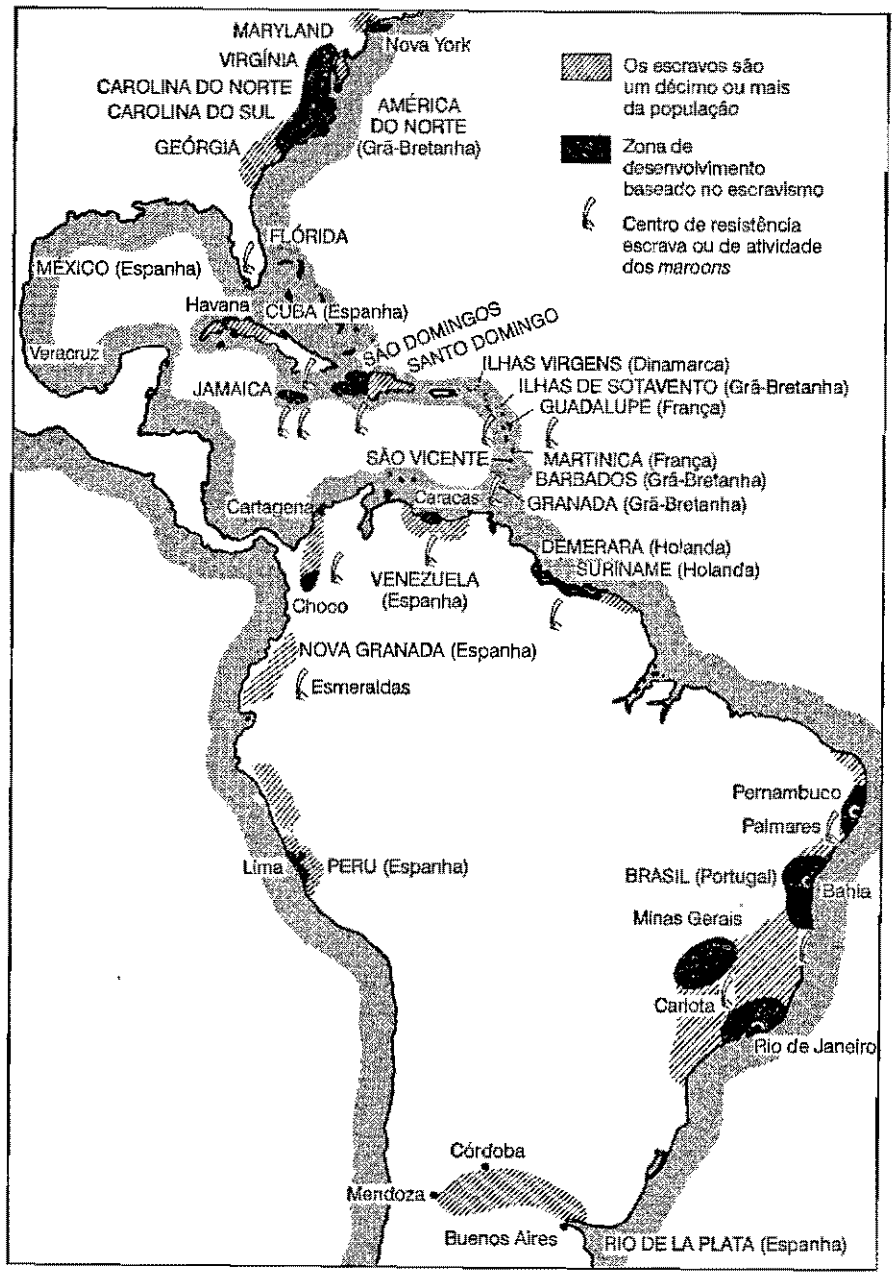
Escravidão no continente

Stratford, 31 de agosto de 1754

Aron

Foste muito Insolente quanto estiveste na Inglaterra, e me Desobedeceste duas vezes. Isto não deve mais acontecer; pois se tentares Bater em teu feitor, ou ser insubmisso, deverás ser amarrado e Chicoteado Violentamente e banhado com vinagre; e se Fugires terás de usar um Ferro com Ganchos no Pescoço; e se isso não o acalmar, deverás usar Ferros até submeter-te; pois se és meu Escravo deves ser e serás obediente. Mas se Te comportares bem Serás bem tratado. Se ouvir falar Bem de ti, vou Mandar-te Algumas de minhas melhores Roupas Velhas; e outras coisas. Presta Atenção e não Te Arruínes por tua tolice. Recebi tua carta. Se fores bom, Serei Teu Senhor Amoroso,

Jos. Ball



As Américas – *c.* 1770

As colônias do continente foram também teatro de importantes conflitos entre a Grã-Bretanha e a França, ou entre a Grã-Bretanha e os Bourbon. As trocas coloniais britânicas dependiam decisivamente da América do Norte e do amálgama dinâmico de criação, pequeno cultivo de produtos agrícolas, capital comercial e *plantations* escravistas que havia ali. O poder de compra da Nova Inglaterra, de Nova York, da Pensilvânia e de Charleston vinha, em parte, do comércio contínuo com as Índias Ocidentais britânicas e francesas. Os acordos vantajosos da Grã-Bretanha com Portugal tendiam a trazer este país para a esfera britânica, enquanto os vínculos dinásticos entre a França e a Espanha davam aos franceses algumas vantagens no comércio oficial hispano-americano. A existência de colônias holandesas e dinamarquesas não-alinhadas facilitava o contrabando e, conseqüentemente a competição comercial.

Dentro das próprias colônias norte-americanas desenvolveu-se um novo sistema de *plantation* escravista em torno do Chesapeake e nas áreas ao sul, cujo sucesso muito contribuiu para a vitalidade da demanda norte-americana. Assim, em 1768-73, três produtos de *plantations* escravistas — fumo, anil e arroz — representavam três quartos de todas as exportações das colônias norte-americanas para a Grã-Bretanha.[1] Além disso, uma parte do trigo exportado por estas colônias também era produzida por escravos, como veremos. O padrão norte-americano merece atenção por seus próprios méritos, já que produziu o sistema de escravidão mais original, bem-sucedido e expansivo das Américas.

A contribuição da escravidão para a sorte das colônias de Portugal e Espanha será analisada na segunda metade deste capítulo, permitindo comparações relativas ao papel do estado imperial assim como do caráter predominante do sistema escravista. O rápido crescimento das treze colônias britânicas devia pouco ao patrocínio estatal, alguma coisa a uma estrutura de livre comércio na esfera atlântico-britânica e muito à iniciativa independente de proprietários de terras e mercadores norte-americanos. A economia das colônias portuguesas e espanholas também se desenvolveu com bastante rapidez durante o século XVIII, mas aqui o desenvolvimento devia muito a uma espécie de coordenação estatal neomercantilista. A escravidão desempenhou seu papel nos três sistemas coloniais, mas sua força tende a variar em proporção inversa ao envolvimento direto do estado.

A América do Norte e a reprodução da escravidão

A importância econômica das *plantations* e do comércio ligado a elas na América do Norte desenvolveu-se no contexto de uma sociedade colonial profundamente diferente das colônias açucareiras do Caribe, mesmo nas colônias do Sul, onde havia a maior concentração de escravos. Embora em 1770 os escravos negros produzissem três quartos das exportações, eles representavam 18% da população colonial e 40% da população total das colônias do Sul. Tanto a população branca quanto a negra exibiam taxas positivas de crescimento natural, aumentadas ainda mais pela imigração contínua espontânea ou forçada — a população não contada das nações indígenas foi mais afastada do que subjugada. O padrão demográfico fica bastante evidente na Tabela XI.1:

Tabela XI.1 População das treze colônias da América do Norte por região em 1700 e 1770

Região	1700		1770	
	Brancos	Negros	Brancos	Negros
Nova Inglaterra	92.000	1.700	581.000	15.500
Colônias intermediárias	54.000	3.500	556.000	35.000
Colônias do Sul	104.000	22.400	1.010.000	409.500
Total	251.000	27.800	2.148.000	460.000

Fonte: US Bureau of Census, *Historical Statistics from Colonial Times to 1970*, Washington, DC 1975, p. 1168.

Portanto, a população escrava da América do Norte era maior em 1770 do que nas Américas como um todo no ano de 1700; e embora esta última tenha exigido a entrada de mais de dois milhões de africanos, a importação de escravos das colônias norte-americanas totalizou talvez 340.000 cativos. Os escravos levados para as colônias continentais da Espanha e de Portugal enfrentavam, evidentemente, um destino muito diferente dos que foram levados para a América do Norte: tinham muito mais probabilidade de se libertarem da escravidão, seja pela morte ou (para os poucos afortunados) pela alforria, do que seus colegas do Norte; da mesma maneira, os escravos da América Latina tinham menos probabilidade de ter filhos, mas os que nasciam tinham mais probabilidade de ser ou de ficar livres. A formação social da América do Norte era mais adequada para a reprodução da escravidão, tanto no sentido social quanto no demográfico, do que a das Américas Central e Sul. Assim como as ilhas açucareiras do Caribe, as colônias da América do Norte estavam profundamente envolvidas no sistema global de trocas atlânticas; mas, ao contrário daquelas,

eram potencialmente autônomas e livres dentro desse sistema, capazes de sobreviver sem defesa, suprimentos e serviços vindos da metrópole.

Embora houvesse alguns grandes proprietários de terras, principalmente em Nova York, e nas cidades vários funcionários, advogados, mercadores, comerciantes, artesãos e trabalhadores, nove décimos da população branca das colônias do Norte eram de fazendeiros. Os fazendeiros da América do Norte adquiriram um gosto ainda mais acentuado pelos produtos das *plantations* do que os agricultores europeus da época — e com a ajuda de mercadores locais, podiam vender seu próprio excedente de produção para as *plantations*. Durante a primeira metade do século XVIII, a Grã-Bretanha exportava trigo em grande escala, e não precisava da produção norte-americana; outros produtos agrícolas de clima temperado podiam ser importados mais facilmente da Irlanda do que da América do Norte. A demanda gerada pelas *plantations* do Caribe possibilitou um desenvolvimento intenso da agricultura comercial da Nova Inglaterra e das colônias da região central do Atlântico. A produtividade agrícola dos fazendeiros e pescadores do Norte era tal que as colônias de *plantation* das Índias Ocidentais, britânicas ou não, tinham neles seus fornecedores mais baratos.[2]

Nas colônias do Sul, as *plantations* escravistas desenvolveram-se lado a lado com as pequenas fazendas. As propriedades operadas por escravos foram consolidadas primeiro na região costeira, onde o transporte era menos problemático, expandindo-se depois aos poucos para o interior ao longo dos rios navegáveis; mas fazendeiros com poucos ou nenhum escravo predominavam no interior e nas perigosas zonas de fronteira. A *plantation* de fumo norte-americana podia ocupar tanta terra quanto a *plantation* açucareira do Caribe, mas empregava muito menos escravos. Como o tabaco exauria o solo, o dono da *plantation* tinha de se transferir para um novo lote mais ou menos a cada sete anos, permitindo que a terra já usada descansasse por vinte anos. As *plantations* médias e grandes de tabaco tinham contingentes entre dez e cinqüenta escravos, e muitas *plantations* menores tinham ainda menos. Nas terras baixas da Carolina do Sul e da Geórgia havia *plantations* de arroz que adotavam um padrão de escravidão mais semelhante ao das fazendas não-açucareiras do Caribe, com algumas propriedades contando com um contingente de 60 a 120 escravos e com maioria populacional de escravos em alguns condados. Charleston, na Carolina do Sul, era o maior mercado de escravos da América do Norte; a população escrava da zona do arroz só obteve uma taxa positiva de reprodução natural na década de 1770. Antes de analisar as razões pelas quais a população escrava norte-americana conseguiu uma taxa positiva de reprodução natural — que começou a aparecer no início do século em Maryland e na Virgínia — é conveniente levar em conta outros

aspectos do bom desempenho das colônias escravistas da América do Norte britânica.

Quando os proprietários de *plantations* na América do Norte passaram a comprar mais escravos e menos servos no início do século XVIII, o regime de trabalho tornou-se mais exigente. E mais tarde, quando no decorrer do século estes proprietários tornaram-se agricultores mais sofisticados, mais uma vez aumentaram a carga de trabalho da mão-de-obra. A produção de fumo cresceu de 30 milhões de libras-peso em 1710 para cerca de 50 milhões na década de 1730 e mais de 100 milhões em 1775; os maiores concorrentes da América do Norte, o Brasil e a Holanda, produziram cada um cerca de 8 milhões de libras anualmente durante todo este período.[3] Embora os donos de *plantations* costeiras se orgulhassem da qualidade de seu tabaco orenoco ou perfumado, o cultivo espalhou-se para o interior até o Piedmont, onde pequenos fazendeiros conseguiam extrair grandes colheitas do solo virgem, usando de início poucos ou nenhum escravo. Nas décadas de meados do século, os agentes escoceses compraram grande quantidade de fumo dos produtores menores, geralmente para venda posterior ao monopólio francês de tabaco, enquanto os grandes produtores costeiros vendiam sua colheita por intermédio de agentes comissionados de Londres. O crescimento do cultivo do tabaco no Piedmont também provocou ali o aumento da escravatura. Numa destas regiões do sul da Virgínia, o condado de Amelia, a percentagem de propriedades que possuíam escravos subiu de 23% para 76% entre 1736 e 1782, e o número médio de escravos por propriedade cresceu de dois para seis.[4]

Nas *plantations* de tabaco norte-americanas, o trabalho pesado era realizado no período de 12 a 14 horas "de sol a sol", com uma pausa para almoço de duas horas. Com o decorrer do século, os produtores de Virgínia e Maryland também aumentaram a intensidade do trabalho, tanto por intermédio da produção de outras colheitas comerciais — principalmente milho e trigo — quanto pela introdução ou extensão do trabalho noturno no processamento ou na embalagem do tabaco. Com os preços baixos do fumo, muitos proprietários de escravos de Maryland e Virgínia voltaram-se para a produção de milho e trigo como colheitas comerciais. Embora não costumassem abandonar o fumo, adotaram em suas *plantations* um padrão de cultivo mais diversificado. Para plantar o trigo em grande escala, a mão-de-obra escrava utilizava arados de tração animal em vez das enxadas que eram usadas para o tabaco. Milho e feno também eram plantados para fornecer forragem para os animais de tração, enquanto estes forneciam o esterco que aumentava a produção de trigo, milho e tabaco. Lorena Walsh descreve esta situação como o desenvolvimento de um "segundo sistema de agricultura", e observa que os pioneiros foram os

grandes proprietários de escravos. Com certeza este era um padrão de cultivo mais sofisticado do que o que prevalecera anteriormente nos lotes rotativos do tabaco. A combinação mais complexa de fumo, grãos e alguma criação animal dava maior receita e flexibilidade ao proprietário diante de condições instáveis de mercado, mesmo que ela, também, com o tempo, fosse explorada tão intensivamente que chegou a criar seus próprios problemas ecológicos.[5] Em 1773, a Virgínia exportou um total de £337.391 de fumo, £145.360 de grãos e £31.740 de artefatos de madeira, estes destinados principalmente ao Caribe.[6]

A diversificação das *plantations* da Virgínia e de Maryland impulsionou o crescimento da comercialização do dono da *plantation* fazendo os escravos trabalharem mais. A mistura exata de produtos agrícolas variava segundo a região e a estratégia dos proprietários, mas, invariavelmente, um dos resultados da mistura era a maior ocupação do tempo de trabalho disponível dos escravos. A madeira podia ser cortada e os artefatos produzidos com ela preparados durante o inverno. Trigo e tabaco ou trigo e milho tinham ciclos de plantio e colheita parcialmente complementares. Os proprietários também economizavam com a fabricação doméstica de roupas, velas e laticínios, que dava espaço à extensão do trabalho noturno. O cultivo de trigo e a criação de animais que o acompanhava fizeram nascer a necessidade de novos tipos de trabalho especializado, atendida por escravos homens — às mulheres foram deixadas as tarefas tradicionais: manufatura doméstica e uma parcela maior do exigente trabalho nos campos de tabaco. Embora a capacidade reprodutiva das escravas não fosse destruída, elas trabalhavam mais e, pelo menos no campo, em tarefas que lhes davam menos autonomia. Michael Mullin observa que os registros dos grandes proprietários demonstram que eles estavam constantemente envolvidos em contas, calculando, por exemplo, o número de colinas que poderiam ser plantadas por dia por um escravo.[7] Diante do seu fracasso em ganhar dinheiro com o cultivo do cânhamo, William Byrd escreveu:

> a mão-de-obra não custa mais que dois centavos por dia nos campos do leste [ou seja, nas terras do Báltico] onde produzem cânhamo e aqui podemos calculá-la em menos de dez centavos, o que, sendo cinco vezes mais que o trabalho deles, e considerando, além disso, que nosso frete é três vezes mais caro que o deles, o preço que os enriqueceria iria nos arruinar, como descobri pela útil experiência.[8]

A partir de meados do século houve também exemplos de tentativas de introduzir uma forma de estudo do trabalho para medir o que poderia ser extraído de cada escravo. Landon Carter escreveu:

> e assim para todo trabalho impus esta regra. Meus feitores observam de perto seus capatazes por um dia em cada Tarefa; e ao deduzir 1/5 daquela jornada de trabalho, ele deveria todos os outros dias manter-se naquele nível. Portanto, pela divisão de cada turma em mãos boas, médias e indiferentes, uma pessoa de cada grupo deve ser observada durante 1 jornada de trabalho; e todos os da mesma divisão devem ser mantidos na sua proporção.[9]

No que diz respeito aos donos das *plantations*, as mudanças eram muito elogiáveis. A produção mais diversificada ajudou-os a sobreviver aos anos problemáticos da guerra revolucionária e a organização mais controlada criou a base, depois que o mercado externo voltou a dar sinais, para uma receita bruta proveniente da colheita de cerca de 25 libras esterlinas por trabalhador nos anos de 1790 a 1807. Este número impressionante começou a ser comparável com os resultados conseguidos pelos produtores de açúcar do Caribe.[10]

O desenvolvimento do cultivo de arroz na Carolina do Sul também demonstrou a versatilidade da *plantation* escravista e sua capacidade de extrair mais trabalho dos escravos por meio de uma organização mais complexa. No caso de outros produtos básicos, os proprietários das *plantations* escravistas atendiam a uma forte demanda que estavam em condições de suprir. No início do século XVIII, o arroz era considerado um produto inferior, um substituto dos outros cereais. Os produtores da Carolina do Sul começaram a cultivar arroz no período entre 1690 e 1720, quando os preços estavam altos por causa das quebras de safra e da guerra na Europa. Mas continuaram a expandir a produção em 1720-60, quando os preços caíram. Na verdade, foi o baixo preço do arroz que conquistou para ele novos mercados nas Índias Ocidentais e mais além. Só em 1767 o governo britânico suspendeu os altos impostos cobrados da importação de arroz da colônia, quando a Grã-Bretanha também comprou uma parte da colheita da Carolina do Sul. Os proprietários das *plantations* aumentaram a produtividade mudando-se das altas campinas para os pântanos costeiros, e, portanto, da irrigação intermitente para a irrigação segundo as marés. Este método tendia a aumentar em vez de exaurir a fertilidade do solo. Usavam hélices de vento para separar o grão, moinhos manuais para descascar o arroz, e a partir de meados do século experimentaram várias máquinas de pilar arroz em grande escala.

No final do período colonial, os escravos passaram a trabalhar segundo o sistema de tarefas em vez do sistema de turmas, como conseqüência da maior complexidade do sistema produtivo. Este sistema também permitia que os donos das *plantations* aproveitassem de modo mais eficaz os conhecimentos agrícolas dos escravos africanos, que, como sugeriu Peter Wood, já conheciam o cultivo do arroz. Na década de 1720, 29% dos escravos trabalhavam em propriedades com um contingente de 30 ou mais. Esta proporção subiu para 54% na década de 1740, e então estabilizou-se, embora alguns fazendeiros possuíssem mais de uma propriedade. A exportação de arroz da Carolina do Sul entre 1768 e 1772 foi, em média, de £305.533 por ano. Os 70.000 escravos da colônia também produziram a maior parte do anil exportado, num valor médio anual de £111.864 naqueles anos. Nash calcula que o volume de exportação por escravo nesta colônia aumentou um terço entre 1750 e 1770.[11]

Nas décadas de 1750 e 1760, o cultivo de arroz se estendeu da Carolina do Sul para a Geórgia, colônia que compreendia o território entre a Carolina do Sul e a Flórida espanhola. Os responsáveis pela fundação da colônia na década de 1730 decretaram que suas terras deveriam ser reservadas para colonos brancos livres, e que "negros e escravos pretos" deveriam ser banidos. Seus Conselheiros esperavam que a Geórgia fosse tanto um lugar de salvação para os pobres da Inglaterra como um escudo contra o poderio espanhol ao Sul e a Oeste. No entanto, a possibilidade de sucesso da colônia como um refúgio para colonos livres não foi ampliada pelo paternalismo opressivo dos próprios Conselheiros. Até 1742 vigorou a proibição de bebidas alcoólicas e rum, além de outros regulamentos destinados a inspirar bons hábitos nos colonos. Foi estabelecido um teto de quinhentos acres para o tamanho das propriedades e cobrada uma taxa de 4 *shillings* por cem acres. Apesar dos regulamentos dos Conselheiros, imigrantes da Carolina do Sul começaram a invadir a costa da Geórgia e a apresentar petições pelo fim da proibição de escravos. Num desafio à proibição, estes "descontentes" chegaram a introduzir grupos de escravos, às vezes disfarçados de trabalhadores contratados, juntamente com feitores e capatazes. Mas tanto os colonos escoceses do condado de Darien quanto os protestantes alemães e holandeses de Savannah apoiaram a idéia de que a Geórgia deveria permanecer uma colônia baseada apenas no trabalho livre. Em 1739, dezoito imigrantes escoceses divulgaram um manifesto enérgico que enfatizava que a legalização só beneficiaria os ricos, criaria um problema sério de segurança que a Espanha iria explorar e era, afinal de contas, "chocante para a natureza humana".[12] A proibição de escravos inibiu o desenvolvimento de uma economia baseada em produtos de *plantations*.

No final da década de 1740, a colônia tinha uma população branca de apenas 4.000 pessoas e não produzia excedentes exportáveis — os Conselheiros tinham a esperança de criar um rendoso comércio de seda e vinho, mas isto não ocorreu. Foram necessários subsídios da Inglaterra para cobrir suas despesas. Se compararmos a primeira década e meia da Geórgia com a das colônias da Virgínia ou da Nova Inglaterra, seu resultado foi bastante razoável. Mas os "descontentes" da Carolina do

Sul tinham recursos e pintaram um quadro róseo do futuro que viria se a escravidão fosse legalizada. Joyce Chaplin explica seus argumentos:

> Os Descontentes basearam-se principalmente na tradição da lei inglesa que dava aos súditos o direito de utilizar sua propriedade sem a interferência do estado. Os Descontentes também recorreram dos princípios liberais que dizem que os indivíduos, quando agem de forma independente, são o melhor apoio de uma economia próspera e progressista. Os colonos da Geórgia também apresentaram argumentos a favor de seu direito de ter escravos, que os súditos britânicos tinham em toda parte. (...) Os Descontentes que defenderam a mão-de-obra escrava basearam-se amplamente na moderna proteção dos direitos econômicos dos indivíduos.[13]

Em 1750, os Conselheiros da Geórgia foram finalmente convencidos a permitir a escravidão, embora, depois de reclamações de um pastor holandês, ela devesse supostamente ser regulamentada levando em conta o bem-estar físico e religioso dos escravos num nível superior ao conseguido em outros locais. Muitos dos proprietários das *plantations* que se espalharam pelas terras baixas da Geórgia ignoraram estas regras, mas alguns — como vários colonos holandeses e alemães — as adotaram. A população negra da Geórgia, incluindo alguns negros livres, deu mais tarde importante contribuição ao desenvolvimento do cristianismo afro-americano. Em 1776 havia 17.000 brancos e 16.000 escravos na colônia.[14]

Não há dúvida de que os proprietários de *plantations* da América do Norte encontraram formas de fazer seus escravos trabalharem arduamente, e que tiveram muito mais sucesso na produção de um excedente vendável do que os fazendeiros que só contavam com a família e com mão-de-obra livre. A habilidade dos proprietários de *plantations* de extrair trabalho de seus escravos aumentou no decorrer do século XVIII, mas ainda assim a população escrava norte-americana teve taxas positivas de crescimento natural. A maioria dos escravos norte-americanos se concentrava na Virgínia e em Maryland, onde prevaleceram as taxas positivas de crescimento natural desde as décadas de 1720 ou 1730.[15] Este resultado, em contraste com a escravidão caribenha e a maioria dos sistemas escravistas, foi conseqüência de fatores ligados ao clima, ao trabalho e ao regime da *plantation*.

O meio ambiente mais saudável da América do Norte, com o clima mais temperado inclusive das colônias do Sul, propiciava taxas mais baixas de mortalidade, tanto entre brancos como entre negros, do que o clima tropical do Caribe ou do continente. O suprimento de comida mais abundante e fresca aumentava a resistência a doenças. A fartura relativa de terra fértil e bons pastos, depois que os nativos

foram expulsos, ajudaram a tornar as colônias norte-americanas um ambiente mais adequado para os colonos brancos; o tamanho reduzido de suas cidades e a incidência modesta de grandes proprietários e de cobrança de impostos favoreceram ainda mais o crescimento demográfico. Na Europa, as grandes cidades tinham taxas altas de mortalidade; de fato, os novos centros manufatureiros e comerciais do Velho Mundo exibiam as taxas negativas de crescimento natural típicas das colônias açucareiras do Novo Mundo.

O alto índice de natalidade era, provavelmente, mais importante do que o baixo índice de mortalidade para explicar o vigoroso crescimento natural que veio a caracterizar tanto a população branca quanto a negra na América do Norte. Deve-se ter em mente, no entanto, que a alta taxa de natalidade registrada neste período correspondia, com freqüência, à baixa incidência de mortalidade infantil, já que não se registrava a morte de bebês pouco depois do nascimento, principalmente se fossem filhos de escravos. O ambiente natural e social da *plantation* de tabaco era mais propício a uma taxa bem superior de crianças nascidas vivas do que o da *plantation* de açúcar. As escravas ainda perdiam mais filhos na primeira infância do que as brancas, mas eram mais férteis, e seus filhos mais saudáveis, do que as escravas e seus filhos no Caribe: em Prince George, condado da Virgínia, o número de filhos sobreviventes aumentou de dois ou três na década de 1740 para cerca de quatro na década de 1770.[16]

Uma das características do recrutamento de escravos para as *plantations* da América do Norte deve ter favorecido desde o início as taxas mais altas de reprodução. Nas primeiras décadas, os proprietários norte-americanos de *plantations* de tabaco, na falta de um comércio estável de escravos vindos da África, estavam mais propensos a comprar escravos já "aclimatados" ou nascidos nas Índias Ocidentais. Só este fator já seria capaz de provocar taxas um pouco mais baixas de mortalidade e um pouco mais altas de fertilidade. Mas a proporção de mulheres compradas pelos proprietários norte-americanos de *plantations* pouco diferia da encontrada em outras partes das Américas.

A taxa positiva de crescimento natural pode ter sido favorecida pelo padrão de trabalho menos destrutivo do que o encontrado no Caribe. Na América do Norte, apesar do ritmo de trabalho bastante intenso, não havia nada equivalente ao regime de trabalho das propriedades açucareiras. O cultivo do tabaco exigia cuidados e atenções durante todo o ano. As sementeiras eram plantadas em janeiro, as mudas transplantadas em maio e junho, as plantas em crescimento eram podadas e desbastadas em julho e agosto, as folhas de tabaco cortadas em setembro e depois curadas, picadas, destaladas e classificadas nos últimos três meses do ano. Este

cronograma era exaustivo, mas não se comparava com a labuta constante e interminável, dia e noite, dos cinco meses de colheita da cana-de-açúcar.[17] Nem mesmo as últimas *plantations* coloniais de tabaco e trigo viram algo como o trabalho noturno da propriedade açucareira, com seus turnos de 16 a 20 horas, e onde, depois do trabalho nos campos de cana havia uma "vigília" noturna de seis ou oito horas no engenho.

O trabalho noturno nas propriedades açucareiras era determinado pela característica ininterrupta do processo de fervura do açúcar; se deixassem o engenho esfriar, haveria muita dificuldade e despesas para acendê-lo de novo. É claro que os proprietários de *plantations* açucareiras poderiam ter organizado um sistema de turnos em que os escravos não trabalhassem mais de doze horas por dia, mas a possibilidade de exigir tanto dos escravos capazes era uma tentação irresistível — que, sem dúvida, foi reforçada pela pressão competitiva das outras *plantations*. Não havia necessidade técnica de trabalho noturno nas *plantations* de fumo, trigo ou arroz. Isto com certeza reduziu bastante tanto a tentação quanto a pressão competitiva sofrida por seus proprietários para imitar o regime de trabalho do Caribe. Durante alguns períodos críticos de uma ou duas semanas — quando chegava a hora de transplantar as mudas, ou no fim do ano, quando a colheita era classificada e embalada em grandes tonéis — os proprietários poderiam obrigar ou convencer seus escravos a trabalharem no domingo ou até tarde da noite, mas o trabalho durante a noite inteira parece que era desconhecido. As providências a serem tomadas para a vigilância dos escravos durante toda a noite seriam em si mesmas muito caras, exigindo, como no Caribe, equipes de feitores e pagamentos volumosos em dinheiro.[18]

Na *plantation* de açúcar caribenha, as tarefas mais leves, como cuidar de animais, eram confiadas a escravos aleijados ou adoentados — quase sempre vítimas de anos de trabalho nas turmas ou de acidentes nas vigílias noturnas. Na *plantation* de tabaco poucos escravos ficavam aleijados ou esgotados, e as tarefas mais leves podiam ser entregues a crianças e a mães em fase de amamentação. Embora o trabalho em turmas fosse utilizado para o cultivo básico nas *plantations* de tabaco, este tipo de organização era suplementado pelo sistema de "tarefas" para o trabalho de processamento, como a limpeza e a classificação do fumo. De acordo com a divisão dos escravos nas categorias *full hand*, *three-quarter hand* ou *half hand* ("mão inteira", "três quartos de mão" ou "meia mão"), ele ou ela teriam determinada sua carga de trabalho; escravos e escravas, se eram adultos saudáveis, contavam como "*full hands*". Dentro de limites rígidos, o sistema de "tarefas" permitia que os escravos impusessem o seu próprio ritmo de trabalho; isto não se aplicava na produção de açúcar do

Caribe, onde o ritmo do trabalho era determinado, na verdade, pela capacidade de moagem do engenho.[19]

Na América do Norte, as escravas eram destinadas ao trabalho no campo, como no Caribe. Mas a plantação de sementes de tabaco ou mesmo o transplante das mudas, embora bastante cansativos, eram bem menos exaustivos que cavar fossas para plantar a cana. Da mesma forma, colher folhas de tabaco era um trabalho penoso, mas muito menos pesado do que curvar-se para cortar canas de um metro e oitenta perto da raiz com uma foice e carregá-las para o carro-de-boi. O peso da cana cortada e carregada pelo escravo caribenho seria oito ou dez vezes maior que o das folhas de tabaco colhidas pelo escravo da Virgínia. Lorena Walsh cita a produção de tabaco por trabalhador na Virgínia durante o século XVIII, que variava de 400 a quase 1.600 libras-peso (uma libra-peso corresponde a 0,453kg) por ano. Os escravos da Jamaica produziam, geralmente, de 800 a 1.200 libras de açúcar por ano; assim, o peso do produto final podia ser bastante parecido. Mas no caso do fumo, a folha era simplesmente secada e curada, enquanto para produzir uma determinada quantidade de açúcar mascavo era preciso cortar quinze ou vinte vezes o mesmo peso de cana, que deveria ser carregada e esmagada. (Para fazer 100 libras de açúcar era necessário ferver 100 galões de caldo de cana, e para obter esta quantidade de caldo era preciso cortar uma tonelada de cana-de-açúcar.[20]) A introdução de culturas secundárias com certeza aumentou a carga de trabalho dos escravos da Virgínia e de Maryland, mas esta carga, provavelmente ainda era menos pesada do que nas *plantations* açucareiras, onde também existiam culturas secundárias e de subsistência.[21]

Como as propriedades norte-americanas eram menores, e como os proprietários moravam em suas terras e não viviam ausentes, havia mais oportunidade para a utilização doméstica das escravas — não só como criadas pessoais, mas também como fiandeiras, tecelãs, costureiras, leiteiras, lavadeiras, cozinheiras, passadeiras e babás. Nestas atividades, elas cuidavam das necessidades dos outros escravos, assim como das de seus donos. O clima do Chesapeake era muito mais frio no inverno que o do Caribe. Os escravos precisavam de roupas mais pesadas e em maior quantidade; boa parte delas era fiada e tecida na *plantation*. Um estudo sobre o trabalho das escravas mostra que a proporção delas envolvida em ocupações afastadas do campo nas grandes propriedades subiu de menos de 15% nas primeiras décadas para cerca de um quarto depois da metade do século, e chegou a um terço ou mais em 1800; a proporção de homens em ocupações fora do campo era mais ou menos a mesma, ou um pouco maior. Combinado com o trabalho naturalmente mais leve da *plantation* de tabaco, este padrão de trabalho feminino teria contribuído para a reprodução da

mão-de-obra escrava, tanto pela elevação da taxa de natalidade quanto pela garantia de condições mais adequadas de sobrevivência.

Embora os dados citados sejam de *plantations* maiores, há poucas dúvidas de que o trabalho doméstico também recaiu sobre os ombros das escravas nas propriedades menores. Uma pesquisa de inventários citada no estudo mencionado acima mostra que 71,4% das moradias na Virgínia e em Maryland tinham, em 1774, rocas de fiar, 14,4% tinham equipamento para fabricação de cerveja e 9,4% tinham equipamento para fazer manteiga ou queijo.[22] Os escravos que se ocupavam principalmente com a multiplicação da *plantation* tinham de trabalhar muito, mas produziam valores de utilidade específica para a comunidade escrava; não estavam sujeitos à demanda ilimitada do mercado. Embora muitas de suas noites fossem dedicadas ao trabalho, não havia razão econômica ou técnica para fazê-los trabalhar a noite inteira, como os escravos dos engenhos de açúcar.

O regime norte-americano de trabalho na *plantation* pode ter oferecido pouco incentivo para as escravas terem filhos, mas pelo menos não destruiu diretamente sua fecundidade. No entanto, outros aspectos da vida na *plantation* provavelmente serviram para convencê-las a ter filhos. No contexto norte-americano de escravidão semidoméstica e em escala relativamente pequena, os proprietários residentes e suas esposas davam mais valor às vantagens econômicas e morais de permitir a vida familiar de seus escravos, e estavam em melhores condições de protegê-la do que os proprietários ausentes das Índias Ocidentais britânicas. Os proprietários de *plantations* grandes e pequenas na América do Norte construíram uma sociedade colonial que era ao mesmo tempo familiar, conjugal e patriarcal. No século XVII, as mulheres que sobreviviam a seus maridos e casavam de novo desempenharam papel importante na criação de várias fortunas. No século XVIII, proprietários nascidos na América viviam mais e desejam exercer à autoridade patriarcal sobre esposas e filhos. Mas o ideal de casamento com companheirismo e fidelidade marital era amplamente celebrado, desde que fossem estritamente observadas as fronteiras raciais. Uma mulher branca que tivesse relações sexuais com um negro na Virgínia podia ser condenada a cinco anos de servidão. Os brancos com certeza não se gabavam de suas relações ilícitas com escravas, como costumava acontecer no Caribe. Este tipo de relação era menos comum do que no Caribe, e a população mulata era menor.[23]

Os proprietários de *plantations* médias e pequenas da América do Norte não dispunham da riqueza nem do aparato de coerção que tinham os magnatas do açúcar do Caribe. Um escravo com laços de família tinha menos probabilidade de fugir, era mais facilmente motivado com pequenas concessões e trabalharia de boa vontade nos campos de alimentos. Na América do Norte era muito mais provável que o proprietário, o feitor e o escravo "falassem a mesma língua" do que no Caribe; como os donos de escravos sempre estavam com o chicote na mão em qualquer negociação, eles podiam invariavelmente fechar vantajosos acordos verbais. A carta citada na epígrafe deste capítulo dá um exemplo interessante das ameaças, dos pedidos e das promessas envolvidas, e que ficam mais espantosas pela alfabetização do escravo. Os proprietários das *plantations* maiores na América do Norte, como residentes, tinham mais probabilidade de se considerarem numa posição patriarcal, capazes de influenciar a conduta de seus feitores. Joyce Chaplin escreve sobre a tendência crescente dos donos de *plantations* de adotar um ideal de tratamento "humano" ao mesmo tempo em que fortaleciam os elos da escravização. A correspondência entre mercadores e proprietários da América do Norte refletia a preocupação com a reprodução dos escravos e a disposição de manter acordos verbais. Assim, Henry Laurence escreve a seu feitor: "Envio uma mulher jovem e forte para ser Esposa de quem ela preferir entre os solteiros. Os outros senhores serão atendidos conforme eu tenha oportunidade. Dize-lhes que não esqueci seu pedido."* Outro proprietário, não-residente, escreve a um amável funcionário colonial:

> E eu ficarei agradecido a Vossa Excelência por aconselhar aos que por mim podem se preocupar com tal Aumento de Negros, não tanto para atenderem a meu Lucro Imediato, mas para tornarem os Negros que agora possuo mais contentes e felizes, o que sei que não podem ser sem terem cada um a sua esposa. Isso muito fará para mantê-los em casa e para torná-los mais disciplinados e apesar de as mulheres não trabalharem tanto quanto os homens, ainda assim haverá Compensações suficientes em poucos anos pelo Grande Aumento em crianças, que podem ser facilmente treinadas e tornar-se aquisições frutíferas para a Gleba e para seu senhor.[24]

Era possível encontrar proprietários caribenhos anunciando desejos semelhantes, mas o contexto global da América do Norte era diferente. As exigências físicas da produção eram menos ferozmente destrutivas e o contexto cultural era menos adaptado a barganhas diretas entre senhor e escravo.

Os rudimentos de vida familiar encorajaram as escravas a ter mais filhos; isso ofereceria algum consolo no mundo tão limitado do escravo. Também já foi sugerido que as condições da América do Norte podem ter persuadido as escravas a abandonar costumes que inibiam a gravidez, como a amamentação por longos períodos associada a intervalos longos entre as concepções.[25] A abundância de alimentos na América do Norte tornou desnecessárias práticas surgidas nos lugares onde a falta de comida era um perigo constante, como pode ter sido o caso no Caribe e na África. A cultura das colônias norte-americanas era fortemente familiar e monogâmica.

As *plantations* da América do Norte, de modo geral, eram menores e mais bem regulamentadas, e assim não precisavam conceder privilégios maritais especiais a uma elite de escravos; a poliginia era menos comum do que nas Índias Ocidentais.

Higman cita três *plantations* jamaicanas onde moradias de escravos com um homem e uma mulher, com ou sem filhos, constituíam 38,5% de todas as moradias destinados aos escravos. As reconstituições de Herbert Gutman indicam uma proporção maior de moradias nitidamente conjugais nas *plantations* escravistas norte-americanas. Até mesmo nas *plantations* da Carolina do Sul, mais parecidas em tamanho e regime com o padrão caribenho, as informações contidas em inventários citados por Philip Morgan demonstram que 66% dos escravos tinham laços familiares reconhecidos em 1760-69, subindo para 79% em 1790-1799.[26] Allan Kulikoff cita os dados da *plantation* de Robert Carter em 1736: 70% dos escravos viviam em moradias com parentes. Mas enquanto 95% das crianças com menos de nove anos moravam com as mães, esta proporção caía para 61% em relação às crianças entre 10 e 14 anos. Numa amostra de pequenas *plantations* em 1776, citada por Kulikoff, 41% dos escravos não coabitavam com outros, enquanto 43% dos escravos entre 10 e 14 anos viviam em moradias separadas. Assim, enquanto as crianças pequenas viviam invariavelmente com as mães, isso deixava de ocorrer com os adolescentes. A venda de escravos, ou sua transferência dentro da família de seus donos, provocava o desmembramento dos lares dos escravos. Mesmo quando não viviam mais na mesma propriedade, esses escravos faziam o possível para manter contato com sua família.[27]

A presença de um grande número de mães escravas em aleitamento e de seus filhos na *plantation* de tabaco norte-americana implicava seus próprios custos, mas nas condições existentes esta era uma forma mais barata de reproduzir a mão-de-obra. Os escravos africanos eram mais caros na América do Norte por causa da viagem mais longa, e para os que dispunham de garantias razoáveis, a taxa de juros era cerca da metade da cobrada no Caribe. Parece improvável que os próprios donos de *plantations* tenham calculado os juros resultantes do dinheiro gasto com a criação dos filhos de escravos, mas no clima criado pelas taxas de juros mais baixas, o ressarcimento das despesas seria uma preocupação menos frenética do que entre os proprietários de *plantations* das Índias Ocidentais.[28] De qualquer forma, as *plantations* norte-americanas tinham maior auto-suficiência em alimentos do que as *plantations* açucareiras, circunstância que reduzia o custo da criação de filhos de escravas, ainda mais que a maioria dos suprimentos comprados de fora parece ter sido de alimentos suplementares e roupas, consumidos principalmente por escravos trabalhadores. O modelo norte-americano de reprodução dos escravos significava, em teoria, que uma proporção de escravos ligeiramente maior do que seria o caso nas *plantations* do Caribe não estava disponível

para a produção; no entanto, na prática essas últimas tinham seu próprio fardo de trabalhadores improdutivos, já que era comum que um quarto ou mais do contingente estivesse afastado do trabalho por motivo de doença. Em termos globais, o surgimento de taxas positivas de reprodução entre os escravos norte-americanos foi estimulado por uma conjunção mais favorável de condições climáticas, exigências do plantio e regime da *plantation*, e foi confirmado e consolidado por um esquema familiar mais eficaz. Mas talvez o fator isolado mais importante tenham sido os acordos coletivos feitos para alimentar os escravos, já que estes não só reduziram a possibilidade de fome mas também incentivaram a criação de filhos.

Os escravos norte-americanos geralmente recebiam permissão para criar algumas galinhas e cultivar pequenas hortas perto de suas cabanas; às vezes complementavam sua ração com peixe ou caça. Mas não davam a eles terras para plantar alimentos e depois os abandonariam para que dessem um jeito de se alimentar por conta própria, com todo o risco e esforço extra envolvido, como ocorria nas Índias Ocidentais. Em vez disso, o proprietário ou feitor dirigia o cultivo, pelos escravos, de milho e outros alimentos em campos coletivos. Da mesma forma, os escravos teciam panos e cuidavam da criação como parte da rotina coordenada da *plantation*. No Capítulo X vimos que os escravos do Caribe que recebiam rações maiores de seus proprietários tinham taxa de reprodução mais alta, e foi sugerido que as escravas, nestas circunstâncias, viam menos como um fardo a manutenção de crianças. As mesmas considerações podem ter incentivado as escravas norte-americanas a ter filhos. Os proprietários de escravos descobriam muitas vezes que os escravos trabalhavam com mais entusiasmo quando eram encarregados de produzir sua própria comida. Relatos da debulha do milho e de outras atividades diretamente ligadas ao consumo dos escravos sugerem que estas tarefas eram realizadas com espírito comunal e positivo, com cantos e narração de histórias.[29]

Se as condições materiais da vida dos escravos norte-americanos eram um pouco mais fáceis que as dos escravos caribenhos, o mesmo não pode ser dito de outros aspectos de sua situação. O sistema descrito acima reduzia a possibilidade de atividade econômica autônoma por parte dos escravos. O proprietário poderia comprar de seus escravos alguns itens, como ovos ou legumes, mas raramente estes escravos poderiam comprar e vender como quisessem num mercado local. Os proprietários iriam pessoalmente, ou enviariam um feitor ou escravo especialmente encarregado de vender ou comprar pequenas quantidades de itens extraordinários para os que permaneciam na *plantation*. Na costa da Carolina do Sul a comunidade escrava era maioria na população, trabalhava em grandes propriedades e tinha autonomia um

pouco maior — aqui os escravos falavam *gullah*, patoá característico, semelhante ao falado na Jamaica. Os escravos da Carolina do Sul também tinham maior possibilidade de fugir, porque o território espanhol ficava mais perto e porque Charleston era a única cidade de tamanho apreciável nas colônias do sul.

No entanto, a maioria dos negros norte-americanos estavam inseridos numa sociedade majoritariamente branca que não estava disposta nem pressionada a fazer concessões a povos ou culturas estrangeiros. Desde o início, os colonos ingleses na América do Norte eram notáveis por seu rígido apego ao seu próprio estilo de vida, por não conseguirem estabelecer um *modus vivendi* com os índios e por sua impassível confiança na própria superioridade; podiam demonstrar curiosidade científica pela flora e pela fauna, mas não o interesse solidário pela população indígena como demonstrado por muitos religiosos portugueses e espanhóis. No Caribe, os proprietários e feitores ingleses, escoceses e franceses enfrentavam uma presença africana tão maciça que foram obrigados a negociar com a elite escrava e fazer-lhe concessões. Nas colônias do sul da América do Norte, a sociedade colonial já consolidada tinha mais oportunidade de se impor a uma população escrava fragmentada. De início havia menos funções de elite para serem ocupadas por escravos, e pouca necessidade de promover uma camada mais favorecida. Muito poucos escravos foram libertados, embora uma pequena população negra livre, oriunda do período anterior à existência de um sistema escravista em funcionamento, gozasse de alguns direitos civis.

Como as poucas cidades sulistas eram muito pequenas — Charleston, com 8.000 habitantes em 1760, era a única exceção — não havia meio urbano suficiente para limitar o mundo rural escravista fechado em si mesmo. O código racial funcionava em simples termos de preto e branco, sem as distinções elaboradas de cor e forma encontradas em outras sociedades escravistas do Novo Mundo. Todas as pessoas de cor eram "pretas", e cerca de 98% dos "pretos" eram escravos. O número de mulatos parece ter sido um pouco menor que nos outros lugares; e os existentes tinham pouca probabilidade de serem reconhecidos ou libertados por seu pai branco, mesmo que este fosse seu dono. No Caribe, não era raro que escravos fossem marcados a ferro; nas *plantations* de Codrington, doadas à Sociedade para a Promoção da Sabedoria Cristã, cada escravo era marcado com a palavra "SOCIETY". Na América do Norte, a marcação com ferro em brasa parece ter sido muito mais rara, mas a própria pele escura já marcava o escravo da forma mais completa.[30]

Mechal Sobel afirmou que a cultura dos brancos norte-americanos, apesar de sua rigidez, adquiriu fortes traços africanos por causa das negociações, mesmo que desiguais, entre os escravos e a população branca que vivia em volta. Os proprietários e feitores precisavam estabelecer um *modus vivendi* com os principais escravos de sua

plantation. Os maiores proprietários passaram a confiar cada vez mais em artesãos escravos, enquanto suas esposas precisavam de muita ajuda dos escravos para criar seus próprios filhos. Landon Carter descreveu em seu diário a relação intensa que tinha com seu criado, Nassau Carter, escravo da família. Quando Nassau fugiu, ele queixou-se: "Estou aprendendo a viver sem ele, e embora esteja sendo muito ruim, posso suportar, e conseguirei."[31] Quando Lord Dunmore, governador da Virgínia, ofereceu a liberdade aos escravos que abandonassem proprietários rebeldes, Nassau aceitou — mas poucos meses depois ele estava de volta às discussões com seu senhor. Em muitas esferas da vida da Virgínia — arquitetura, marcenaria, cozinha e até religião — a presença africana fez-se sentir. Quase sempre isso significava apenas que os donos de escravos, sem admitir, absorveram conhecimentos dos escravos.

No caso da religião, os escravos demonstraram que suas lembranças e experiências ainda eram orientadas segundo uma matriz africana que divergia da personalidade reprimida e da filosofia utilitária de tantos de seus donos. Sobel sugere que as concepções africanas de tempo não-linear e de ritmos adequados de trabalho têm algo em comum com as tradições populares dos brancos mais pobres, que não obedeciam ao racionalismo latitudinário dos grandes proprietários nem ao instrumentalismo obsessivo da classe de feitores. Os anos 1740-70 foram marcados por um "Novo Despertar" protestante, em que houve um envolvimento generalizado de negros e brancos. Este movimento de renovação atendeu à necessidade espiritual das pessoas que haviam sido arrancadas de suas raízes pela explosão econômica atlântica e que ainda não tinham encontrado um porto seguro. Thomas Rankin, pregador metodista, falou a respeito de uma celebração:

> Preguei a respeito da visão dos ossos secos de Ezequiel: E houve uma grande agitação. Fui forçado a parar várias vezes e pedir que as pessoas se acalmassem. Mas elas não conseguiam: algumas de joelhos, e outras prostradas, gritavam com força para Deus o tempo todo enquanto eu pregava. Centenas de negros estavam entre eles, com lágrimas correndo pelas faces.[32]

A apropriação do cristianismo pelos escravos — ou o que George Whitefield chamou certa vez de "combinação milagrosa de paganismo e metodismo" — causou apreensão entre muitos proprietários de *plantations*. A natureza desta preocupação contínua foi expressa, não pela primeira vez, por um correspondente colonial em carta ao bispo de Londres em 1710. Depois de ouvir falar do desejo do bispo de que se ensinasse aos escravos a religião cristã, ele lamentou a "confusão" que "o melhor estudioso negro poderá criar entre os escravos seus companheiros ao colocar suas próprias idéias sobre as Palavras

dos Santos Profetas que ouviu". Este medo tinha fundamento, porque em 1723 o bispo de Londres recebeu uma carta de um escravo da Virgínia, pedindo-lhe que "nos liberte desta Cruel Servidão"*. Como existem pouquíssimos documentos escritos por escravos neste período mais antigo, vale a pena citar um trecho mais extenso:

> aqui deve ser notado que um irmão é Escravo de outro e uma Irmã da outra o que me parece bastante errado e quanto a mim eu sou Escravo de meu irmão mas meu nome é Secrett (...) ordenam-nos que guardemos o dia de Sábado e nós mal sabemos quando chega o dia porque nossos senhores no trabalho são tão duros conosco como os egípcios foram com os Filhos de Israel deus tenha piedade de nós
>
> aqui seguem nossos Sofrimentos e Triste Serviço somos explorados em tudo em primeiro lugar estamos na Ignorância de nossa Salvação e em segundo lugar somos deixados de fora da Igreja e o matrimônio nos é negado e para ser claro eles não Cuidam mais de nós do que se fôssemos cães e espero quando estas Estranhas Linhas cheguem a vossa Excelência que as coisas se ajeitem. (...)
>
> desejamos que nossos filhos vão para a Escola e Aprendam a Ler a Bíblia o que está de acordo com nossas orações a deus para que tudo dê certo diante de vossa honra estas linhas de seus humildes Servos no Senhor minha escrita é muito ruim espero que vossa honra aceite nosso pedido sou apenas um pobre Escravo que escreve e não tenho tempo algum a não ser o Domingo e quase nem isso em tempos de sol
>
> 8 de Setembro, 1723
>
> Para o Justo Reverendo padre em deus meu Senhor arcebispo de J Londres os que se preocupam não ousamos assinar nenhum nome de homem por medo de nossos senhores porque se souberem que enviamos a vossa honra Iremos acabar Pendurados na árvore dos condenados.[33]**

*No original, "Releese us out of this Cruell Bondegg". (*N. do T.*)

**No original:

here it is to bee notd that one brother is a SLave to another and one Sister to an othe which is quite out of the way and as for mee my selfe I am my brothers SLave but my name is Secrett (...) wee are commanded to keep holey the Sabbath day and we doo hardly know when it comes for our task mastrs are has hard with us as the Egyptions was with the Childdann of Issarall god be marcifll unto us

here follows our Sevarity and Sorrowfull Sarvice we are hard used on Every aceount in the first place wee are in Ignorance of our Salvation and in the next place wec are kept out of the Church and matrimony is deenied us and to be plain they doo Look no more upon us then if we ware dogs which I hope when these Strange Lines comes to your lord Ships hands will be looket into. (...)

we desire that our Childarn be putt to Scool and and Larnd to Reed through the Bybell which is all at prasant with our prayers to god for itts good Success before your honour these from your humbell Servants in the Lord my riting is vary bad I whope yr honour will take the will for the deede I am but a poore SLave that writ itt and has no other time butt Sunday and hardly that att Sumtimes

September the 8th 1723

To the Right Reverrand father in god my Lord arch bishup of J London these with care wee dare not Subscribe any man's name to this for feare of our masters for if they knew wee have Sent home to your honour wee Should goo neare to Swing upon the gallas tree. (*N. do T.*)

James Blair, comissário do bispo de Londres na Virgínia, parece ter sido perturbado de forma intermitente pela inquietação dos escravos. William Byrd observou em seu diário que em certa ocasião, quando visitou o comissário, foi agraciado com a recitação de um poema em latim sobre a repressão a uma rebelião dos escravos de Northern Neck. Em 1731, Blair relatou a Londres:

> havia um rumor geral entre eles [os escravos] de que seriam libertados. E quando viram que nada aconteceu ficaram zangados e insolentes, e encontraram-se em grande número durante a noite, e falaram de revolta; e em alguns lugares falaram sobre a escolha de seus líderes. Mas com patrulhas; e chicoteando todos os que foram encontrados fora de casa em horas impróprias, eles desfizeram silenciosamente todo o plano, e em um Condado, onde se descobriu que falavam em derrubar seus Senhores, quatro líderes foram enforcados.[34]

Poucos anos depois Byrd escreveu, numa carta ao conde de Egmont, sobre seus próprios pressentimentos a respeito de uma revolta de escravos:

> Já temos pelo menos dez mil homens dentre estes descendentes de Cam prontos a portar armas, e seu número aumenta a cada dia, tanto por nascimento quanto por importação. E caso surja um homem de coragem desesperada entre nós, exasperado pelos reveses da fortuna, ele pode, com mais vantagem que Catalina, deflagrar uma guerra servil. Este homem pode ser terrivelmente perigoso antes que se forme alguma oposição a ele, e tingir nossos rios, tão largos, com sangue.[35]

E na verdade uma revolta de escravos explodiu na Carolina do Sul apenas três anos depois da redação desta carta.

A tensão crescente entre a Espanha e a Grã-Bretanha, que conduzia à declaração de guerra, fez o governador espanhol de Santo Agostinho, na Flórida, ressuscitar o oferecimento de liberdade aos escravos que fugissem das colônias britânicas na América do Norte. Este apelo parece ter sido uma extensão da promessa vigente de libertar todos os que fossem católicos, ou que estivessem dispostos a se converter ao catolicismo. O governador da Carolina do Sul falou do incitamento "à Deserção dos Negros" em janeiro de 1739. Alguns meses depois espalhou-se a notícia de que quatro escravos e um irlandês católico haviam conseguido fugir para Santo Agostinho. Em setembro, ocorreram fatos de natureza bem diferente. Vinte escravos — predominantemente angolanos e, portanto, considerados católicos —, comandados por um certo Jemmy, revoltaram-se em Stono: "Vários Negros juntaram-se a eles clamando por liberdade, marcharam exibindo estandartes, e batendo dois tambo-

res, perseguindo todos os brancos que encontravam, e matando Homens, Mulheres e Crianças." Um estalajadeiro foi poupado pelos rebeldes porque era um bom homem. Quando a tropa marchou para o sul, cruzando a fronteira da Geórgia em direção à Flórida, seu contingente rebelde aumentou para sessenta ou cem membros, todos "Dançando, Cantando e Batendo Tambores".[36] Os rebeldes decidiram acampar na Geórgia e esperar que outros negros se juntassem a eles, mas a guarnição da Carolina do Sul os atacou, matando muitos, embora alguns tenham conseguido escapar. Os britânicos então tentaram armar um ataque por terra à Flórida, que foi rechaçado na fortaleza de Mose com a ajuda de um regimento negro comandado por Francisco Menéndez, um liberto.[37] A aquisição da Flórida pela Grã-Bretanha pelos termos do Tratado de Paris (1763) permitiu a eliminação desta ameaça à ordem escrava da América do Norte.

O levante de Stono alimentou as esperanças e os temores dos colonos, que viam com desconfiança as transformações ocorridas em sua sociedade, e estimulou o interesse pelo cristianismo evangélico de George Whitefield. Um dos seguidores de Whitefield, Hugh Bryan, membro de importante família de proprietários, previu a destruição da colônia por uma revolta de escravos se não houvesse a renúncia imediata ao pecado; ele acampou na floresta com seguidores brancos e negros, provocando a hostilidade e as suspeitas dos proprietários.[38] O próprio Whitefield afirmava que os escravos não deviam ser tratados como animais selvagens, mas certamente aconselhava os escravos que fossem submissos e ele mesmo tornou-se dono de escravos. Depois de iniciado, o Grande Despertar inspirou algumas tentativas de catequizar negros; o reverendo Seward, fundador de uma escola para negros, foi morto por uma malta anti-revivalista. Os instrutores de escravos insistiam invariavelmente que era melhor sofrer do que pecar, e que os escravos deveriam adotar sempre um comportamento leal e respeitoso para com seus donos; mas os alunos tiravam as próprias conclusões. O anúncio sobre um escravo fugido chamado Caesar, publicado em 1772, observava que ele "sabe ler, é um grande professor de religião e tem muito a dizer sobre o assunto". Um autor anônimo da *South Carolina Gazette* temia que os planos de instrução religiosa pudessem abrir as comportas, de modo que

> qualquer pessoa ociosa ou esperta que deseje terá liberdade para buscar objetivos não desta, mas de *outra* natureza mais perigosa: ou seja, reunir *Cabalas* de negros à sua volta, sem autoridade pública, em épocas impróprias, e Perturbar a Vizinhança; e em vez de ensinar-lhes os Princípios do Cristianismo, encher suas mentes com um embrulho de *Cânticos*, *Transes*, *Sonhos*, *Visões* e *Revelações* e algo ainda pior que a prudência proíbe citar.[39]

Embora fosse importante, a apropriação do cristianismo pelos negros não eliminou o abismo entre negros e brancos, nem alterou o controle prático exercido pelos proprietários de *plantations*. A classe aristocrática reteve a hegemonia decisiva passando por todas as vicissitudes. Proprietários patriotas como Patrick Henry falavam a língua do entusiasmo popular, mas incorporavam a ela o objetivo secular da causa patriota. Apesar de o trabalho pesado da *plantation* cair sobre os ombros dos escravos, a maioria dos colonos brancos sem escravos podia vender parte de sua produção aos grandes proprietários ou ganhar algum dinheiro a mais trabalhando para eles durante a colheita. Estas oportunidades econômicas tinham de compensá-los pelo fato de que fazendeiros sem escravos não podiam mais esperar ganhar muito dinheiro com o cultivo do tabaco, embora pudessem ter lucros quando os preços subiam, como aconteceu na década de 1750. Outra compensação disponível para os brancos era a liberdade de criar gado nos campos abertos; embora a terra comum tivesse que ser cercada na Inglaterra, nas colônias sulistas da América do Norte as terras livres de cercas proporcionaram um eixo de alinhamento entre proprietários de *plantations* e pequenos fazendeiros. Era conveniente para o branco sem escravos criar porcos e plantar legumes, que lhe davam a subsistência mínima e uma mercadoria excedente para vender ao grande proprietário ou aos mercadores. Embora todos os produtos cultivados pela mão-de-obra escrava exigissem trabalho constante e contínuo, as atividades agrícolas dos brancos podiam ser mais intermitentes. E, naturalmente, os homens brancos adultos gozavam de direitos políticos muito mais amplos na América do que seus semelhantes na Europa. Noções intensamente étnicas formaram um elo entre os proprietários de escravos e de *plantations* e os outros brancos, reforçado pela prática paternalista daqueles em relação a estes e pela difusão da posse de escravos.[40]

Embora uma sociedade escravista bem-sucedida tenha se desenvolvido no Chesapeake e mais para o sul, a escravidão permaneceu modesta ou marginal na maioria das colônias ao norte. Nas colônias do Atlântico Central e da Nova Inglaterra, os escravos representavam entre 1 e 5 por cento da população. Nestas colônias não havia, naturalmente, nenhum produto de exportação predominante de tanta importância quanto o tabaco, o que pode ter significado que havia menos recursos disponíveis para a compra de escravos. No entanto, os fazendeiros do norte produziram um excedente comercializável para as cidades e para o comércio de apoio com as colônias de *plantation*. Se a mão-de-obra escrava pudesse ter sido empregada de forma lucrativa nas fazendas do norte, os fazendeiros teriam dinheiro suficiente para começar a construção de um sistema escravista. No período de 1768 a 1772, as treze

colônias como um todo exportaram em conjunto mercadorias e alimentos para as Índias Ocidentais no valor de £775.000 por ano, dos quais cerca de dois terços vinham das colônias da região central do Atlântico e da Nova Inglaterra.[41]

Já se argumentou que a mão-de-obra escrava não se adequava às exigências de trabalho ou à escala de produção predominantes no norte, e alguns dados sustentam isso. O clima das colônias do sul garantia de 220 a 240 dias sem gelo por ano, durante os quais os escravos podiam trabalhar no campo; nas colônias do norte, havia apenas de 160 a 180 dias sem gelo, restringindo o trabalho escravo. A maioria das fazendas do norte precisava de muito menos trabalho contínuo e coordenado, e eram mais difíceis de vigiar. Em algumas regiões havia bolsões de escravidão: na década de 1770 os escravos constituíam 7% da população de Rhode Island e 8% da de Nova Jersey. Os escravos de Rhode Island trabalhavam como porteiros, artesãos ou criados domésticos; muitos pertenciam a mercadores ou cidadãos ricos que adotavam um estilo de vida luxuoso. Mas em Nova Jersey e Nova York muitos fazendeiros holandeses possuíam alguns escravos e os mantinham bastante ocupados. Como ressalta Ira Berlin, estes escravos "se ocupavam de várias tarefas e nunca trabalhavam em turmas grandes".[42]

Não havia uma incompatibilidade absoluta entre a atividade agrícola geral e a escravidão, mas havia poucas vantagens. Poderia, talvez, haver oportunidade para o emprego de escravos na manufatura e na construção. Na ausência de qualquer pressão social contra a escravidão, talvez houvesse mais escravos no norte em geral, principalmente em Massachusetts e na Pensilvânia. A indústria da madeira e a fabricação de tonéis para as Índias Ocidentais exigiam trabalho contínuo; nas colônias do sul eram usados escravos nestas atividades, mas no Norte este emprego não atingiu proporção significativa. O número absoluto de escravos nas colônias do norte cresceu no decorrer do século, mas a proporção escravizada da população caiu quase em toda parte. Em 1741, durante a guerra com a Espanha, foi descoberta em Nova York uma grande conspiração que envolvia irlandeses, pessoas livres de cor e escravos, alguns destes criadores de problemas que haviam sido exilados por proprietários das Índias Ocidentais. Um início de incêndio foi considerado obra de escravos incendiários. Mesmo sendo raras estas atividades perigosas, a índole das cidades não era favorável à escravidão, já que os escravos teriam, inevitavelmente, mais autonomia e a maioria da população livre teria pouco incentivo para manter os privilégios dos donos de escravos. Na América espanhola e portuguesa, dizia-se que o escravo da cidade era meio livre; nas colônias inglesas, as instituições dedicadas à regulamentação da escravidão urbana eram menos desenvolvidas (e nas colônias do sul poucas das chamadas cidades tinham mais de mil habitantes). Depois de acontecimentos como a conspiração de 1741, houve maior relutância em comprar negros das Índias Ocidentais, e a partir de meados do século a proporção de escravos na população caiu — de 14,4% em Nova York em 1750 para 11,7% em 1770, ou de 2,4% na Pensilvânia em 1750 para 2,1% em 1780. Nessa época, os proprietários de escravos do norte podiam ficar impopulares se usassem escravos de algum modo que parecesse ameaçar ou reduzir as funções dos trabalhadores livres. Esta foi também uma época em que vários dos que eram mantidos como escravos foram para o norte, alegando terem sido injustamente enganados depois de uma promessa de alforria. O fato de que os júris podiam ser receptivos a estes apelos deve ter sido um fator limitador da escravidão no norte.[43]

Beneficiada tanto pela localização natural quanto pelo circuito do comércio atlântico, a mistura norte-americana de relações sociais produziu uma sociedade que já estava entre as mais ricas do mundo. Com população total inferior a dois milhões e meio de habitantes, as treze colônias podiam importar mercadorias no valor de quase quatro milhões de libras esterlinas nos anos anteriores à Revolução. Com uma economia doméstica altamente produtiva, o comércio exterior *per capita* era de cerca de £2,4 em 1769, apenas um pouco atrás do número de meados do século na Grã-Bretanha (£2,8), bem à frente da Holanda e da Bélgica (£1,7), da Espanha (£1,6), de Portugal (£1,1) e da França (£0,5).[44] As exportações de produtos agrícolas das colônias da América do Norte foram avaliadas em cerca de £2,8 milhões, das quais £1.528.000 foram para a Grã-Bretanha e £759.000 para o Caribe; o outro principal parceiro comercial era o sul da Europa (especialmente Portugal e Espanha) e as ilhas atlânticas, para as quais foram exportadas pouco mais de £400.000 em peixe, arroz e trigo. A Tabela XI.2 mostra os principais produtos de exportação nos anos 1768-72:

Tabela XI.2 Exportação das Treze Colônias 1768-72

Em libras esterlinas			
Fumo	766.000	Peixe	154.000
Trigo e farinha	410.000	Anil	113.000
Arroz	312.000		

Fonte: G. M. Walton e J. F. Shepherd, *The Economic Rise of Early America*, Cambridge 1979, p. 81.

As ilhas das Índias Ocidentais eram abastecidas com gado e artefatos de madeira além de peixe seco e cereais. Às vésperas da Revolução, o comércio de provisões para as Índias Ocidentais, principalmente as Índias Ocidentais estrangeiras, cres-

cia mais rapidamente do que o comércio de fumo já estabelecido. Os Atos de Navegação há muito haviam desviado o fumo da Virgínia e de Maryland para portos britânicos — com Glasgow à frente de Londres — embora nove décimos se destinassem à revenda para a Europa; cerca de um quarto da colheita era comprado todo ano pelo monopólio real francês. As operações comerciais dos intermediários britânicos reduziam em cerca de um terço o preço recebido pelos produtores; o preço obtido pelos produtores de fumo da Virgínia vendido fora da Grã-Bretanha era cerca de 3 libras mais baixo por tonelada do que o apurado pela venda direta.[45] A insatisfação que isto causava foi intensificada pela queda constante dos preços do fumo depois de 1750. As vendas crescentes de trigo e milho deram certa compensação; no entanto, muitos produtores tinham dívidas com os intermediários ou agentes comissionados britânicos, o que exacerbou as más relações com a metrópole. Timothy Breen demonstrou que os grandes proprietários se identificavam profundamente com o fumo. Eles se orgulhavam da qualidade de seu produto, que freqüentemente levava sua marca. Ficavam magoados se mercadores e intermediários, que consideravam amigos, fizessem pressão para receber seu pagamento. A crise do fumo nas décadas de 1760 e 1770 não indicara a exaustão da economia escravista — sua contribuição vigorosa para o cultivo de trigo, arroz e anil é prova disso — mas instigou a ira dos proprietários de *plantations* e a direcionou para a mãe pátria.[46]

A interpretação feita por Breen da mentalidade da grande região costeira retrata-a como inocente e livre de raciocínio econômico fundamentado. Alguns dos grandes proprietários da Virgínia cuja correspondência ele cita eram extravagantes e imprevidentes, e sem dúvida a maioria deles cultivava valores diferentes dos adotados pelos mercadores urbanos. Mas tinham consistência suas queixas de que os mercadores britânicos não estavam preparados para decidir com eles os riscos e que estavam demasiadamente ansiosos para obrigá-los a produzir fumo à custa de outros produtos. Um destes proprietários escreveu a Londres com um plano para transformar em sócios seus credores: "se me adiantares uma Quantia em Dinheiro, a juros de 3½ a 4 por cento, para ser gasta em Negros, sua Colheita será assinalada com uma Marca que a diferencie do resto, & a Produção anual ficará Intocada & servirá para amortizar o Dinheiro assim adiantado." Ele acabara de informar aos mercadores: Estive & ainda estou muito infeliz com a morte de meus escravos, tendo perdido tantos de meus Homens, nesses dez anos, que daria um Valor de 1.000 libras."[47] Sob este ponto de vista, enquanto os mercadores amealhavam o lucro, os produtores ficavam com o risco — como o de escravos tão negligentes para com seus senhores que chegavam a morrer. É claro que os mercadores também podiam sair perdendo, mas raramente permitiam que as dívidas fossem maiores que o valor de uma propriedade. Como sabiam o que um proprietário de *plantation* podia produzir e em que gastava o seu dinheiro, tinham uma base excelente para formular sua política de crédito, e só podiam culpar a si mesmos se cometessem algum erro. John Robinson, presidente e tesoureiro da House of Burgesses da Virgínia entre 1738 e 1768, desenvolveu sua própria maneira de atender às necessidades de crédito dos colegas proprietários que estivessem passando por dificuldades temporárias: emprestava-lhes notas do Tesouro usadas que estavam para ser destruídas. A descoberta desta prática precipitou um escândalo, semelhante ao da Martinica, e demonstrou a sede de crédito dos proprietários de *plantations*.

A preferência dos mercadores britânicos pelo tabaco era facilmente explicada: embora agissem como banqueiros e fornecedores dos donos das *plantations*, eram, em essência, comerciantes de fumo e não tinham necessidade dos outros produtos da Virgínia. O proprietário podia ter um sistema financeiramente eficiente para suprir sua *plantation*, e destinar metade de seus recursos ao trigo ou ao cânhamo quando o preço destes subia, mas o mercador britânico não ficaria impressionado já que só se interessava por um único produto. Como explicou um habitante da Virgínia, os mercadores britânicos "fazem tudo que podem para manter os Produtores dedicados à Mercadoria [tabaco], e geralmente recusam-se a comprar seu Cânhamo, o que significa que muita gente é impedida de cultivá-lo (...)".[48]

A política seletiva e prejudicial dos mercadores britânicos criou espaço para mercadores locais. O papel cada vez maior dos mercadores coloniais nas colônias do sul, levando o trigo ou o milho da Virgínia e o arroz da Carolina do Sul para compradores em Portugal, Espanha, ilhas atlânticas ou no Caribe estrangeiro, ajudou a promover a diversificação da agricultura escravista do sul. Jacob Price descreve o "crescimento do mercador nativo independente" como "a característica mais dinâmica da economia do Chesapeake durante as décadas de 1760 e 1770".[49] Os editores escoceses das muitas reedições do guia de John Mair sobre a contabilidade de partidas dobradas e a prática mercantil, *Book-keeping Methodiz'd* (*Contabilidade metodizada*), posteriormente rebatizado de *Book-keeping Moderniz'd* (*Contabilidade modernizada*), acrescentaram ao livro um capítulo sobre o mercador colonial.

A legislação protecionista aprovada para ajudar as Índias Ocidentais britânicas interferiu explicitamente no comércio secundário com o Caribe estrangeiro. Segundo Shepherd e Walton, as importações registradas das colônias do Norte nos anos de 1768 a 1772 incluíam uma média anual de mercadorias avaliadas em £771.000 vindas das Índias Ocidentais (principalmente britânicas), das quais não menos que £606.000 representavam açúcar, melado e rum. O café entrava oficialmente com o

modesto total de £15.000. O expressivo contrabando destes produtos com as ilhas francesas só se revela quando há menção de falsas origens para os bens declarados.

Embora os Atos de Navegação e outras restrições comerciais constituíssem um fardo para o comércio de provisões e de produtos das *plantations*, estavam longe de atrofiar a riqueza colonial. A comissão cobrada por intermediários do fumo escoceses ou ingleses foi reduzida no decorrer do tempo, à medida que suas operações ficavam mais eficientes: o preço do tabaco em Amsterdã, que era 83% mais alto que na Filadélfia entre 1720 e 1724, ficou 51% mais alto em 1770-72.[50] A exportação de anil cresceu em conseqüência do pagamento de um abono pelo Tesouro britânico a partir da década de 1740. Várias manufaturas eram proibidas ou desestimuladas pelos regulamentos britânicos, principalmente bens de consumo não-perecíveis; o volume da manufatura doméstica nas fazendas e *plantations* também limitava a demanda desses itens, a menos que fossem de qualidade superior ou produzidos em massa, e nesses casos costumavam ser importados. Vinte e cinco refinarias de açúcar e 140 destilarias de rum atendiam à maior parte da demanda local, embora com a ajuda do contrabando de melado. O tamanho médio das serrarias e moinhos de farinha estava crescendo. Umas 82 fornalhas e 175 forjas produziam tantos utensílios simples de ferro quanto a própria Grã-Bretanha. Estaleiros coloniais construíam por ano 40.000 toneladas de embarcações na década anterior à Revolução.[51]

Os Atos de Navegação permitiam ganhos para as colônias oriundos de fretes, salários de marinheiros e vendas de armazéns navais. Nos anos anteriores à Revolução, as colônias do Norte tiveram uma renda de cerca de £600.000 por ano com fretes e £140.000 com a venda de embarcações.[52] O comércio intercolonial, o comércio contínuo com as Índias Ocidentais e o comércio com o sul da Europa eram quase totalmente feitos em navios norte-americanos. Nessa época, a propriedade de navios estava intimamente ligada à empresa mercantil, porque era o principal custo de capital enfrentado pelos mercadores. Enquanto o comércio de fumo estava nas mãos de mercadores britânicos, o das Índias Ocidentais era controlado por mercadores americanos; alguns destes também comerciavam com a África.

A pesquisa de Alice Hanson Jones indica que a riqueza física privada por indivíduo livre nas colônias norte-americanas em 1774 era de £76, e sua renda *per capita* ficava na faixa de £14 a £25 por ano.[53] Na Grã-Bretanha, nessa época, a renda *per capita* era de £18, segundo estimativa de Arthur Young. Na América do Norte, a propriedade média e a renda estimada dos colonos livres do sul eram quase três vezes maiores que as da Nova Inglaterra e das colônias da região central do Atlântico. As *plantations* escravistas eram a origem deste contraste, como mostra a Tabela XI.3:

Tabela XI.3 Riqueza por indivíduo livre em 1774

Em libras esterlinas	Nova Inglaterra	Colônias medianas	Colônias do sul	Total
Terra	27	28	55	38
Escravos/servos	0	2	58	21
Cabeças de gado	3	5	9	6
Ferramentas/equipamento	1	1	3	2
Cultivos etc.	1	3	5	3
Total	38	46	137	76

Fonte: Alice Hanson Jones, "Components of Private Wealth per Free Capita for the 13 Colonies by Region, 1774", em US Bureau of Census, *Historical Statistics: Colonial Times to 1970*, Washington, DC 1976, p. 1175.

Os números da riqueza *per capita* incluem mulheres e crianças, embora 90% delas não tivessem riqueza própria. O valor médio dos escravos no sul por proprietário era de £132,6; na Virgínia, o proprietário médio possuía sete escravos, enquanto em Charleston ele tinha 33 escravos. Havia, é claro, muita desigualdade nas categorias dos detentores de riquezas e proprietários de escravos. Pouco mais de 40% dos detentores de riqueza do sul e 36% dos fazendeiros não tinham escravo nenhum. Os 10% mais ricos eram responsáveis por quase metade de toda a renda líquida das colônias do sul. As fortunas mercantis da Nova Inglaterra, de Nova York e da Filadélfia também mostravam índices muito elevados de desigualdade, mas a desigualdade geral era bem maior na Grã-Bretanha ou nas Índias Ocidentais. A riqueza média por pessoa livre na Jamaica chegava a £1.200 nessa época, embora muitos empregados brancos não possuíssem nenhum escravo. É um indicador do padrão relativamente igualitário de posse de escravos o fato de que três quartos de todos os proprietários da Virgínia tivessem entre 3 e 25 escravos, e que 59% de todos os detentores de riqueza do sul tivessem um escravo.[54]

Stanley Engerman e Kenneth Sokoloff fizeram estimativas de riqueza *per capita* na América britânica em 1774 que, de certa forma, ampliam e aguçam os contrastes citados acima. Eles calculam que se for excluída a riqueza em escravos, e se a riqueza total for dividida por todos os indivíduos, livres ou escravos, a riqueza *per capita* das colônias britânicas seria de £36,6 na Nova Inglaterra, £41,9 nas colônias do Médio Atlântico, £54,7 nas colônias do Sul e £84,1 na Jamaica. É claro que o resultado bem maior das colônias de *plantation*, mesmo depois de excluído o valor dos escravos — e com a riqueza total remanescente dividida por todos os habitantes —, ainda reflete o valor atribuído à propriedade agrícola por causa da presença de trabalhadores não-livres.[55]

A distribuição da riqueza na América do Norte colonial estimulou um senso de confiança e independência generalizado entre os cidadãos, que se orgulhavam de seu papel pondo em cheque a tirania real em 1688-89 e que, depois da Guerra dos Sete Anos, não precisavam mais temer os franceses. O governo metropolitano taxava muito pouco os norte-americanos; por outro lado, prestava-lhes poucos serviços. Os colonos rejeitavam ativamente as tentativas imperiais de refrear sua expansão para oeste à custa dos indígenas americanos. Embora os modelos ingleses de lei e autogoverno fossem muito apreciados, eles não exigiam a autoridade remota do governo inglês. Devido ao seu desejo de uma existência civilizada, a aristocracia do sul preocupava-se com o tamanho minúsculo de suas cidades e com a ausência de instituições civis como universidades e teatros. Na esfera econômica, o governo colonial deu apenas uma contribuição modesta — sequer fornecia uma moeda adequada, de modo que os dólares de prata espanhóis e até mesmo o tabaco funcionavam como meio circulante. A riqueza média era alta, enquanto a combinação de culturas comerciais, culturas de subsistência, construção naval e comércio davam base autônoma a uma economia que não tinha paralelo nas Índias Ocidentais. O fato de que havia grande presença branca na zona de *plantation* significava que a segurança dos proprietários estava em suas próprias mãos. Embora os norte-americanos livres tivessem certas desvantagens no sistema colonial britânico, possuíam uma base sólida para atacá-lo. Ao fazê-lo, representaram a revolta da riqueza colonial contra as condições que a fizeram nascer.

A Revolução Americana foi, com certeza, bem mais que uma rejeição ao mercantilismo colonial — como deixaram claro os ideais proclamados na Declaração de Independência. Desde o início os colonos anunciaram o boicote ao tráfico atlântico de escravos, enquanto em suas facetas mais radicais a Revolução tenha até provocado os primeiros ataques legislativos à escravidão (especialmente o Ato de Emancipação da Pensilvânia em 1780). Mas o principal impulso da Revolução não visava obviamente à escravidão da *plantation*; na verdade, entre seus defensores mais importantes havia proprietários de escravos e mercadores que esperavam um avanço irrestrito do envolvimento norte-americano no comércio de produtos de *plantation*. Em 1779 os britânicos renovaram o oferecimento, feito pela primeira vez por Dunmore em 1775, de alforria para os escravos que abandonassem seus donos rebeldes. Esta proposta foi feita apenas com a intenção de desorganizar as forças rebeldes, e qualquer mensagem abolicionista mais ampla foi cuidadosamente evitada. Mas ela teve o efeito de arrastar proprietários indecisos para o lado da rebelião. A grande maioria dos escravos permaneceu nas *plantations* e utilizou a comoção da época para conquistar

melhores condições de vida; só uma minoria de talvez uns vinte mil teve oportunidade e segurança para responder aos apelos britânicos, ou para tentar fugir para a Flórida ou para o norte. Durante os anos de guerra, a maior parte da população branca do sul estava armada e organizada, pronta para esmagar a resistência servil com grande ferocidade; ao mesmo tempo, o regime de trabalho e castigo dos escravos foi consideravelmente abrandado, porque as colheitas não poderiam ser vendidas e porque esta concessão pareceu aconselhável dadas as circunstâncias.[56]

A Guerra de Independência e os anos difíceis que se seguiram foram um teste severo para a instituição da escravatura na América do Norte — e ela sobreviveu. As pressões e contrapressões do conflito político, social e militar criaram um clima em que o abolicionismo moderado obteve algumas vantagens. Dezenas de milhares de escravos foram alforriados por seus donos durante o conflito ou logo depois, e a própria escravidão foi extinta em alguns estados do Norte. A recuperação do comércio desorganizado pela guerra e da disciplina da *plantation* foi demorada. Mesmo com a chegada da paz, as exportações de anil e arroz não voltaram ao normal, já que novos produtores haviam se estabelecido no mercado. O fumo norte-americano agora ia diretamente para o mercado europeu e no final da década de 1780 valia um quarto a mais do que em 1768-72; mas as guerras de 1793-1815 criaram muitas dificuldades para os produtores de fumo quando os conflitos europeus impediram o acesso aos grandes mercados. O próprio comércio de escravos fora suspenso no início da guerra, e só foi restaurado parcialmente em seu final.

Mas, apesar destas dificuldades, o número de escravos nos Estados Unidos continuou a crescer. Segundo o censo de 1790, havia 658.000 escravos nos estados do sul, e seu número quase dobrara em duas décadas; isto se repetiu nas duas décadas seguintes, e chegou-se a 1.164.000 escravos no Sul em 1810.[57] A escravidão do sul dos Estados Unidos mostrou-se capaz de sobreviver a tempos difíceis por causa de sua versatilidade econômica, relativa segurança e vigor demográfico. Quando os contatos comerciais foram cortados, os escravos passaram a ser utilizados no cultivo de subsistência e na manufatura doméstica. Quando o comércio foi restabelecido, voltaram às velhas culturas que eram plantadas para venda. Depois de anúncios públicos nos estados do sul que ofereciam recompensa para um método de descaroçar o algodão produzido no país, um bom descaroçador inventado por Eli Whitney em 1793 permitiu o crescimento de um setor novo e promissor da produção das *plantations*. Embora ainda estivessem em sua infância, as *plantations* de algodão dos Estados Unidos elevaram sua produção de 2 milhões de libras-peso para 48 milhões durante a década de 1790.[58] Na virada do século, os Estados Unidos forneciam um terço do algodão exigido pela rápida expansão da indústria têxtil da Grã-Bretanha.

Depois da revolta de escravos em São Domingos e de uma grande conspiração de escravos na Virgínia em 1800, reforçou-se a segurança nos estados escravistas e foram retiradas as concessões feitas às pessoas livres de cor na atmosfera mais idealista da década de 1780. Como a população branca crescia um pouco mais depressa que a negra, ainda havia uma maioria branca armada para enfrentar qualquer ameaça de desordem dos escravos.

O nascimento da república dos Estados Unidos teve grande impacto no comércio ligado às *plantations* no resto das Américas. As exportações dos Estados Unidos para as colônias francesas, espanholas, portuguesas e holandesas chegaram a quase £1 milhão por ano em 1790-92, e representaram 24% do total. Alimentos e equipamentos para as *plantations* respondiam por grande parte deste comércio. A tonelagem de embarcações norte-americanas registradas no comércio ultramarino chegou a 346.000 toneladas, o dobro da tonelagem britânica envolvida no comércio atlântico em 1770; em 1801, a tonelagem das embarcações comerciais americanas mais que dobrou, chegando a 718.400. Mercadores de Nova York, Boston e Filadélfia comerciavam açúcar, algodão, café, cacau e anil no Caribe e nas Américas, sendo que boa parte destes produtos era reexportada para a Europa. Ofereciam poderoso incentivo econômico e ideológico às aspirações nativas de independência americana. O comércio exportador total dos Estados Unidos quintuplicou no período entre 1790 e 1807, ajudado por seu papel de entreposto para a produção das *plantations* das Américas, e chegou a mais de 60 milhões de dólares (mais de 10 milhões de libras esterlinas).[59]

A escravidão na Era do Ouro no Brasil

O absolutismo mercantil de Portugal recebeu nova injeção de vida com a descoberta e a exploração de ouro nas capitanias do sul do Brasil no fim da década de 1690. Para defender a declaração portuguesa de independência da Espanha e para expulsar os holandeses do Brasil e de Angola, a Casa de Bragança foi forçada a conceder direitos ou poderes especiais, sucessivamente, à nobreza, aos jesuítas, aos mercadores cristãos-novos e a setores da elite colonial. A árdua tarefa de negociar com forças sociais tão discrepantes enfraqueceu a monarquia. Por fim, os melhores esforços de seus súditos mais talentosos e "modernos" foram frustrados; o padre Vieira perdeu em 1667 a influência que ainda lhe restava e o conde de Ericeira suicidou-se em 1690. A chegada de uma torrente cada vez maior de ouro nas primeiras décadas do século fortaleceu a independência da monarquia; as Cortes não foram convocadas

nem uma vez no século XVIII, já que a receita real era suficiente. Durante o longo reinado de Dom João V (1706-50) a nova riqueza colonial portuguesa foi usada principalmente para aumentar o poderio real sobre os domínios distantes e para construir uma esplêndida corte barroca em Portugal. Enquanto as instituições dominantes de Portugal assumiam a imobilidade de um quadro maravilhoso, grande número de portugueses abandonava a metrópole ainda atormentada pela pobreza e pelo atraso para fazer fortuna no Brasil.

O vigor produtivo de Portugal e de seu império havia sofrido quando a tentativa de Vieira de atrair de volta os cristãos-novos e os projetos de manufatura de Ericeira foram sabotados pelo conservadorismo clerical, comercial e agrário. Portugal, país produtor de lã, gastava fortunas em tecidos de lã ingleses, que reexportava para o Brasil e para a África. A renovada ajuda britânica contra a Espanha levou à negociação de um pacto comercial desastroso com Londres, o Tratado de Methuen de 1703. Os vinhos portugueses entrariam na Inglaterra com uma tarifa um terço mais baixa do que a incidente sobre os vinhos franceses, contanto que as manufaturas têxteis inglesas tivessem preferência semelhante nos mercados coloniais portugueses. As exportações inglesas para Portugal e suas colônias aumentaram de cerca de meio milhão de libras por ano, na época de assinatura do tratado, para £1,1 milhão por ano em 1736-40, dentro de um total de exportações britânicas de £6,1 milhões. O Tratado de Methuen estimulou o comércio de vinhos do Porto e da Madeira, um comércio que já estava, em grande parte, nas mãos de mercadores britânicos, mas a Grã-Bretanha tinha invariavelmente um grande superávit em seu comércio com Portugal — que costumava ser pago com a aquisição, pela Grã-Bretanha, do ouro do Brasil. Entre 1700 e 1760, a Grã-Bretanha ganhou cerca de £25 milhões em barras de ouro com este comércio. Este ingresso de ouro deu contribuição decisiva à estabilidade do Banco da Inglaterra e à City de Londres. Permitiu que a Grã-Bretanha financiasse o comércio deficitário com o Oriente; as operações lucrativas da Companhia das Índias Orientais exigiam estas infusões de dinheiro, já que ainda havia pouca demanda de produtos manufaturados europeus na Índia e no Extremo Oriente. Por outro lado, o comércio britânico com Portugal e suas ilhas e colônias, principalmente com o Brasil, proporcionou um mercado valioso para o trigo, os tecidos de algodão e lã e outros produtos manufaturados.[60]

O comércio desigual entre a Grã-Bretanha e Portugal tomou a parte do leão do ouro brasileiro. A produção anual de ouro do Brasil subiu de 4.410 kg por ano em 1706-10 para 8.500 kg em 1726-29. De 1730 a 1770, o Brasil produziu uma média de dez mil quilos de ouro por ano. A produção de ouro atingiu o auge em 1760 e

depois caiu para 6.285 kg por ano entre 1780 e 1784, e para 4.510 kg entre 1790 e 1794. A exportação de ouro foi avaliada em cerca de £750.000 por ano no período de maior produção (1735-65). Embora este fosse com certeza um número impressionante — e, por causa do contrabando, pode ter subestimado o total real — ainda não era muito maior que o valor global das exportações de açúcar: entre £500.000 e £700.000 por ano nas primeiras décadas do século.[61] O Tratado de Methuen não previa privilégios para o açúcar brasileiro, que tinha de abrir caminho até o mercado europeu sem favores ou subsídios. Os funcionários reais portugueses concentravam sua atenção em garantir que o rei recebesse o "quinto real" do ouro produzido no Brasil e, embora ainda tentassem arrancar o máximo que podiam dos produtos das *plantations*, isso os prejudicava diante da competição do Caribe.

O Brasil continuou na linha de frente dos produtores de açúcar por algum tempo depois da Paz de Utrecht. Embora não tenha atingido posteriormente o mesmo crescimento das ilhas do Caribe, o volume e o valor de sua produção de açúcar aumentavam rapidamente quando ocorria qualquer interrupção dos carregamentos caribenhos — mais especificamente dos carregamentos franceses, já que as *plantations* brasileiras tinham mais condições de enfrentar a competição britânica do que a francesa. Informações dispersas e incompletas sugerem exportações de 15.000 toneladas em 1710, o que deve ter sido difícil de manter nas décadas de 1720 e 1730. Segundo Deerr, a colheita de 1760 chegou a 28.000 toneladas; Schwartz também cita números bem altos, embora provavelmente exagerados, para as capitanias com informações disponíveis em meados da década de 1760. Finalmente, Alden reuniu estimativas da época para as três capitanias produtoras de açúcar — Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro — que chegam ao modesto total de 12.000 toneladas de açúcar em 1790, quando o comércio do Brasil deve ter sofrido a maior redução por causa da indústria açucareira de São Domingos. Seymour Drescher calcula as exportações de açúcar brasileiras em 1780 no nível bastante alto de 19.150 toneladas de açúcar mascavo, ou 6,6% do abastecimento total dos mercados do Atlântico Norte; neste nível, caso tenha sido atingido, o Brasil ainda seria o terceiro maior produtor de açúcar das Américas, atrás de São Domingos (29,8%) e da Jamaica (17%), e logo à frente da Martinica (6,5%).[62]

No século XVIII, o Brasil era também um importante produtor de outras culturas de *plantation*: fumo, no decorrer do século, e algodão, anil e arroz nos últimos anos. Mas enquanto durou — ou seja, até o final da década de 1760 — a explosão econômica do ouro restringiu a produção das *plantations* já que exerceu uma forte pressão de alta sobre o preço dos escravos e de outros suprimentos, como ferramentas e provisões, constituiu uma alternativa de investimento mais atraente para o capital disponível e elevou o custo do transporte.

A mão-de-obra primária do Brasil colonial, tanto nas *plantations* como na mineração do ouro, eram os negros escravizados. Índios semi-servis e imigrantes portugueses continuaram a ter alguma importância, mas não representavam a principal fonte de mão-de-obra para o setor exportador. A grande maioria de cerca de 1,8 milhão de africanos trazidos do outro lado do Atlântico pelo tráfico negreiro luso-brasileiro ficou no Brasil. Como não existem dados censitários abrangentes sobre o Brasil, as estimativas de sua população negra escrava são especulações: em 1700 poderia haver entre 80.000 e 120.000 escravos negros, que representariam cerca de um terço da população total; em 1750 poderia haver mais de meio milhão de escravos negros numa população total de um milhão e meio de habitantes. Um censo de 1798 registrou a presença de nada menos que 1.582.000 escravos — alguns deles, talvez, índios — numa população total de 3.248.000 habitantes.[63] A maior segurança, simplicidade e eficácia quanto aos custos do tráfico negreiro nas áreas do Atlântico Sul significava que, tradicionalmente, os preços eram mais baixos e a mão-de-obra escrava mais barata para fazendeiros e mineiros do Brasil. Uma série de corridas do ouro elevou o preço dos escravos na zona açucareira de 80 mil-réis em 1700 para 120 mil-réis em 1710 e 140 mil-réis em 1750. Nos próprios distritos auríferos, os impostos e o custo do transporte aumentaram o preço de um escravo de primeira linha para 400 mil-réis em 1735. A importação anual de 10.000 escravos nos anos "pobres", chegando a 20.000 escravos por ano na década de 1730, foi a prodigiosa reação colonial à oportunidade oferecida pela extração de ouro.[64]

Em 1751, a Câmara de Salvador calculou que, numa propriedade açucareira, o custo da manutenção dos escravos chegava a 16% das despesas anuais, o da substituição de escravos chegava a 19%, o dos salários dos trabalhadores livres a 23% e o do combustível para o engenho ficava entre 12% e 21%, dependendo do lugar. Um escravo custava cem vezes o preço de uma arroba de açúcar, e podia produzir 40 arrobas por ano. Em termos de receita bruta, a soma gasta com a compra de um escravo seria, assim, recuperada em dois anos e seis meses. Este era o dobro do tempo necessário para recuperar o mesmo investimento em 1700 ou antes. Além disso, em termos de receita líquida, depois de deduzir todas as despesas além da substituição do escravo, o tempo de recuperação do gasto era muito maior — talvez de seis ou oito anos. Os escravos eram o fator de produção mais caro de uma propriedade açucareira, representando 36% de seu valor; a terra correspondia a 19%, o gado a 4%, os prédios a 18% e a maquinaria a 23%. Esta divisão é semelhante aos inventários de *plantations* jamaicanas citados por Sheridan, embora o valor médio das pro-

priedades açucareiras brasileiras fosse mais baixo. Segundo Schwartz, os engenhos de açúcar da Bahia tinham uma produção média de 32 toneladas por ano, e os de Pernambuco, de apenas 13 toneladas por ano; caso se possa levar em conta o desempenho anterior, os engenhos do Rio estavam provavelmente mais próximos da média baiana. Estas quantidades podem ser comparadas com a produção de 124 toneladas por engenho em São Domingos na década de 1760 e de 70 toneladas por engenho na Jamaica na década de 1780. No Brasil, tornar-se um senhor de engenho trazia prestígio social e alguns privilégios fiscais; lavradores de cana tentavam tornar-se senhores de engenho, e era difícil detê-los. Os senhores de engenho competiam com os mineiros em cada uma destas despesas, exceto na compra do equipamento de fabricação do açúcar. No entanto, tinham um recurso que não estava disponível para a maioria dos mineiros: acesso a crédito barato. Irmandades de caridade como a Misericórdia e as Ordens Terceiras de São Francisco e Santo Antônio faziam empréstimos garantidos a senhores de engenho e lavradores de cana cobrando 6,24% de juros ao ano, taxa fixada pelo costume e pela lei civil. Esta facilidade, juntamente com a versatilidade inerente a um contingente de escravos que podia ser empregado em diferentes tarefas e culturas, ajuda a explicar parte da capacidade de recuperação dos engenhos e propriedades açucareiras do Brasil. Embora muitos fossem descritos como "fogo morto", ou inativos, nos muitos anos ruins do século, vários conseguiram voltar à vida quando as condições do mercado melhoraram. As propriedades dos beneditinos chegaram até a combinar os bons resultados com melhores condições de vida para os escravos.[65]

A descoberta de ouro na região paulista que veio a ser conhecida como Minas Gerais provocou um crescimento de sua população escrava para 33.000 indivíduos em 1713. Minas Gerais tornou-se capitania em 1720, e sua população escrava cresceu para mais de 100.000 em 1738.[66] O grande e indefinido interior de São Paulo também continha duas outras áreas auríferas, Goiás e Mato Grosso, que se tornaram capitanias separadas em 1744 e 1748, respectivamente. Em vários distritos foram encontrados diamantes, além do ouro. Nas primeiras décadas do século, cerca de 2.000 a 3.000 africanos foram importados a cada ano pelos distritos mineiros, e este número foi ultrapassado nas décadas seguintes. Durante o início da corrida do ouro, proprietários de escravos do nordeste, principalmente lavradores de cana que não tinham investimento em engenhos, foram tentados a se afastar do cultivo do açúcar. Depois dos primeiros golpes de sorte, batear ouro de aluvião e lavá-lo no cascalho dos rios exigia trabalho intenso e duro. As autoridades reais e seus fornecedores dariam concessões aos que possuíssem mão-de-obra para explorá-las. Empresas mineiras que utilizassem escravos eram um pouco mais fáceis de vigiar; assim

as autoridades podiam ter mais certeza de recolher delas o quinto real. Companhias de Dragões Reais estacionadas nos campos de ouro ofereciam garantia contra contrabandistas e escravos insubmissos.[67]

A receita real oriunda das minas de ouro nunca chegou a corresponder às expectativas geradas; o ganho era reduzido pela corrupção e pelo contrabando, e somas consideráveis eram absorvidas pela administração e pela defesa da colônia. Mas se a receita direta das minas de ouro era desapontadora para a Coroa, ela foi mais que compensada pelo sucesso das autoridades na regulamentação e na taxação do comércio colonial como um todo, inclusive das importações geradas pela descoberta de ouro. O crescimento da população livre e escrava dos distritos mineiros do interior criou uma grande demanda de equipamentos e provisões; pagavam-se impostos sobre todas as mercadorias que entravam em Minas Gerais, e foram feitas tentativas de criar fontes locais de abastecimento. Na década de 1780, 4.000 escravos eram enviados por ano do Rio para Minas Gerais, apesar das taxas adicionais que ainda tinham de ser pagas.

Segundo uma estimativa, o comércio do Brasil cresceu de cerca de £2,5 milhões em 1710 para £4 milhões em 1750 e chegou a £5 milhões em 1760, quando a produção de ouro ainda era grande e a indústria açucareira da colônia podia tirar vantagem dos carregamentos reduzidos do Caribe.[68] O fumo e o couro deram importante contribuição ao comércio colonial e ao Tesouro real; foram exportadas cerca de 7 milhões de libras-peso de fumo por ano na primeira década do século, 13 milhões por ano entre 1756 e 1760, e 23 milhões entre 1774 e 1778. O fumo doce curado do Brasil foi para a Coroa portuguesa seu instrumento fiscal isolado mais importante, e garantiu mercados específicos na África, no Canadá e no Extremo Oriente. A Coroa tinha participação direta no comércio de escravos por intermédio da Companhia Cacheco, que operava na costa da Guiné. Cerca de um terço das importações brasileiras de escravos eram pagas diretamente com o fumo tratado com melado, favorito dos africanos da costa atlântica; uma mercadoria que tinha grande importância nas operações da Companhia Cacheco. O tabaco era plantado por pequenos produtores, mas o trabalho de processamento mais pesado — torcer e enrolar as folhas mergulhadas na mistura de melado — era reservado aos escravos. O ouro também foi incluído no comércio com a África.[69]

A base curiosamente mercantil do absolutismo português persistiu no século XVIII. Em 1716, dois terços da receita real ainda vinham do complexo colonial e mercantil: 31,9% de taxas alfandegárias, 19,2% da produção de fumo, 5% de cotas brasileiras de comboio e 13,7% da Casa da Moeda real e do quinto do ouro.[70] A descoberta de ouro reforçou este último item. Um sistema de comboios permitia à Coroa controlar o recebimento de barras de ouro e o comércio colonial. Para maior segurança, havia frotas

distintas reunidas em Recife, Bahia, Belém e Rio de Janeiro. A obrigação de usar a frota aumentava o preço do frete e expunha os fazendeiros e mercadores a uma taxação onerosa; quando o sistema de comboio foi abandonado em 1765, parece ter sido seguido por um aumento dos carregamentos de açúcar. Os mercadores, como uma categoria, estavam confinados à organização corporativa da economia; os principais postos da Marinha, do Exército e da administração metropolitana ainda eram reservados a fidalgos e membros da nobreza militar. No entanto, colonos ricos podiam comprar cargos políticos e fazer contratos lucrativos de fornecimento com os distritos mineiros, com os comboios ou com o tráfico negreiro.[71]

A extração de ouro, que foi o elemento mais dinâmico da economia brasileira na primeira metade do século, infligiu taxas altíssimas de mortalidade àqueles que a ela se dedicavam. Os escravos trabalhavam em grupos de seis ou doze, e muitos mineiros não tinham mais que um grupo destes, embora um pequeno número de mineiros possuísse até trinta ou cinqüenta escravos. O trabalho de batear ouro podia ser realizado durante o ano todo; freqüentemente exigia que os escravos passassem muitas horas mergulhados em água fria, provocando muitas doenças e uma alta taxa de mortalidade. Como nas *plantations*, algumas tarefas especializadas ou de responsabilidade eram dadas a escravos: a supervisão dos grupos de garimpeiros e a prospecção de ouro e diamantes eram quase sempre delegadas a escravos de confiança por seus proprietários, que achavam as condições de trabalho duras demais para si mesmos. Minas Gerais atraiu muitos paulistas livres e imigrantes portugueses, mas nem a fome de ouro os levou a competir por muito tempo com os escravos no trabalho cruel do dia-a-dia da bateia de ouro. Mineiros com boas concessões preferiam os escravos porque era mais fácil controlar suas ações. O garimpeiro sempre tinha a possibilidade de enganar o mineiro escondendo no corpo uma pequena quantidade de ouro. Escravos negros eram em geral proibidos de sair da mina em que estavam trabalhando, e os que mantivessem com eles relações comerciais podiam sofrer pesadas sanções; trabalhadores imigrantes livres não poderiam ser tratados desta forma. Dizia-se que os mineiros preferiam escravos vindos de Whydah e da Mina, portos próximos a regiões que tinham no interior áreas de mineração. Goulart calcula que o número de escravos nas minas de ouro em meados do século chegava a aproximadamente 150.000 negros, com compras de 6.000 escravos por ano no período de 1739 a 1759.[72]

As principais descobertas de ouro foram obra de experientes bandeirantes paulistas no interior; estes homens eram de ascendência parcialmente nativa, e quase sempre falavam tupi ou outras línguas indígenas. Se tinham êxito, ganhavam o direito de explorar uma concessão, mas logo qualquer zona mineira nova atrairia emboabas,

imigrantes de Portugal ou da costa com recursos para importar escravos. As autoridades reais exploraram o antagonismo entre paulistas e emboabas para aumentar seu próprio poder. Mas a presença de negros livres era oficialmente desestimulada nas áreas de mineração, já que complicariam a tarefa de controlar o ouro; as autoridades preferiam a situação em que qualquer negro encontrado fora da mina portando ouro fosse considerado bandido. No entanto, tentativas oficiais de controlar as zonas mineiras com regulamentos como este acabaram frustradas. Alguns mineiros descobriram que era interessante motivar os escravos com a oferta de alforria ou de pagamentos que pudessem ser economizados para comprar a liberdade. Nas condições selvagens da vida na zona mineira, a população negra livre era aumentada por negros fugidos ou pela morte de proprietários de outros estados. As autoridades podem ter incentivado alguns casos de alforria quando criaram um imposto sobre os escravos, de dois oitavos ou 7,2 gramas de ouro.[73]

Nas condições inseguras das províncias mineiras, negros livres geralmente precisavam de um protetor poderoso, e assim a alforria algumas vezes causava pouca alteração além de uma mudança formal. Até aqueles que eram formalmente escravos costumavam trabalhar sem supervisão e receber o pagamento de incentivos. Os senhores armavam os escravos para sua própria proteção e, às vezes, ordenavam que atacassem pessoas livres. Alguns achavam mais lucrativo usar seus escravos como mascates do que como mineiros — as escravas conhecidas como "negras de tabuleiro" faziam bom dinheiro para seus donos como vendedoras ambulantes nas ruas e tavernas. Como se queixavam os próprios funcionários reais, a escravidão em Minas Gerais exibia uma frouxidão raramente encontrada em outros lugares das Américas. Em 1719, o governador escreveu:

> Sem punição severa contra os negros, poderá acontecer algum dia que esta capitania venha a tornar-se um pobre palco de suas malfeitorias e que se repita aqui o que sucedeu em Palmares, em Pernambuco; ou até pior, pois a liberdade de que gozam os negros desta capitania não tem igual em outras partes da América, certamente não é a verdadeira escravidão a forma como vivem hoje, pois esta com mais correção deveria chamar-se licenciosidade.[74]

Enquanto as características especiais da organização dos escravos nas Gerais ajudavam a aumentar o tamanho da população negra livre, a proliferação de milícias armadas, muitas delas formadas por negros livres, garantia a ordem social e a arrecadação. Embora os funcionários reais desejassem garantir a subordinação dos escravos, também precisavam acompanhar e reprimir o contrabando de ouro fei-

to por seus donos. As companhias de pardos e bastardos forros ou de pretos e pardos forros foram organizadas pelas autoridades contra arruaceiros e contrabandistas. O problema mais específico da fuga de escravos era enfrentado pelos bandos privados de capitães-do-mato.

As descobertas de ouro eram recebidas com satisfação pelos funcionários reais — não só por causa da receita que gerariam, mas também porque aumentavam a população colonial do vasto território interior e expulsavam as temíveis tribos nativas. O interior da colônia era dominado pelos poderosos do sertão, homens que possuíam rebanhos de milhares de cabeças, dominavam milhares de hectares de pastos e que defendiam seus impérios com a ajuda de centenas de agregados. Estes homens também possuíam escravos, índios e africanos. Forneciam carne à zona mineira e às *plantations*; também vendiam couro. Em 1749 havia só em Pernambuco 27 curtumes, que empregavam 300 escravos numa indústria voltada para a exportação.

No período do ministério do Marquês de Pombal (1750-77), foram feitas tentativas especiais de estimular e diversificar a economia de *plantation* brasileira. Companhias coloniais estabelecidas no Pará, no Maranhão e em Pernambuco tiveram participação na proteção de *plantations* iniciantes e de indústrias em má situação. Estas companhias tiveram permissão para importar escravos com condições de crédito privilegiadas. Empreenderam o cultivo em grande escala de arroz, cacau, algodão e anil, com resultados irregulares. Estas companhias gozavam de privilégios especiais e tiveram bom lucro; a Companhia do Maranhão pagou a seus acionistas 8,4% ao ano entre 1768 e 1774, enquanto a Companhia de Pernambuco rendeu pouco menos de 6% entre 1760 e 1779. Os mercadores e empreiteiros que geriam as companhias costumavam ganhar mais que os simples investidores. O apego de Pombal aos instrumentos mercantilistas não era indiscriminado. Depois que fracassou uma reforma do sistema de comboios em 1751 que pretendia deixá-lo menos incômodo e caro, este sistema foi abandonado em 1765 por ser um obstáculo ao comércio da produção das *plantations* do Brasil. Após a queda de Pombal, os problemas de outras economias de *plantation* americanas justificaram seu investimento na diversificação. Na década de 1750 Portugal importava grande quantidade de arroz da Carolina do Sul; na década de 1770, todo o arroz importado por Portugal veio do Maranhão, isento de tarifas. A produção brasileira de algodão chegou a 1,6 milhão de libras-peso em 1777, e mais que dobrou até 1788, quando atingiu 3,5 milhões. Calculou-se que uma propriedade algodoeira poderia produzir 20 arrobas por escravo, enquanto o escravo de uma propriedade açucareira produzia 40 arrobas; mas em 1772 a companhia do Maranhão oferecia por uma arroba de algodão o dobro do que a companhia de Pernambuco pagava pelo açúcar.[75]

O colapso da agricultura de *plantation* de São Domingos na década de 1790 resultou no crescimento de todos os setores de produção das *plantations* brasileiras. Em 1798 a produção de algodão chegou a 7,4 milhões de libras-peso; em 1807, foi de 17,3 milhões, e representou 28% do valor das reexportações coloniais de Portugal. A produção de açúcar também se recuperou bastante nesses anos, e alcançou 24.000 toneladas, ou pouco menos, em 1807 — sendo responsável por 57% das reexportações coloniais portuguesas. As exportações do Brasil para Portugal em 1798 foram de £3,2 milhões, e chegaram a pouco menos de £4 milhões em 1806. A exportação portuguesa de produtos têxteis para o Brasil durante esses anos — cuja maior parte era de origem inglesa ou francesa — chegou a mais de £1 milhão por ano. O sistema colonial português foi destruído pela invasão da península por Napoleão em 1807. Depois do crescimento desorganizado de seus últimos anos, o sistema colonial já estava se desfazendo, com mercadores ingleses e franceses competindo avidamente entre si e impacientes com as tentativas portuguesas de regulamentar a produção e o mercado brasileiros. Napoleão esperava, sem dúvida, presidir a reorganização dos impérios ibéricos nas Américas. Em vez disso, ele deu aos britânicos, que transportaram a família real portuguesa para o Rio de Janeiro, todas as vantagens possíveis para negociar acordos com a economia de *plantation* brasileira.[76]

As *plantations* açucareiras do Brasil, com capacidade para produzir de 12.000 a 20.000 toneladas por ano antes da década de 1790, tinham provavelmente uma produção menor por trabalhador do que as do Caribe, e podem ter precisado de 80.000 escravos para produzir este total. A manutenção deste contingente de escravos pode ter exigido a importação de 3.000 a 4.000 negros por ano, ou muito mais que isso em períodos de expansão, como entre 1756 e 1762 e na última década do século. O crescimento das *plantations* de algodão, arroz e cacau depois de 1760 exigiu a importação de talvez 2.000 ou 3.000 escravos por ano. Embora esta estimativa bastante elevada tenha como base as necessidades de mão-de-obra das *plantations* exportadoras e das minas de ouro, ainda parece haver uma lacuna entre estes números — cerca de 10.000 escravos por ano — e os registros de importação de escravos, que são de metade ou um terço deste total.

O problema, em primeiro lugar, revela um padrão demográfico em que tantos escravos desaparecem; e, em segundo lugar, explica o que faziam os escravos sobreviventes. Parece incontestável que a taxa de mortalidade dos escravos brasileiros era

tão alta como a do Caribe; a devastação provocada pelas doenças e pelo excesso de trabalho era talvez ainda maior nas minas de ouro, e talvez um pouco menor nas *plantations* açucareiras.[77] Os imigrantes portugueses no Brasil também apresentavam um índice elevado de mortalidade, enquanto a proporção pequena de mulheres resultava em uma taxa reduzida de natalidade. De 8.000 e 10.000 portugueses emigraram todo ano no decorrer do século XVIII, a maioria deles para o Brasil,[78] onde a população branca cresceu durante o século, mas a uma taxa correspondente à metade do crescimento da população branca na América do Norte. O grande volume da migração livre e forçada para o Brasil proveniente de duas zonas diferentes de morbidez pode ter, por si só, elevado a taxa de mortalidade.

Há, no entanto, outra explicação para o lento crescimento global da população escrava no Brasil: uma quantidade muito grande de alforrias. Os escravos urbanos, os domésticos, as escravas, os mulatos, os escravos de confiança nas minas de ouro e até mesmo escravos fugidos tinham muito mais probabilidade de conseguir a liberdade do que os escravos da América do Norte e do Caribe anglo-francês. Como nos primeiros tempos, os proprietários brasileiros de escravos do século XVIII tendiam a oferecer aos escravos urbanos a oportunidade de comprar a própria liberdade dedicando-se ao artesanato ou ao comércio por conta própria. Como esta atividade dava também ao proprietário recursos para comprar mais escravos, seria perfeitamente coerente com o aumento das compras de escravos. Os senhores brasileiros também tendiam a alforriar escravas que lhes dessem filhos. Quando um homem livre de cor se casava com uma escrava, comprava a liberdade da esposa. A taxa de alforria de escravas adultas era o dobro da taxa de escravos adultos. Em Minas Gerais, os escravos eram incentivados a anunciar grandes descobertas de metal precioso ou de diamantes pelo oferecimento da liberdade como recompensa.

O Brasil era conhecido por seu grande número de bebês abandonados, alguns dos quais seriam filhos de mães escravas que não queriam criá-los em cativeiro. Dauril Alden cita uma classificação da população de oito das maiores jurisdições do Brasil no final do período colonial, que mostra que os brancos representavam 28% da população, seguidos de perto por negros e mulatos livres (27,2%), escravos (38,1%) e índios (5,7%). Mesmo nas províncias onde os escravos eram mais numerosos, eles não constituíam a maioria da população — 46% da população maranhense, 47% da baiana e 45,9% da população do Rio de Janeiro.[79] Em conseqüência, a segurança da escravidão como instituição era um pouco maior do que nas ilhas açucareiras do Caribe, pelo menos enquanto as pessoas livres de cor não fossem levadas a unir seu destino ao das massas escravas. O tamanho da população livre de cor era resultado do fato de que o Brasil era a colônia escravista mais antiga das Américas. No entanto, também testemunha uma relação entre escravidão e raça diferente da que foi estabelecida na América do Norte. E, naturalmente, uma proporção muito grande de negros e mulatos livres era de crioulos — a parcela da população de cor com maior probabilidade de se reproduzir.

No Brasil, a população livre de cor fazia parte da milícia e do exército regular, e podia até mesmo assumir cargos — coisa que seria impensável na América do Norte colonial. Embora os brancos considerassem o serviço na milícia como uma obrigação desagradável, os negros e mulatos livres apreciavam os pequenos privilégios civis obtidos. As pessoas livres de cor também mantinham suas sociedades religiosas e previdenciárias, embora estas "irmandades" tivessem de ser registradas pelas autoridades e precisassem de um tesoureiro ou secretário branco. Os mulatos eram muito mais bem aceitos pela sociedade colonial do que os negros, e alguns chegaram a ser nomeados magistrados locais. O casamento entre brancos e negros era muito raro. Os colonos brancos formavam suas próprias irmandades religiosas, às vezes recusavam-se a trabalhar ao lado de negros e podem ter inspirado decretos para proibir que pessoas livres de cor usassem as mesmas roupas que eles. Negras ou mulatas, as pessoas livres de cor podiam possuir, e possuíram, seus próprios escravos.[80]

Embora os índices elevados de alforria e mortalidade ajudem a explicar a discrepância entre a enorme importação brasileira de escravos e as necessidades de mão-de-obra do setor exportador, outro elemento para a explicação é sugerido pela organização dos escravos em Minas Gerais no início da corrida do ouro. Depois que os campos auríferos se consolidaram, desenvolveu-se paralelamente uma economia de fazendas dedicadas ao plantio de milho, mandioca ou feijão e à criação de gado. Alguns mineiros adquiriram fazendas nas quais trabalhavam escravos, enquanto outros compravam dos fazendeiros alimentos para seus escravos. Os escravos cuja saúde fora arruinada nas minas ainda podiam dar lucro a seus donos se passassem a trabalhar no cultivo de alimentos ou na criação de gado. No sul do Brasil, como no nordeste e no Caribe, os escravos podiam ser intensamente explorados em grandes estâncias, não só cuidando do gado como processando a carne para a fabricação de charque e na curtição de couros. Ao contrário das colônias escravistas caribenhas, o Brasil não importava grande quantidade de alimentos. Nas Antilhas francesas, o costume de obrigar os escravos da *plantation* a cultivar a maior parte de sua comida era conhecida como sistema "brasileiro", talvez em contraste com Barbados, que sempre precisou de importações maciças de alimentos.

Embora camponeses ou trabalhadores livres no Brasil tenham feito algum cultivo de produtos alimentícios em geral, esta atividade não era tão extensiva como as fazendas incipientemente capitalistas das colônias da América do Norte. O preço relativamente baixo da mão-de-obra escrava no Brasil e a comercialização menos intensa das relações sociais significavam que os escravos tinham mais probabilidade de serem utilizados em atividades agrícolas gerais ou mesmo no simples cultivo de subsistência. Assim, um elemento da economia escravista sobreviveu ao declínio das *plantations* açucareiras e da extração de ouro de Minas Gerais, e havia fazendeiros que faziam suas propriedades funcionarem usando tanto escravos como trabalhadores contratados e vários tipos de camponeses. A fazenda que usava escravos para produzir para o mercado local ou para a própria subsistência só poderia sobreviver como parente pobre da *plantation* escravista ou das minas de ouro; se o setor exportador se recuperasse, os escravos ou o produto da fazenda poderiam ser vendidos a ele.[81]

O sucesso das colônias inglesas da América do Norte ao derrotar uma metrópole muito mais poderosa que Portugal acabou por encontrar eco na elite nascida no Brasil. Thomas Jefferson, embaixador da nova república na França, ao encontrar-se em 1787, em Nîmes, com um estudante de medicina brasileiro de inclinação fortemente anticolonial, explicou-lhe que os brasileiros deviam contar apenas com seu próprio esforço para se libertarem e que, para isso, ele e seus amigos deveriam dar atenção às queixas econômicas dos colonos. Mas faltava à formação social brasileira, esmagada pelo duplo peso da hegemonia portuguesa e britânica, a força e a autoconfiança dos norte-americanos. Minas Gerais, onde a mineração dera lugar a um novo padrão autônomo de agricultura, produziu uma conspiração famosa, a Inconfidência Mineira (1788-89). Esta província também tinha uma cultura literária e popular muito vigorosa, com participação considerável de escritores, artistas, escultores e músicos mulatos. Os próprios conspiradores mineiros ofereceram vagamente a liberdade aos escravos, mas seu objetivo principal era derrubar o poder português e estabelecer uma república mineira independente com suas próprias autoridades eleitas, sua própria universidade e suas tropas formadas pelos cidadãos. Entre os conspiradores havia alguns proprietários de terras, oficiais dos Dragões e empreiteiros que deviam impostos à Coroa. Mas antes que seus membros pudessem agir, a conspiração foi descoberta, e os cerca de vinte participantes foram presos.[82]

Mas, apesar de as aspirações políticas dos mineiros terem sido frustradas, a energia artística da província adquiriu forma mais tangível, principalmente na escultura e arquitetura do Aleijadinho (Antônio Francisco Lisboa), o último e mais notável

expoente do barroco colonial. Aleijadinho trabalhou na construção e na decoração de várias igrejas, destacando-se entre elas as de Congonhas do Campo e de São Francisco, em Ouro Preto. Como ele era filho ilegítimo de um português e uma negra, não podia receber encomendas em seu próprio nome; na década de 1770, quando tinha seus quarenta anos, contraiu uma doença, possivelmente lepra, que dificultou ainda mais sua vida. Enquanto a arte barroca portuguesa do século XVIII se exprimia através de objetos muito elaborados em ouro e prata que adornavam palácios esplêndidos, a escultura do Aleijadinho abriu novos territórios, principalmente com as estátuas dos Doze Profetas em Congonhas, com sua variedade de trajes exóticos, gestos expansivos, expressão piedosa ou temível e coadjuvantes cheios de vida, como a baleia de Jonas e o leão de Daniel. Com Aleijadinho, que morreu em 1816 aos oitenta e quatro anos, a imaginação colonial rompeu a última fronteira do decoro barroco.[83]

A escravidão na América espanhola

Durante o século XVIII, o sistema imperial espanhol continuou orientado principalmente para a extração de metais preciosos. Esperava-se que as colônias espanholas, diferentemente das francesas e britânicas, produzissem grande superávit fiscal, e sob a administração vigorosa da nova dinastia dos Bourbon isso voltou a acontecer. A Espanha em geral alinhava-se à França contra a Grã-Bretanha, considerada mais agressiva. Mercadores franceses vendiam sedas, tecidos de algodão de alta qualidade e vinhos para as colônias espanholas por intermédio do entreposto oficial de Cádiz, enquanto os mercadores britânicos faziam contrabando. Com o Tratado de Utrecht, os britânicos conquistaram o *asiento* legal para fornecer escravos à América espanhola, e o usaram para dedicar-se a um contrabando bastante intenso de produtos manufaturados. Quando o *asiento* foi suspenso pelas autoridades de Madri em 1739, as colônias britânicas permaneceram como pontos de apoio para os contrabandistas; peças espanholas de ouro e prata circulavam pela América britânica, e freqüentemente mais importantes que a moeda oficial. Dada a extensão dos domínios espanhóis, o contrabando era inevitável. Em condições de paz, o sistema imperial funcionava com eficiência — fato que sem dúvida explica as ofensivas britânicas de 1739-40 e 1760-61.

O fluxo de metais preciosos para a Espanha era ainda assegurado por um padrão de comércio e transporte sujeito a rigorosa regulamentação, que desestimulava o estabelecimento de *plantations*. Como não existia outra fonte de prata capaz de

competir com a produção da América espanhola, havia pouco incentivo para o aperfeiçoamento das técnicas de mineração. O fluxo de prata ajudou a financiar um caro sistema de defesa imperial no Caribe, composto de imponentes fortificações e uma frota formidável de *guarda-costas*, que não só protegiam os navios espanhóis como também interferiam nas rotas britânicas; entre 1713 e 1739 foram apreendidas 211 embarcações mercantes britânicas. Com freqüência os navios britânicos na rota das Índias Ocidentais pagavam pelas atividades de contrabando de seus compatriotas. As despesas maciças da Espanha no Caribe (subordinadas à corrida da prata) ajudaram a criar uma classe rica de mercadores, empreiteiros, funcionários coloniais e proprietários de terra crioulos, alguns dos quais compraram propriedades açucareiras. Cuba também era importante como fonte da maior parte do fumo comprado pela *factoria* em Sevilha. Os produtores de tabaco de Cuba possuíam poucos escravos ou nenhum — de fato, o vigor do cultivo de tabaco nessa ilha serve como exemplo de que este produto podia ser cultivado de forma vantajosa com mão-de-obra livre, auxiliado por políticas de compra do monopólio estatal.[84]

Os reveses espanhóis e franceses na Guerra dos Sete Anos, como a ocupação de Havana pelos britânicos, resultou numa simplificação da estrutura da administração imperial e num certo abrandamento das restrições comerciais. Isto não inclui nenhuma concessão à Grã-Bretanha, mas permitiu que mais portos espanhóis participassem do comércio colonial. A recuperação da produção de prata mexicana foi um grande acontecimento; ela era extraída por trabalhadores livres atraídos para Guanajato e Zacatecas pela promessa de altos salários. As minas de prata andinas ainda eram operadas por uma mão-de-obra mista de cerca de 22.000 trabalhadores, dos quais uns 5.000 eram oriundos do sistema de *mita*; consta que na década de 1780 havia apenas 400 negros em atividade na economia mineira.[85] O estado imperial distribuía concessões de minas, regulamentava o fluxo de mercadorias e mão-de-obra para a zona de mineração, cobrava sua parte na prata, tentava garantir o transporte seguro do metal para a Espanha e direcionava o fluxo de exportações para a colônia. Assim, a considerável estrutura militar e civil da Espanha nas Américas entrelaçava-se com a economia mineira, de forma que os exploradores diretos das concessões de minas não poderiam passar facilmente sem seus serviços. Embora a elite crioula ficasse às vezes impaciente com a tutela imperial, a ameaça de revolta popular também ajudou a estimular sua lealdade. Na década de 1780, o Vice-Reinado do Peru foi profundamente abalado por uma ampla revolta indígena, que atingiu a maior parte dos Andes, liderada por Tupac Amaru II; o boato de que Tupac Amaru proclamara a emancipação dos escravos alarmou os proprietários da região costeira.[86] No México havia suficiente banditismo e potencial de revolta para garantir que a lição dos Andes não fosse esquecida por sua classe privilegiada.

Alguns milhares de escravos africanos eram levados todo ano pelos colonos da América espanhola para trabalhar nas minas de ouro, nas *plantations* de açúcar e cacau e em oficinas urbanas, ou para uso como criados em casas ricas. Em pequeno número, eram encontrados em toda a América espanhola. Como no século anterior, as minas de ouro de Nova Granada (Colômbia), os bosques de cacaueiros da Venezuela e as propriedades açucareiras espalhadas entre a costa do Pacífico e o Caribe constituíram importantes enclaves de economia escravista na América espanhola. A população negra escrava do Choco, em Nova Granada, subiu de 2.000 pessoas em 1724 para 4.231 em 1763, e chegou a 7.088 em 1782. A maioria dos escravos trabalhava em *cuadrillas* de trinta ou quarenta membros. A cada ano a produção de ouro chegava a 600.000 pesos, ou £120.000. O ouro era bateado em minas de aluvião nos rios; as autoridades viram que não era fácil acompanhar o volume da exploração, já que as *cuadrillas* estavam em constante movimento e as condições da região coberta de selva eram difíceis. Os africanos eram empregados porque pareciam sobreviver um pouco melhor no ambiente tropical e porque acreditava-se que os trabalhadores indígenas não se adaptariam ao trabalho e eram difíceis de controlar.

William Sharp calcula que os donos de minas obtinham uma taxa anual de lucro de 9% a 14%. German Colmenares, levando em conta outros custos de capital, reduz esta taxa a 3,9% para uma das minas de Sesega y el Salto. Segundo os dados relativos a esta mina, o custo da alimentação dos escravos era um dos maiores escoadouros de receita. Era preciso gastar dinheiro com mais milho e também com o pagamento dos índios que cultivavam alimentos; evidentemente, isto era considerado melhor do que afastar os escravos de seu trabalho nas *cuadrillas*. É interessante observar que nesta região, onde os escravos eram empregados em atividades financeiramente compensadoras, o percentual de alforrias era muito baixo. Segundo Colmenares, só 472 escravos foram alforriados entre 1721 e 1800.[87] Uma pequena parte do ouro produzido era contrabandeada para fora da colônia, embora não fique claro se os principais responsáveis eram titulares de concessões, escravos, mascates e mercadores locais, funcionários corruptos ou alguma combinação dos anteriores. Boa parte deste ouro acabou em mãos de mercadores britânicos em troca de escravos e produtos manufaturados; registros contábeis do comércio da Jamaica mostram remessas de cerca de £100.000 de ouro por ano

para Londres, cuja maior parte deve ter-se originado do contrabando com a América espanhola.[88]

A Venezuela — a capitania-geral com este nome foi criada em 1777 — era a única região continental da América espanhola onde as *plantations* escravistas desenvolveram um comércio significativo de exportação para a Europa. O cacau plantado nas ilhas do Caribe foi atacado por pragas, deixando em boa posição os produtores do continente. O gosto pelo chocolate havia se desenvolvido tanto na Espanha quanto na América espanhola; além disso, os produtores de cacau podiam muitas vezes vender sua produção para os comerciantes holandeses de Curaçao. Entre 1728 e 1784 as autoridades espanholas criaram a Companhia de Caracas, com a esperança de regulamentar o comércio de cacau já existente. A Companhia logo despertou a hostilidade dos produtores, mas conseguiu organizar a venda de escravos para eles e exportou 58.800 *fanegas* de cacau em 1750, chegando a 80.600 *fanegas* em 1780 (uma *fanega* equivalia mais ou menos a 100 libras ou um vigésimo de tonelada). A agitação a favor do *comercio libre* acabou convencendo as autoridades a fechar a Companhia de Caracas em 1784; em 1789 a exportação de cacau subiu para 103.600 *fanegas*, num valor aproximado de £400.000 a preços de atacado na Europa.

A redução das restrições comerciais na América espanhola também resultou no crescimento do cultivo do anil na Venezuela nas décadas de 1770 e 1780. Do modesto total de 20.000 libras-peso de 1774-78, a produção de anil chegou a 718.000 libras em 1789 e a 898.000 em 1794, quando então este produto representava quase um terço do valor das exportações da província. No final do século XVIII havia cerca de 62.000 escravos na Venezuela, a maioria ligada à produção de cacau ou anil. Os barões do chocolate da Venezuela, os chamados *grandes cacaos*, não costumavam supervisionar diretamente o processo de produção, e sim faziam com seus escravos acordos de divisão da colheita, o que permitia a alguns escravos ganhar o suficiente para comprar a liberdade. Pode-se deduzir a alta percentagem de alforria do fato de as pessoas livres de cor constituía quase metade da população.[89]

Embora haja uma característica *sui generis* no padrão de uso de escravos na Venezuela, surgiu em Cuba uma sociedade clássica de *plantation* na segunda metade do século XVIII. Em 1700 os escravos deviam representar de um terço a metade da população da ilha de 50.000 habitantes, distribuídos entre algumas poucas *plantations* de açúcar e cacau (embora a maioria destas não tivesse escravos), oficinas ou residências urbanas, os arsenais reais e algumas grandes *haciendas* ou estâncias de criação

de gado. Em 1774 a população total de Cuba chegou a 175.000 habitantes, dos quais 44.000 eram escravos e 31.000, pessoas livres de cor.[90]

Durante a maior parte do século XVIII o fumo foi componente fundamental da riqueza cubana, e a *factoria* real comprava toda a produção com prata mexicana para revendê-la na Península Ibérica com lucro considerável. Os *vegueros* de tabaco possuíam poucos ou nenhum escravo, mas os funcionários da *factoria* tinham ricas propriedades, e alguns criaram *plantations* escravistas. Na primeira metade do século, as *plantations* açucareiras cubanas exportavam duas ou três toneladas do produto por ano, principalmente para a Península. Em 1760 a produção foi de quase 5.000 toneladas. Mas as *plantations* cubanas eram prejudicadas pelo alto preço dos escravos e pela dificuldade de encontrar mercado. Durante a ocupação britânica de Havana em 1762-63, os produtores cubanos puderam comprar 4.000 escravos dos comerciantes que acompanhavam as forças invasoras. A produção de açúcar aumentou um pouco. Mas só em 1787 a produção cubana de açúcar ultrapassou as 10.000 toneladas — um total ainda modesto para uma ilha com tamanha extensão de terra apropriada para o plantio da cana.[91]

No caso de Cuba, o obstáculo decisivo que impedia o desenvolvimento de suas *plantations* eram sem dúvida as restrições mercantilistas do sistema colonial espanhol e o fato de que a Espanha não tinha um comércio negreiro nacional para suprir as *plantations*. Como parte do acordo geral de disputas fronteiriças entre Espanha e Portugal, o Tratado do Prado (1778) transferiu para a Espanha Fernando Pó e Anabon. Inegavelmente, o maior valor destas ilhas na costa africana era servirem de base para o comércio negreiro. Na década de 1780 Cuba tinha uma classe de aspirantes a proprietários de *plantations* ansiosa para imitar o sucesso das colônias açucareiras das outras potências. Tudo o que precisava era acesso fácil aos escravos e aos mercados.

Em 1787, as autoridades coloniais permitiram pela primeira vez a livre entrada de escravos. Em meados da década de 1790, Madri não podia mais controlar tão rigorosamente suas possessões espanholas, e o principal produtor de açúcar das Américas, São Domingos, estava praticamente eliminado. Os produtores cubanos de açúcar desfrutaram de sua primeira "Dança dos Milhões", importando dezenas de milhares de escravos e empurrando sua colônia para a linha de frente dos produtores de açúcar, com exportações superiores a 40.000 toneladas em 1802. Os funcionários reais em Cuba deram toda ajuda à expansão das *plantations*, ignorando, quando necessário, a legislação ou as instruções da metrópole. Em 1792, um decreto isentou os produtores de café dos impostos da *alcabala* e do *diezmo*; com a ajuda de refugiados de São Domingos, Cuba tornou-se grande produtor de café. Mais de mil navios por ano iam a Cuba na virada do século, muitos deles

norte-americanos. Os escravos chegavam a Cuba levados por comerciantes de todas as nacionalidades; os próprios mercadores e *hacendados* cubanos compraram navios, ou fretaram-nos em parceria com patrocinadores norte-americanos para adquirir escravos na costa africana. Antes de 1789 haviam sido importados por Cuba pouco menos de 100.000 escravos; nos anos de 1790 a 1821 foi registrada a importação de 240.000 escravos, e é provável que cerca de 60.000 tenham sido importados sem registro.[92]

A sociedade escravista que se desenvolveu em Cuba combinou o padrão hispânico tradicional de uso diversificado dos escravos e um código racial relativamente brando com o início do cultivo em grande escala da cana-de-açúcar. Em meados do século XVIII, muitos escravos de Cuba eram artesãos urbanos; regimentos de mulatos e *pardos* tinham papel importante na defesa da ilha. Alguns homens livres de cor excepcionais chegaram a tornar-se oficiais nas milícias. Em outras partes do Império espanhol pessoas livres de cor também tiveram papel importante nas milícias. Havia apenas cerca de 6.000 escravos no Chile no fim do século XVIII, e só 10.000 no México, mas em ambos os casos os negros livres constituíam cerca de um terço dos milicianos. Oficiais negros podiam pedir proteção ao *fuero militar*, com seus privilégios fiscais e o direito de serem julgados por cortes militares e não pela Justiça civil; podiam também comprar a isenção das restrições legais feitas à cor de sua pele por meio do dispositivo conhecido como *gracias al sacar*. As autoridades coloniais viam as pessoas livres de cor como impedimento às tendências de autonomia da elite colonial.[93]

Embora não produzissem para o mercado europeu, havia também *plantations* escravistas na Audiência de Quito e na costa do Peru. Os jesuítas mantiveram oito propriedades açucareiras ao norte de Quito até sua expulsão, na década de 1760. Estas propriedades produziam açúcar para os mercados mexicano e peruano e, juntamente com uma fazenda de criação, garantiam a maior parte de suas próprias necessidades de subsistência. Os registros obtidos nas propriedades após a expulsão de seus donos mostraram que elas geravam uma taxa de 5% de retorno do capital investido, e que podiam aumentar regularmente seu contingente de escravos pelo reinvestimento de toda a receita. Em 1768 e 1769 houve agitações entre os escravos dos antigos empreendimentos jesuítas, que protestavam contra os métodos rudes dos novos administradores indicados pelo estado. As *plantations* açucareiras do Peru eram mais numerosas, empregavam quase a metade dos 40.000 escravos da colônia em 1791 e produziam por ano cerca de 8.000 toneladas de açúcar para o mercado local. Havia 13.479 escravos na cidade de Lima, onde representavam 25,6% da população. Os

que não eram artesãos geralmente faziam parte do séquito da numerosa aristocracia colonial da cidade.[94]

Com o surgimento da administração espanhola "esclarecida" de José de Galvez, foi emitida uma Ordem Real suprimindo a exigência de marcar a ferro todo escravo que entrava no Império; esta medida, adotada para controlar o contrabando, era, segundo a Ordem Real, "contrária à humanidade" [*opuesta a la humanidad*]. Em 1789, as autoridades espanholas emitiram uma "Real Cédula sobre Educación, Trato y Ocupaciones de los Esclavos", cujos catorze capítulos estipulavam que os proprietários deveriam tomar providências para a instrução religiosa de seus escravos, que deveriam alimentá-los adequadamente e que as punições cruéis ou açoitamentos de mais de vinte e cinco chicotadas teriam de ser proibidos. Os escravos deviam ter direito a suas "diversões" nos dias de festa, contanto que os dois sexos ficassem separados, que escravos de *plantations* diferentes não se reunissem e que essas diversões fossem "*simples y sencillas*". A observação das várias regras seria comprovada pelos padres. Este decreto provocou muito descontentamento, e a última cláusula provavelmente gerou muita apreensão. Os intendentes de Caracas, Havana, Louisiana e Tocaima (Nova Granada) insistiram com Madri que a publicação do decreto prejudicaria a boa ordem das colônias e estimularia o orgulho e as expectativas dos negros. Por fim, foi aprovada em 17 de março de 1794 uma resolução do Conselho das Índias que suspendia a aplicação do Decreto Real, mas que reiterava em termos gerais a necessidade da instrução religiosa dos escravos, do tratamento humano, do direito dos escravos ao matrimônio etc.

Nesse período, a rebelião dos escravos de São Domingos, em agosto de 1791, e suas conseqüências prodigiosas teriam contribuído para inspirar cautela, apesar do fato de que as autoridades espanholas da vizinha Santo Domingo tivessem recrutado corajosamente rebeldes negros para servir à causa monarquista, e podem ter tido participação no início do levante dos escravos. Há muito tempo a Espanha vinha tentando fomentar a agitação dos escravos nas colônias de seus inimigos, especialmente dos britânicos; estava ainda mais ansiosa para criar problemas para os republicanos franceses. Mas na década de 1790 a Espanha estava, finalmente, desenvolvendo suas próprias colônias de *plantation* e preocupada em proteger a promissora organização escravista de suas colônias, principalmente de Cuba. Quando o Conselho das Índias suspendeu a aplicação do novo código escravista, devia saber que a Convenção Nacional da França havia decretado o fim da escravidão nas colônias francesas numa resolução de 4 de fevereiro de 1794.[95]

Os pequenos produtores e a lógica do comércio das *plantations*

A economia escravista do Novo Mundo no século XVIII era dominada pelas Índias Ocidentais britânicas e francesas, pela América do Norte e pelo Brasil. As colônias caribenhas da Dinamarca e da Holanda davam a esses países acesso ao comércio americano e permitiam que tivessem um desenvolvimento modesto de *plantations*. A Dinamarca adquirira a minúscula ilha de São Tomás no século XVII, em grande parte graças ao patrocínio holandês. Em 1733, o governo real dinamarquês comprou da França a ilha de Sainte Croix. A transferência deu aos escravos a oportunidade de tomar grande parte da ilha; a ordem só foi restabelecida com ajuda de um navio de guerra britânico. A Companhia das Índias Ocidentais dinamarquesa tinha acesso ao mercado de açúcar do norte da Europa e organizou a importação da África de algumas centenas de escravos por ano. Em 1755 foi suspenso o monopólio da Companhia, e suas atividades negreiras foram transferidas para a Companhia do Báltico-Guiné e a Sociedade Comercial Bargum.

A produção de açúcar aumentou para 4.000 a 8.000 toneladas por ano; na década de 1780 havia mais de 20.000 escravos em Sainte Croix. Quando a guerra interrompeu o comércio colonial da Grã-Bretanha e da França, os mercadores e produtores dinamarqueses tiveram muito lucro; as ilhas dinamarquesas também estavam em posição favorável para participar do contrabando. Famílias influentes como os Schimmelman e os Reventlow tinham investimentos lucrativos em *plantations* nas Índias Ocidentais e possuíam suas próprias refinarias em Copenhague. No entanto, quanto prevaleciam as condições de paz no Caribe, as companhias dinamarquesas que comerciavam escravos tinham muita dificuldade para enfrentar a competição estrangeira; o lucro dos produtores também caía. Embora o tamanho reduzido das ilhas dinamarquesas limitasse sua contribuição para o desenvolvimento das *plantations*, a fragilidade naval e militar da Dinamarca fez com que ela nunca passasse de potência colonial bastante secundária nas Américas, tolerada pelas grandes potências como base útil de contrabando para a penetração nos sistemas coloniais de seus rivais.[96]

Embora as ilhas holandesas do Caribe — Santo Eustáquio, São Martinho, Saba e Curaçao — fossem pequenas colônias comerciais, o Suriname, na "Costa Selvagem", ou litoral norte da América do Sul, tinha considerável potencial para o estabelecimento de *plantations*. A capacidade mercantil holandesa permitiu o aproveitamento de parte deste potencial, mas o desenvolvimento posterior da colônia continuou a ser prejudicado pela pouca segurança de seu comércio e de suas *plantations*. Em 1760, a população escrava do Suriname chegara a 60.000 pessoas, que produziam 8.300 toneladas de açúcar por ano, além de boa quantidade de café, cacau, corantes e fumo. Em 1775, as exportações anuais chegaram a £822.900: £347.000 de açúcar, £350.500 de café e £98.000 de algodão. Este nível de desenvolvimento foi conseguido pelo regime tolerante e representativo da Sociedade Licenciada do Suriname, companhia que pertencia, em parte, à nova Companhia das Índias Ocidentais. A assembléia de donos de *plantations*, a *Raad*, era responsável por grande parte da administração interna. Mas os navios que transportavam a produção dos escravos do Suriname para a Europa e a América do Norte tinham que suportar uma rota longa através das águas mais perigosas do Caribe; os *guarda-costas* espanhóis tinham boas razões para suspeitar de todos os navios holandeses, já que o contrabando era a principal atividade das ilhas pertencentes à Holanda.

As forças navais holandesas não inspiravam mais respeito em águas americanas. Os produtores do Suriname também enfrentavam uma grande ameaça interna à sua segurança. Desde os primeiros dias da colônia não fora encontrada uma solução para o problema das fugas de escravos, e assim as comunidades *maroons* vieram a representar cerca de um décimo da população total. O fato de que o Suriname era uma colônia continental, com um grande interior por trás da costa, certamente ajudou o estabelecimento dos *maroons*. O problema dos *maroons* era agravado pelo fracasso da Sociedade do Suriname ou da *Raad* de manter uma grande força militar no interior, embora todos admitissem que isto seria um empreendimento muito caro. Poucos holandeses chegaram a morar no Suriname, já que os capitalistas holandeses preferiam investir no comércio ou em seu próprio país. Muitos dos donos de *plantations* do Suriname pertenciam a minorias religiosas ou nacionais — huguenotes, judeus sefarditas, católicos-romanos. Este modelo repetia-se na outra colônia costeira holandesa de Berbice. Esta colônia foi completamente tomada por uma revolta escrava liderada por Coffey em 1763; a ordem só foi restaurada com ajuda britânica. Na década de 1780, proprietários britânicos tiveram papel fundamental na construção de *plantations* na embocadura do rio Essequibo.[97]

O desenvolvimento das *plantations* escravistas no século XVIII exigiu o patrocínio conjunto do estado e de agentes econômicos para garantir ao mesmo tempo segurança e boas condições comerciais. A Grã-Bretanha e a França tinham os recursos políticos e econômicos necessários, mas os choques recíprocos enfraqueceram-nas e criaram o cenário adequado para o fim do mercantilismo colonial. No entanto, o próprio comércio vinculado aos escravos tinha uma dinâmica que minou o mercantilismo e as restrições empresariais. Na década de 1760, todos os sistemas mercantilistas fi-

caram muito enfraquecidos por concessões e brechas. Naquela década, as autoridades espanholas deram os primeiros passos para o *comercio libre*, os britânicos criaram *free ports* nas Índias Ocidentais e os franceses abrandaram as normas do *exclusif*. Num primeiro momento admitiu-se que fazia pouco sentido impedir o comércio de meios de produção, como os escravos, mesmo que o comércio do produto final continuasse rigidamente controlado. Mas depois de abertas brechas no princípio de um sistema colonial fechado, foi difícil resistir à lógica comercial mais livre do desenvolvimento da *plantation*.

A relação ambivalente entre as *plantations* escravistas e o mercado, descrita no Capítulo VIII, permitiu-lhes ter papel importante na sustentação do crescimento do comércio atlântico no século XVIII. Por um lado, reagiram de maneira rápida e adequada às oportunidades do mercado; por outro, quando as condições eram desfavoráveis, os sistemas escravistas podiam sobreviver durante anos afastados dos fornecedores e dos mercados. O crescimento impressionante das *plantations* francesas, britânicas, norte-americanas, cubanas e brasileiras numa fase foi complementado por sua capacidade de suportar períodos de dificuldades militares e comerciais. Assim, o sistema escravista do Brasil manteve grande força latente, apesar das condições quase sempre adversas do período entre 1763 e 1790. A Guerra de Independência americana criou muitas dificuldades para o sistema escravista norte-americano, que ainda assim sobreviveu em boas condições, com uma população escrava sempre crescente. A resistência e a versatilidade da *plantation* escravista do Novo Mundo derivava do fato de que andava com dois pés: o que avançava comercialmente podia confiar no que permanecia fixo na *terra firma* da economia natural. Os proprietários preferiam, em geral, que seus escravos produzissem mercadorias para o comércio atlântico; mas em todas as épocas, principalmente quando este se fechava, os escravos foram deslocados para a produção de alimentos, manufaturas e serviços — para si mesmos, para seus senhores e para o mercado local.

Neste capítulo e no Capítulo X analisei as muitas conexões entre o comércio europeu e a produção de suas colônias escravistas. É evidente que estas últimas tiveram importância comercial cada vez maior no século XVIII. Nos últimos tempos do Ancien Régime na França, suas colônias remetiam por ano à metrópole £8,3 milhões em mercadorias; as que não eram consumidas forneciam a base de metade das exportações francesas. As fazendas de tabaco davam à monarquia uma renda anual de £1 milhão.[98] Em 1790-91, os produtores das Antilhas francesas tiveram a maior de todas as colheitas, aproveitando-se ao máximo da revolução na metrópole para ignorar as restrições do *exclusif*. A deflagração da revolta dos escravos de São Domingos e

a revogação da escravatura nas colônias francesas em 1794 logo eliminaram as colônias escravistas mais ricas do Caribe, mas com o aumento dos preços isso também aconteceu com a produção das *plantations* escravistas no restante das Américas. Nos últimos anos do século, a Grã-Bretanha importava £6 milhões anuais das Índias Ocidentais britânicas; os Estados Unidos exportaram £3 milhões em produtos de *plantations* e registraram reexportações (principalmente de produtos de *plantations*) de £10 milhões em 1806; na mesma época, as exportações do Brasil para Portugal totalizaram £4 milhões.[99]

De uma forma ou de outra, a produção dos escravos foi a base de cerca de um terço do comércio europeu. Para suprir as novas *plantations*, de 50.000 a 100.000 escravos cruzaram por ano o Atlântico. A explosão da escravidão colonial foi, naturalmente, ligada ao crescimento prolongado da economia européia, em especial ao novo padrão de crescimento capitalista britânico. Os britânicos haviam sofrido importante derrota na América do Norte, mas, pelo menos em termos econômicos, recuperaram-se com espantosa rapidez. Os franceses contribuíram de forma significativa para a derrota britânica nas mãos dos rebeldes. Seu sistema de trocas comerciais florescia ainda mais depressa do que antes. Ainda assim, o sucesso francês foi caro em todos os aspectos, inclusive por ter ampliado as expectativas de produtores e comerciantes que deram sua própria e notável contribuição para a crise do Ancien Régime.

Notas

1. J. F. Shepherd e G. M. Walton, *Shipping, Maritime Trade and the Economic Development of Colonial North America*, Cambridge 1972, p. 42.
2. Até fazendeiros relativamente auto-suficientes precisavam de ferramentas de trabalho, munição, sal, remédios, utensílios domésticos, fio de algodão e algumas roupas; compravam pequenos luxos como açúcar, chá ou café, e rum. Ver, no entanto, Michael Merrill, "'Cash is Good to Eat': Self-sufficiency and Exchange in the Rural Economy of the United States", *Radical History Review*, 4, inverno de 1977, pp. 42-71.
3. Goodman, *Tobacco in History*, p. 145.
4. Allan Kulikoff, *Tobacco and Slaves*, Chapel Hill, NC 1986, pp. 122-4, 141-53, 154.
5. Walsh, "Slave Life, Slave Society and Tobacco Production", em Ira Berlin e Philip D. Morgan, eds., *Cultivation and Culture*, pp. 184-6.
6. McCusker e Menard, *The Economy of British America*, p. 132.
7. Michael Mullin, *Africa in America: Slave Acculturation and Resistance in the American South and the British Caribbean*, 1736-1831, Urbana e Chicago 1992, pp. 115-25.
8. William Byrd, "A Progress to the Mines", em Lois B. Wright, ed., *The Prose Works of*

William Byrd of Westover: Narratives of a Colonial Virginian, Cambridge, MA 1966, pp. 339-80 (p. 350).

9. J. P. Greene, ed., *Diary of Landon Carter of Sabine Hall, 1752-1778*, Charlottesville, VA 1965, p. 502.
10. Ver Lorena Walsh, "Slave Life, Slave Society, and Tobacco Production", em Berlin e Morgan, *Cultivation and Culture*, a respeito do excesso de trabalho e da divisão sexual do trabalho, p. 187, e sobre a receita bruta da plantação por cabeça, p. 195. (Compare-se com o resultado citado da Jamaica e de São Domingos no Capítulo X, nota 65.)
11. R. C. Nash, "South Carolina and the Atlantic Economy in the Late Seventeenth and Eighteenth Centuries", *Economic History Review*, vol. XLV, nº. 4, 1992, pp. 677-702; Joyce Chaplin, *An Anxious Pursuit: Agricultural Innovation and Modernity in the Lower South, 1730-1815*, Chapel Hill, NC 1993, pp. 227-76; Peter Wood, *Black Majority*, Nova York 1974, pp. 95-130; McCusker e Menard, *The Economy of British America*, p. 174.
12. Forneço a maior parte do texto em Blackburn, *The Overthrow of Colonial Slavery*, p. 46.
13. Chaplin, *An Anxious Pursuit*, pp. 40-41.
14. Julia Floyd Smith, *Slavery and Rice Culture in Low Country Georgia 1750-1860*, Knoxville, TN 1985, pp. 17-22, 141-65; George Fenwisk Jones, *The Georgia Dutch*, Athens, GA 1992, pp. 265-74.
15. Allan Kulikoff, "A 'Prolifick' People: Black Population Growth in the Chesapeake Colonies, 1700-1790", *Southern Studies*, vol. XVI, 1977, pp. 391-428.
16. Kulikoff, *Tobacco and Slaves*, p. 73.
17. Sobre o ritmo do cultivo de tabaco, ver Timothy Breen, *Tobacco Culture: The Mentality of the Great Tidewater Planters on the Eve of Revolution*, Princeton, NJ 1985, pp. 46-55.
18. Sobre o regime de trabalho na Virgínia e na Jamaica, ver Dunn, "Sugar Production and Slave Women in Jamaica", em Berlin e Morgan, *Cultivation and Culture*, principalmente pp. 61-3, 68-9, e Richard Dunn, "A Tale of Two Plantations: Slave Life at Mesopotamia in Jamaica and Mount Airy in Virginia, 1799 to 1828", *William and Mary Quarterly*, 3ª. série, vol. 34, 1977, pp. 32-65. Sobre o trabalho esperado dos escravos na Jamaica, ver também o estudo de B. W. Higman, *Slave Populations of the British Caribbean 1807-34*, Londres 1984, baseado numa amostra abrangente das *plantations* no início do século XIX, p. 188.
19. Herbert Klein, *Slavery in the Americas: A Comparative Study of Cuba and Virginia*, Londres 1967, pp. 178-80.
20. Watts, *The West Indies*, p. 422. Segundo Arthur Stinchcombe, os escravos das Índias Ocidentais que trabalharam na plantação da cana em fossas eram forçados a mover 40 jardas cúbicas de terra, ou seis carroças carregadas, todos os dias; Stinchcombe, *Sugar Island Slavery in the Age of Enlightenment*, p. 116.
21. Lorena Walsh dá a produção de tabaco por trabalhador em "Slave Life, Slave Society and Tobacco Production", em Berlin e Morgan, *Culture and Cultivation*, p. 175. Informações sobre a produção de açúcar por escravo são encontradas em Ward, "The Profitability of Sugar Planting in the West Indies", *Economic History Review*, 1978.

22. Carole Shammas, "Black Women's Work and the Evolution of Plantation Society in Virginia", *Labor History*, vol. 26, nº. 1, inverno de 1985, pp. 5-28.
23. Os proprietários e feitores eram, é claro, culpados de abusarem sexualmente das escravas; e os registros por escrito mal permitem a avaliação da freqüência desses casos; mas nada sugere o regime predatório revelado pelo diário de Thistlewood no caso da Jamaica. Assim, o diário "secreto" de William Byrd, escrito com sua própria letra cursiva, demonstra que ele teve vida sexual ativa tanto na Inglaterra quanto na Virgínia; em alguns casos ele se utilizou de escravas, mas quase sempre preferia criadas ou outras mulheres brancas. Ver Lois B. Wright e Marion Tinling, *The Secret Diary of William Byrd of Westover*, Richmond, VA 1941; Kenneth Lockridge, *The Diary, and Life, of William Byrd II of Virginia, 1674-1744*, Williamsburg, VA 1987. Um servo inglês da casa de Carter pinta um quadro bastante decente da vida doméstica da *plantation*; embora preparado para chocar-se com a vida numa sociedade escravista, ele só observa uma possível tentativa fracassada de ataque sexual; H. D. Farlish, ed., *The Journals and Letters of Philip Vickers Fithian, 1773-1774*, Williamsburg, VA 1957. Ver também Kulikoff, *Tobacco and Slaves*, pp. 174-83, 386-7, 395-6, e Jan Lewis, *The Pursuit of Happiness: Family and Values in Jefferson's Virginia*, Cambridge 1983, pp. 1-39, 169-208. A proporção relativamente pequena de mulatos na população afro-americana da América do Norte — apenas 7,7% antes de 1850 — é discutida por Robert Fogel e Stanley Engerman em *Time on the Cross*, Nova York 1989, pp. 130-32.
24. Citado em Littlefield, *Rice and Slaves*, pp. 62, 65; e Joyce Chaplin, "Slavery and the Principle of Humanity: A Modern Idea in the Early Lower South", *Journal of Social History*, inverno de 1990, pp. 299-315. Eu gostaria de agradecer a Emory Evans por me enviar a carta usada na epígrafe; o escravo Aron, a quem o texto é endereçado, passou algum tempo na Inglaterra com o seu senhor.
25. A demografia e a experiência de vida dos negros escravizados na América do Norte do século XVIII foram alvo de pesquisa em John B. Boles, *Black Southerners, 1619-1869*, Lexington, VA 1983, pp. 32-48, e notas bibliográficas nas pp. 220-22.
26. Higman, "Household Structure and Fertility on Jamaican Plantations", em Beckles e Shepherd, *Caribbean Slave Society and Economy*, p. 257; Herbert G. Gutman, *The Black Family in Slavery and Freedom, 1750-1925*, Oxford 1976; sobre as famílias de escravos da Carolina do Sul, ver Philip Morgan, "Black Society in the Low Country", em Ira Berlin e Ronald Hoffman, eds., *Slavery and Freedom in the Age of the American Revolution*, Charlottesville, VA 1983, pp. 83-142 (p. 128).
27. Kulikoff, *Tobacco and Slaves*, pp. 358-72.
28. A sugestão engenhosa de que taxas de juros mais baixas podem ter incentivado os donos de escravos a tomar providências para a reprodução dos escravos é feita por Dave Denslow, "Economic Considerations in the Treatment of Slaves in Brazil and Cuba",

University of Florida s.d. (1982?), pp. 16-18. No entanto, não fica claro (1) se a taxa de juros disponível para proprietários da Virgínia realmente eram mais baixas do que a disponível para proprietários da Jamaica e (2) se as políticas dos donos de escravos eram um fator decisivo na taxa de reprodução dos escravos.

29. A taxa de natalidade mais alta nas *plantations* do Caribe onde os escravos recebiam rações mais generosas e dependiam menos de suas próprias roças é identificada por Higman, "Household Structure and Fertility on Jamaican Slave Plantations: A Nineteenth Century Example", em Beckles e Shepherd, eds., *Caribbean Slave Society and Economy*, pp. 250-72 (p. 270). Sobre a debulha do milho, ver Eugene Genovese, *Roll, Jordan, Roll: The World the Slaves Made*, Londres 1978, pp. 315-19.
30. Bennett, *Bondsmen and Bishops*, p. 27. Debien observa que a marcação a ferro dos escravos nas Antilhas francesas podia reduzir seu valor: *Études antillaises*, p. 107.
31. Citado em Mechal Sobel, "'All Americans are Part African': Slave Influence on 'White' Values", em Leonie Archer, ed., *Slavery and Other Forms of Unfree Labour*, Londres 1987, pp. 176-87 (p. 179). Sobre este tema geral, ver Mechal Sobel, *The World They Made Together: Black and White Values in Eighteenth Century Virginia*, Princeton, NJ 1987, e Kulikoff, *Tobacco and Slaves*, capítulo 8.
32. Citado em Sobel, "'All Americans are Part African'", em Archer, *Slavery and Other Forms of Unfree Labour*, p. 183. Rhett Jones recomendou cautela ao se retratar a condição dos escravos na América colonial em termos que ignorem a opressão feroz dos proprietários de escravos. Contra os que proclamam excessiva autonomia e integridade para a "comunidade escrava", ele argumenta: "Os negros não foram os vitoriosos, e sim os vencidos." Mas essa restrição não se aplica, na verdade, ao argumento de Sobel. Ver Rhett Jones, "In the Absence of Ideology: Blacks in Colonial America and the Modern Experience", *Western Journal of Black Studies*, primavera de 1988, vol. 12, nº. 1, pp. 30-39 (p. 35).
33. Thomas Ingersoll, "'Releese us out of this Cruell Bondegg': An Appeal from Virginia in 1723", *William and Mary Quarterly*, 3ª. série, LI, nº. 4, outubro de 1994, pp. 777-82 (pp. 781-2).
34. Parke Rouse, *James Blair of Virginia*, pp. 223, 244.
35. Carta de 12 de julho de 1736, citada em Pierre Marambaud, *William Byrd of Westover, 1674-1744*, Charlottesville, VA 1971, p. 172. Byrd conclui esta passagem com a seguinte reflexão: "Valeria, portanto, a pena a consideração de um Parlamento Britânico, meu Deus, para dar fim a este tráfico nada cristão de transformar em mercadoria nossos semelhantes."
36. James Oglethorpe, "An Account of the Negro Insurrection in South Carolina" (1740), em *The Publications of James Edward Oglethorpe*, Rodney Blaine, ed., Athens, GA 1994, pp. 253-5.
37. Peter Wood, *Black Majority*, capítulos 11 e 12: Berlin, "From Creole to African", *William and Mary Quarterly*, abril de 1996, pp. 251-88 (pp. 280-81).
38. Michael Mullin, *Africa in America*, pp. 188-9.

39. Alan Gally, "Planters and Slaves in the Great Awakening", em John B. Boles, ed., *Masters and Slaves in the House of the Lord*, Lexington, VA 1988, pp. 19-36 (p. 31); as outras citações são de Frank Lambert, " 'I Saw the Book Talk': Slave Readings of the First Great Awakening", *The Journal of Negro History*, LXXVII, nº. 4, outono de 1992, pp. 185-99.
40. Tema explorado por Edmund Morgan, *American Freedom, American Slavery*, Nova York 1975, pp. 293-362.
41. G. M. Walton e J. F. Shepherd, *The Economic Rise of Early America*, Cambridge 1979, p. 45.
42. A citação é de um ensaio muito informativo e esclarecedor de Ira Berlin, "Time, Space, and the Evolution of Afro-American Society in British Mainland North America", *The American Historical Review*, vol. 85, nº. 1, fevereiro de 1980, pp. 44-86 (p. 45). Em outra pesquisa útil Duncan Macleod relaciona o aumento da dependência de escravos no sul e a queda da dependência de escravos no norte ao número e à influência dos imigrantes brancos nas respectivas colônias: ver "Toward Caste", em Berlin e Hoffman, *Slavery and Freedom*, pp. 217-36. Sobre o número de dias sem gelo, ver Paul A. David e Peter Temin, "Slavery: The Progressive Institution?", em Paul A. David et al., *Reckoning with Slavery*, Nova York 1976, pp. 165-230 (p. 209).
43. Thomas J. Davis, *The New York Slave Conspiracy*, Boston, MA 1971; Gary Nash e Jean R. Soderland, *Freedom by Degrees*, p. 7; Peter Linebaugh e Marcus Rediker, *The Many-headed Hydra*, Boston, MA. A ligação entre escravos urbanos e os incêndios também foi aventada, como se observou no capítulo anterior, em Port au Prince em 1787, e muito citada na colônia holandesa no Cabo da Boa Esperança, na África do Sul, durante o século XVIII (ver Robert Shell, *Children of Bondage*, pp. 248, 264-5, 272, 279).
44. Rostow, *How It All Began*, p. 128.
45. Walton e Shepherd, *The Economic Rise of Early America*, p. 117.
46. Breen, *Tobacco Culture*.
47. De John Syme a Farrell e Jones, 2 de junho de 1760, citada em Breen, *Tobacco Culture*, p. 157.
48. De Archibald Cary para o agente da Virgínia, 17 de abril de 1766, citado em Breen, *Tobacco Culture*, p. 140.
49. Jacob Price, *Capital and Credit in British Overseas Trade: The View from the Chesapeake*, Cambridge, MA 1980, p. 128.
50. R. P. Thomas e D. N. McCloskey, "Overseas Trade and Empire", em Roderick Floud e Donald McCloskey, eds., *The Economic History of Britain Since 1700*, vol. 1, 1700-1800, Londres 1981, pp. 87-102 (p. 96).
51. McCusker e Menard, *The Economy of British America*, pp. 290-93, 319-21, 326.
52. Walton e Shepherd, *The Economic Rise of Early America*, p. 101.
53. Alice Hanson Jones, *Wealth of a Nation to Be*, Nova York 1980, p. 118.
54. Ibid., pp. 102-4, 118-19, 228.

55. Stanley Engerman e Kenneth Sokoloff, *Factor Endowments, Institutions and Differential Paths of Growth Among New World Economies*, Historical Paper nº. 66, National Bureau of Economic Research, 1994.
56. Sylvia Frey, *Water from the Rock: Black Resistance in a Revolutionary Age*, Princeton, NJ 1991. Examino o significado mais abrangente destes acontecimentos em Blackburn, *The Overthrow of Colonial Slavery*, principalmente capítulos 3 e 4.
57. Richard Dunn, "Black Society in the Chesapeake", em Ira Berlin e Ronald Hoffman, eds., *Slavery and Freedom in the Age of the American Revolution*, pp. 49-82.
58. Boles, Black Southerners, p. 55.
59. Sobre o desempenho comercial dos EUA em 1790-92, ver J. F. Shepherd e G. M. Walton, "Economic Change after the American Revolution", *Explorations in Economic History*, 13, 1976, pp. 397-422. Sobre a expansão dos entrepostos em 1790-1817, ver Douglass North, *The Economic Growth of the United States, 1790-1860*, Englewood Cliffs, NJ 1961, pp. 26, 28.
60. H. E. S. Fisher, *The Portugal Trade: A study of Anglo-Portuguese Commerce 1700-1770*, Londres 1971, pp. 126, 128-39; sobre dados que implicam um total mais alto da exportação brasileira de ouro, ver Virgílio Nova Pinto, *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*, São Paulo 1979, p. 114.
61. Vilar, *A History of Gold and Money*, pp. 222-31; Simonsen, *História econômica do Brasil*, II, p. 222 e página confrontante. Reduzi a estimativa de Simonsen do valor da produção de açúcar para levar em conta os números menores, embora incompletos, fornecidos por Stuart Schwartz, "Plantations and Peripheries", em Leslie Bethell, ed., *Colonial Brazil*, Cambridge 1987, pp. 67-144, especialmente p. 76, e Dauril Alden, "Late Colonial Brazil", em Bethell, *Colonial Brazil*, pp. 284-343, principalmente pp. 312-14.
62. Deerr e Drescher têm boas informações sobre os mercados europeus e vêem as Américas como um todo. Schwartz e Alden, baseando suas séries parciais em documentação brasileira, sugerem números um pouco menores. As estimativas menos cuidadosas e inexplicadas de Simonsen devem ser tratadas com reserva. Ver Deerr, *The History of Sugar*, I, p. 112, e II, p. 530; Schwartz, "Plantations and Peripheries", em Bethell, *Colonial Brazil*, p. 76; Dauril Alden, "Late Colonial Brazil", em Bethell, *Colonial Brazil*, pp. 312-14; e Drescher, *Econocide*, p. 48. Simonsen, *História econômica do Brasil*, II, p. 222 e página oposta.
63. Para uma discussão dos problemas deste censo, que provavelmente superestimou o número de escravos, ver Dauril Alden, "The Population of Brazil in the Late Eighteenth Century", *Hispanic American Historical Review*, vol. 43, 1963, pp. 173 -205.
64. Lang, *Portuguese Brazil*, p. 144; Schwartz, "Plantations and Peripheries", em Bethell, *Colonial Brazil*, p. 83, e A. J. Russell-Wood, "The Gold Cycle", em Bethell, *Colonial Brazil*, pp. 190-243 (p. 218).
65. Schwartz, "Plantations and Peripheries", em Bethell, *Colonial Brazil*, pp. 76, 83, 93-4. Os dados da produção da Jamaica e de São Domingos são extraídos do capítulo anterior, mas ver também as comparações muito semelhantes feitas em Sérgio Buarque de Holanda, *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. I, *A Época Colonial*, vol. 2, 2ª. ed., São Paulo 1968, p. 210. Sobre as propriedades dos beneditinos, ver Schwartz, *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society*, pp. 222-3, 234-7. Segundo este relato, os beneditinos atingiram um padrão quase "norte-americano" de escravidão, alimentando melhor seus escravos, promovendo os artesãos escravos e dando condições mais favoráveis para uma taxa mais elevada de reprodução.

66. Goulart, *Escravidão Africana no Brasil*, pp. 141-4.
67. C. R. Boxer, *The Golden Age in Brazil: 1695-1750*, Londres 1962, pp. 82-5, 160-61, 175, 182-4; Gorender, *O escravismo colonial*, pp. 427-50; A. J. R. Russell-Wood, "Colonial Brazil: The Gold Cycle, c. 1690-1750", em Bethell, ed., *Cambridge History of Latin America*, pp. 547-600.
68. Lang, *Portuguese Brazil*, p. 151, citando Antonio de Sousa Pedroso, visconde de Carmaxide, *O Brasil na administração Pombalina*, p. 81.
69. Sobre o tabaco, Sérgio Buarque de Holanda, *A Época Colonial*, vol. 2, pp. 211-13, e Lang, *Portuguese Brazil*, pp. 141-3, 167.
70. V. Magalhães Godinho, "Portugal and Her Empire, 1680-1720", em J. S. Bromley, ed., *The New Cambridge Modern History*, IV, Cambridge 1970, pp. 509-40 (p. 536). Ver também Hanson, *Economy and Society in Baroque Portugal*, pp. 260-76.
71. Lang, *Portuguese Brazil*, pp. 107, 147; Boxer, *The Portuguese Seaborne Empire*, p. 217; conforme, também, as observações de Carl Hanson, *Economy and Society in Baroque Portugal*, p. 271.
72. Goulart, *Escravidão Africana no Brasil*, p. 171.
73. Russell-Wood, "The Gold Cycle", em Bethell, *Colonial Brazil*, pp. 217-18.
74. Citado em Kathleen J. Higgins, "Masters and Slaves in a Mining Society: A Study of Eighteenth Century Sabara, Minas Gerais", *Slavery and Abolition*, vol. II, nº. 1, maio de 1990, pp. 58-73 (p. 59).
75. Buarque de Holanda, *A Época Colonial*, vol. 2, pp. 318-26; Alden, "Late Colonial Brazil", em Bethell, *Colonial Brazil*, p. 321; Kenneth Maxwell, *Pombal: Paradox of the Enlightenment*, Cambridge 1995, pp. 119-28, 134-48.
76. Alden, "Late Colonial Brazil", *Cambridge History of Latin America*, II; sobre algodão, pp. 635-9, arroz, pp. 639-42, tabaco, pp. 631-5, lucro das companhias coloniais, pp. 622-4, expansão comercial da virada do século, pp. 650-51. Sobre este último tópico, ver também Fernando A. Novais, *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, São Paulo 1983, com dados nas pp. 306-86. Sobre a crescente presença britânica a partir de 1808, ver Sergio Buarque de Holanda, *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. 2, *O Brasil Monárquico*, vol. I, 2ª. ed., São Paulo 1965, pp. 64-99.
77. Goulart, *Escravidão Africana no Brasil*, pp. 154-7.
78. Magalhães Godinho, *A Estrutura na Antiga Sociedade Portuguesa*, p. 43.
79. Alden, "Late Colonial Brazil", em Bethell, *Colonial Brazil*, p. 290.

80. Russell-Wood, *The Black Man in Slavery and Freedom in Colonial Brazil*, pp. 128-60.
81. Caio Prado Jr., *The Colonial Background of Modern Brazil*, Berkeley, CA 1967, pp. 174-5, 186-7, 227-31, 272-3.
82. Kenneth Maxwell, *Conflicts and Conspiracies: Brazil and Portugal 1750-1808*, Cambridge 1973.
83. Frédéric Mauro, *Le Brésil*, Paris 1977, pp. 220-21; G. Bazin, *Aleijadinho*, Paris 1963.
84. Richard Pares, *War and Trade in the West Indies*. O monopólio do tabaco teve um duplo papel, garantindo mercado para os produtores mas também reprimindo sua aspiração de independência comercial e absorvendo um excedente considerável de sua produção. Conforme José Luciano Franco, *Ensayos Históricos*, Havana 1974, pp. 17-19.
85. D. A. Brading, *Miners and Merchants in Bourbon Mexico, 1763-1810*, Cambridge 1971, pp. 146-9; Enrique Tandeter, "Free and Forced Labour in the Mines of Potosí", *Hispanic American Historical Review*, 1982.
86. Alberto Flores Galindo, *Aristocracia y Plebe: Lima, 1760-1830*, Lima 1984, p. 96.
87. William F. Sharp, *Slavery on the Spanish Frontier*, Norman, Oklahoma 1976, pp. 22, 73, 181; German Colmenares, *Historia Económica y Social de Colombia*, tomo II, *Popayán: una sociedad esclavista 1680-1800*, Bogotá 1986, pp. 99, 158-61.
88. A exportação de metal precioso da Jamaica é apresentada em Sheridan, *Sugar and Slavery*, p. 506.
89. Gastón Carvallo, "Notas para el Estudio del Binomio Plantación-Conuco en la Hacienda Agricola Venezolana", CENDES, Caracas 1979; Miguel Acosta Saignes, *Vida de los Negros en Venezuela*, Havana 1978, pp. 211-38; R. D. Hussey, *The Caracas Company, 1728-84*, Londres 1934.
90. Fernando Ortiz, *Los Negros Esclavos*, Havana 1916, pp. 22-3.
91. Heinrich Friedlander, *Historia Económica de Cuba*, I, Havana 1976, p. 92; Manuel Moreno Fraginals, *El Ingenio*, III, Havana 1977, p. 43.
92. Moreno Fraginals, *El Ingenio*, I, Havana 1977, pp. 95-102; David Murray, *Odious Commerce*, Cambridge 1981.
93. Jorge Dominguez, *Insurrection or Loyalty: The Breakdown of the Spanish American Empire*, Londres 1980, pp. 37-9, 79; sobre os vários padrões de uso dos escravos na América espanhola ver também Klein, *Slavery in the Americas*.
94. Rosario Coronel Feijoo, *El Valle Sangriento*, Quito 1991, pp. 115-17; Alberto Flores Galindo, *Aristocracia y Plebe: Lima, 1760-1830*, Lima 1984, pp. 30, 101.
95. Manuel Lucena Salmoral, *Sangre Sobre Piel Negro: la esclavitud quiteña en el contexto del reformismo borbónico*, Quito 1994, pp. 39-52. Os textos da Ordem Real de 1789 e de sua retirada indireta são dados nas pp. 197-221. Sobre a atmosfera das tramas favoráveis à realeza e as conspirações Bourbon em São Domingos em 1791, ver David Geggus, *Slavery, War and Revolution: The British Occupation of Saint Domingue*, Oxford 1982, p. 40, e José L. Franco, *Historia de la Revolución de Haiti*, Havana 1966.

96. Svend E. Green Pedersen, "The Scope and Structure of the Danish Negro Slave Trade", *Scandinavian Economic History Review*, vol. 19, 1971, pp. 149-97.
97. Goslinga, *A Short History of the Netherlands Antilles*, p. 100; Sheridan, *An Era of West Indian Prosperity*, 1750-75, pp. 91-2. Segundo Alex Van Stipriaan, a indústria açucareira do Suriname, depois da queda especulativa de 1770, produziu apenas um pouco mais de 6.000 toneladas de açúcar em 111 *plantations* em 1775; no entanto, o setor cafeeiro aumentou de 235 propriedades em 1755, com um contingente médio de 41 escravos de campo cada, para 295 propriedades em 1775, com uma média de 68 escravos de campo cada. Alex Van Stipriaan, "Surinam and the Abolition of Slavery", em Gert Oostindie, ed., *Fifty Years Later: Anti-Slavery, Capitalism and Modernity in the Dutch Orbit*, Pittsburg, PA 1996, pp. 117-142 (120, 123).
98. Henry Brougham, *The Colonial Policy of the European Powers*, vol. I, Edimburgo 1803, pp. 538-9; Jacob Price, *France and the Chesapeake. A History of the French Tobacco Monopoly, 1674-1791*, Ann Arbor, MI 1973, 2 vols., I, p. 541.
99. Drescher, *Econocide*, p. xx; North, *American Economy*, p. xx; Novais, *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*, pp. 370-86.

— XII —

A escravidão no Novo Mundo, a acumulação primitiva e a industrialização britânica

Tabela XII.0

Volume e lucratividade do comércio britânico de escravos 1761-1807

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
													Incremento de recursos em £ (cols. 7 + 9 – col. 11)
	Viagens	Tonelagem	Escravos desembarcados	Escravos desembarcados por tonelada	Preço médio de venda bruta em £	Receita bruta em escravos em £	Receita líquida (82%) £	Receita líquida em £ após descontos	Valor residual menos 5% para produção em £	Crédito total em £ (cols. 8 + 9)	Princípio menos 5% para diferença de produção	Lucro em £	% lucro
1761-70	1.368	153.006	284.834	1,86	29	8.260.186	6.773.353	6.421.139	784.921	7.206.060	6.657.291	548.769	8,2	900.983
1771-80	1.080	120.652	233.042	1,93	35	8.156.470	6.688.305	5.952.591	687.716	6.640.307	5.925.823	714.484	12,1	1.450.198
1781-90	998	159.757	294.865	1,85	36	10.615.140	8.704.415	7.799.156	971.323	8.770.479	7.922.350	848.129	10,7	1.753.388
1791-1800	1.341	278.537	393.404	1,43	50	19.920.200	16.334.564	14.439.755	2.011.037	16.450.792	14.553.558	1.897.234	13,0	3.792.043
1801-07	906	218.690	217.556	0,99	60	13.053.360	10.703.755	9.483.527	1.973.677	11.457.204	11.094.144	363.060	3,3	1.583.288
Totais	5.693	930.642	1.428.701	1,54	42	60.005.356	49.204.392	44.096.168	6.428.674	50.524.842	46.153.166	4.371.676	9,5	9.479.900

Fonte: Roger Anstey, *The Atlantic Slave Trade and British Abolition*, Londres 1975, p. 47.

A capacidade da Grã-Bretanha de manter e ampliar sua ligação lucrativa com a expansão atlântica foi eficientemente auxiliada pela competitividade crescente de suas fábricas. Mesmo quando ela perdeu suas colônias da América do Norte, não perdeu o comércio norte-americano, porque os fazendeiros e donos de *plantations* americanos ainda preferiam muitos produtos ingleses. O crescimento do Brasil e de Cuba e a renovada prosperidade das Índias Ocidentais britânicas também impulsionaram as exportações da Grã-Bretanha. Até 1815, os governos da França nunca tinham aceitado a hegemonia britânica na zona do atlântico. Ao enfrentar um governo britânico que, com a conivência ativa dos proprietários de *plantations* francesas, ocupava uma após outra de suas ilhas açucareiras, a Convenção Revolucionária, em fevereiro de 1794, chegou a declarar guerra à escravidão nas Américas. Apesar de algum sucesso, esta estratégia foi abandonada por Napoleão, que preferiu desafiar a hegemonia atlântica da Grã-Bretanha por meio de um acerto com os Estados Unidos de Jefferson (a compra da Louisiana), da aliança com a Espanha, do boicote continental às mercadorias britânicas (inclusive à produção colonial) e da invasão da Península Ibérica.

A declaração da guerra entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos em 1812 e a situação complicada na América espanhola e portuguesa fizeram com que as esperanças da França de disputar a hegemonia britânica só se dissipassem em Waterloo. O sucesso do exército negro do Haiti em 1804, a Batalha de Trafalgar em 1805 e uma série de outros acontecimentos importantes ajudaram a frustrar Napoleão. Mas a força econômica nascente da Grã-Bretanha foi também uma parte essencial da história. Ela permitiu ao país absorver a perda das colônias americanas, financiar a guerra contra a França e conformar-se com a própria derrota nas mãos dos rebeldes de São Domingos em 1798. Durante o século XVIII, a Grã-Bretanha construiu um sistema atlântico que alimentou sua força econômica e ajudou-a a suportar a prova da guerra. Os capítulos anteriores analisaram a escravidão colonial principalmente em seu contexto no Novo Mundo. Agora abordaremos a questão do papel que as trocas atlânticas baseadas na escravidão desempenharam no grandioso desenvolvimento da indústria britânica no período entre 1760 e 1820.

Eram as *plantations* escravistas semelhantes a rebocadores pequenos e fortes que faziam roncar seus motores para levar o transatlântico da economia britânica para o mar aberto da acumulação industrial? Ou não passavam de escaleres, amarrados ao casco do novo navio a vapor e balouçando em sua esteira? O simples fato de que o comércio dos sistemas escravistas cresceu mais depressa que o da metrópole não é decisivo no caso, já que qualquer avanço de prosperidade acabava provocando um aumento

mais que proporcional na demanda de artigos de luxo, à medida que a margem acima da necessidade se ampliava para diferentes camadas da população. É evidente que a revolução da *plantation*, cujo curso traçamos, ajudou a formar novos padrões de consumo. Será que isso também ajudou a promover a transição para novas formas de produção na metrópole? Ao abordarmos esta questão, será útil examinar se os sistemas escravistas (1) geraram mercados e um excedente que pudessem ajudar a dar a partida no motor da acumulação industrial e (2) deram contribuição importante ao processo industrial.

Estas questões propõem o problema clássico de uma acumulação "prévia" ou "primitiva". Adam Smith afirmou que só poderia surgir uma divisão do trabalho mais avançada quando houvesse uma acumulação anterior em base mais primitiva: "Assim como a acumulação de bens deve, na natureza das coisas, ser anterior à divisão do trabalho, assim o trabalho pode ser mais e mais subdividido apenas na proporção em que os bens sejam precisamente mais e mais acumulados."[1] Smith também enfatizou a necessidade de um aumento da extensão do mercado para se conseguir uma divisão complexa do trabalho.

Karl Marx, embora rejeitasse a noção de que a esta "acumulação primitiva" deveria ser atribuído "aproximadamente o mesmo papel na economia política que tem o do pecado original (...) na teologia", insistia que havia, no entanto, o problema real de responder pelo surgimento e da consolidação da acumulação capitalista a partir de um contexto essencialmente *não-capitalista*:

> a acumulação de capital pressupõe valor excedente; valor excedente pressupõe produção capitalista; produção capitalista pressupõe a disponibilidade de massas consideráveis de capital e força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias. Todo o movimento, portanto, parece girar em torno de um círculo infinito, do qual só se pode sair supondo uma acumulação primitiva (a acumulação "prévia" de Adam Smith) que precede a acumulação capitalista; uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida.[2]

Marx achava que a transição para a acumulação capitalista surgia, em primeiro lugar, da expropriação de uma camada da população agrícola, afastando alguns dos produtores diretos do acesso aos meios de produção e permitindo, conseqüentemente, o surgimento de uma classe de trabalhadores rurais assalariados e fazendeiros capitalistas; no caso inglês, e em algumas outras partes do noroeste da Europa, estes eram rendeiros que precisavam de dinheiro para pagar o arrendamento aos senhores de terras e para pagar trabalhadores, e cujo contrato de arrendamento lhes permitia ganhar com melhorias agrícolas. O fato de que esses fazendeiros controlavam

o processo de produção, competiam entre si, podiam utilizar trabalhadores assalariados e gozavam de alguns direitos de propriedade estimulou-os a investir parte de sua receita em equipamentos mais aperfeiçoados, construção de prédios, drenagem, cercas e outras melhorias. Os donos de terras podiam utilizar os aluguéis arrecadados para financiar o fechamento das terras comuns, que por sua vez seriam arrendadas a antigos ou novos rendeiros. Ou então, alguns rendeiros prósperos comprariam terras e as cultivariam com a ajuda da mão-de-obra assalariada.

Depois de consolidados, esses procedimentos criaram maior demanda, de forma que a extensão do mercado interno permitiu a alguns produtores e comerciantes escapar gradualmente às restrições da regulamentação. O fazendeiro com acesso ao trabalho assalariado podia aumentar a produção e controlar os métodos de cultivo. Os que recebiam salários do fazendeiro capitalista reproduziam-se, e a suas famílias, cada vez mais por meio da compra no mercado de bens de subsistência e produção. Caso os fazendeiros empregassem mão-de-obra assalariada, podiam tratá-la como um custo de produção variável; no contexto de um mercado competitivo, isto seria mais provavelmente associado à disposição de investir em melhorias e adotar inovações.

Aqui estava um elemento vital do capitalismo. Comunidades camponesas que supriam suas próprias necessidades de subsistência com o emprego do trabalho familiar e que estavam subordinadas a um senhor de terras não teriam a motivação e os meios para realizar o tipo de melhorias capazes de produzir um excedente vendável. No entanto, o surgimento dessas novas relações sociais foi irregular, localizado e contestado. Trabalhadores capazes de suprir sua subsistência cultivando hortas ou terras comuns eram menos dependentes da venda de sua força de trabalho. Fazendeiros capitalistas também se dedicavam à agricultura de subsistência e precisavam da mão-de-obra da família. A lógica da acumulação capitalista era restringida pelo horizonte estreito do mundo rural; onde quer que houvesse a formação de maior prosperidade que escoasse para mercados mais amplos, o empreendimento ficaria vulnerável à atenção predatória de monarcas feudais e comerciantes monopolistas, que impediriam ou destruiriam os mecanismos da livre competição e da acumulação espontânea.

O aparecimento de relações sociais capitalistas na zona rural inglesa no início do período moderno deu nova dimensão às formas predominantes de capital mercantil e manufatureiro e foi alimentado por uma dinâmica indústria da lã. Mas a consolidação das relações capitalistas também exigia a proteção e o patrocínio de um poder social concentrado, o estado, com seus Atos de Fechamento (*enclosure*), seus estatutos do trabalho e Leis dos Pobres, tropas de homens armados, contratos

de fornecimento, acordos e tratados comerciais, garantias de mercado, propriedade, meios de câmbio e crédito. Só com o patrocínio do estado incipientes as forças sociais capitalistas puderam encontrar a escala e a estabilidade de que precisavam para fazer a transição para a acumulação industrial propriamente dita, já que esta precisava de mercados extensos e de um espaço protegido no qual pudesse empreender a produção e a troca de mercadorias.

Mas se as relações sociais capitalistas precisavam de algum nível de patrocínio do estado, também poderiam ser limitadas e frustradas por restrições e regulamentações corporativas, impostas com o objetivo de elevar a receita ou de conceder privilégios. Os primeiros estados absolutistas forneceram algumas das proteções necessárias, mas a um alto preço. As repúblicas comerciais tendiam a sucumbir frente a oligarquias corporativas conservadoras, principalmente quando sua expansão era detida pela fraqueza militar. Separadamente e em conjunto, os primeiros estados modernos permitiram que o capitalismo europeu se instalasse no coração de um mercado mundial, encontrando ali recursos que ajudariam a promover o processo de acumulação na própria Europa.

Marx resumiu sua concepção destes acontecimentos numa passagem famosa:

> A descoberta de ouro e prata na América, a extirpação, a escravização e o sepultamento em minas da população indígena daquele continente, o início da conquista e do saque da Índia e a transformação da África numa reserva de caça comercial aos negros são todos fenômenos que caracterizam a aurora da era de produção capitalista. Estes acontecimentos idílicos são os principais momentos da acumulação primitiva. Segue em seus calcanhares a guerra comercial das nações européias que teve o mundo como campo de batalha. (...) Os diferentes momentos da acumulação primitiva podem ser atribuídos em particular a Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra, em ordem mais ou menos cronológica. Estes diferentes momentos são combinados de forma sistemática no fim do século XVII na Inglaterra; a combinação abrange as colônias, a dívida nacional, o moderno sistema de impostos e o sistema de proteção. Estes métodos dependem, em parte, da força bruta, como, por exemplo, o sistema colonial. Mas todos eles empregam o poder do estado, a força concentrada e organizada da sociedade, para apressar, como numa estufa, o processo de transformação do modo de produção feudal em modo de produção capitalista e para acelerar a transição.[3]

No entanto, do ponto de vista da noção de acumulação primitiva do próprio Marx, algumas destas formas de depredação não promoveram a verdadeira acumulação capitalista, porque seus lucros foram tirados por governantes que os gastaram em

sua própria glória, ou por aventureiros que desejavam tornar-se aristocratas donos de terras. Tanto as cidades-estados mercantis quanto os primeiros absolutismos podiam ser gananciosos, ou impor sistemas conservadores e onerosos de regulamentação mercantil, freqüentemente em nome de interesses já existentes. Suas classes privilegiadas não tinham, em geral, interesse num desenvolvimento social mais amplo.

Estes estados podiam também fracassar militarmente, com conseqüências prejudiciais para a acumulação. O absolutismo espanhol saqueou as Américas, como vimos, mas não criou um ambiente financeiro estável nem estimulou o desenvolvimento de uma classe mercantil independente. Os holandeses acabaram não tendo os recursos e a população necessários para consolidar um império transatlântico, o que lhes causou reveses caros e os fez sucumbir a uma involução conservadora. O estado francês foi bem-sucedido ao patrocinar a agricultura de *plantation*, mas não tinha a integração comercial e a estabilidade fiscal conseguidas pelo império atlântico britânico. A reconstrução do estado inglês no decorrer das revoluções do século XVII testemunhou o surgimento de um estado que promovia os interesses de produtores e comerciantes sem lhes impor uma camisa-de-força de controle.[4]

O novo estado britânico podia merecer a confiança dos mercados financeiros. Mantinha uma moeda relativamente estável e taxas baixas de juros. Mas a conquista deste sistema financeiro moderno, com a fundação do Banco da Inglaterra e o controle parlamentar do orçamento, foi sustentada, como alega Marx, pela capacidade dos mercadores britânicos, com o apoio do estado, de dominar as trocas com as *plantations*. Isto foi "acumulação primitiva", concebida não como um episódio, mas como um aspecto contínuo do processo de acumulação metropolitano — o que pode ser denominado "acumulação primitiva ampliada". Ela não inventou o capitalismo, mas garantiu o desenvolvimento posterior de um complexo capitalista agrário e mercantil-manufatureiro já existente por meio de trocas com a zona de *plantation*. Foi orquestrada por um mercantilismo invertido — ou seja, não por financistas e mercadores que serviam a alguma *raison d'etat*, mas pelo estado que servia a objetivos capitalistas. O ponto importante é que o estado criou uma zona de "livre comércio" imperial para seus produtores e comerciantes, ofereceu-lhes proteção e conseguiu condições favoráveis para sua entrada em outros mercados. O regime colonial e atlântico de acumulação primitiva ampliada permitiu que a acumulação metropolitana rompesse seus limites agrários e nacionais e encontrasse um destino industrial e global.

O capitalismo inicial da Holanda ou da Inglaterra resultou na expansão dos sistemas escravistas do Novo Mundo muito antes de inaugurar e generalizar a transformação industrial. A revolução da *plantation* precedeu a industrialização em pelo menos

um século. Quer algum outro caminho tenha ou não sido possível ou desejável, a verdadeira transição para a industrialização capitalista teve de passar por trocas extensas com as *plantations* escravistas. É essa seqüência que este capítulo tentará esclarecer. As economias escravistas contam como forma de acumulação "primitiva" porque sua organização produtiva baseava-se em coerção não-econômica; os produtores diretos eram obrigados pela força bruta a produzir um excedente e uma mercadoria vendável. Tanto os sistemas coloniais formais quanto o "império informal" britânico de lucrativos acordos comerciais também se baseavam no poderio econômico e militar, principalmente o poder naval. Se a Grã-Bretanha já havia combinado as principais conseqüências da acumulação primitiva em 1700, precisava defender e ampliar esta posição estratégica durante os próximos cem ou mais anos até a consolidação de uma Pax Britannica em 1815, e ainda por mais algum tempo.

Marx, ao escrever em pleno esplendor vitoriano da Pax Britannica, queria chamar a atenção para o nascimento sangrento do capitalismo e para a forma como este havia sido, e ainda era, alimentado pelo trabalho forçado e pelas trocas forçadas. Mas nunca descreveu este caminho como o melhor para o desenvolvimento — apenas como o que fora realmente trilhado. Na sua opinião, o caminho "realmente revolucionário" para a acumulação passaria pelas atividades de pequenos produtores, incluindo fazendeiros e fabricantes, dispostos a adotar inovações e a elevar a produtividade do trabalho. Mas estes produtores não viviam num mundo feito por eles.[5]

Adam Smith, que escreveu na década de 1770, numa época em que a guerra, os impostos e a proteção pareciam ameaçar a continuidade da expansão atlântica, apresentou uma conclusão que parecia bem diferente. Para ele, o sucesso das colônias inglesas na América tinha suas raízes no fato de que o estado colonial dava rédeas livres para seu desenvolvimento interno, abstinha-se de cobrar impostos onerosos ou de impor regulamentação, e garantia o livre comércio dentro do Império e razoável acesso a mercados mais amplos. Tudo isso permitia aos produtores coloniais reter e reinvestir uma proporção de sua renda maior que a de proprietários britânicos, sem falar dos súditos da Coroa espanhola, intimidados e dominados pela Igreja. Smith ficou satisfeito ao observar a prosperidade conseguida pelos proprietários de *plantations*, fazendeiros e trabalhadores independentes sob um sistema que lhes permitia organizar seus próprios negócios a seu modo. Lamentava a expulsão violenta dos habitantes nativos e as guerras sangrentas entre potências rivais ligadas à expansão colonial européia — ele não elogiou a escravidão, e preferiu enfatizar o que havia sido conseguido pelo trabalho livre e independente.[6] A lacuna analítica entre Marx e Smith era, assim, menos substancial do que parece. Ambos viam a produção independente, ligada ao trabalho assalariado, como pólo positivo do novo

sistema capitalista. Acredito que Marx foi mais arguto e sincero ao abordar os custos reais e as formas de transição do desenvolvimento capitalista. A economia política de Smith estimulava uma visão seletiva e complacente do funcionamento da acumulação capitalista; no caso de Marx, o risco era diferente: seu relato da "acumulação primitiva" poderia ser interpretado como um tipo de receita para o desenvolvimento por aqueles que, como Stalin, não compartilhavam da evidente repulsa de Marx por sua ferocidade.

Marx ressaltou a posição especial da Grã-Bretanha, e estava certo. Nos capítulos anteriores vimos que tanto a Grã-Bretanha quanto a França construíram prósperos sistemas escravistas no Novo Mundo no decorrer do século XVIII. Os produtos coloniais franceses ajudaram a fornecer matéria-prima para um avanço impressionante, no comércio e na indústria, dos tecidos de alta qualidade e outros artigos de luxo — mas os mercados coloniais por si sós respondiam apenas por cerca de um quinto das exportações da metrópole, não mais de 19% em 1789. Os mercados coloniais da Grã-Bretanha absorveram 38% das exportações britânicas em 1770; a guerra com as treze colônias norte-americanas provocou graves desorganizações enquanto durou, mas o comércio britânico, inclusive o comércio com os Estados Unidos, logo se refez. Entre 1796 e 1798, os mercados do Novo Mundo representavam por dois terços das exportações britânicas.[7] Por volta de 1770, as colônias escravistas do Novo Mundo davam lucro comercial e abriam mercado para manufaturados tanto para produtores e comerciantes de Portugal e da Espanha quanto da França e da Grã-Bretanha, embora esta última já estivesse em posição vantajosa. A Revolução em São Domingos na década de 1790 e a proclamação do Haiti em 1804 tiraram a França de seu lugar de grande potência americana. Em 1816, a Grã-Bretanha já podia explorar uma ampla predominância comercial e industrial no Novo Mundo. Portanto, é conveniente concentrar a atenção no caso britânico como principal beneficiário do comércio do Novo Mundo.

A tradição da historiografia marxista britânica — que culminou com *Industry and Empire* (*Indústria e Império*), de Eric Hobsbawm (1964), e *From Reformation to Industrial Revolution* (*Da Reforma à Revolução Industrial*), de Christopher Hill (1968) — tem defendido que a expansão colonial britânica realmente abriu um espaço econômico fundamental para o desenvolvimento capitalista da Grã-Bretanha. Escritores com esta orientação não tiveram dificuldade para encontrar estadistas e economistas políticos dos séculos XVII e XVIII que insistiam no desenvolvimento colonial com base em que ele impulsionaria a economia nacional. Os indícios das estatísticas oficiais pareciam confirmar o quadro, mas este tipo de visão tradicional acabaria por

tornar-se alvo de uma onda de revisionismo. Abordagens inspiradas por vários modelos econômicos — clássicos, neoclássicos e marxistas — acabaram por rejeitar a tese de que houve uma contribuição "primitiva" à industrialização britânica; em alguns setores, a problemática da acumulação "primitiva" foi ela mesma considerada primitiva em sua concepção. Afinal de contas, o mercado interno da Grã-Bretanha crescera rapidamente no século XVII, e provavelmente continuou crescendo tão depressa quanto o comércio exterior no século XVIII.

Historiadores com abordagens tão diferentes quanto Charles Kindleberger, historiador econômico neoclássico, Paul Bairoch, membro neofisiocrata da escola dos *Annales*, e Robert Brenner, marxista, atacaram a opinião de que as colônias ou o comércio tinham dado alguma contribuição decisiva para a industrialização capitalista britânica. Os argumentos que apresentaram pareciam tão convincentes que durante boa parte das décadas de 1970 e 1980 gozaram de certa hegemonia.[8] Bairoch sustentou, contra Hobsbawm, que os mercados e o lucro coloniais deram contribuição muito modesta para a formação de capital na Grã-Bretanha durante a Revolução Industrial, e que fora, em vez disso, a "revolução agrícola" ocorrida entre 1660 e 1800 que abrira espaço para o crescimento econômico. Brenner, como marxista, argumentou que os momentos decisivos do desenvolvimento capitalista foram aqueles que transformaram as relações sociais no campo na Europa Ocidental, e que não houve nenhuma contribuição essencial dos mercados coloniais ou do excedente extraído das *plantations* escravistas; no caso de Brenner, foi a abordagem do sistema do mundo capitalista de Immanuel Wallerstein que forneceu o objeto de sua crítica.

Os historiadores dos sistemas escravistas das Américas tiveram sua própria versão da polêmica a respeito da "acumulação primitiva" e da importância do comércio para o desenvolvimento capitalista. A referência clássica é aqui, naturalmente, *Capitalism and Slavery* (*Capitalismo e escravidão*), de Eric William, publicado pela primeira vez em 1944, com sucessivas reedições. Seu argumento foi inserido numa estrutura mais ampla pela história do Caribe do mesmo autor, *From Columbus to Castro* (*De Colombo a Castro*), publicado em 1962. Nas décadas subseqüentes, e particularmente nas de 1960 e 1970, houve muitas contestações à tese de William de que o lucro do "comércio triangular" da Grã-Bretanha com a África e as Índias Ocidentais dera grande impulso à Revolução Industrial. A chamada "tese de William" tornou-se alvo de várias tentativas de demonstrar que nem o tráfico atlântico de escravos nem o comércio das *plantations* deram contribuição considerável ou decisiva ao crescimento econômico britânico. Em 1973, Roger Anstey publicou uma grande pesquisa sobre o envolvimento da Grã-Bretanha no comércio atlântico de escravos, concebida como uma abrangente refutação dos argumentos de William.[9]

A suposta contribuição do lucro colonial foi contestada de outra forma por aqueles que questionavam se realmente ocorrera uma "revolução industrial" na Grã-Bretanha no século XVIII ou início do século XIX. Novos cálculos do crescimento econômico britânico durante este período sugerem que ele foi modesto quando comparado com taxas de crescimento modernas, principalmente as posteriores à Segunda Guerra Mundial, e que teria sido semelhante à taxa de crescimento já atingida na Inglaterra no século XVII. Também podia ser demonstrado que o crescimento da agricultura deu grande contribuição ao desenvolvimento da produção geral, ofuscando por algum tempo o setor manufatureiro relativamente pequeno. Mas, na verdade, os novos modelos e as novas provas não forneceram bons fundamentos para o abandono da idéia de uma "revolução industrial", enquanto as novas descobertas a respeito do comércio, do crescimento e da formação de capital aumentaram, na verdade, como veremos, a importância da contribuição colonial. A Grã-Bretanha foi o primeiro país a realizar uma transformação industrial de tal ordem que a mão-de-obra agrícola foi ultrapassada pelo emprego urbano ou industrial. A proporção da mão-de-obra masculina na indústria cresceu continuamente: 18,5% em 1688, 23,8% em 1759, 29,5% em 1801 e 47,3% em 1847.[10] A agricultura cresceu em termos absolutos, mas passou a corresponder a uma parcela cada vez menor da renda nacional: 45% em 1770, 33% em 1801 e 20% em 1851.[11]

Estes acontecimentos foram um divisor de águas na história humana, inaugurando um novo modelo de sociedade. Embora o progresso agrícola tenha ajudado a criar espaço para a mudança estrutural, o industrialismo e o urbanismo forneceram o meio de subsistência e o novo padrão de vida da maioria. É claro que a própria Revolução Industrial ocorreu no cenário bastante incomum e propício de um desenvolvimento capitalista anterior e de avanços dramáticos em vários setores, muitos deles ligados à economia de base escravista do Atlântico. De fato, este será o tema deste capítulo, que aborda a contribuição colonial e seu efeito sobre os mercados, o investimento, as instituições, os suprimentos, o governo e a guerra. Felizmente, estas dimensões do crescimento britânico atraíram um volume considerável de pesquisas de historiadores, não só sobre a metrópole, mas também sobre as colônias.[12]

Os mercados na África e no Novo Mundo

Em primeiro lugar, vamos analisar a importância dos mercados coloniais. Num mundo ainda amplamente não-capitalista, um problema típico enfrentado pelo empreendedor que pensava em adotar novos métodos industriais era o tamanho do mercado disponível. As políticas mercantilistas de exclusão de produtos estrangeiros e de patrocínio da manufatura nacional exacerbavam este problema. Até que ponto as *plantations* escravistas do Novo Mundo constituíam um mercado vital para os primeiros produtos industriais? Eram elas o caminho das pedras para o mercado global alcançado pelas exportações britânicas em meados do século XIX? Numa primeira abordagem para responder a esta pergunta, será examinado o comércio direto de produtos manufaturados da própria Grã-Bretanha com suas colônias americanas e com a África. É claro que estes mercados coloniais não tinham a mesma dimensão dos mercados gerados diretamente pela demanda das *plantations*, porque a Grã-Bretanha exportava produtos manufaturados para colônias escravistas estrangeiras e porque a escravidão era marginal nas colônias norte-americanas da região central do Atlântico e da Nova Inglaterra. Mas era o comércio da zona escravista que mantinha o poder de compra de toda a economia norte-americana; isto faz com que as exportações britânicas para todas as suas colônias na América sejam um útil ponto de partida.

Ao examinar as provas, vou me basear tanto em dados novos e recalculados de comércio e produção quanto nas tentativas pioneiras de quantificar a economia britânica feitas por historiadores como Elizabeth Schumpeter, Phyllis Deane e W. A. Cole.[13] Em 1979, Ralph Davis publicou novas estimativas do comércio exterior britânico que corrigiam a tendência dos valores oficiais de se afastarem dos valores de mercado. Em 1985, N. F. R. Crafts publicou um modelo ambicioso da economia britânica como um todo no século XVIII e início do XIX que, ao reduzir estimativas prévias de produção e crescimento industriais, deu ainda mais relevo à contribuição dos mercados ultramarinos.[14] Não surpreende que algumas das conclusões de Crafts tenham sido contestadas, embora até os críticos vejam mérito em suas estimativas mais baixas de produção industrial.[15] Citarei indícios baseados em cálculos antigos e novos, já que os primeiros ainda têm valor para determinados propósitos, e porque assim agindo porei à prova de maneira mais vigorosa meus argumentos.

A Tabela XII.1 apresenta um retrato amplo do crescimento, durante o século XVIII, da exportação britânica de produtos manufaturados para os novos mercados coloniais, para compensar as exportações relativamente estagnadas para a Europa, onde cada governo tentava fomentar a produção nacional.

Tabela XII.1 Exportação de produtos manufaturados da Inglaterra – em milhares de libras esterlinas

Média anual	Europa continental	Irlanda	América/África	Ásia
1699-1701	3.201	86	475	111
1772-74	3.617	499	3.681	690

Fonte: Ralph Davis, "English Foreign Trade 1700-1774", *Economic History Review*, segunda série, 15, 1962, pp. 302-3.

Ralph Davis concluiu que as exportações foram responsáveis pelo escoamento de cerca de um terço de toda a produção britânica de manufaturados tanto em 1700 quanto em 1774. A demanda colonial permitiu que as exportações inglesas dobrassem neste período e compensassem a estagnação do mercado europeu. A maior precisão posterior dos dados, tanto do comércio quanto da produção, reforça, em vez de enfraquecer, esta avaliação geral da importância do comércio colonial.

As colônias importavam todo tipo de manufatura, mas eram um mercado especialmente bom para os produtos das indústrias mais novas ou que passavam por transformações técnicas. Ao examinar o padrão por trás dos totais gerais, Walter Minchinton, numa pesquisa sobre o comércio ultramarino no século XVIII, concluiu:

> Com a expansão do comércio de escravos e da agricultura de *plantation*, que exigiam um produto específico, a demanda de tecidos de algodão estampado e de linho cresceu. Houve um aumento acentuado depois de metade do século: a exportação de linho foi cinqüenta por cento maior, e a de algodão xadrez foi duas vezes maior em 1770 do que em 1756. (...) O segundo principal grupo de indústrias envolvidas no comércio ultramarino neste período era o das indústrias de metal, cuja demanda cresceu no ultramar, e particularmente nas colônias americanas, durante o século XVIII. Pregos, caldeirões e panelas, machados e lâminas de arado, utensílios domésticos e para a produção de laticínios, botões e fivelas, âncoras e outros equipamentos para navios estavam entre os artigos enviados para o outro lado do oceano.[16]

Quando Phyllis Deane publicou seu próprio trabalho, afirmou que o comércio exterior era o principal setor da economia britânica nesse período:

> Sem dúvida as exportações domésticas cresceram mais depressa que a população na segunda metade do século XVIII. (...) Ainda mais significativa (...) que a mudança no volume das exportações foi a alteração de sua composição — a passagem de produtos primários para bens manufaturados, e de produtos do velho tipo doméstico de indústria para os produtos da nova indústria fabril capitalista.[17]

Informações específicas sobre itens principais de exportação confirmam esta posição. A Tabela XII.2 dá a proporção de todas as exportações inglesas de pregos e ferro forjado para as Índias Ocidentais, as colônias norte-americanas (depois de 1776, os Estados Unidos), a África e as Índias Orientais (a exportação para estas duas últimas zonas não é separada; a parte das Índias Orientais era, provavelmente, a menor).

Tabela XII.2 Comércio colonial e africano como percentagem das exportações de cada mercadoria

%	Pregos	Ferro forjado
1700	73,5	70,0
1750	95,5	61,8
1760	95,5	79,2
1770	96,3	70,5
1780	77,3	55,8
1790	82,6	67,1
1800	87,5	62,0

Fonte: Calculado a partir de Elizabeth Schumpeter, *English Overseas Trade, 1697-1808*, Oxford 1960, pp. 64-6.

Na maioria dos anos, as Índias Ocidentais britânicas importaram mais ferro forjado do que a África e a Ásia em conjunto ou do que as colônias do norte; na década anterior a 1775, a Virgínia, Maryland e a Carolina foram em geral responsáveis por metade ou mais do total de ferro forjado importado pelas colônias do norte como um todo.[18]

Deane e Cole ressaltaram que as indústrias metalúrgicas britânicas enfrentaram tempos difíceis entre 1725 e 1745, e sugeriram que "quase todo o aumento da produção de ferro forjado foi enviado para o exterior neste período". E acrescentam: "Enquanto o consumo doméstico de cobre e bronze parece na verdade ter diminuído entre 1725 e 1745, as exportações explodiam."[19] Durante estes anos de estagnação da demanda interna, a exportação estimulou os produtores metalúrgicos. Nos primeiros anos do século, a indústria metalúrgica inglesa, prejudicada pela baixa qualidade do carvão disponível, não podia sequer abastecer todo o mercado interno. Entre 1707, quando Abraham Darby patenteou o processo de fundir minério de ferro utilizando o coque, e 1780, quando Henry Cort aperfeiçoou o processo de pudlagem e de laminação do ferro forjado, houve um acréscimo constante de aperfeiçoamentos técnicos que transformaram a indústria siderúrgica inglesa na mais avançada da Europa. Mesmo no fim do século, boa parte da indústria de metais trabalhava em escala local para mercados locais, mas o comércio de exportação exigia fabricantes maiores e um produto mais padronizado.

Paul Bairoch sempre foi cético quanto à contribuição do mercado externo para a sustentação do progresso industrial. Mesmo assim, ele admitiu que, no caso da exportação de ferro, a "taxa de incremento", ou contribuição dada pelo aumento do volume exportado para o crescimento da produção geral, foi muito importante, como revela a Tabela XII.3:

Tabela XII.3 Exportação britânica de manufaturas de ferro e consumo interno de ferro

Média anual no período	Exportação em milhares de toneladas	Como percentual do consumo
1700-09	1,5	3,8-5,0
1710-19	2,1	5,1-6,4
1720-29	2,8	6,1-7,4
1730-39	4,1	7,6-8,7
1740-49	6,8	13,1-15,1
1750-59	9,3	15,2-16,9
1760-69	13,3	17,7-19,0
1770-79	14,5	16,4-17,2
1780-89	14,3	14,8-15,5
1790-99	27,8	15,9-16,9

Fonte: Paul Bairoch, "Commerce international et genèse de la révolution industrielle anglaise", *Annales*, XXVII, 1973, p. 561.

Segundo os cálculos de Bairoch, 30% do aumento da demanda de ferro na década de 1750 foi gerado pelas exportações, crescendo para 40% na década de 1760. O autor de um estudo posterior sobre a indústria do ferro confirma esta opinião: "a metade do século XVIII foi um período de importância fundamental na história da indústria. (...) Quando se busca um ponto específico do qual a indústria indiscutivelmente partiu para o crescimento rápido e constante, este ponto estará por volta de 1750."[20]

Embora importante, a indústria metalúrgica não testemunhou um avanço técnico tão dramático quanto os tecidos de algodão. No lado da demanda, o comércio com a África e a América teve papel muito importante no nascimento da nova indústria algodoeira na década de 1760 e em alguns períodos posteriores (como entre 1784 e 1804), mas o mercado interno absorveu grande quantidade dos novos produtos têxteis quando o acesso ao mercado ultramarino foi interrompido. Quando Ralph Davis publicou em 1982 os resultados de seu novo cálculo dos valores do comércio britânico, apresentou o valor das exportações de algodão comparado aos dados estimados da produção elaborados por Deane e Cole (ver Tabela XII.4).

Tabela XII.4 Percentagem da exportação de artigos de algodão em relação à produção total

Em milhões de libras esterlinas	Produção	Exportação	%
1760	0,6	0,3	50
1772-74	0,9	0,3	33
1784-86	5,4	0,8	15
1794-96	10,0	3,4	34

Fonte: Dados de produção adaptados de Deane e Cole, *British Economic Growth*, p. 185; exportações de Davis, *The Industrial Revolution and British Overseas Trade*, p. 66.

As primeiras exportações da indústria de algodão foram quase exclusivamente para os mercados da África e das Índias Ocidentais. Durante esta etapa, o método industrial ainda estava em fase bastante experimental, e os próprios produtos eram de qualidade irregular. A tendência de atender ao consumo interno foi muito acentuada pela desorganização do comércio colonial durante a Guerra de Independência americana. Depois da guerra, a exportação de algodão da Grã-Bretanha não só reconquistou boa parte do mercado norte-americano como, em conseqüência das guerras e revoluções da época, adquiriu novos mercados importantes nas Américas. François Crouzet, baseando suas conclusões em dados de comércio recentemente calculados, descreve o crescimento das exportações de algodão que começou em 1784-94:

> Embora o aumento espetacular da exportação de algodão fosse um acontecimento novo e crucial [na década de 1780], ainda havia um avanço numa frente ampla, semelhante ao que já ocorrera anteriormente no século. Somente durante as décadas de 1790 e 1800 é que a posição mudou drasticamente. O crescimento do volume de exportações de artigos de algodão acelerou-se e, de 1792 a 1802, chegou à taxa espantosa e sem precedentes de 17,3% por ano; e continuaria na década seguinte a uma taxa mais lenta, mas ainda impressionante.[21]

No período posterior às guerras napoleônicas, a Grã-Bretanha continuou com um volume grande de exportação de algodão para o Novo Mundo — principalmente para territórios como Brasil e Cuba, onde a economia escravista expandia-se rapidamente — mas não sustentou as taxas de crescimento extremamente altas que alcançou entre 1794 e 1804. Mais adiante, no século XIX, a Índia tornou-se o principal mercado para a exportação de tecidos britânicos de algodão; isto só ocorreu quando a ampliação do domínio britânico no subcontinente abriu caminho para a destruição da indústria têxtil local, tradicionalmente forte.

Crouzet adota um procedimento semelhante ao de Bairoch para estabelecer o percentual de crescimento da produção passível de ser atribuído ao crescimento da exportação de tecidos de algodão nos períodos de 1760-1869/71. A Tabela XII.5 exibe a oscilação contínua entre a demanda doméstica e de ultramar.

Tabela XII.5 Demanda de tecidos de algodão britânicos

Percentual crescimento da exportação em relação ao crescimento da produção	
De 1760 a 1784/6	13%
De 1784/6 a 1805/7	87%
De 1805/7 a 1839/41	42%
De 1839/41 a 1869/71	79%

Fonte: François Crouzet, "Toward an Export Economy: British Exports during the Industrial Revolution", *Explorations in Economic History*, vol. 17, 1980, pp. 48-93 (p. 90).

Embora só existam dados disponíveis para anos escolhidos de forma arbitrária, o pique notável nas duas últimas décadas do século XVIII coincidiu com a transição para métodos industriais de grande escala e a adoção da máquina a vapor nos setores mais avançados da indústria. Durante as guerras napoleônicas, a manufatura têxtil britânica conquistou na prática o monopólio dos mercados americanos. De 1815 a 1840, cerca de um terço das exportações britânicas de tecidos de algodão foram para mercados americanos, e depois disso a proporção declinou acentuadamente. No entanto, dos últimos dias do comércio atlântico de escravos, em meados do século XIX, os artigos britânicos de algodão, comprados em condições favoráveis por mercadores cubanos ou brasileiros, ainda eram trocados por escravos na costa africana.

A expansão da produção e da exportação de algodão a partir de 1780 foi de tal monta que começou a ter impacto sobre a relação geral entre o comércio e a produção nacional, embora exibisse o mesmo padrão alternado observado acima para o mercado do algodão:

> Durante o estágio decisivo da Revolução Industrial, nos vinte anos que se seguiram à paz de 1783, a taxa de incremento das exportações em relação ao produto nacional parece ter sido de até 40%; mas a partir do início da década de 1800 até a de 1830, e mesmo até 1841, esta taxa foi bem baixa (...) cresceu acentuadamente na década de 1840, e de 1841 até 1871 ficou em torno de 37%.[22]

Com este padrão geral, Crouzet adianta uma conclusão que tem importância especial para esta discussão:

> os vinte anos que vão de 1782 a 1802 têm uma originalidade marcante por causa da taxa altíssima de crescimento das exportações, do papel de "setor líder" desempenhado pelo algodão na expansão das exportações, do papel predominante dos mercados americanos e do impacto indiscutivelmente forte da demanda estrangeira no crescimento econômico da Grã-Bretanha (e embora a expansão das exportações tenha ocorrido após as descobertas tecnológicas, com certeza acelerou sua difusão).[23]

Em sua reconstituição dos valores do comércio e da manufatura na produção nacional, Nicholas Crafts calculou que as exportações nunca chegaram a um quinto do PNB (Produto Nacional Bruto) britânico no século XVIII. A nova manufatura do algodão ainda tinha dimensões modestas e fornecia apenas 2,6% do valor agregado da indústria britânica em 1770, mas chegou a 17% em 1800. Os números de Crafts também demonstram que o crescimento das exportações absorveu 30,4% do crescimento do PNB total entre 1700 e 1760, 5,1% do aumento entre 1760 e 1780 e 21% do aumento entre 1780 e 1800. Se for considerada a contribuição do crescimento das exportações ao produto industrial (em vez do produto bruto), a proporção é de 56,3% entre 1700 e 1760, apenas 2,5% entre 1760 e 1780, e de 46,2% entre 1780 e 1800. Crafts também afirma que o crescimento das exportações explica, de modo geral, muito mais sobre o aumento da produção do que o aumento do "consumo dos trabalhadores", ou mesmo do "consumo dos capitalistas", embora a demanda interna como um todo, incluindo investimento e "usos agrícolas", fosse mais importante do que o comércio exterior.[24] Deve-se ressaltar que estes cálculos mostram instantâneos da economia britânica a intervalos bastante espaçados; os pontos de referência escolhidos não são necessariamente pontos decisivos, pelo menos no que se refere ao fluxo do comércio atlântico, e seria incorreto traçar simplesmente uma linha reta entre eles. A desorganização provocada no comércio britânico pela Guerra de Independência americana com certeza fica clara nos dados de 1780. David Richardson destacou que as exportações para o Caribe britânico e para a América do Norte continuaram a crescer bastante por mais de uma década depois de 1760, empregando, provavelmente, recursos que, do contrário, ficariam sem utilização.[25]

A categoria global de "comércio exterior" tem sido usada sem indicar a contribuição especial dos mercados "atlânticos" (ou seja, a África, os Estados Unidos, as Índias Ocidentais e a América Latina). A importância especial desta última no período de 1784 a 1816 é demonstrada na Tabela XII.6.

Tabela XII.6 Exportações de manufaturados da Grã-Bretanha por área em percentagem

	Europa	Ásia	Atlântico	África	Estados Unidos	Caribe	América Latina
1784-86	36	17	43	5	26	12	–
1794-96	22	17	59	2	36	21	–
1804-06	33	7	57	3	30	21	3
1814-16	44	6	42	1	19	16	6
1824-26	38	10	44	1	17	11	15

Fonte: Calculado com base em Davis, *The Industrial Revolution and British Overseas Trade*, p. 88.

O crescimento da participação das exportações absorvidas pelos mercados atlânticos ligados às *plantations* — de 43% para 57% a 59% no período entre 1784 e 1806 — é ainda mais notável porque a exportação total de manufaturados dobrou e triplicou neste período: de £10,7 milhões em 1784-86 para £19,0 milhões em 1794-96, chegando a £33,8 milhões em 1804-06. Dentro do padrão geral das exportações de manufaturados britânicos, a parcela dos artigos de algodão destinada aos mercados atlânticos era especialmente alta: 57% em 1784-86, 74% em 1794-96 e 55% em 1804-06; em termos absolutos, foi um aumento de £0,4 milhão em 1784-86 para £2,5 milhões em 1794-96 e para £7,7 milhões em 1804-06.[26]

O comércio exportador da Grã-Bretanha durante todo o período entre 1760 e 1820 foi ao mesmo tempo modelado e deformado pelos azares da guerra. O comércio com a América do Norte foi afetado pelo conflito político dos anos 1776-83 e 1808-15, mas o comércio com as Índias Ocidentais permaneceu em nível alto o tempo todo. Durante esta fase crucial da industrialização britânica, o comércio atlântico foi, em épocas alternadas, uma vara de saltar ou uma muleta — esta última nos anos em que o sistema continental de Napoleão excluiu as mercadorias britânicas de muitas partes da Europa. Ao manter aberto o mercado atlântico durante praticamente todo este período, a supremacia naval britânica deu uma contribuição fundamental.

Os indícios antecipados nesta parte não provam que a Grã-Bretanha não poderia ter-se industrializado sem os mercados atlânticos. Durante os dois conflitos com a América do Norte, o mercado interno britânico demonstrou ser suficientemente amplo para impedir o colapso industrial — embora os industriais tenham enfrentado problemas graves nessa época e muitos tenham fracassado. Os mercados atendidos pelo império comercial formal e informal da Grã-Bretanha ajudaram a ampliar e acelerar o avanço industrial em algumas indústrias fundamentais que, sem dúvida, teria ocorrido, embora de maneira muito mais lenta, sem eles.

É um pouco difícil estabelecer vínculos causais precisos entre o crescimento da

metrópole e o aumento das exportações. Até Deane e Cole afirmaram em 1969 que a onda exportadora britânica do século XVIII não foi um gatilho exógeno do avanço industrial, já que refletia o aumento do poder de compra colonial gerado em grande parte pelo comércio com a Grã-Bretanha. Na sua opinião, as trocas atlânticas britânicas foram em grande parte realizadas dentro da "economia fechada" do sistema colonial, de forma que a demanda ligada às *plantations* seria um reflexo tardio da demanda britânica de produtos das *plantations*. Ralph Davis também enfatizou o impulso independente inicial do mercado interno, em que o comércio exterior só desempenhou um papel maior quando a industrialização pôs-se em marcha. O grau relativamente alto de complementaridade entre a demanda interna de produtos das *plantations* e a demanda das *plantations* de produtos da metrópole era, naturalmente, uma vantagem do processo britânico de acumulação. O ensaio de Crouzet citado acima, ao usar os dados do comércio recalculados por Davis, sugere que a partir de 1784 a Grã-Bretanha rompeu os limites da economia fechada e atendeu à demanda de toda a zona atlântica.[27]

Os cálculos subseqüentes de Crafts para o PNB britânico também admitem, como vimos, uma contribuição ainda maior das exportações ao crescimento; a taxa mais baixa de crescimento da indústria britânica demonstra a importância relativa das exportações como fato gerador de demanda neste setor. Além disso, no modelo de Crafts o próprio comércio exterior não é utilizado, como foi por Deane e Cole, como agente do crescimento industrial — procedimento que torna mais difícil estabelecer relações entre os dois.

Ao escrever antes da publicação dos novos cálculos de Crafts, Joel Mokyr argumentou que havia poucos indícios de uma queda geral de demanda na Grã-Bretanha do século XVIII, e que, em conseqüência, qualquer estímulo proporcionado pelas exportações seria supérfluo.[28] Mokyr afirmava que produção exportada era produção perdida, do ponto de vista do consumidor britânico; e que se os mercados de exportação não estivessem disponíveis, menos artigos de algodão, por exemplo, teriam sido vendidos, mas os que fossem vendidos na Grã-Bretanha seriam com certeza mais baratos. Mas esta linha de pensamento não está bem fundamentada. A demanda colonial não era uma entidade homogênea abstrata, e sim altamente concentrada, como já vimos, nos setores modernizantes. Se estes ficassem privados de mercados para exportação, teriam muito menos recursos e muito menos incentivo para experimentar métodos industriais novos ou modificados. O mercado de exportação era, em geral, mais receptivo ao produto industrial, enquanto o mercado interno ainda favorecia itens mais atentos à moda e menos padronizados. Além disso, como admite Mokyr, pessoas bem informadas da época, como William Petty, James

Steuart e George Berkeley, certamente pensavam que havia um problema de deficiência de demanda.[29] Quando a demanda colonial foi interrompida por um curto período durante a Guerra de Independência americana, houve alguns sinais de redução do crescimento, apesar do aumento da despesa militar.

Os mercados de exportação tiveram papel fundamental no desenvolvimento industrial de muitos países — Alemanha, Japão, Coréia do Sul, Taiwan e China, para citar apenas alguns — e lhes permitiram atingir uma economia de escala e colher as recompensas de monopólios temporários ou de vantagens em produtividade. No início do século XVIII, a Grã-Bretanha ainda tinha uma economia em grande parte pré-moderna. Havia muito desemprego e subemprego ocultos, caso sejam usadas as normas da economia industrial como termo de comparação. McCloskey, outro cético em relação à insuficiência de demanda na Grã-Bretanha do século XVIII, admite que a demanda surgida em novas regiões provavelmente teria alterado a composição da produção.[30] No caso que analisamos aqui, o efeito foi desviar um pouco a demanda para as novas indústrias de produção em massa. Se estes mercados não estivessem disponíveis, então — ainda que se aceite o argumento de que a demanda interna teria ocupado a vaga — a composição provável daquela demanda ficaria mais próxima do padrão global, no qual novos produtos tinham importância muito menor do que no comércio colonial. Da mesma forma, se os consumidores britânicos não fossem capazes de comprar os produtos das *plantations*, é improvável que tivessem gasto o dinheiro guardado de forma a compensar os mercados coloniais perdidos.

Antecipando um pouco um argumento desenvolvido adiante, é preciso também esclarecer que as importações coloniais muito provavelmente tiveram a capacidade de expandir tanto a demanda quanto a produção, já que, em termos marginais, os consumidores do século XVIII trabalhariam um pouco mais e gastariam um pouco mais para adquirir fumo, açúcar, tecidos de algodão e daí por diante. Além disso, os gastos britânicos com produtos coloniais também provocaram o uso mais intenso dos fatores de produção, além de gerarem demanda para produtos britânicos. Em suma, a peculiaridade do sistema atlântico foi que ele realmente expandiu a produção geral, embora de maneiras que beneficiaram alguns e prejudicaram outros.

Mesmo que se parta do princípio de que a demanda colonial era importante e que boa parte dela era de bens produzidos pelos setores que vinham adotando inovações e métodos industriais, a conexão poderia ser simples coincidência. Havia muitas empresas pequenas, e assim — pode-se argumentar — a estrutura da manufatura britânica nessa época era competitiva. Mesmo que a demanda estivesse retraída, as empresas ainda teriam um incentivo para inovar a fim de reclamar uma parte maior

do que restava e para reduzir seus próprios custos. Algumas inovações podem ter sido adotadas pela primeira vez em épocas de dificuldade, como as que foram precipitadas pela Guerra Americana. Outras foram estimuladas por preços em ascensão e por boas perspectivas de venda em mercados em expansão. Como observa Jacob Price:

> com a demanda interna utilizando totalmente o suprimento local de ferro, linho e fio de algodão, a demanda extraordinária ou marginal vinda do ultramar, particularmente das colônias, deve ter testemunhado uma acentuada pressão ascendente sobre os preços e, assim, aumentado de modo significativo o incentivo para experiências com novas tecnologias que reduziam os custos. Neste sentido, a demanda colonial *foi* particularmente estratégica.[31]

Os fabricantes que inovaram algumas vezes conquistaram às vezes monopólios temporários, já que a combinação de produto novo com preço novo poderia garantir-lhes a parte do leão no mercado. Tudo o que ampliasse a demanda, como o comércio, conduzia a uma abordagem mais expansiva e otimista por parte dos fabricantes; é provável que também aumentasse seu número e, assim, a possibilidade estatística de haver um inovador entre eles. Finalmente, mesmo que a inovação inicial fosse inteiramente independente do tamanho do mercado, como pode ter acontecido algumas vezes, quanto maior o mercado mais espaço haveria para a adoção de uma inovação, e, assim, maior a contribuição para o desempenho produtivo global.

A prova dos fluxos de comércio e de suas conseqüências ficará, sem dúvida, aberta a posteriores aperfeiçoamentos e conceituações. Mas até agora o rumo destas revisões ajudou a convencer até antigos céticos, como P. K. O'Brien e Stanley Engerman, de que o comércio ultramarino em geral e a demanda colonial em particular desempenharam um papel estimulante no processo de industrialização.[32] Além disso, a vital "contribuição escrava" para o progresso econômico pode ser registrada em outras dimensões, como os recursos para investimento e as matérias-primas necessárias.

Lucro e investimento

O simples acúmulo de riqueza é um aspecto secundário da "acumulação primitiva", já que a industrialização capitalista exige uma estrutura apropriada de instituições e relações de produção capazes de converter riqueza em capital. A própria história do Novo Mundo demonstra que o desenvolvimento não exigia apenas recursos e mercados, mas também uma fonte de mão-de-obra. Mas, depois de definidos estes

pontos, ainda precisa ser esclarecido se o fundo de investimento potencial derivado dos lucros coloniais e escravistas era suficientemente grande para ser importante em termos da acumulação metropolitana como um todo, e se há alguma indicação de que estes lucros eram fonte de investimento ou crédito.

No artigo citado anteriormente, Paul Bairoch afirmou que os lucros do comércio ultramarino britânico como um todo tiveram papel minúsculo no financiamento de investimentos nos primeiros estágios da Revolução Industrial. Ele calculou que no anos de 1700 a 1779 a contribuição mais provável do lucro comercial para a formação bruta de capital ficou na faixa de 6% a 8%, subindo talvez para 7% a 9% no período de 1760 a 1780.[33] Durante as primeiras oito décadas do século XVIII, segundo os cálculos de Bairoch, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ficou na faixa entre 0,8% a 1,2% ao ano, enquanto a taxa de crescimento da exportação foi de 1,0% a 1,2% ao ano. Os cálculos de Bairoch baseiam-se em estimativas do tamanho do mercado interno feitas por pessoas esclarecidas da época. As duas estimativas fundamentais da renda nacional são as de Gregory King, em 1688, e de Arthur Young na década de 1770. A estimativa de King do tamanho do mercado interno é em geral considerada pequena demais; se este é mesmo o caso, então qualquer aumento da importância do comércio exterior no século XVIII, e, portanto, do lucro comercial, tenderia a ser subestimado pelo cálculo de Bairoch. O novo cálculo de Crafts tentou remediar esta fonte de distorção.[34]

No entanto, esta objeção e outras semelhantes feitas a detalhes dos números de Bairoch não afetam o ponto central de seu argumento, que depende de certas grandezas brutas não sujeitas a dúvidas. Nas décadas anteriores ao divisor de águas da indústria da Inglaterra, o comércio exterior representava cerca de 10% do PNB. Mesmo supondo que o lucro do comércio exterior fosse um pouco maior que o da agricultura, da manufatura e do comércio interno, ele ainda não corresponderia a muito mais do que, digamos, 12% da formação de capital bruto. Além disso, não fica claro se os mercadores tinham uma tendência maior de reinvestir seus lucros do que os fabricantes, os senhores de terras e os fazendeiros, ou se este reinvestimento teria estimulado a indústria. A opinião do próprio Bairoch é de que o excedente gerado na lavoura pela "revolução agrícola" teve papel decisivo ao abrir caminho para a Revolução Industrial. Em primeiro lugar, o aumento contínuo da produção agrícola na Inglaterra depois de 1660 permitiu que uma proporção maior da população morasse nas cidades. Muitas das novas técnicas agrícolas empregavam implementos com teor de metal muito maior que os mais antigos, como na troca dos arados de madeira pelos de ferro. O aumento de produtividade provocou o crescimento da

demanda rural por bens de produção e de consumo e ajudou a criar o forte e crescente mercado interno que sustentou o início do avanço industrial.

Há muito em comum entre a abordagem marxista e a ênfase encontrada nos estudos de Bairoch, com sua invocação explícita da doutrina fisiocrática da primazia do excedente agrícola. Como já foi observado, o próprio Marx invocou especificamente uma revolução agrícola, concebida como transformação das relações sociais e de produção no campo, como preliminar indispensável para a industrialização capitalista. Ernest Mandel abre a discussão de seu livro didático, *The Development of Capital* (*O desenvolvimento do capital*), com a seguinte observação peremptória:

> O produto agrícola excedente é a base de todo produto excedente e, portanto, de toda civilização. Se a sociedade tivesse de dedicar todo o seu tempo de trabalho para produzir os meios de subsistência, nenhuma outra atividade especializada, fosse técnica, industrial, científica ou artística, teria sido possível.[35]

Christopher Hill, ao pesquisar a economia e a sociedade britânicas entre 1530 e 1780, viu a revolução agrícola, o crescimento do mercado interno e as fontes domésticas de investimento industrial como fornecedores da estrutura essencial do progresso industrial. Ele diz, sobre a revolução agrícola, que ela tornou possível "a grande expansão da população urbana, que forneceu tanto o mercado interno quanto a mão-de-obra para a revolução industrial". Depois de enumerar as várias fontes externas de capital de investimento, comenta:

> Mas nos primeiros estágios do desenvolvimento industrial da Inglaterra, deveríamos provavelmente atribuir importância ainda maior à poupança familiar e de grupos de pequenos produtores que semeavam de volta seus lucros na indústria e na agricultura. Gregory King pensou em 1688 que a maior contribuição total à poupança vinha de pequenos proprietários e fazendeiros que quase sempre eram também industriais.

Em uma passagem mais adiante, Hill diz:

> Não pode haver dúvida sobre a importância, e importância crescente, da demanda interna. (...) Todas as estradas levam, assim, à expansão do mercado interno. A comercialização das fazendas, o fechamento dos campos e a expulsão dos camponeses, além da ruína das pequenas oficinas de artesãos domésticos, criaram um mercado para produtos de fabricação em grande escala. Os que estavam na base da escada tinham de comprar mais, os mais afortunados compravam e consumiam mais.[36]

Finalmente Hobsbawm, em *Industry and Empire* (*Indústria e Império*) — livro cuja discussão sobre o ímpeto do comércio exterior foi o ponto de partida para a crítica de Bairoch — ressaltou a importância das manufaturas rurais e a disseminação das relações sociais capitalistas no campo. Num trabalho anterior, Hobsbawm escreveu que às vésperas da Revolução Industrial:

> A agricultura já estava preparada para desempenhar suas três funções fundamentais numa era de industrialização: aumentar a produção e a produtividade, para alimentar a crescente população não-agrícola; produzir um excedente grande e crescente de gente que pudesse ser recrutada para as cidades e indústrias; e proporcionar um mecanismo de acumulação de capital que pudesse ser usado nos setores mais modernos da economia.[37]

Esses trechos ajudam a colocar os fluxos comerciais na perspectiva correta, e são um lembrete útil de que as transformações mais decisivas de uma formação social são geralmente aquelas que passam a utilizar seus recursos internos: neste caso, a vitória da agricultura capitalista na Inglaterra. O novo modelo de desenvolvimento britânico proposto por Crafts também atribui um peso maior ao crescimento agrícola, embora Patrick O'Brien permaneça cético quanto ao impacto da demanda agrícola na indústria da época.[38] Depois que já se concedeu todo o reconhecimento necessário ao papel da acumulação de capital no campo, "primitiva" ou não, o que falta dizer sobre a contribuição da escravidão colonial e do comércio atlântico para o financiamento do investimento industrial?

Sem desenvolvimento industrial concomitante, os aperfeiçoamentos agrícolas teriam criado mais desemprego e poderiam ter afundado o próprio avanço agrícola ao negar-lhe um fluxo de implementos e um mercado preparado. Há também indícios de que a própria revolução agrícola foi estimulada pelos processos conexos da urbanização e da expansão comercial, já que estes forneceram aos produtores agrícolas os mercados que facilitaram e justificaram o avanço técnico. George Grantham ressalta o fato importante de que o progresso agrícola ocorreu "em torno das cidades da Europa, num processo comum que começou nos Países Baixos, passou para o sudeste da Inglaterra e o nordeste da França e finalmente, no início do século XIX, espalhou-se por todo o norte da Europa".[39]

A opinião de que os lucros do Atlântico ou o comércio "triangular" deram contribuição vital para a industrialização britânica é associada principalmente a Eric Williams, que afirmou, em *Capitalism and Slavery* (*Capitalismo e escravidão*), que os lucros da escravidão foram de tal monta que fertilizaram todos os ramos da produ-

ção nacional e lançaram o capitalismo britânico numa rápida arrancada.[40] Ao contrário dos marxistas, ele não se preocupou em investigar as relações de produção que, em primeiro lugar, transformaram em possibilidade o capitalismo industrial. A principal força de seu livro — que é considerável — deriva da vívida descrição da intimidade entre o início do capitalismo industrial e os sistemas escravistas. O livro não tentou fazer uma demonstração quantitativa de sua tese, e deu mais atenção ao comércio negreiro britânico do que ao comércio total sustentado pela escravidão do Novo Mundo. Depois disso, como ressaltaram Barbara Solow e Stanley Engerman, é possível não só reformular algumas das questões suscitadas por Williams, como também utilizar pesquisas mais detalhadas do que as existentes no tempo dele — algumas delas realizadas com o objetivo específico de refutar a "tese de Williams".[41]

Capitalism and Slavery utiliza o termo "comércio triangular" como expressão resumida para denominar todos os ramos do comércio das *plantations* atlânticas, embora não se deva esquecer que a maior parte da produção das *plantations* era levada para a Europa por navios especializados neste comércio que não visitavam a África. As explicações de Williams foram tiradas do comércio da África e das Índias Ocidentais, e, portanto, não levam em conta todo o sistema comercial atlântico da Grã-Bretanha. Alguns críticos, como Roger Anstey em *The Atlantic Slave Trade and British Abolition* (*O comércio atlântico de escravos e a abolição britânica*), partiram do princípio de que Williams defendia que apenas os lucros do comércio de escravos haviam patrocinado o processo de industrialização. Apresenta-se em seguida uma tentativa de resumir a contribuição global dos diferentes ramos de comércio ligados às *plantations* e de medi-la em relação à demanda do próprio processo de industrialização da metrópole. Neste contexto, as questões levantadas por Bairoch, Brenner e outros quanto à possível contribuição do comércio ultramarino ao processo de acumulação fornecerão uma útil estrutura inicial.

Será que os números apresentados por Bairoch e outros exercícios semelhantes demonstram que havia uma possibilidade teórica de que a economia britânica poderia ter-se industrializado por meio de um crescimento puramente interno e orgânico depois que as relações sociais capitalistas dominassem o campo? Poderia um círculo poderoso de aumento da produtividade agrícola, expansão do mercado interno, maior população urbana e constantes aperfeiçoamentos na manufatura arrastar a economia britânica de forma inexorável para a industrialização, sem a necessidade do estímulo imprevisível do comércio exterior — ou os lucros vistosos mas inconsistentes do comércio negreiro e das *plantations* escravistas? O próprio Bairoch garante que, se sua demonstração está correta, a contribuição colonial para o investimento industrial deve ter sido desprezível. Robert Brenner, voltando-se para a transição para o capitalismo como um todo, sugere ponto de vista semelhante:

> Os marxistas que, como Wallerstein, ressaltam a importância de um acúmulo original de riqueza na forma natural ou em dinheiro, tendem freqüentemente a fugir das questões fundamentais. Em primeiro lugar, não dizem por que tal acúmulo de riqueza "de fora" — da periferia para o núcleo — seria necessário para promover o desenvolvimento econômico na época da origem do capitalismo. Havia, por exemplo, obstáculos tecnológicos que exigissem uma concentração imensa de capital para serem transpostos, obstáculos que exigissem ainda mais recursos do que aqueles que poderiam ser obtidos no próprio núcleo? Ainda mais importante, o que permitia e assegurava que a riqueza levada da periferia para o núcleo seria usada para fins produtivos em vez de improdutivos?[42]

As observações de Brenner são, em parte, relativas à primeira fase da "origem" do capitalismo, mas também ambicionam maior abrangência. Assim, ele explica numa nota de rodapé: "Hoje, por exemplo, é amplamente aceito que as exigências de capital fixo na manufatura, mesmo durante os primeiros estágios da revolução industrial, eram relativamente pequenas."[43] Os críticos da "tese de Williams" também insistiam que a demanda de capital fixo das manufaturas em processo de industrialização era tão modesta que tornava desnecessário o financiamento externo. Isso podia ser até válido no caso das exigências de capital fixo da empresa individual, mas deixa de lado dois fatos. Em primeiro lugar, na economia como um todo havia investimentos em grande escala feitos em canais, estradas, portos, docas, navios, minas, drenagem agrícola etc. De fato, o desenvolvimento econômico britânico a partir do século XVIII gerou enormes despesas em infra-estrutura, muitas delas intimamente ligadas ao comércio ultramarino; o desenvolvimento da empresa individual pressupunha, com freqüência, as obras resultantes desses investimentos. Em segundo lugar, se examinarmos com atenção o capital necessário para a empresa individual descobrimos que, fora a indústria pesada, a principal necessidade não era de *capital fixo*, mas de *capital circulante*, ou crédito comercial. No início da era industrial, o tempo de circulação do capital era bastante grande, já que os produtos levavam muito tempo para chegar a seu mercado. De fato, a pesquisa da origem dos primeiros industriais mostra que eles precisavam dispor de recursos consideráveis, e que os poucos que não vinham de um meio bastante rico dedicaram-se ao algodão.[44] Uma tecelagem de algodão daquela época podia, talvez, ser montada com menos de mil libras esterlinas, desde que seu prédio pudesse ser alugado em vez de comprado. Mas o dono dessa manufatura precisaria dispor de várias vezes este valor em capital

circulante ou crédito comercial para comprar matéria-prima e pagar salários até que pudesse contar com um fluxo constante de retorno das vendas. O acesso a vários milhares de libras em dinheiro ou crédito imediato significava riqueza considerável em meados do século XVIII ou em seu final. Significava, de fato, riqueza ou sucesso comercial anteriores, ou parentes ou sócios ricos. Depois de estabelecido no negócio, o dono de uma manufatura de algodão ou metal tinha necessidade constante de crédito. Os mercadores estrangeiros eram, sem dúvida, grandes fornecedores deste crédito nos setores inovadores.[45]

Se os lucros do comércio de escravos e das *plantations* americanas deram alguma contribuição à industrialização britânica, isso aconteceu (1) porque seus lucros eram grandes o bastante para afetar a prosperidade da economia como um todo; ou (2) porque aliviaram em particular os problemas financeiros ou creditícios dos setores tecnicamente progressistas. Como veremos, há razão para acreditarmos que o comércio negreiro e o complexo das *plantations* contribuíram das duas formas. O potencial de contribuição "macro" e "micro" será examinado a seguir.

R. B. Sheridan, baseando-se em estimativas dos lucros das *plantations* jamaicanas feitas pelo proprietário Edward Long, calculou a receita líquida anual apurada por investimentos britânicos na Jamaica em 1770 (ver Tabela XII.7):

Tabela XII.7 Lucros das *plantations* e do comércio da Jamaica em 1770

Lucro da produção das plantations	*em milhares de libras*
lucro retido	250
remessas para a Grã-Bretanha	200
Lucro do comércio, do crédito e da manufatura	
fretes	419
seguros	20
comissões e corretagem	260
remessas indiretas	60
juros sobre empréstimos	35
lucro do comércio de escravos	125
lucro das manufaturas	130
Total	1.499

Fonte: Sheridan, "The Wealth of Jamaica", *Economic History Review*, 18, 1965, pp. 292-311.

Os cálculos de Sheridan levam em conta a receita total apurada por interesses privados britânicos nas *plantations* e no comércio da Jamaica, e não simplesmente o lucro apurado apenas no comércio. Ele afirma que se houve retorno semelhante nas outras colônias escravistas britânicas nas Índias Ocidentais, o lucro total desta fonte

teria sido de £2.300.000 em 1770. Ele explica que a estrutura conceitual de suas estimativas é fornecida pela "teoria do crescimento econômico com base no produto primário". Esta teoria, que difere dos modelos econométricos utilizados por alguns historiadores econômicos quantitativos para analisar contribuições setoriais, procura estabelecer:

> vinculações para trás, ou o estímulo para a investir na produção de equipamentos para a *plantation* e transporte, como navios, tecidos, ferramentas e alimentos; vinculações para a frente, ou a indução a investir em refinarias de açúcar e máquinas têxteis que usassem a produção da indústria exportadora; e vinculações de demanda final, ou o estímulo para investir em indústrias metropolitanas que produzissem bens de consumo para fornecedores de suprimentos para as *plantations* e para setores de processamento.[46]

Esta abordagem traz o perigo da dupla contagem ou da atribuição incorreta de lucros entre os setores. No resumo acima citado, não fica inteiramente claro se a ampla categorização não fez a cobra engolir o próprio rabo, com algumas vinculações de "demanda final" ("suprimentos para a *plantation*") já tendo sido registradas como "vinculações para trás" ("equipamentos para a *plantation*"). Se estas práticas não forem evitadas, a teoria "do produto primário" pode ser uma arma especialmente injusta para ser usada contra defensores da primazia da agricultura doméstica; embora abra espaço para multiplicar o impacto de um ramo que responde por, digamos, 5% ou 10% do PNB, não poderia realizar a mesma façanha para um setor que já respondesse por 70% ou 80% do PNB numa economia pré-industrial. Neste caso, há duas armadilhas que devem ser evitadas no uso dos dados de Sheridan. Em primeiro lugar, seus números incluem custos operacionais de serviços necessários para o comércio das *plantations*. Em segundo lugar, ele inclui como "lucros do comércio" o lucro gerado pelas manufaturas britânicas que vendiam para as Índias Ocidentais; da mesma forma, ele inclui o lucro dos transportadores da produção das *plantations*. Do ponto de vista da economia política marxista, estes lucros não representam a mais-valia extraída dos escravos, e sim, em primeiro lugar, a mais-valia extraída dos operários das fábricas e dos marinheiros. No entanto, é um exercício perfeitamente válido incluir estes lucros sob o título de mais-valia *realizada* como conseqüência da demanda das *plantations*, principalmente em vista da dificuldade de encontrar outros mercados para esses bens e serviços. Como foi demonstrado na parte anterior, o "efeito de realização" da demanda da *plantation* foi um grande estímulo à acumulação de capital britânico, e há muitas razões para tentar quantificá-lo.[47]

As estimativas de Sheridan foram criticadas de duas maneiras: R. P. Thomas argumentou que elas não refletem os custos de forma adequada, enquanto a pesquisa de J. R. Ward sobre os lucros das *plantations* — citada no Capítulo X — indica que Sheridan subestimou a taxa de lucro das Índias Ocidentais. Thomas defendeu uma redução dos valores de Sheridan com base em três pontos. Em primeiro lugar, ele argumentou que o custo de fornecimento de serviços ao comércio colonial não está deduzido de maneira apropriada do valor das despesas com fretes, comissões e corretagens; e que o valor do lucro do comércio de escravos e de manufaturas representa o lucro bruto, e não o líquido. Os valores alternativos de Thomas apresentam uma correção interessante, embora do ponto de vista da economia política marxista eles subestimem, de certa forma, a mais-valia, já que excluem a porção do lucro reinvestida em meios de produção ou transporte. Comissões e corretagens são um item complicado, mas deveriam talvez ser incluídos *in toto*, sem tentar estimar seu *faux frais* na mais-valia gerada pela mão-de-obra escrava.

As duas outras críticas de Thomas aos números de Sheridan não são relevantes para esta discussão. Ele deduz dos lucros das *plantations* as despesas do governo britânico para a defesa das ilhas açucareiras, embora não as deduza do resultado das obrigações dos produtores de açúcar. Como as despesas com a defesa não são subtraídas diretamente dos lucros privados, que são o que nos preocupa aqui, a análise deste ponto será postergada para uma seção mais adiante. A terceira dedução de Thomas nos obriga a explicar detalhadamente em que sentido os escravos produziam um excedente: Ele afirma que o sistema de proteção colonial obrigava os consumidores britânicos a pagarem mais por seu açúcar do que se tivessem acesso ao açúcar das ilhas francesas: daí, ele deduz nada menos que £383.000 do valor da renda total anual com a justificativa de que este era um "subsídio oculto do açúcar" concedido aos produtores às expensas do consumidor britânico, e, portanto, não representava um lucro para o Império como um todo.[48]

A proteção das *plantations* açucareiras britânicas implicava realmente um custo teórico para os consumidores britânicos, mas resultava em lucros reais nas mãos de seus proprietários e dos que com eles negociavam. O preço um pouco mais baixo do açúcar francês resultava, entre outras coisas, da superexploração mais eficaz dos escravos nas *plantations* francesas, e não deveria ser considerado como um tipo de norma para amesquinhar a superexploração dos escravos nas colônias britânicas. Os escravos, é claro, não obtinham o valor de mercado de sua força de trabalho. Mas o preço do açúcar para o consumidor também refletia os impostos sobre o produto, outras taxas e os superlucros apurados por mercadores e produtores que, com freqüência, gozavam de vantagens monopolísticas, de forma que o açúcar produzido

por trabalhadores livres talvez não fosse mais caro. O prodigioso excedente de trabalho e de produção dos escravos — que somava os frutos de cerca de cinco sétimos de seu trabalho semanal — só se transformou em "mais-valia" por causa do contexto global do mercado capitalista e do espaço para a acumulação capitalista na metrópole. Deste ponto de vista, a capacidade dos produtores britânicos de cobrar preços mais altos por causa da tarifação que favorecia o açúcar colonial era um dispositivo que lhes possibilitava acumular quantidade maior desta mais-valia.

Se forem postas de lado as deduções de Thomas relativas à defesa e ao "subsídio do açúcar", as estimativas de Sheridan podem ser reorganizadas como na Tabela XII.8:

Tabela XII.8 Lucros do comércio da Jamaica, *c.* 1770

	em mil £
Frete	168
Seguro	20
Juros de empréstimos	5
Comissão e corretagem	94
Lucros sobre a manufatura	104
Comércio de escravos	30
Subtotal	420
Lucros das *plantations* (Thomas)	450
Total	870

Fonte: adaptado de R. P. Thomas, "The Sugar Colonies of the Old Empire", *Economic History Review*, XXI, 1968, p. 36.

Sheridan e Thomas divergiam sobre os métodos de computação do lucro, mas ambos trabalharam com as estimativas básicas de receita de Edward Long. A abordagem de Sheridan expõe toda a contribuição do comércio das *plantations* para a manutenção da infra-estrutura comercial, financeira e de transportes controlada pelos interesses metropolitanos; os valores de Thomas dão o lucro líquido proveniente do comércio disponível para investimento ou para o consumo dos capitalistas.

O estudo de J. R. Ward sobre a contabilidade de uma amostra de *plantations* açucareiras da Jamaica e das Índias Ocidentais levou-o a concluir que Edward Long subestimou suas verdadeiras taxas de lucro, e que em vez de um lucro de £450.000 por ano, o valor real era duas vezes mais alto: "As estimativas da amostra sugerem, em vez disso, um lucro anual na produção de açúcar de £800.000 na Jamaica e de £1.700.000 nas Índias Ocidentais britânicas como um todo, ou cerca de £1.200.000

e £2.500.000 respectivamente, se for incluído o lucro de outros produtos."[49] Se os valores para o lucro da Jamaica forem agregados aos valores de Sheridan e Ward para o lucro do comércio, obtêm-se os resultados da Tabela XII.9:

Tabela XII.9 Lucros da Jamaica *c.* 1770

em £1.000	Ward/Sheridan	Ward/Thomas
Lucro da produção	800	800
Lucro do comércio	1.499	870
Total	2.299	1.670

Os valores de Ward para o lucro das *plantations* nas Índias Ocidentais britânicas não se baseiam em simples extrapolações dos dados da Jamaica, já que sua pesquisa incluiu exemplos de *plantations* de outras ilhas. Como foi observado no Capítulo X, David Hancock encontra, para este período, lucros comerciais e de *plantations* de seus mercadores londrinos bem mais altos do que a média de Ward; as fortunas individuais desses mercadores provenientes do comércio atlântico variavam de £50.000 a £500.000 (o valor total do capital investido na indústria de algodão em 1788, tanto em prédios como em máquinas, foi de apenas £1.856.000).[50] Os valores de Ward parecem, agora, conservadores. Se sua estimativa dos lucros globais das *plantations* das Índias Ocidentais britânicas for combinada com as estimativas de Sheridan e Thomas dos lucros comerciais globais, obteremos o resultado exibido na Tabela XII.10:

Tabela XII.10 Lucros das Índias Ocidentais britânicas *c.* 1770

Taxa anual em £1.000	Ward/Sheridan	Ward/Thomas
Lucro da produção	2.500	2.500
Lucro do comércio	2.600	1.271
Total	5.100	3.771

Que parcela do lucro das *plantations* assim calculado era provavelmente retida, e quanto era remetido? Os valores originais de Long para as despesas das *plantations* são provavelmente mais exatos do que os valores que calculou para o lucro; parecem compatíveis com o valor do comércio colonial. Como um grande número de proprietários de *plantations* não vivia em suas terras, eles tendiam a remeter o lucro à Grã-Bretanha, com algum ajuste segundo sua estimativa das perspectivas comerciais. Como foi observado no Capítulo X, grande parte das "Despesas das Ilhas" era paga com a venda do resultado de culturas secundárias e subprodutos. O produto principal era

vendido pelo proprietário na Grã-Bretanha; a parte do leão do lucro apurado estava assim disponível para ser gasta ou investida na metrópole. No entanto, como afirmamos aqui que os lucros das *plantations* foram importantes para a formação de capital interno na Grã-Bretanha, o melhor procedimento a adotar é escolher uma suposição razoável que peque por subestimar o lucro das *plantations*. Da mesma forma, partiremos do pressuposto de que é mais adequada a percentagem do lucro retido segundo a estimativa de Long do que o valor absoluto por ele indicado. Desse modo, teremos £1,1 milhão remetido e o valor do lucro líquido reduzido das Índias Ocidentais como um todo seria:

Sheridan/Ward	£3.711.000
Thomas/Ward	£2.382.000

Este lucro total apurado pelo sistema colonial nas Índias Ocidentais pode ser subdividido, como vimos antes, entre os *extraídos* por meio da exploração dos escravos e aqueles conseguidos com o trabalho suado de operários fabris e trabalhadores em transportes britânicos e *realizados* por meio de trocas com o sistema escravista das Índias Ocidentais. Os lucros provenientes diretamente dos escravos e remetidos de volta para a Grã-Bretanha seriam de £1.307.000, com um "efeito de realização" subseqüente de £1.075.000 de lucros britânicos. Segundo o valor composto de Thomas/Ward, o lucro direto sobre o trabalho dos escravos seria de £1.307.000, com um "efeito de realização" posterior de £1.075.000 de lucros britânicos. No entanto, isto representa o resultado de uma divisão grosseira feita com base em valores não muito adequados ao objetivo. E embora o lucro das *plantations* escravistas seja "acumulação primitiva" no sentido estrito, o lucro realizado sobre os trabalhadores assalariados ingleses não o é, apesar das condições atrozes que existiam nas novas regiões industriais, e deve, em vez disso, ser classificado como verdadeira acumulação capitalista.

Para chegar a um valor global do lucro britânico resultante do "comércio triangular" como um todo, as melhores estimativas disponíveis para os ganhos do comércio britânico de escravos deviam ser também levadas em conta. As estimativas de Sheridan e Thomas apresentam um item sobre o lucro do comércio de escravos, mas, segundo a pesquisa de Roger Anstey sobre este comércio, é possível conseguir um valor global mais exato. A Tabela XII.0 (pág. 620) dá o resultado global das pesquisas e dos cálculos de Anstey para o período entre 1761 e 1807. Seu valor deduz 5% de custos totais iniciais e 5% de receitas líquidas, para eliminar o lucro de mercadorias que não sejam os escravos comprados na costa africana (colunas 9 e

11). Ele também deduziu da receita bruta (coluna 6) um valor estimado em 18% relativo a comissões pagas pela venda de escravos a capitães de navios, médicos de bordo e outros oficiais, e pagamento à tripulação de bônus fora dos salários, para obter um valor da "receita líquida" apurada pelos proprietários de navios (coluna 7). Finalmente, Anstey também deduziu desta receita líquida o custo do desconto das letras de câmbio dos proprietários de *plantations* das Índias Ocidentais num período de dois anos. Depois de fazer todas estas deduções, Anstey calcula o lucro líquido (coluna 13) e o "incremento de recursos" para a economia britânica (coluna 14), que acrescenta o lucro dos comerciantes de escravos à comissão descontada.

Para o presente objetivo, o "incremento de recursos" é o mais importante. De fato, seria o caso de incluir o lucro do comércio africano de outras mercadorias diferentes dos escravos e pelo menos parte dos pagamentos feitos aos oficiais dos navios negreiros, dos quais uma parcela teria sido investida. Anstey esforçou-se para ressaltar que seus cálculos visavam estritamente o lucro do comércio de escravos; não tentavam estabelecer o superávit gerado pelo comércio triangular global.[51] Joseph Inikori e outros insistiram que o lucro era, na verdade, consideravelmente maior do que o admitido por Anstey.[52] No entanto, com base no princípio geral de adotar as estimativas mais conservadoras dos ganhos britânicos com o sistema colonial, vamos concordar com o valor de Anstey na coluna 14 e aceitar que o superávit do comércio negreiro britânico em 1770 ficou entre £90.000 e £145.000, na média das décadas precedente e posterior — digamos, £115.000. Este número refere-se exclusivamente ao lucro comercial e financeiro, e não leva em conta a realização de lucros dos fabricantes com as mercadorias fornecidas aos comerciantes de escravos, ou o lucro do navio negreiro. A estimativa de Anstey para o custo inicial total menos 5% (coluna 11) leva em conta tanto o custo da compra de mercadorias quanto o custo de equipar o navio negreiro, menos seu valor declarado no fim da viagem. Se o lucro dos fabricantes e armadores fosse de 5% das despesas, eles teriam apurado £300.000 ao ano nas décadas de 1760 a 1780 como conseqüência do comércio negreiro. O carregamento correspondia a 65% do custo inicial, enquanto o valor declarado dos navios negreiros ficava na faixa de 12% a 18% do custo inicial. A parte dos fabricantes no lucro apurado deve ter ficado na faixa entre £200.000 e £240.000.

Ao analisarmos estas estimativas do lucro apurado no comércio das Índias Ocidentais e da África, é importante o fato de que o ano de 1770 não representou, de forma alguma, um ponto culminante, e sim algo próximo de uma média dos anos de paz entre 1763 e 1776. Segundo os cálculos de Ward, o lucro das *plantations* foi um pouco menor durante este período do que entre 1714 e 1762. Entre 1776 e 1783 houve um declínio considerável, seguido de recuperação (1783-91) que resultou numa

expansão constante por quase um quarto de século (1792-1816). Segundo Ward, a taxa de lucro das *plantations* foi de 12,6% nos anos 1792-98 e de 9,6% em 1799-1819, contra os 9,2% de 1763-75. Deve-se ter em mente que o número e o valor das propriedades açucareiras das Índias Ocidentais britânicas cresceram neste período; o aumento de seu valor total foi calculado em 20% entre 1775 e 1790, e dobrou entre 1789 e 1814, em parte por causa das compras feitas durante a guerra. Os lucros das *plantations* triplicaram entre 1770-75 e 1806-14, chegando a £13,9 milhões se o valor atribuído às *plantations* britânicas em *British Empire*, de Coloquhoun, for multiplicado pela taxa de lucro de 9,6% de Ward; no mesmo período, a renda nacional da Grã-Bretanha também quase triplicou.[53]

Quanto ao comércio de escravos, pode-se ver nos cálculos de Anstey que tanto o volume quanto a lucratividade do comércio mais que dobraram nas últimas décadas do século, comparados com o período de 1761 a 1780. No caso do crescimento industrial britânico, o período de 1783 a 1808, quando o lucro das *plantations* e do comércio estava em seu ápice, é tão importante quanto o período anterior por volta de 1770; muitos relatos recentes do crescimento econômico britânico ressaltam a importância dos avanços daquela época. No entanto, é conveniente ficar com as estimativas para 1770, como feito acima, já que este ano está mais próximo do início da era de transformações industriais e representa um teste da contribuição do lucro "triangular" num ano mais médio do que bom.

Só o lucro originário do comércio com a África e com as Índias Ocidentais britânicas foi considerado até agora. Houve algum investimento britânico em *plantations* escravistas nas colônias da América do Norte e nas holandesas e dinamarquesas, mas seu volume não chegaria a alterar de forma significativa a ordem de magnitude delineada acima. Na parte anterior e no Capítulo IX apresentamos dados sobre o comércio norte-americano como um todo. Cerca de 44% das exportações britânicas para as colônias da América do Norte nos anos 1768-72 foram para as colônias do Sul, onde a mão-de-obra escrava sustentava o setor exportador.[54] Para os objetivos deste exercício, é conveniente excluir o lucro apurado nas exportações para a região Norte, onde a escravidão era marginal, mesmo que o poder de compra do Norte derivasse em grande parte do comércio de manutenção das *plantations*.

O valor da exportação britânica para a zona de *plantations* do Sul em 1768-72 foi em média de £1.750.000 por ano — representando, talvez, £150.000 por ano de lucro para comerciantes e fabricantes britânicos. Este lucro, no entanto, seria reduzido no período de 1775 a 1785. Além disso, no início das hostilidades os comerciantes britânicos queixaram-se de que americanos da zona de *plantation* deviam-lhes nada menos de £2,5 milhões; estas queixas podem ter sido muito exageradas, e refe-

riam-se, quase todas, a adiantamentos feitos a produtores em períodos anteriores (as dívidas foram pagas em sua maior parte na década de 1780). Como veremos adiante, a interrupção deste ramo do comércio empurrou diretamente alguns fabricantes e comerciantes britânicos — principalmente os escoceses — para o investimento industrial. O renascimento posterior do comércio norte-americano com certeza avolumou os lucros mercantis e manufatureiros; de fato, até dívidas antigas foram pagas. Mas para o objetivo do cálculo macroeconômico centrado na década de 1770, parece melhor deixar a consideração do lucro proveniente desta fonte para uma estimativa "de limite superior", e excluí-la da avaliação básica do lucro do comércio triangular.

Finalmente, um inventário completo do lucro apurado pelos envolvidos no comércio atlântico britânico relacionado aos escravos teria de incluir o lucro das exportações para o Brasil, São Domingos e as colônias americanas de outras potências européias. O comércio anual da Grã-Bretanha com Portugal equivalia a cerca de £1 milhão na década de 1750, em que trigo e artigos de lã ocupavam a maior fatia. Pombal chegou a declarar: "O ouro e a prata são riquezas fictícias; os negros que trabalham nas minas do Brasil precisam ser vestidos pela Inglaterra, e por isso o valor de sua produção torna-se relativo ao preço do tecido."*[55] Ele poderia ter acrescentado que o pano inglês tornara-se uma mercadoria importante, transformando-se assim em medida ainda mais direta do valor do escravo. O programa de desenvolvimento nacional e colonial de Pombal incluía incentivos à indústria têxtil portuguesa, e, combinado com a recessão no Brasil após 1760, reduziu as exportações britânicas. Em 1770, as exportações britânicas para Portugal eram de aproximadamente £700.000 por ano, das quais talvez metade era destinada ao mercado brasileiro ou africano. A parcela do comércio português ligada aos escravos pode ter apurado lucros fabris e comerciais de cerca de £35.000 anuais. Da mesma forma, a capacidade da Irlanda de comprar manufaturados ingleses resultava em parte do vigor da exportação irlandesa para as *plantations*.[56] Boa parte do comércio da Grã-Bretanha com as colônias de outras potências era contrabando, e não pode ser calculado com exatidão. Mais uma vez, o melhor procedimento será deixar de fora a análise dos lucros provenientes deste comércio atlântico mais amplo e identificar o núcleo de ganhos ligados aos escravos nas Índias Ocidentais e na África. Como este lucro pode ser comparado com a riqueza, a renda e o investimento na Grã-Bretanha de 1770?

Num artigo escrito em 1975 que tendia a rejeitar a "tese de Williams", Stanley Engerman escreveu: "a contribuição do lucro do comércio de escravos mais o estimado por Sheridan para as *plantations* das Índias Ocidentais ficava abaixo de 5% da renda britânica nos primeiros anos da Revolução Industrial".[57] Nessa época, Engerman considerava muito baixo este percentual do lucro produzido ou induzido externamente. Mas se fosse constante, um percentual como este certamente teria dado uma contribuição respeitável, na margem para a prosperidade britânica. E este percentual não leva em conta o "efeito de realização" do comércio de escravos sobre os lucros internos — ponto que também poderia ser levantado no caso da tentativa de Anstey de extrair conclusões de seus próprios números. Anstey, diferentemente de Engerman, não comparou o lucro do comércio de escravos apenas com a renda nacional, mas também com a formação de capital bruto. Para a presente discussão, a relação mais importante é entre a parcela do lucro do "comércio triangular" investida na economia britânica e a formação de capital bruto.

*Citação que não reproduz exatamente as palavras de Pombal, já que foi retraduzida do inglês. (*N. do T.*)

O estudo de C. H. Feinstein sobre a formação de capital na Grã-Bretanha reduziu as estimativas anteriormente aceitas para o final do século XVIII, mas com uma acentuada tendência de alta por volta da virada do século. Embora tenham substituído as estimativas um tanto altas de Sidney Pollard para o século XVIII, os cálculos de Crafts tiveram resultado um pouco mais baixo. Como as estimativas de Feinstein ocupam a faixa intermediária e se baseiam mais em pesquisas do que em modelos construídos, é adequado usá-las aqui (ver Tabela XII.11).

Tabela XII.11 Formação de capital fixo bruto: Grã-Bretanha 1770-1815

£1 milhão em preços correntes

c. 1770	*c.* 1790-93	*c.* 1815	*c.* 1830-35
4,0	11,4	26,5	28,2

Fonte: C. H. Feinstein, "Capital Expenditure in Great Britain", em *Cambridge Economic History of Europe*, Cambridge 1978, p. 74.

Esta estimativa não inclui o investimento em estoques feito por fabricantes e mercadores, que chegou a cerca de £1,5 milhão em 1770, contra £0,8 milhão de investimento em máquinas; no entanto, inclui £1,3 milhão em de transportes, aí compreendidos navios, em 1770.[58]

Estes valores para a formação de capital fixo bruto em 1770 podem ser comparados com o lucro do comércio triangular, como foi especificado acima. A Tabela XII.12 inclui tanto uma estimativa "básica", feita sobre bases mais conservadoras, quanto uma estimativa de "limite superior", que utiliza os números de Sheridan e inclui todos os ramos do comércio.

Tabela XII.12 O comércio triangular em 1770: lucro direto e indireto

	£	
Estimativa básica		
Lucro/superávit		
Lucro das *plantations* segundo Thomas/Ward	1.307.000	
Lucro do comércio de escravos segundo Anstey	115.000	
Subtotal	1.422.000	
Lucro indireto/realização de superávit		
Comércio das Índias Ocidentais	1.075.000	
Comércio africano	300.000	
Subtotal	1.375.000	
Total geral		2.797.000
Estimativa no limite superior		
Lucro/superávit direto		
Sheridan/Ward	1.796.000	
Anstey	115.000	
Subtotal	1.911.000	
Lucro indireto/realização de superávits		
Comércio das Índias Ocidentais	1.915.000	
Comércio africano	300.000	
Comércio das *plantations* norte-americanas	150.000	
Comércio com Brasil/Portugal	60.000	
Subtotal	2.425.000	
Total geral		4.336.000

Veremos que a estimativa básica equivale a cerca de metade da formação total de capital, incluindo o estoque dos mercadores, enquanto a estimativa no limite superior chega a uns quatro quintos do mesmo total. É claro que não é realista supor que todos os lucros foram reinvestidos. No caso de fabricantes e mercadores, há uma certa razão para acreditar que o percentual de reinvestimento no comércio ou na indústria era bastante elevado. Mas os proprietários ausentes de suas *plantations* e alguns dos mercadores das Índias Ocidentais ficaram famosos por seu estilo de vida extravagante. Como diz Richard Pares, "construíram mais Fonthills do que fábricas".[59] Mas até mesmo os proprietários ausentes que gastavam os lucros das *plantations* na construção de mansões luxuosas em parques ajardinados no campo inglês ou galês provavelmente também faziam algum investimento agrícola, ainda que apenas em cercas e drenagem. Por outro lado, os que recebiam o lucro da *plantation* podiam mantê-lo numa conta com seu procurador, sua casa comercial ou seu banqueiro, ajudando assim estes últimos a fazer investimentos.

O lucro do comércio triangular ficou com a classe mais rica, que provavelmente economizou de sua renda uma percentagem acima da média. Na falta de informações mais detalhadas sobre esta questão, não parece exagerado supor que algo entre 30% e 50% do lucro do comércio triangular foi reinvestido. É claro que um valor como este seria, por si só, um tributo ao espírito de acumulação que já se firmara na estrutura social britânica. Se a taxa de reinvestimento ficou na ponta inferior da variação proposta (ou seja, 30%), então, segundo as estimativas "básicas", o lucro do comércio triangular poderia ter fornecido 20,9% da formação de capital fixo bruto da Grã-Bretanha. Por outro lado, se 50% do lucro "básico" fossem reinvestidos, a proporção subiria para 28,7%. Se tomarmos a estimativa de "limite superior", então uma quantia entre £2,2 milhões e £1,4 milhão do lucro do comércio triangular teria sido reinvestida, variando entre 35% e 55% das estimativas de Feinstein.[60]

No ponto extremo, as estimativas propostas aqui sugerem que o lucro derivado do comércio triangular pode ter fornecido algo entre 20,9% e 55% da formação de capital fixo bruto na Grã-Bretanha de 1770. Esta faixa pode ser estreitada para 20,9% a 35%, se compararmos a "estimativa básica" do lucro do comércio triangular com as descobertas de Feinstein sobre a formação de capital na Grã-Bretanha naqueles anos. Um cálculo macroeconômico deste tipo tem suas limitações, mas mesmo na faixa inferior ele é coerente com a versão poderosa da "tese de Williams", segundo a qual o lucro gerado pelo "comércio triangular" "fertilizou todo o sistema produtivo do país".[61] Esta conclusão, naturalmente, é muito geral e nada nos diz dos canais particulares que podem ter vinculado o lucro triangular a formas especificamente capitalistas ou filoindustriais de investimento na economia metropolitana. Antes de fazer uma análise a respeito destes vínculos, é preciso fazer mais duas observações gerais.

Em primeiro lugar, parece provável que o lucro do comércio triangular como um todo cresceu no fim do século XVIII pelo menos tão depressa quanto a economia metropolitana da Grã-Bretanha. Já foi mencionado que a massa do lucro das *plantations* das Índias Ocidentais britânicas triplicou entre o início da década de 1770 e a virada do século. Da mesma forma, os dados retirados da obra de Anstey e citados acima mostram que o "incremento de recursos" apurado pelo comércio de escravos subiu de cerca de £115.000 ao ano por volta de 1770 para £379.200 ao ano durante a década de 1790. A suspensão do comércio negreiro em 1807-08 acabou com isso, mas não prejudicou — e na verdade melhorou bastante — a lucratividade das *plantations* britânicas e do comércio por elas gerado. A isto deve-se acrescentar o fato de que as exportações britânicas para os Estados Unidos, o Brasil e a Améri-

ca espanhola cresciam rapidamente nos últimos dez anos — ou pouco mais de dez — do século XVIII. Enquanto a renda nacional britânica quase triplicou em três décadas (de 1770 a 1800), a exportação britânica para a zona de *plantations* triplicou em duas (de 1784-86 a 1804-06). Os dados de Feinstein sugerem que a formação de capital, como percentagem da renda nacional, cresceu de 7% em 1760 para 11% na década de 1790.[62] Se o "lucro triangular" ajudou a criar espaço econômico para investimentos em 1770, parece provável que este papel tenha sido mantido, ou mesmo ampliado, nas últimas duas décadas do século.

Deve-se fazer uma segunda observação relativa ao lucro do comércio triangular. No fim do século XVIII, a Grã-Bretanha estava repleta dos lucros do império. Apesar da perda das colônias americanas, o fluxo de tributos coloniais continuou, de uma forma ou de outra, e chegou a crescer. O lucro das *plantations* e do comércio ligado aos escravos constituía provavelmente a maior fonte isolada de ganhos imperiais, mas a Irlanda e a Índia aumentaram bastante a receita disponível para a classe dominante da Grã-Bretanha. Em meados do século, os arrendamentos irlandeses remeteram para os senhores que viviam na Inglaterra, longe de suas terras, cerca de £750.000 por ano.[63] Na década de 1770, a Companhia das Índias Orientais estava se transformando de empresa comercial bastante lucrativa em governo, extraindo diretamente um excedente gigantesco em Bengala e em outras partes do subcontinente sobre as quais exercia seu domínio. Entre 1756 e 1770, a Companhia e seus funcionários remeteram diretamente £2,7 milhões da Índia para a Grã-Bretanha; essas remessas diretas subiram para £5,4 milhões entre 1770 e 1784, numa média aproximada de £386.000 por ano.[64] O comércio de exportação para o Oriente continuou modesto até a segunda e a terceira décadas do século XIX, e assim não gerou o considerável "efeito de realização" que identificamos no caso do comércio atlântico.

Dificilmente tributos coloniais deste nível poderiam deixar de provocar algum efeito sobre o rumo da acumulação metropolitana. Em algumas décadas do início do século XVIII, é possível que a probabilidade de superlucros coloniais tenha afastado recursos passíveis de serem investidos em algo menos lucrativo na metrópole. Mas na maior parte do século, e principalmente perto de seu final, havia tanta ênfase na apropriação quanto na formação do lucro. Por um lado, o desenvolvimento protocapitalista da agricultura e da manufatura na metrópole abriu um campo compensador para os investimentos; por outro, o espaço para novos investimentos em empresas coloniais era limitado. Alguns proprietários britânicos de *plantations* expandiram suas operações — por exemplo, indo para territórios recém-adquiridos como Granada e, mais tarde, a Guiana — mas isto exigiu

apenas uma fatia modesta dos lucros imensos apurados durante a "dança dos milhões" das Índias Ocidentais britânicas nos anos de 1792 a 1816. Os proprietários sabiam muito bem que esta prosperidade estava vinculada aos preços altos do tempo de guerra, e assim não se animavam a financiar projetos de investimento de longo prazo nas Índias Ocidentais com os lucros apurados. A aprovação da lei que aboliu o comércio negreiro britânico em 1807 eliminou a possibilidade de novos investimentos em escravos africanos e assim, provavelmente, estimulou o escoamento ainda maior do lucro, que continuava alto. A partir da década de 1790, ou até antes, as *plantations* não eram tanto um "setor de liderança" quanto um "setor vaca-leiteira".

No fim do século XVIII e início do XIX, a Grã-Bretanha realizou uma série de programas de investimentos: na marinha mercante, em portos e docas, em canais, em melhorias agrícolas e no desenvolvimento da nova maquinaria industrial. Além disso, estas grandes despesas foram feitas numa época em que a população crescia e num período de gastos militares sem precedentes. Os lucros do império e da escravidão ajudaram a tornar isso possível, ampliando os recursos à disposição das autoridades públicas, de senhores de terras interessados em melhoramentos, de comerciantes empreendedores e de fabricantes inovadores. Por causa das transformações anteriores na agricultura e na sociedade britânica como um todo, a riqueza colonial e mercantil pôde ser transmutada em capital que empregava trabalho assalariado. Comparado aos processos de transformação da economia capitalista moderna, o mecanismo em ação aqui era ineficiente e perdulário, e a riqueza acumulada num setor não liberava automaticamente, de forma alguma, recursos para investimento em outro setor.

Enquanto John Cartright lutava para conseguir fundos para sua fábrica "Revolution", fundada para comemorar o centenário de 1688, os corretores de ações da City e os protegidos de Henry Dundas se banqueteavam com a carne de Bengala. Tributos coloniais facilitaram o avanço para o industrialismo, mas também lançaram sua maldição sobre as instituições burguesas britânicas — preservaram e fortaleceram um sólido complexo mercantil-financeiro que preferia as pastagens luxuriantes das finanças públicas e imperiais e a colheita fácil da especulação comercial aos rigores do investimento industrial. Alguns dos projetos mais grandiosos de melhoria das comunicações públicas atraíram o apoio das grandes instituições, mas no nível dos pequenos projetos, os bancos e casas comerciais de província tiveram papel mais importante no financiamento da industrialização do que os bancos e casas comerciais da City de Londres.

Os vinte e três mercadores londrinos de David Hancock nos dão uma idéia

da variedade de maneiras pelas quais os lucros mercantis eram reaplicados na economia interna. Eles concederam um grande número de empréstimos a conhecidos e parentes, aplicaram dinheiro em bancos, compraram e melhoraram propriedades agrícolas, investiram em fundos públicos e brincaram com aventuras fabris. Seus preparativos para novas viagens à África e à América bastaram para estimular investimentos em manufaturas britânicas. Oswald aplicou dinheiro num negócio de tapetes em Pittenweem, no canal de Forth Clyde e numa fábrica de lã em Kilmarnock. Mas, ao ficarem mais ricos, a balança das propriedades dos sócios mercantis pendeu para a terra. Isso aparentemente só confirma o clichê do mercador rico fazendo o máximo para transformar-se num aristocrata inútil, mas o estudo de Hancock pinta um quadro bem diferente. Para serem aceitos como *gentlemen*, seus mercadores se dispuseram a provar que eram "aperfeiçoadores" esclarecidos, patronos da arte e da ciência, que investiam em sistemas educacionais e projetos para melhorar os sistemas de transporte e comunicação. Hancock escreve:

> Os associados fizeram seu papel na construção de estradas e pontes e, em menor escala, de canais e faróis. Usaram suas redes comerciais e sociais para obter ajuda especializada em seus projetos; aproveitaram-se de sua experiência administrativa para reunir trabalhadores e materiais em projetos de construção. (...) Os associados também participaram de empreendimentos industriais locais. (...) Mesmo a reconstituição incompleta do patrimônio industrial dos associados sugere uma série de compromissos mais ampla do que geralmente se vê. Investiram em atividades marítimas, sobretudo na caça às baleias; na fabricação de tecidos, principalmente os de lã; na mineração, em particular de sal, carvão e cal; e na fabricação de material de construção, como tábuas, cordas, ferro e vidro.[65]

O novo-rico que deixasse de se ocupar com projetos para melhorar a infra-estrutura local ou com investimentos na indústria nacional pareceria atrasado e rústico em comparação com estes empreendedores entusiasmados. No entanto, estes "capitalistas metidos a *gentlemen*" não se transformaram em magnatas da indústria; a dispersão de seus investimentos produtivos mais refletiam do que criavam um padrão econômico. Agora que ressaltamos este aspecto geral, é hora de olharmos para os diferentes setores que poderiam ter sido beneficiados.

Setores de investimento e novos instrumentos financeiros

Entre 1760 e 1800, a participação da agricultura na composição da riqueza nacional na Grã-Bretanha caiu de 77% para 68%, enquanto a do comércio e da indústria subiu de 5% para 10%.[66] A agricultura, por constituir o maior setor isolado, exigia investimentos pesados, muitos dos quais são difíceis de calcular, porque envolviam a manutenção e a substituição de rebanhos de animais, pastos e pomares, de sistemas de drenagem e de cercas. O investimento anual em cavalos, ou "formação de cavalos em bruto", como dizem alguns historiadores econômicos, pode ter absorvido até 1 milhão de libras esterlinas por ano no final do século XVIII.

Grande parte da reprodução e da expansão dos recursos agrícolas não tinha relação direta com o excedente gerado em outros setores. No entanto, o aumento de produção e de produtividade conseguido no período entre 1750 e 1825 demonstrou que havia uma revolução agrícola em aceleração. Implementos de metal substituíram as ferramentas de madeira e práticas de cultivo mais científicas se difundiram. Senhores de terras com recursos suficientes e influência política puderam expandir em grande escala o processo de *enclosure*, o fechamento das terras comuns e abandonadas, trazendo vastas áreas das Midlands para uma estrutura agrícola mais capitalista. Os que desejavam cercar terras precisavam de dinheiro vivo para conseguir o consentimento dos proprietários menores (*freeholders* e *copyholders*) e para financiar a aprovação de um Ato do Parlamento. Eric Williams cita vários exemplos de conhecidos senhores de terras interessados em melhorias, como os Penryn, que extraíram sua riqueza das *plantations* das Índias Ocidentais. De modo mais geral, G. E. Mingay refere-se às fortunas das Índias Ocidentais como uma das fontes de financiamento da agricultura na Inglaterra do século XVIII.[67] Mas nem estas observações nem monografias mais específicas permitem uma avaliação quantitativa precisa. A contribuição dos lucros triangulares para o aperfeiçoamento agrícola, muito provavelmente, foi modesta. Em termos marginais, pode ter incentivado o investimento agrícola ao ajudar o financiamento do *enclosure*, e assim promover, pelo menos de forma indireta, uma estrutura agrária mais adequada à agricultura capitalista.

Investimentos em canais absorveram somas muito grandes nesse período e deram uma contribuição importante para o crescimento geral. Entre 1755 e 1815, um total aproximado de £17 milhões foi gasto em investimentos na navegação fluvial, criando uma rede de canais e rios que ajudou a integrar o mercado interno e a conectar entre si e com o resto do mundo os centros de manufatura e mineração. J. T. Ward

estudou o padrão de acionistas das companhias de canais responsáveis por cerca de £5 milhões desse investimento. Sua análise da ocupação ou da situação desses acionistas revela a distribuição mostrada na Tabela XII.13:

Tabela XII.13 Financiamento da construção de canais na Inglaterra no século XVIII: contribuições percentuais*

I	Nobres	5,4	VII	Profissionais liberais	10,0
II	Senhores de terras	17,3	VIII	Clérigos	5,5
III	Fazendeiros	1,6	IX	Mulheres	6,5
IV	Capitalistas	21,4	X	Fabricantes	14,7
VI	Comerciantes	17,6			

Fonte: J. T. Ward, *The Finance of Canal Building in Eighteenth Century England*, p. 74.

Aqui, as duas categorias mais ligadas ao comércio ultramarino e colonial seriam os "capitalistas" — ou seja, mercadores e banqueiros — e os "fabricantes". Juntos, eles contribuíram com 36,1% dos fundos utilizados. No entanto, como ressalta Ward: "O íntimo entrelaçamento da riqueza comercial e agrária na Inglaterra do século XVIII é bem conhecida: a fortuna de um 'proprietário de terras' podia ter origem nas Índias Orientais ou Ocidentais ou em algum comércio mais próximo de casa."[68] Da mesma forma, o dinheiro investido por mulheres ou profissionais liberais pode ter tido origem no complexo comercial colonial e ultramarino. Ward destaca que "os investimentos das principais classes profissionais eram mais ou menos proporcionais à sua participação na renda mais ampla da nação".[69] Assim, a contribuição de rendeiros e pequenos proprietários era mínima; sem dúvida seu excedente era absorvido em grande parte pelas exigências de investimento agrícola. Há razão para supor que foram os "capitalistas" e fabricantes mais ligados ao comércio ultramarino os que mais apareceram nos investimentos em companhias de canais. Assim, Ward escreve sobre a "importância do capital comercial de Londres e Bristol" no financiamento dos canais em todo o sul da Inglaterra. E acrescenta:

> parece que a parte dos fabricantes no financiamento dos canais excedeu bastante sua parte na renda mais ampla da nação; o investimento de alguns dos industriais mais ambiciosos, como, por exemplo, dos fiandeiros de algodão do Lancashire, foi, de fato, muito substancial. Além disso, não há provas de que, como classe, os fabricantes tenham achado particularmente difícil obter as somas que se comprometeram a dar.[70]

*No original, falta o item V (*N. do T.*).

Segundo Ward, mercadores de Liverpool também apareciam com destaque nas listas de acionistas.

Embora as provas citadas não sejam mais que sugestivas, parece provável que mercadores e fabricantes que desejassem chegar aos mercados de ultramar teriam mais um motivo para investir em canais. Pela mesma razão, eles assumiram a maior percentagem dos investimentos na marinha mercante, embora o sucesso do comércio ultramarino britânico também tenha atraído capital de outras partes do país e do estrangeiro para as regiões mercantis-manufatureiras.

Se nos voltarmos para a necessidade de capitais da indústria, a conexão lógica com o lucro do comércio atlântico parece ainda mais forte. Como foi observado antes, as primeiras firmas industriais tinham grande necessidade de crédito comercial e capital de giro. Crouzet escreve: "Firmas mercantis, que forneciam à indústria grande parte de seu capital de giro, tiveram assim papel predominante e decisivo na revolução industrial, e o financiamento dos estoques pelo capital mercantil foi muito mais importante que o autofinanciamento da indústria, pelo menos até 1814."[71]

No caso específico da indústria algodoeira, havia vínculos especialmente íntimos entre os primeiros industriais e os mercadores ligados a um ramo ou outro do comércio triangular. A pesquisa dos vínculos entre os portos envolvidos no comércio americano e africano e o crescimento da indústria do algodão no interior do país não é conclusiva, mas ainda assim aponta para a mesma direção. Um estudo clássico do início da indústria do algodão, *The Cotton Trade and Industrial Lancashire* (*O comércio de algodão e o Lancashire industrial*), de A. P. Wadworth e J. de L. Mann, publicado em 1931, identificava uma forte ligação entre o comércio de ultramar e o crescimento inicial da manufatura do algodão. Mais recentemente, o estudo de Douglas Farnie, *The English Cotton Industry and the World Market* (*A indústria algodoeira inglesa e o mercado mundial*), destaca o isolamento dos distritos algodoeiros em relação à economia nacional geral, e sua integração num complexo mercantil voltado para o Atlântico, com base em Liverpool e Manchester.[72]

Os que estudaram as atividades de determinados comerciantes de escravos revelam uma rede extensa e recíproca de relações com fabricantes de tecidos de algodão, objetos de metal e outros produtos manufaturados. Os tecidos e fustões de algodão produzidos industrialmente eram baratos, desde que fossem fabricadas grandes partidas. O negócio do comércio de escravos estava nas mãos de um número bastante reduzido de mercadores que atuavam como agentes para um número muito maior de investidores. David Richardson identificou vinte mercadores que eram responsáveis por 70% do número total de viagens negreiras que partiram de Liverpool entre 1766 e 1774.[73] Esses homens serviam de agentes para os que desejavam inves-

tir no negócio, sendo muito pequena sua própria participação numa viagem. Num estudo da contabilidade de um mercador de escravos de Liverpool, B. L. Anderson descobriu registros de um grande número de fabricantes de cidades como Manchester, Rochdale, Stockport e Preston, e conclui: "durante um período curto mas decisivo, o comércio de escravos foi uma rota importante pela qual as manufaturas britânicas, principalmente as do Lancashire, testaram sua força competitiva nos mercados em expansão servidos pelo comércio colonial".[74]

S. D. Chapman, ao investigar as ramificações financeiras da indústria do algodão nas décadas de 1780 e 1790, confirmou que havia uma "teia de crédito" que "incluía mercadores e negociantes de algodão de Manchester, mercadores e representantes de vendas de Liverpool, grandes estampadores de chita e fabricantes de fustão, e banqueiros locais com suas conexões em Londres".[75] Ele destaca que a seção de Manchester do *Universal British Directory* (*Catálogo Universal Britânico*) listava sessenta firmas que combinavam funções fabris e mercantis. B. K. Drake escreve num estudo sobre os comerciantes de Liverpool: "O financiamento de viagens de dentro do porto era facilitado pela disponibilidade de crédito de longo prazo, de até dezoito meses, concedido particularmente pelos fabricantes de Manchester." O mesmo autor ressalta que "a natureza do 'comércio geral' freqüentemente permitia que um comerciante de escravos incluísse mercadorias para exportação para a África, que eram adquiridas por meio de uma extensão de seus outros interesses, a custos primários ou de atacado".[76]

Numa pesquisa sobre o papel dos mercadores, Jacob Price conta que o comércio britânico de "açúcar, fumo e escravos" exibia uma pronunciada tendência oitocentista à concentração dos negócios em poucas mãos. E acrescenta:

> Como dirigiam sua atenção para problemas ligados ao crédito e à liquidez, os mercadores dos grandes portos voltavam-se, naturalmente, para uma variedade de novos caminhos comerciais e financeiros. (...) Os primeiros sócios dos numerosos bancos privados fundados em Londres e dos principais portos de saída vieram, em sua grande maioria, do mesmo meio de mercadores e atacadistas. Embora poucos tenham se tornado industriais, um número significativo adquiriu ações dos primeiros empreendimentos fabris.[77]

Price também insiste que o comércio exportador deu grande contribuição ao desenvolvimento da uma infra-estrutura sofisticada de instituições comerciais e meios de comunicação.

Estes vários estudos, que trabalharam com os registros contábeis de comerciantes e fabricantes, construíram um quadro do circuito do capital mercantil e industrial

que vinculava muitos fabricantes ao lucro do comércio triangular. Na verdade, esta conexão era tão íntima que alguns dos primeiros fabricantes devem ter perdido dinheiro ou estoques em especulações imprudentes ou infelizes, enquanto todos esses investidores teriam visto seu retorno reduzido pela circulação lenta do comércio ultramarino. De modo mais geral, os fabricantes eram tomadores líquidos de crédito, como determinou Pat Hudson, e permitiam que seus fornecedores lhes tirassem algum risco dos ombros.[78] Em princípio, os mercados de ultramar podem ter sido uma "segunda opção" — um método de deslocar estoques que não podiam ser vendidos em quantidade suficiente no mercado interno. Em relação ao investimento individual, o comércio da África era quase uma loteria, em que alguns lucravam muito enquanto outros perdiam, com a agradável diferença de que a vantagem estava do lado do jogador. A participação da manufatura no comércio de escravos teria a tendência de concentrar capitais, já que os grandes investidores conseguiriam as taxas médias de retorno mais altas, enquanto investidores de sorte se tornariam grandes. O comércio americano e o africano tenderiam a favorecer os fabricantes que pudessem suportar o giro longo e o retorno lento, oferecendo lucros altíssimos para os que dispusessem de escala e recursos suficientes. Intuitivamente, estas características do comércio atlântico se adaptariam bem à transição para métodos fabris e tração a vapor.

Supunha-se que os primeiros fiandeiros de algodão eram homens de recursos modestos. A pesquisa de Katrina Honeyman mostrou que esta visão está errada. Ela descobriu que as primeiras fábricas não foram construídas por artesãos bem-sucedidos nem por banqueiros londrinos, mas por homens de negócios locais que haviam acumulado recursos no comércio ou na manufatura têxtil pré-industrial:

> Já em 1787 a indústria do algodão se concentrava em Lancashire, onde quarenta e três fiações do tipo Arkwright estavam em funcionamento. O capital da nova indústria foi conseguido quase inteiramente em fontes locais; e o histórico de todos os antigos fiadores de algodão do Lancashire incluídos na pesquisa envolvia algum contato, direto ou indireto, com o comércio de produtos têxteis. Catálogos locais de 1772 e 1781 indicam a predominância de ex-fabricantes de fustão. (...) Cada um desses casos indicava um grau moderado de mobilidade ascendente na progressão para a fiação de algodão, e cada um ilustrava o papel da riqueza herdada ou, ainda mais importante, do capital acumulado em empreendimentos têxteis anteriores.[79]

Honeyman afirma que o capital de giro necessário para sobreviver como fiandeiro de algodão era de tal ordem que privilegiava os que já possuíam recursos ou crédito.

Sobre o financiamento da transição para o sistema fabril, ela escreve: "Os indícios de nosso estudo mostram uma predominância do capital mercantil, se não da atividade mercantil, e uma migração em grande escala de capital de outras esferas da indústria têxtil."[80] Dada a importância da exportação para a indústria têxtil, pode-se supor que boa parte deste capital mercantil estava comprometido com o comércio ultramarino.

Peter Mathias descreve a transferência de crédito entre comerciantes, fiandeiros e fabricantes:

> O período de crédito tradicional de 3 a 6 meses em compras de algodão bruto, por exemplo, quase sempre permitia aos fiandeiros conseguir dinheiro por suas vendas de fio (por meio do desconto de letras de câmbio) antes que tivessem de despender dinheiro com as compras de algodão bruto incluídas naquelas vendas. Agentes e mercadores de fio freqüentemente podiam conceder crédito, ou empréstimos de curto prazo, para dar aos fabricantes um suporte de crédito do lado vendedor do negócio.[81]

É claro que a disposição de fornecedores, mercadores ou bancos de conceder crédito aos fabricantes refletia a estimativa de viabilidade comercial destes últimos — era uma opinião a respeito do sucesso provável do próprio fabricante de algodão como empreendedor capitalista explorando mão-de-obra assalariada. A esfera do crédito reúne assim vários mundos diferentes da produção, com a possibilidade de que os circuitos do capital girassem nos dois sentidos. Os fabricantes de tecidos de algodão concediam freqüentemente crédito a mercadores, mercadores a donos de *plantations*, mas esta cadeia de crédito costumava se justificar com o pagamento final de juros. Na costa africana, o crédito não era desconhecido, mas todos os envolvidos evitavam concedê-lo.

O investimento nas *plantations* ou no comércio triangular poderia ter retardado o investimento no sistema fabril *se* gerasse uma taxa de retorno baixa ou negativa, *ou se* gerasse taxa de retorno tão alta que fizesse as alternativas parecerem pouco atraentes. Mas o lucro médio do comércio de escravos no nível calculado por Anstey — por volta de 9% — não implicava perdas nem ganhos capazes de eclipsar o investimento na fiação de algodão, especialmente já que havia uma complementaridade óbvia entre os dois tipos de investimento. Na verdade, a ligação entre o comércio triangular e os produtos têxteis era tão íntima que em alguns períodos (como, por exemplo, em 1770 ou 1790) o investimento em um equivalia a investir no outro. Talvez seja importante o fato de que, quando o comércio de escravos passou a ser um centro de controvérsias na política britânica, os principais fabricantes de produtos têxteis dispuseram-se a defendê-lo, alegando que era um componente valioso do comércio nacional. Assim, os fabricantes de fustão de Manchester aliaram-se à causa impopular do tráfico negreiro em 1791, e ainda em 1806 as importantes firmas de Robert Peel e William Clegg assinaram uma petição em sua defesa.[82] O fustão e os tecidos baratos de algodão eram item padrão nas *plantations*, enquanto os morins e as musselinas eram aceitos na costa africana.

O investimento mercantil nas *plantations* assumia invariavelmente a forma de concessão de crédito em suprimentos, e assim beneficiava também os fabricantes metropolitanos que forneciam à *plantation* equipamentos ou tecidos. No entanto, boa parte do investimento bastante extenso em todo o complexo marítimo/colonial nos anos 1660 a 1750 poderia, caso não dispusesse deste escoadouro, ter sido feita na economia interna. No entanto, na ausência dos mercados coloniais ele teria sido menos concentrado nas manufaturas de metal, ou mais tarde nas de tecidos, onde os progressos industriais foram tecnicamente mais fáceis. Além disso, depois que se estabeleceu o padrão revelado nos números de 1770, as *plantations* tornaram-se suficientemente lucrativas para financiar sua própria expansão e fazer grandes remessas para a metrópole. Seymour Drescher ressaltou que a demonstração de endividamento e da bancarrota dos donos de *plantations* citada por Lowell Ragatz foi bastante influenciada pelos anos muito difíceis entre 1777 e 1785, quando a guerra e os furacões derrubaram muitos proprietários (embora outros ainda tenham apurado lucros). No início da "era de ouro" de 1762-76, os lucros tinham sido bons, e para os que sobreviveram aos anos difíceis haveria anos ainda melhores entre 1785 e 1815.[83]

Por razões óbvias, o refino de açúcar e a manufatura do fumo eram também ramos da indústria com ligações especialmente íntimas com o comércio das *plantations*. As regiões adjacentes aos principais portos atlânticos — não só Liverpool, mas também Bristol e Glasgow — testemunharam o uso pioneiro de métodos industriais. Um dos primeiros propagandistas destes métodos foi John Cary:

> A obra de John Cary, mercador de açúcar de Bristol do final do século XVII, foi reeditada em 1715 e 1745. Contra a corrente geral de opinião favorável a salários mais baixos e a esquemas para empregar os pobres, Cary apresentou um trabalho bastante detalhado sobre salários e produtividade, novas manufaturas e alterações técnicas. Ele destacou em que medida a mudança técnica foi bem-sucedida na redução de custos em toda uma série de indústrias que incluía as refinarias e destilarias de açúcar, a manufatura de fumo, o trabalho em madeira e a fundição de chumbo.[84]

Um estudo sobre "senhores do fumo" de Glasgow conclui: "parecia haver uma conexão bastante íntima entre o crescimento do comércio de fumo e a criação de fábricas".[85] Os agentes empregados pelos mercadores de fumo eram quase sempre o canal através do qual os donos de *plantations* faziam seus pedidos na metrópole; os grandes pedidos de suprimentos no atacado envolviam estes mercadores no patrocínio das primeiras fábricas, e lhes sugeriram uma aplicação alternativa para seus recursos em 1776, quando a revolta americana interrompeu seus negócios com o tabaco.

Talvez o caso mais famoso de ligação entre o comércio triangular e o início da industrialização seja o da firma de Watt & Boulton. Como ressalta John Lord: "foi com dinheiro ganho no comércio com as Índias Ocidentais que finalmente se encontrou capital para financiar Watt".[86] O comércio de produtos de metal das Midlands costumava encontrar mercados vantajosos na África e na América; algumas fábricas especializaram-se em produzir pregos ou armas para aquelas regiões. Arthur Young relatou em 1776 que a estrada das fábricas do Soho era uma extensa aldeia de produtores de pregos queixando-se do desmantelamento do comércio com a América.[87] Se a demanda atlântica estimulou algumas indústrias novas, também forneceu mercado para manufaturas e produtos artesanais mais tradicionais. Assim, as vicissitudes da indústria têxtil de Essex muito deveram às exportações variáveis de *says and bays** para Portugal; da mesma forma, as manufaturas de metal de Birmingham eram produzidas freqüentemente com métodos tradicionais.[88]

Uma afirmativa resumida e útil, com conseqüências evidentes sobre o lucro colonial, foi feita por Phyllis Deane:

> Seria surpreendente se uma parte do superávit acumulado, gerado em três décadas de prosperidade comercial [ou seja, de 1740 a 1770], não fosse destinada às indústrias manufatureiras cujos produtos formavam o principal estoque dos comerciantes em atividade. Com a expansão dos mercados, as taxas baixas de juros e a tendência de alta dos salários, havia um incentivo positivo para a busca e a adoção de inovações que economizassem mão-de-obra — principalmente mão-de-obra especializada.[89]

Há também boas razões para se supor que o lucro do comércio atlântico poderia ser absorvido por indústrias com pouca ou nenhuma ligação direta com o comércio de ultramar. Assim, a fabricação de cerveja e pães transformou-se em grande negócio no decorrer do século XVIII, atendendo às necessidades de uma nova população

*_says_, ou _sayes_, é um tipo de sarja utilizada para forros, camisas e aventais; _bays_, ou _baize_, um tecido grosseiro de lã franjado, sem ourela, semelhante à flanela. (*N. do T.*)

urbana. Acidentes geográficos e relações de parentesco faziam com que um superávit apurado no comércio das Índias Ocidentais pudesse ajudar a cobrir a grande necessidade de crédito dos cervejeiros e padeiros que passaram a adotar métodos de produção em grande escala. É claro que os cervejeiros e padeiros procuraram em primeiro lugar fontes internas de poupança, investimento e crédito, mas devido a conexão íntima entre estas novas indústrias e o setor agrícola, os anos negativos que reduziam o crédito coincidiam quase sempre com os anos em que os fazendeiros achavam mais difícil conceder-lhes adiantamentos. Em momentos cruciais, os "cervejeiros mecanizados" tiveram necessidade de procurar crédito com amigos e parentes no setor mercantil e bancário ligado ao comércio exportador. Desta forma, mercadores e banqueiros como Barclay, Bevan, Gurney, Hoare e Hanbury estenderam seus interesses para a fabricação de cerveja.[90] Laços familiares e conexões religiosas facilitaram essas transfusões, assim como outros mecanismos mais impessoais.

A economia da Grã-Bretanha no século XVIII oferecia poucas fontes institucionais de crédito, e sofria de escassez de moeda corrente; letras sacadas contra a produção das *plantations* costumavam circular como uma espécie de quase-dinheiro. Peter Mathias explica:

> A expansão dos mecanismos financeiros, mais especificamente em Londres, que tornou livremente negociáveis letras de açúcar e fumo com boa margem comparativa em relação aos títulos do governo, fez com que o crédito de curto prazo se tornasse o fator de produção mais eficiente e versátil do século XVIII. Durante a primeira metade do século, Londres dominou esse fluxo, apoiada por núcleos satélites nas bases provinciais mais antigas do comércio exterior, como Bristol. Durante a segunda metade do século, o mercado londrino de dinheiro manteve seu predomínio, porém cada vez mais com base na grande criação e mobilização de riqueza provincial. (...) A crescente riqueza provincial veio em parte da diversificação do comércio exterior, que transformou portos da costa ocidental como Glasgow, Whitehaven, Liverpool e Bristol em grandes centros do comércio de longa distância e, em parte, do grande desenvolvimento da riqueza agrícola, da indústria e do comércio no interior da Inglaterra. Os bancos especializaram-se primeiro em servir ao comércio exterior em Bristol e Glasgow a partir de 1750, e em Liverpool a partir de 1770.[91]

Parecia que as letras do açúcar e do fumo como recurso monetário eram fruto do trabalho escravo tanto quanto os soberanos de ouro com os quais competiam como

meio circulante. Por outro lado, estes instrumentos financeiros tinham muito mais probabilidade de serem canalizados para setores da economia em processo de modernização. Barbara Solow e Pat Hudson insistiram que o comércio relacionado aos escravos ofereceu múltiplos recursos para a mudança e o crescimento econômicos durante todo o período de industrialização.[92] E embora os lucros do Atlântico fossem suficientemente grandes para causar impacto na economia como um todo, fica ainda mais claro que tiveram efeito concentrado nos setores em fase de industrialização — até mesmo a "estimativa básica" para este lucro em 1770 é consideravelmente maior que o investimento total naquele ano em equipamentos e estoques de fabricantes.

Um problema que permanece aberto à análise é a separação entre o setor escravista e a economia metropolitana, com a qual estava tão intimamente emaranhado. Com referência ao lucro do comércio negreiro da Grã-Bretanha, Stanley Engerman escreveu em 1975:

> em vez de considerar o comércio de escravos como iniciador exógeno e independente do crescimento, argumento duvidoso por causa do fracasso da industrialização dos portugueses, franceses e holandeses, entre outros, é o processo de crescimento que pode ajudar a explicar as diferenças entre as taxas de lucro das nações que comerciavam com escravos (e o impacto econômico diferente das economias escravistas). Desta forma, a economia escravista como um todo tem seu papel no crescimento econômico, assim como outros setores, e, embora seja uma parte especialmente imoral do processo, seu êxito e seu impacto dependem bastante de várias outras forças sociais e econômicas.[93]

Esta opinião absorve alguma coisa da integração entre escravidão e capitalismo, mas não leva em conta toda a contribuição substancial dada pela primeira para este. Os empreendimentos dependentes de escravos nas Américas foram um complemento importantíssimo para a economia bem diferente da metrópole que era protocapitalista de transição. Com vento contínuo e favorável, os primeiros navios a vapor usados no comércio negreiro do Atlântico de meados do século XIX descobriram que as velas os impulsionavam com maior velocidade e menor custo do que o motor. O híbrido de economia escravista e industrialização capitalista pode ser representado mais fielmente por esta imagem do que pela alternativa do escaler apresentada no início deste capítulo.

Engerman está certo ao argumentar que o comércio negreiro por si só não criou uma base adequada para a industrialização, e ao destacar que a "eficiência" econômica britânica ajudou tornar mais lucrativo o comércio de escravos. Mas suas referências ao suposto exemplo contrário representado pelas outras potências coloniais não dá o crédito merecido ao sucesso britânico. O império comercial britânico baseado na escravidão era muito maior do que o de seus rivais e muito mais integrado, de forma que a demanda e os lucros coloniais realimentavam a metrópole de forma bem mais confiável. Além disso, a combinação de poderio naval, comercial e industrial permitia aos mercadores britânicos penetrar nos sistemas comerciais dos outros impérios coloniais. A liderança naval e manufatureira da Grã-Bretanha não era, na verdade, reproduzida em todos os outros setores; como observamos no Capítulo XI, as *plantations* de açúcar francesas eram as mais produtivas. Engerman parecia estar aludindo a um tipo de eficiência generalizada dos empreendimentos do Império britânico que é semelhante à "produtividade total dos fatores". Embora a economia britânica gozasse com certeza de uma vantagem deste tipo sobre seus rivais, vale notar que os cálculos de Crafts sugeriram que a parcela de crescimento anterior a 1831 que não podia ser explicada com base em capital, mão-de-obra e terra adicionais era ainda relativametne modesta.

Crafts acredita que no período entre 1760 e 1800 o crescimento médio anual da economia britânica foi de 1%, do qual 0,35 devia-se a volumes crescentes de capital, 0,4 à entrada adicional de mão-de-obra e apenas 0,2 à contribuição da "produtividade total dos fatores" (PTF). Com o crescimento do setor industrial, a contribuição da PTF também cresceu, mas a do crescimento do capital continuou importante — o crescimento anual em 1801-31, em sua opinião, subiu para 2%, com 0,5 deste aumento sendo devido ao capital e 0,7 à PTF. Assim, o cálculo de Crafts destaca a contribuição do afluxo de capital para o crescimento britânico, conclusão que dá importância ainda maior ao papel do lucro da escravidão colonial na formação de capital.[94] O próprio Crafts insistiu que o avanço econômico britânico tirava seu ímpeto de "macroinvenções", na forma de aglomerações de novos métodos, que funcionavam juntos e eram ligados pelo investimento em infra-estrutura, sendo que tudo isso exigia financiamento. A noção tradicional de uma revolução industrial passa assim a abranger o impacto de um "choque tecnológico", que por sua vez exigiu o que podemos chamar de "choque de capital".[95]

Matérias-primas

O vínculo entre a escravidão do Novo Mundo e a industrialização britânica foi examinado até agora do ponto de vista dos mercados e das fontes de investimento. Foram apresentados cálculos macroeconômicos que mostraram que a demanda e o lucro

ligados às *plantations* foram suficientemente grandes para desempenhar papel importante no início da acumulação industrial. Foram propostos alguns vínculos microeconômicos ou setoriais plausíveis e específicos. Mas o próprio surgimento de um complexo industrial e comercial integrado, com seu momento decisivo na década de 1780, tornou mais difícil delimitar a contribuição diferenciada dos sistemas escravistas. Se olharmos para o fornecimento de matérias-primas, a constatação de uma contribuição diferenciada e sistemática é forte e direta. A *plantation* escravista passou a ser a principal fornecedora do insumo industrial mais importante: algodão bruto. Nesta área, a "acumulação primitiva" pode ser vista pelo que era — não um episódio ou um momento, não a mordida fatal da maçã ocorrida num passado antediluviano, mas um processo contínuo e implacável pelo qual a acumulação capitalista se alimenta dos métodos de exploração pré-capitalista, ampliando cada vez mais seu alcance até exauri-los ou transformá-los. A sede de mais-valia do capital e o avanço necessariamente irregular da mecanização na verdade produziram várias vezes regimes de *acumulação primitiva ampliada*, nos quais o trabalho forçado ou pesado é levado a acompanhar o ritmo da indústria mecanizada e a contar com a "economia natural" ou com recursos comunais para sua reprodução. A escravidão do Novo Mundo foi a primeira e menos camuflada expressão desta lógica capitalista.

Em seu início, a Revolução Industrial ficou fortemente concentrada no setor têxtil. Os produtos têxteis eram responsáveis por 75% do emprego industrial na Inglaterra em 1840, e os tecidos de algodão correspondiam a metade deste total. Paul Bairoch, num estudo sobre "Agricultura e Revolução Industrial", ressaltou que o algodão adequava-se muito melhor aos métodos industriais do que as fibras produzidas na Europa. Ele observa:

> o algodão teve importante papel qualitativo. Como suas fibras prestam-se particularmente bem ao tratamento mecânico, foi um impulso para a mecanização da indústria têxtil. Quando consideramos as dificuldades de adaptar máquinas de fiação de algodão (que seus inventores não criaram apenas para o algodão) para a lã, ou ainda mais para o linho, logo percebemos que a mecanização do trabalho têxtil, que influenciou de modo marcante e profundo o início da revolução industrial, talvez nunca tivesse ocorrido se não fosse por esta fibra em particular, tão adequada ao tratamento mecânico.[96]

Do lado do fornecimento, uma característica extraordinária da indústria do algodão foi seu acesso aparentemente ilimitado à matéria-prima. A maioria das primeiras indústrias, quer dependessem da agricultura ou da mineração para a obtenção de sua matéria-prima, logo encontraram gargalos no fornecimento e custos que subiam

vertiginosamente com sua rápida expansão. As primeiras indústrias algodoeiras, pelo contrário, descobriram que os preços começaram a cair com o crescimento da demanda. Esta simplificação dos problemas enfrentados pela manufatura do algodão permitiu-lhe explorar as vantagens das novas fontes de energia e dos novos métodos, mesmo que estes últimos cobrassem seu preço: "O fato de que a indústria do algodão estava extraordinariamente livre de problemas de fornecimento de matéria-prima fez com que ela se destacasse entre muitas outras, facilitando de imediato sua expansão logo no início e isolando-a de uma série de problemas enfrentados e resolvidos por muitas outras indústrias."[97] A opinião de Douglas Farnie é muito parecida:

> A maior vantagem isolada da indústria depois de 1801 foi sem dúvida seu acesso à oferta abundante de matéria-prima barata. (...) O algodão barato deu à indústria uma vantagem incomparável sobre todos os outros produtos têxteis. (...) A produtividade da agricultura americana foi de importância sem precedente nem paralelo para a redução dos custos da indústria britânica.[98]

O algodão das *plantations* deu aos fabricantes britânicos os meios de superar a formidável competição indiana. Em meados do século XVIII, os tecidos de algodão indianos ainda dominavam o mercado mundial. Os fabricantes indianos comandavam uma mão-de-obra muito especializada e relativamente barata, com abastecimento abundante e direto de algodão. Os produtores ingleses não poderiam competir com os indianos a menos que tivessem *tanto* um método eficiente de produção que economizasse mão-de-obra *quanto* fontes seguras de algodão barato.[99]

Foi a combinação de preço baixo com qualidade razoável que permitiu aos produtos de algodão ingleses a conquista do mercado mundial no fim do século XVIII e início do XIX. Em 1784, o algodão bruto custava ao fabricante inglês 2 *shillings* por libra-peso; em 1812, 1 *shilling* e 6 *pence*, e em 1832, 7½ *pence*, uma queda de quase dois terços durante todo o período.[100] A contribuição do algodão plantado por escravos para a estrutura de custos da indústria inglesa do algodão permitiu que o preço dos tecidos de algodão ingleses caísse quase duas vezes mais depressa no período 1815-50 do que se o preço do algodão bruto tivesse permanecido estável. Além das flutuações conjunturais, a circunstância que permitiu a queda no preço do algodão bruto foi a adoção da descaroçadeira de algodão de Eli Whitney e a extensão do plantio de algodão aos estados do interior do sul dos Estados Unidos. A maior queda de preço ocorreu entre 1817, quando o algodão bruto era vendido por 26,5 *cents*

a libra, e 1826, quando seu preço foi de 12,2 *cents* a libra, o que refletiu a reação dos donos de *plantations* à conjuntura favorável do pós-guerra.[101]

Mesmo antes do crescimento das *plantations* de algodão no sul dos Estados Unidos, as *plantations* escravistas do Novo Mundo já forneciam quase três quartos das importações de algodão bruto da Grã-Bretanha. A importação das Índias Ocidentais britânicas cresceu de 3,3 milhões de libras-peso ao ano em 1761-65 para 6,1 milhões em 1781-85, 11,6 milhões em 1791-95 e chegou a 16 milhões por ano em 1801-05.[102] As Índias Ocidentais britânicas não dispunham de vantagens naturais nem de proteção tarifária no caso do cultivo do algodão; só podiam fornecer à Grã-Bretanha um quarto ou menos de sua necessidade de algodão bruto. As fontes de fornecimento de algodão bruto para a Grã-Bretanha no fim do século XVIII são especificadas na Tabela XII.14:

Tabela XII.14 Fontes de Algodão para a Grã-Bretanha 1786/87 e 1796-1805

Em 1.000 lb. e %	1786/87	1796-1805
Índias Ocidentais britânicas	5.050 (25,4%)	8.114 (17%)
Índias Ocidentais ocupadas pela Grã-Bretanha	–	7.853 (16,5%)
Índias Ocidentais estrangeiras	6.214 (31,3%)	944 (2,0%)
Brasil	2.500 (12,6%)	7.971 (16,7%)
Louisiana	–	1.453 (3,0%)
EUA (incluindo reexportação)	–	14.978 (31,4%)
Total do Novo Mundo	*13.764 (69,3%)*	*41.797 (87,8%)*
Turquia (Esmirna)	6.000 (30,2%)	969 (2,0%)
Índias Orientais	90 (0,5%)	5.171 (8,9%)
Total geral	*19.854*	*47.631*

Fonte: Drescher, *Econocide*, pp. 57, 84-5.

Com o crescimento da demanda britânica de algodão, cresceu também a proporção de algodão fornecido pelas *plantations* escravistas americanas. Quando o embargo e a guerra interromperam as remessas norte-americanas, seu lugar foi tomado pela expansão da produção caribenha e brasileira. Com a restauração da paz, as *plantations* dos Estados Unidos passaram imediatamente a fornecer à Grã-Bretanha metade de seu algodão bruto, chegando a três quartos na década de 1820.[103]

Nem o Levante nem o Oriente puderam igualar o desempenho das *plantations* americanas. Estas gozavam com certeza de algumas vantagens naturais, mas foi a mão-de-obra escrava que permitiu que estas vantagens fossem exploradas. A população

trabalhadora dominada pelos donos das *plantations* não era maior que a dos súditos dos zamindares da Índia ou dos beis e paxás do Egito ou da Anatólia, mas os proprietários de *plantations* escravistas americanas eram ao mesmo tempo mais adaptáveis e mais afinados com o mercado mundial emergente. As classes exploradoras do Oriente não tinham necessidade — e pouco incentivo — de atender à demanda européia; além disso, os camponeses que exploravam não podiam ser mobilizados à vontade, nem podiam ser determinados seus métodos de cultivo e processamento. Na Ásia, a extração de excedente dos produtores diretos era em geral definida por quantidades e culturas ditadas pelo costume. Numa época ainda essencialmente pré-colonial, havia na Ásia muitos contratempos e barreiras contra a pressão de mercado vinda do Ocidente. Os proprietários americanos de escravos, por outro lado, eram jogadores ativos e inovadores no mercado atlântico.

Embora muitos donos de *plantation* brasileiros e norte-americanos se orgulhassem do caráter patriarcal e paternalista de sua relação com os escravos, continuavam sujeitos às pressões e incentivos do mercado. Um contingente de escravos que não produzisse mercadorias era um peso morto no livro-razão do proprietário da *plantation*. O proprietário precisava de dinheiro para suprir as necessidades de sua própria casa, para pagar o salário do feitor, para cobrir o custo de material de construção usado para manter sua propriedade em bom estado. Até algumas despesas mínimas eram necessárias para manter o próprio contingente de escravos. No Capítulo XI vimos que os proprietários podiam sustentar suas *plantations* dentro do círculo da economia natural; no entanto, suas operações ainda continuavam parcialmente expostas à pressão do mercado; no limite, os escravos seriam vendidos para quem pudesse dar-lhes melhor uso — e geralmente isto significava ganhar mais dinheiro com seu trabalho. Assim, os proprietários de escravos da Virgínia nunca podiam evitar completamente a pressão de fazer dinheiro com suas propriedades, já que havia despesas constantes:

> Os invernos frios do Chesapeake exigiam a compra de grande quantidade de roupas, mas os proprietários aparentemente admitiam grandes despesas com seus escravos como uma responsabilidade do ano todo. Além de fornecer roupas, o proprietário da *plantation* tinha de pagar impostos, dar ao feitor um décimo ou um sétimo da produção e comprar rum e cerveja na época da colheita.[104]

Os proprietários americanos de *plantations* e as autoridades políticas perceberam bem cedo os ganhos imensos que poderiam ser conseguidos se atendessem à demanda crescente de algodão. O estado da Geórgia, no sul dos Estados Unidos, nomeou uma comissão para investigar a viabilidade de uma descaroçadeira capaz de limpar

as fibras da variedade de algodão de fibra curta que podia ser plantada no interior. A atenção pública, portanto, já estava voltada para este problema quando Eli Whitney, professor da Nova Inglaterra, visitou a Geórgia em 1793. A invenção da descaroçadeira surgiu de pressões econômicas e de uma cultura orientada para a técnica, de forma semelhante ao aparecimento da máquina de fiar, a *spinning jenny*, e da máquina a vapor; a própria descaroçadeira de Whitney seria tão adaptada e aperfeiçoada pelos proprietários das *plantations* que ele teve dificuldade para defender sua patente. Forçado a avançar pelos proprietários atentos a novas oportunidades lucrativas, o cultivo do algodão disseminou-se com rapidez pelos estados do interior; grupos de escravos, ou contingentes inteiros, foram transferidos de setores em declínio ou estagnados da economia escravista para o novo cinturão do algodão. Em alguns casos, os proprietários emigraram com seus escravos; em outros, o comércio interno de escravos fazia a transferência.

O sistema escravista norte-americano encontrara um modo novo e lucrativo de utilizar a mão-de-obra escrava. Gavin Wright escreve: "A primeira alavanca do surgimento do Reino do Algodão foi (...) a própria Revolução Industrial, e dessa data em diante o destino da economia sulista ficou intimamente ligado ao progresso da indústria têxtil britânica."[105] A escravidão americana fora atrelada ao colosso do capital industrial com firmeza semelhante à dos distritos algodoeiros do Lancashire. Mas em ambos os casos devemos ter cuidado para que a descrição das forças estruturais não reduza o papel dos diferentes tipos de empreendedores envolvidos: o grande fabricante num caso e o proprietário de *plantations* e escravos em outro. Joyce Chaplin escreve a respeito do padrão de "adoção inventiva" e "modernização seletiva" dos proprietários de escravos: "Qualquer afirmativa de que a descaroçadeira de algodão ou o mercado britânico criaram o Cinturão do Algodão no sul ignora que a verdadeira conseqüência do cultivo comercial no interior do país, a expansão da escravidão para oeste, foi um trabalho consciente de pessoas inteligentes e articuladas — uma realidade muito mais feia."[106]

Os primeiros fabricantes de tecidos de algodão compravam matéria-prima e vendiam seu produto num ambiente competitivo de mercado. Durante a guerra os preços podiam ser anormalmente altos ou baixos, mas na média o preço da produção da *plantation* tendia a refletir o custo relativamente baixo de reprodução da *plantation* eseravista. Os escravos, como vimos, cobriam a maior parte de seus próprios custos de reprodução com seus esforços pessoais diretos. Como os proprietários competiam ferozmente entre si, o caminho para uma massa maior de lucro era aumentar ao máximo a produção. Isto exerceu uma pressão de baixa nos preços — embora contrabalançada pela demanda crescente. O caráter híbrido da *plantation* escravista

transformou-a assim num motor poderoso da acumulação primitiva, gerando um lucro razoável para seu proprietário mas também barateando o fornecimento de meios de produção ou de reprodução para a região metropolitana.

O algodão ou o anil produzidos por escravos encaixam-se com facilidade, como matérias-primas, num esquema de acumulação primitiva ampliada; embora, a longo prazo, o custo que teria resultado do emprego de trabalhadores assalariados para limpar e cultivar as *plantations* americanas não teria sido necessariamente maior. De forma menos direta, o açúcar e outros produtos de *plantation*, ao estimularem e baratearem a reprodução da força de trabalho como mercadoria, também contribuíram para o processo de acumulação da metrópole. É importante compreender o impacto dos produtos da *plantation* em termos não só da economia política como também do nascimento de uma nova subjetividade, por trás das relações de mercado, mas que também influenciou sua direção e seu conteúdo específico.

Os produtos das *plantations* e o novo mundo de consumo

Ao explorar os vínculos entre os sistemas escravistas e a dinâmica dos mercados econômicos britânicos, consideramos o lucro e a matéria-prima mas não o novo modo de consumo ao qual os produtos da *plantation* se associavam de forma tão peculiar. Por virem de climas estrangeiros, os produtos da *plantation* tinham uma aura de luxo exótico; por serem produzidos por uma população crescente de escravos, podiam ser fornecidos em escala maior que os artigos de luxo tradicionais. Podiam, assim, contribuir de modo especial para levar população da metrópole para a esfera da troca generalizada de mercadorias. Os novos trabalhadores assalariados em seus vários níveis de renda sustentavam-se através do recurso ao mercado, e a economia doméstica e de subsistência foi relegada a uma posição inferior. John Kennedy, fabricante de tecidos de algodão, declararia: "Entre as classes mais baixas, penso que se pode afirmar com segurança que a indústria só poderá ser encontrada onde se insinuaram desejos artificiais que tenham adquirido o caráter de necessidades."[107]

Os próprios tecidos de algodão, por oferecerem mais conforto, higiene e economia, foram logo adotados pela nova população urbana e pela classe média rural. O açúcar e as bebidas exóticas também se tornaram, em graus diferentes, recompensas da nova existência burguesa e proletária, e um incentivo para que pequenos produtores ganhassem dinheiro. Chá, café, chocolate e açúcar eram muito mais fáceis de armazenar e transportar do que muitos outros tipos de alimentos. As novas bebi-

das eram, em sua maioria, adoçadas com açúcar, e tinham uma vantagem para a saúde: a água com a qual eram preparadas tinha de ser fervida. Os que dependiam de salários para sua reprodução geralmente tinham pouca escolha quando aceitavam esta condição; a migração pode ter sido o resultado da total incapacidade de continuar vivendo numa região. Mas a existência mais "artificial" de um habitante urbano ou de um trabalhador assalariado sem terra era um pouco aliviada por luxos baratos que ajudaram a construir uma nova subjetividade e que conquistaram um espaço modesto, mas importante, no qual novas escolhas podiam ser feitas. Já descrevemos o surgimento do fumo como prazer popular no século XVII; o açúcar e o algodão também estavam ligados ao novo gosto popular, ao qual se devia conceder certa autonomia. O papel desempenhado pelos produtos exóticos na eliminação das tendências auto-suficientes e autárquicas de pequenos produtores independentes foi também importante — principalmente se nos lembrarmos de como era disseminada a pequena produção no mundo atlântico do século XVIII.[108]

O surgimento dos armazéns estava intimamente ligado ao varejo de alimentos exóticos. Dorothy Davis escreve:

> armazéns varejistas, embora ainda estocassem materiais domésticos variados como lenha, papel, tinta, cera, telas, arsênico, alcatrão etc., começavam a perder sua antiga característica de loja naval para se concentrar em alimentos não-perecíveis vindos do Mediterrâneo, do Extremo Oriente e do Novo Mundo, disponíveis em quantidade cada vez maior. Um desses produtos mais importantes foi o açúcar.

Ela também observa: "Em 1722, os ingleses compravam chá numa média de uma onça (cerca de 30 gramas) por pessoa por mês, e nos cem anos que se seguiram esta quantidade cresceu sem parar até chegar a uma onça por pessoa por semana, enquanto no mesmo período o consumo de cerveja caiu quase à metade."[109] O chá não era um produto tão volumoso quanto o açúcar com o qual era consumido, e assim podia suportar o custo de transporte do Extremo Oriente até a Europa. Além de ser misturado ao chá, o açúcar passou a ser usado na fabricação de bolos e doces comprados prontos, que também se tornaram um acréscimo comum à dieta urbana: "as confeitarias iam de vento em popa. (...) O açúcar e as frutas secas, antes em luxo dos ricos, tornavam mais atraentes os bolos prontos".[110]

Hoh-cheung e Lorna Mui chamaram a atenção para o número grande e crescente de lojistas na Grã-Bretanha do século XVIII. Em 1801, 62.000 lojistas eram vendedores autorizados de chá, e o número total de lojas de varejo estava em torno de 177.000; estas lojas tinham de competir com grande número de feirantes, vendedores ambulantes e lojas informais. Os "artigos de incentivo" mais importantes, como o açúcar, e as várias bebidas e os confeitos com ele adoçados, eram itens vitais do comércio, assim como os artigos de algodão. A chegada de uma fábrica a Wilmslow transformou esta aldeia do Cheshire, já que o número de lojistas "aumentou de forma espantosa, e alguns deles vendem uma grande variedade de artigos (...) chá, café, pães de açúcar, especiarias, algodão estampado (...)".[111]

Entre 1715-24 e 1785-1800, as importações de açúcar retidas na Inglaterra e no País de Gales sugerem que o consumo *per capita* dobrou de cerca de 12 libras para 24 libras anuais (de aproximadamente seis quilos para doze por ano). Uma estimativa da despesa semanal de um seleiro, sua esposa e três filhos em 1775 inclui 1 *shilling* e 5 *pence* de açúcar e 11¼ *pence* de chá, de um total de 1 libra e 6½ *pence* — sendo estes os únicos "luxos" permitidos no orçamento da família.[112] Uma bebida doce feita de folhas usadas de chá costumava ajudar o morador de uma casa de cômodos ou o trabalhador rural diarista a suportar os rigores de uma vida difícil. Embora o grosso do consumo ainda ficasse por conta das pessoas de renda mediana, o preço relativamente baixo do açúcar tornava-o agora atraente para consumidores da classe trabalhadora. Por causa da proteção tarifária, o açúcar era mais caro em Londres do que em Amsterdã, mas isso não impediu o crescimento do consumo inglês. Na verdade, o consumo generalizado de açúcar era visto — com certa complacência — como indicador da prosperidade inglesa, como na seguinte observação feita em 1763:

> se a riqueza da *França* fosse tão grande ou tão disseminada, ou seja, se a massa de seu povo estivesse empregada numa proporção tão elevada, e, portanto, tão confortável em suas condições quanto está hoje o grosso da nação *britânica*, então, naturalmente, eles consumiriam muito mais [açúcar] e exportariam muito menos.[113]

Uma das estimativas da época mais citadas sobre estrutura social e ocupacional da Grã-Bretanha no século XVIII é um exercício de "aritmética política" de Joseph Massie, que lista as várias classes em relação a seu consumo anual de açúcar; seu objetivo era mostrar que havia um interesse generalizado em opor-se à pressão das Índias Ocidentais e baixar o preço do açúcar.[114]

Num ensaio instigante, Jan de Vries afirmou que a Europa dos séculos XVII e XVIII testemunhou uma "revolução industriosa" impulsionada pelo apetite popular por uma cesta de bens de consumo mais variada e com menor custo. Os trabalhadores holandeses e britânicos foram levados a participar mais do mercado — em parte por restrições forçadas, como os impostos, mas também pela atração exercida por bens ou manufaturados exóticos e mais baratos. Os homens trabalhavam mais

dias por ano; as mulheres e crianças entraram para a força de trabalho. A aceleração da atividade econômica que precedeu e acompanhou a Revolução Industrial e ajudou a torná-la possível exigiu uma força de trabalho motivada para assumir uma participação maior na estrutura do mercado. Não vem ao caso se a substituição da cerveja pelo chá adoçado, dos tecidos de linho pelos de algodão ou o hábito de fumar são ou não ganhos de qualidade de vida. A disponibilidade para uma escolha mais ampla de necessidades e luxos populares representava uma certa compensação pela dependência do salário — e depender de um salário podia parecer muito melhor do que a subordinação a um senhor ou senhora.[115] Ainda assim, De Vries tem o cuidado de deixar claro que o mundo da dependência do salário e da intensificação da carga de trabalho impôs novas dificuldades e incertezas. O fato de que a altura média dos recrutas do Exército britânico realmente diminuiu durante a maior parte do período entre 1780 e 1850 parece confirmar isso.[116]

Carole Shammas acha que as novas populações urbanas compensaram o acesso mais difícil a leite e vegetais frescos com o aumento do uso de produtos das colônias. Para os consumidores mais pobres, as calorias adicionais obtidas com o açúcar passaram a ser importantes:

> o baixo nível de calorias parece ter sido a norma para muitos trabalhadores ingleses durante o período final do século XVIII e também durante várias décadas do século XIX. Se há uma mudança dietética cuja ocorrência pode ser documentada nos séculos XVIII e XIX é a utilização crescente de produtos que aplacam o apetite, como o fumo, as bebidas com cafeína e o açúcar. (...) O quadro a que se chega depois de consultar várias fontes a respeito da dieta na Inglaterra e na América do início da era moderna não é de fome para grande parte da classe trabalhadora, e sim de um desejo contínuo de maiores quantidades das novas mercadorias e de mais pão, carne e leite de melhor qualidade. É difícil acreditar que a comida não estivesse o tempo todo na cabeça de grande parte do povo trabalhador. (...) Em outras palavras, a população inglesa já enfrentava problemas com sua dieta tradicional, e o conteúdo calórico daquela dieta para os elementos mais pobres da sociedade era aparentemente muito baixo; insuficiente, parece, para sustentar um dia inteiro de trabalho braçal. Nestas condições, as propriedades energizantes e redutoras do apetite do fumo e das bebidas cafeinadas podem muito bem ter sido atraentes. O fumo e o chá, café ou chocolate quentes estimularam o consumo de cachimbos de barro e vasilhas de louça.[117]

A água fervida das bebidas adoçadas provavelmente ajudou a controlar a contaminação, mas, fora isso, a aurora da época da vida industrial e da *junk food* não foi boa

para a saúde. As horas de trabalho intenso nas novas fábricas costumavam ser tão longas quanto nas *plantations* das Índias Ocidentais. A fome, em vez do chicote, era o aguilhão que forçava a trabalhar. Crianças pequenas e mulheres grávidas ou em fase de amamentação tinham de trabalhar longas horas para se manterem vivas. O número de bebês mortos no primeiro ano de vida ficou entre 150 e 250 por mil nas Índias Ocidentais britânicas nos primeiros anos do século XIX, contra 171 em Londres, 239 em Leeds e 144 em Essex.[118] Assim, nas condições existentes, a exploração do trabalho assalariado no "livre mercado" — gerando um superávit capitalista "normal" — podia ser tão mortal, ou quase tão mortal, quanto a superexploração da mão-de-obra escrava.

Guerra, colônias e industrialização

Até agora, o exame da contribuição do comércio triangular para o progresso industrial da Grã-Bretanha não focalizou a guerra, os impostos e as despesas do governo. Mas é certo que os sistemas coloniais do século XVIII geraram tanto guerras quanto lucros de *plantations*. De fato, deve-se deduzir boa parte das despesas com a guerra de qualquer cálculo do superávit colonial e do valor dos mercados coloniais e suas fontes de suprimento. Quando R. P. Thomas fez objeções à estimativa de Sheridan dos lucros do Império, um dos débitos que propôs foi a despesa com a esquadra e a guarnição das Índias Ocidentais. Por volta de 1770, as despesas com a esquadra jamaicana eram de £319.000 por ano, e com a guarnição, de £115.000.[119] Embora estes débitos reduzissem a estimativa de lucro da Jamaica, ainda permitiam uma bela taxa de retorno. E, como ressalta Sheridan, o governo de Londres podia compensar estas despesas com a receita apurada com a Taxa do Açúcar, que foi de £700.000 em 1770 e elevou-se bastante nas décadas seguintes.[120] A Taxa do Açúcar foi considerada uma taxa sobre o consumo — embora não se pudesse chegar àquele resultado sem a apropriação prévia do excedente produzido pelos escravos, e uma taxa desse tipo sobre o consumo popular talvez devesse ser vista como um excedente social do qual o estado se apropria por meio da supervisão das relações estabelecidas entre os produtores, tanto da metrópole quanto das *plantations*. Mas seja qual for a abordagem adotada, deduzir as despesas de guerra da receita da Taxa do Açúcar, da Taxa do Tabaco etc. não resolve o problema de incluir essas despesas militares nas estimativas da contribuição colonial para o crescimento da metrópole, já que em tempo de guerra estas despesas atingiam proporções gigantescas.

Já demonstrei que o comércio triangular era lucrativo, ou vantajoso, para uma

série de indústrias e interesses específicos. Mas esse cálculo macroeconômico pode naufragar caso se leve em conta o custo da guerra e do monopólio colonial, sem falar do custo humano do comércio triangular e do próprio processo de industrialização. R. P. Thomas e D. N. McCloskey afirmaram claramente: "o que interessava ao fabricante de tecidos de Manchester, ao comerciante de escravos de Bristol ou ao dono de uma *plantation* nas Índias Ocidentais não costumava ser do interesse da economia britânica como um todo."[121] Muita coisa pode ser dita sobre esta opinião, contanto que ela não nos leve a supor que havia uma entidade harmoniosa e homogênea, a "economia britânica", que pudesse ser contraposta aos vários interesses e classes antagônicos que na verdade compunham a estrutura social. Tanto em termos individuais quanto coletivos, os comerciantes, fabricantes e donos de *plantations* eram membros influentes e poderosos da comunidade econômica; além destes apropriadores, e contra eles, havia um grande número de criadores de riqueza — trabalhadores, artesãos, pequenos produtores, fornecedores de serviços necessários e, do outro lado do oceano mas dentro do sistema econômico, os escravos. Dadas as relações sociais predominantes, as trocas com as *plantations* ajudaram as classes exploradoras a impulsionar "a economia", com a mobilização do excedente produzido pelos escravos e a realização de lucros nos novos ramos de produção. Também ajudaram a pagar as despesas do estado não originadas simplesmente por causa das colônias.

Em 1770, o total das despesas militares da Grã-Bretanha chegou a £3,9 milhões, ou um valor intermediário dentro da faixa de estimativas do lucro do comércio triangular naquele ano. Mas aquele foi um ano de paz. Em 1760, no auge da guerra de aquisição colonial de Pitt, o Velho*, as despesas militares da Grã-Bretanha totalizaram £13,5 milhões. Em 1780, no meio da tentativa desesperada de esmagar a revolta colonial na América do Norte, elas chegaram a £14,9 milhões. Estes picos seriam ultrapassados em muito durante a guerra revolucionária francesa e as guerras napoleônicas: em 1795, £26,3 milhões foram para o setor militar, boa parte dos quais para operações no Caribe. Mesmo em tempo de paz, a despesa militar era duas ou três vezes maior que a despesa civil. O outro componente considerável das despesas do estado eram os juros da dívida nacional, acumulados em guerras anteriores. As despesas de guerra jamais poderiam ser seriam cobertas pela receita corrente, e portanto eram financiadas com o aumento da dívida nacional; em tempos de paz, o serviço da dívida era o maior item isolado do orçamento e excedia as despesas

*O primeiro-ministro William Pitt, o Velho, primeiro conde de Chatham, foi duas vezes primeiro-ministro britânico (em 1757-61 e 1766-68), e ficou famoso por ter administrado o Império durante a Guerra dos Sete Anos em seu primeiro mandato. (*N. do T.*)

militares.[122] Apesar das tentativas de criar um "fundo de amortização", o tamanho da dívida e dos pagamentos de juros sobre ela cresciam constantemente. Os títulos públicos mobilizaram a riqueza com fins militares, e deram à classe importantíssima dos ricos que os compravam um papel especial no regime político e seu sistema fiscal. Eles financiavam os gastos públicos que, por sua vez, lhes permitiram um nível generoso de lucro e, assim, concentraram o capital. Os vinte e três sócios de David Hancock conseguiram taxas de lucro mais altas quando se tornaram empreiteiros militares do que em qualquer outra atividade.[123]

Há várias razões para explicar por que seria incorreto deduzir as despesas militares dos lucros do Império. A classe governante britânica não fazia guerra apenas para adquirir colônias. O sistema estatal europeu usava a guerra como ameaça por várias razões; assim, estados sem colônias nem tráfico de escravos não evitavam a guerra. Entre outros objetivos importantes para os governantes da Grã-Bretanha na época estava o fechamento do rio Scheldt, para impedir que a França desfizesse o "equilíbrio do poder" na Europa e para defender a casa de Hanover — foi este o preço da sucessão protestante.[124] Tanto a curto quanto a longo prazo, os teatros da guerra colonial e naval tinham maior probabilidade de gerar recompensas econômicas diretas do que objetivos clássicos como este da política européia da Grã-Bretanha.

As despesas militares do século XVIII eram imensas, mas não foram uma simples dedução da acumulação. Se examinarmos as fontes de receita do estado, descobriremos uma "conclusão esmagadora": "a ausência dos impostos sobre a riqueza e o capital acumulado".[125] A Taxa da Terra tinha importância decrescente: entre 1770 e 1790, as taxas diretas representaram apenas 17% a 18% da receita total. A acumulação fabril e comercial era quase totalmente isenta de impostos, enquanto a atrofia da avaliação da Taxa da Terra beneficiava os que executavam melhoramentos. Depois de 1706, a receita da Taxa da Terra ficou sempre abaixo do pagamento de juros sobre a dívida nacional, e assim os detentores de riqueza não deram nenhuma contribuição líquida à receita do estado. A maior parte da receita era gerada pelos impostos alfandegários e sobre o consumo: juntos nunca responderam por menos da metade do total da receita, e em tempo de paz geralmente correspondiam a mais de 70%.

Os impostos sobre importação e consumo eram cobrados principalmente de itens de consumo popular, como cerveja, sal, couro, velas, açúcar e fumo. A disseminação do trabalho assalariado e das relações sociais monetizadas em geral permitiram ao estado um bom espaço para gerar receita desta forma. As taxas sobre o consumo eram também uma fonte conveniente de receita numa economia com muitos pequenos produtores independentes na agricultura, na indústria e nos ser-

viços, embora elas não fossem menos prejudiciais por isso. Peter Mathias conclui: "Na minha opinião, não há dúvida sobre o caráter regressivo social geral da receita dos impostos sobre a importação e o consumo".[126] No final do século XVIII, o Imposto do Selo representava quase 8% do total da receita, e ele incidia principalmente sobre a classe média, mas este era um dos poucos impostos que não recaíam sobre a massa da população. O cálculo de Joseph Massie indica que só os muito pobres deixavam de pagar a Taxa do Açúcar; o grosso deste imposto era pago pelas classes pobre e média da população, e só 28% dele vinham das fileiras da aristocracia rural e financeira, da nobreza, dos mercadores, dos grandes comerciantes, dos principais fabricantes, dos oficiais militares, do clero, dos profissionais liberais e dos funcionários públicos.[127]

Não há indícios de que os salários pudessem compensar as flutuações dos impostos. A redução do poder de compra da população pode, por si só, ter reduzido o âmbito da acumulação fabril e comercial, mas pelo fato de que as despesas militares ofereciam um rico mercado para os fornecedores de armas, uniformes, utensílios de metal, provisões, navios etc. — lista que, como veremos, sobrepunha-se ao tipo de demanda gerada pelo comércio negreiro e da *plantation*. A proporção da renda nacional britânica gasta com impostos subiu de 9,1% em 1700 para 12,9% em 1750, e chegou a 20,3% em 1803.[128] E, naturalmente, onde as despesas militares resultaram na supremacia naval e na abertura de mercados, elas poderiam ser vistas como investimento no comércio exportador. O próprio êxito dos governantes britânicos na mobilização de recursos econômicos para as guerras que precisavam vencer foi, talvez, o maior ingrediente da vitória.

Tudo isso sugere que o estado hanoveriano tornou-se um instrumento muito eficaz de extração de excedentes, mas com um impacto bem suave nas áreas de maior potencial econômico: a manufatura e a agricultura aperfeiçoada. Embora a taxação de itens de consumo popular exercesse uma pressão de alta sobre o nível dos salários, era também um incentivo para a adoção de métodos que aumentassem a produtividade e reduzissem o custo médio da mão-de-obra. Os salários pagos a trabalhadores das indústrias na Grã-Bretanha eram bastante modestos, mas costumavam ser mais altos que os pagos a trabalhadores rurais diaristas; a maioria dos viajantes concordava que o padrão de vida do povo era mais alto na Grã-Bretanha do que na França. A taxação *per capita* era também maior na Grã-Bretanha do que em todos os outros países europeus. É claro que o fator determinante aqui, implícito nestes fenômenos e lhes dando coerência, era o desenvolvimento de relações de produção monetizadas e protocapitalistas. A mudança que as novas indústrias representaram na esfera das relações sociais foi tão importante quanto as descobertas tecnológicas

que a acompanharam. Assim os tecidos de lã, primeira manufatura tradicional da Grã-Bretanha, nunca se libertaram completamente do ritmo sazonal da agricultura, tanto por causa da periodicidade da tosquia como da sobreposição do emprego na agricultura e na manufatura. Os fabricantes de artigos de algodão conseguiram evoluir para uma força de trabalho mais permanente por causa da disponibilidade constante de algodão e porque aprenderam como utilizar fontes perenes de energia: a água e o vapor.

A indústria algodoeira envolveu de forma notável uma integração do trabalho assalariado com a economia doméstica e familiar, mas o vínculo com a agricultura foi muito reduzido. O emprego de mulheres e crianças nas fábricas de algodão fez com que a renda familiar subisse a ponto de permitir despesas com pão, roupas e outros itens necessários de consumo popular. Ao reunir os trabalhadores sob um único teto e subordiná-los a uma única disciplina, os novos empregadores industriais puderam acumular os lucros da cooperação e da vigilância industriais — como se estivessem adaptando o modelo da *plantation* (e foi por isso que as pessoas começaram a falar de "*plants*" ao se referirem à indústria metalúrgica). Na agricultura doméstica esta tendência foi menos completa, mas os novos métodos forjaram variações na necessidade de mão-de-obra, já que fazendeiros arrendatários foram estimulados a substituir a mão-de-obra por máquinas na época do plantio e da colheita. Quanto ao proprietário, o fato de possuir a terra tornava-o diretamente interessado em melhoramentos.

Tentei demonstrar que, em geral, a despesa estatal na Grã-Bretanha dos Hanover não constituía uma dedução direta da acumulação capitalista e que a taxação estava atrelada à dinâmica de uma estrutura social cada vez mais monetizada. Mas, na faixa entre 10% e 20% da renda nacional, as despesas do estado eram grandes o bastante para mudar drasticamente o padrão da demanda, chegando às vezes a inibir o avanço da economia.[129] O impacto global das políticas estatais preservava ou ampliava os recursos controlados pelos ricos, ao mesmo tempo em que restringia os do resto. Enquanto os primeiros preferissem o consumo de luxo ao investimento e o poder de compra limitado dos últimos restringisse o tamanho do mercado interno, as operações econômicas do estado seriam um ônus sobre o processo de acumulação. Na verdade, a taxa de crescimento econômico, com média inferior a 2% ao ano, não era nada espetacular, embora fosse suficiente para gerar um progresso qualitativo e quantitativo. Os contratos de guerra tiveram um certo efeito derivativo sobre o processo de industrialização, que levaram ao uso de métodos de produção em grande escala e ajudaram a compensar o custo de alguns investimentos em infra-estrutura.

Mas o verdadeiro problema da guerra para a Grã-Bretanha do século XVIII foi que ela pôs em risco o comércio ultramarino; por esta razão — e por causa dos vínculos que já estabelecemos anteriormente — a guerra foi ruim para a economia como um todo. A taxa de crescimento da Grã-Bretanha reduziu-se durante as grandes guerras do século XVIII, mas atingiu um nível ainda mais alto que o anterior nos cinco anos de paz subseqüentes.[130] A Grã-Bretanha precisou vencer suas guerras contra a França, a Espanha e a Holanda, mas, no fim das contas, não a guerra contra os norte-americanos.[131]

Em várias ocasiões, o ônus do financiamento das despesas de guerra resultou num aumento da taxa de juros, tornando plausível a idéia de que o investimento produtivo estava sendo "expulso em massa" e que os fabricantes iriam morrer à míngua de fundos. Embora este efeito fosse plausível, poderia ser compensado até certo ponto pelo florescimento geral do capital mercantil. Durante boa parte do século XVIII, fundos holandeses, em parte originários do comércio atlântico, entraram no mercado londrino, e devem ter entrado ainda mais quando as taxas de juros ficaram altas e as condições no continente ficaram instáveis. Mas durante as guerras contra a Revolução francesa e contra Napoleão, quando foi maior a pressão da despesa militar, o capital holandês não conseguiu desempenhar o mesmo papel. Como vimos, os anos de 1793 e 1815 assistiram a um grande aumento do lucro das *plantations*, com alta taxa de remessa para a metrópole. Estes lucros devem ter ajudado bastante a reduzir a pressão favorável a novos aumentos da taxa de juros.[132]

Seria possível construir um modelo hipotético de desenvolvimento capitalista na Grã-Bretanha nos séculos XVII e XVIII com base nas trocas internas e nas rotas de comércio exterior que permanecessem abertas com pouca ou nenhuma despesa militar. A própria república holandesa viu-se obrigada a seguir este caminho por causa da fragilidade e da vulnerabilidade militares durante a maior parte do século XVIII. O comércio e os bancos holandeses continuaram bastante prósperos; os capitalistas holandeses investiam boa parte de seus fundos no mercado de Londres. O padrão de vida holandês era alto, e o açúcar podia ser comprado mais barato na Holanda do que na Grã-Bretanha. Mas não houve nenhum avanço para um novo tipo de economia industrial na Holanda do século XVIII; seus fabricantes estavam manietados pelo tamanho reduzido do mercado interno e pelas limitações características do comércio com a Europa Central e Oriental. O fato de que os governantes do estado holandês consideraram esta opção secundária pode ser deduzido do fato de que só a adotaram depois de serem ultrapassados pela Inglaterra e pela França.

A posição insular da Grã-Bretanha e seu mercado interno um pouco maior

poderiam sugerir que esta alternativa pacífica seria mais viável em termos militares e mais proveitosa para o progresso econômico. Pode-se perguntar se o mercado interno mais amplo, com uma estrutura social mais igualitária, compensaria a exclusão de muitos mercados de ultramar. Houve períodos na história da Suíça e da Suécia em que o avanço capitalista foi garantido sem o recurso à guerra ou às aquisições coloniais. Nestes casos, invariavelmente, os pequenos produtores gozaram de considerável peso social. O caminho da industrialização e do sistema fabril foi bem diferente e marginalizou o pequeno produtor. Depois de 1815, os próprios governos da Grã-Bretanha promoveram uma Pax Britannica imperial que se mostrou perfeitamente coerente com a consolidação capitalista e o avanço industrial. Ainda assim, isto aconteceu com base numa posição de força já adquirida depois de extraordinárias ações militares, desde o conflito anglo-holandês até as guerras napoleônicas.

No final desta época, muito mais vozes levantaram-se em favor de um modelo pacífico de desenvolvimento do que em períodos anteriores, embora continuassem a ser marginais. A guerra de Cromwell contra os holandeses recebera grande apoio até mesmo de muitos puritanos, como os radicais da Quinta Monarquia; a conquista da Irlanda pela Commonwealth gerou protestos, mas a do Caribe não teve opositores. O fato de que mais tarde os quacres tornaram-se pacifistas foi importante, embora seu pacifismo fosse freqüentemente defendido como um compromisso particular e não como política pública. Walpole apoiou uma política relativamente pacífica, mas só sobre a base garantida pelo Tratado de Utrecht. A oposição *tory* costumava se opor à guerra — mas quando no poder, criaram suas próprias guerras. O próprio estado britânico foi o produto de um processo interno de conquista e colonização que tendia a unificar as Ilhas Britânicas, e aprendeu a sobreviver à dura competição de regimes absolutistas militarmente temíveis. As revoluções do século XVII construíram uma máquina estatal bastante adequada para travar guerras de agressão naval e expansão colonial. As facções mais beligerantes da classe dominante — em geral as ligadas ao comércio ultramarino — passaram daí em diante a dar o tom na determinação da política pública. A própria defesa da sucessão protestante exigiu a disposição de resistir às potências que haviam apoiado os pretendentes jacobitas.

O sistema estatal europeu da época era construído em torno da perspectiva semipermanente de guerra; as novas forças econômicas orientadas para as *plantations* escravistas do Novo Mundo engrossaram ainda mais esta propensão guerreira. O valor das exportações de cada colônia de *plantation* era de um terço ou dois do valor de suas importações; os estados que procurassem o comércio equilibrado ou superávits comerciais precisavam, assim, ter acesso não só ao mercado de suas próprias colônias como também ao das colônias de outras potências. Por esta razão, entre outras,

provavelmente Hobsbawm estava certo ao afirmar que só havia espaço para uma única industrialização capitalista pioneira no mundo atlântico dos séculos XVII e XVIII. Aqui, é claro, estamos inteiramente dentro daquela esfera de acumulação primitiva sobre a qual Marx escreveu no capítulo 26 do volume 1 do *Capital*: guerras comerciais, escravidão, dívida nacional, poderio militar como força econômica. Postular uma visão alternativa na qual o leão feudal e o tigre capitalista pudessem abrigar-se juntos na mesma toca e concordar em não molestar mais os carneiros medievais seria não só "contrário aos fatos" como profundamente paradoxal frente à natureza das classes e dos estados detentores do poder que competiram pelo domínio da Europa e do Novo Mundo de 1640 a 1815. A explosão atlântica nutriu as forças sociais ligadas a uma revolução democrática de toda a região, e aqui realmente surgiram sugestões de possíveis caminhos alternativos de desenvolvimento. Mas ela também alimentou as predisposições guerreiras dos principais estados atlânticos, e deu iniciativa e novos poderes aos mercadores oligarcas que controlavam o capital.[133]

As guerras anglo-francesas de 1793-1815: um teste

As guerras entre a Grã-Bretanha e a França (1793-1815) foram um teste prático do valor do comércio atlântico para as economias em transição da Europa Ocidental. O início das hostilidades entre a Grã-Bretanha e a França em 1793 encerrou o período de comércio mais livre entre os dois países que começara com o Tratado Comercial Anglo-Francês de 1787. Com exceção de breves interlúdios como a Paz de Amiens (1801-03), os comerciantes britânicos viram-se cada vez mais excluídos do mercado europeu. A invasão pela Grã-Bretanha de territórios franceses e holandeses no Caribe permitiu alguma compensação, assim como o crescimento do comércio atacadista de produtos das *plantations* em Londres. Mas os mercadores franceses, com alguma ajuda de seu governo, tentaram garantir o fornecimento de produtos de *plantations* por meio do aumento do comércio com o Brasil, a América espanhola e os Estados Unidos. O Diretório negociou uma aliança formal com Madri em 1795 e uma informal com os Estados Unidos em 1798; estes acordos facilitaram a troca de produtos das *plantations* por manufaturados. As conquistas terrestres da França na Europa, juntamente com uma ordem social um pouco mais igualitária, deram um empurrão na indústria francesa e estimularam sua demanda de matéria-prima. Combinar comércio e destruição foi sempre a parte mais difícil numa guerra comercial. A ação no Caribe de corsários autorizados pelo Diretório trouxe uma colheita irregular de butins das *plantations*, mas afastou os norte-americanos.

Napoleão achou mais fácil golpear o comércio britânico do que promover novos setores do comércio ultramarino. A vitória da frota britânica em Trafalgar transformou Londres em árbitro do comércio atlântico, fez Napoleão tentar um desafio europeu ao papel decisivo do comércio do Novo Mundo. Ele procurou reforçar as barreiras contra as exportações e reexportações britânicas com os decretos de Berlim de 1806 e a extensão subseqüente do Sistema Continental a todas as principais potências européias. O bloqueio napoleônico causou grandes prejuízos aos fabricantes e mercadores britânicos, mas também foi caro para o Império e nunca totalmente eficaz. Os que tentaram romper o sistema foram auxiliados pelo fato de trazerem consigo não só tecidos de algodão como também as disputadas iguarias do comércio colonial.

Enquanto a Grand Armée era expulsa da Europa oriental com ajuda dos generais Outubro, Novembro e Dezembro, a integridade do Sistema Continental no Ocidente sofreu as invasões dos generais Açúcar, Chocolate e Café. Os exportadores britânicos também podiam compensar os prejuízos remanescentes na Europa com a entrada em novos mercados das Américas Central e do Sul. Depois da invasão da Península Ibérica por Napoleão, a Grã-Bretanha conseguiu ficar com a parte do leão do comércio colonial de Portugal e Espanha. As "Orders in Council" do governo de Londres em 1805 e 1806 usaram sem piedade o poderio naval britânico contra navios "neutros" e inimigos de forma especialmente prejudicial para os navios e marinheiros dos Estados Unidos. Os azares da guerra separaram assim um "Sistema Atlântico" sob supervisão britânica do "Sistema Continental" dominado pela França. Neste tipo de teste de laboratório geopolítico, o primeiro conquistou pequena vantagem sobre o segundo.

O acesso comercial da Grã-Bretanha ao Atlântico cresceu constantemente durante o período entre 1787 e 1808, e só foi detido, de modo parcial e temporário, pelo conflito subseqüente com os Estados Unidos. Apesar das dificuldades causadas pela interrupção do comércio norte-americano, a supremacia britânica no Atlântico durante o período como um todo ajudou a sustentar, como vimos, um crescimento extraordinário das exportações. A experiência da economia francesa durante o mesmo período ilustra as dificuldades da industrialização com base apenas num grande mercado interno. Com os problemas em São Domingos, o comércio entre a França e suas colônias caiu muito a partir de 1792; um dos poucos pontos em que os *colons* brancos e os revolucionários negros estavam de acordo era a inconveniência de respeitar as exigências de exclusividade comercial da metrópole. Toussaint L'Ouverture

expulsou os britânicos em 1798, mas também fez com eles um acordo comercial. As forças britânicas ocuparam a Martinica com a aquiescência dos proprietários locais em 1794 e lá ficaram até 1814, exceto por um curto intervalo em 1802-03. A tentativa de Napoleão de reconquistar São Domingos em 1802-03 e de restaurar a escravidão nas colônias francesas mostrou o reconhecimento da importância estratégica dos recursos do Novo Mundo — mas a tentativa fracassaria completamente com a derrota da expedição de Leclerc e a criação do Haiti. Os britânicos capturaram uma após outra as colônias de *plantation* da França e seus aliados: Demerara, Essequibo, Trinidad, Tobago, Santa Lúcia, Guadalupe, Île de France, Reunião. A decisão de Napoleão de vender a Louisiana para os Estados Unidos pode ser vista como reflexo da falta de compreensão da importância do comércio das *plantations*. Mas não é este o caso, já que esta venda pretendia cimentar a aliança com os Estados Unidos, que se transformavam rapidamente no maior rival da Grã-Bretanha no fornecimento de produtos de *plantations*. As vantagens desta ligação ficaram muito reduzidas com derrotas no Caribe e em Trafalgar.

Tanto o Diretório quanto o Império trabalharam para promover os interesses da manufatura francesa. As vitórias francesas abriram mercados no continente e foram seguidas de decretos que privilegiavam a metrópole francófona à custa da periferia conquistada. Houve um certo desenvolvimento industrial depois, mas a perda progressiva do comércio atlântico foi um golpe muito forte. Bergeron observa: "O mercado interno, amplo em termos demográficos, era, sem dúvida, incapaz de absorver grande quantidade dos artigos produzidos pela indústria têxtil mecanizada."[134] Isto se devia em parte à redução da renda urbana, comercial e fabril, principalmente ao longo do litoral atlântico:

> Ainda outros fatores entraram em ação para impedir o progresso industrial. O algodão bruto era caro por causa das dificuldades do fornecimento. Os fiandeiros rurais — a fiação não era concentrada nem mecanizada — também cobravam preços altos. Os produtos da indústria "mecânica" enfrentavam, sem dúvida, dificuldades para competir com os produtos artesanais na preferência dos consumidores rurais.[135]

Apesar desses problemas, a indústria têxtil francesa conseguiu alguma matéria-prima no Levante e com os que romperam o bloqueio naval britânico; entre 1790 e 1810, a produção francesa de tecidos de algodão triplicou; no entanto, no mesmo período, a indústria algodoeira da Grã-Bretanha, partindo de um ponto mais alto, quadruplicou sua produção.[136]

O comércio colonial do Ancien Régime havia se concentrado muito nas trocas atacadistas e seu vigor não se transmitira totalmente a setores amplos da economia francesa. Mesmo assim, o desenvolvimento industrial e manufatureiro francês em 1790 foi impressionante, embora menos comprometido com os novos métodos industriais que surgiam na Grã-Bretanha.

O comércio colonial francês havia incentivado a instalação de indústrias manufatureiras e de construção naval nas áreas próximas aos portos atlânticos, e às vezes em locais mais distantes, como na Dauphinée e na Bretanha. A destruição do comércio atlântico do Império teve efeito devastador em muitos ramos da manufatura. Crouzet resume as conseqüências:

> Os grandes portos marítimos do Continente, que haviam sido o eixo da vida econômica no século XVIII, foram completamente destruídos a partir de 1807. As docas ficaram desertas, o capim cresceu nas ruas, e em grandes cidades como Amsterdã, Bordéus e Marselha a população chegou a diminuir (...) o colapso da produção industrial não fora muito percebido. Resultava da perda do mercado ultramarino e, em menor grau, da dificuldade de obter matérias-primas. Em Marselha, o valor da produção industrial caiu de 50 milhões de francos em 1789 para 12 milhões de francos em 1813. Entre as vítimas estavam, naturalmente, os estaleiros e as indústrias a eles subordinadas, como a fabricação de cordas e velas. (...) Outras indústrias atingidas foram as que processavam produtos coloniais importados, principalmente refinarias de açúcar (Amsterdã tinha 80 refinarias em 1796, 3 em 1813; Bordéus, 40 antes da Revolução, 8 em 1809), fábricas de fumo e curtumes, por causa da escassez de couros, que eram importados da América do Sul. Também foram afetadas as indústrias que preparavam alimentos para os mercados de ultramar ou para abastecer os navios. (...) Em Nantes e Hamburgo, a estamparia de algodão desapareceu quase completamente. (...) A baixa mais importante foi a indústria do linho. (...) Era uma indústria de exportação (...) com seus principais mercados no ultramar, nas Índias Ocidentais e na América espanhola.[137]

A litania de Crouzet a respeito das desgraças da economia européia depois de isolada do Novo Mundo representa uma ilustração negativa de alguns dos vínculos positivos examinados na discussão anterior sobre o papel do comércio no caminho da Grã-Bretanha rumo à industrialização. É verdade que o período envolvido foi curto e que os distúrbios e a extorsão da guerra cobravam seu preço do mercado interno. Os contratos de guerra só compensariam parcialmente esta situação. As experiências de extração de açúcar da beterraba tiveram grande importância, mas só conseguiram resultados plenamente satisfatórios a partir de 1840.

A economia da Europa continental não estava nem de longe tão envolvida com o comércio de ultramar quanto a da Grã-Bretanha. No entanto, o resultado da economia do império não chegou a ser uma propaganda dos efeitos tônicos da suspensão do sistema de trocas atlânticas. O próprio Napoleão percebeu algumas vezes o perigo de asfixia para a indústria francesa se esta fosse isolada de bons mercados e fontes valiosas de suprimentos. Sua expedição ao Egito, as relações amigáveis com Jefferson, a tentativa de reconquistar São Domingos, a invasão da Espanha e de Portugal, tudo isso pode ser visto como esforços desesperados para encontrar um pólo complementar para o desenvolvimento de um capitalismo francês mais avançado. Suas aventuras militares não tinham, de forma alguma, motivação apenas econômica, mas também seria errado vê-las somente em termos da busca de glória e conquistas.

Desde a época de seu casamento com Joséphine Beauharnais, o futuro imperador era íntimo do meio colonial de especuladores, mercadores e donos de *plantations*. A pedido deles, tentou restabelecer a escravidão nas colônias francesas, além de recuperar São Domingos. De modo mais geral, ele preocupou-se em dar atenção às necessidades do comércio e da indústria. Sabia que a economia européia precisava de algodão bruto e de alimentos exóticos, vindos do Novo Mundo ou do Oriente Próximo. Bergeron escreve:

> Napoleão certamente não era insensível à idéia de uma reafirmação dramática da posição oceânica da França, sustentada pelo entusiasmo dos capitalistas, alguns dos quais eram próximos dele, por meio do fortalecimento da capacidade naval da França e da Espanha e do restabelecimento do império colonial. Não há dúvida de que ele nunca abandonou completamente esta idéia — alguns esforços franceses para intervir nas primeiras tentativas de independência da América Latina provam isto.[138]

No entanto, Napoleão não daria prioridade a este "Plano Ocidental", mas sim à "dominação econômica de uma esfera continental rigorosamente defendida". Os progressos industriais associados a esta última, limitados mas reais, mal compensavam a perda da "dimensão atlântica". Crouzet fala de uma "desindustrialização" e da "pastoralização" de regiões antes florescentes: "O setor 'atlântico' da economia européia só se recuperaria com a restauração da paz em 1815."[139]

Depois da paz, a manufatura francesa sofreu um golpe debilitante com a competição das novas indústrias da Grã-Bretanha. De fato, é a esta era de problemas de pós-guerra e a suas evidentes raízes na derrota das manufaturas francesas frente às

inglesas que devemos a invenção francesa da própria expressão "revolução industrial". Os economistas J. B. Say, Charles Comte e J. Sismondi não só debateram o impacto revolucionário das transformações industriais — vistas como presságio de muito mais do que apenas a chegada de novos métodos de processamento — como também começaram a suscitar questões sobre o que consideravam distorções dos princípios do *laissez-faire* envolvidos na utilização do trabalho não-livre. Os tecidos de algodão britânicos eram o exemplo ótimo de um processo de acumulação auxiliado por matérias-primas baratas. A discussão desses homens ajudou a dar nova profundidade ao sentimento antiescravista nas décadas de 1820 e 1830 ao enfatizar que formas de produção baseadas em trabalho não-livre — "acumulação primitiva ampliada" — alimentariam a regressão política e formas não-liberais de estado.

A experiência e os debates franceses estavam destinados a adquirir importância para outros países. Os desastres que atingiram as indústrias da Catalunha ou do norte de Portugal depois da independência da América espanhola e do Brasil só iriam destacar o valor do mercado colonial. Por outro lado, pode-se argumentar que, se os Estados Unidos fossem escolhidos como termo de comparação com a Grã-Bretanha, sua experiência durante as guerras anglo-francesas não sustentaria os pontos afirmados acima. Embora a economia norte-americana tenha enfrentado alguns problemas durante seu período de isolamento comercial depois de 1807-08, houve também sinais de força econômica duradoura e o início do progresso industrial. As trocas comerciais dos Estados Unidos com outras partes das Américas e com a Europa foram bastante dificultadas, mas a estrutura social do próprio país continha um forte setor de *plantations* escravistas que ajudaram a manter o rigor e o avanço da manufatura nos anos de 1808 a 1815. O poderoso mercado interno norte-americano era por si só um microcosmo de trocas entre fazendeiros, fabricantes, artesãos e donos de *plantations*, e demonstrava sua dinâmica de transição.[140]

Já vimos que o ritmo da industrialização capitalista na Grã-Bretanha foi acelerado de forma decisiva por seu êxito na criação de um regime de acumulação primitiva ampliada e por nutrir-se da superexploração dos escravos nas Américas. Esta conclusão certamente não implica que a Grã-Bretanha tenha seguido um caminho ótimo de acumulação neste período, ou que este aspecto do avanço econômico tenha gerado benefícios inequívocos fora de uma minoria privilegiada na metrópole. Nem nossa pesquisa leva à conclusão de que a escravidão no Novo Mundo produziu o capitalismo. O que tudo isso mostra é que as trocas com as *plantations* escravistas ajudaram o capitalismo britânico a avançar para o industrialismo e a hegemonia global à frente de seus rivais. Também mostra que o capitalismo industrial estimulou a

escravidão. Os avanços do capitalismo e do industrialismo alimentaram, numa combinação decisiva, a demanda de produtos exóticos e a capacidade de atender a esta demanda em grande escala por meio do emprego de mão-de-obra escrava. Os sistemas escravistas do Novo Mundo no fim do século XVIII e início do XIX sobrepujaram em muito os do início da época mercantilista. Embora a escravidão no Novo Mundo enfrentasse agora adversários mortais, ainda teria de chegar a seu apogeu.

Neste capítulo e no precedente, o foco estava no avanço econômico das *plantations* e do comércio de escravos, sem levar em conta o desenvolvimento social e político interno das estruturas sociais dos estados atlânticos. As conseqüências e reverberações políticas, sociais e até mesmo culturais e ideológicas do desenvolvimento atlântico foram imensas a partir da segunda metade do século XVIII. Mas o desenvolvimento do sistema econômico parece mais importante, tanto no sentido de que dificilmente poderia ter sido interrompido quanto no sentido de que criou as forças e contradições socioeconômicas cujo choque resultou em muitos dos confrontos decisivos da "Era da Revolução".

A fórmula da economia atlântica e o colosso da acumulação capitalista tiveram vigor suficiente para, durante muito tempo, não sofrerem desvios nem mesmo diante dos acontecimentos mais adversos; mas, ao mesmo tempo, suscitaram muitas questões profundas sobre a forma e a direção do progresso político e social. Um novo "modo de produção" estava nascendo, mas suas implicações mais abrangentes para o estado, a família e a organização da sociedade civil ainda não tinham sido enfrentadas ou resolvidas. O caminho britânico para a industrialização fora aplainado pela aplicação agressiva e implacável da força. No fim do século XVIII, o crescimento do industrialismo capitalista havia dado aos empregadores novo poder sobre os trabalhadores assalariados, e aos governantes britânicos, novas armas para impor sua hegemonia global. Mas também lhes apresentou novos problemas e novos adversários sociais, tanto em casa quanto no exterior.

Notas

1. Adam Smith, *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, vol. 1, Oxford 1976, p. 277.
2. Karl Marx, *Capital*, vol. 1, Parte Oito, cap. 26, Londres 1976, p. 874.
3. Ibid., cap. 31, p. 915.

4. Esta evolução espantosa é descrita com clareza em Robert Brenner, *Merchants and Revolution*, Princeton, NJ 1993; e John Brewer, *Sinews of Power*, Nova York 1990.
5. Maurice Dobb desenvolveu esta abordagem em *Studies in the Development of Capitalism*, Londres 1954, pp. 123-76.
6. Smith, *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, vol. 2, Oxford 1976, pp. 556-90.
7. Chaptal, *De l'industrie française*, Paris 1819, pp. 134-5; Deane e Cole, *British Economic Growth*, p. 89.
8. Paul Bairoch, "Commerce international et genèse de la révolution industrielle anglaise", Annales, vol. 28, 1973, pp. 541-71; Charles Kindleberger, "Commercial Expansion and the Industrial Revolution", *Journal of European Economic History*, vol. 4, nº. 3, inverno de 1975, pp. 613-54; Robert Brenner, "The Origins of Capitalism", *New Left Review*, 104, julho-agosto de 1977, pp. 25-93. Sobre a redução da contribuição colonial para o crescimento britânico no século XVIII, ver a participação de McCloskey e Thomas em Roderick Floud e D. N. McCloskey, eds., *The Economic History of Britain since 1700*, Cambridge 1981.
9. Eric Williams, *Capitalism and Slavery*, 1ª. edição, Chapel Hill, NC 1944, reeditado várias vezes, inclusive Londres 1964, e *From Columbus to Castro*, Londres 1962, 1970. Sobre a crítica de Roger Anstey à obra de Williams ver *The Atlantic Slave Trade and British Abolition, 1760-1810*, Londres 1975. Uma abordagem geralmente crítica à obra de Williams também seria encontrada num número especial da *Revue française d'histoire d'autre mer*, 1975, que reuniu muitos trabalhos novos em inglês e francês sobre o comércio atlântico de escravos. Encontram-se referências completas à controvérsia despertada pela obra de Williams em Barbara L. Solow e Stanley L. Engerman, *British Capitalism and Caribbean Slavery*, Cambridge 1987; ver em especial a contribuição de Richard Sheridan. Os ensaios econômicos dos editores desta obra, Joseph Inikori e David Richardson, deram início a uma reavaliação e a uma reformulação que deram mais apoio à tese de Williams.
10. P. H. Lindert, "English Occupations, 1688-1811", *Journal of Economic History*, 40, 1980, pp. 685-712.
11. Peter Mathias, "The Industrial Revolution: Concept and Reality", em Peter Mathias e John A. Davis, eds., *The First Industrial Revolution*, Oxford 1989, p. 18. Para uma defesa do conceito de revolução industrial, ver também a Introdução de Patrick O'Brien em Patrick O'Brien e Roland Quinault, eds., *The Industrial Revolution and British Society*, Cambridge 1993, pp.1-30.
12. Os exemplos mais notáveis são P. K. O'Brien e Stanley Engerman, "Exports and the Growth of the British Economy from the Glorious Revolution to the Peace of Amiens", em Barbara Solow, ed., *Slavery and the Rise of the Atlantic System*, Londres 1991, e a discussão de Pat Hudson, *The Industrial Revolution*, Londres 1992, pp. 192-9.

13. Phyllis Deane e W. A. Cole, *British Economic Growth, 1688-1959*, Cambridge 1962; Elizabeth Schumpeter, *English Overseas Trade, 1697-1808*, Oxford 1960.
14. Ralph Davis, *The Industrial Revolution and British Overseas Trade*, Leicester 1979; N. F. R. Crafts, *British Economic Growth during the Industrial Revolution*, Oxford 1985.
15. Por exemplo, R. V. Jackson, "What was the Rate of Growth during the Industrial Revolution?", em G. D. Snooks, *Was the Industrial Revolution Really Necessary?*, Londres 1994, pp. 79-95, e Pat Hudson, *The Industrial Revolution*, pp. 37-45. A opinião do próprio Crafts aparece em "The New Economic History and the Industrial Revolution", em Peter Mathias and John A. Davis, eds., *The First Industrial Revolution*, pp. 25-43.
16. Walter Minchinton, "Introdução" a W. Minchinton, ed., *The Growth of English Overseas Trade in the Seventeenth and Eighteenth Centuries*, Londres 1969, pp. 41-2.
17. Phyllis Deane, *The First Industrial Revolution*, Londres 1965, p. 63.
18. US Bureau of Census, *Historical Statistics*, Washington, DC 1970.
19. Deane e Cole, *British Economic Growth*, p. 58.
20. Philip Riden, "The Output of the British Iron Industry before 1870", *Economic History Review*, 2ª. série, vol. 30, nº. 3, 1977, p. 456.
21. François Crouzet, "Toward an Export Economy: British Exports during the Industrial Revolution", *Explorations in Economic History*, vol. 17, 1980, pp. 48-93 (p. 63). O artigo de Crouzet é, em parte, a elaboração e qualificação crítica do artigo já citado de Bairoch (ver nota 8 acima). Crouzet utiliza como base estatística os dados recalculados por Ralph Davis em *The Industrial Revolution and British Overseas Trade*, Londres 1978; a vantagem dos cálculos de Davis é que eles superam algumas das distorções convencionais dos dados comerciais que eram registrados como "valores oficiais", cada vez mais diferentes dos valores negociados.
22. Crouzet, "Toward an Export Economy", p. 82.
23. Ibid., p. 92.
24. N. F. R. Crafts, *British Economic Growth during the Industrial Revolution*, Oxford 1985, pp. 22, 131-2. Crafts discute os índices de Crouzet (pp. 130-31) afirmando que superestimam o PNB em 1780, mas acha que as exportações formam a maior das três categorias agregadas de despesa e vê indícios para acreditar que eram um fator exógeno (p. 134).
25. David Richardson, "The Slave Trade, Sugar, and British Economic Growth", em Solow e Engerman, *British Capitalism and Caribbean Slavery*, pp. 103-33.
26. Davis, *The Industrial Revolution and British Overseas Trade*, p. 88.
27. Deane e Cole, *British Economic Growth*, pp. 85, 86-8. Mas W. A. Cole depois limitou seu argumento: ver "Eighteenth Century Growth Revisited", *Explorations in Economic History*, vol. 10, nº. 4, 1973, pp. 327-49 e "Factors in Demand", em Roderick Floud e Donald McCloskey, eds., *The Economic History of Britain since 1700*, vol. 1, Londres 1981, pp. 327-48. Os testes estatísticos mais elaborados ainda não determinaram se o comércio exterior foi um gerador independente de riqueza, mas sugerem autonomia crescente a partir de cerca de 1780: ver T. J. Hatton, J. S. Lyons e S. E. Satchell, "Eighteenth Century British Trade: Homespun or Empire Made?", *Explorations in Economic History*, vol. 20, 1983, pp. 163-82. A década de 1780 é apontada como divisor de águas para o desenvolvimento econômico geral por J. G. Williamson em "Reinterpreting Britain's Social Tables, 1688-1913", *Explorations in Economic History*, vol. 20, 1983, pp. 94-109. O fato de que a demanda colonial foi um complemento útil para o surgimento da indústria na Grã-Bretanha é também discutido por Barbara Solow e Stanley Engerman em sua introdução para *British Capitalism and Caribbean Slavery*, pp. 1-24. O'Brien e Engerman acham convincente o indício das exportações em sua colaboração em Solow, *Slavery and the Rise of Atlantic Economy*.

28. Ver Joel Mokyr, "Introdução", para o livro por ele editado com o título *The Economics of the Industrial Revolution*, Totowa, NJ 1985, pp. 1-52.
29. Mokyr, "Demand vs Supply", em Mokyr, ed., *The Economics of the Industrial Revolution*, pp. 97-118.
30. D. N. McCloskey, "The Industrial Revolution 1780-1860: A Survey" em R. Floud, ed., *The Economic History of Britain*, Cambridge 1981, p. 180.
31. Jacob Price, "Colonial Trade and British Economic Development, 1660-1775", *Lex et Scientia*, XIV, 1974, pp. 101-26, 122-3.
32. Ver P. K. O'Brien e Stanley Engerman, "Exports and the Growth of the British Economy", em Barbara Solow, ed., *Slavery and the Rise of the Atlantic System*, Cambridge 1991, pp. 177-209. Sobre o ceticismo anterior de O'Brien, ver Patrick K. O'Brien, "European Economic Development: The Contribution of the Periphery", *Economic History Review*, 2ª. série, vol. 35, 1982, pp. 1-18. De seu lado, Stanley Engerman contribuiu com um ensaio bastante crítico de Williams para o número especial da *Revue française d'histoire d'autre mer*, 1975. A publicação da obra de Crafts foi um dos fatores que levaram esses autores a uma nova ênfase.
33. Bairoch, "Commerce international et genèse de la révolution industrielle anglaise", pp. 545-7.
34. Assim, Ralph Davis refere-se à estimativa de King da renda nacional em 1688 como "comprovadamente baixa demais". Davis, *The Industrial Revolution and Overseas Trade*, p. 13.
35. Ernest Mandel, *Marxist Economic Theory*, Londres 1968, p. 95.
36. Christopher Hill, *Reformation to Industrial Revolution*, pp. 121, 203.
37. E. J. Hobsbawm, *Industry and Empire*, Harmondsworth 1970, pp. 29-31, ver também p. 97; E. J. Hobsbawm, *The Age of Revolution*, p. 31. Os três autores citados, embora reconheçam a importância da agricultura doméstica e do mercado interno, ainda assim atribuem importância à "acumulação primitiva" externa, como a promovida pelo comércio de escravos e das *plantations*. No entanto, a compreensão marxista da ascensão do capitalismo tende com certeza a conferir a primazia às formas

internas de "acumulação primitiva", e não às externas, e alguns autores marxistas, como Brenner, inclinavam-se a negar qualquer importância necessária às formas ultramarinas, como veremos abaixo.

38. Patrick O'Brien, "Agriculture and the Home Market for English Industry, 1660-1820", *Economic History Review*, CCCXCIV, 1985.
39. George Grantham, "Agricultural Supply during the Industrial Revolution", *Journal of Economic History*, vol. 49, nº. 1, março de 1989, pp. 43-72 (p. 70).
40. Williams, *Capitalism and Slavery*, p. 105.
41. Solow e Engerman, eds, *British Capitalism and Caribbean Slavery*, p. 11.
42. Brenner, "The Origins of Capitalism", p. 67.
43. Ibid.
44. Katrina Honeyman, Origins of Enterprise: Business Leadership in the Industrial Revolution, Manchester 1982, pp. 162-3.
45. J. M. Price, "What Did Merchants Do?", *Journal of Economic History*, XLIX, 1989, pp. 267-84.
46. Melville H. Watkins, "A Staple Theory of Economic Growth", *Canadian Journal of Economic and Political Science*, 1940, pp. 141-54; Sheridan, "The Wealth of Jamaica: A Rejoinder", *Economic History Review*, 21, 1968, pp. 46-61 (p. 59).
47. Trataremos o lucro do comércio de escravos como o valor futuro deduzido da exploração da mão-de-obra escrava. O lucro do comércio corrente das Índias Ocidentais é tratado como lucro "realizado" pelo comércio relacionado aos escravos. Há algo de arbitrário nas duas colocações. Sobre os problemas da análise da mais-valia originária da circulação de mercadorias e da originária da produção de mercadorias, ver Ernest Mandel, *Marxist Economic Theory*, 1, pp. 85-91, 95-132, 182-210; uma discussão da diferença entre a produção e a realização da mais-valia é encontrada nas pp. 184-6. O ponto essencial é o seguinte: "Quando se completa a produção de mercadorias, o capitalista industrial já possui a mais-valia produzida por seus operários. Mas esta mais-valia existe numa forma particular; ainda está cristalizada em mercadorias, assim como o capital adiantado pelo industrial. O capitalista não pode reconstituir este capital nem se apropriar da mais-valia enquanto eles mantiverem esta forma de existência. (...) Para converter em dinheiro a mais-valia, ele deve vender a mais-valia produzida" (p. 185). Naturalmente, seria possível argumentar que, se o lucro do fabricante não se realizou através de vendas para as *plantations* ou de trocas na costa da África, poderia ter sido apurado pela venda dos bens em outro mercado ou pelo investimento do capital inicial em algum outro campo. No caso das manufaturas britânicas aqui analisadas é bastante improvável que fossem encontrados outros mercados para estes bens; o comércio de longa distância, com seu giro muito lento, era, em princípio, um mercado ao qual se recorria em último caso. É claro que o capital inicial daqueles que investiam no "comércio triangular" poderia ter sido empregado em

outra atividade, mas, talvez, (1) os lucros fossem mais baixos, já que dificilmente o capital seria investido no comércio de escravos por razões não-pecuniárias, como filantropia ou prestígio; (2) os outros investimentos prováveis (por exemplo, em fundos de investimento, terras etc.) não teriam promovido o desenvolvimento industrial. Todas essas reflexões tendem a considerar o "efeito de realização" como um empreendimento válido e compensador. Para maior discussão dos problemas da realização do lucro, ver a contribuição de Michael De Vroey em I. Steedman et al., *The Value Controversy*, Londres 1981.
48. R. P. Thomas, "The Sugar Colonies of the Old Empire: Profit or Loss for Great Britain?", *Economic History Review*, vol. 21, 1968, pp. 30-45.
49. J. R. Ward, "The Profitability of Sugar Planting in the British West Indies: 1650-1834", *Economic History Review*, 2ª. série, vol. 21, nº. 2, maio de 1978, pp. 197-213.
50. Hancock, *Citizens of the World*, pp. 383-98, 409-24; S. Chapman e J. Butt, "The Cotton Industry, 1775-1856", em C. H. Feinstein e S. Pollard, eds., *Studies in Capital Formation in the United Kingdom 1750-1920*, Oxford 1988, pp. 103-25 (p. 109).
51. Anstey, *The Atlantic Slave Trade and British Abolition*, p. 47.
52. Inikori, "Market Structure and the Profits of the British African Trade in the Late Eighteenth Century", *Journal of Economic History*, vol. XXXIV, 1974, pp. 885-914.
53. Numa discussão das estimativas contemporâneas do valor das propriedades das Índias Ocidentais britânicas, Drescher ressalta que, caso se usem os números dos donos das *plantations* ou os de seus adversários, o valor global sobe em cerca de um quinto nos anos de 1775 a 1790 e dobra nos anos de 1790 a 1814 (*Econocide*, pp. 22-3). A obra *Treatise on the Wealth, Power and Resources of the British Empire*, de Patrick Coloquhoun, foi publicada em Londres em 1815; para sua estimativa da renda e da propriedade colonial, ver p. 59. A contabilidade de Worthy Park mostra que o aumento de lucratividade durante as guerras francesas elevou o valor da plantation; durante este período, o lucro médio anual foi de cerca de £13.000 (Craton, *In Search of the Invisible Man*, p. 138). Worthy Park era uma *plantation* grande. Se o valor do lucro global das Índias Ocidentais citado no texto for correto (£13,9 milhões), então deveria haver o equivalente a mais de 1.000 Worthy Parks nas Índias Ocidentais sob controle britânico no período dos anos 1793-1814. Isto parece ser bem possível. Segundo Bryan Edwards, havia 767 propriedades açucareiras só na Jamaica, cerca de 100 delas de tamanho semelhante a Worthy Park; a Jamaica respondia por cerca de metade da produção de açúcar das Índias Ocidentais britânicas. Além das propriedades açucareiras, havia 607 propriedades cafeeiras na Jamaica em 1793, 1.047 fazendas de gado, várias centenas de propriedades algodoeiras e produtoras de pimenta e dezenas de fábricas de anil. (Craton, *Searching for the Invisible Man*, pp. 404-5, notas 32 e 35; Bryan Edwards, *The History ... of the British West Indies*, Londres 1793, vol. 1, pp. 311-15.) Quanto à renda nacional britânica, Peter Mathias

calculou que cresceu de £80 milhões em 1770 para £232 milhões, em *The Transformation of England*, Londres 1979, p. 118, embora os novos cálculos da década de 1980 tenham resultado na opinião mais aceita de que o crescimento foi mais lento. Dado o inevitável caráter imperfeito destas estimativas da riqueza nacional e colonial, não é possível saber com certeza qual delas cresceu mais depressa; os dados citados nesta nota sugerem uma taxa de crescimento ligeiramente maior para a riqueza colonial durante as guerras francesas, depois das quais ela estagnou até que, em 1819 começou a cair de forma acentuada.

54. Shepherd e Walton, Shipping, *Maritime Trade and the Economic Development of Colonial North America*, pp. 107-8.
55. Pombal é citado por Lang, *Portuguese Brazil*, p. 155. Sobre os valores do comércio, ver H. E. S. Fisher, *The Portugal Trade*, Londres 1971, p. 26, e Armando Castro, *A dominação inglesa em Portugal*, Porto 1972, pp. 18-23.
56. Ver Thomas M. Truxes, *Irish-American Trade, 1660-1783*, Cambridge 1988. O estudo de Truxes ressalta que as *plantations* americanas foram importantes para a estrutura do comércio irlandês.
57. Stanley Engerman, "Richardson, Boulle and the 'Williams theses'", em "The Atlantic Slave Trade: New Approaches", *Revue française d'histoire d'autre mer*, 1975, p. 333.
58. C. H. Feinstein, "Capital Expenditure in Great Britain", *Cambridge Economic History of Europe*, vol. 7, Londres 1978, p. 74. Ver também François Crouzet, Introdução do Editor, *Capital Formation in the Industrial Revolution*, Londres 1972, pp. 25-6. Já que a obra mais recente de Crouzet está fundamentada acima, talvez seja necessário destacar que neste texto ele se mostra cético quanto à participação do lucro colonial na formação de capital britânica. Embora cite vários exemplos de lucros coloniais que contribuíram para projetos de investimento, ele duvida de sua importância geral, com base no seguinte: "a Revolução Industrial ganhou ímpeto depois de 1783, quando a Grã-Bretanha já havia perdido as treze colônias e as ilhas açucareiras estavam em decadência" (p. 177). Situar o declínio das Índias Ocidentais britânicas em época tão precoce quanto 1783 é um mito demolido por Seymour Drescher, J. R. Ward e Michael Craton nas obras citadas acima. A opinião de Crouzet aqui também antecipa as descobertas de Anstey quanto ao comércio de escravos e a reconstituição do próprio Crouzet da onda de exportações britânicas para as Américas depois de 1783, inclusive para a América do Norte. Ainda assim o ensaio de Crouzet ajuda a descrever o contexto global; ver também seu ensaio "England and France in the Eighteenth Century", em R. M. Hartwell, ed., *Causes of the Industrial Revolution*, Londres 1966.
59. Pares, *Merchants and Planters*, p. 50. Fonthill foi uma "loucura" gótica construída por William Beckford Segundo, herdeiro fabulosamente rico de uma fortuna das Índias Ocidentais; foi demolida dez anos depois de construída. (N.T.: Fonthill Abbey era uma residência imensa, em forma de cruz irregular e com uma grande torre octogonal. O objetivo de sua composição caótica era sugerir um prédio antigo que tivesse sofrido alterações no decorrer de muitos anos. O interior era tão extravagante quanto o exterior, com tetos decorados e vitrais intrincados nas janelas. A casa ficava no centro de um grande parque. Em 1825, o desmoronamento da torre obrigou à demolição do prédio inteiro.)

60. Feinstein, "Capital Formation in Great Britain", *Cambridge Economic History of Europe*, vol. 7, p. 78.
61. Williams, *Capitalism and Slavery*, p. 105.
62. Feinstein, "Capital Formation in Great Britain", *Cambridge Economic History of Europe*, vol. 7, pp. 90-91. A suspensão do comércio negreiro deteve o processo pelo qual os comerciantes ingleses formaram a mão-de-obra das colônias "estrangeiras", ou territórios recém-adquiridos, à custa das antigas colônias da Grã-Bretanha, e por isso garantiu a estas colônias alguma proteção; embora tenha sido um aspecto preocupante na aceitação da abolição pela Grã-Bretanha, foi, na minha opinião, um aspecto secundário. (Ver Blackburn, *The Overthrow of Colonial Slavery*).
63. Hill, *Reformation to Industrial Revolution*, p. 164.
64. P. J. Marshall, *East India Fortunes: The British in Bengal in the Eighteenth Century*, Oxford 1976, p. 241. Além da remessa direta de £2,7 milhões em 1756-70, Marshall calcula que mais £2 milhões tenham sido remetidos indiretamente ou em bens (p. 243). Em 1770 Bengala sofreu uma fome terrível, na qual dez milhões de habitantes da província morreram. A pilhagem inclemente da Companhia com certeza teve alguma responsabilidade pelo desastre — no período subseqüente houve tentativas de reorganizar o domínio da Companhia numa linha de exploração mais racional. No final do século, Bengala sozinha gerava £500.000 por ano; Marshall calcula em £18 milhões o lucro total britânico na Índia no século XVIII. Ele acrescenta: "as fortunas geralmente eram feitas por homens cujas famílias já tinham alguma posição social e que valorizavam a terra como a possessão mais cobiçada. O dinheiro conseguido na Índia era usado para comprar mais terras, para nelas construir ou para emprestar ao governo em troca de uma renda que pudesse garantir a vida no campo" (p. 256).
65. Hancock, *Citizens of the World*, pp. 259, 301-2, 305-6.
66. Feinstein, "Capital Formation in Great Britain", *Cambridge Economic History of Europe*, vol. 7, pp. 88-9.
67. G. E. Mingay, *English Landed Society in the Eighteenth Century*, Londres 1963, pp. 73, 104-5, 166; Williams, *Capitalism and Slavery*, pp. 102-3. Sheridan cita Arthur Young, Henry Brougham e Lord Shelburne para afirmar que o lucro das Índias Ocidentais ajudou a financiar aperfeiçoamentos, *Sugar and Slavery*, pp. 473-4. Embora pudesse ser pura coincidência, o número de Enclosure Bills apresentados ao Parlamento segue de perto as descobertas de Ward sobre a lucratividade da *plantation*, com uma queda entre 1776 e 1784 seguida por uma explosão durante as guerras francesas. (Sobre os Enclosure Bills, ou Atos de Fechamento,

que eram de financiamento caro, ver J. D. Chambers e G. E. Mingay, *The Agricultural Revolution*, Londres 1966, p. 83.) Ver também Mark Overton, *The Agricultural Revolution in England*, Cambridge 1996, pp. 132-5.

68. J. T. Ward, *The Finance of Canal Building in Eighteenth Century England*, Oxford 1974, p. 23.
69. Ibid., p. 77.
70. Ibid., pp. 76-7.
71. Introdução do editor, Crouzet, ed., *Capital Formation in the Industrial Revolution*, p. 45. Segundo Honeyman, os senhores do algodão descobriram que o crédito, embora tivesse importância vital, era "praticamente impossível de ser obtido através de mecanismos institucionais, por causa da natureza instável e imprevisível da indústria (...)", Honeyman, *Origins of Enterprise*, p. 163.
72. Douglas Farnie, *The English Cotton Industry and the World Market, 1815-1896*, Oxford 1979, principalmente pp. 56-61. A dinâmica regional da industrialização foi destacada por Sidney Pollard, *Peaceful Conquest: The Industrialization of Europe 1760-1970*, Oxford 1981; ver, sobre o Lancashire, pp. 16-17, 37-8.
73. David Richardson, "Profits in the Liverpool Slave Trade", em R. Anstey e P. E. H. Hair, eds., *Liverpool, the African Slave Trade and Abolition*, p. 68.
74. B. L. Anderson, "The Lancashire Bill System and its Liverpool Practitioners: The Case of a Slave Merchant", em W. H. Chaloner e Barrie Ratcliffe, eds., *Trade and Transport*, Manchester 1977, pp. 62, 64-5.
75. S. D. Chapman, "Financial Restraints on the Growth of Firms in the Cotton Industry, 1790-1850", *Economic History Review*, 2ª. série, vol. 32, nº. 1, fevereiro de 1979, pp. 50-69 (p. 53).
76. B. K. Drake, "The Liverpool African Voyage c. 1790-1807: Commercial Problems", em Anstey e Hair, *Liverpool, the African Slave Trade and Abolition*, pp. 128-9.
77. Jacob Price, "What Did Merchants Do?", pp. 281-2.
78. Pat Hudson, *The Genesis of Industrial Capital*, Cambridge 1986, capítulos 5 a 8. Isto, naturalmente, não é o mesmo que afirmar que os fabricantes eram mercadores em sua origem. Segundo Crouzet, apenas cerca de um quinto dos fabricantes começaram como mercadores ou comerciantes. François Crouzet, *The First Industrialists*, Cambridge 1985, pp. 147, 151.
79. Honeyman, *Origins of Enterprise*, pp. 61-2.
80. Ibid., pp. 108-9, 163-4.
81. Peter Mathias, "Financing the Industrial Revolution", em Mathias e Davis, eds., *The First Industrial Revolution*, pp. 69-85 (p. 77).
82. "Petitions presented on 7th May and 13th May, 1806, from merchants and manufacturers interested in the African and colonial trades", House of Lords Record Office. As petições tiveram, respectivamente, 82 e 113 signatários.
83. Drescher, *Econocide*, pp. 42-4.

84. Berg, *The Age of Manufactures*, p. 51.
85. T. M. Devine, *The Tobacco Lords*, Edimburgo 1975, pp. 34-5, 113. Jacob Price e Paul Clemens demonstraram que o tamanho e a complexidade das empresas britânicas que comerciavam com as *plantations* americanas aumentaram com rapidez no século XVIII; ver "A Revolution of Scale in Overseas Trade: British Firms in the Chesapeake Trade, 1675-1775", *The Journal of Economic History*, vol. 47, março de 1987, nº. 1, pp. 1-44.
86. John Lord, *Capital and Steam Power, 1750-1850*, Londres 1923, p. 113.
87. Berg, *The Age of Manufactures*, pp. 290, 294-5.
88. Ibid., p. 117. O fato de que o comércio das *plantations* ligava-se ao desenvolvimento "proto-industrial" em várias partes da Europa Ocidental é explicado por Peter Kriedte, "The Origins, the Agrarian Context and Conditions in the World Market", em P. Kriedte, Hans Medick e Jürgen Schumbohm, *Industrialization Before Industrialization*, Cambridge 1981, pp. 12-37, em especial pp. 33-7.
89. Phyllis Deane, "Great Britain", em C. M. Cipolla, ed., *The Fontana Economic History of Europe*, 4, *The Emergence of Industrial Societies*, vol. 1, Londres 1973, p. 178.
90. Peter Mathias, *The Transformation of England*, pp. 210-12, 238-9; David Brion Davis, *The Problem of Slavery in the Age of Revolution*, Nova York 1975, pp. 233-9.
91. Mathias, *The Transformation of England*, pp. 97-8. Segundo, também, P. G. M. Dickinson, *The Financial Revolution*, Londres 1967, p. 8.
92. Barbara Solow, Introdução, em Solow, *Slavery and the Rise of the Atlantic Economy*; Pat Hudson, *Industrial Revolution*, pp. 196-200.
93. Stanley Engerman, "Richardson, Boulle and the 'Williams thesis'", p. 333.
94. Crafts, *British Economic Growth during the Industrial Revolution*, p. 81.
95. N. F. R. Crafts, "Exogenous or Endogenous Growth? The Industrial Revolution Reconsidered", *Journal of Economic History*, vol. 55, nº. 4, dezembro de 1995, pp. 745-72; sobre a nova ênfase no "choque tecnológico", ver Joel Mokyr, "Introduction: The New Economic History and the Industrial Revolution", em Mokyr, ed., *The British Industrial Revolution: An Economic Perspective*, Oxford 1993, pp. 1-131.
96. Paul Bairoch, "Agriculture and the Industrial Revolution: 1700-1914", em Cipolla, *The Fontana Economic History of Europe*, vol. 3, *The Industrial Revolution*, pp. 486-7.
97. E. A. Wrigley, "The Supply of Raw Materials in the Industrial Revolution", em R.M. Hartwell, ed., *The Causes of the Industrial Revolution*, Londres 1967, p. 116.
98. Farnie, *The English Cotton Industry and the World Market*, pp. 82-3.
99. Supõe-se aqui que mesmo com as ações cruéis e destrutivas da Companhia das Índias Orientais teria sido difícil para a produção têxtil no subcontinente competir com os produtos têxteis do Lancashire.
100. Hobsbawm, *Industry and Empire*, p. 76.
101. A. H. Imlah, *Economic Aspects of the Pax Britannica*, Cambridge, MA 1958, p. 108.
102. Drescher, *Econocide*, p. 57.

103. J. Potter, "Atlantic Economy, 1815-60: The USA and the Industrial Revolution in Britain", em L. S. Pressnel, ed., *Studies in the Industrial Revolution*, Londres 1960, p. 247.
104. Paul G. E. Clemens, "The Operation of an Eighteenth Century Chesapeake Tobacco Plantation", *Agricultural History*, vol. 49, nº. 3, julho de 1975, pp. 517-32 (p. 525). Os donos das *plantations* provavelmente sentiram que manter seus escravos sempre ocupados era melhor para a segurança, segundo a opinião geral de que a ociosidade é a mãe de todos os males. As revoltas e conspirações nas *plantations* ocorriam com mais freqüência na estação menos atarefada do que durante a colheita. Ver as observações de Gorender sobre as vantagens e os perigos para o dono da *plantation* de retirar-se para a concha da economia natural, *O escravismo colonial*, p. 242. Em relação à pressão puramente econômica dos proprietários de escravos dos Estados Unidos, observe-se que ela era mais intensa na Geórgia da década de 1790, quando a exportação *per capita* caiu de £3,17 em 1768-72 para apenas £1,17 em 1791-92 (preços constantes); no centro-sul, o declínio das exportações *per capita* foi menos acentuado, de £1,79 em 1768-72 para £1,09 em 1791-92. Segundo Walton e Shepherd, *The Economic Rise of Early America*, pp. 192, 196.
105. Gavin Wright, *The Political Economy of the Slave South*, Nova York 1978, p. 14. Para um relato do contexto da descoberta de Whitney que sugere que ela não poderia tardar muito, ver Jeanette Mirsky e Allan Nevins, *The World of Eli Whitney*, Nova York 1952, p. 81.
106. Chaplin, *An Anxious Pursuit: Agricultural Innovation and Modernity in the Lower South*, pp. 328, 329.
107. Citado em Sheridan, *Sugar and Slavery*, p. 35.
108. Houve uma tendência nos textos marxistas de ignorar a autonomia relativa das necessidades de consumo, embora o próprio Marx às vezes se referisse à importante dimensão cultural das escolhas de consumo dos trabalhadores assalariados; ver, por exemplo, Karl Marx, *Esboço para o Sexto Capítulo, Capital*, vol. 1, Londres 1976, pp. 1034-5. Encontra-se a visão marxista tradicional em Edmond Preteceille e Jean-Pierre Terrail, *Capitalism, Consumption and Human Needs*, Oxford 1985, especialmente pp. 37-82. Para uma correção dos pressupostos idealistas desta obra, ver Sebastiano Timpanaro, *Considerations on Materialism*, Londres 1976. A obra de Raymond Williams, principalmente *Materialism and Culture*, Londres 1979, delineia uma teoria do materialismo cultural que pode contribuir bastante para a compreensão do "consumo" como algo que não é puramente passivo. Para uma evocação maravilhosa do impacto do açúcar sobre o hábito de consumo, ver Sidney Mintz, *Sweetness and Power*. Para um estudo impressionista mas informativo dos novos hábitos de consumo que se desenvolveram na Grã-Bretanha dos Hanover, ver Nell McKendrick, John Brewer e J. H. Plumb, *The Birth of a Consumer Society*, Londres 1983. No entanto, deve-se ressaltar que o reconhecimento do elemento de autonomia no consumo não exige uma leitura especialmente "otimista" da condição das novas classes assalariadas. O novo mundo do consumo trazia consigo vários tipos de perigo, e mesmo seus supostos benefícios eram distribuídos de forma muito irregular.

109. Dorothy Davis, *A History of Shopping*, Londres 1966, p. 73.
110. Ibid., p. 194.
111. Comentário contemporâneo citado em Hoh-cheung e Lorna H. Mui, *Shops and Shopkeeping in Eighteenth Century England*, Londres 1989, p. 196. Ver também as observações de Brewer, *Sinews of Power*, pp. 183-5.
112. Consumo de açúcar calculado por Schumpeter, *English Overseas Trade Statistics*, Tabela XVIII. O orçamento do seleiro é citado em Davis, *A History of Shopping*, p. 213. Neste caso, as compras de açúcar representam 7% do orçamento total da família, o que parece alto até para um trabalhador urbano.
113. John Campbell, *The Nature of the Sugar Trade*, Londres 1774, p. 31.
114. Segundo Mathias, "The Social Structure of the Eighteenth Century: A Calculation", *The Transformation of England*, pp. 171-89.
115. Jan de Vries, "Between Purchasing Power and the World of Goods: Understanding the Household Economy in Early Modern Europe", em John Brewer e Roy Porter, eds., *Consumption and the World of Goods*, Londres 1993, pp. 85-132.
116. Cormac O Grada, *Ireland: A New Economic History, 1780-1939*, Oxford 1994, p. 105. Ver também John Komlos, "The Secular Trend in the Biological Standard of Living in the UK, 1730-1860", *Economic History Review*, vol. 26, nº. 1, 1993, e Joel Mokyr, "Is There Still Life in the Pessimist Case? Consumption during the Industrial Revolution", *Journal of Economic History*, 48, 1988, pp. 69-92.
117. Shammas, *The Preindustrial Consumer*, pp. 147-8, 297. Shammas também observa: "Nossa compreensão de como as calorias se distribuem entre os domicílios e dentro deles é, naturalmente, muito limitada. Quem se sacrificava? Os trabalhadores pobres em geral? Mulheres? Crianças? Os velhos? Os incapazes?" (p. 297).
118. Craton, *Searching for the Invisible Man*, p. 116.
119. R. P. Thomas, "The Sugar Colonies of the Old Empire", *Economic History Review*, 2ª. série, vol. 21, nº. 9, 1968, pp. 30-45.
120. R. B. Sheridan, *Sugar and Slavery*, pp. 471-3.
121. R. P. Thomas e D. N. McCloskey, "Overseas Trade and Empire: 1700-1860", em Roderick Floud e D. N. McCloskey, eds., *The Economic History of Britain since 1700*, vol. 1, 1700-1860, Londres 1981, pp. 87-102 (p. 99).
122. Sobre as despesas militares, ver Michael Mann, "State and Society, 1130-1815: An Analysis of English State Finances", em Maurice Zeitlin, ed., *Political Power and Social Theory*, vol. 1, 1980, pp. 165-208 (p. 193).
123. Hancock, *Citizens of the World*, pp. 237-9.
124. Jones, *Britain and the World*, pp. 115-94.
125. Mathias, *The Transformation of England*, p. 125.
126. Ibid., p. 127.

127. Joseph Massie, *A Computation of the Money that hath been exorbitantly raised upon the People of Great Britain by the Sugar Planters*, Londres 1760.
128. Mathias, *The Transformation of England*, pp. 118-19. Sobre as razões pelas quais a economia britânica podia suportar impostos mais pesados, ver Peter Mathias e Patrick O'Brien, "Taxation in Britain and France, 1715-1810", *Journal of European Economic History*, vol. 5, n°. 3, inverno de 1976, pp. 601-50 (p. 605).
129. Mathias, *The Transformation of England*, pp. 118-19.
130. Rostow, *How It All Began*, p. 43. Mas T. S. Ashton demonstrou que se a Grã-Bretanha tivesse evitado inteiramente estas guerras, seu crescimento poderia ter sido mais rápido: Ashton, *Economic Fluctuations in England, 1700-1800*, Oxford 1959, pp. 83, 183-4, 188.
131. Patrick O'Brien faz muitas reflexões pertinentes a este tema em "Political Preconditions for the Industrial Revolution", em O'Brien, ed., *The Industrial Revolution and British Society*, pp. 124-55.
132. Sobre a "expulsão em massa", ver R. A. Black e C. G. Gilmore, "Crowding Out During Britain's Industrial Revolution", The Journal of Economic History, vol. 50, n°. 1, março de 1990, pp. 109-32.
133. E. J. Hobsbawm, "The Seventeenth Century in the Development of Capitalism", *Science and Society*, vol. 24, n°. 2, primavera de 1960, pp. 97-112. A tese de Hobsbawm sobre o papel da Grã-Bretanha elabora as observações de Marx no capítulo 31 do *Capital*, vol. I. É claro que o reconhecimento do papel fundamental do comércio atlântico, das guerras coloniais e comerciais, da criação da dívida nacional etc. não se limita aos autores marxistas. Ver Charles Wilson, *England's Apprenticeship 1603-1763*, Londres 1965, pp. 160-85, 263-88, 313-36. Wilson observa: "O crescimento da economia britânica baseou-se, em termos históricos, na aplicação consciente e bem-sucedida da força; assim como o declínio da economia holandesa baseou-se na incapacidade de um estado pequeno e fraco manter sua posição contra estados mais fortes" (p. 287). Há mais documentação sobre este aspecto da mobilização do estado britânico em John Brewer, *The Sinews of Power, Cambridge*, MA 1990.
134. Louis Bergeron, *L'Épisode napoléonien, Aspects intérieurs, 1799-1815*, Paris 1972, p. 196.
135. Ibid.
136. F. Crouzet, "Wars, Blockade, and Economic Change in Europe, 1792-1815", *Journal of Economic History*, 1964, pp. 567-88 (p. 578).
137. Ibid., p. 571,
138. Bergeron, *L'Épisode napoléonien*, pp. 189-90.
139. Crouzet, "Wars, Blockade, and Economic Change in Europe", p. 572.
140. Claudia D. Goldin e Frank Lewis, "The Role of Exports in American Economic Growth during the Napoleonic Wars, 1793-1807", *Explorations in Economic History*, vol. 17, 1980, pp. 6-25.

Epílogo

Os aspectos técnicos do capítulo anterior podem ser simplificados, se assim o desejarmos. Em 1800 havia 600.000 escravos nas Índias Ocidentais britânicas, mais 150.000 escravos nas colônias ocupadas pela Grã-Bretanha, 857.000 escravos nos Estados Unidos, cerca de um milhão e meio no Brasil e uns 250.000 na América espanhola. Dada a importância da Inglaterra no comércio atlântico e sem esquecer que a população escrava incluía uma percentagem elevada de trabalhadores rurais e artesãos, pode-se dizer que a Grã-Bretanha adquiria o produto de quase um milhão de escravos, cada um deles trabalhando uma média de 2.500 a 3.000 horas por ano, com uma produção avaliada em mais ou menos £18. Cerca de metade desses escravos trabalhava em *plantations* que pertenciam a britânicos. Os escravos trabalhavam compulsoriamente e seu único incentivo era o atendimento de algumas necessidades básicas e/ou a possibilidade de obter seus próprios alimentos por meio de trabalho adicional depois de uma semana de trabalho já longa demais. A maior parte do dinheiro pago pelo produto das *plantations* voltava para a metrópole como lucro mercantil, lucro dos donos de *plantations*, taxas alfandegárias, despesas com provisões, tecidos, novos equipamentos etc.; uma parte menor representaria os salários pagos a trabalhadores livres em *plantations*, portos e navios. Assim, o açúcar, o fumo e o algodão que custavam aos escravos 2.500.000.000 horas de labuta eram vendidos por mercadores ou fabricantes da metrópole a consumidores que, para poderem pagar estas compras, também tinham de trabalhar centenas ou milhares de milhões de horas para seus empregadores. No varejo, estes consumidores tiveram de pagar uma soma bruta que não deve ter sido inferior a £35.000.000 na virada do século.

Para suprir as necessidades da vida e adquirir os pequenos luxos que ajudavam a tornar suportável uma existência difícil era preciso trabalhar durante longas jornadas nas novas fábricas. Os operários industriais eram induzidos a aceitar voluntariamente regulamentos de disciplina quase tão severos quanto os que eram impostos aos escravos pelo uso do chicote. As horas de trabalho e a expectativa de vida dos primeiros operários industriais nas novas regiões urbanas em que viviam costumavam ser, como foi destacado no Capítulo X, pouco melhores que as das

plantations. Sir Alexander Grant e seus colegas não só superexploravam os escravos e recolhiam um excedente imenso nas trocas que marinheiros, estivadores e operários tornavam possíveis, mas também determinavam, com suas atividades, o caminho da acumulação. Na verdade, o capitalismo britânico tornou-se "dependente do caminho", no sentido de que um complexo mercantil e financeiro reproduzia-se pelo equilíbrio dos investimentos nas colônias, na manufatura e em propriedades imobiliárias, no que já foi chamado de padrão do "capitalismo ao estilo dos *gentlemen*".[1]

Embora as ordens de grandeza citadas acima demonstrem a importância das *plantations*, pode parecer que elas também contradizem a afirmativa feita no Capítulo VIII de que poderia ter sido trilhado um caminho de crescimento econômico benigno, ou, no mínimo, menos destrutivo, que evitasse a escravidão. Como todas essas horas de labuta poderiam ter sido acumuladas sem a utilização do trabalho forçado? Esta é uma idéia sensata mas não uma objeção conclusiva, como veremos. Nas condições existentes, a situação material dos trabalhadores assalariados "livres" era apenas ligeiramente preferível à da escravidão completa, já que eram forçados a trabalhar longas horas em condições quase sempre atrozes apenas para se alimentarem. De um lado, no período de 1780 a 1850, a altura dos recrutas do exército britânico diminuiu, refletindo o impacto da industrialização e da urbanização. De outro, os escravos nascidos na América tendiam a ser até 5cm mais altos que os escravos nascidos na África, tanto no Caribe quanto na América do Norte, assim como os brancos nascidos nos Estados Unidos eram mais altos que os artesãos ingleses ou os camponeses italianos. A relativa abundância de alimentos no Novo Mundo ajuda a explicar este contraste. O proprietário de escravos conseguia amealhar a maior parte dos benefícios de qualquer aperfeiçoamento descoberto pelos escravos, o que não aconteceria no caso de imigrantes livres.[2]

Tudo considerado, a fertilidade do Novo Mundo teria permitido um acordo vantajoso para imigrantes, nativos e autoridades públicas. Em vez disso, os trabalhadores negros do Novo Mundo foram atrelados a um moinho implacável que dava o ritmo tanto para o seu trabalho quanto para o do novo proletariado industrial do Velho Mundo. O fato de que os trabalhadores assalariados tinham liberdade de movimentos acabou por dar-lhes uma vantagem sobre seus empregadores e que lhes permitiu melhorar sua situação. Era o caráter confinado do trabalho escravo que atraía o proprietário de *plantations*. Um regime alternativo de trabalho para as *plantations* teria de oferecer salários razoáveis para atrair e manter uma quantidade suficiente de trabalhadores — mas se o ônus das taxas alfandegárias e

dos impostos sobre o lucro fossem mais leves, seria possível pagar estes salários. O recrutamento de trabalhadores assalariados para os engenhos de açúcar não precisaria ser tão diferente, em princípio, do recrutamento para o trabalho nas fábricas de tecidos de algodão, contanto que a terra não estivesse livremente disponível. O tamanho viável das ilhas açucareiras permitiria às autoridades coloniais, caso desejassem, controlar o acesso a elas em condições que estimulassem tanto a produção de cana-de-açúcar quanto de alimentos para venda. No entanto, uma questão decisiva seria evitar a taxa negativa de reprodução que caracterizava a população escrava das Índias Ocidentais e do Brasil. Afirmei que o padrão contrastante norte-americano de crescimento natural do tamanho da população escrava devia-se em parte à diferença de regime de trabalho e ao clima, mas, principalmente, ao fato de que os escravos, sobretudo mães escravas e seus filhos, não eram obrigados a alimentar-se por sua própria conta, e recebiam uma parte dos alimentos cultivados de forma coletiva. Afirmei que este arranjo incentivou as escravas a terem mais filhos — incentivo decisivo, já que, de uma forma ou de outra, essas mulheres tinham um grau efetivo de controle sobre sua fertilidade.

O contraste entre o padrão demográfico da América do Norte e o do Caribe teve conseqüências graves sobre o tamanho da população. Enquanto a importação de cerca de 660.000 escravos resultou numa uma população de mais de um milhão de escravos na América do Norte em 1810, a população escrava do Caribe era de apenas 600.000 indivíduos, apesar de as ilhas terem recebido mais de um milhão e meio de escravos. Se alguma alternativa à escravidão pudesse assegurar um nível populacional crescente, o trabalho assalariado teria sido inevitável. Seria possível oferecer terras a imigrantes da Europa ou da África em troca do pagamento de arrendamento ou taxas, o que os forçaria a cultivar um produto comercial. O governo britânico, na verdade, iria adotar de início dois métodos divergentes para a colonização das Ilhas Antípodas, demonstrando que existiam soluções alternativas. Na Austrália, a tentativa de colonização baseou-se inicialmente no trabalho de condenados e no desalojamento dos nativos. Na Nova Zelândia, uma companhia colonial, influenciada pelo abolicionismo, baseou seu projeto exclusivamente em mão-de-obra livre e independente, e chegou a desejar manter melhores relações com os nativos. No caso, o tratado feito com os povos maoris não foi respeitado; muitos colonos mostraram-se gananciosos e não foram contidos nem pelos patrocinadores humanitários nem pelo poder colonial. No entanto, a experiência inicial da Nova Zelândia, apesar da má-fé e do banho de sangue, pelo menos evitou a mão-de-obra de condenados e constituiu-se num ponto de referência simbólico para a luta dos maoris por seus direitos.[3]

Este livro mapeou o surgimento dos sistemas escravistas do Novo Mundo e analisou seu impacto decisivo na passagem para a acumulação industrial. A primeira parte concentrou-se na construção das novas identidades e estruturas da escravidão colonial e na seleção competitiva da *plantation* escravista e da escravidão racial como instrumentos de acumulação mercantil e de rivalidade entre as potências. A segunda parte, assumindo como estabelecidas as identidades sociais, embora não livres de conflito, focalizou principalmente o ritmo da acumulação econômica, as restrições políticas e demográficas e a inserção da escravidão da *plantation* no processo de acumulação mais amplo. Mas identidade e economia política não estavam lacradas em compartimentos estanques. Elas condicionavam uma à outra de modo assimétrico, em que a pressão econômica enrijeceu as fronteiras raciais na fase colonial inicial, enquanto o desenvolvimento econômico mais complexo exerceu pressão contra as limitações coloniais e sancionou oficialmente as identidades na segunda metade do século XVIII.

Na formação dos sistemas escravistas do Novo Mundo houve um elemento de construção consciente, mas também muito improviso e acaso, cujos resultados tiveram então de ser harmonizados pela reelaboração das identidades sociais. O momento barroco refletiu a luta para manter as dimensões múltiplas da expansão européia (o desenvolvimento interno das forças sociais assim como as façanhas ultramarinas de mercadores e colonos) dentro dos limites de um projeto consciente, e sua estética unificadora simbolizava a submissão à autoridade do rei e da religião. Ali havia lugar para todos. O colono fora reconhecido como servo fiel da Igreja e do monarca, o escravo como servo fiel do colono, e os nativos protegidos, sob o domínio de seus caciques, como novos vassalos. Este modelo, embora completamente ideológico, chegou perto de se concretizar na América espanhola. O momento de modernidade capitalista associado ao desenvolvimento das *plantations* foi diferente. Aqui havia um projeto com foco mais definido; os escravos eram necessários como meio, e sua grande vantagem é que não tinham existência nem identidade próprias. Na frase assustadora mas precisa de Orlando Patterson, o escravo era socialmente morto.[4]

Em termos etimológicos, a palavra "capital" vem da palavra latina que significa cabeça, como cabeça de gado. Os escravos, de forma geralmente muito literal, eram vistos como gado humano — mas também temidos como feras selvagens potencialmente assassinas. Eram conhecidos em inglês como "*chattel*" (bem móvel) — palavra com a mesma raiz latina das palavras "*cattle*" (gado) e "capital". A ideologia prática dos sistemas escravistas do Novo Mundo postulavam, assim, que os cativos eram subumanos; mas, ao mesmo tempo, as estratégias de segurança, motivação para

o trabalho e reprodução dos donos de escravos tinham de encontrar algum meio de levar em conta as capacidades muito humanas dos escravos.

É claro que os ensinamentos morais atrasaram-se muito em relação às novas forças sociais desenvolvidas pelos mercadores e donos de *plantations*. As restrições tradicionais à escravidão, como aquelas incorporadas nas *Siete Partidas*, não tiveram influência sobre a nova realidade do comércio de escravos e das *plantations*. Observei casos de desconforto com o funcionamento do comércio de escravos ou da escravidão e algumas tentativas de justificá-los. A religião e a literatura européias alertaram contra a ganância e a avareza. Mas os donos e traficantes de escravos que levavam vida sóbria, caridosa e respeitável escapavam da censura a este respeito. Como as igrejas cristãs da América colonial proclamavam-se árbitros da moralidade social e privada, e como suas pretensões eram apoiadas pelas autoridades coloniais e amplamente aceitas pelos colonos, os ensinamentos cristãos a respeito da legitimidade da escravidão, inclusive a escravidão de linhagens inteiras, não representaram nenhum desafio ideológico aos sistemas escravistas. Caso se opusessem à escravidão, isso sem dúvida transformaria a construção dos sistemas escravistas numa façanha muito problemática e talvez impossível. Quando algumas igrejas independentes acabaram por retirar cautelosamente sua aprovação ao comércio e à posse de escravos no terceiro quartel do século XVIII, começaram a abrir uma fissura importante nos sistemas escravistas.

Na primeira fase, os empreendedores coloniais, os novos mercadores, capitães de navios e donos de *plantations* usaram a mão-de-obra cativa para desenvolver novas fontes de poder econômico e os estados coloniais descobriram a vantagem de controlar o comércio das *plantations*. A ânsia européia por produtos exóticos e as relações sociais cada vez mais monetizadas de uma ordem capitalista emergente tiveram papel fundamental nesta evolução. Os holandeses e ingleses do século XVII, com sua mentalidade comercial, não viam razão para se privarem dos benefícios da mão-de-obra cativa; seu custo humano não aparecia nos livros contábeis. Não foi a última vez que o mercado mais livre submeteu os mais vulneráveis à exploração exacerbada e que a pressão competitiva estimulou a negligência mais insensível.[5]

Mas as preocupações "econômicas" não tinham prioridade assim tão crua, já que se um sócio ou procurador negligenciasse uma oportunidade de ganho ou se mostrasse descuidado ao explorá-la, haveria uma quebra de confiança. Exclusões religiosas, nacionais e raciais também ajudaram a endurecer os corações dos comerciantes e dos donos de escravos. Os servos contratados, brancos e europeus, poderiam ser muito maltratados, principalmente quando professavam outra religião, mas os negros africanos cativos sofreriam maus-tratos ainda piores. Muitos dos novos

mercadores ou donos de *plantations* eram homens que respeitavam as leis e temiam a Deus, devotados à ética puritana do trabalho. Se lhes exigissem uma justificativa, podiam declarar que os cativos africanos tinham sido submetidos à escravidão pelas leis e práticas locais, ou podiam referir-se à desculpa surrada de que os cativos estavam sendo convertidos ao cristianismo ou à história fantasiosa da maldição de Noé. Infelizmente, o preconceito popular difuso contra a escravidão, embora tivesse interesse próprio, não recebeu nenhum apoio decisivo dos líderes políticos, legais ou religiosos. Na zona de *plantation*, ele foi sufocado pelo medo e pelo privilégio. Em portos europeus e nas colônias onde predominava a mão-de-obra livre ou independente, o sentimento popular hostil à escravidão tornou-se uma força que devia ser levada em conta até pelas elites nobres e mercantis que tinham interesses na economia atlântica de base escravista.

O fato de que se vendiam escravos na África e que os mercadores os compravam não era novo. A novidade da escravidão do Novo Mundo estava na escala e na intensidade do tráfico negreiro e no comércio das *plantations*. As formas primitivas de escravidão voltavam-se para o serviço doméstico, o fortalecimento de uma linhagem, a construção de um aparato militar ou para enclaves relativamente modestos de trabalho na terra ou em minas. As *plantations* escravistas do Novo Mundo, ao contrário, estabeleceram a escravidão permanente e hereditária do tipo mais oneroso, rompendo todas as restrições geográficas e exibindo uma sede insaciável de trabalho escravo e vidas escravas. A defesa tradicional da escravidão e as noções raciais estabelecidas eram inadequadas para explicar este Grande Cativeiro. Mesmo que os africanos tivessem cometido algum crime, por que seus filhos deveriam pagar por isso? Se herdaram alguma maldição ancestral, isto não poderia justificar, como ressaltaram Sandoval, Vieira e Godwyn, o abuso e o desprezo a que eram submetidos. O fracasso em atender às necessidades religiosas dos escravos era evidente em todas as colônias de *plantation*. Assim, a escravidão do Novo Mundo provocou uma degradação da condição do escravo e das ideologias que a justificavam ou explicavam.

A condição do escravo nas Américas era definida por duas características básicas: que os escravos eram propriedade privada e que, depois de algum tempo, só os de ascendência africana eram escravizados. As características mais importantes na determinação da identidade do escravo nas Américas eram o regime de propriedade e os títulos de posse apropriados. O *jus gentium* romano e sua aceitação da propriedade privada de pessoas forneceram os elementos de um modelo para todas as colônias escravistas. Mas correndo por fora estava a pigmentação escura da pele; os termos "*black*", "*nègre*" ou "negro" eram usados alternadamente em lugar de "escravo". A presença de algumas pessoas livres de cor podia ainda permitir a pressuposição de

que negros eram escravos, circunstância que veio a afetar até a perspectiva de futuro de proprietários negros ou mulatos de escravos.

As definições de propriedade e raça ajudaram de início a estabilizar-se reciprocamente. Uma propriedade capaz de fugir, de inventar histórias e de resistir à captura podia ser mais facilmente identificada por um código de cores. Da mesma forma, as leis e títulos de propriedade podiam decidir questões delicadas sobre a fronteira entre livres e escravos. Em todas as sociedades de *plantation*, os mulatos podiam ser e eram mantidos como escravos, apesar da probabilidade de paternidade branca. Levada ao extremo, a definição "racial" pela cor da pele poderia causar problemas para o sistema de propriedade, já que havia, inevitavelmente, escravos de pele clara, e entre eles, alguns que tinham uma perturbadora semelhança com brancos importantes. Podiam ser vendidos, alforriados ou encarregados de tarefas mais leves, mas a tensão continuaria sendo a mesma. St-Méry afirmou que 15% dos mulatos livres de São Domingos não podiam ser distinguidos dos brancos, assim como 10% dos brancos eram na verdade *sangs melés*.

O regime racial nas diferentes colônias variava segundo a proporção de escravos na população total e de acordo com tradições religiosas e nacionais. Nos lugares onde negros e mulatos eram, em conjunto, maioria absoluta, tanto as autoridades quanto os donos de *plantations* tinham interesse em conquistar o apoio de uma camada da população de cor; mas isto podia resultar tanto na promoção de uma elite escrava quanto no reconhecimento dos direitos das pessoas livres de cor. O conseqüente surgimento de um grupo influente de pessoas livres de cor em São Domingos na segunda metade do século XVIII — ou na Jamaica no início do século XIX — não foi uma evolução planejada pelas autoridades coloniais, embora elas certamente tenham tentado tirar vantagem disso depois que ocorreu, usando as pessoas livres de cor como contrapeso tanto de colonos brancos indisciplinados quanto dos escravos. A presença de uma população livre de cor relativamente numerosa no Brasil e na América espanhola e o fato de gozarem de alguns direitos coletivos refletiam as tradições e instituições sociais e culturais da Península Ibérica. As monarquias barrocas tentavam estabelecer uma hierarquia complicada de castas e propriedades diferentes; em suas colônias de *plantation*, os modestos privilégios corporativos conferidos às pessoas livres de cor ajudaram a dar suporte ao regime escravista. As colônias inglesas da América do Norte impuseram a subordinação por meio de uma exclusão racial que privilegiava os brancos que não possuíam escravos, sistema que se mostrou menos eficaz fora da zona de *plantation*.

As definições raciais eram inerentemente mais escorregadias e subjetivas que títulos de propriedade. A Igreja católica pretendia regulamentar a genealogia por

intermédio do casamento legítimo, da monogamia e da sucessão, e não se sentia à vontade com qualquer preceito que tirasse de suas mãos estes assuntos. O uso da cor da pele para indicar a condição de escravo ou a vulnerabilidade à escravização abriu uma brecha na autoridade clerical, mesmo que se apresentasse alguma justificativa religiosa para a prática. Quando os donos de *plantations* negaram ao clero o acesso a seus escravos, isso ofendeu os mais conscienciosos; esta reação foi também detectada algumas vezes no clero anglicano.

As igrejas e entidades religiosas que apoiavam a escravidão — a grande maioria delas — iriam aos poucos alinhar-se com as políticas de "melhoramento", que tentavam aumentar a taxa de reprodução com o incentivo à vida familiar, à maternidade e a um certo grau de reconhecimento religioso. Esta resposta reformista ao desafio representado pela escravidão puramente comercial era às vezes manifestada pelos beneditinos e jesuítas na América do Sul e seria também experimentada com alguns proprietários britânicos de escravos, por razões humanitárias ou religiosas. Nos lugares onde teve sucesso, resultou num modelo de escravidão mais próximo do que predominava na América do Norte, e pôde melhorar um pouco a situação material de potenciais mães escravas. O encerramento do tráfico negreiro para as ilhas britânicas em 1807 incentivou a adoção de políticas de estímulo à natalidade deste tipo. Por outro lado, não resultou no abrandamento do regime de punições para a maioria dos escravos; na verdade, a ausência de recém-chegados para reabastecer as turmas de escravos limitou as possibilidades anteriores de promoção social de escravos mais velhos e nativos do local, já que ainda eram necessários no campo.[6]

A destruição de expectativas seria uma fonte de inquietação entre os escravos, assim como a maior mobilização para o trabalho. Numa atitude extrema alguns proprietários idealistas, como "Monk" Lewis, dispuseram-se a desmantelar o dispositivo de coerção. Lewis baniu o chicote durante uma visita em 1816 e observou: "Os negros com certeza são seres perversos. Rezaram para ver o seu senhor ano após ano; ficaram em êxtase com a minha chegada; não forcei nenhum a ser punido e mostrei-lhes toda indulgência possível durante minha estada entre eles; e todos eles se declararam perfeitamente felizes e bem tratados. Pois antes de minha chegada eles faziam trinta e três tonéis por semana; uma quinzena após meu desembarque, sua produção caiu para vinte e três; nesta última semana eles só conseguiram fazer treze. Mas não são ingratos, apenas egoístas; amam-me muito, mas amam muito mais a si mesmos."[7]

O pensamento secular do Iluminismo foi importante para o combate à escravidão porque explorava formas alternativas de motivar os trabalhadores. Impôs o argumento de que as condições modernas não exigiam o trabalho forçado. Economistas políticos afirmavam que trabalhadores que precisassem ganhar para alimentar a si mesmos e a suas famílias estariam dispostos a trabalhar; e enquanto seu interesse próprio estivesse envolvido, eles trabalhariam com muito mais eficiência do que trabalhadores forçados. Da mesma forma, pequenos proprietários ou rendeiros podiam ser motivados a se dedicar a culturas comerciais para cobrir as despesas com arrendamento e com impostos, ou para adquirir ferramentas melhores, ou simplesmente para terem um padrão de consumo mais atraente. Alguns destes processos — a separação dos produtores diretos dos meios de produção — constituem o significado primário da noção clássica de "acumulação primitiva" e exigiram coerção não-econômica. Mas na época Revolucionária e depois dela, muitos fazendeiros norte-americanos começaram a adotar um modelo menos autárquico de atividade econômica, não por terem sido privados de suas fazendas ou forçados a pagar impostos muito altos, mas porque desejavam diversificar o conjunto de bens de consumo disponíveis para si e suas famílias.[8] Este fenômeno demonstrou que os produtores podiam ser motivados principalmente por incentivos positivos; por outro lado, segundo o tema da Parte Dois deste estudo, havia o fato de que os produtos que os fazendeiros desejavam adquirir incluíam tecidos de algodão, açúcar, rum, café etc. Nas últimas décadas do século XVIII, os textos dos economistas políticos escoceses e de alguns dos *philosophes* franceses — sobretudo de Condorcet — começaram a defender o trabalho livre como alternativa à escravidão e a examinar as garantias institucionais necessárias para um regime de mão-de-obra livre. O livreto de Condorcet sobre a escravidão, publicado em 1781 e reeditado em 1788 pelos *Amis des Noirs*, antecipou de fato algumas características dos regimes pós-escravidão que se desenvolveriam depois da libertação, com o estabelecimento de fazendas-satélites que forneciam a cana a um engenho de açúcar central.[9] Na época em que Condorcet escreveu, os que se interessavam pelas colônias sabiam que os escravos cultivavam a maior parte dos alimentos consumidos nas ilhas e que eram dissuadidos de plantar cana-de-açúcar sob pena de castigos severos.

A contribuição da escravidão do Novo Mundo para a evolução da disciplina industrial e dos princípios da racionalização capitalista tem sido menosprezada. Referindo-se a duas tradições influentes da análise social, Bryan Turner escreve: "Tanto Foucault quanto Weber vêem práticas racionais modernas emergirem do mosteiro e do exército e se espalharem na direção da fábrica, do hospital e do lar".[10] Escritores marxistas ressaltaram, em vez disso, a agricultura capitalista e as relações sociais que a facilitaram. Este livro afirmou que as *plantations* escravistas e os empreendedores marítimos que as patrocinaram e serviram representaram uma

importante forma intermediária de racionalidade econômica — apesar de suas muitas características desumanas e destrutivas. Na verdade, no que se refere à escravidão da *plantation*, o importante seria que, em primeiro lugar, ela incorporou alguns princípios de organização produtiva racional e que, em segundo lugar, isso foi feito de forma tão parcial e mesmo contraditória que provocou reflexão crítica, resistência e inovação. O combate à escravidão iria explorar as precondições da manutenção e da motivação humanas de formas que ajudaram a invenção de muitas das instituições características de uma ordem social moderna. Não por acaso, abolicionistas importantes estiveram à frente da reforma das prisões, da legislação fabril e da promoção da educação pública. Em cada área, o progresso seria potencialmente dúbio, entrelaçando capacitação e disciplina.

Os jesuítas e as ordens monásticas ajudaram a criar as primeiras *plantations* portuguesas e espanholas; suas noções de controle, de mortificação física e de organização corporativa contribuíram para a fórmula inicial das *plantations*. Mas a revolução da *plantation* descrita neste livro foi obra de comerciantes e capitães holandeses e ingleses que pouco conheciam do modelo monástico. Indiretamente, a revolução militar colaborou para a fórmula da *plantation*, mas o dado decisivo foi o cálculo comercial sem restrições. A força explosiva da revolução burguesa nos Países Baixos e na Inglaterra derrotou o monopólio ibérico e estabeleceu trocas comerciais novas e mais expansivas. Como ainda eram sociedades capitalistas incompletas, as colônias de *plantation*, com sua mão-de-obra escrava, forneciam-lhes o equivalente social de um membro artificial. O êxito francês não contradiz esta lógica. O sistema colonial francês podia copiar e aperfeiçoar as façanhas coloniais das potências burguesas porque também podia valer-se da plasticidade das relações sociais da escravidão. Jean Baudrillard observou que o espírito do barroco era a simulação e que o estuque, com sua capacidade de assumir quase qualquer forma era, por isso, o meio característico da construção barroca.[11] A escravidão era um tipo de estuque social e o sistema colonial francês seria uma imitação brilhante do inglês. Mas, embora a imitação melhorasse o original em relação à organização produtiva, não conseguiu atingir sua coerência comercial — e, em última instância, a força contínua das relações sociais não-capitalistas na França absolutista limitou o benefício que poderia ter extraído de suas conquistas no Caribe.

As identidades coloniais forjadas no século XVII logo tiveram de acomodar um sistema de escravidão muito mais comercializado e extenso do que jamais se vira. Os estereótipos tradicionais do Outro sofreram um desvio maligno na direção do racismo moderno. Quando a lógica de um comércio mais livre pôde se afirmar, milhões de africanos foram tirados de seu continente natal e mergulhados num mundo de

trabalho incessante que nem eles nem seus captores supunham ser possível. Depois que o espírito da acumulação capitalista foi solto, penetrou e alterou até as formas sociais mais tradicionais. E assim como imperativos econômicos vieram à tona na formação das identidades escravas coloniais, o crescimento da produção das *plantations* no século XVIII criou o clima para o surgimento de novos sujeitos sociais — donos de *plantations* patriotas, crioulos rebeldes, negros donos de escravos, jacobinos negros, pregadores metodistas africanos e muitos mais — que eram difíceis de harmonizar com os protocolos oficiais da escravidão colonial. A cadeia inicial de equivalências — de um lado, europeus, cristãos, brancos, civilizados, proprietários de escravos; de outro, estrangeiros, pagãos, negros, bárbaros, escravizados — foi quebrada.

A escravidão colonial foi perturbada pelo avanço irregular da crioulização. No continente havia probabilidade muito maior de os proprietários terem nascido na América do que nas ilhas do Caribe, e, portanto, era muito mais provável que descobrissem sua própria causa patriota. Enquanto seus escravos ainda incluíam um grande contingente de africanos, houve entre os proprietários a tendência de serem culturalmente mais homogêneos que os escravos. No Caribe, muitos proprietários não só tinham nascido no estrangeiro como permaneciam ausentes. A população escrava desenvolveu com o tempo um componente crioulo maior, enquanto as pessoas livres de cor eram quase todas nascidas na América e, assim, responsáveis por importante contribuição para a cultura crioula. Esta evolução favoreceu a hegemonia dos proprietários de *plantations* no continente, mas minou-a no Caribe. Quando Jefferson e Madison descreveram-se orgulhosamente como americanos, estavam afirmando um tipo de identidade crioula, da mesma forma como fariam Bolívar ou Santander; e aqueles generais negros que escolheram o nome (ameríndio) de Haiti para seu novo estado também estavam admitindo uma identidade americana ou crioula.

Os séculos XVII e XVIII alimentaram e moderaram os sistemas de escravidão no Novo Mundo, que iriam durar mais que o colonialismo. Os donos de *plantations* do Novo Mundo e os mercadores do Atlântico ainda estavam na vanguarda do progresso. Não foram só Virgínia, Maryland e Carolina do Sul que produziram, perto do fim da época da escravidão colonial, donos de escravos que também eram revolucionários e proprietários de *plantations* que também eram estadistas esclarecidos; Moreau de St-Méry ou Alexandre Beauharnais, Simon Bolívar ou Bernardo O'Higgins eram primos latinos crioulos de Jefferson, Washington ou Madison. Os girondinos de Bordéus e os jacobinos de Nantes — os dois grupos apoiavam-se em redes que se irradiavam destes portos — organizaram-se numa Assembléia Nacional, da qual um décimo dos membros possuía propriedades coloniais. A Venezuela com seus bosques de cacaueiros e a costa do Peru com suas propriedades açucareiras

seriam o berço da revolução na América do Sul. O desafio do Brasil a Portugal seria solidamente apoiado por sua classe de proprietários de *plantations.*[12]

O Iluminismo não foi tão contrário à escravidão como já se pensou. Voltaire era tão capaz de deslizes racistas quanto de condenações da escravidão. Quando as justificativas religiosas da escravidão começaram a parecer ocas e absurdas, a pseudociência da antropologia racial foi estimulada pelas especulações de Lineu e por diletantes esclarecidos como os lordes escoceses Kames e Monboddo. Até intelectuais importantes como David Hume, Immanuel Kant e Georg Hegel vieram a utilizar estereótipos raciais depreciativos dos africanos. Enquanto isso, os frutos tecnológicos do progresso industrial davam um forte empurrão à agricultura de *plantation*, com a força do vapor atrelada às usinas de açúcar e às enfardadeiras de algodão e as estradas de ferro e barcos a vapor abrindo novos e vastos territórios no interior das Américas. A produtividade das *plantations* açucareiras, medida em produção por escravo, começou a crescer novamente depois de cerca de um século de estagnação. As derrotas sofridas pelo mercantilismo colonial incentivaram o tráfico atlântico da produção dos escravos. A derrubada do sistema escravista francês na década de 1790 e o início do declínio do sistema britânico depois de 1815 permitiram que outros atendessem a seus mercados. O ímpeto das economias escravistas continuaria durante o século XIX. A disseminação do Iluminismo filosófico, o advento da industrialização e a deflagração revolucionária foram, por algum tempo, compatíveis com o aumento contínuo da população escrava e de sua produção.

O ano de 1776 testemunharia revoltas que nasceram diretamente dos processos examinados neste livro. O ano do início da Guerra de Independência americana foi também o ano da partilha da Polônia. O vigor e a confiança dos donos de *plantations* da Virgínia contrastavam com a derrota dos senhores feudais da Europa Oriental, confirmando que as duas categorias sociais não deveriam ser equiparadas. Enquanto o comércio atlântico se desenvolvia, o comércio do Báltico definhava. Mas a explosão atlântica foi alimentada pelo tráfico atlântico de escravos, e a devastação causada pelo tráfico na África também gerou a revolução de Fuuta-Tooro em 1776, que tentou deter a hemorragia humana da África Ocidental. Na verdade, a Idade da Revolução que estava para chegar iria testemunhar tanto o apogeu do tráfico negreiro quanto o início do fim dos sistemas escravistas, quando as revoltas coloniais e de proprietários de *plantations* dariam oportunidade a escravos rebeldes e democratas contrários à escravidão.

Os Anciens Régimes dispararam alguns petardos estilhaçadores contra os proprietários patriotas de *plantations*. As potências coloniais enfrentaram a insubordinação usando o que os funcionários espanhóis chamavam de *insurreción de otra especie* — o apelo de Lord Dunmore em 1775, as intrigas favoráveis ao rei em São Domingos na década de 1790, o apelo espanhol aos escravos oprimidos e aos *vaqueros* excluídos em 1812-15. O próprio movimento abolicionista britânico inspirou-se naqueles que, como Samuel Johnson, desconfiavam dos donos de escravos que rugiam sobre liberdade, e em *tories* como Wilberforce, que eram culturamente reacionários e autoritários. Mas o combate à escravidão não poderia fazer progressos substanciais até que fossem desafiados os direitos sagrados da propriedade privada e fosse reconhecida a conveniência da vigilância pública do comércio, como ocorreu na Filadélfia em 1780 ou em Paris em 1794.

As lutas contra a ordem antiga ampliaram as fronteiras da participação política, embora os protagonistas da "revolução burguesa", que podiam ser *gentlemen* do campo ou especuladores coloniais, corsários e traficantes de escravos, tentassem definir seus próprios limites no âmbito da cidadania. O crescimento de um comércio marítimo diversificado pôs em contato novos contingentes da população trabalhadora. As exigências de liberdade pelas quais lutaram os escravos de ambos os lados do Atlântico receberiam com freqüência o apoio de estivadores e marinheiros livres. Embora todos os negros livres soubessem que poderiam ser logrados e até mesmo seqüestrados por brancos inescrupulosos, a conexão do medo entre negros e brancos, característica da zona escravista, dissipou-se — e os brancos pobres também tinham razão para temer o seqüestro na forma do grupo de alistamento forçado. O desenvolvimento da música barroca incorporara motivos e instrumentos africanos, como o tímpano. Não surpreende que tenha empregado músicos africanos. O pioneiro da campanha contra a escravidão, Granville Sharp, presenciou pela primeira vez os problemas dos africanos de Londres na década de 1760 por intermédio dos contatos da orquestra particular de sua família; e é provável que o abolicionista veterano francês Victor Schoelcher, adepto apaixonado de Handel, tivesse contatos semelhantes em Paris nas décadas de 1820 e 1830.

A vida e o diário de Olaudah Equiano, que às vezes trabalhava como músico, nos fornece um relato fiel do conflito e da camaradagem que podiam surgir na união de negros e brancos, escravos e livres, ingleses e portugueses, índios e espanhóis. O diário de Equiano insere a narrativa da escravização e da emancipação na história de um pecador que encontra seu caminho para Cristo. Mas, ao mesmo tempo, ele escreve sobre a camaradagem que às vezes encontrou a bordo entre marinheiros profanos, ou na costa, nas festas e danças de seu povo no Caribe. Equiano envolveu-se com o movimento contra a escravidão quando soube que um capitão negreiro inglês, comandante do *Zong*, atirara ao mar 131 escravos doentes na esperança de receber o seguro em 1781; Equiano relatou a Sharp estes homicídios mercenários e

juntos eles levaram o escândalo ao conhecimento do público. Equiano era conhecido como Gustavus Vasa, nome que lhe foi dado por seu primeiro dono; mas ele preferiu assinar seu livro como Olaudah Equiano, "o Africano". O conceito de África derivava do mundo antigo e parecia bastante honrado; Equiano ainda afirmou que os costumes de seu povo se pareciam com os costumes dos judeus, com quem eram provavelmente aparentados. Cristão recém-convertido que lera os sermões de Whitefield, Equiano viria a tornar-se membro da London Corresponding Society e escritor, e publicou e distribuiu com sucesso seus próprios livros, deixando ao morrer um espólio avaliado em mais de £900 (quase £100.000 em valores de 1996).[13]

Na própria zona de *plantation*, o avanço da revolução ofereceu algumas brechas para escravos rebeldes e insurretos, desde dezenas de milhares que conseguiram fugir durante a Revolução Americana até jacobinos negros de São Domingos e patriotas negros da América do Sul. O lema "*Liberté, Égalité, Fraternité*" foi traduzido para as línguas americanas, inclusive para o kréyole. E quando os jacobinos brancos foram postos à prova, alguns — Sonthonax, Laveaux, Danton, Robespierre — vieram a se colocar, talvez de forma decisiva, do lado da libertação negra. Devido às intensas lutas entre facções e nações diferentes, os motivos dos estadistas revolucionários eram confusos, mas assim mesmo encontraram dentro de si princípios que ultrapassaram a rebeldia tática dos provocadores leais à realeza. A ironia de Montesquieu, a moderação científica de Blumenbach e a crítica histórica de Condorcet demonstraram que o Iluminismo nem sempre traiu suas melhores ambições. Forjou conceitos que poderiam adequar-se — e radicalizar-se — nas complexas e tempestuosas lutas de classe do mundo atlântico.[14]

Notas

1. Ver P. J. Cain e A. G. Hopkins, *British Imperialism: Innovation and Expansion, 1688-1914*, Londres 1993, pp. 53-103; e Anderson, "The Figures of Descent", *English Questions*, pp. 121-92.
2. Robert Fogel, *Without Consent or Contract: The Rise and Fall of American Slavery*, Nova York 1988, p. 141. Os estudos citados por Fogel tratam do século XIX, inclusive de Trinidad, Jamaica, Cuba e Estados Unidos no início do século XIX, e mostram em cada caso alguma diferença de altura entre escravos africanos e crioulos. Ele também cita dados que mostram uma diferença de altura média entre artesãos ingleses e norte-americanos, e entre franceses letrados e analfabetos. Sobre a altura dos recrutas do exército britânico, ver Cormac O'Grada, *Ireland*, p. 105, e sobre a taxa de mortalidade nas cidades industriais inglesas, ver Craton, *Searching for the Invisible Man*, p. 116.

3. Ver Robert Miles, *Capitalism and Unfree Labour*, pp. 94-117; Robert Hughes, *The Fatal Shore: A History of the Transportation of Convicts to Australia, 1797-1868*, Londres 1987; William Pember Reeves, *The Long White Cloud*, Londres 1898; Keith Sinclair, *The Origins of the Maori Wars*, Wellington, NZ 1957; Paul McHugh, *The Maori Magna Carta*, Oxford 1991.
4. Orlando Patterson, *Slavery and Social Death: A Comparative Study*, Cambridge, MA 1982.
5. Segundo um relatório da OIT, havia muitos milhões de crianças trabalhando em 1995, com incidência crescente dos piores abusos — servidão por dívidas ou escravidão maldisfarçada que condenam muitas crianças a longas horas de trabalho, condições perigosas, prostituição e morte prematura. Na origem desta situação há autoridades públicas negligentes, interesses comerciais gananciosos, falta de regulamentação, pobreza, fome e tecnologias que favorecem mais a agilidade do que a força. A idade é um fator mais importante neste caso do que a raça. Ver Organização Internacional do Trabalho (International Labour Organization), *Child Labour: Targetting the Intolerable*, Genebra 1996. A verdadeira escravidão total é rara, mas já se disse que existem 100.000 escravos na Mauritânia: Simon Sebag Montefiore, "Black Market", *Sunday Times Magazine*, 17 de novembro de 1996. É interessante que o preço dos escravos adultos citado neste relatório — entre £15.000 e £20.000 cada — assemelha-se em sua grandeza, depois de descontada a inflação, ao preço vigente no fim do século XVIII (ver Capítulo IX acima).
6. Ver B. W. Higman, *Slave Population and Economy in Jamaica, 1807-34*, Cambridge 1976.
7. M. G. Lewis, *Journal of a West India Proprietor, 1815-17*, Londres 1929, p. 186.
8. Gordon Wood, *The Radicalism of the American Revolution*, Nova York 1992. A obra de Wood vincula-se de forma inesperada à tese da "revolução burguesa"; ver, por exemplo, Anderson, *English Questions*, pp. 105-18, e Alex Callinicos, "England's Transition to Capitalism: Robert Brenner's *Merchants and Revolution*", *New Left Review*, nº. 207, setembro-outubro de 1994, pp. 124-33.
9. Antoine-Nicolas de Condorcet, "Reflexions sur l'esclavage des nègres, 1781", em A. Condorcet O'Connor e M. F. Arago, *Oeuvres de Condorcet*, VII, Paris 1847, pp. 61-140. O fato de que a História poderia ter tomado um rumo mais favorável para os pequenos produtores é um tema encontrado em Roberto Mangabeira Unger, *False Necessity*, Cambridge 1987.
10. Bryan Turner, "The Rationalisation of the Body", em Scott Lash e Sam Whimster, eds., *Max Weber, Rationality and Modernity*, Londres 1987, pp. 222-41 (p. 232).
11. Numa passagem sugestiva, Baudrillard vê os jesuítas e o barroco como pioneiros da racionalidade produtiva: ver a epígrafe, p. 1. deste volume, de Jean Baudrillard, *Simulations*, Nova York 1983, pp. 87-9. Evidentemente, a escravidão colonial pode ser vista como outra forma social precursora, ela mesma tomando emprestados e fundindo elementos do barroco e do mercantilismo. Para descrições esclarecedoras da economia

política da escravidão colonial que ajudam a explicar esta formação cultural, ver, para o caso do Brasil, João Fragoso e Manolo Florentino, *O Arcaísmo como projeto*, Rio de Janeiro 1993; e, para o caso das colônias francesas, Olivier Pétré-Grenouilleau, *L'argent de la traite*, Paris 1996.

12. Blackburn, *The Overthrow of Colonial Slavery*, capítulos V, XIX e X.
13. Equiano, *The Interesting Narrative and Other Writings*. Sobre o caso Zong, ver J. Walvin, *Black Ivory*, pp. 16-21.
14. Ver Blackburn, *The Overthrow of Colonial Slavery*, principalmente as pp. 33-66; Hannaford, *Race*, pp. 205-8; M. Duchet, *L'anthropologie et l'histoire au siècle des lumières*, Paris 1971; Dorinda Outram, *The Enlightenment*, Cambridge 1995, pp. 63-79; e Kenan Malik, *The Meaning of Race*, Londres 1996. Embora os pensadores iluministas endossassem às vezes idéias com matizes racistas, raramente apoiaram a escravidão. A defesa da escravidão racial ainda era feita com freqüência em termos religiosos; ver, por exemplo, J. Bellon de Saint Quentin, *Dissertation sur le traite et le commerce des négres* [sic], Paris 1764.

Índice

Absolutismo, 35-6, 145, 147, 163-7, 183-91, 249, 341-7, 353-67, 376, 386, 453-58, 540, 625
Accompong, Capitão, 491
acumulação *ver* capitalismo
Açores, 128, 132, 141, 154, 436
Acosta, J. de, 188, 235
açúcar, 16, 25, 31, 34, 107, 147, 148, 601
  África Oriental, 101
  América espanhola, 168, 172, 186, 599, 605
  América do Norte e reprodução da escravidão, 565-7, 581, 582, 586
  Barbados, 279-82, 295
  Caribe, 172, 173, 307, 382
  consumo, 99-101, 224-5, 285, 302, 327, 364, 463, 466, 479, 676-81
  Cuba, 603
  escravidão colonial inglesa, 268, 283, 284-6, 294, 297, 302, 323, 326-7
  Extremo Oriente, 464
  ilhas atlânticas, 139, 140, 141, 143, 145
  imposto, 681, 683
  Índias Ocidentais britânicas, 460, 461
  industrialização britânica, 639, 648-50, 653, 664, 667, 670, 676-80
  início do comércio de escravos, 138
  lógica do comércio da *plantation*, 605
  Mediterrâneo, 99-101
  padrões anglo-franceses de comércio, 537
  Peru, 717
  Portugal e África, 125, 128
  reinos cristãos ibéricos, 70
  técnicas árabes, 49
  ver também Brasil: ilhas açucareiras
Adriano I, papa, 61
Adriano IV, papa, 66
Afonso I, 149, 150-1
Afonso VI, 253
África, 102-6, 127-38, 144-50, 215-9, 236-42, 246, 251-2, 259, 307-8, 345-6, 394-9, 464-78, 636, 651
África Central, 106, 217, 219, 394, 469, 470
África, Companhias, 394
África Ocidental, 103, 104-5, 127, 130, 131, 137, 148, 163, 216, 217, 218, 219, 233, 238, 240, 279, 394, 428, 466, 470, 472, 474, 477
África portuguesa, 233, 237
Agostinho, Santo, 52, 90
agricultura de subsistência, 420, 571-2
Alba, duque de, 154
Albornoz, B. de, 191, 193, 194, 221
Albuquerque, M., 237
Alden, D., 588, 596
Aleijadinho (Antônio Francisco Lisboa), 599
Alfonso o Sábio, 69
alforria, 16, 184, 320, 366, 378, 494, 532-3, 558, 584
  Brasil, 593, 596, 597
  América espanhola, 602
  ver também pessoas livres de cor
algodão, 25, 34, 40, 588
  acumulação primitiva e industrialização britânica, 631, 634-8, 639, 663-7, 671-9, 685
  África Oriental, 103
  América do Norte, 586
  Barbados, 279
  Brasil, 595
  escravidão colonial e crescimento no século XVIII, 463, 481

escravidão colonial inglesa, 273, 283
fazendeiros livres e servos contratados, 31
Grã-Bretanha, 632, 634, 635, 674
guerras anglo-francesas 1793-1815, 690
ilhas atlânticas, 141, 145
Índias Ocidentais francesas, 521, 523
lógica comercial da *plantation*, 606
padrões de comércio anglo-franceses, 538
Portugal e África, 125
reinos cristãos ibéricos, 70
São Domingos, 525
alternativas à escravidão, 180-1, 596-9, 708-9
ver também feudalismo, servidão sob contrato
Álvaro I, rei, 217
América Central, 167, 185, 689
América espanhola, 19-21, 73, 148, 154, 161-98, 213, 219, 224, 226, 233, 237, 252, 259, 287, 313, 355, 356, 377, 409, 416, 453, 458, 466, 479, 480, 578, 603, 658, 693
prata e receita, 180-2
América do Norte, 16, 27, 41, 174, 275, 288, 289, 325-6, 370, 379, 388, 391, 401, 409, 411, 413, 434, 436, 464, 472, 479, 481, 533, 542, 558, 584, 604, 682
Guerra de Independência americana, 463, 543-4, 585, 608, 634, 636, 639, 640, 718
guerras anglo-francesas 1793-1815, 688, 689, 693
industrialização britânica, 621, 631, 636, 637, 653-4, 657, 674, 676
sistema colonial francês, 339, 340, 341-2
lógica do comércio da *plantation*, 605, 607
reprodução da escravidão, 557-86
América do Sul, 174, 409, 422, 689
Ana, rainha, 325
Ana da Áustria, 185
Anderson, B. L., 32, 664
Andes, 38, 167, 168, 181, 182, 600, 601
Anglo-holandesa, guerra, 687
Angola, 217-8, 240-3, 245-7, 251, 269, 465, 468, 473-5
guerra holandesa pelo Brasil e pela África, 250, 251, 252
anil, 31, 33, 268, 312, 481, 538, 557, 677
África oriental, 101
América espanhola, 184, 602
América do Norte e reprodução da escravidão, 581, 585, 586
Barbados, 279
Brasil, 588, 594
escravidão colonial inglesa, 273, 283
escravidão racial e *plantations*, 382, 403
Índias Ocidentais francesas, 521, 523, 524, 525
reinos cristãos ibéricos, 70
São Domingos, 357
Anstey, R., 471, 628-9, 644, 651-3, 655, 666
antiescravidão, 81-2, 391-3, 398-9, 437-8
Baba, 104, 346
Behn, 314
Bodin, 61, 81
Duns Scotus, 84
German Town Quakers, 259
Godwyn, 213-4
Ledesma, 152
Oliveira, 151-4, 423
Patrício, São, 54
Sandoval, 191-2
ver também Albornoz, Las Casas, Mercado
Antilhas, 167, 179, 382, 492, 533, 538, 541
sistema colonial francês, 339, 343, 347, 359
ver também Índias Ocidentais, Caribe
Antilhas francesas, 342, 344, 354, 356, 394, 453, 459, 463, 466, 482, 489, 522-37, 543-4, 557, 597, 605, 608
Antilhas Menores, 167, 175, 247, 343-5, 355, 356, 390, 416
Antônio do Crato, Dom, 154
Antônio I, 251
Apongo, príncipe, 496
Aquino, Santo Tomás de, 64, 84, 423
Arbissel, Robert de, 63-4
Aristóteles, 51, 82
Aronson, R., 18
asiento, sistema de, 170, 176, 178, 218, 219, 224, 238, 241, 250, 259, 322, 355, 377, 480, 599

arroz, 312, 481, 557, 559, 562, 579, 585, 588, 594, 595
as-Din, N., 346
Asomani, 395
Asteca, império, 83, 164, 377
Atlântico, ilhas do, 94, 101, 129, 132, 138-43, 145, 154, 455-64
açúcar brasileiro, 210, 216
Ato do Melado Inglês 1733, 481
Ato da Mendicância *ver* Vagrancy Act
Auncibay, F. de, 189-90
Ayala, H. P. de, 188
Azurara, G. E. de *ver* Zurara

Baba do Timbuctu, A., 104-5, 346
Bacon, R., 92
Bacon, revolta de, 309-12, 390
Bahamas, 275, 520
Bahia, 204, 206, 209, 214, 235, 241, 245, 246, 259, 474, 588, 589, 592, 596
Bairoch, P., 628, 633, 635, 641-2, 644, 672
Báltico-Guiné, companhia do, 606
bancarrota/endividamento, 529, 667
Banks, Sir J., 308
batismo de escravos, 148, 314
Barbados, 80, 266, 271, 273, 279-82, 286, 291-301 *passim*, 306-9, 313, 317, 323, 325, 326, 365, 366, 384, 391, 392, 401, 415, 417-8, 422, 492, 504, 513, 519, 520
Bargum, sociedade comercial, 606
Barneveldt, J. van O., 232
Barri, G. de, 65
barroco, 34-41, 183-7, 361-7, 378, 453, 599, 716
Barros, J. de, 147
Barter, E., 395
Bartlett, R., 49, 62-3
Baudrillard, J., 13, 716
Bauman, Z., 18
Bayes, J., 296
Bean, R. N., 530
Beatriz, profetisa, 251
Beauharnais, A., 717
Beauharnais, J., 692
Beckford, família, 510, 529
Beckles, H., 293, 432
Behn, A., 314
Bell, P., 286
Benci, J., 399
Beneditinos, 590, 714
Benguela, 218, 240, 242, 246
ver também Angola
Benim, 136, 216, 397, 465, 535
Bergeron L., 690-1, 692
Berkeley, bispo G., 431, 639
Berkeley, Sir W., 301-2, 310-11
Berlin, I., 321, 393, 578
Bermudas, 271, 275, 384
Best, G., 95
Blair, J., 320, 575
Blathwayt, Sir W., 316
Blénac, conde de, 365
Bobadilla, doña B. de, 140
Bodin, J., 61, 81
Bois-le-Comte, Sieur, 205
Boisguilbert, 364
Bolívar, S., 717
Bonnassie, P., 55, 58, 68
Boogart, E, van den, 237, 260
Bosman, W., 468
Bossuet, bispo, 352, 378
Bougainville, almirante, 476, 504
Boxer, C. R., 249
Brabante, duquesa de, 64
Bragança, Catarina de, 250
Brasil, 20, 21, 24, 38, 41, 142, 163, 322, 323, 357, 375, 379, 380, 401, 411, 413, 422, 429, 437, 457, 458, 459, 467, 479, 481, 540, 560, 606, 608, 609, 688, 693, 696
açúcar, 201-26, 269, 282, 323, 413, 588, 589, 595
argumentos sobre a escravidão, 219-23
arrancada da economia açucareira, 206-15
Brasil holandês, 280
comércio transatlântico de escravos e África, 215-9
Companhia do, 36, 246-7, 250, 253

Holanda, Países Baixos, 242
Idade do ouro, 586-99
Industrialização britânica, 621, 635, 653, 657, 674, 676
La France Antarctique, 204-6
ouro, 316, 323, 416, 465, 481
ver também guerra holandesa luso-brasileira
Breda, tratado de, em 1667, 260
Breen, T., 580
Brenner, R., 75, 628, 644
Bridenbaugh, C., 272
Browne, T., 95, 299
Bry, T. de, 235
Bryan, H., 576
Buenaventura de Salinas, 96
bulas papais, 132, 135
Burton, Sir R. F., 102
Bush, B., 517
Byrd, W., 412, 561, 575

Cabeza de Vaca, N., 27
Cabo Verde, ilhas de, 128, 130, 141, 147, 213, 220, 255
cacau, 184, 283, 538, 586, 594-5, 602, 607, 677
Venezuela, 601, 717
Cacheco Companhia, 591
café, 31, 33, 326, 327, 360, 463, 481, 522, 523, 525, 538, 581, 586, 603, 607, 667, 680
Calderón de la Barca, P., 161
Calvin, J., 85, 204-5, 232
Camarão, F., 244
Camões, L. de, 150
Canárias, ilhas, 83, 129, 139-41, 143, 169, 172, 210, 213, 436
Canaro, família, 172
Cantillon, R., 364
Cão, D., 130
capitalismo, 23-6, 30-1, 75-7, 106, 225, 267-8, 284-5, 326-7, 375-9, 413-5, 423, 435-6, 454, 457, 623, 625, 627, 643
capitães, 282-4, 379-81, 427-9
Caraeas, companhia de, 602
Caribe, 24, 41, 142, 172-80, 400, 464, 513, 588, 591
América do Norte e reprodução da escravidão, 558, 569, 572, 573, 579, 586
América espanhola, 166, 599
Diretório, 688, 690
escravidão racial e *plantations*, 375-80 *passim*, 393-5, 400, 401-3, 407-12, 413, 415, 419, 425, 429, 434
francês, 339, 340, 341, 355, 366
holandês, 236, 243, 259
industrialização britânica, 627, 683
inglês, 268-70, 272, 275, 291, 296, 298, 306, 310, 312-5, 321, 325, 326
Caribe dinamarquês, 466, 489, 606
Caribe espanhol, 326, 366, 481
Caribe holandês, 260, 466, 480, 489, 607, 688
Carlisle, conde de, 274, 279, 297
Carlos, imperador, 188
Carlos II, 250, 305, 316
Carlos V, imperador do Sacro Império Romano, 173
como Carlos I da Espanha, 164, 273, 281
Carlos de Ghent, 164
Carlos Magno, 56, 60-1, 68
Carolina, 194, 312, 321, 433, 575, 632, 717
arroz, 562, 563, 594
escravidão colonial e crescimento no século XVIII, 326, 457
reprodução da escravidão, 559, 571, 581
Carter, L., 561, 573
Carter, N., 573
Carter, R., 393, 570
Carteret, Sir G., 308
Cartwright, J., 659
Cary, E., 93
Cary, J., 324-5, 436, 667-8
casamento, 187, 291, 349, 351, 353, 533, 597
Castilha *ver* Espanha
Catarina de Médici, 205
Cateau-Cambrésis, tratado de, 1559, 21
Catolicismo, 211, 239, 244, 270, 273, 300, 313, 339, 340, 342, 351, 365, 366, 393, 398-9, 436, 575, 606

Cauna, J. de, 527
Certeau, M., 85
César, J., 125
chá, 34, 327, 677, 678, 680
Chambonneau, L. M. de, 346
Chaplin, J., 564, 569, 676
Chapman, S. D., 664
Chesapeake, 271, 394, 557, 567, 577, 581
Child, Sir J., 308
Chile, 174, 604
China, 86, 151, 193
Chipre, 99, 100, 213
Choiseul, E. F. duque de, 459, 540
CIOc *ver* Companhia das Índias Orientais
Cisneros, Cardeal X., 164
Claiborne, W., 301
Claver, P., 193
Clegg, W., 667
coca, 284-6
Cockayne, Alderman, 272
Code Noir, 36, 351-3, 393, 399
Codrington, C., 309
Coelho, D., 204
Coffey, 607
Cohen, D. W., 491
Cohen, G. A., 40
Coke, Sir E., 96, 271, 287, 378
Colbert, S., 342-7, 351, 354, 362
Cole, W. A., 630, 632, 633, 638
Coligny, almirante, 175, 204
Colleton, Sir P., 308
Colombo, C., 163, 172
Coloquhoun, P., 653
comércio de escravos, início do, 130-8
comércio de escravos luso-brasileiro, 244-7, 473, 475, 589
Commonwealth Ato de Povoação (Irlanda), 324
Companhia da Guiné francesa, 355
Companhia das Ilhas da América, 342
Companhia das Índias Ocidentais, 231-41, 243-4, 247-8, 250, 258-9, 275, 471, 476-7, 606
açúcar em Barbados, 280
bancarrota, 308
escravidão racial e *plantations*, 426
sistema colonial francês, 342-4
Companhia das Índias Orientais, 231, 233, 235, 236, 248, 467, 587, 658
Comte, C., 693
Condorcet, M. J. A. N. de C., marquês de, 540, 715, 720
Congo, 130, 150, 217, 218, 432, 433, 465
guerra holandesa por Brasil e África, 240, 250, 252
conspirações *ver em* rebeliões
consumo, 76, 107, 214, 284-5, 326-7, 364, 375-6, 676-81
Consumo e Impostos, 683
contrato de servidão, 277, 291-5, 309-12, 347, 355, 359-60, 365, 382-94
conversão, 25, 60, 192
ver também Cristianismo; Islã
Cook, capitão, 476
cor da pele, 101
teoria climática, 92, 95
ver também sangue misto; classificação racial
corantes, 34, 125, 129, 142, 145, 272, 283, 607
ver também anil
Corcoran, G., 52
Coroticus, 54
Cort, H., 632
Cortés, H., 164, 165, 172, 253
Cortes de Tomar, 165, 203, 212
Costa do Ouro, 130, 136, 217, 465
Cottias, M., 536
Coullet, tenente, 358
Courteen, P., 274
Courteen, Sir W., 274, 279
Crafts, N. F. R., 630, 636, 638, 641, 643, 655, 671
Craton, M., 491
Credit Act (Ato de crédito) 1732, 472
crianças, 399-401
crioulos, 38-9, 321, 366, 390, 396, 400, 437, 586
América espanhola, 600, 601
Brasil, 596, 598

ilhas açucareiras, 496, 513-4, 518-20, 535, 544-5
sociedade crioula, 38-9, 261, 418-22, 544-5, 572-8, 603-6, 716-8
Crispe, Sir N., 281
cristãos-novos, 67, 142, 146-8, 154, 166, 211, 224, 243, 246, 254, 260, 294, 365, 381, 587
cristianismo, 59-62, 63, 66, 74, 89, 90, 91, 100, 106, 138, 148, 166, 188, 220, 256, 291, 302, 313, 340, 478, 479, 536
sistema colonial francês, 341, 351
Península Ibérica, 67-73
América do Norte e reprodução da escravidão, 564, 573, 577
Portugal e África, 125, 126, 130
escravidão racial e *plantations*, 381, 436
tempos romanos, 50-9
ver também Catolicismo; Protestantismo
Cromwell, O., 364, 687
Cromwell, H., 298, 300
Crouzet, F., 635-8, 663, 691-2
Cuba, 168, 174, 178, 187, 367, 422, 437, 489, 491, 600, 602-5, 608, 621, 634
Cudgoe, coronel, 491, 495-6
Curaçao, 247, 260, 480
ver também Caribe holandês
Curtin P., 143, 145, 382

Danton, G. J. V., 720
Darby, A., 632
Davies, K. G., 425, 434
Davis, 222, 489, 636
Davis, D. B., 49, 92, 94, 678
Davis, R., 478, 630, 633, 638
Deane, P., 630, 631, 632, 633, 638, 668
Debien, G., 400, 402-4, 525, 531, 534
Deerr, N., 214, 489, 588
Dias, B., 130
Dias, H., 244, 252
D'Iberville, 356
Dinamarca, 465, 557, 600 *ver também* Caribe dinamarquês
Dockès, P., 58
Douglass, F., 13
Downing, E., 286, 289
Downing, Sir G., 316
Drake, B. K., 664
Drake, F., 175, 267, 268
Drax, coronel H., 309, 404, 502
Drax, J., 281, 296
Drescher, S., 258, 489, 490, 530, 588, 667
Du Casse, governador, 355-6, 366
Du Tertre, padre, 348-50, 351, 380, 388, 544
Duarte, rei de Portugal, 83
Dundas, H., 659
Dunmore, Lord, 573, 719
Dunn, R., 402, 425, 426, 431, 490, 510
Duns Scotus, 84
Durand, N., 204

Efraim de Nísibe, santo, 90
Egmont, conde de, 575
El Mina, 135, 137, 148, 154, 216, 219, 240, 241
Elizabeth I, 212, 270, 273
Eltis, D., 423, 424, 425, 435-6, 466
Embargo Ato 1650, 297
encomienda, 167, 169, 170, 438
engagés ver contrato de servidão
Engels, F., 50
engenhos / senhores de engenhos, 207-11, 214-5, 219, 223, 239, 253, 280, 381, 401, 407, 412, 589-90
Engerman, S., 438, 466, 583, 640, 644, 655, 670-1
Equiano, O., 451, 477, 719
Erasmo, 165
Ericeira, conde de, 586
escravas, 399-400, 501-2, 567-8
exploração sexual, 393-4, 400, 517-9, 520
escravidão natural, 51
escravidão romana, 50-9
jus gentium, 51, 287, 352, 378, 712
esforço colonial holandês, 229-64
eslavos, 61, 73-5
Esnambuc, Sieur d', 274, 341, 362

Espanha, 19-21, 22, 25, 29, 35, 36, 37, 41, 49, 55, 66, 72-3, 81, 82-4, 86, 101, 103, 125, 126, 138, 140, 212, 213, 214, 215, 220, 232, 236-8, 241, 243, 248, 250, 253, 270, 272, 273, 274, 278, 287, 298-9, 303, 307, 322, 325-6, 339, 375, 376, 378, 399, 426, 459, 461, 463, 472, 557, 558, 563, 575, 581, 586, 587, 621, 624, 627, 686, 688, 689, 692-3
especiarias, 107, 128, 142, 145, 231, 259, 272
Estados Unidos *ver* América do Norte
Etiópia, imperatriz da, 149
Ettin, E., 476
Evans, D., 74

família, vida em, 568-72
Farnie, D., 663, 673
Feinstein, C. H., 655, 657
Felipe II da Espanha, 154, 164, 212, 219-20
Ferdinando, rei, 71
Fernández-Armesto, F., 141
fertilidade *ver* reprodução
fetiches, 29, 467
feudalismo/servidão, 54, 56, 57-8, 62-7, 75-84, 454-7
Fields, B., 432
Finley, M., 88
Flavius Josephus, 96
Flórida (St Augustine), 163, 399, 575
Forbes, J., 27
Foucault, M., 27, 118 n.97, 715
Fouquet, F., 342
Fouquet, N., 342
Fox, G., 258
Fox Genovese, E., 40
Fraginals, M., 489
França, 29, 50, 56, 75-6, 81, 82, 86, 101, 103, 283-4, 339-71, 375, 384-5, 537-45, 557, 599, 671, 683, 686
Antarctique, 204-6
Code Noir, 351-3
Du Tertre, 348-51
espetáculo barroco e desenvolvimento colonial, 360-7
mercantilismo, 341-7
sistema colonial, 337-71
ver também anglo-francês; Antilhas francesas; Companhia da Guiné francesa
Franklin, B., 26
Frederico II, imperador, 91
Friedman, J.B., 92
Friedrich, C., 35
Frostin, C., 357, 490, 534
fumo *ver* tabaco

Galeno, 102
Galenson, D., 24
Gama, C. da, 149
Gama, V. da, 123, 130
Garcia II, rei, 240
Geggus, D., 526, 527, 535
Geladewos, imperador, 149
Gemery, H. A., 395
gengibre, 272, 279, 283
Genovese, E., 40
Geórgia, 559, 563-4, 675
Georgius Hornius, 96
Gerson, J., 84-5, 221
Giddens, A., 17
Gilbert, Sir H., 267
Gilroy, P., 17
Ginzburg, C., 186
Godinho, V. M., 27
Godwyn, M., 97, 313-4, 393, 712
Gomes, D., 131
Gomes da Costa, H., 224
Gomes, F., 136
Goodman, J., 284
Gorender, J., 40, 412
Goulart, M., 592
Grammont, de, 354, 366
Grã-Bretanha *ver* Inglaterra
América do Norte britânica, 557-84
Índias Ocidentais britânicas, 490-521
Indústria britânica, 619-26
lucros, 508, 650
Gramsci, A., 430

Grant, Sir A., 511, 529, 708
Grantham, G., 643
Greene, J. P., 433, 491
Grenoble, bispo de, 385
Grosseteste, R. (bispo de Lincoln), 64, 65, 92
Grotius, H., 85, 95, 222, 232, 235, 236, 239
grupos estigmatizados *ver* perseguição
Guadalupe, 341, 342, 344, 347, 356, 358, 365, 523, 531, 533, 537
guerras, 366, 480, 600, 681-8
  guerras anglo-francesas 1793-1815, 688-94
  ver também Guerra de Independência americana *em* América do Norte
guerras napoleônicas, 635, 682, 687
Guilherme, o Conquistador, 57
Guilherme III, 316, 324, 325
Guiné, 136, 147, 217, 220, 286
  companhia da, 281
  escravidão colonial inglesa, 314
  escravidão racial e *plantations*, 396
  guerra holandesa por Brasil e África, 251
  padrão de comércio anglo-francês, 543
  sistema colonial francês, 341, 343
Guise, duque de, 205
Gutman, H., 570

Hakluyt, R., 95, 96, 269, 287
Hallet, J., 309
Hancock, D., 472, 510, 511, 650, 659-60, 683
Haskell, T., 30, 424
Hawkins, J., 176, 267, 269, 287
Hawley, capitão H., 279, 286, 294
Heeren XIX, 235, 238, 239, 240, 242, 243, 258
Hegel, G., 718
Henrique, cardeal, 153-4, 172
Henrique, infante, 128-30, 131, 132, 138-9
Henrique II, 66, 204-5
Henrique VII, 101
Henry, P., 577
Heyn, P., 275
Hielst, J. Van, 211
Higman, B. W., 491, 518, 570
Hill, C., 627, 642
Hilton, R., 81
Hobbes, T., 85, 222, 302, 362
Hobsbawm, E. J., 453, 627, 643, 688
Hogendorn, J. S., 395
Hoh-cheung, 678-9
Holanda *ver* Países Baixos
Holt, T., 30
Honeyman, K., 665
Horn, A., 92
Hudson, P., 665, 670
Huggins, N., 13
Hume, D., 718

Ibn Khaldun, 104
ilhas açucareiras, 487-553
Inca, império, 83, 163-4, 168, 169, 175, 180, 377
indenture ver contrato de servidão
Índias Ocidentais, 25, 260, 275, 306, 312, 313, 316, 317, 390, 407, 408, 433, 469, 471, 472, 478, 508, 511, 541, 559, 562, 565, 578-9, 582-3, 606, 608, 628, 634, 636-8, 644, 646-52, 655-6, 661-2, 668, 679-82
  ver também Caribe
infanticídio, 517-9
Inglaterra, 21, 22, 24, 26, 29, 34, 38, 41, 50, 56, 57, 59, 75-83, 86, 101, 212, 214, 215, 233, 246-7, 248, 250, 253, 259, 339, 341, 354, 356, 357, 363-4, 365, 367, 375, 377-80, 382-3, 386, 388, 392, 397, 398, 402, 409, 413, 428, 432-4, 437, 453, 458, 459, 462, 465, 470, 472-5, 479, 480, 491, 493, 542, 557, 558, 562, 563, 575, 577, 582, 583, 586, 587, 598, 607, 608, 609
  escravidão colonial, 265-34
  ver também Grã-Bretanha
Inikori, J., 653
Inocêncio III, papa, 68
Inter Cetera, 132
Irlanda, 66, 76, 79, 80, 270-1, 278, 288-9, 324, 380, 383-5, 435, 559, 630, 654, 687
Isidoro de Sevilha, santo, 55, 68, 69, 91
Islã/muçulmanos, 90, 97, 106, 151
  açúcar no Mediterrâneo, 99

  África ocidental, 477
  América espanhola, 165
  Caribe, 174
  comércio de escravos, 102-5, 130, 138
  conversão, 467
  desafio do, 60
  jihad, 163
  Portugal e África, 125, 127, 129
  reinos cristãos ibéricos, 67-8, 69, 70, 71, 73
  Roma e a adoção da escravidão pelos cristãos, 55-6
Itália, 49, 74, 101

Jamaica, 194, 298, 303, 305, 306, 325, 326, 356, 380, 414, 416, 420, 422, 479, 490, 491, 492-501, 505, 508, 413, 518, 521, 527, 528, 530, 532, 534, 567, 570, 583, 588, 590, 601, 646, 649, 681, 713
Jaime I, 186, 233, 270, 273
Jaime II, 305, 308, 309, 316, 317, 322, 324, 364
Jaime IV da Escócia, 101
Jaime VI da Escócia, 267
Jefferson, T., 598, 621, 692, 717
jesuítas, 36, 188, 192, 193, 199, 207, 221-3, 254-7, 399, 412, 604, 714, 716
João I, 127, 149
João II, 130, 147
João III, 150
João V, 587
Jobson, R., 96, 97, 397
John IV, rei, 241, 246, 249, 253, 254
Johnson, A. (anteriormente Antonio, o Negro), 291
Johnson, capitão, 365
Johnson, S., 719
Jones, A. H., 582
Jordaens, J., 234
Jordan, W., 397
judaísmo *ver* judeus
judeus, 89, 94, 107, 239, 279, 299
  América espanhola, 170
  Portugal e África, 125, 126, 146, 147
  reinos cristãos ibéricos, 69, 72
  sefarditas, 380, 607
  sistema colonial francês, 351
  ver também cristãos-novos; perseguição
jus gentium ver escravidão romana
Justiniano, imperador, 51, 54, 75

Kabes, J., 395
Kames, Lord, 718
Kant, I., 718
Keith, G., 437
Kendall, T., 296
Kennedy, J., 677
Key, E., 305
Kindleberger, C., 628
King, G., 324, 410, 641
Konny, J., 395
Kulikoff, A., 570

Labat, padre, 417
Ladurie, Le Roy, 385
Laet, J. de, 235, 237
Lane, F., 231
línguas, 260, 418-9
Las Casas, B. de, 169-71, 187-8, 193, 235, 429
Lascelles, família, 510, 529
Latouche de Longpré, 358
Latsukaabe, 346, 397
Laurence, H., 569
Laveaux, general E., 720
Law, J., 385, 431
  sistema de, 359, 363, 459
Lawson, J., 299
Ledesma, M. de, 152
Le Gendre, T., 337
Le Testu, 175
Leclerc, general, 690
Ledesma, M., 152
Leeward, ilhas, 274, 279, 306, 309, 325, 383, 414, 492, 503
  Antigua, 492, 505, 507
  São Cristóvão, 274, 341, 342, 365
Lenthall, Sir J., 384
Lei do Senhor e Servo, 292, 303-4

Leis de deficiências, 390
Leopoldo da Áustria, 361
Léry, J. de, 201, 206
Lewis, B., 90
Ligon, R., 265, 281-2, 387-8, 392
Limerick, tratado de 1701, 384
limpieza de sangre, 67
Lineu, 718
Littleton, E., 509
Locke, J., 308, 318-21, 398, 423, 431
Long, E., 504, 508, 513, 646, 649
Lord, J., 668
Louisiana, 359, 360, 437, 674, 690
Companhia da, 360
Lovejoy, P. E., 465, 470
Luanda *ver* Angola
lucratividade *ver* capitalismo: mercantilismo; mercadores; economia de *plantations*
Luís XIII, 341
Luís XIV, 36, 342, 351, 355, 361, 363, 364, 385, 427, 459, 462
Luís XV, 360, 362
Lutero, M., 85

McCloskey, D. N., 639, 682
McNeill, W., 405
Madeira, 128, 132, 138, 139, 141, 143, 210, 213, 436
Maintenon, marquês e madame de, 344, 354, 366
Mair, J., 581
Malmaison, governador, 358
Mandel, E., 642
Mann, J. de L., 663
Mann, M., 17 n. 1, 445 n. 82
Manning, P., 470
Manuel I, 146, 147, 148, 149
Maomé, o Profeta, 90, 102
Maranhão, Companhia do, 594
Maravall, J., 36
marcação a ferro, 572, 605
Marchionni, B., 137
marijuana, 285
Marrocos, sultão do, 216
Martin, G., 490
Martin, S., 499
Martinica, 341-4, 347, 349-50, 353, 356, 358, 366-7, 401, 422, 523, 524, 527, 530, 531, 533, 536, 540, 588, 690
Marx, K., 409, 436, 454, 622, 624-6, 688
marxismo, 405, 460, 627, 642, 647, 648
Maryland, 276, 293, 305, 317, 321, 325, 326, 380, 412, 419, 428, 559, 560, 564, 567, 568, 580, 632, 717
Massachusetts, 289, 290, 578
Companhia do, 289
Massie, J., 679, 684
Massillon, J. B., 385
Mathias, P., 666, 669, 684
Matthew, governador, 506
Maurício, São, 91
Maurits ou Maurício de Nassau, príncipe, 232, 259-45, 361, 405
maus-tratos, 184
ver também punições
Maximiliano, imperador, 92
Mazarin, J., 339
Medina-Sidonia, duque de, 173
Mediterrâneo e advento do açúcar, 99-101
Meiksins Wood, E., 30
Meillassoux, C., 400
Mendes Pinto, F., 27, 150-51
Mendoza, 165
Menendez, F., 576
Mercado, T. de, 190, 191, 193, 194, 220, 423, 426
mercadores, 282-4, 379-81, 427-9
mercantilismo, 341-7, 401, 455, 460, 461, 537, 607, 625
Merrifield, R., 274
Methuen, tratado de 1703, 322, 323, 325, 587-8
mexica, império, 164, 168
México, 165, 167, 169, 173, 176, 179, 225, 460, 601, 604
barroco, 184, 185
projetos e discussões, 188-9
prata, 180, 181, 599, 603

Middelburg, Companhia, 234, 238, 259, 469, 471
Midlo Hall, G., 477
Miller, J., 473
Mims, S., 490
Minas Gerais, 590, 592, 593, 594, 596, 597, 598
Minchinton, W., 631
mineiros, 590-2, 597
Mingay, G.E., 661
Mintz, S., 519
Modyford, J., 296, 298, 303, 305, 308
Mokyr, J., 638
Molina, L. de 64, 221-2, 423
Monboddo, Lord, 718
Monck, general (duque de Albemarle), 303, 305, 308
Mondejar, marquês de, 173
Montchrétien, A. de, 340
Montesinos, Friar A. de, 161, 187
Montesquieu, C. de S., 363, 720
Montmorency, duque de, 339
Moore, R., 63
Moreno Fraginals, M., 40
Morgan, H., 308, 366
Morgan, E., 425, 431
Morgan, P., 570
Morgan, Sir H., 305, 307
mortalidade, 187, 400, 410-11, 475, 501, 502, 516-7, 534
Brasil, 595-6, 597
Morus, T., 77, 80, 190
Mountjoy, general, 270
Mohammed Ali, 103
Mui, L., 678-9
mulheres estranhas, medo de, 286-95, 350
Mullin, M., 561
Mytens, D., 234

Napoleão, 459, 595, 621, 686, 689-90, 692
sistema continental, 638
ver guerras napoleônicas
Nassau, Maurício de, 258
Nash, R. C., 563
nações do homem, 85
Navegação, Atos de, 297, 298, 303, 317, 323, 362, 580, 582
Nova Amsterdã *ver* Nova York
Nova Espanha *ver* México
Nova Granada (Colômbia), 175, 183, 601
Nova Holanda, 248, 258, 291
Nova Inglaterra, 433, 436-8, 557, 559, 573, 577, 582-3, 630
escravidão colonial inglesa, 275, 277, 290, 313, 317, 324
Nova York, 249, 260, 437, 438, 563, 577-8, 583, 586
escravidão colonial inglesa, 310, 317, 321
Newton, I., 95
Noé, maldição de, 87-98 *passim*, 103-7, 134, 192, 238, 257, 299, 313, 378, 398, 712
Noel, M., 296, 300
Noel, S. e T., 296
norte da África, 90, 101, 103-27, 130, 153, 213

O'Brien, P.K., 640, 643
O'Higgins, B., 717
Oliveira, F., 152, 154, 423
Orange, príncipe de, 405
Origen, 90
Ortodoxa, Igreja, 75
Oswald, R., 511, 660
Otomano, Império, 101, 103, 149
ouro, 130, 145, 148, 225, 463, 601
América espanhola, 168, 172, 601-2
início do comércio de escravos, 131, 135, 157
ver também Brasil
Oviedo Y Valdés, G.H. de, 173, 186

padrões de transporte marítimo, 478-82
Países Baixos, 20, 21, 22, 25, 29, 33, 36, 41, 49, 50, 81, 82, 86, 154, 212, 215, 217, 219, 225, 243, 269, 280, 283, 284, 287, 296-8, 301, 303, 305, 308, 310, 315, 326, 339, 341, 342, 355, 357, 362, 364, 365, 367, 375, 379, 385, 390, 393, 395, 397, 435, 462, 464, 467, 472, 475, 557, 559, 579, 585, 587, 606, 625, 626, 643, 679, 686, 694

ver também Nova Holanda; Companhia das Índias Ocidentais
Países Baixos espanhóis, 232
Panamá, 174, 175, 305
Pare, R., 511, 656
Paris, tratado de 1763, 537, 578
Parquet, Sieur Du, 341
patriarcalismo, 569, 675
Patrício, São, 54
patrocínio estatal, 18-9
Patterson, O., 710
Paulo, São, 52
Pax Britannica, 626, 687
Payne, F., 291
Pedro, príncipe, 253, 254
Peel, R., 667
Pelleprat, 347
Pembroke, conde de, 274, 279
Península Ibérica, 94, 143, 169, 278, 621, 689
guerra holandesa por Brasil e África, 236, 252
início do comércio de escravos, 132, 137, 138
Pennoyer, W., 281
Pensilvânia, 433, 437, 557, 578, 579
Penn, W., 430
Ato de Emancipação 1780, 584
Penryns (senhores de terras), 661
pessoas livres de cor, 260, 321, 365-6, 437, 479, 508, 575
América do Norte e reprodução da escravidão, 572, 579, 586
América espanhola, 602, 605
Brasil, 593, 594, 596
ilhas açucareiras, 490, 492, 493, 495
Índias Ocidentais francesas, 532, 534, 536
Jamaica, 491
sistema colonial francês, 353
Virgínia, 291
ver também alforria
Pernambuco, 209, 237, 239, 243, 279, 407, 422
Companhia de, 594
guerra holandesa por Brasil e África, 245, 250, 251, 258, 260
ouro no Brasil, 588, 589, 593
perseguição, ideologias de, 67
Peru, 165, 173, 179, 184, 225, 460, 604, 717
Petty, Sir W., 364, 638
Phibbah, 494, 496, 507
Phillips, W., 100
Philo Judeus, 89
Pietz, M., 27-9
Pinney, J., 487, 510, 511
Pitt, o Velho, 459, 682
Pizarro, 164
plantations: pré-história, 98, 138-42, 172, 185-7, 490-521
arrancada, 206, 216, 278-95, 356-8, 375-423
comércio, 478-82, 489, 522, 537-43, 621-94
maturidade, 487-617
Plínio, 92
Pluchon, P., 347, 361, 469, 529, 531
Pocahontas, 288
Polanyi, K., 24
Pole, J. R., 424
Pollard, S., 655
Políbio, 92
Pombal, marquês de, 459, 594, 654
Pontchartrain, 347
Pope, A., 326
Popovic, A., 103
Portugal, 19, 29, 36, 37, 41, 83, 86, 91, 94, 101, 104, 125, 156, 163, 170, 191, 193, 203, 207, 221 *passim*, 224, 235 *passim*, 259, 273, 278, 280, 287, 322, 323, 375, 379, 396, 397, 399, 436, 459, 461, 462, 465, 466, 473, 475, 557, 559, 579, 581, 586, 588, 592, 594, 595, 598, 603, 609, 624, 627, 654, 668, 689, 692-3
Povey, T., 308
Povey, W. e T., 296
Powhatan, rei, 271
Prado, tratado de 1778, 603
prata, 144, 173-4, 180-2, 225, 272, 416, 600, 603
Preste, João, 102
Price, J., 581, 640, 664
Príncipe, 142, 148, 149, 154
pró-escravidão, 75-6, 398
Agostinho, Santo, 52, 90

Bíblia, 85, 98
Bossuet, 352, 378
Coke, 96, 271, 287, 378
Locke, 308, 318-21, 398, 423, 431
Molina, 221, 222, 423
Paulo, São, 52
Tomás de Aquino, 64, 423
Schaw, 514-5
Suárez, 222-23, 423
ver também Grotius: Roma e adoção da escravidão pelos cristãos; escravidão racial
Protestantismo, 232, 254, 269, 270, 273, 288, 316, 325, 399, 573
ascendência, 80
escravidão racial e *plantations*, 436
guerras, colônias e industrialização, 682, 687
sistema colonial francês, 353, 365
Providência, ilhas, 193-4, 279, 289
Companhia das, 274-5
Províncias Unidas, 241, 247, 248, 249, 325, 342, 361, 453, 458
Provins, padre P. de, 347
punições, 23, 292, 381, 393, 405, 417, 572, 604
Purchas, S., 95, 96, 269, 287
Pym, J., 275

Rabelais, F., 47
raça e escravidão racial, 23-35, 49-50, 72-4, 85-99, 102-7, 132-5, 142-5, 155, 169-70, 194, 222-3, 238, 286-90, 303-9, 312-6, 390-3 422-37, 709-17
ver também Noé, maldição
Ragatz, L., 529, 667
Raleigh, Sir W., 267
Ramos Tinhorão, J., 143
Rankin, T., 573
Raynal, abade, 544
rebeliões/conspirações, 275, 392, 405, 421, 506, 507, 575, 577-9, 718-20
América do Sul, 717
América espanhola, 600
Bacaudae, 53, 55
Berbice, 607
Brasil, 598
de Bacon, 390
ilhas açucareiras, 497
Índias Ocidentais francesas, 535
luso-brasileiras, 244, 247
rebelião de Tacky, 491, 495
São Domingos, 545, 586, 605, 608, 719
Virgínia, 586
Recife, 214, 236, 240, 246, 247, 342, 474, 592
religião, 35, 85, 98, 242, 351-4, 437, 505, 573, 597, 604-5
ver também Cristianismo: Islã/muçulmanos
reprodução/crescimento, taxas de, 410-11, 518-20, 533, 535, 540, 557-89, 708-9
resistência à escravização, 467, 476
ver também rebeliões
Reventlow, família, 606
revoltas *ver* rebeliões
Revolução Gloriosa, 315-27
Richardson, D., 636, 663
Richelieu, A. J. D., 339, 340, 342
Rigby, S. H., 93
Rishworth, S., 275
Rivière, M. de la, 540
Robertson, reverendo R., 420
Robespierre, M. M. I. de, 720
Robinson, J., 581
Rolfe, J., 277, 288
Romanus Pontifex, 132, 139
Romberg, Bapst et Cie de Bordéus, 529
Rothbard, M., 337
Royal African Company (Real Companhia Africana), 24, 308, 321-2, 345, 396, 398, 464, 472
Roydon, M., 279
Rubert de Ventos, X., 35
Runciman, W. G., 43 n. 26, 446 n. 82
Rupert, príncipe, 297, 305, 307, 308
Ryder, A. F. C., 216
Ryswick, tratado de 1697, 22, 355, 356, 366, 422

Sá, Mem de, 206, 208
Sá, S. de, 246

Santo Agostinho
lugar *ver* Flórida
pessoa, 52, 89-91
São Domingos, 37, 168, 174, 186, 272, 344, 353-6, 357, 360, 367, 380, 420, 422, 523-36 *passim*, 543-5, 586, 588, 589, 595, 605, 608, 621, 627, 654, 690, 692, 713, 719
St Kitts (São Cristóvão), 274, 326, 384
St-Méry, M. de, 37, 487, 533, 545, 713, 717
Saint Pierre, abade, 430
Saint-Simon, duque de, 359
sal, 126, 185, 268
Salvador, Câmara de, 589
Sandoval, A. de, 97, 191-2, 712
Sandys, G., 95, 97
Sandys, Sir E., 276
sangue misto, 37, 189
São Tomé, 136, 140, 142, 145, 147-51, 154, 206, 246, 251
açúcar, 210, 212, 213
Sartre, J.-P., 26, 29
Saunders, A. C. de C. M., 137, 143
Say, J.-B., 225, 527, 693
Schaw, J., 514-5
Schest, E., 211
Schimmelman, família, 606
Schoelcher, V., 719
Schumpeter, E., 630, 632
Schwartz, S. B., 20, 209, 254, 381, 413-4, 588, 590
Searing, J., 346
Sebastião, 13, 153-4, 207
segurança, 416-22, 455, 491, 563, 586, 591, 596
Seed, P., 163
Selden, J., 85, 96, 302
Senegal, 130, 346, 477, 535
Companhia do, 345-6
Sepúlveda, J. G. de, 188
Sete Anos, guerra dos, 480, 600
Sewall, S., 391
Seward, reverendo, 576
Shaftesbury, conde de (Cooper, A. A.), 296, 308, 309, 316
Shammas, C., 31, 327, 680
Sharp, G., 719, 720
Sharp, W., 601
Shepherd, J. F., 579, 581
Sheridan, R. B., 401, 496, 521, 589, 646-51, 655, 681
Siete Partidas, 69-70, 98, 184, 287, 711
Silva de Mendonça, L. da, 399
Simonsen, R., 489
Sismondi, J., 693
Skeetle, capitão, 294
Sloane, H., 417, 421
Smith, A., 17, 19, 373, 622, 626
Smith, T., 76, 79
Snelgrave, capitão W., 476
Sobel, M., 572
sociedade civil, 17-26, 31, 85, 364
Sokoloff, K., 438, 583
Solow, B., 644, 670
Sombart, W., 231
Somerset, Protector, 77, 80, 431
Sonthonax, L. F., 720
Southern, R, 65
Spenser, E., 288
Spinoza, B. de, 258
Stalin, J., 627
Ste Croix, G. de, 52
Steensgaard, N., 231
Stein, R., 524
Stern, S., 20
Steuart, J., 639
Strachey, W., 96
Stuyvesant, P., 247, 291
Suárez, F., 222-3, 423
Suriname, 259, 357, 416, 437, 607
Chartered Society, 607
Symonds, reverendo W., 288

tabaco, 25, 39, 557, 603
América do Norte e reprodução da escravidão, 559, 565-9, 570, 577-9, 582, 585
América espanhola, 184, 185, 599
Brasil, 467, 588, 591

escravidão colonial e expansão no século XVIII, 463, 467, 481
escravidão colonial inglesa, 268, 271-4, 276-7, 284-6, 297, 302, 311, 322, 326
escravidão racial e *plantations*, 382, 389, 394, 423, 428, 437
industrialização britânica, 639, 664, 667-8, 680
imposto, 681
lógica comercial da *plantation*, 607, 609
sistema colonial francês, 344, 367
ver também Maryland; Virgínia
Tabacco, G., 58
Tariq, 55
taxação, 539-40, 682-5
Taxa da Terra, 683
Taylor, J., 302, 423
tempo livre, 419-20
Thevet, A., 206
Thistlewood, T., 494-6, 507, 517
Thomas, R. P., 648-52, 681
Thomson, capitão E., 292
Thomson, M., 274, 281, 292, 296, 298, 301
Thornton, J., 24, 105, 429
Todorov, T., 37
Toledo, F., 165, 168, 206
Tordesilhas, tratado de 1494, 20, 83
Toussaint L'Ouverture, P. D., 689
Tracy, conde de, 343
Trelawny, E., 518
Trouillot, M.-R., 536
Tuck, R., 84, 221, 239
Tupac Amaru II, 600
turmas de escravos, 403, 407-11, 498-501, 516, 531, 567, 578
Turner, B., 715
Tyrer, R.B., 182

Udemans, G. C., 238
Unger, Roberto M., 261 n.2
Usselinx, W., 234
Utrecht, tratado de (1713), 325, 358, 366, 422, 430, 464, 588, 599, 687
Vagrancy Act 1547, 77
Vauban, S. le P. de, 354
Vaughan, A., 424
Vaughan, J., 302
Venezuela, 164, 175, 179, 185, 272, 601, 602, 717
Veracruz *ver* México
Verlinden, C., 49, 59
Vieira, padre A., 36, 97, 229, 244, 246, 252, 254-8, 426, 586
Vieira, J. F., 243, 712
vikings, 61-2, 74
Vilar, P., 163
Villegaignon, C. de, 204-5, 267
Vincent de Beauvais, 92
Virgínia, 80, 194, 284, 309-12, 321, 344, 459, 586
Assembléia, 303-4, 320
Ato para a Eliminação de Escravos Fugidos 1691, 319-20
Companhia da, 270-1, 276, 277
escravidão colonial inglesa, 269-70, 273, 275-8, 288-9, 291-5, 299-301, 305, 307, 313, 318-9, 322, 325-6
escravidão racial e *plantations*, 379, 382, 387-8, 390, 411-12, 414, 419-20, 425, 428, 432-3
industrialização britânica, 632, 676, 718
reprodução da escravidão, 559-61, 563 4 566-8, 574, 580, 581, 583
Voltaire, F. M. A. de, 718
Vries, J. de, 679-80

Wadworth, A. P., 663
Wallerstein, I., 628, 645
Walpole, Sir R., 459, 687
Walsh, L., 387, 560, 567
Walton, G. M., 579, 581
Ward, J. R., 414, 509, 527, 530, 648-53
Ward, J. T., 661-3
Warner, capitão T., 274
Wartburg, M. L. von, 100
Warwick, conde de, 274, 275, 281
Watts, 408

Weber, M., 17, 430, 715
Wesley, J., 258
Whitefield, G., 573, 576-7, 720
Whitney, E., 585, 673, 676
Wilberforce, W., 719
Wildman, J., 299
Wilkinson, R., 287
Williams, E., 19, 529, 628-9, 643, 645, 654, 661
Willoughby, Lord F., 297-8, 303, 305, 362
Wimpffen, barão, 528-9, 544
Winchester, condessa de, 65
Windward, ilhas, 305, 492
Winthrop, H., 286
Winthrop, J., 289
With, W. de, 245
With, J. de, 258
Wright, G., 676
Wyclif, J., 64

York, duque de, *ver* Jaime II
Young, A., 582, 641, 668

Zacuto, A., 146
Zurara, G. E., 96, 130, 132-5, 287